

FFCL USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BOLETIM N.º 301
SOCIOLOGIA I N.º 12
SÃO PAULO
BRASIL
1964

FLORESTAN FERNANDES

**A INTEGRAÇÃO DO NEGRO À
SOCIEDADE DE CLASSES**

BOLETIM N.º 301
SOCIOLOGIA I N.º 12
SÃO PAULO
BRASIL
1964



FLORESTAN FERNANDES

A INTEGRAÇÃO DO NEGRO À SOCIEDADE DE CLASSES

**COMPOSTO E IMPRESSO NA SECÇÃO GRÁFICA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

1964

Este trabalho é dedicado a Maria Fernandes, minha mãe, Myrian Rodrigues Fernandes, minha esposa, e Heloisa Rodrigues Fernandes Pinto, Noêmia Rodrigues Fernandes, Beatriz Rodrigues Fernandes, Sylvia Rodrigues Fernandes, Florestan Fernandes Júnior e Myrian Lúcia Rodrigues Fernandes, meus filhos. Espero que encontrem em suas páginas motivos para relevarem as minhas falhas e me quere-rem bem.

Nota Explicativa:

Este trabalho foi escrito com vistas à obrigação do autor de submeter-se às provas de concurso da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ele teve de ser elaborado um tanto às pressas, entre janeiro de 1963 e abril de 1964. Embora nesse período o autor só se dedicasse a esse mister, a coleta de dados, feita principalmente em 1951 (1), e sua classificação e tratamento analíticos puderam ser concluídos com mais vagar e de forma mais apurada. Só ao expurgo e à formação do índice analítico da documentação coligida o autor devotou mais de quatro anos de trabalho intensivo. Esse desequilíbrio inesperado na realização do programa de trabalho, que nos havíamos imposto, faz com que este estudo contenha, provavelmente, lacunas e defeitos que poderiam ser eliminados em outras circunstâncias.

Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história. Trata-se de assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, através do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil. Procuramos aproveitar ao máximo as diversas perspectivas de observação e de interpretação que se abriam diante de nós, tanto para conhecer o drama humano do “negro”, quanto para sondar outros aspectos da realidade. No conjunto, a análise permite considerar os aspectos psico-dinâmicos e sócio-dinâmicos da mobilização do homem da plebe para os papéis sociais e as situações de vida da ordem social competitiva. Doutro lado, como o comportamento social de “negros” e “brancos” constitui o foco direto das descrições e interpretações, ela nos diz como o nosso sistema de relações raciais respndeu às transformações da estrutura da sociedade inclusiva. Evidencia-se, aí, como a modernização tem ocorrido, na esfera das relações raciais, como um fenômeno heterogêneo, descontínuo e unilateral, engendrando um dos problemas sociais mais graves para a continuidade do desenvolvimento da ordem

(1) — Uma parte dos materiais havia sido levantada anteriormente, em 1941-1944 ou 1949-1951, por alunos ou ex-alunos de Roger Bastide ou do autor.

social competitiva na sociedade brasileira. Por conseguinte, a análise converte-se em um estudo da formação, consolidação de expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais e, em particular, da absorção do negro e do mulato. Dadas as dificuldades com que êstes se depararam, para compartilhar do destino comum no plano nacional, os resultados da investigação são extremamente úteis para se entender os dilemas materiais e morais não só da democratização das relações raciais, mas da própria sorte da democracia no Brasil.

A escolha de São Paulo como unidade da investigação explica-se naturalmente. Ela não só é a comunidade que apresenta um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo quanto à elaboração sócio-econômica do regime de classes. E', também, a cidade brasileira na qual a **revolução burguesa** se processou com maior vitalidade, segundo a norma do **Trabalho-livre, na Pátria-livre**. Além disso, em virtude de peculiaridades histórico-sociais, nela o "negro" só adquire importância econômica real tardiamente e sofre, em condições sumamente adversas, os efeitos concorrenciais da substituição populacional. Assim, o estudo de São Paulo permitia apalpar melhor as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do regime servil e a expulsão do "negro" do sistema de relações de produção. E abria perspectivas únicas para acompanhar as diversas etapas do doloroso drama do "negro", da submersão na miséria e na degradação social até sua lenta revalorização pelo trabalho livre e sua incontida ânsia de "pertencer ao sistema", dignificando-se civil e moralmente. Como a revolução burguesa, com seus variados efeitos, é relativamente recente, existe ampla documentação histórica e estatística sobre seus diversos aspectos. Combinando-se essa documentação a outras fontes escritas posteriores e às técnicas de pesquisa de campo, tornava-se possível concretizar um intento que fascina a maioria dos cientistas sociais (2). Isto é, podia-se combinar a análise sincrônica com a análise diacrônica, de modo a descrever-se e a interpretar-se os fenômenos observados tanto de uma perspectiva sistemática (pela descrição e interpretação de uniformidade de coexistência), quanto de uma perspectiva histórico-sociológica (pela descrição e interpretação das uniformidades de sequência). Graças a essa circunstância, esta contribuição foge ao modelo usual das monografias sobre relações raciais, baseadas exclusi-

(2) — Dispensamo-nos de fazer indicações pertinentes às técnicas de investigação realizadas porque o assunto foi amplamente ventilado no projeto da pesquisa, redigido pelo autor: cf. Roger Bastide e F. Fernandes, **O Preconceito Racial em São Paulo**, Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951 (reproduzido no apêndice de **Negros e Brancos em São Paulo**, dos mesmos autores).

vamente sôbre fatos pertinentes a um dado momento — o que se refere ao lapso de tempo que cai nos limites da pesquisa de campo. A primeira parte, abrange o período que vai de 1880 a 1930. O primeiro capítulo toma a fase crucial da desagregação do regime servil e da emergência da ordem social competitiva — de 1880 a 1900. Os dois capítulos subseqüentes lidam com a fase imediatamente ulterior, de consolidação da ordem social competitiva, sob forte persistência da concepção tradicionalista do mundo, de 1900 a 1930. A segunda parte compreende o período em que a ordem social competitiva passou por uma espécie de expurgo gradual, expandindo-se num sentido mais puramente capitalista, e vai de 1930 a 1960. O primeiro capítulo apanha, em geral, o período de 1925 a 1948, embora a análise se concentre no lapso intercalar de 1927-1947. O segundo capítulo abarca o período de 1940 a 1960, de especial importância por causa dos efeitos diretos e indiretos da segunda revolução industrial na reabsorção da mão-de-obra “negra”. O terceiro capítulo gira, maciçamente, em torno de dados colhidos em 1951, suplementados, eventualmente, em data posterior.

Gostaríamos de agregar duas observações a título de esclarecimento. Primeiro, adotamos uma técnica expositiva que chamariamos de reiterativa. O desdobramento de perspectivas, favorecido pela combinação da análise sincrônica à análise diacrônica, forçou-nos a tomar essa deliberação. Por conseguinte, aqui e ali parece que voltamos ao mesmo assunto, para repetir algo que já é sabido. No entanto, sempre ocorrem variações — seja nas situações de vida descritas, seja nas construções interpretativas. Doutro lado, devido ao esforço de exploração sistemática das possibilidades abertas às descrições e às interpretações pela análise sincrônica, vimo-nos na contingência de lidar simultaneamente com todos os aspectos contraditórios de uma caótica realidade racial. O “moderno” e o “velho” coexistem em tão larga escala, às vêzes até em comportamentos dos mesmos indivíduos, que não havia outro recurso senão separar abstratamente as coisas e exibi-las como elas são. Segundo, a escolha da ordem social competitiva, como foco de referência das observações, não nasce de qualquer convicção do autor de que ela seja uma ordem social natural ou que ela proporcionará as soluções efetivas para o dilema racial brasileiro. Ela nasceu de uma contingência da própria situação. O ainda, o aqui e o agora formaram o objeto de nossas indagações. Em consequência, a constelação social constituída pela ordem social competitiva impôs-se como o sistema de referência inevitável das descrições e das interpretações. Acresce que as motivações e as orientações do comportamento social do “negro”, em suas manifestações individuais ou coletivas, são

calibradas e dirigidas pelo afã de “pertencer ao sistema”. As críticas que êle faz à organização da sociedade brasileira afetam a esfera dos ajustamentos e das relações raciais. Em outras palavras, êle aceita a ordem social vigente, deixando as opções ideológicas ou utópicas mais amplas para outros círculos sociais (3). Portanto, em termos de tendências dominantes, até os limites prospectivos do “querer comum”, objetivado de forma radical, confinava-se ao sistema de referência oferecido pela ordem social competitiva. Portanto, ao restringir o âmbito das análises desenvolvidas atendíamos, apenas, a implicações lógicas dos aspectos da realidade focalizados.

Outras observações menores também se impõem. Na apresentação dos materiais, tivemos de enfrentar decisões embaraçosas. O ideal seria resumir as conclusões e expô-las com a concisão possível. Todavia, o tema do trabalho refere-se a uma realidade muito controversa. Por experiência pessoal, pudemos constatar que descrições muito concisas dificultam o alargamento da perspectiva dos leitores, deixando o campo aberto ao apêgo emocional às avaliações etnocêntricas. Por isso, preferíamos reproduzir no texto extensa parcela da documentação empírica. Embora o leitor fique sem todos os elementos empíricos que utilizamos para construir as explanações descritivas ou interpretativas expostas, conta com um mínimo de dados de fato para apreciar, criticamente, as afirmações do autor. No uso de certas palavras encontramos várias dificuldades. O termo “prêto” sempre foi usado pelo “branco” para designar o negro e o mulato em São Paulo, mas através de uma imagem estereotipada e sumamente negativa, elaborada socialmente no passado. Os próprios negros e mulatos preferiram, em suas primeiras manifestações de autonomia — através dos movimentos reivindicatórios — a auto-designação contida na palavra negro. Doutro lado, impugnaram o vocábulo “branco”, alegando que a mestiçagem impõe restrições severas às pretensões de “pureza de sangue” dos paulistas. Para evitar suscetibilidades ou recriações, usamos a palavra “prêto” quando a estereotipação do “branco” entra, visivelmente, em jogo; e colocamos tôdas as palavras entre aspas, com exceção de casos concretos, onde pudemos discernir as gradações da cor da pele dos sujeitos da investigação. Outrossim, empregamos as expressões “homem de cor” e “população de cor” freqüentemente e sem nenhuma conotação pejorativa. Enfim, os leitores irão notar (e alguns, provavelmente, estranhar) um constante esforço de projeção endopática na situação humana do negro e do mulato. Devemos salientar que essa projeção nasce de

(3) — O que não impede que alguns segmentos da “população de cor”, mais avançados na integração à ordem social competitiva, participem das lutas e dos debates travados na sociedade inclusiva, em torno dessas opções.

uma simpatia profunda e de um desejo ardente de compreender os dilemas com que o “negro” se defronta socialmente. Procuramos vitar, cuidadosamente, que êsse estado de espírito interferisse nas interpretações: se aqui ou ali exageramos na conta, paciência! Tantos já erraram por motivos diferentes, deformando e detratando o “negro”, que não haveria mal maior em tal compensação...

Seria longa demais uma lista completa de agradecimentos. No prefácio de obra anterior, publicada em colaboração com o Dr. Roger Bastide, consta uma lista dos principais agradecimentos a pessoas e instituições que colaboraram conosco, tornando o nosso projeto factível. A essa lista gostaria de agregar novos agradecimentos aos senhores José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral e Henrique Cunha, pela prestimosa colaboração que nos deram, colocando à nossa disposição os exemplares existentes de jornais que circularam ou ainda circulam no “meio negro” de São Paulo. Pedimos vênha para prestar uma homenagem a Jorge Prado Teixeira, um colaborador inestimável e um infatigável batalhador pela causa do negro, que infelizmente foi roubado ao círculo dos vivos. Na preparação dos originais contamos com a colaboração prestimosa de Noemy Pinheiro Dias e de José de Souza Martins, Heloisa Helena Teixeira, Mário de Campos Pereira, Vera Mariza Miranda Torres Vouga, Cacilda Maria de Saboia Fiuza, Vera Brisola, Cláudio José Torres Vouga, Albertina Oliveira Costa Boal, professoras Marialice Menchini Foracchi e Maria Sylvia Carvalho Franco Moreira. Na realização de cálculos, tabelas ou gráficos também recebemos colaboração especial de José Francisco Quirino dos Santos, José Carlos Pereira e José Barbosa. Pela leitura dos originais e atenção dispensada aos comentários, devemos sinceros agradecimentos aos professores Renato Jardim Moreira, Luiz Pereira e Helena Maria Pereira de Carvalho. Ao diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, prof. Mário Guimarães Ferri, ao prof. Eurípedes Simões de Paula e à Secção Gráfica da nossa escola também devemos enorme reconhecimento. A todos agradecemos, penhoradamente, a colaboração e o estímulo intelectuais que nos dispensaram, graças aos quais tivemos mais alento para nos dedicar à elaboração dêste trabalho.

São Paulo, 10 de Abril de 1964.

Primeira Parte

O LEGADO DA “RAÇA BRANCA”

Capítulo I

O NEGRO NA EMERGENCIA DA SOCIEDADE DE CLASSES

INTRODUÇÃO

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais (1), que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. Ela se converteu, como asseverava Ruy Barbosa dez anos depois (2), numa “ironia atroz”. Concretizara-se, de modo funesto, imprevisto e em escala coletiva, o vaticínio de Luiz Gama ao traduzir os anseios de liberdade de certo cativo: “falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira...” (3).

(1) — A exemplo do que ocorreu em vários países europeus, em face de conseqüências análogas que afetaram o antigo servo da gleba (cf. C. W. Pipkin, art. “Poor Laws”, *Encyclopaedia of Social Sciences*, vol. XII, pp. 230-234, onde se encontra boa referência bibliográfica sobre o assunto).

(2) — Cf. *Obras Completas de Ruy Barbosa*, vol. XI — 1884, Tomo I, edição do Ministério de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1945 (introdução de Astrogildo Pereira, pp. XXXVII-XXXVIII).

(3) — Eis como Ezequiel Freyre descreve a ocorrência: “Um dia, faz 8 anos, estávamos no escritório de Luiz Gama, onde também viera um prêto fugido apresentar pecúlio e pedir para a sua libertação o auxílio nunca negado daquele outro prêto de coração de ouro. Com pouco, a convite de Luiz Gama chegou o senhor do escravo, de quem Luiz era amigo.

Ao ver o seu negro: Que mal te fiz eu, rapaz? diz o senhor. Pois não tem boa cama e boa mesa, roupa e dinheiro? Queres então deixar o

A preocupação pelo destino do escravo mantivera-se em foco enquanto se ligou a êle o futuro da lavoura. Ela aparece nos vários projetos que visaram regular, legalmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, desde 1823 até a assinatura da Lei Áurea, em 13 de Maio de 1888. Como expediente para manter os escravos no trabalho, dissemina-se entre os senhores na década de 80 e, de maneira exacerbada, a partir do momento em que as fugas em massa dos escravos se tornam incontroláveis. Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores volta-se especialmente para os seus próprios interesses. Os problemas políticos que os absorviam diziam respeito a indenizações e aos auxílios para amparar a “crise da lavoura” (4). A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. Era fatal que isso sucedesse.

De um lado, a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitários, fermentou, amadureceu e eclodiu como um processo histórico de condenação do “antigo regime” em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da “raça” dominante. A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista (5). Mas, pela própria natureza da sua condição, não passava de uma espécie de ariete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o “antigo regime”. Mesmo os abolicionistas mais íntegros e tenazes não puderam ser seus porta-vozes válidos. A cena histórica era insensível a reivindicações que não terminavam com “a liberdade da pessoa humana”, mas iam além dela, exigindo-a como mera condição preliminar. Ora, embora os ex-cativos fôssem

cativo de um senhor bom como eu, para ires ser infeliz em outra parte? Que te falta lá em casa? Anda! fala!

E o negro, ofegante, cabisbaixo, calava-se.

Falta-lhe, responde gracejando Luiz Gama, dando uma palmada de amigo no homem de sua côr, falta-lhe a liberdade de ser infeliz onde e como queira...” (A Província de São Paulo, 13-XI-1887).

- (4) — Tomando-se as coleções de A Província de São Paulo e do Correio Paulistano de 1887 e de 1888, por exemplo, é possível acompanhar como êsses assuntos — a libertação com cláusulas condicionais, primeiro, as indenizações e os auxílios para a lavoura, depois — impregnavam fundamentalmente os debates e as atividades políticas das camadas dominantes. Por fim, prevaleceram os interesses econômicos e políticos dos fazendeiros mais prósperos, concentrando-se os debates e a aplicação de recursos oficiais na intensificação da imigração.
- (5) — Ou seja a partir da década de 80, de acôrdo com a conhecida caracterização de Nabuco. (Cf. O Abolicionismo, Tip. Abraham Kingdon e Cia. Londres, 1883, p. 4). As coleções de jornais mencionadas na nota anterior contêm informações que fundamentam cabalmente a afirmação.

socialmente incapazes de tomar consciência e de agir nessa direção, suas reivindicações caíam nessa categoria.

De outro lado, a estrutura e a dinâmica da economia brasileira não impunham às camadas dominantes outra orientação. Nas zonas onde a prosperidade econômica desaparecera, os senhores já se haviam desfeito do excesso de força de trabalho escravo, negociando-a com os fazendeiros do leste e do sul. Para eles, a Abolição era uma dívida: livravam-se de obrigações onerosas ou incômodas, que os prendiam aos remanescentes da escravidão. Nas zonas onde a prosperidade era garantida pela exploração do café, existiam dois caminhos para corrigir a crise gerada pela transformação da organização do trabalho. Onde a produção se mantinha em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista mantinham-se intocáveis: como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho-escravo) e, principalmente, com a mão-de-obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la. Mas, correspondiam aos interesses dos proprietários de terras e donos de fazendas, tanto quanto aos mecanismos normais da ordem econômica emergente. Em consequência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam; inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. Assim se explica porque o clamor por medidas compulsórias, que obrigassem o ex-escravo ao trabalho e o “protegessem”, promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente, se tenha extinguido com relativa rapidez e sem deixar nenhum fruto ou qualquer vestígio de generosidade. Perdendo sua importância privilegiada como mão-de-obra exclusiva, ele também perdeu todo o interesse que possuía para as camadas dominantes. A legislação, os poderes públicos e os círculos

politicamente ativos da sociedade mantiveram-se indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fôra claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que ele estava em condições de criar por si e para si mesmo.

Aos efeitos negativos dêsses fatores histórico-sociais, que operaram de forma universal na sociedade brasileira, é preciso acrescentar outras influências adversas à rápida assimilação do negro à ordem social competitiva, peculiares à cena histórica paulistana. Atendo-nos ao essencial, três pontos precisam ser mencionados.

Em primeiro lugar, a expansão urbana de São Paulo não reproduziu o padrão típico das cidades brasileiras que floresceram em conexão com o progresso da civilização agrária. A inclusão de São Paulo na economia de exportação colonial ocorreu tardiamente (em comparação com outras cidades, como Recife, São Salvador ou Rio de Janeiro, por exemplo). Ela se dá, praticamente, quando o regime servil já entrara em crise, em virtude da cessação do tráfico e de leis que restringiam de vários modos a reposição do braço escravo. Importa salientar, acima de tudo, que só no último quartel do século XIX a cidade participa de fluxos de prosperidade econômica suscetíveis de diferenciar o rústico estilo de vida imperante. Por isso, até essa época permaneceu acanhada e pouco diferenciada a esfera de serviços e de trabalhos livres, a que estava propensa a sociedade escravocrata brasileira. Ao contrário do que sucedeu em cidades como o Recife, São Salvador e Rio de Janeiro, o liberto encontrava escassas probabilidades de entrosar-se compensadoramente a êsse nicho, em que desabrochava a ordem social competitiva. E' verdade que os dados sugerem que em 1872 existiam 5.761 pardos livres e 2.090 negros livres, para 950 pardos escravos e 2.878 negros escravos; e que, em 1886, para 593 escravos, tínhamos 6.450 pardos livres e 3.825 negros livres. Contudo, as mesmas fontes que fornecem êsses dados indicam que as oportunidades de trabalho desfrutadas pelos libertos eram as mais modestas e menos compensadoras.

Em segundo lugar, é preciso ter em conta uma coincidência que foi fatal para o êxito da competição dos libertos na área do trabalho livre. Em regra, nas cidades mencionadas foram os serviços associados ao artesanato urbano que deram ao liberto condições de ascensão econômica e social. No período em que as famílias dos fazendeiros paulistas começam a fixar residência em São Paulo e em que se acentua a diferenciação do sistema econômico da cidade, o liberto defrontou-se com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente (mesmo as mais modestas: como a de engraxar sapatos, vender jor-

nais ou verduras, transportar peixe ou outras utilidades, explorar o comércio de quinquilharias, etc.). Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda nos fins do século XIX, tôdas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbanos, eram monopolizadas pelos brancos e serviram como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dêle proveitos personalizados, secundários e ocasionais.

Em terceiro lugar, São Paulo constituía, naquela época, uma das cidades paulistas e brasileiras menos propícia à absorção imediata do elemento recém-egresso da escravidão. Sôbre o pano de fundo da concepção tradicionalista do mundo e da dominação patrimonialista (exercida por reduzido número de famílias “gradas” e “influentes”), São Paulo aparecia como o primeiro centro urbano especificamente burguês. Não só prevalecia entre os homens uma mentalidade marcadamente mercantil, com seus corolários característicos — o afã do lucro e a ambição do poder pela riqueza. Pensava-se que o “trabalho livre”, a “iniciativa individual” e o “liberalismo econômico” eram os ingredientes do “Progresso”, a chave que iria permitir superar o “atraso do País” e propiciar a conquista dos foros de “Nação civilizada” pelo Brasil. Os móveis das ações, os comportamentos e a própria personalidade dos agentes econômicos conformavam-se, de modo crescente e cada vez mais profundo, pelos padrões típicos do empresário e do trabalhador livre da civilização capitalista. Nesse clima, o negro encontrava boa acolhida: enquanto “escravo insubmisso”, que fugia da senzala e se rebelava contra a escravidão (no período final de desagregação do regime servil); enquanto se abrigava, como “protegido”, “dependente” ou “cria da família”, sob o manto das relações paternalistas (entre as famílias tradicionais ou, em menor número, entre as famílias adventícias em ascensão). Fora e acima disso, surgia como uma figura deslocada e aberrante no cenário tumultuoso que se forjava graças à “febre do café”. Mesmo quando conseguia inserir-se no sistema citadino de ocupações, êle não se polarizava na **direção do futuro** e, assim, não “engrenava”. Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais, etc.; não era suficientemente “industrioso” para fomentar a poupança, montando-a sôbre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”; carecia de meios para lançar-se às pequenas ou às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais; e, principalmente, não

sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação da riqueza. Onde mantinha posições dignificadoras (como artesão independente ou comerciante de viandas e de quinquilharias), onde conquistava alguma ocupação promissora (como funcionário público e como trabalhador livre, a jornal ou permanente), apegava-se a modelos de ação variavelmente pré e anti-capitalistas. No conjunto, portanto, as próprias condições psico-sociais e econômicas, que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-na imprópria e até perigosa para as massas de libertos, que nela se concentravam. Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e durador, em escala grupal, das oportunidades novas. Como não se manifestou nenhuma impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o negro (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para êle, condenar-se a uma existência ambígua e marginal.

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. Em certas situações histórico-sociais, como parece suceder com a cidade de São Paulo na época considerada, essa responsabilidade tornou-se ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro (6). No presente capítulo, pretendemos des-

(6) — A explanação geral condensada acima funda-se em dados expostos em outra análise do autor (cf. "Do Escravo ao Cidadão", principalmente, e "Côr e Estrutura Social em Mudança", caps. I e II da obra escrita em colaboração com Roger Bastide, *Brancos e Negros em São Paulo*, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1959). Em alguns pontos, também foram aproveitados dados e conclusões de duas obras recentes: Ernani da Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, 3.º Volume, Liv. José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1954 (esp. cap. VI); e Richard M. Morse, *De Comunidade a Metrópole*. Biografia de São Paulo, trad. de M. A. Madeira Kerbeg, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, São Paulo, 1954, esp. pp. 179 e sets.). Essa explanação encontrou importante confirmação e alargamento, doutro lado, nos resultados a que chegaram Octavio Ianni (cf. *As Metamorfoses do Escravo*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962, esp. caps. V e VII) e Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962, esp. caps. V e VI), no estudo sociológico de fenômenos análogos em Curitiba e Pôrto Alegre, respectivamente.

crever os aspectos centrais do tema. Primeiro, como a associação entre a urbanização e a europeização se refletiu na morfologia da cidade, alterando por completo os antigos quadros de absorção regular do negro como agente de trabalho. Segundo, como se deu a própria formação da ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do “fazendeiro” e do “imigrante” e com a exclusão quase total do “negro” ou do “mulato” como agentes históricos socialmente significativos. Terceiro, como a urbanização interferiu no “destino humano” do negro e do mulato, agravando sobremaneira suas dificuldades de adaptação e de ajustamento ao novo estilo de vida econômica, social e política.

1 — Trabalho Livre e Europeização:

A expansão urbana, induzida direta ou indiretamente pelo surto da lavoura cafeeira, converteu São Paulo numa cidade “estrangeira”. Os dados demográficos pertinentes ao começo do século XIX revelam que o elemento negro e mulato, escravo ou livre, constituía aproximadamente 54% da população local (7). A situação demográfica se alterou de tal modo, no último quartel desse século, que o elemento negro e mulato entrava com 37% (censo de 1872) e 21,5% (censo de 1886) da população global da cidade (8), enquanto os “estrangeiros” passam de 922 indivíduos (ou 3%), em 1854 (9), para 12.085 indivíduos (ou 25%), em 1886 (10). Nesta data, portanto, os imigrantes radicados na cidade excediam em 1.870 indivíduos (ou seja, em 3,9%) a parcela da população consignada no censo como “preta” e “parda”! Parece claro que se produziram três tendências fundamentais: 1.º) a expansão agrícola concorreu para o deslocamento de mão-de-obra escrava da capital para áreas prósperas do interior; 2.º) essa sucção foi compensada por um movimento inverso, resultante do afluxo de “negros” e “mulatos” libertos, em sua maioria vindos do interior em busca das oportunidades de trabalho livre (11), graças ao qual a população negra e mulata da cida-

(7) — Veja-se R. Bastide e F. Fernandes, op. cit., p. 31; levando-se em conta os dados do censo de 1804, teríamos 53,6% de negros e pardos na população da cidade; segundo o censo de 1836 a proporção desse elemento na população global seria de 53,7%.

(8) — R. Bastide e F. Fernandes, op. cit., p. 41.

(9) — R. Bastide e F. Fernandes, op. cit., p. 41.

(10) — R. Bastide e F. Fernandes, op. cit., p. 41 (nos cálculos usamos as indicações fornecidas pelo censo de 1886, que dá 12.290 estrangeiros para a cidade, deduzindo desse total os 205 africanos arrolados como “estrangeiros”).

(11) — Cf. esp. as implicações da análise da estrutura ocupacional da cidade de São Paulo em 1872, feita em R. Bastide e F. Fernandes, op. cit., pp. 42-46.

de manteve-se quase constante, em números brutos (11.540 indivíduos, em 1836; 11.679 indivíduos, em 1872; 10.275 indivíduos, em 1886); 3.º) o acréscimo rápido da população branca deveu-se, principalmente, à fixação, em proporções maciças, de imigrantes na cidade (tomando-se os dados dos censos de 1872 e de 1886, por exemplo, verifica-se que o aumento do contingente da população consignada como “branca” poderia ser atribuído na proporção de quase 31% ao crescimento dos estoques nativos e de 69% à contribuição das correntes imigratórias européias).

Essa situação comportava um quadro demográfico próprio e acarretava conseqüências econômicas que precisam ser levadas em conta. Em primeiro lugar, esboça-se um contraste nítido na composição da população segundo a côr entre a Capital e o Estado de São Paulo. O censo de 1890 permite apreciar êsse contraste, presumivelmente associado aos efeitos da competição e da especialização econômicas, na distribuição da população no espaço (12):

Quadro 1

População do Estado de São Paulo e da Cidade de São Paulo em 1890, Segundo a Côr.

População	Estado de São Paulo		Município de São Paulo (Capital)	
	Dados Brutos	%	Dados Brutos	%
Branços	873.423	63%	53.204	81,9%
Pretos	179.526	12,9%	4.446	6,8%
Caboclos	114.199	8,1%	888	1,3%
Mestiços	217.605	15,7%	6.396	9,8%
Total	1.384.753	100%	64.934	100%

Embora não tenha permanecido e operado como um nicho favorável à retenção permanente e à reabsorção definitiva do negro e do mulato no sistema de trabalho livre, o campo alterou-se com certa lentidão. Compreendendo quase 30% de negros e mulatos, o nosso vasto mundo rural diluía os contingentes “estrangeiros” (convertidos em 5,4% no cômputo geral) e não destoava muito do padrão tradicional de composição racial da população brasileira. Os 10.842 “pretos” e “mestiços” da Cidade de São Paulo, porém, esbatiavam-se contra 14.303 estrangeiros (ou seja 22% da população lo-

(12) — Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de Dezembro de 1890, Ministério da Indústria e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, 1898 (dados enumerados de acôrdo com as especificações tomadas na fonte).

cal). Não chegava a perfazer 17% de um aglomerado humano cuja organização se desprendia das matrizes rústicas da “civilização agrária brasileira”, evoluindo com flagrante rapidez para um estilo de vida individualista e competitivo, inexoravelmente adverso à assimilação (mesmo de maneira gradual e seletiva), dos negros e dos mulatos ao nôvo regime de relações de produção.

Esse é o segundo aspecto essencial daquela situação demográfica. A documentação histórica e estatística conhecida não lança muita luz sobre êle. Não obstante, graças principalmente ao recenseamento da Capital feito em 1893 (13), existem algumas indicações indiretas, que revelam o caráter da forma histórica assumida aqui pela destituição do ex-agente do trabalho escravo. De acôrdo com os dados globais, teríamos a seguinte distribuição da população segundo a côr em 1893:

Quadro 2

População da Cidade de São Paulo em 1893, Segundo a Côr.

População	Segundo o Sexo		Totais	
	Homens	Mulheres	Dados Brutos	%
Branços	63.071	52.655	115.726	88,4%
Caboclos	254	236	490	0,003%
Pardos	3.731	4.908	8.639	6,6%
Pretos	2.528	3.392	5.920	4,5%

Êsses dados sugerem que as informações históricas sobre a concentração de negros e mulatos na cidade, logo após a Abolição, são provavelmente verdadeiras (o aumento em 1893 seria, em números brutos: de 4.284 indivíduos, em relação ao censo de 1886; e de 3.717 indivíduos, em relação ao censo de 1890; considerando-se como base a população negra e mulata da capital em 1886, teríamos a seguinte

(13) — Relatório Apresentado ao Cidadão Dr. Cezario Motta Júnior Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo pelo Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo Dr. Antonio de Toledo Piza em 31 de Julho de 1894, Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1894. Na apreciação dêste recenseamento, é preciso não esquecer que os seus resultados surpreenderam os próprios organizadores, cujas previsões eram mais otimistas (cf. esp. pp. 64-66); e que os censos de 1886 e, em particular, de 1890 sofreram sérias restrições por serem incompletos (cf. comentários de S. Lowrie, “Fontes Bibliográficas das Estatísticas de População no Estado de São Paulo”, Boletim Bibliográfico, São Paulo, N.º 1, pp. 76-77). Os dados do censo de 1890, concernentes à população estrangeira em São Paulo (no Estado e na Capital), são notòriamente inferiores às indicações sobre as entradas e a fixação de imigrantes.

progressão: 1886 = 100; 1890 = 106; 1893 = 142). Todavia, o incremento da população branca foi muito maior (em 1893 seria, em números brutos: de 79.392 indivíduos, em relação ao censo de 1886; e de 62.522 indivíduos, em relação ao censo de 1890; considerando-se como base a população branca da Capital em 1886, teríamos a seguinte progressão: 1886 = 100; 1890 = 149; 1893 = 302), descendo em consequência a proporção relativa de negros e mulatos na população local para 11%. Doutro lado, os estratos da população branca sofreram alterações sensíveis, atingindo os “estrangeiros” predominância sobre os “nacionais” (14):

Estrangeiros	71.468	— 54,6%
Nacionais	59.307	— 45,4%
Total	130.775	— 100,0%

Em outras palavras, a cidade alcançava, em termos da organização do trabalho livre e da integração da ordem social competitiva, posição simétrica à que teve no começo do século XIX, em termos da organização do trabalho escravo e da integração da ordem social escravista. Só que o fator humano preponderante passou a ser o agente por excelência do trabalho livre, o imigrante. Em função dos números arrolados, os “estrangeiros” entravam, ainda, com 62% do contingente da população descrita como branca e correspondiam quase a cinco vezes à população negra e mulata da cidade, composta de 14.559 indivíduos. Como os “nacionais” que se declararam “brancos” perfaziam 44.258 indivíduos, existiam até mais imigrantes italianos na cidade, que brasileiros natos, como se depreende da seguinte relação (15):

Italianos	44.854
Portuguêses	14.209
Espanhóis	4.727
Alemães	2.320
Franceses	1.107
Austriacos	948

As indicações fornecidas sobre a distribuição da população no espaço não são conclusivas. Ainda assim, parece que o padrão de distribuição étnica difusa comportava uma conexão ecológica significativa em dois pontos: onde havia maior concentração de “estran-

(14) — A. Toledo Piza, op. cit., p. 71 (note-se que, pelos cálculos, 490 estrangeiros eram “indivíduos de côr”, presumivelmente de origem africana).

(15) — A. Toledo Piza, op. cit., pp. 71 e 72; na relação, foram omitidos os grupos nacionais pouco numerosos na ocasião.

geiros”, era mínima a presença de negros e mulatos; e, ao inverso, onde havia maior concentração de negros e mulatos, era mínima a presença de “estrangeiros”:

	Branços	Caboclos	Pardos	Pretos	Estr./1000
Norte e Sul da Sé ..	88,3	0,40	6,3	5,0	565
Santa Ifigênia	86,4	0,30	8,9	4,4	506
Consolação	89,2	0,70	5,2	4,9	566
Brás	93,1	0,30	3,3	3,3	625
Subúrbios (16)	75,1	0,20	15,3	9,4	(20%)

E’ possível, pois, que a distribuição de negros e mulatos no espaço traduzisse certas desvantagens marcantes na competição ecológica dêles com os “estrangeiros” e que a localização predominante na periferia representasse um estratagema na luta pela sobrevivência em condições tradicionais (associação da economia de subsistência com oportunidades de engajamento em fainas rurais ou semi-rurais). No que concerne à estrutura ocupacional da cidade, parece claro que a competição econômica com o “estrangeiro” engendrou, prematuramente, um processo bem definido de pura sucessão ecológica. O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-lo a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes. Aliás, a êsse respeito é preciso ter em mente que o “estrangeiro” competia no mercado de trabalho e de capitais mesmo com os “brancos” das camadas dominantes e que os vários grupos nacionais em presença disputavam sem reboços tôda e qualquer oportunidade econômica promissora ou lucrativa, por mais penosos ou duros que fôssem os “sacrifícios” requeridos. O impacto da competição com o “estrangeiro” foi aniquilador para o negro e o mulato, porque êles não contavam com elementos: seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas; seja para concorrer nas sucessivas redistribuições das oportunidades econômicas entre os grupos étnicos concorrentes, embora elas fôssem, então, muito fluidas, acessíveis e elásticas, por causa da extrema mobilidade imperante no meio econômico e social. Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especia-

(16) — N. S. do Ó, Penha e São Miguel. Dados extraídos de A. Toledo Piza, op. cit., pp. 68 e 71-72.

lização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema — com os que “**não serviam para outra coisa**” ou com os que “**estavam começando bem por baixo**”.

O censo da Capital, de 1893, esclarece vários ângulos desse complexo processo histórico-social, que pode ser apenas pressentido em suas linhas gerais através das informações reiteradas dos almanaques e dos testemunhos oculares. Na zona vital para a preservação do poder nas mãos das antigas famílias gradas e dos moradores influentes, as transformações da estrutura ocupacional são diminutas ou irrelevantes. Nas esferas dos serviços essenciais para a expansão da economia urbana, da livre empresa e do capitalismo, prevalecia irrefreadamente a filosofia de “*the right man in the right place*”. O “**estrangeiro**” aparecia, aí, como a **grande esperança nacional** de progresso por saltos. Nos demais setores, imperavam as conveniências e as possibilidades, escolhidas segundo um senso de barganha que convertia qualquer decisão em “**ato puramente econômico**”. Dê-se ângulo, onde o “**imigrante**” aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente “**negro**” ou “**mulato**”, pois entendia-se que ele era o **agente natural** do trabalho livre.

O complexo quadro das ocupações, elaborado por Toledo Piza (17), desvenda e situa tôdas essas gradações. Sobre 170 capitalistas, 137 eram nacionais (80,5%) e 33 estrangeiros (19,4%); sobre 740 proprietários, 509 eram nacionais (69%) e 231 estrangeiros (31%). Em certas profissões conspícuas, como na magistratura e na advocacia, o estrangeiro só aparece esporadicamente; mas em outras, que dinamizavam o “**progresso econômico**”, ele é freqüente e às vezes dominante (por exemplo: 127 engenheiros nacionais para 105 estrangeiros; 23 arquitetos nacionais para 34 estrangeiros; 10 agrimensores nacionais para 11 estrangeiros; ou 274 professores nacionais para 129 estrangeiros; etc.). Entre o “**pessoal das indústrias**”, por fim, reponta o imigrante como o fator humano por excelência do trabalho livre e assalariado. Excetuando-se as ocupações agrícolas, nas quais sobre 2.456 trabalhadores, 1.673 eram nacionais (68%) e 783 estrangeiros (32%), no resto êstes exerciam nítido predomínio. Nos serviços domésticos, em menor escala — sobre 14.104 trabalhadores, 5.878 eram nacionais (41,6%) e 8.226 eram estrangeiros (58,3%); mas de forma decidida e quase monopolista nos outros ramos de atividades, verdadeiramente ligados à dinâmica do novo mundo econômico, em nascimento: a) nas atividades manufatureiras — 3.667 trabalhadores, dos quais 774 na-

(17) — Idem.

cionais (21%) e 2.893 estrangeiros (79%); b) nas atividades artísticas (18) — 10.241 trabalhadores, dos quais 1.481 nacionais (14,4%) e 8.760 estrangeiros (85,5%); c) nas atividades de transporte e conexas — 10.525 trabalhadores, dos quais 1.998 nacionais (18,9%) e 8.527 estrangeiros (81%); d) nas atividades comerciais — 9.456 trabalhadores, dos quais 2.680 nacionais (28,3%) e 6.776 estrangeiros (71,6%). Em relação ao total considerado (19), 71,2% dos trabalhadores da cidade de São Paulo eram estrangeiros. Quanto aos setores que operavam como fulcros da rápida expansão urbana e da industrialização, a participação dos trabalhadores estrangeiros era da ordem de 82,5%! Embora não se disponha de dados diretos, essas indicações são suficientes para fundamentar a conclusão de que o antigo agente do trabalho escravo foi expelido, nas condições em que se formou e se consolidou, inicialmente, a ordem social competitiva na cidade de São Paulo, para as ocupações marginais ou acessórias do sistema de produção capitalista. O imigrante aparece como o lido agente do trabalho livre e assalariado, ao mesmo tempo que monopoliza, praticamente, as oportunidades reais de classificação econômica e de ascensão social, abertas pela desagregação do regime servil e pela constituição da sociedade de classes.

Diante do negro e do mulato abrem-se duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarianização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de **HOMEM LIVRE**.

Na análise retrospectiva dessa situação, é patente a irracionalidade do comportamento do negro e do mulato, como indivíduos ou coletivamente, no período final de desagregação da sociedade de castas e no período inicial da formação da sociedade de classes. A revolta diante da degradação e da suprema humilhação decorrentes da escravidão inspirou avaliações e aspirações sociais que lhes foram funestas. Os depoimentos a respeito são desencontrados, pois o estado de espírito então predominante não favorecia nenhuma espécie de isenção. Entre os brancos, os que apoiavam a perpetuação indefinida do escravismo encaravam com rancor as ocorrências que envolvessem os antigos agentes do trabalho escravo. Doutro lado, os brancos hostis à escravidão e, principalmente, os que tomaram parte ativa nas cam-

(18) — Abrangendo artesãos e artífices em geral.

(19) — Nos cálculos para esta exposição deixamos de lado o pessoal ocupado em atividades pastoris.

panhas abolicionistas, tinham fortes razões para verberar o desinteresse dos poderes públicos, a desumanidade dos poderosos e a indiferença geral perante a miséria material e os dramas morais dos libertos. Por fim, seria demais pedir isenção de ânimo a êstes próprios, após a última espoliação que sofreram, os infortúnios que enfrentaram nas peregrinações pelo campo, pelas cidades ou para o litoral e o desalento que desabou sôbre todos ao descobrirem que a mudança de estado social não acarretava “a redenção da raça negra”. As preferências pelo imigrante, em particular a proteção oficial dispensada às iniciativas relacionadas com o fomento das correntes imigratórias e a assistência aos trabalhadores brancos transplantados (20), suscitaram um travo de fel, que enchia de amargura e de ressentimento as suas opiniões sôbre a cena histórica. Contudo, é possível expurgar os documentos, corrigindo-se (ou pelo menos compreendendo-se) as influências perturbadoras ou deformadoras. Feito isso, entende-se que a irracionalidade do comportamento do negro e do mulato procedia de uma situação humana altamente complexa e, principalmente, que as circunstâncias exteriores converteram essa mesma irracionalidade em fator dinâmico de ajustamento.

No fundo de tôda essa questão, está a natureza das reações dos negros e dos mulatos ao trabalho livre. Para o branco, que contratava os trabalhadores em termos puramente mercantis, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração dêsse fator da produção. Para o negro e para o mulato, tudo isso era secundário, como meros atributos do homem que fôsse livre para vender e aplicar sua fôrça de trabalho; o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar “**vida nova na pátria nova**”, calculando libertar-se dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nêle e por êle provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana. Introduziam, portanto, elementos morais no contrato de trabalho, altamente desfavoráveis em uma ordem social que timbrava por despojar a relação patrão-assalariado de obrigações e de direitos extra-econômicos. Acresce que as avaliações de tais direitos e obrigações pautavam-se por critérios propriamente pré-capitalistas. O imigrante repelia as condições de vida que não fôssem

(20) — Malgrado as insuficiências e limitações dessa assistência, bem conhecidas mas que só eram patentes aos olhos dos imigrantes e de pequenos círculos nacionais mais avançados.

“decentes”, sujeitando os patrões deformados pelo regime servil a enquadrar-se nas bases morais do regime de trabalho livre; mas cumpria à risca as obrigações decorrentes do contrato de trabalho, estimulado ainda mais pelo agulhão de converter sua força de trabalho em fonte de poupança. O negro e o mulato pretendiam as mesmas condições de vida e tratamento concedidos aos imigrantes, porém obstinavam-se em repudiar certas tarefas ou, o que era mais grave, o modo de dispor de seu tempo e energias. Assim, a escravidão atingia o seu antigo agente de trabalho no próprio âmago de sua capacidade de ajustar-se à ordem social associada ao trabalho livre. Tornava-se difícil ou impossível, para o negro e o mulato, dissociar o contrato de trabalho de transações que envolviam, diretamente, a pessoa humana. Ao contrário do imigrante, que percebia com clareza que somente vendia sua força de trabalho, em dadas condições de prestação de serviços, eles ajustavam-se à relação contratual como se estivessem em jogo direitos substantivos sobre a própria pessoa. Ou seja, como se se vendessem, em parte ou totalmente, ao aceitar e ao praticar as estipulações do contrato. Para manter a pessoa intangível, procuravam cumprir as obrigações contratuais segundo um arbítrio que, formalmente, prejudicava os interesses do contratante, por causa das incertezas e imprevistos que se introduziam na relação patrão-assalariado. A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica — essas e outras “deficiências” do negro e do mulato se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre. O importante, do ponto de vista sociológico, consiste em que não se veja em cada aspecto “negativo” um produto direto da herança cultural da escravidão. É certo que esta era limitativa, predispondo o antigo agente do trabalho escravo a conduzir-se segundo inspirações pré-capitalistas. Mas, além e acima disso, contam outros fatores, que desafiavam o negro e o mulato a enfrentarem o mercado de trabalho como se nele ainda imperasse o “tráfico negreiro”. A rapidez com que a ordem social competitiva se expandiu e consolidou na cidade de São Paulo complicou deveras as coisas, suprimindo pela raiz as possibilidades de uma transição gradual, que lhes facilitasse a aquisição, pela experiência, da mentalidade e dos comportamentos requeridos pelo novo estilo de vida.

Esse quadro de referência permite compreender e explicar tanto o “porque”, quanto o “sentido” da irracionalidade do comportamento dos libertos. Doutro lado, êle oferece um desmentido cabal às interpretações malévolas, que passaram a ser ventiladas com insistência, de que os “ex-escravos fugiam do trabalho”. Êles tentavam participar dos fluxos da vida econômica da cidade; apenas, fizeram-no à sua maneira — porque não podiam proceder de outro modo — e viram-se repudiados, na medida em que pretenderam assumir os papéis de homem livre com demasiada latitude ou ingenuidade, num ambiente em que tais pretensões chocavam-se com generalizada falta de tolerância, de simpatia militante e de solidariedade. Aliás, mesmo no campo o liberto tentou manter sua posição no sistema ocupacional e competir como assalariado. Escrevendo na fase por assim dizer aguda da desorganização das lavouras pela fuga em massa dos escravos, Paula Souza dá um testemunho incisivo: “Concluí dando-lhes uma semana para procurarem o cômodo que lhes parecesse, e declarando-lhes ao mesmo tempo que minha casa continuaria sempre aberta para os que quisessem trabalhar e proceder bem.

A exceção de três, que foram procurar suas irmãs em São Paulo, e de dois, um dos quais ingênuo — que foram ter com o pai, libertado por mim há 10 anos, todos ficaram comigo, e são os que me rodeiam, e junto aos quais sinto-me feliz e contente, como acima te disse.

Agora as informações, que devem aproveitar aos agricultores do norte, que dentro em breve se verão defronte dessa necessidade social — a emancipação completa e incondicional dos escravos.

Dize aos teus comprovincianos que não se iludam com meia liberdade, na esperança de não desorganizar serviços encaminhados. Com a liberdade condicional nada obterão dos escravos. Êstes querem-se sentir livres e só querem trabalhar sob um regime nôvo, e com plena responsabilidade.

A libertação condicional, mesmo com prazo limitadíssimo não produz efeito algum naquelas almas ulceradas por tão longo cativo. Suspeitam e com razão a respeito de alguns, que uma tal liberdade é apenas um lôgro para demorá-los na escravidão, da qual as circunstâncias os tirarão. Trabalham, mas com indolência e má vontade: funciona o corpo, mas não o espírito.

Livres de todo, dão algumas cabeçadas, mas afinal fixam-se aqui ou ali. Que importa isso? Que importa que meus ex-cativos procurem outro patrão, com tanto que trabalhem e que outros venham substituí-los!

Nós aqui em São Paulo temos experiência completa no assunto e conhecimento perfeito de todos os tipos de libertação. Há um único

razoável e proveitoso — é a liberdade completa, imediata e incondicional. Os próprios libertos devem tomar a responsabilidade do êrro da retirada da casa, de que foram cativos. Está claro que senhores há que perderam todos trabalhadores e o motivo único será porque não merecem tê-los. Mas a grande maioria ficará colocada dentro de um mês.

“Tenho em minha família exemplos completos. Meu irmão libertou todos os que possuía. Alguns dêstes saíram e foram procurar serviço longe. Oito dias depois me procuraram, ou a meu próprio irmão e acomodaram-se conosco, trazendo impressões desfavoráveis da vida de vagabundo que levaram durante êsses oito dias.

Para não enfastiar-te mais com tal assunto, resumo dizendo-te que durante o mês de Fevereiro passamos na província horas de amargura e de terror, vendo a mais completa desorganização do trabalho, que se pode imaginar.

Todo o corpo de trabalhadores desertou das fazendas que ficaram quase tôdas abandonadas. Não exagero dizendo que sôbre 100, 80 ficaram desertas, procurando os negros as cidades, ou aliciadores malévolos. Que será de todos nós? Pensávamos tristemente.

Pouco a pouco êles cansaram-se da vadiação, e a seu turno os aliciadores cansaram-se de sustentá-los sem proveito, e hoje, Março, já estão todos mais ou menos arrumados. Compreendes que quando digo — todos — excetuo alguns proprietários de má reputação. Êstes, com efeito, serão eliminados e substituídos pela fôrça das circunstâncias, e nem falta farão à lavoura.

E’ possível que na colheita atual haja alguma perda de frutos; ela, porém, é tão grande que esta falta não será apreciável e será largamente compensada pelos benéficos efeitos da liberdade. Outra coisa deves dizer também aos teus comprovincianos: é que êles laboram em grande êrro supondo sofrer grandes prejuízos com a perda da propriedade escrava.

Deves lembrar-te que o meu grande argumento de escravista era — que o corpo escravo era o único com que podíamos contar para o trabalho constante e indispensável do agricultor, e que se êste pudesse contar sempre com trabalhadores livres, de boa vontade sacrificaria os escravos.

Quem argumentava assim podia ser considerado um pessimista mas não um emperrado.

Pois bem: os teus patrícios que percam êste receio. Trabalhadores não faltam a quem os sabe procurar. Primeiramente, temos os próprios escravos, que não se derretem e nem desaparecem e que

precisam de viver e de alimentar-se, e, portanto, de trabalhar, coisa que êles compreendem em breve prazo.

Depois temos um corpo enorme de trabalhadores, com que não contávamos. Não aludo ao imigrante que felizmente hoje nos procura com abundância, aludo ao brasileiro, preguiçoso ontem e vivendo das aparas do serviço escravo e da benevolência do proprietário rural ao qual fazia a côrte na qualidade de agregado, capanga ou outra qualquer coisa. Êste brasileiro lança-se hoje valentemente ao trabalho, ou porque êste se nobilitasse com a liberdade, ou porque lhe tivessem faltado aquêles recursos anteriores. E' o que estamos vendo.

Quanto a mim, tenho recolhido muitos, receioso de que no regime atual não esteja suficientemente suprido de trabalhadores. [...]

Como te disse, tenho com os meus ex-escravos o mesmo contrato que tinha com os colonos.

Nada lhes dou: tudo lhes vendo, inclusive um vintém de couve ou leite! Compreendes que só faço isto para moralizar o trabalho, e para que êles compreendam que só podem contar consigo, e jamais por ganância, porquanto só uma visita do médico que sou eu quem paga, custa-me muito mais que tôdas as couves que tenho, e que todo o leite de minhas vacas.

Pois bem: êsse vintém de couve e de leite, o gado, que mato, a fazenda que compro por atacado, e que lhes vendo a retalho, e mais barato que na cidade, dão quase para o pagamento do trabalhador.

Tudo isto passava desapercibido no regime da escravidão!" [...] (21). Êsse informe é amplamente confirmado por notícias de jornais, que corroboram as indicações de Paula Souza: mesmo na vigência do regime servil, o ex-escravo, liberto de direito ou apenas de fato, aprendia que precisava contar com a própria fôrça de trabalho para a sua subsistência e a da família. Tentava obter emprego com o antigo senhor ou em outra fazenda. A deserção das fazendas se daria quando os antigos senhores não compreendiam sua condição de libertos, tratando-os como se ainda fôssem escravos. Em suma, como salientava um editorial de **A Província de São Paulo**: "Mesmo quando abandonam as fazendas, os escravos não

(21) — Carta do Conselheiro Paula Souza ao Dr. César Zama, escrita em 19 de Março de 1888 e publicada em **A Província de São Paulo**, 8-IV-1888. A sua transcrição, quase na íntegra, explica-se pela riqueza de gradações das informações prestadas. A parte que deixei de transcrever, pertinente ao trabalhador nacional, vem citada adiante (cf. nota 63, p. 37).

abandonam a lavoura — mudam de uma para outra” (22). Aliás, resumindo as observações pertinentes a êsse processo, escreve Evaristo de Moraes: “O escravo, em regra, não ia para longe”. “Retirava-se, às vêzes, somente, da fazenda em que sofrera coação e os rigores do cativo; fugia, apenas, à senzala, que tão dolorosas recordações lhe trazia. Dirigia-se a outra fazenda próxima e procurava contratar seus serviços” (23). Em seguida à Abolição, a mesma coisa continuou a ocorrer, apenas com maior mobilidade da mão-de-obra negra e mulata. Informações colhidas diretamente entre representantes da antiga camada senhorial ou dos escravos revelaram: 1.º) que em algumas regiões em decadência econômica ou com falta de braços, a transição se operou quase sem comoções — os antigos escravos conservaram-se trabalhando nas fazendas, como assalariados, com exceção de alguns (em geral artesãos), que se deslocavam para cidades próximas, às vêzes com a proteção econômica dos antigos senhores; 2.º) onde havia mão-de-obra agrícola abundante, especialmente estrangeira, os libertos que abandonaram as fazendas raramente foram readmitidos, havendo pelo menos um informante que afirmou, categòricamente, que os fazendeiros os “mandaram embora”, “pondo logo no lugar o colono italiano”; 3.º) o comportamento dos antigos escravos e libertos foi encarado pelos fazendeiros como uma manifestação intolerável da “ingratidão do negro”, levando-os a agir com sêde de represália ou a guardar ressentimentos inesquecíveis (24).

Estabelecer êsses pontos é de grande importância. Aí está a única pista indireta, de que dispomos, que demonstra o empenho do ex-agente do trabalho escravo em não ser posto à margem da vida econômica ativa. Ela evidencia o quanto êle lutou, tenazmente, para manter-se até nas ocupações que foram mais degradadas pela escravidão. No entanto, sem êxito apreciável, seja em virtude de suas deficiências intrínsecas ou extrínsecas como “assalariado”, seja porque, em condições de concorrência, os empregadores preferiam (on-

(22) — Seria preciso muito espaço para enumerar a documentação existente; veja-se, por exemplo, as informações consignadas em *A Província de São Paulo*, editorial estampado no número de 24 de Janeiro de 1888 (do qual foi extraído o trecho transcrito acima); e, como exemplo, também os números de 23-II-1888; 10-IV-1888; e 1-V-1888; *O Correio Paulistano*, esp. números de 15-IX-1887, 30-X-1887, 16-XI-1887 e 18-I-1888; 31-I-1883 e 1-II-1888.

(23) — Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, Livraria Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1924, p. 308 (onde fornece indicações complementares sobre o comportamento dos fazendeiros paulistas, na ocasião).

(24) — Nesses tópicos, foram resumidas informações coligidas por Maria Izaura Pereira de Queiroz e Antônio Cândido de Mello e Souza, para o professor Roger Bastide; ou levantadas pelo próprio autor junto a informantes negros. Foi da maior valla, nesse sentido, a colaboração do senhor Mário C. Costa.

de e como isso se tornasse possível), contratar os trabalhadores europeus. Couty observara que os fazendeiros tinham maior estima e confiança na capacidade de trabalho dos colonos portugueses, alemães e italianos (25), concluindo que, “nessas condições novas, o negro escravizado não pode lutar com o trabalhador livre: tôda a produção para a qual se estabelecer a concorrência ficará, necessariamente, nas mãos do segundo” (26). Com a universalização do regime de trabalho livre, a persistência daquelas noções e a abundância relativa crescente da mão-de-obra mais valorizada fizeram com que o colono, como “trabalhador livre”, eliminasse o negro ou o mulato mesmo nas ocupações para as quais êles se achavam adestrados e gozavam de alguma reputação favorável. Dêste ângulo, o problema deixava de ser algo que afetasse a situação dos libertos, para surgir como um dilema econômico nacional. Atrás da relação entre o “imigrante” e o “escravo” (ou, mais tarde, o “liberto”), estava a própria questão do destino que se pretendia dar à ordem social competitiva e à sociedade de classes no Brasil. Couty percebeu com argúcia êsse fato. “Possuir imigrantes e não convertê-los em cidadãos, eis o problema insolúvel para o qual o govêrno continua a procurar a solução” (27). Enquanto o fazendeiro contratante era cidadão e eleitor, o colono contratado não possuía nenhum direito ou regalias políticas. A equiparação de ambos, para os efeitos jurídicos da relação contratual, surgia como o verdadeiro problema, de cuja solução iria depender a criação de condições para transformar as fazendas e adaptá-las ao regime de trabalho livre (28).

Todo o processo orientava-se, pois, não no sentido de converter, efetivamente, o “escravo” (ou o “liberto”) em “trabalhador livre”, mas de mudar a organização do trabalho para permitir a substituição do “negro” pelo “branco”. A clareza com que êsses fins foram colimados socialmente, em São Paulo, encontra abundante fundamentação. Sabia-se que a coexistência do trabalho servil com o trabalho livre desorganizava a produção agrícola, fomentando a rebeldia do “escravo” e a insatisfação do “colono” (29); e procurava-

(25) — Louis Couty, *L'Esclavage au Brésil*, Librairie de Guillaumin et Cie., Paris, 1881, p. 48.

(26) — Louis Couty, *op. cit.*, p. 56.

(27) — Louis Couty, *Le Brésil em 1884*, Faro & Lino, Editeurs, Rio de Janeiro, 1884, p. 15.

(28) — Louis Couty, *idem*, cf. esp. pp. 20, 112 e 125-126.

(29) — “O escravo por fôrça das coisas, compara-se com o trabalhador livre; mede a distância profunda que o afasta dêle; compreende, então, a humildade de sua posição, sem que lhe sorria ao longe a esperança de melhores dias; e dessa sua situação desanimadora nascem todos os desatinos de que é capaz uma organização grosseira, tôdas as reações de que pode lançar mão um homem que se sente vilipendiado por uma sorte inflexível.

se dilatar o mais possível a fase de transição, com o fito de ganhar tempo suficiente para promover-se a renovação do mercado de mão-de-obra (30). Contudo, ninguém tinha ilusões: tratava-se de tirar o proveito possível da escravidão exangue e de importar com a maior rapidez grandes massas de colonos para a lavoura, reorganizando-a para absorvê-los. Eis como **O Correio Paulistano** pronunciava-se sobre a significação econômica do “escravo” e do “imigrante”: 1) “Se o escravo, como instrumento de trabalho, é imprestável, trate o proprietário de substituí-lo por outro mais profícuo, ou pelo menos, utilize-se dêle segundo as atuais condições de trabalho” (31); 2) “Não há fugir ao império irresistível dos fatos sociais: a exploração das grandes fontes de nossa riqueza é já o apanágio do homem livre não do homem escravo. E ao passo que a introdução do estrangeiro para cooperar na nossa produção, nos acalenta de esperanças e nos anuncia uma nova era de prosperidades cada vez mais crescentes, fazendo-nos antever inauditos progressos não só na indústria até hoje explorada, a indústria agrícola, senão também na indústria manufatureira e fabril, e, em tôdas as manifestações da atividade social” (32). Doutro lado, essa era a **política econômica** defendida pelos grandes proprietários, que exerciam influência ou tinham assento no Governo. A célebre fórmula de Antônio Prado — “trabalho livre na pátria livre” (33) — não só pressupunha que o **trabalho livre** expulsaria o **trabalho escravo**, mas, ainda, que no regime da livre iniciativa o “branco” iria, fatalmente, substituir o “negro” como agente do trabalho. “Imigração em larga escala, na mais larga escala possível” (34), eis o fun-

Isto significa claramente, que ao pé do trabalhador livre e remunerado, ao pé do imigrante, é impossível o trabalho gratuito, o trabalho escravo, feito para gozo exclusivo dos proprietários; que a imigração, como instituição social, repele irresistivelmente a instituição servil; que aquele grande fator do nosso progresso torna impossível o escravo” (**O Correio Paulistano**, 13-XI-1887). Por “horror ao trabalho”, os escravos “fogem e abandonam os estabelecimentos agrícolas, porque seu espírito, que também acompanha a evolução, já não compreende trabalho sem remuneração; porque sabe, que, o colono, que não tem mais força muscular nem mais aptidão que êle para o serviço da lavoura, forma pecúlio, tem gôsos e vive muito melhor [...]. A raça negra é capaz de todos os sentimentos nobres, como as raças civilizadas” (**O Correio Paulistano**, 16-XI-1887). Sobre o assunto: veja-se, ainda: J. Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, Livraria Martins, São Paulo, 1942, pp. 315-316.

(30) — Ver R. Bastide e F. Fernandes, op. cit., p. 51 e sets., principalmente as fontes citadas em notas de rodapé.

(31) — Número de 30-X-1887.

(32) — **O Correio Paulistano**, 11-XI-1887.

(33) — Cf. Antonio Prado no *Império e na República*. Seus discursos e artigos coligidos e apresentados por sua filha Nazareth Prado, F. Briguier & Cia., Rio de Janeiro, 1929, pp. 245 e 33.

(34) — Idem, p. 267.

damento de seu programa como ministro da agricultura. Aceitava tais efeitos friamente, como decorrência das “leis econômicas”: “Braços para o trabalho? Mas não conheço outro meio para ocorrer a esta exigência senão aquele que o governo se tem esforçado para empregar em larga escala, isto é, a introdução de imigrantes, e pelo modo por que pretende dirigí-la, fornecendo trabalhadores idôneos à lavoura sem que os lavradores tenham necessidade de, para êste fim, despendar capitais. Pretenderá, acaso, a honrada oposição que o governo deva propor ao poder legislativo meios coercivos que tenham a virtude de forçar os libertos ao trabalho? Quais poderiam ser êstes meios? Não será, por ventura, a liberdade a garantia mais eficaz para que a lei econômica da oferta e da procura regule convenientemente as condições do trabalho?” [...] “O imigrante não pode presentemente achar no Brasil colocação mais fácil, nem mais pronta, do que no serviço da lavoura particular, isto é incontestável e deve ser dito para honra da agricultura nacional. E’ matéria de fato e ninguém contestará que êste destino da imigração é tanto mais útil quanto é sabido que a lei de 13 de Maio determinou, nem podia deixar de determinar, temporária incerteza no trabalho dos libertos nos estabelecimentos agrícolas” (35).

Se os resultados dessa discussão forem aceitos como válidos, nem o “grande proprietário” nem o “imigrante” foram pessoal e conscientemente responsáveis pela eliminação gradual do negro da ordem social competitiva em formação. Dunshee de Abranches, por exemplo, aponta a primeira conexão, referindo-se a um acôrdo premeditado entre os “lavradores abastados a fim de expulsarem os cativos das fazendas substituindo-os por brancos importados da Baixa-Itália, assolada pela miséria e pela falta de trabalho” (36). Por outro lado, tem-se aventado a hipótese de que o “imigrante”, pura e simplesmente, preencheu o vácuo deixado pelo abandono das fazendas por parte dos escravos ou dos libertos (37). Ora, nem uma nem outra coisa são verdadeiras. As tendências de reintegração da ordem social e

(35) — Idem, pp. 282-283 e 286. Note-se que Antonio Prado pensou em medidas para fomentar a fixação dos imigrantes na agricultura (cf. pp. 289-290) e recusou-se obstinadamente a fixar normas sequer para obrigar os libertos ao trabalho agrícola (cf. pp. 306-308).

(36) — Dunshee de Abranches, *O Captiveiro* (Memórias), Rio de Janeiro, 1941, pp. 226-227; adiante, refere-se ao ódio e desprezo do paulista contra o negro, vendo aí a causa para a diminuição dos “homens de côr” em São Paulo (cf. p. 228).

(37) — Cf. “L’Immigrazione Italiana dal 1886 all Oggi. Il Lavoro nelle “Fazendas” e la Formazione della Piccola Proprietà”, in *Cinquant’anni di Lavoro degli Italiani in Brasile*, Vol. I — Lo Stato di S. Paolo, Società Editrice Italiana, São Paulo, 1936, p. 72; Francisco Cenni, *Italianos no Brasil*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, s. d., pp. 164-165.

econômica expeliram, de modo mais ou menos intenso, o negro e o mulato do sistema capitalista de relações de produção no campo. O grande proprietário deu preferência ao imigrante onde a prosperidade econômica e a abundância relativa de mão-de-obra estrangeira foram acentuadas; nas regiões em que isso não sucedeu (ou ocorria em menor escala), teve de apelar para os libertos ou para a chamada **mão-de-obra nacional** (38). Isso deu origem a movimentos migratórios de trabalhadores agrícolas negros, mulatos e caboclos, que se deslocavam das áreas em que sofriam intensa concorrência do “imigrante branco” para “as zonas de lavouras depauperadas do Vale do Paraíba” (39). Em resumo, nem o “imigrante” substituiu o “negro” pelo mero efeito da sucessão de presenças físicas; nem o “negro” largou, sem mais esta nem aquela, suas posições na organização da economia e da sociedade brasileira (40). É certo que as fugas em massa, no decorrer das lutas abolicionistas, e o deslumbramento da liberdade com a Abolição do cativo incentivaram deslocamentos maciços de escravos e libertos. Todavia, em todos os episódios desse tipo logo se faziam sentir o influxo de reguladores econômicos, que compeliavam o “negro” a desenvolver ajustamentos que o reintegravam, como “pequeno empreendedor”, “artesão”, “assalariado”, “dependente” ou “produtor auto-suficiente”, ao sistema de produção agrícola. A substituição ocorria, de fato, em proporções e segundo intensidade que variavam em relação inversa com o grau de diferenciação, o estado de integração e o ritmo de expansão do regime de trabalho livre e da ordem social competitiva correspondente nas várias regiões agrícolas do Estado de São Paulo. Acontece que as regiões de maior prosperidade econômica eram também, por causa das razões assinaladas, aquelas onde havia maior concentração de imigrantes e maior mobilidade centrífuga da mão-

(38) — Cf. esp. **Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves** no dia 10 de Janeiro de 1888, São Paulo, 1888, pp. 22 e 64-65; discurso de Almeida Nogueira na Assembléia Provincial, **O Correio Paulistano**, 8-IV-1888 (no qual são enumeradas como desfavorecidas as regiões do nordeste e do sul).

(39) — Affonso de E. Taunay, **História do Café no Brasil**, Rio de Janeiro, 1939, vol. 7, p. 463.

(40) — Allás, L. Couty viu muito bem a natureza institucional desse fenômeno sócio-econômico. Por isso, salientava, com argúcia, que “não se trata mais de saber como se libertará os negros, mas antes de descobrir como substituí-los; e, se é fácil suprimir o escravo, ninguém sabe como organizar a mão-de-obra livre” (*L’Esclavage au Brésil*, op. cit., p. 33). O mesmo tema foi retomado em outra obra, na qual demonstra que não estava em jogo a pura substituição de homem por homem, mas a alteração das bases materiais e morais de organização do trabalho agrícola (Idem, *Le Brésil en 1884*, op. cit., pp. 125-126).

de-obra negra (41). Daí a aparência do fenômeno, que não nos deve enganar.

O essencial, quanto aos resultados desta parte da análise, é que ela permite considerar a posição do negro e do mulato na emergência do regime de trabalho livre e da ordem social competitiva em termos da organização da produção agrícola, o que vale a dizer, através de elementos e de fatores que configuravam a estrutura e a dinâmica do mundo rural paulista na época do desencadeamento da nossa **Revolução Burguesa**. Ora, êles nos revelam, de uma perspectiva mais ampla, qual é a natureza e o sentido do processo de destituição do escravo e do liberto no conjunto da organização econômica, social e política da Província ou do Estado de São Paulo (42). As evidências históricas selecionadas parecem demonstrar com clareza que aquela revolução se propunha, aberta e resolutamente, a transformação das condições de organização do trabalho. Tanto a ideologia abolicionista, quanto o “não quero” dos escravos foram contidos ou manipulados estrategicamente em função dos interesses e dos valores econômicos, sociais e políticos dos grandes proprietários que possuíam fazendas nas regiões prósperas e concentravam em suas mãos as complicadas ramificações mercantis, bancárias e especulativas da exportação do café. Por irônico que pareça, foram êsses círculos dominantes das camadas conservadoras que deram impulso e orientações finais às agitações anti-escravistas, imprimindo-lhes uma direção política totalmente avêssa aos intuitos humanitários dos abolicionistas e frontalmente contrária ao ardor redencionista dos escravos ou dos libertos. A universalização do trabalho livre foi separada das reparações aos ex-agentes do trabalho servil e do destino que cumpria dar à sua força de trabalho, passando a ter suas balizas na situação de interesses das áreas em expansão demográfica, econômica e rurbana da sociedade brasileira. Os mo-

(41) — O Censo de 1886 permite acompanhar os principais aspectos dessa correlação nos fins do século XIX (cf. Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pelos Senhores Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves (Presidente), Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, Engenheiro Adolfo Augusto Pinto, Abílio Aurélio da Silva Marques, Leroy King Book-Walter, Tipografia King, São Paulo, 1888, pp. 53-56 e 23-24); combinando-se os resultados dos dois estudos seguintes, é possível aventar algumas hipóteses a respeito da relação geral entre o desenvolvimento econômico de São Paulo e os movimentos demográficos em que estavam envolvidos imigrantes, negros e mulatos: Sérgio Milliet, *Roteiro do Café e Outros Ensaios*, 3a. edição revista e aumentada, Vol. XXV da Coleção do Departamento de Cultura, São Paulo, 1941, pp. 7-70; Samuel Lowrie, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV — Vol. XLVIII, São Paulo, Junho de 1938, pp. 5-56.

(42) — Província ou Estado, dependendo do período de tempo que se tome como ponto de referência.

vimentos abolicionistas e as rebeliões nas senzalas deram um pano de fundo e uma cobertura moral extremamente vantajosos aos círculos sociais que encontraram condições para canalizar e capitalizar politicamente as insatisfações contra o “antigo regime”. Mas, o que se fez de um golpe e depois se consolidou através de sucessivas medidas jurídicas, administrativas e políticas foi romper as barreiras que detinham o afluxo da mão-de-obra estrangeira, reprimiam o desenvolvimento do trabalho livre e paralisavam os surtos progressistas da livre-iniciativa.

Na verdade, para converter-se numa revolução social, o processo teria de polarizar-se em torno de tais objetivos. Nem existiam condições para ir além, na sociedade brasileira do último quartel do século XIX. Todavia, cumpre apontar os diferentes aspectos dessa peculiar revolução social — que eclodiu em pequenos núcleos de intelectuais inconformistas dos centros urbanos, alastrou-se como fogo em palheiro nas populações das cidades, converteu-se em rebelião autêntica nos levantes das senzalas e produziu seus frutos pelas mãos daqueles contra os quais ela se voltara no começo — para entender-se porque o “negro” acabou entregue à sua própria sina, senão esquecido pelo menos à margem das preocupações centrais dos grupos sociais que construíam a história.

Êsses grupos não precisavam lutar nem pela liberdade, nem pela segurança, nem pela dignidade da pessoa, pois tudo isso possuíam na escala desproporcional dos privilegiados em uma sociedade estamental e de castas. O que desafiava a imaginação criadora, a audácia e a capacidade de atuação social construtiva de seus membros eram os dilemas de uma ordem econômica, jurídica e social que deixara de corresponder às possibilidades reais de “progresso” econômico, social e cultural do País. Nos limites em que tais possibilidades estavam emaranhadas com seus interesses mais profundos e com suas aspirações mais ardentes, eles podiam perceber, identificar-se e utilizar impulsões revolucionárias lídimas de outros grupos sociais, filtrando-as e domesticando-as, porém, em função de sua própria “situação de classe”. Ora, o problema número um das camadas dominantes, nas zonas de intensa produção e exportação de café, relacionava-se com o suprimento e a renovação de mão-de-obra. Já ninguém pensava, na última década do século XIX, que se poderia resolver esse problema nos quadros da escravidão. A resistência escravista apegava-se a motivos estritamente egoísticos, pois via-se no escravo uma inversão de capital e um instrumento de trabalho que deveria ser exprimido até o bagaço. Mesmo alguém tão empenhado em traçar normas “racionais” sobre o modo de usar e de tratar o escravo, como o Barão do Paty de Alferes, escrevia em 1860, da escravatura: “E’ este

o cancro roedor do Império do Brasil, e que só o tempo poderá curar. A abundância de braços cativos, esquivam o trabalhador assalariado do cultivo de nossos campos”, reiterando, a seguir, que a inexistência de trabalhadores assalariados criava “a necessidade de continuar-se com êsse cancro, cujo preço atual não está em harmonia com a renda que dêle se pode tirar” (43). Os proprietários agrícolas, principalmente os grandes proprietários das regiões prósperas, sabiam muito bem que a coexistência do trabalho escravo com o trabalho livre encarecia êste último: a escassez de trabalhadores assalariados convertia-os em luxo dispendioso (44), além de tornar custosa ou incerta sua substituição, se êles resolvessem largar as ocupações ou trocar de patrão (45). Também descobriram a maior produtividade do trabalho livre, mas para aproveitá-la, impunham-se inovações na organização das fazendas que eram incompatíveis com o regime servil (46); em particular, a larga experiência reunida desde os primeiros conflitos com os imigrantes ensinaram que a organização e o desenvolvimento do trabalho livre eram incompatíveis com a persistência dos padrões de dominação praticados nas relações do senhor com o escravo. Sintetizando essa experiência, afirmava Rafael de Barros, escrevendo sobre “o Trabalho Livre nas Fazendas”, que era necessário “dar ao colono a maior soma de liberdade possível, para que cada um esteja em sua casa, como se fôsse propriedade sua. Quem quiser conservá-lo com certa sujeição que o aproxime do escravo ou simplesmente com rigor militar, estará continuamente em luta com o próprio colono, ou com seus compatriotas, quando não seja com o respectivo cônsul” (47). Por fim, esgotadas as reservas internas da mão-de-obra escrava, já não viam como atender às necessidades da lavoura sem recorrer, em massa, ao trabalhador assalariado estran-

(43) — Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Barão de Paty de Alferes), *Memória sobre a Fundação e o Custeio de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, e anotada pelo Dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 3a. edição, 1878, pp. 22-23.

(44) — Cf. Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, prefácio de Monteiro Lobato, Editora Brasiliense Ltda., São Paulo, 1946, p. 88.

(45) — Le Comte Auguste von der Straten-Ponthoz, *Le Budget du Bresil, ou Recherches sur les Ressources de cet Empire dans les Rapports avec les Interêts Européens du Commerce et de l'Émigration*, Librairie d'Amyot, Editeur, Paris, 1854 (3 vols.; Vol. III, pp. 116-117).

(46) — Louis Couty, *Le Brésil en 1884*, op. cit., pp. 141-154. Para apreciar o debate do assunto em São Paulo: veja-se a *Província de São Paulo*, 13-XI-1887, transcrição na Seção Livre de trechos do trabalho de Antonio de Campos Serra, lavrador de Descalvado. Doutro lado, as práticas da lavoura escravista criaram vários obstáculos à transição para o novo regime de trabalho, como o demonstra João Pedro da Veiga Filho, *Estudo Econômico e Financeiro sobre o Estado de São Paulo*, Tipografia do Diário Oficial, São Paulo, 1896, pp. 56-59.

(47) — Artigo publicado em *A Província de São Paulo*, 15-X-1887.

geiro: “Efetivamente não se trata mais de emancipação geral do elemento servil, pois se ela não está feita pelas leis, o está pelos fatos, pela tendência das províncias principais e pelos costumes. Não é possível mais sustentar um trabalho agrícola, que exige já 2.000.000 de trabalhadores, e outros 2 milhões para seu desenvolvimento imediato, com 300.000 braços escravos e 400.000 ingênuos, que de 1890 em diante ninguém poderá reter nas fazendas” (48). Os fazendeiros paulistas tiveram a habilidade de converter uma transformação violenta e profunda, suscetível de tornar-se uma “catástrofe econômica”, numa política oficial empenhada em solucionar a questão da mão-de-obra agrícola de acordo com os interesses e as conveniências da grande lavoura do café — a transplantação maciça de trabalhadores europeus (49). “O mundo moderno assistiu a poucos espetáculos semelhantes ao desse governo — escreve Pierre Denis — encarregando-se de importar operários agrícolas em massa” (50). O processo, no conjunto, foi realmente revolucionário: consagrou a Abolição do cativo e a instituição universal da ordem contratual na sociedade brasileira. Contudo, deixou-se ao curso natural das relações humanas a determinação do que isso poderia significar, em situações concretas, como democratização efetiva dos direitos e deveres fundamentais dos indivíduos, garantidos juridicamente (51). Se isso foi prejudicial aos trabalhadores brancos, estrangeiros ou nacionais, e se corrompeu pela base os próprios fundamentos jurídicos e morais da ordem contratual (a eficácia do contrato continuou a depender amplamente, na prática, do *estatus* e do poder relativo das partes), para o “negro” as consequências foram piores. Sem as garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia — nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira — a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre (52). Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo

(48) — A Província de São Paulo, 1-X-1887) (transcrição de artigo publicado originalmente pelo Diário de Notícias).

(49) — Ver a análise da questão da mão-de-obra agrícola em São Paulo feita por Pierre Denis (*Le Brasil du XXe Siècle*, 7a. impressão, Librairie Armand Colin, Paris, 1928, pp. 118-156).

(50) — Pierre Denis, op. cit., p. 129.

(51) — A República tomou a si essa tarefa; mas, a regulamentação jurídica resultante manteve-se, na prática, letra morta durante muito tempo, por conhecidas razões predominantemente econômicas, sociais e culturais.

(52) — Sobre as implicações ou consequências econômicas e sociais da destituição do escravo sem nenhuma espécie de reparação ou garantia sócio-econômica, ver Roberto Simonsen, “As Consequências Econômicas da Abolição”, *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV — Vol. XLVII, São Paulo, Maio de 1938, pp. 257-268 (transcrito do *Jornal do Comércio*, 8-5-1938).

previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social.

2 — O Negro e a Revolução Burguesa:

O ponto fundamental desta sumaríssima descrição está na explicação de caráter geral que ela comporta. O esboroamento final da sociedade de castas e o processo de elaboração da ordem social competitiva ligam-se, complexamente, às condições de desenvolvimento da empresa agrária — “a grande fazenda de café” — nas zonas em crescimento econômico, demográfico e social acelerado. Por isso, ao mesmo tempo que a dinamização final da crise do antigo regime veio do campo, dêle também partiu a contenção ativa das tendências de reintegração da ordem social, desencadeadas ou inerentes a essa mesma crise. E’ preciso ter-se presente que aquela empresa agrária não se fechava sobre si mesma. Ela surge e organiza-se numa época em que já se podia comercializar internamente várias fases e proventos do processo de exportação (53), quase monopolizado em todo o seu conjunto, no passado, pelos agentes da importação de produtos tropicais brasileiros. Por isso, ela se projetava diretamente na revitalização dos núcleos urbanos com funções econômicas específicas no referido processo, impelindo os fazendeiros a diferenciar seus papéis econômicos e a intervir organizadamente nos diversos desdobramentos financeiros, comerciais e políticos dos **negócios do café**. Em consequência, as cidades em questão convertem-se nas fronteiras econômicas da grande empresa agrária e nos verdadeiros bastiões da luta pelos seus interesses mais profundos. Não é a sua acanhada e vacilante “burguesia” que oferece a base econômica e o fulcro jurídico-político da formação incipiente da ordem social competitiva. Mas o círculo dos **grandes homens de negócios** da época, os quais detinham em suas mãos as engrenagens da vida econômica e política: os fazendeiros prósperos e os agentes da comercialização do processo de exportação do café, com a vasta rede de associados e dependentes que ambos possuíam na estrutura ocupacional, econômica e de poder das comunidades urbanas (ou em urbanização). O protótipo do autêntico “grande empresário rural” nos é dado pelo fazendeiro que desempenhava simultaneamente os vários papéis sócio-econômicos criados pelas ra-

(53) — Entenda-se que essa afirmação não é feita com o intuito de excluir a existência e a predominância dos capitais estrangeiros no aludido processo. Ela refere-se, tão somente, ao modo de operar e ao estilo das relações de heteronomia econômica, vinculadas aos negócios do café, os quais incluíram a “praça brasileira” nas principais operações de financiamento e de comercialização da safra, estocagem ou exportação dos produtos.

mificações dos interesses rurais nos centros urbanos (54). Não obstante, o grosso dos fazendeiros dependia do concurso dos agentes especializados, tão apegados ou solidários quanto êles próprios aos interesses vitais da produção e da exportação do café, portanto, aos interesses vitais da “grande empresa agrária”. Dêste ângulo, torna-se compreensível a marcha seguida pela instauração e pela evolução da ordem social competitiva no fim do Segundo Império e durante a Primeira República. As inovações institucionais e a eficácia da liberalização jurídico-política republicana foram circunscritas, na prática, às necessidades da adaptação da “grande-empresa agrária” ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado de trabalho que êle pressupunha. Fora e acima disso, continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental e de castas (55). Para que a ordem social competitiva pudesse expurgar-se dêsses influxos constrictivos e perturbadores, consolidando-se numa direção especificamente “burguesa”, “liberal-democrática” e “urbana”, impunha-se que surgisse nas cidades um sistema de produção que as equiparasse ao campo ou as tornasse independentes dêle. Tal condição delineia-se lentamente e só demonstra certo vigor, mau grado as debilidades e as incertezas da industrialização, meio século depois da Abolição e da Proclamação da República (56). Nada podia impedir que o “coronelismo”, como equivalente e substituto da “nobreza agrária”, convertesse o sistema republicano-presidencialista numa transação com o antigo regime (57) e, principalmente, que a ordem social competitiva se ajustasse às estruturas persistentes daquele regime. Mesmo nos centros urbanos

(54) — Cf. esp. Pierre Monbeig, *La Croissance de la Ville de São Paulo*, Institut et Revue de Géographie Alpine, Grenoble, 1953, cap. III, esp. pp. 27-31; Richard M. Morse, *De Comunidade a Metrópole*, op. cit., esp. pp. 183-185.

(55) — Tal coisa ocorria até na própria organização do trabalho agrícola, como o demonstram as críticas feitas por João Pedro da Veiga Filho à persistência das “velhas usanças” e da “rotina” tradicionalista na lavoura, após a implantação do regime de trabalho livre (veja-se *Estudo Econômico e Financeiro sobre o Estado de São Paulo*, op. cit., esp. pp. 56-59).

(56) — Sérgio Buarque de Holanda também pôs em evidência os novos traços de fazenda de café como empresa econômica; no entanto, tenho a impressão que exagerou suas influências urbanizadoras, imputando às fazendas de café efeitos da organização e do desenvolvimento do próprio espaço social urbano (cf. *Raízes do Brasil*, 2a. Edição, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, p. 256 e sets.).

(57) — Alguns aspectos da persistência do antigo regime e da dominação patrimonialista são descritos por Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Edição da Revista Forense, Rio de Janeiro, 1948; e por Maria Izaura Pereira de Queiroz, “O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira”, in I.N.E.P. — Anhembi, *Estudos de Sociologia e História*, Editôra Anhembi Ltda., São Paulo, 1957, pp. 194-301.

em crescimento tumultuoso e rápido (como acontecia com a cidade de São Paulo), ela se configura como uma sociedade de classes que só era **igualitária** nos estratos dominantes e só era **aberta** para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão econômica do sul do País. Essas tendências é que condicionam e precipitam alterações substanciais na estrutura social. Contudo, elas só iriam beneficiar os setores aptos a combinar, nas zonas urbanas ou nas rurais, o trabalho, a poupança, a mobilidade espacial e ocupacional como instrumentos de ascensão social — ou seja: os imigrantes, em grande número, e, em menor escala, os segmentos cultos ou semi-instruídos das populações de origem nacional (58). Só esporadicamente, como e enquanto parte do núcleo ou da periferia das **grandes famílias “brancas”** (59), encontravam o negro e o mulato algumas probabilidades de inclusão nessas transformações da estrutura social. Para eles, na quase totalidade, a sociedade de classes permanecia não **igualitária e fechada** (60).

A análise desenvolvida, embora incompleta e perfunctória, permite considerar a situação do negro e do mulato na dupla perspectiva em que ela aparece na formação da ordem social competitiva: no contexto da vida social urbana, emergente ou imperante na cidade de São Paulo; no contexto mais amplo e inclusivo da vida social rural, nas condições em que ela se renova regionalmente, graças aos efeitos demográficos, econômicos, sociais e políticos da substituição

(58) — Muitas vêzes, pertencentes a antigas famílias paulistas que desfrutavam de consideração e de prestígio, embora desprovidas de riqueza, na antiga sociedade estamental e de castas. Ou, então, recrutados nas levas de brasileiros de todos os recantos do País, que tentavam a sorte nas regiões prósperas, contando com alguns recursos econômicos, eventualmente, e com certas reservas de talento. Pelas estatísticas de A. de Toledo Piza, percebe-se que este elemento tinha alguma significação na vida econômica e social da cidade de São Paulo no começo do século (cf. quadro especial no Relatório Apresentado, etc., loc. cit.).

(59) — Sobre a organização da família brasileira tradicional e as funções de seu “núcleo legal” e de sua “constelação periférica”, conforme Antonio Cândido de Melo e Souza, *Brazil: Portrait of Half a Continent*, T. Lynn Smith e A. Marchant, orgs., The Dryden Press, New York 1951, cap. 13, pp. 291-312.

(60) — Alguns autores ressaltaram esse fato, em outros termos: A. de Limeira Tejo, *Retrato Sincero do Brasil*, Editôra Globo, Pôrto Alegre, 1950, p. 96; em *Estudos Afro-brasileiros. Trabalhos Apresentados ao 1.º Congresso Afro-brasileiro reunido no Recife em 1934*, Ariel Editôra, Rio de Janeiro (contribuições de Joselino Alves de Camargo Jr., pp. 153-170; e de Edison Carneiro, p. 237); Astrogildo Pereira, prefácio de *Obras Completas de Ruy Barbosa*, vol. XI, op. cit., pp. XXVII-XXVIII Em termos mais amplos, R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, op. cit., caps. I e II; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, op. cit., cap. VI; Octávio Ianni, *As Metamorfoses do Escravo*, op. cit., caps. V e VI.

do regime de trabalho. Como é fácil verificar-se, as tendências universais são as mesmas nos dois níveis. A desintegração da sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social. A única diferença relevante entre as tendências que operavam na cidade de São Paulo e as que reorganizavam o mundo rural paulista consiste em que os requisitos estruturais e dinâmicos da ordem social competitiva aparecem na primeira, desde o início, com maior intensidade. No campo, as diferenças no grau de prosperidade, provocadas pelo café, forjavam sensíveis gradações no ritmo de desagregação do “antigo regime” e de formação da ordem social competitiva. Em consequência, em certas zonas rurais, em que as mudanças eram mais lentas, abriam-se facilidades de acomodação que o negro e o mulato não encontrariam nem na cidade de São Paulo, nem nas regiões em que a economia cafeeira possuía maior vitalidade. No entanto, tais facilidades não foram convenientemente aproveitadas. Ao contrário, entre os ajustamentos predominantes, pareciam merecer certa preferência os que representavam “a via mais difícil”. Isso levanta uma questão que precisa ser bem entendida, se não se quiser falsear a interpretação da realidade. O fato do escravo e do liberto terem intervido como o principal fermento explosivo na desagregação do sistema de castas não é, em si mesmo, um índice de participação revolucionária consciente e organizada em bases coletivas autônomas. Não existiam condições para que isso ocorresse e, se chegasse a ocorrer, o abolicionismo daria lugar a uma “união sagrada” entre os **brancos**, para conjurar o “perigo” de uma **subversão racial**. Na medida em que a “situação de castas” envolvia um estado de heteronomia material, social e moral absoluta do escravo, nas condições imperantes na sociedade brasileira ele só podia emergir como “dissolvente” na cena histórica: a) numa fase adiantada de desagregação interna da ordem social escravista e de extrema desmoralização de seus fundamentos axiológicos institucionalizados; b) sob a liderança organizada e ostensiva da parcela inconformista do “grupo racial” dominante, único penhor ideológico e político da continuidade da dominação racial estabelecida e de fidelidade aos princípios de estratificação inter-étnica subjacentes (61). Portanto, a colaboração do escravo e do liberto era

(61) — Essa relação do branco inconformista com o negro e com os padrões de dominação racial existentes fazia parte da organização dos movimentos abolicionistas e, portanto, da consciência que os seus líderes tinham do alcance revolucionário do abolicionismo. Até hoje, o melhor documento a respeito é o cap. III de *O Abolicionismo* (op. cit.), em que Joaquim Nabuco discute a natureza e as implicações do “mandato da raça negra”, que obrigava o branco solidário mas que constituía, por sua própria essência, um mandato delegado de forma inconsciente pelo escravo e pelo

aceita como uma espécie de combustível indispensável para acelerar a dissolução do sistema escravista. Não se via nêles nem se procurou por nenhuma maneira facultar-lhes a condição de um agente revolucionário independente, capaz de traçar seus rumos e de pô-los em prática por seus próprios meios. A moral da história é simples. Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, **o que não queriam**. Contudo, não tinham consciência clara sobre **o que deveriam querer coletivamente** nem de **como agir socialmente, para estabelecer semelhante querer coletivo**. Formaram o polo heteronômico e alienado de uma “situação de castas”; lutaram, com furor mas como polo heteronômico e alienado, contra essa “situação de castas”; e emergiram, em plena era de reconstrução social, diante de uma “situação de classes”, substancialmente diversa da anterior em sua ordenação e potencialidades, com loucas esperanças mas ainda na mesma condição de polo heteronômico e alienado. Para onde quer que se voltassem, mesmo nas oportunidades mais modestas, tinham pela frente o “colono”, o “imigrante operário”, o “artista europeu” ou elementos da plebe nacional, que antes não disputavam, por indignas, as suas ocupações. Como arrostar essa imprevista e pesadíssima concorrência direta com o “homem branco”, sem sequer saber, coletivamente, o que ela significava e como aproveitá-la?

Dentro de semelhante contexto econômico, psico-social e sócio-cultural, as humilhações, os ressentimentos e os ódios, acumulados pelo **escravo** e pelo **liberto** sob a escravidão e exacerbados de forma terrível pelas desilusões recentes, lavravam destrutivamente o ânimo de negros e mulatos. Tudo contribuía para aumentar sua insegurança, natural numa fase de mudanças tão bruscas, e para agravar ansiedades e frustrações que não podiam ser canalizadas “para fora” nem corrigidas construtivamente, através de mecanismos psico-sociais de interação com os “outros” e de integração à ordem social emergente. As alternativas de escolha, valorizadas social e moralmente desde o passado remoto, conduziam as aspirações e as iden-

ingênuo.. O noticiário de *A Província de São Paulo* e de *O Correio Paulistano*, especialmente de 1887 em diante, revela que a indiferença ou a solidariedade diante das fugas em massa possuía a mesma motivação. Até a polícia, o exército e a justiça recusavam-se a intervir, para resguardar os “interesses negreiros”, porque estava claro que a liberdade do escravo e do ingênuo ia suprimir a escravidão, sem modificar as relações recíprocas das “raças” em presença e sua posição na estrutura da sociedade. O leitor encontrará em Pedro Calmon (“A Abolição”, *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV — Vol. XLVII, São Paulo, Maio de 1938, pp. 127-146), uma caracterização histórica do abolicionismo como ideologia dos círculos aristocráticos da sociedade brasileira; e em Paula Beiguelman uma análise sistemática dos componentes ideológicos e políticos do abolicionismo (cf. *Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista*, Edição Mimeografada da Autora, São Paulo, 1961, 2 vols.).

tificações predominantes na direção da equiparação com os brancos das camadas superiores. O êxito dos imigrantes fortaleceu ainda mais as expectativas daí decorrentes (62). Todavia, as alternativas reais iam da caboclicização no campo à pauperização nas cidades, passando por “contratos de trabalho” que não traduziam melhora sensível da situação de existência anterior, piorando-a muitas vezes. Os que permanecessem na agricultura, ou submergiam na lavoura de subsistência (como os caboclos), após penosas migrações para outras regiões do estado de São Paulo ou do Brasil; ou tinham de contentar-se com as precárias compensações oferecidas aos elementos menos cotados dos “braços nacionais” (63), não raro obtidas após peregrinações incertas por fazendas da localidade ou o deslocamento para as zonas agrícolas menos prósperas e em decadência econômica. Os que se encontrassem ou se fixassem nas cidades, com exceção de reduzidíssimo número de ex-escravos ou de libertos que eram artesãos e dispunham do amparo econômico dos antigos senhores, viam-se em contingências piores. Juntamente com a desvalorizada e a inapta “mão-de-obra nacional”, da qual surgiam como o segmento mais menosprezado econômica e socialmente, só achavam aproveitamento irregular em serviços extenuantes, mal pagos e amargamente desabonadores. Em suma, projetados socialmente para o interior da antiga plebe, constituiriam seu estrato inferior; ao mesmo tempo, sofriam restrições que não afetavam com a mesma gravidade o “braço nacional” branco e

(62) — Conforme referências apontadas acima, especialmente na nota 29. As duas polarizações das expectativas (na direção do branco da camada dominante e na do imigrante), são retidas na seguinte frase, colocada na boca de um escravo: “Senhor é bom, não nos maltrata, mas senhor que ficou rico e feliz, dá terras ao estrangeiro, paga-lhe o serviço e deixa-nos como dantes” (*A Província de São Paulo*, 9-XI-1887).

(63) — Aliás, pela carta do Conselheiro Paula Souza, obtem-se a informação de que o trabalhador nacional praticamente era assalariado como substituto do escravo, na fase de transição, sendo-lhe até destinados os alojamentos daquele: “Muita gente que vivia de quatro pés de feijão e de uma quarta de milho, entra hoje no serviço do cafezal e do terreiro com satisfação, e os que tenho recebido acomodam-se perfeitamente nas antigas senzalas dos escravos. As minhas são, na verdade, boas, mas foram feitas em forma de quadrado — forma repugnante até aqui.” “Continua a mesma forma, posto que sem fechadura, e eles hoje até acham preferível o quadrado, porque nêle recolhem os seus mantimentos sem receio do dano dos animais. Meu quadrado é um grande pátio, cercado de casas brancas e limpas, cujos pontos pretendo agora abrir para o lado de fora”. Quanto ao pagamento dos trabalhadores, assevera: “E’ também preciso que os teus patrícios saibam que o trabalho livre não é tão caro, como a princípio parece. Este ponto foi a minha maior surpresa na transformação porque passamos” (“Carta ao Doutor Cezar Zama”, carta publicada em *A Província de São Paulo*, 8-IV-1888; o resto da carta, relevante para este trabalho, foi transcrito acima, pp. 20-22. A respeito do pagamento do trabalhador livre em geral, vejam-se as afirmações de L. Couty pertinentes à São Paulo, sobre o salário dos colonos (*L’Esclavage au Brésil*, p. 48).

lutavam com inibições internas específicas. As oportunidades de engajamento no trabalho agrícola ou urbano, por piores que fôsem, soavam, para os **brancos nacionais** da plebe, como uma liberação econômica e social; algo que os lançava nas correntes das forças vivas e produtivas do País, arrancando-os da miséria material e moral anterior. Tais perspectivas, para o negro ou o mulato, equivaliam ou a uma nova degradação ou a ficar, praticamente, como antes. Ambas as conseqüências espezinhavam sua sensibilidade e seu senso moral, desmascarando por fim a verdadeira realidade: estavam tão longe quanto no passado recente de serem livres por inteiro, com segurança, prestígio e dignidade.

Dêste ângulo, torna-se claro o sentido que a submersão na lavoura de subsistência e a concentração nas cidades possuíam para grandes massas de negros e de mulatos. Não se tratava, propriamente, de uma **fuga da realidade**. Mas, de um mudo protesto de desespero e a única saída para evitar uma condição humana confusamente percebida e representada como indigna, indesejável e repulsiva. Ambas as escolhas, de fato, tinham um conteúdo irracional extremo e apareciam como um triste desafio do destino, aos olhos dos que as punham em prática. Para que o negro e o mulato pudessem evitar opções dessa natureza, seria preciso que, na transição para o novo regime jurídico-político e social, êles tivessem partido de uma situação de castas que lhes conferissem autonomia econômica, social e política, condição histórica para que fôsem, em algum sentido e de alguma maneira, agentes do seu destino nas transformações em processo. Só assim êles poderiam imprimir ao movimento abolicionista objetivos e conseqüências verdadeiramente revolucionários, à luz dos interesses sociais e das necessidades morais do escravo, do liberto e do ingênuo. Só assim, também: 1.º) as experiências colhidas no processo revolucionário teriam eficácia prática, seja no alargamento do horizonte cultural do negro e do mulato, seja na elaboração de técnicas de ajustamento apropriadas, compensadoras e estrategicamente seguras; 2.º) o negro e o mulato poderiam ter influência ativa na orientação jurídico-política dos processos de reconstrução social, acautelando seus interesses e necessidades na formação da ordem social competitiva. Ora, tal não se deu, nem se poderia dar, o que os expôs a sofrer a conquista da liberdade como o cataclisma que se abate sobre seres indefesos. Note-se que não está em jogo saber se o negro e o mulato reagiam de “modo passivo” ou “com indiferença” aos acontecimentos históricos. Não havia passividade ou apatia em suas reações. Dois terços, presumivelmente, da população negra e mulata da Capital e quase a metade da mesma população no âmbito do Estado de São Paulo conde-

naram-se, ao longo do primeiro quartel do nosso século, as percalços das duas opções extremas. Essa auto-condenação ao ostracismo, à dependência e à destruição pode ser vista como um **protesto mudo** ou como um efeito suicida dos complexos de **desilusão social**. Era, porém, o único e derradeiro recurso de afirmação de que dispunham o negro e o mulato, privados històricamente dos meios para organizar a vida em liberdade segundo os ideais ou as exigências de sua concepção do mundo.

Parando-se aqui, todavia, a análise não estaria completa. Na verdade, qual era o teor de racionalidade dos ajustamentos dos negros e dos mulatos que se conformaram às expectativas dominantes? O negro ou o mulato que se inseriu na ordem social competitiva, como “trabalhador braçal assalariado”, “operário”, “artesão por conta própria” e “pequeno empreendedor”, no campo ou na cidade, estava de fato ajustado às exigências da situação? Há bons exemplos do êxito de negros e mulatos libertos no passado: a crosta rígida da sociedade escravocrata abria-lhes oportunidades seguras de trabalho livre, quando a alforria era alcançada, e os libertos persistiam na ânsia de disputarem entre si serviços que eram compensadores mas encarados socialmente como indignos. Muitas vêzes, o branco de “profissão mecânica” não passava de mero titular e dirigente. O trabalhador real, se não fôsse o escravo, seria o negro ou o mulato libertos. À medida que o trabalho livre corrompeu a ordem escravocrata (64) e, principalmente, depois que o regime servil foi abolido, essa crosta protetiva perdeu sua razão de ser. Ora, o regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como “trabalhador livre” ou como “empresário”. Ele preparou-o, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para tóda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde êstes agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco. São duas, pois, as questões que se colocam: a da aptidão, adquirida pelo negro ou pelo mulato, para enfrentarem com êxito a universalização do trabalho livre; e a da sua capacidade sócio-dinâmica de agir segundo os modelos de organização do comportamento, da personalidade ou das instituições impostos pela ordem social competitiva.

(64) — Veja-se, a respeito, a análise de Caio Prado Jr. em *História Econômica do Brasil*, op. cit., cap. 19 (esp. pp. 200-201).

Uma parte da resposta, no que é essencial, já foi descoberta pelos estudiosos da sociedade escravocrata. A escravidão deformou o seu agente de trabalho, impedindo que o negro e o mulato tivessem plenas possibilidades de colhêr os frutos da universalização do trabalho livre em condições de forte competição imediata com outros agentes humanos. Como escreve Caio Prado Jr., “realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator de trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhe acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nêle o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo” (65). Em síntese, a escola da escravidão não formou, apenas, o agente do trabalho escravo: deformou-o. Essas deformações podiam ser atenuadas, parcialmente corrigidas ou compensadas nas áreas em que a sociedade escravocrata dependia do liberto, para organizar o próprio trabalho escravo ou para diferenciar-se e expandir-se. Essas impulsões, porém, eram confinadas e beneficiavam reduzidíssimo número de agentes. Ainda na época da escravidão, Couty demonstrava, por observações feitas em fazendas do Oeste Paulista, que “tôdas as condições de cultura permanecendo iguais”, a produtividade da mão-de-obra livre [dos imigrantes] era superior à da mão-de-obra escrava em proporção superior à relação de 3:1. Apesar disso, os gastos requeridos pelo aparato organizatório seriam quatro vêzes mais baixos (66)! Essas observações levaram-no a concluir que, mesmo na vigência do regime servil, o escravo seria substituído pelo trabalhador livre (europeu) onde se estabelecesse concorrência entre ambos (67).

Essas constatações adquirem seu sentido pleno quando se encara os problemas que elas levantam da perspectiva do processo de formação e de consolidação da ordem social competitiva em São Paulo. Os dois fatores humanos básicos nesse processo, tal como êle se desenrolou em São Paulo (no Estado e em sua Capital), no período compreendido entre a última década do século XIX e o primeiro quartel do século XX, foram o “fazendeiro de café” e o “colono”. A diferenciação dos papéis econômicos e sociais dos fazendei-

(65) — Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1942, pp. 341-342.

(66) — L. Couty, *L'Esclavage au Brésil*, op. cit., pp. 44-50 (as proporções foram extraídas de dados fornecidos nas pp. 48 e 50).

(67) — Idem, p. 56 (a informação foi reproduzida literalmente acima: ver p. 24).

ros, com o envolvimento de suas pessoas ou de agentes humanos a êles associados ao “mundo de negócios” das cidades, servia de fulcro a importantes alterações no processo de acumulação de capitais. Esse processo, na sociedade estamental e de castas, era condicionado e regulado por um código econômico tradicionalista — o que importava, acima de tudo, era o **estatus** dos componentes da camada senhorial. A riqueza, especialmente enquanto parte do patrimônio das famílias senhoriais (objetivada em torno do número de peças ou escravos e de propriedades agrícolas), possuía naturalmente enorme importância, maximé quando se leva em conta os critérios que presidiam o recrutamento da nobreza agrária no II Império. Entretanto, a própria dinâmica da vida econômica restringia as condições e os objetivos da reinversão dos lucros e canalizava para a expansão do patrimônio da família, concebido como aumento da escravaria, da propriedade fundiária ou como aquisição de novas unidades produtivas, a acumulação de riquezas. O “engenho” ou a “fazenda” apareciam como **empresa econômica** apenas na medida em que forneciam as bases materiais da “grande lavoura”. A produtividade e a remuneração dos fatores da produção não se colocavam de molde a converter o “proprietário rural” em “empresário”, fundamentalmente absorvido na solução dos problemas técnicos e econômicos com vistas para o aproveitamento máximo daqueles fatores e para as repercussões que isso teria na “remuneração do capital”. Aliás, as condições de organização técnica e econômica da produção agrícola sob o regime escravocrata sempre foram encaradas como **impedimenta** ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Ora, o fazendeiro paulista saiu desse círculo vicioso — não porque o café tivesse alguma virtude “democrática”, como acreditam alguns (68). Mas porque as conexões da grande lavoura brasileira com o mercado internacional se modificaram, acentuadamente, durante a última metade do século XIX. Não só várias fases da comercialização das relações de exportação foram assimiladas pela sociedade brasileira, como se apontou acima, como alguns mecanismos dos capitais internacionais acompanharam esse processo, vinculando-se diretamente ao desenvolvimento institucional que êle provocou (crescimento da rede bancária, proliferação das casas comissárias, intensificação das atividades especulativas dos intermediários, etc.). A área em expansão agrícola aproveitou-se duplamente desse processo, pela diferenciação do meio sócio-econômico e pela participação mais vantajosa nas manipulações com reflexos internos do capitalismo inter-

(68) — Tal como afirmava Handelsmann, ao representá-lo como “planta democrática” (veja-se Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 261).

nacional. Esses fatores fizeram-se sentir fortemente na organização da vida agrícola, na medida em que deslocaram o centro de interesses do fazendeiro da fazenda para os processos puramente econômicos ou especulativos dos “negócios do café”, compelindo-o a tornar-se êle próprio produtor e intermediário ou a associar-se intimamente com êste. Doutro lado, a expansão gradual do trabalho livre e a sua universalização final forçaram reajustamentos rápidos que produziam efeitos da mesma natureza: desvencilhar a “fazenda” da ordem patrimonial, obrigando o fazendeiro a desenvolver uma mentalidade típica de empresário capitalista, constantemente atento à produtividade e à remuneração dos fatores da produção (69). Por fim, comprometido e empenhado nas operações mais abstratas da comercialização dos “negócios do café”, o próprio fazendeiro com condições propícias converte-se em **intermediário** ou em **capitalista** e estimula êsse processo no seio da própria família. As cidades que saem da velha letargia, oriunda da sua subordinação passiva aos interesses agrários, centro de gravitação da vida econômica, encontram nesse fazendeiro (e nos capitais que trazia da agricultura), seja um dos agentes do financiamento das indústrias incipientes ou de tôda sorte de atividades comerciais lucrativas, seja o próprio empreendedor dos negócios bancários, industriais, comerciais e imobiliários de certo vulto ou de maior alcance especulativo.

O “colono”, por sua vez, intervém em três níveis distintos do processo de consolidação e de renovação do capitalismo. Primeiro, como agente do trabalho livre que se comportava como o assalariado típico e repelia a relação patrimonialista, obrigando o fazendeiro a agir conforme a normas e a uma mentalidade econômica novas. Segundo, como agente da transplantação de novas atitudes perante o trabalho ou de técnicas e atividades econômicas inovadoras, tanto indiretamente (70), quanto diretamente (71). Terceiro, como pro-

(69) — Sobre o assunto, consulte-se o estudo de Fernando Henrique Cardoso, “Condições Sociais da Industrialização de São Paulo”, *Revista Brasileira*, N.º 28, Março-Abril de 1960, esp. pp. 35-38.

(70) — Ao erigir condições de trabalho próprias ao homem livre inerentes à relação contratual (cf. esp. L. Couty, *L'Esclavage au Brésil*, loc. cit.; *Le Brésil em 1884*, passim; P. Denis, *Le Brésil*, loc. cit.; Sérgio Buarque de Holanda, introdução à Thomaz Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil* (1850), Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1941; Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, loc. cit.; Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Editôra Fundo de Cultura S. A., Rio de Janeiro, 1959, Parte IV — Caps. XXII e XXIV). Também o nível de vida do imigrante contribuiu para difundir novos hábitos de consumo e de produção (cf. Roberto C. Simonsen, *Brazil's Industrial Evolution*, Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo, 1939, esp. p. 36).

(71) — Veja-se especialmente Octávio Ianni, “Fatores Humanos da Industrialização no Brasil”, *Revista Brasileira*, N.º 30, São Paulo, 1960, pp. 50-66; José

pulsor da acumulação capitalista com base na poupança e como criador direto de novos focos de expansão do capitalismo no campo e, principalmente, na cidade. Em outras palavras, o colono não se beneficiou, apenas, das tendências associadas à transformação recente do capitalismo no Brasil. Ele compartilha em grau extenso do processo e, na medida em que consegue impor-se como empresário independente, vai concorrer como uma força nova e revitalizadora da crescente autonomia econômica da cidade em face do campo. Os elementos migrantes da população nacional e as camadas intersticiais da parte culta das populações urbanas irão preencher, em grau maior ou menor, funções análogas às do colono. Mas, ele foi não só o componente numericamente “predominante”, mas ainda o fator humano “típico” dos processos econômicos e histórico-sociais assinalados.

O que há de essencial, para a análise da posição do negro e do mulato na ordem econômica e social emergente, é que eles foram excluídos, como categoria social, das tendências modernas de expansão do capitalismo em São Paulo. Os dois polos desse processo sócio-econômico acham-se ou em círculos sociais das camadas dominantes ou no seio dos contingentes humanos transplantados da Europa. Apenas esporadicamente chegaram o mulato e o negro a concorrer ativamente em tais tendências: onde e quando puderam contar como membros das “grandes famílias” ou foram colhidos, por circunstâncias individuais, pelas ondas de prosperidade que bafejavam as camadas cultas intersticiais da sociedade e as parcelas migrantes da população de origem nacional. Em entrevistas feitas para focalizar o assunto, ficou patente que os brancos interpretaram a situação em termos psicológicos: o mulato e o negro “não tinham ambição”, por isso não arrostavam, como os imigrantes europeus, as duras dificuldades que permitiam converter a poupança em fator de acumulação capitalista, de mobilidade ocupacional e de ascensão social. Os informantes negros

Francisco de Camargo, *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1952, esp. Parte I Cap. III, Parte II — Cap. III e pp. 264 e sets.; Samuel Harman Lowrie, *Imigração e Crescimento da População no Estado de São Paulo*, Edição da Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo, 1938, esp. p. 30 e sets.; Pasquale Petrone, “As Indústrias Paulistas e os Fatores de Sua Expansão”, in *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, N.º 14 — julho de 1953, pp. 26-37; Odilon Nogueira de Matos, “São Paulo no Século XIX”, in *A Cidade de São Paulo* (Associação dos Geógrafos Brasileiros, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958), Vol. II — Cap. II, pp. 66-69; Sálvio de Almeida Azevedo, “Imigração e Colonização no Estado de São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, Ano VII — Vol. LXXV, São Paulo, 1941, pp. 105-157; Dirceu Lino de Matos, “O Parque Industrial Paulistano”, in *A Cidade de São Paulo*, op. cit., vol. III, cap. 1, esp. pp. 11-15; R. C. Simonsen, op. cit.

e mulatos revelam maior realismo, mostrando-se convictos de que não tinham meios para inserir-se no referido processo, competindo quer com os brancos nacionais, quer com os imigrantes. A “ambição” existia e ela foi, exatamente, a causa de sua perda, pois fomentou opções extremamente rígidas e negativas.

Vendo-se a questão retrospectivamente, com as perspectivas abertas pela análise sociológica, percebe-se que as interpretações *ex post facto* dos próprios negros e mulatos são aproximadamente corretas. Mesmo quando se inseriam no processo de crescimento econômico e de desenvolvimento social, nas oportunidades mais favoráveis (como assalariado, artesão ou pequeno empreendedor independente), o negro e o mulato não se incluíam entre os fatores humanos do novo surto capitalista. Parece fora de dúvida que ficavam numa posição bem mais vantajosa que os demais elementos da “população negra”, expelidos para a economia de subsistência ou para o pauperismo urbano. Contudo, não estavam nem estrutural nem funcionalmente ajustados às condições dinâmicas de integração e de expansão da ordem social competitiva. Aproveitavam-se dos vácuos resultantes do crescimento econômico súbito, sem maiores perspectivas de tirar proveito das posições conquistadas nas direções abertas pela evolução capitalista em marcha.

A explicação dêsse fato parece encontrar-se na peculiar condição psico-social do elemento recém-egresso do regime servil. A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No resto, prevaleceu a orientação de impedir todo florescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos, por causa do temor constante da “rebelião negra”. Como escrevia Perdigão Malheiros, o escravo aparecia como “um inimigo doméstico” e “um inimigo público”: “é o vulcão que ameaça constantemente a sociedade, é a mina pronta à fazer explosão à menor centelha” (72). Por isso, tôdas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos. Ao mesmo tempo, todo um refinado e severo sistema de fiscalização e de castigos foi montado para garantir a subserviência do escravo e a segurança do senhor, de sua família ou da ordem social escravocrata. A rigidez com que tudo isso se implantou em São Paulo é atestada

(72) — Agostinho Marques Perdigão Malheiros, *A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico-Jurídico-Social*, Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1866 (Vol. I, pp. 32-33).

pelos relatos que acompanham o noticiário das fugas. Perdidos em fazendas isoladas ou morando em cidades rústicas, com policiamento precário, em tôda parte quase sempre em inferioridade numérica, os brancos seguiram à risca o código escravocrata, impedindo por todos os meios que os escravos ou os libertos se organizassem e monopolizando o uso da violência como mecanismo de controle social (73). O efeito de tudo isso foi que o negro e o mulato emergiram do mundo servil sem formas sociais para ordenar socialmente a sua vida e para integrar-se, normalmente, à ordem social vigente. Não só saíam da escravidão espoliados material e moralmente; vinham desprovidos, em sua imensa maioria, de meios para se afirmarem como uma categoria social à parte ou para se integrarem, rapidamente, às categorias sociais abertas à sua participação.

Esse estado de anomia explica cabalmente porque as motivações que afetavam o negro ou o mulato não produziam efeito prático. Tanto os brancos das camadas dominantes ou intersticiais, quanto os imigrantes ou os elementos recém-egressos da plebe nacional contavam com um suporte social para as suas atividades econômicas ou para as suas aspirações de ascensão social. No que diz respeito aos círculos mais ativos das camadas dominantes e aos imigrantes, a família, os laços de solidariedade forjados pelo parentesco e a cooperação organizada forneciam um sólido ponto de apoio para as relações competitivas e para tôda a sorte de projeto individual mais ou menos ousado, que tivesse alguma viabilidade e parecesse virtualmente compensador. Tendo de forjar, ao mesmo tempo, a sua situação econômica e os quadros de organização de sua vida social, o negro e o mulato submergiam mesmo onde aparentavam maior êxito. Não podiam entrar na corrente de prosperidade nem “fazer a América”. Enquanto não dispusessem do suporte organizatório necessário, estavam condenados a vegetar nas posições econômicas conquistadas

(73) — Parece dispensável arrolar a rica documentação existente a respeito do assunto. Baste assinalar que, já no fim da escravidão, eram poucos os fazendeiros que acompanhavam, em São Paulo, a suavização das condições de trabalho e a liberalização das oportunidades para formar pecúlio ou constituir família, que surgem nas demais províncias, inclusive no Rio de Janeiro. Só quando não se tornou possível deter o escravo, depois de 1885, é que a maioria dos senhores procura associar a concessão da roça, a liberdade de casamento e certas compensações financeiras ou ocupações adicionais à cláusula da libertação condicional. As fontes de dados mais informativas a respeito são as coleções de *A Província de São Paulo* e, em menor escala, do *Correio Paulistano* (de 1887 em diante), bem como os depoimentos dos abolicionistas. Quanto aos efeitos da organização do trabalho escravo na personalidade do negro e no seu alheamento às exigências da vida econômica e social do homem livre, cf. esp. L. Couty, *L'Esclavage au Brésil*, op. cit., pp. 72-84.

no primeiro impulso, a perdê-las se a competição com os brancos aumentasse e a sofrer os efeitos perniciosos da regressão sócio-econômica. Portanto, mesmo aqueles que foram beneficiados pelas circunstâncias estavam substancialmente desajustados, aparecendo como as maiores vítimas da herança social da escravidão e como autênticos “párias da fortuna”.

Essas conclusões demonstram que a existência ou não de certas motivações econômicas básicas era secundária com referência à “população de côr”. Tal coisa, aliás, não constituía problema numa situação complexa e turbulenta de contacto, em que os exemplos do êxito fácil dos brancos, brasileiros ou estrangeiros, multiplicavam-se diàriamente, convulsionando ainda mais a impaciência do negro ou do mulato. A questão verdadeira estava no destino social que poderiam dar a essas motivações. Mal preparados para os ajustamentos a um mundo social condenado historicamente e destituídos das formas de comportamento organizado requeridas de modo imediato para a integração à ordem social emergente, ambos se revelaram impotentes para aproveitar construtivamente aquelas motivações. Em termos de sua situação na estrutura de poder da sociedade, viam-se naturalmente barrados das tendências da evolução capitalista vinculadas à atuação econômica dos círculos mais dinâmicos das camadas dominantes. Em confronto com aqueles que tentavam construir um futuro promissor com base num presente laborioso e árduo, viam-se privados do substrato material e moral que ampara, estrutura, dá sentido e confere persistência aos esforços criadores dos indivíduos em tôdas as esferas da vida, inclusive e especialmente na econômica. Pondo-se de lado a significação das oportunidades econômicas com que contavam, para atingir seus objetivos, o fato incontestável é que o negro e o mulato melhor aquinhoados logo se converteram em fatores humanos neutros, em relação aos desenvolvimentos do capitalismo, em nôvo estilo. Em vista disso, é patente que nem mesmo uma “minoría privilegiada” da população negra e mulata conseguiu desfrutar, como tal, qualquer vantagem ou condição relativamente favorável nos conhecidos processos de acumulação privada de capital, que aqui se desenrolaram. Ao perderem a posição de principal agente do **trabalho mecânico**, o negro e o mulato perderam ao mesmo tempo, pois, as possibilidades de participar de alguma maneira definida, persistente e vantajosa tanto das relações de produção, quanto dos fluxos correspondentes de elevação desigual das rendas entre os diversos grupos étnicos e sociais, deixando de possuir importância dinâmica identificável em todos os níveis do crescimento econômico.

Qualquer que seja a perspectiva de que consideremos a formação e a consolidação inicial do regime de classes em São Paulo, o negro e o mulato sempre surgem como vítimas indefesas de um clamoroso destino histórico. Sob a aparência da liberdade, herdaram a pior servidão, que é a do homem que se considera livre, entregue de mãos atadas à ignorância, à miséria, à degradação social. Como deixaram de ser “escravos” ou “libertos”, não contavam mais com a solidariedade universal dos brancos. Nem com a solidariedade cúpi-da dos antigos senhores, para os quais perderam o interesse de sucedâneos fisiológicos da máquina. Nem com a solidariedade humanitária dos abolicionistas, para os quais não possuíam mais aquele interesse moral, que funcionava como fonte imperativa do **mandato da raça negra**. Perdidos uns para os outros, no estreito e sombrio mundo social, que puderam recriar para si sob a escravidão, não compartilhavam dos laços de interdependência, de responsabilidade e de solidariedade que integram fortemente os homens, nos pequenos ou nos grandes agrupamentos sociais. Como se nascessem naquele momento para a vida, teriam de gravitar no lôdo e nêle construir o ponto de partida de sua penosa ascensão ao “trabalho livre”. A sociedade de classes torna-se uma miragem, que não lhes abre de pronto nenhuma via de redenção coletiva. Não lhes facilita, sequer, a subsistência, o esquecimento das supremas humilhações sofridas no passado remoto ou recente, a dignidade da pessoa humana. Como se ainda faltasse à “raça negra” um degrau de purificação pelo sofrimento, reserva-lhes as amarguras da servidão invisível, mais dolorosa que a outra, por dissimular-se sob a égide da igualdade civil. Enfim, converteu-os em uma congérie à parte, no estrato inferior e o único verdadeiramente bloqueado de uma plebe em desintegração.

Todavia, se separarmos os dramas humanos dos processos histórico-sociais, por mais difícil que isso seja, veremos que essas ocorrências possuíam um lado positivo e continham plena significação histórica. O isolamento do negro e do mulato, através das impulsões econômicas, psico-sociais e sócio-culturais segundo as quais êles foram excluídos ou se excluíram da ordem legalmente institucionalizada da sociedade nacional, representava o modo por que a sua agregação ao regime de classes poderia transcorrer inicialmente. Um agregado justaposto, nada mais que isso. Nesse estado, porém, o negro e o mulato iriam passar pelo despojamento final da “condição de escravo”, que pairava sôbre ambos, e construir por conta própria, em consonância com a depuração e o fortalecimento progressivos da ordem social competitiva, a estratégia para a conquista das posições que deveriam ocupar na estrutura da sociedade de classes. Dêsse ângulo.

a pulverização por que passaram as “populações negras” em São Paulo teve efeitos produtivos. De um lado, porque constituía, em si mesma, a forma assumida ecológica, econômica e socialmente pela incorporação dessas populações à plebe rural e urbana. De outro, porque se erigia em condição prévia para a emergência e a gradual consolidação dos mecanismos psico-sociais que iriam promover, mais tarde, no próprio meio negro, a socialização do “negro” e do “mulato” para a sociedade de classes.

3 — Expansão Urbana e Desajustamento Estrutural do Negro:

Esse amplo bosquejo permite explicar os principais problemas sociológicos, levantados pela situação da “população negra” na cidade de São Paulo (e, por extensão necessária, no sistema sócio-econômico estadual inclusivo) no comêço do século. Resta-nos ver, em seguida, as conseqüências provocadas pela concentração na cidade dessa população e como ela evoluiu durante a fase histórico-social considerada.

Como cidade em crescimento rápido, São Paulo exercia enorme atração sôbre os grupos demográficos ou étnicos com tendências migrantes. Por isso, não é de estranhar-se que se convertesse em um dos centros urbanos que iriam polarizar as variadas e desencontradas migrações internas das “massas negras”, que se distribuíam pelo País logo após ao colapso final do regime escravo. O fenômeno foi mal percebido, na ocasião, havendo quem entendesse, mesmo, que os “negros”, pura e simplesmente, fugiam coletivamente de São Paulo (74). Havia ao mesmo tempo, os que se alarmavam com a incli-

(74) — Os brancos da camada dominante olhavam com ressentimento as manifestações do comportamento do negro ou do mulato por ventura imbuídas das “falsas noções de liberdade”; ainda prevalecia o estado de espírito que levou Antônio Prado a exibir a “negra ingratidão [dos ex-escravos] para com os seus ex-senhores” (cf. 1.º Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado, op. cit., p. 23). Eis como um correspondente de Campinas manifestava-se sôbre o assunto, em carta publicada por A Província de São Paulo (23-3-1888): “A proporção que a lavoura definha à míngua de braços, as cidades regorgitam de vadios; pelas estradas, de momento a momento encontram-se turmas de robustos ex-escravisados caminhando sem destino; as tabernas das estradas, todos os dias e tôdas as horas estão repletas dêsses neófitos da vadiagem, do jôgo e da bebedeira”. “Triste verdade! Os ex-cativos, como a maior parte dos calpiras fogem ao trabalho”. (Veja-se, também, A Província de São Paulo, “Cartas do Oeste”, 9-4-1888; 1-5-1888, artigo de A. José da Costa Wilk; 15-7-1888, correspondência de Caçapava; 23-5-1888, “Carta a um Lavrador”; 27-5-1888, artigo na Secção Livre; Correio Paulistano, editorial sôbre “O orçamento da Agricultura”, 19-X-1888). Coube a Max Leclerc a triste tarefa de objetivar literariamente a cantilena dos antigos proprietários de escravos: “No dia seguinte ao da abolição, os negros desapareceram; para êles a liberdade significava, naturalmente, a liberdade de não fazer coisa alguma e de mudar de ambiente; dirigiram-se para as cidades onde

nação inversa, recriminando a propensão do “negro” de concentrar-se na cidade, para “viver na vadiagem” (75). A imensa mobilidade hori-

agora vivem, os homens não se sabe como e as mulheres do que facilmente se imagina. Muitos imigraram para as províncias do norte onde o elemento negro predomina, e em São Paulo vêm-se hoje poucos negros” (Max Leclerc, *Cartas do Brasil*, tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942, p. 82; essas afirmações foram escritas em janeiro de 1890). Descrições de teor equiparável encontram-se em A. de E. Taunay (*História do Café no Brasil*, op. cit., vol. 7, p. 463, da qual foi extraída a referência às “falsas noções de liberdade”) e em conhecida evocação de Everardo Vallim Pereira de Souza (“Reminiscências— Em torno de Antônio Prado”, in *1.º Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado*, op. cit., pp. 194-230; trecho extraído da p. 208): “...decretada de afogadilho a “Lei 13 de Maio”, seus efeitos foram os mais desastrosos. Os ex-escravos, habituados à tutela e à curatela de seus ex-senhores, debandaram em grande parte das fazendas e foram “tentar a vida” nas cidades; tentame aquêle que consistia em: aguardente aos litros, miséria, crime, enfermidade e morte prematura. Dois anos depois do decreto da lei, talvez metade do nosso elemento livre havia já desaparecido!”

Mais compreensivas e objetivas são as opiniões emitidas pelos que simpatizavam com os “libertos”. Sirva-nos de exemplo o seguinte escrito, estampado por *A Redenção* (jornal de Antônio Bento), em 27-6-1897, sob o título “Os Pretos Desaparecem dêste Estado”: “Depois da lei de 13 de Maio de 1888, tem-se notado que a raça preta vai desaparecendo aos poucos dêste Estado.

Afirmam alguns pessimistas e antigos escravocratas que a raça preta desaparece dêste Estado porque, abusando da liberdade e entregando-se ao vício da embriaguês tem morrido.

Mentira e calúnia contra essa infeliz raça que foi a causa de tôdas essas riquezas que põe êste Estado acima de todos os outros.

O excesso de barbaridade de que usavam os antigos senhores de escravos, o horror que essa pobre gente tinha ao café, que, sendo a base de tôda a riqueza de seus senhores, era contudo a origem de todos os castigos contra os infelizes escravos, as prepotências das autoridades policiais que entendiam perseguir os libertos, impossibilitando-os a formar família, o desafôro com que os juizes de órfãos arrancavam os filhos dos libertos, mesmo casados, para pô-los como escravos em casa dos antigos senhores, obrigavam os libertos a escolherem outros Estados aonde naturalmente encontravam melhores autoridades, melhores patrões, e meios mais fáceis de viverem.

Acresce ainda que a maior parte dos escravos vinham das antigas Províncias do Norte para serem vendidos aqui e nas Províncias do Sul.

A barbaridade do comércio fazia com que se separassem os filhos das mães, maridos das mulheres, irmãs de irmãos, e a facilidade de conseguirem a falsificação das matrículas fazia com que tudo isso se tornasse um fato normal, apesar das leis em contrário.

Dada a lei áurea que confraternizou todos os brasileiros, entenderam os libertos nortistas partir para os Estados de onde tinham vindo à procura não só de seus parentes, como de uma vida superior à que passavam neste Estado.

A uberdade e a fertilidade dos terrenos do Norte para os gêneros de primeira necessidade, o pouco trabalho que precisavam para tirar da terra o necessário para viver, vai fazendo com que os libertos do Norte procurem suas antigas pátrias para serem mais felizes do que têm sido aqui.

Acresce ainda que, neste Estado, é mais feliz o estrangeiro do que o nacional.

Cada estrangeiro tem o seu cônsul que reclama por qualquer injustiça que possa sofrer, e o brasileiro, especialmente o liberto, não encon-

zontal da “população negra” acarretava, de fato, deslocamentos nas duas direções. Nenhuma fonte fidedigna conhecida descreve as proporções quantitativas dêsses deslocamentos. Daí ser necessário apelar-se para os indícios indiretos, contidos nos censos do fim do século XIX, como fizemos acima. O inconveniente de tal procedimento é óbvio, pois somos forçados a basear-nos em inferências de caráter geral, sem meios para distinguir o que, no aumento global da população, resulta do crescimento vegetativo ou das migrações.

Ainda assim, um dado parece ser característico: separando-se os três principais contingentes demográficos da população paulistana na época, constata-se que a “população negra” apresenta o índice de crescimento relativo mais baixo. Eis como se poderia resumir as indicações pertinentes (76):

Quadro 3

Incremento dos Diversos Grupos de Côr da População da Capital (1886-1893).

Contingentes Demográficos	Censo de 1886		Censo de 1893	
	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices
Branços Nacionais	24.249	100	44.748	184
Branços Estrangeiros	12.085	100	70.978	587
Negros	3.825	100	5.920	154
Mulatos	6.450	100	8.639	134

O aumento quantitativo da população negra e mulata, em números absolutos, num período em que ocorriam intensos e volumosos deslocamentos para outras regiões do estado de São Paulo ou do Brasil, indica que as entradas compensavam as saídas. No conjunto, porém, parece claro que as tendências mais nítidas à concentração na cidade partiam dos contingentes brancos, com predomi-

tra aqui o apoio e a justiça quando pedem.

Está portanto explicada a razão pela qual os libertos vão pouco a pouco desaparecendo dêste Estado”.

(75) — Ver referências contidas nas citações da nota anterior. Veiga Filho estimava em 1/3 a proporção de libertos que abandonavam as fazendas, dispersando-se pelos centros urbanos (cf. João Pedro da Veiga Filho, *Estudo Econômico e Financeiro sobre o Estado de São Paulo*, op. cit., pp. 61-62). Adiante, o assunto será retomado de forma sistemática.

(76) — Quanto aos estrangeiros, foram excluídos o pequeno número de africanos nos dois censos; doutro lado, por causa de sua pequena significação (e também por ser impossível presumir-se a côr da pele dos indivíduos em questão), os 205 e os 490 africanos dos censos de 1886 e 1893, respectivamente, não foram discriminados como “estrangeiros” nos grupos de côr considerados.

nância desproporcional dos brancos estrangeiros. Aliás, no aumento global de 79.392 indivíduos da população branca, acusado pelo censo de 1893 em relação ao de 1886, os estrangeiros concorreram com 58.893 indivíduos (ou seja, 74%) e os nacionais com 20.499 indivíduos (ou seja, 26%). Por aí se vê que, na verdade, eram os imigrantes europeus que afluíam em massa, para “tentar a sorte” na cidade (77).

O negro e o mulato acompanharam essa tendência de forma acentuadamente moderada, mesmo em comparação com os “brancos” nacionais. Aventaram-se várias hipóteses para explicar essa diferença de progressão; Lowrie e Joviano do Amaral, por exemplo, enfatizam a provável diluição do mulato na população “branca”, nas declarações censitárias mas também pelo intercruzamento (78). Sem dúvida, essas hipóteses esclarecem coisas que ocorriam de fato. Contudo, acredito que é na mobilidade horizontal da “população negra” que se encontra a principal explicação das referidas tendências. Tudo indica que um setor dessa população, mais ou menos entrosado às ocupações artesanais e aos serviços urbanos (79), reagindo desfavoravelmente às condições da concorrência com o imigrante, deslocou-se para outras cidades paulistas ou brasileiras, em que pudesse encontrar aproveitamento condigno e reais oportunidades econômicas. Esse setor, pelas indicações do censo de 1872, abrangia um forte contingente de libertos, no qual prevalecia mos “pardos” sobre os “negros” na proporção de 2,5:1. Com base nessas inferências, é possível presumir: 1.º) a parcela móvel da “população negra” da cidade, que a abandonou, compunha-se de indivíduos ocupacionalmente qualificados ou semi-qualificados, com experiência parcial sobre o estilo “urbano” de vida e insatisfeitos com a situação criada pela forte concorrência com os “estrangeiros”; 2.º) os mulatos provavelmente constituíam o grosso desse segmento migrante da “população negra” paulistana. As compensações para essas saídas eram quantitativas (e não qualitativas). Procediam do conhecido êxodo rural, que dispersou pelas cidades do estado, mas especialmente na Capital e em Santos, pequenas massas de trabalhadores rústicos, nas quais os “negros” prevaleciam numericamente sobre os “mulatos”. As cidades, em par-

(77) — O êxito com que o faziam é salientado na brilhante reconstrução de Richard Morse, *De Comunidade a Metrópole*, pp. 179-191.

(78) — Veja-se Samuel Harman Lowrie, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV — Vol. LXVIII, São Paulo, 1938, esp. pp. 17-18; Raul Joviano do Amaral, *O Negro na População de São Paulo*, Ms., São Paulo, 1961 (com prefácio de Oracy Nogueira, esp. pp. 59-60).

(79) — Esse setor já era ponderável ao encetar-se o último quartel do século dezenove, como nos mostra o censo de 1872 (cf. R. Bastide e F. Fernandes, *Brancos e Negros em São Paulo*, op. cit., pp. 42-46).

ticular as cidades em expansão econômica e urbana, exerciam algum atrativo sobre esse tipo de trabalhador, pela carência de candidatos a serviços brutos ou pelas facilidades de acomodação.

Por aí também se pode lançar alguma luz sobre a desproporção entre homens e mulheres na “população negra” de São Paulo. Tomando-se como referência os dados dos censos de 1890 e 1893, temos o seguinte quadro:

Quadro 4
Incremento de Homens e Mulheres na “População Negra” da Capital 1890-1893).

POPULAÇÃO	Censo de 1890				Censo de 1893			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices	Dados Brutos	Números Índices
Negros	2.508	100	2.388	100	2.528	122	3.392	142
Mulatos	3.027	100	3.369	100	3.731	123	4.908	145

A desproporção quantitativa existente em 1890 acentuou-se ainda mais em 1893. Ora, a mulher encontrou maior facilidade de ajustamento ao trabalho livre. De um lado, no regime escravocrata os serviços domésticos, principalmente nas zonas urbanas, não envolviam a mesma degradação do seu agente que o duro “labor da roça”. Eles provocavam maior contacto permanente com os brancos e facilitavam as relações paternalistas ao velho estilo. Portanto, várias condições favoreciam a estabilidade da “mulher negra”, como e enquanto **serviçal doméstica**. Doutro lado, a concorrência com o “estrangeiro” não assumiu de imediato, nesta área dos serviços urbanos, proporções tão dramáticas. O censo de 1893 demonstra que os “nacionais” retinham quase 42% das ocupações domésticas (sobre um total de 14.104 ocupações), uma porcentagem excepcionalmente alta, em confronto com as demais.

O essencial é que se entenda o fulcro sócio-econômico dessas tendências. A “população negra” paulistana foi trabalhada e revolvida pelas convulsões sociais e econômicas que abalaram, simultaneamente, a estrutura geral do sistema de relações com o “branco” e a organização do estilo de vida imperante na cidade. Ao mesmo tempo que se destruíam as acomodações elaboradas no passado, que projetavam o “negro” e o “mulato” em uma variada rede de ocupações e serviços apreciados como compensadores e até nobilitantes, surgia toda uma nova configuração social da vida econômica, com crivos próprios de seleção dos agentes do trabalho. Dentro desses quadros,

aquêles que se reputavam os “melhores” (e que eventualmente poderiam ter razões objetivas para isso), viam-se deslocados e preteridos. Outros, que só contavam com a capacidade ou as aptidões virgens da “fôrça bruta”, acabavam logrando algum aproveitamento efetivo. Por fim, em tôda a teia das acomodações com os brancos, algumas estruturas revelaram-se mais persistentes. Os que tinham ou adquiriam lugar nessas estruturas, conquistavam razões suplementares “para ficar” ou “para vir” para a cidade. A instabilidade ou a estabilidade dos vários círculos da “população negra” relacionavam-se diretamente à sua vinculação com a estrutura da economia e da sociedade. Porém, cumpre reter: 1.º) que sòmente em parte essa população se compunha de elementos com experiência ativa sôbre o “meio urbano”; 2.º) que as transformações dêste foram tão rápidas e profundas, que mesmo êsses elementos se viram, de repente, como estranhos numa “cidade estrangeira”; 3.º) que as levas de pessoas pelas quais se promovia seu crescimento incessante não tinham traquêjo com os serviços urbanos e procuravam ocupações periféricas e uma existência discretamente marginal; 4.º) que sòmente o estrato feminino da “população negra” teve, em bloco, condições favoráveis de transição mais ou menos estável para o nôvo estilo de vida.

Nem todos êsses aspectos podem ser analisados empìricamente. Contudo, isso não é fundamental, do ponto de vista sociológico. O fundamental está na evidência incontestável de que a transição se processou em condições tumultuosas, através de movimentos demográficos que eliminavam os mais aptos para o estilo “urbano” de vida ou aumentavam ao máximo a proporção de adventícios, provenientes do “eito” (como preferiu expressar-se, significativamente, um dos informantes, ressaltando sem querer a polaridade “rústica” dessas levas humanas). Por causa de sua integração à rêde de serviços urbanos, é a mulher (e não o homem), que vai contar como agente de trabalho privilegiado — não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, **com um meio de vida**. Se lembrarmos que o “elemento negro” saía da escravidão sem formas de vida social organizada, temos aí um sistema de referência suficientemente amplo para indicar o que iria ser, para êle, a **vida na cidade**. Numa população continuamente lavrada por extensas recomposições internas, crescentemente ajustada de modo marginal ou periférico aos centros de interêsses econômicos, sociais e culturais dominantes, e que expunha a mulher aos riscos de converter-se no “meio de subsistência” do homem, mas sem as defesas suplementares da família estável e integrada, não existiam probabilidades eficientes de pronta correção dos focos de anomia social. Nela só existiam e

medravam, ao contrário, influências favoráveis à perpetuação indefinida e ao agravamento interminante dos fatores de desorganização da vida pessoal e social do “negro” ou do “mulato”.

Para se entender o fascínio das cidades sobre o ânimo das “levas negras” migrantes é preciso atentar para a importância que elas tiveram no processo de desagregação do regime servil. Não era apenas como centro de atividades menos degradadas pelo trabalho escravo ou mais rendosas e dignificantes, que elas se impuseram à preferência dos “libertos”. Em São Paulo, foi nos centros urbanos que se constituiu, primeiro, uma opinião pública desfavorável aos excessos dos senhores e aos próprios fundamentos da escravidão; e, em seguida, foi nêles que se estabeleceu toda uma rede organizada de conspiração pela liberdade dos escravos, seja na fase da liberação por via judiciária (de Luiz Gama), seja na fase de luta direta contra o direito de propriedade escravista e de agitação nas senzalas (de Antônio Bento). Só em cidades como São Paulo ou Santos, por exemplo, existiam pessoas ou grupos de pessoas com autonomia econômica, social e política suficiente para enfrentar os “interesses negreiros” e arrostá-los no terreno da ação. Por isso, para essas cidades convergiam os escravos em fuga ou os libertos, que demandavam esconderijos, proteção ou orientação contra as perseguições preparadas por seus algozes; e nelas (especialmente na última), é que puderam erigir os seus famosos redutos (80). Nesse sentido, a cidade afirmava-se como um símbolo e uma promessa de liberdade (81). Viver nela, pura e simplesmente, parecia aos olhos dos que

(80) — Aliás, Rodrigues Alves salientava, em seu relatório de 1888: “Em vários municípios os proprietários agrícolas sobressaltaram-se a cada passo com a fuga em massa de escravos, que, armados, correm as estradas em busca de centros, onde o apoio de uns, a tolerância de outros e a indiferença da maior parte, sem medir o perigo que dessa ilegal aglomeração resulta para todos, dá-lhes a esperança de impunidade” (cf. *Relatório Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial pelo presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de Janeiro de 1888*, op. cit., p. 7). Sobre os diferentes aspectos do assunto, veja-se, especialmente: Dr. Antônio Manuel Bueno de Andrade, “A Abolição em São Paulo. Depoimento de uma Testemunha”, *O Estado de São Paulo*, 13-V-1918; Evaristo de Moraes, *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, op. cit., esp. pp. 264-266 e 305 e sets.; José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, op. cit., esp. p. 177 e sets.; Afonso Schmidt, *A Marcha. Romance da Abolição*, Editôra Anchieta Ltda., São Paulo, 1941, esp. pp. 122-124, caps. VIII-IX; Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, op. cit., pp. 131-133. Para uma análise sociológica do fenômeno e maiores referências bibliográficas: R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, op. cit., p. 46 e sets.; e quanto à análise estatística da distribuição da “população de côr” por áreas urbanas, cf. S. H. Lowrie, art. cit. (esp. a conclusão condensada na p. 54).

(81) — É preciso lembrar-se que o “negro” representava a liberdade como algo tangível e uma reivindicação suprema. Evaristo de Moraes descreve uma situação típica para se compreender isso, embora relativa às lutas aboli-

saíam do cativeiro uma condição ideal para se despojarem mais depressa do que houvesse de ignóbil no estado de “escravo” ou de “liberto”.

Todavia, a realidade era outra. Sem ser propriamente hostil ao “negro”, a cidade de São Paulo quebrou rapidamente a sua ligação com o passado rural. Não foi, apenas, a cultura popular que entrou em crise (82). Algo mais complexo sucedeu: entre o fim do séc. XIX e o começo do séc. XX, a cidade cresceu demais para orgulhar-se dos “antigos costumes”, mas ainda era demasiado provinciana para romper com eles de modo substancial e segundo um “estilo urbano de vida”. O negro ou o mulato não encontravam, nela, as vantagens típicas da **grande cidade**, em particular as possibilidades de isolamento cultural, de tolerância e de emprêgo em massa; e, doutro lado, também não contavam com as vantagens das “cidades” convicta ou confortavelmente rurais brasileiras, a estabilidade social, a vigência de concepções tradicionalistas e as compensações da economia de subsistência. Essa dubiedade, característica da fase de transição, expunha os elementos de extração rústica a estranhas contradições. O comportamento “urbano” existia nas intenções e nas aspirações dos agentes humanos, na ânsia de converter São Paulo numa cidade “cultura”, “moderna” e “civilizada”. Só os que estavam absorvidos na “corrente do progresso” sintonizavam-se com semelhante estado de espírito — ou seja, os “círculos avançados” das camadas dominantes e os imigrantes empenhados no enriquecimento rápido. No íntimo e fora da vida prática, cada qual arcava com as arestas de alguma espécie de rusticidade, herdada de diferentes maneiras por brasileiros ou estrangeiros de tôdas as camadas sociais. O “progresso” era, pois, muito exterior e nada possuía de homogêneo. Não se toleravam evidências por demais notórias de comportamentos que levantassem a suspeição de que a comunidade fôsse “atrasada” e “provinciana”. Mas, cada qual saía dessa condição como podia, através de estímulos ou de procedimentos que trabalhavam os indivíduos em função das circunstâncias que cercassem o seu envolvimento nas atividades econômicas.

O impacto dessa situação externa sobre o “elemento negro” é surpreendente. Ele se viu tolhido nos anseios de perpetuar a parcela da herança cultural, que atravessara a escravidão ou se formara graças

cionistas: “Já, então, se sabia em São Paulo que os pretos reagiam contra os soldados, gritando: “Liberdade ou morte!” Viva a liberdade! Aqui ninguém se rende. Preferimos morrer!” (op. cit., p. 306).

(82) — Sobre a crise da cultura popular em São Paulo, vista numa perspectiva histórico-sociológica, cf. F. Fernandes, *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*, Editora Anhambl S. A., São Paulo, 1961, pp. 27-34.

a ela (83). Contudo, ficou imobilizado dentro de um tradicionalismo tôsko e inoperante. Ambas as coisas relacionam-se, estrutural e dinamicamente, com o destino encontrado pelo negro e pelo mulato naquele ambiente urbano. Até providências policiais foram tomadas para impedir a “revivescência”, à noite, de “antigos usos”, que perturbariam o sossêgo e, talvez, o decôro da população branca (84). As perdas culturais daí resultantes não foram, porém, compensadas pela aquisição de valores culturais alternativos. À margem das atividades estratégicas para a urbanização dos modos de pensar, de agir e do estilo de vida, acabaram não participando, sequer superficial e esporadicamente, das “tendências do progresso”. As transformações sofridas pela macumba ilustram cabalmente essas interpretações. Não possuindo autonomia social para associar-se através de valores culturais próprios, de cunho autenticamente “sagrado” e “tradicional”, a “população negra” perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos e acabou assistindo à perversão da macumba pelo branco (85). Em consequência, deixou de beneficiar-se das funções construtivas dêsses cultos, que requerem um mínimo de aglomeração e oferecem ao negro oportunidades de afirmação pessoal ou coletiva, através da vida social organizada (86).

Esse exemplo revela duas coisas essenciais. Primeiro, as orientações urbanas do crescimento econômico e sócio-cultural da cidade não favoreciam — ao contrário: solapavam e impediam — a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de exis-

(83) — Arthur Ramos aponta alguns aspectos dessa herança cultural, que não chegou a transplantar-se de todo para as fazendas de São Paulo, mas pode ser assinalada em vários dos seus componentes — cf. “O Espírito Associativo do Negro Brasileiro”, *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV — Vol. XLVII, São Paulo, 1938, pp. 105-126.

(84) — João Pedro da Veiga Filho, *Estudo Econômico e Financeiro sobre o Estado de São Paulo*, cf. informações das pp. 61-62. As referidas medidas foram aplicadas de forma universal, no interior e na Capital do Estado. Os jornais paulistanos verberavam-nas, quando as ocorrências assumiam o teor de arbitrariedades contra pessoas; mas, toleravam-nas ou aprovavam-nas, com exceção de *A Redenção*, quando pareciam relacionadas com o fito de “policiar os costumes”, “manter a moralidade” ou “coibir práticas fetichistas”.

(85) — Roger Bastide, “A Macumba Paulista”, in *Estudos Afro-Brasileiros*, 1.ª Série, Boletim LIX, Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1946, pp. 51-112.

(86) — Sobre a importância socializadora e integrativa dos cultos mágico-religiosos de origem africana: René Ribeiro, *Cultos Afro-Brasileiros do Recife: Um Estudo de Ajustamento Social*, Publicação do Instituto Joaquim Nabuco, Recife, 1952. Octávio da Costa Eduardo, *The Negro in Northern Brazil*, University of Washington Press, Washington, 1948, caps. V-VI; e Melville J. Herskovits, “The Social Organization of the Candomblé”, *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, Editôra Anhembi, São Paulo, 1955, Vol. I, pp. 505-532.

tência do negro, conforme uma configuração civilizatória rústica. Segundo, essas orientações não eram suficientemente fortes, envolventes e plásticas para produzir efeitos análogos noutras direções, o que facilitou (e até estimulou) a perpetuação de um horizonte cultural tradicionalista, de conteúdo pré-letrado e de sentido anti-urbano, que logo se converteu no fator invisível e fatal do bloqueamento, da inércia e do malôgro do negro na história cultural da cidade. Os demais grupos étnicos, nacionais ou estrangeiros, também eram portadores de uma herança rural e também a perpetuaram parcialmente. Contudo, êles tiveram **chances** de entrosarem-se, mais ou menos, com as “exigências da situação”, modernizando seus estoques de idéias, de comportamentos ou de valores nas áreas vitais à participação vantajosa nas tendências e nos proventos da urbanização. Estabeleceu-se, portanto, um terrível círculo vicioso. A participação marginal e improfícua nos papéis sócio-econômicos de real importância estratégica excluía o negro, como “agente” ou como “beneficiário”, do crescimento urbano. Essa exclusão, por sua vez, acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando sua dependência e, provavelmente, o seu apêgo a uma herança sócio-cultural imprópria e desvantajosa. Os efeitos acumulativos dessa interação de fatores encadearam-se de tal modo, que fizeram do **elemento negro** o único agrupamento humano da cidade em que não se revela um mínimo de sincronização entre as tendências e os produtos da “urbanização”, da “mobilidade social” e da “secularização da cultura”.

Está claro que a alternativa, que foi eliminada historicamente, de ajustamento à cidade com manutenção dos valores centrais da herança cultural afro-brasileira, conduziria a padrões conscientes, desejados e sistemáticos de isolamento, envolvendo assim um tipo de segregação espacial e racial que não encontra aprovação na tradição cultural brasileira. E’ discutível saber se ela seria melhor para o “destino social do negro” na cidade. Onde a referida perpetuação produziu efeitos positivos, na sociedade brasileira, as condições de interação econômica e social dos “negros” com os “brancos” eram compatíveis com uma relativa autonomia cultural dos grupos étnicos em presença e nunca chegaram a ameaçar os padrões básicos de isolamento inconsciente, dissimulado e difuso, sancionados por aquela tradição. O que importava, na análise, era acentuar, pelo contraste, as implicações dinâmicas da situação do negro na comunidade paulistana. As expectativas de comportamento, polarizadas em torno do sistema axiológico e moral da comunidade, impunham coercitivamente a abolição de certos “usos” e “costumes”, mas toleravam (e sabemos pela documentação histórica que toleravam com

simpatia e até com regozijo) a perpetuação de outros, também extraídos dos “mores antigos”. Isso sublinha a existência de um clima moral, que desafiava o negro na pior direção possível. As pressões diretas ou indiretas selecionavam os ajustamentos em que êle aparecia como o equivalente e o substituto do “escravo” ou do “liberto” na sociedade livre. Daí a valorização positiva daquela parcela da herança cultural que regulava, tradicionalmente, tais ajustamentos. Para reagir contra essas pressões e tentar defender-se delas, o negro apegou-se obstinadamente às facilidades do alheamento e da reclusão, oferecidas pelos núcleos urbanos. Com isso, tomou parte saliente na elaboração de ajustamentos que elevavam ao máximo os frutos negativos do padrão brasileiro de isolamento difuso-assistemático e que, ao mesmo tempo, fomentavam sua sujeição indefinida a uma herança cultural funesta.

Era inerente à dinâmica da “vida na cidade”, pois, certas condições exteriores constantes, que liberavam e fortaleciam compulsões psico-sociais altamente destrutivas para o equilíbrio psicológico do negro ou para a sua integração à ordem social. Alguns testemunhos sôbre casos relativamente freqüentes permitem estabelecer como essas compulsões operavam, levando o negro a agir irracionalmente (ou seja, sem uma consciência clara de seus interesses ou de seus fins nas relações com outros) ou a agravar a irracionalidade de ajustamentos de per si irracionais, provocativos e ruinosos. Simplificando as coisas, seria possível reduzir a três as constelações psico-sociais que governavam, no período escravocrata, os ajustamentos do liberto ao trabalho livre: a noção de que liberdade significava plena disposição da pessoa sôbre si mesma, cujo corolário prático dava a cada indivíduo o arbítrio de decidir quanto, onde e como trabalhar; a representação segundo a qual a dignidade do homem livre é incompatível com serviços degradantes; e o princípio pré-capitalista de que a dedicação ao trabalho deve ser regulada pelas necessidades de consumo do indivíduo com seus dependentes. Essas concepções operavam nas acomodações do trabalho livre com o regime servil sem produzir atritos violentos e, principalmente, sem fomentar a exclusão do negro como agente de trabalho livre. Couty escrevia que, “no Brasil, o negro só deseja uma felicidade, um direito: o de **não fazer nada**” (87). Não obstante, ao converter-se em liberto assumia, gradualmente, as obrigações que o tornavam em promissor agente econômico. Ao descrever êste processo na sociedade carioca, Rugendas assinalava que o liberto permanecia nas vizinhanças do antigo local de trabalho e projetava-se em vários tipos de atividades, alcançando “em pouco

(87) — L. Couty, *L'Esclavage au Brésil*, op. cit., p. 72 (grifado no texto).

tempo um grande bem-estar” e logrando, nas cidades, êxito apreciável em ocupações lucrativas ou consideradas. Por isso, chegou a asseverar (88): “A população negra livre é, sob vários aspectos, principalmente por seu futuro, uma das classes mais importantes da colônia. Isso é, especialmente, verificável com relação aos crioulos propriamente ditos, aos negros nascidos na América”. Os inconvenientes eram tolerados e, eventualmente, corrigidos ao sabor das circunstâncias ou das necessidades. Saint-Hilaire, por exemplo, refere-se a um crioulo negro, que lhe servia de camarada, o qual, “orgulhoso de sua dignidade de homem livre, tinha o mais profundo desprezo pelos trabalhos que se consideram como apanágio do escravo”, a ponto de não ir ao riacho para pegar água para si próprio, pois entendia ser essa obrigação de outro camarada (89); e, em várias passagens, descreve pitorescamente as peripécias ou os contratempos associados à irregularidade dos trabalhadores e dos fornecedores. Contudo, no contexto de uma crise social convulsiva, em competição intensa com outros agentes de trabalho preferidos e sob a égide exclusiva da livre-concorrência, o liberto perdeu as antigas oportunidades de reeducação pela experiência e de ajustamento gradual às obrigações econômicas ou sociais que contraía com a liberdade. De um lado, não encontrava nos brancos as velhas disposições de tolerância; ao contrário, muitos deles, principalmente os fazendeiros, viam no liberto o ex-escravo e tentavam tratá-lo como tal (90). De outro, aqueles ajustamentos adquiriram, na ordem social competitiva, o teor de verdadeiras anomalias. Os fazendeiros não se conformaram nem com o seu senso de auto-determinação nem com as conseqüências do trabalho irregular, governado pelas necessidades de subsistência (91). Eis como um fazendeiro condensava as censuras que se erguiam ao liberto, como agente de trabalho livre: “Se vão para uma fazenda como camaradas, poucos dias param. São excessivamente exigentes, morosos no trabalho, param a cada momento para fazer cigarro e fumar; nas horas de refeição demoram-se indefinidamente, bem pou-

(88) — João Maurício Rugendas, *Viagem Pitoresca através do Brasil*, tradução de Sérgio Milliet, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1940, p. 192 (1a. edição: 1835). Aliás, Evaristo de Moraes informa que os libertos tentavam permanecer, em São Paulo, na mesma localidade, só evitando as fazendas em que tivessem sofrido os “rigores do cativo” (cf. *A Campanha Abolicionista*, op. cit., p. 308).

(89) — Veja-se Auguste de Saint-Hilaire, *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, A. Bertrand, Libraire Éditeur, Paris, 1851, vol. I, pp. 297-298.

(90) — Veja-se, especialmente, *A Província de São Paulo*, editorial de 24-1-1888; conforme, ainda: *Correio Paulistano*, editorial de 18-1-1888; e A. de E. Taunay, *História do Café no Brasil*, vol. 8, pp. 177-178.

(91) — Veja-se especialmente, as considerações expendidas em artigo de A. José da Costa Wilk, em *A Província de São Paulo*, 1-5-1888.

cos se sujeitam a fazer um feixe de lenha, etc. Qualquer observação que se lhes faça recebem como ofensa, e formalizando-se dizem que são livres, largam a ferramenta e lá se vão” (92). Faltava ao liberto, portanto, a auto-disciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as únicas condições que poderiam ordenar, espontaneamente, a regularidade e a eficácia do trabalhador no novo regime jurídico-econômico. Como existia a alternativa de substituí-lo, pois os imigrantes eram numerosos e tidos como “poderosos e inteligentes trabalhadores” (93), as fricções engendradas pela persistência daquelas três constelações psico-sociais eram fatais ao negro e ao mulato. Eles não só perdiam terreno na competição ocupacional e econômica. Passavam a ser vistos sob um prisma em que o “escravo” desqualificava o “liberto”, como se fôssem, de fato, substancialmente “vagabundos”, “irresponsáveis” e “inúteis”. Adquiriam, em suma, uma reputação desabonadora, que iria bani-los do mercado urbano de trabalho ou forçá-los a lutar, arduamente, na orla das ocupações indesejáveis ou insignificantes (94).

As informações coligidas diretamente de negros, mulatos ou brancos, que viveram na cidade no primeiro quartel deste século (95), salientam as conseqüências devastadoras dessas atitudes e dos comportamentos reativos que elas provocavam. De acordo com essas informações, entre os elementos vindos do interior prevaleciam os moços. Os velhos preferiam continuar com as fainas agrícolas, com freqüência mesmo nas fazendas em que foram escravos. Em sua maioria, não conheciam bem as ocupações e os serviços urbanos, vivendo de trabalhos manuais rudes. Encontravam-se alguns aju-

(92) — Publicação de correspondência de Campinas, na secção livre de *A Província de São Paulo*, 23-3-1888.

(93) — Veja-se a manifestação da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, aprovada na sessão de 13-3-1888 e publicada por *O Correio Paulistano*, 27-4-1888.

(94) — Eis como Richard M. Morse condensa suas conclusões, confrontando a situação do negro com a do imigrante: “A cidade, entretanto, nem sempre era assim generosa para com os que aí tentavam a fortuna. Os ex-escravos que vinham em grandes quantidades das fazendas habitavam muitas vezes casebres miseráveis, trabalhando mediante salários ínfimos em serviços como a coleta de lixo, que os brancos consideravam indignos. Os opositores da emancipação afirmavam que eram principalmente eles que aumentavam o número de alcoólatras, criminosos e vagabundos. Paladinos do liberalismo, por outro lado, negavam que fôssem os ex-escravos ou outros brasileiros os parasitas que se propalava” (*De Comunidade à Metrópole*, op. cit., pp. 190-191).

(95) — As lacunas da documentação histórica sobre a situação econômica e social do negro aconselharam a apelar para os testemunhos dos agentes humanos. O principal informante, Sr. José Correia Leite, porém, somente possuía conhecimento pessoal dos anos posteriores ao início do século, relatando ocorrências anteriores com base em lembranças mantidas na tradição oral.

adantes de pedreiros; mas, a maior parte dos homens fazia biscates, isto é, “os serviços que calhavam”, recebendo por dia ou por empreitada. As mulheres trabalhavam como criadas, havendo ainda quem preferisse a mucama e a cozinheira “de côr”. Um informante esclareceu, ainda: “Agora há muito prêto como pedreiros e até como vendedores de frutas e de coisas. Antigamente, os italianos e os portugueses é que se dedicavam a êsses serviços de venda. Os pretos os estão substituindo. Também não se via muito prêto como oficial [nos ofícios]. O branco é que ocupava êsses lugares”. Em seu entender, no ramo em que trabalhava, o da carpintaria e da marcenaria, “o serviço dos pretos não era pior que o dos brancos. Pior que êles eram os polacos” (96). “Essa é uma raça muito pior que os negros. Êles é que estragaram a profissão”. Pelas indicações de uma das histórias de vida, o negro tinha de agir com grande oportunismo, “aceitando o que aparecesse”, e quase sem fazer exigências. Servir de carregador, aceitar serviços de limpeza de casas, entregar folhetos ou transportar cartazes, trabalhar nas cavalariças, como serviçais nas pensões ou como ajudantes de pedreiros, de carpinteiros, de pintores, etc. Um dos informantes vendia doces feitos pela mãe; mas parece que os vendedores ambulantes, portugueses e italianos, e posteriormente a instituição das feiras livres acabaram por liquidar a presença da mulher, do menor e em alguns casos do adulto ou do velho negro no pequeno comércio de doces, quinquilharias, verduras, sorvetes, quitutes, pinhão e castanha cozidos, ervas, etc. (97). Os serviços que oferecessem perspectivas lucrativas, mesmo que fôssem modestas, como o de peixeiro, o de jornaleiro ou o de engraxate, eram feitos pelos italianos. Com insistência, as informações indicam que os negros se viam obrigados a trabalhar para os italianos em condições “escorchantes”. Êstes demonstravam interesse, amizade e caridade; porém, o que tinham em mira seria a “exploração do negro”, onde e como pudessem, inclusive sob o artifício de atrair menores para seus lares, tratá-los “como filhos” e obter deles prestação gratuita de serviços. Todavia, os informantes negros e mulatos não escondem as “cabeçadas” que foram dadas, por falta de “experiência” ou de “amparo moral”. Reconhecem a inconstância ao trabalho, a volúpia de trocar de ocupações e, mesmo, a matreirice com que alguns negligenciavam as obrigações contraídas, se conseguissem embolsar, adiantadamente, o pagamento dos biscates.

(96) — Note-se: o informante em questão é filho de francês e seu pai empregara um negro como lustrador em sua oficina.

(97) — A respeito do assunto, vejam-se também os dados fornecidos por Ernâni da Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, op. cit., esp. pp. 1.134, 1.137, 1.139-1.141, 1.146 e 1.175.

“Caçoavam” dos imigrantes (dos italianos em particular), não tanto porque trabalhassem duramente, mas porque se privavam de todo conforto — boa alimentação, vestuário decente, prazeres, etc. — para “guardar dinheiro”. Por isto ou por aquilo, ocorriam com facilidade pequenas explosões. Contudo, os informantes brancos focalizam muito mais os efeitos negativos da irregularidade, do relaxamento e da displicência no trabalho, que os atritos. Sòmente um caso de certa gravidade foi apontado com ressentimento: o pai de um dos informantes, de origem francesa, montou um botequim, colocando à testa do mesmo um “prêto de sua confiança”. Êste “fêz uma sujeira”, deixando o protetor sem nada. O negro seria dócil e prestativo, quando “bem tratado”; o mal estaria em que “êle não tem cabeça”. De fato, os atritos registrados envolviam, em regra, conflitos de expectativas de comportamento, tendo comumente por protagonistas negros ou mulatos jovens e representantes das famílias tradicionais. Ou a empregada “preta” queria que tratassem seu filho “como gente” ou ficava chocada com a desconsideração ostensiva no trato com os patrões, com seus filhos e com seus amigos; ou o trabalhador “prêto” ressentia-se com o “orgulho” dos patrões, dos colegas e dos freguêses. O resultado constante de tais atritos cifrava-se no abandono imediato do trabalho, às vêzes precedido de um desabafo emocional pelo “ofendido”. Êsses destemperos eram facilitados pela propensão dos ex-senhores, mencionada tenazmente pelos informantes negros e mulatos, de se recusarem a pagar pelo “serviço de negro” ou pela inclinação alternativa de atribuir-lhe um valor vil, em flagrante contraste com o que sucedia, em situações análogas, no intercâmbio com os estrangeiros. Isso criava, no ânimo do negro, a convicção de que os brancos de famílias tradicionais sentiam “ódio dos negros” por causa da Abolição, e vingavam-se dêles, humilhando-os e substituindo-os, “de propósito”, pelos imigrantes.

E’ provável que tal coisa acontecesse em numerosos casos, pois alguns depoimentos de membros dessas famílias lembram reiteradamente a “ingratidão dos negros”, o seu “espírito interesseiro”, etc. Todavia, um dos principais informantes do grupo negro demonstrou que o paternalismo tradicionalista ainda possuía enorme importância prática. Em suas explicações, êle separou “os negros da casa grande” dos “negros do eito”. Os primeiros teriam aproveitado “muita coisa” em contacto com o branco. Os homens e as mulheres receberam uma educação melhor e ficaram com ideais de vida mais altos. Muitos homens sabiam, até, ler e escrever; todos possuíam melhores maneiras, imitadas dos antigos senhores. Além disso, alguns estabeleceram relações de amizade com os brancos, “quando não eram parentes por concubinato”, convertendo-os, portanto, em

protetores quase certos. As mulheres, por sua vez, aprenderam muita coisa sobre a administração de uma casa, sabendo cuidar dos serviços domésticos, da cozinha à costura. Abolida a escravidão, esses elementos tinham maiores probabilidades de encontrar melhores colocações que os outros. A proteção do branco abria duas compensações fundamentais: a herança das roupas usadas; o “cartucho” para algum emprego melhor. O problema do vestuário era muito grave; sem boa aparência, o negro não podia pleitear uma colocação com perspectivas. No entanto, naquela época o negro “nem podia pensar em roupas de casimira”, por demais dispendiosas. Graças ao protetor branco, alguns herdavam até fraque e cartola, que usavam nas grandes festas. Doutro lado, o “pistolão” servia para abrir caminho para os melhores empregos que poderiam alcançar, nos escritórios ou, principalmente, no funcionalismo. Não passavam, no fundo, de empregos modestos, de moços de recados, serventes, contínuos ou, muito raramente, de escriturários. Mas, conferiam boa renda e prestígio, em comparação com os demais. Por isso, pela década de 20 esse estrato da população negra começava a aparecer como a elite de cor paulistana ou, na linguagem do informante, “os pretos de salão”. Os que saíram do eito, em contraste, sofreram terrivelmente com a Abolição e a fixação na cidade. “Não sabiam fazer nada. Só trabalhavam na roça. Eram os chamados **negros da lavoura**. Não sabiam ler e escrever, em regra, e não possuíam protetores. Eles sofreram muito, pois ficaram largados a si próprios. Mal vestidos, analfabetos, sem proteção, ficaram vivendo aqui e ali de expedientes”. Os homens e as mulheres desse segmento formavam a camada “mais desqualificada” e “paupérrima” da população negra. “Os que só se vestiam de brim e os que tinham menos traquêjo na vida social e para o trabalho”. Iam com o mesmo terninho de brim surrado a toda parte, inclusive nas festas e enfrentavam enorme dificuldade para encontrar “bons empregos”, pelo menos no sentido em que os imaginavam como tais. “Não existia o **russo da prestação** e ninguém podia pensar em comprar a crédito, como hoje. Comprando a crédito, os negros hoje parecem todos iguais e com pouco dinheiro qualquer um pode vestir-se bem”. Conhecendo mal o branco, temiam expor-se diante dele e submetiam-se, passivamente, aos seus desejos. Não se arriscavam a pleitear empregos melhores nem a romper com as expectativas que condenavam o negro a uma vida dura, ingrata e sem compensações. Tímidos e ingênuos, preferiam sofrer calados e isolar-se até dos companheiros melhor sucedidos.

E’ impossível determinar até onde os desajustamentos do negro e do mulato foram, de fato, regulados por suas ligações com o

mundo dos brancos — com os seus valores, o seu estilo de vida e a sua influência. Uma coisa, porém, parece certa: nas migrações para a cidade, os negros com maior familiaridade e intimidade com as pessoas e o padrão de vida dos ex-senhores tinham maiores probabilidades de êxito. Ainda assim, o paternalismo já não podia preencher as mesmas funções construtivas que na antiga ordem tradicionalista. A questão é simples. No contexto social em transformação, o branco procurava, ansiosamente, liberar-se de tôdas as obrigações que pesavam, no passado, em suas relações com o escravo ou com o liberto. Êsse foi o sentido moral do processo abolicionista e sua forma histórica final. O negro entrou em plena posse de sua pessoa e da responsabilidade de cuidar de seus interesses ou do seu destino. As obrigações morais só foram redefinidas e aceitas de maneira ultra-seletiva. Do contrário, não haveria fortuna privada que pudesse suportar o pêso do humanitarismo responsável nem prestígio que fôsse capaz de resistir a um tráfico tão grande de influências. O paternalismo das famílias tradicionais protegeu o negro, mas segundo regras estritas, impostas pelas circunstâncias criadas pelo regime de trabalho livre numa economia capitalista em crescimento. Doutro lado, êsse critério perdeu sua razão de ser como forma normal de relação entre o branco e o negro, e sua inobservância devia ser acentuada numa cidade como São Paulo, na qual a crise do “antigo regime” foi mais extensa e mais rápida que em outras localidades do Brasil. No regime escravocrata, a proteção ao liberto respondia aos interesses senhoriais. Tratava-se de garantir a estabilidade e a expansão dos pequenos núcleos estanques ou interdependentes de trabalho livre, que não podiam ser exercidos, por ausência ou escassez de pessoal, por agentes brancos (98). Em tais condições sócio-econômicas, era fácil regular os interesses das grandes famílias com a carreira dos libertos como assalariados ou semi-assalariados. A eclosão em massa do ex-escravo como agente potencial de trabalho livre destruiu a aplicabilidade universal do critério e liquidou com sua eficiência como recurso de peneiramento sócio-econômico. Difícilmente a persistência do paternalismo, na escala em que ela se deu e marcadamente como um processo de defesa da posição das grandes famílias na estrutura de poder da sociedade nacional, poderia beneficiar, em grosso, tôda uma categoria de ex-

(98) — Aliás, a gradual expansão do trabalho livre, em conexão e como produto da crise na renovação da mão-de-obra escrava, fez com que o trabalhador europeu se encarregasse, antes da Abolição, de inúmeras atribuições do liberto. Isso mostra que a proteção ao liberto, como efeito do paternalismo tradicionalista, prendia-se à falta de outras alternativas (vejam-se sobre o assunto, especialmente as indicações de Agostinho Marques Perdigão Malheiros, *A Escravidão no Brasil*, op. cit., pp 187-191).

escravos. Parece que, na verdade, os “negros da casa grande” ou do “sobrado” tiveram certas vantagens relativas, através de suas ligações com os brancos, na competição por segurança com os “negros do eito” ou da “lavoura”. O que isso representou, como mecanismo de ajustamento do liberto ao mundo urbano, não pode nem deve ser exagerado. Cada família tradicional “protegeu” um número ínfimo de antigos ex-escravos ou libertos, concebidos como “crias da casa”. O número dêles, na cidade, também parece ter sido pequeno, particularmente em confronto com a massa de deserdados largada a seu próprio destino. Mais tarde, êsse **pequeno número** irá desempenhar um papel histórico considerável, como foco de inconformismo e de agitação contra a situação do negro na sociedade paulistana. Mas, isso também não seria motivo para justificar uma avaliação exagerada das influências do paternalismo como fonte de adaptação do negro às condições materiais e morais de vida, imperantes na cidade no comêço do século. O que se evidencia é que existiam certas labilidades na ordem social, as quais favoreciam, de forma atenuadíssima e ocasional, indivíduos pertencentes a uma categoria social para a qual a sociedade de classes era “fechada”.

A insegurança e a insatisfação do negro e do mulato não provinham, apenas, das condições materiais de existência e da crise provocada pela quebra de sua integração ao mundo social e moral dos brancos. O trabalho ocasional e o ganho esporádico conduziram os homens a um estado tal de dependência e de penúria, que as mulheres se converteram no seu principal expediente na “luta pela vida”. As informações são controvertidas, mas parece que não havia, no início, nenhum intuito de exploração sistemática das mulheres pelos homens. Essa condição acabou se transformando em rotineira na medida em que se perpetuavam as dificuldades dos homens em “arrumar um emprêgo permanente”, à altura de suas ambições, e em que a própria dependência econômica em relação à mulher foi aceita, consentida ou aprovada socialmente. As informantes mulheres esclareceram, com insistência, que grande parte dessas situações assumia caráter transitório, como uma forma passageira de cooperação dos casais amasiados ou casados. Não obstante, surgiu um incentivo favorável para a institucionalização e muitos homens passaram a negligenciar seu interêsse por “ganhar a vida”, convertendo-se em dependentes sistemáticos da mulher em matéria de alimentação, alojamento e pequenas quantias para as despesas cotidianas. Doutro lado, a perpetuação dessa condição em grande número de casos favoreceu uma ampliação do ócio em um meio no qual havia pouco o que fazer, construtivamente, com o tempo e com as energias humanas. Muitos homens entregaram-se, assim, à ociosidade per-

manente e descobriram, no convívio com outros homens da mesma condição, um ótimo passatempo. As reuniões em pequenos grupos, pelas esquinas, e principalmente a concentração em botequins fizeram dêsse passatempo algo mais atrativo, do ponto de vista seja das relações de camaradagem, seja do prazer que se poderia retirar dessa rotina. A contrapartida moral dessa situação de dependência aparecia na desmoralização crescente do negro, primeiro no seu próprio estilo de vida, depois na consideração aberta dos brancos. Logo após a Abolição, não existia tolerância alguma para “reuniões de negros”. A polícia dispersava os magotes que se formassem por qualquer motivo. Temia-se pela “segurança da ordem” e pela “moralidade dos costumes” (99). Aos poucos, evidenciando-se que os “pretos” não representavam nenhuma ameaça de caráter especificamente perigoso, sobrou apenas uma desconfiança residual que levava a polícia a “tê-los de olho”, mantendo-os sob uma vigilância que sempre irritou os negros “ordeiros” e “trabalhadores”, criando para a

(99) — No interior foi pior, pois o desrespeito pelo negro assumiu aspectos bem mais dolorosos. A Redempção, na frente da oposição a êsses comportamentos, denunciou o que fez um delegado em Itu: prendia as negras que andassem bem vestidas e penteadas, levava-as à cadeia para raspar-lhes a cabeça e depois aplicava-lhes bolos. Também sumaria quatro casos de linchamento (cf. A Redempção, 13-V-1897). O noticiário dos jornais relatavam, aqui ou ali, algumas proezas dêsse tipo. Os seguintes exemplos dão bem uma idéia do que se fazia: em Piracicaba, “as autoridades da Vila de São Pedro deram ordem às praças de polícia de não consentirem pretos à noite pelas ruas da vila e que aos domingos só fôsem consentidos na vila até ao meio dia”. “Chamamos para o revoltante abuso a atenção dos poderes competentes” (A Província de São Paulo, 2-6-1888); telegrama de Casa Branca: “Delegado Francisco Nogueira ameaça com prisão os pretos que vierem à festa da libertação no próximo domingo. Peço providências enérgicas” (5-VI-1888); notícia procedente de Mogi Mirim: “Informam-nos que, em dias da passada semana, na rua do Coronel Guedes, diversas crianças, filhas de libertos, corriam espavoridas atrás das mães, fugindo a indivíduos que pretendiam agarrá-las e conduzi-las à pessoa que requereu a sua tutela. Isto precisa de paradeiro. Consta-nos que um caridoso negociante daquela rua ocultou os fugitivos” (A Província de São Paulo, 7-VII-1888); em Campinas: “O liberto Leandro, empregado na fazenda da Exma. Sra. Dona Maria Doque, queixou-se à autoridade policial que tendo ido de manhã em um trole, com dois companheiros e por ordem de seus patrões à fazenda pertencente ao Exmo. Sr. Barão de Ibitinga, a fim de trazer duas famílias de libertos da mesma fazenda, que queriam empregar-se junto dêle, fôra chamado a uma sala e dentro dela espancado. Por causa dos seus gritos abriram a porta e então êle fugiu, sempre perseguido de perto, fugindo também os seus dois companheiros ao verem o que lhe acontecia” (A Província de São Paulo, 24-VII-1888); também de Campinas: “Conta o Correio que, anteontem, um homem de côr parda foi participar à polícia que um fazendeiro de nome Escobar, nas imediações de Valinhos, retinha em sua fazenda a mulher do queixoso, antiga escrava de Escobar” (A Província de São Paulo, 25-VIII-1888). Êsses exemplos mostram a variedade dos comportamentos que evidenciavam resistência aberta à aceitação da liberdade e dos direitos decorrentes dos libertos.

mulher negra o tormento suplementar da suspeita de prostituição. Nesse clima, antigas prevenções ressuscitaram e agravaram ainda mais o drama moral dos negros. Uma das informantes (100), apontamos como velhos estereótipos foram revitalizados e como surgiram outros novos, que identificavam o “liberto” como “negro” e o “negro” como “vagabundo”, “desordeiro”, “cachaceiro”, “mulher à toa”. O terror diante do liberto e do alcance ou das conseqüências de suas agitações foi substituído por outra espécie de temor, que correspondia, literalmente, à redefinição do negro pelo branco. Já não aparecia como o “inimigo da ordem”, porque conspirasse pela liberdade; mas, como uma ameaça ao decôro, à propriedade e à segurança das pessoas.

Ia-se tão longe, nesse caminho, que os abolicionistas autênticos sentiam-se revoltados. “Depois da lei de 13 de Maio, escrevia **A Redempção** (101), julgávamos que os pobres pretos podiam sossegar, constituir família, adquirir bens, e colaborar para a riqueza da nossa pátria”. “Enganávamo-nos redondamente”. Na mesma fonte, encontra-se uma menção ao desaparecimento de um português, vítima de violências em São Paulo. Ao mencionar o fato, incita o cônsul português a tomar as providências cabíveis, assinalando: “se êle fôsse brasileiro e especialmente preto era caso de arrolhar-se o **fucinho** e não tratar de saber o destino que levou” (102). Em outro comentário, sob o título “matar preto, não é crime”, reprocham as autoridades pela “praxe introduzida há muito tempo”, segundo a qual não haveria crime na matança de negros (103). Qualquer que seja a paixão que tenha inspirado essas manifestações, no conjunto percebe-se que o negro perdera a segurança material e moral que por ventura lograsse, como propriedade, no regime escravista. Mas não adquirira, senão parcial e imperfeitamente, a segurança material do trabalhador livre e estava longe de poder garantir-se a segurança moral da pessoa, consagrada pelo código civil e pela Constituição republicanos. Mesmo tratando-se de uma reparação legítima, a iniciativa de arrogar-se a proteção das leis podia ser frustrada. **A Redempção** relata um caso penoso, cujo desfêcho testemunha, indiretamente, a violência humilhada e auto-destrutiva com que o negro reagia contra essa posição marginal e ambivalente. Um operário negro, de boa situação econômica, recorreu à polícia para proteger os direitos de sua filha, que fôra deflorada; não se tomou nenhuma

(100) — Profa. Sofia Campos Teixeira; o rico material fornecido será aproveitado adiante, na descrição dos estereótipos e sua objetivação social.

(101) — Número de 13-V-1897.

(102) — **A Redempção**, número de 18-VII-1897; palavra grifada no texto e transcrita na grafia original.

(103) — **A Redempção**, número de 29-VIII-1897.

providência, “só porque ela era negra e êle branco”! O homem suicidou-se: “Benedito Fumaça, desgostoso de morar nesta terra, onde os pretos não têm garantia, apesar de serem homens honrados, não podendo suportar esta vida, vendo sua filha prostituída por não achar justiça nesta terra, resolveu matar-se” (104). Doutro lado, havia quem compreendesse as raízes históricas dos males com que os negros se defrontavam e se condoesse das acusações que lhes eram lançadas. O seguinte comentário de **O Diário Popular** (105), sôbre a propalada mendicância sistemática da população negra, exemplifica a questão: “Raros, muito raros, são os mendigos pretos que se encontram nesta cidade”. “E quando isso acontece não há que duvidar que são verdadeiros infelizes que gastaram a mocidade e as fôrças num trabalho nunca pago e que se vêm hoje sem arrimo”. [Os mendigos] “são todos estrangeiros e estrangeiros que não se inutilizaram aqui, estrangeiros que vieram de seus países chamados pela fama de nossa generosidade e que vieram dar uma nota negra à nossa vida ativa com o quadro triste de suas deformidades”. Contudo, a boa vontade e a solidariedade esporádica de alguns não tinham, de per si, o poder de salvar os negros de suas condições desorganizadas de vida nem dos efeitos delas na construção das imagens que iriam dar fundamento etnocêntrico à sua exclusão das oportunidades econômicas, sociais e políticas abertas pela ordem social competitiva.

O curioso é que tanto as reações dos brancos, quanto as dos negros **contra** essa situação assumiram franco caráter irracional, revelando um apêgo sociopático ao tradicionalismo. Na opinião dos brancos aristocráticos, mas tolerantes e simpáticos ao ex-escravo, êstes não possuíam qualidades intelectuais e morais para conduzir sua própria vida. Daí, onde e quando não recebessem a orientação dos antigos senhores, tinham de sofrer e pagar um preço elevadíssimo pela liberdade. O seguinte testemunho, de uma informante anciã de família ilustre, documenta essa perspectiva. “Eu acho que os negros eram mais felizes no tempo da escravidão, especialmente quando tinham senhores bons. Tinham casa, roupa, comida, remédio e o trabalho não era tanto assim. Porque em geral os negros não têm cabeça para se dirigir sòzinhos na vida. Veja por aí como êles estão!” Noutro passo do seu depoimento, afirma no mesmo diapasão: “Eu acho que os negros eram mais felizes naqueles tempos, eram organizados, trabalhavam, tinham casa, comida, cuidados médicos, tinham quem cuidasse dêles. Nos domingos, em vez de ficar descansando e conversando, êles pediam para trabalhar na roça, para ganhar uns dinheirinhos.

(104) — **A Redempção**, número de 13-V-1898.

(105) — Edição de 30-IV-1892 (apud R. M. Morse, **De Comunidade a Metrópole**, p. 191).

Muitos com êsse dinheiro compravam a alforria, mas ficavam na fazenda. Outros compravam coisas na cidade. Agora, veja no que deram, veja em que situação estão. Negro não tem cabeça para se dirigir sôzinho. Alguns têm, como a Q., que educou os filhos, como J. B., que ficou diretor de grupo, mas a maioria não tem”. O diagnóstico seria completo e verdadeiro se incluísse um elemento essencial: porque o negro “não tinha cabeça”? O que lhe faltava não era, propriamente, a continuidade da tutela dos ex-senhores. Era experiência e domínio das técnicas sociais e culturais do ambiente, de cujo uso se viram sempre privados, como escravos, e a cujo acesso se viam excluídos, apesar da liberdade, no meio urbano. Por isso, a opinião dos brancos envolvidos militantemente no processo abolicionista possuía bases mais realistas. Êles se opunham a essa visão deformadora do paternalismo tradicionalista, exigindo que se lhes dessem oportunidade real para andarem sôbre seus pés, agirem segundo suas conveniências e pensarem pela própria cabeça. Em suma, pretendiam que o negro desfrutasse as mesmas regalias que os brancos em todos os terrenos, da vida econômica à vida política. Êsse é o significado da cruzada democrática em que se empenhou Antônio Bento e alguns raros colaboradores, depois da Abolição. No entanto, o caráter irracional e tradicionalista das soluções defendidas surgem em dois pontos. Primeiro, no apêgo utópico a fórmulas que só teriam sentido prático em outras condições sócio-econômicas. Supondo que o “atraso” do negro era herdado social e culturalmente (no que estavam certos), acreditavam que seria possível promover o “salto para diante” de um momento para o outro, pela organização de cursos ou a fundação de escolas destinadas aos libertos e a seus filhos (106). Não atentavam, porém, para o conteúdo e a amplitude da tarefa. Não bastava alfabetizar o negro ou prepará-lo, intelectualmente, para certos ofícios. Impunha-se prepará-lo para tôdas as formas sociais de vida organizada, essenciais na sua competição com os brancos por trabalho, por prestígio e por segurança e garantir-lhe, além e acima disso, aproveitamento regular de suas aptidões e autonomia para pôr em prática os seus desígnios. O projeto de “educar o negro”, mantendo-se as demais condições imperantes na sociedade paulistana (107), equivalia a deixar as coisas como estavam, mau grado o idealismo e as energias empenhadas na empresa. Segundo, o desencanto político arrostando Antônio Bento (e seus eventuais seguidores) a um es-

(106) — Sobre essas iniciativas, ver especialmente: *A Redempção*, número de 13-V-1897; *A Província de São Paulo*, 9-V-1888, 12-V-1888, 8-VII-1888, 14-VII-1888 e 5-XII-1888.

(107) — Ou seja, sem outros planos de amparo material e moral que secundassem a escolarização e permitissem acelerar o processo de integração do negro ao regime de classes.

tado de espírito de cunho reacionário. Daí resultou uma perniciosa campanha contra as instituições republicanas e as autoridades que as representavam, que em nada auxiliava a integração do negro ao regime de classes. Ao contrário, fomentava atitudes saudosistas, de identificação com a Monarquia, e certo desprezo pelas “leis da República”, incapaz de auxiliar o negro a bater-se, desde logo, de modo direto, responsável e organizado por seus direitos como cidadão. A cooperação respeitável e íntegra que êsse pugilo de idealistas dispensou à “raça negra” nem sempre serviu, portanto, à verdadeira causa que deveria absorver a atenção dos negros e mulatos: a assimilação, tão rápida quanto fôsse possível, das formas sociais de vida que poderiam apressar e garantir sua participação crescente dos direitos e garantias sociais desfrutados pelos brancos.

Os informantes negros e mulatos deixam entrever, por sua vez, que houve relativa demora na formação de uma consciência independente e realista da situação em que se achavam. Os que se viam compensados pelo êxito obtido, por conta própria ou sob a proteção do branco, não sentiam obrigações morais perante a massa de companheiros largados na maior miséria e degradação. Revoltavam-se seguidamente diante de sua subserviência e passividade; e cuidavam, acima de tudo, de demarcar, nitidamente, a separação que já se esboçava entre a nascente “elite de côr” e os “negros reles”, empenhando-se em reproduzir como podiam o mundo dos brancos aristocratas da era da escravidão. Os outros, submergidos no submundo da ralé urbana, aguardavam a “segunda Abolição”. O seu único apanágio era a liberdade, com a qual não sabiam o que fazer, embora constituísse sua preocupação absorvente. Contrastando o presente com o passado, um dos informantes negros disse algo digno de nota: “Atualmente o prêto dedica-se mais à instrução do que antigamente, pois logo após à escravidão, o prêto só pensava em “liberdade” (108). Como agente histórico privado de condições para afirmar-se positivamente e canalizar construtivamente a sua afirmação, êsse “prêto” encontrava na liberdade plena, total e suicida — na liberdade polarizada negativamente: não-fazer, não-compartilhar e não-identificar-se consigo mesmo ou com os outros (fôssem a “sua” mulher ou os “seus” filhos) — o único sentimento real e indestrutível de posse do ser. Entendendo-se devidamente essa gradação, que correspondia às perspectivas que se abriam aos “negros” que se classificavam socialmente, através de profissões ou ocupações modestas,

(108) — A palavra “liberdade” vinha cheia de sentido no contexto de suas explicações. Denotava a imensa gama de possibilidades de alguém que se afirmava pela vontade de não fazer o que quisesse. Por isso, recorremos ao artifício de grifá-la.

e aos que estavam condenados ao desemprego e à dependência, é possível perceber-se algo essencial. O negro que se integra à ordem social competitiva, mesmo em posições marginais ou secundárias, repudia as condições anacrônicas de existência, com todo o seu séquito de conseqüências letais; o negro que fica à margem da vida social organizada e de toda esperança, sucumbe à própria inércia. Como acentuou o informante, jogando com o contraste já indicado acima: "...os pretos vindos da casa grande desprezam, de certa maneira, os outros pretos que não têm os mesmos ideais de vida. Eles encarnam a "moral dos brancos": querem vestir-se bem, querem subir, querem comportar-se como pessoas de responsabilidade. Sentem-se chocados e ofendidos com o modo de viver e as concepções daqueles pretos que são "largados", pois têm medo que isso se reflita na idéia que o branco faz do preto. Vêem nos companheiros de situação mais baixa ou inferior uma ameaça ao seu prestígio social, que depende do que os brancos pensam a seu respeito". Esse distanciamento cultural fomentava certos atritos. O negro traquejado e envolvido na torrente da vida social, percebe quando é "diminuído" ou "prejudicado" pelo branco. Conhece o "jogo dos brancos" e não se identifica com eles senão para libertar-se melhor do seu jugo e atingir mais depressa os seus fins. Os outros, tímidos e inexperientes, ficam tolhidos, só vendo as coisas "tarde demais" ou preferindo "engolir em seco". Como mantinham respeito exagerado ou temor pelos brancos, "acham melhor não protestar nem exhibir seus sentimentos reais". Em suma, um segmento pequeno e relativamente exclusivista da "população negra" predispunha-se ao inconformismo construtivo e começava a forjar uma consciência realista da situação de contacto, tendo em vista os interesses do negro nos processos econômicos, sociais e políticos. Mas, por sua vez, afastavam-se da realidade e do presente. Ansiavam por um estilo de vida que não se coadunava sequer com os propósitos dos brancos estrangeiros, que construíam sua independência sem atentar para os padrões de decôro das antigas camadas senhoriais; e negavam, como os próprios brancos, sua solidariedade diante dos verdadeiros componentes da "ralé negra da cidade", afastando-se e envergonhando-se dela, como se todos não tivessem um destino e uma causa comuns.

As avaliações pertinentes à situação do negro na época foram naturalmente elaboradas e difundidas pelos "negros letrados", que pertenciam a esses ralos núcleos de "privilegiados" da população negra. Elas se mantiveram na tradição oral e revelam, a um tempo, certo teor inconformista e algum alcance fermentativo. Como acontecia com os brancos, sabiam e ressaltavam que "os negros não estavam preparados para a liberdade" nem para a transição brusca, que tiveram

de enfrentar, da condição escrava para o estado de trabalhador livre e de cidadão. Mas, focalizavam melhor o problema da transição e o que se poderia esperar do confronto do ex-escravo com o branco nas “condições de igualdade” com que contavam: quase doentamente, ressaltam que o negro não encontrou nenhum amparo, oficial ou particular, enquanto o imigrante estrangeiro absorvia tôdas as atenções e recursos existentes. Por fim, quer recebessem ou não ternos e proteção pecuniária dos antigos senhores, tinham uma idéia clara a respeito da herança do negro: miséria, abandono e corrupção, encarados como uma retribuição injusta a quem fôra o **construtor do “progresso econômico” do Brasil**, como agente de trabalho nos ciclos da cana, do ouro e do café. O curioso é que, apesar da natureza fermentativa e incnformista dessas avaliações, tomava-se a solução de Luiz Gama como o procedimento que se deveria pôr em prática. Ora, Luiz Gama só podia ter em vista a situação do liberto na sociedade escravocrata. Quando chegava a interferir no preparo do ex-escravo para os papéis econômicos ou sociais do liberto (e parece que isso só ocorria ocasionalmente), tinha diante de si uma ordem social ávida de reabsorver o agente de trabalho que se deslocara da posição de “escravo” para a de “liberto”. A questão dos fundos a amealhar, em tais circunstâncias, afetava principalmente o preço do próprio escravo. A sua reeducação podia fazer-se à custa dos interessados em seu trabalho; ou, em alternativas também documentadas, simplificava-se pela colaboração de amigos emancipacionistas, que alojavam e alimentavam os libertos durante algum tempo. Quando todos os “escravos” se converteram não em “libertos”, pròpriamente falando, mas em “homens livres” e, em seguida, em “cidadãos”, sob a concorrência intensa e aberta com outros agentes de trabalho, o problema assumiu uma complexidade que não possuía no seio da sociedade escravocrata. O aspecto curioso do processo de avaliação descrito consiste na preferência por uma solução anacrônica, que teve eficácia no âmbito da ordem social tradicionalista. Ele pressupõe uma incapacidade tremenda de tomar consciência das exigências da situação e serve como boa pista da derivação que se descobriu, no “meio negro”, para “explicar” a situação do negro — e não para “lutar” contra ela. Essa derivação **personalizou**, práticamente, os efeitos da destituição do escravo (que era, também, sob muitos ângulos, uma destituição dos libertos): os ex-senhores foram culpados, pessoal e diretamente, pelas desditas sofridas pela população negra. Vendo-se substituídos em escala coletiva e de forma inapelável pelos estrangeiros, supunham que atrás de tudo estivesse o desejo de “vingança” ou o “ódio” dos senhores. Sem dúvida, os círculos dirigentes das camadas dominantes eram

responsáveis por aquelas desditas, como tentamos mostrar acima. Contudo, não o foram no sentido apontado. A vontade pessoal dos fazendeiros, polarizada na direção de “auxiliar” ou de “prejudicar” os antigos “braços negros”, não teve influência relevante discernível no encaminhamento das forças históricas. O que teve importância real foi o egoísmo cego e exclusivista daqueles círculos, que pôs em primeiro plano a solução dos “problemas da lavoura”, ignorando-se tudo o mais — seja o destino dos libertos, seja até a questão das reparações (109). Ao objetivar personalizadamente uma espoliação social, os negros projetavam no passado tanto as causas, quanto as soluções de seus problemas. Perdiam toda possibilidade de uma consciência clara, objetiva e autônoma do presente, privando-se, ao mesmo tempo, das conseqüências positivas que isso teria para a ebulição de reivindicações de natureza revolucionária. Em outras palavras, as convicções nucleares que alimentavam as avaliações críticas dos círculos mais “realistas”, “independentes” e “insatisfeitos” da população negra não eram suficientes para criar um horizonte cultural próprio do “homem de cor livre”. Este continuou a ver-se através das expectativas dos brancos e segundo os interesses ou os valores da velha estratégia de garantir a acefalização das massas negras por meio do peneiramento de reduzido número de candidatos negros ou mulatos à ascensão social. O efeito final de tudo isso é visível. Aqueles que se acreditavam parte de uma “elite negra” em gestação, mostravam-se incertos quanto ao futuro e substancialmente pessimistas em sua concepção do mundo. Os demais, quer dizer o grosso da “população negra”, entregava-se a um desencanto funesto, que não encontrava sequer compensações aleatórias e superficiais. O desalento mais atroz apossara-se dessa gente, impedindo o aparecimento e o florescimento de disposições tão freqüentes em populações migrantes e desenraizadas concentradas em “cidades grandes”: de superar-se depressa, para sempre e por quaisquer meios um estado insatisfatório, penoso e deprimente de existência. Sem perspectivas de criar para si o “mundo do homem livre”, nada mais contava ou importava para a imensa maioria.

Os diagnósticos retrospectivos, feitos por informantes ou colhidos na documentação escrita do “meio negro”, retratam bem a persistência desses componentes da tradição oral. Vale a pena trans-

(109) — Aliás, este ponto é importantíssimo. Para dispor ao máximo de recursos a serem aplicados na “solução dos problemas da lavoura”, ou seja, na intensificação das correntes imigratórias, aqueles círculos não tiveram dúvidas em sacrificar os interesses das camadas dominantes nas reparações. Com isso, saíram perdendo apenas os fazendeiros ou lavradores de zonas menos prósperas ou decadentes de São Paulo e do Brasil.

crever alguns trechos dêsses documentos, pois êles lançam enorme luz e dão amplo fundamento às interpretações expostas. Um informante, que tem conhecimento exemplar do passado da coletividade negra em São Paulo, indaga (110): “o que acontece com os escravos negros? Muito embora tivessem aceitado anteriormente tôdas as formas de opressão de que foram vítimas, após a Abolição, libertos, uma vez senhores de si, de sua própria vontade, muitos dos que não sabiam para onde iam nem o que queriam, perderam a vontade dirigente, a iniciativa, a auto-direção. E, então, postados à margem da sociedade, vendo-lhes muitas vêzes barradas tôdas as estradas, passaram a palmilhar o caminho do vício, do declínio, relaxaram-se, entregaram-se a um conformismo fatal e pernicioso”. “E daí muitos negros encontraram a morte pelo excesso da bebida, pela falta de conforto dos mais comezinhos, pela fome e por outras misérias, oriundas da Abolição mal aplicada”. Outro informante (111), baseado nas experiências da infância e nas lembranças das conversas com o pai, assevera que ouvira dos próprios abolicionistas negros que a lei de 13 de Maio fôra precipitada e que se devia, antes de promulgá-la, “primeiro educar o prêto para viver em liberdade”. Êste “não sabia viver em liberdade, nem conhecia o dinheiro”. No mesmo sentido, mas insistindo nas amplicações jurídicas, esclarece outro depoimento (112): “Efetivamente, senhores, com o decreto de 13 de Maio de 1888, começou verdadeiramente, para a gente negra, o drama insolvido até hoje, drama de aspectos tragi-cômicos, que tem mantido o homem negro no mais fundo dos porões da degradação, sem luz e sem ar, embora com a liberdade, nos limites do poço, de ir para onde bem quiser. Suprimiram-lhes os castigos corpóreos e impingiram-lhe uma igualdade jurídica que, ainda agora, poucos conseguiram entender. E para recompensá-lo das cicatrizes indeléveis da escravidão, deram-lhe, às escâncaras, passagem gratuita para a subnutrição, para o envilecimento, através de símbolos hábil, sutil, maliciosamente e tãcitamente arrançados pelos escões dominantes de outras pigmentações, estereótipos que rondam e cercam cada negro ainda hoje, tenha êste negro a fôrça criadora, a impulsividade cultural, a robustês mental de um Machado de Assis, de um Juliano Moreira ou de um Teodoro Sampaio, seja êsse negro um ignorado Bastião dos Anzóis Carapuças”. Houve, ainda, quem

(110) — Depoimento feito em público pela profa. Sofia Campos Teixeira. Todos os autores dos depoimentos registrados a seguir tiveram oportunidade de conhecer, no mínimo pelo convívio direto com os mais velhos, as condições da transição enfrentadas pelos “libertos” em São Paulo.

(111) — Excerto extraído do depoimento, feito em público, pelo Dr. Francisco Lucrécio.

(112) — Feito de público, pelo Dr. Raul Joviano do Amaral.

atentasse para as implicações econômicas do jogo político (113): “Sem excluir a responsabilidade moral da sociedade brasileira, o problema que aqui analisamos no seu aspecto econômico é de inteira responsabilidade do Estado. Proporcionando à sociedade um meio de enriquecimento ilícito [representado pela escravidão] e deixando ao abandono os elementos que contribuíram para êsse enriquecimento, o Estado é duplamente responsável pelo nosso desequilíbrio social e político. Essa responsabilidade ainda mais se agrava se atentarmos que o Estado, além de se beneficiar com a manutenção da propriedade servil, procurou, após a Abolição, a melhor forma de recuperação para a sociedade que dela também se beneficiou, situação que em nada condiz com os princípios de igualdade jurídica inscritos em nossa Constituição. De fato, as providências tomadas a fim de prover a lavoura de novos braços, providências que nunca terminam, gastando-se com isso quantias fabulosas, deviam ter ditado aos homens responsáveis pelos destinos do País, providências idênticas no sentido de amparar a grossa massa de trabalhadores libertos proporcionando-lhes também os meios necessários para a sua recuperação. Nada disso se fez e hoje, decorridos 63 anos, em uma época em que a estabilidade econômica é a base de todo progresso social, só nos resta, como pensava Tobias Barreto, uma segunda Abolição”. Em documento divulgado de modo restrito e que se destinava a servir de fulcro à seleção de um candidato político negro e à organização da campanha eleitoral correspondente, encontra-se uma explicação geral do que se poderia entender como processo de “animalização” do negro pela escravização (114): “...a degradação social do negro liberto perdura até hoje, como estigma quase irreparável que o impossibilita de se ombrear com a geração dos escravagistas. E o que isso significa em desequilíbrio na competição do negro com o branco, só aqueles que são marcados pelo ferrete indelével é que poderão aquilatar” [...]. “...a par dêsse esforço tremendo, o homem ia se animalizando. Sujeitando-se à dura condição de peça, a mente negra foi sofrendo uma

(113) — Depoimento do Sr. Nestor Borges, feito em público.

(114) — Presumivelmente, êsse documento foi escrito pelo prof. Jorge Prado Teixeira, promissor intelectual jovem do “meio negro”, que morreu prematuralmente e que prestou construtiva colaboração à nossa pesquisa. Aparecem como signatários do documento: Geraldo Campos de Oliveira, José Evaristo, Benedicto Armando Costa, Dr. Raul Amaral (candidato a deputado estadual), Sofia Campos Teixeira, Hermínio Augusto Evaristo, B. Vitalino A. da Silva, Firmino Ferreira, Jorge Prado Teixeira e as seguintes associações: Associação José do Patrocínio, Legião Negra de São Paulo, Associação Palmares, Campos Elísios, Evoluídos, Irmandade do Rosário, Irmandade dos Remédios (Cambucí), Irmandade de São Benedito (Vila Santa Isabel), Clube Negro de Cultura Social, Organização “Nôvo Horizonte”, Centro de Cultura Luiz Gama, União das Escolas de Samba e Extª-Ribeirão Preto.

espécie de atrofiamento, e foram essas almas que a Abolição veio encontrar. Os espíritos bem formados que compartilharam dessa magnífica parada de civismo, extirparam um cancro horrendo do organismo social de nossa Pátria. Todavia, não se preocuparam com o órgão atacado, que no caso era o negro; não lhe fizeram um tratamento de cura absoluta. Preocuparam-se com a extirpação do tumor maligno e deixaram o local em que se situava sem as necessárias providências de cicatrização. Assim, o elemento negro, sem um período de transição necessária à sua perfeita acomodação dentro da situação de homem livre, ficou na mais constrangedora das situações. Sem planos, sem objetivos, sem diretrizes, nada que lhe possibilitasse uma adaptação condizente, ingressou na nova condição. E, no entanto, malgrado o pêso morto dos deficientes, o negro conseguiu adaptar-se. Venceu a lei apregoada pelos proclamadores do racismo e da superioridade racial”.

Nesse contexto de idéias surgiu o conceito de “**espoliação secular**”, de que tem sido vítima o negro (115), e firmou-se a significação simbólica da data de 13 de Maio como uma afirmação da liberdade do negro (116). Mas, ainda prevalece a convicção profunda e generalizada de que o negro “saiu da escravidão física para entrar na escravidão moral” (117) e que esta é mais difícil de combater, por não ser reconhecida e suscitar controvérsias até entre as suas vítimas. A complexidade das implicações da Abolição são tão grandes, que mesmo informantes identificados com o meio negro e com a luta contra o preconceito de cor emitem opiniões que envolvem diferentes graus de saudosismo. Um deles declarou, abertamente, que “nos tempos da escravidão, quando a gente tinha a sorte de encontrar um bom senhor, a gente era mais feliz”. Outro, intelectual e mais sutil, procurou explicar os fatos de tal modo que aponta o advento da República como uma vingança dos senhores de escravos. Em seu entender, “a monarquia foi melhor para os negros. Apesar das dificuldades que existiam à ascensão do negro, por causa da vigência da escravidão, durante a monarquia sobressairam várias personalidades negras” [...] “Em todo o período republicano, não se sobressaiu nenhum grande homem negro. Os que são apontados”,

(115) — Veja-se editorial de *Alvorada*, edição comemorativa da Proclamação da República, São Paulo, Novembro de 1945.

(116) — Sobre a significação do 13 de Maio na coletividade negra paulistana, cf. esp.: José Correia Leite, “A Nova Abolição” (*Alvorada*, São Paulo, 13-V-1946) e “Nosso Ideal de Liberdade” (*Alvorada*, São Paulo, 13-V-1947); e, também, editorial sobre “O 13 de Maio no Brasil”, *A Voz do Bom Retiro*, São Paulo, Ano I, n.º 41.

(117) — José da Silva Oliveira, “Situação do Prêto no Brasil”, *A Voz do Bom Retiro*, São Paulo, 15 de Abril de 1956.

se fizeram “no tempo da monarquia”. Parece-lhe que essa diferença é um produto da Abolição. Os ressentimentos criados prejudicaram os negros, pois os brancos passaram a preterir os negros e a dar preferência aos imigrantes, substituindo um pelo outro. “Em consequência, o negro se viu relegado a uma situação pior da que havia no tempo da escravidão. Ficou um deslocado na sociedade”. Em algumas manifestações da Frente Negra Brasileira, essas críticas amargas são condensadas e ampliadas, aplicando-se por igual à orientação política e à politicagem da I República: “veio mais tarde a abolição da escravatura, o que era somente o princípio de solução do problema, que não pôde ser terminada por quem esboçara; seguiu-se logo depois a república que entrou a dar atenção unicamente às questões econômicas imediatas e ao favorecimento irracional das imigrações “arianas” para substituir o negro que era nossa mão-de-obra desprezada; e assim permanece de pé uma questão vital” [...] “E foi dessa forma que entrou o Negro, na república dos escravocratas antigos, a fazer parte ativa das “legiões eleitorais”, das “maltas de campangas”, dos “cabos fiéis e de confiança” e outras catervas dos politiquinhos, para desta arte resolverem para os outros o “grave” problema da ascensão política”. [...] “A constituinte dos teóricos de 91 igualou românticamente no papel todos os Brasileiros, e viveu-se aqui durante quarenta anos atrás de “verdades eleitorais” impossíveis... Não se viu (com a cabeça nos Estados Unidos e na França), que havia um problema social-nacional antes do problema político criado pelos próprios políticos. Pagava-se o **serviço** do Negro com aguardente e **liberdade**” (118). A “espoliação secular” caminha pelo tempo; o negro que não está preparado para a liberdade continua escravo da ignorância e perpetua a sua servidão através dos seus filhos: “A geração que gemia na senzala, embriagada com a irônica liberdade com que lhe acenavam, atirou-se ao gôzo das prerrogativas da sua libertação, sem capacidade para compreender a dura realidade da vida. Deram-lhe a liberdade física mas não lhe deram a liberdade moral e intelectual. Sem a capacidade de pensar e de agir, como poderia o negro transmitir aos seus filhos uma orientação mais firme e produtiva, numa sequência progressiva?” (119).

Essa sondagem das opiniões dos contemporâneos era necessária. A escravidão está no próprio cerne do destino do negro na cidade de São Paulo — não a escravidão que foi destruída de repente, pela

(118) — Excertos do Manifesto à Gente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos, Presidente Geral da Frente Negra Brasileira, folheto, 2-XII-1931, p. 4.

(119) — Trecho extraído do folheto Frente Negra Brasileira. Suas Finalidades e Obras Realizadas, s. d., p. 3.

transformação da ordem legal, mas a escravidão que ficou dentro dos homens. Impunha-se estabelecer com nitidez os traços desse quadro complexo, que evidencia a historicidade da noção de **Segunda Abolição** e o fator humano de que ela depende — o negro em luta com sua herança social e cultural, construindo a sua história e determinando a significação que a liberdade deve ter em sua vida. Desse ângulo, o momento histórico-social focalizado não representa, apenas, o começo de uma aniquilação do negro; ele é, antes e acima de tudo, a primeira experiência crucial do negro com o significado, o uso e as funções da liberdade como uma dimensão do horizonte cultural e da organização do comportamento social do homem livre. Ninguém pode negar ou, mesmo, atenuar o caráter impiedoso e brutal dessa experiência. Mas, ela pôs à prova aqueles que escolheram a liberdade pelo caminho mais difícil, na sociedade brasileira da época, sem possuírem os atributos psico-sociais e morais do homem livre. A importância de ligar o passado e o presente, nesta análise, está no fato dessa ligação indicar, precisa e claramente, que uns sofreram o impacto terrível da interação de uma herança sócio-cultural imprópria com um meio social adverso, enquanto que outros extraíram desse impacto uma consciência histórica que converte o homem em agente de sua liberdade. O que podia parecer um fim era um começo. Só que as coisas não se passaram como previam os ideólogos do abolicionismo. A “redenção”, nome simbólico que alia os brancos aos negros, através de Antônio Bento, seria algo que os últimos teriam de lograr sòzinhos. Nem o espírito prático mais penetrante, nem o ardor democrático mais extremado, nem o idealismo mais puro dariam ao branco imaginação para perceber a realidade do **drama do negro brasileiro**, como ele se exprimia na cidade que democratizou mais depressa seus padrões e seu estilo de vida social. A idéia de uma **Segunda Abolição**, com o conteúdo, a amplitude e a profundidade com que ela se apresenta na consciência do negro e do mulato de São Paulo, pareceria um absurdo e um jôgo vazio de palavras para o senso comum do branco. Só através do próprio “negro”, no processo de transformação de seu modo de ser e de interagir com a sociedade paulistana, seria possível determinar o sentido dessa idéia e, portanto, o que o sombrio período de desorganização pessoal e social representa como uma etapa da árdua luta do “homem de côr” pela liberdade.

Tudo isso permite concluir que a cidade não foi especialmente “desumana” ou “hostil” ao negro. Ela repeliu, neste, o “escravo” e o “liberto”, por não possuírem os atributos psico-sociais requeridos para a organização do horizonte cultural e do comportamento social do homem livre. Na medida em que o negro só sabia afirmar-se co-

mo “escravo” ou como “liberto”, embora desejando ser outra coisa, êle só agravou as condições de vida anômica da senzala, transplantando-se para a cidade. Deu, mesmo, a essas condições de vida anômica, as terríveis proporções e o grau de persistência que o fenómeno atinge nos aglomerados urbanos médios e grandes. Por isso, até aos olhos do negro a comparação entre a “vida na cidade” e a “vida no cativeiro” favorece a escravidão. E’ provável que não contemos com outro exemplo tão dramático de desorganização da personalidade, da sociedade e da cultura no Brasil. Porque, ao contrário de outros segmentos étnicos, o “escravo” e o “liberto” envolveram-se na teia dos valores sociais e morais do branco. Êles se projetaram na cena histórica como “gente”, ávidos de liberdade e de igualdade, em rebelião surda e informe por uma existência idêntica à dos brancos que contavam, ou seja, os senhores. O desalento e a desilusão do negro conduziram, assim, ao seu primeiro tirocínio com a liberdade. “Êle vergou, mas não quebrou a espinha”: orgulhosamente, teve coragem de optar entre a fome, a miséria e a humilhação e a continuidade disfarçada mas indefinida da antiga escravidão. E’ verdade que, em seguida — como se verá adiante — a perpetuação das condições anômicas de existência imprimiu outro sentido a essa opção, convertendo o desempregado ocasional em vagabundo sistemático, o ladrão fortuíto em ladrão profissional e assim por diante. Foi graças ao peneiramento constante de uma “elite negra” que essa consciência histórica, confusa e desorientada no início, clara e ordenada depois, não se perdeu. Mas, o fato essencial é que a cidade pôs à prova os anseios de libertação do negro e que as suas dramáticas experiências, apesar dos aspectos negativos, não deixaram de ser um exercício nos domínios da liberdade.

E’ preciso que se atente, porém, para um fato capital. Ao contrário de povos ou de camadas sociais que passaram por experiências históricas análogas, a desorganização da vida do negro não aparece como uma condição prévia e um requisito da alteração do horizonte cultural, da personalidade e do comportamento social. Nada, definitivamente nada, vinculava axiológica e congruentemente o negro à sua herança sócio-cultural, de que era portador contra a vontade. Seus anseios propendiam para a assimilação imediata da herança sócio-cultural alternativa, dos homens livres e poderosos, valorizada por êle consciente e axiológicamente, e a rápida integração à sociedade que aqueles homens constituíam. O que quer dizer que a desorganização da vida do negro prende-se, diretamente, à dupla impossibilidade — de abandonar súbitamente, os traços culturais herdados da escravidão; e de contrair, prontamente, os padrões de comportamento valorizados. Êsse desfêcho explica-se por

duas circunstâncias concomitantes: 1) a distância histórica que separava os conteúdos e a organização do horizonte cultural do negro das exigências psico-sociais da situação de contacto inter-racial; 2) as reduzidas possibilidades existentes de envolver na torrente social, na escala de “grandes números”, personalidades a um tempo tão rústicas e tão ambiciosas ou orgulhosas de sua dignidade.

À luz destas considerações, seria preciso situar duas questões gerais. Primeiro, a de saber se, na verdade, a cidade repeliu o “negro” como tal. Segundo, a natureza das tendências sócio-dinâmicas, imanentes à interação do “negro” com as forças psico-sociais e sócio-culturais do ambiente.

Quanto à primeira questão, parece óbvio que o sentido da repulsão apontada não é propriamente “racial” nem “anti-racial”. O isolamento econômico, social e cultural do “negro”, com suas indiscutíveis conseqüências funestas, foi um “produto natural” de sua incapacidade relativa de sentir, pensar e agir socialmente como homem livre. Ao recusá-lo, a sociedade repelia, pois, o agente humano que abrigava, em seu íntimo, o “escravo” ou o “liberto”. Somente em condições de desagregação suave do “antigo regime” e de formação lenta da ordem social competitiva — mantendo-se constante certa taxa de procura de braços — seria possível assimilar-se o “liberto” de modo imediato e haveria necessidade de preparar o “escravo” para esse fim. Como foi assinalado acima, as coisas se passaram, na cidade de São Paulo, com extrema celeridade. Não só as técnicas sociais e os valores morais do estilo pré-capitalista de vida entraram em colapso quase instantâneo. A organização dos fatores do crescimento econômico e do desenvolvimento social partia de tal nível de integração histórica, que destruía qualquer intercâmbio estreito e produtivo entre o “presente capitalista” e o recente “passado rústico”. Sob este aspecto, a referida repulsão tinha, apesar das aparências, um significado positivo. Representava uma exigência e, sobretudo, um desafio ao “negro”, para que se despojasse da **natureza humana** que adquirira anteriormente e adotasse os atributos psico-sociais e morais do “chefe de família”, do “trabalhador assalariado”, do “empresário capitalista”, do “cidadão”, etc. Entenda-se que, sociologicamente, a exclusão teria caráter especificamente racial se o negro ostentasse essas qualidades e fôsse, não obstante, repellido. Os dados expostos sugerem o inverso. Em proporção com a posse de rudimentos desses atributos ou em que se revelasse capaz de adquiri-los com certa intensidade, o “negro” encontrava o caminho aberto, classificando-se socialmente. Dêsse ângulo, a ascensão do “negro” tornou-se, para ele, desesperadoramente insatisfatória e lenta. Mas, concorreu para que os vestígios da sociedade

de castas desaparecessem sem deixar resíduos sócio-dinâmicos (120) e, concomitantemente, para favorecer a integração do negro sem conflitos violentos com outros grupos étnicos (121).

Quanto à segunda questão, parece patente que o “negro” recebeu a exclusão como uma afronta humilhante. Embora só conseguisse compreendê-la e explicá-la parcialmente, teve a sabedoria de preservar e até de fortalecer suas identificações com a ordem social existente e com os alvos decorrentes de sua ambição de classificar-se dentro dela. Aos poucos, foi aprendendo a “ter cabeça” e a lidar com a liberdade de forma menos destrutiva. Ainda no primeiro quartel do século XX, procurará rever o conteúdo de suas aspirações, tentando lançar-se na torrente social com um espírito mais realista e sob inspirações que relegara antes, como “indignas” ou “deprimentes”. A sua tragédia abriu-lhe os olhos tanto para as consequências deletérias do “mau uso” da liberdade, quanto para os dilemas da integração social. Compreendera, afinal, que sem a assimilação prévia de modelos de comportamento social que eram levemente rejeitados, pois pareciam uma cadeia, ficaria eternamente à margem da prosperidade geral. A seguinte reflexão de um dos informantes mais lúcidos do meio negro (122), esclarece suficientemente esse aspecto: por volta de 1927-1928, já se havia percebido o “êrro” “de não ter imitado o imigrante, ao ter êste último passado necessidades e alimentando-se mal — fato de que o negro caçoava. Nessa época, os italianos eram donos de todo o Bexiga e seus filhos, quando não doutores, eram guarda-livros, alfaiates, marceneiros, ou tinham pequenas casas de comércio, enquanto os negros ainda viviam em porões e sofriam as mesmas picadas da desigualdade econômica. O **Clarim** (123) chamou a atenção para êste fato muitas vezes”. E’ dispensável insistir no assunto, que será examinado em outras partes dêste estudo. O que é preciso reter, reduz-se a uma verdade simples e quase banal: para expurgar-se de uma herança cultural perniciosa

(120) — Ao contrário do que sucedeu nos Estados Unidos, por exemplo, onde o regime de castas permanece encrustado no sistema de classes em expansão. E’ claro que a perpetuação do “antigo regime” através do coronelismo não possui a mesma significação, envolvendo apenas a persistência de traços essenciais da dominação patrimonialista e da esfera estamental da sociedade escravocrata brasileira. Além disso, onde a mudança se acelera, é mais aleatório.

(121) — Veja-se, a respeito, R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, op. cit., pp. 59-68.

(122) — Sr. José Correia Leite; o trecho citado foi extraído de um estudo de caso, elaborado por Renato Jardim Moreira com base nas informações fornecidas pelo Sr. José Correia Leite (*Movimentos Sociais no Meio Negro*, M. S., p. 14, nota 1).

(123) — O informante refere-se ao jornal do meio negro *O Clarim da Alvorada*, de que era um dos principais animadores.

e converter-se em **homem livre**, o “negro” precisava viver em liberdade. Se chegou a usar essa liberdade contra si, isso aconteceu porque não sabia proceder de outro modo. Na sociedade escravocrata, não tivera a oportunidade de descobrir que a liberdade, concebida como um fim em si mesma, devasta e aniquila, escravizando os homens aos seus apetites e às suas paixões. Aos poucos, iria erguer-se do sofrimento e da humilhação, senhor de sua vontade: cada vez mais apto a empregar, responsável e construtivamente, o seu poder de decisão, forçando-se a substituir o **deixar de fazer** pelo **fazer algo** na direção socialmente possível (ou desejada).

Portanto, a análise sociológica da correlação entre a estrutura do mundo urbano nascente e as propulsões psico-sociais do negro recém-egresso do cativeiro é deveras importante para entender-se não só o que “foi” mas, também, o que “viria a ser” a situação do “negro” na ordem social competitiva. De um lado, a repulsão que se encaminha, por vias tortuosas e íngremes, para a integração social. De outro, o desajustamento estrutural que conduz, pela vitória paulatina do **homem negro** sôbre si mesmo e sôbre as adversidades do ambiente, ao aperfeiçoamento contínuo das aptidões adaptativas, do equilíbrio da pessoa e da assimilação de formas sociais mais e mais complexas. Sem exagêro, êste período da história social do “negro” na cidade de São Paulo merece ser considerado como o dos **anos de espera**. Os anos do desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel, mas também incitam o “negro” a vencer-se e a sobrepujar-se, pondo-se à altura de suas ilusões igualitárias. Enfim, os anos em que o “negro” descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fôra negado e que o homem só conquista aquilo que êle fôr capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história.

Capítulo 2

PAUPERIZAÇÃO E ANOMIA SOCIAL

INTRODUÇÃO:

A emergência da ordem social competitiva e a expansão urbana da cidade de São Paulo constituem processos histórico-sociais coincidentes. Contudo, a análise apresentada ao longo do capítulo anterior sugere que essa coincidência, sob vários aspectos essenciais, não foi meramente episódica. Graças ao volume da produção cafeeira e às formas assumidas pela sua comercialização, os dois processos histórico-sociais entrosaram-se estrutural e dinamicamente. Isso fez com que, sob o ponto de vista sociológico, a correlação dos dois fenômenos adquirisse significado interpretativo a um tempo particular e típico. Particular, porque São Paulo foi a única cidade brasileira que deu (não obstante várias circunstâncias desfavoráveis), um verdadeiro “salto” na consolidação da ordem social competitiva, desprendendo-se, assim, do padrão brasileiro tradicional de organização do espaço e do estilo de vida urbanos. Típico, porque essa correlação pode repetir-se, em outras cidades brasileiras, desde que elas reúnam certas condições produzidas pelo crescimento econômico acelerado, pela concentração demográfica e pela modernização institucional. Apanhado na confluência desses processos, o negro sofreu impactos negativos diretos, resultantes da alteração súbita das relações de produção, do horizonte cultural médio e da organização da sociedade, tanto quanto as “reações acumulativas circulares” que tais impactos provocaram, liquidando a eficácia ou a viabilidade das técnicas econômicas e sócio-culturais que aprendera anteriormente, como “escravo” ou como “liberto”.

Pelo que foi exposto acima, a rapidez com que se consolidou a ordem social competitiva pôs côbro, praticamente, às possibilidades de absorção imediata do negro a papéis econômicos ativos e compensadores. Doutro lado, as tendências da urbanização impediram a preservação de “mores” afro-brasileiros, que poderiam garantir a transformação da “população negra” numa minoria racial integrada e autônoma, sem facilitar a tendência alternativa, representada pelos anseios de classificação social revelados, ostensivamente, pelos

vários segmentos daquela população. Na medida em que a ordem social competitiva e a urbanização estavam em plena emergência, a posição de cada grupo étnico e de cada camada social no sistema econômico e na sociedade dependia, fundamentalmente, de sua capacidade de participação do crescimento econômico e do desenvolvimento sócio-cultural. Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Em consequência, **viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela.** Constituíam uma congêrie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativo.

Os fatores e os efeitos do agravamento desse estado de anomia são de enorme interesse para o estudo sociológico da integração dos negros e dos mulatos à sociedade de classes. Ao que parece, nêles se encontram as “fontes de inércia” que neutralizaram ou retardaram o empenho de classificação e de ascensão sociais da **gente negra.** O tema já atraiu, dada a sua importância, a curiosidade de vários estudiosos. Todavia, a imensa tragédia dos homens cegou os investigadores. Em sua maioria, estes se empenharam em explicar o “déficit negro”, ignorando ou dispensando limitada atenção às suas causas psíco-sociais ou sócio-culturais. O presente capítulo pretende sanar essa lacuna sociológica, tratando em conjunto dos aspectos quantitativos e qualitativos do colapso da “população negra” na cidade.

1 — O “Déficit Negro”:

As tendências de crescimento demográfico apresentadas acima mantiveram-se no decurso do primeiro quartel deste século, reduzindo a significação da importância relativa do **elemento negro** na população paulistana (1). As primeiras avaliações desse fenômeno foram dramáticas. Primeiro, pretendia-se que “o negro estava abandonando São Paulo”, como já foi assinalado; depois, apareceu a idéia de que “o negro não se adaptava ao planalto” e, por isso, sucumbia na competição com outros grupos étnicos. Os estudos meticolosos de S. H. Lowrie puseram um paradeiro nessas especulações, demonstrando que é impossível determinar com objetividade, em nossos dias, sejam os efeitos seletivos da escravidão sobre a população ne-

(1) — Sobre os padrões de composição e de crescimento demográficos na cidade de São Paulo, cf. esp. J. R. Araújo Filho, “A População Paulistana”, op. cit.

gra ou mestiça, seja o volume da transferência de indivíduos previamente classificados “como de côr” para a categoria dos “brancos” (2). Lowrie não nega a existência de um processo letal; apenas assinala, com razão, que êle nunca teve as proporções alarmantes que lhe atribuíram de início. A seu ver, a seleção negativa estaria operando em condições tão morosas, que os óbitos ainda seriam representativos “como amostra de tôda a população” e que, embora a imigração tenha reduzido a porcentagem da “população de côr”, ela é, em todo o Estado, “apenas pouco menor do que se poderia esperar” (3).

Haveria pouco interêsse em ressuscitar tais debates em nossos dias, se êles não tivessem repercutido no “meio negro”, instigando explicações mais profundas e ao mesmo tempo inconformistas da realidade, e se êles não se referissem a algo essencial para a nossa análise. Possua ou não **caráter catastrófico**, o chamado “déficit negro” é uma expressão da cadeia de ferro que se estabeleceu entre a situação social do negro ou do mulato e a pauperização. As condições de anomia social não só preservaram o nível de pobreza inicial da população negra paulistana. Agravaram-na, continuamente, de várias maneiras, convertendo o pauperismo numa constante do estilo de vida do “negro” na cidade e a pauperização no processo de seu ajustamento normal ao mundo urbano. Daí a cadeia de ferro, que prendeu negros e mulatos no círculo vicioso gerado pela miséria, que aprisiona o homem a níveis de existência que se aviltam e se degradam progressivamente, qualquer que seja a disposição ou o esforço empenhados, voluntariamente, em sentido contrário.

A explicação dos prováveis efeitos seletivos da situação de contacto, em relação ao Brasil meridional, foi proposta por Oliveira Viana em termos da qualidade da herança biológica. No seu entender, “a influência regressiva dos ativismos étnicos” seria responsável pelo peneiramento negativo dos mulatos e pelo aparecimento de um quadro demográfico de nítida preponderância biológica do branco sobre o negro e os mestiços (4). Embora declarando-se adversário da “doutrina da superioridade racial”, Alfredo Ellis Jr. retoma essa linha de interpretação, “convencido de que o negro, mesmo educado, não pode nivelar-se ao branco” (5). Considerando as diferenças entre

(2) — Consulte-se, especialmente, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., pp. 16-18, 21-27 e 53-54.

(3) — Idem, citações extraídas das pp. 22 e 54.

(4) — Veja-se F. J. de Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, Liv. José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 5a. ed., 1952 (vol. I, pp. 161-162; 1a. edição, 1918).

(5) — Alfredo Ellis Jr., *Populações Paulistas*, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1934, cap. IV (citação extraída da p. 100). Ver também, do mesmo autor, *Pedras Lascadas*, Editôra Piratininga, 2a. edição, São Paulo, 1933, pp. 194-206.

as taxas de natalidade, de nati-mortalidade e de mortalidade de 1924 a 1927, bem como os coeficientes de óbitos por tuberculose, lepra e sífilis em 1929, conclui pela “inferioridade psicológica” do negro e do mulato e que o desaparecimento de ambos do planalto é fatal. “Tendo em conta a população total de cada zona sanitária, em relação à capital, penso que os melânicos estão tendo um “déficit” anual de 4 a 5.000 indivíduos em todo o Estado, de onde o prognóstico de sua extinção daqui a 40 ou 50 anos” (6). As indicações sobre a incidência da tuberculose corroboram as afirmações dos principais líderes dos movimentos sociais do “meio negro”, os quais sempre insistiram nas conseqüências desastrosas da má alimentação, da promiscuidade, dos hábitos anti-higiênicos e da falta de conforto na diminuição da capacidade de resistência do negro e do mulato às moléstias contagiosas, especialmente ao bacilo de Koch. Todavia, para determinar-se, conclusivamente, a influência tópica das condições econômicas, sociais e culturais de existência do negro e do mulato, no quadro dessas doenças, bem como para presumir a propensão deles à aquisição de determinada moléstia contagiosa, seria preciso fazer levantamentos estatísticos que levassem em conta longos períodos e favorecessem a focalização explícita rigorosa dos fatores sócio-culturais ou econômicos, a serem testados objetivamente (7). Aliás, se confrontássemos indivíduos “brancos”, “mulatos” e “negros” de populações relativamente homogêneas, veríamos que há ampla margem para especulações inversas, fundadas na resistência dos dois últimos às condições desfavoráveis do ambiente, inclusive às moléstias contagiosas. Um bom sistema de referência empírico para tais reflexões parece ser o levantamento do Coronel Lobo da Silva, cujos resultados, em vez de alimentarem previsões catastróficas — mesmo quanto ao sul do País — sugerem que o “negro” e o “mulato” apresentavam, na época considerada, índices perfeitamente normais de aceitação e de rejeição (temporária ou definitiva) ao serviço militar (8). Portanto, tudo nos aconselha à maior prudência possível. Enquanto não se fizerem investigações mais completas, é melhor pôr de lado as

(6) — Idem, *Populações Paulistas*, op. cit., p. 107.

(7) — Infelizmente, A. Ellis Jr. limitou-se aos dados sobre a incidência da tuberculose em 1929 e às ligações da doença com fatores externos ou biológicos são meramente conjecturais (cf. op. cit., pp. 114-116).

(8) — Vejam-se os dados coligidos no Quadro 7, pelo Coronel Dr. Arthur Lobo da Silva, “A Anthropologia no Exército Brasileiro”, *Archivos do Museu Nacional*, Vol. XXX, Rio de Janeiro, 1928 (pp 7-299); o registro de moléstias e de defeitos físicos, particularmente, não sugere qualquer espécie de propensão ou de incapacidade biologicamente herdada na população “negra” ou “mulata”. Doutro lado, cumpre observar que certas flutuações na aceitação prendem-se, presumivelmente, às possibilidades de manipulações das técnicas de evasão do serviço militar, que não são uniformes para os três grupos.

presunções extremadas ou parciais. Se uma parte da “população negra” da cidade sucumbiu a golpes tão severos, outra sobrepôs-se, victoriosamente, às adversidades. Devemos nos empenhar, pelo menos, em reter os dois lados da questão, evitando presunções incomprováveis e até anti-científicas a respeito da inferioridade “psico-biológica” ou “demográfica” do negro e do mulato paulistanos.

A tendência do “branqueamento” da população da cidade acentuou-se ainda mais no início do século. As estatísticas mostram a seguinte evolução do movimento imigratório no Estado de São Paulo até 1929 (9):

1827-1884	37.481	—
1885-1889	168.127	—
1890-1899	735.076	—
1900-1909	388.708	65.262 (1908-1909)
1910-1919	480.509	247.927
1920-1929	712.436	234.342
Total	2.522.337	547.531

Nesse período, as estatísticas registram os seguintes dados sobre a entrada de migrantes brasileiros no Estado de São Paulo (10):

1875-1899	965
1900-1909	20.874
1910-1919	33.927
1920-1929	225.183
Total	280.949

Embora seja impossível estabelecer, mesmo aproximadamente, o número de imigrantes que se fixaram na cidade, depois de permanecer algum tempo no interior ou assim que chegaram, até o fim do primeiro quartel do presente século foram pequenas as alterações das tendências demográficas. A população da cidade continuou a aumentar com rapidez e, em grande parte, graças aos contingentes de imigrantes europeus. Segundo certas estimativas, a europeização demográfica da cidade se acentuara a tal ponto, que em 1897 haveria

(9) — Dados extraídos do Quadro A-1, pp. 49-50 de “Movimento Migratório no Estado de São Paulo”, D.T.C.I., Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, São Paulo, Ano I, N.º 1, Outubro de 1937, pp. 29-75.

(10) — Dados extraídos do Quadro E-11, p. 145, de “Movimento Imigratório do Estado de São Paulo. Quadros Estatísticos Básicos”, Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, São Paulo, N.º 2, Outubro de 1940, pp. 129 e sets.

na Capital 2 italianos para 1 brasileiro (11). As correntes migratórias internas, associadas aos deslocamentos de populações paulistas interioranas e de populações de outros estados, assumiram paulatinamente maior vulto. No entanto, as correntes migratórias que poderiam exercer maior influência na modificação do padrão de composição demográfica quanto à côr, só se intensificam, com relação ao Estado de São Paulo, depois de 1925. Até 1924, teriam entrado no Estado somente 109.222 migrantes, procedentes de várias regiões do País; nos três quinquênios posteriores é que êsse movimento iria sofrer radical transformação (12):

1925-1929	171.727
1930-1934	105.393
1935-1939	330.471
	607.591

Por conseguinte, embora os censos de 1910, 1920 e 1934 fôsem omissos com referência à côr, é de presumir-se que o afluxo de correntes migratórias estrangeiras, acrescidas agora de seus descendentes brasileiros, continuaria a ser o principal fator de incremento da população paulistana. Só depois de 1935 êsse quadro poderia sofrer algumas modificações ligeiras, na medida em que a Capital começou a ser um foco de concentração de migrantes procedentes de outras regiões do País (13). Entre os trabalhadores nacionais alojados na hospedaria de imigrantes, de 1935 a 1939, por exemplo, 62% foram registrados como brancos, 18% como pardos e 20% como pretos (14), proporções claramente discrepantes da composição por côr da população do Estado de São Paulo e de sua Capital (15). Não obstante, os resultados de uma pesquisa, efetuada em 1948, comprovam que, num segmento de população relativamente permeável ao

(11) — Veja-se R. M. Morse, *De Comunidade a Metrópole*, op. cit., p. 189.

(12) — Dados extraídos da fonte mencionada na nota 10. Ver também, Oscar Egídio de Araújo, "Latinos e Não-Latinos no Município de São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal*, Ano VII — Vol. LXXV, São Paulo, 1941, p. 69 e quadro 1.

(13) — A êsses deslocamentos se associa, como se sabe, uma tendência à redistribuição das populações internas quanto à côr (cf. T. Lynn Smith, *Brazil. People and Institution*, Revised Edition, Louisiana State University Press, Baton Rouge, 1954, pp. 280-281).

(14) — Porcentagens baseadas em dados extraídos das fontes mencionadas nas notas 9 e 10. Os dados serão transcritos adiante.

(15) — Sobre as flutuações da composição da população brasileira por côr, para 1922-1923, cf. A. Lobo da Silva, "A Antropologia do Exército Brasileiro", op. cit., Quadro 1; e com referência aos censos de 1940 e 1950, cf. T. Lynn Smith, *Brazil*, op. cit., pp. 155-161 (esp. Quadro VI).

negro e ao mulato (16), prevalece nas famílias migrantes da cidade uma estrutura muito mais próxima do padrão demográfico do interior paulista — 82,90% de brancos, 8,20% de pardos e 5,49% de pretos (17). Esse resultado se explica pelo predomínio de pessoas do interior do Estado (83,14% das pessoas das famílias e 82,49% dos alunos; de outros estados: 14,38% das pessoas das famílias e 14,66% dos alunos; de outros países: 2,48% das pessoas das famílias e 2,85% dos alunos). Se isolássemos os dados pertinentes à naturalidade dos pais vindos de estados cuja composição demográfica por côr confere maior porcentagem ao elemento negro e mestiço, constataríamos que êles representam 20%, num total de 5.265 indivíduos (18). E' provável que se se tomasse um segmento diverso da população paulistana (como, por exemplo, das crianças nascidas em maternidades gratuitas, como fêz Lowrie; ou determinados setores ocupacionais, em que preponderam os nordestinos), as porcentagens acusassem maior proporção de negros e de mulatos (19).

O que importa ressaltar, para os fins desta análise, porém, fica perfeitamente estabelecido. Só no início do segundo quartel do século XX (e, particularmente, só depois de 1935) delineia-se uma mudança substancial no teor das correntes migratórias, que têm vindo para o interior do Estado de São Paulo, para a sua Capital ou refluído para esta. Doutro lado, mesmo na atualidade é patente que as discrepâncias na composição por côr dos diversos grupos migrantes contribuem para diluir a importância relativa de negros e mulatos. Ainda estamos longe de uma "homogeneização" completa da estrutura demográfica da sociedade brasileira, quanto à côr (20). No que concerne ao período do desenvolvimento demográfico da cidade de São Paulo, que ora nos interessa — as três primeiras dé-

(16) — Vejam-se as considerações de Samuel H. Lowrie sôbre as crianças matriculadas nos parque infantis, que se aplicam, com certas reservas, à população dos grupos escolares (cf. "Origem da População da Cidade de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais" Revista do Arquivo Municipal, Ano IV — Vol. XLIII, São Paulo, 1938, pp. 195-212).

(17) — A amostra, de 46.267 indivíduos, foi colhida na Capital (cf. Vicente Unzer de Almeida e Octávio Teixeira Mendes Sobrinho, Migração Rural-Urbana, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1951, pp. 19 e 29; veja-se também, a composição do grupo de alunos, na p. 75).

(18) — Cf. Vicente Unzer de Almeida e Octávio Teixeira Mendes Sobrinho, Migração Rural-Urbana, op. cit.: as primeiras porcentagens foram extraídas do Quadro L (p. 127) e a última foi calculada com base nos dados fornecidos pelo Quadro LI (p. 128).

(19) — Veja-se S. H. Lowrie, "Origem da População da Cidade de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais", op. cit., pp. 201-202.

(20) — Aliás, T. Lynn Smith prefere acentuar, apenas, que tais migrações produzem uma distribuição mais equitativa dos elementos étnicos da população brasileira pelos vários estados ou regiões do Brasil (cf. Brazil, op. cit., p. 280).

cadadas dêste século — deduz-se dessas indicações que o declínio do “elemento de côr” na população local prende-se, acima de tudo, ao afluxo de populações migrantes em que os brancos prevalecem de forma acentuada. As alterações recentes na composição dos grupos migratórios apenas se refletiram na diminuição gradativa do grau de preponderância dos brancos.

Em vista disso, principalmente no período que vai até 1930, mais ou menos, é de esperar-se como normal uma forte diminuição proporcional crescente de negros e mulatos na população paulistana. A questão grave, que se coloca, diz respeito à existência ou não de uma seleção letal na população negra e mestiça da capital. Infelizmente, não se dispõem de dados censitários, que forneçam bases para uma análise objetiva e completa do assunto. Os resultados do levantamento de Lobo da Silva, relativos a 1922-1923, abrangem o Estado de São Paulo. Apesar disso, como constituem um bom ponto de referência, conviria levá-los em conta (21):

	Brasil Sul	São Paulo
Branços	17.246 (70%)	4.380 (82%)
Mestiços	5.053 (20%)	657 (12%)
Pretos	2.007 (8%)	314 (6%)
Caboclos	363 (2%)	13 (0,2%)
Total	24.669	5.364

Embora o contingente de examinandos seja pequeno e a própria população abrangida seja pouco representativa da população global (22), S. H. Lowrie considerou as proporções como aceitáveis e normais (23). Êle próprio, utilizando o registro de óbitos do Serviço Demográfico, apresenta uma distribuição da população do Estado de São Paulo segundo a côr, de 1921-1928, que pode ser resumida da seguinte maneira (24):

(21) — Coronel Dr. Arthur Lobo da Silva, “A Antropologia no Exército Brasileiro”, op. cit., Quadro 1. No levantamento, foram compreendidos como “mestiços” os cruzados “de branco e preto, branco e índio e preto e índio” (cf. instrução contida no item 4.º, p. 44); no Brasil Sul estão arrolados os Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(22) — Nas classes intermediárias e nas camadas dominantes muitas pessoas preferem submeter-se ao aprendizado militar voluntário, anterior à convocação para o serviço militar obrigatório (cf. Lobo da Silva, op. cit., p. 19).

(23) — Cf. “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., p. 19.

(24) — Cf. S. H. Lowrie, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, pp. 19-21; os dados foram extraídos do Quadro III, p. 20.

Quadro 5

Distribuição dos Grupos de Côr Obtida pelos Óbitos Ocorridos no Estado de São Paulo (1921-1928).

Côr	Totais	
	Dados Brutos	%
Branços	624.208	83
Mulatos	63.746	9
Negros	57.127	7
Amarelos	3.991	1

Lowrie estima tais resultados como “bastante razoáveis”, pois fornecem um total de 16% de elementos de côr, acreditando que essa classificação “consubstancia o máximo de verdade que se poderia obter”. A população do Estado deveria ter 20% de negros e mulatos, considerando-se os dados do recenseamento de 1872 e do movimento imigratório; em seu entender, dada a redução da população de côr, operada pelo cruzamento, “é admissível uma diferença de 4%” (25).

Quanto à Cidade de São Paulo, os registros de óbitos do Serviço Sanitário permitem estabelecer o seguinte quadro (26):

Quadro 6

Distribuição dos Grupos de Côr Obtida pelos Óbitos na Cidade de São Paulo (1920-1928).

Côr	Totais	
	Dados Brutos	%
Branços	100.947	88
Mulatos	7.105	6
Negros	7.050	6
Amarelos	296	—
Não declarados	60	—

Como as fontes são razoavelmente fidedignas — Lowrie salienta que o médico não tem interesse em alterar os fatos, registrando o que vê — tais porcentagens indicariam, pelo menos para as gerações descendentes, a relativa persistência do quadro demográfico característico do fim do século XIX, quando a concentração de imi-

(25) — Idem, p. 21.

(26) — Dados extraídos de S. H. Lowrie, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., Quadro IV, p. 22.

grantes europeus revolucionou a proporção das côres na população paulistana.

Os dados dos censos de 1910, de 1920 e de 1934 indicam o crescimento rápido constante da população da cidade, que passa respectivamente de 239.820 para 579.033 e 1.060.120 habitantes (27). Contudo, não se sabe ao certo qual teria sido o crescimento da população negra e mulata da cidade nesse período. Samuel H. Lowrie sugere que a proporção de negros e mulatos oscilou nesse período, entre 8%, 9% e 12% (28). Se procurássemos aproveitar essas estimativas com base em progressões calcadas nos índices de crescimento demográfico da Capital em 1886-1893 e, posteriormente, em 1940-1950, seria possível presumir-se que os negros e os mulatos deveriam representar, na população total da Capital, no mínimo: 11% em 1910; 9% em 1920; e 8,50% em 1934. Se aceitarmos essas proporções apenas para contarmos com pontos de referência, **grosseiramente aproximativos e sem nenhum valor documental**, poderíamos imaginar que o “elemento negro” acompanhou o crescimento demográfico da cidade mais ou menos na seguinte escala:

Censos	Conjecturas sôbre o Número de Negros e Mulatos na Po- pulação da Capital
--------	--

1910	26.380
1920	52.112
1934	90.110 (29).

(27) — Cf. Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico do Estado de São Paulo (20 de Setembro de 1934), Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1936, quadro apresentado na p. 10. Sôbre o assunto, consulte-se J. R. Araújo, “A População Paulistana”, cf. op. cit., p. 178 e sets.

(28) — “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., p. 27. Com base nessas estimativas teríamos o seguinte quadro conjectural sôbre a proporção numérica de negros e mulatos na população paulistana:

Anos	8%	9%	12%
1910	19.185	21.583	28.778
1920	46.322	52.112	69.483
1934	84.809	95.410	127.214

(29) — Ao apresentar essas conjecturas, observamos um “dever de ofício”, que consiste em indicar, pelo menos, o modo pelo qual escolheríamos as porcentagens presumivelmente legítimas na época de cada censo. Malgrado o trabalho que tive para formulá-las, não nos anima nenhum outro intuito senão o de estabelecer um sistema de referência que sirva como mero indicador do montante aproximado da população negra e mulata da capital nesses anos. Tais conjecturas merecem, porém, tão pouca confiança que evitamos, escrupulosamente, levá-las em conta na discussão dos problemas considerados neste capítulo.

Tudo isso não nos esclarece muito, todavia, sobre as manifestações e os efeitos de alguma tendência seletiva no seio dessa população. Ainda aqui, os dados mais seguros, de que dispomos, foram coligidos por S. H. Lowrie e examinados com prudente e construtiva objetividade científica. Eis como Lowrie resume os referidos dados, extraídos de publicações do Serviço Sanitário (30):

Quadro 7

Nascimentos, Óbitos e Nati-mortos segundo a Côr na Cidade de São Paulo (1920-1928).

Côr	Nascimentos		Óbitos		Nati-mortos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Branços	199.162	94	100.947	88	10.747	87
Mulatos	7.330	4	7.105	6	1.129	9
Negros	3.959	2	7.050	6	541	4
Amarelos	442	—	296	—	23	—
Não declarados	—	—	60	—	2	—
Total	210.893	100	115.458	100	12.442	100

Os números brutos e as porcentagens dêsse quadro sugerem uma realidade alarmante. Somando-se negros e mulatos, o “déficit” entre nascimentos e óbitos seria de 2.886 indivíduos, ou seja, o número de óbitos seria quase 1/4 maior que o de nascimentos. Considerando-se em separado, haveria um diminuto saldo positivo para o mulato (de 225 indivíduos) e um tremendo saldo negativo para o negro (de 3.091 indivíduos, quase o montante de nascimentos!). Em números relativos, entretanto, as coisas pareceriam ainda mais fúnebres, evidenciando-se tendências que condenariam negros e mulatos ao rápido desaparecimento. Comentando tais dados, escreve Lowrie: “Sob tais condições, verdadeiramente alarmantes, no decurso de algumas décadas teria desaparecido a população de côr, e São Paulo viria a ter, exceto com relação aos índios e imigrantes de outros estados brasileiros, uma raça senão de todo pura, ao menos totalmente branca. Além disso, êstes dados, se verdadeiros, estariam a revelar condições de vida e de saúde — ou melhor, de falta de saúde — surpreendentemente precárias. Não obstante ser baixo o padrão de vida das classes de côr, cujos maiores contingentes se contam entre os grupos econômicos inferiores, nem a observação e nem a opinião geral das pessoas bem informadas admitem a assertiva de ser a situação dêsses elementos assim tão decadente a ponto de concorrer para o aumento do seu

(30) — Op. cit., Quadro IV, p. 22. Reproduzimos o quadro em sua forma original por causa de sua importância empírica e interpretativa.

coeficiente de mortalidade” (31). Aventa-se que, possivelmente, o contraste entre as formas de registro de natalidade e dos óbitos explicaria parte das discrepâncias: as declarações do pai (ou de seu substituto eventual) poderiam deturpar os fatos, registrando-se como brancas crianças mestiças, mais ou menos escuras. A porcentagem de nati-mortos oferece uma contraprova dessa interpretação, pois evidencia que, eliminada aquela circunstância, diminui a proporção de brancos, enquanto duplica a de mulatos e de negros. Doutra lado, as porcentagens decorrentes são consistentes com as registradas nos óbitos (32). Mas, parece que não é só o pai que deforma suas declarações, cedendo ao prestígio social da “raça branca”. É provável que a tendência (acentuada no passado) de negligenciar o registro dos filhos fôsse mais intensa nas camadas populares, as quais abrangem maior número de negros e de mulatos que a população global. O professor Nagib Lima Feres, ao apreciar os dados aqui expostos e as interpretações correspondentes, salientou a importância desse lapso crônico de nossa documentação demográfica. Além disso, parece que os médicos também sucumbiam, de maneira inversa, aos efeitos do preconceito de cor, tendendo a identificar como “negros” pessoas que poderiam ser classificadas como “mulatas” no consenso geral. Em muitos círculos sociais de São Paulo, “quem escapa de branco é negro”. Por indulgente que sejam, muitos médicos devem inspirar-se, inconscientemente, nessa regra, pelo menos nos casos dos mulatos “mais ou menos escuros”. Introduzindo-se este argumento na apreciação dos dados estatísticos, teríamos duas tendências contraditórias, prejudiciais à “verdade dos fatos” — e não somente uma, que se alimenta da propensão de identificar-se e de diluir-se na “**camada racial dominante**”, como supunha Lowrie. A segunda tendência, associada principalmente aos “registros objetivos” dos oficiais ou burocratas brancos, ajudaria ainda mais a compreender as desproporções existentes entre nascimentos e óbitos de negros e mulatos. Ela dá viabilidade à hipótese de que o terrível “déficit”, que se abateria de modo catastrófico sobre o núcleo negro da “população de cor”, deve ser, pelo menos em parte, repartido com os segmentos mestiços dessa população. Aliás, por aí se vê quão razoável vem a ser o procedimento posto em prática pelos observadores mais prudentes, que consiste em manipular conjuntamente os dados pertinentes à “população de cor”, única via de que se dispõe para neutralizar os efeitos mencionados.

No conjunto, os dois tipos de indicações, discutidas nas páginas precedentes, permitem discernir uma tendência característica de de-

(31) — Idem, p. 23.

(32) — Idem, pp. 23-24.

crêscimo da população negra e mulata da Capital. Essa tendência parece ser produto de vários fatores concomitantes, pondo-se de lado as conseqüências notórias do estancamento do afluxo constante de grandes massas negras (provocado pela crise do regime escravocrata), os vícios imputáveis aos registros censitários e demográficos e tendo-se em vista a situação imperante nas três primeiras décadas do século XX. Primeiro, o rápido aumento do estoque racial branco, intermitentemente acelerado pela intensidade da imigração. Segundo, o cruzamento racial, cuja importância não pode ser ignorada. Os “mestiços mais claros”, especialmente, quando se deparam com condições econômicas e sócio-culturais favoráveis, mudam de categoria racial, classificando-se como brancos e sendo, também, muitas vezes aceitos como tal inclusive para fins relacionados com o casamento ou amasamento com brancos. Existe, doutro lado, em contraposição, a tendência inversa, que consiste na identificação de “mulatos escuros” e até de “mulatos claros” (33) com o **grupo negro**, a qual leva muitos “indivíduos de côr” a se classificarem pura e simplesmente como “pretos”. No entanto, êsses casos têm sido negligenciados e não existem meios para avaliar sua significação estatística. Terceiro, pela existência de uma taxa de decréscimo aparentemente devida às diferenças entre a natalidade e a mortalidade na “população de côr”. Embora tais diferenças estejam longe de possuir o teor calamitoso, que se imaginou no passado, elas parecem ser constantes, associando-se a condições sócio-econômicas persistentes. Cumpre lembrar, a seu respeito, o que escreveu S. H. Lowrie: “O baixo nível econômico dos grupos de côr e os óbitos em conseqüência da tuberculose, estudados por Alfredo Ellis, dão mais ênfase à presunção da existência de fatores seletivos. Seu vulto, porém, é tão reduzido, que há necessidade de se obterem dados mais completos a fim de que possam êles ser apreciados devidamente. As estatísticas que temos em mão e a relativa estabilidade da porcentagem de mulatos e negros na população através de longos períodos históricos, são provas de que o processo é moroso e não muito extenso. A seleção, unicamente por si, não causaria uma rápida mudança na côr da população” (34).

E’ difícil, portanto, esclarecer de modo completo a natureza, as proporções e as conseqüências do chamado “déficit negro”. As duas

(33) — Na pesquisa que efetuamos, especialmente na aplicação da técnica de observação em massa em situação grupal, fomos surpreendidos por várias manifestações dessa contra-tendência. Poucos mulatos “claros” ou “escuros” identificavam-se ou classificavam-se, ostensivamente, como brancos. Não obstante, muitos se identificavam e classificavam como negros, embora alguns fôssem “brancos” no consenso racial brasileiro e um, pelo menos, fôsse fenotipicamente branco.

(34) — “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., p. 27.

primeiras tendências envolvem efeitos que são normais e previsíveis na situação de contacto predominante em São Paulo. Contudo, elas não podem ser igualmente estimadas quantitativamente. A primeira é de percepção fácil. As porcentagens, fornecidas pelos censos ou por outras vias, indicam claramente como se tem alterado a contribuição de cada contingente racial na composição da população paulistana (35). A segunda tendência precisa ser construída dedutivamente e com precária margem de aproximação, com base em indicadores proporcionados pelas referidas porcentagens. Assim, valendo-se de tal fonte, Raul Joviano do Amaral calcula que a média decenal de decréscimo dos mulatos foi, para todo o Estado e no período de 1836-1950, de 2,5%; enquanto que a do negro, no mesmo período, foi de 1,55% (36). Em suas conclusões, assinala: 1.º) “O grupo pardo — constituído de numerosas tonalidades de pigmentação — tende a integrar-se, não só estatisticamente, mas também de fato, no círculo dominante, no grupo branco, desfalcando ainda mais a população de côr”; 2.º) “O grupo negro, suspensa a fonte renovadora que se fazia através do tráfico, ficou estacionário durante algum tempo; as moléstias, a subnutrição — visto como ficou identificada a côr como índice de baixo estatus social e econômico — contribuíram poderosamente para reduzir-lhe a representação proporcional na população paulista” (37). A miscegenação possui, para este elemento, uma significação claramente exterminadora, diluindo-o e fazendo-o desaparecer, através dos descendentes mulatos nos contingentes mestiços da população global. A impulsão psico-social dominante, descrita de várias formas pelos estudiosos do processo de branqueamento da população paulista, é agudamente focalizada por aquele estatístico, na perspectiva em que ela se apresenta para o negro. “Até onde é lícito afirmar-se, há em São Paulo, muito mais acentuada que no resto do Brasil, uma ideologia no tocante à população escura, preta; há um policiamento ininterrupto, uma determinação consciente, sem violência, no sentido de clarificação dos componentes da população, por parte dos grupos dominantes. Atuando primeiramente de dentro para fora e, posteriormente, de fora para dentro, pela assimilação e generalização dos ideais do outro grupo, dessa ideologia não-formal participam os próprios descendentes dos aglomerados prêto

(35) — Parece dispensável insistir sobre o assunto, pois tais dados são fornecidos no capítulos anterior ou neste e serão completados adiante, com referência ao censo de 1940, 1950 e 1960.

(36) — Raul Joviano do Amaral, “O Negro na População de São Paulo”, Ms., op. cit., pp. 70-71.

(37) — Raul Joviano do Amaral, “O Negro na População de São Paulo”, op. cit., pp. 79-80 (essas são as conclusões gerais número 9 e 10 de sua monografia).

e pardo, até certo ponto inconscientemente, por meio de uma ideologia também não-formal aceita e expressa como a necessidade de **limpar a raça...**. “A tendência é, por conseguinte, de branquificação, fato não só histórico como biológico, concorde ao comportamento tradicional da sociedade brasileira. Há, portanto, um entendimento tácito, de absorção das pequenas minorias raciais e de, por meio de cruzamentos até estimulados, diluir o sangue negro. Em pouco mais de dois séculos, talvez, esteja concluído o processo assimilador...” (38). Essas reflexões são amplamente corroboradas pela documentação direta. O negro e o mulato não encaram a miscigenação apenas como “técnica” de classificação e de ascensão sociais; veem nela um “meio” de extermínio racial. O seguinte depoimento, recolhido em maio de 1951, merece ser transcrito porque condensa os principais componentes dessa reação: “Nós não somos contra a miscigenação. Mas nós somos contra a política de miscigenação imposta, na vontade de fazer desaparecer a raça negra. A política do branco atualmente é de fazer desaparecer a raça negra. Primeiro, pela miscigenação. Segundo, submergindo-a numa torrente de imigrantes brancos. E’ porque o branco não deseja ouvir falar de nós. Isso, associado a uma política da polícia para fazer degradar o negro, a fim de o ver desaparecer também pela tuberculose, pela sífilis e pela prostituição. O que queremos é que se reconheça que somos cidadãos como os outros e que temos direito à educação. Nos integrarmos à sociedade e não o nosso abandono voluntário, à espera que desapareçamos” (39).

A terceira tendência é que apresenta, porém, interesse específico para a presente análise. Embora certas avaliações contra-ideológicas do negro e do mulato focalizem as duas primeiras tendências como parte de uma “política racial” deliberadamente orientada para a supressão física do “negro” e acalentem a suspeita de que essa “política racial” se estende, tortuosamente, aos fatores tópicos da seleção letal, em nossa discussão não poderíamos reter senão estes últimos. Infelizmente, há pouco que agregar às conclusões suscitadas pela pesquisa de Lowrie, mesmo reportando-nos a estudos posteriores, que apanharam a mesma realidade em épocas mais recentes. Como nos interessa, a todo custo, lançar o máximo de luz sobre os vários aspectos do “déficit negro”, não vemos inconveniente em resumir os resultados de maior significação para o conheci-

(38) — Idem, p. 80 (conclusão geral número 11 da mencionada monografia).

(39) — Esse depoimento surgiu no curso de um debate com cinco informantes pertencentes à “classe média de côr”. Adiante serão examinados outros aspectos da situação econômica, cultural e social dêsse estrato da “população negra” paulistana.

mento das proporções reais, dos fatores sócio-econômicos e dos efeitos demográficos daquele processo de seleção.

Logo após à publicação dos estudos de Lowrie, Sérgio Milliet e Rubens do Amaral retomaram o assunto, por motivos diversos (40). O segundo deteve-se nas diferenças entre as taxas de nati-mortalidade e de mortalidade, reveladas pelas estatísticas demógrafo-sanitárias de 1939, concluindo que o elemento afro-brasileiro estava sofrendo uma seleção letal de proporções alarmantes em São Paulo, principalmente nos centros urbanos do Estado e no Município da Capital, sem que as migrações internas oferecessem alguma correção compensadora ao fenômeno. Sérgio Milliet, por sua vez, insiste na significação das condições sócio-econômicas na determinação do “déficit negro” e procura mostrar que somente uma análise diacrônica permitiria descobrir o seu verdadeiro vulto. Comparando dados pertinentes a 1934 e a 1938 sugere que se estabelece uma compensação a curto termo, sendo o volume médio do “déficit” bem menor que as oscilações extremas anuais. Um dos pontos interessantes de sua análise está na focalização de um ângulo anteriormente descuidado. Os óbitos registrados na Capital referem-se também à extensa população flutuante, que busca os centros médico-hospitalares de São Paulo, e que são “imigrados para morrer”. A composição étnica dessa população discrepa, em parte, do padrão racial da cidade. Isso não explica tudo, mas levanta um argumento que se precisa tomar em conta, na apreciação do “déficit negro”. Doutro lado, acentua que os segmentos migrantes da “população de côr” paulistana são os que sofrem, presumivelmente, impactos mais destrutivos. “Vêm na esperança de melhorar a vida, mas aqui os espera uma rigorosa seleção social bem mais terrível do que todos os males de suas terras de origem. O peneiramento destrói os mais fracos e empurra os que ainda conseguem resistir cada vez mais para baixo, até estraçalhá-los por seu turno” (41).

Em sua análise dos problemas demográficos brasileiros, T. Lynn Smith incluiu uma série de dados pertinentes ao estado de São Paulo, no período de 1932-1941, ordenados no seguinte quadro (42):

(40) — Sérgio Milliet escreveu três artigos, estampados por *O Estado de São Paulo* no início de 1940 e transcrito sob o título geral de “A Fórmula de Martius” em *Roteiro do Café e Outros Ensaios*, op. cit., pp. 115-160; Rubens do Amaral cuidou do assunto em artigo publicado por *A Fôlha da Manhã* (1-XI-1941), intitulado “O Aniquilamento dos Negros em São Paulo”.

(41) — Sérgio Milliet, *Roteiro do Café*, op. cit., p. 160.

(42) — Ver Quadro XVIII, T. Lynn Smith, *Brazil*, op. cit., p. 201, dados fornecidos pelo Departamento de Saúde.

Quadro 8

Nascimentos e óbitos no Estado de São Paulo (1932-1941).

População	Nascimentos		Óbitos	
	Dados brutos	%	Dados brutos	%
Branços	1.844.600	88,1	920.398	80,9
Mulatos	102.860	4,9	106.977	9,4
Pretos	65.612	3,1	86.437	7,6
Amarelos	82.332	3,9	23.564	2,1
Côr Ignorada	—	—	205	—
Total	2.095.404	100	1.137.581	100

Por aí se verifica que os brancos apresentariam um excedente de 924.202 indivíduos e que o “déficit” da população de côr seria de 24.942 indivíduos (4.117 indivíduos para os mulatos; e 20.825 indivíduos para os negros). Em outras palavras, o número de óbitos ultrapassaria de um sétimo o total de nascimentos dessa população. Na verdade, afora as conhecidas presunções que explicam essas discrepâncias (apontadas acima), estaríamos diante de uma alternativa empírica da situação demográfica predominante no Brasil, a qual T. Lynn Smith tentou explicar, sociologicamente, através de duas hipóteses gerais. Primeiro, que há uma correlação positiva entre o estatus sócio-econômico e a taxa de reprodução, o que permitiria explicar a maior prolicidade dos brancos em face dos negros e dos mulatos (43); segundo, que existe uma relação inversamente proporcional entre o estatus sócio-econômico e o número de óbitos, o que esclareceria a mortalidade diferencial desfavorável aos negros e aos mulatos (44). Ambas as hipóteses são consistentes com as explicações sugeridas por Lowrie. Como os dados expostos incluem o interior do estado de São Paulo, onde a população negra tem contado com condições adaptativas aparentemente melhores, e se referem a um período de tempo posterior, é lícito concluir que êles corroboram e ampliam aquelas explicações. Não só é provável que ocorra uma tendência seletiva na população negra e mulata da Capital; como, qualquer que seja a sua magnitude (Lowrie supunha que ela fôsse pequena), essa tendência parece ser persistente.

(43) — Idem, pp. 193-196.

(44) — Idem, pp. 200-217.

As contribuições do Laboratório de Estatística do I.B.G.E., feitas ou orientadas por Giorgio Mortara (45), ressaltam que a diferença nas taxas de mortalidade por grupos de côr, constitui o fator específico de maior pêso, na determinação da velocidade do incremento da população brasileira. Os censos permitem calcular que, entre 1872 e 1940, contamos com uma taxa média geométrica anual de aumento natural, independente da imigração, de 18,68 por 1.000 habitantes brancos, negros e mulatos. “Experimentando-se diferentes combinações de taxas de incremento natural, para os brancos de um lado, e para os pretos e pardos de outro, tôdas subordinadas à condição de que a taxa dos brancos exceda a dos pretos e pardos, sem que, entretanto, êsse excedente atinja um valor excessivamente elevado, chega-se à conclusão de que uma hipótese aceitável é a de uma taxa de 22 por 1.000 para os brancos e 16 por 1.000 para os pretos e pardos em conjunto. Estimando-se em cêrca de 45 por 1.000 a taxa de natalidade para todos os grupos de côr, essa hipótese corresponderia à de uma taxa de mortalidade de cêrca de 23 por 1.000 para os pretos e pardos em conjunto” (46). “Saindo-se da população presente em 1872, e aplicando-se uma taxa média geométrica anual de incremento natural, independentemente da imigração, de 22 por 1.000 para os brancos e 16 por 1.000 para os pretos e pardos, o aumento natural total, independente da imigração, entre os censos de 1872 e 1940, fica determinado em cêrca de:

13.102.000 habitantes, para os brancos

12.184.000 habitantes para os pretos e pardos, em conjunto.

25.286.000 habitantes em total. “O total acima fica pouco inferior ao valor, calculado anteriormente, de cêrca de 25.539.000, que representaria o efetivo aumento natural independente da imigra-

(45) — Cf., especialmente, os seguintes trabalhos: Giorgio Mortara, “O Desenvolvimento da População Preta e Parda no Brasil”, in *Contribuições para o Estudo da Demografia no Brasil*, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1961, pp. 198-206; *Estudos sobre a Composição da População do Brasil segundo a Côr*, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1950; *Pesquisas sobre os Diversos Grupos de Côr nas Populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal*, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1951; *Estimativas das Taxas de Natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as Principais Capitais*, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1948; *Estudos sobre a Natalidade e a Mortalidade no Brasil*, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1952; *Pesquisas sobre a Mortalidade no Brasil, 3a. série*, Rio de Janeiro, 1956 (nesses trabalhos são mencionadas outras contribuições do Laboratório de Estatística do I.B.G.E.).

(46) — Hipátia Damasceno Ferreira, Ernani Timóteo de Barros e José Etrog, “A Composição da População segundo a Côr, no Conjunto da Federação”, in *Estudos sobre a Composição da População do Brasil segundo a Côr*, op. cit., p. 37.

ção. Verifica-se, logo, ser conciliável com êsse aumento a hipótese de uma taxa média geométrica anual, independente de imigração um pouco superior a 22 por 1.000 para os brancos e a 16 por 1.000 para os pretos e pardos em conjunto” (47). Supondo-se uma taxa de mortalidade de 24 por 1.000 para os brancos e 28 por 1.000 para negros e mulatos em conjunto, teria-se uma taxa de incremento natural, independente de imigração, de 21 por 1.000 para os brancos e de 17 por 1.000 para negros e mulatos em conjunto, solução que também parece apropriada aos resultados de observação” (48). Raciocínios análogos permitem estimar que, entre os censos de 1890 e 1940, a taxa média geométrica anual de incremento natural (de 20,12 por 1.000 habitantes para o conjunto da população), seria de 27,00 por 1.000 habitantes para os brancos; 21,54 por 1.000 habitantes para os negros; 7,87 por 1.000 habitantes para os mulatos; e 12,39 por 1.000 habitantes para pretos e pardos em conjunto. Estimando-se a taxa média de natalidade, nesse período, em 44,5 por 1.000 habitantes, teríamos uma taxa de mortalidade de 17 a 18 por 1.000 para os brancos; de 23 por 1.000 para os negros; de 36 a 37 por 1.000 para os mulatos; e de 32 por 1.000 para negros e mulatos em conjunto (49). O contraste da mortalidade entre os dois grupos é, naturalmente, maior em São Paulo que no Brasil em conjunto, pois entre os censos de 1872 e 1940 as taxas médias geométricas anuais de incremento da população revelam um crescimento muito mais acentuado da quota dos “brancos”, ao lado de um pequeno declínio aparente da quota de negros e mulatos:

39,51 por 1.000 para os brancos
5,54 por 1.000 para os mulatos
16,88 por 1.000 para os negros e
11,31 por 1.000 para negros e mulatos em conjunto (50).

Pode-se apreciar até que ponto as conjecturas estabelecidas se aplicam a São Paulo mediante indicações fornecidas por Mortara. A taxa de mortalidade média anual de 60 municípios do interior do estado, no período de 1939 a 1942, foi calculada como sendo de 15,9 por 1.000 habitantes para os brancos e de 25,5 por 1.000 habitantes para negros e mulatos em conjunto. Quanto ao município da capital, a proporção dos falecidos no primeiro ano de idade, no período de 1937 a 1942, foi calculada em 118 por 1.000 nascidos vivos para

(47) — Idem, p. 38.

(48) — Idem, p. 38.

(49) — Idem, p. 28.

(50) — Cf. Edwald Mourão, “A População do Estado de São Paulo segundo a Cór”, in *Pesquisas sobre os Diversos Grupos de Cór nas Populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal*, op. cit., p. 19.

os brancos e em 257 por 1.000 nascidos vivos para os negros e os mulatos em conjunto. A mortalidade infantil dêstes últimos ultrapassava em pouco mais de duas vêzes a dos primeiros. O quadro existente no interior era menos sombrio. Ainda assim, nos 60 municípios mencionados, os falecidos no primeiro ano de idade representavam 139 por 1.000 nascidos vivos para os brancos e 194 por 1.000 nascidos vivos para os negros e mulatos reunidos (51).

Confrontando-se indicações dessa natureza com os dados pertinentes à fecundidade e à natalidade, verifica-se que a fecundidade feminina é elevada em todos os grupos de côr da população brasileira, embora as diferenças verificadas na freqüência dos nascimentos acarretem diferenças moderadas no incremento dos vários grupos. Mortara reúne os dados fornecidos pelo censo de 1940 no seguinte quadro:

Quadro 9

Fecundidade Feminina nos Diversos Grupos de Côr (Brasil — Censo de 1940) (52).

Idade da Mulher Número Médio dos Filhos Nascidos Vivos Ti-
dos por 100 Mulheres da Idade Especificada

	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos
15 a 19	12	13	11	6
20 a 29	168	178	161	161
30 a 39	442	464	423	433
40 a 49	616	624	567	568
50 a 59	652	644	589	519
60 e mais	661	644	581	456
15 e mais	333	334	316	298

- (51) — Cf. Giorgio Mortara, "O Desenvolvimento da População Preta e Parda no Brasil", op. cit., p. 204 (veja-se a indicação de fontes in loc. cit.; os dados originais procedem de estatísticas do registro civil e do Boletim Mensal da Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura do Município de São Paulo, N.º 19, Abril de 1951, p. 18; para o tratamento global dêstes dados, independentemente da côr para o período de 1940 a 1949, veja-se G. Mortara, "Natalidade e Mortalidade no Município de São Paulo nos Anos de 1939 a 1949", Estudos Demográficos N.º 4, do Laboratório de Estatística do I.B.G.E., edição mimeografada, Rio de Janeiro, maio de 1951). Quanto às diferenças de mortalidade, Mortara indica, no estudo anterior, que a proporção de negros e mulatos aumenta na passagem das idades infantis para as senis.
- (52) — Quadro transcrito de G. Mortara, "O Desenvolvimento da População Preta e Parda no Brasil", op. cit., p. 203 (veja-se Estudos sobre a Fecundidade e a Prolificidade da Mulher no Brasil, no Conjunto da População e nos Diversos Grupos de Côr, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1949, secção III); O Comentário estatístico do quadro é feito nas pp. 203-204.

Como assinala Mortara, a fecundidade das mulheres brancas difere pouco, para mais ou para menos, em relação à das mulheres mulatas do mesmo grupo de idade; e a fecundidade das mulheres negras é um pouco inferior à das mulheres desses dois grupos, em consequência do número maior de mulheres negras que não tiveram filhos. Se organizarmos um quadro análogo para São Paulo, veremos que essas tendências se reproduzem, com ligeiras variações discrepantes nas últimas idades das mulheres brancas e mulatas:

Quadro 10

Fecundidade Feminina nos Diversos Grupos de Côr (Estado de São Paulo — Censo de 1940) (53).

Idade da Mulher Número Médio dos Filhos Vivos Tidos por 100
Mulheres na Idade Especificada

	Brancos	Pardos	Pretos	Amarelos
15 a 19	9,8	14,4	12,0	5,1
20 a 29	156,9	179,0	157,2	159,2
30 a 39	420,7	452,5	423,7	436,5
40 a 49	616,1	654,8	591,8	569,6
50 a 59	681,0	665,0	649,1	514,6
60 e mais	690,5	663,2	625,9	452,6
15 e mais	331,3	328,3	310,8	297,5

O que importa assinalar é que esses dados demonstram que a intensidade da reprodução nos vários grupos de côr não se subordina, aparentemente, a fatores fisiológicos “raciais”. Como acentua Mortara, com referência às tendências predominantes no Brasil, “as análises efetuadas, embora verificando uma fecundidade um pouco menor no grupo preto do que no branco e no pardo, mostravam que essa inferioridade depende principalmente da maior proporção de mulheres pretas que ficam excluídas da reprodução, pela desvantagem que sofre este grupo de côr na escolha conjugal, enquanto a prolificidade dos pretos não fica sistematicamente inferior nem à dos brancos nem à dos pardos” (54). A comparação dos resultados dos censos de 1940

(53) — Dados extraídos de Tabela III do estudo de G. Mortara, “A Fecundidade da Mulher nos Diversos Grupos de Côr, segundo as Unidades da Federação”, Estudos Demográficos N.º 268, do Laboratório de Estatística do I.B.G.E. (edição mimeografada, Rio de Janeiro, maio de 1962), p. 11. Nessa obra encontram-se outras tabulações sobre os caracteres em causa da população do estado de São Paulo segundo a côr.

(54) — G. Mortara, “A Fecundidade na Mulher nos Diversos grupos de Côr, segundo as Unidades da Federação”, op. cit., p. 25. Os resultados do censo de 1950 ampliaram e confirmaram as conclusões a respeito, feitas

e 1950 permitiu comprovar, claramente, que a diminuição da taxa média cumulativa geral da fecundidade feminina prende-se mais à diminuição da prolicidade que à diminuição da quota de mulheres prolíficas nos três grupos de côr considerados (55). A comparação dos resultados dos dois censos também indica algumas tendências da mortalidade infantil por êsses grupos de côr. “No conjunto dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres de 15 anos e mais, a proporção mais elevada de sobreviventes na data do censo encontra-se no grupo amarelo (898,4 por 1.000); seguem-se, bem distante, o grupo branco (773,0) e, mais atrás, o pardo (714,6) e o prêto (705,5) com taxas de sobrevivência pouco diferentes” (56). Portanto até a data do censo faleceram (segundo proporções retificadas): 104,4 por 1.000 entre os filhos das mulheres amarelas; 225,9 por 1.000 entre os filhos das mulheres brancas; 289,0 por 1.000 entre os filhos das mulheres mulatas; e 292,3 por 1.000 entre os filhos das mulheres negras. Isso evidencia, sob nôvo ângulo, que as diferenças de mortalidade infantil aumentam fortemente na passagem de um grupo de côr para outro (57). Sumariando as conclusões, escreve Mortara: “O censo de 1950, confirmando plenamente as conclusões baseadas no censo anterior, elimina as dúvidas que podiam subsistir sôbre a correspondência dessas conclusões à realidade. Revela, ainda, certa tendência para a diminuição da fecundidade: no grupo branco, em consequência da diminuição de quota de mulheres que participam na reprodução e sobretudo da diminuição da respectiva prolicidade, e no grupo prêto, pela ação igualmente intensa dêsses dois fatores. No grupo pardo, a diminuição da fecundidade, totalmente devida ao segundo fator, foi mínima; no pequeno grupo amarelo, a fecundidade aumentou, apesar da diminuída quota de mulheres prolíficas, pela aumentada prolicidade”. Permitindo estabelecer a sobrevivência dos filhos tidos pelas mulheres prolíficas segundo a côr, também demonstrou que ela é “máxima no grupo amarelo, menor no branco e ainda menor no pardo e prêto, em consequência dos níveis médios econô-

graças ao censo de 1940 (cf. G. Mortara, *Estudos sôbre a Natalidade e a Mortalidade no Brasil*, op. cit., p. 48).

(55) — Cf. esp. G. Mortara, “A Fecundidade das Mulheres e a Sobrevivência dos Filhos nos Diversos Grupos de Côr da População do Brasil”, *Estudos Demográficos* N.º 173 (edição mimeografada, Laboratório de Estatística do I.B.G.E., Rio de Janeiro, Agôsto de 1956, p. 8 e sets.). Vejam-se, em particular, as conclusões sumariadas na p. 9, que ampliam as hipóteses e explicações anteriores.

(56) — G. Mortara, *idem*, p. 11.

(57) — G. Mortara, *idem*, p. 12. As proporções retificadas dos quatro grupos de côr são os seguintes: 895,6 por 1.000 para o grupo amarelo; 774,1 por 1.000 para o grupo branco; 711,0 por 1.000 para o grupo mulato; e 707,7 por 1.000 para o grupo negro (sôbre a distribuição por idade, ver Tabela V, p. 102).

micos e sociais e da diferente distribuição territorial dos diversos grupos de côr” (58).

A principal consequência das descobertas de Mortara consiste em que elas alimentam uma sadia “relativização” dos pontos de vista de que se poderiam analisar os problemas demográficos brasileiros, segundo a côr dos contingentes da população. Comparando a velocidade do incremento de cada contingente com os demais, conseguiu observar melhor a influência direta do crescimento vegetativo e compreender objetivamente a importância específica das diferenças de mortalidade na determinação das tendências de crescimento de cada estoque racial. À nossa análise, interessa particularmente a conclusão de que a predominância numérica progressiva dos brancos não se produz em consequência da diminuição contínua e fatal dos não-brancos. Mas, em virtude de diferenças na intensidade ou na rapidez do incremento natural de cada grupo de côr da população brasileira. Em outras palavras, isso significa que todos os contingentes dessa população participam das tendências de crescimento rápido, que ela revela. As diferenças entre os grupos negro e mulato em relação ao grupo branco, embora consideráveis, seriam meramente de grau. Consideradas em si mesmas, elas também são “altas”, suportando confrontos com crescimentos demográficos de intensa vitalidade de outros países (59).

Tudo indica, portanto, que seria prudente encarar com muitas reservas as opiniões formadas no primeiro quartel deste século sobre o propalado “déficit” negro da capital paulista. A inconsistência da documentação estatística e a complexidade dos problemas demográficos, que estão por trás das comparações (e que não podem ser examinados nem resolvidos com objetividade, através daquela documentação), impõem tal orientação. O principal fator de “alarma” diante do declínio da população da cidade prendia-se a fenômenos normais na ocasião. O abandono da Capital por massas de ex-escravos ou de antigos libertos era perfeitamente natural, quer se veja a questão do ângulo da redistribuição da “população negra” em termos de sua procedência, quer se encare o assunto ecológica e socialmente. Uns retornavam às localidades de origem, às quais continuavam prêso por uma ou outra razão. Outros tentavam neutralizar, pelas migrações, as desvantagens criadas pela competição com os imigrantes estrangeiros. Doutro lado, é patente, pela do-

(58) — Idem, p. 15.

(59) — Vejam-se, a respeito, as referências feitas por Mortara à vitalidade do crescimento da população negra e mulata no Brasil vista à luz do crescimento da população dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra (cf. “O Desenvolvimento da População Preta e Parda no Brasil”, op. cit., pp. 201-202).

cumentação estatística utilizável, que o crescimento vegetativo dos grupos negros e mulatos da população paulistana revela certa inferioridade desse grupo, nascida de circunstâncias puramente ecológicas, econômicas e sociais. Parece fora de dúvida que as condições de vida econômica e social, enfrentadas pelos negros e mulatos, são responsáveis pelo declínio de nascimentos e pelo aumento de óbitos, observados no seio de ambos os grupos. As circunstâncias que interferem nos dois processos são tão complexas e mal conhecidas, porém, que não se pode dizer, em termos demográficos ou sociológicos, como os seus efeitos repercutiram, estão repercutindo e tenderão a repercutir no crescimento vegetativo da população negra e mulata da cidade de São Paulo. Quanto ao passado (ao período que estamos focalizando), não seria difícil presumir que a leve tendência regressiva observada relaciona-se com o precário nível de vida e com a desorganização social imperantes no “meio negro”. Quanto ao presente e ao futuro, só investigações demográficas e ecológicas especiais poderiam indicar se tais fenômenos são ou não passageiros e, principalmente, se eles são ou não “normais”, tendo-se em vista suas proporções e o processo de reintegração do negro e do mulato ao estilo de vida urbana, como ele se configura sob a égide do capitalismo, da industrialização e da sociedade de massas.

Ainda assim, uma coisa é clara. O “déficit” negro parece ter encontrado corretivo constante e amplamente compensador na substituição de quotas de população negra e mulata da Capital. O processo que se iniciou por volta de 1884, aumentou progressivamente até o desfêcho do abolicionismo e se intensificou rapidamente em seguida (como o demonstram os censos de 1886, 1890 e 1893), persistiu ao longo de todo o desenvolvimento posterior da cidade. Pelo que se sabe, as migrações do interior do estado para a Capital foram ininterruptas, aumentando aceleradamente com a expansão industrial e a transformação de São Paulo em metrópole, com funções dominantes que se irradiam por toda a economia estadual, regional ou nacional. A participação dos negros e dos mulatos desses deslocamentos acompanha, mais ou menos, as proporções com que eles concorrem para a composição da população do estado de São Paulo. As análises de Lowrie demonstraram que a dispersão rural da população negra é acompanhada por uma leve tendência de concentração nas áreas urbanas de cada região, preferidas pelas parcelas migrantes dessa população (60). Por conseguinte, é provável que o

(60) — Ver S. H. Lowrie, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., esp. pp. 38-40 e o quadro VIII, em que são comparados os índices de óbitos de negros e mulatos de 11 municípios, com discriminação de áreas rural e urbana.

número de negros e mulatos, atraídos por tais migrações, exceda ligeiramente as porcentagens com que concorrem à população do estado de São Paulo. Contudo, a única pesquisa feita sobre o fenômeno, que permite considerar os deslocamentos segundo a cor dos agentes, sugere que as discrepâncias não devem ser muito grandes (61). Também sempre existiu, ao lado dessa corrente do interior para a capital do Estado, outra que ligava a cidade a várias regiões do País. Essa corrente mais ampla foi deveras importante na sociedade escravocrata, pois garantiu o suprimento de trabalhadores numa época em que a expansão agrícola dependia do escravo e o tráfico já era proibido. As migrações internas de homens livres, nessa ocasião, assumiam pequenas proporções, abrangendo principalmente pessoas “cultas”, que tentavam a sorte nas profissões liberais ou no comércio, e algumas “ricas”, que se lançavam em empreendimentos agrícolas ou de vária natureza. As estatísticas de 1886 e de 1893 mostram que a cidade se beneficiou muito pouco com essas migrações, em regra polarizadas pela capital do País. Por isso, só com a desagregação do trabalho escravo iríamos atrair, progressivamente, as correntes de trabalhadores nacionais. Primeiro, de uma forma tímida — de 1870 a 1899, por exemplo, os registros assinalavam somente 965 trabalhadores: em seguida, com intensidade crescente, como se infere dos seguintes dados:

1900-1904	9.587
1905-1909	11.287
1910-1914	12.688
1915-1919	21.239
1920-1924	53.456 (62).

Tratava-se, porém, de um movimento migratório tão modesto, que o total de 109.222 trabalhadores (compreendendo-se também os que vieram desde 1875), era inferior ao número de italianos entrados no estado apenas no quinquênio de 1900-1904 e representava 5,3% do montante de imigrantes recebidos pelo estado de São Paulo. Somente no quinquênio 1925-1929 essa corrente iria adquirir certa vitalidade. Mas, até 1939, o seu total perfazia 20% do movimento

(61) — Ver acima, p. 89; trata-se do trabalho de Vicente Unzer de Almeida e Octávio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração Rural-Urbana*, cujos resultados relevantes para a nossa análise já foram transcritos e comentados. Dada a participação de nacionais de outras regiões do País e as diferenças associadas à composição da população por cor nessas regiões, se ocorresse o contrário as porcentagens de negros e mulatos seriam muito maiores.

(62) — Cf. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, op. cit., p. 145 (Quadro E-11); os dados pertinentes ao período posterior foram transcritos acima (cf. pp. 87-88).

imigratório, considerado em conjunto (63). Nos pequenos segmentos desses grupos migrantes de trabalhadores nacionais, que sentiam alguma propensão pela “vida na cidade”, surgiram novas fontes de abastecimento da população negra e mulata da capital (64). Essa propensão parece não depender, apenas, de certos anseios emocionais ou morais. O levantamento de Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho sugere a existência de certas compatibilidades entre as qualificações ou aptidões prévias dos trabalhadores migrantes e sua absorção no sistema ocupacional da cidade (65). Em outras palavras, embora muitos trabalhadores rústicos encontrem oportunidades de colocação em vários tipos de serviços urbanos, há um peneiramento qualitativo que funciona como regulador do processo, restringindo, provavelmente, a intensidade do afluxo e a concentração desses trabalhadores. Essa razão parece explicar, pelo menos em parte e até 1935, porque o principal arsenal de renovação da população negra e mulata de São Paulo achava-se no interior do Estado e não em outras regiões do País, embora estas também concorressem, de forma intermitente mas acumulativa, para aumentá-la.

O que importa, na presente análise, é que essa população também se renova continuamente, pela incorporação de novos quadros humanos. Esse fato merece atenção dupla: de um lado, por causa de sua significação demográfica; de outro, por causa de suas implicações sociológicas. Quanto à primeira, é evidente que aí se acha uma resposta para certos aspectos do incremento da população negra e mulata em condições relativamente adversas. As quotas novas, absorvidas continuamente, foram suficientes para contrabalançar três tendências reconhecíveis: a mobilidade horizontal, que não parece ser pequena no seio dessa população desde a implantação do regime de trabalho livre, e que desloca numerosos indivíduos para o interior do Estado ou para outras regiões do País; as perdas do crescimento vegetativo, resultantes das altas taxas relativas de mortalidade, ou da diminuição intensa das quotas de mulheres que participam da reprodução e da redução da respectiva prolificidade; os efeitos persistentes da mestiçagem, fator de desequilíbrio permanente, que funciona como uma espécie de bomba de sucção invisível. Doutro lado, do ponto de vista sociológico é inegável que a correção

(63) — Veja-se Oscar Egídio de Araújo, “Latinos e Não-Latinos no Município de São Paulo”, op. cit., Quadro 1, p. 69.

(64) — Para se ter uma idéia da importância relativa dessa fonte de renovação da “população negra” do Estado de São Paulo, vejam-se as porcentagens sobre as populações de cor mencionadas acima (p. 88), concernentes a 1935-1939.

(65) — Vejam-se os quadros LIII, LIV e LV de Migração Rural-Urbana, op. cit., p. 130 e sets.

trazida pelas migrações internas tem sido de ordem meramente demográfica. A composição qualitativa dos grupos negros ou mulatos migrantes não sofreu nenhuma alteração significativa. Eles continuam a abrigar uma forte massa de trabalhadores rústicos, distanciados culturalmente do “mundo da cidade”. Em contraposição, esta sente fome de braços e pode absorver, temporária e até permanentemente, parcelas elevadas de trabalhadores rústicos. No essencial, entretanto, continua a ser-lhes adversa, no mesmo sentido e com a mesma intensidade que antes. Daí resulta que as condições materiais e morais de vida fomentam a perpetuação do “déficit negro”. Como este não parece ser um produto puramente demográfico, mas uma consequência da interação do negro e do mulato com as forças econômicas e sociais da comunidade urbana, ele persiste indefinidamente, através do incremento da “população de côr” e apesar da elevação do padrão de vida de alguns de seus setores!

Colocando-se as coisas neste contexto, verifica-se que o negro e o mulato sofreram, de maneira extremamente intensa e prolongada, efeitos que atingiram em grau bem menor outros segmentos da população paulistana. Um estudo particularmente fecundo, de Lowrie (66), esclarece-nos sobremaneira a respeito. A expansão urbana e a industrialização provocaram transformações que afetaram, universalmente, todos os moradores nativos da cidade. Por paradoxal que pareça, sob muitos aspectos o “estranho” sentia-se mais em sua casa que os naturais do País. Onde a “imigração” coincidia com a instauração de um novo **estilo de vida** — e ela significou isso de modo extenso e profundo, tanto no “mundo rural” quanto (e principalmente) no “mundo urbano” — as transformações demográficas passaram a refletir novos padrões de organização da vida humana. Em todo o Estado de São Paulo, mas especialmente nos centros mais urbanizados e no município da capital, a presença do imigrante acarretou modificações substanciais no padrão demográfico vigente. Lowrie deu particular atenção aos aspectos dessa transformação que podiam ser descritos pelos dados estatísticos acessíveis. Os resultados que apurou demonstram conclusivamente (e de modo criterioso), que a sociedade brasileira absorvia, com a massa de imigrantes, seus padrões de casamento e de relação dos sexos. Presumindo-se que a capacidade prolífica das mulheres seja fisiologicamente constante e que uma distribuição por idade mais favorável ao elemento estrangeiro não produzisse, por si mesma, alterações profundas tão rápidas, isso explicaria o notável incremento da taxa de natalidade dos brancos e a

(66) — Samuel Harman Lowrie, *Imigração e Crescimento da População no Estado de São Paulo*, op. cit., passim.

enorme vitalidade assumida pelo crescimento desse setor da população paulista.

Tomando-se em conta os dados sobre a nacionalidade dos pais nos registros de nascimento, por exemplo, observa-se que a participação dos imigrantes de ambos os sexos na reprodução tornara-se notavelmente intensa na segunda década deste século. Nos municípios onde a prosperidade econômica se associou a um ritmo regular de urbanização, os pais estrangeiros concorreriam aproximadamente na mesma proporção ou superavam os pais de origem brasileira no processo reprodutivo. Doutro lado, em todo o estado eles contribuíam com quase um terço do registro da paternidade, enquanto que as mulheres estrangeiras entravam com mais de 40% da quota de mulheres incluídas na reprodução. O município da capital apresentava índices sensivelmente favoráveis aos imigrantes, de ambos os sexos, a esse respeito: mais de 54% dos pais cuja paternidade foi registrada pertenciam a esse grupo, o mesmo acontecendo com 47% das mães nessas condições. O quadro 11, construído com dados e porcentagens coligidas por Lowrie, resume as indicações essenciais (67).

Essa participação tinha de refletir-se, necessariamente, seja no caráter da contribuição do imigrante ao incremento natural da população, seja no declínio do coeficiente de natalidade do elemento nativo. Nessa época, já se fazia prenunciar certos efeitos da urbanização na restrição da prolicidade, mas ainda assim Lowrie conseguiu comprovar os principais aspectos assumidos pelas duas consequências da imigração. Seria impraticável reproduzir tôdas as conclusões relevantes a que chegou, com a documentação e comprovações estatísticas correspondentes. Estudando os nascimentos e coeficientes da natalidade segundo a nacionalidade das mães, para todo o estado em 1920, chegou a constatar que as mulheres estrangeiras concorriam com uma vez e meia o total alcançado pelas brasileiras, embora em alguns municípios essa relação fôsse mais acentuada (como no município da capital e de São Carlos, em que era de 1,63 e 1,75, respectivamente, para as mulheres de 18 a 44 anos). Quanto à capital, os resultados do censo de 1934, em processo de apuração, atestavam que, em certos distritos, o número de crianças com 6 anos ou menos por 1.000 mulheres de 14 a 44 anos era de 417 para as brasileiras e 672 para as estrangeiras (incluindo-se os filhos nascidos fora do Brasil seriam 699). Com base nessas evidências e nas con-

(67) — Cf. S. H. Lowrie, *Imigração e Crescimento da População no Estado de São Paulo*, op. cit., Quadro III, p. 14; fonte dos dados: *Anuário Demográfico*, publicação do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. O quadro original apresenta os dados referentes aos sete municípios mais importantes discriminadamente.

Quadro 11

Nascimentos no Estado de São Paulo e na Capital Segundo a Ascendência (1920-1928).

Municípios	Pai Brasileiro		Pai Estrangeiro		Pai de Nacionalidade Ignorada		Total
	Brasileira	Mãe	Brasileira	Mãe	Brasileira	Mãe	
	Brasileira	Estrangeira	Nacionali- dade Des- conhecida	Brasileira	Estrangeira	Nacionali- dade Des- conhecida	Total
Capital, Santos, Cam- pinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Guaratin- guetá e Botucatu	153.088 44%	16.521 5%	80 —	44.991 13%	123.270 35%	7.779 2%	348.773 100%
Sub-Total		169.689 49%			168.332 48%	10.752 3%	348.773 100%
Outros Municípios do Estado		891.034 71%			342.026 27%	29.100 2%	1.262.160 100%
Total do Estado		1.060.723 66%			510.358 32%	39.852 2%	1.610.933 100%
Só Município da Capital	80.366 37%	11.090 5%	56 —	27.768 13%	88.044 41%	5.470 3%	214.863 100%

clusões computadas pela análise dos casamentos segundo a nacionalidade dos cônjuges e dos nascimentos segundo a nacionalidade dos pais (para o Estado, de 1913-1928; para o Município da Capital, de 1895-1933), Lowrie formula as seguintes conclusões: “1. Os coeficientes de natalidade por união conjugal, quer para brasileiros, quer para estrangeiros, tanto com relação aos homens como com relação às mulheres, oscilam de maneira mais ou menos idêntica. As mulheres, todavia, cabem os coeficientes mais elevados. Disto segue que um confronto entre os nascimentos segundo a nacionalidade dos homens, fornecerá aproximadamente o mesmo resultado que se obteria mediante um estudo idêntico com relação às mulheres, exceto no que se reporta às diferenças que seriam, naturalmente, menores”. “2) Tanto para os homens como para as mulheres, o número de filhos de estrangeiros por casamento é consideravelmente mais elevado que o de nacionais, sendo de um e um terço a um e três quartos maior que este”. “3. Estas diferenças quanto ao número de filhos ofereceu mais uma prova segura de que os estrangeiros tendem, relativamente, a ocupar um lugar cada vez maior na população local, enquanto tendência oposta se verifica com relação aos nacionais”. “4. O coeficiente de substituição populacional do Estado parece ser mais elevado que o da cidade de São Paulo”. “5. Na Capital, especialmente, nota-se um declínio definido quanto ao coeficiente de nascimentos. Fato semelhante, porém menos intenso, e particularmente com relação aos brasileiros parece ocorrer no Estado. O período estudado é, todavia, pequeno para fornecer conclusões inatacáveis” (68). No entanto, a análise da ascendência de certos grupos mostra que o processo pelo qual a antiga estirpe brasileira cedia seu lugar ao elemento imigrante não seria uniforme. Na classe média ou superior, sondada pelos alunos da Universidade de São Paulo, a porcentagem de pais brasileiros e de avós brasileiros revelava-se máxima (71 e 60%, respectivamente); na classe operária, sondadas pelas crianças que freqüentavam os parques infantis municipais, essa proporção era a mais baixa de todas (54% de pais brasileiros e 21% de avós brasileiros); na classe semi-dependente, sondada pelos recém-nascidos das seções gratuitas dos hospitais, a presença do elemento imigrante revelava-se menos intensa (73% de pais brasileiros e 48% de avós brasileiros) (69). Essas evidências não são tão conclusivas quanto os resultados

(68) — S. H. Lowrie, op. cit., pp. 27-28.

(69) — Idem, pp. 28-30 e quadro X; cf. também: Samuel H. Lowrie, “Origem da População da Cidade de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais”, op. cit., pp. 195-212; S. H. Lowrie, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., pp. 27-33; S. H. Lowrie, “Ascendência das Crianças dos Parques Infantis”, *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. XXXIX, pp. 261-274 e XLI, pp. 267-278; Rafael Paula Souza, “Contribuição à Etnologia

da análise dos casamentos, dos nascimentos e dos censos. Contudo, como são congruentes com as demais conclusões, elas podem ser aceitas como índices da rapidez com que se processou a substituição populacional na cidade de São Paulo, sob o impacto da imigração. Ao lado da massa de imigrantes radicados no município da Capital, computados em 35,4% pelo censo de 1920 e em 28% pelo censo de 1934 (70), tínhamos, em todos os níveis sócio-econômicos da população paulistana, uma elevadíssima proporção de descendentes de estrangeiros nascidos no Brasil:

Quadro 12

Nacionalidade de Ascendentes de Crianças Nascidas no Brasil — Cidade de São Paulo (71).

Classes da População	Avós Estrangeiros	Pais Estrangeiros
“Média” e “Alta” ...	40%	29%
“Operária”	79%	46%
“Baixa”	49%	27%

As conclusões gerais de Lowrie merecem ser transcritas: “1. A imigração contribuiu para o aumento da população”; “2. A imigração parece ter influído pouco ou nada sôbre o aumento da população nativa”; “3. Não ocorreu uma substituição *strictu sensu* do elemento nativo da população ou se ocorreu foi insignificante. A população nativa está se tornando relativamente menos importante, em consequência: a) da afluência de imigrantes; b) de uma distribuição de idades que favorece o estabelecimento de um coeficiente de aumento mais rápido de estrangeiros que de nacionais; e c) de um coeficiente mais rápido de aumento do número de estrangeiros além daquêle que se deve à diferença de idade”; “4. Todavia, para várias gerações, a importância que vem assumindo o grupo imigrante na população de São Paulo depende do coeficiente relativo de aumento do número de filhos. Se êste fôr mais elevado para os estrangeiros que para os nacionais, os efeitos de um mais rápido coeficiente de aumento de estrangeiros tornar-se-á cumulativo e, por conseguinte,

Paulista”, Revista do Arquivo Municipal, Vol. XXXI, pp. 95-105; Rafael Paula Souza, “Biotipologia dos Universitários Paulistas”, Revista de Biologia e Higiêne, Vol. 7, N.º 1, pp. 25-40.

(70) — Calculei esta última porcentagem incluindo os de nacionalidade não declarada entre os estrangeiros.

(71) — Porcentagens estabelecidas de acôrdo com os dados contidos em S. H. Lowrie, Imigração e Crescimento da População no Estado de São Paulo, op. cit., Quadro X, p. 29, observando as gradações de classe social indicadas por êsse autor.

duplamente efetivo. Por outro lado, se fôr menor que o dos nacionais, os efeitos de um coeficiente de natalidade estrangeira mais elevado que a brasileira tenderão a ser neutralizados. Qual seja na realidade êste coeficiente relativamente a São Paulo, ainda não podemos determinar” (72).

Seria imprudente ignorar que conhecemos muito mal a situação demográfica da cidade de São Paulo, quanto às principais variáveis que poderiam explicar o crescimento da população tendo-se em vista a nacionalidade e a côr dos moradores. Além disso, na época considerada por Lowrie estava meramente se iniciando um nôvo surto migrante, incrustrado agora numa população muito mais caracteristicamente urbana e muito mais seletiva nessa direção. Por isso, poder-se-ia agregar, às conclusões de Lowrie, duas considerações gerais. Primeiro, a migração rural-urbana do interior para a capital tem sido continuamente suplementada por migrações com o mesmo caráter de outras localidades brasileiras para São Paulo. Nestas correntes, o elemento estrangeiro ou descendente de estrangeiro só conta em proporção análoga à da população paulista em relação aos grupos procedentes do Sul do País, em regra pouco numerosos. Quanto aos efeitos demográficos dessas transformações, pouco se sabe de concreto. A predominância dos elementos vindos do interior faz com que a homogeneização da população da cidade tome como ponto de referência muito mais o padrão interno da população do estado de São Paulo, que a do Brasil como um todo. Isso indica que haverá um declínio na influência dos imigrantes e seus descendentes, mas que ela se preservará considerável nas próximas gerações.

Segundo, no que concerne à última conclusão de Lowrie, parece que as diferenças ligadas a padrões étnicos e nacionais de vida transplantados e às distribuições por idade ou por sexo inerentes ao processo imigratório tendem a tornar-se menos efetivas (73). À medida que as estratificações demográficas regionais tendem, caracteristicamente, para configurações definidamente “urbanas” ou “rurbanas”, aquelas diferenças são absorvidas por outras influências, associadas a fatores demográficos ou sócio-econômicos locais ou regionais. Essa asserção funda-se nos resultados das análises dos cen-

(72) — S. H. Lowrie, *op. cit.*, p. 44.

(73) — Para evitar confusões, seria necessário ressaltar que o emprêgo do conceito de padrão de vida, neste capítulo, não coincide com o sentido que lhe atribui Lowrie (para o mesmo fim descritivo, teríamos dado preferência ao conceito de nível de vida). Esta ponderação se faz importante (especialmente à vista da análise desenvolvida no trabalho citado, das pp. 38 e da conclusão parcial número 4, aí formulada), pois do contrário poderia parecer que suas canclusões se chocam com o aproveitamento que delas fazemos, quando tal não ocorre.

sos de 1940 e de 1950, feitas por Mortara e seus colaboradores, e alimenta a suposição de que a última alternativa da conclusão número 4 (ou seja, da neutralização dos efeitos de um coeficiente de natalidade estrangeira mais elevado), constitui a hipótese plausível, pelo menos com referência à cidade de São Paulo.

Essa digressão sobre a importância da imigração no crescimento demográfico de São Paulo relaciona-se de duas maneiras com o propósito desta parte do nosso trabalho. Em primeiro lugar, as proporções e os efeitos da “substituição populacional” não foram as mesmas para todas as camadas da população paulistana. No que se refere ao branco da “plebe” e ao negro em geral, em processo de plebeização, ocorreu de fato, sob muitos aspectos, uma substituição *strictu sensu*, de caráter competitivo e temporário. A análise feita no capítulo anterior parece ser conclusiva, no que concerne à situação do negro e do mulato. Embora o “estrangeiro” não tenha, literalmente, “tomado o lugar do negro”, este não suportou as condições de competição com o imigrante, criadas pelo trabalho livre e pela expansão da economia capitalista. Nesse sentido (e somente neste sentido), a presença do imigrante operou como um fator indireto de desalojamento do negro ou do mulato do sistema de produção e, portanto, de perpetuação indefinida do estado de anomia, responsável pelos índices negativos de crescimento vegetativo da “população negra”. Em segundo lugar, cumpria estabelecer, tão claramente quanto fôsse possível com os conhecimentos disponíveis, o que a urbanização representou, em termos demográficos, na cidade de São Paulo. A ligação das diversas camadas da população com as condições e as conseqüências do processo variam de modo considerável. Através de evidências indiretas, observa-se que o elemento nativo sofreu, de forma geral, um impacto que nem sempre foi absorvido e neutralizado satisfatoriamente. Os grupos que, não dispunham de meios favoráveis de localização dentro da estrutura urbana, em desenvolvimento rápido e tumultuoso, acabaram sofrendo mais intensamente os efeitos negativos da substituição populacional, vinculada demográfica, econômica e socialmente à urbanização. Os negros e mulatos faziam parte dos grupos populacionais ao mesmo tempo mais desprotegidos e menos aptos em face dos riscos e das exigências da expansão urbana. Por isso, as desvantagens relativas do elemento nativo podiam adquirir, para eles, expressão muito mais grave. E’ difícil avaliar-se, objetivamente, como as coisas se passaram. Mas, parece incontestável que o “déficit negro”, no que ele tinha de caracterizável e de marcante, precisa ser entendido à luz do processo de alteração da estrutura demográfica da cidade e dos

fatôres que determinaram o curso de sua manifestação e a natureza dos seus efeitos.

Dêsse ponto de vista, a contribuição de Lowrie é a única que nos oferece um ângulo sugestivo para avaliar o incremento relativo dos vários grupos de côr da cidade, distinguindo-se, no grupo branco, a quota de moradores de **origem brasileira** da quota de **origem estrangeira**. De acôrdo com seus cálculos seria legítimo estimar o coeficiente de aumento de estrangeiros como sendo uma vez e meia ou duas maior que o de nativos. De acôrdo com essas avaliações a população do estado de São Paulo apresentaria em 1934 (74):

1) de acôrdo com a primeira avaliação:

Brasileiros de pais brasileiros	3.456.000 (53,72%);
Brasileiros de pais estrangeiros e imigrantes	2.977.000 (46,28%);
Total	6.433.000 (100,00%).

2) de acôrdo com a segunda avaliação:

Brasileiros de pais brasileiros	3.130.000 (48,66%);
Brasileiros de pais estrangeiros e imigrantes	3.303.000 (51,34%);
Total	6.433.000 (100,00%).

Lowrie não reproduziu os cálculos tendo em vista o crescimento demográfico da cidade de São Paulo. Contudo, ambas as avaliações podem ser consideradas baixas, tendo-se em vista o grau de concentração de estrangeiros na Capital (75). Tomando como ponto de referência o censo de 1893, com essas estimativas seria possível estabelecer várias presunções de certo relêvo. Pelos dados censitários, o aumento dos dois grupos da população, entre 1893 e 1934, teria obedecido às seguintes proporções: nacionais, aumentaram pouco mais de 12,5 vêzes; estrangeiros, aumentaram pouco mais de 4 vêzes; segundo os cálculos fornecidos pelas estimativas de Lowrie, nesse período a população paulistana de origem brasileira teria aumentado de quase 8,5 a quase 9,5 vêzes; e a de origem estrangeira teria

(74) — Ver S. H. Lowrie, *Imigração e Crescimento da Cidade de São Paulo*, op. cit., pp. 41-44 e, especialmente, quadro XII e gráfico VII.

(75) — Os dados do censo de 1920 mostravam que 35,4% da população do município da capital era estrangeira, enquanto que a porcentagem de estrangeiros na população total do estado de São Paulo seria de 18,1%. Doutro lado, a proporção de nascimentos de filhos de pais estrangeiros apresenta o mesmo contraste (no período de 1920-1928): Capital, 53,9%; todo o Estado, 31,7% (ver Lowrie, op. cit., Quadro IV, p. 15).

aumentado de quase 6 3/4 a quase 7,5 vezes. Comparando-se essas indicações, quanto ao negro e ao mulato, aos dados fornecidos pelo censo de 1940 — o único que introduz discriminação quanto à cor (76) — constata-se que o incremento comparativo da população negra e mulata da Capital teria sido relativamente menor. Assim, entre 1893 e 1940, o número de mulatos teria aumentado mais de cinco vezes; o de negros, mais de dez vezes e meia; e o de negros e mulatos, em conjunto, sete vezes e meia. Como em 1940 a quota de negros e mulatos acumulava, pelo menos, o acréscimo resultante das migrações internas, particularmente intensas no segundo quinquênio da década de 30 — para não se mencionar o crescimento vege-

(76) — Poder-se-ia estabelecer, conjecturalmente, uma estimação grosseira da distribuição dos grupos de cor e por nacionalidades na população paulistana de 1934. Como sugerimos acima, com base em porcentagens propostas por Lowrie e tomando como referência o censo de 1940, poder-se-ia admitir que 8,5% seria uma porcentagem presumivelmente adequada para estimar o número de negros e mulatos na população de São Paulo em 1934. Tomando-se os dados do censo de 1934 indicados por Oscar Egídio de Araújo ("Latinos e Não-Latinos no Município de São Paulo", loc. cit.), chegaríamos à seguinte distribuição por cor:

Branços	940.817	(91,05%)
Negros e Mulatos	87.822	(8,50%)
Amarelos	4.563	(0,44%)
Total	1.033.202	(100%)

Com essas suposições e partindo das duas avaliações com que operamos acima, extraídas de Lowrie, teríamos:

1) primeira avaliação:

Branços de origem brasileira	467.214	(44%)
Branços de origem estrangeira	473.603	(46%)
Negros e Mulatos	87.822	(8,5%)
Amarelos	4.563	(0,44%)
Total	1.033.202	(100%)

2) Segunda avaliação:

Branços de origem brasileira	414.934	(40%)
Branços de origem estrangeira	525.883	(51%)
Negros e Mulatos	87.822	(8,5%)
Amarelos	4.563	(0,44%)
Total	1.033.202	(100%)

Com base nessas estimativas, grosseiramente conjecturais e, portanto mero ponto de referência para fazer suposições arbitrárias com certa plausibilidade, o incremento comparativo dos vários grupos de cor, entre 1893 e 1934, obedeceria às seguintes proporções: brancos de origem brasileira, teriam aumentado de pouco mais de nove a dez vezes e um quarto; brancos de origem estrangeira, teriam aumentado entre pouco mais de seis vezes e meia a quase sete vezes e os negros e mulatos, por hipótese (cf. acima, pp. 92 e nota 28), teriam aumentado de seis vezes.

tativo desse grupo de côr da população, que registra saldos negativos no período considerado — é patente sua inferioridade quanto ao ritmo de aumento dos grupos de côr branca, embora essa inferioridade seja maior (como seria de esperar-se), quanto à população branca de origem brasileira. Introduzindo-se um artifício de avaliação, pode-se conjecturar que esta última teria aumentado entre 9 e 10 vezes, de 1893 a 1934, enquanto a população branca de origem estrangeira teria aumentado de 6,5 a 7 vezes e a população negra e mulata mais ou menos 6 vezes (77). Não obstante, tais conjecturas são arbitrárias e só servem para ilustrar deduções que podem ser feitas, com certa margem de segurança, através das indicações do censo de 1940.

Por precárias que sejam as informações disponíveis, elas permitem verificar que o incremento comparativo da população negra e mulata da cidade de São Paulo apresenta grande vitalidade. E, o que é mais importante, essas informações permitem concluir que a fonte desse incremento tem sido as migrações internas, no período considerado, principalmente as migrações do interior para a Capital do Estado. Essa conclusão, que acreditamos incontestável, possui enorme importância sociológica. Ela evidencia que a “população negra” **não tendia a desaparecer**, como se supôs, e **continuou a aumentar**, ao contrário, sem contudo alcançar um padrão dinâmico de equilíbrio demográfico vinculado à estrutura da vida urbana. Na melhor das hipóteses, isso significa que a correção do “déficit negro” sempre foi meramente quantitativa e exterior (para não dizer aparente). Os efeitos da mobilidade horizontal, associados à atração urbana e à instabilidade ocupacional do homem rústico, e as consequências do “branqueamento” pressupõem fatores estruturais de **persistência secular**. Eles só seriam neutralizados se ocorressem transformações profundas no recrutamento ou na socialização dos agentes humanos que compõem as massas migrantes dos trabalhadores nacionais e se deixassem de operar as influências que tornam imperativas certas identificações com a “raça dominante”. A parte desse “déficit” que nasce do pequeno excesso da mortalidade sobre a natalidade poderia ser corrigida de forma definitiva e comprovável no período de tempo considerado. Mas sob uma condição: que a urbanização dos níveis e dos padrões de vida do negro e do mulato tivesse obedecido a um ritmo inicial intenso e a uma aceleração constante. Ora, tal coisa não se deu, apesar da contínua renovação da população negra e mulata ter favorecido a persistência de certos atributos demográficos favoráveis, relacionados com as característi-

(77) — Consulte-se a nota anterior.

cas de “populações jovens” e “migrantes”. Embora ainda se conheçam mal as causas desse fenômeno, parece claro que ele resulta, na cidade de São Paulo, da perpetuação indefinida de fatores que dificultam o ajustamento rápido do negro ou do mulato ao “estilo urbano de vida” e das condições negativas daí decorrentes, as quais interferem restritivamente em suas possibilidades de competir, de modo vantajoso, com outros grupos populacionais no plano biótico.

O essencial, portanto, não está nas proporções nem no teor aparentemente catastrófico do “déficit negro”, mas no que ele representa como índice demográfico de um desajustamento de caráter estrutural e persistente. A situação econômica, social e cultural aparece, assim, como regulador inexorável do crescimento vegetativo da “população negra”. As características demográficas que poderiam contar vantajosamente, na competição biótica do negro e do mulato com o branco de origem nativa e estrangeira, acabaram sendo abatidas ou parcialmente anuladas, sempre em consequência das mesmas razões fundamentais. Como escreve Raul Joviano do Amaral, com sua dupla autoridade de estatístico e líder de movimentos sociais do meio negro: “A uma coletividade, a que tem faltado o mínimo de assistência e orientação, dizimada pelas mazelas, pelo analfabetismo, corroída pela fome e pelo vício, desprestigiada e marcada para os misteres mais humildes, que lhe não permitem melhoria acentuada; a uma coletividade minada por todos os fatores de desagregação social, que a coloca em condições favoráveis, propícias à desnutrição sucessiva e implacável, é de se notar a sua enorme vitalidade, a sua esplêndida resistência a tôdas as condições de forçado depauperamento físico e moral, que, se atuando em outros grupos hígidamente, originariamente, mais fracos, tê-lo-iam fatalmente reduzido já a índices ainda mais baixos que aos atribuídos ao grupo negro em 1950” (78).

Portanto, a “população negra” acompanha a tendência de crescimento demográfico geral da cidade. Porém, as coisas se passaram como se as sucessivas levas de negros e de mulatos, que se incorporam incessantemente ao “mundo urbano”, viessem reativar a caldeira que alimenta desequilíbrios funestos para o futuro daquela população. Ajustando-se à vida urbana em termos do que é mínimo para a sobrevivência, a “população negra” paulistana arcou, de maneira permanente, com transtornos demográficos que deveriam ser transitórios. Como assinalou Lowrie, nem tudo é visível com relação ao destino do negro e do mulato no Brasil, por causa do nosso pa-

(78) — Raul Joviano Amaral, *O Negro na População de São Paulo*, op. cit., pp. 70-71.

drão típico de “segregação rudimentar” e difusa (79). Contudo, as indicações demográficas oferecem uma espécie de radiografia dessa realidade camuflada, revelando-nos que o negro e o mulato subsistiram, indefinidamente, no primeiro estágio da “luta pela vida” das populações rústicas migrantes concentradas na **grande cidade**. Esse fato é que merece atenção central, porque evidencia que, quase meio século após à Abolição, o negro e o mulato ainda não tinham conquistado um nicho próprio e seguro dentro do **mundo urbano**, que fizesse daquele estágio um episódio de transição, inevitável mas transponível. Pagaram com o próprio corpo ou com a própria vida, ininterruptamente, os anseios de liberdade, de independência e de consideração que os animavam a “tentar a sorte”, usufruindo magramente das compensações materiais e morais da civilização urbana.

2 — Os Diferentes Níveis da Desorganização Social:

Essas conclusões levam-nos, diretamente, ao que é fundamental: as compensações individuais ou coletivas, oferecidas pela “vida na cidade”, não alteraram, substancialmente, a posição do negro e do mulato no sistema de relações econômicas e sociais. Em todo o período considerado, ambos mantêm-se no mesmo estado em que foram surpreendidos pela eclosão da ordem social competitiva e pela revolução urbana, completamente desfavorecidos pelos novos cri-vos sócio-econômicos de peneiramento profissional e, por consequência, totalmente incapazes de assimilar os novos padrões de vida, associados às ocupações urbanas mais promissoras e rendosas. A rigor, não ficaram apenas à margem do processo de crescimento econômico, inerente à revolução urbana paulistana. Partilharam de tal modo da rede de ocupações e de oportunidades abertas pelo “estilo urbano de vida”, que acabaram eternizando os inevitáveis desajustamentos iniciais, nascidos da crise do antigo regime, e convertendo-se rapidamente, em toda a plenitude, numa população em desorganização social crônica.

Para entender-se adequadamente esse fato é preciso compreender-se como a urbanização, a industrialização e a imigração se vincularam, dinamicamente, na evolução da cidade de São Paulo, no período que vai do fim do século XIX a 1930. Como vimos, o surto urbano paulistano coincide com a imigração e, sob muitos aspectos, é um complexo produto da combinação da expansão econômica interna, provocada pelas ramificações capitalistas engendradas pelos

(79) — Veja-se S. H. Lowrie, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., pp. 34-38 (especialmente as considerações teóricas iniciais).

“negócios do café”, com a implantação de uma nova mentalidade econômica, trazida principalmente pelos imigrantes. Nesse período, o crescimento econômico contínuo vai conferir à cidade uma autêntica autonomia progressiva sobre o campo. Em particular depois da guerra de 1914-1918, os efeitos da industrialização vão se fazer sentir com força especial, projetando na cena histórica brasileira um novo padrão de urbanização, que põe em primeiro plano os interesses econômicos, sociais e políticos da cidade propriamente dita. Quando se atinge essa fase, o fazendeiro deixa de ter importância como figura dominante específica e a primazia do jogo econômico passa, gradualmente, para as mãos do capitalista típico, instalado na “grande cidade”. Isso não significa, naturalmente, que a produção cafeeira perdesse o caráter de meio de acumulação de capital nem que o fazendeiro se tornasse, de um momento para outro, um agente econômico desprezível. Mas, que ele esgotara seu papel histórico, na transição da grande lavoura para uma economia capitalista diferenciada.

Nas condições econômicas e sociais que se criam, então, duas categorias sociais beneficiam-se, amplamente, com os proventos econômicos, sociais e políticos da industrialização: os que detinham os papéis de capitalistas, como “donos” das empresas nascentes; os que conseguiam vender sua força de trabalho, como “operários”. Embora os elementos nacionais se incluíssem em ambas as categorias, o negro e o mulato delas participaram em proporções ínfimas (80). Excluindo-se raros casos de mestiçagem em grandes famílias nacionais, o advento do capitalismo urbano e industrial foi prejudicial ao empreendedor negro ou mulato independente, inapelavelmente desalojado, como assinalamos, de todas as posições vantajosas que havia adquirido no passado. Quanto ao mercado de trabalho livre, também vimos como ele foi desfavorável aos elementos egressos da escravidão ou do trabalho livre associado ao regime servil. Poucos conseguiram classificar-se como “operários”, seja porque se temia a sua falta de preparo técnico: seja porque se valorizava preferencialmente o “trabalhador estrangeiro”; seja, enfim, porque os próprios “negros” e “mulatos” retraíam-se, candidatando-se de preferência às oportunidades de trabalho que lhes eram mais acessíveis. O fato da urbanização e da industrialização se darem, em grande parte, como conseqüência da imigração, concedia ao imigrante uma posição altamente vantajosa em relação ao elemento nacional, e, em segundo lugar, quase anulava as possibilidades de competição do negro

(80) — Para se ter uma idéia aproximada da composição étnica dessas categorias, quanto à nacionalidade, vejam-se, acima, os dados apresentados no quadro 12 (página 112) e, com referência a período mais recuado, páginas 15 a 17.

e do mulato, automaticamente deslocados para os setores menos favorecidos do conglomerado nacional.

O que nos importa, aqui, são as tendências características de transformação da estrutura econômica, social e política da cidade. Nesse período, na medida em que vão para o centro do palco os agentes econômicos típicos da “grande cidade”, fazem-se sentir, com vigor, os efeitos da substituição populacional, ocorrida ao longo de pouco mais de meio século de evolução urbana. Embora esses agentes contem independentemente de suas origens étnicas ou nacionais, eles são esmagadoramente “brancos” e de forma preponderante “estrangeiros” ou nacionais de ascendência “estrangeira”. Mesmo na categoria subordinada dos assalariados essa constante é visível e marcante, como acentua Lowrie, que explica o processo em termos dos requisitos psico-sociais das novas ocupações. “Não está ainda perfeitamente delineado o motivo da substituição do antigo elemento brasileiro pelo estrangeiro. Não será certamente aplicável a São Paulo a idéia comum dos americanos de que a substituição resulta da incapacidade de competirem os nacionais com os estrangeiros em baixos padrões de vida e em salários reduzidos, pois que, se bem que o padrão de vida e os salários dos imigrantes não sejam elevados no Brasil, tudo está a indicar que eles são ao menos iguais, se não superiores, aos dos trabalhadores nativos.” [...] “Ouve-se frequentemente a asserção de que o trabalhador estrangeiro é superior ao nacional, mormente para o trabalho que exige um prévio estágio de aprendizagem. Na indústria, particularmente, diz-se que certos tipos de trabalhos especializados têm que ser confiados aos estrangeiros ou a seus filhos nascidos no Brasil, em virtude de não se encontrarem brasileiros com o necessário conhecimento e prática para o desempenho dessas funções. O grande número de operários estrangeiros empregados na indústria vem corroborar — sem, todavia, provar — esta assertiva. O Recenseamento de 1920 registrou como estrangeiros, com 21 anos ou mais, metade dos trabalhadores industriais, sendo que nessa época apenas 34% da população total do Estado estava compreendida nessa classe de idade. Dos trabalhadores classificados como brasileiros grande parte era constituída por filhos de estrangeiros, dos quais, provavelmente, um certo número adquirira prática diretamente dos pais” (81).

(81) — Samuel Harman Lowrie, *Imigração e Crescimento da População do Estado de São Paulo*, op. cit., pp. 31-32. Sobre as relações entre urbanização, industrialização e imigração na cidade de São Paulo, cf. p. 34 e seguintes. Sobre os efeitos globais do regime competitivo na substituição do trabalho negro em geral, cf. Pierre Denis, *Le Brésil*, Caps. VII e XII.

Portanto, as condições dinâmicas, que ligaram a urbanização à imigração e ambas à industrialização da cidade de São Paulo, explicam porque o negro e o mulato não foram reabsorvidos pelo sistema ocupacional urbano. As posições “altas” ou “intermediárias” estavam fora de cogitação, pois a elas só podiam concorrer os elementos das camadas dominantes e os estrangeiros ou descendentes de estrangeiros em ascensão. As posições criadas pelo trabalho assalariado, graças à expansão urbana e à industrialização, caíam na esfera em que era mais intensa e dura a concorrência com elementos estrangeiros ou nacionais (em menor proporção), tidos como mais aptos, competentes e produtivos. Assim, a questão de como “ganhar a vida” surgia como um grave dilema para o negro e o mulato. Malgrado o afastamento do regime servil, nada alterara o estado de coisas que produzira o inevitável desajustamento estrutural do antigo agente do trabalho-escravo no regime competitivo. As posições mais cobiçadas, mantinham-se “fechadas” e inacessíveis; as posições “abertas”, eram seletivas segundo critérios que só episodicamente podiam favorecer pequeno número de “elementos de côr”. O negro e o mulato, que ficaram à margem da eclosão da ordem social competitiva, continuavam na mesma situação em seus desdobramentos históricos posteriores. O primeiro surto industrial, provocado pelo desenvolvimento urbano prévio, iria beneficiar, ainda mais, os agentes humanos “nacionais” ou “estrangeiros” que haviam logrado posições estratégicas na estrutura ocupacional e econômica da cidade. Os demais — e com eles o grosso da “população de côr” — teriam de aguardar o futuro, mobilizando apenas parcialmente sua capacidade de trabalho e desfrutando um nível de vida rústico, pré-capitalista e anti-urbano.

Sem ter como “ganhar a vida” em ocupações e níveis de renda conspicuamente urbanos, o negro e o mulato não podiam absorver o “estilo urbano de vida”. Como acontecera antes, na fase incipiente de formação da ordem social competitiva e da revolução urbana, moravam **dentro** da cidade, sem pertencer a ela de corpo e alma. Como as motivações e os sentimentos vigorosos, forjados pela luta abolicionista, deixassem de operar, o impacto dessa situação tornava-se ainda mais destrutivo e desalentador. Antes, o ócio disfarçado ou a vagabundagem ocasional apareciam como um expediente de auto-afirmação, um meio para resguardar a liberdade e a dignidade da pessoa. Agora, já não possuem significado suplementar — a desocupação permanente desmoraliza o homem e o predispõe para a vadiagem sistemática. A mesma coisa acontece em outros níveis do comportamento humano, da exploração do trabalho da mulher à especialização na área do crime. O que soava como uma dra-

mática e ativa forma de protesto, por falta de melhor destino, degrada-se incessantemente, conduzindo seus agentes humanos pelo plano inclinado da miséria, da corrupção e do desalento coletivo.

E' extremamente difícil documentar essa faceta da vida do negro e do mulato na cidade. Os viajantes, os historiadores e os ensaístas deixaram de dar atenção ao negro, concentrando seu interesse nos imigrantes ou nos agentes econômicos típicos da "sociedade industrial". A variada e rica documentação contida na chamada "imprensa negra" (82), por sua vez, retêm mais os efeitos que as causas do drama do negro na cidade. Por isso, ela fornece boas pistas mas poucos dados conclusivos para explicar o que aconteceu. Através de alguns documentos pessoais, especialmente algumas histórias de vida e entrevistas focalizadas nos perfis de carreira do negro ou do mulato, conseguimos estabelecer as linhas dessa interpretação geral e comprovar que, de fato, a impossibilidade de "ganhar a vida" de maneira segura, compensadora e constante, através de ocupações conspicuamente urbanas, está na própria raiz de todos os males que se abateram sobre a "população de côr" da cidade de São Paulo. A absorção de novos padrões de comportamento e do "estilo urbano de vida" dependia, naturalmente, da aquisição prévia e em larga escala das formas de "ganhar a vida" produzidas e reguladas pelo desenvolvimento da civilização urbana e industrial. Enquanto e na medida em que se viam excluídos de tais formas de "ganhar a vida", o negro e o mulato não tinham como participar econômica, social e culturalmente daquela civilização. Ficavam condenados a um isolamento disfarçado, ajustando-se deficientemente ao mundo urbano, através da herança sócio-cultural transplantada do antigo passado rústico do "escravo" e do "liberto".

As indicações coligidas evidenciam que, no decurso da expansão urbana, a situação do negro e do mulato no sistema ocupacional da cidade, por volta de 1920, era sensivelmente pior que antes. Em uma das histórias de vida, o informante adiantou-nos que "eram raros os negros que tinham profissão, como pedreiro, carpinteiro, barbeiro, alfaiate, sapateiro. Eram profissões difíceis e os negrinhos aprendizes tinham dificuldade em conseguir colocação". Nas fábricas, as oportunidades de trabalho raramente caíam em suas mãos, a menos que fossem "serviços de negros", descritos pelo informante, com êsse nome, como "os que os italianos não faziam, os serviços pesados e ar-

(82) — Sobre a variedade e o teor dessa imprensa, cf. esp. Roger Bastide, "A Imprensa Negra do Estado de São Paulo", *Estudos Afro-Brasileiros*, 2a. série, Boletim N.º 2 da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo s. d., pp. 50-78.

riscados para a saúde”. A mulher negra, por sua vez, “até hoje encontra dificuldade para ser aprendiz e chegar a ser tecelã”, tendo de contentar-se com os emprêgos como domésticas, principalmente junto às “famílias tradicionais”. “No comércio havia poucas pessoas de côr. Apenas duas ou três chapelarias tinham empregados negros; quando trabalhavam em casas de comércio, em regra êles exerciam ocupações braçais”. Por isso, os negros e os mulatos que quisessem ganhar a vida sujeitavam-se aos “serviços de negros” (de faxina, como carregador, de pá e picareta, etc.). Em sua maioria, êsses serviços eram mal pagos e requeriam pouca ou nenhuma qualificação. “No comêço de minha vida de adulto [por volta de 1920], os negros tinham profissões domésticas. Realizavam todos os serviços de casa. Os cocheiros eram geralmente brancos, mas os que cuidavam dos cavalos eram negros. O cocheiro era um sujeito importante, que tinha uma cartola assim... Nas pensões, os serviçais eram negros. Havia, mesmo, lavadores de casas, que faziam ponto num determinado lugar”. “Os negros fortes eram bem vistos para servirem de capangas para garantir seus patrões ou mostrar que se mexessem com êles teriam de se haver com um negro”. “Havia advogados e médicos que tinham um negro para tomar conta do escritório”. Ser motorista particular, pequeno funcionário público (como serventes, bedéis e escriturários, mas também em serviços de pá e picareta e como lixeiros) e investigador da Polícia era algo considerável. Tais emprêgos só podiam ser obtidos por aquêles que dispusessem de forte proteção de “algum figurão branco”. As exterioridades no vestir e o nível de vida estabeleciam a distinção entre os “negros pobres” e os “negros de elite”. “A vida do negro dividia-se (o informante refere-se a 1924-1926) em: 1.º) negros que freqüentavam salões de baile no centro, considerados elite; 2.º) negros de bairro, chamados de brim por causa do tecido das roupas que usavam. Os primeiros eram os que trabalhavam nas repartições públicas, os choferes, ganhavam mais e andavam melhor trajados — os motoristas, por exemplo, gastavam mais nos bufês dos salões de baile e não admitiam a aproximação dos outros, oprimidos, mais ignorantes. Os segundos, embora com menos dinheiro, eram mais independentes, não estavam encostados nos brancos, recebendo proteção e os bajulando”. Seria possível, aproveitando-se os dados arrolados pelo Coronel Dr. Arthur Lobo da Silva, ter uma imagem mais completa da distribuição das ocupações pelos diferentes grupos da população, mas com referência a todo o Estado de São Paulo. A amostra em questão dizia respeito a indivíduos convocados para o serviço militar; abrangia pois, uma parcela da população que tendia para posições “baixas” ou “intermediárias” na estrutura ocupacional. E’ provável que apresentasse, por isso, uma

concentração maior de “pessoas de côr”. O quadro 13 coordena os referidos dados, sob nôvo arranjo e com o cálculo das percentagens.

Na verdade, prevalecia a maior incerteza quanto à conquista e à preservação de uma fonte estável de ganho. A maioria precisava viver de “expedientes” — pequenos serviços, prestados aqui e ali, sem nenhuma perspectiva de engajamento assalariado. O fato de possuir ou não qualificações profissionais não constituía uma garantia de obtenção de emprêgo. Um exemplo é esclarecedor — “um bom pedreiro frentista, vindo da Bahia onde aprendeu o ofício desde menino, precisou trabalhar uma semana em experiência porque o mestre da obra não acreditava que êle fôsse capaz de fazer aquê-le serviço”. Mas, mesmo depois de obter o emprêgo, ficavam permanentemente sujeitos a contratempos. Na história de vida de um dos informantes há um episódio esclarecedor: conseguiu colocar-se como empregado de escritório em banco. Depois de certo tempo, quando pensava que tudo iria bem em sua vida, trocaram o gerente do banco. O nôvo chefe “me manda limpar os sapatos dêle. Disse-lhe violentamente que tinha cuidado de suas acomodações porque tinha ficado encarregado disso, mas que era empregado de escritório e não me cabia fazer o que me havia mandado. “Negro é para isso mesmo”, respondeu-me. Cateio-o pelos colarinhos!... A intervenção de colegas impediu que lhe desse na cara”. O acaso regulava o aproveitamento ocupacional do negro e do mulato e nada restringia a enorme mobilidade, que os levava a borboletear de serviço em serviço, à cata de uma oportunidade efetiva, de melhor remuneração e também de consideração humana. Homens e mulheres começavam a trabalhar na mais tenra idade, nas barbearias, nos depósitos de lenha, nas oficinas ou nas casas de família; e trabalhavam duramente até o fim da vida, mal ganhando para o próprio sustento e a alimentação dos filhos. Vários informantes indicaram que as mães solteiras trabalhavam onde podiam, e quando não encontravam serviço, tinham de recorrer à mendicância e à prostituição ocasional. Os filhos auxiliavam o orçamento doméstico como podiam; “nós, negrinhos, éramos todos chamados de moleques. As famílias gostavam de nos ter para recados e entregas”. Enfim, prestando pequenos serviços, aprendiam “na escola da rua” a **viver de expediente**, ganhando “alguns níqueis” com que concorriam para “o sustento da casa”.

Em suma, o “negro ordeiro” precisava conformar-se com um duro e triste destino. Diante dêle só se abriam as perspectivas oferecidas por uma sorte de especialização tácita, involuntária mas quase insuperável, que o mantinha eternamente prêso aos “serviços de negro”, que consumiam o físico e o moral do agente de trabalho, dan-

do-lhe em troca parca compensação material e uma existência tão penosa quanto incerta. Por isso, não é de estranhar-se que muitos preferissem trilhar outro caminho, para “não ser otário”, “não bancar o trouxa” ou “não vender o sangue como escravo”. O **vagabundo**, o **ladrão** ou a **prostituta** enfrentavam riscos bem menores e construíam um destino comparativamente melhor. Em certo sentido, só eles conseguiam êxito e podiam ostentar os marcos dos seus triunfos no gênero de vida que levavam, na roupa que vestiam e no fascínio que acabavam exercendo na imaginação dos outros. Uma prostituta que visitasse a afilhada no cortiço ou fôsse levar a mesada para a mãe portava-se como “grande senhora” e certamente era vista como tal, mesmo por aqueles que aparentavam desprezá-la... O **vagabundo** contumaz que explorasse uma, duas ou mais amantes e praticasse roubos ocasionais e, principalmente, o **ladrão** profissional levavam “vida de macho”, tinham sempre dinheiro e conseguiam, num “golpe de sorte”, o que os companheiros “ordeiros” mas “trouxas” não ganhavam durante anos de trabalho afrontoso e, às vezes, até no decorrer de uma vida de árduas privações. Portanto, a comercialização do vício não se impunha como uma conseqüência fatal e espúria da “escola do cortiço e das ruas”. A desorganização imperante no meio social imediato auxiliava, naturalmente, a aprendizagem na área do vício e do crime. Mas, não a impunha como um ajustamento desejável e preferível. Isto chegava a ocorrer porque os caminhos de auto-afirmação se achavam bloqueados. Os mais audaciosos, impacientes e bem dotados (física e intelectualmente), muitas vezes optavam pelo crime ou pelo vício para evitar o lento suplício e a humilhação dos “serviços de negro” e “para negro”. Na experiência de cada um era simples e fácil separar as duas coisas — aonde conduzia a vida laboriosa das “pessoas ordeiras” e a vida agitada dos “turbulentos”, que afrontavam simultaneamente as normas estabelecidas pela sociedade inclusiva e os valores estreitos das tradições rústicas do “meio negro”. Dêsse confronto, resultava uma verdade incontestável. O êxito evidente e reconhecível, o conforto e o respeito dificilmente poderiam ser logrados por outras vias que não passassem pela área do vício ou do crime. Além do sacrifício apagado e estéril dos que se destruíam para conseguir sobreviver, só o vício e o crime ofereciam saídas realmente brilhantes ou sedutoras de carreiras rápidas, compensadoras e satisfatórias. Por isso, ambas foram trilhadas com alguma sofreguidão pelos jovens, embora numa proporção bem menor do que supunham os brancos. Mas, ainda assim, numa escala que evidencia, sem subterfúgio, que ali se achavam as melhores **perspectivas de carreira** com que contavam os talentos jovens do “meio negro”. Ou seja, em outras palavras,

Quadro 13
Profissões Exercidas por Convocados ao Serviço Militar — Estado de São Paulo (1922-1923) (83).

P R O F I S S Õ E S

CÓR	Lavradores	Operários	Artistas*	Emprega- dos do Comércio	Emprega- dos Públi- cos	Profissões Liberais	Estudantes	Marítimos	Militares	Sem Pro- fissão declarada	Total
Branços	1.999 78%	1.202 80,19%	27 96,4%	691 90,8%	145 87,8%	70 97,2%	156 94,5%	3 42,8%	42 80,7%	45 81,8%	4.380 82%
Mestiços	377 14,7%	184 12,2%	— —	56 7,8%	16 9,6%	1 1,3%	9 5,4%	4 57%	3 5,7%	7 12,7%	657 12%
Pretos	173 6,7%	112 7,4%	1 3,5%	14 1,8%	4 2,4%	1 1,3%	— —	— —	6 11,5%	3 5,4%	314 6%
Caboclos	11 0,4%	1 0,06%	— —	— —	— —	— —	— —	— —	1 1,9%	— —	13 0,2%
Total	2.560 100%	1.499 100%	28 100%	761 100%	165 100%	72 100%	165 100%	7 100%	52 100%	55 100%	5.167 100%
Branços	45,6%	27,4%	0,6%	15,7%	3,3%	1,6%	3,6%	0,07%	0,9%	1%	10,1%
Mestiços	57,5%	29,5%	—	8,5%	2,4%	0,1%	1,3%	0,6%	0,4%	1%	10,1%
Pretos	55%	35,6%	0,3%	4,4%	1,2%	0,3%	—	—	1,9%	1%	10,1%
Caboclos	84,6%	7,6%	—	—	—	—	—	—	7,6%	—	10,1%

*) Artífices

(83) — Coronel Dr. Arthur Lobo da Silva, A Antropologia no Exército Brasileiro, op. cit.

nesse meio a diferenciação do comportamento ou da personalidade em direções desaprovadas socialmente constituía um fenómeno “normal” (84).

Este sumário escôço das indicações coligidas revela a natureza da grave contradição que se manteve suspensa, como um fantasma, sobre a “população negra” da capital nas três primeiras décadas do nosso século. Estabeleceu-se um verdadeiro e insuperável círculo vicioso entre a herança sócio-cultural, transplantada da senzala e do antigo regime, e a exclusão permanente do negro e do mulato das formas de “ganhar a vida”, nascidas da revolução urbana e industrial. Na medida em que podia ser identificado por aquela herança, o “negro” via-se barrado daquelas formas de ganhar a vida; e, na medida em que isso acontecia, êle não tinha nenhuma possibilidade real de absorção gradativa pela civilização urbana e industrial. Tornava-se cada vez mais fraco e indefeso, vítima de uma herança que repelia, mas da qual dependia para sobreviver socialmente. Assim, a vida em condições permanentes de desorganização social convertia-se numa tradição cultural e numa cadeia invisível. Esta só podia ser rompida, de modo insofismável, num ponto: quando o “negro” se atrevia a quebrar as arestas de sua concepção rústica do mundo e a afrontar o código ético da sociedade inclusiva. Então, para o seu bem ou para a sua ruína, o “marginal” e o “criminoso” apareciam como gente de sucesso, com destino próprio, — se não como autênticos heróis, pelo menos como alguém, como pessoas que escapavam, por seus méritos individuais, à mediocridade arrasadora da sina comum.

Criou-se, com o tempo, tôda uma mitologia sobre a miséria, a promiscuidade e o desamparo em que viviam, normalmente, uns três quintos da “população negra” da capital nessa época. Tal mitologia circulava tanto entre os “brancos”, quanto entre negros e mulatos. Todavia, ela só fazia justiça parcial à realidade. As evocações que conseguimos reunir mostram quadros turvos, chocantes e quase inconcebíveis na cena histórica brasileira. A moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência. Muito se falou a respeito das condições de vida no cortiço e das consequências do apinhamento concentrado de pessoas num quarto co-

(84) — Trata-se, pois, de uma situação análoga à que tem surgido em outras circunstâncias no mundo contemporâneo onde imperam condições parecidas (veja-se, a respeito, o notável estudo de J. B. Mays, *Growing Up in The City*, The University Press of Liverpool, 1954; uma sistematização teórica mais ampla, concentrada na análise psico-sociológica da importância adaptativa e integrativa da sub-cultura das associações de delinquentes, encontra-se em A. K. Cohen, *Delinquent Boys*, Routledge & Kegan Paul, Ltd., Londres, 1956).

mum. Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa, pois tinham um teto onde se abrigar. Um dos informantes mais fidedignos relata que “muitos não tinham onde morar”: “minha mãe mesmo chegou a dormir comigo e com minha irmã em uma privada, por falta de outro lugar”. Ao descrever o quarto, que compartilhava com ambas, afirma: “não havia cama, nem colchão. O chão era de terra batida. A cama era uma esteira velha. Não havia cobertas e nem roupa de cama”. Corresponder ao aluguel de um quarto no cortiço já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador. O pretendente “negro” podia ser rejeitado; algumas vezes por causa da cor mas também porque o locador temia pela regularidade dos pagamentos. Só quando conseguia boas referências é que acedia na locação. “Em cortiços onde havia promiscuidade de italianos, espanhóis e negros, relata um informante, êstes tinham que fazer uma vida mais engraçada: conseguir graças por graças. Precisavam estar em boa situação com os senhores, porque estavam sempre em dificuldades econômicas. A condição do negro era de subserviência. Muitos alimentavam-se com as sobras de comida que as cozinheiras traziam da casa dos patrões, à noite, depois de um dia de trabalho. Por outro lado, havia repulsa aos negros sem índole boa, que chamavam os italianos de carcamanos, sujos, comedores de cebola. Isto era motivo de choques nos cortiços e levava à investigação dos antecedentes, sempre que um negro aparecia querendo quarto”. Outro informante assinala que, nessa época, o negro e o mulato formaram “o ideal de viver em cortiço”, o qual se arraigou profundamente, em seu entender, “na gente negra”. Não sabiam o que era “decência” e “conforto”, preferindo morar assim, em habitações coletivas, na proximidade de numerosas famílias estranhas. Mesmo depois de conseguir o suficiente para alugar uma casa, gostavam mais do porão ou do cortiço, citando o exemplo do próprio cunhado, que pagava mais pelo alojamento em um cortiço do que gastaria de aluguel em uma boa casa isolada, de arrabalde.

O locatário convencional de um, dois ou três quartos, com cozinha independente ou comum, era o chefe da família — a mãe solteira, o pai, o amásio da mãe ou o padrasto. Mas, mesmo no caso de possuírem só um quarto, não havia limite certo ou fixo para o número de pessoas que compartilhavam da moradia. Por isso, poder-se-ia definir tal ocupação da residência como ocorrendo sob a forma de apinhamento concentrado: todos os componentes da família pequena — o pai, a mãe e seus filhos em número variável, de dois, três, quatro, a cinco, seis ou mais; outras vezes, em lugar do pai podia estar o padrasto ou o amásio da mãe e, vice-versa, a ma-

drasta ou a amásia do pai; além disso, podia compartilhar do mesmo quarto um parente (mãe ou irmã da espôsa ou do marido, um primo ou cunhado, etc.), um conhecido ou um amigo. Quando um filho ou filha se casava e não podia montar casa, também podiam passar a viver naquela moradia, por tempo indefinido, juntamente com os filhos que tivessem; e nada podia impedir que um filho, um irmão, outro parente qualquer ou um amigo, “sofrendo um revés na vida”, fôsse se alojar, enquanto “durasse a precisão”, sob o mesmo teto. Em consequência, alguns “alojamentos”, como os descreve um dos informantes, continham elevado número de moradores. Os cortiços mais célebres foram construídos com fitos exclusivamente comerciais: em condições anti-higiênicas, mal ventilados, mal iluminados e com pequeno espaço útil. E’ fácil imaginar o que acontecia; a habitação expulsava os moradores para a rua. Os que trabalhavam fora, com freqüência saíam pela manhã e voltavam à noite. Mas, os que estivessem desocupados ou semi-ocupados permaneciam mais tempo, em contacto íntimo com outros no quarto. Nada se ocultava dos demais, rezando a crônica que os menores pressentiam ou assistiam até às relações sexuais dos adultos. Doutro lado, como as paredes muitas vêzes eram meros tabiques ou estavam em ruínas, o palco era mais amplo. Ouvia-se e via-se também o que se passava nos quartos vizinhos. Um dos informantes evocou a seguinte lembrança de sua infância: “assisti uns negros assaltarem armados uma negra que vivia no quarto ao lado e pegarem-na à fôrça, um pela frente outro por trás”.

As informações coligidas permitem inferir que a co-habitação sob a forma de apinhamento refletia-se de modo direto na desorganização da vida sexual. As crianças aprendiam precocemente os segredos da vida, sabendo como os adultos procediam para ter prazer sexual, como se perpetua a espécie e se processa o parto, quando iriam receber um nôvo irmãozinho, etc. Nos casos em que o marido ou o amante não saíam ao mesmo tempo que a mulher para o trabalho, por serem biscateiros, malandros, ou bêbedos contumazes, acabavam ficando em casa grande parte do dia e levando para lá seus amigos. Daí nasciam não só relações perigosas para os menores, como vários tipos de incentivos ao vício. O padrasto ou o amásio tendia a aproveitar as oportunidades para seduzir a filha da companheira e para entreter-se sexualmente com meninos ou rapazes do mesmo sexo. Também podia ocorrer o inverso: a madrasta ou a amiga seduzir o filho do companheiro. Pudemos registrar certo número de informações concordando sôbre ambas alternativas. Por fim, as próprias crianças acabavam achando atrativos na atividade sexual: serviam-se uns aos outros, segundo os informantes já com

cinco ou seis anos, embora fôsem os meninos e as meninas púberes os mais empenhados em aproveitar essa fonte de prazer. Então, tanto ocorriam relações heterossexuais entre irmãos e irmãs ou entre primos e primas; quanto podiam formar pares ou círculos homossexuais, de que eventualmente participavam os amigos da vizinhança. O “abuso” do menor, de 13 ou 14 anos, era fato corriqueiro, contando-se entre os agentes até o irmão da mãe e mesmo o pai da menina. Na época, essa associação sexual favorecia a contaminação dos menores pelas doenças venéreas de seus parceiros sexuais. Não se opunha uma barreira à propagação dessas moléstias e muitos julgavam “natural” que as coisas corressem dêsse modo, não se atribuindo muita importância às peripécias da vida sexual das crianças, dos jovens e dos adultos. Afinal, diziam, “o negro nasceu para isso mesmo”! A “escola da rua” acabava produzindo efeitos análogos. Meninas e meninos eram atraídos para aventuras dêsse tipo, pelos companheiros ou por adultos, às vezes em troca de pequenas compensações. Uma informante relatou um caso típico, de uma mocinha de 15 ou 16 anos. Os pais saíam para o trabalho e ela ficava sòzinha. Fêz “más relações” e acabou sendo “infelicitada”. Quando o pai soube da história, ficou furioso: deu-lhe uma sova e expulsou-a de casa, como a “vergonha” e a “desonra” dêle. Quando isso sucedia, as mães procuravam ajeitar a situação e preparar o caminho para o retôrno da filha. Passados alguns dias, se não “caísse na vida”, elas voltavam para junto da família. As vizinhas faziam algum falatório, mas não se passava disso:

— “Sabe, a fulana já foi!”

— “Já?... Com quem, ein?”

— “Com fulano; ou: ela não quer dizer”.

Os meninos, por sua vez, não escapavam incólumes. Eis o que relata um informante, a respeito de suas experiências de rua: “Era comum aquêles negros pegarem um dos moleques e levar para o mato. Os que ficavam com pena, se é que ficavam, mandavam o garoto tocar uma punheta. Vi um negrão pegar um garoto e arrombá-lo. O negócio deu truta. Aquêles negros queriam pegar a gente e nos convidavam para ir no mato” [...] “Êles pegavam os garotos menos sabidos. Os garotos recatados passavam por aquilo naturalmente. Alguns, como o F., procuravam os homens. Eu era cheio de malícia. Cresci na rua. Eu sempre me safei”.

Na tradição cultural do “meio negro” entende-se que tudo isso sucedia porque o negro e o mulato “são mais quentes”, “vivem obcecados com o sexo” e “encontram maiores facilidades para conver-

ter o sexo num derivativo e numa fonte de prazer". Contudo, aponta-se a "promiscuidade" dos porões e dos cortiços como a "causa" dessas propensões e discute-se muito seus dois efeitos básicos a "mãe solteira" e o "filho natural". Informantes seguros acreditavam que a quase totalidade das jovens negras e mulatas "se infelicitavam" e (continuam a se infelicitarem) fora de qualquer compromisso de noivado ou perspectivas de casamento. Um deles afirmava que no passado a proporção seria de 100%; teria declinado, a seguir, para 85%. Suas opiniões foram contraditadas, porque os críticos admitiam que a última porcentagem seria exagerada: no máximo, ela andaria por volta de 90%!... Em consequência, o número de filhos naturais era e continua a ser muito elevado. Os rapazes e as moças envergonham-se disso, indicando pais supostos. Mas, se por uma razão ou por outra precisam exibir suas certidões de nascimento, verifica-se que são bastardos. Portanto, a própria "população de côr" percebeu, claramente, em que sentido a "promiscuidade" erigiu-se numa condição permanente de vida social anômica, produzindo efeitos que solapavam o equilíbrio da vida doméstica e das relações das gerações. Em troca de compensações eróticas, o "negro" desmoralizava-se duplamente: aceitando um estilo de vida em que se "inferiorizava" e no qual "inferiorizava" os outros continuamente; e "inferiorizando" as mulheres que iriam ser as mães de seus filhos e a estes próprios, ao longo de suas vidas, fazia-os arcar para sempre com a "vergonha" e com as "responsabilidades" de seus atos.

Esse rápido bosquejo desvenda as particularidades da situação de existência do negro e do mulato aglomerados na cidade. Espoliados das garantias sociais a que faziam jus e das quais necessitavam de maneira premente, expelidos dos centros de interesses vitais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento sócio-cultural da coletividade, descobriam no corpo humano uma fonte indestrutível de auto-afirmação, de competição por prestígio e de auto-realização. A idéia do homem ou da mulher **bestial** não se aplica ao seu comércio erótico. A tradição cultural do "meio negro" focalizou muito bem o significado do excesso erótico — um "derivativo" e uma fonte pura de "prazer". Só errou ao atribuir tal propensão à suposta **natureza humana** do "negro" e do "mulato". As coisas não se passaram assim simplesmente porque os homens e as mulheres dêsse etoque racial fôsem "mais quentes". Mas, principalmente, porque o "sexo" se erigiu na única área livre de exercício das aptidões humanas e numa esfera lúdica da cultura. Os jovens tentavam comprovar sua capacidade fecundadora de machos — convertiam-se em "coleccionadores de cabacos" e adquiriam com suas realizações eróticas uma notoriedade reconhecida e valorizada.

Os adultos do sexo masculino mantinham ou alardeavam o seu prestígio de “garanhões” — o senhor do prazer, o homem que “derruba” e “derrete” as mulheres, diante do qual nenhum “branco” pode aguentar confronto. As moças ostentavam o prestígio simétrico: atraíam os machos, fazendo-os “enlouquecer”, para realizarem sua masculinidade através delas, em rosário, porque o sortilégio de seus corpos prende e perde a todos. As mulheres adultas por sentirem-se, assim, na corrente da vida, dando e sentindo prazer, mantendo os homens em derredor de suas saias, submetidos à sua feminilidade e sucumbidos aos encantos de suas habilidades ocultas. No significado que o “sexo” e as “atividades eróticas” assumem, dentro desse contexto emocional, técnico e moral, sobrevivem algumas das associações mais profundas das tradições africanas. Entretanto, a continuidade cultural não é, em si mesma, relevante para a nossa descrição e a nossa análise. O que importa, aqui, é o fato elementar de que o “negro” foi despojado e excluído de tudo — menos do seu corpo e das potencialidades que ele abria à condição humana. Tudo acabou gravitando em torno do “sexo” e da “arte erótica”, porque foi nesse terreno que o “negro” e o “mulato” viram abertos diante de si todos os caminhos que conduziam ao prazer e à perdição, mas também levavam à redenção e ao amor.

O lado dramático dessa situação não está, portanto, na área em que se deu a auto-afirmação do “negro” e do “mulato”. Mas, no caráter de pura explosão erótica apresentado por essa auto-afirmação. Nenhuma disciplina interna ou exterior sublimava o teor emocional ou o sentido moral do “prazer sexual”. Ora, tal coisa não sucedia nas tradições tribais perdidas: nelas, a vitalidade, a alegria e a pureza do prazer sexual exprimiam-se segundo certas regras, que incluíam o respeito por si e pelo parceiro da atividade erótica (85). Foi a escravidão que suprimiu essas barreiras e toda a delicadeza ingênua mas refinada que coroa a ligação do homem e da mulher segundo os modelos tipicamente africanos. Impedindo a escolha dos parceiros e até dos momentos para os encontros amorosos, obrigando uma mulher a

(85) — Seria interessante reportar-nos aos esclarecimentos de Gilberto Freyre a respeito da sexualidade do africano, do português e do indígena (cf. esp. Casa Grande & Senzala, Schmidt-Editor, Rio de Janeiro, 1938, p. 67 e 229 e sets., onde se encontram também as referências bibliográficas essenciais), os quais evidenciam a falta de base de muitas convicções correntes sobre a matéria e acentuam a importância que teve a escravidão como fator de deterioração do comportamento sexual dos negros e dos mulatos. Uma boa perspectiva do significado, importância e ordenação das atividades eróticas na vida tribal africana pode ser conseguida através do invulgar estudo de I. Schapera, *Married Life in an African Tribe*, Sheridan House, New York, 1941 (sobre as relações sexuais, consulte-se, especialmente, o cap. VII e pp. 50-63, 74-82).

se pode mandar nos filhos dos outros”; o pupilo, por sua vez, se já fôsse crescido, achava que só o pai ou a mãe tinha “direito de bater e de mandar nêle”. Aliás, mesmo na presença da mãe contava com ampla liberdade. Na Bela Vista, por exemplo, a maioria das crianças “viviam na rua”, ou seja, saía de casa desde cedo, encafuando-se em outros cômodos do cortiço, ou ia brincar no mato, nos terrenos baldios e nas vias públicas, quase sempre junto com companheiros mais velhos. Logo aprendiam que só podiam contar consigo próprias e o gênero de “safadezas” que precisavam evitar, para que os companheiros mais velhos “não apraveitassem delas”. A pior situação seria a da “criança abandonada”, em regra filha de mãe solteira, e que “ficava encostada” na casa de alguém. Mais que os outros, cresciam e desenvolviam-se sob a indiferença dos adultos e sem saber propriamente o que fôsse um lar. Um dos sujeitos das histórias de vida, que vivia com a mãe e a irmã, “ao Deus dará”, relata o deslumbramento que sentiu, por volta de 1911, ao passar a viver, aos dez anos, na casa de um italiano. Viu, então, “o que era viver no seio de uma família, o que entre eles [os italianos] era coisa séria”. “Gostava porque comia na mesa...” e podia apreciar em que consistia “viver como gente”.

A penúria reinante dificultava a vida de todos. A inconsistência dos laços de solidariedade social interferia claramente no clima das relações humanas. Ninguém gostava muito de ocupar-se com uma criança enjeitada, ficando às voltas com as “cabeçadas dos outros”, enquanto a própria mãe “continuava a sua vidinha, como se nada tivesse acontecido”. Mas, o ônus maior provinha dos sacrifícios que o encargo representava. Essa razão fazia com que a situação dos velhos e dos doentes crônicos ou incuráveis (principalmente quando inaptos para o trabalho) fôsse delicada e difícil. Prevalecia no espírito de todos (no deles inclusive) a convicção tormentosa de que constituíam “um pêso para a família”. Esse sentimento era disfarçado e, do ponto de vista prático, neutralizado pela noção de que se devia “ter paciência” e “aceitar a vontade de Deus”. Todavia, havia pouco que repartir na maioria das casas e “uma bôca a mais” rompia muitas vês inevitavelmente as fronteiras que separavam a **pobreza** da **miséria**. Está claro que aquelas pessoas não passavam nem pior nem melhor que os outros. As mesmas privações eram compartilhadas por todos. Talvez isso fêrisse o “orgulho” e endurecesse os corações, tornando poucas pessoas propensas a repartir sua fome, porque não fariam “o que deviam” e iriam ostentar, aos olhos de todos, aperturas sôfregamente disfarçadas. De qualquer jeito, as crianças, os velhos ou os doentes jamais podiam receber alimentação apropriada, tratamento adequa-

Os estudiosos da “população de côr” paulistana colocaram, em geral, maior ênfase em outros fatores da desorganização social do “meio negro”. De fato, o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, dos velhos e dos dependentes, a mendicância, a vagabundagem, a prostituição, as doenças e a criminalidade constituem problemas sociais de inegável importância na história cultural dessa população. Ainda hoje eles se fazem sentir, tanto estrutural quanto dinamicamente, na cadeia de fatores e de efeitos interdependentes que contribuem, de forma incessante, para desorganizar a vida social do negro e do mulato. No entanto, parece-nos patente que eles floresceram e se perpetuaram graças a certos **impedimenta** de natureza psico-social e sócio-cultural, que converteram a “explosão erótica” numa condição altamente desfavorável à constituição e à consolidação da família no “meio negro”. A ligação entre a “obsessão pelo sexo”, como preferem dizer alguns informantes, e a desorganização como verdadeiro “estilo de vida” de extensas áreas da “população de côr” paulistana, estabelece-se nesse nível. A maneira pela qual o sexo tomou conta dos centros de interesses dos indivíduos e de suas atividades em sociedade, tornando-se uma esfera de expressão artística, de competição por prestígio e de comunicação simpática (e, portanto, de associação comunitária) indica claramente a ausência ou a deficiência de certas influências socializadoras desencadeadas, dirigidas e reguladas pela família. Não foi a família que se desintegrou, como instituição social, e em consequência emergiram certas inconsistências na socialização dos indivíduos; mas, a própria família que não se constituiu e não fez sentir seu influxo psico-social e sócio-cultural na modelação da personalidade básica, no controle de comportamentos egoísticos ou anti-sociais e na criação de laços de solidariedade moral. Comprova-se isso, historicamente, por uma simples referência à política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava (87).

A inexistência da família como instituição social integrada ou, então, o seu funcionamento inconsistente, por estar formando-se em condições sumamente adversas, é que vêm a ser, do ponto de vista sociológico, os elementos centrais. Isso não significa que se deva ignorar ou subestimar o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, do velho e dos dependentes, a mendicância, a vagabundagem, a prostituição, as doenças e a criminalidade. Apenas, que êsses pro-

(87) — Sobre o assunto, veja-se R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo* esp. p. 96 e sets.

blemas sociais não devem ser encarados como “as causas” da desorganização social imperante no “meio negro” e que tão pouco devem ser compreendidos como fenômenos isolados. Em primeiro lugar, parece claro que êles eclodiram, se manifestaram e se perpetuaram de forma especialmente perniciosa, reincidente e destrutiva em virtude das debilidades institucionais da população negra e mulata da Capital. Se esta tivesse encontrado meios mais rápidos de participação da herança sócio-cultural da comunidade inclusiva e, particularmente, se tivesse absorvido mais depressa seus modelos de organização da família, é muito provável que aqueles problemas sociais não se propagariam nem se perpetuariam nas mesmas proporções. Em segundo lugar, também parece evidente que os mencionados problemas sociais produziram efeitos reativos em cadeia, que dificultaram sobremaneira a absorção de novos comportamentos e de novas instituições pelo negro e pelo mulato. Êles se tornaram, assim, obstáculos à participação eficaz da “população de côr” na herança social da comunidade inclusiva e contribuíram, ponderavelmente, para retardar sua integração ao estilo urbano de vida. Portanto, em termos específicos, sua influência negativa tópica não ia na direção de “desintegrar a família”, mas no sentido inverso, de impedir sua rápida constituição e consolidação. Isso permite formar uma imagem global da situação histórico-social considerada. A ausência ou as deficiências da família como instituição social integrada favorecia a emergência tumultuosa de desajustamentos e de comportamentos egoísticos, o que explica a amplitude e a virulência com que se manifestavam os referidos problemas sociais. Doutro lado, a incapacidade institucional de submeter tais problemas a contrôle ou, pelo menos, de corrigir socialmente seus efeitos mais destrutivos, fazia com que êles atuassem dinamicamente, como fatores de preservação ou de agravação do *status quo*, isto é, de perpetuação das condições vigentes de desorganização social.

Essas conclusões aconselham a dar maior atenção aos mecanismos de integração e de funcionamento da “família negra”, em torno dos quais iriam gravitar as outras influências negativas ou perturbadoras do ambiente. Em vista disso, nas páginas subseqüentes apenas evocamos alguns aspectos mais significativos daqueles problemas sociais, concentrando em seguida a descrição e a análise nas deficiências institucionais das funções socializadoras da família. Não obstante, na discussão final, de caráter interpretativo mais geral, e sistemático, procuramos situar, em conjunto, os efeitos estruturais e dinâmicos de todos os fatores psico-sociais e sócio-culturais a serem considerados numa descrição sociológica. Aí, num esforço de relativização e de compreensão globalizadora, examinamos as conexões es-

ce; e dos doentes), porém, a precariedade dos serviços públicos assistenciais não permitiria ir tão longe quanto seria necessário. Ainda hoje, a cidade não conta com um sistema assistencial modernizado e ajustável às vicissitudes da vida social urbana. O desinteresse pelo “negro” e, especialmente, alguns preconceitos, vindos do passado escravista ou reelaborados contemporaneamente, ditaram outra linha de conduta, adversa ao negro e ao mulato. Dois exemplos esclarecerão suficientemente esta asserção. Primeiro, havia certo zelo provinciano na repressão do namôro das adolescentes brancas e o Juizado de Menores intervinha ativamente nos casos de reincidência, chamando os pais à responsabilidade e forçando as famílias a zelarem pelo recato de suas filhas. Ora, o mesmo parecia não suceder com referência às “jovens de côr”. Toleravam-se sua presença nos bares e nos bailes ou suas andanças pelas ruas, até altas horas, e ninguém ligava às “más companhias”, que as desencaminhavam para “a senda do vício e da prostituição”. Diversos informantes idôneos asseveraram que os próprios agentes policiais toleravam abertamente essas ocorrências, porque “esperavam a sua vez para tirar proveito do desencaminhamento das jovens”. Por isso, ainda hoje subsiste a opinião, no “meio negro”, de que a Polícia e o Juizado de Menores seguiam uma política dúbia e que a “côr” interferia na aplicação das normas de fiscalização ou de repressão. Presunções do tipo “é negro mesmo”, “negro gosta é de viver assim” ou “isso está na massa do sangue do negro”, teriam concorrido para criar êsse clima de negligência ou de desprezo pela menor negra ou mulata. Não obstante, também houve quem nos adiantasse que “as autoridades se cansavam” de advertir, inútilmente, as “menores de côr” e suas famílias. Após várias experiências infrutíferas, muitos acharam melhor “largá-las a seu destino”, já que era isso que queriam. Quanto ao “abuso” de menores negras e mulatas por agentes da fiscalização e da repressão, está fora de dúvida que as ocorrências eram freqüentes. Segundo certas indicações, êsses agentes não trepidavam em favorecer o desenlace previsto, tomando iniciativas que os convertiam em verdadeiros agentes disfarçados e encobertos da corrupção. O outro exemplo diz respeito ao tratamento do “negro” pela polícia. O mecanismo repressivo funcionava, sob muitos aspectos, às avessas: persistia a avaliação perniciosa, herdada da sociedade escravocrata, de que o “negro” encarnava um perigo público. Homem ou mulher “de côr”, que perambulasse pela rua tresnoitado, provocava “desconfiança”, corria o risco de “ser recolhido pela carrocinha” e até “trancafiado no xilindró”. A suspeita generalizada de que o homem fôsse “desordeiro” ou “gatuno” e a mulher “vagabunda” ou “puta” engendrava êsses

em que o ajustamento ao trabalho era irremediavelmente precário e insatisfatório, aquelas cliques irrompiam na vida social dos adultos “direitos” como uma força potencialmente perniciosa, capaz de “desencaminhá-los”, de “transtornar a sua cabeça” e de impeli-los à identificação progressiva com o gênero de vida dos “negros malandros”. Nesse sentido, elas atuavam como um foco de perturbação das acomodações do negro e do mulato à comunidade urbana inclusiva e como um fator de afastamento do mundo social dos brancos. Quanto aos jovens e aos imaturos em geral, as cliques em questão preenchiam duas funções distintas. Primeiro, promoviam a sua iniciação precoce no uso das bebidas alcoólicas e incentivavam-os a valorizá-lo socialmente, como parte de um padrão de masculinidade e de independência fortemente discrepante das expectativas de comportamento consagradas pela sociedade inclusiva. Segundo, a participação e a lealdade para com aquelas cliques acarretavam influências socializadoras formativas, que davam relêvo aos temas, aos centros de interesses e aos valores nelas imperantes. O jovem e o imaturo aprendiam a importância do “sexo”, dos prazeres da vida, da ociosidade e de certos expedientes para “arrancar dinheiro até de pedra” — sobretudo, aprendiam a ser ariscos, “sabidos” e a contar consigo próprios para “sair dos apertos”. Enfim, travavam as primeiras ligações com o linguajar, o modo de ser e as realizações dos “negros malandros”, passando a depender das circunstâncias seu engajamento definitivo no mundo da malandragem. Essas três funções tornavam aquelas cliques temíveis, justificando cabalmente a oposição que lhes moviam os negros e os mulatos empenhados em ser aceitos e absorvidos na sociedade inclusiva.

Quanto aos ajustamentos individuais, o alcoolismo suscitava atitudes e ações que fomentavam, simultaneamente, seja a perpetuação das condições de anomia social no “meio negro”, seja o agravamento das tensões (vida de regra inconscientes) com o mundo social dos brancos. Ao tornar-se alcoólatra ou, pelo menos, ao converter-se em “bêbedo contumaz”, o indivíduo perdia a capacidade de manter seus precários ajustamentos profissionais em duas direções. Primeiro, insurgia-se contra a constância no trabalho e o emprêgo permanente. Passava a interessar-se mais em ter dinheiro em condições que facilitassem o aumento do ócio. Esse estado de espírito fomentava o relaxamento progressivo das obrigações profissionais, a preferência por “biscates” e até a substituição do trabalho por outros expedientes para conseguir dinheiro. Segundo, a partir de certo momento, podia “ficar impossível” — aparecer bêbado no serviço, ter necessidade de beber ou de curar a carraspana durante o trabalho, etc. Em alguns serviços masculinos, esses traços eram (e ainda po-

ção às oportunidades conferidas por aquelas acomodações tinha um inconveniente básico: elas deslocavam os centros de interesses da “vida profissional” para “outras coisas”. Em vez de preparar o negro e o mulato para competirem com os brancos na civilização industrial, elas concorriam para convertê-los num agente econômico deformado. Em primeiro lugar, exceptuando-se o pequeno número dos que compartilhavam de posições conspícuas estáveis do sistema ocupacional, a grande massa da “população de côr” não tinha oportunidade para reeducar-se para o gênero de trabalho, a ética e o estilo de vida do **trabalhador livre**. Sem poder discernir a fonte e as conseqüências sociais dos comportamentos que punham em prática, os negros e os mulatos acabavam cultivando os atributos que faziam dêles os trabalhadores “volúveis”, “com quem não se podia contar” — propensos a interromper por qualquer motivo as suas ocupações, a trocar fàcilmente de serviços ou a largar o trabalho assim que lograssem certa quantia de dinheiro, para “viver à vontade”, sem trabalhar, enquanto pudessem. Em segundo lugar, a desmoralização resultante das formas de acomodação ocupacional possíveis, combinada com os efeitos contraproducentes de uma dieta deficiente, de condições anti-higiênicas do alojamento, do descuido com o corpo e da promiscuidade nos porões ou nos cortiços, de desregramentos sexuais e de doenças, tornavam-nos “desanimados para o trabalho”. Não só viam limitadas compensações materiais e morais no engajamento como assalariados; não possuíam razões para compartilhar das convicções que levavam o assalariado a encarar o trabalho organizado, disciplinado e permanente com algo necessário, útil e dignificante. Por fim, em terceiro lugar, puseram em primeiro plano o que se poderia chamar de **produto final**: o nível de vida associável a uma ocupação conspícua e rendosa. O consumo ostensivo, especialmente no vestuário e na alimentação, começa a marcar, de modo característico, as preferências centrais do “negro da cidade”. Vejamos, através de alguns exemplos escolhidos, como êle se manifestava concretamente. Um carpinteiro, cuja renda era insuficiente para sustentar a família e necessitava da contribuição financeira da mulher para êsse fim (ela “lavava roupa para fora”), gostava de “apresentar-se a rigor” nas festas de seu clube. Com êsse fito, absorvia grande parte do seu ganho com o da espôsa. A mesma coisa sucedia com as mulheres, que faziam penosos sacrifícios, às vêzes durante todo o ano, “para brilhar” em determinada festa ou no carnaval, com fantasias aparatosas e caras. O afã em jôgo foi descrito pelo sujeito de uma das histórias de vida, como constituindo o “ideal” — de distinguir-se como um “negrão alinhado”. A ambição de ter uma mesa farta “todo dia” (e não sòmente aos do-

mingos, “como os italianos”), por sua vez, também era irreprimível. Quem “tivesse com que”, comia carne diariamente (se possível “a faltar”) e queria ver na mesa dois ou três pratos “de mistura”, condenando-se severamente os hábitos de moderação alimentar dos estrangeiros, que levavam a “sacrificar o estômago” ou a “tirar dinheiro da boca”. A convivência prolongada com os amigos, nos bares e nos botequins, suscitava uma terceira propensão contraditória entre os homens. Desejavam, ao mesmo tempo, dispor de dinheiro para gastar nas libações alcoólicas e contar com bastante tempo para os entretenimentos com os amigos. Esse rol de exemplos evidencia a natureza das interferências psico-sociais, que deslocavam o trabalho para um plano secundário e convertiam-no em uma necessidade aborrecida. É inegável que algumas polarizações dessas interferências tinham um teor compensatório e eram construtivas, como a propensão de “parecer um negrão alinhado” e a ambição de “ter mesa farta”. Contudo, elas dificultavam o ajustamento eficiente do negro e do mulato ao horizonte cultural típico do trabalhador assalariado. Em vista da magreza dos orçamentos domésticos das “famílias negras”, as aspirações descritas produziam efeitos daninhos, que concorriam apenas para “dourar a miséria reinante”, sem erradicá-la. O pior é que tais aspirações impediam a objetivação, em escala coletiva, de ideais compensatórios alternativos, úteis à emulação profissional e à ascensão social. Em consequência, suas polarizações negativas, que contribuíam para agravar o desajustamento estrutural do negro ao estilo de vida urbana e fortaleciam a propagação de avaliações desfavoráveis ao “negro” na sociedade inclusiva, lavravam abertamente, como influências dinâmicas de natureza sociopática.

Fora e acima desses aspectos, seria essencial considerar outros elementos da situação. Ao lado da desocupação disfarçada involuntária, subsistia e imperava o emprêgo (parcial ou total) de baixíssima remuneração. É impossível decidir-se, hoje em dia, qual deles pesou de forma mais decidida como fator dinâmico de desajustamento econômico do negro e do mulato. Parece indiscutível que um número ponderável de pessoas adultas refugavam e até repeliam o trabalho regular por causa dessa condição. A dependência, a vagabundagem e a corrupção surgiam como alternativas preferíveis ao que assumia a aparência de uma escravidão não declarada, sem compensações atraentes e decisivas. Dêsse ângulo, as oportunidades de emprêgo que se ofereciam normalmente aos negros e mulatos contavam, de maneira paradoxal, como um fator ativo e poderoso de diferenciação divergente de suas personalidades. As decepções, a desilusão e o desalento abriam brechas no ânimo dos conformistas e incentivavam a ousadia dos inconformistas, quanto à valorização de

estudos, o quanto essas cliques — com seus centros de interesses e o próprio alcoolismo — absorveram certas tensões que, de outra maneira, teriam explodido violentamente e envenenado para sempre as relações entre “negros” e “brancos”. Por isso, cumpre encará-las com relativismo e objetividade, pois elas operaram, literalmente, numa área de efeitos. Não só elas não desorganizaram, historicamente, a vida social do negro e do mulato em São Paulo. Elas puderam atuar de modo extremamente perturbador e pernicioso graças à desorganização imperante no “meio negro” e às necessidades ou às possibilidades que esta criou à elaboração do alcoolismo como um traço normal da vida humana.

O abandono do menor, do velho e dos dependentes, em geral, resultava do concurso de três fatores básicos: 1.º) a desorganização da “família negra”, invariavelmente intensificada e agravada pelo intercâmbio sexual espúrio de “negros”, “brancos” e “mulatos”; 2.º) a debilidade econômica e institucional do “meio negro”, a qual tornava inoperante os mecanismos tradicionais de solidariedade (de base doméstica, comunitária ou vicinal) e impedia a formação de meios próprios de assistência material ou moral permanente, adequados à complexidade da situação; 3.º) a indiferença da sociedade inclusiva, que se manteve mais ou menos “cega” à gravidade dos problemas sociais do “negro” nesta área, reagindo diante deles através de mecanismos de controle, de repressão ou de assistência variavelmente ineficazes, corruptíveis ou desmoralizadores. Malgrado o interesse persistente pelo assunto, os informantes do “meio negro” esclareceram-nos muito mal sobre as diversas questões que esses tópicos colocam à análise sociológica, revelando maior empenho em dar vazão às críticas ao Governo, à Polícia e aos órgãos assistenciais públicos. Isso evidencia que subsistem profundos ressentimentos, provocados pelo desdém atribuído aos brancos, que “assistiram de palanque” à “desgraça do negro”.

A desorganização da família constituía o principal fator do estado de abandono em que viviam as crianças e os menores, “largados” e “sem ter quem tomasse conta deles”. A mãe solteira, quando ficava com o filho e o criava, tinha de deixá-lo no cortiço. Alguma mulher (parente ou amiga) “toma conta da criança”. A mãe casada ou amasiada — com o pai da criança ou com outro homem — com frequência “trabalhava fora” e “saía cedo para o serviço”. Se uma avó, alguma tia ou irmã mais velha morasse com eles, haveria quem assumisse certa responsabilidade pela criança. Caso contrário, a situação seria idêntica à anterior. A criança ficaria entregue a si mesma, pois a maneira de “tomar conta” dos vizinhos incluía duas polarizações negativas. O adulto responsável pensava que “não

de fato, recebessem propostas neste sentido, “ficariam ofendidas”. Como possuíam vários “namorados” ou “amantes” (dependendo da natureza das relações), essas compensações chegavam a representar uma suplementação regular do ganho normal, pelo trabalho. Em regra, a prostituição ocasional constituía um expediente para enfrentar privações ou necessidades insuperáveis de outra forma. A mãe solteira recorria a êle nos momentos de aflição. O mesmo comportamento podia ser pôsto em prática, por outros motivos, inclusive sob pressão do amásio, quando êste era um “sedutor profissional” e “vagabundo inveterado”. A mulher que resolvia dedicar-se profissionalmente à prostituição dava preferência à prostituição disfarçada. Ou alugava um cômodo no nome do gigolô ou era, aparentemente, mantida por um amante. Êste às vêzes pensava que seria o único a gozar de seus favores ou que ocupava o papel do amante principal. Entretanto, a sua “vênus negra” recebia a côrte de vários homens e de todos recebia a retribuição estipulada. As mais bonitas tinham um certo número de amantes simultâneos e algumas chegavam a ser procuradas por êsses parceiros mesmo depois de ostentarem certa decadência física. Dizia-se, nesses casos, que as habilidades e os encantos sexuais da “mulata” (algumas vêzes também da “negra”) prendiam o homem “para sempre”. Depois que as “experimentassem”, não poderiam mais livrar-se delas, ficando “seus escravos pelo resto da vida”. O inconveniente dessa modalidade de prostituição disfarçada estava na dificuldade de obter e de manter o cômodo ou a casa alugada. Isso não podia ser feito nos quartos dos cortiços, pelos falatórios e por causa da reação dos vizinhos. Se havia tolerância e consideração pela prostituta, quando esta se apresentava como visita esporádica, o mesmo não sucedia com o seu gênero de vida. Elas tinham de perambular de um bairro a outro e às vêzes caíam, graças às delações de vizinhos “aborrecidos” ou “indignados”, nas malhas da polícia.

Torna-se difícil fazer uma análise retrospectiva do processo de diferenciação da personalidade da prostituta negra ou mulata. As indicações coligidas não permitem estabelecer como as frustrações associadas à situação sócio-econômica ou à côr conduziām à aceitação dessa condição. Parece que, ao fim de certo tempo, “se cansavam” de viver como empregadas, mantendo várias aventuras sexuais sucessivas ou simultâneas e tendo de suportar as exigências do amante. Êste, em regra, agia como o “sedutor profissional” típico do “meio negro”: introduzia-se sorrateiramente no quarto da amásia, enquanto os patrões dormiam; podia ou não tomar uma refeição lá, encontrando as coisas preparadas; ocupava grande parte do tempo nos prazeres sexuais, não “dando sossêgo” à mulher; antes de sair, às vêzes

aos olhos de todos e ninguém tinha mais dúvidas de que “fulano está bem” ou “é rico”. Aí, surgiam parentes (seus ou da mulher) e até amigos ou conhecidos que apelavam para a sua assistência. Os padrões tradicionais, em pleno vigor, compeliavam-no a atender a êste ou a aquêle: a alojar, a alimentar e, às vêzes, também a arcar com certas despêsas de mais uma, duas ou três pessoas, por certo tempo ou por tempo indeterminado. O pior é que o clima dessa relação de solidariedade era verdadeiramente agreste e extra-moral. O dependente aceitava o auxílio com indiferença e com ânimo hostil, não se obrigando especificamente a demonstrar gratidão e a cooperar, de uma ou de outra maneira, para suavizar a carga da família hospedeira. Graças a um longo passado de vida social desorganizada, não era raro pertencer o dependente à fina flor dos “negros sábidos”. Neste caso, a família hospedeira corria sérios riscos, que só poderiam ser anulados pela negativa pura e simples. Aceito, o nôvo conviva passava a “desfrutar” e a “depenar” o parente, amigo ou conhecido, praticando uma sorte de parasitismo ultra-destrutivo e implacável; havia quem não titubiasse quer diante dos dilemas da honra, incluindo a mulher, a filha ou o filho do protetor na área de suas tentativas de incursão sexual. Essa concepção do “dever”, segundo a qual “quem está bem tem obrigação de cuidar dos outros”, colidia com o individualismo do meio urbano e, na forma em que podia ser praticada, atuava como uma influência nitidamente sociopática. Entretanto, o “negro ordeiro” sentia-se impelido a observá-la e, com freqüência, pagava um tributo fatal a essa manifestação anacrônica de solidariedade tribal. Mesmo que tudo corresse bem, ela introduzia uma desvantagem brutal na competição do “negro” com o “branco”, principalmente com o “estrangeiro”. Enquanto êste se apoiava na solidariedade doméstica para vencer as adversidades econômicas e “para subir”, com aquêle sucedia exatamente o inverso: a solidariedade doméstica absorvia os melhores frutos do labor e do sacrifício cotidiano, impedindo ou anulando a elevação do nível de vida, a poupança, etc., e forçando a igualdade por baixo, que prendia inexoravelmente uns aos outros, por laços invisíveis, à “desgraça” comum. Terceiro, a incapacidade econômica do chefe de família erigia-se em base material da insegurança de todos e em fonte de perpetuação do estado de dependência através das gerações. Quase todos os informantes ressaltaram que o nível baixo de salário provocava e era mantido por um nível baixo de instrução e que ambos explicavam a precária assistência que o chefe de família (homem ou mulher) podia dispensar a seus dependentes menores. No ponto em que se achava a expansão urbana, era essencial que se estabelecesse uma modificação radical nas tendências de participa-

ção do “elementos negro” na renda local, para que se tornassem possíveis transformações paralelas em sua participação das garantias e direitos sociais. Ora, isso não sucedeu senão tardiamente e de forma ultra-mitigada. A lentidão e a seletividade com que o “negro” foi absorvido por posições que asseguravam a elevação da renda, do nível de vida e do prestígio social fizeram com que a inclusão na estrutura ocupacional da cidade permanecesse, por muito tempo, como uma condição neutra em face de sua competição com o “branco” ou de sua classificação e ascensão sociais. Daí o fato paradoxal: muitos “negros ordeiros” admitiam francamente que “não compensava ser honesto”, “andar na linha” e “ser trabalhador”. Os “sacrifícios” que faziam não produziam senão compensações subjetivas muito discutíveis, não os resguardando dos reflexos diretos ou indiretos da desorganização imperante no “meio negro” nem favorecendo sua capacidade de absorver as oportunidades emergentes.

Em resumo, dentro de semelhante contexto sócio-econômico, o emprêgo e a desocupação disfarçada involuntária possuem as mesmas potencialidades funcionais. E’ útil, teòricamente, separar-se uma coisa da outra por uma razão evidente. O emprêgo, apesar de tudo, constitui um índice da absorção gradativa do “elemento negro”. Através dêle, o negro e o mulato deixam, paulatinamente, de ser postos à margem, embora a mudança de condição, no comêço, fôsse pouco significativa para a integração efetiva no regime de classes. Além disso, a desocupação é mais perniciosa, pela maior gravidade de seus efeitos imediatos e remotos. Ela esteve associada de forma mais definida, intensa e sistemática à formação e à perpetuação de desajustamentos que traduziam impotência total no contrôlê das forças sociais do ambiente pelo “negro” e maiores dificuldades no aproveitamento socialmente construtivo dessas forças. Seria legítimo admitir que os efeitos perturbadores reativos do emprêgo correspondiam ou reforçavam certas tendências de diferenciação sociopática, engendradas pela insatisfação generalizada do negro e do mulato. Tais tendências, porém, emergiam e floresciam sob os influxos negativos da desocupação disfarçada involuntária e do clima moral dela decorrente. Tomando-se em conta estas ponderações, torna-se fácil perceber o alcance do desemprego como problema social no “meio negro” paulistano. Êle constituia um fator radical de destruição do equilíbrio nas relações humanas, restringindo ou anulando os esforços voluntários dos negros e dos mulatos de liberarem-se socialmente, através de uma fonte regular e permanente de trabalho e de ganho.

O alcoolismo constitui outro problema social, cuja ocorrência no “meio negro” tem sido exagerada e mal compreendida. Os dados coligidos suportam a conclusão de que o consumo ostensivo e inten-

sa zona espúria da sociedade paulistana. Se dependesse delas, aqueles elementos seriam presos e “deportados” para o interior, ou sujeitos a programas correcionais, sob tutela policial. Os resultados de alguns estudos de caso revelaram que as associações recreativas circunspectas não aceitavam para sócios pessoas suspeitas dessa condição desmoralizadora. Diz-se, mesmo, que um clube que chegou a ser tão notório e respeitado como o Q. V. (Quivi), preservava-se dentro do espírito “daqueles negros velhos cheios de história”, através de uma seleção ultra-rigorosa dos freqüentadores. Chegavam ao extremo de impedir “a entrada, em seus bailes, a homens que foram vistos seja bebendo em bares, seja junto com mulheres suspeitas nas ruas, seja ainda simplesmente em companhia de pessoas conhecidas como *sem linha*”. A simples suspeita de vinculação com o “submundo da malandragem” era suficiente, portanto, para barrar o acesso a um “ambiente familiar e de respeito”. Doutro lado, reação societária idêntica opunha-se à extensão daquele padrão nas relações das “mulheres negras” com os “homens brancos”. O seguinte trecho de um depoimento é esclarecedor: “Êsse negócio de portugueses gostar de negra é muito safado. Eles chegavam aqui, trabalhavam como motoneiros ou padeiros e se amasiavam com uma negra que também trabalhava e ajudava no sustento da casa, além de [fornecer] comida que traziam da casa da patroa. Não é gostar só — havia interêsse no meio. Era muito comum, no fim das contas, o português mandar vir a mulher de Portugal e abandonar a negra que o havia ajudado aqui”. Contudo, apesar da resistência aberta às diversas aplicações daquele padrão de comportamento que fugiam à entreajuda respeitável entre cônjuges ou amásios, êle medrou e cresceu assustadoramente na forma proscrita. À medida que o homem negro ou mulato passa a encarar como “natural” a sua manutenção pela mulher, pela companheira ou pela amante circunstancial, opera-se uma transformação decisiva no mencionado padrão, pois o polo do homem começa a ser preenchido, sistematicamente, pelo “vadio” e pelo “malandro contumaz” (93).

(93) — Não obstante, é preciso não esquecer que a vadiagem declina, progressivamente, de acôrdo com o ritmo da integração econômica e social do negro e do mulato. Roger Bastide escreve, a respeito: “Se infelizmente, não possuímos a distribuição da vadiagem segundo as côres, sabemos, pelo menos, através dos Relatórios da Polícia, que o número de vagabundos era muito grande; e vamos observar êsse número decrescer, à medida que abandonamos êsse período para entrar no período seguinte: de 1.030 prisões por vadiagem ainda em 1902, 1.138 em 1905, a cifra tomba para 785 em 1906. Numa certa medida, pode-se pensar que a readaptação do africano é uma das razões dessa diminuição” (R. Bastide, com a colaboração de Gioconda Mussolini, “Os Suicídios em São Paulo, Segundo a Côr”, *Estudos Afro-Brasileiros*, 2a. série, Boletim n.º 2 da Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, s. d., p. 14).

comportamentos. Pairava, pois, o temor de “ser desfeitoado” — as mulheres viam-se obrigadas a não sair ou a sair somente acompanhadas e os homens viviam alertas, prontos a fugir ou a retrucar com violência às abordagens intempestivas dos policiais. Um dos informantes do grupo de pesquisa deixou claro que se fizera policial, nessa época, para escapar a êsses vexames e salientou que o negro queria ser policial “para não ser prêso”.

Essas indicações são suficientes para caracterizar o drama enfrentado, coletivamente, pela “população de côr”. Arrancada dos quadros naturais da economia de subsistência, o equipamento adaptativo fornecido por sua herança cultural tornava difícil (senão impossível) a manutenção de indivíduos econômica e socialmente dependentes. A criança e o menor, bem como o velho e o doente ou o inválido rompiam com facilidade o rudimentar equilíbrio que separava, precariamente, a “pobreza” da “miséria” e da “indigência”. Doutro lado, a família desintegrada e a ausência de mecanismos de solidariedade supra-domésticos convertia os imaturos em “donos de seu nariz” e os velhos, os doentes ou os inválidos numa carga pesadíssima. Os imaturos tinham de fazer escolhas e ajustamentos para os quais não estavam preparados; e, os últimos, viam agravadas as conseqüências materiais e morais da dependência ou desamparo a que se achavam reduzidos. A cidade, que confinava o negro e o mulato a ocupações ingratas, penosas e “sem futuro”, abria perspectivas sombrias tanto para as gerações ascendentes, quanto para as gerações descendentes da “população de côr”. Enquanto se perpetuavam as condições anômicas de existência, nem a família podia preencher construtivamente suas funções sociais normais, no amparo do menor, do velho e do doente crônico ou inválido, nem as inconsistências institucionais do “meio negro” podiam ser corrigidas. Assim, a desorganização permanente fomentava, livremente, novos pontos de persistência indefinida e de agravamento do estado de anomia. Como êsses dramas não repercutiam na diferenciação do sistema institucional da sociedade inclusiva, esta deixou de colocar um paradeiro útil a êsse trágico processo. Onde fêz sentir sua presença, por falta de sensibilidade para com os dramas reais da “população de côr”, serviu antes como um fator de aceleração da desorganização e de desmoralização do “negro” ou de seu estilo de vida. Em lugar de concorrer para o melhor ajustamento do negro e do mulato às condições de existência imperantes na cidade, o funcionamento daquele sistema institucional fomentou a emergência de novos ressentimentos, que alimentaram e difundiram a convicção de que certas garantias sociais eram privilégios dos “brancos”, manipulados ao bel-prazer da “raça” dominante.

construtiva do ócio ou de utilização das aptidões para o trabalho. Não obstante, é certo que os padrões de convivência postos em prática, entremeados com o uso constante e às vezes competitivo de bebidas, estimulou a propagação desenfreada do alcoolismo no “meio negro” e a cristalização do condicionamento exterior indispensável à diferenciação da personalidade do “bêbedo inveterado”. Por isso, é verdadeiro que o número de pessoas que “abusavam do álcool” aumentava incessantemente, depois da Abolição. E também são verídicas as informações sobre “espetáculos chocantes” ou sobre “episódios deprimentes”, dados por negros e mulatos, sambando bêbedos pelas ruas, altercando ou rolando pela sarjeta. Em sua contribuição, a professora Sofia Campos admite francamente: “...e daí muitos negros encontraram a morte por excesso de bebida (...). Muito embora tenha havido cenas que provocassem comiseração por parte de uns, por parte de outros provocavam repulsa, chegando êstes a se pronunciar ofensivamente contra a coletividade negra, assim como:

Branco quando morre,
Foi a morte que o levou.
Negro quando morre,
Foi cachaça que matou” (90).

O que nos importa, muito mais que a disseminação de padrões de consumo sistemático de bebidas alcoólicas, são as impulsões psicossociais ou sócio-culturais que tornavam êsses padrões necessários. Como modo consagrado de “passar o tempo”, as atividades e os centros de interesses dessas cliques atraíam os moradores de determinada área vicinal ou certos tipos de boêmios (o que também ocorria: havia cliques que congregavam negros e mulatos com pendores intelectuais, os quais tinham seu “ponto” em bares do Piques, da Praça João Mendes e da rua Barão de Paranapiacaba). Constituída a clique, ela atuava como um foco de atração sobre os moradores ou freqüentadores “do ambiente”. A rigidez dos negros “direitos” e “ordeiros” resguardava-os dos riscos que ela envolvia. Ainda assim, muitos dêles sucumbiam à sedução da “vida boêmia” e vários trabalhadores pacatos “caíram nas malhas do vício” quase insensivelmente. Ao voltar do trabalho, um camarada ia “tomar o seu traguinho”; no grupo formado no bar ou no botequim, deparava com um vizinho ou com um “conhecido de vista”. Êste cumprimentava e podiam “puxar conversa”. Faziam-se as apresentações e convite para “um trago”, em regra para “brindar a amizade”. Se não fôsse “pessoa de muito orgulho” — algo desaprovado pela tradição cultural — acei-

(90) — Depoimento feito em público.

tava e retribuía o brinde. Conversava um pouco e retirava-se. Nos dias subseqüentes, a cena repetia-se, com maior permanência na companhia dos “novos amigos”. Por fim, deixava-se ficar lá o tempo que pudesse e a família sabia onde encontrá-lo se alguém o procurasse. Daí em diante, passava a fazer parte daquela clique, repartindo seus interesses entre as reuniões com os amigos, a família e o trabalho. Se, aos poucos, sucumbisse ao “vício de beber”, então devotava-se mais ao convívio com os amigos e à “uca”, que ao resto. Aí, a família iria conhecer novos apertos, principalmente se êle se convertesse em alcoólatra. Nesse caso, seu estilo de vida modificava-se completamente. O indivíduo passava a beber imoderadamente, “saindo bêbedo de casa”, e deixava de ser benquisto entre os companheiros da clique (91). Não o repeliam com hostilidade. Mas, se não tivesse bastante dinheiro, para oferecer “umas rodadas”, e se fôsse propenso a “criar casos”, demonstravam ostensivamente a insatisfação causada por sua freqüência. O sujeito precisava “ser forte no tombo”, para “aguentar o repuxo”, sem se converter num “pêso morto” ou num “azar” para os outros.

Nesta análise, interessam-nos, naturalmente, os “bêbedos inveterados”. Pelo que conseguimos apurar, antes de se tornarem alcoólatras, os indivíduos já estavam potencialmente ou realmente desajustados. A busca da bebida não se fazia para “ganhar segurança” nem, tão pouco, para alargar a perigosa área de “equilíbrio instável”, que separa o alcoólatra, por tempo indeterminado, da derrocada final. Na maioria dos casos examinados (quase todos de mulatos), a frustração e a desilusão ocupavam papel proeminente na história de vida dos sujeitos. O refrão mais constante, nas confidências externadas, consistia no “bebo para esquecer”. Quatro casos reportam-se ao período considerado e permitem precisar o que o negro e o mulato pretendiam esquecer, quando se embriagavam. Em um caso, os motivos seriam as decepções pelo comportamento da mãe e da irmã, ambas “mulatas requestadas”, mas que “se entregavam a qualquer branco”, por amor, por dinheiro ou por ambas as coisas, e o ressentimento produzido pelo fato de ser filho natural, ignorado pelo pai (branco e de família importante). Noutro caso, o motivo apontado era a leviandade da irmã, que se perdera e prostituíra, e o próprio insucesso amoroso diante de uma jovem branca. No

(91) — Note-se que não foi possível esclarecer cabalmente os padrões de uso de bebidas alcoólicas no lar. Parece que êle sempre foi intenso entre as “famílias negras” desorganizadas; nas “famílias negras” integradas, seu uso moderado, aos domingos, dias de festa e como “abrideira” (antes das refeições), correspondia aos padrões convencionais. Doutro lado, a maioria das mulheres com propensão para beber preferia embriagar-se em casa.

meter duas espécies de exagêro. Primeiro, estabelecendo uma relação invariável entre o “desencaminhamento” das menores negras e mulatas e a prostituição. Segundo, assinalando um envolvimento da “mulata”, especialmente, na “alta prostituição”, o que não encontra comprovação nos fatos conhecidos. A maioria das moças “desencaminhadas” continuava a trabalhar nos serviços domésticos. Doutro lado, pelo que se sabe, só uma ou outra mulata mais bonita penetrou nas esferas da “alta prostituição”. Duas razões explicam porque o número de prostitutas negras e mulatas não era proporcional aos sucessos das aventuras pré-nupciais. Os homens que sentissem atração pela “mulher negra” podiam satisfazê-la sem recorrer às prostitutas. Bastava, para isso, “dar em cima” de empregadas, vizinhas ou conhecidas “de côr”. Uma ou outra correspondia ao “namôro”, sabendo naturalmente do que se tratava. Além disso, o negro e o mulato possuíam escassas possibilidades econômicas de freqüentar regularmente as “casas de tolerância”. Por tradição cultural, êles sempre ostentaram certa relutância em “pagar pelo amor”, preferindo as aventuras noturnas ou o amasiamento. Em suma, a prostituição da negra ou da mulata nunca acompanhou as proporções assumidas pela desorganização de seu comportamento sexual. As que aceitaram a prostituição sistemática, em regra caíram nas malhas dos antigos bordéis da “baixa prostituição”. Formavam predominantemente nas fileiras das chamadas “vagabundas rampeiras”, dos “estrepes” e das “putas de soldados”. Não obstante, na extrema degradação a que se viam expostas, mantinham certos pudores de dignidade. Muitos freqüentadores de bordéis tinham preferências sexuais deformadas ou tentavam “enrabar uma preta” para “cortar a urucubaca” (dizia-se que isso “dava sorte”). As prostitutas brancas — mesmo as de “alto coturno” — prestavam-se sem rebeldia a essas preferências. As negras e as mulatas revoltavam-se, se isso não fôsse de seu gôsto. Mesmo nas ruas gritavam aos proponentes: “Vá procurar a tua mãe!” (92). “Não sou polaca, seu F. da P.!” ou “não sou francesa, para fazer isso!”.

Nem tôda “mulher negra”, que recebia dinheiro pelo intercuro sexual, encarava essa compensação financeira como “pagamento”. Ela era concebida como uma “retribuição”, um gesto de generosidade, e de reconhecimento amoroso. Algumas, se precisassem, insinuavam que queriam isto ou aquilo, antes ou depois do ato amoroso, mas excluindo o pedido do contexto dos favores sexuais. Recebiam o dinheiro com naturalidade e achavam que “não se vendiam”. Se,

(92) — A expressão registrada é tão crua, que achamos melhor encurtá-la e disfarçá-la.

em que o ajustamento ao trabalho era irremediavelmente precário e insatisfatório, aquelas cliques irrompiam na vida social dos adultos “direitos” como uma força potencialmente perniciosa, capaz de “desencaminhá-los”, de “transtornar a sua cabeça” e de impeli-los à identificação progressiva com o gênero de vida dos “negros malandros”. Nesse sentido, elas atuavam como um foco de perturbação das acomodações do negro e do mulato à comunidade urbana inclusiva e como um fator de afastamento do mundo social dos brancos. Quanto aos jovens e aos imaturos em geral, as cliques em questão preenchiam duas funções distintas. Primeiro, promoviam a sua iniciação precoce no uso das bebidas alcoólicas e incentivavam-os a valorizá-lo socialmente, como parte de um padrão de masculinidade e de independência fortemente discrepante das expectativas de comportamento consagradas pela sociedade inclusiva. Segundo, a participação e a lealdade para com aquelas cliques acarretavam influências socializadoras formativas, que davam relêvo aos temas, aos centros de interesses e aos valores nelas imperantes. O jovem e o imaturo aprendiam a importância do “sexo”, dos prazeres da vida, da ociosidade e de certos expedientes para “arrancar dinheiro até de pedra” — sobretudo, aprendiam a ser ariscos, “sabidos” e a contar consigo próprios para “sair dos apertos”. Enfim, travavam as primeiras ligações com o linguajar, o modo de ser e as realizações dos “negros malandros”, passando a depender das circunstâncias seu engajamento definitivo no mundo da malandragem. Essas três funções tornavam aquelas cliques temíveis, justificando cabalmente a oposição que lhes moviam os negros e os mulatos empenhados em ser aceitos e absorvidos na sociedade inclusiva.

Quanto aos ajustamentos individuais, o alcoolismo suscitava atitudes e ações que fomentavam, simultaneamente, seja a perpetuação das condições de anomia social no “meio negro”, seja o agravamento das tensões (vida de regra inconscientes) com o mundo social dos brancos. Ao tornar-se alcoólatra ou, pelo menos, ao converter-se em “bêbedo contumaz”, o indivíduo perdia a capacidade de manter seus precários ajustamentos profissionais em duas direções. Primeiro, insurgia-se contra a constância no trabalho e o emprego permanente. Passava a interessar-se mais em ter dinheiro em condições que facilitassem o aumento do ócio. Esse estado de espírito fomentava o relaxamento progressivo das obrigações profissionais, a preferência por “biscates” e até a substituição do trabalho por outros expedientes para conseguir dinheiro. Segundo, a partir de certo momento, podia “ficar impossível” — aparecer bêbado no serviço, ter necessidade de beber ou de curar a carraspana durante o trabalho, etc. Em alguns serviços masculinos, êsses traços eram (e ainda po-

dem ser) tolerados; em outros e nos serviços domésticos, não. No caso das empregadas domésticas, ainda havia o agravante de ser relativamente fácil obter bebidas alcoólicas no trabalho (ou seus sucedâneos, como o álcool, o perfume, etc.). A reincidência conduzia à identificação do empregado como ébrio e à imputação do atributo ao “trabalhador negro”. A isso não escapavam, sequer, aqueles que trabalhavam por “conta própria”! O caso de um empreiteiro mulato é significativo. Ele era tido por competente e “tudo corria bem”, enquanto não bebesse. Se começasse a beber, o que fazia com frequência, “ninguém contava mais com ele”. Abandonava o serviço, negligenciava por completo os compromissos e “torrava o dinheiro” (o seu e o dos contratantes). Além do desajustamento ao trabalho, o alcoólatra provocava complicações inevitáveis, que afetavam a segurança, a dignidade e o futuro de sua família. O seguinte caso é típico, referindo-se a um negro casado e com filhos. Sua mulher trabalhava para sustentar a casa, pois ele não só se recusava a lhe dar dinheiro, como “arrancava dela” o que podia. Ela só conseguia algum dinheiro dêle, por ocasião de grandes apertos, se fôsse “fazer escândalo no serviço”. Ele vivia para as suas farras, para os seus amigos e para as suas conquistas. Só procurava a mulher quando tinha necessidade dela, transmitindo-lhe até suas doenças venéreas. Segundo as informantes mulheres, êsse seria o padrão usual de comportamento dos maridos ou amásios que fôssem “malandros” e “bêbados contumazes”. Eles espoliavam as companheiras do que tivessem, se preciso a pancadas, vivendo às custas delas e sustentando-se com o que elas lhes fornecessem. O estado freqüente de ebrriedade tolhia, de uma forma ou de outra, o respeito pelos outros e por suas expectativas de comportamento. Por isso, muitos agiam como “desordeiros”, provocando repetidamente “forrobodós” nos cortiços, pela madrugada, ou dentro de seus cômodos. Outros induziam seus “compânheiros de farra” a irem para sua casa. Expunham os próprios filhos ou as filhas das companheiras a experiências dolorosas e, não poucas vezes, à iniciação precoce nos segredos do sexo. Por último, a negligência da tutela e orientação dos filhos menores podia assumir desfêcho dramático. Um dos casos descritos revela como uma mulher, já idosa, abandonou por completo a filha menor, deixando-a entregue a si mesma e às suas “amizades”. Ela vivia embriagada e só se deu conta do que sucedia quando “um pretinho abusou dela” [da filha]. Então, a mãe apelou para outros parentes, mas, eles culpavam-na pela “desgraça da filha”. O rapaz, por sua vez, preferiu “tomar cadeia” a casar-se com ela. Êsse breve apanhado insinua as diversas ramificações do alcoolismo com a perpetuação e o agravamento da vida social desorganizada, imperante no “meio ne-

gro". A crônica de tais casos contribuía, naturalmente, seja para desabonar o "negro" no consenso social do "branco", seja para formar auto-avaliações prejudiciais ao amor próprio e ao equilíbrio dos "homens de côr".

Todavia, as cliques mencionadas não exerciam somente influências destrutivas e funestas. Elas tiveram alguma importância dinâmica, servindo como palco de auto-realização do negro e do mulato (especialmente daqueles que não se entrosavam bem na sociedade inclusiva) e prestaram dois serviços assinaláveis à população negra da Capital. Foi graças a essas cliques que a desilusão social do negro e do mulato passou do plano da experiência concreta para o da verbalização. Onde elas chegaram a contar com elementos mais intelectualizados, fomentaram alguma inquietação social, encaminhando as primeiras manifestações larvares do inconformismo que iria repontar, mais tarde, consciente e organicamente, nos movimentos sociais do "meio negro". Doutro lado, nessas cliques é que se processou a única tentativa virulenta de auto-afirmação independente do negro e do mulato. Elas não puderam contribuir para estabelecer um elo dinâmico entre a tradição cultural afro-brasileira e a situação sócio-cultural então existente. Contudo, os seus componentes não trepidaram (talvez por causa do grande desligamento em relação ao "mundo social dos brancos" e aos ecos que êle produzia no "meio negro"), em elaborar centros de interesses psicosociais e sócio-culturais genuinamente autônomos, que gravitavam em tôrno do samba, do jôgo, da malandragem e do sexo. Através dessas manifestações, ofereciam canais de expressão de necessidades do "negro" que eram sufocadas ou proscritas pela sociedade inclusiva. Por fim, as reações circulares da própria "população de côr" focalizaram o que havia de destrutivo ou de pernicioso naquelas cliques. Dêsse ângulo, é patente que elas serviram como ponto de referência para condensar a objetivação das condenações societárias ao alcoolismo, à jogatina, à incontinência sexual, à malandragem e à "irresponsabilidade", tal como elas podiam e deviam ser feitas no "meio negro". Seria bom reter êsses três aspectos, na apreciação de conjunto, para não se condenar apressada e inútilmente uma das facetas características da vida social do negro e do mulato em São Paulo. Se êsses agrupamentos, com os seus centros de interesses e o alcoolismo, chegaram a ser funestos, isso se deu, em grande parte, por causa do próprio estado de anomia permanente e de bloqueamento na sociedade inclusiva em que se manteve a "população de côr" da Capital durante muitos anos. Com o alcoolismo, elas concorreram para perpetuar ou para intensificar ambas as coisas. Contudo, ninguém poderá dizer com certeza, sem maiores

estudos, o quanto essas cliques — com seus centros de interesses e o próprio alcoolismo — absorveram certas tensões que, de outra maneira, teriam explodido violentamente e envenenado para sempre as relações entre “negros” e “brancos”. Por isso, cumpre encará-las com relativismo e objetividade, pois elas operaram, literalmente, numa **área de efeitos**. Não só elas não desorganizaram, históricamente, a vida social do negro e do mulato em São Paulo. Elas puderam atuar de modo extremamente perturbador e pernicioso graças à desorganização imperante no “meio negro” e às necessidades ou às possibilidades que esta criou à elaboração do alcoolismo como um traço normal da vida humana.

O abandono do menor, do velho e dos dependentes, em geral, resultava do concurso de três fatores básicos: 1.º) a desorganização da “família negra”, invariavelmente intensificada e agravada pelo intercâmbio sexual espúrio de “negros”, “brancos” e “mulatos”; 2.º) a debilidade econômica e institucional do “meio negro”, a qual tornava inoperante os mecanismos tradicionais de solidariedade (de base doméstica, comunitária ou vicinal) e impedia a formação de meios próprios de assistência material ou moral permanente, adequados à complexidade da situação; 3.º) a indiferença da sociedade inclusiva, que se manteve mais ou menos “cega” à gravidade dos problemas sociais do “negro” nesta área, reagindo diante deles através de mecanismos de controle, de repressão ou de assistência variavelmente ineficazes, corruptíveis ou desmoralizadores. Malgrado o interesse persistente pelo assunto, os informantes do “meio negro” esclareceram-nos muito mal sobre as diversas questões que êsses tópicos colocam à análise sociológica, revelando maior empenho em dar vazão às críticas ao Governo, à Polícia e aos órgãos assistenciais públicos. Isso evidencia que subsistem profundos ressentimentos, provocados pelo desdém atribuído aos brancos, que “assistiram de palanque” à “desgraça do negro”.

A desorganização da família constituía o principal fator do estado de abandono em que viviam as crianças e os menores, “largados” e “sem ter quem tomasse conta dêles”. A mãe solteira, quando ficava com o filho e o criava, tinha de deixá-lo no cortiço. Alguma mulher (parente ou amiga) “toma conta da criança”. A mãe casada ou amasiada — com o pai da criança ou com outro homem — com frequência “trabalhava fora” e “saía cedo para o serviço”. Se uma avó, alguma tia ou irmã mais velha morasse com êles, haveria quem assumisse certa responsabilidade pela criança. Caso contrário, a situação seria idêntica à anterior. A criança ficaria entregue a si mesma, pois a maneira de “tomar conta” dos vizinhos incluía duas polarizações negativas. O adulto responsável pensava que “não

se pode mandar nos filhos dos outros”; o pupilo, por sua vez, se já fôsse crescido, achava que só o pai ou a mãe tinha “direito de bater e de mandar nêle”. Aliás, mesmo na presença da mãe contava com ampla liberdade. Na Bela Vista, por exemplo, a maioria das crianças “viviam na rua”, ou seja, saía de casa desde cedo, encafuando-se em outros cômodos do cortiço, ou ia brincar no mato, nos terrenos baldios e nas vias públicas, quase sempre junto com companheiros mais velhos. Logo aprendiam que só podiam contar consigo próprias e o gênero de “safadezas” que precisavam evitar, para que o companheiros mais velhos “não apravessem delas”. A pior situação seria a da “criança abandonada”, em regra filha de mãe solteira, e que “ficava encostada” na casa de alguém. Mais que os outros, cresciam e desenvolviam-se sob a indiferença dos adultos e sem saber propriamente o que fôsse um lar. Um dos sujeitos das histórias de vida, que vivia com a mãe e a irmã, “ao Deus dará”, relata o deslumbramento que sentiu, por volta de 1911, ao passar a viver, aos dez anos, na casa de um italiano. Viu, então, “o que era viver no seio de uma família, o que entre eles [os italianos] era coisa séria”. “Gostava porque comia na mesa...” e podia apreciar em que consistia “viver como gente”.

A penúria reinante dificultava a vida de todos. A inconsistência dos laços de solidariedade social interferia claramente no clima das relações humanas. Ninguém gostava muito de ocupar-se com uma criança enjeitada, ficando às voltas com as “cabeçadas dos outros”, enquanto a própria mãe “continuava a sua vidinha, como se nada tivesse acontecido”. Mas, o ônus maior provinha dos sacrifícios que o encargo representava. Essa razão fazia com que a situação dos velhos e dos doentes crônicos ou incuráveis (principalmente quando inaptos para o trabalho) fôsse delicada e difícil. Prevalecia no espírito de todos (no deles inclusive) a convicção tormentosa de que constituíam “um peso para a família”. Esse sentimento era disfarçado e, do ponto de vista prático, neutralizado pela noção de que se devia “ter paciência” e “aceitar a vontade de Deus”. Todavia, havia pouco que repartir na maioria das casas e “uma boca a mais” rompia muitas vezes inevitavelmente as fronteiras que separavam a **pobreza** da **miséria**. Está claro que aquelas pessoas não passavam nem pior nem melhor que os outros. As mesmas privações eram compartilhadas por todos. Talvez isso fizesse o “orgulho” e endurecesse os corações, tornando poucas pessoas propensas a repartir sua fome, porque não fariam “o que deviam” e iriam ostentar, aos olhos de todos, aperturas sôfregamente disfarçadas. De qualquer jeito, as crianças, os velhos ou os doentes jamais podiam receber alimentação apropriada, tratamento adequa-

do e cuidados higiênicos indispensáveis. Um ou outro vizinho “caridoso”, ocasionalmente, ajudava a melhorar a dieta ou o tratamento. O caráter passageiro dêsses gestos prejudicava sua eficácia. Apenas aumentavam o “conforto moral” das pessoas envolvidas, fazendo-as sentirem-se parte significativa da vida dos outros. Por sua vez, na medida de suas forças, os dependentes — especialmente os velhos e os doentes que podiam “fazer alguma coisa”, mas também os imaturos — procuravam encarregar-se de pequenos afazeres. Pretendiam “não pesar demais”, e alguns chegavam a ser uma “bênção para as famílias”, tal a importância de sua colaboração. Uma velha, mesmo “caduca”, podia manter a “casa” limpa, preparar a comida, lavar e passar parte da roupa (ou tôda ela), cuidar dos menores da família ou dos vizinhos, atrair pequenos donativos esporádicos de ex-patrões ou de parentes. Enfim, graças a ela, um mínimo de atividades que servem de base à existência de uma família integrada acabava encontrando condições para emergir. Se existissem laços fortes entre o dependente e o responsável por sua manutenção, os sacrifícios de ambos chegavam a ser tocantes. Um dos casos que conhecemos é ilustrativo. O filho mais mouro de uma velha vivia sozinho com ela. O que êle ganhava, só dava para o sustento dos dois. Moravam confortavelmente: ela tinha o seu quarto e êle dormia na sala de jantar. Embora fôsse um porão, a moradia era confortável, possuía cozinha independente e privada própria; tudo era tão limpo, que se “podia comer no chão”. Ela preparava, logo cedo, a refeição de marmita, que o rapaz comia no serviço; à noite, êle tocava banjo e ela ficava sentada numa cadeira de balanço, ouvindo a música e pitando num cachimbo de barro. Quase não falavam com os vizinhos e viviam em estado de semi-reclusão. Sacrifícios análogos, ou ainda mais pesados, eram feitos pela mãe solteira que pretendesse conservar o filho. Muitas se viam forçadas à mendicância ocasional e à prostituição fortuita para alimentá-los, vesti-los e ter onde morar com êles. Os doentes, quisessem ou não, precisavam “exercitar a paciência”. Naquela época, pensava-se que os hospitais gratuitos propiciavam o “chá da meia noite” aos pacientes crônicos ou incuráveis. Acresce que era grande o temor de ver-se “lançado na sarjeta”. Por isso, acomodavam-se pacificamente, esforçando-se por ser o “menos pesado” possível. Só destoavam os “chopins” — parentes, amigos ou conhecidos “malandros”, de ambos os sexos, que “se encostavam” em alguém enquanto durasse a “precisão”. “Comiam do bom e do melhor”, isto é, tão bem quanto pudessem, sem levar em consideração as necessidades dos demais; lançavam mão sem nenhum escrúpulo dos haveres existentes para cui-

dar de seu tratamento e, não raro, reclamavam, faziam mexericos, revelavam a “maior ingratidão”.

Os menores erigiam-se no principal problema. Não havia quem cuidasse deles, pelo menos de forma criteriosa e permanente, fiscalizando suas ações ou orientando-os para a vida. Mesmo os parentes e os vizinhos amigos dedicavam escasso interesse pelas questões suscitadas pela educação dos menores. Imperava o princípio de que “cada um é responsável pelos seus”. Se uma menina púbere desse para “zanzar pelos quartos” em que vivessem rapazes da mesma idade ou mais velhos e adultos “debochados”, logo surgia quem comentasse a ocorrência e uma ou outra pessoa “avisava” a mãe (ou sua substituta eventual) e ralhava com a menor. Se, apesar de tudo, ela persistisse — e essa era a regra — todos “lavavam as mãos”. Aguardavam, pois, o que “devia acontecer” e aprontavam-se para os comentários judiciosos quando a “coisa explodisse”. Essa debilidade nascia do sistema de solidariedade doméstica e vicinal. Contudo, nas áreas de contacto do negro e do mulato com o branco as coisas podiam passar-se de maneira ainda pior. As menores que se empregavam nas casas de família, por exemplo, corriam o risco de ser seduzidas pelos filhos dos patrões ou por eles próprios. Vários casos demonstravam a insensibilidade do “branco” diante dos dramas surgidos. Havia famílias que achavam melhor que o rapaz tivesse as suas aventuras assim, para “não pegar alguma doença por aí” e, em regra, elas só intervinham para resguardar “o futuro dos filhos” (se a família da menor seduzida fôsse à polícia, impunha-se “abafar o caso”; se houvesse frutos dessas aventuras, afastar a moça, para “evitar complicações”, etc.). Neste nível, é patente que a debilidade institucional do “meio negro” deixava os menores à mercê de todos os perigos, quer eles surgissem do próprio ambiente, quer eles resultassem das pressões desorganizadoras das relações com os “brancos”. Essa debilidade também se refletia na incapacidade para estabelecer uma rede assistencial autônoma. Fundavam-se clubes e associações, nos bairros ou no centro, que se propunham a atingir fins beneficentes, junto com fins recreativos e culturais. Mas, o suporte financeiro das contribuições dos sócios convertiam tais objetivos em simples miragens. Nunca puderam ser postos em prática de maneira regular e na escala em que isso se impunha.

Esse concurso de circunstâncias descarregava sobre os poderes públicos deveres adicionais evidentes. Entretanto, a rede urbana de serviços assistenciais organizava-se segundo modelos obsoletos e perdurava o clima de negligência total dos dilemas materiais e morais do “negro”. Mesmo que tivesse prevalecido o propósito de “amparar o negro” nos três planos mencionados (do menor; da velhi-

ce; e dos doentes), porém, a precariedade dos serviços públicos assistenciais não permitiria ir tão longe quanto seria necessário. Ainda hoje, a cidade não conta com um sistema assistencial modernizado e ajustável às vicissitudes da vida social urbana. O desinteresse pelo “negro” e, especialmente, alguns preconceitos, vindos do passado escravista ou reelaborados contemporaneamente, ditaram outra linha de conduta, adversa ao negro e ao mulato. Dois exemplos esclarecerão suficientemente esta asserção. Primeiro, havia certo zelo provinciano na repressão do namôro das adolescentes brancas e o Juizado de Menores intervinha ativamente nos casos de reincidência, chamando os pais à responsabilidade e forçando as famílias a zelarem pelo recato de suas filhas. Ora, o mesmo parecia não suceder com referência às “jovens de côr”. Toleravam-se sua presença nos bares e nos bailes ou suas andanças pelas ruas, até altas horas, e ninguém ligava às “más companhias”, que as desencaminhavam para “a senda do vício e da prostituição”. Diversos informantes idôneos asseveraram que os próprios agentes policiais toleravam abertamente essas ocorrências, porque “esperavam a sua vez, para tirar proveito do desencaminhamento das jovens”. Por isso, ainda hoje subsiste a opinião, no “meio negro”, de que a Polícia e o Juizado de Menores seguiam uma política dúbia e que a “côr” interferia na aplicação das normas de fiscalização ou de repressão. Presunções do tipo “é negro mesmo”, “negro gosta é de viver assim” ou “isso está na massa do sangue do negro”, teriam concorrido para criar êsse clima de negligência ou de desprezo pela menor negra ou mulata. Não obstante, também houve quem nos adiantasse que “as autoridades se cansavam” de advertir, inútilmente, as “menores de côr” e suas famílias. Após várias experiências infrutíferas, muitos acharam melhor “largá-las a seu destino”, já que era isso que queriam. Quanto ao “abuso” de menores negras e mulatas por agentes da fiscalização e da repressão, está fora de dúvida que as ocorrências eram freqüentes. Segundo certas indicações, êsses agentes não trepidavam em favorecer o desenlace previsto, tomando iniciativas que os convertiam em verdadeiros agentes disfarçados e encobertos da corrupção. O outro exemplo diz respeito ao tratamento do “negro” pela polícia. O mecanismo repressivo funcionava, sob muitos aspectos, às avessas: persistia a avaliação perniciososa, herdada da sociedade escravocrata, de que o “negro” encarnava um perigo público. Homem ou mulher “de côr”, que perambulasse pela rua tresnoitado, provocava “desconfiança”, corria o risco de “ser recolhido pela carrocinha” e até “trancafiado no xilindró”. A suspeita generalizada de que o homem fôsse “desordeiro” ou “gatuno” e a mulher “vagabunda” ou “puta” engendrava êsses:

comportamentos. Pairava, pois, o temor de “ser desfeitoado” — as mulheres viam-se obrigadas a não sair ou a sair sòmente acompanhadas e os homens viviam alertas, prontos a fugir ou a retrucar com violência às abordagens intempestivas dos policiais. Um dos informantes do grupo de pesquisa deixou claro que se fizera policial, nessa época, para escapar a êsses vexames e salientou que o negro queria ser policial “para não ser prêso”.

Essas indicações são suficientes para caracterizar o drama enfrentado, coletivamente, pela “população de côr”. Arrancada dos quadros naturais da economia de subsistência, o equipamento adaptativo fornecido por sua herança cultural tornava difícil (senão impossível) a manutenção de indivíduos econômica e socialmente dependentes. A criança e o menor, bem como o velho e o doente ou o inválido rompiam com facilidade o rudimentar equilíbrio que separava, precariamente, a “pobreza” da “miséria” e da “indigência”. Doutro lado, a família desintegrada e a ausência de mecanismos de solidariedade supra-domésticos convertia os imaturos em “donos de seu nariz” e os velhos, os doentes ou os inválidos numa carga pesadíssima. Os imaturos tinham de fazer escolhas e ajustamentos para os quais não estavam preparados; e, os últimos, viam agravadas as conseqüências materiais e morais da dependência ou desamparo a que se achavam reduzidos. A cidade, que confinava o negro e o mulato a ocupações ingratas, penosas e “sem futuro”, abria perspectivas sombrias tanto para as gerações ascendentes, quanto para as gerações descendentes da “população de côr”. Enquanto se perpetuavam as condições anômicas de existência, nem a família podia preencher construtivamente suas funções sociais normais, no amparo do menor, do velho e do doente crônico ou inválido, nem as inconsistências institucionais do “meio negro” podiam ser corrigidas. Assim, a desorganização permanente fomentava, livremente, novos pontos de persistência indefinida e de agravamento do estado de anomia. Como êsses dramas não repercutiam na diferenciação do sistema institucional da sociedade inclusiva, esta deixou de colocar um paradeiro útil a êsse trágico processo. Onde fêz sentir sua presença, por falta de sensibilidade para com os dramas reais da “população de côr”, serviu antes como um fator de aceleração da desorganização e de desmoralização do “negro” ou de seu estilo de vida. Em lugar de concorrer para o melhor ajustamento do negro e do mulato às condições de existência imperantes na cidade, o funcionamento daquele sistema institucional fomentou a emergência de novos ressentimentos, que alimentaram e difundiram a convicção de que certas garantias sociais eram privilégios dos “brancos”, manipulados ao bel-prazer da “raça” dominante.

Os resultados da presente reconstrução evidenciam que a “população de côr” da capital usufruía, em sua maioria, de um nível de vida inferior ao da mera subsistência. As dificuldades de classificação profissional e de obtenção de uma fonte estável de renda, combinadas aos efeitos da desorganização imperante no “meio negro” e à inexistência de mecanismos assistenciais institucionalizados bastante eficientes, concorria para fazer com que a mendicância, as doenças e a prostituição se erigissem em ameaças que pairavam, continuamente, sobre a cabeça de todos. Ninguém podia saber ao certo o que o “destino” lhe reservava, predominando, com todo o rigor, a moral que se traduz no provérbio “não cuspa para o alto, que te cai na bôca”. Poucos sabiam o que fôsse a prosperidade; em compensação, quase todos temiam o infortúnio. Êsses três problemas sociais se conjugavam como um **produto natural** da situação histórica do negro e do mulato, sendo raras as famílias que passaram incólumes aos efeitos de um e de outro — ou dos três conjugadamente.

As fronteiras que separavam a pobreza da penúria eram tão tênues e instáveis, que bastava um pequeno desequilíbrio passageiro para largar uma família na mais dura miséria. O desemprego de um dos cônjuges (ou do responsável pelo sustento do lar); uma doença prolongada, de tratamento difícil e caro; uma “cabeçada” ou uma “infelicidade” qualquer do chefe da família; uma crise que se refletisse, momentaneamente, na procura de mão-de-obra braçal ou na abundância do mercado dos gêneros de primeira necessidade; etc. — eram suficientes para lançar o grupo doméstico na indigência. Todavia, a tradição cultural do “meio negro” não aprovava êsse recurso de restabelecimento do equilíbrio. Talvez por causa de um orgulho arraigado de “pobreza honrada” e da própria penúria permanente, a mendicância aberta e sistemática só era aceita como medida extrema, mas altamente desmoralizadora. Na verdade, o nível de pobreza compelia a maioria das famílias a depender de auxílios de antigos patrões. Roupas usadas, sapatos velhos, mantimentos, móveis e remédios, com eventuais donativos pecuniários, inscreviam-se na rotina dessas relações de dependência. Contudo, êsses auxílios eram recebidos como um “presente” — como um puro “dom”, que traduzia consideração e amizade das pessoas que os prestavam para com as pessoas que os recebessem — nunca como uma “esmola”. Por ser assim, êles não criavam obrigações excedentes nem desmoralizavam quem os aceitasse. A “esmola”, ao contrário, implicava uma degradação. Quem recorria a ela deixava de ter dignidade na miséria. Isso explica porque o número de mendigos negros e mulatos nunca foi proporcional ao estado de pauperismo da

“população de côr”. As informações recolhidas mostram que, mesmo a mãe solteira, no extremo da aflição — tendo de dormir com o filho e a filha menores numa privada — preferia apelar para a prostituição à mendicância. Essa tradição rígida impelia as pessoas aflitas a procurar socorro — no meio social imediato e entre os antigos patrões. Falhando ou sendo insuficiente êste recurso, e não havendo outro, então não havia mesmo remédio, senão apelar para a “caridade dos estranhos”. Mas, como um expediente, algo a ser interrompido o mais depressa possível. Sòmente portadores de defeitos físicos e personalidades desequilibradas, quase sempre alcoólatras e débeis mentais, dedicavam-se a esmolar pelas ruas ou de casa em casa, convertendo a mendicância em “meio de vida”.

Quanto às doenças, o que foi visto na primeira parte dêste trabalho reflete, objetivamente, o essencial. O doente constituia um fardo severo para os familiares e recebia, como acabamos de descrever, um tratamento precaríssimo, tanto em termos da alimentação e da assistência médica, quanto em termos do conforto subjetivo. Na tradição cultural, mantêm-se vivas as recordações que ligam o baixo nível de vida à dizimação da “população negra”. Acentua-se que o estado de penúria forçava uma dieta deficiente, que vitimava o doente, aumentava os índices de mortalidade infantil e diminuía a duração média da vida entre as “pessoas sãs”. Ao mesmo tempo, aponta-se os riscos da “ignorância”, visíveis na ausência de padrões de higiene elementares e na propagação das moléstias venéreas e da sífilis até dentro do lar ou entre os menores, e atribui-se à promiscuidade forçada uma influência dramática na contaminação das crianças pelos adultos doentes. Dois pontos ainda merecem ser ventilados. Primeiro, a interferência das convicções tradicionalistas e sagradas na concepção e no tratamento das doenças. Essas convicções prejudicavam a identificação das moléstias, retardavam a procura da assistência médica ou hospitalar e, muitas vêzes, impediam que o paciente seguisse as prescrições médicas. Segundo, a noção de que a sífilis só podia ser curada através do conúbio sexual com uma jovem virgem. Isso provocava contaminação de pessoas ingênuas e ampliava o influxo desorganizador das aventuras sexuais. Essas duas referências bastam para indicar como a tradição cultural se inscrevia entre os fatores que dificultavam a adaptação do “elemento negro” ao estilo de vida urbana, relacionando a incidência ou o agravamento de problemas sociais diretamente ao horizonte cultural tradicionalista, perpetuado graças ao isolamento sócio-cultural do negro e do mulato.

A prostituição não parece ter sido uma especialidade econômica importante da “mulher negra”. Os informantes tendem a co-

meter duas espécies de exagêro. Primeiro, estabelecendo uma relação invariável entre o “desencaminhamento” das menores negras e mulatas e a prostituição. Segundo, assinalando um envolvimento da “mulata”, especialmente, na “alta prostituição”, o que não encontra comprovação nos fatos conhecidos. A maioria das moças “desencaminhadas” continuava a trabalhar nos serviços domésticos. Doutro lado, pelo que se sabe, só uma ou outra mulata mais bonita penetrou nas esferas da “alta prostituição”. Duas razões explicam porque o número de prostitutas negras e mulatas não era proporcional aos sucessos das aventuras pré-nupciais. Os homens que sentissem atração pela “mulher negra” podiam satisfazê-la sem recorrer às prostitutas. Bastava, para isso, “dar em cima” de empregadas, vizinhas ou conhecidas “de côr”. Uma ou outra correspondia ao “namôro”, sabendo naturalmente do que se tratava. Além disso, o negro e o mulato possuíam escassas possibilidades econômicas de frequentar regularmente as “casas de tolerância”. Por tradição cultural, êles sempre ostentaram certa relutância em “pagar pelo amor”, preferindo as aventuras noturnas ou o amasiamento. Em suma, a prostituição da negra ou da mulata nunca acompanhou as proporções assumidas pela desorganização de seu comportamento sexual. As que aceitaram a prostituição sistemática, em regra caíram nas malhas dos antigos bordéis da “baixa prostituição”. Formavam predominantemente nas fileiras das chamadas “vagabundas rampeiras”, dos “estrepes” e das “putas de soldados”. Não obstante, na extrema degradação a que se viam expostas, mantinham certos pudores de dignidade. Muitos frequentadores de bordéis tinham preferências sexuais deformadas ou tentavam “enrabar uma preta” para “cortar a urucubaca” (dizia-se que isso “dava sorte”). As prostitutas brancas — mesmo as de “alto coturno” — prestavam-se sem rebeldia a essas preferências. As negras e as mulatas revoltavam-se, se isso não fôsse de seu gôsto. Mesmo nas ruas gritavam aos proponentes: “Vá procurar a tua mãe!” (92). “Não sou polaca, seu F. da P.!” ou “não sou francesa, para fazer isso!”.

Nem tôda “mulher negra”, que recebia dinheiro pelo intercuro sexual, encarava essa compensação financeira como “pagamento”. Ela era concebida como uma “retribuição”, um gesto de generosidade, e de reconhecimento amoroso. Algumas, se precisassem, insinuavam que queriam isto ou aquilo, antes ou depois do ato amoroso, mas excluindo o pedido do contexto dos favores sexuais. Recebiam o dinheiro com naturalidade e achavam que “não se vendiam”. Se,

(92) — A expressão registrada é tão crua, que achamos melhor encurtá-la e disfarçá-la.

de fato, recebessem propostas neste sentido, “ficariam ofendidas”. Como possuíam vários “namorados” ou “amantes” (dependendo da natureza das relações), essas compensações chegavam a representar uma suplementação regular do ganho normal, pelo trabalho. Em regra, a prostituição ocasional constituía um expediente para enfrentar privações ou necessidades insuperáveis de outra forma. A mãe solteira recorria a êle nos momentos de aflição. O mesmo comportamento podia ser pôsto em prática, por outros motivos, inclusive sob pressão do amásio, quando êste era um “sedutor profissional” e “vagabundo inveterado”. A mulher que resolvia dedicar-se profissionalmente à prostituição dava preferência à prostituição disfarçada. Ou alugava um cômodo no nome do gigolô ou era, aparentemente, mantida por um amante. Êste às vêzes pensava que seria o único a gozar de seus favores ou que ocupava o papel do amante principal. Entretanto, a sua “vênus negra” recebia a côrte de vários homens e de todos recebia a retribuição estipulada. As mais bonitas tinham um certo número de amantes simultâneos e algumas chegavam a ser procuradas por êsses parceiros mesmo depois de ostentarem certa decadência física. Dizia-se, nesses casos, que as habilidades e os encantos sexuais da “mulata” (algumas vêzes também da “negra”) prendiam o homem “para sempre”. Depois que as “experimentassem”, não poderiam mais livrar-se delas, ficando “seus escravos pelo resto da vida”. O inconveniente dessa modalidade de prostituição disfarçada estava na dificuldade de obter e de manter o cômodo ou a casa alugada. Isso não podia ser feito nos quartos dos cortiços, pelos falatórios e por causa da reação dos vizinhos. Se havia tolerância e consideração pela prostituta, quando esta se apresentava como visita esporádica, o mesmo não sucedia com o seu gênero de vida. Elas tinham de perambular de um bairro a outro e às vêzes caíam, graças às delações de vizinhos “aborrecidos” ou “indignados”, nas malhas da polícia.

Torna-se difícil fazer uma análise retrospectiva do processo de diferenciação da personalidade da prostituta negra ou mulata. As indicações coligidas não permitem estabelecer como as frustrações associadas à situação sócio-econômica ou à côr conduziam à aceitação dessa condição. Parece que, ao fim de certo tempo, “se cansavam” de viver como empregadas, mantendo várias aventuras sexuais sucessivas ou simultâneas e tendo de suportar as exigências do amante. Êste, em regra, agia como o “sedutor profissional” típico do “meio negro”: introduzia-se sorrateiramente no quarto da amásia, enquanto os patrões dormiam; podia ou não tomar uma refeição lá, encontrando as coisas preparadas; ocupava grande parte do tempo nos prazeres sexuais, não “dando sossêgo” à mulher; antes de sair, às vêzes

tomava outra refeição, um copo de leite ou uma cerveja com sanduíche ou, mesmo, “café com leite reforçado”, e “limpava a mulher”, levando o dinheiro que podia ou, pelo menos, o suficiente para a condução e os gastos do dia. Esse dinheiro era obtido, com frequência, nas aventuras com outros homens, principalmente padeiros, açougueiros, entregadores brancos ou pessoas da família da patroa. De fato, convertia-se insensivelmente, em “mulher de qualquer um”, sem tirar proveito direto do pequeno comércio sexual decorrente. Na discussão com alguma amiga ou por conta própria, acabava descobrindo que era “trouxa”. Então, abandonava o emprêgo, largava o amante negro ou mulato, e “desaparecia”. Ninguém ficava conhecendo seu paradeiro, até que se descobria, pelos falatórios das amigas, que fulana resolvera “cair no mundo”. Algumas informações dispersas, mas concordantes, indicam que a coloração da pele constituía um elemento importante no desenrolar do processo. Muitos bordéis recusavam a “prostituta negra”, só aceitando, quando abriam exceções, mulatas claras e bonitas. A negra e a mulata escura tinham de contentar-se com os bordéis menos exigentes ou com a prostituição sistemática, mas clandestina, feita pelas ruas e pelos botequins. Um dos informantes, falando a respeito de período mais recente, esclareceu que até no meretrício a côr interferia na avaliação da mulher. Disse que, na melhor das hipóteses, se uma prostituta branca valesse Cr\$ 50,00, a negra ou a mulata escura valeriam Cr\$ 10,00. Por essa razão, esclareceu, elas se desinteressavam pela prostituição, preferindo trabalhar e, ocasionalmente, lançar mão da prostituição disfarçada. De qualquer modo, a passagem para a condição de prostituta não envolvia um golpe muito sério em sua autoconsideração e na consideração que recebia dos outros. Algumas amigas chegavam a dizer-lhe: “você fez muito bem. Deixou de ser trouxa”; e ela própria admitia: “antes viver assim que bancar a boba e ser explorada”. Em função da idade, tonalidade da pele, “importância do bordel” e outros fatores, a vida que passava a levar, pelo menos inicialmente, era não só menos cansativa, como mais segura, confortável e divertida. Algumas jovens, cujos pais ou parentes tentaram “trazê-las de volta”, recusavam-se a isso, preferindo “levar aquela vida mesmo”. Doutro lado, como já tinham ampla experiência prévia com as artimanhas do “sedutor profissional”, sabiam defender-se melhor que as brancas dos “protetores masculinos” e dos cafetões. Embora uma ou outra não conseguisse livrar-se dêsse tido de relação, a maioria escolhia por conta própria o “amante” que desejasse. Segundo consta, davam preferência aos brancos ou a homens pouco mais claros que elas. Se se “apegassem com êles”, não tinham dúvidas de cumulá-los de presentes e de mimo-

seá-los com dinheiro, gastando assim “verdadeiras fortunas”. Enquanto permanecessem na prostituição, elas “morriam” para a família, se os pais fôsem “negros ordeiros” muito rígidos. Contudo, prevalecia, em geral, grande tolerância. Elas podiam visitar os pais ou os irmãos e eram bem recebidas pelos vizinhos, amigos e conhecidos. “Brancos” e “negros” do ambiente em que viviam não se importavam com isso e os próprios parentes viam mitigadas as antigas privações, recebendo delas auxílio mais eficaz e constante. Se por ventura se aborrecessem com a condição de “mulher fácil” ou perdessem os atrativos para continuá-la vantajosamente, podiam retornar facilmente à “vida normal”, empregando-se como domésticas ou fazendo outros arranjos, se “tivessem juízo e feito economia”. O casamento surgia como uma tábua de salvação. Ele “limpava o nome” e “passava uma esponja no passado”. Poucas conseguiam varar assim a última etapa. Os relatos mostram que algumas o conseguiram, seja casando-se com homens mais escuros, mais velhos e até doentes, seja porque “enfeitiçavam” seus freqüentadores, induzindo um ou outro, ardentemente apaixonado, a tomá-las por espôsas. O curioso é que descreviam o retôrno à respeitabilidade com expressões do gênero: “voltar à vida séria”, “sair do lôdo”, etc., as quais testemunham que a tolerância diante da prostituta não implicava, no “meio negro”, simpatia pela prostituição.

A “vagabundagem” e a “malandragem” estariam intimamente ligadas entre si e com a criminalidade, de acôrdo com os informantes negros e mulatos. Embora muita gente pense o contrário, a “vagabundagem” e a “malandragem” nunca foram encaradas como nobilitantes e valorizadas socialmente no “meio negro”. Na herança cultural transplantada do mundo rústico, ambas provocariam repulsas, como indignas; e mesmo mais tarde, quando encontravam plena vigência e estavam por assim dizer arraigadas, eram apontadas pelas “pessoas sérias” e “ordeiras” como uma condição que afetava os que possuíam “vontade fraca” e “falta de caráter”. Aceitara-se, como contingência inevitável, a desocupação involuntária e a simbiose dos sexos, que alimentavam a exploração disfarçada da mulher pelo homem. Mas, o mesmo não ocorreu com a perversão dessa relação de solidariedade. Quando a “vadiagem”, propriamente dita, emergiu como um comportamento sistemático e apareceu, unida a ela, a figura do “vagabundo contumaz” (ou do “negro malandro”), processou-se uma condenação formal violenta do referido padrão de relação, a qual se manteve até hoje. Parecia que se tratava de um “caso de polícia” e que esta só permanecia indiferente para “desmoralizar ainda mais o negro”. Por volta de 1920, as elites da “população de côr” não queriam saber de nenhuma ligação com es-

sa zona espúria da sociedade paulistana. Se dependesse delas, aqueles elementos seriam presos e “deportados” para o interior, ou sujeitos a programas correccionais, sob tutela policial. Os resultados de alguns estudos de caso revelaram que as associações recreativas circunspectas não aceitavam para sócios pessoas suspeitas dessa condição desmoralizadora. Diz-se, mesmo, que um clube que chegou a ser tão notório e respeitado como o Q. V. (Quivi), preservava-se dentro do espírito “daqueles negros velhos cheios de história”, através de uma seleção ultra-rigorosa dos freqüentadores. Chegavam ao extremo de impedir “a entrada, em seus bailes, a homens que foram vistos seja bebendo em bares, seja junto com mulheres suspeitas nas ruas, seja ainda simplesmente em companhia de pessoas conhecidas como *sem linha*”. A simples suspeita de vinculação com o “submundo da malandragem” era suficiente, portanto, para barrar o acesso a um “ambiente familiar e de respeito”. Doutro lado, reação societária idêntica opunha-se à extensão daquele padrão nas relações das “mulheres negras” com os “homens brancos”. O seguinte trecho de um depoimento é esclarecedor: “Êsse negócio de português gostar de negra é muito safado. Eles chegavam aqui, trabalhavam como motorneiros ou padeiros e se amasiavam com uma negra que também trabalhava e ajudava no sustento da casa, além de [fornecer] comida que traziam da casa da patroa. Não é gostar só — havia interêsse no meio. Era muito comum, no fim das contas, o português mandar vir a mulher de Portugal e abandonar a negra que o havia ajudado aqui”. Contudo, apesar da resistência aberta às diversas aplicações daquele padrão de comportamento que fugiam à entreajuda respeitável entre cônjuges ou amásios, êle medrou e cresceu assustadoramente na forma proscrita. À medida que o homem negro ou mulato passa a encarar como “natural” a sua manutenção pela mulher, pela companheira ou pela amante circunstancial, opera-se uma transformação decisiva no mencionado padrão, pois o polo do homem começa a ser preenchido, sistematicamente, pelo “vadio” e pelo “malandro contumaz” (93).

(93) — Não obstante, é preciso não esquecer que a vadiagem declina, progressivamente, de acôrdo com o ritmo da integração econômica e social do negro e do mulato. Roger Bastide escreve, a respeito: “Se infelizmente, não possuímos a distribuição da vadiagem segundo as côres, sabemos, pelo menos, através dos Relatórios da Polícia, que o número de vagabundos era muito grande; e vamos observar êsse número decrescer, à medida que abandonamos êsse período para entrar no período seguinte: de 1.030 prisões por vadiagem ainda em 1902, 1.138 em 1905, a cifra tomba para 785 em 1906. Numa certa medida, pode-se pensar que a readaptação do africano é uma das razões dessa diminuição” (R. Bastide, com a colaboração de Gloconda Mussolini, “Os Sulcídios em São Paulo, Segundo a Côr”, *Estudos Afro-Brasileiros*, 2a. série, Boletim n.º 2 da Cadeira de Sociologia I, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, s. d., p. 14).

A mulher, por sua vez, desempenha nítida e conscientemente o papel de vítima de uma exploração pérfida e brutal, à qual ela se entrega por necessidades compensatórias profundas ou por não ter outro remédio.

Surge em cena, então, o “sedutor profissional”, a variante típica do mulato ou do negro “malandro”: “sabido”, “sem escrúpulos” e “boa lábia”, matéria prima de onde saíam os “farristas”, os “desordeiros” e os “gatunos” que infestavam o “meio negro” desorganizado. Esse tipo humano, que tem a sua mitologia no folclore da cidade, constituía o produto final de um processo de diferenciação sociopática da personalidade do “negro”. Segundo os dados coligidos, esse tipo não era o fruto do que se poderia chamar de propensões ou de inclinações inevitavelmente “más” e “corruptas” do jovem negro ou mulato. Grande número de rapazes (a maioria, segundo informações fidedignas) terminava aí depois de tomar outras vias, aprovadas no “meio negro” e consagradas como normais pela sociedade inclusiva. As condições psico-sociais e sócio-econômicas para retê-los nessas vias é que seriam débeis e insuficientes, fomentando a eclosão de desajustamentos progressivos, sem correção possível, aos quais o “sedutor profissional” aparecia como a primeira resposta. Se o jovem fôsse afortunado em sua “vida de malandro”, outras etapas sucessivas iriam pontilhar os novos degraus, que teria de percorrer, para elevar-se da “malandragem inveterada” ao “crime organizado”. Todos reconhecem que a vida nos cortiços e a freqüência fortuita ou contínua de rodas de desocupados incentivava nos jovens o “ideal de ser malandro”. Porém, esse ideal esboroava-se sob a premência das necessidades. Entre os 10 e os 15 anos, o menor precisava descobrir algum meio de “ganhar a vida” e de “ajudar em casa”. Portanto, o normal não seria começar a carreira como “malandro”, mas como “biscateiro” e “pau para tôda obra” dos setores marginais da rede de serviços urbanos. Já no início dessa aventura pelos domínios do “trabalho livre”, o jovem sofria “contrariedades” e “humilhações”: tinha de “conformar-se” com tarefas braçais e os serviços de faxina, nos quais precisava “dar um duro louco” para ganhar, em troca, “uns míseros mil réis”. Se participasse de uma família integrada, os parentes estimulavam-no a “ter paciência” e ensinavam-no que “não havia outro remédio”. Se vivesse mais ou menos à solta, então passava, rapidamente, de um serviço para outro; muitas vêzes abandonava os parentes, para “viver sozinho”, e ao sabor das influências de seus companheiros forjava certas “ilusões”. O ponto crítico do processo de diferenciação surgia quando o rapaz começasse a compartilhar da convicção de que precisaria “vestir-se bem”, que a “aparência” e o “mo-

do de apresentar-se” seria decisivo para “arranjar boas colocações” e “subir no emprêgo”. Aí, dedicava-se com afinco ao objetivo de guardar dinheiro. Desdobrava-se, por todos os meios possíveis, para aumentar sua renda e formar um pequeno pecúlio. Atingido o objetivo, comprava um ou dois pares de sapatos, camisas de sêda, dois ou três ternos, algumas gravatas — tudo vistoso, no “último figurino”. Enfim, “punha-se na estica”. Bem vestido e com dinheiro no bôlso, abandonava o emprêgo. Parecia-lhe que, em “sua posição”, “tinha direito” a outras aspirações, não devendo portanto dedicar-se a serviços “sem categoria”. Lançava-se, simultâneamente, à procura de novos empregos e à conquista amorosa. No primeiro terreno, via-se logo irremediavelmente batido. Sofria decepções cruéis, que deveriam ensinar-lhe que “a boa aparência não é tudo”. No segundo terreno, porém, alcançava êxito invariável. Com dinheiro, o “exterior lustroso” e “alguma lábia”, bem poderia arranjar quantas mulheres quisesse, negras ou mulatas. Feita a escolha, “fazia bonito” com a predileta, levando-a a restaurantes e a passeios, terminando por consumir o seu pé de meia. Nesse interim, “apossava-se da mulher”. Se fôsse virgem, deflorava-a; de qualquer maneira, passava a pernoitar, às escondidas, na casa em que ela trabalhasse. Aos poucos, passava a alimentar-se e a suprir-se de dinheiro através da “amante”. No fim de algum tempo, vivia de fato às custas dela e assim se manteria enquanto ela deixasse. No interregno, sua personalidade também se transformava. Aprendia como agradar à mulher, a tornar-se um parceiro sexual indispensável e, simultâneamente, como atemorizá-la com o “mêdo de perdê-lo” ou pela violência. Em suma, a mulher se convertia no seu “meio de vida”. Êle enfronhava-se nas técnicas de usá-lo com proveito e jamais largaria uma prêsa sem relutância.

Sòmente retivemos os traços característicos do processo. Ainda assim, percebe-se que êle transcorria e florescia, inicialmente, num contexto de ajustamentos normais. As frustrações inevitáveis na situação do contacto descrita, dinamizavam os comportamentos que iriam transferir o indivíduo de um polo a outro da sociedade. Está claro que o meio exterior forçaria certos incentivos básicos, seja através de exemplos tidos como “dignos de imitação”, seja através de oportunidades concretas para imitá-los de fato. O essencial, todavia, e que precisamos reter cuidadosamente, já ressaltamos de várias maneiras: o indivíduo não fôra socializado para agir como “operário” e para realizar-se, através das carreiras acessíveis, como trabalhador assalariado. Desajustava-se, pois, por falta de aptidões e predisposições que deveriam ser adquiridas prèviamente ou que fôsem assimiláveis mediante “a educação pelo trabalho”. No

conjunto, o “jovem negro” emergia como “trabalhador” sem ter recebido nenhum adestramento básico para aceitar, tolerar e valorizar a relação envolvida pelo trabalho assalariado; e recebia oportunidades de ordem marginal, que não gratificavam seu orgulho nem abriam perspectivas reais de assimilação gradativa do horizonte cultural do trabalhador assalariado. Sua personalidade era livremente influenciada por motivações inconsistentes, que agravavam as “decepções” acumuladas e as frustrações delas resultantes, e convertiam o desajustamento aberto (e por vezes consciente) em única alternativa eficaz de superação ativa dos conflitos. Assim se explica, sociologicamente, a tendência a procurar ajustamentos ao mundo exterior na base de “estatus fictícios” e a tendência simultânea de evadir-se dos papéis inerentes aos “estatus reais”. Quando o jovem admitia sua “posição” de **homem sustentado pela mulher**, como uma espécie de “amante a sôldo”, e lançava-se atrás das outras compensações da “vida de malandro”, o processo atingia o ponto culminante da fase ascendente. Já tinha percorrido a primeira escala de sua integração ao “sub-mundo da malandragem” e estava apto para encetar, verdadeiramente, alguns dos tipos de carreiras criminosas, que se abriam diante dos “malandros do meio negro”. Com todo o tempo para dispor à vontade e com amplas possibilidades de travar ou de consolidar “novas relações”, tudo iria depender das aptidões e do talento que pudesse colocar a serviço do “ideal de ser malandro”. Pelos relatos conhecidos, nem todos possuíam a inteligência, a fibra, a málicia, a astúcia e a maleabilidade necessárias para persistir com êxito no “estilo de vida do malandro”. Os que conseguiam êste intento entravam para o rol dos “heróis da malandragem” e serviam como ilustrações irretorquíveis do que seria “mais esperto”: extenuar-se, sem proveito, em trabalhos indignos; ou “viver folgado, com dinheiro à beça”?...

Por aí se vê como tudo se encadeava, fazendo com que a desorganização do “meio negro”, a inexistência de oportunidades compensadoras de trabalho assalariado e a ausência concomitante de mecanismos adequados de socialização ou de repressão concorressem para promover, diretamente, a transição paulatina da “vadiagem” para a “malandragem” e desta para a profissionalização, mas na área do crime. Não obstante, em algumas circunstâncias as coisas podiam transcorrer de modo mais simples e imediato. Onde existissem bandos de “malandros” bem organizados, o negro e o mulato podiam introduzir-se precocemente no mundo crime, qualquer que fôsse o sexo dos indivíduos. Em geral, as atividades criminosas daqueles bandos circunscreviam-se a assaltos de moradias (ou dos quintais) e a roubos de teor oportunista. Não dispunham de

recursos técnicos, financeiros e humanos para operar no terreno mais complexo da alta vigarice, do roubo em larga escala e da comercialização institucionalizada do vício. Por isso, precisavam da colaboração de crianças, de menores ou de mulheres, que se tornavam essenciais em seus planos de assaltos. Ainda aqui, o corpo vinha a ser uma técnica fundamental, a ser manipulada com sagacidade. A vizinhança de bandos organizados de “malandros” simplificava, portanto, o caminho de integração no mundo do crime (embora em escala bem menor do que se acredita, mesmo através da tradição cultural do “meio negro”). Em tais casos, a diferenciação sociopática da personalidade do “malandro” e, por seu intermédio, do “criminoso profissional” correspondia ao padrão habitual de funcionamento dos grupos organizados para a prática contínua do crime sistemático. O gênero de atividades criminosas, que podiam ser exploradas lucrativamente e com maior margem de segurança, pelos “malandros” do “meio negro”, reduzia de forma considerável a premência de uma preparação prolongada e intencional dos comparsas. Daí o fato dessa possibilidade concretizar-se, efetivamente, mas em proporções pouco significativas. Muitas vezes, mesmo, os bandos preferiam usar de forma oportunística a colaboração das crianças, dos meninos e das mulheres, obtendo o seu sigilo pela intimidação ou pela responsabilidade contraída pela divisão do espólio.

As evidências estabelecidas por esta discussão comprovam algo que já foi sugerido acima: a “vadiagem”, “a malandragem” e o “crime profissional” assumem, no “meio negro”, o caráter de desajustamentos fomentados pelas condições anômicas de existência. Doutro lado, eles contribuíam, por sua vez, para perpetuar e intensificar a desorganização imperante no comportamento dos indivíduos e no funcionamento das instituições. Essas conclusões são corroboradas e ampliadas pelos resultados de um estudo de Roger Bastide sobre “A Criminalidade Negra no Estado de São Paulo” (94). De acôrdo com os dados que apresenta, em 1896 teriam ocorrido no interior do Estado 14.169 crimes, distribuídos da seguinte forma:

	Número de Crimes	% de Crimes	% da População
Branços	8.906	62,8	63,0
Mulatos	2.056	14,5	15,7
Negros	3.207	22,6	12,9

(94) — Trabalho em Ms., baseado em documentação colligida por Mário Wagner Vieira da Cunha e pelo próprio Roger Bastide e apresentado por este como contribuição ao Congresso do Negro Brasileiro.

Em 1898, ocorreram, na Capital, 836 prisões de brancos (dos quais 568 estrangeiros), 57 de mulatos e 85 de negros. No Município de São Paulo teríamos:

	Número de Crimes	% de Crimes	% da População
Brancos	7.367 (95)	85,7	86,2
Mulatos	788	5,8	7,8
Negros	861	8,6	5,4

Eis como Roger Bastide resume as conclusões fundadas na análise sociológica desses dados: “Se lembrarmos que os crimes dos brancos são principalmente crimes de imigrantes, chegamos à conclusão de que a criminalidade neste período de transição é antes de tudo devida à desintegração social das populações marginais (tanto a de côr quanto a imigrante). Os mulatos estavam habituados à liberdade, pois muito antes de 13 de Maio a maioria dos homens de côr livres se compunha deles, eis porque sua criminalidade se mantém mais ou menos idêntica à do branco. O negro, pelo contrário, que formava a massa dos escravos, teve dificuldade em se adaptar à sua nova situação, sem preparação adequada, sem ajuda dos governos, e a porcentagem elevada de sua criminalidade é o sinal disso” (96). “Mas, se em vez de falarmos de um modo geral da criminalidade segundo a côr, distinguimos os diversos tipos de crimes, veremos que para os 49 homicídios da Capital, em 1898, não houve senão 4 de brasileiros de côr. O que quer dizer que a criminalidade sangrenta do negro, como tínhamos suposto antes, era uma reação contra a escravidão e não um traço racial. A nova criminalidade, feita de furtos, de alcoolismo, de vagabundagem, etc., é uma reação contra as novas condições sociais do negro abandonado na grande cidade, em concorrência com o imigrante e quase sempre vencido por êste. Mudando a estrutura da sociedade, a forma de criminalidade muda. Mas nada nos permite pensar numa agressividade inata ou num instinto de roubo, muito pelo contrário” (97). No período que vai de 1904 a 1914, a estatística criminal consigna as seguintes oscilações:

(95) — Dos quais 6.266 estrangeiros.

(96) — Segundo supomos, seria preciso levar em conta, também, a propensão dos agentes da lei em classificar como “negros”, indiscriminadamente, mulatos mais ou menos escuros.

(97) — Roger Bastide, *A Criminalidade Negra no Estado de São Paulo*, op. cit.; dados extraídos das pp. 5-6 e citação da p. 6.

	Branços		Mulatos		Negros	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
1904	9.403	8.008	2.061	3.100	2.668	3.591
1905	8.094	9.396	1.317	3.243	1.911	4.301
1906	6.022	10.116	1.180	3.416	1.518	4.349
1912	8.427	—	1.382	—	1.986	—
1914	8.368	—	1.453	—	1.780	—

Comentando êsses dados, escreve Roger Bastide: “Não possuímos, infelizmente, estatísticas da população segundo a côr para esta época. Mas se aceitarmos, como vários autores permitem, uma porcentagem de 75% de brancos, 15% de mulatos e 10% de negros, obteremos em 1906, para a Capital:

Criminalidade — Brancos — 69%; Mulatos — 14%; Negros — 17%.

E para o interior:

Criminalidade — Brancos — 57%; Mulatos — 19%; Negros — 24%. O que parece indicar uma desorganização do “estatus” do mulato, pelo menos no interior, uma melhoria do branco e uma queda do negro..

E para 1914:

Capital: Brancos — 71% (+ 2%); Mulatos — 12% (— 2%); Negros — 17% (— 7%). Mas tudo isto, devido à falta de recenseamento demográfico segundo a côr, não passa de pura hipótese sem grande fundamento” (98). Essas indicações sugerem a existência de pequenas desproporções entre as taxas de criminalidade e de distribuição de população segundo a côr, presumivelmente explicáveis por desajustamentos sócio-econômicos crônicos. Ao que se pode supor, no entanto, êsses números, com as porcentagens correspondentes, dão apenas uma pálida idéia da importância assumida pela “vadiagem”, pela “malandragem” e pela “criminalidade profissional” como alternativas de ajustamento às condições anômicas de existência, imperantes de modo permanente no “meio negro”.

Essa breve sondagem sôbre os problemas sociais enfrentados pela “população de côr” paulistana nas três primeiras décadas dêste século patenteia que o “drama do negro” lançava raízes na precariedade de sua situação econômica, mas eclodia, substancialmente, co-

(98) — Idem; dados extraídos da p. 6 e citação das pp. 6-7. As diferenças indicadas entre parênteses, em 1914, foram computadas em relação às porcentagens de 1906.

mo uma crise de ordem institucional. Pelo que nos é dado apurar atualmente, essa crise não provinha, apenas, do caráter súbito da transplantação ou da impropriedade e da rigidez da herança cultural transplantada do antigo mundo rústico. Outros fatores intervinham de modo dinâmico, devastadoramente, situando-se em primeiro plano as dificuldades em superar o estado de anomia, resultante da maneira tangencial em que o escravo e o liberto conseguiam partilhar das formas de vida social organizada da sociedade brasileira. Bem ponderadas as coisas, os setores migrantes da “população de côr” transplantavam uma herança cultural em que um mínimo de desorganização crônica, em todos os níveis da vida social, constituía regra invariável. Embora essa condição não fôsse desvantajosa na adaptação aos quadros ecológicos da economia de subsistência e na competição com os brancos no estilo social de vida correspondente, ela se convertia num obstáculo verdadeiramente fatal à absorção do negro e do mulato ao mundo econômico, social e cultural da cidade — e de uma cidade em expansão urbana acelerada, com base na substituição populacional e em plena “revolução burguesa”, como São Paulo. A acomodação pura e simples ao estilo individualista e competitivo de vida, emergente ou já consolidado na cidade, requeria por si mesma plena eficácia no domínio daquelas formas sociais de vida organizada. Ora, o negro e o mulato pretendiam mais que isso, vinham animados por uma “sêde secular de justiça”, que os impelia a terem aspirações ardentes de classificação profissional e de ascensão social. Por aí se vê que quanto maior fôsse o afã de “ajustar-se ao mundo urbano” (mantidas estáveis as condições econômicas e sócio-culturais apontadas), mais graves e incontornáveis seriam os “desajustamentos” decorrentes. Em outras palavras, era tão acentuada a debilidade da “população negra” no domínio das técnicas sociais que asseguram o contróle efetivo das condições de vida urbana, que ela não dispunha de meios para suscitar e amparar sequer as tendências individuais de correção ativa dos efeitos negativos do estado imperante de anomia. Os resultados da análise sociológica dos problemas sociais, acima desenvolvida, comprovam fartamente essa conclusão. Todavia, ela se evidencia com maior clareza, dêsse ângulo, se considerarmos as flutuações dos suicídios segundo a côr no período considerado. Em uma penetrante investigação sobre o assunto, Roger Bastide consigna os seguintes dados sobre a evolução dos suicídios na Capital segundo a côr (99):

(99) — Roger Bastide, “Os Suicídios em São Paulo, Segundo a Côr”, dados coligidos sob a orientação de Gloconda Mussolini, op. cit., pp. 1-49; dados extraídos das pp. 12 e 19. Os dados até 1904, com as conclusões pertinentes, foram tomados do trabalho de José de Alcântara Machado, *Suicídios na Capital de São Paulo (1876-1904)*, Gerke, São Paulo, 1905.

	Branços	Mulatos	Negros
1891-1895	27	6	4
1896-1900	32	16	6
1901-1904 (100)	45	20	17
1917-1920	298	11	6
1921-1925	138	20	14
1926-1930	480	19	15

Analizando êsses dados, Roger Bastide descobriu que, em números relativos, em 1894 teríamos 0,46 suicídios de brancos para 10.000 brancos; 1,38 suicídios de mulatos para 10.000 mulatos; e 1,35 suicídios de negros para 10.000 negros. Portanto, no primeiro período, “é, sem dúvida, o homem de côr que mais se mata; o aumento dos suicídios de brancos provém, apenas, do fato de serem os brancos infinitamente mais numerosos, por causa da imigração constante. E entre a gente de côr a melhoria do negro é patente, passando de 2,41 em 1876, para 1,35 em 1894. O mulato, pelo contrário, vê sua porcentagem se elevar de 0,98 a 1,38” (101). O autor explica êsses fenômenos através das ocorrências relacionadas com a transplantação do negro e do mulato da zona rural para a cidade e pelos efeitos negativos de sua competição com os brancos, principalmente com os imigrantes. “Apenas, tinha o negro de lutar aqui com a concorrência do estrangeiro e, nessa luta, devia operar-se uma seleção que, em geral, eliminava o negro em proveito do português e do italiano. A expansão urbana, portanto, não foi favorável ao descendente de africanos. Se acrescentarmos a isso o efeito da lei psicológica do ritmo, segundo a qual tôda ação intensa se faz acompanhar de reação, compreendemos como, depois de um período de trabalho forçado e duro, o negro desejou viver, ao menos algum tempo, sem fazer nada, procurando, apenas, satisfazer as suas necessidades de subsistência. Mas é impossível manter uma tal atitude numa cidade onde a luta pela vida toma, sem cessar, os aspectos mais ásperos. O negro via-se rejeitado à mendicância e à vagabundagem. Sua tendência ao suicídio não exprime, pois, qualquer caráter racial, pois já vimos, na África, a pouca importância das mortes voluntárias, mas, sempre, uma situação social. Ontem era a resistência à escravidão, agora a crise de sua libertação brusca e de sua transplantação para uma existência sem nenhum preparo

(100) — Daí até 1917, os dados estatísticos não consignaram discriminações quanto à côr. No que se refere aos suicídios de brancos, são estrangeiros: 1917-1920, 102; 1921-1925, 141; 1926-1930, 151.

(101) — Roger Bastide, op. cit., p. 13.

prévio" (102). A interpretação dos suicídios dos mulatos é que nos coloca, porém, diante das causas que nos interessam de perto. Roger Bastide mostra como a "posição marginal" do mulato, ansioso por classificar-se e ascender na estrutura social, mas continuamente barrado em seus intentos, conduzia às frustrações que explicariam suas tendências ao suicídio. "Suas ambições eram grandes e duplamente justificadas pelo sentimento que possuía de suas qualidades intelectuais, de sua inteligência viva e penetrante, pelo esforço que fazia de se elevar mais e mais. No entanto, conforme o grau de sua coloração, se chocava contra certos preconceitos, tanto mais dolorosos quanto não se manifestavam abertamente, mas sob uma forma sutil e como que hipócrita. Muitos suicídios de mestiços são o desenlace de um longo drama interior" (103). No período seguinte, de 1917 a 1930, parece que a distribuição dos suicídios tende a equilibrar-se de acôrdo com a proporção dos grupos de côr na população global. "Mas, se, em vez de opor o homem de côr ao branco, distinguirmos o prêto do mulato, então as coisas mudam. De fato, costumava-se pensar que os pretos constituem cêrca de 1/3 da população de côr, por causa da mistura das raças, que aumentou o número dos mulatos. Portanto, os suicídios dos pretos em relação aos dos mulatos deveriam ser:

de 1917 a 1926, 17; mas, são 20;

de 1927 a 1936, 24; mas, são 31;

de 1937 a 1941, 32; mas, são 38.

Sem dúvida, os nossos dados permanecem hipotéticos. Parece entretanto que o prêto, apesar dos seus progressos, continua a ser sempre a grande vítima" (104). O que importa, ainda aqui, são as evidências conclusivas. Roger Bastide acentua, reiteradamente, que os fatores sociais é que permitem explicar as tendências ao suicídio do negro e do mulato em São Paulo, prevalecendo sôbre os fatores psíquicos e inter-mentais (105). Seguindo essa linha de interpretação, teríamos de procurar nas decepções e na maior desilusão do negro as razões de sua maior propensão ao suicídio. No fim das contas, voltaríamos ao ponto de partida desta discussão. Não seriam os efeitos psicopáticos ou sociopáticos dos desajustamentos sociais, em si mesmos, que alimentariam as tendências suicidógenas descritas. Mas, algo que engendrava e se escondia por trás desses desajustamentos:

(102) — Idem, p. 14.

(103) — Idem, p. 15.

(104) — Idem, pp. 18-19. A inclusão da referência a dados posteriores foi feita para não cortar, inútilmente, a transcrição do texto citado.

(105) — Ver, a respeito, op. cit., esp. p. 40 e sets.

o desejo incoercível do negro e do mulato de “ser gente”, de compartilhar do estilo de vida, das garantias sociais e dos privilégios dos “brancos”.

Vê-se, pois, o alcance heurístico do suicídio para a interpretação sociológica da situação do negro e do mulato em São Paulo, nessa fase decisiva da consolidação do regime competitivo e da nossa primeira revolução industrial. Trata-se de um número relativamente reduzido de casos; ademais, de casos mal conhecidos. Não obstante, eles nos obrigam a ir ao fundo das coisas. Não há dúvida de que o alcoolismo, a prostituição, a malandragem, etc., constituíam sintomas de desajustamento social. Também é fácil apontar a relação existente entre tais desajustamentos e um estado de espírito, que poderia converter a vida em um fardo muito pesado. Acontece, porém, que o próprio suicídio fazia parte dessa linhagem sem fim de desajustamentos, exprimindo a que extremos eles podiam conduzir os indivíduos quando êstes ultrapassavam, consciente ou inconscientemente, os limites dos pontos de tensão. Sendo assim, em que consistiria o valor interpretativo de uma fórmula que se limitasse a explicar o suicídio através de suas ligações com os demais desajustamentos sociais? Muito mais importante, em termos da interpretação sociológica, seria reter aquilo que se poderia chamar de **fator sócio-dinâmico tópico** ou **crucial**, que aparece, em grau variável, em tôdas essas manifestações de desajustamento social. Esse fator não é (nem poderia ser) o desajustamento em si mesmo — já que o desajustamento provinha dêle e o externava em grau variável (sendo que, nos casos de suicídio, de uma forma extrema). Como sugere Bastide, em sua tão brilhante quão sólida análise, êsse fator era de natureza social e nascia da interação que se estabelecia entre as impulsões psicosociais, que orientavam o comportamento dos “homens de côm”, e a seleção negativa dessas impulsões pela sociedade. O modo pelo qual o “meio negro” se incluía na ordem social estabelecida impedia a livre manifestação, o desenvolvimento normal e a satisfação construtiva de tais impulsões, dando lugar a decepções e a frustrações incontroláveis.

O mesmo processo se repetia nos demais desajustamentos; e é êsse processo que nos interessa. Ele mostra-nos o negro e o mulato presos numa teia de contradições insolúveis, nas quais emergia lentamente e acabava por florescer o “**longo drama interior**”, de que os diversos desajustamentos sociais apontados constituíam o “desenlace”. Qualquer que seja o desajustamento que se considere, o polo dinâmico e por assim dizer o “multiplicador” do processo vinha a ser, invariavelmente, o anseio de classificar-se econômica e socialmente, de “contar como gente”, que compelia o negro e o mulato a identifi-

carem-se e a desejarem, irrefreadamente, os modelos de comportamento, os valores sociais e o estilo de vida dos “brancos”. As debilidades institucionais do “meio negro” e os mecanismos organizatórios da sociedade inclusiva operavam como o polo constritor, que opunha resistência a êsses anseios, selecionando-os, neutralizando-os ou pervertendo-os. No conjunto, portanto, certas disposições básicas de “ajustamento normal” é que desempenhavam considerável importância dinâmica na organização e no desenvolvimento do processo analisado. O “desenlace” sociopático provinha de duas circunstâncias fundamentais (e da combinação variável delas entre si): ou os indivíduos não estavam socialmente aptos a colocá-las em prática (em virtude de inconsistências dos mecanismos de socialização ou de solidariedade social do “meio negro” e da sociedade inclusiva); ou as condições de ajustamento, com que se defrontavam nos diferentes níveis de interação social organizada (do “meio negro” à sociedade inclusiva), repeliavam-nas inexoravelmente, de modo parcial ou total. Tudo isso demonstra que vem a ser capital conhecer-se as vias pelas quais o negro e o mulato tinham acesso àquelas disposições de ajustamento, bem como porque êles próprios sentiam tantas dificuldades em manipulá-las socialmente (106).

Isso significa, em outras palavras, que devemos dar maior atenção às influências socializadoras que modelavam a personalidade do negro e do mulato. Está fora de dúvida que a família constituía a única instituição que operava universalmente no “meio negro”, com condições para organizar e orientar a manifestação dessas influências. Doutro lado, a operação de influências socializadoras mais amplas, organizadas e orientadas pela sociedade inclusiva (como através das escolas), dependia estreitamente do grau de integração e de estabilidade do grupo doméstico. Onde êste não atingiu um mínimo de unidade e de persistência, a “criança negra” não teve possibilidade de receber aquelas influências; inversamente, onde o grupo doméstico alcançou um mínimo de integração e de estabilidade, a absorção dos mecanismos de socialização da sociedade inclusiva tornou-se mais intensa e eficaz. Por isso, a “família negra” teve uma intervenção ativa no referido processo, embora a qualidade dessa intervenção oscilasse, irregularmente, de um extremo “altamente desfavorável” a outro, “relativamente favorável”, passando por um ponto médio de “quase neutralidade”. Não obstante, pela participação de várias situações de vida, a criança e o jovem estendiam e reforçavam a aprendizagem daí resultante, assimilando aos poucos, mas de mo-

(106) — No capítulo seguinte serão focalizados, com maior amplitude, as condições e os fatores sócio-culturais que interferiam, negativamente, na seleção das referidas disposições de ajustamento.

do inevitável, as disposições de ajustamento pelas quais se tornavam “homens de sua sociedade” e do “seu tempo”.

Como já assinalamos, porém, o negro e o mulato saíram da sociedade escravocrata e senhorial sem possuir um domínio amplo e completo das formas institucionais de vida social organizada da “raça dominante”. Suas experiências com a família integrada, em conformidade com o estilo de vida e os modelos organizatórios consagrados culturalmente, eram recentes, superficiais e contraditórias. Tal limitação não surgia como um obstáculo nas zonas rurais, onde a economia de subsistência e os padrões de vida rústica simplificavam os requisitos estruturais e funcionais a que devia responder, dinamicamente, o padrão de integração da família. No entanto, tendo-se em vista o “back-ground” econômico, cultural e histórico-social da cidade de São Paulo, essa limitação apresentava-se, sem exagero, como verdadeiramente catastrófica. Numa sociedade de classes em formação, a família vinha a ser o principal e, por vêzes, o único ponto de apoio grupal com que contavam os indivíduos. Sem um mínimo de cooperação e de solidariedade domésticas, ninguém podia vencer naquela “selva selvagem”; a “competição individualista”, irrefreada ou não, requeria um complexo substrato institucional, de que a família integrada constituía o patamar. Os exemplos dos imigrantes são conclusivos, pois entre êles a família sempre servia, direta ou indiretamente, de alicerce à rápida ascensão econômica, social e política. Embora a família integrada não pudesse criar nem fomentar, por si mesma, as oportunidades de classificação profissional e econômica, é indiscutível que ela se erigia em uma espécie de regulador do aproveitamento ótimo dessas oportunidades.

Ora, a transplantação afetou severamente o curso do desenvolvimento da “família negra”. Não se pense que isso ocorreu porque a mudança tenha sido demasiado súbita e rápida. As razões são mais profundas. De um lado, é preciso considerar que a absorção dos modelos institucionais brasileiros de organização da família mal se tinha iniciado. A instabilidade econômica e social da “população de côr” no mundo urbano prejudicou de várias maneiras essa tendência, retardando-a, solapando-a ou pervertendo-a gravemente. De outro lado, mesmo os que traziam maior experiência autônoma do estilo de vida do homem livre, também estavam irremediavelmente presos ao clima rústico do nosso passado rural. Procedentes do campo ou da cidade, daqui ou de fora, o marco comum dos vários segmentos da “população de côr” era a **rusticidade** — quer ela fôsse polida e disfarçada (como acontecia com o negro e o mulato do “sobrado”); quer ela fôsse rude e franca (como sucedia com o negro e o mulato do “eito”). Em consequência, os círculos dessa população, que conse-

guiram proteger-se atrás de certas funções mínimas da família integrada, nem por isso estavam mais aptos para inserir-se na sociedade urbana e industrial em expansão. Por causa de sua rigidez, ela resguardava o “padrão de vida ordeira” mas à custa de um isolamento maior do elemento negro e mulato. Ela sintonizava-se mal com o ambiente e deixava de diferenciar-se através de suas transformações. Em vista disso, é patente que a transplantação introduziu influências adversas à consolidação da família no “meio negro”, ao mesmo tempo que restringiu ou anulou a eficácia adaptativa dos modelos de organização da família, herdados do passado rústico.

Aqui, não nos interessam todos os aspectos das peripécias da evolução da “família negra” no período considerado. Os objetivos da presente análise exigem, apenas, que examinemos as inconsistências dessa instituição que interferiam de modo sociopático na ordenação das relações dos sexos, na socialização dos imaturos e no controle das gerações adultas. Como a exposição precedente contém farta transcrição de dados, que ilustram instâncias críticas do “mau” e do “bom” funcionamento dos laços familiares no “meio negro” paulistano, julgamos, outrossim, que não haveria inconveniência em imprimir um teor mais abstrato à condensação dos resultados sociologicamente relevantes da análise desenvolvida.

A “família negra”, tal como ela se manifesta em São Paulo durante as três primeiras décadas deste século, poderia ser definida como uma **família incompleta**. É impossível, em nossos dias, determinar a frequência segundo a qual os vários arranjos estruturais se repetiam. Mas, parece fora de dúvida que o arranjo mais frequente consistia no par, constituído pela mãe solteira ou sua substituta eventual, quase sempre a avó, e seu filho ou filhos. Em segundo lugar, viriam os casais “amasiados” com o filho ou filhos dos dois cônjuges (de sua união ou de amasiamentos anteriores). Por fim, os casais constituídos segundo os arranjos matrimoniais sancionados legalmente. Então, a família tanto podia tender para um elevado grau de integração e de estabilidade (como ocorria, normalmente, entre os “negros ordeiros”, também chamados na tradição cultural como “negros de elite”); quanto podia exibir graus variados de desintegração e de instabilidade. Cumpre assinalar, doutro lado, que o amasiamento não representava, por si mesmo, um obstáculo à estabilidade estrutural e à normalidade funcional. Vários casos conhecidos revelam que alguns negros “direitos” e “ordeiros”, farranhamente apegados ao código tradicionalista e à sua rígida etiqueta, punham em prática, conspicuamente, esse tipo de arranjo matrimonial. Nesses casos, somente o estatuto legal introduzia alguma diferença característica com relação à família propriamente integrada e constituída segundo

os padrões dominantes na sociedade inclusiva. Em sentido inverso, famílias que se organizavam de conformidade com as normas legais podiam exibir um grau de instabilidade e de desintegração só comparável aos casais amasiados ditos “debochados”. Por aí se vê que a sensibilidade para com a pressão exterior, que impunha a assimilação progressiva do casamento como um valor social básico — na tradição cultural católica ibero-brasileira e conforme ao código civil republicano — estava longe de possuir um denominador comum e um produto médio. Tendo-se em vista sua composição morfológica, essa família tanto podia compreender o par (constituído pela mãe e seu filho ou pelos dois cônjuges), quanto podia abarcar um número bem maior de pessoas. As alternativas mais freqüentes, sob êsse aspecto, dizem respeito: 1.º) ao que se poderia chamar de uma tendência para o padrão da família conjugal moderna (famílias que abrangiam o casal e seus filhos); 2.º) ao que se poderia descrever, com propriedade, como **família composta** (trata-se de um efeito da propensão ao apinhamento e à promiscuidade nas habitações sôbre a composição da família). As indicações dos informantes distinguem êste tipo de família e os casais amasiados em que o marido ou o companheiro era “malandro contumaz” como sendo as “famílias desorganizadas”. Todavia, o apinhamento e a promiscuidade nem sempre se associavam a uma “vida debochada” e à incontinência sexual. Especialmente nos casos em que a família composta estava correlacionada à extrema pobreza e ao padrão de vida rústica do “negro ordeiro”, ela abrangia casais consangüíneos pela linha paterna (eventualmente, apenas, pela linha materna) e todos conviviam “com o maior respeito”.

Alguns informantes acentuaram que o passado do negro e do mulato teria muito que ver com suas atitudes perante o casamento e a organização da família. Assim, os chamados “negros do eito” seriam mais rústicos. Mal conheciam o acasalamento e tanto o homem, quanto a mulher não sabiam, pròpriamente, o que seria um lar. Já o “negro do sobrado”, em contacto mais íntimo com a “família do senhor”, teria “mais traquêjo” nesse assunto. Não só valorizavam o casamento como uma “distinção social”, como haviam adquirido certas noções essenciais sôbre as obrigações e os direitos recíprocos dos cônjuges. A mulher, principalmente, aprendera no mínimo a arrumar a casa, a cozinhar bem e a viver com o conforto possível em seu nível de pobreza. O homem, por sua vez, saberia lidar melhor com a mulher e os filhos, atraindo amigos selecionados para casa e preocupando-se com o futuro dos seus. Essas idéias também poderiam ser projetadas nas diferenças entre “negros” e “mulatos”, pois muitas famílias recrutavam os escravos que ficavam na sua intimidade entre os “mais claros” e “inteligentes”. O que quer dizer que ela se

relacionaria com a experiência acumulada socialmente na condição de “liberto”, já que o número de mulatos livres sempre foi maior que o de negros na Capital. Embora as evidências demonstrem que o tipo de integração ao meio doméstico da família branca fôsse de-veras importante, não parece que a relação entre o presente e o pas-sado, no sentido apontado, fôsse tão relevante para a integração ou a desintegração da “família negra”. A razão é simples. A extrema mobilidade da “população de côr” da Capital fêz com que as camadas mais antigas dessa população se dispersassem intensa e extensamente, no decorrer da desagregação do regime servil e da formação da so-ciedade competitiva em São Paulo. Os resultados das nossas inda-gações sugerem que duas condições merecem ser consideradas mais relevantes. Primeiro, o tempo de permanência na zona rural e as oportunidades concomitantes de “vida em família”. Os negros e os mulatos que tiveram essa oportunidade e se transplantaram já casa-dos (ou amasiados) para São Paulo compartilhavam de certas con-vicções (como a “obrigação” de sustentar a mulher ou de viver com ela, de cuidar dos filhos, de manter a vida doméstica de modo “de-cente”, etc.) e estavam mais propensos a enfrentar os sacrifícios im-postos pela manutenção da família. Segundo, a influência difusa e surda do imigrante, especialmente do italiano. O negro e o mulato descobriram no convívio ou na observação da “vida do italiano” a importância da família. A insegurança econômica e a debilidade de certos laços sociais impediram uma imitação rápida e construtiva dos comportamentos do imigrante. Mas, lançaram enorme luz sôbre as fontes profundas da desorganização imperante no “meio negro” e o que se devia fazer para corrigi-los realmente. Acresce que os efei-tos destas duas condições — o desenvolvimento prévio de expe-riências na vida familiar organizada e o impacto dos exemplos dos imigrantes — misturavam-se inextricavelmente. O negro ou o mu-lato “ordeiros”, propensos a “respeitar” a família, nos porões ou nos cortiços podiam ser estimulados nessa direção. A presença de bran-cos “estrangeiros”, com vida familiar estável e organizada, estabe-lecia um ponto de referência que dava um nôvo sentido àquela propensão. Na ânsia de serem “respeitados” por êsses vizinhos, fa-ziam ouvidos moucos às recriminações e às opiniões, por ventura correntes no “meio negro”, a respeito da inutilidade dos sacrifícios impostos pela “dedicação à família”.

De qualquer forma, apenas uma minoria da “população negra” encarava o casamento como um valor social e seguia à risca um es-tilo de vida compatível com a estabilidade da família integrada. A maioria repelia ambas as coisas e a separação que daí resultava era tão marcante, que o indivíduo que passasse de um mundo a ou-

tro sofria uma espécie de deslumbramento. Numa das histórias de vida, deparamos com o seguinte depoimento: “Os ensaios [de danças] eram realizados às terças-feiras. Certa vez caiu num feriado e o salão foi alugado para um baile de uma sociedade de negros. Nós não sabíamos e fomos para lá na hora do costume. Os meus companheiros foram embora, mas eu vi uns conhecidos de vista e fiquei olhando da porta, meio embasbacado, numa espécie de explosão de alegria. Eram homens e mulheres de maneiras delicadas e finas. O pedido de uma contradança era cerimonioso e respeitoso. Os pares rodopiavam elegantemente pelo salão. Sabia que havia bailes de negros, mas não que fôssem tão em ordem. Vi que não precisava [para dançar] sofrer aquelas restrições [encontradas na sociedade à que pertencia, de brancos, e na qual só podia dançar nos ensaios dos homens]. Apresentou-se à minha frente uma nova vida e surgiu o ideal de entrar naquele meio. Procurei, então, um dos meus conhecidos de infância, que vi lá, e não sosseguei até conseguir o meu intento”. Antes, só conhecera o ambiente dos cortiços e os “bailes de negros do Piques”. Daí a sensação que teve, de pôr-se em contacto com um mundo completamente nôvo e diferente.

Esse contraste sugere algo de vital importância. A maior parte da “população de côr” não estava plenamente envolvida e identificada com os valores sociais, que incluíam o casamento, a família e as obrigações domésticas na esfera axiológica básica da cultura da sociedade inclusiva. Em consequência, um rapaz negro ou mulato podia “dar em cima” de uma moça da mesma côr. Se esta correspondesse e se deixasse seduzir, êle a largaria ao próprio destino. Entendia-se que a moça “infelicitada” “não servia para casar” — “se deixou um, deixa outro”, era o raciocínio do rapaz, muitas vezes empenhado em aumentar sua “coleção de cabacos”; “não fico com restos dos outros”, era o raciocínio dos demais. Em suma, “ninguém se casa com uma mulher que perde o cabaco”. Na medida em que a virgindade não constituía um valor social, êsse traço não deixava de ser extremamente sociopático. Os comentários das vizinhas e a reação dos pais evidenciam que, em regra, a ocorrência era recebida com relativa naturalidade. Portanto, a norma servia para acobertar a frustração sistemática, pelos homens, dos deveres resultantes da aventura pré-matrimonial. Daí a conjugação sintomática do namôro, com a sedução física e a rejeição do casamento. Vários casos demonstram que o jovem preferia “pegar cadeia” a casar-se; e que, com freqüência, não dispunha de condições econômicas para “sustentar a casa”, mesmo com a colaboração da mulher. Os informantes usaram o termo “irresponsabilidade” para designar os comportamentos descritos. E êle é preciso, desde que

se entenda que a falta de ego-envolvimento e de identificação com os valores sociais em causa teria de acarretar a frustração sistemática das expectativas de comportamento consagradas socialmente. Um dos exemplos permite acentuar bem êsse aspecto: um jovem “fizera mal” à namorada e, de acôrdo com a norma, recusou-se a casar. O pai da moça procurou-o. Não o obrigou a nada. Disse-lhe, apenas, o que representava o seu comportamento e as conseqüências previsíveis de sua “falta de responsabilidade”. O rapaz “convenceu-se” e casou com a moça. O exemplo mostra muito bem que as inconsistências da socialização prévia podiam ser corrigidas. No entanto, a tradição cultural não favorecia o processo. O rapaz que agisse assim não se olhava nem era visto pelos outros como “esperto”. Seria “correto”, mas nesse assunto êsse epíteto equivalia a “trouxa”. Uma informante relatou o caso de um jovem que se casara com uma “moça infelicitada”. Êle se apaixonou por ela. Contudo, ela “endireitara” depois do primeiro êrro: não lhe deu “nenhuma liberdade” e só consentiria em “manter relações sexuais” depois de casada. Pareceu-lhe que não haveria “nada de mal” em casar-se. Depois do casamento, enfrentou comentários sarcásticos e maliciosos de amigos e conhecidos. Êle ficara com “restos dos outros”. Estava sem saber como agir e “desesperado”. No conjunto, o contexto da situação consagrava uma conduta sexual extremamente leviana por parte do homem. O curioso é que a contrapartida dessa norma permitia à mulher o direito equivalente e que não existiam mecanismos repressivos de correção de seus efeitos nocivos. Quanto ao primeiro ponto, é ilustrativo o caso de uma jovem que se apaixonou por um rapaz mas “não foi correspondida”. Ela não teve dúvidas em tomar as iniciativas necessárias para lograr seus intentos. O rapaz, por sua vez, disse-lhe abertamente que “amava outra mulher” e ia casar-se com ela. Isso não serviu de impecilho. A jovem, apesar de virgem, entregou-se “sem pretender nada”. Segundo o informante, sentia-se feliz em ter essa oportunidade de pertencer ao homem a quem amava. Quanto ao segundo ponto, não só os mecanismos legais eram esquecidos ou não funcionavam cabalmente, como o próprio indivíduo se reservava o direito de agir “como entendesse”. Um dos exemplos merece ser apontado. O rapaz “infelicitou” a moça e recusou-se, como de praxe, a casar-se. Mas, ela engravidara e “o filho era mesmo seu”. Casou, “contra a vontade”. Depois do casamento, vivia com a mulher, levando “a vidinha de sempre”. Ou seja, gastava consigo o dinheiro que ganhava, dispunha livremente do tempo, freqüentava os bares e os botequins ou “fazia as suas farras” como antes. A mulher tinha de trabalhar para sustentar a casa e o filho.

Tais deficiências precisam ser compreendidas como parte da herança da escravidão. Elas não surgem como o desvio sociopático de um padrão. Mas, como uma debilidade institucional típica. A ausência de socialização apropriada para os papéis sociais de “namorado”, de “noivo” ou de “marido” produzia, certamente, efeitos sociopáticos. Contudo, é importante assinalar que se tratava sobretudo de uma contingência. A “irresponsabilidade” não nascia de uma propensão natural e irreprimível para a “leviandade sexual”. Provinha, claramente, da inexistência de padrões de comportamento e de mecanismos sociais de controle que assegurassem a difusão e a observância, no “meio negro”, de certos valores universais da sociedade inclusiva. Essa explicação também é válida com referência a outros ajustamentos, que envolviam o homem e a mulher como “marido” e “espôsa” ou como “pai” e “mãe”. Acima relatamos um dos casos típicos do “negro malandro”. Depois de casar-se, continuou a cultivar os centros de interesse da vida de solteiro, disputando com os filhos o ganho da mulher e até contaminando-a com “doenças venéreas”. Trata-se de um caso extremo, mas que não era raro. O homem não discernia completamente as obrigações decorrentes da condição de “chefe de família” e para ele era natural que “suas necessidades” contassem em primeiro plano. Os resultados de uma história de vida mostraram-nos que um homem de “caráter exemplar” (em termos dos padrões de cultura da sociedade brasileira) agiu no mesmo sentido, embora por outros motivos. Absorvido em “rodas boêmias” em que se discutiam os problemas do negro em São Paulo, relegou a família a plano secundário. No final das contas, foi abandonado pela mulher; a filha perdera-se e prostituíra-se; e o filho passara, lentamente, da vadiagem à malandragem e à gatunagem. Com relação à mulher, é curioso que a mãe solteira procurasse livrar-se dos filhos, abandonando-os em instituições de caridade, dando-os ou entregando-os aos cuidados de terceiros para “não perder a liberdade”. Vários informantes deixaram patente que, em muitos casos, haveria até anuência dos patrões para que as empregadas criassem os filhos no serviço. Estas se recusavam, porque teriam de “ficar prêsas”, tomando conta da criança durante a noite. Doutro lado, como o homem, a mulher também se evadia, parcial ou totalmente, de suas “obrigações domésticas”. O gosto de frequentar bailes, de sair no Carnaval ou de “luxar” podia acarretar gastos incontrolláveis pelo marido e que comprometiam economicamente o orçamento da família. Se fôsse “contrariada”, “embirrava” até que seus “caprichos” fôsem satisfeitos. Entre os casos registrados, um deles mostra que a mãe solteira, quando gostava “de beber e de farrear”, não se impunha nenhuma limitação (negligenciou, por exemplo, de

tal forma a assistência à filha menor, que está foi seduzida e encaminhada para a prostituição). O mais interessante, porém, é que, assim como não “queria prender o homem contra a vontade” — mesmo que servisse de parceira sexual dêle ou fôsse “mãe de seus filhos” — também “não se prendia a nenhum homem contra a vontade”. Casada ou amasiada, se lhe “desse na veneta”, abandonava o homem — levando os filhos consigo (se existissem); deixando-os com êle; ou dando-os a algum parente “para criar”.

Por aí se vê que a inconsistência e a labilidade dos laços conjugais se prendiam, diretamente, a falhas de socialização da pessoa. Como a família se achava em plena formação, os indivíduos não adquiriam, antes do casamento, do amasiamento ou da vida sexual mais ou menos livre, associada à idade adulta, atitudes e comportamentos que suscitassem identificações ou lealdades relativamente fortes diante dos valores consagrados pela sociedade inclusiva e das obrigações sociais dêles decorrentes. A mesma razão fazia com que, depois do casamento, do amasiamento ou de uma ligação “para ver no que vai dar”, o convívio contínuo das pessoas fôsse insuficiente, por si mesmo, para corrigir e suplementar os lapsos da socialização prévia. Se não interferissem outros fatores, a estabilidade da união, a devoção recíproca e a predisposição para o altruísmo passavam a depender, largamente, dos laços de simpatia. “Gostei dêle ou dela”, “deixei de gostar dêle ou dela” funcionavam como o fundamento indiscutível e inapelável das decisões que levavam o homem e a mulher a “juntar” ou a “separar seus trapos”.

A composição estrutural da “família negra” também contribuía para precipitar e manter certas anomalias. As interferências sociopáticas mais freqüentes associavam-se ao empobrecimento permanente do núcleo da família. A ausência do “pai” não só impedia o funcionamento normal da instituição, privada dos papéis masculinos do “marido” (ou “companheiro”, “amásio”, etc.), do “pai” e do “chefe da casa”; ela prejudicava, irremediavelmente, o equilíbrio básico (tanto estrutural, quanto funcional) do agrupamento, fazendo com que: 1.º) os demais papéis se concretizassem de modo deformado; 2.º) se congestionassem as obrigações do membro adulto presente e responsável (a “mãe solteira” ou sua substituta eventual, quase sempre a “avó materna”); 3.º) prevalecesse um clima moral tão funesto para a ressocialização desse membro, quanto para a socialização dos imaturos. De tudo isso, resultava um conjunto de forças e de influências que atuavam no sentido de perpetuar indefinidamente aquêle estado extremo de desintegração, em vez de contribuir para a sua superação rápida e definitiva. A sobrecarga das responsabilidades da mulher, sua incapacidade crônica de cor-

responder a todos os papéis sociais (masculinos e femininos), concentrados na posição de “mãe solteira”, e a inexistência de mecanismos básicos de solidariedade, que a compensassem da vida penosa que se impunha, concorriam imperceptivelmente para identificá-la com a personalidade-estatus que assim adquiria e estimulavam-na a procurar nessa direção as fontes de compensações possíveis. Isso explica as atitudes de conformismo diante desse tipo de arranjo estrutural, sua enorme difusão e a própria propensão das mulheres a preservar os arranjos decorrentes. Muitas “mães solteiras” possuíam e mantinham filhos de duas, três ou mais aventuras sucessivas. Doutro lado, o próprio “meio negro” não contava com mecanismos de solidariedade e de compreensão para corrigir, compensar ou pelo menos amparar eficazmente, no terreno material e no plano moral, a mulher e seus filhos. A solidão, a penúria e a humilhação marcavam o caminho seguido pela mulher, que tivesse a coragem indomável de ficar com “o fruto de suas fraquezas” e de lutar pela sua sobrevivência. Os próprios parentes, apenas eventualmente, podiam “auxiliá-la” com algum dinheiro ou “confortá-la” com algum conselho. Mesmo nas “maiores aflições”, quando ela via, desesperada, seu destino renascer na filha, “infelicitada” por algum branco ou por algum namorado ou vizinho da mesma côr, eles não sabiam senão condená-la por “deixar a menina largada”. Nos maiores apertos, sequer podia apelar para o pai fisiológico das crianças. Ou não sabia mesmo quem poderia ter sido; ou tomava por padrão de honra “não contar para ninguém” (mesmo para o próprio filho), “não amolá-lo” e de “resolver sòzinha seus problemas”. Por acaso, sòmente, pela indiscrição de algum parente ou conhecido, ficava o menor “sabendo quem era seu pai”. Através de uma história de vida podemos focalizar como isso ocorria: “Até por volta dos 15 anos sabia apenas que êle [o pai] era rico e importante, e isto mesmo, através dos italianos, pois sua mãe “não gostava de falar dêle”. Foi por iniciativa de M., um dos filhos do italiano, barbeiro de um salão do centro, do qual seu pai era freguês, que se viu à frente dêle, embora, na ocasião, não soubesse quem era “aquêlê senhor”. Tinham-no mandado levar um peru e uma carta, cuja resposta deveria esperar”. “Apareceu um senhor, examinou-me bem e disse: “diga a seu patrão que está entregue”. Deu-me 10\$000”. “Só depois, por intermédio da mulher de M., ficou sabendo quem era o senhor que vira”. “Então, compreendi a razão do exame”. Isso não adiantava muito; era apenas um “consôlo”. O pai, ausente até essa data, assim continuaria. A maioria dos filhos nessa condição, porém, não tinha sequer o “consôlo” de “saber quem era o pai”. O estado de provação da criança era, portanto, ainda mais

complexo, pernicioso e insanável. Tinha de “crescer ao léu”, na “escola das ruas”, pois a mãe saía para o trabalho desde cedo, largando sobre os seus pequenos ombros a responsabilidade de olhar pela casa, por si próprio e de discernir, entre os companheiros mais velhos e os adultos, os que seriam “verdadeiros amigos” e os que gostariam de “tirar proveito” de sua ingenuidade. Se o acaso ajudasse, podia aprender alguma coisa ou arranjar, com pequena idade, um “patrão caridoso”. Nada disso supriria a carência de cuidados paternos, a vulnerabilidade das relações com a mãe e a total ignorância do que seria a condição normal de “filho”. A criança, que só tangencial, deformada e esporadicamente se via tratada como tal pela mãe, nos breves momentos em que ela permanecia em casa sem “cuidar da comida e da roupa”, crescia polindo-se muito pouco como “pessoa”. Está claro que ignoraria a existência e a utilidade de certos papéis sociais, em que adultos e imaturos se defrontam como “pai”, “espôsa-mãe”, “filho” e “filha”. Mas, isso não era o pior. Na “escola” em que se criava, raramente teria oportunidade de aprender a respeitar e a obedecer os outros por amor. Vigorava um código rudemente egoísta e individualista: para sobreviver, o indivíduo precisava ser “sabido”, mesmo nas relações com a mãe ou com os irmãos.

O congestionamento estrutural constituía outra alternativa em que a morfologia da “família negra” produzia conseqüências sociopáticas. Contudo, aí o fator de perturbação passava a ser contingente. O apinhamento de pessoas num espaço reduzido pode provocar — mas não provoca necessariamente — uma diferenciação sociopática das condições de existência ou do comportamento humano. O que conseguimos saber, a respeito, mostra que isso ocorria de fato. As interferências sociopáticas do congestionamento estrutural da “família negra” prendem-se a lapsos dos mecanismos de socialização e de contrôle. Ou os pais não se davam conta de que a maior discricção seria insuficiente para cercar de completo sigilo suas atividades no coito. Ou os imaturos e principalmente os adultos permitiam-se “liberdades” que deveriam ser proscritas (pela própria iniciativa dos indivíduos; ou pela repressão dos outros). De qualquer maneira, as maiores vítimas eram os imaturos, que se iniciavam nos segredos do sexo por portas erradas ou serviam como repasto à concupiscência de companheiros mais velhos ou dos adultos. Já descrevemos êsses fatos no devido lugar. Aqui, importamos mencionar sua significação sociológica, em face do funcionamento da “família negra”. O meio exterior circundante não lhe oferecia o suporte institucional necessário. Para funcionar normalmente, a “família negra” integrada deveria ser auto-suficiente. Nin-

guém impediria um “mau passo” de uma jovem; ou que um menor saciasse o apetite sexual do irmão mais velho, do padrasto ou de outro adulto. Em compensação, os comentários fervilhavam depois, “marcando” bem as pessoas, especialmente a “vítima”. O “sedutor” ou o “fanchona” não seriam “mal vistos” — pelo menos, a ponto de “perder o conceito” na opinião dos outros. A jovem “infelicitada” ou o menor “fresco” (ou simplesmente “trouxa”), podiam ficar marcados. Atrás dos primeiros heróis, viriam outros, que acabariam forçando uma definição sistemática: da jovem como “leviana” ou “fácil”; e do menor como “veado”. Ora, os parentes não ficavam impassíveis. Por pouco que fizessem, êles reagiam ao “falatório” e procuravam intervir. Os “mais espertos”, mudavam-se logo de lugar. Dizia-se que agiam assim para “esconder sua vergonha”. No entanto, procediam também por outros motivos. A permanência no mesmo lugar constituía um desafio à “sorte”. Todos sabiam que outros iriam tentar “tirar uma casquinha” ou “aproveitar também”. Tais exemplos são claramente ilustrativos. A “família negra” carecia de condições próprias para funcionar normalmente, de acôrdo com os padrões estabelecidos no seio da sociedade inclusiva. Todavia, o “meio negro”, longe de fornecer um suporte institucional para auxiliá-la a preencher suas funções normais, desencadeava interferências de teor sociopático. Seja porque não propiciava os mecanismos de reação societária que poderiam operar corretivamente, seja porque permitia, tanto passiva quanto ativamente, o livre florescimento de várias debilidades daquela instituição. Com isso, os ajustamentos sociopáticos, que minavam a “família negra” por dentro ou por fora, quase todos procedentes da socialização insuficiente ou defeituosa, encontravam campo propício para expansão, propagação e fortalecimento.

Por fim, a concentração excessiva de obrigações nos papéis sociais da mulher constituía outra combinação estrutural que acarretava conseqüências sociopáticas, onde quer que se manifestasse (na família completa, fôsse ela do tipo conjugal ou composta, ou nos casais amancebados). Essa sobrecarga projetava a mulher para fora do lar, com freqüência desde manhã cedo até depois do jantar; ou, então, mantinha a mulher dentro do lar, mas terrivelmente ocupada, em lavar e passar roupa “para fora”, em costurar ou em outras obrigações por ventura realizáveis “em casa”. Pondo de lado o que isso representava, como fonte de exaustão, essa condição impunha a supressão parcial ou total, de forma permanente, de vários papéis essenciais ao funcionamento equilibrado da família. A negligência involuntária dos filhos avultava como o efeito mais pernicioso do envolvimento tão intenso e prolongado da mulher em ocupações remu-

neradas. Mas, não era menos funesta a tendência a conceber como “normal” e, portanto, “condigna” uma espécie de parasitismo, pelo qual o “marido”, o “amásio” ou o “amante” viviam às expensas da mulher. Embora a situação econômica da maioria dos casais “pobres” tornasse inevitável a suplementação do ganho do “chefe da casa” pela “mulher”, aquêle parasitismo levava a uma servidão disfarçada, pois a mulher fornecia casa, comida e outros cuidados em troca, praticamente, de compensações sexuais e do conforto de possuir “o seu homem”. A mulher não relutava quando se via posta diante dessa “sina”. Achava que “tinha sido infeliz no casamento” (ou na escolha do “companheiro”, se fôsse um casal amasiado) e “cuidava de sua vida”, sem recriminações. Se sucedesse ser o marido ou o amásio, além de “vagabundo contumaz”, “bêbedo inveterado”, essa serenidade da mulher negra ou mulata, diante do sacrifício cotidiano e infundável, representava uma “tábua de salvação”. Todos sabiam que dela sempre proviria o mínimo para o sustento da família e a “fôrça moral” necessária para enfrentar as pequenas ou as grandes tempestades. As conseqüências sociopáticas dessa relação não terminavam, porém, na exploração ocasional ou sistemática da “mulher” pelo “homem”. As crianças aprendiam a encarar a situação como “normal” e, os jovens, a praticá-la. Um rapaz sem ganhar o suficiente para casar (e mesmo “sem ter uma profissão”, ou seja, uma perspectiva de ganho de vida), não trepidava em seduzir uma jovem e em “concertar a burrada” casando-se, com a certeza de que a espôsa iria empregar-se como doméstica. As moças, por sua vez, não tinham dúvidas em seguir o “exemplo da mãe”, vendo nêle apenas o lado que se entendia enobrecedor da “mulher de caráter”.

Os resultados dessa análise mostram, pois, as principais conseqüências sociopáticas, resultantes dos arranjos estruturais inerentes aos diversos tipos de “família negra”. Se êles indicam alguma coisa, é que a mulher — e não o homem — constituia a figura dominante, onde persistia alguma sorte de desintegração nos laços familiares ou conjugais. A mulher negra avulta, nesse período, qualquer que seja a depravação aparente de seus atos ou a miséria material e moral reinante, como a artífice da sobrevivência dos filhos e até dos maridos ou “companheiros”. Sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da “população de côr” teria sucumbido ou refluído para outras áreas. Heroína muda e paciente, mais não podia fazer senão resguardar os frutos de suas entranhas: manter com vida aquêles a quem dera a vida! Desamparada, incompreendida e detratada, travou quase sòzinha a dura batalha pelo direito de ser mãe e pagou mais que os

outros, verdadeiramente “com sangue, suor e lágrimas”, o preço pela desorganização da “família negra”. Nos piores contratempos, ela era o “pão” e o “espírito”, consolava, fornecia o calor do carinho e a luz da esperança. Ninguém pode olhar para essa fase do nosso passado, sem enternecer-se diante da imensa grandeza humana das humildes “domésticas de côr”, agentes a um tempo da propagação e da salvação do seu povo.

Ao lado da família incompleta ou desintegrada, existia também a “família negra” integrada. Em regra, ela tendia para o tipo da família conjugal: o afã de manter as aparências de “bom nível de vida”, com renda mais ou menos baixa, pressupunha uma repulsa decidida da solidariedade agregativa. Aliás, nos círculos em que essa família aparece, dos “negros de elite”, já se condenava a “promiscuidade” dos cortiços — com a sua causa: o apinhamento provocado pela concepção de que o parente ou amigo “rico” tinha “obrigação de ajudar”; e com os seus efeitos: o desamparo material e moral das crianças, a precocidade da iniciação sexual, a contaminação das doenças, etc. Esse tipo de manifestação da família no “meio negro” nos interessa por várias razões. Em primeiro lugar, porque evidencia um estado de consolidação estrutural e funcional da instituição que não era geral. Como se explica esse fenômeno? Já salientamos que a permanência mais ou menos demorada em zonas rurais (equivalente da participação do negro ou do mulato “livres” do passado rústico paulistano), facilitava a aquisição de padrões de organização da família imperantes em nosso mundo agrário. Os segmentos das levadas migrantes da “população de côr” que tinham condições e encontravam oportunidades de conquistar uma fonte permanente e satisfatória de ganho obtinham, assim, também uma situação favorável à preservação e à consolidação da herança cultural transplantada do mundo rústico. Esses personagens, pelas informações coligidas, contavam com a proteção de famílias brancas importantes. Em geral, sabiam ler e escrever. Movimentavam-se com liberdade no meio dos “brancos”. Não se intimidavam com sua presença e “davam conta” de seus ofícios. Na maioria, trabalhavam como faxineiros, contínuos e serventes das repartições públicas. Outros, eram choferes ou operários (em número mais reduzido). Sua renda não era, pelo que se diz, maior que a do “branco” empregado nas mesmas ocupações (os informantes negros e mulatos insinuam, até, que seria menor). Ainda assim, podiam construir o aparato material que iria suportar a vida familiar organizada. Isso realça, gostemos ou não, a conclusão de que a exclusão do sistema urbano de ocupações conta, centralmente, como o fator básico da deterioração dos padrões de vida (inclusive da desorganização da família), do negro

e do mulato em São Paulo. Em segundo lugar, porque êsse tipo de família completa e integrada revela melhor a natureza das acomodações, postas em prática pelo negro e pelo mulato, para manter “elevado nível de moralidade familiar”, e as inconsistências sócio-dinâmicas que elas pressupõe. Como êste é o aspecto que nos interessa verdadeiramente aqui, só a êle daremos alguma atenção.

O lado sociopático da “família negra” integrada não está propriamente em sua estrutura e funcionamento, mas no padrão de sua integração dinâmica à ordem social da sociedade inclusiva. Os resultados da análise precedente põem em relêvo o quanto o ambiente circundante contribuía ativamente para “corromper” o equilíbrio da vida doméstica. Para não estender a discussão, deixamos de lado outros fatos conhecidos, apontados na descrição dos problemas sociais ou a serem mencionados adiante, quando trataremos de forma mais ampla das relações raciais. O “branco” — como “patrão”, “amigo”, “colega”, “vizinho”, “namorado”, etc. — era sempre uma fonte de perigo potencial, especialmente no terreno do sexo. Quisesse ou não, sua presença e as conseqüências que dela resultavam, fomentavam ou agravavam as tensões que destruíam pela base o equilíbrio da “família negra”. Não era só pela sedução sexual que isso ocorria. O vizinho branco, no cortiço por exemplo, “punha lenha na fogueira” quando se identificava tanto com a defesa intransigente dos valores da cultura rústica que não podiam (ou não deviam) ser respeitados, em dadas circunstâncias, para “não piorar as coisas”. Se a filha fôsse “infelicitada”, não raro a mãe conseguia acalmar o pai, levá-lo a reconsiderar a decisão de expulsar a filha, etc. Nos falatórios e nas “**conversas francas**”, não era raro o vizinho branco “meter o bedelho”, deixando bem claro os “pontos de honra” que, justamente, “azucrinavam a paciência” do outro. Coisa semelhante ocorria diante de eventos já descritos — se um rapaz decidia casar-se com uma mulher “infelicitada”, mas “séria” — e com outros assuntos (falatórios relacionados com o trabalho da mulher, com os “costumes” ou com o passado da família, com as manifestações rotineiras de entreaajuda, etc.). A quase totalidade dos casos analisados demonstra que o negro e o mulato tiveram de escolher a reclusão ou um severo isolamento como mecanismo para conjurar essas influências, quer resultassem da debilidade institucional do “meio negro”, quer se prendessem à dualidade ética disfarçada dos brancos do “ambiente”.

Êsse efeito merece especial consideração. Embora os dados acumulados não permitam uma sondagem suficientemente profunda, parece fora de dúvida que, no estado de desenvolvimento estrutural-funcional em que se achava, a família negra não se manteria

estável e integrada sem isolar-se de tais influxos. Ela não dispunha de mecanismos para manipulá-los e corrigi-los construtivamente. Portanto, a normalidade era conquistada sob o preço de um isolamento anormal. Pondo de lado o que isso significava, em si mesmo, e tendo em vista a integração do negro e do mulato à sociedade inclusiva, essa condição provocava interferências de evidente natureza sociopática. Acima e antes de tudo, aquêle isolamento fêz com que a família negra completa e integrada se divorciasse demais do processo de transformação da sociedade inclusiva. Ela ficou uma espécie de relíquia da área polida do mundo rústico, incrustada numa cidade convulsionada pela urbanização e pela revolução industrial. Assim, ela perpetuou e refinou hábitos convencionais que os “brancos” já haviam abandonado definitivamente ou estavam abandonando e que faziam pouco sentido no contexto da civilização urbano-industrial emergente. Ninguém põe em dúvida a importância das formas conspícuas de existência, do formalismo polido, do exclusivismo aparentemente “aristocrata” de certos hábitos e refinamentos para a auto-afirmação do negro e do mulato. Tanto nas suas relações com o “branco”, quanto nas distinções e nas separações que se estabeleceriam entre o “negro de elite” e o “negro malandro”. Mas, é patente que a integração da família envolvia o risco de uma separação indesejável. Isolando-se para conjurar determinados perigos, o “negro” criou outros igualmente graves, entre os quais avulta a própria paralisação do desenvolvimento da “família negra integrada”.

Em segundo plano, vêm certas debilidades organizatórias dessa família, tôdas elas mais ou menos ligadas às precárias bases de seu padrão de equilíbrio interno. Algumas das debilidades mencionadas produzem interferências sociopáticas, de forma permanente ou ocasional. Por isso, seria conveniente mencioná-las. A rigidez com que se define o apêgo às normas tradicionais é a mais séria, frequente e marcante. “Pobre” ou “rico”, o negro e o mulato “ordeiros” opunham-se tenazmente, como “ponto de honra”, a certos meios-têrmos ou compromissos inevitáveis. Se a família precisava da contribuição pecuniária da mulher, êles só aceitariam o fato consumado tarde demais; se uma filha cedia aos riscos incontrolláveis do meio e se “infelicitava”, êles não se cobriam de sua “vergonha” senão escorraçando-a de casa e expondo-a a perigos ainda maiores; se um amigo ou parente “se amigava”, cometia uma ação desaprovada socialmente, etc., êles “cortavam as relações”; por aí afora. Tudo isso criava, naturalmente, um clima de insegurança disfarçada e de preocupação obsessiva pela posição social, pelo prestígio, pela consideração dos outros, que acabava minando as relações entre os cônju-

ges, dos pais com os filhos e dêstes entre si. Ao mesmo tempo, acentuava a transformação do “chefe de família” num pequeno déspota doméstico, que decidia inapelavelmente entre o “bem” e o “mal”, o que se “devia” e o que “não se devia” fazer. Doutro lado, qualquer contratempo — desemprego involuntário prolongado, morte de um dos cônjuges (principalmente do marido), um “passo perigoso” (principalmente da mulher), etc. — desmoronava todo o edifício, como se fôsse um castelo de areia. Como essa expectativa sempre se mantinha constante, ninguém queria “ouvir falar dela” nem se preparava para enfrentá-la. O resultado é que, sobrevindo infortúnios, ninguém estava capacitado para suportá-los. Por fim, a dificuldade de encontrar “ambiente” fora de casa convertia-se num tremendo fantasma. A comunicação com os vizinhos e com outras famílias do “meio negro” estava submetida a uma vigilância desconfiada e rigorosa. Se a filha ou o filho pretendessem convívio com jovens da sua idade, ou se a mulher fôsse propensa a divertir-se, surgiam complicações. Só os que dispunham de mais traquéio e de alguma renda podiam resolver a contento êsses dilemas, participando dos clubes respeitáveis e exclusivistas do “meio negro”. Ao lado dessas debilidades organizatórias, mais ou menos gerais, podiam ocorrer duas espécies de consequências altamente sociopáticas. A maior parte de informações sobre fricções domésticas, associadas a preferências pela côr dos filhos, dizem respeito a essas famílias. O cônjuge mais claro não ocultava sua ansiedade (às vêzes compartilhada de modo ambivalente pelo cônjuge mais escuro), de que o filho ou a filha nascesse ou ficasse “escurinho”. Tais preferências fomentavam tensões nas relações dos cônjuges entre si ou com os filhos e dêstes entre si e com os pais. Há também referências a “pais cultos”, que acalentavam grandes ambições com relação ao futuro dos filhos, mas que não se animavam a incentivá-los. Êles conheciam, por experiência própria, a sutileza e a força das barreiras sociais opostas à “ascensão dos negros”. Por isso, ao mesmo tempo que estimulavam os filhos a terem uma “vida ordeira”, a “andarem direito”, a casarem, a serem respeitáveis, e as filhas a serem “boas donas de casa”, “não permitirem liberdades”, a não namorarem “qualquer um”, etc., atreviam-se muito mal, ou a mêdo a incutir altas aspirações no ânimo dos filhos. Alguns informantes deram exemplos, até, de pais que convenceram os filhos a desistirem dos estudos, movidos pelo temor de que viessem a sofrer decepções insanáveis. Conviria mencionar, por último, o aparecimento (ou o fortalecimento patológico) de preferências irracionais em tôrno do sexo dos filhos. O mêdo de que as filhas “poderiam se perder”, vinculado à crença de que seria mais fácil “educar o filho” e que êste poderia “se arranjar melhor sòzinho”, predispunham pais e mães a esperan-

ças que conduziam a desenganos, frustrações e, algumas vezes, a animosidades ou tensões dentro do lar.

A importância da “família negra” integrada está, portanto, em demonstrar que o negro e o mulato podiam desenvolver padrões de vida conjugal altamente respeitáveis e conspícuos. Numa época em que poucos tinham varado a barreira seletiva, imposta pelos “brancos” à ascensão dos “negros”, ela evidenciava que êstes seriam tão capazes de “organizar conspícuamente” sua vida quanto os brancos. Tudo dependia de oportunidades econômicas e sociais. O fluxo da absorção de padrões e instituições da sociedade inclusiva apresentava deficiências ou oscilações perturbadoras por causa da exclusão do negro e do mulato — não porque êles fôsem incapazes de concretizá-la. Não obstante, mesmo quando não se viam à margem, compartilhavam daquelas oportunidades de tal modo que se viam forçados a contemporizar, a se imporem acomodações que redundavam numa segunda forma de exclusão: a do isolamento voluntário, escolhido como um caminho de pureza e de auto-afirmação pela “moralidade”.

Se considerássemos a “família integrada” e a “família desintegrada” do “meio negro” em conjunto, veríamos que a primeira era mais eficiente nos três níveis que procuramos considerar — no da ordenação das relações dos sexos; no da socialização dos imaturos; e no do controle das gerações adultas. Ela abrangia regularmente maior número de mecanismos, que operavam na sociedade inclusiva, e seus efeitos socializadores ou de controle eram mais profundos. Ela não só suscitava maior identificação e lealdade para com os valores explícitos, que davam fundamento às atitudes e aos móveis das ações sociais; como resguardava melhor o negro e o mulato de comportamentos conformistas ou de atitudes de desalento e de desilusão social, nascidas da convicção perniciosa mas generalizada de que “a vida do negro é assim mesmo”, “o negro nasceu para sofrer”, “o negro não serve para outra coisa”, que lavravam destrutivamente no meio social desorganizado, em que se recrutavam as “famílias desintegradas”. Não obstante, essas diferenças eram apenas de grau. Ou seja, em média, a “família integrada” protegia mais a “normalidade” da vida familiar que a “família desintegrada”. Contudo, ela estava longe de produzir os efeitos integrativos, socializadores e de controle que deveria satisfazer na sociedade inclusiva, o que se verificaria facilmente, comparando-a quer com a família dos imigrantes, quer com a “família tradicional” dos brasileiros das camadas dominantes. Até a “família desorganizada” entre os italianos, por exemplo, possuía decididas vantagens sobre a “família negra”, a êsse respeito. Muitas inconsistências solapavam o equilíbrio e o rendimento organizatório da “família negra integrada”, favorecendo a

fácil liberação de influências perniciosas potencialmente submetidas a controle social. Daí os temores constantes da ocorrência de “alguma desgraça”, de incontinência sexual da filha moça, da sedução da malandragem sobre o filho môço, de decepção na carreira futura de ambos, das incertezas que ameaçavam de maneira permanente a segurança econômica da família, etc. A esse fato, das referidas diferenças serem tão somente de grau e segundo uma escala quase insignificante, acrescia-se outro ainda mais grave: a “família negra”, integrada ou desintegrada, não preparava os imaturos e, em especial, os jovens para enfrentar os riscos com que se defrontariam tanto no “meio negro”, quanto nas relações com o “branco”. A propensão a “procurar o prazer” podia ser severamente atacada e reprimida. Mas, nada se fazia para capacitar o jovem e a jovem para lidar eficientemente com os ajustamentos sexuais, tão difíceis e acidentados num clima de tamanhas facilidades, seduições ou tentações. A mesma coisa sucedia com os ajustamentos econômicos e sociais: o temor das decepções conduzia à filosofia de “evitar que as coisas acontecessem”. Quando a orientação que se impunha aos pais seria a de predispor os filhos a tomarem consciência das manifestações dissimuladas do preconceito de cor e da discriminação e de como premunirem-se contra suas conseqüências insidiosas. Portanto, à luz dessas reflexões parece claro que, mesmo onde era mais protetiva e eficaz, como agente de socialização, de integração e de controle, a “família negra” apresentava graves deficiências sócio-dinâmicas. Ela mantinha as gerações ascendentes mais ou menos privadas de disposições de ajustamento competitivo que seriam essenciais; e reduzia drasticamente o campo de atuação refletida, voluntária e construtiva, socialmente ordenada e autônoma, das gerações adultas.

Esse resultado aconselha a que se dê maior atenção a certos mecanismos de socialização e de controles coordenados pela estrutura da família ou dirigidos através de suas funções básicas. Escolhemos, para esse fim, a ordenação das relações sexuais e a escolarização, por serem áreas centrais, como sintomas ou fatores tanto de desorganização pessoal e social, quanto de integração à sociedade inclusiva. Por aí se poderá ver, com objetividade, o número reduzido de condições e de forças psico-sociais e sócio-culturais do ambiente que eram diferenciadas e organizadas de forma autônoma pela “família negra”, integrada ou desintegrada. Certos ajustamentos podiam emergir e transcorrer variavelmente; podiam, mesmo, ser desejados como socialmente ideais, em conformidade com o sistema axiológico da sociedade inclusiva. O grau de institucionalização que eles atingiam, porém, não lhes conferia suficiente poder

coercitivo para lograrem um mínimo de generalidade, de regularidade e de eficácia. Tudo se passava como se, a êsse respeito, êles não constituíssem uma **porção social do ambiente**, configurando uma esfera de atuação dentro da qual à liberdade de decisão correspondesse plena capacidade (garantida socialmente), de alcançar os fins ou os objetivos visados.

Quanto à motivação, à ordenação e à regulamentação da vida sexual, parece patente que existia um conflito aberto e insuperável entre as concepções dominantes de prazer sexual e os ideais de casamento ou de vida doméstica. Na realidade, a situação de penúria tornava problemática uma coincidência das duas áreas. Isso estimulava a busca de satisfação sexual fora do casamento ou do amasiamento e também compelia os jovens e indivíduos extremamente dependentes ou de personalidade desorganizada a valerem-se de recursos proibidos (homossexualismo, perversão sexual de menores, práticas sexuais incestuosas, etc.). Todavia, aí se evidencia, meramente, uma correlação estrutural. Interessa-nos, muito mais saber porque, fora ou acima dessas contingências, a sexualidade do negro e do mulato mostrava-se tão rebelde à regulamentação exterior. Os dados de que dispomos são parciais e inconsistentes. Ainda assim, êles subministram algumas hipóteses presumivelmente comprováveis. Parece que, além do prazer erótico, o fluxo mais ou menos livre das relações sexuais operava como uma fonte ímpar tanto de acumulação de prestígio social, quanto de satisfação de necessidades vitais para o equilíbrio do eu. Os informantes salientaram insistentemente certas noções a respeito da sexualidade do negro e do mulato ou da negra e da mulata: que são “quentes” (e “mais quentes que as brancas”); que a “foda de branco” seria “como gado”, sem o verdadeiro culto à deusa do amor; que as atividades sexuais representavam um centro de interesse absorvente e o único derivativo para a auto-afirmação do homem e da mulher, etc. Mas, a análise sugere que atrás da “sexualidade negra” estavam envolvidos outros valores, de natureza supra-erótica. Na esfera do amor é que as “pessoas de côr” competiam, entre si e com os “brancos”. Além disso, nessa esfera as pessoas podiam sentir-se um valor — tanto como “prêsa”, com os riscos e as compensações da “caça amorosa” (sendo que a iniciativa e o papel ativo podia caber ao homem ou à mulher); quanto como algo ardentemente desejado, perseguido, e disputado. Dêsse ângulo, a “sedução amorosa” valia e significava muito mais que a “relação sexual”. O João Ninguém sentia-se “gente”: encontrava quem o amasse, gratuitamente, pelo prazer do amor; a mulher ressentida e amargurada: via-se como a “rainha de um coração”. A aventura retemperava a confiança em si, distendia frustra-

ções, projetava a criatura na posse da condição humana, abrindo-lhe perspectivas de encontrar alguma coisa que “valesse a pena”, numa vida de privações, vazia e “sem sentido”. Daí a importância da ostentação. Ela precisava ser notória, divulgada, conhecida. Se ela se destinasse a aplacar a ânsia erótica, podia permanecer encoberta. Como ela respondia a uma necessidade mais complexa de auto-afirmação psicológica e social, tinha de ser revelada, às vezes com todos os pormenores mais crus. Não por desrespeito humano, por “falta de consideração” pelo parceiro ou parceira da mesma ou de outra côr. Mas porque a “relação amorosa” só se completava pela participação da sociedade no segredo do par amoroso. Vê-se, pois, que a aparente leviandade do jovem negro ou mulato, que “dava em cima” de uma garôta e depois fazia o relato mítico, incluindo mais um “cabaço” em sua coleção, ou da jovem negra ou mulata, que não tinha pêjo de violar o homem amado ou de corresponder de “modo fácil” ao cêrco masculino, não ocultavam nenhuma perversão do código amoroso e das atividades sexuais. Ao contrário, ela enfatizava, de forma ingênua, uma concepção pura, integral e sem ambiguidades do amor pela posse sexual.

A questão, que se coloca, delineia-se claramente. Como o casamento, o amasiamento e a estabilidade do grupo doméstico poderiam preencher as funções psico-sociais dessa concepção de amor? Está claro que a classificação como “namorado”, “noivo”, “marido”, “pai” e “chefe de família” (ou, alternativamente, como “namorada”, “noiva”, “espôsa” e mãe”) encerrava suas compensações, fornecia prestígio e dava segurança. Pondo-se de lado a questão dos números (quantas pessoas poderiam classificar-se assim?), por mais que se desejasse “imitar os brancos”, isso sempre envolvia algum despojamento da tradição cultural e um empobrecimento. Para que a mudança tivesse sentido e as duas soluções se tornassem equivalentes psico-sociais, seria necessário que o negro e o mulato absorvessem, previamente, todo o estilo de vida do “branco”. Por isso, aqueles que tinham caminhado mais depressa nesta direção e lograram organizar “famílias de alto padrão de moralidade” viviam atormentados pelo temor de que alguém muito caro sucumbisse às tentações do “homem branco”, do “rabo de saia” ou da “veneta da mulher”. Essa desconfiança obsecada lançava raízes, portanto, num conhecimento realista das coisas e da natureza humana em uma situação de existência. Se o casamento e a vida familiar “ordeira” representassem, em si, uma compensação vantajosa, indiscutível e definitiva, aquelas atitudes seriam ociosas. Na transição incipiente de um estilo de vida para outro, ela pressupunha que o negro e o mulato realizassem um verdadeiro sacrifício. Não é à-toa que os membros das famílias

“direitas” dizem, tratando de suas filhas ou de suas irmãs: “graças a Deus, tôdas elas casaram” ou “o meu tio não teve a mesma sorte com as filhas dêle”. Antes de neutralizar os fatores que fomentavam as aventuras pré-matrimoniais ou extra-matrimoniais e sem fornecer autênticos equivalentes psico-sociais dessas aventuras, constituía uma empresa arrojada, difícil e penosa impor aos jovens e aos adultos um código sexual individualista, secularizado e egoísta, sob muitos aspectos condenável por sua hipocrisia e farisaísmo. Tudo isso dificultava uma transição rápida e convertia o comportamento sexual em algo incontrollável, verdadeiro foco de perpetuação indefinida do passado no presente.

Os dilemas da escolarização conduzem as nossas reflexões na direção oposta. Os relatos mostram uma situação difícil. Os pais ignoravam a existência e a utilidade das escolas. Ou a criança abandonada, que se via impelida para o trabalho prematuro e a precocidade no vício. Ao acaso, alguém aconselhava o amigo a colocar o filho na escola ou incitava a própria criança a freqüentá-la. Coisa de prática difficilima. Ir à escola exigia uma vida organizada e disponibilidade de recursos. Raramente as duas condições se apresentavam em conexão. Com freqüência, a “mãe solteira” ou os pais rústicos temiam que o filho estudasse, por pensarem que, mais tarde, êle se “envergonhasse da gente”. Ou os pais mais ou menos instruídos, das famílias “ordeiras”, quando muito deixavam os filhos “fazerem o grupo”. Assim procedendo, pensavam evitar-lhes dissabores futuros; não obstante, bem que gostariam que êles “chegassem a doutor”. Agiam daquêle modo porque “sabiam” que iriam encontrar “tôdas as portas fechadas”. Por isso, havia uma conspiração natural das circunstâncias para manter as crianças negras e mulatas fora das escolas, na pior ignorância, porque essa fonte de instrução não era suprida por outra influência educacional alternativa.

Na verdade, as tendências predominantes de absorção do homem e da mulher “negros” no sistema ocupacional da cidade não favoreciam uma consciência nítida da importância da instrução em face do estilo de vida social emergente. Em regra, eram ocupações que exigiam aptidões manuais, facilmente adquiríveis no trabalho. Doutro lado, os empregos mais valorizados não eram obtidos em regime de concorrência e por causa das qualificações intelectuais dos “candidatos de côr”, mas graças à proteção dos brancos. Arranjado o emprego, a aprendizagem se processaria, fatalmente, no serviço. Essa situação operou, visivelmente, como um fator de inércia, mantendo no “meio negro”, indefinidamente, o desinteresse pela alfabetização, imperante no mundo rústico brasileiro. As experiências acumuladas pelo convívio com os adultos não eram totalmente inúteis, malgrado

os influxos sociopáticos da vida social desorganizada. A precocidade com que a “criança negra” era introduzida em vários centros de interesses — inclusive sexual, mas também na esfera prática — fazia com que ela tivesse maior maturidade que a criança “branca”, do mesmo sexo, em idade correspondente. Ela sabia “defender-se mais” e era “mais sabida”, possuindo algumas vezes melhor tirocínio para “ganhar dinheiro”, através de expedientes ou pelo trabalho. Relevar que também podia aprender, graças à insistência dos adultos, alguma coisa a respeito da importância das boas maneiras, da afabilidade e da aparência decorosa, coisas muitas vezes negligenciadas nas famílias brancas do mesmo nível econômico. Contudo, a educação informal raramente lhe abria a porta para a aprendizagem de alguma profissão ou ofício, como em regra sucedia entre as famílias dos imigrantes. Por acaso, quando passava a trabalhar e a viver na casa dessas famílias, a “criança negra” melhorava o teor de suas experiências, podendo “aprender um ofício” ou, mesmo, ser orientada para “os estudos”. Em duas histórias de vida, pudemos observar que essa condição permitiu que um dos sujeitos freqüentasse o ginásio e, outro, uma escola superior. Algumas vezes, a criança descobria por conta própria a existência da escola, mas não podia freqüentá-la até o fim da escolarização. Eis o que nos indica um dos relatos: “Minha vida foi na rua, onde cresci, aprendendo a ler um pouco aqui, outro lá. Cheguei a fazer uma tentativa para freqüentar escola. Via muitos meninos com quem brincava irem à escola. Depois de rondar durante algum tempo uma delas (Escola Mista 13 de Maio, particular), indo muitas vezes esperar a saída de meninos conhecidos, acabei me apresentando à professora. Disse que desejava ir à escola mas não tinha dinheiro para pagá-la — propunha-me então a prestar serviços a trôco do ensino. Três meses depois a professora, que viera do interior por causa de um noivo e montara a escola para se manter aqui, tendo desmanchado o compromisso, fechou a escola e voltou para o interior. Na última aula, ao despedir-se, deu-se alguns livros, aconselhou-me a ir procurando ler e me disse que uma das coisas que mais sentia era deixar-me. Perante a classe, indicou-me como exemplo. Foi a minha grande alegria dessa época”. As mais afortunadas, eram colocadas pelos pais nos grupos escolares. A maioria dos pais achava que as filhas “não precisavam estudar” e propendia a interromper “os estudos” dos filhos, logo que êstes aprendiam os rudimentos da leitura e da escrita. Por fim, cumpre assinalar que os chamados “negros de elite” alimentavam ambições que não podiam concretizar. Em virtude de suas relações com os “brancos” das camadas dominantes, orientavam-se pela concepção tradicionalista do mundo e acreditavam que o importante seria “estudar para doutor”. Co-

mo encontrassem essa via bloqueada, olhavam com escasso interesse os sacrifícios por outros tipos de estudos.

Portanto, a “criança negra” tinha estreitas possibilidades de aproveitar as oportunidades educacionais do ambiente. Embora essas oportunidades fôssem potencialmente acessíveis, a forma de organização da “família negra”, tanto a integrada quanto a desintegrada (e esta em escala muito maior), não incluía essa função nas relações normais dos adultos com os imaturos. Em consequência, um fator que poderia acelerar a transformação do horizonte cultural transplantado do mundo rústico deixava de ser mobilizado de modo produtivo. A “família negra” mantinha-se neutra, pois, diante de influências sociais construtivas, que poderiam concorrer para melhorar a posição das novas gerações na ordem social competitiva, assegurando-lhes perspectivas de uma participação mais intensa e vantajosa na expansão urbana. Ao comprometer a situação da criança e do jovem, vedando-lhes a absorção regular de um requisito normal da competição com os brancos e da integração ao meio social urbano, ela exercia uma influência negativa perturbadora, que iria prejudicar, irremediavelmente, o futuro do negro e do mulato na cidade.

3 — Efeitos Sociopáticos da Desorganização Social:

Os dados e as conclusões concatenados nesta parte do presente capítulo, comportam certas inferências de caráter geral. Uma pergunta é inevitável: como se explica a tolerância prolongada do negro e do mulato a condições tão devastadoras, humilhantes e indesejáveis de existência social? Essa questão pressupõe o problema teórico central dêste capítulo — a apatia da “população de côr” paulistana. Há um limite para a paciência e o conformismo. Um agregado social só se revela incapaz de desenvolver ajustamentos históricos inconformistas quando não tem possibilidades de manipular construtivamente as condições e as forças sociais do ambiente. A discussão precedente sugere, de vários ângulos, a extrema impotência a que se viu reduzido o “homem de côr”, como e enquanto agente histórico. Ora, o que há de ruim com os fracos é que eles não possuem força suficiente para se unirem, com o objetivo de combater as razões de sua fraqueza. A exposição seguinte colige, sinteticamente, as explicações que nos parecem essenciais para a compreensão dêsse dilema, tendo-se em vista os fatores que converteram o conformismo e a inércia em únicas alternativas viáveis de ajustamento do negro e do mulato à cidade de São Paulo no período considerado.

A principal conclusão teórica, evidenciada e comprovada empiricamente pela exposição desenvolvida, diz respeito à natureza e à influência dinâmica do processo de pauperização. O negro e o mulato não foram convertidos ao estado de extrema pobreza e dependência após um período de intensa participação das potencialidades culturais do ambiente. Sob vários aspectos, a escravidão redundou numa especialização restrita e fechada, que confinava a participação da cultura a um número reduzidíssimo de áreas e estimulava, ao mesmo tempo, como condição inexorável da dominação escravista, a perpetuação crônica da anomia social no convívio dos escravos entre si. Doutro lado, as formas de absorção do liberto na sociedade escravocrata e senhorial não corrigiram êsses efeitos senão de forma parcial e incompleta. Em conseqüência, o negro e o mulato emergem na cena histórica paulistana como portadores de uma herança cultural tipicamente adaptada à sua situação, como agentes de trabalho pré-capitalista no mundo rústico adjacente. Eles não podem, por conseguinte, fazer face à competição com trabalhadores brancos, especialmente os de origem européia, e a substituição populacional adquire, para eles, um sentido estrito e impiedoso. Portanto, a pauperização do negro e do mulato na cidade de São Paulo possui traços específicos. Ela decorre da degradação que ambos sofreram com a perda do monopólio de certos serviços e sua exclusão concomitante, só corrigida incidentalmente (pelas oportunidades de trabalho fornecidas por formas econômicas pré-capitalistas subsistentes ou por áreas marginais da economia urbana), do sistema emergente de relações de produção. Trata-se, em suma, de uma pobreza associada quer à privação, em larga escala, de fontes regulares de ganho e de sustento, quer à adaptação inevitável a ocupações flutuantes, descontínuas e infimamente retribuídas. Uma pobreza que tendia, em bloco, para a miséria, da qual se separava por muros quase imperceptíveis, invariavelmente tênues e instáveis, se existissem de fato. Realisticamente falando, “a miséria rondava a pobreza” do negro e do mulato. A distinção entre as duas era sutil, sustentando-se em precários envolvimento no sistema de trabalho e na ânsia incontida, compartilhada desigualmente, de não ser considerado “dependente”, “inválido” ou “desgraçado”.

Assim, compreende-se que a pauperização aparece à análise sociológica retrospectiva como o **fator sócio-dinâmico essencial**. Seria impossível discernir e combinar os efeitos isolados ou interdependentes da anomia social e da miséria sem recorrer aos esclarecimentos que resultam de semelhante constatação. A anomia não produziu, por si mesma, a miséria; nem se manteve por qualquer suposta “propensão do negro para viver na desordem”. **Vice-versa**, a

miséria não engendrou, como **antecedente causal**, a anomia e, se concorreu de diversas maneiras para agravá-la e perpetuá-la, isso não se deu simplesmente porque “o negro gosta de não fazer nada”. Foi graças ao modo pelo qual a pauperização se desenrolou econômica e socialmente que a anomia e a miséria acabaram se combinando, se interinfluenciando e se fortalecendo de forma incessante, arruinando pela base todos os anseios de “**vida condigna**”, confusa ou claramente alimentados pela “população de côr”. Excluídos das ocupações conspícuas e mais ou menos compensadoras, o negro e o mulato estavam “condenados a vegetar socialmente” — como êles próprios falam. Não podiam romper a crosta secular da miséria ostensiva, da dependência disfarçada ou da semi-dependência (107), transplantada com suas pessoas do mundo rústico para a cidade. Nem tinham como superar as condições de existência social anômica, herdadas diretamente das senzalas e reativadas pelas peripécias de desagregação do regime servil.

Vendo-se as coisas dessa perspectiva, torna-se possível introduzir certas distinções interpretativas capitais. Não é na herança cultural transplantada do mundo rústico nem na insuficiência quantitativa e qualitativa da substituição cultural, tomadas em si mesmas, que se devem procurar os fatores dinâmicos tópicos do desajustamento estrutural do negro e do mulato ao meio urbano. Mas, nas condições sociais engendradas e mantidas pelo processo de pauperização. Essas condições é que forneceram campo propício à persistência e à influência sociopáticas daquela herança cultural; e que restringiram, também com graves conseqüências sociopáticas, tanto as proporções quanto a regularidade e a intensidade da absorção dos elementos culturais da “civilização urbana”. Isso significa, em outras palavras, que as influências psicológicas e culturais operaram em um campo organizado, estrutural e dinamicamente, por condições, fatores e forças especificamente sociais. A situação histórico-social de existência está, portanto, atrás das demais influências psicológicas e culturais e, principalmente, dos “efeitos patológicos” que elas produziram de modo devastadoramente crônico e pernicioso.

Com essa afirmação, não pretendemos sugerir uma interpretação unilateral dos problemas humanos do negro e do mulato, no período considerado. Mas, ao contrário, oferecer o único quadro de

(107) — Aliás, S. H. Lowrie caracteriza em termos de semi-dependência a situação social permanente da camada inferior da população paulistana da época (cf. “Origem da População Paulistana e Diferenciação das Classes Sociais”, op. cit., pp. 197-198; quanto à composição racial dêsse extrato, cf. pp. 201-203).

referência interpretativo que permite uma consideração global dos fatores determinantes ou interferentes de importância estrutural, funcional ou causal reconhecível. Sem que se tome êsse cuidado, corre-se o risco de incorrer-se em um erro sério, que afetou inclusive as formas de consciência crítica da situação elaboradas culturalmente pelo negro e pelo mulato. Falou-se muito em “atavismo” — simultaneamente em sentido biológico, psicológico e etnológico — para explicar aparentes retardamentos da adaptação biológica, psicológica e cultural do “homem de côr”, quando na verdade não entrava em jogo, pelo que se pode saber pela investigação empírico-indutiva, nenhuma incapacidade congênita (ou adquirida, mas transmitida inexoravelmente depois) de renovação do horizonte intelectual e de inovação cultural. Está claro que o negro e o mulato foram ampla e irremediavelmente prejudicados pelas limitações biológicas, psicológicas e culturais que interferiam, negativamente, em sua adaptação aos diferentes níveis de organização da vida no mundo urbano. Também é notório que essas limitações provocaram consequências funestas de longo alcance — que se fazem sentir ainda hoje — em todos aqueles níveis. No nível biológico, algo pior que o “déficit negro” e seus prováveis fatores ou efeitos, são as desvantagens da “população de côr” para assegurar o enriquecimento do seu equipamento genético (108). No nível psicológico, o negro e o mulato viam-se impossibilitados de ajustar suas atitudes, seu comportamento e sua personalidade aos requisitos psico-sociais da “sociedade competitiva”. No nível cultural, estavam praticamente condenados a manipular conhecimentos e técnicas que não asseguravam controle fundamental apreciável sequer das forças bio-psíquicas, psico-sociais e sócio-culturais elementares do ambiente imediato, asso-

(108) — A êsse respeito, mantive várias discussões com Theodosius Dobzhansky, pessoalmente interessado em saber como a situação do negro e do mulato interferiam nos processos adaptativos, condicionados sociologicamente e, em particular, nas ligações entre a organização do meio e a herança genética. São notórias as desvantagens da “população de côr”, quando comparada com os “brancos”; e aí está, segundo pensamos, a principal consequência biológica nociva da situação de existência descrita neste capítulo. O leitor poderá dar maior amplitude a considerações desta ordem, combinando os resultados desta descrição com as sugestões teóricas que nascem da posição que Th. Dobzhansky toma diante das características e das relações da herança biológica, da herança psicológica e da herança sócio-cultural (cf. esp. *The Biological Basis of Human Freedom*, New York, Columbia University Press, 1956, passim; e, em colaboração com G. Allen, “Does Natural Selection Continue to Operate in Modern Mankind?”, *American Anthropologist*, Vol. 58 — N.º 4, Agosto de 1956, pp. 591-604).

ciadas à satisfação urgente das “necessidades básicas” (109). O importante a considerar, aqui, é que as próprias limitações mencionadas, com o vasto rol de suas repercussões encadeadas, lançavam raízes na situação histórico-social do negro e do mulato. Não só entravam em contraste com o que sucedia na organização da vida de outros estoques raciais da cidade (essencialmente com os “brancos” das camadas dominantes e os imigrantes em ascensão). Exibiam, ainda, variações incipientes (em escala individual ou grupal), associadas à diferenciação econômica e social da “população de côr”. O envolvimento social no meio urbano aparece, assim, como o fator dinâmico, de caráter condicionante universal, que graduou restritivamente e com frequência de “modo patológico” a livre manifestação, a seleção positiva e a reelaboração acumulativa das aptidões humanas básicas do negro e do mulato.

Passando-se dêsse plano de considerações abstratas para o das correlações operativas, duas conexões de ordem geral são evidentes. Primeiro, a forma histórica assumida pela pauperização do negro e do mulato, como herdeiros da situação social e da condição humana do “escravo” e do “liberto”, combinou a anomia social e a miséria segundo esquemas que tendiam a liberar e a fortalecer, unilateralmente, os ingrediente tóxicos ou destrutivos que elas próprias continham. Segundo, semelhante interação entre a anomia e a miséria converteu-se em fator dinâmico crônico da neutralização ou do solapamento das “tensões criadoras” (ou “socialmente construtivas”) da desorganização social. Êsses dois aspectos, compreendidos em conjunto, situam historicamente e explicam sociologicamente a extrema apatia revelada pela “população de côr” diante dos infortúnios arrolados acima.

Quanto ao primeiro ponto, deve-se considerar que a perpetuação indefinida do estado de anomia social suscitou conseqüências sociopáticas específicas. Em si mesma, a anomia acarretava a submissão da “população de côr” a um nível miserável de existência. Prolongando-se indefinidamente, ela fez com que as influências mais perniciosas e corrosivas da miséria atuassem de modo contínuo e devastador. Quando a anomia se produz em função de alterações do padrão de integração da ordem social, os mecanismos que desencadeiam as mudanças também operam, dinamicamente, no sentido de ordená-las no tempo e de subordiná-las a certo ritmo. No caso, por

(109) — A discriminação das necessidades básicas, feita por B. Malinowski, pode ser tomada como ponto de referência, embora as alternativas culturais propostas sejam insuficientes e criticáveis (cf. *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*, Chapel Hill, The University of North Caroline, 1944, cap. X).

se tratar de um agregado que mal absorvia as formas vigentes de ordenação das relações sociais e em pronunciado isolamento das estruturas em mudança da sociedade inclusiva, a desorganização não encontrava fatores internos de auto-contrôle e de auto-limitação. Se a sociedade inclusiva tivesse desenvolvido mecanismos reativos consistentes, que impusessem compulsoriamente certas alterações, configurar-se-ia um ritmo de mudança sócio-cultural e, por conseguinte, estabelecer-se-ia um padrão histórico de transição rápida para o novo regime. Na ausência dessa condição, os recursos adaptativos e integrativos da “população de côr” revelaram-se insuficientes para criar tal padrão histórico de mudança social — o que expôs essa população, prolongadamente, aos efeitos sociopáticos da miséria, e ao impacto acumulativo da reação em cadeia dos aludidos efeitos. Numa população que não conseguia sequer ordenar as alterações econômicas e sócio-culturais no tempo, o poder destrutivo dêsse impacto é naturalmente alto. Pois as forças sócio-culturais indisciplinadas e incontroláveis passam a concorrer, incessantemente, para alimentar a área da desorganização social. De outro lado, a mesma conexão continha um reverso perigoso. A miséria prolongada e aguçada convertia-se, por sua vez, em fator de persistência e de agravamento da anomia social. Se a miséria fôsse corrigida gradualmente, num lapso curto de tempo, a anomia social exerceria influências perniciosas menos destrutivas. Sob a condição apontada, em que a persistência se somou ao agravamento, os resultados tinham de assumir amplitude catastrófica. Tôdas as esferas do comportamento e da vida social do negro e do mulato acabaram sendo mais ou menos contaminadas pelos influxos sociopáticos de um estado de anomia crônico, antes suscetível de piorar que de auto-corrigir-se. E’ certo que a capacidade adaptativa do ser humano é muito plástica, como o demonstram as descobertas recentes da biologia, da psicologia, da antropologia e da sociologia (110). O homem pode adaptar-se tão bem a um ambiente

(110) — Uma exposição relativamente atualizada dos conhecimentos que dispomos sobre a plasticidade da natureza humana, vista em termos da interação entre as heranças biológica, psicológica e sócio-cultural é apresentada por L. G. Brown (cf. *Social Pathology, Personal and Social Disorganization*, F. S. Crofts & Co., New York, 1942, pp. 3-78). Haveria uma imensa bibliografia a acrescentar às obras mencionadas por êsse autor. Limitando-nos ao essencial, seria preciso agregar pelo menos as seguintes referências: Th. Dobzhansky, *The Biological Basis of Human Freedom*, op. cit.; K. Goldstein, *La Structure de l'Organisme*, trad. de E. Buckhardt e J. Kuntz, Gallimard, Paris, 1951; L. von Bertalanffy, *Problems of Life*, C. A. Watts & Co., Londres, 1952; J. H. Rohrer e M. Sherif, *Social Psychology at the Crossroads*, Harper & Brothers, Pub., New York, 1951; K. Horney, *New Ways in Psychoanalysis*, W. W. Norton & Co. Inc., New York, 1939; E. Fromm, *The Sane Society*, Routledge & Kegan Paul Ltd., Londres, 1956; P. Halmos, *Towards a Measure of Man, The Frontiers of Normal*

socialmente integrado, quanto a condições de existência variavelmente disnômicas ou anômicas (111). Contudo, a predominância secular de condições anômicas ou disnômicas de existência introduz elementos sociopáticos permanentes nas dimensões “normais” e “constantes” da vida humana. Isso não só eterniza certas influências sociopáticas, que interferem negativamente na motivação do comportamento humano ou no funcionamento das instituições. Também suscita uma tendência definida de especialização sócio-cultural, em si mesma deformada e sociopática. A exposição precedente ilustra amplamente essa afirmação. Não tendo incentivo para afirmar-se socialmente de outra forma, o jovem negro canalizou na direção do comportamento sexual grande parte de suas energias criadoras. Como não podia competir por prestígio social através da aquisição de riquezas, de honrarias ou de poder, êle converteu os centros de interesses eróticos em equivalente psico-social de outras modalidades, culturalmente consagradas, de auto-realização. Observações análogas podem ser feitas a respeito da prostituição ou do crime, que surgiam como alternativas desejadas de ajustamento às condições imperantes de vida social. Quando a jovem “negra” se insurgia contra os comentários dos

Adjustment, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1957; Talcott Parsons, *The Social System*, Tavistock Publications Ltd., New York, 1952 (esp. cap. VII); H. Gerth e C. Wright Mills, *Character and Social Structure*, Harcourt, Brace and Co., New York, 1953. M. J. Levy, Jr., *The Structure of Society*, Princeton University Press, 1952 (esp. caps. III e IV); R. K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, The Free Press of Glencoe, Illinois, 1949 (esp. cap. I); F. Fernandes, *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1959 (parte III).

- (111) — Sobre os conceitos de anomia e disnomia: E. Durkheim, *De la Division du Travail Social*, Félix Alcan, Éditeur, Paris, 1902 (Segunda Edição), Livro III; A. R. Radcliffe-Brown, *Structure and Function in Primitive Society*, Cohen & West Ltd., Londres, 1952 (pp. 181-184); R. K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, op. cit., cap. IV (“Social Structure and Anomie”). Como Radcliffe-Brown, damos preferência teórica ao conceito de disnomia (cf. F. Fernandes, *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, Livraria Pioneira Editôra, São Paulo, 1960, p. 142 e sets.). O uso do conceito de anomia, neste trabalho, impôs-se pelas próprias condições objetivas da transição da “população de côr”, em São Paulo, do regime de castas para o de classes. Ao empregá-lo, contudo, não ignoramos a influência dinâmica de traços culturais transplantados da África e reelaborados no Brasil, embora isso possa parecer pouco evidente na apresentação dos resultados de nossa investigação. Julgamos que M. J. Herskovits tinha razão, quando ressaltava a conotação etnocêntrica das reconstruções ou das explicações que negam o “passado histórico do negro” e sua importância nos processos adaptativos ou integrativos ocorridos nas Américas (cf. *The Myth of the Negro Past*, Harper & Brothers Pub., New York, 1941). Por fim, as questões suscitadas pela plasticidade do comportamento humano diante de condições anômicas de existência podem ser focalizadas, na literatura etnosociológica brasileira, através de E. Schaden (*Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962), que nos mostra como um povo tribal enfrenta os efeitos da desorganização permanente do sistema sócio-cultural.

parentes, dos amigos e dos vizinhos e, principalmente, quando ela re-trucava com violência: “não tenho de dar satisfação a ninguém”, “dou o que é meu”, “se está com inveja, faça como eu”, “vê lá que sou trouxa. Quero viver do bom e do melhor!”, defendia o direito de usar seus encantos como bem entendesse, inclusive como “meio de vida”. Quanto ao roubo, é falaciosa a preocupação de explicá-lo como uma espécie de herança cultural africana, como se o “homem de côr” não soubesse distinguir bem o “meu”, do “teu” ou do “nosso”. Como “escravo” e como “liberto”, o negro e o mulato realizaram dura aprendizagem das noções vigentes do direito de propriedade. Ao profissionalizarem-se na área do crime, respondiam a incentivos imediatos e escolhiam a alternativa de carreira mais compensadora ou atraente. Os malandros sabiam muito bem que roubavam porque “tinham de se defender”; essa afirmação condensa, sôbriamente, a justificação extrema da preferência e a natureza da oportunidade que os indivíduos viam diante de si. Analisando-se sociologicamente tais comportamentos, pode-se verificar, facilmente, que não entravam em jôgo nem “um baixo teor de moralidade”, nem qualquer espécie de “amoralidade animal”. Os que interpretaram, malèvolamente, êsses aspectos da situação social do negro e do mulato erraram redondamente. O preço que o homem paga à exposição prolongada e inelutável a condições crônicas de anomia é êsse mesmo. Os critérios de moralidade, que ganham vigência como “toleráveis”, “normais” e, até, “corretos”, pressupõem alguma degradação substancial dos padrões originais de moralidade, de que derivam. Olhando-se as coisas dêsse prisma, o admirável não é que tenham surgido tendências sociopáticas de diferenciação divergente do comportamento, da personalidade e das instituições no “meio negro”. Porém, que elas tenham se manifestado tão extensa e intensamente sem contaminar a natureza profunda do “homem de côr”. Apesar do isolamento sócio-cultural a que foi relegado e da indiferença da sociedade inclusiva perante seu destino social, êle ape-gou-se com afinco aos padrões de moralidade que teve de transgredir para sobreviver. Onde “venceu”, tentou “pautar sua vida” segundo as exigências que dêles decorrem, pois entende que elas são nobilitantes.

Quanto ao segundo ponto, cumpre-nos observar sômente o que é essencial. Nas condições expostas, em que a anomia social e a miséria corroíam as bases materiais e morais da própria associação, era naturalmente acentuadíssima a impotência social do agente humano. A capacidade de discernir, de escolher e de atuar socialmente não constitui mera função do querer individual. E’ preciso que se estabeleça, ao lado e através dêsse querer, o que Tönnies

chamou de “querer coletivo” — um modo de ser e de ver as coisas humanas que tornem os indivíduos material e moralmente solidários entre si. Ora, a situação histórico-social da “população de côr” conspirava silenciosa mas profundamente contra a emergência, a objetivação e o fortalecimento de laços dessa natureza. O individualismo cego, ultra-egoísta e para-predatório, preponderante na orientação geral dos ajustamentos mais freqüentes, representava o produto inevitável de uma herança sócio-cultural imprópria à adaptação e à integração ao estilo de vida imperante na cidade. O que importa, aqui, é a funesta interação de forças contraditórias, as quais excluíam o negro e o mulato da expansão do mundo urbano, ao mesmo tempo que os condenavam a padrões de vida social deteriorados. De um lado, a transplantação de técnicas, normas e valores sociais foi extensa e intimamente comprometida pelo limitado domínio alcançado, até então, pelo “homem de côr” sobre o complexo de instituições sociais básicas da sociedade brasileira. Isso reduzia, consideravelmente, sua eficácia como portador de cultura e suas potencialidades como agente social consciente. Acresce que a parcela de técnicas, normas e valores sociais absorvida institucionalmente era mais ou menos ineficiente no cenário urbano, existindo instâncias em que colidia abertamente com êle. De outro lado, sua capacidade de absorver as técnicas, normas e valores sociais alternativos, requeridos pela nova situação de existência, apresentava debilidades insuperáveis. A substituição cultural adquiriu, assim, tanto quantitativa quanto qualitativamente, um caráter fragmentário, descontínuo e improfícuo. Ela própria erigia-se, por isso, numa fonte de desajustamento, especialmente nas circunstâncias em que a eliminação de ajustamentos tradicionalistas não se compensava por aquisições alternativas igualmente eficazes. O resultado fatal dessa correlação de influências negativas era um só. A inexistência de meios psico-sociais e sócio-culturais para organizar a percepção, a inteligência e a ação de modo congruente com as exigências do ambiente. Aí parece estar o busílis da questão. Faltaram ao negro e ao mulato os suportes perceptivos e cognitivos que a herança sócio-cultural deve fornecer para alicerçar uma “boa” organização do comportamento humano. As exigências da situação histórico-social transcendiam às possibilidades de atuação social refletida e ordenada do “homem de côr”. Êste se viu impotente diante de forças sociais que não sabia reconhecer, explicar e submeter a algum tipo de contrôle social. Não que o agente humano desejasse ou se conformasse com êsse desfêcho; êle pretendia o contrário. A socialização recebida e as probabilidades de classificação social reduziam suas aspirações ou ilusões a zero, originando focos de insatisfação, de desilusão e de retraimento, que só não se tornaram aniquiladores por-

que não foram compreendidos conscientemente de modo completo. Portanto, na influência das fôrças, que ligavam o passado e o presente, na vida do negro e do mulato distilava-se um veneno sutil, contra o qual não havia defesa nem para o indivíduo isolado, nem para a coletividade. Apanhados nessa ratoeira, sem meios de defesa ativa, ambos entregaram-se — em graus que variavam com as características pessoais e com o tipo de segurança sócio-econômica — a diversos estados de desânimo, de desalento ou de indiferença que paralisavam a vontade individual e sufocavam qualquer manifestação do querer coletivo. Nas informações coligidas acima, isso transpõe-se claramente. Desde a aceitação fatalista do presente mais contristador, abjeto ou iníquo — “negro nasceu para sofrer”, “vida de negro é assim mesmo”, “não adianta fazer nada”, etc. — à racionalização derrotista dos que achavam que “é melhor a gente se conformar. Podia ser pior” e à evasão total dos que se apegavam, com unhas e dentes, às pequenas vantagens conquistadas, sustentando que o “negro não deve querer tudo que o branco tem”, “quanto maior a ambição, maior o tombo” ou que “é melhor evitar, que sofrer as decepções”. Em suma, o “meio negro” era lavrado, psicológica, cultural e socialmente, por fôrças que liberavam e estruturavam influências improdutivas, que mantinham ou ampliavam a desorganização social. As fôrças opostas, que poderiam operar no sentido inverso, eram tolhidas, solapadas ou neutralizadas por condições psico-sociais e sócio-culturais adversas. Por conseguinte, elas não chegavam a ter vitalidade e, muito menos, a exercer influência constante no desencadeamento de processos corretivos, suscetíveis de anular a distância histórica existente entre o “homem de côr” e os desafios que a presença na cidade descarregava inexoravelmente sobre seus ombros.

Em síntese, a desorganização manifesta-se na “população de côr” como componente de uma situação histórica que não lhe reserva nenhuma função social construtiva. Ela não podia converter-se numa fonte de estímulos para a mudança, pois tôdas as condições psico-sociais e sócio-culturais do ambiente imediato e da sociedade inclusiva concorriam para fazer dela um fator dinâmico de perplexidade, de desorientação e de inércia. Em vez de servir como uma ponte entre o passado e o futuro, desencadeando modificações essenciais à integração do negro e do mulato à ordem social competitiva e do regime de classes, ela operava em sentido contrário. Prendia-os a um acêrvo de bens culturais e de técnicas sociais contraditórios, com frequência obsoletos ou inconsistentes diante das exigências da situação histórico-social. Afastava-os da tomada de consciência e de posição em face dessas exigências, desligando-os do curso histórico dos processos de reconstrução social. Isolava-os, em suma, em um mun-

do material e moral confinado e sufocante, que não conferia segurança nem compensações sociais satisfatórias e, ainda por cima, não fomentava, coerentemente, a conquista dessas coisas. Portanto, vendo-se o esforço de acomodação desenvolvido pela “população de côr” dêste ângulo, torna-se patente que o conformismo evidenciado possuía uma natureza passiva. Subproduto de uma impotência total, êle não nascia nem da anuência ou do consentimento nem da identificação com os valores sociais defendidos pela “raça” dominante. Êsse esforço de acomodação trazia o signo do círculo vicioso forjado pela conjugação crônica da anomia social com a miséria. Êle só era possível e tinha pleno sentido histórico porque a degradação do homem, que assim se realizava, produzia ressentimentos individuais e desilusão social sem acarretar inquietação racial. Está visto que, se outras fôsem as condições, se o negro e o mulato dispusessem de formas integradas de sociabilidade e de solidariedade adequadas ao presente e se lograssem autonomia social suficiente para explorá-las livremente, as tensões eclodiriam na cena histórica e poderiam alimentar manifestações consistentes de acomodação ativa ao regime de classes.

Tudo isso demonstra que a apatia da “população de côr” preencheu certa função histórica. Não existem palavras para disfarçar uma realidade semelhante. Nem temos tal intenção, seja por amor à decantada **democracia racial brasileira**, seja por simpatia pela “gente negra”. Admitindo-se francamente os fatos expostos e o que êles significam para a análise sociológica, ainda assim é inegável que a apatia da “população de côr” ultrapassa o sentido da mera “fatalidade histórica”. Apesar de suas origens e de suas conseqüências sociopáticas indisfarçáveis, aquela apatia extrema representava uma das opções da seguinte alternativa: “continuar vivendo na cidade” ou “mudar para o interior”. Dêsse prisma, a apatia aparece como uma condição residualmente dinâmica, como uma escolha que envolvia a predisposição de “fazer corpo mole até o fim”. O que significava, em outras palavras, usar deliberadamente a única forma de resistência e de comportamento adaptativo voluntário que estava ao alcance do negro e do mulato. Abandonar a **cidade** pelo **campo** equivalia a “reconhecer a derrota”, o que, na gíria da época, pressupunha a admissão aberta de certa incapacidade vexatória: “entregar os pontos”, “arriar a bandeira” ou “dar mostras de pouca vontade”. Nesse complexo contexto psico-social, a permanência pura e simples na cidade possuía, por si mesma, uma conotação positiva e dignificadora — fato análogo ao que ocorrera, no passado, com o liberto. Note-se, porém, que estas preferências semi-conscientes mas arraigadas não se associavam a qualquer “sonho de um futuro melhor”; elas afetavam, diretamente, o presente imediato e, dentro dêle, o “va-

lor” das pessoas envolvidas. Tratava-se, pois, de uma obstinação claramente configurada. E’ certo que ela recebia refôrço indireto da previsão do que aconteceria aos que voltassem para o “interior”. Sabia-se que não haveria melhora sensível na condição econômica e social das pessoas; e, se houvesse, ela não seria tão compensadora a ponto de ser desejável. A atração da cidade contava, assim, como o polo positivo da decisão. E esta implicava a mais alta afirmação de si mesmo que o “homem de côr” podia dar na prática. Permanecer era resistir, resguardar-se de uma “derrota” ainda pior e mais humilhante que a de abater-se à miséria e à degradação social.

Daí uma conclusão paradoxal. A extrema apatia do negro e do mulato traduzia uma modalidade de auto-afirmação pessoal e ocultava o significado de uma resistência coletiva. Ninguém se culpava pela miséria e por seus efeitos perniciosos. Todos sabiam que, se pudessem escolher, viveriam como os brancos “ricos” e “poderosos”. O destino apresentava-se adverso e nem sempre o homem tem poderes para modificá-lo. Mas, não saber suportar êsse destino, não fazer face a êle com dignidade e coragem, seria uma “prova de fraqueza”. Eis porque, em tórno da apatia, estavam polarizados os ajustamentos que convertiam a inércia e a passividade nos mecanismos da adaptação ao aglomerado urbano. Talvez êsse seja o único elemento positivo e construtivo cuja influência impreganava e decorria da desorganização social crônica. Foi graças a êle que o negro e o mulato abriram seu árduo caminho, transformando ao longo do tempo o “morar na cidade” em “viver como gente”.

Seria inútil retomar a apatia da “população de côr” de São Paulo como problema sociológico. O que vimos é suficiente para salientar o caráter e a variedade dos fatores psico-sociais e sócio-culturais que a engendraram historicamente. Bastaria, apenas, situar mais duas coisas. Primeiro, quanto à sua motivação puramente psicológica. E’ falaciosa e indisfarçavelmente etnocêntrica a tendência a interpretá-la como uma sorte de propensão fatal e incontrolável do “negro”, como uma espécie de “tara psicológica”, adquirida na escravidão. A “paciência”, que inspirava a obstinação de permanecer na cidade, nada tinha em comum com a “obediência servil” do escravo. Ela se prendia, antes, a uma concepção da posição do indivíduo no cosmos e ao anseio do “homem livre” que se quer manter nessa condição. Segundo, quanto às conseqüências de teor positivo direto ou indireto da apatia. Na medida em que aceitavam seu “destino” com a filosofia segundo a qual “vida de pobre é assim mesmo”, mas sem deixar certas ilusões sociais, de “redenção da raça negra”, o negro e o mulato imunizavam-se contra o desespero, o ódio racial e o tormento psicológico, mantendo não obstante a crença de que “não há bem que

sempre dure, nem mal que não se acabe”. Nesse ponto, a herança sócio-cultural rústica foi útil a seus portadores, fornecendo-lhes algum apoio moral, embora êste procedesse de uma visão irracional do “destino humano”. O importante é que a apatia continha, de modo efetivo, o caráter de uma forma de ajustamento ao estilo urbano de vida. Protegia o negro e o mulato, evitando-lhes que se arriscassem a frustrações ainda mais graves e perigosas. O que teria ocorrido se houvessem adotado, nas condições econômicas e histórico-sociais descritas, comportamentos agressivos e conflitantes? A apatia foi, assim, um patamar, o ponto de partida rudimentar e modesto de que se elevou o “homem de côr” na passagem gradativa da passividade agreste para o conformismo mais ou menos consciente e, com o correr do tempo, para a insatisfação refletida e declarada. Como se verá adiante (112), então haviam surgido e foram aproveitadas condições estruturais e dinâmicas favoráveis à objetivação de atitudes de inconformismo e à sua elaboração como forças sociais construtivas no “meio negro”. A apatia tinha dado seus frutos, permitindo que o “homem de côr” chegasse até lá; como uma carapaça insensibilizadora, servira para reduzir, pelo menos, o desgaste físico, mental e moral a que êle se via impiedosamente submetido.

No fundo de tudo estava, portanto, a relação do negro e do mulato com a ordem social competitiva. As instituições sociais, que se tornaram básicas para a conformação do horizonte cultural, a organização da vida e a integração no regime de classes, foram absorvidas no “meio negro” com grande atraso e enormes deficiências. A referida absorção deu-se de modo lento e descontínuo, além de processar-se sob o império de deformações severamente prejudiciais para o contrôle ativo das forças domesticadas do ambiente pela “população de côr”. A posição tipicamente ambígua e marginal dessa população impedia que o isolamento difuso se convertesse em segregação sistemática. Contudo, êle não facilitava o acesso a posições e papéis sociais conspícuos, excluindo disfarçadamente aquela coletividade da participação regular e intensa dos processos histórico-sociais que promoviam a ordenação e a expansão do regime de classes na cidade. Em consequência, a perpetuação de uma parcela considerável da herança sócio-cultural transplantada do meio rústico, operava-se, em si mesma, como uma anomalia. Por menos aparente que isso fôsse, essa correlação de influências fazia com que o fulcro dos problemas sociais residisse nas relações entre o “homem de côr” e o arsenal de instituições sociais de que dispunha.

(121) — Os principais aspectos e decorrências dêsse processo serão descritos no capítulo IV.

Para corrigir e superar tais problemas, seria necessário que o negro e o mulato adquirissem meios para combater as causas e os efeitos do isolamento psico-social e sócio-cultural difuso, a que estavam condenados. Em outras palavras, para terem êxito na direção indicada, precisariam assumir, na estrutura da sociedade inclusiva, posições sociais que lhes facultassem a assimilação e o domínio prático das instituições de cuja posse eram automaticamente privados, de modo parcial ou total. Como tal não se deu, predominou uma espécie de **carência institucional**, que expunha o “homem de côr” ao destino inevitável de vítima indefesa tanto dos rigores e da ferocidade quanto das seduições do mundo urbano. As instituições é que regulam o uso de técnicas, de normas e de valores sociais pelos homens. Inseridos de maneira deformada, incompleta ou marginal nos processos que determinavam o grau de acesso ao complexo de instituições sociais do mundo urbano, o negro e o mulato não tinham como disciplinar, imprimir regularidade e intensidade ou emprestar eficácia à absorção das técnicas, das normas e dos valores sociais exigidos pelos ajustamentos a serem normalmente observados. Na realidade, ou haviam perdido a capacidade de organizar seu horizonte cultural e seu comportamento em consonância com os requisitos materiais e morais do antigo mundo rústico, ou viam essa capacidade perder, de maneira crescente e inexorável, sua velha eficácia. Em troca, as identificações com o mundo urbano incrustavam-se numa área ideacional e compensatória, formando o estoque de ilusões que imprimiam sentido ao afã de viver na cidade a qualquer preço. Aqueles identificações não recebiam o suporte organizatório, motivacional e orientador das instituições correspondentes, pairando no ar, como se elas não devessem ou não pudessem ser projetadas no presente, no comportamento concreto e nas reivindicações realistas do “homem de côr”. Elas se polarizavam em torno de compensações de natureza subjetiva, suscitadas por amargas frustrações do passado (provocadas pela escravidão) ou animadas por aspirações irracionais (como a confusa esperança na “redenção” final da **raça negra**, sem uma mobilização conseqüente dos próprios “homens de côr”).

O fato das inconsistências se objetivarem na esfera institucional é crucial para a nossa análise. Por aí se explica, sociologicamente, tanto a generalidade dos desajustamentos descritos, quanto o caráter insidioso e ubíquo das conseqüências ou efeitos sociopáticos que produziam. Quando uma inconsistência é de ordem institucional, ela se reflete em todos os níveis da vida social. Apenas para completar esta explanação, gostaríamos de apontar certas implicações, tomando em conta as manifestações individuais de com-

portamentos sociais; a organização da personalidade; o grau de coalescência do “meio negro”; e a acomodação dêste à sociedade inclusiva.

As condições em que se processavam a adaptação à cidade e o isolamento sócio-cultural difuso fizeram com que o negro e o mulato não fôssem adequadamente socializados para assumir posições e papéis sociais em todos os contextos da vida social de que participassem. O indivíduo não era adequadamente socializado sequer para lidar com seu corpo e com sua pessoa, expondo-se a riscos que ameaçavam, variavelmente, sua saúde, seu equilíbrio, seus interesses, sua segurança ou sua sobrevivência. Por isso, não é de estranhar-se o individualismo agreste, quase cego e desenfreado que transparecia nas relações com os “outros”. Se o “outro” fôsse fraco, tímido ou dependente e se agisse como “trouxa”, condenava-se à servidão. A pessoa constituía o único bem facilmente acessível. Ao interagir com indivíduos da mesma categoria racial, o negro e o mulato inseriam-se numa relação complexa, que transcendia a objetivos socialmente definidos e imediatos. Afastados ou excluídos dos processos normais de acumulação de riqueza, de prestígio e de poder, os “homens de côr” tendiam a aproveitar as relações sociais para se apropriarem das pessoas dos “outros”, como e nos limites em que isso se mostrasse viável. Por isso, a “simbiose” dos sexos e das idades convertia-se, com demasiada freqüência e facilidade, em “parasitismo” do homem sôbre a mulher ou do adulto sôbre o menor. Se o “outro” fôsse forte, esperto e independente, sabendo além disso impor sua vontade e autoridade, então êle seria temido, acatado e obedecido. Esta última conexão tinha importância nas relações do grupo doméstico e de camaradagem, bem como nas situações de convivência inter-racial. O temor suscitava inibição de comportamentos exageradamente egoísticos e podia até predispor ao altruísmo, à equidade e à obediência. O temor do “branco” pressupunha uma gradação especial, pois desencadeava inibições tão fortes que conduziam, em regra, a certa ansiedade e à tendência a evitar relações igualitárias (principalmente de teor competitivo). Tudo isso trai uma socialização ultra-deficiente. Num plano, ela se revelava incapaz de preparar o “homem de côr” para comportar-se responsabilmente como **pai, marido, chefe de família, filho, irmão, tio, padasto, amigo, vizinho, colega, namorado, noivo, etc.**; em outro, mostrava-se completamente desajustada diante dos requisitos materiais, intelectuais e morais de uma sociedade estratificada, aberta e competitiva, organizada com base na dominação da “raça branca”. A indolência, o desinteresse pelo trabalho, a resignação, o alheamento diante de obrigações elementares imperativas, a dife-

renciação sociopática do comportamento, etc. respondiam alternativamente (e às vezes de maneira simultânea) às dificuldades que emergiam, continuamente, em cada situação de convivência. A todo o instante, em cada ação ou relação social, o “negro” sentia-se desafiado e precisava pôr à prova sua condição humana, enfrentando dilemas em cuja solução devia demonstrar que não padecia de “falta de vontade” ou que era “macho”, “gente” e “esperto”. Essa rotina era pouco propícia ao refinamento das aptidões para agir segundo um código ético válido para todos e, em particular, para selecionar respostas encaráveis socialmente como uma exigência inviolável do “nosso grupo”. Além disso, as inconsistências das instituições fomentavam desvios repetidos, de natureza sociopática, na esfera do comportamento manifesto. As instituições coordenam as condições externas e organizam as compulsões interiores que regulam, estimulando ou inibindo, os motivos das ações humanas. As debilidades crônicas e profundas desse sistema de referência expunham o negro e o mulato a agirem, em diversas e numerosas situações de convivência, como se estivessem sujeitos a um **vácuo social**. Nesses casos, não era o egoísmo anti-social (ou outros atributos psicológicos equivalentes) que entrava em jogo. Porém, a impossibilidade de discernir entre os motivos pessoais e as consequências sociais das ações praticadas. O indivíduo convertia sua pessoa em algo exclusivo e à parte, como se tudo que fizesse ou pretendesse apenas dissesse respeito a ele próprio e se suas ações não afetassem as pessoas ou os interesses dos “outros”. Tal individualismo agreste constituía a expressão natural das debilidades da socialização recebida, estando longe das decisões premeditadas ou refletidas que caracterizam, psicológica e culturalmente, as manifestações do comportamento social egoístico.

Quanto à organização da personalidade, pode-se distinguir dois tipos de influências dinâmicas. Onde a desintegração da família se conjugava com outros desajustamentos crônicos, a diferenciação sociopática da personalidade representava uma alternativa freqüente. O vagabundo contumaz, a prostituta ou o ladrão profissional apareciam, nesse sentido, como produtos normais do condicionamento social. Onde a família integrada se associava a intentos definidos de ostentar um padrão de vida “direito”, a desilusão e o ressentimento acabavam fomentando frustrações demasiado complexas para os mecanismos integrativos, incorporados ao patrimônio sócio-cultural. Elas não podiam ser neutralizadas e absorvidas socialmente, dando origem, com freqüência, a tensões psicológicas destrutivas. A única unidade dentro da qual se tornava possível obter algum grau de contróle sobre aquelas tensões era a personali-

de. Por isso, nem sempre a integração social elidia a desorganização da personalidade. Por paradoxal que pareça, os influxos sociopáticos da desorganização social sobre a diferenciação da personalidade acarretavam certos mecanismos adaptativos e integrativos que asseguravam maior proteção ao equilíbrio do *ego* e conferiam maior plasticidade às relações da pessoa consigo mesma, com os “outros” e com as exigências do mundo exterior. Portanto, nessa fase da absorção da herança sócio-cultural urbana, os desajustamentos de efeitos psicológicos mais dramáticos podiam ocorrer nos círculos mais altos da “população negra” — entre aqueles que, aparentemente, tinham logrado posições mais vantajosas na estrutura sócio-econômica da sociedade inclusiva e progredido mais na assimilação de seus valores sociais. Aí talvez esteja a razão do temor com que se encarava, nesses círculos, as propensões inconformistas, de teor igualitário, dos “jovens de côr”. E’ provável, pois, que a substituição de atitudes apáticas por uma orientação abertamente conformista traduzisse as gradações nos riscos psicológicos, que iam da “desorganização social permanente” à “vida social integrada”. Os dados disponíveis não permitem esclarecer cabalmente os problemas teóricos que se levantam. Mas, eles projetam alguma luz sobre as inconsistências gerais dos mecanismos de socialização, de motivação e de controle coordenados e regulados institucionalmente. Parece patente que as deficiências desses mecanismos operavam, de maneira universal, como um fator dinâmico da perpetuação e do agravamento da desorganização social. Doutro lado, elas só provocaram consequências funestas quando se erguiam barreiras psicológicas ou sócio-culturais à diferenciação sociopática da personalidade. Percebe-se, com relativa clareza, porque a apatia oferecia uma alternativa de ajustamento e porque o próprio conformismo só surgia tardiamente, em conexão com os êxitos alcançados na classificação do “homem de côr” na estrutura da sociedade inclusiva. O duplo fato das tensões abalarem, fortemente, o equilíbrio da personalidade e delas serem manipuláveis apenas no plano psicológico animava uma verdadeira **orientação cultural**, que compelia à inércia, à acomodação passiva e à submissão automática à “raça dominante”. Este ponto merece séria atenção, já que sugere que certas tendências à passividade não procediam, especificamente, nem de uma deformação psicológica do “negro” pela escravidão, nem do ambiente de desmoralização resultante da vida social desorganizada. Elas provinham, ao que parece, do modo pelo qual a herança sócio-cultural absorvia a herança biológica e a herança psicológica do negro e do mulato, na configuração da estrutura básica de sua personalidade.

As inconsistências das instituições incorporadas ao patrimônio sócio-cultural também se refletiam na constituição do “meio negro”. Literalmente falando, êste não passava de uma congérie de indivíduos; seus componentes sequer chegavam a identificar-se através dos atributos raciais visíveis, pelos quais eram distinguidos pelos “brancos”, compondo subjetivamente uma categoria social. As obrigações sociais, que definiam, impunham e mantinham relações de reciprocidade, de solidariedade e de responsabilidade, objetivavam-se em níveis mais restritos da interação social (em regra em grupos primários, como a família ou as cliques de companheiros; e, com limitações sérias, nas associações recreativas e beneficentes). Nem mesmo o parentesco e o casamento ativavam, de forma universal e regular, obrigações de caráter elementar e imperioso na ordem social estabelecida. Como cada indivíduo tinha ampla liberdade de ser agente e árbitro da própria conduta, os mecanismos repressivos, inerentes às instituições absorvidas, não possuíam nenhum poder socializador corretivo. Isso ocorria inclusive com as manifestações de solidariedade. Onde a herança rústica preservasse alguma eficácia, tais obrigações assumiram características quase tribais, compelindo os indivíduos a ajustamentos anacrônicos e prejudiciais numa sociedade competitiva. Onde essa herança entrasse em crise, a solidariedade só contava na escala do parentesco consanguíneo ou, esporadicamente, nas relações congeniais. No entanto, a solidariedade “rústica” não ligava senão precariamente um número reduzidíssimo de pessoas e, ainda assim, para afastar os seus inconvenientes, os “homens de côr” em ascensão social precisavam retrair-se e condená-la. Ela fomentava o individualismo cego e agreste dos “aproveitadores”, que pretendiam parasitar sobre os parentes ou amigos; e provocava, indiretamente, o individualismo ultra-egoístico e defensivo dos que desejavam resguardar suas possibilidades de ascensão social e proteger-se contra os “chupins”. Semelhante estado de coisas produzia dois tipos de conseqüências sociopáticas. Em primeiro lugar, contribuía inevitavelmente para manter o “meio negro” como uma congérie, sem nenhuma perspectiva concreta de transformar-se, historicamente, em uma minoria racial integrada (ou, pelo menos, de funcionar em alguns aspectos construtivos como tal). Em segundo lugar, concorria para pulverizar e individualizar as aspirações de classificação e de ascensão sociais, compartilhadas universalmente, embora de maneira e em grau variáveis. Três evidências gerais são reconhecíveis com clareza: a) na ânsia de competirem entre si, por falta de socialização prévia e de compulsões sociais adequadas, o negro e o mulato viam-se, ideacionalmente, em relações de conflito, causando-se assim danos materiais e morais irreparáveis; b) a

estrutura das instituições operantes não fornecia nem base material nem suporte moral para a cooperação a longo termo, coordenada e regulada por fins supra-pessoais e altruísticos (especialmente se fôsse necessário envolver várias pessoas, sem outras ligações que as nascidas dos propósitos sociais da atividade cooperativa desenvolvesse); c) o êxito na ordem social competitiva servia como uma fonte de sucção, que tendia a promover a redefinição das lealdades dos indivíduos favorecidos em termos altamente exclusivistas e egoísticos, apartando-os do “meio negro” e fechando-os em seus círculos imediatos de convivência. Portanto, ainda aqui a passagem da desorganização social crônica para a vida social integrada não se traduzia em progresso real no domínio dos novos mecanismos adaptativos e integrativos pela “população de côr”. Um muro de incompreensão e de hostilidade oculta separava o “negro de brim” do “negro de elite”. O pior é que essa incompreensão anulava os efeitos construtivos da classificação social de uma parcela da “população de côr” e ajudava, decisivamente, a perpetuar a posição heteronômica da “raça negra” na estrutura da sociedade inclusiva. Em consequência, as alterações de estatus sócio-econômico somente beneficiavam os indivíduos envolvidos, sendo nulas do ponto de vista da situação e do prestígio da coletividade a que pertenciam. Os efeitos da mobilidade social vertical não se refletiam sequer no alargamento do horizonte cultural médio, porque a ausência de canais regulares de comunicação impedia a propagação das experiências individuais dentro dessa área no “meio negro”. Assim, as inconsistências dos mecanismos de socialização, de motivação e de controle não encontravam nenhuma fonte de correção societária. De um lado, persistiam incólumes as atitudes de complacência e de tolerância diante da repetição crônica dos desajustamentos ao mundo urbano, como se eles constituíssem algo normal e natural, uma espécie de folclore da “vida do negro na cidade”, que deveria ser resguardado pelos “homens de côr”. De outro, perpetuavam-se e multiplicavam-se os fatores psico-sociais e sócio-culturais da incapacidade medular, que proscovia o negro e o mulato da cena histórica, barrando-os dos caminhos que lhes dariam o poder de construir melhor destino no seio da sociedade de classes. Mesmo no tocante a interesses coletivos de alcance vital, como os relacionados com as imagens do “negro” (remodeladas e deformadas pelo “branco”), o “meio negro” manteve-se impassível e inerte. Como uma congêrie social, êste não dispunha de condições propícias de integração e de união, que servissem de lastro a comportamentos coletivos autônomos, tivessem ou não algum teor inconformista definido e qualquer que fôsse sua importância como mecanismo de auto-defesa. Isso explica, certamente, a ine-

ficácia das tentativas internas de reação deliberada contra as causas e os efeitos sociopáticos da desorganização social. Também sugere que as manifestações de oposição esporádica contra os “abusos dos brancos” estavam inevitavelmente condenadas à esterilidade. A lição geral que se colhe demonstra que é deveras difícil a um aglomerado humano passar, de um momento para outro, de um estado de anomia crônico para o complexo regime de solidariedade exigido pela ordem social competitiva e pelo regime de classes sociais.

Por fim, a sociedade inclusiva apresentava-se sob duas faces à “população de côr”. No nível das camadas sociais “pobres” e “dependentes”, a coexistência racial era a regra, embora isso nem sempre acarretasse inobservância significativa do padrão dominante de isolamento sócio-cultural difuso, que regulava o intercâmbio associativo dos “negros” e dos “mulatos” com os “brancos”. No nível da integração e do funcionamento da ordem social competitiva, as coisas passavam-se como se à “população de côr” estivesse vedado o acesso à estrutura da sociedade de classes. No conjunto, portanto, as tendências e o ritmo de absorção do negro e do mulato dependiam, direta e extensamente, da capacidade que revelassem, como indivíduos, de interagir com o mundo social urbano. A sociedade de classes, como sistema social, continuava tão insensível ao destino social dos “homens de côr”, quanto o fôra no período de sua formação histórica. Dadas as inconsistências dos mecanismos de socialização, de motivação e de controle fomentados pela desorganização social crônica ou pelas debilidades insuperáveis da própria vida social integrada, é fácil imaginar-se o que essa situação representava historicamente. A sociedade aberta convertia-se fatalmente no contrário, quando se tratava do negro e do mulato, que não tinham meios para promover sua inclusão na ordem social legítima. A rigor, porém, suas desvantagens não paravam aí. Além de tornar-se “fechada” para os “homens de côr”, a organização da sociedade de classes operava em função do poder relativo e da capacidade de atuação social ordenada dos grupos humanos em presença. Em outras palavras, ela se revelou também “insensível” aos problemas sociais do meio negro”, em tôdas as questões que transcendiam ao equilíbrio imediato da ordem legal (ou seja, que não fôssem “problemas de polícia” ou de “assistência”). Este ponto merece atenta consideração, pois estabelece o sistema de referência sociológico que permite compreender porque as coisas se agravaram tanto, sem que se esboçasse e se fizesse sentir substancialmente qualquer mecanismo corretivo de reação societária, coordenado e regulado pela sociedade inclusiva. Nas condições histórico-sociais descritas, esta só seria “sensível” aos problemas sociais do negro e do mulato se

êles contassem, na cena histórico-social, como uma categoria social estruturada. Mas, se êles desfrutassem dessa possibilidade, por sua vez não dependeriam de forma tão grave, intensa e complexa dos mecanismos espontâneos de correção dos problemas sociais da sociedade inclusiva... O círculo de ferro, que encadeava a anomia social à miséria, reaparecia no plano da integração estrutural e funcional do próprio sistema de classes, como êle podia manifestar-se na cidade de São Paulo. Ao inverso do que se poderia esperar, o exemplo considerado indica que os processos de diferenciação e de organização da sociedade de classes podem complicar e agravar seriamente os problemas humanos dos grupos sociais mais ou menos dependentes. E' provável que, se os negros e os mulatos suportassem com êxito os mecanismos de peneiramento da ordem social competitiva, a sua absorção teria assumido outros rumos. Na realidade, como não puderam enfrentar tais mecanismos **como indivíduos, em escala coletiva**, acabaram se desajustando estruturalmente e foram identificados, na sociedade inclusiva, como "elementos residuais". Esse é o significado real da seleção de comportamentos e de personalidades marginais da "população de côr" para representar, negativamente, o negro e o mulato, bem como para confrontá-los com os padrões de avaliação instituídos pela nova ordem social. A estigmatização do "homem de côr" aparece, por conseguinte, como um processo histórico-social, no qual o "negro" estêve tão envolvido quanto o "branco", malgrado as diferenças inegáveis de perspectivas e de interesses sociais. Na medida em que a impotência do "negro" circunscreveu sua reação ativa contra a estigmatização aos ressentimentos pessoais e em que o "branco" amparou-a com marcante fervor etnocêntrico, a conjuntura histórica deu origem a forças sociais que inseriam certos focos de agravamento dos problemas sociais dos "homens de côr" no próprio âmago da sociedade de classes. A degradação resultante dêsse processo facilitava originalmente a acomodação passiva da sociedade inclusiva à "degenerescência" da vida social do negro e do mulato sob o "regime de liberdade". Entendia-se, de modo franco, que o pauperismo, a desorganização da família, o alcoolismo, a vagabundagem, a prostituição, a criminalidade, etc. constituíam "sintomas naturais" e, por assim dizer, o dividendo fatal das propensões biológicas, psicológicas e anti-sociais do "homem de côr". Os mores cristãos e os fundamentos legais da ordem social competitiva não neutralizaram nem suavizaram os efeitos destrutivos dessas avaliações, que desorientaram ainda mais os negros e os mulatos, ao mesmo tempo que instilavam um veneno sutil em sua tênue capacidade de auto-defesa. Haveria muito o que enfatizar, sociologicamente, explorando-se êsse pano de fun-

do. O que importa ressaltar com insistência, todavia, é a ligação que se estabeleceu entre os efeitos inevitáveis da desorganização social crônica e as tendências históricas de desenvolvimento do regime de classes numa sociedade multi-racial. Praticamente, a sociedade inclusiva ignorou a situação do “meio negro”, relegando a solução final dos problemas sociais nêle existentes às conseqüências reativas, a longo termo, do processo espontâneo de integração do negro e do mulato à ordem social competitiva. A curto prazo, o quadro esboçado comporta duas constatações centrais. Primeiro, as tendências dinâmicas de consolidação da sociedade de classes foram inoperantes para facilitar e acelerar a absorção de uma categoria racial que não compartilhava de certas impulsões psico-sociais e sócio-culturais, básicas para a integração e o equilíbrio da ordem social competitiva. Segundo, em sua fase de consolidação histórica na cidade de São Paulo, o regime de classes foi indiferente à perpetuação de estruturas segmentárias anacrônicas, acomodando-se dinamicamente a padrões societários de isolamento psico-social e sócio-cultural, incompatíveis com os fundamentos econômicos e jurídico-políticos de uma sociedade “aberta”, “competitiva” e “democrática”.

Em conclusão, a desorganização social permanente atuava como um fator de apatia, compelindo o negro e o mulato a aceitarem como “normais” as condições anômicas de existência, imperantes no “meio negro”. Os influxos internos de correção espontânea dessa situação tinham bastante eficácia para produzir a convivência social integrada em certos níveis restritos. Todavia, tais influxos não podiam abranger e submeter a contróle fatores que operavam fora e acima dos grupos primários constituídos por “pessoas de côr”, na esfera de diferenciação e de integração da própria ordem social da sociedade inclusiva. Como a convivência social integrada podia ocorrer simultaneamente com a classificação no sistema de classes e a ascensão social, com freqüência ela se associava a manifestações sociopáticas, particularmente danosas para o equilíbrio da personalidade. Tendo-se em vista a situação total, em conjunto, tanto a desorganização social crônica, quanto a convivência social integrada favoreciam a persistência de combinações estruturais arcaicas, incentivando o negro e o mulato seja à apatia (tendência preponderante no setor desorganizado do “meio negro”), seja a ajustamentos conformistas altamente passivos (tendência dominante no setor integrado do “meio negro”). Consideradas em termos dos requisitos estruturais e dinâmicos da ordem social estabelecida na sociedade inclusiva, as duas tendências possuíam natureza sociopática, operando como fatores que interferiam no seu desenvolvimento normal (pelo menos no que se referia ao grau de universalização dos requisitos do regime de clas-

ses e à conseqüente superação das diferenças ou barreiras raciais, que a entravavam). Por outro lado, o padrão de diferenciação e de integração alcançado, naquela época, pela ordem social competitiva e pelo regime de classes sociais na cidade de São Paulo, apresentava debilidades estruturais e dinâmicas notórias. Aí parece residir a explicação para a própria inércia da sociedade inclusiva diante dos dilemas materiais e morais que afligiram a “população de côr”. Ela ajustou-se, ambigüamente, a resíduos de formas sociais arcaicas, que perpetuavam o antigo regime no seio da ordem social competitiva e do sistema de classes. Essa tendência era, em si mesma, fortemente anômala, pois implicava a preservação de padrões de isolamento psico-social e sócio-cultural que entravam em choque aberto com os fundamentos legais da nova ordem social. Graças a essa circunstância histórica, porém, os desajustamentos e os desequilíbrios que minavam o “meio negro” podiam ser ignorados ou resolvidos segundo procedimentos rotineiros e ineficazes, que não restringiam nem a sua propagação, nem o seu agravamento contínuo. Na verdade, a correção efetiva de tais desajustamentos e desequilíbrios só interessaria, diretamente, às pessoas e aos grupos sociais atingidos, pois eles nunca chegaram a ameaçar, de alguma maneira, as vantagens conferidas à “raça branca” por aquela ordenação social. Assim, a sociedade de classes colocou a “população de côr” paulistana diante de uma duríssima alternativa. Ou os seus componentes absorviam as técnicas culturais, os padrões de existência e os valores sociais em que ela se fundava — e então teriam elementos para superar, por conta própria, os inconvenientes da anomia, do pauperismo e da inércia sócio-cultural. Ou eles se condenavam a eternizar aquele estado de coisas, identificando-se, como categoria social, através das características sociopáticas estigmatizantes do estilo de vida a êle correspondente. Empregando-se um eufemismo de linguagem, poder-se-ia dizer que a sociedade de classes abriu as suas portas aos “homens de côr”, sob a condição de que se mostrassem capazes de enfrentar e de resolver os seus problemas de acôrdo com o código ético-jurídico que ela instituía. Mas, na realidade, ela transferiu para os ombros dêles a pesada tarefa de prepararem, sòzinhos, a “redenção da raça negra”.

Capítulo 3

HETERONOMIA RACIAL NA SOCIEDADE DE CLASSES

INTRODUÇÃO:

Os resultados da análise histórico-sociológica, coligidos nos dois capítulos anteriores, estabelecem duas evidências essenciais para o presente estudo. Primeiro, que a ordem social competitiva e o regime de classes sociais não se implantaram de modo instantâneo e homogêneo na cidade de São Paulo. Apesar do forte impulso inicial, provocado pela comercialização do café, e da aceleração crescente da revolução econômica burguesa, graças à expansão urbana e ao crescimento industrial, aquele processo histórico-social revela extrema lentidão e notória descontinuidade. Embora ele seja indiscutivelmente acumulativo, a projeção no tempo de seu desenvolvimento estrutural sugere que cada fase decisiva de diferenciação progressiva e de “avanço” intercala-se entre fases alternativas, relativamente prolongadas de compromisso com o passado e, mesmo, de resistência seletiva a inovações sócio-culturais imperiosas. Em resumo, a cidade não se transformou em bloco e de um momento para outro. Não só ela se alterou gradativamente e com um ritmo desigual, conforme os aspectos do sistema econômico, social e cultural que se levam em consideração; mas, ainda, conservou em seu bôjo reminiscências vivas do passado e estruturas arcaicas que reconstruíam o **antigo regime** em vários níveis da convivência humana. As esferas em que isso ocorreu de forma mais notável abrangem dois polos extremos: os círculos sociais constituídos pelas elites das camadas dominantes; e os setores dependentes da plebe. Com o correr do tempo, semelhantes resíduos do passado recente foram absorvidos e eliminados, desaparecendo aos poucos os contrastes mais ou menos aberrantes. Então, aparecem as “ilhas culturais”, que lembram na paisagem da metrópole a imensa variedade de heranças étnicas, de caráter rústico, que aqui se congregam. Na época que focalizamos, porém, o processo estava em fase incipiente de transição e os dois polos opostos da sociedade só lembravam o **mundo burguês** coetâneo pelas exterioridades do comportamento e pelas aparências do estilo de vida social. Como os segmentos dependentes da plebe envolviam-se de

forma esporádica e superficial nos “interesses práticos” ligados com os surtos econômico e urbano, era nessa área que os resíduos da herança sócio-cultural pré-capitalista apresentavam maior tenacidade. Segundo, aquilo que se poderia chamar de “aptidão para a mudança” ou de “impulso básico para a modernização” tinha menos que ver com os conteúdos e a organização do horizonte cultural das pessoas e categorias de pessoas, que com sua localização na estrutura econômica e de poder da cidade. O engajamento nas atividades práticas, com os proventos e as imposições daí resultantes, é que regulavam o grau de identificação, de neutralidade ou de repulsa diante das inovações socialmente necessárias. Por essa razão, a rusticidade predominante nos diversos grupos étnicos sofria correções altamente variáveis e flutuantes. Os que se inseriam no “mundo de negócios” propendiam mais que os outros, voluntariamente ou sob a pressão de exigências inelutáveis, a tomar atitudes abertas em face da modernização. No entanto, as influências inovadoras ficavam mais ou menos confinadas, em grande parte por causa do padrão de isolamento sócio-cultural vinculado seja ao estalão elevado de vida das famílias abastadas “tradicionais”, seja ao estado de miséria e de desequilíbrio dos setores dependentes da plebe. Nos dois extremos, pois, o desligamento dos fluxos de renovação sócio-cultural tendia a ser acentuado.

Esbatendo-se a situação do negro e do mulato sobre esse amplo pano de fundo histórico-social, obtém-se uma compreensão relativista e objetiva do “drama do negro” na cidade. As tendências históricas de diferenciação e de reintegração da ordem social não favoreciam, de per si, nenhum agrupamento étnico ou racial determinado. Todavia isso acabava acontecendo, por vias indiretas. O envolvimento imediato nos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sócio-cultural dependia de recursos materiais e morais. Ou, em outras palavras, de recursos econômicos, de meios técnicos e organizatórios; em suma, de aptidões para responder efetivamente às exigências da situação histórico-social. Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis. As conseqüências sociopáticas da desorganização social imperante no “meio negro” ou da integração deficiente à vida urbana concorreram para agravar o peso destrutivo dessas desvantagens, aniquilando ou corroendo até as disposições individuais mais sólidas e honestas de projetar o “homem de côr” no aproveitamento das oportunidades em questão. Dêsse ângulo, percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente

combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sócio-cultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade **competitiva, aberta e democrática**. Se as impulsões econômicas, sociais e políticas que orientaram a formação e o desenvolvimento ulterior imediato do regime de classes fôsem mais poderosas, concentradas e tenazes, parece provável que os mecanismos espontâneos de reação societária seriam suficientes para compelir o “negro” aos ajustamentos dinâmicos, requeridos pela situação histórico-social. Como essas impulsões não se objetivaram socialmente, o destino da “população de côr” ficou entregue às potencialidades dinâmicas de um equipamento adaptativo e integrativo basicamente modelado para funcionar na sociedade de castas. Ele era apropriado para promover ajustamentos que resguardavam ao máximo a distância social existente entre o “branco” e o “negro”, como se este ainda vivesse sob o **jugo da dominação do senhor**. Por isso, operava como um fator de preservação e de reintegração, na ordem social competitiva, do padrão de isolamento sócio-cultural em que se fundava o equilíbrio de relações raciais e o domínio da “raça branca” no regime escravocrata. O que deixa claro que a situação histórico-social do negro e do mulato, no período de consolidação da sociedade de classes em São Paulo, oferece-se à análise sociológica como um problema de demora cultural.

Tudo isso implica que se dê atenção especial a certas influências sócio-culturais que estabeleceram uma espécie de composição entre o presente e o passado, entre a sociedade de castas e a sociedade de classes. O regime extinto não desapareceu por completo após a Abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo daqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do **antigo regime**. Tôda insistência será pouca, para ressaltar-se a significação sociológica dessa complexa realidade. Elas nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental do “liberto” e nela permaneceram muito tempo depois do desaparecimento legal da escravidão. A Abolição projetou-os no seio da plebe, sem livrá-los dos efeitos diretos ou indiretos dessa classificação. Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e do regime de classes, a “população de côr” subsiste numa posição ambígua, representada, confusamente, como se constituísse um estamento equivalente ao ocupado pelos “libertos” na velha estrutura social. Ora, essa situação esdrúxula é altamente esclarecedora. Pois identifica quais são as raízes históricas da degradação social do “homem de côr” no seio do novo sistema sócio-econômico: a perpetuação indefinida de padrões de ajustamento racial que pressupunham a vigên-

cia de critérios anacrônicos de atribuição de status e papéis sociais ao negro e ao mulato.

Tomando-se a rede de relações raciais como ela se apresenta em nossos dias, poderia parecer que a desigualdade econômica, social e política, existente entre o “negro” e o “branco”, fôsse fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. A análise histórico-sociológica patenteia, porém, que esses mecanismos possuem outra função: a de manter a distância social e o padrão correspondente de isolamento sócio-cultural, conservados em bloco pela simples perpetuação indefinida de estruturas parciais arcaicas. Portanto, qualquer que venha a ser, posteriormente, a importância dinâmica do preconceito de cor e da discriminação racial, eles não criaram a realidade pungente que nos preocupa. Esta foi herdada, como parte de nossas dificuldades em superar os padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravocrata e senhorial. Graças a isso, ambos não visavam, desde o advento da Abolição, instituir privilégios econômicos, sociais e políticos, para beneficiar a “raça branca”. Tinham por função defender as barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco”, em face do “negro”, como **raça dominante**. No capítulo precedente, procuramos explicar porque o negro e o mulato ficaram apáticos diante de semelhante processo histórico-social e de suas consequências iníquas. Neste capítulo, a nossa atenção vai voltar-se para o outro lado da moeda. Como e dentro de que limites o “homem branco” continuou preso a um sistema de valores sociais e de dominação racial que acarretava a vigência de um padrão de ajustamento inter-social análogo ao que vigorava na sociedade estamental e de castas.

1 — O Mito da “Democracia Racial”:

E’ muito difícil, em nossos dias, reconstruir e interpretar com objetividade as disposições que orientaram os ajustamentos raciais dos “brancos”, durante a fase de consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo. Duas coisas, porém, parecem claras. Primeiro, a perpetuação, em bloco, de padrões de relações raciais elaborados sob a égide da escravidão e da dominação senhorial, tão nociva para o “homem de cor”, produziu-se independentemente de qualquer temor, por parte dos “brancos”, das prováveis consequências econômicas, sociais ou políticas da igualdade racial e da livre competição com os “negros”. Por isso, na raiz dêsse fenômeno não se encontra nenhuma espécie de ansiedade ou de inquietação, nem qualquer sorte de intolerância e de ódios raciais, que

essas duas condições fizessem irromper na cena histórica. Em nenhum ponto ou momento o “homem de côr” chegou a ameaçar seja a posição do “homem branco” na estrutura de poder da sociedade inclusiva, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida. Não se formaram, por conseguinte, barreiras que visassem impedir a ascensão do “negro”, nem se tomaram medidas para conjurar os riscos que a competição desse elemento racial pudesse acarretar para o “branco”. Em síntese, não se esboçou nenhuma modalidade de resistência aberta, consciente e organizada, que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta. Por paradoxal que pareça, foi a omissão do “branco” — e não a ação — que redundou na perpetuação do *status quo ante*. Ao que parece, na medida em que o “homem branco” só conseguia pôr em prática reduzida parcela das técnicas, instituições e valores sociais inerentes à ordem social competitiva, e ainda assim em setores mais ou menos restritos e confinados (em certos tipos de atividades econômicas, de relações jurídicas ou de privilégios políticos dos membros da classe “alta”), o campo ficou aberto para a sobrevivência maciça de padrões de comportamento social variavelmente arcaicos. No bôjo desses padrões de comportamento, passaram para a nova era histórica e revitalizaram-se normas da velha etiqueta de relações raciais, distinções e prerrogativas sociais que proporcionavam os direitos e as garantias sociais das “raças” em presença às posições que seus componentes ocupavam na estrutura de poder da sociedade, representações que legitimavam, tanto racial, quanto material e moralmente, tais distinções e prerrogativas, etc. Dêsse ângulo, as debilidades históricas, que cercaram a formação e o desenvolvimento inicial do regime de classes, contam como muito mais decisivas para a preservação de grande parte da antiga ordem racial, que as predisposições do “branco” de precaver-se do “negro livre”. Pura e simplesmente, aquêle não se defrontou com semelhante alternativa histórica, como aconteceu, por exemplo, em situação análoga nos Estados Unidos. Segundo, essa circunstância multiplicou o poder dinâmico dos fatores de inércia sócio-cultural. Ao mesmo tempo que o “branco” não se via impelido a competir, a concorrer e a lutar com o “negro”, êste propendia a aceitar passivamente a continuidade de antigos padrões de acomodação racial. Graças aos efeitos sociopáticos da desorganização social permanente e da integração social deficiente, quando o “homem de côr” superava a apatia diante do próprio destino, fazia-o para aderir a um conformismo tímido e perplexo. Era fatal que prevalecessem orientações já estabelecidas e mais ou menos arraigadas no comportamento convencional. Ora, tais orientações não só existiam; elas faziam parte da herança cul-

tural dos círculos dirigentes das camadas dominantes. Naturalmente, quase insensivelmente, na fase de extinção final do antigo regime, as concepções ideológicas e utópicas do núcleo de origem senhorial, aplicáveis à ordenação e à graduação das relações raciais, governaram o reajustamento dos “negros” e “brancos” entre si e, como e enquanto tais, à nova situação histórico-social. Isso parece esclarecer, de modo completo e definitivo, um aspecto curioso da nossa expansão urbana. Durante quase meio século, permaneceu soberana e intocável uma ideologia racial que colidia com as bases ecológicas, econômicas, psicológicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas de uma sociedade multi-racial, de estrutura secularizada, aberta e em diferenciação tumultuosa! Ainda que os círculos humanos em ascensão pertencessem à “raça branca”, eles não possuíam motivos substanciais para se identificarem, nesse plano, com as velhas elites. Acresce que tinham, por circunstâncias especiais, bons motivos para não perfiarem e até para combaterem as técnicas de dominação social, às quais se conjugavam a persistência e a revitalização de critérios obsoletos de dominação racial. No entanto, os aludidos círculos permaneceram indiferentes quer às inconsistências dessas técnicas de dominação racial, quer à dramática situação, bastante notória, da “população de côr” da cidade. No essencial, apropriaram-se parcialmente daquelas técnicas, tirando algum proveito delas e aumentando a área de manifestação de acomodações raciais, em choque irremediável com os fundamentos legais e morais do novo estilo de vida social.

Nesse contexto, um único elemento revelou tenacidade específica. Habitados a lidar com as tensões raciais num mundo social em que elas continham temível poder explosivo e, por isso, precisavam ser reprimidas sem contemplação, os membros das elites tendiam a manter, diante dos problemas da “população de côr”, atitudes rígidas, incompreensivas e autoritárias. Agiam como se ainda vivessem no passado, mostrando-se propensos a exagerar os riscos potenciais de uma franca liberalização das garantias sociais aos “negros” e a robustecer velhas formas de dissuasão dos “pruridos de gente”, a que eles tivessem, por ventura, ânimo de aderir. Em particular, não viam com bons olhos as agitações em torno do “problema negro”, que eclodiram esparsa e desordenadamente aqui e ali, como se elas ocultassem os germens de uma inquietação social suscetível de converter-se, com o tempo, em conflito racial. Doutro lado, opunham-se a manifestações de solidariedade para com o “negro” que escapassem ao paternalismo tradicionalista, o qual protegia o indivíduo ou grupos restritos, resguardando a superioridade e as posições de mando do “branco”. A desconfiança tolhia, portanto, a modernização de atitudes e de comportamentos em ambos os estoques raciais, sob a

dupla presunção de que agitar certas questões só serviria para “prejudicar o negro” e “quebrar a paz social”. Com isso, as orientações que se objetivaram socialmente, como um sucedâneo da opção coletiva consciente, equivaliam a uma proscrição e a uma condenação disfarçadas do “homem de côr”. Êste não era repellido frontalmente; mas, também não era aceito sem restrições, abertamente, de acordo com as prerrogativas sociais que decorriam de sua nova condição jurídico-política. Persistia uma diretriz ambivalente, de repulsa às impulsões de tratamento igualitário do “negro” e de acatamento aparente dos requisitos do nôvo regime “democrático”. Na prática, tal ambivalência não favorecia o negro e o mulato. Ao que parece, ela apenas contribuiu para suavizar os mecanismos do peneiramento competitivo. Onde o paternalismo prevaleceu, êle facilitou a classificação econômica e social por meio da infiltração pessoal intermitente. Contudo, daí decorria um pesado ônus: o “negro” não se adestrava, convenientemente, para a livre competição e a “população de côr” continuava a sofrer os efeitos perniciosos da acefalização insuperável, que tal processo de ascensão sócio-econômica instituiu.

Entenda-se que nada disso nascia ou ocorria sob o propósito (declarado ou oculto) de **prejudicar o negro**. Na mais pura tradição brasileira, tal coisa não se elevava à esfera da consciência social; e, onde se descobrisse algo parecido (nas atitudes ou nos comportamentos de certos imigrantes e em discriminações anacrônicas, mantidas em determinadas instituições), dêsses mesmos círculos sociais partia o grito de alarma e de reprovação categórica (1). As mencionadas orientações constituíam parte do tributo oneroso que aqueles círculos sociais pagavam a inveteradas deformações de seus modos de ser, de pensar e de agir, provenientes do regime escravista, as quais os tornavam inaptos para compreender o presente e enfrentar com mentalidade construtiva as suas múltiplas exigências revolucionárias. Além disso, cumpre atentar para o fato de que a “defesa da paz social”, que se pretendia pôr em prática, não proscovia o “negro” da vida social normal. Na verdade, ela respondia a um velho ideal, reiteradamente negligenciado, de associar a preparação completa do negro e do mulato, para seus deveres profissionais e cívicos, à sua ascensão irrestrita como **homem livre**. Supunha-se que êsse seria o caminho mais seguro, ao mesmo tempo para “proteger o negro” e para “resguardar os interesses da sociedade”. Semelhante visão da realidade racial pressupunha uma solução extremamente lenta e sob muitos aspectos iníqua do “problema negro”. Sem que se atentasse pa-

(1) — Na segunda parte dêste capítulo serão mencionados alguns dados a respeito dêsse aspecto do assunto.

ra isso, a filosofia política dessa solução repousava no antigo modelo de absorção gradativa dos “elementos de côr”, pelo peneiramento e assimilação dos que se mostrassem mais identificados com os círculos dirigentes da “raça dominante” e ostentassem total lealdade a seus interesses ou valores sociais. Expectativas e concepções dessa natureza estavam em conflito irremediável com a ordem social existente e jamais poderiam servir, dentro do nôvo contexto sócio-econômico e juridico-político, como uma ponte de entendimento racial. Não obstante, elas vingaram na cena histórica, alimentando a ilusão de que assim se consolidava a “paz social” e promovia a “defesa dos interesses do negro”. Na ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa da “população de côr”, fecharam-se tôdas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. Pois é patente a lógica dêsse padrão histórico de **justiça social**. Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de côr” aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.

Como não podia deixar de suceder, essa orientação gerou um fruto espúrio. A idéia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da “democracia racial brasileira”. Admita-se, de passagem, que êsse mito não nasceu de um momento para outro. Êle germinou longamente, aparecendo em tôdas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo “muito pouco fel” e sendo suave, doce e cristãmente humano. Todavia, tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a idéia de uma “democracia racial”. Que igualdade poderia haver entre o “senhor”, o “escravo” e o “liberto”? A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e da discriminação raciais — ou para legitimar a ordem estabelecida; ou para preservar as distâncias sociais em que ela se assentava (2). Com a Abolição e a implantação da República, desapareceram as razões psico-sociais, legais ou morais que impediam a objetivação de semelhante idéia. Então, operou-se uma reelaboração interpretativa de velhas racionalizações, que foram fun-

(2) — O leitor encontrará em R. Bastide e F. Fernandes, **Branços e Negros em São Paulo**, op. cit., pp. 84-115, uma descrição e análise sociológicas das funções do preconceito e da discriminação raciais na ordem social escravocrata e senhorial da cidade de São Paulo.

didadas e generalizadas em um sistema de referência consistente com o regime republicano. No passado, o conflito insanável entre os fundamentos jurídicos da escravidão e os mores cristãos não obistou que se tratasse o escravo como coisa e, ao mesmo tempo, se pintasse a sua condição como se fôsse “humana”. No presente, o contraste entre a ordem jurídica e a situação real da “população de côr” também não obstruiria uma representação ilusória, que iria conferir à cidade de São Paulo o caráter lisongeiro de paradigma da **democracia racial**. A realidade coetânea, sobejamente descrita nos dois capítulos acima e bem conhecida por todos, na época não tolheu a construção dessa imagem, que aplicou o figurino da moda à auto-consagração da “raça branca”. Infelizmente, como no passado a igualdade perante **Deus** não proscovia a escravidão, no presente a igualdade perante a **Lei** só iria fortalecer a hegemonia do “homem branco”.

Tão vasto mecanismo de acomodação das elites dirigentes a uma realidade racial pungente (e porque não dizer: intolerável numa democracia), permitiu que se fechassem os olhos, quer diante do drama coletivo da “população de côr”, quer diante das obrigações imperiosas que pesavam pelo menos sôbre os ombros dos antigos proprietários de escravos — para não se falar nada sôbre os riscos que corre o regime democrático onde se perpetuam diferenças rigidamente aristocráticas na mentalidade e nos costumes dos homens. E, o que foi pior, imprimiu aparência consentânea ao farisaísmo racial dos “brancos”. A hipocrisia senhorial era facilmente desmascarável; entrava no rol das matérias convencionais. O mesmo não sucedeu com o mito da “democracia racial”. Como as oportunidades de competição subsistiam potencialmente abertas ao “negro”, parecia que a continuidade do paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira constituía uma expressão clara das possibilidades relativas dos diversos estoques raciais de nossa população. Ninguém atentou para o fato de que o teste verdadeiro de uma **filosofia racial democrática** repousaria no modo de lidar com os problemas suscitados pela destituição do escravo, pela desagregação das formas de trabalho livre vinculadas ao regime servil e, principalmente, pela assistência sistemática a ser dispensada à “população de côr” em geral. Imposto de cima para baixo, como algo essencial à respeitabilidade do **brasileiro**, ao funcionamento normal das instituições e ao equilíbrio da ordem nacional, aquele mito acabou caracterizando a “ideologia racial brasileira”, perdendo-se por completo as identificações que o confinavam à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social.

O mito em questão teve alguma utilidade prática, mesmo no momento em que emergia històricamente. Ao que parece, tal utili-

dade evidencia-se em três planos distintos. Primeiro, generalizou um estado de espírito farisaico, que permitia atribuir à incapacidade ou à irresponsabilidade do “negro” os dramas humanos da “população de côr” da cidade, com o que êles atestavam como índices insofismáveis de desigualdade econômica, social e política na ordenação das relações raciais. Segundo, isentou o “branco” de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação sócio-econômica do negro e do mulato. Terceiro, revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre “negros” e “brancos” através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos raciais, forjando uma **consciência falsa** da realidade racial brasileira. Esta técnica não teve apenas utilidade imediata. Graças à persistência das condições que tornaram possível e necessária a sua exploração prática, ela implantou-se de tal maneira que se tornou o verdadeiro elo entre as duas épocas sucessivas da história cultural das relações entre “negros” e “brancos” na cidade (3). Em consequência, ela também concorreu para difundir e generalizar a **consciência falsa** da realidade racial, suscitando todo um elenco de convicções etnocêntricas: 1.º) a idéia de que “o negro não tem problemas no Brasil”; 2.º) a idéia de que, pela própria índole do **Povo brasileiro**, “não existem distinções raciais entre nós”; 3.º) a idéia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo; 4.º) a idéia de que “o prêto está satisfeito” com sua condição social e estilo de vida em São Paulo; 5.º) a idéia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao “negro”, excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania — o que pressupõe o corolário segundo o qual a miséria, a prostituição, a vagabundagem, a desorganização da família, etc., imperantes na “população de côr”, seriam efeitos residuais, mas transitórios, a serem tratados pelos meios tradicionais e superados por mudanças qualitativas espontâneas (4).

(3) — As duas épocas mencionadas dizem respeito à duração, no tempo, da sociedade de castas e da sociedade de classes.

(4) — Nessa parte da exposição, julgamos melhor formular as representações enunciadas sem referi-las à conexão de tempo pressuposta. Procedemos assim para facilitar o resumo dos resultados mas, também, porque as referidas representações continuam a ter vigência na atualidade. Não obstante, não utilizamos dados ou materiais relativos ao presente, o que alargaria demais o âmbito da discussão.

Essa sumária e imperfeita condensação evidencia, segundo supomos, que não se impôs historicamente, como algo inevitável, a necessidade de ajustar as representações ou avaliações raciais aos requisitos econômicos, políticos e jurídicos da ordem social democrática, decorrente da Abolição da escravatura e da implantação do Estado republicano. Nenhum interesse econômico, social ou político, bem como nenhuma consideração de caráter moral, religioso ou convencional impeliram as elites dirigentes a diligenciar inovações que entrosassem o sistema de relações raciais na ordem societária em emergência e em expansão. Em face disso, é impossível evitar outra questão delicada. Parece claro que a persistência de velhas racionalizações, com frequência reinterpretadas e sob o jargão fornecido pelos mores jurídico-políticos republicanos, decorria unilateralmente do que se poderia chamar de “interesses da **raça dominante**”, na forma em que êles convinham às elites dirigentes. Em que consistiam êsses interesses? Pelo que se pode discernir, atualmente, êsses interesses caíam em duas categorias. De um lado, havia a propensão em isentar aquelas elites, com os círculos sociais que elas representavam — ambos dramaticamente envolvidos na exploração secular do escravo ou do liberto e na política de substituição populacional que eliminou o “negro” da arena econômica — de “culpas objetivas” pelo desfêcho melancólico dos processos abolicionista e republicano. O desvio farisaico, imposto, mantido e alargado continuamente pelas contradições entre os mores econômicos, religiosos e jurídicos da sociedade de castas, foi de grande serventia naquelas circunstâncias históricas. Negando uma realidade racial pungente, ladeava-se a dificuldade maior, de ter de enfrentá-la e superá-la. De outro lado, a orientação alternativa — que não chegou a concretizar-se historicamente — de organizar e fomentar o caminho da **integração racial democrática**, colidia com os objetivos diretos e conscientes da política de expansão econômica com base nos interesses da grande lavoura e de suas vinculações com o crescimento econômico. A aludida política não deixava margem de escolha. Ou se sacrificavam os elementos egressos do trabalho servil; ou não se punha em prática a orientação alvitrada, no fomento do trabalho livre e da substituição populacional (5).

(5) — Essa questão já foi examinada no primeiro capítulo. Seria oportuno, não obstante, transcrever um esclarecedor trecho da intervenção de Prudente de Moraes, na célebre sessão da Câmara de 11-5-1885, confirmada posteriormente pelos acontecimentos: “Posso dizer, e creio que não serei contestado pelos representantes de minha província; na Província de São Paulo, especialmente no Oeste que é a sua parte mais rica e próspera, a questão principal não é a da liberdade do escravo. Os paulistas não fazem resistência, não fazem grande questão disto; do que êles fazem questão séria, e com toda a razão, é da substituição e permanência do

Dentro desse contexto, é fácil compreender-se porque os fazendeiros paulistas logo abandonaram as pretensões de reparação, associadas à libertação compulsória dos escravos, dando preferência às medidas que ingeriam o Estado no financiamento da produção agrícola e, em particular, na intensificação das correntes migratórias européias. Acresce que a concentração de esforços numa área destituída de importância econômica e política imediatas conduziria, inevitavelmente, a resultados indesejáveis, do ponto de vista da situação estratégica das camadas dominantes. Qualquer iniciativa autêntica de proteger a ascensão igualitária do negro e do mulato esbarraria com dissensões e oposições arraigadas. Formar-se-iam focos de tensões e de conflitos no seio das próprias camadas dominantes, sem que isso proporcionasse vantagens efetivas a qualquer dos subgrupos em que elas se dividiam.

Motivos dessa natureza eram tão ponderáveis, que já aparecem, explicitamente, no bôjo da campanha abolicionista. Em um dos manifestos contra a escravidão, afirmava-se: “O futuro dos escravos depende em grande parte dos seus senhores; a nossa propaganda não pode por consequência criar entre senhores e escravos senão sentimentos de benevolência e de solidariedade” (6). Nabuco, por sua vez, embora definindo o abolicionismo como um movimento político nascido da idéia “de construir o Brasil sôbre o trabalho livre e a união das raças na liberdade” e representasse a “raça negra” como “elementos de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro”, estabelece reservas muito significativas. Segundo indicava, os abolicionistas “querem conciliar tôdas as classes, e não indispor umas contra as outras”. “Não pedem a emancipação no interêsse tão sômente do escravo, mas do próprio senhor, e da sociedade tôda”. Essas são belas palavras, que perdiam boa parte do impacto revolucionário pelo contexto ideológico em que se projetavam. Pois êle deixa patente, em seguida, duas coisas fundamentais. Primeiro, que não se visava subverter a estrutura racial da sociedade de castas, mas sua ordenação jurídica — “não podem que-

trabalho (apoiado de Antônio Prado, Rodrigo Silva e Martim Francisco); e desde que o govêrno cure sèriamente de empregar os meios que facilitem a aquisição de braços livres que garantam a permanência do trabalho, a conservação e o desenvolvimento da sua lavoura, os paulistas estarão satisfeitos e não farão questão de abrir mão de seus escravos, mesmo sem indenização, porque para êles a melhor, a verdadeira indenização está na facilidade de obter trabalhadores livres, está na substituição do trabalho” (apud José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, op. cit., p. 225).

(6) — Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, Rio de Janeiro, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, s. d., p. 12.

rer [os abolicionistas] instilar no coração do oprimido um ódio que ele não sente, e muito menos fazer apêlo a paixões que não servem para fermento de uma causa, que não se resume na reabilitação da raça negra, mas que é equivalente, como o vimos, à reconstituição completa do país”. Segundo, que se pretendia proceder à emancipação preservando-se tôdas as regalias e o poder de dominação da “raça branca”. “A propaganda abolicionista com efeito não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e ,além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa, e que ou a lei de Lynch ou a justiça pública imediatamente havia de esmagar” (7). As conveniências dos círculos dirigentes da “raça dominante” é que iriam decidir como orientar a transformação da ordem racial, inerente à estruturação da sociedade. Êsses limites eram tão fortes, que foram respeitados até pelos idealistas ou pelas fôrças radicalmente revolucionárias do movimento. Patrocínio, visto por Nabuco como a encarnação do espírito revolucionário do abolicionismo (8), fixa-se, obedientemente, dentro dêsses limites. “Por minha parte, assevera, desde o primeiro dia da propaganda abolicionista abri a minha estrada, dando-lhe por margens o direito e a lei”. “Quando foi que desta tribuna se pregaram idéias subversivas? Quando foi que proclamamos o direito do punhal do escravo contra a vida do senhor, ainda que tivéssemos para apoiar-nos a indignação de Raynal?” (9).

(7) — Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, op. cit.; trechos extraídos das pp. 19-20 e 24-25. Adiante, conclui, completando êsse quadro: “A emancipação há de ser feita entre nós por uma lei que tenha os requisitos externos ou internos de tôdas as outras. E’ assim no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder a causa da liberdade” (idem, p. 26).

(8) — “O que Patrocínio, porém, representa é o *fatum*, é o irresistível do movimento... Ele é uma mistura de Espártaco e de Camille Demoullins... Os que lutavam somente contra a escravidão, eram como os liberais de 1789, da raça dos cegos de boa vontade, senão voluntários, que as revoluções empregam para lhes abrirem a primeira brecha... Patrocínio é a própria revolução. Se o abolicionismo no dia seguinte ao seu triunfo dispersou-se e logo depois uma parte dêle aliou-se à grande propriedade contra a dinastia que ele tinha induzido ao sacrifício, é que o espírito que mais profundamente o agitou e revolveu, foi o espírito revolucionário que a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces... Patrocínio foi a expressão de sua época; em certo sentido, a figura representativa dela...” (Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, Instituto Progresso Editorial, São Paulo, 1947, pp. 178-179). Essa caracterização magistral, tirante as implicações conservadoras, põe em relêvo o significado do “espírito revolucionário” encarnado por Patrocínio e a natureza das fôrças que empolgaram a condução dos eventos histórico-sociais. Por isso, ela é tão importante para a nossa análise.

(9) — Conferência Pública do Jornalista José do Patrocínio Feita no Teatro Politeama em Sessão de Confederação Abolicionista de 17 de Maio de 1885, Folheto N.º 8, Tip. Central, Rio de Janeiro, 1882 (sic!), pp. 4-5.

Em São Paulo, nem mesmo Antônio Bento, o grande mentor da agitação direta nas senzalas, teve coragem ou sentiu necessidade de ultrapassar êsses limites; e o Partido Republicano tergiversou continuamente, procurando capitalizar os interesses políticos da grande lavoura (10).

Transcorrida a Abolição e consolidado o regime de trabalho livre, os mencionados motivos operaram com renovado vigor. A aristocracia paulista possuía experiência escassa e recente na área da manipulação democrática dos problemas sociais (11). Acostumada ao mando arbitrário e à obediência passiva, não aprendera a lidar com o comportamento coletivo e com os movimentos sociais autônomos, tendo ainda de aprender a enfrentá-los com equilíbrio, serenidade e ânimo construtivo. Além disso, ninguém sabia ao certo o que poderia ocorrer na cidade se se acendesse um estopim em torno de “questões raciais”. Duvidava-se da lealdade dos imigrantes aos interesses e aos valores das camadas dominantes, receando-se, em especial, que agitações em torno dêsses problemas fomentassem inquietações bem mais graves e incontroláveis entre os operários. A “paz social” continuava a ser vista ao velho estilo, como algo monolítico. Quebrada em um ponto, fôsse qual fôsse, independentemente da razão invocada, poder-se-ia perder o contrôlo da situação. As descrições de Everardo Dias sobre a formação do proletariado e o desenvolvimento das lutas operárias em São Paulo são particularmente elucidativas a êsse respeito. Elas acentuam muito bem como a mentalidade reinante via a “questão social” como uma “questão de polícia”, sufocando pela violência as manifestações reivindicativas do teor mais pacífico (12). Tais manifestações “alarmavam e enchiam de pânico os conservadores e demais elementos autoritários de posse das rédeas governamentais do país, pois era então presi-

(10) — Veja-se, a respeito, José Maria dos Santos, *os Republicanos Paulistas e a Abolição*, op. cit., esp. pp. 106-113, 118, 149-150, 195-222, 249 e 261 *le sets*. Note-se que desde o início a ala radical do Partido Republicano era abolicionista. Já na célebre reunião de 2-7-1873, realizada na Capital, Luiz Gama colocara, dura e dramaticamente, o Partido Republicano em causa, demonstrando que êle não podia transigir, nessa matéria, com os interesses escravocratas da grande lavoura. Mas sua posição só encontrou ressonância moral; caiu sozinho, como voz solitária e incômoda... Veja-se, a respeito, o depoimento de Lúcio Mendonça, transcrito por Sud Mennucci, *O Precursor do Abolicionismo no Brasil*: Luiz Gama, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1938, pp. 159-160.

(11) — Pode-se afirmar que a parte mais importante e significativa dessa experiência se inaugura com a introdução de levas de imigrantes europeus nas fazendas e nas cidades, realizando-se duramente, através dos conflitos com os camponeses e os operários.

(12) — Veja-se, em especial, a parte inicial de seu depoimento “Lutas Operárias no Estado de São Paulo” (*Revista Brasiliense*, São Paulo, N.º 1, Setembro-Outubro de 1955, pp. 68-87).

dente da República um dos antigos e ferrenhos conselheiros do Império, o Sr. Rodrigues Alves, que se rodeava, em seu governo, de indivíduos igualmente adversários rígidos de toda idéia ou tendência que ultrapassasse os quadros do estreito liberalismo monárquico. Também não deve ser esquecido que o Brasil acabava de sair do regime escravocrata — e não havia ainda passado uma geração desse importante acontecimento e as gerações que atuavam na vida política, com exceção dos republicanos avançados, sempre em reduzida minoria, mais teorizantes que objetivos, eram favoráveis a que no campo econômico e social predominasse um regime de trabalho que pouco diferisse da escravidão abolida, visto como todos esses indivíduos eram antigos escravagistas, e a palavra “operário” era ainda uma expressão pejorativa, diminuidora da personalidade...” (13). A luz de semelhante mentalidade, seria desavisado, indecoroso e temerário debater de público, com franqueza e espírito crítico, temas do tipo que poderiam ser suscitados pela situação da “população de côr” em São Paulo, mesmo que se visasse defender concepções francamente tradicionalistas e paternalistas. Se o debate se polarizasse na situação de interesses do “negro” ou se partisse, diretamente, de sua própria maneira de encarar as coisas, então se opunha uma resistência feroz às iniciativas — resistência que era filha da incompreensão, mas também do egoísmo e do medo. Preferia-se, tácitamente, que a “população de côr” jamais sáisse de sua apatia e passividade. Dois exemplos serão suficientes para fundamentar essa observação. Em 1927, um jovem mulato, filho natural de um branco de família importante, ansioso por ter um jornal e colocá-lo a serviço do alargamento da auto-consciência do “negro” sobre sua própria situação na cidade, procurou seu pai, em busca de auxílio para adquirir uma máquina de escrever. Pediu-lhe, tão somente, trezentos mil réis. “Contei dos nossos e de nossas intenções. Ele condenou, então, a participação em movimentos dessa natureza pois, no Brasil, não havia necessidade deles”. O segundo caso refere-se a uma experiência análoga, na qual Vicente Ferreira, líder negro, defrontou-se com conhecido político conservador de tradicional e ilustre família paulista. “Na páscoa dos operários (1929) realizada na Igreja do Pará, presentes M. S. e o então abade F., Vicente Ferreira, que lá estava em companhia de Carlos Cavaco, pronunciou um grande discurso que, como sempre, evocava o malsinado destino dos negros. Terminado o discurso, o abade, no meio do grande público, beijou Vicente Ferreira na testa, para mostrar que a Igreja Católica não tinha nenhum preconceito contra os negros. Na

(13) — Everardo Dias, “Lutas Operárias no Estado de São Paulo”, op. cit., p. 71.

volta da Igreja, o Vicente Ferreira, que andava sempre modestamente trajado, foi convidado a vir para a cidade em companhia do dr. M. S. Vinha o Carlos Cavaco ao lado do chofer e, atrás, o Vicente Ferreira, ladeado por M. S. e o abade. Na cidade, M. S. insistiu em levá-lo até a residência — não tinha residência fixa: dormia numa hospedaria que havia no Largo do Piques, quando conseguia dois mil réis para pagar a cama. M. S., vendo a situação do Vicente Ferreira, convidou-o a passar na sua casa no dia seguinte, para tomar um café, e disse-lhe que pedisse qualquer coisa, pois estava disposto a ajudá-lo. O Vicente Ferreira, antes de procurar M. S., passou na redação do **Clarim** e disse aos companheiros que iria dar uma lição àquêle ilustre paulista, prevenindo, assim, que para êle nada pediria, mas antes solicitaria o favor de um empréstimo da quantia necessária para o **Clarim** montar uma pequena oficina. De fato o fêz, mas M. S., espantado com o pedido, solicitou uma coleção do jornal em questão, a fim de estudar o assunto; mais tarde, devolveu-a, dizendo que não poderia ajudar os negros a ter um jornal como aquêle. Propôs M. S. a transformação do **Clarim** numa revista de ilustração, comprometendo-se a conseguir que a revista fôsse feita por um preço razoável” (14). Ambos os exemplos esclarecem a acessibilidade do “branco”; sua propensão a “auxiliar o negro” e o horror que sentia diante de manifestações da “população de côr” que não pudesse orientar direta e discricionariamente.

Para os fins desta discussão, há pouco interêsse em aprofundar as descrições. E’ patente que só depois da Abolição e no contexto jurídico-político do Estado republicano seria possível cogitar-se da situação de contacto entre “negros” e “brancos”, imperante em São Paulo, como sendo uma “democracia racial”. Na realidade, porém, as coisas não caminharam nessa direção. De um lado, enquanto a ordem jurídico-política da sociedade inclusiva passou por verdadeira revolução, sua ordem racial permaneceu quase idêntica ao que era no regime de castas. De outro, o “negro” jamais encontrou no “branco” um ponto de apoio efetivo às suas tentativas de tomada de consciência e de melhoria de sua situação histórico-social. Em vez de ser “democrática”, nesta esfera a sociedade paulistana era extremamente rígida, proscrevendo e reprimindo as manifestações autênticas de autonomia social das “pessoas de côr”. Considerada em termos desse contexto histórico, a convicção de que as relações entre “negros” e “brancos” corresponderiam aos requisitos de uma democracia racial não passa de um mito. Como mito, ela se vincula-

(14) — Trecho de um estudo de caso, elaborado por Renato Jardim Moreira com base em indicações fornecidas por José Correia Leite, *Movimentos Sociais no Meio Negro*, Ms., pp. 10-11.

va aos interesses sociais dos círculos dirigentes da “raça dominante”, nada tendo que ver com os interesses simétricos do negro e do mulato. Por isso, também, não operava como uma força social construtiva, de democratização dos direitos e garantias sociais na “população de côr”. Inscrevia-se, contrariamente, entre os mecanismos que tendiam a promover a perpetuação, em bloco, de relações e processos de dominação que concentravam o poder nas mãos dos mencionados círculos dirigentes da “raça branca”, como sucedera no recente passado escravista.

Feito êsse balanço geral, cabe-nos reconhecer que a importância desse mito foi, comparativamente, menor na cidade de São Paulo que em outras comunidades brasileiras, que estacionaram por mais tempo em estruturas variavelmente mais arcaicas. Ainda assim, êle exerceu uma influência dinâmica indireta, claramente reconhecível. Na medida em que contribuía para resguardar as velhas elites da obrigação de introduzir inovações efetivamente radicais e liberalizadoras nas relações dos “brancos” com os “negros”, êle auxiliou-as a manter quase intacto o arcabúço em que se assentava a dominação tradicionalista e patrimonialista, base social da hegemonia da camada senhorial, da autonomia da “raça branca” e da heteronomia da “raça negra”. Ao ligar-se a êsse efeito, é evidente que o mito da “democracia racial” assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado. Teve, assim, uma parte ativa na protelação das prerrogativas e privilégios sociais dos grupos dominantes, que exprimiam e mantinham a distância social existente entre os vários segmentos da sociedade. Dêsse ângulo, o mito em aprêço aparece como um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática. Em vez de ser um elemento de dinamização modernizadora das relações raciais, era uma fonte de estancamento e de estagnação, solapando ou destruindo tendências de caráter inovador e democratizador nessa esfera da convivência social humana.

Portanto, as circunstâncias histórico-sociais apontadas fizeram com que o mito da “democracia racial” surgisse e fôsse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais “aristocráticos” da “raça dominante”. Para que sucedesse o inverso, seria preciso que êle caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que êstes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder. Se tal coisa ocorresse, o mito da

“democracia racial” animaria o “homem de côr” a tomar seu lugar na sociedade de classes e, provavelmente, concorreria para estimular as camadas “baixas”, “intermediárias” e “altas” da “raça dominante” a cooperarem de um modo ou de outro nesse processo. Dentro dos limites do que aconteceu historicamente, êle preencheu funções sociais que atendem a interesses sociais que são o oposto disso. Primeiro, oferecendo uma cobertura cômoda ao alheamento e à indiferença dos círculos dirigentes da “raça branca” diante do destino ulterior do “negro” no regime democrático. Se “o negro não tinha problemas” e se suas dificuldades fôsem, de fato, “naturais” e “transitórias”, cabia ao próprio “homem de côr” lutar pelo seu erguimento e integração à sociedade de classes. Segundo, identificando como “indesejável” a discussão franca da situação da “população de côr” e como “perigosa” a participação em movimentos sociais destinados a minorá-la. Se se vedavam ambas as perspectivas — de tomada de consciência e de intervenção organizada na realidade — eliminavam-se também a viabilidade de mecanismos societários de correção dos problemas sociais existentes no “meio negro”. Só restava, ao negro e ao mulato, a via consagrada tradicionalmente, da infiltração pessoal e da ascensão social parcelada, que não tinha suficiente alcance coletivo (pois corrigia aquêles problemas na escala dos indivíduos em mobilidade vertical) e possuía o inconveniente gravíssimo, no momento histórico, de promover reiteradamente a acefalização das “massas negras”. Terceiro, concentrando nas mãos do “homem branco” das camadas sociais “altas” o poder de juiz supremo, de árbitro da situação, de quem decide o que “convinha” ou “não convinha” ao “homem de côr”, individualmente, e à “população de côr”, coletivamente. Enquanto observassem semelhantes expectativas, o negro e o mulato estariam projetados numa condição social análoga ou inferior à do “branco dependente” no **antigo regime**. Ver-se-iam sob tutela crônica e insuperável, com o agravante de não contarem mais com os benefícios da dominação patrimonialista e de serem excluídos, como agentes humanos, das áreas em que se constrói a história socialmente.

O fato do mito da “democracia racial” sofrer a elaboração social mencionada, associando-se a manipulações conservantistas do poder, indica claramente que a ordem social e a ordem racial da sociedade inclusiva se transformavam com intensidade bem desiguais. A primeira respondia rapidamente às alterações da estrutura econômica da cidade, embora revelasse maior lentidão no ajustamento aos requisitos jurídico-políticos do regime democrático republicano. A segunda não absorvia de modo sensivelmente uniforme tais influências. Como se o modelo da organização de castas ainda imperasse, o setor constituído pelo estoque racial “branco” engrenava-se nos fluxos das

transformações históricas da ordem social; enquanto o estoque racial “negro” permanecia estagnado e as interrelações dos dois continuavam a ser reguladas pelos velhos padrões. Proscrito da história e da participação das pugnas sociais que decidiam do seu curso, o “homem de côr” estava bloqueado em uma zona estagnada e estática da sociedade. Por isso, em contraste com a alteração tumultuosa do cenário histórico-social, a ordem racial tendia a manter-se em estado estacionário. O que vimos no capítulo anterior ou neste capítulo esclarece, suficientemente, o assunto. Os ajustamentos dinâmicos do “homem de côr” e da “raça branca” propendiam para um ponto de inércia, que se evidenciava, historicamente, na perpetuação estagnadora da ordem racial. Não obstante, ainda há, aqui, questões a debater. Considerando a situação de contacto da perspectiva e segundo a rede de interesses histórico-sociais das elites no poder, deixamos de lado o papel das camadas “baixas” e “intermediárias” da “raça dominante”. Ora, essas camadas abrangiam, como vimos no primeiro capítulo, um dos polos humanos de dinamização do desenvolvimento da ordem social competitiva. Compostas por imigrantes europeus ou por elementos nacionais em árdua competição com êles, essas camadas forneciam o grosso dos indivíduos ou grupos sociais empenhados na vida econômica ativa. Em relação a elas, neste contexto da discussão, interessaria saber porque também se mostravam indiferentes quer à perpetuação das técnicas tradicionais de dominação social, quer ao destino da “população de côr” na cidade. Parece óbvio que daí poderia ter nascido uma oposição ferrenha à dominação das antigas elites e que tal coisa teria mudado o panorama racial descrito.

Resumindo as indicações ao essencial, diríamos que a capacidade de atuação política dessas camadas fôra neutralizada. E’ fácil explicar-se êsse processo insólito, levando-se em conta as condições histórico-sociais da formação da ordem social competitiva em São Paulo. Durante a crise final do regime escravocrata, os círculos dirigentes tomaram a si a condução do processo revolucionário. Por conseguinte, como assinalamos, coube-lhes decidir a respeito de tôdas as fases da política de substituição populacional, que iria resolver os problemas econômicos criados pelo colapso do trabalho servil. O fato mais importante, do ponto de vista sociológico, diz respeito à preservação dos papéis políticos das velhas elites. Elas orientaram o processo, no conjunto, de modo a resguardar, intocáveis, tôdas as suas atribuições fundamentais na estrutura de poder da sociedade. O “imigrante” ou o “elemento nacional” adventício aparecem na cena histórica movidos por cordões que elas dirigiam a seu bel prazer. Não emergiram como “iguais”, como alguém que poderia ter vontade própria e uma orientação política autônoma. Como os demais

interesses econômicos, do comércio de importação ou de exportação, estavam diretamente subordinados à grande lavoura, no concerto geral prevaleciam os ditames desta última. Ocorreu uma sorte de acomodação mecânica de interesses paralelos. As camadas dominantes, vindas do passado senhorial e escravista, conservaram-se à testa do poder organizado política, econômica e socialmente. As demais categorias sociais concentraram-se no afã de “fazer a fortuna”: ou no sentido europeu de “fazer a América”; ou no sentido brasileiro de adquirir o estalão de “gente de prol”. O importante é que decorreram quase três gerações antes que entrassem na arena como concorrentes e, até, como opositores daquelas elites. Nesse interim, a acomodação aludida proporcionou uma especialização tácita. O poder ficava entre as atribuições indisputadas dos seus executores tradicionais (embora pudesse ser exercido por outros, sob delegação consentida). Os demais “faziam a fortuna”. Para muitos imigrantes, a ilusão do retorno ao País de origem contava mais que qualquer motivação suplementar de prestígio ou consideração sociais; para os elementos nacionais, os mecanismos tradicionais de organização do poder enredavam a todos nas malhas do patrimonialismo e da lealdade para com seus interesses. Em síntese, só no fim do período considerado, de 1924 a 1930, é que surgiram as primeiras tentativas orgânicas para quebrar as referidas acomodações, com suas conseqüências morais e políticas. As velhas elites tiveram condições e souberam aproveitá-las com notável egoísmo, para garantirem a supremacia de seus interesses e de suas preferências ideológicas.

Portanto, as camadas “baixas” e “intersticiais” da comunidade envolviam-se muito mal, quase sempre tangencial ou superficialmente, em assuntos que não possuissem significação econômica imediata para elas. As velhas elites contaram com um espaço de tempo de quase três gerações de domínio absoluto, ao sabor do **antigo regime**, e só então começaram a sofrer os efeitos diretos ou indiretos da presença de outros interesses organizados na luta pelo poder e pelo controle ideológico das opiniões. Essas circunstâncias explicam várias coisas. Primeiro, porque a substituição populacional foi tão importante para a diferenciação da ordem sócio-econômica, refletindo-se quase nada nas estruturas políticas e no clima moral da sociedade inclusiva. O processo político continuava tolhido, sofrendo uma corrupção que o impedia de democratizar-se. Segundo, não se processou aqui, como aconteceu em outras situações de contacto (15), uma identificação entre as camadas “baixas” e “interme-

(15) — Veja-se, especialmente, Ralph Linton (org.), *Acculturation in Seven American Indian Tribes*, D. Appleton Century Co., New York, 1940 (os três últimos ensaios, de autoria de Linton).

diárias” e a camada “alta” e “dominante” da população. A aceitação e a disseminação do mito da “democracia racial” não nasceu, assim, de avaliações e opções plenamente conscientes e desejadas. Elas se deram como fruto da acomodação mecânica e da especialização de interesses indicadas. Antes, como consequência de um vulnerável estado de indiferença geral, que por causa de sentimentos vivos, atuantes e insuperáveis. Por isso, padrões divergentes de avaliação racial, de diversas origens étnicas ou raciais, conjugaram-se à absorção daquele mito e à sua exteriorização. Onde tais padrões penderam para a intolerância racial, o mito sofreu uma reelaboração que reforçou seu conteúdo, sua significação e suas funções “aristocráticas”; onde prevaleceram atitudes de tolerância e de simpatia raciais, o mito foi parcialmente expurgado dos componentes residuais anti-democráticos, adquirindo o caráter de uma força dinâmica integrativa. Tudo isso fez com que se quebrasse a unidade de visão, estabelecida sob a égide das concepções das velhas elites. Mas, os efeitos construtivos dessas transformações mal começaram a eclodir no últimos vinte e cinco anos. Terceiro, quaisquer que fossem as polarizações dos segmentos “intolerantes” ou “tolerantes” das camadas “baixas” e “intersticiais”, em virtude da inexistência de mecanismos societários de solidariedade racial ou inter-racial, da eficácia das formas de dissuasão ou de controle, manipuladas pelas elites, e da falta de consenso no uso regulado do conflito, elas não podiam operar dinamicamente: a) nem em **sentido negativo** (ou seja, agravando as tensões raciais); b) nem em **sentido positivo** (ou seja, acelerando a absorção da ordem racial pela ordem social competitiva e democrática). Para se entender isso é preciso que se atente para o fato de que tais polarizações só produziriam efeitos dinâmicos se fossem canalizadas para a arena política. Isso não acontecia, porém, por causa do alheamento político daqueles setores populacionais. Se por ventura tal coisa ocorresse, os efeitos de caráter negativo ou positivo seriam fatalmente tolhidos, desde que suplantassem os limites fixados pelos mores dos círculos dirigentes. E’ que eles ameaçariam a estrutura de poder, afetando de modo direto ou indireto as prerrogativas daqueles círculos, ciosos da necessidade de preservar intacta a sua capacidade de mando autoritário, mesmo pela violência ou por outros meios. Todas essas indicações salientam a mesma evidência. Quando um setor da sociedade inclusiva monopoliza funções sociais que entram em conflito com as tendências normais de integração da ordem societária, ele pode entrar e mesmo corromper, indefinida e indeterminadamente, o curso da evolução social. Uma democracia não pode funcionar sem um mínimo de equilíbrio e de autonomia nas relações das categorias so-

ciais associadas pela ordem societária imperante. Mesmo que essas condições tivessem aparecido nas relações dos segmentos sociais pertencentes à “raça dominante”, elas ainda seriam insuficientes para promover a conversão do “homem de côr” em parceiro historicamente válido. Ora, sem que se realize esta condição suprema, ninguém pode garantir que as impulsões de democratização, existentes entre os “brancos”, conduzissem, uniforme e invariavelmente, na direção de uma ordem racial democrática. Em nossa situação, só a atuação organizada, ativa e intransigente do negro e do mulato — dadas outras condições favoráveis — poderia assegurar tal desfêcho.

Os resultados desta breve análise retrospectiva demonstram que as condições de perpetuação parcial das antigas formas de dominação patrimonialista estão na própria raiz do desequilíbrio que se criou (e se acentuou progressivamente, em seguida), entre a ordem racial e a ordem social da sociedade de classes. A democracia surgiu tímida e debilitada em nosso meio. Como seu funcionamento e desenvolvimento normais dependem do poder relativo dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente (16), ela forneceu, no início, um palco histórico exclusivo aos poucos grupos sociais que estavam organizados, possuíam técnicas apropriadas para exercer dominação e autoridade, e lutavam sem vacilações pelo monopólio do poder (se preciso, sob o manto dos “ideais democráticos”). O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do antigo regime e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existentes. Os “brancos” constituirão a “raça dominante” e os “negros” a “raça submetida”. Doutro lado, enquanto o mito da “democracia racial” não puder ser utilizado abertamente pelos negros e pelos mulatos, como um regulador de seus anseios de classificação e de ascensão sociais, êle será inócuo em termos da própria democratização da ordem racial imperante. A dinamização no sentido democrático e igualitário da ordem racial tem de partir do “elemento de côr”, embora deva ser tolerada, acolhida e sancionada pelos “brancos” em geral. Construído e utilizado para reduzir ao mínimo tal dinamização, o referido mito converteu-se numa formidável barreira ao progresso e à autonomia do “homem de côr” — ou seja, ao advento da democracia racial no Brasil.

(16) — Seria útil frisar que ambos os conceitos (de ideologia e de utopia) são sempre referidos, neste trabalho, através das definições sociológicas propostas por Karl Mannheim (cf. *Ideologia e Utopia*, trad. de E. Willems, Editora Globo, Porto Alegre, 1950).

2 — Os Padrões Tradicionalistas de Relações Raciais:

O quadro exposto acima sugere que a ordem racial, elaborada socialmente no passado, permaneceu quase intacta ao longo da desagregação da sociedade de castas e dos primeiros desenvolvimentos da sociedade de classes em São Paulo. Isso significa, em outros termos, que se renovaram incessantemente, apesar das mudanças ocorridas em outras esferas da vida humana, as condições psico-sociais e sócio-culturais que suportavam, morfológica ou funcionalmente, as antigas estruturas de relações raciais. Em consequência, toda a velha etiqueta de tratamento racial recíproco (no intercâmbio entre “negros”, “brancos” e “mulatos”) continuou a encontrar plena vigência; e, com ela, perpetuavam-se as representações de estatus e de papéis sociais que regulavam o modo pelo qual as pessoas, identificadas como pertencendo a cada estoque racial, “deviam” (ou “podiam”) participar dos direitos e dos deveres incorporados à ordem social vigente. O grau de persistência e a vitalidade interna daquelas estruturas eram tão grandes, que o próprio padrão histórico de manifestação do preconceito e da discriminação raciais não sofrera modificações apreciáveis, embora já não fôsse mais necessário buscar nêla a justificação moral da escravização do homem pelo homem nem impor, repressivamente, a supremacia monolítica da “raça branca” (17). Aliás, ainda hoje seria possível descrever ao vivo tais estruturas raciais persistentes. Elas se preservaram com tamanha tenacidade, que seria perfeitamente possível e logicamente legítimo estudar o passado através do presente. E’ sabido que, em certas circunstâncias, o passado não se conserva apenas nos documentos e nas lembranças dos homens: êle também se evidencia por sua mentalidade, por seu comportamento e pelo funcionamento das instituições. Só não exploramos sistematicamente essa possibilidade de reconstrução histórica porque contamos com dados suficientes para assinalar os aspectos da realidade, que nos interessavam agora, com documentação da própria época (18). Nesta breve incursão, julgamos conveniente restringir a análise a três tópicos centrais. Primeiro, as expectativas que alimentavam, com teor de reciprocida-

(17) — Em trabalho anterior, já procuramos explicar as razões da persistência do antigo padrão brasileiro de preconceito e de discriminação raciais (vejam-se R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, op. cit., pp. 141-161). Graças a essa análise, podemos concentrar nossa atenção, neste trabalho, nos aspectos assumidos pelas relações entre “negros”, “brancos” e “mulatos” na época considerada.

(18) — Achamos conveniente enfatizar a existência de tal possibilidade de reconstrução histórica e chamar a atenção para sua legitimidade lógica. Adiante, num ou noutro ponto, seremos forçados a recorrer a ela uma ou outra vez, como expediente para aprofundar nosso conhecimento sobre as referidas estruturas raciais.

de, os ajustamentos raciais; segundo, o próprio padrão de relação racial tradicionalista, que convertia a assimetria em traço típico dos ajustamentos entre “brancos” e “negros”; terceiro, as principais características sociológicas da **ideologia racial** dos “brancos” dos círculos sociais dominantes.

As expectativas que regulavam, reciprocamente, os ajustamentos em que as pessoas interagiam como “negros”, “brancos” e “mulatos” podem ser melhor compreendidas e interpretadas através da descrição de situações concretas. Por isso, selecionamos alguns dados, relativos a dez casos diversos, que ilustram, de forma típica, as predisposições psico-sociais que orientavam o comportamento dos agentes. Primeiro caso: J. vivia em harmonia com os “italianinhos”, filhos do seu patrão, em cuja casa morava, e com outros meninos brancos da vizinhança. Formavam um grupo unido, dentro do qual era bem aceito e sentia-se feliz. Até que um dia surgiu novo centro de interesses, que pôs em causa sua condição de “prêto”. “Nessa ocasião, eu saía para ver palhaços trabalharem. Me oferecia para distribuir cartazes, em troca da entrada para o espetáculo”. Assim, “quando apareceu a idéia de se organizar um circo para dar espetáculos e cobrar entrada da garotada da vizinhança, eu era o palhaço indicado. Construiu-se um picadeiro no quintal da casa de um dos meninos. Na hora de serem distribuídos os papéis houve uma grande celeuma sobre a atribuição do papel de palhaço. Uns achavam que deveria ser mesmo eu. Outros, entre os moradores da casa onde estava instalado o circo, alegavam a minha cor como empecilho: “o que irão dizer de um circo onde o palhaço é um prêto” Venceu o primeiro grupo. Em primeiro lugar, porque “o engraçado era eu”; e, depois, porque alguém se lembrou que “êle se pinta e ninguém verá a cor!” E’ bom acrescentar que nesta ocasião, como em outras, os filhos do “italiano” estavam do meu lado”.

Segundo caso: o mesmo sujeito enfrentou situações análogas, em que a “cor” ergueu-se como uma barreira às relações congeniais. “Enquanto a preocupação do grupo foi futebol, não houve maiores choques com os companheiros, pois eu era um bom jogador e eles precisavam de mim. E’ fato que, umas vezes por zanga, outras de brincadeira, era chamado **minelite** (19) e **negro**, e isto não deixava de amargurar-me”. Entretanto, a idade atraía os jovens para novos centros de interesses, que envolviam vida associativa com moças e recolocavam o “problema da cor” em suas relações. “A certa altura, percebi um trabalho de sapa para eu não ir a certos lugares. Isto durou até o dia em que um dos companheiros, que gos-

(19) — O sujeito pretendia dizer, certamente, **menelique**, ainda hoje sinónimo de “negro” ou de “prêto” entre descendentes de italianos da cidade.

tava muito de mim, disse: “entramos para uma sociedade de baile e já falei com a diretoria, que concordou que você fizesse proposta, impondo, entretanto, a condição de só freqüentar os ensaios de homens”, não podendo eu comparecer às reuniões de que participassem as damas. “Esta situação foi aceita num momento de deslocamento”. “Os ensaios eram realizados às terças-feiras”. Parece que “dançar com preto” constituía algo degradante.

O terceiro caso mostra, de modo ainda mais dramático, que a madrinha de formatura, pertencente a tradicional família paulista, deixou de comparecer à festa para não arrostar semelhante risco. G., em notas autobiográficas, escreve: “Quando por ocasião de minha formatura no colégio, convidei para ser minha madrinha uma das filhas do cidadão que me criou e de quem eu sou considerado irmão de criação. Ela aceitou o convite e preparamo-nos para o dia. Fomos à festa e tudo correu normalmente até o baile. Como eu era o chefe da comissão de formatura, fui antes ao salão para ultimar algumas providências e, antes um pouco da meia noite, quando os formandos iriam dançar a valsa especial, recebi um recado dela, dizendo que não ia sair de casa porque não estava se sentindo bem. Fingi acreditar, porque vivendo há muitos anos com eles, bem conhecia-os e sabia que ela estava se desculpando só para não dançar a valsa comigo. No dia seguinte, soube que ela ficou quase que a noite toda jogando”... Aliás, o mesmo informante relata, com argúcia, os expedientes usados pelos amigos brancos, seja para excluí-lo, insensivelmente, de situações embaraçosas, seja para evitar-lhe, ao mesmo tempo, experiências demasiado amargas. “Para que pudesse me ajustar dentro desse meio, os meus colegas, enquanto davam a mim as prerrogativas de chefe político da escola, sempre me escolhiam para ser o diretor de festas e caravanas do Grêmio. Nessa qualidade, durante cinco anos de gestão, consegui organizar as maiores festas e caravanas na história daquele estabelecimento de ensino. Entretanto, como em nossas festas a seleção era rigorosa, sentia-me às vezes, em situação deslocada. Mas justamente para que não se criasse em mim qualquer complexo de inferioridade, fato que percebi bem posteriormente, os meus colegas colocaram-me naquela posição, porque, nas festas (bailes, sessões literárias, teatro, convescotes ,etc.), estaria sempre ocupado com a direção das mesmas, não me preocupando com os divertimentos, e, nas caravanas, estaria sempre ocupado com o alojamento dos colegas e o seu comportamento. A minha responsabilidade aumentava, às vezes, quando pais consentiam em que suas filhas tomassem parte nas nossas caravanas, mas com a condição delas ficarem sob minha responsabilidade. Não confiavam em ninguém, a não ser em mim, que tinha

de fazer o papel de ama-sêca. Relativamente a isso, creio que assim se portavam, tais pais, no pressuposto de que não tinham necessidade de temer qualquer investida amorosa de minha parte com suas filhas, por ser negro e elas não me ligarem. Enganavam-se redondamente, e, por vingança, delas bem aproveitava". "Todavia, em muitas ocasiões, meu trabalho terminava antes do final da festa. Então, os colegas mandavam algumas meninas mais chegadas a mim, virem em comissão até onde me encontrava, para que eu escolhesse uma delas para dançar. Achava aquilo desprimoroso e ridículo para mim, eis que, sendo um cavalheiro, competia a mim convidá-las para dançar, não o contrário. Minha desculpa era não saber dançar. E não sabia mesmo, não tendo interêsse em aprender, para ser honesto comigo mesmo". "Muitas vêzes, os seis colegas mais íntimos que tinha, percebendo a situação embaraçosa que me encontrava, não compartilhando da alegria reinante nas festas que eu organizara, deixavam suas damas e namoradas e se acercavam de mim. Sentávamos em volta de uma mesa e bebíamos até não mais poder. No final, todos éramos levados para as nossas casas em elevado estado de embriaguês" (20).

O quarto e o quinto casos giram em torno do namôro. O namôro inconseqüente do adolescente e o namôro com perspectivas de casamento do rapaz. Naquele, temos de nôvos as peripécias da vida de G. "Tôdas as namoradas brancas que tive, não comunicavam a seus pais essa situação, porque, em certos casos, poderia eu sofrer até risco de vida. A maioria dos pais acreditava que não passava de pura amizade minhas relações com suas filhas. Jamais desconfiaram até da real situação. Houve apenas um caso; digno de nota: Estava na terceira série ginásial e em minha classe havia uma mocinha morena, a mais bela da classe, e filha de grande fazendeiro de café. Desde o começo, a disputa pela posse de sua simpatia foi grande. Não concorri, como sóe acontecer. Todavia, fui me esmerando nos estudos, até assumir a liderança na classe. Não sendo muito boa aluna, era obrigada a, de quando em vez, recorrer a mim, para poder seguir o ritmo do curso. Dêsses contactos nasceu a simpatia. Tínhamos encontros tôdas as noites e ela foi simpatizando-se cada vez mais comigo. Ingressamos em um curso de repetição de matérias e assim aumentou o nosso contacto. Houve a troca de fotografias, e, depois dela me ter dado mais de meia dúzia das suas, concordei, com muito mêdo, em dar-lhe uma das minhas". "Certo

(20) — Tais situações explicam-se pela condição do sujeito como "filho de criação" de uma família rica e tradicional; tinha acesso a papéis sociais em regra inacessíveis aos demais "negros". Doutro lado, êle próprio informa que a família era muito ciosa do tratamento que lhe dispensavam.

dia, a diretora do curso chamou-se e disse que não podia consentir na minha permanência naquela escola. Insisti em saber porque e ela não revelou-me qualquer pormenor. Passados alguns dias daquele incidente, sou surpreendido com a chamada do diretor do ginásio. Compareci em seu gabinete e ele disse-me que não me expulsava do ginásio porque tratava-se de um estabelecimento oficial, e também em consideração à família que me criava, mas que ia transferir-me para outra classe, assim tendo feito. Fiquei furioso e insisti em saber do que se tratava, mas não soube. Tinha uma leve desconfiança porque não mais tive contacto com a mocinha e ela era esperada todos os dias pelo robusto motorista de seu pai. Dias após é que fiquei ciente de tudo, por intermédio de uma empregada da casa de minha "namorada": A mãe da menina, dando uma olhadela nos guardados desta, encontrou minha fotografia guardada em uma caixinha de prata no seu guarda-roupas. Chamou a garôta e perguntou a razão daquela fotografia que, em vista da dedicatória, desconfiava não ser simples amizade, mesmo em se tratando de um negrinho. A menina disse então que gostava de mim, muito embora negrou eu fôsse, e que já se sentia capaz de discernir — 15 anos de idade. Conseqüência: Tomou uma surra tremenda e foi proibida de sair sòzinha durante muito tempo. A mãe, estendendo sua ira implacável, foi àquele curso e pediu a minha retirada dali. Por conveniência, a diretora atendeu. Foi depois ao ginásio e solicitou do diretor a minha expulsão, pois não podia se conformar com minha audácia, em ludibriando a boa fé da filha que era uma criança. Eu também tinha 15 anos. E assim, quase que aquêle namôro estragou-me a vida". O outro caso, ocorreu com J. Ao contrário de G., era mulato claro, de bonita aparência — dêsses que "só se distinguem pela côr". Quando seus amigos e companheiros começaram a namorar, ele também se viu envolvido nos arranjos prematrimoniais. Apenas, de forma diferente, que não teve ânimo de aceitar: "Por essa época, os italianos me diziam que iam arranjar mulher para me casar. Notava que, tôda vez que se tocava no assunto, as moças que me eram propostas como bons casamentos não eram da família, mas sim, mulatinhas. Entre os parentes do italiano havia uma sobrinha com a qual simpatizava; meu interêsse, entretanto, teve um fim abrupto quando ela me disse: "O que estraga você é ser escuro demais". "Foi quando comecei a notar que a côr era um entrave".

O sexto e o sétimo casos dizem respeito a F., mulato escuro, e ao tratamento que recebeu na casa de uma família rica e tradicional, em que sua avó trabalhara e ele próprio fôra criado. A família em questão morava na avenida Angélica. "Quando era estudan-

te, senti-me num ocasião em grande dificuldade. Não tinha outro remédio senão o de socorrer-me de algum amigo; mas os meus amigos não podiam servir-me. Então, lembrei-me de dona M. T. Fui lá e pedi para falar com ela. Ela me recebeu e expliquei-lhe o que queria. Disse-lhe que estava estudando e que me via em apertos terríveis, pois tinha de comprar certos livros [de odontologia] mas não possuía o dinheiro necessário. Então, lembrei-me dela e que, talvez, por consideração à minha avó e ao fato de me conhecer desde menino, ela me protegesse. Dona M. T. ouviu-me; disse que sim; e foi para outra sala. Voltou com trinta mil réis e quis me dar. Eu me recusei e sai”. O informante considerou a atitude dela como uma “grave ofensa”. Não obstante, com o correr do tempo, esqueceu-se dessa amarga experiência e voltou a visitá-los. “Depois de formado e com clínica estabelecida, fui um dia visitar a mesma família. Isso aconteceu por acaso. Ia passando ali por perto, perto das onze e meia, e resolvi rever os meus antigos companheiros de infância. Eles [os rapazes] me receberam bem. Conversaram um pouco. Conteí que me formara e estava clinicando, com gabinete dentário montado. Daí a pouco, a empregada veio avisar que o almôço estava pronto. Então, prontifiquei-me para sair. Expliquei que passara por acaso e que não tinha previsto a eventualidade de almoçar fora. Os rapazes insistiram, que eu precisava almoçar lá, etc. Até que me convenci e fiquei. A empregada, logo depois, veio avisar que tinha o meu lugar pronto. E me levou para a cozinha. Tinham arrumado a metade da mesa para mim. Quando aceitei o convite não esperava isso. Pensei que íamos comer todos juntos e trocar idéias. Logo percebi porque fizeram aquilo comigo. Não aceitei o almôço. Disse para a empregada para avisar-lhes, depois que eu sáísse, que não almoçaria na cozinha. Nunca mais pus os pés naquela casa”.

O oitavo caso relaciona-se com o mesmo tipo de “apêto”. Só que a pessoa envolvida, J., apelou para a condescendência de seu pai natural. Uma vez, quando tinha 22 anos, procurou-o em seu escritório de advocacia. “Não o tendo encontrado, deixou, por insistência do pessoal do escritório, o nome e o enderêço. Um mês depois, o pai foi procurá-lo, também não o encontrou, e deixou o cartão. Voltei ao escritório. Ele [o pai] disse que não era culpado — a [minha] mãe era soberba e sumiu comigo. Falou bem perto da bôca para ver se eu cheirava... Deu cem mil réis... E depois era sempre assim. A necessidade era a gravidez da mulher com quem eu amasiara. Nunca tive muito contato com êle [o pai] porque já era homem feito e senti as restrições dêle que, conhecendo a índole dos negros, de “tirar coisas”, tinha mêdo”.

O nono caso, que gostaríamos de mencionar, já foi relatado acima (21). Trata-se do conflito no trabalho, que envolveu F. com seu nôvo chefe no banco. Êste não gostou de encontrar um “negro” em posição respeitável e mandou-o limpar seus sapatos, asseverando que “negro é para isso mesmo...”. Impõe-se recordar êsse episódio, em si mesmo tão ilustrativo das atitudes dos brancos em face dos “subordinados de côr”. Aliás, é impossível dizer-se se os “crias da casa”, os “filhos adotivos” e os “protegidos” estavam melhor amparados nessas emergências, associadas à escolha ou à manutenção de uma carreira. Em sua autobiografia, G. aponta os dilemas morais que se impuseram diante dêle, quando seu companheiro escolheu uma profissão que êle também desejaria para si, se pudesse tentá-la com êxito. “Certa vez, em conversa com um dêsses meus amigos, revelou-me êle que seu sonho era seguir carreira diplomática. Êle já se via embaixador em Londres ou Paris, recebendo tôdas aquelas homenagens de praxe, etc. Julgava êle que eu também deveria seguir carreira diplomática, porque carreira mais bonita não existia no Brasil. Disse-lhe que não tinha vocação para tal; que minhas intenções para o futuro eram bem outras. Mas tanto êle argumentou que acabou convencendo-me que a carreira ideal para mim era a diplomática. Assim, confiando em que êle tinha um primo que era naquela época secretário-geral do Itamarati e também um tio que era embaixador, comecei o estudo preparatório com êle. Já tinha algum conhecimento de inglês, e nessa língua esmerei-me, assim como no francês. Sabia no final de dois anos de estudos todo o programa solicitado para os exames [...]. Tinha bom conhecimento do que solicitavam sôbre Direito Internacional, etc. No entanto, no decorrer dessa preparação fiquei ciente que negro não podia seguir carreira diplomática, e, sendo assim, resolvi não tentar uma recusa formal no Rio de Janeiro. Por ocasião dos exames, aquêle amigo foi até minha casa verificar se eu estava pronto para seguir com êle. Disse-lhe então que não mais estava interessado em fazer aquêle concurso, eis que, tinha verificado que minha carreira não podia ser aquela. Insistiu êle em saber qual o verdadeiro motivo que me fizera desistir na última hora, eis que, havia estudado com muito entusiasmo. Disse-lhe então que estava informado de que negro não podia seguir carreira diplomática. Êle riu e retrucou dizendo-me que no Brasil não existem essas barreiras, que tudo não passava de fantasia, e arrematou prontificando-se pagar-me as despesas de viagem e estada no Rio, eis que ficaríamos em casa de sua avó. Sustentei o meu ponto de vista e pedi-lhe que não insistisse, eis que estava resolvido a não seguir, e

(21) — Conforme acima, p. 123.

solicitei-lhe que me aguardasse para o outro concurso, que seria realizado em janeiro. Nesse interim, êle verificaria se seria possível o meu ingresso na carreira. Concordei em ir com êle, mas não fazer o exame. Lá êle ficou cientificado da verdade: negro não entraria no Instituto Rio Branco, nem com ordem do presidente da República. Aquêlê meu amigo ficou desapontadíssimo e resolveu não seguir aquela carreira (êle fêz exame e passou com distinção), deliberando fazer o curso de Direito e seguir carreira política para combater êsse nefando preconceito entravador do progresso do negro brasileiro. Hoje é advogado e oficial de gabinete do Ministro da Agricultura e brevemente será candidato a qualquer pôsto eletivo. O outro companheiro queria que eu fôsse com êle..." (e repetem-se outras carreiras, igualmente vedadas ao "prêto").

O décimo caso refere-se às experiências de uma matrona de importante família tradicional, no convívio com antigas servas ou criadas da casa. Certa vez, ela encontrou uma "negra muito velha", que não via há tempo. Chamou-a de "dona", ouvindo a seguinte resposta: "Que é isso, sinhá?!... Dona não. Dêste estôfo (e batia no peito) não sai dona, não!" A mesma senhora costumava receber a visita de antiga "cria" e cozinheira da casa, que ia lá, de vez em quando, em companhia da filha. "A filha, sem a menor cerimônia, entra, senta, conversa; a mãe não se senta, "não acha jeito de se sentar na frente do patrão". Só por insistência da avó e por causa da impaciência da filha — "sente, minha mãe!" — é que ela acabou sentando-se, na beiradinha da cadeira".

Êsses casos, escolhidos com o propósito de sublinhar o sentido das ações e relações que expunham os agentes a se comportarem como "negros", "brancos" ou "mulatos", evidenciam claramente que as "pessoas de côr" não se libertaram — nem objetiva, nem subjetivamente — da condição heteronômica inerente à antiga situação do "escravo", do "liberto", do "cria da casa", etc. O "prêto" aparecia na cena social como o substituto e o equivalente humano do "escravo", do "liberto", do "cria da casa", devendo, portanto, ser encarado e tratado como tal. A resistência à alteração de semelhantes expectativas de comportamento partia, simultâneamente, de "brancos" e de "negros", embora entre êstes surgissem, aqui e ali, personalidades inconformistas, em franca rebelião contra tais arranjos. Os próprios informantes, de ambos os estoques raciais, tinham plena consciência dêsses fatos. Reconheciam abertamente a **subserviência** do "negro" e o **orgulho emproado** do "branco". Contudo, também ressaltam que as coisas estavam se transformando. Uma senhora, de família tradicional, desabafava: "Os negros de agora não conhecem mais o seu lugar. São uns malcriados, atrevidos, e às vê-

zes, até desonestos. A A., uma cozinheira que tive, saiu daqui fazendo malcriação, dizendo que negra era melhor que branco, que negro sabe educar filho, que negro não é vagabundo... e uma porção de coisas que nem me lembro! A A. era mulata, era educada, parecia muito fina, mas tinha um “azedume” por causa da côr. Quando ela entrou aqui, disse que havia saído da casa da outra patroa, porque ela era muito orgulhosa, achava que negro não era gente, e que não admitia que o filho (dela, A.) entrasse na casa para conversar com a mãe. Tinha que ficar só no portão. Eu disse que não achava isso certo, que aqui ela podia receber o filho no quarto dela, dar café com pão e mesmo almoço, de vez em quando. Sabe o que aconteceu? Uma vez eu desci para ver uma cesta de costura e sabe o que vi?... O mulatinho da A., refestelado na poltrona da sala de visitas, lendo as revistas, com o pé em cima da mesinha... Nem meus filhos e minhas visitas tomam essas liberdades! Quando eu disse para a A. que ela devia receber o filho só no quarto dela, e não deixar que ele sentasse na sala de visitas, ela ficou furiosa — “é isso mesmo! Diz que não é igual às outras, só para fingir de boa, mas no fim são tôdas iguais, acham sempre que negro não é gente!” Mas que desafôro... Então uma professora vai sentar na cadeira do Diretor do Grupo? Uma enfermeira toma conta, como se fôsse seu, do consultório do médico? Cada pessoa tem seu lugar, seu emprêgo e não vai tomando conta do que não é seu. Mas os pretos, quando a gente trata bem, pensam que são iguais, que podem fazer tudo que querem!”. Comentando ocorrências desta natureza, a matrona mencionada acima afirmou que as atitudes desabridas dos “negros” se acentuaram aos poucos, tornando-se freqüentes e intoleráveis apenas depois das leis trabalhistas, promulgadas por Getúlio Vargas. “O resultado é esta absoluta falta de conhecimento de seus lugares que se nota hoje em dia”, frisando que isso acontecia com tôda a “gentinha”, inclusive com os “brancos da plebe”.

O “prêto”, por sua vez, podia não gostar do servilismo a que se via reduzido. Mas, tinha de acomodar-se passivamente às expectativas de comportamento dos “brancos”. Como esclarece J., a seu próprio respeito: “aturava, porque era condição de vida do negro na ocasião”. Doutro lado, o próprio branco manipulava, como podia, os cordões do conformismo e da acomodação passiva do “prêto”. O seguinte trecho do depoimento autobiográfico de G. ilustra êsse fato vivamente: “Certa vez, estava sentado em uma bela poltrona, na varanda da residência daquele amigo que queria que eu seguisse carreira diplomática. Sua família é riquíssima. Grandes fazendeiros de café. Sua mãe estava ali também, fazendo tricô. E eu, cabisbaixo, pensava justamente na situação em que me encontrava. Era benquis-

to em quase todos os lares ricos e pobres da cidade; desfrutava de um conceito muito bom; era o “doi-doi” de toda aquela gente. Entretanto, pensava, se um dia me casasse, tivesse filhos, minha mulher e meus filhos desfrutariam daquela situação que eu gozava? O bom senso dizia-me não. E isso me tornava mais meditabundo e sorumbático. Em dado momento, aquela senhora quebrou o silêncio reinante e, como que adivinhando quase o que se passava em minha mente, perguntou-me porque estava tão triste e se não estava gostando da vida que levava, pois ela não podia conceber que eu já tivesse problemas. Disse-lhe então que tinha e que eram bem graves, e que não sabia mesmo como solucioná-los. Falei-lhe a respeito do que pensava. Ela disse-me que eu era muito criança para pensar nessas coisas e que eu tinha que lutar para sustentar a posição que sustentava no momento, sendo amigo das melhores famílias da cidade e vivendo em um meio que era realmente aristocrático, pois, segundo era do seu conhecimento, tinha eu o privilégio de gozar da intimidade mesmo dessas famílias, sendo tratado como pessoa da família, etc. Disse-lhe, então, que não podia me conformar com essa situação, pois a posição que desfrutava na sociedade era falsa, e eu não podia me manter nessa situação por tempo indeterminado. Uma prova era que, contanto gozando de todos aqueles privilégios, não me permitiam aqueles amigos, de modo indireto, que eu dançasse nos salões de suas sociedades, senão quando o meu colégio ali fizesse realizar festas; não permitiam que eu nadasse em sua piscina e jogasse tênis ou bola-ao-cêsto em suas quadras. Arrematei dizendo que, se essa situação de relativa amizade me era proporcionada, salvo as exceções, o era por ser eu o filho adotivo de um dos homens mais ricos e conceituados da cidade, e, acreditando mesmo que, no dia em que eu fôsse obrigado a viver sem estar amparado por aquela família, toda aquela situação desapareceria. Aquela senhora não soube nem pôde me contestar. Aconselhou-me apenas a não lutar muito contra a evidência das coisas, porque acabaria mal”.

Esses casos são suficientes para demonstrar o que nos importa no momento. “Negros”, “brancos” e “mulatos” interagiam entre si como se ainda fôsem separados e unidos pela antiga etiquêta de relações raciais, vigente na ordem senhorial e escravocrata. Onde os direitos e os deveres sociais se objetivassem em conexão com a condição racial das pessoas, estas não só deveriam “conhecer o seu lugar”; mas, ainda, saber mostrar-se à altura dêle, agindo e vivendo de acôrdo com as conveniências, as obrigações ou as imposições dêle decorrentes. Em suma, “conhecer o seu lugar” e “saber honrá-lo e dignificá-lo” ainda constituia uma mesma coisa, apesar da insatisfação cada vez mais ostensiva, imprevisível e incontrolável do “ho-

mem de côr". A côr servia como um ferrête, que identificava o "prêto" e, atrás dêle, aquela parte da "gentinha" procedente do eito e da senzala — ou seja, da subordinação infamante e sem limites do estado servil. Dentro dêsse contexto psico-social e cultural, o "escravo" e o "liberto" não desapareceram: subsistiam no "prêto" como categoria a um tempo racial e social. E se por ventura o "branco" se esquecesse disso, cabia ao próprio "negro" proclamar sua condição, protestando que do "seu" estôfo não podiam surgir nem a pessoa, nem o equivalente humano do **senhor** (22).

Tudo isso evidencia que se deve dar especial atenção à forma assumida pela **acomodação racial igualitária**. Esta não nasceu nem vingou, imediatamente, como uma relação típica da sociedade de classes. Foi pervertida e assimilada pelos padrões tradicionalistas de relações raciais, adquirindo a aparência da ordem social democrática mas preservando, tenazmente, a substância do **antigo regime**. Onde parecia fluir plena igualdade nas acomodações raciais, preservava-se, quase intacta e completa, a velha relação heteronômica, que separava o "branco" do "negro", como o "senhor" do "escravo" ou do "liberto". As condições histórico-sociais de formação e de desenvolvimento do regime de classes em nossa cidade tornaram êsse destino do "negro" inelutável. A **situação de classe** só encontra vigência quando determinada categoria social conquista os requisitos econômicos, sociais e culturais de uma classe (ou de parte de uma classe). Em termos raciais, sômente os estoques "brancos" da população de São Paulo adquiriram, desde logo, os caracteres psico-sociais e sócio-culturais típicos da formação de classe. Os "negros" e os "mulatos" ficaram variavelmente ausentes dêsse processo, misturados com os segmentos dos estoques raciais "brancos" que também encontraram dificuldades em participar das novas formações sociais, constituindo a "gentinha", uma sobrevivência da "ralé" do **antigo regime**. Enquanto se manteve nessa condição, o "negro" vivia numa sociedade organizada em classes sem participar do regime de classes. O termo "prêto" permitia selecionar a côr como marca racial para distinguir, a um tempo, um estoque racial e uma categoria social em situação societária ambígua, para não dizer francamente marginal.

Isto nos leva, naturalmente, ao segundo tópico da presente discussão. Na medida em que os negros e os mulatos não se inseriram, senão tardia e lentamente, nas classes sociais em emergência, êles não

(22) — Sôbre êsses aspectos da dinâmica da situação racial brasileira e, principalmente, da redefinição social do "escravo" e do "liberto" no "prêto", conforme, especialmente: Octávio Ianni (*As Metamorfoses do Escravo*, op. cit., cap. VI) e Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, op. cit., cap. VI).

partilharam das situações de classe existentes e suas relações com os “brancos” também não eram, tipicamente, relações de classes. A acomodação racial processava-se segundo modelos reconhecidamente aberrantes, antes conformes à relação heteronômica tradicionalista e patrimonialista que à relação heteronômica inerente à ordem social competitiva. O “branco” preservava ciosa e ferrenhamente a posição ativa e dominante da polarização “senhorial”. Enquanto o “negro” se conservava (ou era mantido) na posição subordinada correspondente, como se ainda fôsse despido da condição civil de “pessoa”. Portanto, o que se deve enfatizar não é, propriamente, a existência de relações de dominação. Em toda a sociedade de classes existem formas legítimas de exercício da dominação, da liderança e da autoridade. Mas, a interpenetração entre o regime de classes e formas arcaicas de dominação racial. Se os negros e os mulatos tivessem conseguido classificação social rápida, no seio do sistema de classes emergente, suas relações com os “brancos” se converteriam, simultaneamente, em relações de classes. Estabelecer-se-ia um novo paralelismo entre a ordenação social e a estratificação racial da sociedade inclusiva. Como tal não sucedeu, ocorreu uma dupla corrupção. De um lado, a sociedade de classes foi abertamente solapada e pervertida por distinções sociais fundadas em privilégios raciais incompatíveis com a estrutura e a dinâmica da “sociedade democrática”. De outro, a persistência da dominação da “raça branca” ao velho estilo deu-se além e acima de sua fonte de legitimação jurídica e histórica, o que lhe imprimia o caráter de uma violação irreparável dos direitos fundamentais dos “homens de cor” e lhe tirava todo e qualquer fundamento ético-jurídico. Perdido na sociedade de classes, sem desfrutar das garantias sociais estabelecidas, o “prêto” ficava à mercê de uma tutela que carecia de sentido moral e que não se impunha nenhum freio, fôsse ele alicerçado no interesse material, no decôro ou na obrigação subjetiva. O paradoxo final apresenta-se com a tendência de conceber-se, historicamente, as relações raciais assim desenvolvidas sob os modelos vigentes de ordenação societária. Tais modelos aplicavam-se às relações dos “brancos” entre si, com inconsistências notórias em se tratando da democratização do poder ou do comércio social das elites com a “gentinha”. Apenas de modo esporádico, porém, chegavam a afetar a convivência dos “brancos” com os “negros”. No entanto, convencionou-se que os **princípios democráticos**, imperavam nas relações inter-raciais e que a forma de acomodação racial predominante seria “igualitária”.

Aqui, não nos interessa discutir o sentido sociopático de tal manifestação de etnocentrismo. Pretendemos, pura e simplesmente, proceder a uma análise sociográfica da chamada **“acomodação racial igua-**

litária", para pôr em evidência seus componentes estruturais e funcionais típicos (23). No fundo, pondo de lado o enganoso nome novo, a forma de acomodação que se estabeleceu e se perpetuou praticamente até nossos dias (embora com algumas atenuações e substanciais alterações na perspectiva social do "negro"), provinha do passado tradicionalista e patrimonialista, como se os "brancos" pretendessem preservar o paternalismo nas relações com os "homens de côr". Não obstante, não existiam mais condições econômicas, sociais e políticas para a sobrevivência do paternalismo, como já assinalamos. Este podia ser praticado em pequena escala, em consonância com a persistência de alguns traços sociais e políticos do **antigo regime**, incrustados no estilo de vida de "grandes famílias"; e de modo fortuito na proteção de um ou outro "elemento de côr mais chegado". A relação paternalista passara a ser: um ônus severo e gratuito para o "protetor"; algo insatisfatório e ainda por cima infamante para o "protegido". Em busca de fontes regulares e autônomas de trabalho e de ganho, o negro e o mulato só recorriam a "benfeitores" no último extremo e quase sempre para saírem insatisfeitos com as soluções acessíveis. Por isso, essa relação somente teve certa continuidade em duas direções. Primeiro, no auxílio contínuo ou acidental a antigos servos e empregados "de côr". Segundo, na proteção disfarçada ou sistemática de negros e mulatos definidos como "afilhados" ou "crias da casa". No mais, a relação perverteu-se por completo. O polo ativo passou a ser ocupado por "brancos" que usavam o "negro" como instrumentos — em regra com fins políticos e eleitorais. E o polo passivo era preenchido por "negros" que desfrutavam o "branco" rico, explorando sua ignorância do "meio negro", vendendo influências que não existiam e servindo como guarda-costas. Desaparecido o mundo social criado pela escravidão, em resumo, sumiram os suportes materiais e morais dos antigos modelos de associação entre "negros", "brancos" e "mulatos" — especialmente os modelos que ligavam entre si os dois

(23) — Nesta parte, principalmente para caracterizar estrutural e funcionalmente a assimetria no tratamento recíproco e nas relações raciais em geral, com seus variados efeitos sociodinâmicos, recorreremos também a dados referentes a 1941 e 1951. Como se trata de uma espécie de "estrutura persistente" da ordem social, "brancos" e "negros" que observam os padrões arcaicos são, sob esse aspecto, representativos do antigo regime. Embora certas condições externas das ações e relações raciais tenham se alterado, suas conexões típicas (de estrutura, de sentido e de função) subsistem parcial ou totalmente intatas, pelas razões já apontadas. Por isso, julgamos conveniente arrolar aqui uma parte do material coligido, pois ele diz respeito ao "passado" que ainda se projeta no "presente", preservando-se através do comportamento e da mentalidade dos homens ou pela dinâmica das instituições. De qualquer modo, esta parte do trabalho também serve de abertura aos capítulos 5 e 6.

extremos da sociedade. A continuidade de tais modelos surgia, em si mesma, como uma anomalia e onde ela se vinculasse a interesses práticos quase sempre existia alguma parte de perversão nos motivos dos “brancos”, dos “negros” ou de ambos.

A sondagem efetuada revela-nos que a relação tradicionalista no comércio inter-racial entrara em colapso. A supressão legal do sistema de castas e a desagregação inevitável, embora lenta, do **antigo regime**, minavam aos poucos os suportes materiais e morais em que aquela relação se erigia. Isso significa que a realidade histórica não favorecia o curso tomado pelos contactos raciais; que os requisitos psico-sociais e sócio-culturais das formas arcaicas de acomodação racial estavam fatalmente condenados; e que as tendências de reintegração da ordem racial teriam de ser fornecidas pelo sistema de classes sociais. No entanto, os vários fatores de inércia, já analisados, que operavam simultaneamente no “meio negro”, nos círculos dirigentes da “raça dominante” e na sociedade inclusiva como um todo engendravam, na esfera das acomodações raciais, um longo período de transição, o qual confirma ser realmente difícil ao homem **sair da própria pele**. O “negro”, no regime de igualdade e de liberdade, continuou a comportar-se como “escravo” ou como “liberto”, enquanto o “branco” ignorou as transformações ocorridas, aceitando o incenso que era queimado a seus pés ou exigindo os tributos devidos à “raça dominante”. O fato é que, por curioso que pareça, os fatores de inércia conservaram o passado no plano por assim dizer ritualizado do convívio inter-racial. Na medida em que o “negro” se identificava com seus antigos papéis sociais ou em que o “branco” se recusava a partilhar com êle seu estilo de vida e os papéis sociais correspondentes, reduziram-se ao mínimo as modificações do horizonte cultural imperante em cada setor racial da sociedade paulistana. Em consequência, estabeleceu-se uma espécie de consentimento tácito, que conferia ao “branco” o arbítrio de decidir como tratar o “negro”, em situações concretas, e infundia neste a propensão a acatar, conformadamente, as expectativas de comportamento daquele. Esse desfêcho seria inconcebível, se o conformismo do “negro” não tivesse sido modelado pela **escola da escravidão** e se, apesar de escravo, êle tivesse sido o próprio agente histórico de sua libertação. Do jeito que se passaram as coisas, seria mais fácil alterar bruscamente a personalidade dos senhores que a personalidade dos ex-escravos e libertos. Ninguém poderá dizer até onde iria o ressentimento dos “brancos” dos círculos senhoriais se fôssem compelidos, pelas circunstâncias, a obedecer de um momento para outro a um código ético igualitário. Mas, percebe-se melhor a extensão tomada pelo processo inverso: como transcorreu

a acomodação conformista dos negros e mulatos. Ainda em 1949, duas de nossas pesquisadoras interessaram-se pelas influências tradicionalistas, que alimentam o extremo conformismo dos “pretos velhos”. Eis como uma delas resume, livremente, a filosofia de vida de sua informante: “Os revezes porque passou a fizeram fatalista. O destino quis que ela se casasse e ficasse viúva três vezes. Não culpa os pais por não a mandarem à escola, mas ao destino que assim o quis. Sua pobreza também estava determinada. Aceita tôdas as vicissitudes com submissão de escrava, sem revoltas, sem desejo de interferir nos acontecimentos. **Só o fato de ser preta é uma advertência para que se conserve submissa**”. A outra pesquisadora, conversando com os membros da família que lhe competia estudar, soube que o pai era espírita e que a mãe não tinha religião certa (“ora vou em esta, ora vou em aquela”), e colheu, do chefe da família, a seguinte explicação sobre o processo de cura das doenças: “Fé em Deus, sem fé não adianta nada o médico!” “Então, perguntei-lhe, porque o senhor vai ao médico?” Ele respondeu: “Ué! Ele ajuda!” A pesquisadora ficou desorientada com o que observou e ouviu, desabafando em seu diário de trabalho: “São todos os membros da família de um conformismo revoltante. Mesmo que pareça impossível, estão relativamente satisfeitos com a situação”. “Se é isso a vontade de Deus que é que se vai fazer?” “Não culpam nem a côr nem a falta de oportunidades pela situação”. Na verdade, foi mais fácil ao “negro” lutar contra o aparato material da condição servil que combater seu sustentáculo moral invisível, a concepção tradicionalista do mundo. Seria necessária uma lenta reeducação pela experiência para que se desse conta de que precisaria conquistar, por meios próprios, a **Segunda Abolição** — aquela que seria igualitária e definitivamente redentora. Em suma, todos consentiam, espontaneamente, em perpetuar as velhas formas exteriores de convivência racial. “Branços” e “negros” viam-se através de um prisma deformado. Tendiam a apegar-se, portanto, a expectativas de comportamento, a ideais de personalidade e a concepções de estatus e de papéis sociais que ordenavam a situação de contacto interracial, material e moralmente, como se prevalecesse, para fins de classificação social e de tratamento recíproco, um estado de servidão não declarada da “raça negra”. Isso pressupunha a atualização e a vigência ininterruptas de ajustamentos raciais que renovavam, diuturnamente, o padrão assimétrico de relação racial, construído sob o império da escravidão e do domínio integral da “raça branca”. O elemento típico da “acomodação racial igualitária” não vem a ser, por conseguinte, a disposição, mutuamente admitida ou consentida, de **igualdade racial efetiva**. Mas, uma polarização inversa, que convertia a

subordinação passiva do “negro” e a supremacia ilimitada do “branco” em bases normais da interação racial. Nem mesmo sob a condição de processo *in status nascendi* e *in flux* chegam a estabelecer-se, no período considerado, tendências alternativas de evolução igualitária da situação de contacto racial.

Essa conclusão, amplamente fundada e comprovada pelos documentos transcritos, evidencia algo que é essencial para a nossa reconstrução e a nossa análise. A repetição de velhos “usos” e “costumes” no comércio racial teria, em si mesma, pouca importância sociológica. Se tudo se limitasse apenas a isso, estaríamos diante de sobrevivências, de relíquias do comportamento humano, residuais e destinadas a rápido desaparecimento. Contudo, o que se constata é que as exterioridades do comportamento do “negro” correspondiam, estrutural e funcionalmente, a exterioridades contrapostas do comportamento do “branco”. Em outras palavras, era um padrão de relação racial que se perpetuava historicamente, prolongando pelo tempo uma forma de acomodação racial contrária aos requisitos econômicos, sociais e culturais da sociedade de classes. A mais completa e extrema assimetria continuava a imperar na convivência entre “negros”, “brancos” e seus descendentes mestiços. E não se tratava de uma assimetria nascida da livre competição racial ou das desigualdades inerentes ao regime de classes. Porém, de uma assimetria monolítica, rígida e implacável, que não deixava alternativa — ou o ajustamento esperado; ou a auto-exclusão. Ainda aqui, observamos como o cruel dilema, que perseguiu incessantemente o liberto, também operou contra o “negro livre”. **Integrar-se à vida social** significava, para o negro e para o mulato, aceitar passivamente as regras do jogo, estabelecidas pelo e para o “branco”. O que equivalia a admitir e reconhecer sua condição submissa, dependente e de “gentinha”. A outra saída consistia em romper pela abstenção — isolar-se do convívio com o branco e quebrar o maior número possível de ligações com o seu mundo social, constituído pela própria sociedade inclusiva. Esse mecanismo de ajustamento fomentou a elaboração de estranha filosofia conformista, que transformou o “retraimento” e o “complexo” (24) em fatores de isolamento renitente. Um informante negro escreveu, em documento pessoal, algo característico: “nunca procuro um lugar em que me sinto acanhado nem também que eu me sinto indesejado nesse ou naquele ambiente”. Quer dizer que, pouco ou muito, cada qual fugia o quanto pudesse do convívio com o “branco”, especialmente onde esse convívio implicasse em sair da ro-

(24) — Em outra parte do trabalho analisaremos essa sutil noção, construída pelos negros e mulatos de São Paulo para designar seu complicado estado de espírito diante da situação de contacto predominante na cidade.

tina. Entretanto, dada a fragilidade de semelhante recurso adaptativo, seria difícil determinar as fronteiras que separavam o isolamento puro e simples do desajustamento declarado. O isolamento como técnica social de ajustamento produzia-se num clima psicológico em si mesmo desmoralizante e desmoralizador. Doutro lado, em determinadas circunstâncias êle próprio acabaria disfarçando um desajustamento crônico irremediável, embora não reconhecido abertamente como tal. As lembranças de um informante branco permitem situar um caso-limite, dessa natureza. Segundo suas recordações, estava almoçando com um amigo de folguedos “negro”, com o qual mantinha relações de profunda amizade, quando apareceu um vendeiro da vizinhança, para fazer uma reclamação: Z., o seu amigo, e um “italianinho” haviam derrubado uma pilha de latas do armazém. “Dna. N. não bateu no filho. Depois de desculpar-se ao vendeiro, pôs-se a falar, como num choramingo, ao filho: “Já avisei, meu filho. Prêto com branco não dá certo. Branco não presta, meu filho. Branco é mau. Êste mundo é dêles. Já avisei. A gente tem que se conformar e viver entre nós. Branco, se trata bem no começo, é para pôr canga em prêto, no fim. Dna. N. pra cá, Dna. N. pra lá, dizem as patroas do hotel, mas, no fim, quando a gente quer o dinheiro que devem, se não põem o mundo abaixo, vão embora e deixam a nossa panela sem feijão. Branco não presta, meu filho, escuta o que sua mãe diz”. “Z. ouviu com cara sizuda, aquêle desabafo de uma “submissa”. Foi realmente impressionante. Lembrome muito bem, até hoje. A velha, notando a minha aflição, vem em meu socorro: “Não ligue não. Você é como meu filho”. Nunca me esqueço”. No entanto, temos de deixar de lado tais aspectos da situação de contacto. Eles possuem inegável importância e não devem ser subestimados ou esquecidos em nenhum momento da nossa análise. Mas, esta deve cingir-se ao plano imediato em que se desenrolava o intercâmbio social do “negro” com o “branco”.

O fulcro do padrão assimétrico de relação racial consistia numa polarização em que o “branco” e o “negro” apareciam, respectivamente, como os equivalentes do tutor e do intêrdito. Nesse sentido, poder-se-ia falar, numa extensão de um princípio do direito natural, na existência de um “**poder do branco**” (como o poder paterno ou o poder marital), a ser exercido, em qualquer circunstância e em qualquer fim, com ou sem o consentimento da parte interessada e, teoricamente, sempre no seu benefício. Os fundamentos dessa polarização recíproca aparecem claramente no seguinte depoimento, que condensa os principais elementos típicos da relação enunciada. “...o negro sabe que é inferior e reconhece que o branco é mais inteligente e deve mandar nêle. Por isso, se comporta para com o branco com

timidez e com respeito, aceitando o seu lugar. Ele nunca poderá alcançar a mesma posição que o branco, por mais que faça". Os próprios "homens de côr" desenvolveram aguda consciência dessa polarização, apontando-a como "causa" do preconceito de côr e da discriminação racial em nossa sociedade. "Nestas condições, o que nós sentimos de ordinário na rua, é não somente o efeito do preconceito mas, no caso, é a causa dos efeitos citados. O preconceito é este conceito de inferioridade que se tem para com o negro e em decorrência dessa inferioridade aparece o tratamento do superior para com o inferior". [...] "A raça branca criou para si o conceito de superioridade e para a raça negra o conceito de inferioridade" [...] "Este conceito criado para o negro criou, no elemento branco, a prevenção. Criou um estado de espírito que, se não podemos dizer de atrocidade para com o elemento negro, pelo menos o podemos afirmar na condição a que deveria ser — relegado a um elemento inferior. E esse conceito de inferioridade sentimos a cada passo" [...] (25). Convicções dessa ordem se mantiveram firmes e arraigadas. Ainda em 1952 pudemos observar a indignação de um luso-brasileiro diante da elevação de L., grande jogador mulato, à condição de técnico do seu clube. O informante era torcedor fanático daquele clube e achava que seu quadro ia mal em virtude daquela circunstância. "L. é um grande jogador, ainda agora. Mas, o mal foi terem-no aproveitado como técnico". "Negro não serve para isso. Não serve para mandar e ainda mais para mandar em brancos". "L., como todo prêto, é desorganizado e insubordinado. Como poderia então ser chefe e dar ordens? Ninguém quis obedecer-lhe e o exemplo de insubordinação tomaram dêle próprio". "Além disso, no quadro há rapazes brancos, de fina educação, inclusive advogados formados. Como poderiam ser comandados por um negro e receber ordens dêle?" Assim como não podia "mandar em branco", o "negro" também não podia ser recebido ou tratado como "um igual". As antigas servas e empregadas ou os chamados "crias da casa" deviam ser recebidos na copa, pela porta da cozinha ou na varanda. Vários documentos demonstram que a localização recíproca dos socii, a esse respeito, era estrita e aceita tácitamente. Isso não deveria "ferir os brios de ninguém", pois julgava-se que os procedimentos não afetavam a pessoa, mas a sua condição social "inferior". Os mesmos documentos evidenciam que o essencial era cada um "saber qual é seu lugar" e ater-se, convenientemente, à "tradição de hierarquia". Um advo-

(25) — Depoimento feito em público pelo Sr. Francisco Moraes, que salientou sua isenção: "Sinto-me, meus senhores, bastante à vontade para falar como pretendo, porque se sou a favor do negro não sou contra o branco. Sou o produto do cruzamento dessas duas raças..."

gado e fazendeiro possuía dois serventes negros. Eis como explicava as razões dessa preferência: “Sou eu quem escolhe os nossos empregados. Temos agora dois negrinhos formidáveis: espertos e ótimos empregados. Aliás, prefiro ter negro nesse lugar... Já que a gente vai ajudar alguém, que seja um negro, que está precisando mais de auxílio. Prefiro ajudar um negro, que um italianinho pica-reta que quer subir. O negro, pelo contrário, liga à vontade de subir uma tradição de hierarquia: é respeitoso e educado; o italianinho é moleque e malcriado”. A mesma razão levantou algumas quesílias contra o mulato. Como disse um informante: “Agora, não sei se você percebeu que o mulato é pior que o prêto. Eu por mim não tenho nada com os pretos. Acho que é boa gente e me dou com êles. Mas não quero saber de negócios com os mulatos. O mulato pensa que é branco e fica muito metido. Prefiro os pretos, porque êles sabem qual é o seu lugar e se afastam. Os mulatos não. São pernósticos e pensam que podem fazer tudo como os brancos”. No contacto categórico, a distância social e a “tradição de hierarquia” eram sublinhadas pelo tratamento cerimonioso. Não se dava de “senhor” ou de “dona” a um “prêto” — nem ninguém se desbarretava diante dêle ou lhe dava a mão. Alguns chegavam a proibir que as “pessoas de côr” usassem essas fórmulas entre si. “Conheço um caso que me ocorre agora. Na casa de uma família abastada, com ranços ainda de aristocratas, essa gente não permitia, entre as empregadas negras, que a mais moça chamasse a mais velha de senhora, porque senhora, naquela casa, só eram elas, as brancas donas da casa”. Apesar da enorme tolerância associada ao uso de nomes e prenomes das famílias tradicionais pelos ex-escravos, até aí se estabeleciam distinções notórias. Certa matrona, de família com belo renome, tinha por hábito chamar por Clemente os moleques de recado (em regra, “pretos”). Uma ocasião, um dêsses rapazes foi à sua casa, para prestar-lhe um serviço. Ela indagou: — “Como é que você se chama? — Clayton?... Isso não é nome de negro! Você se chama é Clemente!” E designou-o, sempre, por êsse nome... Na medida em que identificava certos hábitos e modos de ser com um estatuto “aristocrático”, o próprio negro, assim que pudesse, tendia a absorver os padrões de comportamento dos “brancos da elite”, servindo-se dêles para distinguir-se e separar-se dos “negros pobres” ou “negros de brim”. Os clubes negros mais ou menos conceituados ficavam, por isso, famosos pelo formalismo imperante na vida mundana dos associados, pelo decôro das festas e pelo zêlo da etiquêta mais estrita, que governava as relações cerimoniosas dos sexos no decorrer das danças. Nas relações com o “branco”, porém, tais evidências de ostentação de prestígio e de poder podiam ser mal interpretadas e recebidas com hostilidade.

Em regra, dizia-se, diante de qualquer situação desse tipo: “parece que o negro quer virar gente”, “essa gentinha não se enxerga!”, “negro já pensa que é gente”, etc. Ainda recentemente, registramos uma ocorrência digna de menção. O chofer de um carro de aluguel estava transtornado. “Hoje estou de pêso. O primeiro freguês que me apareceu foi uma mulher. Ela deu sinal para eu parar. Quando parei, três homens assaltaram o carro na frente dela” (26). “Eu achei ruim. Falei que a vez era da moça. Eles eram dois brancos e um preto”. “O preto disse que não tinha nada com isso” [com a precedência da mulher]. “O que eu quero é que você me ponha na Praça Clóvis Bevilacqua depressa!” “Eu fiquei danado da vida. Falei que eles não mandavam em mim e que os gritos deles não adiantavam. Se quisessem mandar, comprassem um automóvel”. Resultado: decidiu não servir a ninguém e encostou o automóvel. “Agora, podem gritar à vontade. Daqui eu não saio nem que chamem o D.S.T.”. Eis o seu comentário final: “Pôrra, tinha que ser justo o preto que tinha de falar! Se eu gostasse de carvão, comprava uma carvoaria. Se fôsse um dos brancos que falasse, ainda vá lá. Mais do negro, não! Vão mandar na puta que os pariu!”

Essas indicações mostram, em conjunto, como se objetivava socialmente o padrão de assimetria nas relações raciais e o que resultava de sua inobservância. Em regra, se o “negro” tentasse frustrar as expectativas de comportamento “submisso”, deixando de “colocar-se em seu lugar”, e, principalmente, se ele procurasse impor-se como “igual” ou “superior”, o “branco” reagia de modo desfavorável (às vezes com violência insopitável), tornando-se imprevisíveis o curso e o desfêcho das ações de um e de outro.

Portanto, a cordialidade para com o “negro” não traduzia ausência pura e simples de distância social e de intolerância racial. Mas, algo deveras mais complicado: a vigência de uma etiqueta de relações raciais que regulava, de forma extensa e firme, as atitudes e os comportamentos apropriados a cada circunstância. Ao estipular como cada agente social devia comportar-se, nas situações rotineiras de contacto racial, semelhante etiqueta disciplinava os sentimentos e emoções dos agentes sociais, conformando suas ações às convenções estabelecidas socialmente. Ao mesmo tempo, essa etiqueta proibia ou proscovia o recurso sistemático à violência, identificando como indecorosas as ações que pressupunham perda de autodomínio no trato com pessoas de situação social “inferior”. Se o “negro” deixasse de corresponder, de moto próprio, às expectativas convencionais, impunha-se “dar-lhe uma lição”, servindo seu almôço na cozinha ou ne-

(26) — N dia em questão estava chovendo, havendo procura frenética de carros de praça.

gando-se, abertamente, aquiescência às suas pretensões. Na medida em que o sistema tradicional de etiqueta entrara em crise e em que o “negro” se insubordinava contra as discriminações decorrentes de sua observância, surgiam situações ambíguas, às quais eram inerentes ressentimentos e tensões que acabavam evoluindo na direção do conflito. Vários exemplos permitem aprofundar a descrição desse aspecto, que demonstra cabalmente o quanto se estava longe do limiar de um autêntico consenso democrático na avaliação e na aceitação do “negro”. Parece que, afora desatenções propositadas, era no trabalho que se achavam as principais fontes de atritos. Em uma das histórias de vida deparamos com o seguinte incidente: “Em 1917, arranjaram-lhe um emprêgo de fiscal de consumo. Não o pôde ocupar, por não ter habilitação. Conseguiram-lhe um lugar de escrevente. Tudo ia muito bem, até o dia que o chefe mandou que êle lavasse as escarradeiras. Revoltou-se. O homem lembrou-lhe que êle era preto e quase analfabeto, num assomo de mau humor. Rebelou-se. Não lavou as escarradeiras e não apareceu nunca mais no emprêgo”. Pelo jeito, as “mulheres de côr também reagiam assim, quando “provocadas”. E. N. era costureira numa casa de modas do centro. “Um dia a patroa queria que eu fôsse levar a menina dela para casa. Eu respondi: — Não vou porque não sou pagem. A patroa retrucou: — sua negrinha! Você vai ou não vai? — Não vou! — Você pode ir embora então! Saí na mesma hora”. Outro exemplo interessante diz respeito a uma promoção esporádica e temporária de um jovem, que trabalhava como escriturário em uma repartição pública federal. O chefe da secção precisou ausentar-se por alguns dias. Fêz os arranjos necessários e encarregou-o de responder pelo expediente, durante sua ausência. “Os colegas brancos ficaram furiosos. Alguns não se continham, e chegavam a dizer-me que não queriam servir sob as ordens de um negro. “Onde se viu, um negro mandar na gente?! “Fiquei um pouco abalado no início. Depois não liguei mais. Eu era o chefe e eles tinham que me obedecer. Que achassem ruim à vontade. Quem mandava era eu!” Experiências dessa natureza marcavam, naturalmente, tanto o “branco”, quanto o “negro”. Em nosso levantamento, contamos com vários tipos de “queixas” dos “brancos”, que já não entendiam o “negro”, nem o seu comportamento. Muitos tomaram consciência viva de que êste “não procurava o branco por amizade mas por interesse” e ficaram chocados com as atitudes de independência, que tendiam a classificar como de “ingratidão” e de “revolta”. Um dos informantes, que declarou “sentir simpatia pelo negro” e que disse “procurar ajudá-los sempre que pudesse” forneceu um relato amargo de suas decepções. Os dois “pretos” que tentou auxiliar “deram-lhe dor de cabeça”, levando-o a “experiências muito tristes”.

Em seu entender, “são muito revoltados e voltam-se contra os que os auxiliam, ficando violentos”. Exemplificou que seus dois protegidos o trataram àasperamente e deram-lhe respostas malcriadas a observações delicadas que precisou fazer. “Os pretos se ofendem à-toa, e quanto mais êles dependem da gente, mais altivos se mostram. Os brancos são diferentes. Êles não se esquecem de um favor e sempre demonstram gratidão pelos favores que recebem”. Por isso, formou a convicção de que “os pretos são ingratos” e que “se esquecem logo das obrigações que devem aos outros”. O “negro”, por sua vez, defrontava-se com um dilema. O seu modo de ser, no trato com o “branco”, é que decidia do aproveitamento final de suas aptidões, e não, como gostaria, o seu valor como pessoa. Isso transparece no seguinte depoimento de J. L.: “Existem as possibilidades de realizar os meus desejos, através de coisas incompatíveis com os meus princípios e com o meu caráter. A bajular políticos e a mendigar um direito que tenho adquirido do meu próprio esforço e trabalho”.

O padrão assimétrico de relação racial produzia, naturalmente, certos efeitos psico-sociais normais (27). Atendo-nos ao essencial, vamos descrever aqui cinco aspectos básicos: as conseqüências dinâmicas do apêgo ao padrão tradicionalista de acomodação racial; influxos deformadores do padrão de tratamento racial assimétrico na organização da personalidade do “branco”; influxos deformadores do padrão de tratamento racial assimétrico na organização da personalidade do “negro”; tendências da identificação diferenciadora associadas ao padrão assimétrico de relação racial; efeitos específicos da ausência de reciprocidade de perspectivas nas relações raciais.

Parece óbvio que o apêgo ao padrão tradicionalista de relação racial constituía o requisito psico-social da própria perpetuação de larga parte do **antigo regime** na esfera dos contactos entre negros, brancos e mulatos. Êle estava na base, pois, da lentidão com que se transformou a ordem racial herdada do fim do século. Contudo, não era para essa questão geral que pretendíamos chamar a atenção. Mas, para algo que ficava atrás disso tudo como o verdadeiro dinamismo das atitudes e comportamentos conservantistas de “brancos” e “negros”. O apêgo àquele padrão de relação racial não só mantinha, como revitalizava e atualizava socialmente a imagem que o “branco” fazia do “negro” e vice-versa; e, o que é substancial, projetava essas imagens como se a revolução abolicionista e a implantação da República não contassem na esfera das acomodações raciais.

Em suma, a imagem do “**bom negro**” associa-se a expectativas bem definidas de submissão, lealdade e conformismo diante da si-

(27) — Cf. acima, p. 244; êste constitui o segundo tópico a ser discutido nesta parte do presente capítulo.

tuação de interesses da “raça dominante”. Quanto mais o negro e o mulato se identifiquem com os ideais da personalidade democrática, concatenados em torno da figura do **cidadão** e dos direitos fundamentais da pessoa, tanto mais eles são incompreendidos, avaliados etnocêntricamente e depreciados. Ao inverso, quanto mais se prender ao modelo do criado fiel e devotado ou fizer jus aos atributos correlatos (mesmo sem ser empregado ou dependente), mais o “negro” encontra correspondência afetiva, compreensão e consideração no ânimo do “branco”. O velho criado, descrito em “O Prêto Leôncio” por Pelagio Lobo (28), configura o paradigma do negro dedicado, zeloso e querido pelo “branco”. Eles ficavam na memória dos senhores e dos patrões. “Como era boa a Joaquina! Nela estava personificada a devotada afeição que os africanos sentem em geral pelas crianças. Quando estavam doentes, levava-lhes alimento e o remédio que a mamãe mandava; quando adormeciam, sentava-se no chão, ao pé da cama, vigiando-lhes o sono; quando sãos, contava-lhes histórias... Era um prazer ouvir as lendas africanas sobre meninas roubadas que, metidas em sacos, cantavam pelas ruas. Ou então, sobre cavaleiros perseguidos, que fugiam a todo o galope do inimigo e atiravam para trás um alfinete que se transformava em bosque de espinhos” (29). Ficavam como que “parte da família”, gozando do seu convívio e proteção, como nos esclarece os dois excertos seguintes: “Nunca admitimos que se dissesse, que a Malva era preta; Malva era “de côr”, era “muito morena”. Uma das chateações que meus tios usavam contra nós, para nos ver danados, furiosos (e acabávamos chorando de raiva, quantas e quantas vezes!), era repetir: “A Malva? E’ um tição. E’ mais preta que pó de carvão. E’ tão preta que no escuro some. E’ a mamãe preta de vocês” Provocavam respostas furiosas, entre as quais esta, que era usada como argumento supremo: “A Malva é preta por fora, mas a alma dela é mais branca do que a de vocês todos!”; “Apesar das dedicações de Nhá Benta, da Rosa cozinheira, da Malva, mamãe sempre disse preferir empregadas brancas às pretas e mulatas; acha que os pretos e mulatos são mandriões, preguiçosos, malandros, não têm gosto pelo trabalho nem pela limpeza. No entanto, geralmente tínhamos empregadas de côr; e nunca se estabeleceu, com as empregadas brancas, o clima de afeição que tantas vezes se criou entre nós e as pretas. Não falo já da Malvina, que é um caso à parte, nem das antigas agregadas da família; mas uma quantidade de criadas pretas e mulatas que aqui em casa estiveram trabalhando continuam a nos visitar, a trazer presentes, mostrando uma afeição que ne-

(28) — Artigo publicado em 6-V-1945.

(29) — Maria Paes de Barros, *No Tempo de Dantes*, op. cit., pp. 81-82.

nhuma das brancas que por aqui passaram conservou, a não ser Evangelina (portuguêsa). Geni, Isaltina, Sebastiana, Heloiza, Luzia, Cecília, Chica, volta e meia apareciam para saber notícias e dar uma prosinha; elas se sentem “da família”, participam das alegrias e das tristezas da casa; e sabem que quando precisam podem recorrer “aos seus brancos”.

Essa imagem do “bom negro” encontraria, mais tarde, viva repulsa entre os negros e mulatos envolvidos nos movimentos sociais pela “redenção da raça negra”. Elaboraram uma contra-representação que expunha essa imagem, impiedosamente, como a do “negro trânsfuga”. Ao mesmo tempo, opuseram avaliações próprias, que pretendiam desmascarar as representações piegas dos “brancos”! Em sua explicação do êxito rápido da Frente Negra, na década de 30, por exemplo, salienta José Correia Leite: “O fundo psicológico, que permitiu a pronta aceitação dêsse movimento e o entusiasmo com que os negros aderiram a êle, liga-se ao fato de que o negro estava cansado de viver numa situação de descaso e de ser visto sempre, em suas aspirações e anseios, a partir de um falso sentimentalismo, mais do que prático, pelos homens de responsabilidade pública, historiadores e sociólogos. Êstes, sempre que se referiam ao negro, era para contar aquela velha ladaíinha de que tinham mamado no seio de uma negra, como se isso trouxesse, para o negro, alguma vantagem ou favor. Quando não isto, era a também velha história de que o negro madrugou nos alicerces da formação da nacionalidade, que era bom, afetivo, tendo sempre acompanhado o branco, desde o berço até a sepultura” (30). Mas, essa foi a imagem que vingou historicamente, inculcando no “branco” não só as idéias que fazia do “negro” como, ainda, as distinções correntes a respeito do “negro bom” e do “negro que não presta” ou do “negro safado” e as convicções correlatas, pertinentes ao modo de “tratar o negro para mantê-lo na linha”, de corresponder à sua afeição ou solicitações, etc. Mesmo depois da consolidação da Frente Negra e do aparecimento de outras organizações congêneres, essa imagem continuou a seduzir o próprio “negro”, que se via socialmente através das representações construídas pelos “brancos”.

Semelhante clima moral fazia com que nos diferentes círculos sociais do “meio branco” predominassem atitudes e expectativas que tornavam o “branco” mais ou menos intolerante a manifestações de autonomia ou de igualdade no comportamento das “pessoas de côr”. Um advogado arguto, de família tradicional, situou bem a questão no contexto histórico-social apontado. Ao descrever os “pretos de

(30) — Excerto de *Movimentos Sociais no Meio Negro*, estudo de caso organizado por Renato Jardim Moreira com a colaboração de José Correia Leite, Ms., fl. 15.

caráter”, que conhecia, salientou: **“dentro do conceito de caráter que o branco quer que exista”**. Por isso, certa rigidez e um mínimo residual de intolerância vinham a ser a pitada de sal com que os “brancos” temperavam o “sentimentalismo piegas” e a compreensão católico-cristã do homem em suas relações com os “negros”. Inclusive minúcias podiam ser selecionadas e interpretadas à luz das implicações daquela imagem, toda a vez que o “prêto” se afastasse dela. Um caso é bastante ilustrativo. Trata-se de um descendente de portugueses, que vivera no interior antes de morar em São Paulo. Ele usava o carro da família sem possuir a necessária habilitação. Um único guarda obrigava-o a parar e procedia contra o transgressor — “um prêto”. Tais ocorrências não levaram o informante a identificar o guarda como “cumpridor de seus deveres”. Porém, ao contrário, a representá-lo como um “prêto ressentido” e “pedante”. O normal seria que tolerasse a transgressão e ainda procurasse ser útil ao transgressor... Mais chocante que a ostentação de comportamentos individuais inesperados (e por isso desaprovados) pelos “brancos”, são as afirmações coletivas dos “negros”. Manifestações desse gênero sempre foram vistas com inquietação e eram reprimidas no passado. Concentrações do tipo das que se começaram a fazer nos passeios da rua Direita eram inconcebíveis antigamente e traduziam, em si mesmas, uma alteração fundamental na situação social do “negro” na cidade. Pois bem, houve informantes brancos que focalizaram, espontaneamente, esse episódio, para externar a opinião de que os participantes desses passeios não seriam os “pretos” típicos. **“Na rua Direita às noites de sábado e domingo há muita gente de côr, mas eu acho que aí, não adianta a gente reparar... não dá nada! São pessoas de côr que guardam raiva de serem pretos ou mulatos, que querem fazer acinte, mostrar despeito. São pessoas de côr envenenadas, com recalque... Esses não adianta observar, não são as verdadeiras pessoas de côr”**. Voltamos, pois, ao ponto de partida. As “verdadeiras pessoas de côr” são aquelas que agem dócil e passivamente, conforme as expectativas expressas ou não dos “brancos”. Essas encontram simpatia e apoio até entre brancos conscientemente preconceituosos e intolerantes. Um exemplo ilustrativo é-nos fornecido por um informante que atribuía ao “negro” má influência sobre o “branco”. **“Os pretos constituem uma raça degenerada: ao lado da minha casa dois homens (um prêto e um loiro) fizeram um coberto e passaram a viver ali. Estavam sempre sujos, bêbados, largados. Um dia o prêto sumiu, o dono do terreno cercou-o e o branco fez uma casinha no fundo sôzinho. Passo pelo terreno todos os dias e verifiquei como a situação do branco foi melhorando. Já usa roupas mais limpas e melhores, anda de barba feita e outro dia, qual a minha surpresa, estava**

de gravata. Era o prêto que levava o branco para a vida largada”. No entanto, o mesmo informante asseverou o seguinte: “Conheço também ótimos pretos em Pernambuco, onde estive no ano passado e encontrei um que tinha ido com o filho cumprimentar meu pai, seu padrinho. Tinha 75 anos e toma a bênção de papai — é um grande sujeito!”

Para merecer semelhante avaliação e conseguir as vantagens decorrentes, o próprio “negro” não só absorvia a imagem que o “branco” fazia dêle. Agia de acôrdo com ela em tudo que fôsse vital, como se uma mola o orientasse na escolha dos ajustamentos esperados. Ai, no entender do “branco” adquiria o caráter do “negro de alma branca”, da “verdadeira pessoa de côr” ou do “prêto sem recalques”. O caso mais expressivo, com referência à época considerada, é o do Tenente G. Ele sentou praça em 1900. Numa das peripécias de sua carreira na Fôrça Pública, foi parar no batalhão de uma cidade do interior cujo comandante tinha fama de “ser terrível” e de que “não gostava de pretos”. “Chamou-me à sua presença e perguntou se eu bebia. Eu disse que não: só bebo água. O comandante respondeu, ríspido: está querendo brincar comigo? Fiquei com medo. Pensei que, pela primeira vez, iria conhecer o quadrado. Mas não fui”. De acôrdo com suas lembranças, “o homem era duro, mas não injusto”. Eis como obteve sua proteção. “Então, procurei conquistá-lo através da espôsa. Aproximei-me dela, cativei a simpatia dela e por seu intermédio tive as boas graças do comandante. Ele foi bom para mim”. No seu entender, “poucos pretos procuraram agir com essa cautela, que seria recomendável para melhorar as relações com os brancos”. Alguns informantes negros e mulatos informaram-nos que comportamentos dessa natureza constituem uma espécie de técnica social, empregada com fitos racionais. Segundo um dos informantes, “o negro que sobe” precisa colocá-la em prática, para conquistar a posição, mantê-la ou melhorá-la. Em consequência, êsse tipo “se torna mais educado e afável que os próprios brancos”. “Nas repartições, por exemplo, se tornam mais urbanos e afáveis no trato do público. Pode ver, que entre um branco e um prêto, o que serve melhor o público é o prêto. Mesmo os chefes preferem êsses funcionários”.

O apêgo ao padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial aparecia invariavelmente ligado a dois componentes, entre os “brancos”. De um lado, à noção de que “o negro só serve para trabalhos braçais” e que, portanto, “não deve assumir cargos de responsabilidade e de mando”. As seguintes idéias de um dos informantes brancos, de família tradicional, são esclarecedoras. “Os pretos são melhores que os brancos para trabalhos braçais, por causa da fôrça bruta”.

Mas, referindo-se à carreira no Exército, asseverou: “Eu acho que os pretos não subiam além de cabo, raríssimamente a sargento, devido à falta de capacidade... Porque, de mil negros, há um que se destaca!” “O comportamento do negro que sobe a um pôsto superior no Exército é, em geral, intragável. Por se sentir superior começa a maltratar os antigos colegas, e tratá-los como **inferiores**, a perseguir. Eu acho que por um sentimento de inferioridade ou de insegurança, trazido pela posição quase sempre inferior que ocupam na sociedade, ou talvez por tudo que sofreram antes, preconceitos e outras coisas, o prêto quando sobe começa a se dar ares de importante, muito mais que qualquer outras pessoas; de um lado para convencerem os outros e mostrarem que subiram, de outro para se convencerem a si mesmos. Os poucos que subiram, no Exército, quando estive lá, ficaram insuportáveis para com os antigos companheiros. Êstes naturalmente, maltratados, se afastaram, mas isolavam-se do prêto que subia, devido ao seu comportamento e não devido a preconceitos”. De outro lado, essa técnica de convivência excluía o “negro”, naturalmente, da condição de igual. Mesmo quando êle era aceito, sua posição era a de “protegido”, de alguém que “recebia favores” e tinha de “prestar obrigações”. Embora a estrutura social compatível com a prática do paternalismo estivesse em crise, tudo isso permitia eliminar o “negro” do horizonte cultural do “branco” como um competidor legítimo em potencial. Como antigamente, a sua ascensão só seria aceita, tolerada e proclamada com simpatia quando nascesse da iniciativa do “branco” e envolvesse compromissos tácitos de lealdade total para com a pessoa ou os interesses deste. A ordem social competitiva fechava-se discretamente para o “negro”, pois sua mobilidade vertical dependia, estreita e diretamente, da vontade pessoal do “branco”. Sem que êste reconhecesse o seu valor e tomasse providências para colocá-lo numa “posição condigna”, êle ficaria vegetando no “seu lugar”, ou seja, em alguma posição subalterna. O que significa que a sociedade só era aberta para o “negro” ao velho estilo, segundo a técnica da infiltração pessoal e da acefalização da “população de côr”; mas com o desaparecimento do sistema estamental e de castas e com a concorrência dos imigrantes ou de seus descendentes, as oportunidades de ascensão social daí resultantes minguavam continuamente. Quanto ao “negro”, o apêgo ao padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial servia como uma fonte permanente de obnubilação da consciência racial. Negros e mulatos ficavam insensivelmente atrelados à concepção do mundo da “raça dominante”, submetendo-se em massa às técnicas vigentes de capitulação passiva e espontânea em face dos desígnios ou das expectativas dos “brancos”. Os que pretendes-

sem fugir a essa sina tinham de apelar, como assinalamos, ou ao isolamento (condição da maioria), ou a um estilo de vida formalista, que reproduzia caricaturalmente os pendores aristocráticos das elites dominantes (condição da minoria, muito rala na ocasião). Até para dançar, em um baile misto, o indivíduo precisava comparecer com uma parceira previamente combinada. Se não, “levava tábua”. O pior é que o horizonte cultural inerente à concepção tradicionalista do mundo não abria perspectivas para a tomada de consciência da realidade subjacente a ambos os ajustamentos. Isolando-se para esconder sua miséria, sua desilusão e sua frustração ou congregando-se em pequenos grupos de aparência brilhante mas igualmente segregado em seu nível social, o “negro” não tinha elementos para perceber que era pôsto e se colocava, simultaneamente, fora da órbita dinâmica da sociedade competitiva.

Esse padrão de tratamento racial introduzida, natural e inevitavelmente, certas deformações bem conhecidas na organização da personalidade do “branco” e do “negro”. Quanto ao primeiro, parece evidente que ele fomentava um tipo peculiar de autoritarismo. que tem sido descrito sob os conceitos de mandonismo e de paternalismo. A tradição escravocrata associou de tal modo “côr” e “posição social”, que o “branco”, recém-egresso do regime de castas, ainda se comportava como se fôsse o *senhor* e revelava extrema intransigência diante de qualquer quebra ostensiva da velha etiquêta das relações raciais. Por isso, atitudes, comportamentos e avaliações intolerantes tendiam a ocorrer nos ajustamentos raciais que envolvessem as posições recíprocas das duas “raças” na estrutura de poder da sociedade. Como sucedia no passado, a elevação de um “prêto” não alterava aquelas posições, operando-se através de mecanismos que individualizavam o processo e convertiam a “pessoa de côr” em ascensão numa espécie de “exceção que confirma a regra”. Os líderes “negros” de São Paulo perceberam com nitidez e profundidade a natureza desse processo; “quando um negro se impõe pelo real valor, os brancos o respeitam mais pela admiração — é como se fôsse um fenômeno”, disse-nos um deles. Em consequência, as alterações de estatus das “pessoas de côr” não afetavam, por paradoxal que seja, as posições recíprocas das duas “raças” na estrutura de poder da sociedade (31). Todavia, era intensa

(31) — Está claro que havia dois mecanismos distintos de ascensão do negro e do mulato: seja através da incorporação ao núcleo de uma família tradicional importante (coisa muito rara em São Paulo, tanto na Capital, quanto no interior) ou da inclusão na periferia de uma família desse tipo (coisa mais ou menos freqüente, que estava na essência do paternalismo); a ascensão obtida por via autônoma, pela acumulação de riqueza ou pela ostentação de predicados excepcionais (especialmente de atributos intelectuais), a qual não excluía a condição de apaniguado de al-

e viva a acuidade dos “brancos” diante das atitudes e comportamentos das “pessoas de côr” em questão. O que elas fizessem em discrepância ou em dissonância com as expectativas convencionais serviam para registrar a incapacidade do “negro” para exercer os papéis sociais concebidos como parte das prerrogativas naturais dos “brancos”. Se o guarda-civil, o sargento ou o chefe de escritório “prêto” ou “mulato” fizessem algo notável, isso não beneficiaria o estoque racial a que pertencessem. Contudo, onde chocassem as normas e os costumes ou se revelassem certos deslises, eram tidos e apontados como protótipos e expostos como evidências concludentes das “limitações”, dos “defeitos” ou das “taras” da “raça negra” (ou dos mestiços). Esse mecanismo de percepção e de identificação facultava ao “branco” meios eficientes de defesa da posição dominante da “raça branca”, ao mesmo tempo que o tornava invulnerável às causas e aos efeitos dos ressentimentos do “negro”. Em suma, o “negro” em ascensão não abria caminho para outros nem contribuía para liberalizar o horizonte cultural do “branco”. Ao contrário, expunha aos olhos de todos, ao vivo e de público, “porque” seria incapaz de assumir, em condições de igualdade, certos encargos e responsabilidades sociais. Portanto, é terrivelmente sutil e complexa a intolerância que se ocultava por detrás do padrão assimétrico de tratamento racial. Sem visar e sem pôr em causa, de modo direto e franco, as qualidades inatas da “raça negra”, produzia o mesmo resultado por vias mascaradas e indiretas.

Nada disso impede que seja verdade que o “branco” não ofendia nem atacava o “negro”, mas resguardava a sua própria situação social, com as aparências e as atribuições correspondentes. Se não o aceitava como um “igual” e o repelia como “superior”, fazia-o em nome da experiência secular, que demonstraria, cabalmente, a inviabilidade de substituir um por outro — já que um nascera para e se acostumara ao exercício do mando; e outro nascera para e se acostumara à obediência e à subordinação. A concepção tradicionalista do mundo fornecia, assim, o sistema de referência para a compreensão da natureza do homem, da posição simétrica do “branco” e do “negro” na estrutura da sociedade e das “relações normais”, que se deveriam estabelecer entre as duas “raças” em presença. O fato dêsse universo achar-se em plena revolução social,

guma família importante ou de certos cabeças de parentela (nem Luiz Gama se viu livre dessa forma de dependência em face das “grandes famílias”). A segunda alternativa ocorreu de forma episódica em São Paulo, contando-se aqui e ali as figuras que se elevaram dessa maneira. Por isso, é dispensável aprofundar a discussão do assunto, sendo suficiente caracterizá-lo tendo em vista os aspectos mais gerais da acomodação racial.

em vez de atenuar acirrava o ânimo agressivo do “branco”. Se alguém oferecesse o almoço na cozinha a um “prêto em ascensão”, êste não voltaria mais àquela casa. E por aí a fora. Como as atitudes e as disposições dos “brancos” se mantinham constantes, êles pensavam que eram os “pretos” que se transformavam — e se transformavam para pior, adquirindo vícios insanáveis e deletérios no regime de liberdade e de “irresponsabilidade”. Repontam assim as primeiras convicções de que o “problema negro” estava surgindo “por obra e graça do próprio prêto”. No afã de tornar-se **igual e superior** ao “branco”, o “negro” estaria engendrando prevenções que não existiam antes e forjando um preconceito invertido, dêle contra o “branco”.

Êsse rápido bosquejo cobre vasta gama de relações individuais. Alguns “brancos”, pertencentes às diferentes classes sociais, compartilhavam exaltadamente da concepção democrática do mundo e punham em prática uma filosofia de competição leal com o “negro”. Outros, eram indiferentes a questões dessa ordem. Entre os dois extremos, situavam-se os que se apegavam à concepção tradicionalista do mundo e davam o tom definitivo ao “modo de tratar o prêto”. A caracterização precedente vale para pessoas que caíam nesta categoria. Mas, mesmo nela as gradações eram flagrantes. Pelas indicações coligidas, parece que prevaleciam duas inclinações. Uma consistia no temor de “ser mandado por um negro”. Em documento escrito pelo próprio informante, êste asseverou que temera tal relação porque “o mal dos pretos é terem o recalque da côr e quando sobem querem pisar sôbre os brancos”. Concebia-se, como escreveu outro informante, que êle se misturasse “com o branco atrasado, que está à sua altura moral, intelectual”, mas nunca com “a nata da sociedade”. A outra inclinação predominante dizia respeito às evidências de observância estrita das convenções estabelecidas. Entendia-se que se deviam manter, por todos os meios, as “boas relações” entre “brancos” e “pretos”. Todavia, só eram representadas dêsse modo as relações que ficavam fiéis “ao antigo sentido hierárquico”. Delas se excluía tanto o convívio com “pessoas de côr” que discrepavam na norma (como as empregadas “pretas” modernizadas, que se pintavam, usavam roupa e meias de sêda, respondiam às patroas, etc.), quanto o contacto com qualquer “prêto insolente” (que falavam em tom alto com o interlocutor “branco”, emitindo opiniões próprias de sentido agonístico, interrompendo ou trocando de assunto sem a menor deferência, etc.). O passado ainda pesava tão opressivo, que não se via com naturalidade a democratização de certos comportamentos. Parecia não só impróprio que o “negro” falasse ou agisse como o “branco”. Pensava-se ser falta de educa-

ção admitir familiaridades com um “prêto”, especialmente em público. Um informante relatou-nos, a respeito, um caso extremamente curioso. Ele se achava com o sogro em certa região do litoral. Antes do almoço, queriam tomar uma caninha, mas não havia bares no local. Viram que um casal de caíçaras mulatos possuía pinga. O genro lembrou a possibilidade de pedirem um pouco ao casal. O sogro replicou: “Você está louco! Era só o que faltava, eu pedir pinga para negro!” Se a resistência à democratização de comportamentos e modos de falar ou de ser era tão grande, a resistência à nivelção de direitos sociais tinha de ser, forçosamente, muito mais drástica. O exemplo mais notório relaciona-se com a revogação de uma portaria que proscovia a entrada de “negros” na Guarda Civil. Graças ao discurso pronunciado pelo deputado Orlando de Almeida Prado, na 13a. sessão ordinária da Câmara dos Deputados de São Paulo, em 31 de Julho de 1928 (32), essa portaria teve de ser revogada. Ao receber a determinação revocatória, o diretor da G. C. comentou, azêdamamente, diante de testemunhas: “com a entrada de negros, podemos abrir a porta a morféticos e a portadores de defeitos físicos”. Por fim, manifestações ativas de solidariedade entre os “negros” já não eram temidas com terror pânico, como no passado. Continuavam, porém, mal vistas e incompreendidas. T. G. relatou-nos um episódio marcante, que mostra como o “branco” interferia negativamente em tais processos, procurando “dividir para reinar”. Quando era sargento, encarregava-se das aulas de instrução aos soldados. “Havia coisas que os brancos, por causa da convivência, da comunicação entre si e da educação anterior, não precisavam aprender, porque sabiam. Com os pretos não acontecia a mesma coisa. Para ajudar os irmãos negros, tentava dar-lhes em separado os conhecimentos de que precisavam ou então insistir nos pontos ministrados, para torná-los mais inteligíveis. Quando terminava a aula, mandava os soldados brancos debandar; e dizia para os pretos, nomeando-os, para ficar. Aí, fazia o que era necessário, encompridava a lição, descia a outras explicações, etc. Os soldados pretos demonstravam que estavam entendendo a minha conduta. A tôda coisa, diziam logo que tinham entendido, que estava tudo claro, etc. Então, mandava-os embora, daí 10 ou 15 minutos. Para mim, aquilo não importava. Eu era instrutor. Só podia interessar a êles. Pois os soldados brancos esperavam os companheiros e os cercavam”:

— “O que o homem queria de vocês?”

— “Nada! Era só para explicar melhor”.

(32) — Cf. Annaes da Câmara dos Deputados de São Paulo, 1928, Vol. I, p. 346 e sets.

- “Que explicação, que nada! Vocês não vêem que êle não gosta de prêto? Êle faz isso para castigar vocês!”. “Os brancos faziam intrigas, desmanchando o que eu procurava conseguir, criando desconfiança no espírito dos subordinados da minha côr”.

A deformação da personalidade do “negro” seguia a mesma trilha, mas no sentido inverso. Os dados transcritos insinuam o que se pretendia fazer dêle: um autômato de carne e osso, sem pretensões nem dilemas morais, sempre submisso, respeitosamente cômico de “seu lugar”, dedicado, operoso e servil. Em cada circunstância, cabia-lhe provar espontaneamente, a si próprio e ao “branco”, por palavras, gestos e ações, o caráter simétrico de suas relações, anulando-se como **pessoa**, como se não fôsse e nunca pudesse ser “gente”. Os dados expostos comprovam abundantemente essa ilação. O “prêto” só era benquisto, compreendido, retribuído e amado quando surgia e se mantinha como **appartenance** do “branco”. Os dados expostos são suficientes para fundamentar essa caracterização. Não obstante, gostaríamos de acrescentar uma situação típica — a de filha ou irmã de criação. Lea, “preta que nem carvão”, vivia nessa condição da casa de Dna. E. Fôra educada como “filha” e era tratada como “igual” pelos parentes e amigos da família. Tudo sacrificou àquela senhora: a sua mocidade e a idade madura. Devotava-se a seus interesses e ao seu conforto com todo o empenho e dedicação. Nunca pensou em casar ou em seguir alguma carreira, pois isso a afastaria de dona E. No relato, a pesquisadora salienta: “quer morar com dona E., tomar conta da casa de dona E., cozinhar e costurar para dona E., diz que é feliz assim”. Nas festas ou reuniões da família, apesar de sua condição de “filha de criação” e de encontrar-se diante de antigos companheiros dos folguedos da infância, limita-se a mandar parabéns por meio de dona E. “Se comparece na casa dos mais íntimos, obstina-se em ficar na copa, dizendo que é o lugar dela. Não demonstra nenhum constrangimento, nem ressentimento, nem desajustamento, embora tenha uma posição um tanto ambígua”. O “negro que sobe”, laboriosamente, graças ao próprio esforço, oferecia o outro extremo do panorama racial. Como êle se afirma diante do “branco”? A seguinte citação, relativa às experiências pessoais de um “dentista de côr”, esclarece-nos perfeitamente: “Quando me apresentei para tomar posse do cargo para o qual havia sido nomeado, a diretora do Parque pensou que eu fôsse mais um zelador, conforme confessou-me mais tarde. Esse tipo de recepção não me afetou e tratei de estabelecer relações cordiais. Um prêto na posição em que estou precisa ser muito mais simpático que um branco para conseguir o mesmo. Acho que esta atitude é a ideal

porque, estando em contacto amigável com todos acabo por deixá-los à vontade no tocante ao problema de côr — há negros que não admitem que se fale em côr e isto os afasta das pessoas — a conversa nesse campo fica livre, não deixando ninguém constrangido”. Enfim, como no caso de T. G., procura cativar seus interlocutores “brancos”, conquistando a sua simpatia através de técnicas específicas. Os que não fôsem capazes de um ajustamento ou de outro, teriam de trilhar, voluntariamente, o penoso caminho aberto pelo isolamento voluntário.

Os “brancos” perceberam tôda a pungente extensão dêsse drama, que levou Humberto de Campos a escrever que “os negros brasileiros vão se deixando anular sem protesto, antes com a volúpia de servir” (33). Um dos informantes chegou, mesmo, a relacioná-la com as manifestações persistentes do preconceito de côr. “O preconceito de côr, bastante atenuado atualmente, ainda é um obstáculo muito grande a ser vencido, eis que os próprios pretos, quase em sua maioria, aceitam-no como uma condição inevitável, limitando as suas pretensões e colocando-se, a si próprios, numa situação de inferioridade”. No entender dêsse informante, a “passividade do prêto” seria uma decorrência dessa situação e da maneira segundo a qual o preconceito de côr se manifesta. Mas, foram os próprios “negros” que se preocuparam com o seu diagnóstico e a sua superação, através de comportamentos tolhidos, desaprovados ou proscritos pelos “brancos”. De um lado, êles descobriram que o retraimento, o isolamento e a aparente subserviência constituíam mecanismos adaptativos. Dêsse ângulo, como patenteou Jorge Prado Teixeira, “o negro é obrigado a assumir um elemento de defesa, um campo de defesa, um organismo de defesa e esta idéia está num complexo de inferioridade” (34). Ao submeter-se passivamente ou ao retrair-se e isolar-se voluntariamente, estaria pondo em prática os “melhores” ajustamentos, aquêles que reduzem a área de atritos com o “branco” ou atenuam o “drama íntimo” provocado por suas frustrações. De outro, verificaram que, de fato, “negro tem preconceito”, mas êste não prejudica o “branco”, além de ser útil ao próprio “negro” [...] “Isto não inclui o fato de o negro também ter preconceito para com o branco. Aliás o preconceito que o negro tem para com o branco é ainda humilhante para si e lisongeiro para o branco porque é um conceito que êle tem também de que o branco é superior” (35). Essa consciência da realidade dá alento à

(33) — Citação extraída de um estudo de caso elaborado por Fernando Henrique Cardoso, no qual também são debatidas páginas sôbre o negro de outros escritores, como Raquel de Queiroz e Enrique Pongetti.

(34) — Depoimento feito em público.

(35) — Depoimento feito em público por Francisco Moraes.

ambição de reproduzir as palavras, os gestos, as ações e os modelos de organização da personalidade do “branco”. Em resumo, criou o afã de superar as causas e os efeitos do preconceito de côr pela anulação progressiva da distância social existente entre as duas “raças”. Eis como se refere ao assunto um dos artífices dos movimentos sociais que nasceram das contradições da situação racial que estamos descrevendo: “O negro precisa de uma educação separada, para êle tomar brios, para encarar o complexo de inferioridade que lhe foi inculcado desde menino. Isto é que se precisa fazer. Foi isso que fiz. Foi essa minha função. Educar o negro para revidar, não ficar de cabeça baixa, na decadência da própria personalidade, de chapéu na mão. Como disse, não ofendíamos ninguém. Enquanto os negros estivessem de chapéu na mão, êles ficariam com complexo de inferioridade e quem padece dêsse complexo é o Brasil. Fica-se um país servil, inferior, sem personalidade internacional. Com a situação que estamos, temos de ser um país fraco, e que está ao sabor de tôdas as potências do mundo” (36). No entanto, as coisas não se alteraram tão depressa. Mesmo antigos membros ativos da Frente Negra reconheceram, nas entrevistas, que “o negro é tímido e medroso; quando o branco com certa presença faz alguma coisa, êle titubeia, fica intimidado”. E, o pior, a deformação autoritária deixou marcas profundas. Juntamente com o princípio básico do convívio racial no mundo tradicionalista — “cada macaco no seu galho” — persistiu vigorosa, mesmo e principalmente no seio da “população de côr”, a idéia de que “o negro precisa de um freio”. Em entrevista com uma personalidade bem representativa dos “negros em ascensão”, ouvimos opiniões, amplamente compartilhadas que demonstram a continuidade dêsse *pathos* cultural. “Democracia é uma palavra à-toa. O Brasil está na adolescência. Precisa de um governo forte, para o bem da Nação. A liberdade é impossível. Em cada casa sempre existe um chefe. E’ o pai. Lá não há democracia. Não é lugar que cada um faça o que entende. Fazem o que podem, o que têm de fazer ou o que é direito fazer. O pai é quem manda, secundado pela mulher. Se fôsse o contrário, o filho com oito anos exigia a chave da casa. E a filha fazia o mesmo. Isso não seria liberdade. Seria anarquia. Ora, muito mais que o branco, o negro precisa de sujeição. Êle precisa de uma disciplina, de alguém que mande nêle, alguém que o obrigue a fazer isto e a não fazer aquilo. Como uma criança ou um adolescente, êle ainda não sabe orientar-se sozinho. Não atingiu a sua maioridade. Daí o seguinte: o governo devia disciplinar o negro como um meio de compeli-lo a melhorar de situação econômica e de vida, a educar os filhos. Se não, cadeia nêle.

(36) — Depoimento feito em público pelo Dr. Arlindo Veiga dos Santos.

Devia obrigá-lo a ter uma profissão regular, a trabalhar de maneira organizada. Forçá-lo a abandonar certos hábitos e costumes ruins. Quem não tivesse uma profissão e não trabalhasse, depois de certo tempo devia ser mandado para abrir estradas e para trabalhar na lavoura. Cada um deve sustentar-se com seu trabalho e possuir com o que viver. A cadeia e o trabalho compulsório seriam a terapêutica para os recalcitrantes. O negro precisa de disciplina e não violentaria a liberdade o governo que procurasse fazer o bem para eles ainda que por meios violentos e contra a sua vontade". Malgrado o que êsse depoimento testemunha como progresso na absorção de idéias, técnicas culturais e valores da ordem social competitiva, êle sugere claramente que as amargas experiências na esfera da liberdade conduziram o "negro" a posições ambíguas e a uma espécie de desfalecimento. Antes, a escolha se fazia pela miséria com liberdade. No período que estamos analisando, a liberdade já representava pouca coisa. Era uma condição da degradação inevitável das "populações negras desorganizadas". Por isso, para muitos seria preferível sacrificá-la, em troca de uma vida segura, respeitável e próspera. Ao contrário dos "negros pobres", que aceitavam estoicamente o impacto destrutivo e desmoralizador da desorganização social, as ralas "elites negras" não temiam os riscos de uma ordem social autoritária, calcada nos princípios da dominação senhorial.

Os dados discutidos permitem situar outra faceta da relação racial tradicionalista e assimétrica: ela pressupunha a manifestação regular de certos processos de identificação diferenciadora associados à côr e à condição social das "raças" em contacto. Na medida em que o uso de certas palavras, a realização de certos gestos ou ações, a fruição de garantias e direitos sociais, a faculdade de agir com maior ou menor autonomia e o dever de ser mais ou menos submisso, a distribuição das probabilidades de acumulação de riqueza, de prestígio e de poder e das oportunidades correspondentes de ascensão social, etc. eram estritamente regulados por determinações nascidas da situação social de cada estoque racial, tornava-se necessário dar fundamento convencional e legitimação moral às práticas resultantes de semelhante participação desigual da cultura. A orientação que prevaleceu lembra, em parte, o que se fizera no passado com o escravo e, principalmente, com o liberto. Só que as manipulações foram muito mais complexas e cruéis. Certos atributos, qualidades ou peculiaridades do "negro" foram escolhidos como marcas ou símbolos do que "eram" ou do que se "podia esperar" das "pessoas de côr". Surgiram, difundiram-se e consolidaram-se clichês terríveis, que atualizavam antigas representações e avaliações raciais, mas que possuíam o pendão de exagerar, com freqüência, o que havia de negativo, de

funesto ou de odioso naquelas representações e avaliações. Compreende-se que, para manter intacto o paralelismo entre a côr e a estrutura social, em condições em que esta se alterava rapidamente, não havia outra saída senão apelar para uma despersonalização impiedosa dos contactos categóricos. No contexto do regime senhorial e escravocrata, a côr eliminava, por si mesma, grande número de situações ambíguas, e a simples condição mecânica fazia o resto, impedindo ou contendo a democratização de padrões de comportamento, níveis de vida, aspirações de carreira, formas de liderança e de exercício do poder, etc. Na situação histórico-social criada pela formação e expansão da ordem social competitiva, porém, os mecanismos que produziam tais resultados ou deixaram de existir ou operavam com eficácia reduzida. A preservação da distância social entre o “negro” e o “branco” passou a depender da revitalização de procedimentos aplicados antes no “congelamento” do liberto e da cristalização de novas técnicas sociais de manipulação dos comportamentos das “pessoas de côr”. Dessas complexas motivações históricas emergiram as várias tendências de redefinição do “negro”, que produziram uma imagem do “prêto” tão negativa, restritiva e impressiva, que se estabeleceram facilmente os marcos de referência para o uso da “côr” como elemento de classificação e de exclusão recíprocas nos contactos categóricos que envolviam interação racial.

Com isso, não só foram reelaboradas certas representações taxativas, que excluía o “negro” como escravo (e em parte, também como liberto) da condição de pessoa (ou, pelo menos, de sua fruição plena), como a que se objetivava na noção de que “negro não é gente”. Ressurgiam e fortaleciam-se outras avaliações, que se exprimiam na fórmula severa, que sempre imperou nos círculos exclusivistas da “raça dominante” — “escapou de branco é negro” — e em outras similares: “fazer papel de negro”, “negro que não suja na entrada, suja na saída”, “dê a mão ao negro que ele te toma o braço”, “não passa de negro”, “negro pensa que já virou gente” ou “negro está querendo virar gente”, “negro já não conhece o seu lugar”, “é preciso ensinar o seu lugar para esse negro” ou “para as negras”, “o que se pode esperar de um negro”, “não é um negro?”, “coisas de negro”, “negro é para isso mesmo”, “está provando que é negro”, “prêto que nem carvão”, “aceito o negro, desde que ande direito” ou “desde que se comporte como gente”, “coitado, ele não tem culpa de ser negro”, “negro de alma branca”, etc. (37). Ao lado disso, a estigmatização do “negro” ganhava tons sombrios, que não possuía antes.

(37) — Sobre as representações estereotipadas a respeito do negro no folclore paulistano, ver. F. Fernandes, “Representações Coletivas sobre o Negro: O Negro na Tradição Oral”, cap. XIII de *Mudanças Sociais no Brasil*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.

Coligimos imenso material, que infelizmente não pode ser arrolado aqui, sobre os novos estereótipos, que focalizavam a “côr” de forma degradante para o “negro”. Nessas representações, não só o “prêto” era associado à personalidade-estatus que se pode extrair dos “serviços de negros”, dos trabalhos braçais e mecânicos mais rudes. A focalização das qualidades do “negro” sofre brusca reorientação. A vida social desorganizada ofereceu o sistema de referência para o processo de reavaliação. “Negro” e “cachaceiro” ou “pingueiro”, “negro” e “vagabundo”, “negro” e “desordeiro”, “negro” e “ladrão”, “negra” e “mulher à-toa”, etc. tornaram-se termos alternativos. Ao mesmo tempo, os atributos psicológicos do “negro” sofreram uma reinterpretação drástica. Ainda se conservavam avaliações favoráveis, nascidas da experiência escravocrata ou da coexistência nos mesmos níveis sociais. Contudo, tornam-se intensas certas crenças, como a de que “não se pode (ou não se deve) confiar em negro”, “negro é falso”, “só louco confia em negro”, “quando menos se espera, zás! O negro faz uma das dêle”, “negro é que nem o tinhoso”, “confie no negro e verás!”, “negro é falso que nem satanás” e por aí a fora. Nas entrevistas, existe retenção de qualidades positivas. Mas, elas próprias entram em um contexto pouco dignificador no universo humano da sociedade de classes. Trata-se da fidelidade, da devoção ao branco, da capacidade de trabalho bruto. Com maior freqüência, o que se ressalta é a deslealdade potencial, a inveja, o medo, a falsidade, a insegurança, o ódio contra o branco ou “tudo que é bom”, etc., em conexão com a capacidade de trabalho braçal e a limitação da “inteligência”. Até as crianças eram criadas num clima de temor e de afastamento diante do negro. Não só se representava o “cuca” e o “homem do saco” como negros; ainda se cantava

Olhe o negro velho
Em cima do telhado;
Deixa o nenê
Dormir sossegado

e se dizia aos peraltas: “olhe que eu chamo aquê negro pra te pegar!” ou “olhe que o homem do saco vem te pegar!”, etc. Também se procurava ridicularizar os traços negróides, estigmatizando-se seus portadores. “Cabelo de negro” ou “pixaim de negro”, “beijo rombuço”, “negro beçudo”, “catinga de negro”, “sujo que nem negro”, “negro porco”, “feder que nem negro”, “coçar atrás da orelha” ou “acho que fulano coça atrás da orelha, coçando que nem bode” (38), etc. O

(38) — Em regra, semelhante afirmação vinha acompanhada de um gesto: a pessoa voltava a mão esquerda espalmada por detrás da cabeça e segurava com os dedos a orelha direita.

que nos importa, dêsse vasto material, são duas coisas essenciais. Primeiro, as representações negativas forçavam uma redefinição da personalidade do “negro”, altamente desfavorável à sua aceitação livre e franca como um “igual”. Segundo, os traços raciais degradavam, inevitavelmente, o indivíduo na condição de “negro”, conferindo ao branco a faculdade (e, em algumas circunstâncias, o dever) de tratá-lo como tal. Se um “indivíduo de côr” pretendesse um emprego, ofereciam-lhe trabalho braçal; se êle fôsse tomar posse de seu cargo, embora fôsse dentista, tomavam-no por um servente ou porteiro; se êle estivesse trabalhando (como costureiro, bedel ou escriturário, não importa), seria legítimo tirá-lo a qualquer momento de suas tarefas e mandá-lo realizar “serviços de negro”; se êle visitasse algum conhecido, amigo ou protetor, seria indecoroso recebê-lo na sala de visitas, tratá-lo como amigo ou simplesmente como igual e reprovável expor as demais visitas à “desconsideração” de serem colocadas “em pé de igualdade com um negro”; e por aí a fora, como nos sugerem os diversos casos já relatados. Outros dados evidenciam que se entendia (e por isso também se temia) ostentar em público amizade com “negros”, admitir “liberdades” no trato com êles, etc. Havia maior condescendência no julgamento das relações com os antigos “crias da casa”, “irmãos” ou “filhos de criação”, etc. Mas, mesmo essas relações precisavam ser “condignas”, transcorrer mantendo-se “cada um em seu lugar”.

Essa forma de percepção deformada das “pessoas de côr” justificava vários tipos de ajustamentos categóricos deprimentes ou odiosos para os indivíduos em causa. Na documentação coligida sobre a época considerada existem vários casos significativos. Um amigo recomendou a outro um protegido seu, esquecendo-se de mencionar que “era de côr”. O protegido foi aceito. Quando se apresentou no trabalho descobriu-se que era “prêto”. Então, não podia ser aproveitado, pois “os fregueses não gostariam de ser atendidos por um vendedor prêto”. Oferece-se ao candidato outro emprego, dizendo-se que, infelizmente, a vaga não se dera. Êle aceita. Aí verifica que é “para trabalhar na vassoura”. Sai indignado. Os dois amigos, depois, se reencontram e comentam a “ingratidão dos negros”... Em certos bares, não se atendiam “pessoas de côr”. Em outros, que não observavam semelhante proibição, os “pretos” estavam sujeitos a um tratamento discriminativo. Procuravam-no servi-los só na ponta interna do balcão, afastados dos lugares em que estivessem os fregueses “brancos”; ou, o que às vêzes era recebido com verdadeiro rancor, iam servindo-lhes pinga em cálices, sem nenhum pedido prévio. Acima, já indicamos como estavam expostos, o homem e a mulher, ao risco de serem identificados como “vagabundos” ou como “mulher da vi-

da” e serem “levados pela carrocinha”. A deformação do processo de percepção e de identificação das “pessoas de côr” respondia, portanto, à necessidade de “mantê-las em seu lugar”; ao intento mais ou menos profundo, compartilhado em escala coletiva pelos “brancos”, de preservar inalterável a distância que os separava dos “negros” tanto social, quanto culturalmente. Só num ponto não se estabelecia plena concordância nos ajustamentos dominantes. Alguns pensavam que o “mulato” seria “superior” ao “negro” e, portanto, “preferível” pelo “branco”. Como afirmou certo informante: “quanto mais escuro, o empregado revela menos eficiência. Neste sentido o mulato se aproxima mais do branco”. Outros preferiam abertamente o negro, pois julgavam que seria mais conformado, submisso, e obediente, não faltando os que admitiam que êle seria mais trabalhador, ordeiro e desinteressadamente devotado aos interesses dos patrões. Nesse contexto, havia decidida repulsa diante das prevenções do “mulato” e do seu inconformismo em ser tratado como “prêto”. Pensava-se que, por isso, êle seria “pior que o prêto”, mostrando-se “muito metido” e “pernóstico”, o que o levaria a agir como se “fôsse igual aos brancos”.

Ao padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial era inerente um tipo de ajustamento que eliminava qualquer reciprocidade de perspectivas nas ações mutuamente referidas dos sujeitos. Existia, naturalmente, um substrato moral que ordenava, dava sentido e comunicava teor social a essas ações. Na medida em que um indivíduo “mandava” e outro “obedecia”, em que um era “superior” e outro “inferior”, etc., a relação que se estabelecia entre ambos se governava pela consciência primordial que cada um alcançava do “direito de mandar” ou do “dever de obedecer”, do “privilegio de ser superior” ou do “destino de ser inferior”, etc. Está claro que subjacente ou suplementarmente a êsse estado de consciência podiam operar outros sentimentos, expectativas de comportamento ou anseios sociais. Mas, o que nos interessa, aqui, é que êsse tipo de relação favorece singularmente certa firmeza calculista — tanto por parte do indivíduo que “manda” e é “superior”, quanto por parte do indivíduo que “obedece” e é “inferior”. Em suma, ao contrário do que Weber supunha, no contexto tradicionalista a dominação autoritária comporta certos elementos racionais. Um indivíduo, independentemente de sua posição no padrão de relação, pode encarar e converter o outro em “meio para atingir fins pessoais imprevistos”. Na fase em que a própria dominação tradicionalista e patrimonialista entrara em crise final na cidade, seria de esperar-se que manipulações dêsse caráter fôssem exploradas com muita freqüência. Está claro que a situação social de-

sigual das “raças” em presença fazia com que o “branco” pudesse tirar um proveito muito mais vantajoso de tais possibilidades. Ao adotar menores como “filhos de criação”, por exemplo, as famílias tradicionais tanto quanto os imigrantes estavam logrando mão-de-obra permanente por custos iníquos. Doutro lado, as reminiscências patrimonialistas ainda exigiam velhos usos, entre os quais sobressaía a importância do “capanga” e do “cabo eleitoral” no terreno político. O “protegido”, na maioria dos casos, era vítima de uma exploração potencial muito mais intensa que os demais. Todavia, os efeitos sociopáticos dessa vinculação eram menos prejudiciais e perniciosos para os “brancos”, que para os “pretos”. Entre aquêles, isso tudo não passava de uma relíquia do passado. Algo condenado ao desaparecimento mais ou menos rápido. Entre os últimos, porém, essa vinculação adquiriu o caráter de um veículo miraculoso. Se alguém pretendesse elevar-se econômica e socialmente, tinha fatalmente de contar com um “protetor branco”. Isso produziu dois resultados negativos. Primeiro, compeliu o “negro” a comercializar suas ligações e relações com o “branco”. Segundo, contribuiu para prolongar a ascensão por efeito do paternalismo e para manter a dependência diante do “branco” na solução de problemas capitais. O “branco” convertia-se em “meio”; mas, era um “meio” que saía caro, pois pressupunha que a iniciativa nas decisões, mesmo de teor pessoal ou mais ou menos íntimas, fôsse ditada do exterior e segundo conveniências estranhas à situação social da “raça negra”. Além disso, o aproveitamento intensivo dêsse ingênuo tráfico de influência suscitou no “branco” novas suspeitas, de que o “negro” era “falso”, só pretendia o “apoio do branco” e estava pronto a descartar-se dêle assim que obtivesse “o fim desejado” ou êle perdesse sua “utilidade”. A ilustração dêsses aspectos da realidade pode ser obtida através de dados já expostos. Gostaríamos de ressaltar, agora, apenas certos tópicos, sociologicamente mais relevantes. A amargura dos “brancos” chega a transparecer em avaliações explícitas e desiludidas. O chefe de importante família tradicional dizia, repetindo temas correntes em seu círculo social: “...negro não tem amizade por branco, nas suas relações com êste segue sempre a linha de seu interesse; a Malva e seu João (dois empregados negros apegadíssimos à família) são exceções, na sua dedicação; o negro o que quer é um padrinho que lhe sirva de apoio e se êste, por acaso, perde dinheiro ou posição, é deixado de lado na mesma hora, é esquecido”. Doutro lado, vários documentos comprovam que os “brancos” dêsses círculos não compreendiam adequadamente os anseios igualitários dos “pretos”, interpretando-os como se contivessem os germes de uma animosidade racial declarada. Por isso, chocavam-

se com certas exteriorizações de intimidade e com as chamadas “fumaças de igualdade social de negros e mulatos arrivistas”; e desarticulavam, como podiam, as tentativas de congregação das “pessoas de côr”, interessadas em equacionar e resolver socialmente o “problema do negro”. Analisando a segunda questão, que apresenta enorme importância à nossa análise, o sr. José Correia Leite aponta duas espécies de interferências negativas dos “brancos” na elaboração dos movimentos sociais no “meio negro”, no período focalizado. “Uma provém do fato de muitas famílias negras terem permanecido ligadas a seus ex-senhores, procurando-os comumente para pedir conselhos quando precisavam tomar decisões. As tentativas de organizar-se em movimento eram infrutíferas porque os senhores diziam que isso era bobagem, que nesta terra todos eram iguais”. “A outra origina-se das relações de italianos e negros. Os italianos diziam, na ocasião, que fôra o rei da Itália que fizera a Abolição. Tratavam bem do negro a fim de conseguirem empregados baratos. Batizavam os filhos dos negros. No Bexiga havia negros que falavam bem o italiano, jogavam baralho com êles, etc. Em uma palavra, o negro italianizou-se” (39). Brancos de famílias tradicionais, imigrantes, ou descendentes de imigrantes, todos reagiam negativamente a qualquer veleidade de uma tomada de posição coletiva por parte do “negro”, dissuadindo os elementos mais exaltados ou esclarecidos pelos mais diversos expedientes. Acreditavam, convictamente, que manifestações dessa espécie perseguiam alvos de segregação racial e eram animadas pela “prevenção do negro contra o branco” (pois negavam a existência de uma prevenção inversa). O “negro”, por sua vez, desfrutava o “branco” como e onde pudesse, sem consideração nem piedade. Num nível, aproveitava-se de suas relações ou de seus protetores para atingir seus fins da melhor maneira possível. Se precisasse de dinheiro, de roupa, de alojamento ou de “cartucho”, não tinha dúvidas em arrumar uma “bonita história”, “comover o coração” da pessoa indicada, e sair contente com os resultados, com frequência “gozando” a ingenuidade da vítima. Isso também dava prestígio. Era “um golpe”. Bem sucedido, suscitava a admiração dos amigos e expressões conhecidas: “malandro não tem vez”, “qual o quê, você não tem remédio mesmo!”, “depenei o pato à minha moda”, etc. (40). Noutro nível, produzia um tipo especial de vigarista, que era o vendedor permanente de uma influência eleitoral ilusória. Várias figuras de proa da

(39) — Dados extraídos do estudo de caso *Movimentos Sociais no meio Negro*, elaborado pelo pesquisador Renato Jardim Moreira com a colaboração de José Correia Leite, ms., op. cit., fl. 1.

(40) — Está claro que este tipo de relação não deve ser confundido com a concessão e a aceitação do auxílio ou da proteção ao velho estilo tradicionalista, respeitoso e honesto.

política paulistana foram (e ainda são) empulhadas por êsses personagens. Em regra, o candidato a algum cargo eletivo entrava em contacto com o personagem e passava a ir com êle a festas ou reuniões preparadas adrede. A afluência de pessoas era garantida por outros motivos (as comezainas, a dança ou se tratava de reuniões comuns de certos clubes). Mas, com jeito e algum dinheiro, um discurso do personagem e outro do candidato podiam ser encaixados aqui ou ali (41). O que nos importa é a natureza da relação entre o vigarista e o achacado. Êste mantinha-se na ilusão de conquistar o “eleitorado negro” ou uma parcela considerável dêle. Aquêle, obtinha uma fonte de renda apreciável, enquanto “durasse a campanha” e tinha uma vítima em potencial para “dar facadas” constantes. Se o candidato tivesse êxito, a exploração podia ir bem longe. Essa figura não é benquista no “meio negro”. Quando percebiam que o tipo não passava de “um picareta, com lábia”, depreciavam-no pelas costas. No entanto, muitos cultivavam sua amizade, seja por temor, seja por cálculo. Ambos os exemplos ilustram que o dano que o “negro” podia fazer ao “branco” seria, em qualquer circunstância, de pouca monta. Pior era o prejuízo que advinha ao próprio “negro”, como provento inevitável, embora invisível: a desmoralização subjetiva, a continuidade de uma ligação de dependência corrompida e, especialmente, a perseguição teimosa de quimeras, que não conduziam a nada. Empenhando-se nesses projetos, indivíduos dotados de talento, audácia e capacidade criadora deixavam de tentar os ajustamentos realmente construtivos, que lançariam os “negros” na luta pela ascensão social e na concorrência com os “brancos” no seio da ordem social competitiva.

Essa extensa transcrição de dados, sôbre as múltiplas conexões estruturais e funcionais do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial, era indispensável, pois dá margem a certas conclusões de caráter geral. Em primeiro lugar, ela deixa patente que a chamada “acomodação racial igualitária” só pode ser assim entendida, de fato, como mera verbalização. A existência, a intensidade e a intimidade do convívio dos “brancos” com os “negros” não são, por si mesmas, evidências indiscutíveis de “igualdade racial”. Tôdas essas coisas se desenrolaram através da mais completa, rígida e insuperável **desigualdade racial**. Esta pode existir num clima de tolerância mútua, sendo a coexistência pacífica de estoques raciais diversos, dotados de interesses sociais divergentes ou antagônicos, obtida mediante contrôle persistente dos fatores ou dos efeitos poten-

(41) — Algumas vezes, como o sugere o estudo de caso de Renato Jardim Moreira sôbre *Bailes de Negros* (Ms., fl. 15-17), o próprio clube recebia um pequeno auxílio ou donativo.

ciais das tensões e conflitos raciais. Em segundo lugar, o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial pressupõe a identificação entre certa condição racial e determinado estatus social. Ele é ambíguo, no que concerne à “raça dominante”: apenas elaborava, estrutural e funcionalmente, a posição e os papéis sociais do segmento dessa “raça” que monopolizava a riqueza, o poder e a autoridade. Mas, é claro e explícito com referência à “raça subordinada”, vinculada de modo compacto e quase monolítico, por meio de atributos raciais como a cor da pele e outros traços somáticos, ao estatus social “inferior”. Todavia, apesar dessas contradições, não proibia nem impedia, antes, estimulava os demais portadores dos traços da “raça dominante” a se identificarem, em tudo que dissesse respeito à convivência racial, com o segmento dirigente dessa “raça”. Simultaneamente, não proscovia a mobilidade vertical dos portadores dos traços da “raça subordinada”, nem sua identificação material e moral com os interesses, os ideais de vida e os valores sociais da “raça dominante”. Contudo, restringia as oportunidades de ascensão social, daí decorrentes, à capacidade de absorção de tais elementos na vida social organizada desta “raça”. Quanto ao mais, não impunha, de nenhuma forma, procedimentos que levassem ao reajustamento automático das relações raciais às alterações ocorridas na situação social dos indivíduos da “raça dominada” em ascensão, permitindo ampla confusão entre o estatus social atribuído a tal “raça” e o estatus social adquirido por alguns de seus membros individuais. O que quer dizer que, na prática, a ascensão social, econômica e política do “negro”, além de restringida, era por assim dizer diluída, disfarçada e solapada continuamente. Como não existia um padrão de segregação racial sistemática, ao mesmo tempo institucionalizada e diferenciadora, as “pessoas de cor” em ascensão deixavam de formar um segmento social “superior” no seio de sua própria “raça”, dissolvendo-se de várias maneiras em diversos níveis sociais das classes “baixa” e “média” da “raça dominante”. Em vista de sua situação peculiar, graças aos traços raciais indistigíveis, podiam ser encaradas e tratadas, pelos componentes da “raça dominante”, tanto em termos do estatus social “inferior”, atribuído à “raça subordinada”, quanto em função do estatus social adquirido pelas pessoas em questão. Tudo dependia da posição social, das disposições emocionais e dos interesses materiais ou morais dos componentes da “raça dominante” com os quais entrassem em contacto. Semelhante confusão das alternativas de comportamento e de tratamento nas relações raciais engendrou a convicção generalizada de que existiria uma “democracia racial” em São Paulo (como, de resto, na sociedade brasileira). Na verdade, porém, ela

apenas indica a inexistência de “igualdade racial” e a impraticabilidade de uma autêntica “democracia racial”. Em terceiro lugar, a indigitada associação entre “raça” (expressamente identificada pelas tonalidades da cor da pele) e “posição social” excluía os portadores dos traços somáticos da “raça subordinada” dos direitos e garantias sociais das elites (e, por extensão, da massa) da “raça dominante”, convertendo tais direitos e garantias sociais em prerrogativas e em privilégios desta “raça” (42). A discriminação racial emergia como consequência dos mecanismos societários que promoviam a distribuição dos indivíduos no espaço social, regulando suas atribuições e a distância que deveria haver entre eles, como e enquanto *socii*; e o preconceito racial aparecia como a própria fonte de legitimação material e moral das distinções assim estabelecidas, nas quais se fundava a classificação das “raças” em “inferior” e em “superior”. Em quarto lugar, a preservação da distância social existente entre as duas “raças” fazia-se, predominantemente, através de mecanismos de comportamento espontâneo. “Brancos”, “negros” e “mulatos” sabiam como proceder em cada situação de rotina. Entretanto, a desagregação do antigo regime multiplicava a emergência de situações discrepantes, nas quais certas “pessoas de cor” julgavam-se com o direito (e, às vezes, até com o dever) de exigir para si tratamentos e garantias sociais análogos aos conferidos a indivíduos de posição social equivalente da “raça superior”. Essas ocorrências possuíam o caráter de tentativas dissimuladas ou abertas de solapamento da estratificação racial não igualitária e do padrão correspondente de relação racial assimétrica. Por isso mesmo, elas encontraram intensa resistência nos diferentes estratos da “população branca” e constituíram as primeiras evidências históricas da existência do preconceito e da discriminação raciais em São Paulo. A razão disso é simples. Onde o “negro” e o “mulato” surgiam, econômica e socialmente pelo menos, como iguais ao “branco”, quebrava-se o paralelismo entre “cor” e “posição social”. A persistência de certas práticas de tratamento racial assimétrico encontrava, desse modo, cabal desmascaramento. Em quinto lugar, as manifestações de insatisfação e de inconformismo dos componentes em ascensão social da “raça subordinada” não podiam elaborar-se como força social construtiva e autônoma. De um lado, a ideologia racial dominante impunha-se a todos, orientando a percepção da realidade das duas “raças” em presença. De outro, a mobilidade vertical da “raça subordinada” revelava-se insuficiente

(42) — A este respeito, não importavam (ou importavam muito pouco), as graduações que por ventura se manifestassem na fruição dos mencionados direitos e garantias sociais, pois se a sociedade inclusiva funcionasse como um “sistema aberto”, os efeitos da mobilidade vertical não seriam tolhidos e solapados.

para dar amplitude coletiva às contradições e às tensões raciais inevitáveis. Em conjunto, pois, a ascensão social de reduzida parcela da “população de côr” não fez senão agravar a confusão que imperava nas questões raciais. Mas aí se acha, do ponto de vista sociológico, a explicação para a perpetuação indefinida do *statu quo* nas relações raciais. A posição das duas “raças” na estrutura de poder da sociedade não chegou a alterar-se de maneira a impor transformações radicais na ordem racial herdada do passado escravista. Por fim, em sexto lugar, a persistência quase inalterável do padrão tradicionalista de relação racial assimétrica condicionou e dirigiu o processo de redefinição da imagem do “negro”. Se aquele padrão tivesse entrado em crise rápida e profunda, sendo substituído pelo padrão alternativo e exclusivo de relação racial democrática e igualitária, não haveria motivos para se perpetuarem práticas discriminativas, nem razão de ser para se conservarem conceitos raciais preconceituosos. Como isso não sucedeu, em virtude da lentidão e da descontinuidade observadas na formação histórica da ordem social competitiva na sociedade local, o padrão tradicionalista de relação racial assimétrica prevaleceu e serviu de fulcro à reconstrução da imagem do “negro”. Dêse ângulo, a conversão do “escravo” e do “liberto” no “prêto” respondeu à necessidade social de limitar-se a democratização dos direitos e garantias sociais universais do cidadão na esfera racial. Portanto, não foi a imagem negativa e restritiva do “prêto” que criou a discriminação e o preconceito raciais. Porém, o inverso. A existência e a persistência de ambos é que conduziram à formação de tal imagem, que iria servir como catalizador dos processos que impediriam a rápida absorção do “negro” pela estrutura da sociedade de classes em expansão.

A discussão precedente evidencia, quanto aos principais aspectos das relações entre “negros” e “brancos”, que a **ideologia racial** imperante em São Paulo era, de forma típica, a ideologia de uma sociedade estratificada racialmente (43). Doutro lado, também de-

(43) — Entramos, assim, na discussão do último tópico a ser debatido nesta parte do presente trabalho (cf. acima, p. 244). Quanto à caracterização sociológica da estratificação, gostaríamos de indicar pelo menos algumas obras que tiveram importância definida na elaboração do sistema de referência teórico, explorado nesta monografia: Oliver Cromwell Cox, *Caste, Class & Race*, Doubleday & Co., New York, 1948; Louis Gumplowicz, *Précis de Sociologie*, trad. Charles Baye, Léon Chailley, Éditeur, Paris, 1896; Edward Alsworth Ross, *Principles of Sociology*, Appleton-Century-Crofts Inc., New York, 1938 (terceira edição, partes III, IV e VI); J. Novicow, *Les Lutttes entre Sociétés Humaines et Leurs Phases Successives*, Félix Alcan, Ed., Paris, 1893; C. Bouglé, *Essais sur le Régime des Castes*, Librairie Félix Alcan, terceira edição, Paris, 1935; Gunnar Landtman, *The Origin of the Inequality of the Social Classes*, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Ltda., Londres, 1938; Hans Freyer, *La Sociologia, Ciência de la*

monstra, de modo conclusivo que a formação e a expansão da ordem social competitiva até o fim do período considerado (1930), ocorreram como processos histórico-sociais que afetavam, estrutural e dinamicamente, apenas a divisão ou categoria racial constituídas pelos “brancos. Ainda assim, a ideologia racial da sociedade de castas e estamental havia entrado em crise. Primeiro, pelas consequências imediatas da desagregação do regime escravocrata; segundo, porque ela estava em conflito aberto com a ordem social emergente e com as expectativas dos negros ou dos mulatos, que queriam receber o tratamento dispensado aos “homens livres” (o que se refletia no dito então corrente: “negro virou gente”; ou na variante, preferida por muitos: “negro pensa que virou gente”). O fato de tal ideologia estar em crise criou um estado de exacerbação, no ânimo das pessoas pertencentes aos círculos sociais dominantes, que favoreceu deveras o apêgo emocional a atitudes e a valores sociais obsoletos, ao mesmo tempo que intensificava a resistência à extensão de inovações na esfera das relações raciais. O “negro” subsistia como o único símbolo perene do poder, do fastígio e da condição “aristocrática” da maioria das “famílias gradas” ou “de prol”. A sua presença era como que o testemunho vivo de que uns foram “senhores” e outros “escravos” na ordem social recém-desaparecida. Por isso mesmo, havia uma hosti-

Realidad, trad. F. Ayala, Editorial Losada, S. A., Buenos Aires, 1944 (cap. III); Egon Ernest Bergel, *Social Stratification*, McGraw-Hill Book Co., Inc., New York, 1962 (neste livro se encontra ampla bibliografia sobre o assunto, pp. 435-453); Robert Ezra Park, *Race and Culture*, The Free Press, Glencoe, Illinois, 1950; Edgard T. Thompson, org., *Race Relations and the Race Problems*, Duke University Press, Durham, North Carolina, 1939; Charles S. Johnson, *Patterns of Negro Segregation*, Harper & Brothers Pubs., New York, 1948; Gunnar Myrdal com a colaboração de Richard Sterner e Arnold Rose, *An American Dilemma. The Negro Problem and Modern Democracy*. Harper & Brothers Pubs., New York, 1944 (segunda edição, 2 volumes); E. Franklin Frazier, *The Negro in the United States*, The MacMillan Co., New York, 1949; Bertram Wilbur Doyle, *The Etiquette of Race Relations in the South*, prefácio de R. E. Park, The University of Chicago Press, Chicago, Illinois, 1937; John Dollard, *Caste and Class in a Southern Town*, Doubleday Anchor Books, New York, 1957 (primeira edição: 1937); W. Lloyd Warner, “American Caste and Class”, *American Journal of Sociology*, XLII, Set. 1936, pp. 234-237; idem, *Structure of American Life*, Edinburgh, At the University Press, 1952 (cap. I); idem, prefácio a Allison Davis, Burleigh Gardner e Mary R. Gardner, *Deep South*, The University of Chicago Press, Chicago, 1941; idem, nota metodológica (pp. 769-782) a St. Clair Drake e Horace R. Cayton, *Black Metropolis. A Study of Negro Life in a Northern City*, Harcourt, Brace and Co., New York, 1945; Maurice R. Davie, *Negroes in American Society*, McGraw-Hill Book Co., Inc., New York, 1949; Robert C. Williamson, “Race Relations in South Africa”, *Sociology and Social Research*, Jan-Fev. 1935, Vol. 39 — N.º 3, 1955, pp. 165-170; Sheila Patterson, *Colour and Culture in South Africa, A Study of the Cape Coloured People within the Social Structure of The Union of South Africa*, Routledge and Kegan Paul Ltd., Londres, 1953; Leo Kuper, *Hilstan Watts & Ronald Davies, Durban. A Study in Racial Ecology*, Jonathan Cape, Londres, 1958.

lidade declarada aos “pruridos de gente”, manifestados pelas “pessoas de côr”. Para terem valor como símbolo, impunha-se que mantivessem uma posição análoga à anterior, nas relações com os “brancos”, especialmente com aqueles que haviam formado seu horizonte cultural no seio da antiga aristocracia. Além disso, o enriquecimento dos imigrantes e a equiparação de direitos introduzida legalmente pela República agravavam o apêgo das elites locais a atitudes ou comportamentos que objetivavam, socialmente, a distância social existente entre os velhos moradores e os adventícios. Para aqueles, a nivelção jurídico-política com os “brancos” da plebe, europeus ou brasileiros, já despontava como um contra-senso irônico e aborrecido. Admitir essa nivelção com referência ao “negro” soava como uma ofensa intolerável e inexecutável. O único caminho, que poderia evitar essa alternativa, consistia em marcar bem o fôssco que ainda separava, econômica, social e culturalmente, as duas “raças”, preservando nítida e ostensivamente o **orgulho racial**, a intransigência diante do casamento misto e as prerrogativas de domínio total da “raça branca”.

É preciso que se atente, porém, para os fatos sociologicamente cruciais. O complexo mecanismo de acomodação racial, inerente à situação de interesses dos círculos dominantes da “raça branca”, não resultava de nenhuma animosidade irredutível contra o “negro” nem de propósitos segregacionistas. A condição de “pessoa de côr” envolvia duas coisas distintas: a) certa descendência racial; b) certa posição social. Ambas as coisas, desde a introdução do escravo africano, sempre estiveram convenientemente ajustadas. A “côr” tornou-se, a um tempo, marca racial e símbolo indisfarçável de uma posição social. A intolerância diante do “prêto”, no contexto histórico-social que descrevemos, não visava os indivíduos por pertencerem a determinada “raça”. Mas, atingiam-nos à medida em que eles se mostrassem inconformados e rebeldes, em face daquela rígida associação entre “condição racial” e “condição social”. Nesse caso, as marcas raciais acabavam operando como pontos de referência. Serviam para identificar uma parcela da população local, que devia manter-se e ser mantida numa situação social “inferior”. Portanto, embora o fato de pertencer a certa “raça” não fornecesse o motivo da exclusão, esta se dava porque a condição social dos “indivíduos de côr” podia ser identificada através de determinados traços somáticos, desencadeando a identificação o funcionamento de barreiras sociais que só se manifestavam, de forma compacta, severa e incontornável, contra aqueles indivíduos (44).

(44) — Note-se, de passagem, que esse sistema de discriminação social não operou com a mesma eficácia e persistência com relação ao “branco” ple-

E' deveras importante ressaltar porque tudo isso ocorreu, enquanto se implantava e florescia a ordem social competitiva no mundo que os "brancos" construíam por si e para si. A explicação global do processo já foi enunciada na primeira parte dêste capítulo. Trata-se de um fenômeno de demora sócio-cultural, facilmente inteligível e interpretável. Mas, depois da incursão empírica que fizemos, dispomos de dados suplementares para corroborar aquela explicação e pôr em relêvo aquilo que poderíamos designar como os fatores específicos ou tópicos de todo o processo. Pelo que se evidencia, êstes fatores nada tinham a ver com a competição ou com o conflito de interesse entre os "brancos" e os "negros". Êles se inseriam, direta e complexamente, na competição e nos conflitos dos "brancos" entre si. A própria situação de mudança afetou o equilíbrio do sistema de poder; aos poucos, a europeização, acarretada pela substituição populacional e pelo regime de trabalho livre, revelou-se uma fonte de inovações dificilmente controláveis pelas antigas formas de dominação. Em si mesma, pelo aumento maciço da população, e indiretamente, pela diferenciação da estrutura social e pela criação de fontes desconhecidas de mobilidade vertical ou de tensões sociais, ela introduziu terrível sentimento de inquietação e de insegurança nos círculos sociais dominantes. Embora, como salientamos, se estabelecesse uma acomodação tácita quanto ao exercício do poder político, as bases materiais e morais, em que se assentava a dominação patrimonialista, sofriam deterioração irreprimível. Nessas circunstâncias, o apêgo sôfrego, quase cego e inflexível, às técnicas de dominação de efeitos conhecidos, surgia como uma alternativa inexorável. Aos olhos de pessoas deformadas pela prática secular do mando discricionário, essa parecia ser não só a saída mais eficaz como também o meio correto para colocar a "gentinha no seu lugar". A prova histórica revela, **ex post facto**, que o remédio não surtiu o efeito esperado no plano das relações dos "brancos" entre si. Mas, êle produziu dois resultados incontestáveis. Primeiro, prolongou por mais de um quarto de século, o domínio indisputado e completo dos antigos círculos dominantes. Segundo, fomentou o clima material e moral que deu sentido à preservação das velhas técnicas de dominação, com todo o seu substrato social e cultural. Êste desenvolvimento é que possui interesse específico em nossa análise. Pois foi êle que forjou a complexa situação de interesses, que iria conferir atualidade à revi-

beu, de origem nacional ou estrangeira. Com relação a êstes, não só foi mais fácil e rápida a democratização de atitudes e comportamentos. Os efeitos da ascensão econômica e social contribuíam para atenuar as diferenças e para acentuar a aceitação igualitária, ao contrário de que sucedeu (e ainda está sucedendo) nas relações com os indivíduos caracterizados estereotipadamente como "pretos" ou como "pessoas de côr".

talização de mecanismos historicamente condenados de estratificação racial.

Pelo exposto, a principal característica sociológica da ideologia racial dos “brancos” das camadas dominantes, em São Paulo, consistia na expectativa intensa de conformidade absoluta e invariável do “negro” (45). Da maneira como se objetivava e atualizava socialmente, infere-se que essa expectativa constituía uma representação social especificamente associada a estados coletivos de consciência e aos mecanismos societários de estabilidade sócio-cultural. Ela envolvia três espécies diferentes de exigências sócio-dinâmicas, em face dos ajustamentos realizados pelos “negros” nas situações imperantes de contacto racial: 1.º) a perda de identidades culturais, fundadas quer na transplantação cultural, quer numa comunhão consciente e organizada de interesses e de valores sociais próprios 2.º) conformismo e lealdade aos interesses e valores sociais essenciais ao equilíbrio e à continuidade dos padrões vigentes de dominação racial; 3.º) absorção passiva e dissimulação aberta das tensões e frustrações psico-sociais, por ventura provocadas pelas inconsistências ou pelas contradições sócio-culturais dos referidos padrões de dominação racial (46). Essas exigências sócio-dinâmicas não apareciam exteriormente nas relações entre o **senhor**, o **escravo** e o **liberto** na sociedade escravocrata e senhorial. Mas, afloraram à tona com a desagregação do regime servil e do sistema de castas, em virtude do agravamento das contradições inerentes ao padrão tradicionalista e assimétrico de relações raciais em uma ordem social competitiva. Enquanto teve vigência o **antigo regime**, as três exigências sócio-dinâmicas não colidiam nem produziam conflitos insolúveis. Com a nova ordem social, tornava-se impossível conciliar a primeira exigência com as outras duas e, principalmente, surgiam dificuldades insuperáveis nas tentativas de solapar ou de impedir certas formas

(45) — A noção de conformidade, entendida sociologicamente, é definida da seguinte maneira por Emílio Willems: “Comportamento de aceitação consciente ou inconsciente de padrões culturais existentes” (cf. *Dicionário de Sociologia*, Editôra Globo, Pôrto Alegre, 1950, p. 31). Na acepção comum, o termo significa “resignação” (cf. Francisco Fernandes, *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*, Editôra Globo, Pôrto Alegre, 2a. edição, 1960, p. 307). Essa conotação é extremamente importante em nossa análise, pois indica que, onde a conformidade se processa de modo inconsciente, ela pode ligar-se a modalidades passivas de conformismo.

(46) — É importante assinalar que a situação do “negro” como minoria racial e cultural é idêntica à do “indígena”, outra minoria que não conseguiu uma integração completa, em condição de igualdade, à ordem social nacional (veja-se, a respeito, Darcy Ribeiro, *A Política Indigenista Brasileira*, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1962, esp. pp. 133-143). Apenas ela é mais grave, na medida em que o “negro” se inseriu naquela ordem social, e é forçado a desenvolver acomodações penosas, que ainda não foram impostas aos “indígenas”.

de expressão autônoma dos interesses coletivos das “pessoas de côr”. Na verdade, a primeira exigência pressupunha uma política integracionista e assimilacionista. Pondo-se de lado a questão de saber se imposições tão rígidas seriam ou não “democráticas” e “igualitárias”, o fato é que o “negro”, na medida em que corresponde a semelhante decorrência da expectativa, tendia a pôr seus alvos na assimilação de novos traços culturais e de novos valores sociais. Isso fazia com que, dinamicamente, êle propendesse a preferir a assimilação de elementos culturais que facilitassem a absorção de papéis sociais identificados com posições sociais “mais altas”. No passado, isso jamais poderia ocorrer numa escala incontrolável exteriormente. Não só eram limitadas como também eram reguláveis as oportunidades de ascensão social do “liberto” e do “negro livre”. Na nova situação histórico-social, aquela expectativa engendrava, portanto, focos de tensões e de conflitos sociais. A impulsão assimilacionista teria de acompanhar-se da igualdade social e da livre competição, para não conduzir a tais efeitos sociais. Ora, como vimos, tal não sucedeu historicamente. A vigência do padrão tradicionalista e assimétrico de relações raciais mantinha, compactamente, a ideologia racial “senhorial”. Então, explodiriam as contradições que só apareciam esporadicamente no mundo social escravista. Os “negros” aceitavam a pressão assimilacionista. Mas, ao mesmo tempo, começavam a mostrar ansiedade, insatisfação e até oposição declarada contra as outras duas exigências sócio-dinâmicas. Em suma, passavam a orientar-se, ainda que indecisamente, por impulsões psico-sociais fomentadas pela ordem social competitiva e democrática. Insubordinavam-se de modo crescente contra as expectativas de conformismo e lealdade a um padrão de dominação racial, que anulava suas aspirações igualitárias; desobedeciam e sabotaram de várias formas as regras de polidez, que obrigavam à dissimulação dos atritos e das frustrações; e procuravam, pelo menos os mais diligentes e ativos, “organizar o negro para a ascensão social”. Tudo isso oferece uma visão sociológica mais clara e completa da realidade. Não só fica mais fácil compreender o que se ocultava por trás do velho padrão de dominação racial. Como, ainda, ganha-se uma perspectiva esclarecedora a respeito da importância dinâmica específica dos componentes “raciais” e “sociais”, que se misturavam confusamente atrás dos ajustamentos desenvolvidos.

A questão de saber até que ponto as determinações vinculadas à “côr” ou à “posição social” interferiam e ordenavam dinamicamente as relações raciais (47) encontra, vista em termos dêsse pano de

(47) — Onde a situação de contacto não evoluiu, de forma tão clara, na direção da ordem social competitiva, o investigador ainda corre o risco de fa-

fundo histórico, novas possibilidades de focalização. As proibições de natureza social, que pesavam sobre o negro e o mulato por causa da situação social inferior, recaíam também sobre o “branco da plebe” e o “imigrante pobre”. Todos formavam a massa indiferenciada da “gentinha”, rigorosamente mantida “em seu lugar”, malgrado tôdas as demonstrações de urbanidade, de simpatia e de intimidade das “pessoas de prol”. No período considerado, enquanto aquelas proibições passam a diluir-se ou desaparecem, lentamente, com referência ao “branco”, no concernente ao “prêto” observa-se o inverso. Em alguns círculos sociais, elas se intensificam; em outros, elas começam a ser partilhadas com evidente tenacidade. Na verdade, por cima das flutuações individuais da tolerância ou da intolerância diante do “prêto”, predominavam certas tendências universais de ajustamento, que excluíam o negro e o mulato da convivência íntima no lar, de certos serviços e posições sociais, do casamento — enfim, da condição de pessoa irrestritamente igual ao “branco”. Havia uma resistência declarada e chocante, como atestam ocorrências já descritas, até contra a democratização de modos de ser, de pensar e de agir. Essa resistência fortalecia-se e ficava agressiva quando as pretensões atingiam o cerne da dominação da “raça branca”: os ideais de personalidade, as posições de prestígio e os papéis de mando, que envolviam a situação dos “brancos” na estrutura de poder da sociedade. Daí a oposição ao inter-casamento no mesmo nível social. “Mas o papai era escrupuloso: atendia a tôdas as recomendações, procurava obter informes. Com cuidado intentava saber se na família havia mescla de sangue de côr! O principal era que fôsse de boa família. Já havia sido recusado um bom partido para uma das manas, por ser um tanto duvidosa a sua ascendência. Isso decidia o papai, mesmo sem consultar as filhas, porque dizia êle “impedir em certos casos um casamento é meu dever — obrigar nunca” (48). Ilustre historiador paulista esclareceu-nos quanto ao modo de pôr em prática o mencionado “escrúpulo”. O candidato ao casamento punha-se nu em pêlo e era atentamente examinado pelo pai da jovem. Se aparecesse alguma “mácula” de mestiçamento, comprovando as informações obtidas por outra via, o candidato estava naturalmente descartado. Outros informes, que nos dispensamos de transcrever aqui, comprovam que as transgressões provocavam discórdias graves, às vezes trágicas

zer confusões mais ou menos ingênuas. Um bom exemplo disso são as interpretações de Donald Pierson, um sociólogo de sólida formação científica e totalmente respeitável, que lidou com a referida questão praticamente no nível de consciência social dos “brancos” brasileiros dos círculos dirigentes (veja-se: *Brancos e Pretos na Bahia*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945, cap. XII, esp. pp. 407 e sets.).

(48) — Maria Paes de Barros, *No tempo de Dantes*, op. cit., p. 114.

e insuperáveis. Mesmo Lowrie, que reuniu observações sobre uma fase em que tais costumes eram observados com menos intransigência, assinala com argúcia: “Os membros da classe superior revelam, em palestra, oposições às uniões legais com aquêles indivíduos. Se se consultam os paulistas sobre a existência do preconceito racial, respondem êles, em geral, negativamente. Parece crença popular ser o preconceito racial indesejável, prejudicial. Não obstante, argüidos indiretamente, os membros da classe média e alta denunciam a existência do preconceito racial, mormente no que se refere ao casamento” (49). E’ que o casamento representava o reconhecimento ou a legitimação expressos da absorção do “prêto” ou do “mestiço” pelo nível social em que êle se realizasse. Êle suscitava, por isso, uma resistência ainda mais violenta que a aceitação do “negro” em ocupações relativamente conspícuas e privilegiadas. No fundo, tratava-se de impedir a mobilidade social vertical — a passagem do “negro” para a condição de “gente” ou de “pessoa respeitável”. Alfredo Ellis Júnior caracteriza com notável franqueza êsse estado de coisas. “Entretanto, o negro, escravo de ontem, ainda inspira ao paulista uma certa aversão. Com isso êle se recusa em comungar no mesmo sangue e partilhar do mesmo lar”. “Nas camadas sociais mais altas pode-se mesmo afirmar que o negro não abriu fenda por onde penetrasse. Apesar de liberal e plástico, o paulista sempre conservou em fermento, desde o tempo da escravidão, a semente de um velho espírito de afastamento contra o negro”. “Não é êsse sentimento filho de um odioso preconceito, que nos Estados Unidos se materializa em perseguições infrenes, vinganças crudelíssimas e reações bárbaras. E’ antes pouca atração, no que entra uma dose de piedade por essa estirpe, bem como desejo de não se misturar com gente de quem se guarda a visão de principais antagonistas dos quadros do cativo e dos cenários de miséria social e fisiológica depois de 1888, coisas que a arrastam para um declive forte de um extermínio rápido” (50).

Em suma, prescrições e proibições que afetavam, simultâneamente, a “côr” e a “posição social” continuaram a ser postas em prática depois da desagregação do regime servil e do sistema de castas. De acôrdo com nossas interpretações, tal sucedeu porque as relações raciais não se alteraram com o mesmo ritmo que a estrutura social da sociedade inclusiva. O padrão vigente de dominação patrimonialista manteve-se além do desaparecimento do contexto histórico-social que o engendrara. Mas, porque isso sucedeu numa cidade como

(49) — S. H. Lowrie, “O Elemento Negro na População de São Paulo”, op. cit., p. 32. M

(50) — Alfredo Ellis Júnior, *Populações Paulistas*, op. cit., trechos extraídos das pp. 98 e 97.

São Paulo, em que o desenvolvimento da ordem social competitiva foi tão rápido e os “brancos da plebe” furtaram-se tão depressa aos inconvenientes do mandonismo ao velho estilo? A resposta parece óbvia. A resistência à democratização dos comportamentos, das prerrogativas e dos direitos ou garantias sociais das antigas elites na esfera racial procedia das linhas de “côr”. Onde estas não embaraçaram o processo, a mobilidade social vertical foi mais suave, rápida e completa. A situação histórico-social descrita permite esclarecer, assim, a natureza das fontes da oposição à ascensão sócio-econômica do negro e do mulato. Atrás de exigências sócio-dinâmicas assimilacionistas, aninhavam-se disposições nitidamente favoráveis a uma ordenação racial não-igualitária, que conservasse o *status quo* na esfera racial ou que, pelo menos, tolhesse a livre operação de certas tendências integracionistas, de inevitável teor igualitário.

Êsses resultados obrigam-nos a debater duas outras questões. Primeiro, dadas as referidas exigências sócio-dinâmicas, qual era o sentido da hostilidade com que eram recebidas as manifestações ostensivas do preconceito e da discriminação raciais? Segundo, a miscigenação seria, de fato, como muitos supõem, um índice da inexistência do preconceito e da discriminação raciais? O exame da primeira questão é, por assim dizer, sociològicamente crucial. Dê-le depende a compreensão de aspectos deveras obscuros e ainda hoje mal interpretados da realidade racial brasileira. A segunda questão não apresenta idêntica importância teórica. Não só já se sabe que a miscigenação desenvolveu-se na sociedade brasileira independentemente da neutralização de tais sentimentos (51), como o tema se acha esclarecido com relação a êsse período de expansão da sociedade paulistana (52). No entanto, há grande conveniência, para o entendimento global da situação de contacto, em retomar o assunto, nos limites da presente discussão.

Quanto à primeira questão, parece fora de dúvida que a hostilidade declarada contra as manifestações abertas de preconceito e de discriminação raciais possuíam significado e função sociais análogos às proibições que pesavam sôbre tentativas de organização autônoma das “pessoas de côr”. Dêsse ponto de vista, ela não seria, em si mesma, índice de impulsões “igualitárias” e “democráticas” de comportamento racial. Mas, ao contrário, ligar-se-ia, estrutural e

(51) — Como escreve Antônio Cândido de Mello e Souza: “o convívio sexual com as mulheres não extinguiu o preconceito de côr, que ocorreu no Brasil de maneira acentuada na Colônia e depois” (*A Família Brasileira*, Ms., trecho extraído das pp. 2-3; publicado em inglês, in T. Lynn Smith e A. Marchant, *Brazil: Portrait of Half a Continent*, loc. cit.).

(52) — Cf. R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, op. cit., pp. 129-130 e 148-150.

funcionalmente, aos mecanismos que dissolviam e dissimulavam aqueles sentimentos e práticas sociais através de atitudes e comportamentos regulados pelo padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Entenda-se, porém, que aqui não entram em jogo apenas as regras de polidez e de decôro, do código ético senhorial. Tais regras proscreviam a eclosão dos sentimentos íntimos e a identificação exterior das ações discriminativas, sem desaprová-las. De tão arraigadas, ainda em 1950, por exemplo, inspiravam moção, destinada à divulgação, pela União Democrática Nacional: “Preconceitos de raça ou de côr, cada qual os terá no seu fôro íntimo ou no recesso do lar. O que a ninguém é lícito é projetá-los exteriormente, contra homens de outras etnias ou de outra pigmentação, com atentado aos ideais e sentimentos de fraternidade humana” (53). Também está em causa o aparato tecnológico da sociedade patrimonialista. As técnicas de prevenção, contrôle e aproveitamento construtivo dos conflitos eram toscas e pobres. Por isso, reinava grande temor diante de fricções cujas consequências parecessem imprevisíveis e receio bem definido de sair da rotina, dos ajustamentos aprovados e regulados pelas tradições. Desaprovava-se o comportamento desabrido do “branco” pelas mesmas razões que se proscrevia as tentativas de arregimentação coletiva dos “negros”. Ambas acarretavam (ou poderiam acarretar) ameaças potenciais à “paz social”, ao equilíbrio das acomodações raciais imperantes. Sob êste aspecto, pois, a política assimilacionista e integracionista estava dinamicamente confinada pela impulsão fundamental de resguardar e de fortalecer as formas de estratificação racial herdadas do passado, com tôdas as desigualdades ou privilégios “odiosos” que ela sancionasse.

Quanto à segunda questão, os dados expostos, aqui e ali, na presente parte dêste capítulo, ilustram claramente que a miscigenação não era, por si mesma, um meio universal de classificação e de ascensão sociais do negro e do mulato. Ela tendia a ocorrer, avassaladoramente, fora dos quadros e das proteções legais do casamento. Acima, transcrevemos trechos da história da vida de J., que mostram como êle conheceu seu pai, “branco” de família tradicional, o afastamento e as desconfianças que pontilhavam suas relações etc.. Êsse caso cruel contém significação típica: as uniões ilícitas produziam rebentos renegados pelos pais e, com freqüência, abandonados pela mãe. A miscigenação amparada pela lei raramente abrangia pessoas de níveis sociais diferentes. A estagnação econômica fez com que, desde o último quartel do século XVIII, ocorressem casamentos de moças de famílias locais importantes com adventícios ricos, mas de

(53) — Cf. O Estado de São Paulo, 27-VII-1950.

“pureza de sangue” duvidosa (54). A prosperidade introduzida pela expansão do café revitalizou o “orgulho racial” dos paulistas “de prol”, restabelecendo velhas práticas de escolha dos cônjuges e reduzindo o intercasamento a casos esporádicos. No nível social inferior, doutro lado, se êle se desse, não podia redundar em melhoria da classificação social. Os casos de F. e de G., mencionados acima, ilustram alternativas distintas. Se os frutos dessas uniões encontrassem amparo permanente, pela adoção da criança por alguma família tradicional, o menor poderia contar com algumas oportunidades melhores, enquanto durasse a condição efêmera e ambígua de “filho de criação”. Caso contrário, teria de contar consigo próprio e possuir um talento especial para conquistar, por si mesmo, uma posição na sociedade. Portanto, não se pode afirmar, com relação a São Paulo, que a miscigenação operasse como agência de ascensão social. Acresce que ela também não concorria (ou concorria em escala reduzida) para alterar as atitudes, os comportamentos e as avaliações raciais. Com freqüência, o mecanismo de aceitação favorecia apenas o indivíduo envolvido. Se houvesse resistência ao casamento, por exemplo, passadas as peripécias ligadas aos primeiros anos de afastamento, redefiniam-se o “marido” da filha, da irmã ou da sobrinha, sem que isso afetasse em nada os demais julgamentos etnocêntricos. Uma das pesquisadoras registrou o caso pitoresco de um ancião de família ilustre, mas na qual houvera alguns casamentos mistos, que sustentava, “de árvore genealógica na mão, que na sua família não havia uma gota sequer de sangue prêto”.

Os dados coligidos sugerem que a miscigenação, fora dos quadros legais ou dentro dêles, se dava: 1.º) apesar do preconceito de côr; 2.º) e sem modificar as atitudes preconceituosas dos agentes envolvidos e dos seus parentes. A razão disso é simples. As atitudes que alimentavam o preconceito de côr nasciam de convicções arraigadas, continuamente fortalecidas por convenções ou por tradições seculares. A própria miscigenação podia ser concebida como uma artimanha para diluir o “negro” entre os “brancos da plebe”. Eis o que nos asseverou uma informante de mentalidade tradicionalista típica: “considero o prêto inferior ao branco e está por isso predestinado a desaparecer. Êle mistura-se com o branco atrasado que está à sua altura moral, intelectual. Aliás isso mostra que o problema da côr prende-se também à inferioridade social do homem de côr pela ignorância, atraso, etc.” A co-

(54) — Frei Gaspar da Madre de Deus (cf. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, op. cit., p. 168) refere-se explicitamente a essas uniões, ligando-as à crise produzida pelo decreto de liberdade dos índios. Através das indicações biográficas fornecidas por Azevedo Marques e por Silva Leme, doutro lado, é possível rastrear casos análogos, ocorridos posteriormente.

notação exclusivista às vezes desaparece, deixando porém a convicção básica de que o “branqueamento” constitui, por si mesmo, uma elevação”. “O melhor que podemos fazer, disse outro informante nesse sentido, é continuar a tratá-los [aos pretos] com bondade, pois não têm culpa disso [serem degenerados], e ir, aos poucos, absorvendo-os, pois se os deixarmos isolados eles nunca melhorarão”. Doutro lado, havia e ainda há uma tendência a não maldizer as uniões mistas, legais ou não, por temor de que viessem a “acontecer” na própria família. Assinalamos dois testemunhos dessa natureza: 1) “Eu só digo que a senhora não deve cuspir para o alto. Depois pode cair na sua bôca”; 2) “Não deixaria filha ou irmã casar-se com prêto, do mesmo modo que eu não me casaria, pois as questões que teria de enfrentar na sociedade não compensariam, provavelmente, as alegrias conjugais — mas é bom não falar “desta água não beberei”. Existia também quem atribuísse as qualidades do “mulato” à herança biológica do “branco”: “os mulatos são mais inteligentes que os negros por terem sangue branco”. Por fim, indivíduos que aceitavam a miscigenação como um direito, repeliam-na pessoalmente; enquanto que outros a poriam em prática, se não tivessem de enfrentar fortes reprovações. Assim, um informante declarou que “deve ser lembrado o lado ético da questão”, revelando-se “francamente pela miscigenação” e “considerando-a uma necessidade”. No entanto, “não deixaria filha ou irmã se casar com prêto, por causa do lado intelectual, ou seja, por causa da inferioridade cultural que possuem” e ele próprio “não se casaria nem teria por amante uma negra”. A outra alternativa e ilustrada pelo seguinte caso, mais ou menos freqüente: “O maior sentimento de minha vida foi justamente por uma pessoa de côr — uma mulata, educada, fina, direita. Eu tinha 27 anos e ela 23. Gostei muito dela e queria me casar com ela. Não deu certo.. Coisas da vida. Tinha prazer em passear, em sair com ela. Minha família tôda achou ruim. Não procuraram atacar de frente meus sentimentos porque eles sabiam que não adiatava. Eu nunca aceitei idéias alheias e nunca deixei ninguém interferir na minha vida. A oposição era velada, a senhora sabe... Um jeito de caçoada, uma ironia, um modo de olhar...” “Nunca levei a moça em minha casa. Conhecendo como conhecia o preconceito deles, achei melhor não apresentá-la à minha família porque ela poderia sentir no tratamento deles qualquer desprezo e ficar magoada. Muitas vezes pensei em atacar a situação de frente, em discutir com eles, e mostrar que não tinham razão, que não há nenhuma vergonha de ser desta ou daquela côr. Não sei porque não o fiz. No íntimo eu sabia que eles não mudariam e se fôssem apresentados a ela, poderiam demonstrar alguma coisa e ela ficaria magoada. A senhora sabe como são essas fe-

ridas que não aparecem, que seguem a gente, que não curam e depois nos machucam pela vida tôda. A coisa acabou naturalmente, como acabam as coisas da vida, sem a gente saber..." O próprio "negro" internalizou essas representações, vendo na miscigenação uma saída para o desaparecimento biológico e para a supressão das distinções sociais. Um informante negro afirmou, textualmente: Havendo mistura racial, ao fim de certo tempo todos ficarão iguais. Assim acaba tudo quanto é prêto". A expectativa de que o cruzamento contribui para melhorar a condição dos descendentes, pelo menos, é generalizadíssima. Eis um exemplo: "Acho que as raças deveriam se misturar para terminar com a distinção de côr. O casamento, quando nascem filhos quase brancos melhora a situação dos filhos, mas não a dos pais, porque os filhos desprezam depois os pais, envergonham-se do pai prêto". As disputas podiam ir além. Um rapaz "moreno" casou-se com uma moça de família tradicional. Alguns parentes dela demonstravam que o encaravam como "negro". Um tio dela dizia que ele e as irmãs eram "negros"; "para mim, quem escapa de branco é negro". As irmãs dêle ficavam aborrecidas e depois frizavam nas conversas com outras mulheres, que "não eram negras". "Não vêm que o nosso cabelo é liso. Prêto não tem cabelo liso". No conjunto, êsses dados demonstram que a miscigenação, mesmo sancionada legalmente, amoldava-se ao contexto moral das avaliações predominantes na sociedade inclusiva.

Por fim, restaria estabelecer como a situação histórico-social de mudança interferia na reelaboração dessa ideologia racial como um todo. Vários informantes asseveraram que a "prosápia" e o "orgulho racial" foram se atenuando aos poucos. Alguns chegaram a afirmar que as revoluções de 1924, 1930 e 1932 teriam contribuído para isso. Outros apontaram o comportamento dos próprios "negros" como o fator decisivo. Ao repelir certas formas de tratamento antiquados, êles teriam forçado os "brancos" a rever seus velhos preconceitos. Informações dêsse tipo não nos esclarecem muito, porque não evidenciam quais teriam sido as fontes da liberalização do comportamento dos "brancos" e quais seriam seus frutos reais. Parece que a consolidação da ordem social competitiva introduziu, aos poucos, amplo arejamento no horizonte cultural das camadas dominantes, amenizando o clima moral das relações raciais. De fato, no fim do período aqui considerado deixara de haver consenso a respeito de "como tratar o negro" nesses círculos sociais. Havia os que se apegavam a um exclusivismo intransigente e que continuavam a considerar o "negro" estritamente à luz do velho código senhorial. Daí saía a impulsão intolerante na observância da antiga ideologia racial. Eram os que torciam o nariz a tudo que parecia indicar que "o prêto

está virando gente”. Eis como êsses tipos se representavam a situação de contacto: “Os pretos, por serem pretos, parecem não se importarem com a vida. São desleixados, muitos se tornam ladrões, criminosos, etc., e têm uma moral sexual duvidosa”. No entender do informante, isso proviria “muito mais da côr que da situação social e econômica”. Doutro lado, frizou que “não aceitaria de forma alguma um prêto para chefe ou superior” e que nos “serviços superiores” (de chefe, técnico, professor, etc.) “deve haver separação de côr”. Pensava que “devemos dar maiores oportunidades aos pretos para êles se consolarem de serem pretos”. Em contraste, um número considerável de pessoas começava a comungar do credo republicano, levando para as relações raciais uma nova mentalidade. Ainda prevaleciam algumas distorções na compreensão da natureza e das fontes sociais da igualdade entre os homens. Mas, já aceitavam um estilo de combate ao preconceito de côr e à discriminação racial que respondia às exigências incipientes da democratização das relações raciais. Daí procedia a impulsão por assim dizer tolerante na observância daquela ideologia racial. Eis algumas passagens de um documento realmente expressivo (55), no qual o escravo vem descrito como “submisso amigo dos bons senhores” e se advoga o ponto de vista humanitário de que “o brasileiro, na altivez de sua dignidade, não pode recusar a mão ao prêto, seu concidadão, se êsse prêto é igualmente digno”: “Entre nós, no regime liberal de sociedade moderna, no regime democrático em que vivemos, o prêto está integralmente sujeito aos deveres de cidadão brasileiro, e à aplicação das leis e na exigência social do cumprimento do dever cívico, o prêto é chamado para trazer a sua contribuição como homem e como cidadão. Mas, quando se tratou de conceder-lhe um direito correlato ao dever, então pretenderam excluir o negro dos postos a que êle podia aspirar e pretender no legítimo exercício de um direito que a própria sociedade lhe concedeu, pela sua lei fundamental!” Em suma, o preconceito é condenado como “repugnante ao nosso regime democrático” e as discriminações apontadas como praxe “anti-social, anti-democrática e desumana” (56). Por duas razões ainda estamos nos limites da antiga ideologia racial. Primeiro, porque os problemas humanos do “negro” são propostos segundo a perspectiva de uma consciência falsa da situação de contacto racial; segundo, porque os

(55) — Discurso do Dr. Orlando de Almeida Prado, pronunciado na 13a. reunião ordinária da Câmara dos Deputados e publicado pelos Anais da Câmara dos Deputados (Vol. I, 1928, p. 346 e sets.), op. cit.; o discurso foi feito para elogiar a atitude do executivo, cancelando medidas discriminativas postas em prática na Guarda Civil e para solicitar atos análogos com referência a outras repartições.

(56) — Idem, trechos extraídos das pp. 351 e 352.

juízos práticos partem de um pressuposto fundamental: a condição heteronômica da “raça negra”, base material e moral do próprio padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Por causa da primeira razão, os “brancos” de ânimo mais democrático não alcançavam uma visão realista da “situação racial”, apegando-se a concepções logo condenadas como “românticas” e “inoperantes” pelos líderes dos movimentos sociais no “meio negro”. Em virtude da última razão, a identificação com o negro e o mulato era mais emocional que refletida e racional, o que favorecia, singularmente, quer a ignorância dos problemas reais da “população de côr” da cidade, quer a indiferença perante as medidas especiais que o contrôlo desses problemas exigiria.

Por aí se vê que, mesmo no fim do período considerado, as disposições e as reações efetivamente “democráticas” e “igualitárias” eram largamente solapadas e neutralizadas pela ideologia racial dominante. Até quando se propunha agir como um igual, o “branco” não conseguia varar as barreiras do isolamento sócio-cultural, não descobria o “negro” nem atinava com suas necessidades pungentes. Ainda assim, as impulsões favoráveis à maior compreensão e tolerância raciais tiveram enorme importância sócio-dinâmica na cena histórica. Elas quebraram, de modo irreparável, o consenso monolítico da “raça branca” quanto à legitimação e à defesa da dominação racial autoritária. Doutro lado, tornaram o ambiente menos hostil à livre discussão e à luta, encetada pelos próprios “negros” através de seus movimentos sociais, contra as iniquidades mais clamorosas dessa forma de dominação racial. Enfim, se a ordem social competitiva não possuiu suficiente vitalidade para absorver os velhos padrões senhoriais de relações entre “brancos” e “negros”, ela pelo menos alargou o horizonte cultural dos homens, abrindo novas perspectivas à democratização dos direitos e garantias sociais na coletividade.

Segunda Parte
NO LIMAR DE UMA NOVA ERA

Capítulo 4

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO “MEIO NEGRO”

INTRODUÇÃO:

Os resultados da análise desenvolvida na primeira parte deste trabalho mostram que as transformações histórico-sociais, que alteraram a estrutura e o funcionamento da sociedade, quase não afetaram a ordenação das relações raciais, herdadas do **antigo regime**. Ela perpetuou-se com suas principais características obsoletas, mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora, iníqua e desumana. No fundo, essa situação acarretava não um, mas dois grandes dilemas sociais. Primeiro, havia o dilema da absorção da “população de côr” às formas de vida social organizadas imperantes na ordem social competitiva. O estado de miséria, de desorganização e de abandono, em que vivia a maior parte dessa população, precisava ser combatido e superado. E’ provável que aí não estivesse o pior aspecto da condição humana oferecida ao “negro” na era da civilização industrial. Contudo, nêle se achava, sem dúvida ou disfarce possível, o lado mais pungente e perigoso do “drama da **raça negra**”. Segundo, havia o dilema do “**preconceito de côr**” ou seja, no que isso significa na sociedade brasileira, da perduração da velha associação entre côr e **posição social ínfima**, a qual excluía o “negro”, de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados)da condição de **gente**. Enfim, o dilema que nascia das resistências abertas ou dissimuladas, mas tôdas muito fortes, em admitir-se o negro e o mulato em pé de igualdade com os “brancos”. Enquanto tal dilema subsistisse, mesmo o padrão de democracia inerente à sociedade de classes numa economia capitalista seria impraticável. Ocorria uma perversão insidiosa do regime, que trazia consigo riscos potenciais para a diferenciação e o equilíbrio da ordem social competitiva.

Enfrentar os dois dilemas era algo historicamente crucial, pois nenhuma sociedade pode ficar imune, indefinidamente, às consequências perturbadoras de inconsistências tão graves. A situação humana do negro e do mulato, nas duas direções apontadas, traduzia materialmente e simbolizava moralmente a própria impossibilidade da sociedade de classes. Nesse sentido, o destino do ex-agente do tra-

balho escravo surgia identificado com a exiqüibilidade das bases materiais, jurídico-políticas e morais do nôvo regime. Enquanto o negro e o mulato não fôsem plenamente absorvidos, a ponto de deixarem de contar como um setor deteriorado da coletividade e de serem positivamente aceitos como “iguais”, os princípios que ordenam e legitimam a ordem social competitiva não passariam de meras falácias — válidos para uns, inexequíveis ou praticáveis às meias para outros.

Em suma, ambos os dilemas impunham-se como anomalias sociais, a serem progressivamente superadas, se se quisesse garantir a expansão e a integração normais da ordem social competitiva. Tornava-se urgente qualquer espécie de reação societária, que exterminasse as referidas anomalias e favorecesse a emergência gradual de uma ordem racial ajustada ao cosmos econômico, social e político da sociedade de classes. Essa reação, como não podia deixar de suceder, partiu dos segmentos “espoliados” ou “prejudicados” da coletividade. Sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos “brancos”, ergueu-se o “protesto negro”, como o “clarim da alvorada”, inscrevendo nos fastos históricos da cidade os pródromos da **Segunda Abolição**. Como processo histórico, portanto, esta se enquadra no contexto das inquietações e esperanças políticas, que culminaram com a revolução de 1930. Durante o primeiro quinquênio do segundo quartel dêste século avolumaram-se de tal modo a amargura e a insatisfação da “população de côr”, que brotaram, espontâneamente, vários movimentos de tomada de consciência, de crítica e de repulsa ao duro destino a que se viram relegados os “homens de côr”. Em virtude da própria situação histórica do negro e do mulato, a rebelião que se ensaiava não possuía o caráter de uma revolução contra a ordem social estabelecida. Tratava-se de uma insubordinação surda e insufocável contra as debilidade mais profundas do sistema de relações raciais, as quais se prendiam antes à persistência camuflada do **antigo regime** que às injustiças flagrantes dessa ordem social. Explica-se, assim, porque os “negros” não se colocaram contra ela. Ao contrário, admitiram abertamente que ela satisfazia a seus anseios de segurança, de dignidade e de igualdade sociais, advogando apenas que ela também valesse para êles. Dêsse ângulo, os episódios relacionados com os referidos movimentos sociais marcam o retôrno do negro e do mulato à cena histórica. Agora, êles repontam como uma espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva e do modelo correspondente de organização democrática das relações entre os homens. Insurgem-se, literalmente, contra as iniquidades e as impurezas históricas do regime, propugnando que a sociedade aberta não

fôsse fechada para ninguém e muito menos para um contingente racial. Por conseguinte, os movimentos que organizam, afirmam-se, histórica, política e moralmente, como as primeiras grandes tentativas coletivas de correção substancial das contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social implantados através do abolicionismo e da experiência republicana. Arrogando-se a solução de problemas ignorados ou descurados pelas elites no poder, o negro e o mulato chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais; e de provar, praticamente, que os homens precisam identificar-se, de forma íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem legal escolhida.

Pela própria natureza das coisas, essa “revolução dentro da ordem” e para a “pureza e a normalidade da ordem” estava destinada ao malôgro. Mesmo contentando-se em ficar dentro dos limites da ordem social estabelecida, pretendendo apenas expurgá-la de elementos ou de influências condenáveis à luz dos *mores* em vigor, o “negro” jamais poderia ter êxito sem a compreensão, a cooperação e a solidariedade do “branco”. Por isso, os movimentos vão eclodir e desaparecer ou diluir-se em certas instituições antes de alcançarem seus fins últimos e de preencherem as funções histórico-sociais revolucionárias, a que se consagravam. Ainda assim, impõe-se cuidar dêles com tôda a atenção possível. De um lado, porque representam os únicos mecanismos de reação societária consistente aos dilemas sociais criados pela situação de contacto racial, imperante na cidade de São Paulo. De outro, porque êles constituem uma impressionante façanha histórica, na luta pela modernização da sociedade brasileira no presente. Neste capítulo, procuraremos enumerar os principais fatores, condições ou efeitos correlacionados à manifestação dêsses movimentos. E tentaremos, em seguida, focalizar a contribuição que êles trouxeram à percepção e à condenação, sem subterfúgios, da realidade racial existente em São Paulo e no Brasil.

1) Manifestação e Objetivos dos Movimentos Sociais:

A inquietação, que começa a ganhar corpo pelos fins da I Grande Guerra, e os movimentos sociais, que se esboçam a partir da segunda década dêste século, marcam o início da participação do negro e do mulato, como e enquanto tais, na história moderna da cidade. Aos poucos, a situação de miséria, o tratamento diferencial e o isolamento irão provocar um doloroso processo de auto-afirmação e de protesto, que projetará o “homem de côr” no cenário histórico, como agente de reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias. O sentido dessas reivindicações é bem conhecido. Correspondendo ansiosamente às expectativas assimilacionistas da sociedade inclusiva,

as inquietações e os movimentos sociais amparam-se sob o signo de uma revolução moral. Eles não vão contra a ordem econômica, social e política estabelecida. Mas, contra a espécie de **espoliação racial** que ela acobertava, graças aos mecanismos imperantes de acomodação entre “negros” e “brancos”. Por isso, ao contrário do que pensavam os círculos dirigentes das camadas dominantes, tratava-se de uma rebelião de cunho nítida e expressamente integracionista (1). Os negros e os mulatos não ameaçavam a ordem social instituída pela Abolição e pela República, pois nem chegavam a pôr em causa os fundamentos materiais e morais em que ela repousava. Partiam de dois pressupostos: 1.º) que essa questão fôra resolvida no âmbito da situação de interesses e dos valores da “raça dominante”; 2.º) que uma minoria desorganizada e impotente, como a “população de côr”, devia concentrar-se na luta pela conquista efetiva das oportunidades e garantias sociais legalmente consagradas pelo regime vigente. Empenhavam-se, portanto, em abolir distinções sociais que se convertiam, automaticamente, em privilégios raciais e em alcançar, a curto prazo, igualdade econômica, social e política perante os “brancos”. O teor revolucionário dessas inquietações e movimentos sociais objetivava-se na disposição de opor-se contra a persistência indefinida do **antigo regime** no plano das relações raciais. Admitia-se e aceitava-se a ideologia econômica, jurídica e política dos círculos dirigentes da “raça dominante”. Pretendia-se que ela fôsse aplicada com equanimidade e de modo íntegro, de maneira a proscrever-se tanto a deformação quanto as inconsistências da ordem social competitiva. Em suma, o negro e o mulato surgiam como os campeões da “**revolução dentro da ordem**”. Exigiam a concretização e a plena vigência dos princípios e dos valores em que se fundava, legalmente, o equilíbrio da ordem social estabelecida. Por essa razão, eles se converteram em agentes históricos e evidenciam como as camadas populares, mantidas à margem do processo político na sociedade estamental e de castas, emergem nas pugnas ligadas à instauração e à consolidação do estilo democrático de vida. Em busca de uma **situação de classe**, ou seja de um estatuto dotado de certa autonomia social, eles passam a contar como elementos ativos no desenvolvimento da sociedade de classes.

(1) — Se adotássemos a classificação das minorias, proposta por Louis Wirth, à luz da natureza desses movimentos os negros e os mulatos constituíam uma “minoría assimilacionista” (ver “The Problem of Minority Groups”, *Community Life and Social Policy*, Selected Papers by Louis Wirth, The University of Chicago Press, Chicago, 1956, pp. 237-260; publicado previamente em R. Linton, org., *The Science of Man in the World Crisis*, Columbia University Press, New York, 1945, pp. 347-372; e transcrito por R. H. Turner e L. M. Killian, *Collective Behavior*, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, N. 5, 1957, 321 e sets.).

Não nos interessa proceder, aqui, a um levantamento exaustivo das circunstâncias históricas que cercaram semelhante processo sócio-cultural. Basta-nos atentar para aquilo que é, ao mesmo tempo, essencial e específico na manifestação e desenvolvimento do “protesto negro”, em si mesmo uma tentativa, frustrada historicamente, de consumir a propalada **Segunda Abolição**. Dêsse ângulo, impõe-se analisar: 1.º) os incentivos histórico-sociais e os requisitos psico-sociais ou sócio-culturais, que lograram concretizar-se objetivamente, os quais nos permitem compreender como e porque tais movimentos se tornaram viáveis; 2.º) as principais ocorrências, historicamente significativas, que marcam e delimitam a atualização desses movimentos; 3.º) os obstáculos histórico-sociais, inerentes à organização da sociedade inclusiva e à situação do “meio negro”, que explicam a descontinuidade, as inconsistências e a frustração final dos movimentos em questão; 4.º) as funções sociais construtivas que eles conseguiram preencher, em termos da integração do negro e do mulato à sociedade de classes, como ela se expandiu e tende a expandir-se na cidade de São Paulo.

De acôrdo com os resultados das análises feitas nos dois capítulos precedentes, vários fatores concorreram, simultaneamente, para impedir que a “população de côr” da Capital desenvolvesse qualquer espécie de reação conjugada e consciente aos problemas sociais que a afligiam. De um lado, o pauperismo e a anomia social conduziam à desilusão coletiva e ao desalento crônico. De outro, a preponderância da “raça branca” operava-se de modo a manter os modelos arcaicos de ajustamento racial, com todos os ônus que eles envolviam para o “negro”, da passividade à percepção deformada da realidade. Não obstante, a urbanização intensa e rápida iria desencadear mudanças profundas no estilo de vida social, nas relações humanas e na mentalidade dos homens, convertendo a cidade de S. Paulo no principal centro de modernização tecnológica e institucional, de secularização do pensamento, de propagação de novas ideologias, de agitação social e de democratização gradativa dos comportamentos políticos existente no cenário brasileiro. Por isso, quando se dá o surto industrial associado à primeira década deste século, com êle emergem tendências sociais inovadoras consideráveis e irreversíveis. A “plebe” transforma-se, desordenadamente, por efeito da proletarianização, em “operariado”, firmando-se, aos poucos, modelos de acomodação social típicos das sociedades de massas. Ao mesmo tempo, os círculos dirigentes das camadas dominantes perdem, gradualmente, a faculdade de agir segundo padrões autoritários e discricionários em assuntos de interesse coletivo, sendo crescentemente forçados a levar em conta as opiniões e as pressões de grupos destituídos

de qualquer expressão na antiga estrutura de poder. O conflito passa a ser usado regularmente, então, por êstes grupos: primeiro, de forma tímida e vacilante, depois com certa desenvoltura, como o atestam as reivindicações e as greves operárias dessa época (2).

Nesse contexto, a situação histórico-social era propícia ao solapamento aberto e contínuo da forma tradicional de acomodação e de dominação raciais. O “meio negro” não permaneceu imune e indiferente a tais acontecimentos. Ligou-se como podia ao clima geral de fermentação de idéias, de ebulição social e de renovação política. Por volta do fim da I Grande Guerra e desde o comêço da segunda década formaram-se, em seu seio, pequenos núcleos de equacionamento autônomo e crítico do “**problema do negro**”. Apesar das limitações insanáveis, decorrentes da desorganização social permanente, da incapacidade de cooperação em fins coletivos próprios e da in experiência política quase total, um pugilo de pioneiros conseguiu abalar a apatia do “meio negro”. Êles empenharam-se em projetar o negro e o mulato nessas tendências globais e tiveram êxito em três pontos. Suscitaram um nôvo estado de espírito, que polarizou as aspirações integracionistas e assimilacionistas em direções reivindicativas de teor igualitário. Despertaram o interêsse pelo conhecimento objetivo da “realidade racial brasileira”, como condição de esclarecimento da “população de côr” e de sua atuação consciente na cena histórica. Mobilizaram o “elemento negro”, tentando inseri-lo, diretamente, no debate e na solução dos “problemas raciais brasileiros” o que representava, em si mesmo, um acontecimento revolucionário. Ouvia-se, por fim, o clamor da “gente negra”, soando, pela primeira vez, o clarim que convocava todos os homens a cumprirem os ideais da fraternidade humana e da democracia racial.

Dentro dêsse contexto geral, que desencadeava as principais impulsões inconformistas e funcionava como uma espécie de regulador das aspirações igualitárias universais das camadas populares, é possível discernir certos incentivos histórico-sociais específicos, que tiveram importância dinâmica tópica ou que agiram localmente na fomentação dos movimentos sociais no “meio negro”. Graças ao levantamento a que procedemos, conseguimos identificar os incentivos histórico-sociais dessa natureza, que parecem ter exercido influências mais ou menos decisivas.

Entre êsses incentivos, o mais marcante diz respeito à reação do negro e do mulato ao bloqueamento a que se viam reduzidos pela sociedade inclusiva. A massa da “população de côr” esbarrava contra dificuldades sucessivas às aspirações de classificação social; era

(2) — Conforme, a respeito, especialmente Everardo Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*, Editora Edaglit, São Paulo, 1962, passim.

quase impossível conquistar, manter e melhorar um meio de ganho conspícuo, tanto quanto era impraticável fazê-lo render, depois de conquistado, os mesmos proventos materiais, morais e políticos que tais meios proporcionavam aos “brancos”. Doutro lado, a elite daquela população tinha de apelar para um isolamento degradante, se quisesse desfrutar o estilo de vida que estava em condições de atingir; e precisava pôr em prática uma auto-disciplina humilhante; seja para dissimular as frustrações que pesavam sobre as gerações adultas, continuamente desapontadas com a anulação inapelável dos esforços de ascensão profissional, econômica e social, seja para tolher a livre objetivação dos anseios legítimos de mobilidade vertical das gerações jovens. Aqui se encontrava, portanto, a verdadeira fonte social das insatisfações, das fricções e das tensões do negro e do mulato diante dos mecanismos imperantes de ordenação societária das relações raciais. O importante é que a mesma fonte de insatisfação, de fricções e tensões abria, coletivamente, a “população de côr” da Capital a anseios inconformistas do mesmo tipo, facilitando, assim, tanto o aparecimento de uma massa propensa à rebelião contra a ordem racial vigente, quanto o recrutamento de líderes aptos a assumirem os encargos práticos e ideológicos dessa rebelião. Essa situação simplificava enormemente a escolha de objetivos comuns, facilmente inteligíveis e compartilháveis; os processos de proselitismo e de comunicação simbólica; e a formação da consciência de que as reivindicações do negro e do mulato constituíam matéria de justiça social mínima, devendo inspirar-se em argumentos puramente éticos (e não “racistas” e nem mesmo “segregacionistas” ou “radicalistas”).

Outro incentivo de cunho moral provinha da emulação indireta, provocada pelo êxito econômico e social dos “imigrantes”, especialmente dos “italianos”. Já mencionamos, de passagem, como as preferências diante do “estrangeiro” e a rápida ascensão que eles conseguiram perturbaram primeiro o escravo e o liberto; e, mais tarde, o negro e o mulato livres. Banidos do sistema de trabalho livre e do artesanato pela concorrência do “branco europeu”, viam com ansiedade e ressentimento as transições quase mágicas que se operavam no destino de antigos vizinhos nos porões e nos cortiços. Aos poucos, porém, as emoções e os sentimentos negativos foram sendo dominados e sublimados, surgindo um estado de perplexidade que logo cedeu lugar a avaliações construtivas. Graças à vizinhança e, principalmente, à convivência íntima no seio de algumas famílias que abrigavam “menores de côr”, formou-se uma compreensão madura das “fontes de sucesso do italiano”. Assim, aos poucos deixou-se de dar relêvo à preferência dos “brancos” brasileiros pelos homens

de sua “raça”, ao favoritismo do Governo e à assistência “do cônsul” aos súditos de seus países, passando-se à percepção dos fatores mais profundos e ao confronto do estilo de vida do “italiano” com o da “gente negra”. Por essa via, a “população de côr” da Capital logrou uma visão realista das coisas e começou a absorver atitudes ou comportamentos típicos das populações migrantes. Não só “fêz justiça ao italiano”, atribuindo o enriquecimento ao trabalho árduo, à poupança severa e ao anseio de “subir na vida”. Foi ao fundo do problema, relacionando seus padrões de êxito com as formas de vida social organizada, imperantes entre os “italianos” e outros imigrantes. Essa percepção, alcançada mais ou menos quando os movimentos sociais começaram a germinar, teve enorme significação dinâmica. Ela concentrou a atenção dos líderes desses movimentos naquilo que era essencial: a absorção, pelo negro e pelo mulato, de novas técnicas e instituições sociais. Entenderam, enfim, que a classificação na ordem social competitiva dependia de certos requisitos psico-sociais e disputaram-se a conquistá-los, pela imitação dos exemplos fornecidos pelos próprios “brancos”. A essa complexa aprendizagem prendem-se as palavras de ordem que se formaram, que insistiam no valor da vida familiar integrada, na solidariedade doméstica, no respeito pela mulher, na importância da educação dos filhos, etc., que lançaram a “população de côr” em uma autêntica política cultural de assimilação em bloco de complexos sócio-culturais a que se mantivera, antes, mais ou menos indiferente. Acresce que o paradigma do “italiano” era, em si mesmo, estimulante. Tratava-se de pessoas e de grupos de pessoas que contaram com o mesmo ponto de partida aparente: o trabalho braçal e indigno, a penúria dos porões ou dos cortiços, em suma, a vida incerta e difícil da grande massa em que se recrutavam os que “comiam o pão que o Diabo amassou”. O fato deles terem se levantado acima desse nível social e igualado ou superado as principais “famílias importantes” da cidade embalava o “homem de côr” em novos sonhos. Abria-se a esperança ou a certeza de que, palmilhando com cuidado um caminho análogo, também poderia “elevar-se do pó” criando para si e para os filhos um destino digno, seguro e respeitável. Esse aspecto precisa ser enfatizado e retido, pois a êle se prende o deslocamento do eixo de aspirações do negro e do mulato “urbanos”. Essa experiência pressupunha uma opção realista: a escolha de meios adequados para atingir fins acessíveis. O trabalho, a poupança, a solidariedade e o sacrifício, etc. aparecem como instrumentos por excelência dos mecanismos de mobilidade ocupacional e ascensão social. Mas, acima disso, implicavam numa substituição dos modelos de personalidade ideal. No passado, “subir” significava tornar-se igual ao “doutor”, ao “senhor”, ao “nobre”, etc.. Algo que

não levasse a êsse desfêcho não merecia consideração. Nesta época, o negro e o mulato começam a perceber que se poderia “subir” fazendo serviços modestos e que o fim da trilha exige tenacidade, graduações e sacrifícios prévios, sem os quais jamais alcançariam o tope. Tôdas essas lições, recebidas pelo intercâmbio com o “estrangeiro”, desaguaram na mesma direção. Alargavam o horizonte cultural da “população de côr” e levavam-na a converter seus movimentos sociais em centros de reeducação do negro e do mulato para o estilo urbano de vida — enfim, para se integrarem na ordem social competitiva e assumirem posições defensáveis na estrutura da sociedade de classes.

Um terceiro incentivo partia do colapso final da dominação tradicionalista e patrimonialista. O desaparecimento do regime escravocrata e senhorial aluía as bases materiais e morais de perpetuação daquele padrão de relação humana. Paulatinamente, êle deixa de ter vigência plena e indiscutível entre os “brancos”. Contudo, manteve-se durante maior lapso de tempo nas relações dos “brancos” com os “negros”. As razões dêsse fato já foram apontadas nos dois capítulos anteriores. Mas, mesmo nessa esfera, o referido padrão de relação entrou em crise progressiva e irreversível, graças aos efeitos da universalização do trabalho assalariado, à consolidação da ordem social competitiva e à industrialização. Sòmente em certos “nichos” mantinha-se intacta a veneração irracional pelo “branco” e êste não tinha interêsse nem contava com meios para revitalizar o paternalismo, que poderia forjar novas cadeias de dependência material e moral do “negro” em face dos “antigos senhores”. O certo é que o padrão de isolamento sócio-cultural difuso ajudou a quebrar, lentamente, os únicos focos ativos de subordinação muda e cega ao “meu branco”. Rompeu-se o cordão umbelical com os resíduos vivos dos escombros do **antigo regime**, compreendendo o “homem de côr” que precisava arcar sòzinho com as duras tarefas de construir sua posição na sociedade. As migrações internas e a alta mobilidade horizontal da população negra e mulata agiam no mesmo sentido. Aos poucos, o grosso dessa população não tinha conhecimento nem acesso às “famílias brancas tradicionais”. Portanto, aumentara continuamente o número daqueles que não esperavam nem procuravam a solução de seus problemas no “meu branco”. Êsses, orgulhosamente, diziam que “não aceitavam cabresto de ninguém” e se predispunham a viver como pudessem, de acôrdo com um código rústico de independência diante do “branco”. Ao mesmo tempo, a própria estrutura de poder da cidade sofria transformações profundas. Na terceira ou quarta gerações, as famílias ricas de origem estrangeira modificavam radicalmente sua estratégia de acomodação. O retôrno definitivo às comunidades ancestrais patenteava-se como verdadeira mira-

gem irrealizável. A ascensão econômica e social suscitava, por sua vez, novas modalidades de participação cultural e de especialização. Os avós, os pais e os tios precisavam de substitutos ou de colaboradores com outra formação, com capacidade para lidarem com os problemas administrativos e políticos e com influência direta na estrutura de poder da sociedade inclusiva. Por isso, estimulavam e compeliavam os jovens a abraçarem carreiras liberais, lançando-os, com apoio em suas fortunas, nas carreiras políticas ou na administração pública. Como nada mais deviam ou tinham a temer de “famílias tradicionais poderosas”, passaram a competir com elas pelo poder político. Essas alterações de conjunto eram acompanhadas conjugadamente, pelos aspectos por assim dizer exteriores, pela “população de côr”. Em muitos de seus círculos, sentia-se um secreto júbilo pela derrocada daquelas famílias. Como nos adiantou um dos informantes: “Só depois da Grande Guerra, com o surto da industrialização verificado, é que os negros mais conscientes observaram o aparecimento da pequena burguesia de imigrantes produzir uma transformação nas camadas dirigentes, pois começavam os imigrantes a substituir uma suposta aristocracia rural, sem iniciativas na indústria e no comércio, os quais ficavam nas mãos dos italianos e turcos”. A própria revolução de 1930 foi por ela recebida e saudada como um “golpe de morte” e como “o desmantelamento da oligarquia que domina o país”. Todavia, muito mais amplas e imprevisíveis eram as conseqüências desse processo, que não saíram no horizonte cultural dessa população. Alargavam-se ou diluíam-se os grilhões que prendiam o “negro”, de modo invisível, à antiga condição de “escravo” ou de “liberto”, submetendo-o, inapelavelmente, à dominação racial tradicionalista. Em suma, abria-se uma espécie de **vazio histórico** no plano das relações raciais, que equivalia, na prática, a uma repentina dilatação da autonomia moral do negro e do mulato. Se êstes tivessem coragem de ousar e de agir, aproveitando êsse vazio, quase certamente ganhariam novas **chances** de aprofundar sua inclusão no seio da ordem social competitiva. Os núcleos que procediam à defesa monolítica e impenitente das velhas formas de dominação racial haviam perdido vasta parcela de sua influência direta e pessoal no “meio negro”, estando por sua vez empenhados em resguardar-se de concorrentes bem mais temíveis. De qualquer forma — e isso foi deveras importante — já não possuíam condições eficientes para paralisar, divertir ou perverter as manifestações coletivas que abalavam a “população de côr” e a encaminhavam na luta por reivindicações próprias.

A predisposição a aceitar o engajamento em ações inconformistas de caráter coletivo nasceu da inquietação larval, que grassou extensamente dentro do “meio negro”, em virtude das conseqüências

indesejáveis da miséria, da desorganização crônica e do desencanto universal. O fatalismo tradicionalista e a apatia permitiam a absorção passiva de decepções e de desilusão amargas. Mas, não podiam impedir que os ressentimentos e as tensões comprimidas se acumulassem perigosamente, convertendo os indivíduos em bastonetes de dinamite, prontos a explodirem à menor centelha. A revolta reprimida trabalhava de forma latente os espíritos, constituindo uma base natural para a emergência de solidariedade, de consenso e de comportamento coletivo inconformista a qualquer oportunidade de equacionamento histórico-social do “problema do negro”. A passagem do que essa revolta representava como desespero, vergonha ou humilhação pessoais, para modos socialmente integrados e conscientes de rebelião dependia, apenas, da existência de catalizadores psico-sociais. Por isso, durante algum tempo ela se exprimiu de maneira negativa: pela fuga ao trabalho, pela transgressão às expectativas de comportamento da sociedade inclusiva ou pelos ajustamentos divergentes do malandro, da prostituta e do criminoso profissional. Em seguida, ela encontrou, nas cliques de companheiros, que se reuniam nos bares, nas esquinas e nos terrenos baldios, canais de livre expressão verbalizada. Aquelas cliques forneciam o palco em que as insatisfações materiais e morais podiam ser representadas diante da coletividade. Aos poucos, porém, êsses dois tipos de inquietação larval evoluíram noutro sentido, encontrando polarizações dinâmicas que orientavam o inconformismo latente na direção de fins coletivos mais amplos, que requeriam consciência da realidade ambiente e atuação social organizada.

Os dados coligidos revelam que foi a revolta contra a capitulação passiva, a heteronomia racial e a resistência à ascensão social do negro e do mulato que operam como a principal fonte dessa alteração da agitação larval em inquietação difusa e em movimento social integrado. As seguintes indicações sugerem como se formou e se difundiu o novo estado de espírito: “Em 1924 já havia consciência formada, do idealismo do negro. Em Campinas, onde o emparedamento do negro era maior, essa consciência pareceu primeiro. Havia, lá, um bom jornal (*O Getulino*) de combate e luta. De 24 a 26, Benedito Florêncio, Gervásio de Moraes e Lino Guedes transferiram-se para São Paulo e passaram a ser os principais oradores em tôdas as festas cívicas do meio negro”. “Começou-se a sentir a revolta que causavam os negros capangas de políticos, bajuladores, e a necessidade de formar-se um grupo consciente para lutar contra êsses que tinham sentimento de inferioridade”. “Esclarece bem esta situação o jornal *O Clarim da Alvorada*, que Jaime de Aguiar teve idéia de fundar, fazendo-o em companhia de José Correia Leite. Aparecendo

em janeiro de 1924 com pretensões puramente literárias, tornou-se um ano depois um jornal doutrinário e de luta, por força da colaboração que recebia. A orientação que se imprimiu ao jornal, neste início, foi de aproximação ao branco e recuperação do negro, além da idéia constante da necessidade de união da classe (de homens de côr, porque o termo negro só mais tarde foi aceito)". "Ao lado desta situação, pela qual se percebia que os negros começavam a tomar consciência de sua existência como grupo à parte e com problemas específicos dentro da nossa sociedade, permanecia ainda, imperando de fato, a situação passada" (3). A acuidade do "meio negro" a tais intenções era tão grande, que o êxito logrado chegou a surpreender e a desorientar os próprios fomentadores e os líderes de semelhantes iniciativas. Eles pensavam que os vários obstáculos inerentes ao estado do "meio negro" e à organização da sociedade inclusiva iriam dificultar o recrutamento, a retenção e a animosidade dos prosélitos. No entanto, quando se fundou a Frente Negra, por exemplo, mostrou-se uma realidade diversa, com o afluxo em massa de aderentes entusiastas. "O conhecimento dessa conjuntura não permitia que fôssemos otimistas com relação ao êxito da Frente Negra. Por êste motivo, o seu extraordinário sucesso deixou os elementos de sua direção abalados e sem saber que orientação tomar" (4). Consolidou-se, assim, com certa rapidez, uma consciência clara das exigências da situação de contacto, do ponto de vista dos interesses da "população de côr", a qual colidia frontalmente com a ideologia racial dominante e com o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial.

Tomando como referência as transformações da ordem social, identificadas através da ascensão dos imigrantes ou de seus descendentes e da circulação das elites na estrutura sócio-econômica, tentou-se descobrir porque o negro e o mulato ficaram excluídos da prosperidade geral, bem como o que seria necessário fazer para corrigir essa situação. Graças a isto, ao contrário do que sucedia com o "branco", a tensão aberta e o conflito (confinados às reivindicações assimilacionistas) surgiam como "armas de luta" e como técnicas de teor social construtivo. Realizava-se, portanto, uma autêntica aprendizagem da "população de côr" da cidade, que se inseria, com outros segmentos das camadas populares, no processo de mobilização política que os convertia em agentes diretos da democratização dos direitos e garantias sociais, estabelecidos pela ordem legal vigente. Eis como o documento citado descreve êsse aspecto da "reação do ne-

(3) — Citações extraídas do estudo de caso sôbre *Movimentos Sociais no Meio Negro*, elaborado por Renato Jardim Moreira com a colaboração de José Correia Leite, op. cit., em Ms., pp. 3-4.

(4) — Idem, p. 16.

gro”: “A estas transformações de estrutura social, corresponde uma série de outros sucessos que influíram na tomada de consciência, por parte dos negros, de seus problemas específicos”. “A partir da Guerra de 14-18, começou a efervescência dos negócios de ismos (socialismo, comunismo). Freqüentei reuniões da U.T.G., onde se embaralhava a revolta do negro com reivindicações do proletariado. Nas nossas rodas de conversa apareciam negros e brancos envolvidos nas teorias marxistas. Êstes diziam que a posição verdadeira do homem negro era lutar contra a ordem social, pois a culpada da situação era a exploração do regime capitalista. Falavam de um famoso pintor mexicano que tinha feito um mural onde aparecia Lenine no meio de dois trabalhadores: um branco e um negro, com as mãos entrelaçadas, tendo Lenine as mãos sôbre êles. Teve também intensa repercussão no meio negro o caso de Scotbar, pois nessa ocasião os comunistas trabalharam intensamente entre os negros no sentido de demonstrar que haviam tomado a defesa, através de seu socorro vermelho, daqueles sete negros acusados, por mulheres brancas, de as haverem violentado. Ficou provado que essas mulheres eram prostitutas (5)”. As esperanças que tudo isso suscitava logo foram desmentidas pelos efeitos da crise de 1929 (particularmente violentos no “meio negro”) e pelas decepções provocadas pela revolução de 1930. “Os movimentos de negros adquirem, na década de 30, um conteúdo nôvo. De fato, se já podiam ser notadas, na ação do **Clarim da Alvorada**, no Palmares, na tentativa de realização de um congresso da Mocidade Negra, intenção de reivindicação de um grupo que até então vivera à margem da sociedade, é só na referida década que procuraram os negros arregimentar sua massa para conseguir maior eficiência na efetivação dessas reivindicações. Para isso concorreu, ao lado das transformações sociais expressas nos fatos apontados, a não concretização das esperanças que os negros depositavam na revolução de 30”. “As condições de vida dos negros, pouco satisfatórias até então, agravaram-se com a crise de 29, que fêz grassar entre êles o desemprego. Êste fato criou uma situação favorável para a emergência de um movimento reivindicatório, ao deixar sem ocupação elementos em condições de estabelecer o contacto entre elite e massa, elementos êsses que, por sua vez, encontraram campo favorável para a ação, num meio descontente com o desemprego” [...] “Antevendo a possibilidade de ter a situação mudada com a revolução de 30, os negros entusiasmarão-se e passaram a encará-la como a solução de todos os seus males. Na fase revolucionária os negros estavam contentes... Podia mesmo ser observado, entre êles, um es-

(5) — Idem, p. 2.

pírito vingativo: a satisfação de ver aquêles velhos homens da política perderam a posição dominante. A revolução, feita para liquidar um estado de coisas que predominava desde o início da República, serviu, na realidade, para satisfazer à ânsia, dos que estavam por baixo, em ocupar uma posição de destaque na vida nacional — pelo menos, aos que viveram a situação revolucionária, assim se apresentava (6)".

Mas, de tudo isso resultou uma combinação de extrema importância sociodinâmica. Os efeitos da secularização de atitudes associaram-se à racionalização progressiva do comportamento do negro e do mulato, originando uma radicalização imprevisível das manifestações coletivas do "protesto do negro". Certos casos concretos de discriminação foram hábilmente escolhidos e explorados para canalizar, inicialmente, êsse protesto. A ideologia racial dominante oferecia cobertura moral a semelhantes tentativas de aglutinação dos "homens de côr" contra a situação racial existente, permitindo que êles tirassem amplo proveito do farisaísmo dos "brancos". Vários episódios pontilham como a decisão para a luta cresceu com relativa intensidade. As descrições mostram como se passou de uma oposição discreta e velada, a atitudes firmes e definidas de oposição ao "preconceito de côr". No início, mais apoiavam ou incentivavam as manifestações de solidariedade democrática dos brancos. Os dois casos seguintes sugerem-no claramente: 1) "Em 1926, um negro, filho de um professor de latim, negro, muito conhecido, quis entrar num clube de regatas. Foi barrado. O cronista Carlos de Campos Sobrinho iniciou, pelo **Diário da Noite**, uma campanha contra essa atitude. Como resultado da posição do cronista, o jornal recebeu uma grande quantidade de cartas apoiando o gesto da diretoria do clube. A argumentação, que então se fêz para justificar o clube, invocava o atraso de Cuba e outros países dirigidos por negros e cuja maioria da população era constituída de negros. Nessa ocasião o cronista foi procurado por um grupo de negros que, cumprimentando-o, ofereceu-lhe uma braçada de flores. Entretanto, a disposição geral favorável ao clube levou-o a desistir da campanha" (7); 2) "Nesse momento, em que o negro começava a tomar consciência (uma consciência ainda nublada, confusa, tôda cheia de contradições) de sua situação social, aparece um negro, Antônio Carlos, hoje major em Barbacena, com a idéia de formar uma biblioteca exclusivamente para negros. Surgiu, desta idéia, uma instituição com o nome de **Centro Cívico Palmares**, que assumiu logo um papel *sui generis* entre os movimentos

(6) — Idem, pp. 13-14.

(7) — Idem, p. 6. Outros casos análogos, relatados no estudo de caso, foram omitidos na presente discussão.

de negros. A finalidade nitidamente cultural com que surgiu (organização de uma biblioteca) foi superada por força das condições em que vivíamos, passando essa sociedade a ter papel na defesa dos negros e dos seus direitos. É esclarecedora, nesse sentido, a campanha que fez contra uma portaria do chefe de polícia, dr. Bastos Cruz, que impunha a condição de branco para a aceitação na Guarda Civil. Conseguiu o Palmares que o deputado Orlando de Almeida Prado fizesse um discurso de grande repercussão, o qual provocou a queda dessa determinação" (8). Porém, quando surge a Frente Negra, ela já arrola entre seus fins a preparação do negro para enfrentar e opor-se, pessoal e diretamente, contra as manifestações e os efeitos do "preconceito de côr"! Em poucos anos, o clima se alterara a ponto de apresentar a "ação direta" como a única alternativa consentânea de tomada de posição pelo "homem de côr".

Ao mesmo tempo, impunha-se criar veículos de comunicação, capazes de imprimir viabilidade e de dar continuidade ao esforço de consciência e de crítica à situação racial brasileira. A "imprensa negra" (9) aparece, assim, vinculada a fins de proselitismo, como uma imprensa engajada na solução dos "problemas específicos do negro brasileiro". Ela teve, por isso, uma função socializadora e de controle altamente construtiva. Condensou e difundiu avaliações inconformistas sobre a realidade racial brasileira; contribuiu para transpor o consenso mecânico, fundado na identidade das frustrações, numa solidariedade consciente e orgânica; e, por fim, suscitou no seio da "população de côr" disposições assimilacionistas identificadas com a situação de interesses do negro e do mulato. Paralelamente, procedia-se a uma tenaz exploração dos motivos que poderiam concorrer para congregar os negros e os mulatos em objetivos comuns. Além de tirarem êsse proveito da criação de jornais, clubes ou bibliotecas, procuravam os mais variados intentos para atingir êsse fim. Sirvam de exemplos a participação que os negros de São Paulo tiveram na campanha em prol da mãe negra, na tentativa de realizar o Congresso da Mocidade Negra e no projeto de construção de uma erma em homenagem a Luiz Gama (10). Nesse período, de 1926 a 1929, procurava-se, com sagacidade, absorver os negros e os mulatos em atividades que permitiriam uni-los em torno de centros de interesses comuns, mas que não chocassem (ou chocassem apenas algumas parcelas) da "população branca". Na medida em que a inquietação larval

(8) — Idem, pp. 7-8.

(9) — Sobre o aparecimento, a natureza e a variedade dessa imprensa, cf. Roger Bastide, "A Imprensa Negra do Estado de São Paulo", op. cit.

(10) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, op. cit., pp. 6, 11 e 12. Deixamos de transcrever o texto correspondente para não alongar demais esta parte do trabalho.

operava como mero ponto de apoio e em que os objetivos visados possuíam nítido teor inconformista, preparava-se o terreno para uma maior autonomia moral e intelectual da “população de côr”. Por fim, logram até suplantar o temor pela identificação através do termo negro (11). Aparecia, cada vez com maior clareza, que o essencial consistia na liberação definitiva do passado e na construção de um novo estilo de vida no presente, que preparasse o negro para competir com o “branco”, onde se tornasse possível e de modo progressivamente mais amplo, em todas as esferas da sociedade.

Ao lado dêsse incentivos histórico-sociais, de magnitude considerável pelas suas repercussões na ordenação da sociedade inclusiva ou na diferenciação do comportamento inconformista no “meio negro”, seria preciso levar em conta três tendências sócio-dinâmicas de apreciável importância prática. A mais significativa associava-se ao combate consciente à acefalização secular do “meio negro”. Como já assinalamos, a ascensão social do negro e do mulato sempre acarretou um mecanismo de redefinição de interesses e de lealdades. Com o desaparecimento gradual da ordem patrimonialista, essa tendência sofreu certas atenuações. Contudo, os indivíduos que se consideravam de “elite” isolavam-se da “população de côr”, esforçando-se por romper qualquer ligação com pessoas ou com um estilo de vida que pareciam degradantes. Ora, os elementos mais ativos nessa fase de transição empenhavam-se em reaproximar aquelas “elites” da “massa” da população negra e mulata. Em particular, faziam enorme esforço no sentido de atrair para as manifestações coletivas o interesse, o apoio indireto ou a colaboração dos “homens de côr” de prestígio. Eis um exemplo: “Em 1923 o **Clarim da Alvorada** tentou realizar o que se chamou, então, **Primeiro Congresso da Mocidade Negra**, tendo enviado convites aos intelectuais negros. Dêstes, somente o Dr. Arlindo Veiga dos Santos aceitou-o, tendo escrito uma mensagem publicada no **Clarim** e na **A Capital** e ficado encarregado de redigir o programa. O Dr. Evaristo de Moraes enviou uma carta dando sua adesão ao Congresso. Houve, nessa época, uma reação contrária, tendo o **Diário da Noite** publicado editorial nesse sentido” (12). A formação de uma elite atuante e respeitada era essencial. O que estava em jogo era o padrão de reação do negro à ordem racial vigente. Seria impossível ter êxito sem integrar as “classes médias de côr” no seio dos movimentos e compeli-las a sair de seu esplêndido isolamento egoísta. Embora nem sempre os resultados correspon-

(11) — “Foi Vicente Ferreira quem introduziu (nesse período) o termo “negro” para substituir o então vazio e usado “homem de côr”. Homem de côr também é o amarelo e o índio; acabou com essa baboseira de homem de côr, que não quer dizer nada” (Idem, p. 9).

(12) — Idem, pp. 11-12.

dessem aos esforços, o fato é que, enquanto tais movimentos tiveram algum vigor, êles conseguiram absorver pelo menos uma pequena parcela daquelas elites, principalmente entre indivíduos ou grupos de indivíduos que ainda não haviam se diluído na massa da “população branca”.

Outra tendência relevante diz respeito ao entrosamento do negro e do mulato na vida intelectual do País. É difícil determinar até que ponto essa condição foi favorável à radicalização de opiniões no “meio negro”. De qualquer forma, ela produziu conseqüências produtivas evidentes, pois entrava em conexão com outras tendências mais gerais e profundas, ligadas à secularização de comportamentos e de atitudes nos centros urbanos da sociedade brasileira. Doutro lado, algumas dessas influências auxiliavam o “negro” a estabelecer uma imagem gratificadora de si próprio, de seu passado como agente histórico e de sua dignidade humana no presente ou no futuro. As duas transcrições seguintes dão uma idéia clara na natureza e do alcance dessa tendência: “De 1922 a 1927, o movimento modernista trouxe a sua contribuição para a criação de uma consciência que possibilitasse a organização de um movimento de negros para atender às suas reivindicações específicas, com os negros fornecendo temas para a poesia e a pintura. Era uma espécie de reabilitação do negro para o próprio negro, pelo branco” (13); “Enquanto não saía o jornal, era essa a vida: discussão sobre opiniões de “sociólogos”, a respeito do negro. Lembro-me de algumas: “o negro representa a redenção universal” (Rocha Pombo); “o negro madrugou no alicerce da formação da nacionalidade e da nossa base econômica”; “o negro acompanha o branco desde o berço até a sepultura”; “dos negros é que ninguém jamais quis se ocupar, cometendo assim o maior crime da nossa história” (Sílvia Romero); “o negro é a imagem de Cristo talhada em ébano”. Condenava-se os nomes dos que não tratavam o negro com a devida justiça e viam nêles um elemento de atraso — entre êstes encontrava-se Oliveira Viana, a quem chamávamos de “mulato safado”. Eram frases e opiniões que publicávamos no *Clarim*. Eram também comuns discussões sobre o porquê dos poetas negros fazerem versos exaltando as coisas claras, como Cruz e Souza, que só falava em coisas alvas, alabastrinas” (14).

A última tendência relaciona-se com o alargamento do horizonte cultural do “branco”, já apontado no fim do capítulo precedente.

(13) — Idem, p. 3. Aliás, em outro documento, um informante da época salientou, no mesmo sentido, a influência de poetas, romancistas, historiadores e ensaístas brancos que “faziam o que os [escritores] negros deveriam fazer”.

(14) — Idem, pp. 5-6.

O ego-envolvimento do “branco” nos ideais e no estido de vida forjados pela ordem social democrática atenuou ou suprimiu vários focos de intolerância diante de comportamentos autônomos da “gentinha” e, mesmo, da “negralhada”. A secularização de atitudes não chegara a ser suficientemente profunda para engedrar uma autêntica compreensão dos movimentos sociais desencadeados pelos “homens de côr” ou para suscitar uma colaboração frutífera dos “brancos” em seu desenvolvimento. Ainda assim, deu lugar a certas transigências e indiferenças que tiveram enorme importância. Pois, caso contrário, os círculos mais intransigentes teriam orientado a média das opiniões, e aquêles movimentos seriam sufocados no nascedouro, como “meros casos de polícia”. Um dos informantes, de família tradicional, afirmou que, já nessa época, havia “entre os brancos maior respeito pelo prêto”. O quanto avançamos, em relação ao passado, pode ser percebido pela seguinte opinião de um branco radical externalizada em 1949: “Agora, voltando ao nosso problema, o do negro na nossa “sociedade”, poderia ter-se um outro desenvolvimento em defesa dêle, como grupo étnico. Seria necessário concentrá-lo, não me referindo ao aspecto demográfico. Seria preciso dar-lhe coesão de grupo. Totalizá-lo dentro daquilo que é realmente seu: suas crenças e seitas. Torná-lo, enfim, um grupo nacional minoritário, ou quem sabe majoritário. Depois, êles mesmos saberiam resolver o problema como negros”. Na época que focalizamos poucos “brancos” propendiam para semelhante radicalização do liberalismo racial. Não obstante, os movimentos sociais da “população de côr” puderam emergir e vingar sem se converterem em “caso de polícia”. Já se admitia, em consideráveis parcelas dos demais grupos étnicos e raciais, a legitimidade dêsses movimento e havia um mínimo de tolerância diante dêles, desde que se limitassem aos alvos proclamados, à melhoria do nível de vida, à reeducação e à ascensão sócio-econômica do “negro” na ordem social. Tudo isso estava longe de significar compreensão e solidariedade por parte da “população branca”. Mas, era um avanço na democratização do horizonte cultural médio e assumia o caráter de incentivo indireto, na medida que concedia a liberdade de ousar, de ir cada vez mais longe e de afirmar-se com autonomia crescente. O certo é que o “negro” usou essa liberdade sôfregamente e as coisas seriam hoje bem diferentes se êle houvesse persistido na trilha aberta no decênio decisivo, que vai de 1927 a 1937.

Todos êsses incentivos histórico-sociais puderam atualizar-se e operar socialmente graças a certas condições psico-sociais e sócio-culturais propícias. Alterara-se a organização do que Durkheim chamava de “meio social interno”, a ponto de ser possível algo que jamais se realizaria no passado, sem severa repressão policial: a con-

gregação ostensiva de negros e de mulatos em torno de uma “causa racial” e através de recursos materiais e morais próprios, com liderança e diretrizes saídas dos quadros humanos da “população de côr”. Em suma, aquêles incentivos traduziam a existência de alterações fundamentais nas atitudes dos homens, tanto “negros” quanto “brancos”, e indicavam, dinamicamente, que a era de integração dos primeiros à sociedade de classes e à ordem social competitiva se iniciara. Êles significavam, no plano histórico, que a “população de côr” acordara da longa letargia e cobrava, com alguma desorientação mas com firmeza, o resgate da “espoliação secular”. As transcrições feitas, na discussão dos referidos incentivos, já explicitaram os requisitos psico-sociais e sócio-culturais que servem de marco dessa nova era da história social do negro e do mulato na cidade de São Paulo. Por isso, na exposição subsequente, iremos apenas concatená-los com espírito sistemático, para que se tenha uma visão ordenada dos processos que estamos investigando.

Está claro que os mencionados requisitos faziam parte da estrutura e operavam tanto na integração da sociedade inclusiva, quanto na diferenciação e organização do “meio negro”. O progresso lento das atitudes e dos comportamentos societários, tendo como pano de fundo a urbanização das condições exteriores do estilo de vida social e a racionalização gradativa da mentalidade e da concepção do mundo (amplamente associada à filosofia dos negócios numa ordem social em que prevalecia a competição individualista), fazia com que a cidade do fim do primeiro quartel dêste século adquirisse caracteres propriamente urbanos (15). Daí a maior tolerância da sociedade inclusiva não só à formação dos movimentos sociais no “meio negro”, mas ainda às técnicas sociais reivindicativas que êles exploravam a fundo e aos objetivos de longo alcance, que êles pressupunham. No entanto, o que já apontamos acima, no fim do terceiro capítulo ou nas páginas precedentes, é bastante para os fins de nossa análise. Desejamos concentrá-la sôbre as alterações ocorridas na organização do comportamento, do horizonte cultural e da personalidade do negro e do mulato. Aí se acham, de fato, os problemas teóricos específicos. Em vista do que vimos através dos capítulos 2 e 3, o “negro” se encontrava praticamente bloqueado, seja pela apatia resultante do pauperismo e da desorganização social, seja pelo isolamento sócio-cultural inerente até à situação das ralas “elites negras”, seja em virtude da tutela direta ou indireta, mas fatal e completa, da “raça branca”, decorrente do padrão de dominação racial imperante. Como pôde su-

(15) — Cf. F. Fernandes, “Caracteres Rurais e Urbanos na Formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo”, Cap. VI de *Mudanças Sociais no Brasil*, op. cit.

ceder, portanto, que êle tivesse **chance** de aproveitar os incentivos histórico-sociais descritos e de lançar-se, ativa, autônoma e ordenadamente, na aventura de discutir e bater-se pelo seu destino social na cena histórica? Se quisermos responder a essa pergunta, temos de estudar o “negro” — e não o “branco”, embora não devamos perdê-lo de vista, pois ambos participaram de um mesmo **drama histórico**, numa coletividade que largou àquele a responsabilidade de fazer-se justiça pelas próprias mãos. Cumpre acentuar, também, que nesta parte do trabalho vamos lidar com atitudes, comportamentos e relações sociais intensamente labiais e instáveis, por assim dizer no estado mesmo de sua atualização como fenômenos histórico-sociais. Por conseguinte, não contamos com muitas facilidades descritivas. Temos de surpreender os requisitos psico-sociais e sócio-culturais através de instantâneos e de situações fugazes: nos momentos mesmos em que êles se constituíam e começavam a operar, à medida que o “negro” saía de seu retraimento e tentava medir-se com o “branco” pela posse do seu futuro (16).

Os dados recolhidos permitem considerar os requisitos psico-sociais e sócio-culturais dos movimentos sociais do “meio negro” em termos: 1) da ressocialização do negro e do mulato; 2) da compreensão alcançada de que o preconceito e a discriminação raciais são “problemas sociais” e devem ser tratados como tal; 3) do aparecimento de formações societárias que serviriam de base à organização e à expansão dos movimentos; 4) de polarizações sócio-dinâmicas, como o chamado “preconceito do negro”; 5) da radicalização do “mulato”; 6) da influência construtiva dos movimentos sociais como agências de diferenciação de papéis sociais e de controle social. Outros aspectos, de importância marginal ou secundária, foram negligenciados na exposição.

Os resultados dos dois primeiros capítulos demonstram que não foi a incapacidade congênita do “homem de côr” a responsável pela situação terrível que se criou, logo em seguida à desagregação final do regime servil. Mas, as condições de organização da sociedade, combinada à falta de preparo do negro e do mulato para se imporem como agentes históricos válidos nas relações com os brancos. Como já assinalamos, as primeiras experiências com a liberdade, num regime sem proteção exterior e sem constrangimentos intransponíveis, conduziram a comportamentos de auto-afirmação verdadeiramente negativos e calamitosos. A liberdade funcionou como uma armadilha, que o “negro” só logrou perceber e enfrentar, completamente, quase meio século depois da Abolição. Nesse interregno, a sua aprendizagem ra-

(16) — Note-se que estas observações também se aplicam a outros desenvolvimentos subseqüentes do presente capítulo.

ramente se deu através da participação e da ação. Ele aprendeu graças à exclusão, à provação e à frustração. Comparando-se com os “outros” e aferindo, constantemente, o que lhe faltava e o que lhe negavam. Por isso, ele não surge, de imediato, com a capacidade de conduzir o seu destino. Foi erguendo-se aos poucos, tateando e errando, que colocou sobre seus ombros a tarefa gigantesca de reagir ativamente contra males perniciosos, a que a sociedade inclusiva se mantinha indiferente.

O fato mais importante, de todo o “background” psico-social e sócio-cultural que nos interessa, diz respeito a essa aprendizagem tôska, dolorosa e, por excelência, vicária. Não está ao nosso alcance apreendê-la como um processo, em suas condições e em seu desenrolar históricos. Apenas podemos identificá-la exteriormente, pelos efeitos que dão testemunho de sua existência, do seu alcance e do seu significado. Ao decidir permanecer na cidade, apesar de tudo, o “negro” optou por um estilo de vida, por uma concepção do mundo e por certos ideais de organização da personalidade. Sem o saber, ao longo dos anos de desventura foi assimilando, ao acaso, um pouquinho de cada coisa. Por fim, convertera-se, subjetivamente, num urbanita, embora ostentasse essa condição de forma precária, tanto psicológica quanto socialmente. Aí está a principal razão para explicar porque uns puderam idear os movimentos sociais; outros se dispuseram a segui-los; e um tão grande número tenha decidido envolver a “população de côr” num nôvo tipo de aprendizagem, que se processava no terreno das idéias, da comunicação e da ação.

Em síntese, pelo simples fato de viver na cidade e de ter vencido a dura prova da permanência dentro dela, o “negro” revolucionara o seu horizonte cultural. Diríamos que polira a sua rusticidade e ameahara um forte desejo de ir mais longe. A documentação disponível desdobra os vários aspectos dêsse extenso processo de ressocialização. A própria concentração numa cidade grande representava uma condição estimulante e construtiva. Graças à urbanização, aos poucos desapareceram muitas atitudes e comportamentos que tornavam o negro e o mulato “desconfiados” em relação a seus semelhantes. Em particular, o retraimento em face dos estranhos e a suspeita diante daqueles que alcançavam algum êxito na convivência com os “brancos” cederam lugar à compreensão de que o “negro” precisava alargar sua experiência pessoal e seu conhecimento do mundo. Doutro lado, a situação de existência no mundo urbano abria muitas vias de comunicação com a comunidade local, com o resto do País e com o exterior. Isso não só ampliava o conteúdo como mudava a própria qualidade da perspectiva social do “negro”. Emergia uma espécie de “radicalismo secular” que exercia as funções de regulador

na substituição de antigas categorias de pensamento e de ação por novas modalidades de apreciar e de avaliar as coisas, os acontecimentos ou as pessoas. Graças ao mencionado radicalismo, fortaleceram-se três orientações de comportamento. Em primeiro lugar, surgiam tendências bem definidas de crítica, ponderação e rejeição das influências conservantistas do tradicionalismo. Separando as tradições do contexto em que elas se manifestavam, através da dominação patrimonialista da “raça branca”, distinguia-se o que se devia conservar do que se repelia. Sirvam de exemplo as atitudes contra o “beneditismo”: definia-se, assim, o conformismo nascido de certa irmandade, deveras importante no “meio negro”, e, por extensão, toda manifestação “religiosa” que exercesse influxos análogos. Não se procurava atingir o catolicismo; mas, as ligações que este estabelecera, no passado remoto ou recente, com a perpetuação da dominação da “raça branca”. Em segundo lugar, selecionava-se o que, na herança sócio-cultural rústica e nas tentativas de adaptação à cidade, concorria para prejudicar a capacidade competitiva do negro e do mulato ou para desmoralizá-los socialmente. Tome-se, como exemplo, o empenho em combater a atração pelos cortiços ou pelos porões. Nas campanhas desencadeadas pelo **Clarim da Alvorada** e pela **Frente Negra**, apontavam-se as vantagens econômicas, higiênicas, materiais e morais da aquisição de terrenos a prestação, nos arrabaldes, a construção da “casa própria”, etc. Via-se com realismo, além disso, que a lealdade aos interesses do “meio negro” não nascia nem do est-lo de vida (ou do grau de pobreza) nem da condição de isolamento. Uma pessoa instalada no “meio branco”, porém identificada com os interesses da “gente negra”, poderia ser muito mais útil que os “irmãos de côr” indiferentes ou acovardados. Em terceiro lugar, começava-se a perceber que é no jôgo político que se decidem os problemas práticos do homem moderno. Essa descoberta engendrava não só acusações indignadas aos “capangas de políticos”, aos “cabos eleitorais dos brancos” e aos “traficantes do voto negro”. Ela iria fomentar a tendência inversa, de “arregimentar o negro” com fins próprios, tanto no terreno eleitoral quanto, em sentido mais amplo, como grupo social integrado, autônomo e capaz de manejar livremente, em fins próprios, sua parcela de poder político. Eis como essa motivação transparecia em manifesto da Frente Negra Brasileira: “Unamo-nos, então Patriícios! Unamo-nos, Associações Negras, para sermos fôrça social, fôrça moral, fôrça econômica, **FÔRÇA POLÍTICA**, que possa ajudar os Poderes Nacionais a serem nacionais e a resolver o nosso problema no que compete à esfera deles e para virmos a ser nós mesmos também uma parcela do Poder Público num sentido radicalmente nacionalista, defendendo tôdas as reivindicações que favoreçam ao Negro

e ao Brasil (como por exemplo a nacionalização do comércio), sentido êsse que destrua as malhas das influências estrangeiras políticas, como certas associações que há por aí, sentido que impeça as grandes ruínas que uma política sem finalidade nacional (mas internacional e cosmopolita), que uma política duramente materialista e amoral vem causando à Nação criadas pelos Nossos Mortos, pelos nossos Antepassados, cujo Sangue poderoso e doloroso andou lutando, trabalhando e produzindo sem reserva e sem bairrismo a Nossa Pátria” (17). Parece evidente, pois, que o “radicalismo secular” voltava-se, especificamente, contra a acomodação passiva e suas conseqüências sôbre a perpetuação do velho padrão de dominação racial ou sôbre a dependência sócio-econômica do “negro”. Havia a preocupação de preservar certos valores, desde que fôssem dissociados das funções que preenchiam como técnicas de domesticação e de subjugação. As duas transcrições seguintes são suficientemente esclarecedoras. “Definindo, pois, o problema segundo já tivemos ocasião de o fazer na “Mensagem aos Negros Brasileiros”, em 8-6-29 (V. “Clarim d’Alvorada”), estabelecemos que — **O PROBLEMA NEGRO BRASILEIRO É O DA INTEGRALIZAÇÃO ABSOLUTA, COMPLETA, DO NEGRO, EM TÔDA A VIDA BRASILEIRA (POLÍTICA, SOCIAL, RELIGIOSA, ECONÔMICA, OPERÁRIA, MILITAR, DIPLOMÁTICA, etc.); O NEGRO BRASILEIRO DEVE TER TÔDA FORMAÇÃO E TÔDA ACEITAÇÃO, EM TUDO E EM TÔDA PARTE, DADAS AS CONDIÇÕES COMPETENTES** (que devem ser favorecidas) **FÍSICAS, TÉCNICAS, INTELECTUAIS, MORAIS, EXIGIDAS PARA A “IGUALDADE PERANTE A LEI”**. O Brasil precisa absolutamente cessar de ter vergonha da sua Raça aqui dentro e lá fora, na vida internacional” (18). [...] “Por isso, repetimos, nós devemos lutar por uma Associação Negra, porém — atenda-se bem! — radicalmente brasileira e afirmadora da Tradição, e a qual se estenda para onde quer que exista o problema”.

Essas indicações sugerem que a urbanização do estilo de vida e a secularização de atitudes ou de comportamentos associavam-se, dinamicamente, a anseios de classificação e de ascensão na estrutura da sociedade inclusiva. O “negro” procurava transformar-se para inserir-se material e moralmente na ordem social. Mas, ao mesmo tempo, exigia para si as condições de participação da riqueza, da cultura e do poder que eram usufruídas pelos “brancos”. Tais impulsões sócio-dinâmicas repousavam na assimilação progressiva dos ideais de

(17) — Trecho extraído do Manifesto à Gente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos (Presidente Geral da Frente Negra Brasileira), 2-XII-1931, op. cit., p. 8; e transcrito literalmente como ocorre no original.

(18) — Idem, p. 3; transcrito literalmente como ocorre no texto. O trecho subsequente foi extraído da p. 6.

pessoa, consagrados pela cultura da sociedade inclusiva. Por isso, nesse plano ocorriam mudanças psico-sociais profundas e revolucionárias. O “negro” modificava suas auto-concepções de estatus e de papéis sociais, esforçando-se por absorver os modelos de personalidade-estatus compartilhados pelos “brancos”. Todavia, essas mudanças não eram concebidas como um fim em si mesmo, como uma sorte de aperfeiçoamento ideal. Elas eram vistas e praticadas como um “meio” para atingir “fins desejáveis” (a integração total do negro, em condições de igualdade com o “branco”, na ordem social). Em consequência, vinham animadas de um espírito reivindicacionista, cuja exigência mínima consistia em aguardar dos “brancos” um comportamento análogo. Esperava-se deles que modificassem, por sua vez, as concepções de estatus e de papéis sociais e as representações de personalidade-estatus que mantinham, a respeito do “negro”. Estabeleciam-se dois polos que precisavam alterar-se em concomitância, como salientam as duas transcrições subseqüentes. “E, pois, a questão negra brasileira, segundo a opinião antiga e a contemporânea, que havemos colhido entre a Gente Negra, é antes de tudo e principalmente, **um problema de educação**, intrinsecamente; e extrinsecamente é o respeito a todos os direitos humanos, sociais, cívicos e políticos do negro, tanto por parte da sociedade como do Poder Público” (19). “Quando à parte sentimental, que constitui a grande tragédia silenciosa ou aberta que faz da Família Brasileira uma contradição permanente determinada pelo preconceito de cor, com simulações, hipocrisias, reservas e até brigas em questões de amizade, parentesco, casamentos, etc., — isso somente se poderá resolver por um quase esforço geral e por uma educação nova, brasileira radical, integral em tôdas as escolas, em que se cancele aquêle sistema estulto de menosprezar e negar a tôda hora o Negro em tôda nossa evolução histórica ou de “exaltá-lo” com um sentimentalismo contra-producente que apenas consegue fazer dêle um pobre objeto de piedade... ou, pela influência maléfica, o aniquila e revolta resultando daí — um vencido da vida ou um bandido sádico e satânico” (20).

Essa era uma condição psicológica para que o “negro” viesse a julgar-se **igual** ao “branco”, tivesse a coragem de exigir dêle um “tratamento condigno” e se dispusesse a atuar socialmente sem nenhum entrave subjetivo. De acôrdo com as indicações de um dos informantes, constituía o elemento que iria possibilitar o domínio dos “recalques” e permitir-lhe que agisse como **HOMEM**, não como **PRETO**. Isso envolvia a superação da passividade e do conformismo, que o tornava servil, tímido e medroso diante do “branco”; e o triunfo sô-

(19) — Idem, p. 5 (transcrição literal).

(20) — Idem, p. 3.

bre ódios, ressentimentos e frustrações, que o convertiam num ser desconfiado, indócil e violento.

A absorção de novos modelos de personalidade-estatus fazia-se acompanhar de substanciais alargamentos quantitativos e qualitativos do horizonte cultural do “negro”. Alteravam-se, simultaneamente, as categorias de pensamento e de ação que regulavam a percepção do mundo exterior e a organização do comportamento. Aí se achava a base psico-dinâmica dos novos mecanismos de ajustamento do “negro”. Primeiro, o fator que facultava a “compreensão da situação” nas relações com o “branco”. De nada adiantaria aderir a modelos mais complexos de personalidade-estatus, sem aprender a manipular as interferências nascidas das aplicações mais ou menos rígidas do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. O seguinte caso é ilustrativo. “De forma que acredito que nós os negros não podemos estar de acôrdo com aquêles que vieram da Casa Grande, porque nós viemos da senzala”. [...] “Eu mesmo quando era fiscal do Estado, tive um colega que era neto de C. S. (21). Uma ocasião surgiu uma discussão entre os fiscais e não sei porque cargas d’água o meu nome surgiu também. C.S. disse nessa ocasião que negro não podia saber nada e admirava de um negro ser fiscal de Estado. Então manifestou-se o preconceito dêsse cidadão, que fêz grande carga contra mim. Encontrando-nos uma ocasião, tivemos uma conversação nesse sentido. Então disse a êle: Eu soube do seu argumento contra mim, mas qual é a razão? Nós somos amigos”. “Eu disse aquilo e confirmo”! “Então é difícil resolvermos o caso. Você é um rapaz bonito, alinhado, neto de C.S.. Só seu cartão de visita já lhe recomendaria. Você veio da Casa Grande, tem tôdas as possibilidades para subir na vida, entretanto, eu não tenho nada disso. Tenho cabelo carapinha, nariz chato, sou beijudo. Não tenho a posição que você tem. Entretanto, estamos aqui em pé de igualdade. Recebemos a mesma instrução, percebemos os mesmos ordenados, portanto não vejo razão para que você me queira colocar em situação de inferioridade” (22). Segundo, contribuiu para melhorar a qualidade e a eficácia das bases perceptivas e cognitivas do comportamento social do negro e do mulato. Êstes adquiriram recursos apropriados para entenderem melhor as “exigências da situação”, tanto em têrmos da composição e funcionamento da ordem social democrático-competitiva, quanto à luz da integração da sociedade nacional e da importância que nela pode ter a solidariedade grupal nas minorias étnicas ou raciais. Terceiro, forneceu um ponto de referência explícito e realista para a análise da “situação do negro”. Assim, a própria experiên-

(21) — Antigo presidente da República, de tradicional tronco paulista.

(22) — Depoimento feito em público pelo Dr. Francisco Lucrécio.

cia existencial do “negro” ofereceu-lhe um ponto de apoio para uma visão autônoma da realidade racial brasileira. A fonte dessa autonomia intelectual não foi uma revisão das explicações histórico-sociológicas. Mas, uma autêntica projeção especulativa nas experiências concretas de vida e em seus ensinamentos, que configuravam uma “perspectiva social do homem negro”. Dessa perspectiva, o passado e o presente da sociedade brasileira podiam ser percebidos e explicados através da “espoliação secular do negro” e do significado histórico que a luta contra essa espoliação possui para a “gente negra”. “... A nossa História tem sido exageradamente deturpada pelos interessados em esconder a face histórica interessante ao Negro, aquilo que se poderia dizer a “negritude” da nossa evolução nacional”; “cessem, por conseguinte, os mitos, e simultaneamente os excessivos louvores aos estrangeiros de ontem, italianos e companhia, e faça-se justiça ao Negro” (23). Portanto, a partir de certo momento as impulsões igualitárias emergiam de disposições psico-dinâmicas, que tendiam a generalizar-se no seio da “população de côr”. Como elas respondiam a influências psico-sociais, elas se refletiam em atitudes, comportamentos e mecanismos de organização da personalidade de caráter coletivo. Enfim, começava a surgir um novo tipo de “negro”, que se revelava filho de seu tempo e homem de sua época.

Êsse homem pretendia alcançar consciência racional de sua situação e sabia que tinha de “lutar” contando, somente, com aqueles que estavam na mesma condição histórico-social. “Vejamos, então, quem resolverá e como se resolverá o nosso problema. Só nós poderemos, dentro da Ordem Nacional, resolver o Nosso Problema, pela Associação e pela Educação” (24). Por isso, êle precisou iniciar-se no uso de técnicas sociais que antes lhe eram proscritas. Teve de aprender a lidar, organizadamente, com o comportamento voluntário, consciente e inteligente em escala coletiva. Aí surgiram, como se verá adiante, as inconsistências incontornáveis e fatais. Ainda assim, várias manifestações atestam a sua capacidade organizatória e de ação, literalmente acumulada sob a pressão dos fatos consumados. Souberam passar depressa da idéia de que a “união faz a força” para tentativas bastante complexas de arregimentação da “gente negra” em torno de uma causa comum. Nessas experiências, compreenderam através da ação que podiam usar construtivamente o conflito com o “branco” e que o êxito de seu movimentos dependia de atitudes, comportamentos e processos sociais mal conhecidos e praticados. Quan-

(23) — Manifesto à Gente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos (Presidente Geral da Frente Negra Brasileira), op. cit., citações extraídas das pp. 6 e 5, respectivamente (transcrição literal).

(24) — Idem, pp. 4-5 (transcrição literal).

to ao primeiro ponto, a Frente Negra Brasileira doutrinava os seus adeptos a “quebrar os tabus” — por exemplo: a invadirem os passeios públicos ou os riques de patinação proibidos, a enfrentarem as patroas “malcriadas”, etc.. A “palavra de ordem” da Frente Negra consistia em “separar aqui, para unir lá fora”. O “negro” precisava unir-se ao “branco”; mas, precisava ser educado para isso, para não ser “aceito” segundo o velho código tradicionalista. “Separar era uma contingência necessária. O negro não estava preparado, nem técnica, nem psicológica, nem moralmente para a vida livre. Daí o que aconteceu no Brasil. A Frente Negra visava a lutar contra isso: a estratégia era reunir os negros para prepará-los, para quebrar o seu medo e a sua covardia diante do branco, para dar-lhe coragem e ousadia, na competição econômica e na defesa de seus direitos. Mas, a Frente Negra lutava contra toda tentativa ou tendência de separação racial. O lema político seria, pois: O Brasil é dos brasileiros. O que se deve é fazer dos negros brasileiros autênticos”. “A nossa palavra de ordem era para que os negros tomassem em toda parte uma posição. Isso seria separar. E nós separamos para unir” (25). Portanto, para “lutar” por sua integração, o “negro” precisava adquirir novas habilidades em três níveis do comportamento organizado. Primeiro, aprender a identificar-se com seus “irmãos negros”, unindo-se entre si e apoiando-se mutuamente. **“UNÍ-VOS NEGROS! UNÍ-VOS TODOS. Deus está conosco! Uní-vos, pela elevação moral, intelectual e econômica da Raça! Pela Dignidade da Mulher Negra! Pela dignidade e progresso do trabalhador negro! Pela afirmação política da Gente Negra Brasileira na Constituinte quando vier e depois da Constituinte que vier! Pelo Brasil de nossos Avós!”** (26). Segundo, necessitava desenvolver novos padrões de cooperação, para atingir esse fim e para colocar a seu serviço o comportamento grupal organizado e consciente. Isso não era tão simples. Essas técnicas sociais não faziam parte da herança social tradicional. O passado recente convertera o individualismo predatório e o egoísmo cego em únicas armas eficazes na luta pela sobrevivência. Era preciso, pois debastar o caminho, criar mecanismos de repressão e de controle dos comportamentos egoísticos e preparar a assimilação rápida de formas alternativas de cooperação e de solidariedade intra-raciais. Terceiro, precisava desenvolver impulsões integracionistas bastante fortes para operarem independentemente de motivações psicológicas e de controles sociais seja do “meio negro”, seja da sociedade inclusiva. Os segmen-

(25) — Citações extraídas de explicações fornecidas pelo Dr. Arlindo Veiga dos Santos sobre a organização e os fins da Frente Negra Brasileira.

(26) — Manifesto à Gente Negra Brasileira, op. cit., p. 8 (transcrição literal do fêcho dessa manifestação).

tos da “população de côr” que participavam dos movimentos reivindicatórios estavam como que em estado de suspensão. Faltava-lhes apóio psicológico e sócio-cultural nos dois estoques raciais em presença. Em consequência, tinham de alimentar por via própria seus anseios de classificação e de ascensão sociais, criando uma sub-cultura capaz de fornecer-lhes um mínimo de unificação, de auto-suficiência e de impetuosidade a seus comportamentos ou aspirações inconformistas. O aparecimento e a expansão das associações negras simplificaram alguns problemas de ajustamento, que surgiram nessa área, pois elas propiciavam a base institucional que iria aglutinar as tendências de formação da referida sub-cultura. Contudo, no que dizia respeito às relações com os “brancos” e, em parte, à acomodação com elementos não-participantes da “população de côr” surgiam dificuldades potencialmente perigosas. Está claro que o grosso da “população branca” poderia tornar-se hostil àqueles movimentos, principalmente se eles ostentassem caráter abertamente “racial” e parecessem socialmente revolucionários (isto é, se se pudesse ligá-los ao intento de alterar a ordem social vigente). Doutro lado, os negros e os mulatos que se mantinham apáticos às impulsões reivindicativas e os que eram contra elas, por causa de suas identificações com a “raça dominante”, não compreendiam os móveis dos movimentos, temiam sua estratégia de luta e tendiam a reprovar o uso deliberado do conflito. Por isso, a elaboração prévia de certas categorias de pensamento e de ação, cuja função consistia em imprimir cunho moral às reivindicações, em demonstrar sua conformidade com a ordem social existente e em submeter suas manifestações concretas à contenção consciente, vinha a ser essencial. O conflito era visto como uma arma de combate ao isolamento difuso; pretendia-se circunscrevê-lo e impedir que ele gerasse algo pior, como a segregação sistemática. O que estava em jogo era converter a sociedade de classes em um sistema “aberto” pelo menos aos “negros” que estivessem em condições de competir com os “brancos” — não transformá-la num sistema “fechado” a todos os negros e mulatos. Não só se queria evitar uma regressão, como havia profundo empenho que se entendesse que os movimentos reivindicativos constituíam um recurso extremo, inevitável e provisório de **justiça social**. Tudo isso fazia com que a invenção, a propagação e o aperfeiçoamento de categorias de pensamento e de ação adequadas fôssem extremamente necessários para calibrar e dirigir a fermentação das impulsões inconformistas básicas. No fundo, portanto, os mecanismos psico-sociais apontados restringiam o alcance inconformista dos movimentos reivindicativos, impedindo que eles ultrapassassem as fronteiras do combate estrito aos resíduos do “antigo regime” na ordenação das relações raciais. Porém, o “negro” não dispunha de ne-

nham contrôles sobre as condições externas dos conflitos, suas repercussões sobre o grosso da “população branca” ou sobre extensas parcelas da “população de côr”. Proceder de outro modo naquelas circunstâncias, seria contraproducente. O que mostra que aqueles mecanismos, com as categorias correspondentes de pensamento e de ação, desempenharam uma influência construtiva enorme, ajustando o horizonte intelectual e a atividade prática às possibilidades de integração social abertas pela própria situação de contacto.

Como se vê, a ressocialização do “negro” afetou tôdas as esferas de organização das bases perceptivas e cognitivas do comportamento, da personalidade e do horizonte cultural. Ele não só adquiriu novas possibilidades de compreender sua situação como e enquanto “homem de côr”; conquistou uma nova capacidade de fazer face a essa situação, tanto em termos de ajustamentos individuais calculistas, quanto em termos de ajustamentos coletivos inconformistas. Isso significa que elevou ao campo de consciência social, de maneira reflexiva e crítica, vasta porção de suas condições de existência e alguns ideais de transformação da situação de contacto existente. A principal consequência dessas alterações psico-sociais e sócio-culturais aparece na percepção e na explicação que o “negro” logo alcança de sua posição na ordem racial da sociedade inclusiva. Descobriu que ele não era rejeitado “por ser negro”, pura e simplesmente. Mas, que a côr e outros caracteres raciais serviam como um sistema de referência para mantê-lo como um “estrato social inferior”, que não tinha acesso aos padrões de vida e às garantias sociais desfrutados por outros grupos nacionais, étnicos ou raciais. Surgiu, então, a noção de “preconceito de côr” como uma categoria inclusiva de pensamento. Ela foi construída para designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial. Por isso, quando o negro e o mulato falam de “preconceito de côr”, eles não distinguem o “preconceito” propriamente dito da “discriminação”. Ambos estão fundidos numa mesma representação conceptual. Esse procedimento induziu alguns especialistas, tanto brasileiros quanto estrangeiros, a lamentáveis confusões interpretativas. Esvaziando o conceito de seu sentido histórico, no fim não deparavam com as realidades que os termos “preconceito racial” e “discriminação racial” permitem descrever, psicológica e sociologicamente, em outras sociedades (nos Estados Unidos, em particular). No entanto, o conceito cunhado pelo “negro” possuía plena consistência histórica na cena brasileira. Aqui, nem mesmo na era escravocrata a discriminação vinha em segundo plano. O preconceito sempre forneceu a justificação emocional, moral e racional da discriminação. Ele apenas servia para legitimar a apro-

priação da pessoa do escravo ou a exclusão do “liberto” e do “homem livre” de certas regalias e direitos sociais. Por conseguinte, estabeleceu-se algo paradoxal. A discriminação era, em si mesma, o elemento operativo e danoso. Ela é que restringia, solapava ou impedia o acesso do “negro” às formas desejadas de integração social. Contudo, o que lhe dava fundamento aparecia em primeiro lugar, porque pressupunha infrações notórias, penosas e injustificáveis dos mores vigentes. O “negro” patenteou, portanto, inegável talento e sutileza na construção desse conceito. Selecionou a marca racial que orienta as manifestações das atitudes ou comportamentos preconceituosos e discriminativos. Deu o máximo de evidência ao elo mais fraco da cadeia, já que o “preconceito” colide aberta e irreconciliavelmente com alguns mores fundamentais para o equilíbrio da cultura. Por fim, fundiu as duas polarizações, convertendo a “discriminação” e o “preconceito” em coisas inseparáveis, pela conotação que atribuiu ao termo “preconceito de côr”.

O mais importante, porém, para a nossa análise está nas impulsões psico-dinâmicas e sócio-dinâmicas que ficaram por trás dessa construção conceptual. A partir do momento que o “negro” passa a compreender e explicar sua situação através de conseqüências objetivas do “preconceito de côr”, êle deixa, automaticamente, de aceitar o destino de ser “inferior” e “dependente”. Projeta-se como “pessoa” e como “igual” na cena histórica, entendendo que as disparidades econômicas, sociais e políticas não eram produtos de uma fatalidade psico-biológica e racial, mas de circunstâncias exteriores, moldáveis pela ação coletiva dos homens. Em outras palavras, a consciência de que o “preconceito de côr” existe vem acompanhada da disposição a encará-lo como o fator da **desigualdade racial** e de combatê-lo pelos meios possíveis. Essa disposição leva o “negro” a um dos fulcros dos dinamismos da situação de contacto. Impele-o a conceber o preconceito e a discriminação raciais, em suas manifestações tipicamente brasileiras, como problema social e a procurar, para ambos, uma solução igualmente social.

A referida compreensão não era universal no “meio negro”. De acôrdo com um dos informantes, somente uma minoria possuía idéias claras a respeito. A maioria não só “não compreendia bem a situação”; mas, ainda, “não tinha educação para elevar-se espiritualmente, para desenvolver uma conduta mais branda e conveniente” (27). O que pensava e como agia aquela minoria são coisas facilmente documentáveis. Em depoimento escrito por um dos principais pioneiros e líderes dos movimentos reivindicatórios deparamos com a

(27) — “Conveniente”, no contexto das declarações do informante, equivalia a “conduta esperta” (sem nenhuma conotação pejorativa).

seguinte afirmação: “Os negros devem, diretamente, participar de qualquer movimento que se promova, visando à sua melhoria. Como? Procurando dar aos negros a assistência material que ~~ê~~ necessitam, para, entre si, desenvolver uma vasta obra de ação social para o seu alevantamento”. Outro líder daqueles movimentos assevera, em passagem de sua história de vida: “Não se trata de ir a barbeiro ou hotel e ter navalha sem corte ou cama dura, mas de lutar em torno de reivindicações mais sérias e que têm raízes mais profundas”. O que quer dizer que essa minoria procurava mecanismos coletivos de reação ao “preconceito de cor”. Os movimentos visavam consolidar e difundir um dado tipo de consciência da situação racial brasileira, congregar e reeducar os interessados em debatê-la e em combatê-la; e, por fim, convertê-los em força irresistível, capaz de alterar a referida situação. Os textos arrolados a seguir evocam êsses intentos como eles se traduziram num dos documentos mais significativos da época. “A Frente Negra Brasileira é o resultante de uma consciência da nova geração negra do Brasil na observação e estudo do ambiente nacional em relação aos problemas que preocupam a Humanidade, dentro das novas perspectivas da vida”. “O mundo atravessa uma fase delicada, impregnando de idéias novas e reivindicações quase sempre justas e necessárias, exigindo de todos os grupos raciais uma harmonia de vistas em torno dos problemas transcendentais”. “No Brasil, o homem negro mais do que em outros países, sofre as conseqüências de seu cativeiro de quase quatro séculos, durante os quais contribuiu eficientemente para a formação das riquezas pública e particular e tem sido um fator étnico nêsse caldeamento de raças que se fundem, apresentando um tipo mais uniformizado, de acôrdo com o ambiente dos trópicos”. “À margem da vida nacional, cuja organização sustentou em seus ombros durante êsse decorrer de séculos, sem economia, sem instrução e sem saúde, o negro vem sofrendo os terríveis efeitos de maquiavélica campanha de preconceito de cor, que só êle sente e percebe, porque é fato de todo instante”. “Várias tentativas têm falhado, no sentido de uma arregimentação negra, com outras finalidades que não a de simples recreação. **Reagir**, eis o sentido exato dessa arregimentação. A última tentativa foi o Centro Cívico Palmares, há uns dez anos, com programa menos desenvolvido, porém com o mesmo escôpo”. “Foi quando, apreciando e sentindo a imediata necessidade que as condições de vida exigiam, se fêz, com mais entusiasmo e experiência a arregimentação que tomou o nome de Frente Negra Brasileira”. E, adiante, assevera no mesmo diapasão: “E’ uma afirmativa leviana, se não maldosa, dizer-se que no Brasil não há preconceito de cor. Já inscrevemos em nosso estandarte: “O preconceito de cor no Brasil só nós, os negros, podemos sentir”. Porque a luta

que se move ao negro é traiçoeira e disfarçada; não é feita como, especificadamente, nos Estados Unidos, onde a mentalidade material impôs: “O homem vale por aquilo que êle seja capaz de fazer”. “Não é a luta aberta dos valores. Ao contrário, prometem-lhe muito mas nada lhe dão”. “E a mentalidade reinante é a de fazer do negro, sempre, um elemento servil, negando-lhe todos os direitos que, irônica-mente, a lei lhe concede” [...]. “Vem sofrendo o negro essa maldosa infiltração e maquiavélica insinuação; e onde quer que êle esteja, apenas o vêem como negro e sob indisfarçável ponta de ironia, como se a côr da epiderme pudesse influir na capacidade intelectual” (28).

Essa percepção da realidade levou o “negro” a dar grande realce à influência educativa que os movimentos reivindicatórios deviam satisfazer. Converteram-nos em centros de reeducação do “homem de côr”, preparando-os para agir como homens livres e para lutar, construtivamente, contra as diversas manifestações do preconceito e da discriminação raciais. “Precisamos, porém, de educação e assistência social como base para tudo o mais. Mas essa educação precisa ser dada por nós mesmos, isto é, pelos elementos bons, cultos e “tradicionalistas nacionais” pertencentes à Gente Negra Brasileira, para daí não se criar para o Negro uma mentalidade deformada. Outra educação é sempre falha e negativista...” (29). O que visava essa educação do “negro” pelo “negro”? Preparar a “gente negra” para “a integralização absoluta, completa, do negro, em tôda a vida brasileira” (30). Pretendia-se, pois, educar o “negro” para exigir que lhe dessem “o seu lugar na sociedade”, e como estoque racial. Ou seja, para “reagir” ao *statu quo* e modificá-lo, tornando a sociedade de classes “aberta” também para o negro e o mulato. Nesse contexto, salientava-se com clareza o repúdio à solução alternativa segregacionista, que permitiria atingir o mesmo objetivo através de uma ordem bi-racial estanque. “Repelimos todos os patricios que, errados, queiram transportar para o Brasil o problema negro ianque de luta de ódio contra o branco. Não é êsse feitio o nosso. Repelimos a concepção norte-americana, fruto da mentalidade, no fundo anti-cristã, daquele povo. Não queremos uma segregação da vida nacional, senão uma afirmação nacional do Negro, uma integração real e leal” (31). Não seria possível ser mais claro. Equacionado o “preconceito de côr” como problema social, perseguia-se a sua solução por via social: a preparação dos

(28) — Frente Negra Brasileira. *Suas Finalidades e Obras Realizadas*, s. d., pp. 1 e 3-4 (Documento redigido em fins de 1936, de autoria do dr. Raul Joviano do Amaral).

(29) — Manifesto à Gente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos, op. cit., p. 6.

(30) — Idem, p. 3 (Trecho transcrito na íntegra, acima; conforme p. 325).

(31) — Idem, p. 8.

“negros” para assumirem, em pé de igualdade com os “brancos”, as posições a que fizessem jus na ordem social.

Os progressos na ressocialização do “negro” correspondiam ou seguiam-se, por sua vez, ao aparecimento de novas formações sociais. A proliferação de associações recreativas, culturais e beneficentes teve importância bem definida na ressocialização do “homem de côr”. Essas associações não só alargavam a área de contactos internos no “meio negro”; elas difundiam e consolidavam novos padrões de vida, que contribuíam para aumentar o auto-respeito do “negro” por si mesmo, seus laços de solidariedade e, especialmente, a insatisfação pelo fato de ver-se posto à margem no seio da sociedade inclusiva. De acordo com a seguinte informação, parece, entretanto, que raramente conseguiam preencher suas funções manifestas: “Desde 1915 vinham sendo fundadas organizações de negros que acabavam se disvirtuando e virando bailes. É fato que os fins dessas sociedades não eram de arregimentação da raça, mas sim culturais e beneficentes. Assim foram fundadas de 1918-1924 a Sociedade Beneficente 13 de Maio, o Grêmio Recreativo e Cultural, e outras. Constitui exceção, nessa época, o Grêmio Recreativo Kosmos, que realizou seu programa educativo: teve um grupo dramático, e um jornal que publicava notícias sociais e ensaios literários” (32). Algumas, no entanto, além de realizar essas funções, sintonizavam-se com o clima de ebulição social dominante. É o caso do Centro Cívico Palmares, fundado em 1927, visando fins educativos e que se converteu, desde logo, em núcleo de arregimentação do “negro” e em ativo foco de luta contra as manifestações do “preconceito de côr” (33). É preciso que se tenha em mente que tais associações não operaram, apenas, como fontes indiretas do advento dos movimentos reivindicatórios. À luz das influências do Grêmio Recreativo Kosmos e do Centro Cívico Palmares, especialmente, constatamos que elas exerceram três funções construtivas capitais. Primeiro, elas condensaram a objetivação e canalizaram a difusão de avaliações sobre a importância fundamental da educação para o negro e o mulato. A educação foi colocada como a condição número um da luta do “negro” contra a miséria, o “preconceito de côr” e a desorganização social. Foi-lhe atribuído, mesmo, um valor mais elevado que ao conflito, encarado como um recurso cuja eficácia dependia, diretamente, do êxito prévio de reeducação do “negro”. Segundo, elas atuaram, desde o início, como as primeiras formas de pressão usadas grupalmente pelo negro. Todas as agitações, feitas no turbulento período de 1927-1931, contra manifestações concretas do “preconceito

(32) — Renato Jardim Moreira, em colaboração com José Correia Leite, *Movimentos Sociais no Meio Negro*, op. cit., Ms., p. 4.

(33) — A respeito, veja-se transcrição feita acima, nas pp. 316-317.

de côr” ou pela revogação de medidas discriminativas em repartições públicas, foram provocadas e dirigidas através dessas associações. Terceiro, elas forneceram o clima moral que contrabalançava as tendências centrípetas das “elites de côr” — pouco propensas a se identificarem com os “negros humildes” ou “pobres” — e levantaram as primeiras reações contra a identificação do “negro que sobe” com os interesses ou os valores dos “brancos”. Nesse sentido, elas contribuíam para neutralizar vários efeitos das técnicas de acefalização das minorias raciais, postas em prática na sociedade inclusiva, e para aumentar o grau de lealdade dos elementos inconformistas à situação de interesses da “gente negra”.

O material exposto permite situar outra questão delicada. Trata-se do que alguns intelectuais brancos já chamaram de “preconceito do negro” e de “preconceito do negro contra o branco”. Parece óbvio que, enquanto o “negro” se visse através de contra-imagens construídas pelo “branco”, êle jamais conseguiria representar-se, autônoma-mente, como pessoa, e ter uma visão independente de seu destino na sociedade. Por isso, a consciência de que “existe o preconceito de côr” e a oposição direta ou indireta às suas manifestações possuía, em si mesma, considerável importância dinâmica para o comportamento do “negro”, tanto psicológica quanto sociologicamente. Os resultados das entrevistas e das histórias de vida, concernentes à época considerada, demonstram cabalmente duas coisas. De um lado, que os “negros” que se mantinham fiéis ao código ético tradicionalista conformavam-se com as expectativas vigentes e raramente exteriorizavam o “tormento em que viviam”. De uma forma ou de outra, sentiam “vergonha” de serem “pretos”, dissimulavam ou absorviam destrutivamente o “rancor” contra os “brancos” e quando “explodiam”, faziam-no de modo mais ou menos negativo, esporádico e violento. No íntimo, sucumbiam à fórmula segundo a qual “negro não é gente” e ao seu nefasto corolário, de que “vida de negro é assim mesmo”. De outro lado, os “negros” que se identificavam com a corrente inconformista livravam-se dessas aberrações. Passavam a agir calculadamente, em termos racionais, pesando bem as probabilidades de interferência negativa da côr e preferindo as alternativas de comportamento impessoais para neutralizá-las. A “vergonha”, o “rancor” e a “intransigência individualista” cediam lugar ao anseio desenfreado de ter êxito nos projetos de ascensão social.

Portanto, aí se localizava a fonte de influxos emocionais e irracionais incontrolláveis. O temor do estatus social “baixo” e da incapacidade em sobrepujar os “brancos” ou de anular as “barreiras da côr” é que contava em primeiro plano. No mais, predominava o ponto de vista de que “negro é gente”, tornando-se secundárias as gra-

dações da cor da pele. Em três documentos pessoais diferentes pudemos apreciar essa polarização sócio-dinâmica. Em uma história de vida, o sujeito (mulato escuro) mostrou, espontaneamente, apêgo ao lema de que “quem escapa de branco é preto”, classificando-se como “negro”. Em dois outros casos, mulatos claros (um dos quais antes seria “branco”, pelos critérios raciais brasileiros) identificaram-se, racial e moralmente, como “negros”, frizando que ~~somente~~ tem importância a situação social da pessoa. Germinava uma sorte de orgulho racial, de natureza compensatória, que serviu em seguida de bandeira aos movimentos reivindicativos. “Protestamos quando se nos repele “sòmente” por sermos Negros, que o somos hoje orgulhosamente” (34). Dêsse prisma, é possível constatar que o “preconceito do negro” podia parecer “antipático” e até “intolerável” ou “perigoso” pela sociedade inclusiva. Mas, êle constituía uma condição psico-social de-
veras importante para a formação e o desenvolvimento de atitudes de independência moral e de inconformismo social no seio da “população de cor”.

Os dois últimos pontos — a radicalização do mulato e a influência construtiva dos movimentos sociais — devem ser apenas mencionados. As observações reunidas sugerem que a participação dos mulatos na liderança dos movimentos reivindicatórios era particularmente intensa. Tratava-se de mulatos que se consideravam “negros” e definiam sua lealdade para com a “gente negra”. Exceptuando-se Vicente Ferreira e Jayme de Aguiar, os principais líderes da fase pioneira podiam ser classificados como mulatos “claros” ou “escuros”. Um dos informantes, que teve participação invulgar naquêles acontecimentos, asseverou o seguinte: “O negro é subserviente, bajulador; o mulato não, é revoltado, insubmisso. Tenho medo de explicar êsse fato pois sou praticamente analfabeto. Mas acho que ela [a explicação] pode ser dada pelo atavismo. Afinal três séculos de escravidão devem pesar. Mesmo o preto culto é humilde. Veja o Dr. S. e as idéias dêle de que os negros devem procurar líderes brancos”. No entanto, parece que o mulato teve maiores **chances** em virtude da própria experiência e do prestígio grangeado anteriormente. Muitos conheciam melhor as técnicas sociais a serem manipuladas e na verdade os demais empurravam para as suas mãos as tarefas de maior complexidade ou importância. De qualquer maneira, o fato é que a insatisfação do mulato contribuiu para radicalizar suas reações e levá-los a um engajamento definitivo ao lado da “gente negra”. Como traziam consigo uma experiência que foi muito útil para a liderança

(34) — Manifesto à Gente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos, op. cit., p. 3.

daquêles movimentos, é conveniente tomar em conta essa condição entre os requisitos que ora nos preocupam.

Por fim, à medida que os movimentos reivindicativos se afirmavam e se expandiam, êles criavam novos modelos de comportamento e de aspirações sociais. Surgiam papéis sociais especificamente ligados às atribuições dos agentes nas campanhas realizadas ou nas associações que as patrocinavam. Doutro lado, estabelecia-se uma nova rotina na vida diária, com centros de interesses próprios. As pessoas podiam cooperar e competir entre si através dessa participação. Os alvos das reivindicações impunham obrigações altruísticas e deveras penosas. Mas, dependendo da forma de atendê-las, os indivíduos podiam fortalecer sua auto-estima e granjear prestígio social no “meio negro”. Os militantes ativos acabavam ocupados em tarefas regulares e integrativas, formando um círculo altamente influenciável pela moral do “nosso grupo”. Nesse caso, as impulsões que dinamizavam suas atitudes e comportamentos ganhavam outra qualidade e intensidade. Ficavam sujeitos a contrôles externos, pessoais e diretos, que expunham suas atividades a uma supervisão constante. Êsses influxos tinham importância condicionante, já que decidiam o grau de lealdade, de perseverança e de dedicação com que cada um se devotaria aos objetivos colimados coletivamente.

Os resultados desta breve discussão sôbre os requisitos psico-sociais e sócio-culturais patenteiam que o “meio negro” reunia certas condições para reagir aos incentivos histórico-sociais descritos acima. A “população de côr” da cidade contava com elementos para sintonizar-se com os processos que abalavam a estrutura da sociedade brasileira. Podia sincronizar-se com outros grupos sociais, que se projetavam contemporâneamente na cena histórica, reclamando para si a soma de poder e de auto-determinação que deveria possuir numa sociedade aberta, competitiva e democrática. Tudo isso nos indica que o passado se encerrara. Refeitos de suas cicatrizes, os “negros” preparavam-se para disputar com os “brancos” os direitos e os deveres do cidadão.

Visto isso, podemos cuidar da segunda questão (35), situando as principais ocorrências que marcam, historicamente, as manifestações dos movimentos reivindicativos no “meio negro”. No período de 1927 a 1945 surgiram várias associações, beneficentes, culturais ou recreativas, e muitas delas fomentaram campanhas ou realizações com objetivos práticos. Em nosso levantamento, registramos a Associação José do Patrocínio, a Associação dos Negros Brasileiros, o Centro

(35) — Conforme acima, p. 307.

Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas, o Centro Cívico Palmares, o Clube Negro de Cultura Social, a Federação dos Homens de Côr, a Frente Negra Brasileira, a Frente Negra Socialista, o Grêmio Recreativo e Cultural, o Grêmio Recreativo Kosmos, a Legião Negra Brasileira, o Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura, Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara, a Sociedade Beneficente 13 de Maio e a União Negra Brasileira. Essa lista, que não é completa, deveria compreender, ainda, a veneranda Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos; e algumas iniciativas posteriores, como a Associação Cultural do Negro, a Bandeira Cultural Negra Brasileira e a Casa da Cultura Afro-Brasileira. A maioria dessas associações teve duração curta ou, mesmo, efêmera. Algumas, sucumbiram aos desígnios de dirigentes inescrupulosos e viram-se envolvidas em manipulações lamentáveis. Outras, como a Associação José do Patrocínio ou a Associação Cultural do Negro, por exemplo, conseguiram imprimir certa continuidade e espírito criador aos seus trabalhos. Algumas iniciativas importantes também deveriam ser assinaladas, nesse período recente, como a Convenção Nacional do Negro (1944), a I Convenção Paulista do Negro (1956), o Congresso Mundial da cultura Negra (1962) ou o Primeiro Encontro de Estudos sobre a Cultura Negra (1963). Para os fins da nossa pesquisa, entretanto, havia conveniência em restringir a análise à fase por assim dizer pioneira, em que se deram as primeiras manifestações organizadas das lutas do “negro” por sua integração social. Por isso, escolhemos a Frente Negra Brasileira como unidade de investigação, o que limita as explanações ao espaço de tempo compreendido entre 1931 e 1937. Essa limitação possui, contudo, a apreciável vantagem, de localizar a análise sociológica das conexões de sentido, de estrutura e de função, que serão levantadas no estudo dos fatores e das condições que explicam quer o malôgro dos movimentos reivindicativos, quer suas influências construtivas sobre o comportamento do “negro”, sua concepção do mundo e a orientação de suas aspirações sociais. Nada impede, doutro lado, que se complemente as interpretações, quando necessário, com dados referentes a constelações histórico-sociais posteriores.

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931. Ela surgiu num clima de inquietações e de ansiedade, pois desde 1927 vários grupos, tendo à frente o *Clarim da Alvorada*, vinham preparando o terreno para uma organização desse tipo. Por isso, ela foi recebida com júbilo e congregou, no início, “todos os grupos existentes no meio negro”. “A palavra frente estava muito em voga, quando Isaltino Veiga dos Santos em companhia de outros negros, entre os quais Francisco Costa Santos, reuniram-se e resolveram fazer

um trabalho de agitação e arregimentação no Meio Negro” (36). O êxito imediato foi espantoso. Em pouco tempo, contava com milhares de membros, com um poderoso núcleo dirigente em São Paulo e várias ramificações pelo interior e em outros estados. Manteve, ainda, a partir de 18 de março de 1933, um jornal próprio, *A Voz da Raça*, e pôs em prática um programa de proselitismo que jamais alcançou paralelo em outras tentativas ulteriores. Alguns elementos tornaram-se uma espécie de agitadores profissionais. “Tinham o encargo de sair pelos bairros à procura de partidários”. Em regra, eram extraídos entre desempregados, que “viviam com dificuldades, e abraçavam com entusiasmo êsse encargo”. Também encaravam com interesse as atividades correspondentes, “pois os inscritos pagam 1\$000 por mês e nem todos os cabos eram fiéis — no fim de um dia de trabalho sempre dava uns 5\$000 ou 6\$000” (37).

A sede central da Frente Negra localizava-se na rua da Liberdade, 196. Por seus estatutos, ela se reconhecia como tendo por fim promover a “união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira”. Era dirigida por um Grande Conselho, “soberano e responsável, constando de 20 membros, estabelecendo-se dentro dêle o Chefe e o Secretário, sendo outros cargos necessários preenchidos pelo Presidente”. O Grande Conselho era “ajudado em sua gestão pelo Conselho Auxiliar, formado pelos cabos distritais da Capital”. Êste órgão tornou-se o fulcro da formação da milícia frentenegrina, que tinha organização para-militar. Os seus componentes vestiam camisas brancas, estavam sujeitos a rígida disciplina, recebiam treinamento militar e foram chefiados pelo Dr. Raul Joviano do Amaral, que ocupava o posto de capitão (os demais postos, de Grande Conselho e ao Presidente da F.N.B.) (38).

(36) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, op. cit., p. 16 (a citação anterior também foi extraída desta fonte e da mesma página). Pelo que consta na tradição oral, o sr. Francisco Costa Santos foi o principal idealizador da Frente Negra Brasileira; a respeito de sua personalidade, veja-se *A Voz da Raça*, São Paulo, 18-III-1933 Ano I — N.º 1).

(37) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, op. cit., trechos extraídos das pp. 13 e 14 (a unidade monetária era o mil réis).

(38) — Transcrições extraídas dos Estatutos da Frente Negra Brasileira, aprovados em 12 de Outubro de 1931, em reunião realizada no salão das Classes Laboriosas, a que compareceram mais de mil aderentes. Vejam-se *A Voz da Raça*, São Paulo, 15 de Abril de 1933 (Ano I — N.º 5). A Frente Negra Brasileira possuía um hino próprio, com letra do Dr. Arlindo Veiga dos Santos e música do professor Alfredo Pires; intitulava-se *Hino da Gente Negra Brasileira*:

“Salve! Salve! hora gloriosa,
Em que aponta, no país,
Esta aurora luminosa
Que fará a Pátria feliz

Talvez movidos pelo êxito alcançado, talvez porque pensassem que assim serviriam melhor aos móveis da organização, seus mentôres transformaram-na, em 1936, em partido político. “A Frente Negra acabou por se registrar como partido político. O pedido de registro provocou, no Tribunal, discussões sobre sua constitucionalidade, mas acabou sendo aceito. Os negros não tiveram grande interesse pelo fato, mas os mais ligados aos movimentos de negros ficaram espantados. O golpe de 37 encontrou a Frente Negra registrada como partido político e o governo fechou-a. Transformou-se imediatamente em União Negra Brasileira, sob a presidência do Dr. Raul Joviano do Amaral, que se esforçou para continuar a obra até maio de 1938, quando dos festejos do cincoentenário da Abolição” (39).

O contexto psico-social descrito acima continha impulsões que pressupunham, estrutural e dinamicamente, certas orientações ideológicas. O repúdio ao padrão tradicionalista e assimétrico de dominação racial e as aspirações de integração social rápida, em escala coletiva, convertiam a Frente Negra, inapelavelmente, num movimento reivindicatório de tipo assimilacionista. No fundo, portanto, ela

Côro

Gente Negra, Gente forte,
Ergue a frente varonil,
Es a impávida coôrte
— Honra e glória do Brasil.

Os herdeiros dos lauréis
Do trabalho, a ciência, a guerra,
Surgem, nobres e fiéis,
Pelo amor da Pátria Terra.

São do sangue escravo herdeiros,
De Tupís e de Africanos,
Que, confiantes Brasileiros,
Bradam soberbos e ufanos.

Cesse a voz dos preconceitos!
Caia a bastilha feroz,
Que o valor dos nossos feitos
Ruge altivo dentro em nós!

Nossa côr é o estandarte
Que entusiasmo Norte e Sul;
Une a todos para o marte
Sob o Cruzeiro do Azul.

Ouve: — os clarins dos PALMARES
Vêm falar da Pátria nova!
Ressoa o clangor nos ares
Chamando os bravos à prova!

Seja o toque da alvorada
Que diga a todos: “Reunir”
E a Nação, alvoroçada
Corra à voz de ressurgir”.

(Transcrito de A Voz da Raça, São Paulo, 29-IV-1933, Ano I — N.º 7).
(39) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, op. cit., p. 27.

atuou como um mecanismo de reação societária do “meio negro”. Visava consolidar e difundir uma consciência própria e autônoma da situação racial brasileira; desenvolver na “população de côr” tendências que a organizassem como uma “minoridade racial integrada”; e desencadear comportamentos que acelerassem a integração do negro à sociedade de classes. Para atingir este fim, ela operava em três níveis distintos: no solapamento da dominação racial tradicionalista, através do combate aberto às manifestações do “preconceito de côr” e da desmoralização dos valores ou das técnicas sociais em que ele se assentava; na reeducação do “negro”, incentivando-o a concorrer com o “branco”, em todas as esferas da vida, e emulando-o, psicologicamente, para enfrentar a “barreira da côr”; na criação de formas de arregimentação que expandissem e fortalecessem a cooperação e a solidariedade no seio da “população de côr”. Subsidiariamente, fazia um esforço consciente no sentido de estimular a imagem histórica que o “negro” construira de si próprio, levando-o a compreender o papel que a “raça negra” tivera como “o fator mais preponderante na estabilidade da vida nacional durante quase quatrocentos anos” (40); e pretendia estender suas influências socializadoras também à reeducação dos “brancos”, pois se sabia que era necessário implantar nova mentalidade no tocante à representação dos direitos dos “negros” e à significação do convívio igualitário para o equilíbrio ou o progresso da ordem social nacional. No entanto, a ênfase especificamente política incidia em interesses sociais imediatos e fundamentais, como testemunha a seguinte transcrição, feita sob a epígrafe “as nossas necessidades e reivindicações”: “Essa associação (que a F.N.B. pretende vir a ser) deve cuidar do problema negro total, tratando do ensino e assistência em geral (assistência esta que deve hoje buscar especialmente os anciãos e anciãs ex-escravos e os inválidos ou desválidos negros veteranos das campanhas imperiais e das sedições republicanas); da União dos Negros em grupos profissionais homogêneos, os únicos possíveis no cosmopolitismo horrível de São Paulo, grupos esses que impeçam a situação de miséria e exploração onímoda em que vive perpetuamente o operário negro, aqui rejeitado, ali maltratado, acolá diminuído, trabalhando mais e ganhando menos, além de mal pago ou não pago; tirá-lo das garras exploradoras dos senhorios, quase sempre estrangeiros, usurários e estúpidos, donos dos buracos ou porões com nome de casas, em que por aí se vive sem luz e sem higiene; erguer toda a infinidade de patrícios dessas baiucas e fechanuncas miseráveis onde, se há outros sofrendo e perdendo-se, é o

(40) — Citação extraída do folheto *Frente Negra Brasileira. Suas Finalidades e Obras Realizadas*, op. cit., p. 2. Seria inútil estender as citações a respeito, embora exista farto material disponível.

negro o mais infeliz e desválido; dar hábitos de economia e cuidar de aplicar-lhes os frutos em propriedades imóveis reduzidas a “bens de família” impenhoráveis, segundo estatue o Código Civil Brasileiro, no art. 70; providenciar pelo aproveitamento das vocações artísticas ou técnicas de que foram sistematicamente excluídos os valores Negros pela política estrangeirista ou semi-estrangeirista que marcou o ominoso domínio do P.R.P.” (41). Desde sua fundação, previa-se a possibilidade de convertê-la num mecanismo de influência política, a ser manipulado autônomo pelo “negro”. É o que se infere, pelo menos, do artigo 4.º de seus estatutos: “Como força política organizada, a **FRENTE NEGRA BRASILEIRA**, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro”.

Dentro em pouco, os objetivos foram formalizados com muita clareza; é o que se observa com o programa em que se sistematiza, em 1936, as “finalidades e obras realizadas” pela Frente Negra. Nêle, especifica-se como suas “finalidades congregar, educar e orientar” (42). Eis como êsses objetivos são fundamentados e enunciados no referido programa: “Congregação — A própria natureza do cativo matou no homem negro as tendências naturais e individuais ao agrupamento, e dentro da senzala o escôpo do senhor e seus prepostos era evitar essa união por meio de delações e incompatibilidades pessoais.

Essas deformações associativas, agravadas pelas regiões originárias dos escravos, ainda num estado pouco desenvolvido de civilização europeizante, contribuíam para a formação de várias correntes dentro da raça e existência de certa incompreensão do problema geral da gente negra.

Libertado repentinamente, sem um conhecimento objetivo da vida, o negro nem teve tempo de conseguir um elemento intelectual que o pusesse a par da realidade, uma vez que a sua subsistência, bem como a de sua família, que já ia existindo de fato e de direito, exigia ou lhe tomava todo o tempo para a labuta física, cujos frutos deveriam ser imediatos.

Com o decorrer dos tempos essa desagregação mais se arraigou no ânimo do negro, envenenado pelas maquinações diabólicas de interesseiros em tal estado caótico, e chegamos aos tempos modernos que exigem de tôdas as correntes, raciais, econômicas ou filosóficas.

(41) — Manifesto à Gente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos, op. cit., p. 6.

(42) — Frente Negra Brasileira. Suas Finalidades e Obras Realizadas, op. cit., p. 2, (note-se: êste documento foi redigido pelo Dr. Raul Joviano do Amaral).

uma completa harmonia de ação para a defesa de interesses vitais da existência.

Assim, a Frente Negra está congregando todos os homens da raça, qualquer que seja a sua condição e tem desfeito essa visão errônea do panorama da vida, que dominava as várias correntes então existentes”. “Educar — O Brasil, de si, já é, na expressão dolorosa mas justa da estatística, um país de analfabetos. E dentre estes, infelizmente, o negro ocupa grande percentagem. Certamente que não lhe cabe culpa dessa situação. A geração que gemia na senzala, embriagada com a irônica liberdade com que lhe acenavam, atirou-se ao gôzo das prerrogativas de sua libertação, sem capacidade para compreender a dura realidade da vida. Deram-lhe a liberdade moral e intelectual.

Sem capacidade para pensar e agir, como poderia o negro transmitir aos seus filhos uma orientação mais firme e produtiva, numa seqüência progressiva?

Eis aí um problema complicado e quase insolúvel que a nova geração veio encontrar, entervando a vida. Procurou-se resolvê-lo sob o prisma individual, mas, evidentemente, o resultado não podia ser positivo, por isso que a situação econômica do negro, considerada no seu aspecto geral, é má.

Individualmente, a solução do problema se tornava morosa e deveria, fatalmente, dar-se um congestionamento da questão.

Devemos ainda considerar que todo o negro, à proporção que se ia alfabetizando, minado por terrível insinuação preconceituosa, ia se afastando dos outros negros. E tão forte é esse aspecto, que chegou aos nossos dias.

O escôpo de nossa organização é cuidar da educação coletiva, quer entre adultos, em vários graus e aspectos, como, e principalmente, entre as crianças, desde o curso primário até as noções necessárias ao alto padrão de conhecimentos para as lutas quotidianas do trabalho”. “Orientar — Embora o negro se ressinta de melhores noções de instrução e educação, vem êle, individualmente, sentindo a necessidade de se orientar por um prisma mais real e objetivo da vida. que lhe possa trazer melhores dias.

É uma afirmação leviana, se não maldosa, dizer-se que no Brasil não há preconceito de côr. Já o inscrevemos em nossos estatutos: “O preconceito de côr no Brasil só nós, os negros, poderemos sentir”.

Porque a luta que se move ao negro é traiçoeira e disfarçada; não é feita como, especificadamente, nos Estados Unidos, onde a mentalidade material impôs: “O homem vale por aquilo que êle seja

capaz de fazer”. Não é a luta aberta dos valores. Ao contrário, prometem-lhe muito, mas nada lhe dão.

E a mentalidade reinante é a de fazer do negro, sempre, um elemento servil, negando-lhe todos os direitos que, irônicamente, a lei lhe concede.

Emotivo por excelência, confiado apenas nos impulsos do seu generoso coração, o negro vem para as lutas da vida de alma aberta, sem perceber que aquêle que o abraça agora é o mesmo que, ali adiante, irá intrigá-lo para que não lhe dêem lugares de destaque que as suas capacidades técnicas, morais e intelectuais exigem.

Vem sofrendo o negro essa maldosa infiltração e maquiavélica insinuação; e onde quer que êle esteja, apenas o vêem como negro e sob indisfarçável ponta de ironia, como se a côr da epiderme pudesse influir na capacidade intelectual!

Enquanto isso, o negro, que gemeu quatro séculos sob duro e intenso cativo, que formou, sozinho, as riquezas pública e particular do Brasil; que desbravou os nossos sertões formando as tropas das vanguardas das “bandeiras”; que cultivou o solo, plantando êsses oceanos verdes de cafezais; que palmilhou os nossos rios em busca do ouro e das esmeraldas para os seus senhores; e que, um dia, partiu de armas aos ombros para a defesa de uma terra em que o tinham escravo; que, enfim, por intermédio da “Mãe Preta”, amamentou os filhos dos senhores, em prejuízo da alimentação do próprio filho, o negro continua por aí, atirado à margem da vida, arredado do lugar que lhe pertence e que, por ironia da sorte, dão a outros, até a forasteiros do pior quilate, alijados de tôda parte da terra, como indesejáveis!

Eis porque, também o nosso escôpo é orientar. Orientar para reconquistar um lugar que é seu, mas não lhe deram. Orientar para que, como outros elementos raciais, êle possa ter uma vida mais produtiva e compensada, mais ritmada com os benefícios que o trabalho produz. Orientar para que êle possa gozar da mais ampla regalia que a lei lhe concede” (43). Cristalizara-se, em pouco tempo, tôda uma filosofia da ação, que concentrava as reivindicações em tôrno de objetivos simples, claros mas essenciais. Bem examinados, êles indicam que se queria, na verdade, uma única coisa. Substituir os critérios tradicionalistas de absorção individual, lenta e descontínua do “negro”, por critérios alternativos, congruentes com a ordem social da sociedade aberta, competitiva e democrática. Em suma,

(43) — Idem, pp. 24 (relembramos que êsse documento é da lavra do Dr. Raul Joviano do Amaral). Alguns trechos da transcrição feita acima já foram citadas em outras partes dêste trabalho. Não obstante, dada a importância do texto, pareceu-nos melhor reproduzi-lo na íntegra.

por critérios que promovessem a assimilação e a ascensão do “negro” em escala grupal, de modo rápido e ininterrupto.

É preciso notar que se estabeleceu notável congruência entre a formalização desses objetivos e as maneiras de colocá-los em prática. Malgrado as limitações insuperáveis, nascidas da pobreza da “população de côr” e das dificuldades de coletar fundos, a Frente Negra Brasileira empenhou-se arduamente na consecução de seus fins. Por isso, ela correspondeu, de fato, às principais expectativas que “estavam no ar” e contribuiu poderosamente para criar o clima moral que iria produzir o surgimento do “nôvo negro”. Sob êsses aspectos, ela foi antes a expressão de tendências profundas, que se agitavam no “meio negro” e exigiam transformações substanciais, a longo têrmo, do comportamento, da personalidade e do estilo de vida da “gente negra”. Em outras palavras, serviu como ponto de referência das primeiras formas de objetivação social daquelas tendências, num momento em que o “negro” ainda não podia equacioná-las de modo mais ordenado, sereno e consentâneo com as possibilidades da situação de contacto. O fato é que a Frente Negra Brasileira pôs a “população de côr” de São Paulo diante das alternativas de comportamento e de opções coletivas representadas por aquelas tendências, abrindo novas sendas à influência ideológica dos movimentos reivindicatórios e provocando avanços que não se fariam a não ser sob a pressão emocional ou moral da própria ação reivindicatória.

Uma breve sondagem pode comprovar essas interpretações. No período de 1927 a 1931 fizera-se muita coisa. A agitação larval transformara-se, rapidamente, em inquietação social e esta traduziu-se, de diversos modos, em atuação inconformista ordenada. Atrás de idéias-chaves, que condensavam os objetivos reais e de alcance dinâmico (como a de “recuperação do negro”, de “união da raça” e de “aproximação com o branco em bases de igualdade completa”), procedia-se ao solapamento da dominação racial tradicionalista, através do combate a manifestações concretas do “preconceito de côr” e da congregação do “negro” na realização de atividades próprias (como o culto à “Mãe Negra”, a criação de associações culturais e da imprensa negra, etc.). Com a fundação da Frente Negra Brasileira as atividades dessa natureza ganharam outro alento. Não só podiam ser disciplinadas e intensificadas; como, pelo poder resultante da solidariedade da massa, podiam ser diversificadas e estendidas revolucionariamente. Tais atividades encontravam uma fonte de organização, altamente empenhada em dar-lhes continuidade e eficácia. Como que se inseriam na rotina da acomodação do “negro” ao mundo construído pelo “branco”. Em conseqüência, ela teria de coordenar

as diferentes motivações ideológicas existentes no “meio negro”, condensá-las em fórmulas práticas e, ao mesmo tempo, conduzi-las ao terreno da efetivação ou da concretização. O que importa salientar é que se montou uma estratégia por assim dizer brusca, direta e tosca, que o grosso da massa pôdia entender e acompanhar. Não se pôs de lado os “grandes objetivos”, cuja realização dependia da alteração da estrutura da sociedade inclusiva. Eles continuaram a ser explorados, pelo menos no nível da verbalização e da idealização. O propósito de fazer do “negro” o “bom cidadão”, o “honesto homem”, a personalidade respeitável e válida no mundo burguês jamais deixou de ser perseguido. O mesmo se podia dizer de outros ideais mais ou menos complexos. A sua atualização constante mantinha acesa a ira sagrada e revitalizava o clamor pela justiça social, que o “negro” exigia e esperava. Portanto, as fórmulas pertinentes ao “alevantamento econômico, social e moral do negro” não eram negligenciadas. Ao contrário, alimentavam-nas com discursos apaixonados e com escritos virulentos, cujo alvo era um só: insuflar no “negro” a consciência dos objetivos dos movimentos reivindicatórios e desenvolver seu apêgo emocional ou racional às idéias-chaves que lhes davam consistência ideológica. Mas, tudo isso se fazia para forjar um mínimo de uniformidade e de consenso quanto aos objetivos conscientes dos movimentos reivindicatórios. Compreendia-se que a duração desses movimentos e seus resultados últimos dependiam, extensa e profundamente, dessa condição, que impunha a clarificação do horizonte intelectual da massa e sua homogeneização, através do debate e do esclarecimento das questões básicas (em que medida a justiça social reclamada implicava em aceitar a ordem social existente, mas repudiando-se os ajustamento raciais ao velho estilo; o que significava reeducar o “negro” para agir como “pessoa”, com tãda autonomia e em pleno gôzo de seus direitos e deveres de “cidadão”; em que medida a democratização das relações e acomodações raciais constituia um imperativo do nôvo regime jurídico-político e precisava ser instigada pelo próprio “negro”; o que vinha a ser “solidariedade com o branco” em uma ordem racialmente igualitária e democrática; etc.). Contudo, fugia-se deliberadamente a qualquer “academismo” ou “intelectualismo”. Não se pretendia que o “negro” primeiro compreendesse êsses objetivos centrais e depois agisse. Mas, ao inverso, fomentava-se a ação como etapa inicial, deixando que, ao longo dela ou depois dela, os aderentes entendessem, como pudessem, o verdadeiro sentido daquêles objetivos centrais. Daí o fato capital: o ativismo constituia o nexô efetivo entre a liderança e a massa, bem como entre a propaganda, a formação de uma ideologia comum e a transformação dos líderes ou dos aderentes.

Isso demonstra que a Frente Negra Brasileira operou, realisticamente, dentro de uma faixa estreita. Êsse foi o preço de uma atuação eficaz, o qual não impedia a esperança de uma alteração radical da estratégia seguida, quando o próprio “negro” tivesse **chances** de pôr em prática comportamentos políticos de maior envergadura. No interregno, a “ação” convergia para fins imediatistas e praticáveis coletivamente. Cinco pontos merecem, aqui, consideração especial. Primeiro, inspirando-se nas diretrizes anteriores, vindas principalmente do grupo do **Clarim da Alvorada**, insistia na absorção dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e dos grupos sociais existentes na sociedade inclusiva. Mas, orientando as exigências numa direção puramente imediatista: seja na doutrinação das pessoas sobre as vantagens de manter vida familiar organizada, de prestar amparo aos filhos e à mulher etc.; seja estimulando a ambição pelo emprêgo estável, a aquisição de terrenos, a construção da casa própria, etc.. No fundo, nesse campo as investidas eram diretas. A crítica à situação presente passava para plano secundário e subsidiário. O que tinha importância real consistia na impulsão para absorver os padrões de vida dos “brancos” e, através dêles, redefinir a posição do “negro” na estrutura social e as imagens negativas, que circulavam a seu respeito.

Segundo, a Frente Negra Brasileira empenhava-se, tenazmente, em modificar o padrão de acomodação e de reação societária do “negro”. De um lado, fomentava o repúdio ostensivo e até irritado às expectativas de capitulação passiva. De outro, incentivava comportamentos conscientemente “exigentes”: ter ou obter “consideração condigna”; e fazer as coisas com “o máximo de perfeição”. Se a patroa agisse “com desconsideração”, as empregadas eram preparadas para “repelir os insultos”. Daí resultavam fricções e conflitos, que não ocorriam, pelo menos na mesma escala, anteriormente. As empregadas diziam: “Agora nois já tem quem nos defende. Nois tem a Frente Negra, quem cuide dos nosso interêsse”..., etc.. O resultado é que muitas patroas passavam a evitar as “negras fretenegrinas”. Em compensação, outras lhes davam preferência, pois “sabiam que podiam confiar nelas, que eram gente direita”. Coisas análogas sucediam em outros níveis ocupacionais e em outras esferas da vida. Não se preparava o “negro” para aguardar, pacientemente, que soasse a Segunda Abolição. Porém, para realizá-la com as próprias mãos, se preciso por métodos violentos.

Terceiro, a Frente Negra Brasileira aderiu a uma política decidida em face das manifestações e das conseqüências do “preconceito de côr”. Sempre prevaleceu certa ambivalência, no “meio negro”. quanto a essa matéria. Quanto mais identificado com a situação de

interesses e com os valores da “raça dominante”, mais o “preto” ou o “mulato” sentiam-se confusos e propensos a admitir que “no Brasil não existe esse problema”. A doutrinação da Frente Negra combatia essas reações ambíguas, desmascarando-as através da explicitação dos interesses, das concessões ou das confusões que ficavam por trás delas. E, principalmente, inculcava um ânimo beligerante em seus seguidores, levantando-os contra os “brancos” que tivessem “preconceito de côr” e animando-os a lutar com bravura pela correção das “injustiças” recebidas. “No tempo em que nós militávamos na Frente Negra Brasileira sempre vieram estas questões à tona. Quando da nossa peregrinação pelo interior, por motivos de serviço, encontrávamos casos assim de preconceito. Formado o grupo na cidade [o núcleo da F.N.B.], a ordem era quebrar os tabus. Em várias cidades havia este costume. Os negros perambulavam pelo jardim [enquanto os brancos faziam o “footing”]. Então um dizia: estão no jardim. E quando nós fazíamos isso, quebrava-se e acabava-se [aquêlê costume]” “Houve (...) uma coqueluche de patinação. Os negros graças à flexibilidade do corpo, talvez porque são mesmo do samba, tornaram-se logo os maiores patinadores. Então começou a prevenção. Os negros não podiam entrar no ringue. Nunca permitiram que o negro entrasse. A Frente Negra deu o alarme. Comunicou aos jornais. Não tomaram providências. Ordem da Frente Negra. Vão, patinem com cuidado; entrem com respeito. Não estraguem nada e patinem. Os negros foram e ninguém quebrou nada” (...) “E” aquêlê mesmo fato de sempre. Onde a Frente Negra entra, acaba com isso. Até parece que os brancos acharam bom. Porque afinal não havia razão. Há também alguns casos diferentes, em que os negros é que pensam que não podem entrar, que o lugar dêles é fora. Se quisessem entrar entrem, entrarão também...” (44). Punha-se, pois, em primeiro plano o esforço de compelir o “negro” “a ter coragem”, tanto de “viver entre os brancos”, quanto a enfrentá-los com decisão.

Quarto, a Frente Negra Brasileira também procurava preparar o “negro”, subjetiva e materialmente, para suportar as tensões e os conflitos que por ventura resultassem dos ajustamentos recomendados. Os dados expostos evidenciam bem a natureza da orientação adotada. O Dr. Arlindo Veiga dos Santos explicou-nos que a situação existente era consequência da falta de preparo no “negro” para integrar-se na coletividade. Por isso, “a estratégia da Frente Negra era reunir os negros para prepará-los, para quebrar o seu medo e a sua covardia diante do branco, para dar-lhe coragem e ousadia na competição econômica ou na defesa de seus direitos”. Contudo, não aceitavam concessões compensadas pela exclusão. Semelhante alternativa in-

(44) — Depoimento feito em público, pelo Dr. Arlindo Veiga dos Santos.

troduziria no Brasil uma segregação sistemática, ardorosamente combatida pela Frente Negra. O mesmo informante relatou uma experiência concreta. Enquanto presidente da Frente Negra, fôra procurado por um padre amigo, que pretendia seu apôio para fundar um círculo mariano “só para pretos”. Recebeu a seguinte resposta: “Não conte com a Frente Negra para isso! A nossa palavra de ordem é para que os negros tomem, em tôda parte, uma posição. Isso seria separar. E nós separamos para unir. Os pretinhos têm que ficar é nas irmandades comuns, junto com os brancos. Aí que é o lugar dêles!” Os exemplos sublinham que se apelava para o conflito como recurso para atingir um nível de acomodação que permitisse alcançar igualdade econômica, social e política diante do “branco”.

Quinto, prevalecia um claro entendimento do que o “negro”, por si mesmo, jamais alteraria o modo de ser e a natureza do “branco”. Por conseguinte, a Frente Negra Brasileira propunha-se a reeducação do “branco” só numa esfera limitada: de suas disposições de acomodação em face do “negro”. A longo têrmo, aguardava que novas formas de convivência contribuissem para alargar os espíritos, evidenciando a irracionalidade do “preconceito de côr”. Porém, nunca tomou uma posição dogmática e utópica diante dêsse dilema social. Assim, limitava-se a disseminar a consciência de que êle “existia” e “empareitava” o “negro” na sociedade; e a propagar mecanismos societários de reação ativa contra suas manifestações e conseqüências funestas à “gente negra”. Nunca se impôs a aspiração de extirpá-lo para sempre. Êsse é um ponto deveras importante. Agindo dessa forma, não só circunscrevia as tensões e os conflitos com os “brancos” a situações concretas. Como não podia ser acusada de preparar algo parecido com uma sedição da “raça negra”. As técnicas de manipulação da violência que propagava achavam justificação moral nos fatos mesmos que combatiam. A sociedade inclusiva tinha de tolerá-las e de admitir que o “negro” buscava, por meio delas, defender direitos legítimos. Doutro lado, êsse procedimento concedia pequena vantagem estratégica ao “negro”. As tensões e os conflitos que fôssem provocados por causa de casos concretos de “preconceito de côr” podiam ser resolvidos independentemente de qualquer alteração mais profunda da personalidade do “branco” ou da ordem social. Bastava que se atendessem as reivindicações, dispensando tratamento “condigno” e “respeitável” ao indivíduo ou concedendo-lhe certa garantia a que tivesse direito socialmente, para deixarem de existir motivos para as dissensões. Como não queriam modificar a ordem social, também não viam porque se interessar pela transformação do “branco” além dos limites envolvidos pela aceitação igualitária. A julgar pelos depoimentos coligidos, até encaravam essa questão como secun-

dária. O que vinha em primeiro lugar era a correção da “injustiça social” de que o “negro” se erigia em “vítima” e a conquista de uma situação sócio-econômica que regulasse sua integração normal à ordem social existente. No mais, muitos pensavam que o “preconceito de côr” constituía “uma miséria humana” e não estavam certos de que êle desaparecesse com a conquista da igualdade econômica, social e política perante os “brancos”. Os mais sensíveis atormentavam-se com isso. A maioria importava-se, apenas, com os problemas práticos relacionados com o “levantamento econômico, social e cultural da gente negra”, no que era literalmente correspondida pela Frente Negra Brasileira. Esta não só teve sensibilidade para apanhar essa complexa disposição psico-social. Colocou-a em prática onde e como pôde, nas diferentes tentativas de oposição organizada às manifestações do “preconceito de côr”.

Êsses dados sugerem, claramente, quão amplas e construtivas foram as funções da Frente Negra Brasileira na conformação de uma ideologia e na organização ou na orientação do “protesto coletivo” do negro e do mulato. Ela precipitou atitudes e comportamentos que, de outro modo, não eclodiriam na cena histórica. Contribuiu especificamente para modificar o padrão de reação do “negro” aos mecanismos existentes de ordenação social das relações raciais. Por fim, construiu uma estratégia direta de combate confinado ao “preconceito de côr”, que permitia lançar mão da violência disciplinada sem maiores riscos, convertendo o conflito em arma criadora, como instrumento da integração social.

Isso não significa que a Frente Negra Brasileira fôsse uma organização “perfeita”. Ela pagou um preço caro à inexperiência política e a outras influências adversas, do “meio negro” ou da sociedade inclusiva. “Perseguida por uns, que não conheciam as suas altas, salutares e benéficas finalidades, combatida por outros que a observavam com olhos mal disfarçados do despeito e da ira, e, finalmente, guerreada pelos que propagavam o preconceito desumano e mesquinho, a Frente Negra Brasileira prosseguiu impávida no seu trabalho de arregimentação, desfraldando aos quatro ventos a sua bandeira racial e de brasilidade, trombeteando o seu clarim de reunir, cujo eco ressoou pelos mais inóspitos rincões do País” (45). Na verdade, os fatores aí apontados, somados a deficiências de organização interna e o advento do Estado Novo, deitaram-na por terra, para jamais se reerguer. Não nos interessa examinar todos os aspectos dêsse tris-

(45) — Frente Negra Brasileira. *Suas Finalidades e Obras Realizadas*, op. cit., p. 2.

te desfêcho. Contudo, precisamos enumerar pelo menos alguns pontos essenciais, para que se entenda o quão difícil é, para o “negro”, responder ao drama em que vive através de movimentos coletivos de protesto, de reivindicação e de luta.

As primeiras divergências surgiram em função das técnicas autoritárias de organização do poder, adotadas pelos primeiros líderes principais da Frente Negra Brasileira. “Ao se fundar a Frente Negra, em meados de 31, São Paulo via o entusiasmo com que a colônia italiana abraçava as novas idéias políticas surgidas na Itália com o advento do facismo. As reuniões em organizações dessa colônia eram presididas por pessoas de camisa negra, fazendo-se, aí, a saudação facista; nos círculos de trabalhadores já se falava muito em Dopolavoro. Os alemães, de seu lado, entusiasmavam-se com a subita de Hitler ao poder. Apareciam, aqui, os primeiros pruridos da ação integralista, semelhante em muitos pontos ao movimento patrianovista, dirigido pelo Dr. Arlindo Veiga dos Santos”. “Por êste motivo, a escolha do Dr. Arlindo Veiga dos Santos para a presidência da Frente Negra foi aceita com restrições por vários negros, inclusive pelo grupo que se formara em tórno do **Clarim da Alvorada**. Logo na elaboração dos estatutos, os quais deram à organização um caráter nitidamente facista, surgiram as primeiras divergências, afastando-se nesse ocasião alguns elementos (entre os quais Alberto Orlando). A identificação da orientação da Frente com os ideais direitistas fica bem evidenciada através do fato — ocorrido mais tarde, quando da realização do Primeiro Congresso da Ação Integralista — de haver o Dr. Arlindo Veiga dos Santos feito um discurso no qual hipotecava a solidariedade da Frente e seus 200.000 negros. O grupo do **Clarim**, percebendo desde já a intenção dos irmãos Veiga dos Santos de fazer dos demais elementos simples caudatários de seus ideais, assumiu uma atitude vigilante e independente em relação aos acontecimentos. Apareceram nesse momento os primeiros sintomas de divergência logo depois manifestada entre a direção da Frente Negra e o grupo do **Clarim**” (46). O próprio êxito inicial deixou a direção desorientada e compeliu-a a apegar-se às técnicas autoritárias de arregimentação. O grupo dirigente tornou-se impermeável à comunicação com os demais, aparecendo novas fricções desalentadoras. “Na primeira reunião da Frente Negra, realizada nos salões das Classes Laboriosas, que ficaram totalmente lotados, o grupo do **Clarim** teve o primeiro choque com a direção da Frente. Um dos componentes do referido grupo apresentou, do meio da assistência, uma sugestão

(46) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, *Movimentos Sociais no Meio Negro*, op. cit., Ms. pp. 16-17-18.

concernente a algumas das diretrizes que deveriam nortear a luta em prol da causa específica do alevantamento social, econômico e cultural dos negros. O Dr. Arlindo Veiga dos Santos, na presidência dos trabalhos, não aceitou a sugestão” (47). Esses entendimentos suscitarão a formação de facções e, mais tarde, o abandono da Frente Negra Brasileira pelo grupo do **Clarim da Alvorada**. Iniciam-se, então, conflitos intestinos no “meio negro”. “Uma vez definidas as posições opostas, da Frente Negra e do grupo do **Clarim**, começou uma luta surda entre eles. Na Frente dizia-se que o grupo do **Clarim**, e outros considerados inimigos, eram os Judas da Raça. Acusava-se o grupo do **Clarim** de ser sem ação, de nunca ter feito nada pelos negros, de só saber falar e criticar. [Diziam] “os nosso seguidores não precisam de intelectuais; precisamos de mais ação e menos palavras”. Por seu lado, o grupo do **Clarim** continuava a fazer críticas, pelo jornal, à orientação, seguida pela direção da Frente” (48). Os ânimos chegaram a exaltar-se de tal maneira, que se chegou a depredar o interior da casa onde funcionava aquele jornal. “Depois dêste fato chocante, houve um momento de confusão e de comentários desencontrados, a seu respeito, no meio negro. Notava-se um gesto de reprovação, e ouvia-se alguns protestos velados, através de expressões como estas: “Heroísmo de Caim”; “Será o inimigo do negro, o próprio negro?”; e, pilheriando, alguém dizia: “Não vou na Frente, fico atrás” (49). Finalmente, depois da revolução de 32, quando a Frente Negra Brasileira já era dirigida por outra equipe, na qual se distinguiram Justiniano Costa, Francisco Lucrécio e Raul Joviano do Amaral, surgiu a idéia de registrá-la como partido político. A idéia vingou, mas o resultado final foi melancólico. Com o advento do Estado Novo, em 1937, ela teve as suas atividades encerradas. Sob o nome de União Negra Brasileira, o Dr. Raul Joviano do Amaral tentou resguardá-la e dar-lhe continuidade (50). Contudo, os esforços foram baldados. Nunca mais se conseguiu suscitar no “meio negro” paulistano uma organização de tais proporções.

Evocamos alguns acontecimentos penosos, apenas os essenciais, para projetar alguma luz sobre a natureza das dificuldades que entravaram, internamente, a evolução normal da Frente Negra Brasileira. Três são os temas gerais, que precisamos situar, tendo em vis-

(47) — Idem, p. 18. Note-se que o informante apenas relatou fatos ocorridos, não usando a oportunidade para um desfôrço pessoal. Neste documento, aliás, descreve o Dr. Arlindo Veiga dos Santos como “um moço equilibrado, de um caráter inatacável”, que se distinguia por “suas idéias de um nacionalismo extremado” (idem, p. 19).

(48) — Idem, p. 20.

(49) — Idem, p. 21.

(50) — Idem, p. 27; ver transcrição acima, p. 341.

ta os dados expostos. Primeiro, o aparecimento de divergências insuperáveis sobre questões essenciais. As divergências são atribuíveis, aparentemente, à labilidade da situação do negro e do mulato na sociedade inclusiva. A variedade de interesses, de concepções e de experiências, nascida das diversas formas possíveis de acomodação racial, tornava impraticável a objetivação de “uma” política racial aceitável por todos. Doutro lado, o “meio negro” não dispunha de mecanismos próprios de compulsão e de controle. Em consequência, as divergências eclodiram e propagaram-se até o ponto de arruina-rem os melhores projetos e as tentativas mais ousadas de “união da raça”. Segundo, o processo de seleção dos líderes ocasionou desajustamentos graves. Os líderes não saíram do peneiramento espontâneo e prolongado no seio da massa de militantes. Foram recrutados entre os “notáveis”, ou seja, entre pessoas que possuíam renome e prestígio suficientes para atrair seguidores. Como êsse mecanismo não encontrava compensação no grau de politização e na capacidade de auto-defesa ou de pressão moral da massa, o resultado foi que os líderes exerceram as funções de liderança com autonomia elástica, chegando a empalmar, inclusive, uma soma de autoridade potencialmente perigosa para o equilíbrio de sua atuação e de suas relações com a massa ou com as organizações. Terceiro, o processo de formação das facções apresenta anomalias notórias. Mesmo na ausência de mecanismos exteriores de conciliação das divergências, a devoção a uma “causa sagrada” ou a simples consciência de interesses comuns muito fortes deveriam impedir que o fraccionamento evoluisse até uma luta suicida. As pessoas e os grupos envolvidos naquelas pugnas são conhecidos por sua dedicação exemplar à “causa” do negro e do mulato. Então, porque as coisas foram tão longe? Parece que à inexperiência política somou-se uma condição fortuita mas crucial: pela primeira vez concretizava-se, no “meio negro”, a possibilidade de competir-se por prestígio e por poder na arena política. A partir de certo momento as divergências traduziam interesses e motivações que eram tão fortes (ou mais fortes ainda), para as pessoas e grupos nelas empenhados, que a “causa comum”.

Levando-se em conta os ensinamentos que resultam dessas três constelações de fatores, é fácil concluir-se que a Frente Negra Brasileira já nascera condenada ao malôgro. Ela deu uma prova magnífica da capacidade organizatória e de pugna viril do negro e do mulato. Todavia, também patenteou, ao mesmo tempo, que ainda era cedo para ir-se muito longe na marcha contra a corrente. Ficou em nossos fastos políticos como uma espécie de marco histórico da primeira demonstração de rebeldia e de força da “gente negra”. Um teste, que serviu para o melhor conhecimento dos meios e dos fins, que

o “negro” terá de mobilizar se quiser alterar, abruptamente, a ordem racial imperante.

A terceira questão (51), que nos propuzemos debater, diz respeito aos obstáculos histórico-sociais, inerentes à organização da sociedade inclusiva e à situação do “meio negro”, que interferiram na expansão dos movimentos reivindicatórios. A descontinuidade, as inconsistências e o malôgro dêesses movimentos, quanto a seus alvos centrais, não podem nem devem ser encarados em termos de atributos psicológicos diferenciais do “negro”. Houve quem aventasse sua “incapacidade” de construir socialmente seu próprio destino. Mas, essa suposição é falaciosa. As razões que explicam o limitado rendimento obtido por aquêles movimentos, sua descontinuidade e insuficiências são de natureza especificamente social. Uma coisa é querer atingir certos fins; outra, bem diversa, é concretizá-los socialmente. O “negro” tentou e ousou; não é pelo ângulo pessoal (ou psicobiológico), portanto, que temos de atacar o assunto. Partindo dessa premissa, procuramos descobrir na “organização do meio social interno” (como diria Durkheim) — nos níveis da sociedade inclusiva e da situação de existência da “população de côr” — os fatores realmente explicativos. Na exposição susequente, os resultados da sondagem efetuada foram agrupados tomando-se cada um dêesses níveis como ponto de referência.

Quanto à sociedade inclusiva, a maior parte dos influxos negativos provinha da falta de sincronização entre a ordem social e a ordem racial. Os processos de mudança social, que operavam na diferenciação e na integração da estrutura social global, quase não repercutiam no padrão de ordenação societária das relações raciais (52). Por isso, enquanto a ordem social alterava-se rapidamente, a ordem racial convertia-se numa esfera em que prevalecia a demora sócio-cultural. Essa conjuntura histórica precisa ser bem compreendida, para se entender o grau de alheamento e mesmo de hostilidade com que os vários círculos da “população branca” acompanharam as tentativas de democratização das relações raciais, levadas a cabo pelos segmentos inconformistas da “população de côr”. Se as tendências à constituição da ordem social competitiva tivessem abrangido, em bloco, esta população, ela teria pelo menos se proletarizado grupalmente, o que envolveria um mínimo de integração, em escala coletiva, e teria neutralizado a maior parte das insatisfações, que serviam de base aos movimentos reivindicatórios da “gente negra”. À luz dessas razões, precisamos fazer algumas distinções fundamentais.

(51) — Conforme acima, p. 307.

(52) — Esse assunto já foi extensamente debatido no capítulo precedente e, em parte, também no capítulo 2.

A sociedade inclusiva por assim dizer vitimou os movimentos reivindicatórios dos “negros”. Mas, não o fez graças a alguma resistência consciente, organizada e obstinada do “branco”. Tudo se deu pelo peso da inércia. Os processos sociais renovadores não incluíam em seu bôjo os principais fatores raciais da vida social; os processos “arcaicos”, que mantinham o passado no presente, abrangiam êsses fatores e produziam, ainda que de modo intermitente, efeitos estabilizadores ou regressivos. O “branco” não se levantou contra o “negro” nem se opôs, abertamente, a seus movimentos reivindicatórios. O resultado final, porém, é quase o mesmo. Para que êles lograssem êxito real, seria necessário que os “brancos” compartilhassem, ativa e empenhadamente, dos propósitos de universalizar, indistintamente, os proventos econômicos, sociais e políticos da democratização do estilo de vida.

À luz dessa compreensão dos fatos ocorridos, a esfera dinâmica da sociedade inclusiva só entra em causa indiretamente, como uma condição potencial que não chegou a tornar-se eficiente — ou, melhor, operativa. Houve, aí, total ausência de receptividade, que condenou os movimentos reivindicatórios a ficarem confinados aos “negros” inconformistas. O impacto transformador foi, assim, neutralizado, estabelecendo-se com nitidez o padrão histórico-social que vai regular, na sociedade de classes, o contrôle e a racionalização progressivos das inconsistências raciais herdadas do passado. Elas serão absorvidas lentamente, à medida que o “negro” tiver elementos para inserir-se, individualmente, na ordem social competitiva. Por enquanto, parece que não existem limitações quanto ao número de indivíduos que poderão fazer isso. É possível que (em circunstâncias hipotéticas), se um grande número de “negros” tivesse condições para realizar essa transição, a absorção se daria normalmente. O que fica patente é que se substituiu a técnica tradicionalista de assimilação do “negro”, que promovia a acefalização da “população de côr” em conexão com a infiltração individualista, por outra técnica social, que converte o “indivíduo de côr” em unidade dos processos de socialização e de integração, embora ela não seja igualmente restritiva. O alcance dentro do qual essa técnica poderá ser manipulada pelo “negro” depende, nas condições consideradas, totalmente do poder econômico, social e político da “população de côr”. Se êle for “nulo” ou “baixo”, as oportunidades de mobilidade vertical serão restritas; se êle se tornar “considerável” ou “alto”, as mesmas oportunidades poderão assumir certas proporções e, teoricamente, até abarcar a totalidade dos “indivíduos de côr” potencialmente assimiláveis. O lado grave da questão é que essa mudança de padrões de absorção do “negro” quase não pode ser explorada pelo grosso da “população de côr” e tem

o inconveniente de impedir qualquer surto criador de solidariedade racial. Como existe a consciência de que a sociedade é potencialmente “aberta”, tende-se a encarar os problemas que surgem nessa área como de interesse exclusivo do “negro”. O tremendo esforço de auto-afirmação, de reeducação e de propaganda, desenvolvido pelos movimentos reivindicatórios, esbarrou, portanto, numa barreira de aço intransponível, gerada pela indiferença do “branco” e pelas próprias tendências dinâmicas de reintegração da ordem social da sociedade inclusiva.

Enquanto essas tendências produziam a falta de comunicação, de simpatia e de colaboração do “branco”, as influências puramente conservantistas desencadeavam incompreensões, temores e intransigências embaraçantes. O padrão tradicionalista de dominação racial não era suficientemente plástico para permitir qualquer espécie de tolerância diante da transformação da “população de côr” numa minoria racial integrada. Acostumados, pela escravidão, a ver como uma necessidade irremediável a destruição sistemática e a pulverização implacável dos mecanismos de solidariedade entre os “pretos”, os círculos dirigentes da “população branca” desaprovavam francamente os objetivos e a forma assumida pelos movimentos reivindicatórios. O fulcro emocional da reação desses círculos é bem conhecido. Ele repousava na convicção de que “não existe o preconceito de côr no Brasil”. A arregimentação dos “pretos” e suas reivindicações virulentas expunham a sociedade brasileira ao “perigo dos ódios e das lutas raciais”, fomentados pelo “preconceito do preto” e não do “branco”. Tais motivações, nascidas de uma consciência falsa da situação de contacto racial, dão origem a todo um elenco de atitudes e de comportamentos que tolhia qualquer possibilidade de diálogo ou de entendimento mútuo. Primeiro, as pessoas se dispunham a usar a influência ou a autoridade que tivessem para demover aos que pudessem da realização desses intentos. Os líderes e os militantes ativos dos movimentos reivindicatórios apontam essa causa como uma das principais fontes da perda de adesões. Segundo, punham em prática uma sorte de política de congelamento, que confinava a comunicação dos fins e valores dos movimentos aos meios de que dispunha a própria “população de côr”. “É sugestivo, nesse sentido, o seguinte fato: um dos responsáveis pela Frente (Isaltino Veiga dos Santos) quis dar uma entrevista violenta contra os brancos, em um dos jornais da capital, mas o redator objetou, argumentando que ele ia atacar a brancos em um jornal de brancos” (53). Aliás, nem era preciso que se chegasse a êsse extremo. Já mencionamos o caso do cro-

(53) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, *Movimentos Sociais no Meio Negro*, Ms., p. 15.

nista que, em 1926, encetou uma campanha contra medidas discriminativas, postas em prática por um clube esportivo da Capital. O número de cartas, enviadas à redação do jornal, obrigou-o a desistir da campanha. O silêncio podia ser quebrado, ocasionalmente, aqui ou ali; mas, isso era insuficiente para esclarecer a população local a respeito dos fins construtivos dos movimentos reivindicatórios. O próprio “negro” precisava construir a sua imprensa, para ter um veículo de comunicação. O editorial do primeiro número de **A Voz da Raça** consignava: “Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de idéias da raça, porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeitos políticos, tem deixado de os fazer; porém isso não tem importância; diz o ditado que “a dor ensina a gemer!...” e si não fôsse a dor este jornal não surgiria e nós continuaríamos marcando passo e sendo alvo da contínua atitude dos diários paulistas que, na surdina, vão pondo no cesto os originais que no presente momento o seu assunto vise a moral e a união política do negro” (54). Terceiro, a desconfiança pontilhava as avaliações gerais. Alguém podia confiar na serenidade, na lucidez e no patriotismo deste ou daquele líder “preto”. Contudo, isso não se traduzia em compreensão, simpatia ou solidariedade para com a “sua” causa. A razão era simples: “Há também a considerar o medo das consequências de incentivar os negros à revolta, o qual, pela boca de um deles [os brancos], assim se expressa: “Se você assanhar todos esses negros, como é que isto vai ficar?” (55). Achava-se que o “negro” devia encaminhar suas reivindicações aos partidos existentes, ignorando-se que tais partidos eram, por natureza, indiferentes e omissos em relação às “causas” que animavam politicamente o “homem de côr”. No fundo, procurava-se manter as antigas formas de tutela sobre a população negra e mulata. Esperava-se do “negro” identificação ou conformidade perante a situação de interesses e os valores sociais da “raça dominante”. Como os movimentos reivindicatórios faziam uma rotação corpornicana, nessa matéria, protestando lealdade à situação de interesse e aos valores sociais da “gente negra”, eles eram desencorajados, sabotados e proscritos.

Quanto ao “meio negro”, os influxos negativos ligam-se visivelmente à dualidade apontada: os negros e os mulatos, que preparavam, animavam e orientavam os movimentos de reivindicação e de protesto formavam a pequena fímbria de pessoas identificadas com a ordem social competitiva; o grosso, a grande maioria, ainda vivia sob a égide das concepções tradicionalistas, embora todos fossem mais

(54) — **A Voz da Raça**, São Paulo, 18-III-1933 (Ano I — N.º 1). Grifo nosso.

(55) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, *idem*, pp. 15-16.

ou menos propensos a aderir aos movimentos, por causa dos efeitos da miséria, do “preconceito de côr” ou da frustração psico-social. Em síntese, os contrastes, nesse sentido, eram ainda mais fortes que no seio da “população branca”, tanto em termos de números, quanto em termos de qualidade das motivações. Os que propendiam para a ordem social competitiva nem sempre tinham experiência com o que ela significava; tratava-se de uma aspiração, de uma escolha para organizar a vida futura. Os que estavam sob o jugo do tradicionalismo e de suas implicações sócio-dinâmicas, também aspiravam a “melhorar de vida”, eram pelo “levantamento econômico, social e cultural do negro” e faziam uma opção analógica mas de modo confuso. Eles mais repeliam o presente, com seu tipo de integração à sociedade e de relações com o “branco”, do que elegiam um determinado destino. Associavam-se ao “protesto negro”, às reivindicações em que êle se traduzia e aos anseios de assimilação social, em virtude da carga pesada que carregavam ou de humilhações e ressentimentos a que pretendiam pôr termo. Portanto, a massa dos movimentos compunha-se de gente que aceitava uma escolha feita por certa elite porque **não queria continuar como estava**. Muitas dessas pessoas, nem sabiam explicar porque não queriam mais que as coisas continuassem como estavam. Procuravam semelhante explicação nas idéias e nos motivos alegados pelos líderes. Acabavam, assim, fazendo uma opção grave e tomando posição — ou seja querendo algo socialmente — na medida em que, tão somente, repeliam socialmente o seu destino. Por aqui se vê as debilidades que pairavam sobre a motivação, a continuidade e o vigor dos movimentos reivindicatórios. Apenas um pugilo de homens reunia uma experiência mais vasta, possuía adestramento prévio em posições e papéis sociais criados pela expansão da ordem social competitiva e sabia claramente quais eram as perspectivas dos movimentos no seio da sociedade inclusiva. Mesmo uma parcela considerável da elite e quase toda a massa estavam em condições precárias, a êsse respeito, preparando-se e dispondo-se a agir porque era necessário, pois as coisas “não podiam continuar daquele jeito”.

Êsse pano de fundo é o retrato da situação econômica, social e cultural da “população de côr”. Ela se alterara muito, em relação ao passado remoto e à herança cultural rústica. Mas, não tanto a ponto de possuir outra imagem do mundo e, de qualquer maneira, ao “progredir” não o fez de modo homogêneo. Uns foram bem longe — até muito longe, suportando confrontos mesmo com os urbanitas “brancos” de posições sociais análogas; outros, ficaram a meio caminho; a maior parte da massa, apenas aspirava êsse presente como futuro para si, para seus filhos ou para seus netos. As contradições entre

a ordem social competitiva e a ordem racial faziam-se sentir de forma bem mais drástica e sufocante que no “meio branco”. O passado custava mais, tolhia mais e dividia mais os homens, dificultando suas tentativas de construir um mundo melhor. Muitos (pelo que se sabe, o grosso dos aderentes) só levavam para os movimentos pobreza, ignorância e desespero. Presavam, literalmente, de ser ajudados, de um guia para travar uma batalha decisiva com o destino. Não iam em busca de dinheiro, de auxílio material; porém, de orientação, de fórmulas para aprenderem a lutar com a adversidade. Ora, essa massa podia ser um ingrediente explosivo, se os movimentos fôsem socialmente revolucionários. Como êles aceitavam a ordem social existente, parando suas reivindicações no limiar da repartição dos pães, e como êles não encontravam eco dentro dessa mesma ordem — pois os “brancos” não se dispuseram nem a ouvir nem a entender as reivindicações e o “protesto negro” — não estavam em condições de aproveitar essa massa e de conduzi-la aos objetivos apregoados. Os idealizadores dos movimentos reivindicatórios queriam sobrepujar o tempo e conseguir, a curto prazo, o que parecia que iria demorar séculos — aí estava seu ânimo construtivo: integrar o maior número no menor lapso de tempo possível. Entretanto, a própria dinâmica dos movimentos, esbatidos na situação histórico-social vigente (vista através das disposições dos “brancos” e das possibilidades dos “negros”), tornava essa ambição uma quimera. Êles representavam um passo para diante. Exerceriam enorme influência construtiva sobre a “população de côr”. Mas, ficariam condenados a desempenhar um papel de entreato, pois não podiam ir além. Para que isto sucedesse, precisariam contar com outro arsenal ideológico, com condições para formar um número maior de dirigentes devotados e uma massa conscientemente reivindicativa, bem como com elementos para romper o muro do silêncio e da indiferença, que os expulsavam do fluir da história.

Contudo, bem ou mal, os movimentos reivindicativos respondiam aos influxos da parcela da “população de côr” que se integrava, estava se integrando ou desejava ardentemente integrar-se à ordem social competitiva. Para entender-se as fontes mais profundas de seu malôgro teríamos de levar em conta como o “meio negro” reagiu a êsses movimentos e, em particular, a seus fins inovadores. Os pioneiros daqueles movimentos, por idealismo puro, foram vítimas de uma ilusão que tem cegado a maioria dos reformadores sociais. Julgaram que bastava jogar a semente da razão, para ela medrar. Acontece que antes de se lançarem socialmente na luta por alguma “causa”, por mais importante ou vital que ela seja, os homens precisam estar socialmente convictos de que ela se impõe e deve ser tentada. Já se

disse que “só vê algo socialmente quem quer algo socialmente”. A dificuldade aparecia nesse nível — de instilar êsse “querer” e êsse “ver” na compreensão do mundo e na capacidade de ação coletiva da nossa “população de côr”. O seu envolvimento no estilo moderno de vida contribuiu para desbastar o horizonte cultural do “homem médio de côr”; mas, não o bastante para criar um 14 de Julho do “negro brasileiro” (56). Para realizar semelhante façanha, o “negro” teria, antes, de assimilar técnicas sociais de cuja existência mal suspeitava. O fato é que, por viver num mundo criado pelo e para os “homens brancos”, êle se defrontava com muitas forças sociais que não conhecia nem podia submeter a alguma espécie de controle social próprio. Se não era difícil absorver as categorias de pensamento que permitiam verbalizar essas forças sociais, o mesmo não ocorria no nível do comportamento social inteligente. Aí, o êxito passava a depender do domínio alcançado sobre as técnicas de organização do comportamento coletivo, correspondentes àquelas categorias de pensamento. A última palavra já não seria dada pelo homem e por sua vontade; mas, por sua cultura. Ou seja, pelo homem como e enquanto portador de cultura, visto nos quadros históricos de seu querer e atuar sociais.

Encarando-se as ocorrências desta perspectiva, somos forçados a admitir que os movimentos reivindicatórios correspondiam a uma problemática histórica real, que precisava ser enfrentada de imediato, mas que pressupunha exigências práticas em grande parte inexecutáveis. Faltava à “população de côr” o necessário suporte material e moral: recursos econômicos, sociais e culturais. Se êles existissem numa escala razoável, os movimentos teriam adquirido outra vitalidade e, talvez, tomassem outra direção, colocando com maior clareza os dois tipos de alvos perseguidos: 1.º) a desagregação completa da antiga ordem racial; 2.º) a absorção do “negro”, em condições de igualdade econômica, social e política, na sociedade de classes. Do jeito que as coisas transcorreram, historicamente, aqueles movimentos tiveram de arcar com um peso morto paralisante. Os agentes não discerniam os dois alvos nem tinham como atacá-los por meios apropriados. Deram o “não!” para uma coisa; e o “sim!” para outra. Fi-

(56) — Essa aspiração vem desde os pródromos dos movimentos reivindicatórios, como se pode inferir da seguinte transcrição: “Que a data de 14 de Julho corra paralela e de braços com a de 13 de Maio, data que emancipou uma raça, que, com o seu suor e com o seu sangue, firmou o alicerce da grandeza e da riqueza desta nossa Pátria imensa que se chama Brasil” (*A Liberdade*. Órgão crítico, literário e noticioso, dedicado à Classe de Côr, São Paulo, 3-VIII-1919, Ano I — N.º 2). O hino da Frente Negra repisava êsse tema, ao prescrever: “Cesse a voz dos preconceitos. Caia a bastilha feroz”, etc. (ver acima, nota às pp. 340-341).

cou faltando, porém, criar o “querer coletivo” e o “agir coletivo” que êsses dois alvos formidáveis requeriam. As tentativas para estabelecer êsses elos falharam sempre, pois na situação brasileira, ainda hoje, só a “raça dominante” dispõe de meios tão amplos (57).

É preciso atentar bem para as implicações sociológicas desta análise. Há os que pensam que a função dos movimentos sociais consiste em fabricar as ideologias e as técnicas de ação exigidas pelas circunstâncias. Se pensássemos assim, faríamos uma crítica severa mas unilateral aos movimentos reivindicatórios descritos. Na verdade, se a análise desenvolvida for verdadeira, eles ficaram aquém das exigências da situação histórico-social; todavia, mesmo assim, iam além das possibilidades médias da “população de côr”. Em segundo lugar, a análise também pressupõe que as limitações iniciais e as inconsistências crônicas dos movimentos não chegaram a ser corrigidas e superadas por causa mesmo dessas possibilidades médias. Aqui está o busilis da questão. A situação de existência social daquela população tem concorrido, direta e indiretamente, para solapar e até para destruir os fatores dinâmicos, nos quais poderia se assentar a expansão dos referidos movimentos. A exposição subsequente condensa os dez principais aspectos dessa conexão (58).

Primeiro, a crise da dominação racial tradicionalista está longe de ter chegado a seu termo. A ideologia racial vigente ainda é a que foi construída para legitimar a extrema heteronomia social da “raça negra”. A barreira moral invisível, que absorveu e anulou, incessantemente, o élan autonomista dos movimentos reivindicatórios, provinha das imagens através das quais consideráveis parcelas da “população de côr” concebiam seus estatutos e papéis sociais. Aquelas imagens foram construídas pelos “brancos” e inseriam na subcultura da referida população contra-representações sociais que animavam ajustamentos “humildes” e uma compreensão deformada da realidade. Assim, elas não só inibiam ou consumiam as impulsões igualitárias do ambiente; mas, desencadeavam identificações e disposições de comportamento altamente passivas. Isso não impedia que se estabelecesse uma visão gratificadora do “papel histórico” da “raça negra” nem que se exteriorizassem certos ressentimentos contra as “injustiças sofridas pela raça negra”. A seguinte transcrição, de um dos depoentes.

(57) — Note-se bem: a Frente Negra Brasileira, como outras “associações negras”, fez o que estava ao seu alcance para “educar” e também para “reeducar” os seus aderentes. A barreira, entretanto, é muito complexa, pois envolve recursos econômicos, sociais e culturais inacessíveis. A longo termo, tais problemas têm de ser resolvidos na órbita da sociedade inclusiva, como veremos adiante.

(58) — A seriação dos dez pontos discutidos não foi determinada pela ordem de importância dos temas correspondentes.

revela ambas as coisas: “No Brasil, jamais os negros brasileiros lembrarão de outra pátria. Em seus lares, tudo é nacionalizado genuinamente, motivo pelo qual a pátria pode esperar destes brasileiros, cujos antepassados cooperaram pela sua grandeza, nas devastações das matas, nas fundações das cidades e finalmente, defendendo-a heróicamente nas invasões e até na própria guerra; sendo que, para comprovar essas argumentações, a sua história, a do Brasil, transcreve merecidamente os feitos daqueles que mais se destacaram. Infelizmente, essa raça, mantida na história como a mais resistente do universo (físicamente), essa raça, dotada também de inteligência, vive miseravelmente desprotegida, tombada no campo da luta, vencida pelo preconceito, cuja fuzilaria lhe foi desferida de uma trincheira que eu qualifico de **bastidores**”. Os movimentos reivindicatórios qualificavam êsse tipo de reação como “lamuriosa” e investiram contra ela. Contudo, jamais conseguiram aniquilá-la. Ela produzia dois efeitos perniciosos. De um lado, fazia com que o “negro” aguardasse a solução de seus problemas de iniciativas ou medidas dos brancos. Tal expectativa ocorria mesmo entre pessoas que tinham consciência e combatiam, a seu modo, o “preconceito de côr”: “Sim, os pretos deviam tomar parte nessa transformação [da situação de contato racial]. Deviam em primeiro lugar apelar para o governador pedindo para que acabasse essa situação de preconceito. Em segundo lugar deveriam unir-se e mostrar aos brancos que na raça negra existem homens capazes e com cultura. Mas isso tudo dentro da ordem e não da desordem. Acabar com os ódios existentes entre pretos e brancos e vice-versa seguindo o conselho da Bíblia Sagrada: -“Amai-vos uns aos outros”. De outro lado, impedia a exteriorização e a efetivação de atitudes ou comportamentos competitivos nas relações com os brancos. Desde os pródromos dos movimentos reivindicatórios, tôdas as tentativas de congregar o “voto negro”, por exemplo, canalizando-o para determinado (ou determinados) representantes sempre falharam irremediavelmente. Houve quem explicasse semelhante desfêcho (chocante em alguns casos, pois a Frente Negra Brasileira possuía milhares de adeptos e o candidato escolhido alcançou votação inexpressiva) pelo analfabetismo que excluía o “negro”, em massa, do corpo eleitoral. No entanto, o “eleitor negro” raramente tende a acolher os argumentos favoráveis à concentração “racial” dos votos, apesar da pertinácia dos que defendem essa orientação. Como se infere de uma passagem da história de vida de um dos fomentadores de tal orientação, êles não “desanimam”: “Nós precisamos ter representantes nas Assembléias, porque, senão, não teremos meios para sustentar organizações que trabalhem pelo levantamento econômico e cultural do negro, pois a nossa gente é tôda pobre e os que

melhoram de vida não querem mais ter relações com os negros. Precisamos educar o negro a votar em negro, pois só mesmo um negro sabe quais são os nossos problemas. Na eleição para a Assembleia Legislativa não conseguimos eleger o R., mas desta vez êle vai. Depois que estivermos com um lá dentro, o resto é fácil. Haverá dinheiro para nos organizarmos e nas eleições vindouras iremos colocando outros. É êste o caminho para a melhoria das condições de vida do negro”. Portanto, as duas conexões evidenciam, claramente, que a perpetuação do padrão tradicionalista de dominação racial lança raízes no conformismo imperante em vastos círculos da “população de côr”. Os que se dispõem a competir de modo aberto e sistemático com os “brancos”, embora numerosos, constituem uma minoria. O maior número, mesmo quando chega a repelir o “preconceito de côr” e suas conseqüências perniciosas ou humilhantes, não é capaz de violar a identificação com a “raça dominante” ou de vencer a ambivalência de atitudes, ambas geradas pela influência esmagadora da ideologia racial dos “brancos”.

Segundo, apesar das reivindicações propagadas pelos movimentos sociais, o “negro” não conseguiu romper o padrão de isolamento difuso. Não logrou, sequer, alguma espécie de contrôlo direto sôbre seus efeitos reconhecidamente nefastos. Para atingir êsse fim, seria necessário que seu modo de integração à sociedade tivesse sofrido uma alteração radical, com a incorporação, em massa, da “população de côr” aos diferentes níveis da ordem social competitiva. Ora, as transformações estruturais ocorridas não foram de tal monta. Graças à proletarização, à poupança e à mobilidade social vertical, aumentou, progressivamente, o número de “indivíduos de côr” infiltrados nos segmentos mais altos da “classe baixa” e na “classe média”. Êsses processos contribuíam muito pouco, não obstante, para criar condições realmente abertas e dinâmicas de comunicação do “negro” com o resto da sociedade. No nível da proletarização, os indivíduos abrangidos pertencem, com freqüência, a levás migrantes, portadoras da herança cultural rústica e ignorantes do passado de lutas da “gente negra local”. No nível da “classe média de côr”, onde se encontram antigos participantes dos movimentos reivindicatórios, tende a prevalecer a busca de compensações imediatas, através da estabilização e da exibição de um padrão de vida “alto”. Em conseqüência, em um nível social reproduz-se o passado no presente. É como se o “negro” voltasse ao ponto de partida e tudo devesse ser começado de nôvo. No outro nível, a ascensão social, a secularização do pensamento e a urbanização do estilo de vida aumentam a comunicação, mas dentro do próprio “meio negro”. As compensações postas em primeiro plano proscrevem, por sua vez, qualquer identifica-

ção emocional ou moral com o “negro”, porque a massa é sinônimo de “ralé” e esses pequenos grupos exclusivistas não querem nada com o “rebotinho”. com a “vergonha” da “população de côr ordeira”. Portanto, continua a operar, ativamente, o mesmo elenco de fatores que produzia perplexidade e ambivalência de atitudes ao longo da integração do negro e do mulato à ordem social. Todos propendem a valorizar a “sociedade aberta” e, por conseguinte, a preferir o isolamento difuso à segregação sistemática. Mas, essa situação ambígua drena e destrói improdutivamente as impulsões inconformistas. Já não estamos em condição análoga à que existia por volta do fim da I Grande Guerra, em que os italianos diziam aos “negros” que “fôra o rei da Itália que fizera a Abolição” — e muitos dêles acreditavam; nem à que prevalecia entre 1927 e 1937, em que “depois de assistir às reuniões da Frente, [havia negros que] comentavam com brancos as discussões presenciadas e, ouvindo dêles que entre nós não eram necessários tais movimentos, nos abandonavam” (59). Porém, a persistência do padrão de isolamento difuso tolhe, por si mesma, a evolução das tensões raciais. Na medida em que não vê pela frente uma resistência organizada e acirrada, o “negro” debate-se com o “preconceito de côr” sem saber enfrentá-lo e temendo, sempre, levar as reivindicações longe demais. Com isso, não encontra ponto de apoio material, organizatório e moral para explorar a fundo o conflito como técnica de mudança da ordem racial e da situação social. A êsse respeito, as críticas dirigidas à orientação da Frente Negra Brasileira por um dos grupos dissidentes são ilustrativas. O grupo em questão era politicamente bem mais avançado que a Frente Negra; no entanto, seus mentores verberavam a **tática “violenta”** de fomentar tensões, que aquela associação recomendava para combater as manifestações do “preconceito de côr”. Abria-se, assim, um impasse insuperável. Uma minoria só amplia seu sistema de solidariedade pela ação; é através dos conflitos que ela adquire a moral e a união do “nosso grupo”. Repudiando o conflito como técnica social ou explorando-o apenas de forma esporádica, não existiam condições para dar à “população de côr” paulistana a organização interna de uma minoria racial. Doutro lado, mesmo sem apelar para tais cogitações, é fácil perceber-se que a perpetuação indefinida do padrão de isolamento difuso também significava manutenção do **status quo** racial. A êle se prende o estado de espírito conformista, que leva muitos “negros” a tolherem as ambições dos filhos, para não sofrerem “decepções”; ou que impede que se encare o “preconceito de côr” como problema social (e não dos indivíduos isolados). Enfim,

(59) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, *Movimentos Sociais no Meio Negro*, Ms. cit., p. 16.

onde êle prevalece, é impossível cultivar, com êxito amplo, o inconformismo racial. Êste exige uma mentalidade avessa à capitulação passiva. “Ê preciso que nós mesmos façamos a nossa revolução interna. Nós devemos modificar a nossa personalidade, a nossa conduta diante dêsse problema [o preconceito de côr]. O que tenho visto é que muitas pessoas tem querido comentar a situação. Ê que nós nos convecemos da realidade, mas continuamos na cômoda situação errada...” (60). Permanecendo passivo diante do isolamento difuso, o “negro” não podia nem modificar-se, nem intervir diretamente na transformação da ordem racial. Prendia-se a um imobilismo funesto a seus interêsses e aspirações de integração econômica, social e política.

Terceiro, a diferenciação social interna do “meio negro” foi suficiente para incentivar, no momento de transição inicial, certas perplexidades e inquietações que conduziram à organização dos movimentos reivindicatórios. No entanto, é patente que ela não foi suficientemente extensa e profunda para fornecer àqueles movimentos a base material, institucional e moral de que êles careciam. Sob êsse aspecto, as inconsistências dos movimentos traduziam a precariedade das associações que lhes serviam de base, via de regra efêmeras e carentes de substrato ideológico sólido. Frutos da boa vontade e da dedicação de um pequeno número, em sua maioria nasciam condenadas ao malôgro, encontrando pequena ressonância no “meio negro” inclusivo e nenhuma solidariedade por parte dos “brancos”. Após sacrifícios tocantes, encerravam suas atividades sem atingir os objetivos fundamentais ou arrostavam-se anos a fio, teimosamente, com as limitações congênitas. Algumas, apesar de seus propósitos humanitários, nem chegavam a ser úteis aos movimentos reivindicatórios, em virtude de seu teor conservantista. Por isso, aquêles movimentos se ressentiram da falta de motivação baseada em grupos institucionalizados estáveis e em crescimento contínuo. Essa circunstância talvez explique um fato que já foi apontado. Existia uma séria contradição, nos movimentos, entre a “consciência da situação” e as “técnicas de intervenção na realidade”. Havia objetividade e sagacidade inegáveis no primeiro nível; o mesmo não se pode dizer com relação ao segundo: as escolhas dos meios de ação eram emperadas pela falta de consenso, surgiram com notável lentidão e, não raro, revelavam pouco sentido prático. Tais sintomas denunciam algo evidente. A iniciativa do “negro” era tolhida por sua posição na estrutura de poder da sociedade inclusiva. Essa circunstância se re-

(60) — Trecho extraído do depoimento feito em público por Geraldo Campos de Oliveira.

fletia na capacidade de lidar com os próprios problemas, porque nela deitava raiz a impossibilidade, em que se achava a “população de côr”, de expandir suas formas grupais de vida social organizada, com as técnicas sociais correspondentes. Doutro lado, essas influências não eram neutralizadas pelos efeitos espontâneos da ascensão social do negro e do mulato. Seja porque os “indivíduos de êxito” preferissem competir com o “branco” em níveis estravagantes (do vestuário, da fartura, do consumo sibarítico em ocasiões festivas, etc.). Seja porque a “classe média de côr” apegou-se crescentemente, aos padrões aristocráticos das antigas “elites de côr”, divorciando-se do dever de lutar pelos objetivos dos movimentos reivindicatórios. Ao invés de fortalecerem os movimentos reivindicatórios, dando-lhes novos conteúdos e outras direções, os pequenos progressos alcançados socialmente pela “população de côr” acarretaram uma espécie de confinamento do “idealismo negro”. Eles diminuiam, visivelmente, o número de indivíduos ego-envolvidos nos movimentos. E retiraram da participação ativa o caráter nobilitante e de fonte ímpar de prestígio, que ela possuía no passado. No conjunto, pois, as bases de diferenciação interna do “meio negro” não foram propícias à expansão gradual dos movimentos reivindicatórios. O que ela não lhes proporcionou, em determinado momento, continuou a negar-lhes pelo tempo à fora, apesar da importância que eles poderiam adquirir tanto na desagregação da ordem racial vigente, quanto na aceleração dos processos de integração do “negro” à sociedade de classes.

Quarto, dificuldades dessa ordem continuam a acarretar complicações na esfera da socialização. Os laços emocionais e morais, que unem socialmente os indivíduos, são criados, regulados e ordenados através das formas de associação. As inconsistências e as limitações destas últimas tinham de produzir conseqüências psico e sócio-dinâmicas muito graves. Individualismo predatório e falta de consenso foram dois fantasmas que pairaram, ininterruptamente, sobre os movimentos reivindicatórios. Deu-se atenção ao caráter do líder que se apossava dos movimentos, convertendo-o em pedestal para a sua auto-glorificação ou em fonte de sustento, de barganha com os “brancos”, etc.. Também se falou nos dilemas insolúveis provocados por massas que não passavam de congêries de indivíduos, porque cada um entrava e saía com opiniões pessoais irredutíveis. Contudo, entre uma e outra coisa, estava o **back-ground** institucional e moral, que se deveria levar em conta em primeiro plano. A solidariedade que ligava os “indivíduos de côr”, recém-egressos da sociedade escravocrata, não chegava sequer a ser uma solidariedade tribal, de natureza mecânica. No entanto, os problemas econômicos, políticos e sociais com que o “negro” se defrontava exigia os padrões de solidariedade

orgânica típicos da sociedade de classes (61). As perspectivas não eram, pois muito fáceis. O “negro” não podia fazer nenhum milagre, que lhe facultasse dar êsse tremendo salto histórico. Portanto, não é de admirar-se que não existissem normas e forças de cooperação social, que permitissem a congregação dos esforços. Nem, tão pouco, que fôsem tão brutais e insopitáveis as forças que agiam no sentido contrário, de desunião e de desintegração. A presença do “branco”, com seus interesses divergentes, ainda complicava mais as coisas. Os antigos líderes dos movimentos reivindicatórios são unânimes no retratar essa complexa situação. Acentuam que a I República fomentou um clima inteiramente desfavorável à atividade política no “meio negro”. Empenhados em obter votos e só nisso, “os políticos abusaram da boa fé dos negros. Por isso, o negro agora está mais desconfiado. Não acredita com facilidade nos que os procuram para fazer movimentos em benefício da raça”. Mas, em seus depoimentos salientam, em uníssono, que as debilidades básicas e irremediáveis procediam da atitude do “negro” diante do próprio “negro”. “Êles seriam incapazes de se unir para fazer um deputado negro”. “Logo têm despeito de ver outro preto subir. Não lhe dão o seu voto”. “Preferem votar no branco”. “Ê impossível pensar numa política de negros”. “Não adianta nada a gente querer lutar contra o preconceito de côr e para melhorar a situação do negro. Não há união entre os negros. Para conseguir-se qualquer coisa, seria preciso que houvesse união”. “Um negro não ajuda o outro. Ao contrário. Ê mais fácil que se combatam do que se auxiliem mutuamente”. “Não agem cooperativamente nem se estimulam uns aos outros. Não há uma opinião. Cada um tem a sua e a defende como se fôsse a melhor”. “Ê que há muita confusão entre os negros. Ê uma coisa louca isto aquí. Não é muito simples. Se o senhor quiser estudar o negro precisa vir comigo. Eu mostro ao senhor como tudo que parece simples é complicado”. Essas afirmações são sintomáticas. Contra êsse pano de fundo, o admirável é que os movimentos reivindicatórios subissem à tona e vingassem, chegando aos nossos dias. Todavia, algo se impõe reconhecer. Onde a cooperação é tão difícil, como organizar-se um grupo de pressão ou um grupo de conflito? Para se manejar o inconformismo e o conflito como técnicas culturais construtivas, é imprescindível que exista, por trás dos homens, padrões suficientemente integrados de solidariedade social. Dêsse ângulo, parece evidente que aí estava o principal fator das debilidades e inconsistências dos movimentos reivindicatórios da

(61) — Os conceitos de solidariedade mecânica e de solidariedade orgânica são empregados na acepção que lhes atribui E. Durkheim (cf. *De la Division du Travail Social*, Félix Alcan, Editeur, Paris, 2a. edição, 1902, Livro Primeiro, caps. II e III).

“população de côr”. A descontinuidade e, em particular, a neutralização histórica de tais movimentos resultavam, em larga margem, dêsse fator. Os comportamentos inquinados, dos líderes ou das massas, traduziam-no, apenas, em fatos concretos e visíveis.

Outros fatores não possuíam a mesma universalidade e influência dinâmica que os enumerados acima. Mas, precisariam pelos menos ser mencionados, numa sondagem global. Estão nessa situação: 1.º) os efeitos da ascensão individualista, que redundavam em acefalização permanente das massas “negras”; 2.º) a inexperiência política da “população de côr”, em grande parte responsável pela falta de adestramento e de maturidade por ventura revelados na manipulação inadequada de certas técnicas sociais (inclusive na assimilação de filiações ideológicas que colidiam com a própria natureza e com os objetivos dos movimentos reivindicatórios); 3.º) a repercussão destrutiva de acontecimentos históricos da sociedade inclusiva no “meio negro” (êste não revelava a mesma plasticidade e vitalidade na absorção de tais acontecimentos; a revolução de 1932, por exemplo, paralizou temporariamente a Frente Negra Brasileira); 4.º) o oportunismo e certas práticas de “picaretagem”, dissimulados ou patentes, que contribuíam para desmoralizar os movimentos reivindicatórios tanto no “meio negro”, quanto na sociedade inclusiva.

Por fim, seria necessário considerar, também, dois tipos de influências reflexas. Na medida em que medrava sob condições sociais deficientes, os movimentos reivindicatórios tornavam-se incapazes de disciplinar e de canalizar construtivamente certas forças psico-sociais e sócio-culturais reativas. Nesse sentido, duas considerações apresentam certa importância. Primeiro, êles não desencadearam, no seio da “população de côr”, influências persistentes que elevassem o grau de identificação (individual e coletiva) com os objetivos que êles propugnavam. Segundo, êles não chegaram a absorver os padrões organizatórios típicos de uma sociedade aberta, competitiva e de classes. Em suas manifestações mais relevantes, fomentaram tendências que pressupunham o ideal (por vêzes exteriorizado e expresso objetivamente), de converter a “população de côr” numa minoria racial monolítica (embora em comunicação com a sociedade inclusiva). Essa polarização possuía dois efeitos negativos. De um lado, não inseria, em bloco, os movimentos reivindicatórios na estrutura e na dinâmica da sociedade de classes. De outro, fazia com que êles não se ajustassem à realidade existente no seio da própria “população de côr”, em processo de diferenciação interna. Se isto sucedesse, vários movimentos simultâneos poderiam equacionar socialmente os interesses dos diferentes estratos daquela população, o que facilitaria a formação de uma consciência mais completa: a) dos in-

terêsses que variam de um nível social para outro; b) dos interesses que são comuns e que exigiriam a colaboração estreita dos diversos movimentos independentes. Semelhante processo permitiria oferecer incentivos próprios à mobilização das “classes médias de côr” (pouco identificadas com os alvos dos movimentos reivindicatórios que representam os interesses da “gente negra” monoliticamente) e corresponderia melhor ao tipo de solidariedade requerida pelo padrão integrativo da sociedade de classes. Em suma, faria com que os movimentos reivindicatórios produzissem maior rendimento, como canais de integração do “negro” ao estilo de vida imperante em São Paulo na era da civilização industrial.

As indicações expostas sugerem quão variada e complexa vem a ser a interação dos movimentos reivindicatórios com condições ou fatores mais ou menos adversos do “meio negro”. As limitações resultantes interferiram na estrutura, nos conteúdos e na dinâmica interna daqueles movimentos. Assim, suas debilidades (de ordem organizatória ou de duração) explicam-se pelas deficiências dos suportes materiais e morais com que contaram. O reverso da medalha revela, porém, que as insuficiências apontadas interferem em suas funções sociais construtivas. Na medida em que isso acontece, êles deixam de atingir regularmente os objetivos conscientes e formais, com conseqüências insanáveis sobre a capacidade que poderiam ter, quer no desenvolvimento de novos modelos de solidariedade no “meio negro”, quer na incentivação de novos tipos de ajustamento social do “negro” à sociedade inclusiva. Ambas as coisas significam, em outras palavras, que é no suporte material e moral dos movimentos reivindicatórios que deparamos com a explicação da limitadíssima influência que êles exerceram na alteração propriamente dita do sistema de relações raciais.

A quarta questão, que nos compete discutir aqui, refere-se às funções sociais construtivas que os movimentos reivindicatórios desempenharam, como vias de integração do “negro” à sociedade de classes (62). Em vista do muro de indiferença e de silêncio com que a sociedade inclusiva cercou aquelas manifestações do inconformismo e da revolta da “população de côr”, seria inútil traçar qualquer quadro de referência que envolvesse os “brancos” nos referidos processos. Os seus “efeitos úteis” circunscrevem-se aos agentes, ou seja, aos participantes dos movimentos; e àqueles que caíram em seu círculo de influência reativa ou indireta, ou seja, a segmentos da “população de côr” que se mostraram sensíveis à ideologia racial que êles ajudaram a construir.

(62) — Conforme acima, p. 307.

É quase impossível apanhar tôda a rêde de influências psico-dinâmicas e sócio-dinâmicas, desencadeadas imediata ou retardadamente pelos movimentos reivindicatórios. Tais influências são, além do mais, em sua maioria sutis e complexas. Reportam-se a transformações de um estado de espírito e de impulsões sociais, coisas difíceis de descrever através da documentação disponível. Em nossos dias, o máximo que se pode fazer, nessa direção, apenas permite surpreender algumas transformações, identificáveis pela motivação de certos comportamentos ou pela alteração evidente de certos conteúdos do horizonte cultural do “negro”. Por isso, a parte mais rica da documentação existente diz respeito à formação e à difusão de uma ideologia racial característica, praticamente construída graças às disposições e às reivindicações suscitadas pelos movimentos sociais. Não obstante, êsse aspecto será debatido adiante (63), tomando-se por referência também a situação existencial da “população de côr”. Iremos debater agora, portanto, somente certos efeitos psico-sociais, presumivelmente associados às influências sócio-dinâmicas dos movimentos reivindicatórios. Doutro lado, como os temas considerados já sofreram análise anterior, reduzimos ao indispensável a transcrição de dados de fato.

A principal contribuição, dada pelos movimentos reivindicatórios, tinha relação com o contexto social imediato em que êles próprios se constituíam e operavam. Ressentimentos, frustrações e esperanças despertavam certo entusiasmo elementar, fazendo com que iniciativas como a Frente Negra Brasileira contassem, em pouco tempo, com milhares de seguidores. Contudo, tratava-se de uma massa tôska, de indivíduos rudes e incultos, que não dominavam, em sua maioria, sequer uma parcela mínima das técnicas sociais que os participantes de movimentos dêsse gênero precisam conhecer e manejar. A primeira coisa a fazer, mesmo para dar continuidade aos movimentos, consistia em “reeducar” a massa, em prepará-la, emocional, intelectual e moralmente, para a condição de elemento ativo, responsável e atuante. Como assinalou, em sua história de vida, um dos antigos líderes da Frente Negra Brasileira: “um negro nunca julga o outro superior a êle. Quanto muito, igual. Por isso, não ajuda os outros, negros. O negro que fica rico, por exemplo, foge de negros: ajudar, emprestar dinheiro, nunca”. Daí ser preciso cultivar sentimentos, emoções e laços morais que redundassem na elevação das potencialidades sócio-dinâmicas requeridas por organizações daquele tipo, que exigiam tenacidade, espírito de sacrifício e alto senso de responsabilidade. Doutro lado, a luta por classificação e ascensão

(63) — Na segunda parte do presente capítulo, que versa sôbre “uma ideologia de desmascaramento racial”.

sociais tinha de ser, forçosamente, também uma luta contra o “preconceito de côr”. Isso envolvia a necessidade de forjar certas disposições em face do “branco”, que apenas existiam em estado latente e eram, com freqüência, reprimidas ou solapadas de diversas maneiras. Como consignava um documento fundamental: “várias tentativas têm falhado, no sentido de uma arregimentação negra, com outras finalidades que não a da simples recreação. **Reagir, eis o sentido exato dessa arregimentação**”. “Abrigando em seu seio negros de tôdas as condições sociais, pautou a nova organização as suas bases de atividades, abrangendo todos os aspectos do problema da vida. Desde o aspecto econômico, seja individual ou coletivo, até as atividades políticas, tudo foi examinado à luz fria da imparcialidade, focalizando-se as injustiças e, mais do que isso, as perseguições e maquiavelismos sofridos pelo negro” (64). Tratava-se, pois, de preparar o “negro” para viver na sociedade inclusiva, como condição mesma para que êle se tornasse um elemento produtivo dentro dos movimentos a que se incorporava. As questões de “orientação” vinham a ser o fulcro básico das influências formativas dos movimentos. Dêsse ângulo, “os problemas que se apresentam ao negro são múltiplos e variados ;tanto no aspecto social, como moral, intelectual e econômico”. “No primeiro caso ,temos exemplificadamente o alijamento das sociedades e dos lugares públicos ou de acesso público mediante pagamento; o afastamento do negro dos emprêgos públicos de destaque, embora não lhe falem aptidões; o auxílio de que precise para ver essa situação resolvida”. “Moral, no caso moral, essa pressão que o negro sofre continuamente, de todos os lados, procurando diminuí-lo perante os olhos até dos próprios estrangeiros, negando-lhe o lugar remarcado a que tem direito”. “No campo intelectual, fecham-lhe, constantemente, as portas das escolas, desde as primárias até as superiores, negando-lhe qualquer assistência, quando os poderes públicos amiúde, auxiliam poderosamente elementos raciais adventícios que minam os nossos organismos sociais”. “Dir-se-ia que existe secretamente uma convenção geral contra o negro para que êle não chegue a instruir-se, continuando por aí, sem teto e desorganizado, sujeito à capangagem política e aos perigos capadócios dos sambas carnavalescos” (65). Erigida essa base de preparação por assim dizer cívica, o “negro” podia inserir-se nos movimentos reivindicatórios e nêle realizar a aprendizagem dos papéis sociais que precisaria desempenhar nas organizações. O sentido e o teor desta aprendizagem específica, subordinada às tarefas prá-

(64) — **Frente Negra Brasileira. Suas Finalidades e Obras Realizadas**, op. cit., p. 1; o grifo é nosso.

(65) — *Idem*, p. 6.

ticas propriamente ditas e às suas implicações doutrinárias, variavam, naturalmente, com os tipos dos movimentos. Onde prevaleciam os modelos autocráticos, a arregimentação se fazia formalmente de modo rígido e segundo uma disciplina para-militar; onde vingavam os modelos democráticos, ela aparecia como uma educação espontânea, alicerçada no exemplo ou no debate. Embora os movimentos falhassem, em conjunto, na formação de quadros permanentes, parece fora de dúvidas que eles lograram apreciável êxito no plano formativo mais geral. O que se entendia por “arregimentação para reagir” e por “orientação” produziram frutos de longo alcance, visível até em nossos dias. Não só canalizaram e fortaleceram tendências amorfas e difusas; impeliram as impulsões vagas, preexistentes, em direções novas e construtivas, imprimindo-lhes vigor e o sinete de algo que é irreversível, por ser **coletivo, imperioso e realizável**.

Ao mesmo tempo, os movimentos reivindicatórios regulavam a emergência gradual de identificações psico-sociais e sócio-culturais inéditas. A escravidão conduzia à destruição mais completa e impiedosa de identificações que poderiam prender o “negro” a símbolos ou a valores de sua herança sócio-cultural. A perda cultural, daí resultante, jamais foi compensada — pois não se poderia entender como tal a assimilação forçada de técnicas e comportamentos sociais impostos pela “raça dominante”. O vazio que se formou pode ser avaliado pela gratidão com que os “negros” livres absorveram as interpretações histórico-sociológicas que “valorizavam o negro historicamente”. Elas desvendavam uma nova senda à auto-avaliação e à auto-gratificação da “raça negra”. O eixo de tais interpretações, porém, continuava a gravitar em torno da situação de interesses e dos valores sociais da “raça branca”. Elas não levavam em conta, nem poderiam levar, a situação de interesses e os valores da “raça” escravizada e oprimida. Os movimentos reivindicatórios construíram-se sobre esse eixo. Por conseguinte, a concepção do mundo e da história que eles iriam difundir trazia consigo a marca da “negridade” — ou seja, uma compreensão do passado, do presente e do futuro coerente com a perspectiva social e com os anseios de justiça da “gente negra”. Pode-se dizer que eles não foram tão longe quanto prometiam, como fontes de uma nova concepção do mundo e da história. Contudo, iniciaram um processo que ainda está em curso e poderá produzir outros frutos. Sem repelir a solidariedade com o “branco”, o “negro” descobriu que existem várias maneiras de contar a nossa história e de projetar o nosso futuro. Ensaçou, assim, a busca dos caminhos que o situam no processo histórico. Bem entendida, esta original contribuição dos movimentos reivindicatórios abre consequências imprevisíveis e insondáveis. Ela oferece uma perspectiva social, de que o “negro” carecia

antes, a partir da qual lhe será possível absorver as identificações psico-sociais e sócio-culturais imperantes na sociedade inclusiva mas de forma autônoma. A “gente negra” eleva-se aos processos histórico-sociais como “brasileiros”, detendo porém uma brasilidade própria e inconfundível, nascida de uma situação de interesses materiais e morais específica.

O “negro” redescobriu, portanto, o seu lugar na sociedade graças à rutura violenta com o passado e com um destino de submissão imutável, a qual os moimentos reivindicatórios fomentaram e propagaram no nível ideológico. O temor de sair do isolamento e de concorrer com os outros constituía um plano inclinado. Contra êle, o “negro” nada podia, como **indivíduo isolado** nem como **raça dependente**. O ponto de apoio, para subverter êsse plano inclinado, tinha de vir do “negro” senão como “raça” pelo menos como coletividade. Apesar da descontinuidade, da fluidez e das deficiências dos movimentos reivindicatórios, êles forneceram, estrutural e dinamicamente, êsse ponto de apoio indispensável. Ajudaram, decisivamente, a quebrar o “temor do branco” e, o que é deveras mais importante, puseram em seu lugar “a coragem de enfrentar o branco em todos os terrenos”. Da ocupação à representação política e à dignidade inviolável da pessoa, tudo ficará aberto à ânsia de competir e de concorrer, **sem restrições**. Dêsse ponto de vista, os movimentos reivindicatórios preencheram uma função decisiva, impulsionando o “negro” a converter-se em “homem de sua sociedade e de sua época”. Na conjuntura histórico-social em que surgiram e atuaram, tentaram organizar e abreviar a transição de um estado de isolamento sócio-cultural, para o estado alternativo de participação sócio-cultural consciente, intensa e responsável.

Para que pudesse desempenhar essa função, era indispensável que os movimentos reivindicatórios modificassem as atitudes e os ajustamentos diante das barreiras que dificultavam ou impediam a integração normal do “negro” à vida social. Como indivíduo isolado, êle jamais poderia construir, defender e manipular, segundo fins próprios, uma ideologia do desmascaramento racial. Àqueles movimentos se deve o amplo equacionamento do “preconceito de côr” como **realidade histórica** e como **problema social**. Êles engendraram as fórmulas que prescreviam a sua existência e que ordenavam a sua correção através do comportamento coletivo.

Em conexão com essa tendência, os movimentos reivindicatórios também provocaram uma reavaliação moral interna do “negro” como e enquanto tal. Apresentaram uma nova medida da capacidade criadora do “negro”, incluindo em sua esfera de consciência social a convicção de que é tão capaz quanto o “branco” e, pelo menos, suficien-

temente apto para enfrentar e resolver os dilemas com que se defronta. Como afirmava um dos líderes daqueles movimentos: "... o Negro, com a graça de Deus, só não pode e não faz o que não quer..." (66). Eles ajudaram, portanto, a configurar novas impulsões psicosociais, que incentivaram o "negro" a confiar no próprio "negro" e na sua capacidade de atuação como agente humano no processo histórico.

Por fim, os movimentos reivindicatórios aparecem estreitamente vinculados a novas atitudes e comportamentos, que testemunhavam uma tendência de alteração radical do padrão de reação societária do "negro" à situação de existência que lhe cabia na coletividade. Pela própria dinâmica normal dos movimentos desta natureza, de "efeitos" eles se converteram em "causas", contribuindo para acelerar a consolidação daquele padrão de reação e para universalizá-lo no "meio negro". Nesse sentido, malgrado suas insuficiências, eles alcançaram uma influência marcante, exercendo funções construtivas na formação da mentalidade, das aspirações coletivas e do estilo de vida do "nôvo negro". Serviram, em resumo, como forças intermediárias entre as tendências de modernização da cidade e a transformação do próprio "negro", compelindo-o a tomar consciência do que teria de fazer para tornar-se membro ativo (e não mera excrescência renegada) da sociedade inclusiva.

O quadro de referência, exposto sob as principais facetas, sugere quão complexa era a situação em que emergiram e se desenvolveram os movimentos sociais no "meio negro". Os incentivos histórico-sociais da época puderam atuar graças a condições favoráveis à sua objetivação como realidade. Ainda assim, nem tudo lhes era propício. Eles eclodiram numa fase de desorientação, enquanto o "negro" não via direito as perspectivas que lhe eram asseguradas pela ordem social competitiva e, presumivelmente, como um meio inicial de ajustamento histórico-social. Sentindo-se excluído, o "negro" atribuía à sociedade a culpa por suas desditas. E não aceitava soluções de compromisso, como se a ordem racial pudesse alterar-se de um instante para outro. Mais tarde, essas tendências seriam sublimadas e reprimidas, dando lugar a propensões acomodatórias, graças às quais o negro e o mulato aproveitaram as vias abertas pela ascensão gradual. Voltaram, então, as costas às antigas propensões ao "protesto coletivo". Não obstante, nesse interim, os movimentos sociais reivindicatórios preencheram uma tarefa histórica de inegável magnitude. Alargaram o horizonte cultural do "negro", ajustando-o melhor à natureza da sociedade de classes, e incentivaram-no a contar consigo próprio

(66) — Isaltino B. Veiga dos Santos, *Marieta a Heroína*, Casa Espíndola, São Paulo, 1932, p. 4.

Edição nº 1.000
ANO VIII

São Paulo, 23 de Agosto de 1931

NÚMERO 35

O nosso grito, vive nos FACTOS

E nós advogamos os direitos da raça negra.
Porque ella tem uma grande herança dentro do Brasil.



Raça Negra, de pôr

Alfredo Rodrigues

O Brasil quer a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros que a grande massa da população. Mas na realidade, a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros.

Por a gente de hoje que se chama da liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros. Mas na realidade, a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros.

Eu não quero exaltar a liberdade que se chama de liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros. Mas na realidade, a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros.

Eu não quero exaltar a liberdade que se chama de liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros. Mas na realidade, a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros.

Eu não quero exaltar a liberdade que se chama de liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros. Mas na realidade, a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros.

Eu não quero exaltar a liberdade que se chama de liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros. Mas na realidade, a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros.

Eu não quero exaltar a liberdade que se chama de liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros. Mas na realidade, a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros.

Eu não quero exaltar a liberdade que se chama de liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros. Mas na realidade, a liberdade de fazer o que quiser com a grande massa de trabalhadores negros.



na “luta pela vida”, confiando em seus recursos materiais e morais. Ensinaram-no, sobretudo, que o “negro não é inferior ao branco” e que seu lugar na sociedade dependerá do que souber fazer para tirar proveito de suas aptidões. Tudo isso acentua que constituíram uma força de ajustamento numa era de transição. Quanto ao presente e ao futuro imediato, são possíveis vários prognósticos. Se as impulsões igualitárias da “população de côr” se mostrarem tímidas e fracas ou se elas forem fortes mas a sociedade de classes se revelar bastante “aberta” para atendê-las, os movimentos sociais permanecerão estagnados ou apenas desenvolverão, unilateralmente, suas atividades ressocializadoras. Contudo, eles poderão ressurgir com uma vitalidade e uma violência que não possuíram no passado. Tal coisa poderá acontecer se os anseios de classificação e de ascensão sociais do “negro” forem demasiado intensos para serem absorvidos com relativa rapidez pela sociedade de classes. Então, seus componentes dinâmicos vinculados com o “protesto racial” poderiam adquirir relêvo ímpar, pois a sede de justiça social daquela população continua insaciável. O essencial é que a “resposta” definitiva não está exclusivamente nas mãos do “negro”. Ela depende das relações que se estabelecerem entre suas necessidades sociais e a dinâmica da ordem social inclusiva.

2) Uma Ideologia de Desmascaramento Racial:

Os dados expostos acima descrevem como o “negro” se afirmou na cena histórica paulistana, entre 1927 e 1937. Ele rejeitou, ao mesmo tempo, a imagem do “preto” ou do “homem de côr”, construída pelo “branco”, e o destino que lhe foi dado atingir na fase formativa e de expansão inicial da sociedade de classes. O que foi visto seria suficiente para situarmos, agora, os aspectos ideológicos do **protesto negro**. No entanto, ao invés de concentrar a análise desses problemas no referido período, preferimos lidar com um contexto histórico-social mais amplo. A fase que se inicia com a revogação do Estado Novo foi particularmente rica de agitações intelectuais e político-sociais no “meio negro”. Além disso, mesmo no período considerado ocorreram manifestações extremamente importantes, que não foram arroladas na reconstrução estabelecida. O grupo do **Clarim da Alvorada**, depois da dissidência que surgiu no seio da Frente Negra Brasileira, continuou ativo, através do Clube Negro de Cultura Social e seus sucessivos órgãos de comunicação: aquele jornal; **Cultura**, “revista da mocidade negra”, publicada durante 1934; e o **Clarim**, que circulou em 1935. A atuação desse grupo foi sempre muito coerente, mantendo a “bandeira do negro”, ou seja, as reivindicações relacionadas com “o levantamento econômico, social e cultural do negro”, com uma mis-

tura equilibrada de idealismo e de realismo, o que imprimiu às suas posições um caráter marcadamente construtivo. Além disso, as facções e organizações em luta empenharam-se àrduamente em conquistar os jovens — principalmente a parte letrada da “mocidade negra”. As circunstâncias contribuíram, assim, para que os jovens adquirissem enorme influência política. Alheios aos dramas pessoais e doutrinários, que cercavam a luta pelo contróle do poder e da liderança (como a que irrompeu, com tamanha violência, na Frente Negra Brasileira), eles voltaram-se para o trabalho de conciliação, procurando unir facções divergentes ou criar ambiente para o apaziguamento geral, acima e entre os diversos tipos de movimentos reivindicatórios. Por fim, a Revolução Constitucionalista (de 1932), precipitou a fundação da Legião Negra Brasileira (67). Essa legião prestou “uma grande colaboração à revolução, mas maior colaboração ainda, aos negros, pois veio dar-lhes um crédito através das lutas por eles sustentadas nos setores mais renhidos de combate” (68). O importante, porém, é que Guaraná Sant’Ana e seus epígonos, esposavam uma compreensão renovadora do “problema negro”. Eles entendiam que o futuro do “negro” dependia de sua capacidade de entrosar-se nos processos globais de transformação da sociedade brasileira. “Os negros da República Nova, que incontestavelmente a tem amparado e prestigiado, devem e precisam se arregimentar, para, sobretudo, lutar pela consolidação dessa mesma república nos transes que por ventura se tornarem necessários” (69). Seu impulso processou-se na direção de quebrar o isolamento histórico do “negro”, visando a compeli-lo a tomar parte consciente e ativa nos acontecimentos históricos da sociedade global.

Essas tendências frutificaram ao longo do silêncio e da atividade reduzida, que caracterizam a adaptação dos movimentos reivindicatórios sob a ditadura. Em 1945, elas eclodem, florescentes, com vitalidade que abria maiores esperanças. O esforço de conciliação alcançará um mínimo de êxito. Quando surge a aspiração de fundar-se a Associação dos Negros Brasileiros, ela conseguiu abranger algumas das figuras mais expressivas dos movimentos reivin-

(67) — Dirigida no plano civil pelo Dr. Joaquim Guaraná de Sant’Ana e, no militar, pelo Capitão Gastão Goulart (cf. *Progresso*, São Paulo, Ano V, N.º 51, 7-VII-1932). Mais tarde, o dr. J. Bento de Assis substituiu o primeiro, na chefia civil do movimento.

(68) — Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, *Movimentos Sociais no Meio Negro*, Ms. cit., p. 23.

(69) — J. Guaraná de Sant’Ana, “Arregimentem-se Negros do Brasil. Na República e pela República”, *Brasil Novo. Órgão Socialista*, São Paulo, Ano I — N.º 1, 13 de Abril de 1933.

ASSOCIAÇÃO DOS NEGROS BRASILEIROS



dicatórios da década de 27 a 37. Seu jornal, **Alvorada** (70), circulou entre 1945 — 1948, propagando uma compreensão bem mais madura, integrativa e plástica do “problema do negro” encarado, simultaneamente, como problema econômico, social, cultural e racial. Se a tentativa tivesse vingado, nela se encontraria o caminho para a mobilização conjunta dos diferentes estratos sociais da “população de côr”. Outros veículos de agitação intelectual e de comunicação no “meio negro”, como **O Nôvo Horizonte** (“órgão de propaganda unificadora”, que tinha por lema, inicialmente, “Para seres bom negro, sê culto — o futuro da nossa raça o exige”) (71), também se devotaram, a seu modo, ao esforço de congregar e de unir o negro e o mulato em uma causa comum. As tentativas de uma abertura mais franca e corajosa diante dos processos histórico-sociais da sociedade brasileira como um todo foram retomadas, com amplitude e profundidade que não tiveram antes, pelo grupo de orientação socialista, reunido em torno de **Senzala**, “revista mensal para negros”, que teve duração efêmera mas exerceu influência fecunda (72). A seguir, apareceram novas entidades e alguns jornais (73). Todo êsse florescimento revela quão significativo foi o período que vai de 1945 a 1948 (pelo menos), como ressurgimento, redefinição e implantação definitiva das velhas reivindicações da “gente negra”. Não se renovam, apenas, os antigos focos de agitação intelectual e moral. Esboçam-se novas linhas de consciência da situação sócio-cultural do “negro” em São Paulo, consolidam-se as esperanças de arregimentação universal, mas segundo modelos democráticos e pluralistas de atuação social organizada, e surgem soluções institucionalmente mais elaboradas para êsses problemas. Sabia-se que a miséria, a ignorância e o individualismo do “negro” não constituíam as únicas barreiras a serem vencidas. Via-se melhor como a sociedade inclusiva tolhia a eficácia e a continuidade dos movimentos reivindicatórios; e compreendia-se com maior clareza a relação entre meios e fins (com a própria natureza de ambos) em termos da ação propriamente dita.

Embora os objetivos destas variadas ramificações da agitação social no “meio negro” tenham falhado, no terreno prático, elas pene-

(70) — Foi dirigido por José Correia Leite, Fernando Góes e Raul Joviano do Amaral. O seguinte diagrama oferece uma idéia da amplitude com que foi concebida a Associação dos Negros Brasileiros:

(71) — Foi dirigido por Arnaldo de Camargo e Aristides Barbosa, mais tarde substituído por Ovídio P. dos Santos (e, temporariamente, por Moisés Isis); circulou de 1946 a 1954.

(72) — Foi dirigida por Geraldo Campos de Oliveira, com a colaboração de Sebastião Batista Ramos e Armando de Castro; circulou em 1946.

(73) — Entre os quais cumpre distinguir a **Cruzada Cultural**, dirigido por José da Silva Oliveira, que começou a circular em 1950.

Club Negro de Cultura Social



Associação que imprime na sua finalidade, as aspirações máximas da mocidade negra patricla.

Funciona sob exlta vigorosa do cliche que encima esta nota: União da juventude no campo da instructura physico-moral intellectual. Allstem-se

traram e modificaram, de várias maneiras, o horizonte cultural do negro e do mulato paulistanos. Por isso, julgamos mais avisado projetar os aspectos ideológicos num período mais vasto de tempo e conduzir nossas sondagens pelo menos até 1948, marco que assinala o fim do sonho de constituir-se a Associação dos Negros Brasileiros, com o desaparecimento de Alvorada. Em consequência, partindo das evidências fornecidas pelo fulcro original dos movimentos reivindicatórios, debatidos acima, coligimos outras manifestações ideológicas referentes àquele período ou à fase de ressurgimento dos movimentos reivindicatórios no “meio negro”. Haveria pouco interesse, outrossim, em reiterar conclusões sugeridas, implícita ou explicitamente, pelos materiais empíricos, apresentados anteriormente. Preferimos concentrar-nos, portanto, em três questões fundamentais: 1.º) a natureza da ideologia racial com que nos defrontamos, graças ao aparecimento e à persistência dos movimentos reivindicatórios da “gente negra”; 2.º) os conteúdos e a orientação das formulações ideológicas, objetivadas socialmente de forma bastante geral e persistente, para serem consideradas representativas e atuantes; 3.º) as funções dessas formulações ideológicas.

Quanto à primeira questão, é inegável que as aparências sugerem uma idéia falaciosa: que não existe uma “ideologia negra” — nem mesmo variantes tôscas de algo que pudesse merecer êsse nome. No entanto, atrás das ambiguidades, das vacilações e das contradições (por vêzes agravadas pelas lutas encarniçadas e sem quartel de líderes, de grupos ou de facções), havia uma situação de interesses comum. Por mais complexa e caleidoscópica que fôsse essa situação de interesses, ela enredava os “agitadores” (74), comprometendo-os com reivindicações e palavras de ordem substancialmente idênticas. Essa realidade foi prontamente descoberta e apontada pelos principais expoentes da “imprensa negra” (ainda que sem resultados práticos). E não pode deixar de ser reconhecida numa análise objetiva. A única coisa que se poderia ponderar é que se estabeleceram e se consolidaram, gradualmente, duas tendências típicas. Enquanto e na medida em que aceitasse e se identificasse com a dominação da “raça branca”, o “negro” comungava a ideologia da democracia racial caracterizada no capítulo III. Ou seja, definia-se perante a sociedade através da ideologia racial dominante. Todavia, quando o “negro” repudiava essa ideologia, com alguma coerência e vivacidade, êle encarava aquêle espécime de sua “raça” como “**trânsfuga**”, procurando afirmar-se através de avaliações e aspirações sociais autônomas. Em consequência

(74) — Os movimentos reivindicatórios foram designados, no “meio negro”, com a palavra “agitação” e seus líderes, sem nenhuma segunda intenção, foram chamados “agitadores”.

da própria conjuntura histórica, o grau de autonomia da consciência social era extremamente variável no seio da “população de côr”. Havia os que percebiam a necessidade da “arregimentação da gente negra” sem admitir a existência do “preconceito de côr”; e os que acreditavam em ambas as coisas. Entre os dois polos opostos, intercalavam-se diferentes concepções de transação. Todos os que assim pensavam, porém, compartilhavam de certas convicções elementares universais. Achavam que o “negro” devia despertar, sair do retraimento e impor-se novos alvos de “integralização” à ordem econômica, social e política.

É dentro do referido estoque de convicções elementares universais que se constitui, aos poucos, uma ideologia racial divergente, sob muitos aspectos em conflito aberto com a ideologia racial dominante. Ela nunca chegou a ganhar um mínimo de pureza **teórica** e de agressividade **prática**, por causa da ambiguidade inerente à conjuntura histórico-social e racial. A busca de autonomia não se confundia com a negação e a repulsa da ordem social vigente. Ao contrário, pressupunha a defesa convicta das vantagens da aceitação e da integração completa a essa ordem social. Portanto, o “branco” não era atacado senão na essência de sua dominação racial e da ideologia correspondente. O elemento dinâmico das acomodações divergentes desenvolvidas é inconfundível: o “negro” inconformista pretendia que se redefinisse a situação de interesses da “raça negra” em termos da estrutura e do funcionamento da sociedade de classes. Ele não repelia nem o “branco”, nem a “sociedade de classes”, nem as “formas de dominação” que reajustassem as relações raciais aos mecanismos da ordem social competitiva. Mas, condenava literalmente a perpetuação indefinida dos padrões brasileiros de integração racial, que mantinham uma dualidade indesejável: uma situação praticamente de castas sob o manto da “sociedade aberta” e da “democracia racial”.

Tudo isso mostra que a “ideologia negra” forma-se como uma réplica à ideologia racial tradicionalista. De ângulo positivo, ela representa o produto dinâmico da absorção dos valores em que se asentava a ordem legal (e, por conseguinte, o próprio estilo de vida dos “brancos”) pelo “negro”. Na polarização negativa, ela traduz a repulsa do “negro” à duplicidade de uma ordem social, que lhe parecia **aberta** num plano, mas **fechada** noutro. Tratava-se, pois, de uma ideologia que jamais se poderia organizar em bases racistas. O apêlo de união e de exclusivismo tinha, dentro dela, um caráter meramente estratégico. Não era um fim em si mesmo nem o alvo supremo, perseguido conscientemente como tal. Sob todos os aspectos, estamos diante de uma contra-ideologia, construída para minorar as frustra-

ções psico-sociais de uma categoria racial e, eventualmente, para auxiliá-la na luta direta pela modificação rápida do *status quo*.

Entendida nesses termos, a “ideologia negra”, tal como ela se objetivou através dos movimentos sociais considerados, tinha por fim explícito e último o desmascaramento da ideologia racial dominante. Por sua própria natureza, ela deveria extinguir-se à medida que preenchesse suas funções. A longo termo, *pari passu* com a integração econômica, social e política da “gente negra”, ela perderia sua razão de ser e estaria fadada ao desaparecimento. O seu lugar seria tomado por outros valores e avaliações sociais, legitimamente consagrados pela ordem social vigente. Se isso não sucedeu, a culpa não cabe ao “negro” nem a qualquer sorte de intolerância racial de que êle se fizesse porta-voz. Mas, deve-se a uma conjuntura histórico-social que solapou, pela base, suas esperanças e seus esforços de democratização do sistema brasileiro de relações raciais.

O desmascaramento processava-se em três níveis distintos. No mais evidente e superficial, êle negava a eficácia, para o “negro”, da ordem legal estabelecida. A liberdade e a igualdade, conquistadas após a Abolição e a República, seriam meramente formais e inúteis. Ambas não teriam eliminado a “espoliação secular”, que continuaria sob novas formas. “Basta de mentiras... Basta de tutelas... Os negros querem ajudar na organização do Brasil, com a sua independência de pensamento. Querem ter a proteção própria na política, colocando-se sempre do lado do seu único partido que é o Brasil” (75). “O elemento negro já sabe, que precisa trabalhar para a sua integralização moral e material; é uma conquista imprescindível; é uma necessidade inadiável que se nos apresenta; é a maior consagração que se pode oferecer à memória do nosso antepassado. E será também, a segurança do futuro da nova geração que vem surgindo, e, precisa por força, encontrar o exemplo da nossa vitalidade moral, em volta de tantas idéias sãs que temos defendido e semeado na seara do bem e do bom viver”. “Depois de oito lustros de liberdade, os remanescentes dos ex-escravos tiveram de lutar, para não ficar intoxicados pela cachaça e outros vícios... Ficaram libertos, porém, sem pão e sem lar, embrutecidos pelos martírios do maldito regime, tiveram também, de enfrentar as correntes migratórias que sempre foram bem remuneradas, e amparadas por tôdas as leis do nosso país... Do negro ninguém cuidou, êle que fôra a verdadeira máquina de trabalho, para a construção do progresso que, hoje, assistimos, mas que, à mocidade negra, não toma parte ativa,

(75) — Editorial sobre “Frente Negra do Brasil”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VIII — N.º 37, 8 de Novembro de 1931.

na tumultuosidade dessa lufa lufa diária” (76). “Nossas glórias não nos poupam à atitude de escárneo ou piedade pior que êle, com que nos tratam govêrno e sociedade. Gozamos, **teòricamente**, de todos os direitos que, juridicamente, nos garante a própria constituição fundamental. Mas, como o direito, para o ser, implica uma expressão de vida real e não abstração, as fôrças da sociedade que estão, inapelavelmente, acima da lei ou contra ela, evitam-nos ou até nos expulsam das suas instituições burocráticas, de utilidades ou “polícia” social de ensino, e de formação intelectual, moral e religiosa também; abominam-nos orfanatos, hospitais e mais casas de assistência social, e até nas casas de expressão econômica em que, em suficiência e competência, poderíamos ganhar o pão de brasileiros e humanos”. “Não há, para nós, o mais das vêzes, justiça social. Em situação de direito, quando apelamos para quem nô-la garanta, já estamos antecipadamente derrotados na demanda”. “Relegam-nos, pois, a nós brasileiros, a uma posição horrível de inferioridade e desprestígio perante o nacional branco, e o que mais revolta, perante o estrangeiro”. “Nada têm valido os protestos insulados. E êles hão sido muitos, chegado às vêzes trágicamente à reação violenta que é paga pelo castigo de crimes comuns articulados no Código Penal, sem atenuante...” “Somos a caricatura ambulante do grande Brasil da epopéia de 300 anos, para a gargalhada beócia dos que não conhecem a história e as tradições nacionais que somos nós, que são os nossos antepassados”. “Esbulhados de posses pessoais e coletivas, não há quem advogue a nossa causa, enquanto muitos de nós, na ignorância da situação, nos esquecemos do futuro nosso”. [...] “Despertai, Patrícios! Nada nos aproveitam as nossas glórias tantas vêzes empanadas e até negadas. Nada valem para o remédio do nosso estado atual, não nos valorizam familiar, social, política nem economicamente” (77). “Enquanto aquêles nossos irmãos, vivem há longos anos, chafurdados num verdadeiro pantanal, os nossos inimigos, que para aqui se aportaram, apoderavam-se das posições de destaque, quer na política, quer nas repartições públicas, mancomunados, com os passados governos, que, além de deixarem de executar as lei constantes na nossa Carta Constitucional, ainda faziam prevalecer o despotismo, tolhendo a liberdade do povo. “Todos são iguais perante a lei”, diz o parágrafo 113 da nossa Magna Carta. Êsse direito de igualdade que a lei nos assegurava, foi sempre, um mito. Nunca existiu! Ainda hoje, quando um indivíduo bate-se pelo di-

(76) — José Correia Leite, “A Mocidade Negra”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VI — N.º 16, 13 de Maio de 1929.

(77) — Arlindo Veiga dos Santos, “Congresso da Mocidade Negra Brasileira. Mensagem aos Negros Brasileiros”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VI — N.º 17, 9 de Junho de 1929.

reito de igualdade, é taxado de extremista por alguém que se julga com o direito de superioridade, dada a sua posição social” (78).

Em um nível mais profundo, o desmascaramento alcançava as racionalizações em que se fundavam a filosofia e a política da “democracia racial”, com o padrão correspondente de dominação racial tradicionalista. Aí surgiam, a um tempo: uma explicação para a ineficácia da ordem legal vigente e uma interpretação das fontes de resistência à aceitação igualitária do negro e do mulato pelo “branco”. O “preconceito de côr” elaborava-se como uma categoria histórico-social, indicando porque “classe” e “raça” se misturavam de maneira tão intrincada. Dois tipos de barreiras se entrecruzariam, de modo imperceptível ou dissimulado aos olhos do “branco”, complicando o peneiramento social do “negro” e pervertendo a normalidade da ordem social competitiva e democrática, mais ou menos fechada para os “homens de côr”. Esse diagnóstico era, por sua natureza, muito complexo. Por isso, esboça-se aos poucos, até afirmar-se plenamente, com tôda clareza e através de uma posição de luta. De início, ainda prevalecia certa confusão. O “negro” não sabia se o “preconceito” se associava à sua condição racial ou à sua posição social. A seguinte pergunta é bastante esclarecedora: “Pergunto eu; porque é que existe êsse mesquinho preconceito; é por causa da côr, ou por ser pobre e não andar decentemente trajado, ou ainda no causo mais sério será porque o negro não sabe portar-se com a devida polidez que êsses lugares requer?” (79). Mas, logo se firmou uma orientação predominante, que o definia como sendo racial e suscitava reações de animosidade consciente. “Nós, os negros, somos os primeiros a sonegar a existência da questão negra, brasileira, e vivemos apavorados diante da marcha evolutiva de outras classes e diante dos fenômenos resultantes dos êrros sociais, pela covardia e a vaidade de certos negros que vivem amparados pelo protecionismo interesseiro e confessamos abertamente que somos incapazes de advogar a própria causa. No entanto, é mister não se notar, a transmutação do ambiente que aos poucos vai nos colocando numa condição de inferioridade, como se fôssemos estranhos a tudo que diga respeito aos brasileiros” [...]. “No Brasil não há preconceito de Raças. Assim dizem. No entanto, o dr. Rubens do Amaral, orgulho da nossa imprensa quotidiana, afirmou há tempo, em brilhante artigo, não sòmente a existência do preconceito da côr, como o da classe”. “Mas, o preconceito de raças no Brasil, vai se acentuando cada vez mais, sobretudo em São Paulo e nos estados sulinos; e, em

(78) — Editorial sôbre “Pela Liberdade da Raça”, *A Voz da Raça*, São Paulo, Ano III — N.º 46, 29 de Junho de 1935.

(79) — Alberto de Almeida, “Preconceito”, *O Patrocínio*, São Paulo, Ano 2 — N.º 21, 18 de Dezembro de 1927.

[...]. “Ainda há pouco, dizia bem o poeta negro Solano Trindade num artigo inserto no **Jornal de Debates**. A questão do preconceito não é a causa que importa, mas sim, os seus efeitos. E, objetamos nós: êsses efeitos são causados em grande parte pela nossa própria culpa! E quem diz isso? O jornalista e lutador José Bernardo, no próprio **Jornal de Debates**, quando afirmou esta dura verdade, que aqui grifamos: “a culpa é dos próprios negros!” Estamos de acôrdo. Sim porque nós, os negros brasileiros, somos todos originários das senzalas e, temos ainda, os estigmas do desprezo que, humanamente falando, devia dar mais brio e calor no rosto de certos negros granfinados pelo verniz das fantazias — que fazem tôda a espécie de ridículo e são uns contrastes em face do problema da evolução negra no Brasil” (87).

Êsses dois tipos de desmascaramento engendraram a necessidade de desmascarar, também, certos símbolos e valores que serviam de fundamento, na sociedade inclusiva, para conceber-se a realidade racial segundo a situação de interesses dos “brancos”, como e enquanto raça dominante. As datas históricas e sua significação oficial entravam nesse rol. “Mas de que serviu finalmente a lei do abolicionismo no Brasil? Únicamente para mostrar ao estrangeiro a nossa aparente civilização, porque se ela aboliu a escravatura oficial, implantou o servilismo particular; se derrubou o regime de escravos obrigatórios, impôs o de servos voluntários” (88). “As revoluções de 13 de Maio de 88 e a de 15 de Novembro de 89, num rápido confronto, condenaram a Raça Negra, à morte lenta, pela ociosidade, pelo abandono e em suma, por todos os vícios e as agruras das intempéries” (89). “E’ a nossa ação social, destender-se-á por todo o Brasil, num vasto campo de saneamento moral e educacional, dêsse mesmo povo negro que a mentira de 13 de Maio, deixou no mais completo abandono, para melhor servir à causa da nossa arianização” (90). “Basta de experiência!... Não podemos advogar outra coisa que não seja a nossa própria causa qual ela se apresenta. E ela se apresenta assim: o negro trabalhou mais de 300 anos na escravidão. Os horrores todos conhecem. E a escravidão é um roubo. Veio a Lei de 28 de Setembro — Ventre Livre, legislação na casca do ovo. Veio a ironia de 13 de Maio de 88. O negro ficou um livre escravo. Passaram-se 43 anos e o negro veio no ciclo de tôdas as agitações —

(87) — José Correia Leite, “Preconceito, Casa Grande e Senzala”, *Alvorada*, São Paulo, Ano II — N.º 18, Março de 1947.

(88) — A. Oliveira, “Aos Nossos Leitores”, *O Alfinête*, São Paulo, Ano I — N.º 2, 3 de Setembro de 1918.

(89) — José Correia Leite, “O Grande Problema Nacional”, artigo citado.

(90) — “Frente Negra do Brasil”, editorial do *Clarim da Alvorada*, N.º 37, já citado.

inconsciente e angustiado — mas sempre procurando compreender os seus usurpadores” (91). As transcrições feitas na primeira parte dêste capítulo ou nos parágrafos anteriores evidenciam que os valores reputados como essenciais para a vigência e a normalidade do estilo de vida democrático também sofriam um processo de desmascaramento. Não se afirmava que êles fôsem secundários ou indesejáveis; apenas, que sua observância se restringia ao comércio social dos “brancos” entre si, o que os convertia em autênticos privilégios e em prerrogativas de um sistema de castas dissimulado. O que importa, acima de tudo, é o tirocínio do “negro” em suas experiências com êsses valores. Após as amargas desilusões, que se seguiram à fase pós-abolicionista, com as confusões tão destrutivas que o colocaram à margem do processo histórico, os referidos valores deixaram de ser vistos como um fim em si mesmo. O “negro” compreendera, enfim, que precisaria proceder como o “branco” e que a liberdade ou a igualdade só possuíam algum sentido se pudessem ser fruídas socialmente. “A liberdade do homem, não é a sua única razão de ser, mas o que brota de seu pensamento é que causa a origem da luta de igualdade reforçada pela necessidade que possui, cada ser humano, em ter sua vida regularizada dentro de um padrão decentemente recomendado pela época atual. Lamentamos sinceramente ao vermos que desde há muito, reiniciada a campanha de democratização do povo brasileiro, até agora não se pode precisar nenhum plano elaborado em bases sólidas para a defesa de nossa gente. Não nos importamos com as profecias que giram de quando em vez, trazendo à tona social o dilema “Plantar não basta”. Não nos diminui, se não colhemos, hoje, aquilo que ontem plantamos; mas outras pessoas futuramente hão de colher e a Pátria, agradecida, galgará mais um degrau na escadaria da civilização, impoluta, de ombro a ombro ela marchará com as demais nações instruídas, rumo à economia, rumo à cultura, rumo ao bem estar de todos! Bem sabemos que povo algum pode seguir justa e pacificamente a questão social nestes últimos tempos, em que se sente a necessidade da verdadeira união entre todos, e da comunhão de pensamento, onde a fraternidade viria operar mutuamente, e o respeito se processasse à altura do preceito humano — mesmo sendo negro” (92). Dêsse ângulo, os movimentos reivindicatórios apareciam aos olhos do próprio “negro” como uma espécie de *experimentum crucis*. Cada etapa vencida significaria uma ascensão na escala do prestígio e da dignificação

(91) — “Idéias Contemporâneas”, colaboração da Liga dos Amigos da Luta, O Clarim da Alvorada, São Paulo, Ano IX — N.º 39, 31 de Janeiro de 1932.

(92) — Ovídio P. dos Santos, “Eis a Política a ser Adotada”, O Nôvo Horizonte, São Paulo, Ano II — N.º 19, Março de 1948.

da pessoa, com novos recursos para o uso construtivo da liberdade e da igualdade perante os “brancos”. Doutro lado, o grau de tolerância dêstes diria, como um termômetro, até onde se poderá chegar, no Brasil, na democratização das relações raciais. “Mas, a Frente Negra Brasileira veio para reivindicar os prejuízos da raça negra, que ainda há pouco saía das portas degradantes da escravidão; e o seu programa patriótico e humano, merecerá o apoio de todos os brasileiros, se é verdade que no Brasil não há preconceito de côr” (93). O “dilema do negro” confundia-se, assim, com o dilema da democracia no Brasil. Optando por ela e preparando-se para dela participar, o grau de aceitação ou de rejeição do “negro” diria, por si mesmo, até onde chega a lealdade dos “brancos” para com os fundamentos axiológicos da ordem social democrática.

Essas indicações sugerem que, apesar da precariedade dos quadros intelectuais dos movimentos reivindicatórios, o desmascaramento foi aplicado, simultaneamente, em todos os níveis de interação com o “branco” de real importância estratégica. O “negro” não só se afirmava ideologicamente contra o “branco”; onde isso ocorria, o desmascaramento forçava o “negro” a prover-se de representações e de avaliações próprias. Em consequência, a sua compreensão do mundo, da natureza do homem e de sua posição na sociedade ganhou certa riqueza e versatilidade. Ele não só absorveu (ou predispôs-se a absorver) os símbolos e os valores fundamentais da ordem legal. Impôs-se com pureza e integridade paradigmas que os “brancos” violavam ou pervertiam, em virtude das acomodações raciais imperantes. Por aí se vê que o desmascaramento não operava, especificamente, como uma técnica social negativa. Por lamentável ou desagradável que seus efeitos possam parecer, da perspectiva social da “raça dominante”, ele teve um sentido altamente criador do ponto de vista do “negro”. Graças a essa técnica, o “homem de côr” redefiniu certos símbolos, assimilou o significado de certas instituições e valores sociais, bem como passou à condição de criador de seu próprios mitos. Doutro lado, as conexões de sentido que associavam a técnica de desmascaramento, tal como ela foi empregada, com a organização da personalidade, da cultura e da sociedade, converteram-na, desde logo, em fonte psico-dinâmica de anseios de autonomia moral e em fator sócio-cultural de novas tendências de auto-dignificação da “raça negra” como categoria social. Os conteúdos e a orientação da “ideologia negra” prendem-se, assim, estrutural e dinamicamente ao pepel histórico que ela devia preencher, como contra-ideologia de desmascaramento racial. Em termos histórico-sociológicos, eles respondem à necessidade básica de uma “raça”

(93) — “Frente Negra do Brasil”, *O Clarim da Alvorada*, N.º 37, editorial citado.

alienada psicológica, econômica, social, política e culturalmente, que precisa tomar consciência de sua situação de interesses para poder participar das garantias materiais e morais da “sociedade aberta”. Num momento de transição, o “negro” teve de tomar consciência de si e para si, como categoria racial, para afirmar-se socialmente e projetar-se de novo na história, na condição efetiva de **homem livre**.

Por isso, êle se propõe a “questão negra” tipicamente como minoria racial espoliada, que almeja romper as cadeias dessa espoliação. Nesse sentido, são deveras sugestivas: a gravura estampada pelo número 4 de **O Clarim da Alvorada** (de 13 de Maio de 1928), que representa o “negro” como o liberto que rompe pelas próprias forças as grilhetas que o manietavam; e a ilustração do número 35, do mesmo jornal (de 23 de Agosto de 1931), que contrastava o negro cativo ao negro livre, numa alegoria ao significado da conquista, por iniciativa própria, da plenitude cívica (94). A noção de “raça espoliada” de “espoliação secular”, de “raça secularmente desprezada e espoliada” atravessa os espíritos e ressurge em quase todos os debates (95). “Foi uma época que marcou o surgimento de personalidades anônimas, cheias de anseios e de esperanças; era um novo alvorecer. Um novo abolicionismo, mais difícil, mais complexo”. “Mas, nós somos os párias. Lutamos com alegria e atormentados pela esperança de um ideal de conquista a um lugar ao sol”. Em suma, tratava-se de “uma luta de redenção e de afirmação de direitos” (96). O “negro” pretendia elevar-se à condição de “raça” livre, autônoma e respeitada, projetando-se no processo histórico como agente de uma revolução social que abortara. Êle não retoma a ideologia do abolicionismo, construída pelos “brancos” e para os “brancos”. Elabora êle mesmo os seus mitos, avaliações e aspirações sociais, tentando dar à segunda Abolição o conteúdo de uma afirmação do “negro” para o “negro” dentro da ordem social estabelecida.

Por conseguinte, no plano especificamente político as suas manifestações transcendiam ao âmbito dos partidos e das ideologias políticas, organizados em função da situação de interesses da “raça branca”. Por isso, escreve um dos principais construtores da con-

(94) — As duas gravuras foram reproduzidas neste trabalho, em virtude de seu valor simbólico.

(95) — Mesmo quando se tratava de explicar às gerações ascendentes os fins do Congresso da Mocidade Negra ou se comentasse o significado do “Dia da Mãe Preta” (cf. José Correia Leite, “A Mocidade Negra”, **O Clarim da Alvorada**, São Paulo, Ano VI — N.º 15, 7 de Abril de 1929; e o editorial sobre aquela efeméride, em **O Clarim da Alvorada**, Ano VIII — N.º 36, 28 de Setembro de 1931).

(96) — José Correia Leite, **O Alvorecer de Uma Ideologia**, trabalho em Ms., a ser publicado na série **Cultura Negra**, pela Associação Cultural do Negro, citações extraídas das pp. 1, 16 e 20.

tra-ideologia analisada: “Do ponto de vista político, muitos poucos são os que se colocam na esquerda ou na direita”. “A hora é da própria reabilitação da “raça” (97). Contudo, isso não significava que o “negro” quisesse se **colocar à margem**, no terreno político; e, muito menos, que seus **intúitos** políticos tivessem algum compromisso racista. Várias transcrições, feitas acima, mostram, ao contrário, que a “política racial” posta em prática visava à integração total e, inclusive, a uma participação efetiva nas estruturas políticas do regime republicano e da Nação. É que, para “ser classe”, ou seja, para diluir-se nos diferentes extratos da sociedade global, o “negro” precisava, primeiro, firmar-se na cena histórica como “raça”. Havia um elemento específico que impedia, no seu caso, que a transição se desse de forma imediata — e êsse elemento foi identificado como “a barreira da côr”. O “branco” da plebe, mesmo do setor dependente, podia efetuar essa transição amparando-se na “ideologia oficial”, que era a ideologia das camadas dominantes. O “negro” não, pois era preciso destruir essa barreira, através de comportamentos coletivos especificamente raciais, que colidiam, de modo irremediável, com aquela ideologia. Em virtude da própria situação histórico-social, bem como das tendências integrativas predominantes no “meio negro”, a transição só se efetuariá se o “negro” lograsse, como categoria racial, condições para se afirmar historicamente, rompendo o seu isolamento, superando o seu estado de dependência e anomia social e impondo, a si mesmo e aos “brancos” em geral, uma nova imagem da pessoa e dos direitos do “homem de côr”. Isso significava, em poucas palavras: vencer como “raça”, para adquirir acesso às classes sociais existentes, teòricamente abertas segundo requisitos extraraciais (98).

Não nos compete avaliar nem os fundamentos éticos nem o grau de racionalidade de semelhante orientação. O que importa é ressaltar que ela possuía um elemento político irredutível: uma coletividade que luta por sua “redenção” e contra a “espoliação secular” (com o objetivo de compartilhar, “em condições de igualdade completa e absoluta”, os direitos e garantias sociais consagrados pela ordem legal vigente), luta fundamentalmente pela conquista

(97) — Cf. José Correia Leite, *op. cit.*, p. 2.

(98) — Dessa perspectiva, esclarece-se um importante problema sociológico, que foi levantado por Luís Lobato, em “Partidos Políticos da Raça Negra” (Senzala, São Paulo, Ano I — N.º 3, Abril de 1946, pp. 2-3). A dinâmica da situação envolvia dois momentos distintos: um, de afirmação como “raça”; outro, de diluição final nas “linhas de classe”. Alguns elementos do “meio negro” não perceberam a dialética da situação, apegando-se a soluções estreitas e inviáveis, como a formação de um partido fechado. A estratégia geral dos movimentos sociais negros era, não obstante, correta, já que não foi afetada irremediavelmente pela referida posição.

de posições e de papéis políticos na estrutura de poder da sociedade. Mas, em segundo lugar, havia outro elemento político crucial na orientação da “contra-ideologia negra”. Não se pretendia eternizar a transição. Acabar com a “espoliação secular” e obter “a redenção da raça negra” significaria, no contexto ideológico elaborado, ir daí em diante ombro a ombro com “o irmão branco”. A enorme difusão, feita por toda a imprensa negra mas especialmente por **O Clarim da Alvorada**, dos conflitos raciais ocorridos nos Estados Unidos, abria uma margem de opção que levava o “negro” a tirar algum proveito do mito da “democracia racial brasileira”. O que se visava era uma verdadeira democratização do sistema de relações raciais — não as compensações de uma ordem bi-racial, composta por duas estruturas simétricas mas estanques. O “negro” não aproveitou, o quanto podia, tais debilidades das racionalizações da “ideologia racial oficial”. Ainda assim, teve bastante sensibilidade para sintonizar-se explicitamente, com a emancipação das massas populares, com a ascensão política do Povo numa democracia e com as exigências materiais ou morais do progresso do País como um todo. O resultado é que concebia, embora confusamente, que a luta por sua integração à estrutura de poder da sociedade devia processar-se segundo modelos democráticos. A transição devia ser rápida e esgotar-se, plenamente, nos instantes de sua realização como fluxo histórico. Em outras palavras, a utopia, que formava o fundo da contra-ideologia construída, apontava para uma sociedade de classes aberta racialmente (e não, como muitos supuseram e ainda supõem, para uma ordem social racista). O pré-requisito dessa contra-ideologia tinha de ser, necessariamente, a construção de uma nova imagem da “raça negra”. Em primeiro lugar, impunha-se quebrar o imobilismo, a passividade e o apêgo direto ou indireto aos mitos raciais dos “brancos”. Como escrevia Vicente Ferreira, os negros precisavam sair “da apatia que envergonha a raça de gigantes” (99). Todavia, isso requeria que o próprio “negro” aceitasse abertamente e sem ressentimento uma definição inclusiva da “raça negra” e fôsse capaz de projetar-se com orgulho tanto no seu passado, quanto no seu presente e no seu futuro. Sob influência de Vicente Ferreira, negros e mulatos deixaram de ver-se sob termos ambíguos e distintivos. Compreendeu-se que ser chamado e designar-se como “negro” nada possuía de “pejorativo”; e que, ao invés, degradante seria aceitar ou estimular as ambiguidades ocultas atrás de designações correntes, como “preto”, “homem de côr”, “pessoa morena”, etc... Logo se chega a uma auto-identificação que atribuía ao termo “negro” um sentido inclusivo e dignificante.

(99) — Vicente Ferreira, “O Dia de Fé da Raça Negra”, **O Clarim da Alvorada**, São Paulo, Ano VIII — N.º 32, 13 de Maio de 1931.

“Antes de começar, fôrça nos é explicar o que entendemos por “negro”; é **NEGRO** tôda gente de côr, preto, mulato, moreno, etc., descendente do Africano e do Indígena” (100). “Pensai, negros!... Não julgueis a vossa raça por si, mas pelo que ela tem de sofrimentos no passado, e o que ela deve no presente conquistar. Pensai e hipotecai a vossa solidariedade ao soerguimento da nossa grandiosa raça, martir de tôdas as usurpações e tiranias...” (101). “A escravidão não honra país algum. Deve então ser apagada da nossa história?” (102). “Somos pretos e temos alma própria!” (103). Tais identificações abriam caminho para a auto-afirmação do “negro” como e enquanto “raça”. Descortinavam uma nova perspectiva, que estimulava atitudes de independência e comportamentos francamente inconformistas. “O que precisamos é neste instante em que turbilhona e agita-se na terra as idéias mais díspares: — os negros do Brasil mantenham-se num estado de crença constante, pela jornada árida em que nos propomos a marchar, para restaurar os direitos de vida que os nossos avós cimentaram com sangue!... Raça Negra, De Pé, Para A Glória dos nossos destinos, porque as lutas retemperam os povos”. “E nós só podemos triunfar quando cada negro fôr um combatente para realizar na perfeita razão do sentimento e da justiça, a obra de bem estar econômico para a organização definitiva da família negra” (104). “Estamos empenhados numa luta tão grande e nobre, que mal sentimos a penúria que nos cerca” [...]. “É por isto que estamos cheios de entusiasmos — amparando a legenda do século — **CORAGEM**” [...] “**CORAGEM** negros, um dia mais, um dia menos, havemos de vencer” (105). “Sêde cômicos dos vossos deveres e direitos como verdadeiros Negros e Brasileiros que sois” (106). “Enquanto aguardamos a solução decantada do nosso desaparecimento, vamos marchando. Lentamente e penosamente, vamos construindo as bases para a nossa emancipação integral. Negro, enquanto descansa carrega pedra. Es-

-
- (100) — A. J. Veiga dos Santos, “Palavras aos Pais Negros”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano IV — N.º 33, 13 de Maio de 1927 (Número especial, sob o formato de revista, p. 3). Transcrição literal.
- (101) — João Egídio de Souza, “De Ontem a Hoje”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VIII — N.º 35, 23 de Agosto de 1931.
- (102) — Editorial sobre “O Dia da Mãe Preta”, *O Clarim da Alvorada*, N.º 8, já citado.
- (103) — Francisco Lucrécio, “O Prêto que Tem Alma Própria”, *A Voz da Raça*, São Paulo, Ano III — N.º 60, Dezembro de 1936.
- (104) — Vicente Ferreira, “Raça Negra, de pé!...”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VIII — N.º 35, 23 de Agosto de 1931. Transcrição literal.
- (105) — Editorial de *O Clarim da Alvorada* sobre “A Legenda do Século” (relativa à gravura mencionada acima, referente ao liberto que quebra as próprias grilhetas), São Paulo, Ano VIII — N.º 36, 28 de Setembro de 1936 (p. 3).
- (106) — G. G. Souza, “Com o Brasil Pela Raça”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano X — N.º 42, 13 de Maio de 1933.

sa foi a palavra de ordem e de tormenta, sofrida pelos nossos antepassados. E nós, havemos de carregar pedra, e sobre pedra havemos de construir os alicerces de nossa verdadeira aleluia. E não tardará porque os dias de hoje nos indicam — somos a raça do futuro” (107). “Sou Negro! Sou Negro cômico dos meus deveres! Sou Negro livre pelo Negro! Sou Negro! Sou soldado de minha Raça dentro do meu Brasil” (108). “Ergue-te, negro! Empunha a tocha do saber e ilumina a senda por onde hás de transitar! Mostra ao mundo que também és forte, inteligente e capaz de realizar coisas dignas de nossa grande raça! Revela teus pendôres, tuas criações, tuas necessidades e faze-te credor do próprio progresso! Sacode de teus ombros o peso das agruras sofridas e faze do passado motivo de evocação e glória imorredoura. A lembrança da escravidão, longe de diminuir há de engrandecer-te perante o mundo porque, libertando-te dêsse complexo, chegarás à compreensão devida do que te está destinado a fazer para a elevação total da Raça!” (109). “Sim, sou negro, mas ninguém contesta que pertenço a uma grande Raça” (110). “Não devemos e não podemos continuar elaborando no erro da incredulidade da nossa própria capacidade de organização. E é preciso que se compreenda que só organizados poderemos conhecer os nossos verdadeiros líderes e a expressão de nossa força. E assim toda a ação que se desenvolver será em sentido direto da nossa evolução conjunta, pelos anseios de nossa cultura e pela nossa estabilidade econômica” (111).

Esse conjunto de testemunhos é incisivo. A réplica ideológica do “negro” ao “branco” respondia à necessidade de afirmar-se como “raça” em si e para si. Como ponderava um de seus líderes: “Estamos ainda com a raça, pela sua emancipação integral, dentro de uma obra de negros para negros” (112). O “negro” estava convicto de que tinha de converter-se no agente da sua liberdade e da sua integração à ordem social. Enquanto foi parceiro mudo, na cena histórica, ficou à margem dos acontecimentos e da própria vida

(107) — José Correia Leite, *O Clarim*, São Paulo, Ano I — N.º 4, Maio de 1935.

(108) — Raul Joviano do Amaral, “Sou Negro”, *O Clarim*, São Paulo, Ano I — N.º 4, maio de 1935.

(109) — Arnaldo de Camargo, “Exortação”, *O Novo Horizonte*, São Paulo, Ano I — N.º 2, Junho de 1946.

(110) — Arnaldo de Camargo, *O Novo Horizonte*, São Paulo, Ano III — N.º 36, Maio de 1949.

(111) — José Correia Leite, “Atualidade do Negro Brasileiro”, *Alvorada*, Ano II — N.º 13, Outubro de 1946.

(112) — José Correia Leite, “Um Ano de Silêncio”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano X — N.º 42, 13 de Maio de 1933; conforme, também: Liga dos Amigos da Luta, “O que Necessitamos”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VIII — N.º 37, 8 de Novembro de 1931; Manoel Antônio dos Santos, “Trajetória do Ideal”, *Tribuna Negra*, São Paulo, Ano I — N.º 1, 1a. Quinzena de Setembro de 1935.

social organizada. “A nossa hora é chegada? Então marchemos para o porvir melhor!... Alista-te negro, na Frente Negra Brasileira” (113). “Neste instante delicado da vida nacional, quando o país reclama o concurso de todos os seus filhos devotados, é preciso que o homem negro, descendente de uma raça heróica de gigantes, que regôu carinhosamente o solo brasileiro, corresponda com a sua contribuição valiosa, instruindo-se e preparando o espírito para o desempenho cabal de tôdas as profissões” (114). A libertação final e total da “raça negra” aparecia, assim, como uma exigência da situação histórico-social. O “negro” redimia-se como e enquanto “raça”, para compartilhar e construir, com o “branco”, os destinos da sociedade brasileira.

Por aí se vê que nem o passado nem o presente do “negro” contribuíram para jungi-lo a uma ideologia vindicativa e de ressentimento. As frustrações e a desilusão social refluíam dolorosamente no “protesto negro”. Mas, tão sòmente na esfera das motivações. Soava mais forte o empenho de eliminá-las de vez, que a disposição de um acêrto de contas impossível com a “raça dominante”. O “negro” dispunha-se para o perdão e o esquecimento, contanto que pudesse erguer-se, laboriosamente, como uma “raça” livre, respeitada e construtiva. O desmascaramento da ordem legal, da ordem racial e da ordem moral da sociedade brasileira queria pôr um paradeiro em certas práticas desumanas; não reavivar ou difundir ódios insanáveis. Vendo o seu futuro através do destino social do “branco” no presente, o “negro” identificava-se com os verdadeiros fundamentos econômicos, sociais e políticos do sistema de classes. Por isso, em cada nível em que o desmascaramento racial se processava, surgiam disposições positivas de ajustamento social.

Ao desmascaramento da ordem legal, correspondiam os anseios de “integralização social absoluta”. “Se a **Lei da Abolição** não encontrou o elemento negro preparado para recebê-la e dela naturalmente saber fazer uso das prerrogativas da sua própria liberdade, cumpre-nos agora o desempenho de um grande papel, o de adaptá-lo a nós, para que o mesmo saiba doravante como quer a **Frente Negra Brasileira**, gozar e usufruir essa mesma liberdade, afim de, em igualdade absoluta, o homem negro poder comparecer perante o altar da Justiça e da Lei do País, em perfeita paridade com seu patrício branco” (115). Ao desmascaramento da ordem racial, correspon-

(113) — “O Nosso Dever é Enfileirarmos”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VIII — N.º 36, 28 de Setembro de 1931.

(114) — Justiniano Costa, “Saudação aos Homens Negros do Brasil”, *A Voz da Raça*, São Paulo, Ano III — N.º 58, Outubro de 1936.

(115) — Justiniano Costa, discurso como presidente da Frente Negra Brasileira, em solenidade oficial realizada em 20 de setembro de 1936; Ms., p. 5.

diam os anseios de tratamento social condigno e respeitoso. “Estamos lutando para um levantamento integral do negro brasileiro; pela sua estabilidade econômica, cultural e social. Lutamos para que êsses princípios sejam plantados e arraigados no fortalecimento da nossa compreensão espiritual”. “Lutamos em função de uma missão histórica; da disparidade que uma secular espoliação deixou no seu rastro, como resultante — a condenação de gerações após gerações — malsinadas com cicatrizes profundas nesse estado latente do nosso desajustamento. Lutamos pelo direito de nossa humanidade no convívio social; contra o relegamento e as negações — tantas vezes sofridas e que ainda sofremos na estigmatização dos enxovalhamentos que nos atiram, como se fôssemos uma inútil minoria” (116). Ao desmascaramento na ordem moral, correspondiam a laboriosa reconstrução do papel histórico desempenhado pelo “negro” no passado da sociedade brasileira e a exigência de verdadeiro respeito mútuo nas relações raciais. Assim, datas como o 28 de setembro e o 13 de Maio adquiriram nova significação; pessoas como Patrocínio, Luiz Gama, Rebouças, e tantos outros, receberam um autêntico preito engrandecedor; e os fundamentos axiológicos da ordem social competitiva e democrática sofreram uma reinterpretação realmente íntegra e puritana (117).

Graças a aplicações dêsse gênero, a técnica de desmascaramento racial contribuiu para refundir o horizonte cultural médio das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nos movimentos reivindicatórios. Introduziu nêles novas atitudes, valores e aspirações sociais; e difundiu comportamentos e controles sociais reativos de grande importância dinâmica para a integração do “negro” à ordem social competitiva e democrática. Nesse plano, seria conveniente ressaltar três aspectos mais relevantes. Primeiro, o que se poderia chamar de compulsão igualitária. O negro e o mulato, ressocializados pela participação nesses movimentos, passaram a exigir para si uma situação de existência análoga à do “branco” do mesmo nível social. A fórmula que se consagrou exprime-se com vivacidade nas duas transcrições seguintes: “Temos, pois, que procurar um interstício que nos permita viver. **Viver e não vegetar.** Com dignidade própria da condição humana” (118); “E, assim o negro moderno, da era

(116) — José Correia Leite, “Porque Lutamos”, Alvorada, São Paulo, N.º de 28 de Setembro de 1946.

(117) — Dispensamo-nos de fazer novas citações de referência sobre êste tópico para não alongar desnecessariamente esta parte do trabalho.

(118) — Raul Joviano, “Marcha no Mesmo Sentido”, Alvorada, São Paulo, Ano II — N.º 22, Julho de 1947; conforme, também: Raul Joviano Amaral, “Perspectivas”, Alvorada, São Paulo, Ano III — N.º 28, Janeiro de 1948; e, num sentido mais amplo: Arnaldo de Camargo, “Negro!!! Você é Importante”, O Novo Horizonte, São Paulo, Ano II — N.º 12, Julho de

nova, era de força e de inteligência, não quer mais ficar na cozinha da Nação. Hoje, êle tem um caminho a seguir, e seguindo-o, vai ficar na sala de visitas" (119). Semelhante compulsão animava a novas escolhas e exigia a rutura frontal com a passividade, a apatia e o tradicionalismo: "O negro precisa abandonar o pessimismo, deixar de lado o medo de ser alguém. Educar a inteligência, a moral, os sentimentos, o físico. Ensinar aos transviados, as belas virtudes, o amor, a justiça e assim preparando-nos e aos nossos, amanhã gritaremos bem alto, a nossa redenção, e finalmente a nossa conquista de raça livre e nossos clarins levarão ao mundo a nossa **LIBERDADE, IGUALDADE**" (120). Segundo, o desmascaramento do "branco" também atingia o "negro" que permanecesse fiel à ideologia racial oficial. Não só se condenava a capitulação passiva e o temor associado à dominação tradicionalista, bem como os traficantes com a "boa vontade" dos "brancos" (121); identificavam-se e desmoralizavam-se os "trânsfugas", aqueles que definiam sua lealdade fora dos interesses da "raça negra". A ânsia de autonomia impunha uma avaliação severa do "negro" que não se identificasse com a "causa da raça" e não sentisse o seu apêlo, nos terrenos do ideal e da luta. "No Sul, notadamente em São Paulo, proliferam os mercenários da raça, os vendilhões de suas glórias, escandalosamente vergados ao jugo dos brancos e para êles se prestando, como veículo direto de destruição de suas próprias dignidades" (122). Terceiro, os anseios de valorização da "raça negra" colocavam-se em termos precisos de redefinição das atitudes e avaliações dos "brancos". Dentro desse contexto, a ascensão econômica e social e a educação dos filhos eram vistos como alvos centrais, que iriam operar, a longo termo, co-

1947; Sofia Campos, "Muito Pouco Para Nós", *O Nôvo Horizonte*, São Paulo, Ano I — N.º 5, Setembro de 1946; Geraldo Campos, entrevista a *O Nôvo Horizonte*, São Paulo, Ano II — N.º 15, Outubro de 1947; Raul Joviano do Amaral, "Desígnios...", *Alvorada*, São Paulo, Ano III — N.º 29, Fevereiro de 1948.

(119) — Francisco Lucrécio, "A Constante Fundação de Núcleos Frentenegrinos!...", *A Voz da Raça*, São Paulo, Ano III — N.º 57, Setembro de 1936.

(120) — Raul Joviano Amaral, "Redenção", *A Voz da Raça*, Ano I — N.º 14, 24 de Junho de 1933; ver, também, Ovídio P. Santos, "Eis aqui uma Concretização...", *O Nôvo Horizonte*, São Paulo, Ano I — N.º 1, Maio de 1946.

(121) — Conforme, especialmente: Ruth Guimarães, "Nós, os Negros", *O Nôvo Horizonte*, São Paulo, Ano II — N.º 19, Março de 1948; Arnaldo de Camargo, "Explanação de Motivos", *O Nôvo Horizonte*, São Paulo, Ano I — N.º 1, Maio de 1946; José Correia Leite, "Será o Inimigo do Negro o Próprio Negro?", *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VII — N.º 28, 27 de Julho de 1930; Luiz de Souza, "Como Pregar a União", *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano X — N.º 42, 13 de Maio de 1933; Arnaldo Camargo, "Os Jovens Aconselham", *O Nôvo Horizonte*, São Paulo, Ano III — N.º 25, julho de 1948.

(122) — Gervásio de Moraes, "O Sacerdócio da Fé", *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VII — N.º 26, 13 de Maio de 1930.

mo fatores de transformação indireta da mentalidade racial da “raça dominante”. A seguinte explanação é suficiente para documentar a referida tendência: “os homens de côr estão trabalhando para que todos reconheçam seu valor, por que sua capacidade não seja menosprezada pela raça branca”. “O que lhes importa fazer, imediatamente, é incutir em seus filhos o respeito aos antepassados, à convicção de que são livres no corpo e no espírito, o desejo de algo fazer em prol dos de sua côr!” (123). A essa compulsão psico-social prendiam-se dois efeitos sócio-dinâmicos, que traduzem de modo pleno a influência construtiva da contra-ideologia construída pelo “negro”. De um lado, a redefinição do significado do trabalho na sociedade de classes. Ele passa a ser encarado como elemento de dignificação do homem e canal básico de ascensão social. “O trabalho é um dos fatores necessários para o triunfo da nossa evolução, apêguemo-nos a êle, com verdadeiro amor, para que, com o fruto dos nossos esforços diários obtenhamos os frutos que se prestam para educação dos nossos filhos e irmãos, unificando os nossos ideais de confraternização afim de deixarmos às gerações futuras, as bases sólidas para a continuidade da grandiosa obra dos nossos primeiros lutadores” (124). Portanto, ela iniciava a reconciliação do “negro” com a civilização industrial, incentivando-o a valorizar o trabalho segundo a escala do trabalhador livre. De outro lado, a descoberta da importância da instrução e da escola como requisito para competir com êxito com os “brancos” e como fator de integração à ordem social vigente. “Mas, para que vejamos satisfeito os nossos sonhos, pelo qual temo-nos batido constantemente, não é tão somente a união o fator primordial destas inspirações, aliás justíssimas, não é. Em primeiro plano, está a **EDUCAÇÃO**. Logo, precisamos tratar da educação dos nossos menores, fazê-los conhecedores da lei constitucional do país para que, a vindoura geração coordene-se, associando-se politicamente-intelectualmente na evolução nacional; porquanto, a maioria dos homens de côr não acompanham de perto e com interêsse tudo que se passa em derredor de si, vivem alheios, — pouco se lhes dá se a raça está necessitada, instruída, etc., etc., porque, não receberam uma educação aprimorada na sua infância, que lhes permitissem, facilitando-os observar o abandono em que se encontram. Eduquemos portanto, os nossos filhos, faça-mos-los senhores dos seus direitos, para que amanhã, nos orgulhemos de ser negros e pertencentes a uma raça pujante que tem demonstrado o

(123) — Alcides da Costa, “Educação” *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano I — N.º 8, 28 de Setembro de 1928.

(124) — Jayme de Aguiar, “Os Centenários e Nós”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VII — N.º 31, 7 de Dezembro de 1930.

seu valor físico e moral desde os tempos primitivos até a conflagração européia” (125). O sentido pragmático da orientação adotada transparece claramente na seguinte recomendação, que traduz o que o “negro” procurava na instrução: “Negros... Si eu pudesse levar a cada povoação dêste continente brasileiro uma palavra sequer, diria: — Aprende a ler, não para ser letrado, mas para conseguir a educação social indispensável aos filhos” (126).

O abundante material coligido acima, a respeito da natureza, orientação e conteúdos da contra-ideologia racial, elaborada em conexão com os movimentos reivindicatórios no “meio negro”, dispensa-nos da necessidade de descrever e de fundamentar, empiricamente, as funções sociais preenchidas por aquela contra-ideologia. Os dados já expostos indicam, com clareza, quais são essas funções. E revelam, em termos do contexto histórico-social descrito, quais eram as barreiras que se opunham à sua universalização no “meio negro” paulistano: 1.º) a inexistência de padrões de solidariedade racial suficientemente fortes para converterem a “população de côr” numa categoria racial integrada; 2.º) a propensão da chamada “classe média de côr” (127) a afirmar-se através de símbolos de riqueza, de nível de vida e de prestígio social próprios, isolando-se da massa da “população de côr” e tentando ignorar suas reações inconformistas diante do que poderíamos chamar de “dilema racial brasileiro”; 3.º) a tendência, que se manifesta em todos os setores da “população de côr” e é amplamente fortalecida pela influência direta ou indireta da “raça dominante”, a confundir-se a lealdade à ordem social nacional com a observância de expectativas de comportamento impostas pela ideologia racial “oficial”, construída pelos e para os “brancos”.

(125) — Luís de Souza, “O Momento”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano VI — N.º 15, 7 de Abril de 1929; vejam-se, também: Eusébio de Oliveira, “Escola!”, *Progresso*, São Paulo, Ano IV — N.º 48, 30 de Abril de 1932; “A Frente Negra Brasileira e a Instrução”, *A Voz da Raça*, São Paulo, Ano I — N.º 2, 25 de Março de 1933; Sentinela Negra, “Negros, Alerta!”, *O Patrocínio*, Campinas, Ano I — N.º 2, 11 de junho de 1933; Manoel Antônio dos Santos, “Filantropia Escravocrata”, *O Clarim*, São Paulo, Ano I — N.º 3, Abril de 1935.

(126) — Raul Joviano Amaral, “O Negro e a Cultura”, *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, Ano X — N.º 42, 13 de Maio de 1933.

(127) — A “classe média de côr” nem sempre abrange indivíduos em situação social de classe média. Em sua maior parte, compõe-se de indivíduos em processo incipiente de classificação social e que se distinguem do resto da “população de côr” por causa disso. Não obstante, o professor Roger Bastide cunhou essa noção para indicar a parcela dessa população que dispõe de maiores oportunidades de integração à ordem social competitiva.

Se tomássemos a conhecida distinção, que separa as funções sociais em **manifestas** e **latentes** (128), parece evidente que a contra-ideologia em questão preenchia duas funções básicas, no plano das atividades sociais conscientes, e três funções fundamentais, no plano das atividades cujos objetivos ou conseqüências eram parcial ou totalmente despercebidos pelos agentes.

No primeiro nível, aquela ideologia racial concorria, simultaneamente: 1.º) para desmascarar as racionalizações, opiniões e avaliações consagradas pela ideologia racial dominante, evidenciando os fatores e os efeitos **reais** da desigualdade racial vigente; 2.º) para unificar a percepção e a explicação da realidade, bem como as manifestações individuais ou coletivas de inconformismo e as aspirações de justiça social, objetivadas historicamente como reivindicações de uma categoria racial exposta à “espoliação secular”. No segundo nível, ela contribuía: 1.º) para ajustar o horizonte cultural do negro e do mulato às situações de existência social, criadas pela sociedade de classes; 2.º) para difundir e universalizar, no “meio negro”, impulsões psico-sociais igualitárias de profissionalização, de participação da cultura e de integração social, as quais compeliavam os negros e os mulatos a adotar a competição e até o conflito (em alternativas inevitáveis) como um aspecto normal do novo estilo de vida e, portanto, de suas relações com os “brancos”; 3.º) para eliminar os resíduos do “antigo regime”, ainda persistentes no sistema brasileiro de relações raciais. No conjunto, essas cinco funções demonstram que o “negro”, como e enquanto categoria racial, começa a emergir e a afirmar-se como **homem livre** quatro décadas após a Abolição. Elas deixam patente que a contra-ideologia racial analisada constituía uma ponte histórica entre o passado, o presente e o futuro. Por seu intermédio, o “negro” tenta entrosar-se psicológica, cultural e socialmente às tendências de desenvolvimento da ordem-social competitiva. Ao contrário do que pensavam todos os que hostilizavam, censuravam ou viam com suspeitas os “movimentos racistas dos negros” estes constituíam a matriz de uma ideologia racial genuí-

(128) — Sobre o assunto, veja-se Robert K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, op. cit., p. 51; e F. Fernandes, *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, op. cit., pp. 267-268 (nesta obra, apresentamos as seguintes definições: “Função manifesta é a parte tomada pelas conseqüências das ações e das atividades de pessoas, instituições, grupos e camadas sociais na efetivação de adaptações, ajustamentos e controles sociais de que parecem depender as condições normais ou desejadas de existência, e que são realizadas, de modo mais ou menos consciente, por causa disso”; “função latente é a parte tomada pelas conseqüências das ações e das atividades de pessoas, instituições, grupos e camadas sociais na atualização de processos sociais que contribuem para determinar as condições de estabilidade e de mudança da sociedade, considerada em suas unidades ou como um todo”).

namente integracionista. Eles não alimentavam nenhuma espécie de racismo puro. A ideologia racial que eles produziam conformava-se às reivindicações sociais que eles perseguiam. Lutavam, apenas, por estender à “gente negra” os benefícios materiais e morais da revolução social, que destruíra a sociedade de castas.

Essa conclusão impõe uma pergunta. Então, porque os movimentos sociais reivindicatórios não vingaram nem mesmo no “meio negro”? A resposta parece simples. A sociedade inclusiva não desaprovava os propósitos integracionistas da contra-ideologia racial elaborada pelos “negros”. Todavia, ela não se propunha de modo idêntico os problemas da democratização da riqueza, dos níveis de vida e do poder, isto é, fazendo *tabula rasa* do sistema vigente de dominação racial. A ordem social competitiva abria-se diante do negro e do mulato; mas, de forma individualista e ultra-seletiva (129). Em outras palavras, ela não se tornou aberta, *ex abrupto*, a toda uma categoria racial, como o exigia a contra-ideologia racial descrita. Portanto, na dinâmica da sociedade inclusiva existia uma resistência atópica e inabalável à igualdade racial, da manobra em que ela era formulada e pretendida pelos movimentos reivindicatórios dos “negros”. Os “brancos” dispunham-se a aceitar os “negros”, inclusive no terreno competitivo, mas em seus próprios termos. Não toleravam, porém, que se alterassem as bases estruturais das relações de “raça” para “raça”. Como acontecera no passado, a absorção do “negro” em posições sociais conspícuas (e, portanto, a sua classificação e ascensão sociais), conta como episódio individual, que não afeta (nem deve afetar) a condição heteronômica da “raça negra”. Tudo isso evidencia que ainda estávamos presos moralmente à concepção tradicionalista do mundo. Na imagem que se construíam da **sociedade brasileira**, os “brancos” não só se representavam, inapelavelmente, como “raça dominante”; teimavam, ainda, em reconhecer a legitimidade da autonomia de minorias étnicas ou raciais e repeliam qualquer aspiração igualitária que estas definissem com esse caráter, como categoria étnica ou racial. Por conseguinte, o “negro” podia ter acesso, dadas certas condições, às posições e aos papéis sociais dos “brancos”. Contudo, esse resultado jamais poderia (nem deveria) ser concebido como um apanágio legítimo da “raça” a que pertencia.

Por aí se vê que não estávamos, entre 1927 e 1948, tão longe do passado recente. O “branco” inculcava-se a condição de “raça dominante”, embora o fizesse de forma não explícita. O pior é que assim procedia sob a égide da ordem social competitiva. Já não se pensava o “negro” como o sucessor e o equivalente humano do escravo ou

(129) — As questões relacionadas com a estratificação social e com a mobilidade social serão tratadas no próximo capítulo.

do liberto. Seus rompantes de **homem livre** eram, pelo menos, tolerados, o que explica a proliferação das “agitações” raciais e a propagação da contra-ideologia do desmascaramento racial no “meio negro”. Entendia-se, no entanto, que a equivalência de direitos e de deveres, entre as duas “raças”, constituía um princípio subversivo e que, nesse ponto, impunha-se “pôr a negrada em seu lugar”. Redefinia-se, pois, uma concepção velha, que iria camuflar a recusa sob a aparência e mesmo sob a prática esporádica da aceitação. O “negro” lutou em vão contra as causas e os efeitos perniciosos dessa areia movediça. Ele logrou situar-se melhor e com maior coragem em face das alternativas do presente. Contudo, não possuía forças para derrubar os pilares invisíveis da desigualdade racial. Teve de conformar-se, finalmente, com uma realidade ambígua, que dava aos indivíduos o que retirava da coletividade que eles constituíam. Assim, o “negro” desiste dos movimentos reivindicatórios e só subjetivamente apela para o conforto moral da contra-ideologia que construiu num momento de protesto infrene. Penetra, dêsse modo, em uma nova era histórica para a “população de côr” na cidade de São Paulo, afirmando-se como **homem livre** e como **cidadão**, embora sem conseguir que se reconhecesse, socialmente, que “tôdas as raças são iguais perante a lei”.

Capítulo 5

IMPULSÕES IGUALITÁRIAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Introdução:

Parece inegável, de uma perspectiva histórico-sociológica, que os movimentos reivindicatórios no “meio negro” respondiam à situação de contacto racial que se delineara durante a implantação da ordem social competitiva. O desequilíbrio existente entre as bases econômicas, sociais e políticas desta ordem social e o sistema de relações raciais vigente engendrou a necessidade do **protesto negro**. No entanto, aquele mesmo desequilíbrio contribuiu, poderosamente, para manter a sociedade inclusiva abúlica aos anseios de integração social da “população de côr”. Ela não só não reagiu às pressões morais e políticas daqueles movimentos reivindicatórios, como, em suas tendências evolutivas, imprimiu vitalidade crescente a critérios de peneiramento econômico, político e social que colocavam o negro e o mulato diante de opções irremediáveis. Ou eles se ajustavam, individualmente, aos requisitos da ordem social competitiva ou ficariam à margem dos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sócio-cultural — quaisquer que fôssem suas disposições coletivas de participação cultural.

Em suma, as esperanças coletivas do “negro” ruíram fragorosamente. Foi-lhe impossível quebrar a ordem racial herdada do passado, mediante a introdução **ex-abrupto**, na organização da sociedade inclusiva, de tendências progressivas de democratização das relações raciais. Contudo, a própria consolidação da ordem social competitiva iria modificar, substancialmente, o panorama social. De 1937, data do fechamento da Frente Negra Brasileira, a 1948, quando **Alvorada** deixa de circular e com ele desaparece o ideal de fundar-se a Associação dos Negros Brasileiros, a sociedade inclusiva se alterara de tal modo, que acabou por afetar a acuidade espontânea da “população negra” à estratégia recomendada por aqueles movimentos. A II Grande Guerra favoreceu de maneira intensa a expansão das indústrias, com suas ramificações na diferenciação do sistema econômico e no ritmo (para não falar no estilo) da urbanização da cidade. No passado recente, fôra a urbanização que fomentara e dirigira a in-

dustrialização. Nesta quadra, será a industrialização, ao contrário, que governará o recrudescimento da expansão urbana. Mais do que uma **comunidade industrial**, a cidade converte-se, dia a dia, em poderoso centro financeiro dominante das operações econômicas. Por esta razão, vai conhecer um novo tipo de surto industrial, que fará da região conhecida como **Grande São Paulo** o símbolo do “Brasil Moderno”, e assumirá o comando, direto ou indireto, de vasta parcela dos empreendimentos relacionados com a transplantação da “civilização industrial” para o nosso país. O que nos importa é que essas transformações associaram-se à mudança da estrutura demográfica, econômica e social da cidade, ajustando-a melhor aos requisitos normais da ordem social competitiva. Acima de tudo, elas provocaram certas tendências de correção dos efeitos negativos (para a população nativa ou de estirpe brasileira) da substituição populacional, ocorrida entre os fins do século XIX e o início do século XX. Acresce que o próprio estilo de vida sofre modificações drásticas. Acentua-se um modelo de polarização do crescimento econômico e do desenvolvimento sócio-cultural que converte a “europeização” em acidente histórico do passado. Formam-se tendências de organização do espaço, do convívio humano e do horizonte cultural típicas da “sociedade de massas” (por isso, similares às que se desenvolveram na **comunidade metropolitana** norte-americana). Em conexão com a emergência desse “estilo metropolitano de vida”, a ordem social competitiva redefine-se tanto estrutural, quanto dinamicamente. Ela se torna mais **aberta**, na medida em que oferece oportunidades insuspeitadas ao “especulador” e ao “aventureiro arrojado”, qualquer que seja a sua extração social ou a sua procedência étnica; porém, revela-se sensivelmente mais **fechada**, porque o fluxo das oportunidades se concentra nos grupos que possuem posições sólidas na estrutura de poder ou que estão aptos a conquistá-las como seu ponto de partida. Nessas circunstâncias, processa-se uma espécie de expurgo da ordem social competitiva. Os compromissos que ela entretinha com a velha estrutura agrária e patrimonialista sofrem seu primeiro colapso. De um momento para outro, o passado aparece como algo obsoleto e como um ônus prejudicial, que põe em risco o presente e o futuro da coletividade. Passa-se a cultivar novos mitos, que expõem o arrôjo, a mística dos golpes afortunados e a organização racional em primeiro plano. À luz desses mitos, tanto o fazendeiro ousado, quanto o imigrante engenhoso e bem sucedido tornam-se o protótipo do “espírito tacanho” e encarnam uma época superada.

Esses fatos significam que a depuração da ordem social competitiva favorece a inclinação pelo capitalismo industrial moderno e

que o engajamento do assalariado passa a sofrer as injunções de uma economia de escala. E é por aqui que as transformações globais assinaladas tenderão a refletir-se na situação social da “plebe urbana” (e, portanto, na situação social da “população de côr” da cidade). Essa plebe acaba encontrando, com um atraso médio de mais de meio século (com referência à universalização do trabalho livre), vias mais amplas de proletarização ou de ingresso nas classes médias. Foi por essas vias, graças a coincidências totalmente alheias às agitações raciais, que o negro e o mulato se viram, repentinamente, capturados e impelidos na torrente social. A cidade, que não ouvira o clamor do seu protesto e permanecera indiferente a seus sonhos de igualdade racial, abre-lhes algumas trilhas que simplificavam e atendiam aos seus anseios de classificação no núcleo da ordem social legítima. Assim, o “negro” penetra, não em grupo ou como categoria racial, mas diluído na massa de agentes do trabalho assalariado, em quase todos os ramos de atividades. As resistências, as ambigüidades e as reservas não cessaram, só por causa disso. Entretanto, elas atenuam-se, obliteram-se ou ficam evasivas, de acôrdo com as flutuações da procura de mão-de-obra. Chegamos, pois, a um ponto no qual as tendências internas de desenvolvimento da ordem social competitiva começam a solapar as bases materiais e morais do padrão tradicionalista de relação racial. Os “brancos” não procuram desmoralizar e abater, como fizeram os “negros” através de seus movimentos reivindicatórios, a perversão oculta da desigualdade racial. Todavia, são compelidos a descartar-se, com intensidade crescente, das antigas convenções e expectativas de comportamento, que excluíam o “negro” da condição de parceiro válido, respeitado e com quem se deveria contar. Diga-se, de passagem, que as coisas estão se passando com extrema lentidão e segundo gradações desalentadoras aos olhos da “população de côr”. O grosso das oportunidades nasceu nos setores do trabalho braçal, sem qualificação ou semi-qualificado. Mas, a partir daí, o negro e o mulato passaram a encontrar uma resposta para os seus anseios e já podem reproduzir os procedimentos dos velhos imigrantes. Bem sabem que na conjuntura atual as coisas são mais difíceis. Ninguém arredonda um pé-de-meia com base na poupança nem poderia lançar-se com êle em empreendimentos compensadores. No entanto, e é o que conta, logram pôr em prática os ideais tão acalentados de vida social ordenada, decente e condigna.

Semelhantes perspectivas dividem, em bloco, o passado e o presente do “negro” na cidade. O contraste deve ser entendido mais em termos das aparências, de símbolos e de compensações exteriores. Todavia, êle contém algumas implicações significativas, pois agora algumas esperanças elementares encontram concretização e o futuro

Quadro**Distribuição dos Homens e Mulheres de 10 Anos e mais, Segundo a
Município de São Paulo (1940) .**

Posição na ocupação	Brancos			Pretos	
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
Empregador	14.682	579	15.261	42	9
	4,37	0,66	3,61	0,30	0,25
Empregado	254.776	69.221	323.997	12.535	2.579
	75,91	79,47	76,64	89,25	71,50
Autônomo	61.072	13.376	74.448	1.169	882
	18,20	15,36	17,61	8,32	24,45
Membro da família	3.356	1.288	4.644	48	32
	1,00	1,48	1,10	0,34	0,89
Posição Ignorada	1.751	2.642	4.393	251	105
	0,52	3,03	1,04	1,79	2,91
Totais	335.637	87.106	422.743	14.045	3.607
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: I.B.G.E. (Recenseamento de 1940).

Quad. 18
Legenda Posição em Algumas Ocupações, de Acôrdo com a Côr e o Sexo —

C ô r	Pardos			Mulheres		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
Preto	51	61	11	72	331	11
Pardo	0,29	0,62	0,36	0,55	7,74	1,93
2.5%	15.114	8.688	2.237	10.925	2.035	282
71,5%	85,62	87,80	72,70	84,22	47,63	49,39
88%	2.051	895	700	1.595	1.467	110
24,9%	11,62	9,04	22,75	12,29	34,32	19,26
34%	80	40	16	56	416	149
0,28%	0,45	0,40	0,52	0,43	9,73	26,09
18%	356	212	113	325	25	19
2,5%	2,02	2,14	3,67	2,51	0,58	3,33
3.9%	7.652	9.896	3.077	12.973	4.274	571
100,0%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

deixa de ser uma ameaça, como uma realidade ignominiosa mas inarredável. O sentimento de “ser gente” pode ser difundido e compartilhado com um mínimo de segurança, oferecendo novas bases às compulsões seculares de autonomia, de competição com o “branco” e de ascensão social. A miséria e a desorganização social ainda campeiam no “meio negro”. As favelas substituem e pioram, nesse sentido, os tormentos dos porões e dos cortiços. Contudo, atingem uma área consideravelmente menor da “população de côr”. Doutro lado, parece que tais facilidades sufocaram o interesse do negro e do mulato pela afirmação como e enquanto categoria racial. Ao mesmo tempo que negligenciam os movimentos coletivos, empenham-se cada vez mais em tirar proveito individual da situação existente. Preocupam-se com o “preconceito de côr”, com seus efeitos perniciosos e com a sua erradicação da sociedade brasileira. Porém, de imediato, não traduzem preocupações dessa espécie em atitudes ou comportamentos inconformistas coletivos nem acreditam que seria viável extirpá-lo através de iniciativas unilaterais dos “homens de côr”. Resumindo ao essencial, em vez de se congregarem para desmascarar e repelir a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, preferem disputar, como possam, as oportunidades que lançam o “brasileiro pobre” na senda do **progresso**.

É impossível prognosticar até onde ou até quando persistirá esse tipo de ajustamento. O fato é que ele domina o panorama atual. O negro e o mulato ofuscam-se cada vez mais, abandonando, contendo ou ignorando os propósitos de auto-identificação como parte de uma categoria racial. A contra-ideologia, construída e difundida pelos movimentos reivindicatórios, ainda germina e frutifica. Mas em silêncio, como se estivesse submersa nos níveis mais profundos e insondáveis da organização da personalidade. O que vem à tona são os anseios de fugir ao passado, às incertezas da miséria e da desorganização social, tão depressa quanto cada um o consiga fazer. Decepcionados com a inanidade dos desforços coletivos, os indivíduos procuram construir com seus recursos e sem depender de outrem o seu próprio nicho na sociedade de classes. Quando procuram os outros, fazem-no menos em busca de **companheiros**, que por causa da necessidade de conviverem com amigos e colegas, ostentando de público os frutos do êxito alcançado. Se esses amigos e colegas possuem a mesma côr ou se enfrentam os mesmos problemas, essas são contingências que ninguém quer discutir e encarar de frente (*). Como os imigrantes no passado, cada um transporta consigo as suas quimeras. A única diferença está em que o “negro” é um comensal tardio e apenas sonha com

(*) — Excetuando-se, naturalmente, os que continuam fiéis à estratégia de afirmação racial, elaborada pelos movimentos reivindicatórios.

“melhorar de vida”, “ter uma oportunidade” ou, pura e simplesmente, “viver como gente”. Não aspira a “fazer a América”, pois sabe que isso lhe é inacessível. Dói-lhe o drama dos amigos ou dos colegas que sofrem tropeços “por causa da côr”. Mas, essa dor é aplacada por meio de duas racionalizações — a confiança nas múltiplas probabilidades de correção, ao acaso, das “injustiças”; e a forte esperança, a que cada um se entrega individualmente, de que “a sua vez também chegará”.

Em vista dêsse pano de fundo, temos de encaminhar nossas sondagens em outras direções. Primeiro, estabelecendo como as novas tendências se refletiram na composição racial e na estratificação sócio-econômica da população paulistana. Segundo, esclarecendo como se dá e quais são os efeitos da mobilidade social vertical no “meio negro”. Terceiro, analisando melhor a natureza e a função sociais das impulsões igualitárias, que animam os ajustamentos do negro e do mulato às condições de vida ora imperantes. Aí está o plano a ser seguido na concatenação dos resultados das sondagens que efetuamos. No capítulo subsequente, completaremos o quadro, descrevendo como as injunções raciais ainda pesam, sombriamente, no comportamento e na visão do mundo dos negros e dos mulatos de nossa era.

1 — Côr e Estratificação Sócio-econômica:

As tendências de crescimento demográfico e econômico da cidade de São Paulo, nos últimos trinta anos, refletiram-se de diversas maneiras tanto na composição da população segundo a côr, quanto na forma de participação do negro e do mulato no sistema de trabalho urbano. Não dispomos de espaço suficiente para dispensar a essas questões um tratamento convenientemente extenso e profundo (1). Não obstante, alguns aspectos do contexto demográfico e sócio-econômico são essenciais para a compreensão dos problemas de dinâmica sócio-cultural, que iremos considerar neste capítulo. Por isso, tentaremos focalizá-los, sucintamente, com a documentação acessível ou coligida com vistas a êsse objetivo.

(1) — Além dos trabalhos mencionados no capítulo 2, apresenta especial importância para os fins de nosso estudo as monografias de Ewald Mourão (“A População do Estado de São Paulo Segundo a Côr”) e de Valério Mortara (“A População do Município de São Paulo Segundo a Côr”), insertas na Publicação N.º 12 da série Estudos de Estatística Teórica e Aplicada (Pesquisas Sobre os Diversos Grupos de Côr nas Populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal, op. cit.). A última monografia é particularmente importante para os nossos propósitos, pois contém uma descrição meticulosa da composição por sexo e idade dos diferentes grupos de côr do aglomerado paulistano.

Quadro 14

População do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo em 1940

População	Estado de São Paulo		Município de São Paulo	
	N.ºs Brutos	%	N.ºs Brutos	%
Branços	6.097.862	84,92	1.203.111	90,72
Pretos	524.441	7,30	63.546	4,79
Pardos	337.814	4,71	45.136	3,40
Amarelos	214.848	2,99	14.074	1,06
De côr não declarada	5.351	0,08	394	0,03
Totais	7.180.316	100,00	1.326.261	100,00

Fontes: Recenseamento Geral do Brasil (1.º de setembro de 1940), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Regional; Parte XVII — São Paulo (tomo 1), **Censo Demográfico**, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1950; “A População do Município de São Paulo Segundo a Côr” (Valério Mortara), in **Pesquisas Sôbre os Diversos Grupos de Côr nas Populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal**, op. cit., pp.20-35.

Quadro 15

População do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo em 1950

População	Estado de São Paulo		Município de São Paulo	
	N.ºs Brutos	%	N.ºs Brutos	%
Branços	7.823.111	85,65	1.929.410	87,78
Pretos	727.789	7,97	169.564	7,71
Pardos	292.669	3,20	55.342	2,51
Amarelos	14.003	3,03	41.457	1,89
De côr não declarada	276.851	0,15	2.323	0,10
Totais	9.134.423	100,00	2.198.096	100,00

Fonte: VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950; Estado de São Paulo — **Censo Demográfico**, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1954.

Quadro 16

Distribuição das Crianças Nascidas Vivas, Segundo a Côr e o Sexo, no Município de São Paulo em 1961

Côr	Sexo		Total	
	Homens	Mulheres	N.ºs Brutos	%
Branços	53.352	51.595	104.947	84,68
Pretos	1.891	1.734	3.625	2,92
Pardos	6.932	6.436	13.368	10,78
Amarelos	1.038	955	1.993	1,60
Total	63.213	60.720	123.933	100,00

Fonte: **Situação Demográfica**, Departamento de Estatística do Estado, Governo do Estado de São Paulo (Separata do Anuário, 1961), São Paulo, 1963, p. 10.

Os quadros 14, 15 e 16 sugerem como a “população de côr” vem aumentando, sob efeito do crescimento natural e, principalmente, das migrações internas (2). Apesar das dúvidas suscitadas pelo recenseamento de 1940, que indica proporções aparentemente muito baixas para a participação do negro e do mulato na população da cidade, êle patenteia, como acentuamos acima, certa vitalidade no incremento da “população de côr”. A cidade contaria, nessa época, com 108.682 “pretos e pardos”, que perfariam 8,2% da população global. Em dez anos, de acôrdo com os resultados do recenseamento de 1950, essa população somaria 224.906 indivíduos (ou 10,2% da população global), o que significa que ela teria dobrado nesse curto espaço de tempo! Doutro lado, os incrementos verificados beneficiariam as quotas dos “pretos”, que ostentam um aumento quase da ordem de 3 vêzes. Em contraposição, as quotas dos “brancos” teriam aumentado aproximadamente de 3/5; e as dos “pardos” pouco mais de 1/3. Os dados divulgados, a respeito das apurações do recenseamento de 1960 (3), indicam para o Município de São Paulo a população global de 3.825.351 habitantes. Contudo, não contêm referências às distribui-

(2) — A respeito das tendências demográficas provocadas pelas migrações internas, além dos trabalhos já mencionados acima, veja-se Maria Cascaes Brasil, “A Contribuição das Diversas Unidades da Federação e Regiões Fisiográficas para a População de São Paulo”, Estudos Demográficos N.º 246 do Laboratório de Estatística do I.B.G.E.

(3) — VII Recenseamento Geral do Brasil — 1960. Estado de São Paulo, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1962.

ções segundo a côr (4). Por isso, lançamos mão de um recurso precário, o registro de crianças nascidas vivas, para estabelecer uma estimativa sobre a composição atual da população do Município de São Paulo, segundo a côr. Já ressaltamos, acima as restrições a que estão sujeitas as declarações dos progenitores ou seus substitutos legais; no entanto, essa era a única fonte acessível e de relativa significação estatística de que dispúnhamos. Se adotássemos a conhecida correção, introduzida pela computação conjunta dos dados referentes aos “pretos” e aos “pardos”, teríamos um total de 16.993 registros de nascimento de “crianças de côr”, ou seja, 13,71% do total (5). É provável, pois, que as tendências de incremento da “população de côr”, evidenciadas pelos recenseamentos de 1940 e 1950, não sofreram solução de continuidade, apresentando as mesmas linhas gerais.

A situação ocupacional da “população de côr” pode ser apreendida através das indicações fornecidas pelo recenseamento de 1940 (6). Os quadros 17, 18, 19 e 20 resumem tais indicações de uma forma apropriada para este trabalho; o quadro 21 oferece as indicações sobre a distribuição dos grupos de côr, da população de 10 anos e mais, para efeitos de comparação. Os dois primeiros quadros patenteiam uma nítida desvantagem do negro e do mulato no sistema 2.º) é mínima para não dizer quase nula) a sua participação na posição de empregado há alguma coerência entre a participação do negro e do mulato no sistema ocupacional e na população de 10 anos e mais; 2.º) é mínima (para não dizer quase nula) a sua participação na posição de empregador e muito baixa a sua participação nas outras duas posições, como autônomo e membro da família. Na realidade, êsses dados sugerem que o negro e o mulato ainda estão no limiar da proletarianização. No conjunto, o padrão que se delineia para os “brancos” e para os “amarelos” ainda não é viável com relação aos negros e mulatos. Não só a posição de empregador aparece quase estrangulada entre êstes últimos; como há, entre êles, nítida concentração na posição menos vantajosa, uma elaboração insignificante das outras duas posições, ao que se acresce forte polarização das mulheres na terceira posição (o que sublinha o caráter de expediente e de adaptação precária assumido pelo agente de trabalho autônomo). Os grá-

(4) — Vide op. cit., p. 14. Apesar do empenho que demonstramos junto ao I.B.G.E., não conseguimos apressar a apuração dos referidos aspectos da população do Município de São Paulo.

(5) — Essa porcentagem é consistente com os resultados a que chegaram V. Unzer de Almeida e O. Teixeira Mendes Sobrinho (*Migração Rural-Urbana*, loc. cit.), considerando estratos da população que receberam mais intensamente os impactos demográficos “equilibradores” das migrações internas.

(6) — Os dados sobre a distribuição das ocupações na cidade, apurados pelos censos de 1950 e 1960, não foram, infelizmente, divulgados.

Quadro 17

Distribuição dos Homens e Mulheres de 10 Anos e Mais, Segundo a Posição em Algumas Ocupações, de Acôrdo com a Côr no Município de São Paulo

Posição na ocupação	C Ó R				Totais
	Branços	Pretos	Pardos	Amarelos	
Empregador	15.261	51	72	342	15.726
	97,04%	0,32%	0,45%	2,17%	100%
Empregado	323.997	15.114	10.925	2.317	352.353
	91,95%	4,28%	3,10%	0,65%	100%
Autônomo	74.448	2.051	1.595	1.577	79.671
	93,44%	2,57%	2,00%	1,98%	100%
Membro da família	4.644	80	56	565	5.345
	86,88%	1,50%	1,04%	10,57%	100%
Posição Ignorada	4.393	356	325	44	5.118
	85,83%	6,96%	6,35%	0,86%	100%
Totais	422.743	17.652	12.973	4.845	458.213

Fonte: I. B. G. E. (Recenseamento de 1940).

ficos anexos oferecem uma imagem sensível dêsses contrastes, tornando imediatamente visíveis as disparidades que singularizam o drama ocupacional do negro e do mulato.

Graças aos quadros 19 e 20 ganhamos outra dimensão dêsse drama. Considerando-se a posição na ocupação segundo o ramo de atividades, pode-se ter uma idéia aproximada da utilização social da capacidade de trabalho do negro e do mulato. Há uma nítida concentração da posição de empregador em três ramos principais (pela ordem: comércio de mercadorias; serviços e atividades sociais; indústrias de transformação). Mais da metade dos que ocupam a posição de empregado vincula-se às indústrias de transformação e mais de um quarto distribui-se entre três ramos (serviços e atividades sociais; transportes, comunicações e armazenagem; comércio de mercadorias). Do mesmo modo, mais da metade dos que ocupam posições como autônomos dedicam-se a um ramo (serviços e atividades sociais), e um terço converge para dois ramos (indústrias de transformação; comércio de mercadorias). Os que ocupam posições como membros da família distribuem-se em quatro ramos principais (agricultura, pecuária e silvicultura; comércio de mercadorias; serviços e atividades sociais; e indústrias de transformação). A freqüência de casos de posição ignorada é relativamente desproporcional, em comparação com

Quadro 19

Distribuição dos Homens e Mulheres Negros e Mulatos de 10 Anos e Mais em Alguns Ramos de Atividade Extra-Domésticas, Segundo a Posição na Ocupação — Município de São Paulo (1940) .

Ramos de Atividade	Posição na Ocupação					Posição Ignorada	Totais
	Empregador	Empregado	Autônomo	Membro da família			
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	8 6,45%	1.033 3,96%	243 6,66%	37 27,20%	14 2,05%		1.335 4,35%
Indústrias Extrativas	—	330 1,26%	29 0,79%	7 5,14%	—		366 1,19%
Indústrias de Transformação	32 26,01%	15.279 58,67%	492 13,49%	25 18,38%	64 9,39%		15.892 51,89%
Comércio de Mercadorias	39 31,70%	2.266 8,70%	426 11,67%	35 25,73%	14 2,05%		2.780 9,09%
Comércio de Imóveis	—	195 0,74%	33 0,90%	—	—		228 0,74%
Crédito, Seguros e Capitalização	—			—	—		
Transportes, Comunicações e Armazenagem	4 3,25%	2.946 11,31%	172 4,71%	4 2,94%	16 2,34%		3.142 10,25%
Serviços e Atividades Sociais	35 28,45%	3.633 13,95%	2.159 59,21%	27 19,85%	529 77,67%		6.383 20,84%
Profissões Liberais, Fnsino Particular, etc.	5 4,06%	357 1,37%	92 2,52%	1 0,73%	44 6,46%		499 1,62%
Totais	123 100,00%	26.039 100,00%	3.646 100,00%	136 100,00%	681 100,00%		30.625 100,00%

Fonte: I.B.G.E. (Recenseamento de 1940) .

Quadro 20

Distribuição dos Empregados Domésticos no Município de São Paulo, Segundo a Côr e o Sexo (1940)*.

CÔR	Homens			Mulheres		
	N.ºs Brutos	%	Proporção por 100 Habitantes em cada grupo de côr	N.ºs Brutos	%	Proporção por 100 Habitantes em cada grupo de côr
Branços	4.011	80,53	0,84	22.010	58,92	4,53
Pretos	552	11,08	2,58	10.501	28,11	35,44
Pardos	327	6,56	2,04	4.663	12,48	23,61
Amarelos	91	1,83	1,56	183	0,49	3,99
Totais	4.981	100,00	0,96	37.357	100,00	6,92

* Fonte: I.B.G.E. (Recenseamento de 1940).

os outros grupos de côr. O quadro 20, por sua vez, evidência como é alta a proporção de negros e mulatos, de ambos os sexos, que se ocupa em serviços domésticos. Essa característica é acentuada, todavia, entre as mulheres (em cada grupo de côr, sôbre 100 indivíduos são domésticas: 4,53 “brancas”; 35,44 “pretas”; 23,61 “pardas”; e 3,99 “amarelas”). Êsses quadros, confrontados com os anteriores, deixam margem a uma hipótese básica. Parece evidente que o envolvimento da “população de côr” no sistema ocupacional da cidade obedece a tendências heterogêneas. Uma parcela aparentemente pequena dessa população está inserida numa teia de ocupações e segundo posições típicas da estrutura ocupacional do sistema de classes. Outra parcela (aparentemente considerável) (7), permanece prêsa a ocupações e segundo posições típicas da situação pré-industrial e pré-capitalista. Na falta de outros indicadores, devemos atentar cuidadosamente para êsse fato histórico. Êle não é só produto de uma herança adversa. E’, também, a condição que explica, pela raiz, as debilidades integrativas da “população de côr”. Há uma diferença entre viver e pertencer a uma sociedade de classes. Ora, sômente os negros e os mulatos que fazem parte da primeira parcela desfrutam, realmente, de modo parcial ou total, de situações de classe (como pequenos empresários, operários qualificados e semi-qualificados, etc.). Os demais, localizam-se em posições periféricas ou marginais, que não conduzem nem à profissionalização, nem à proletarização, nem à acumulação capitalista. Para êstes, o drama ocupacional possui tons sombrios, pois erige-se no limite que separa, efetivamente, o “negro” do “branco”.

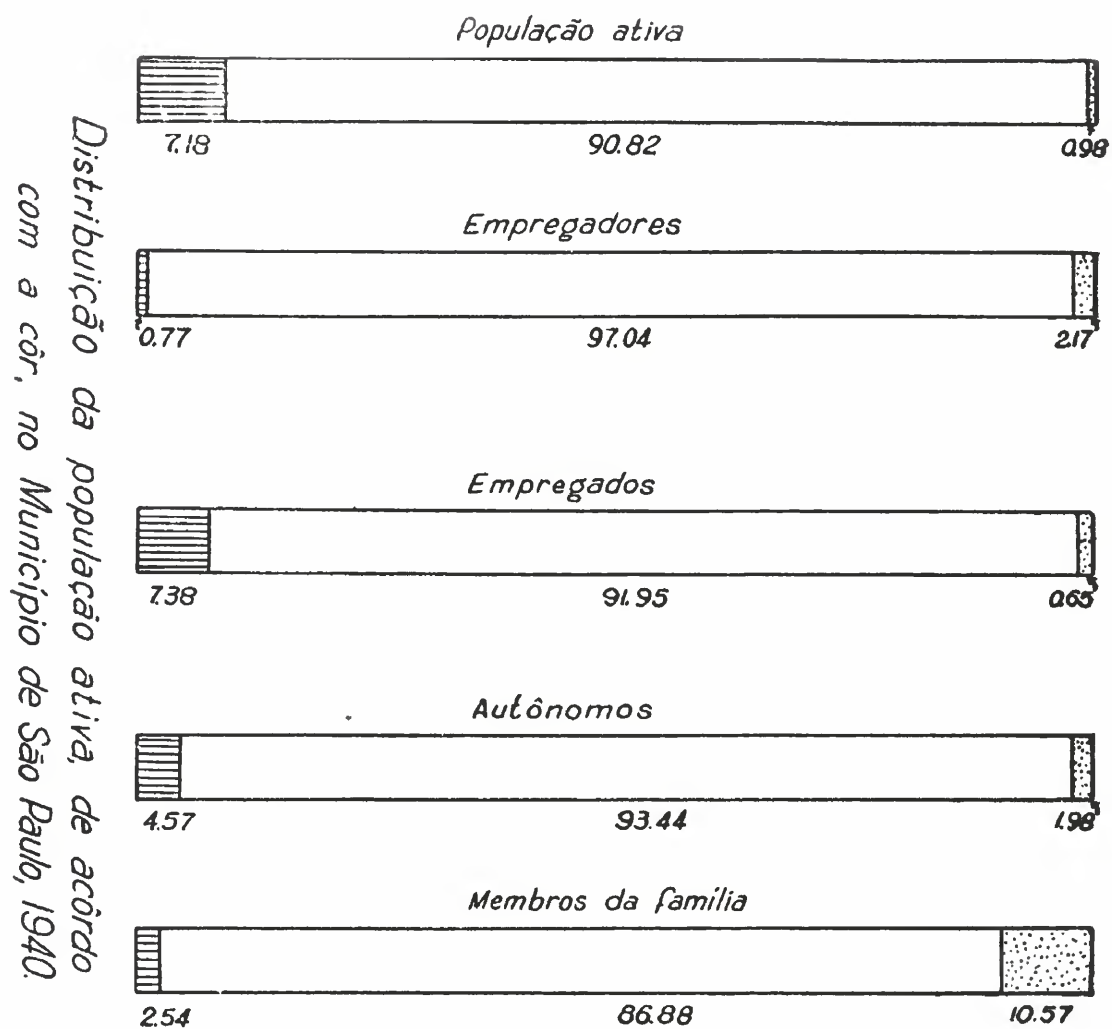
Dêsse ângulo, o padrão de distribuição ocupacional, atingido pelos “brancos”, define um **mínimo**, que a “população de côr” precisa realizar, para romper as disparidades materiais existentes entre os dois estoques raciais. Como não dispomos de dados análogos com referência aos censos de 1950 e de 1960, não podemos dizer, categoricamente, em que sentido evoluíram as coisas. Ao que parece, como o quadro que descrevemos em relação ao passado, as mudanças têm sido mais quantitativas, que qualitativas. Ou seja, os dados de 1940 mostram que houve um notável incremento do número de negros e mulatos que se incorporaram ao regime de trabalho livre. Ao mesmo tempo, êle deixa entrever que essa incorporação não conta, por si mesma, como classificação no sistema de classes. O número dos que se proletarizaram e dos que se inseriram nas classes médias parece

(7) — Deve-se levar em conta que extensa parte dos que se qualificam como empregados com freqüência se ocupam em trabalhos braçais e ainda não são, pròpriamente falando, proletários. Vendem sua fôrça de trabalho e inserem-se no regime de trabalho livre, embora a proletarização seja, para êles, uma condição incipiente ou, por vêzes, remota.

Quadro 21
Distribuição de Homens e Mulheres de 10 Anos e Mais, Segundo a côr, no Município de São Paulo (1940)*.

CÔR	Homens		Mulheres		Total	
	N.ºs Brutos	%	N.ºs Brutos	%	N.ºs Brutos	%
Branços	477.861	91,69	485.557	90,00	963.418	90,82
Pretos	21.397	4,11	29.629	5,49	51.026	4,81
Pardos	16.036	3,08	19.753	3,66	35.789	3,37
Amarelos	5.844	1,12	4.592	0,85	10.436	0,98
Total	521.138	100,00	539.531	100,00	1.060.669	100,00

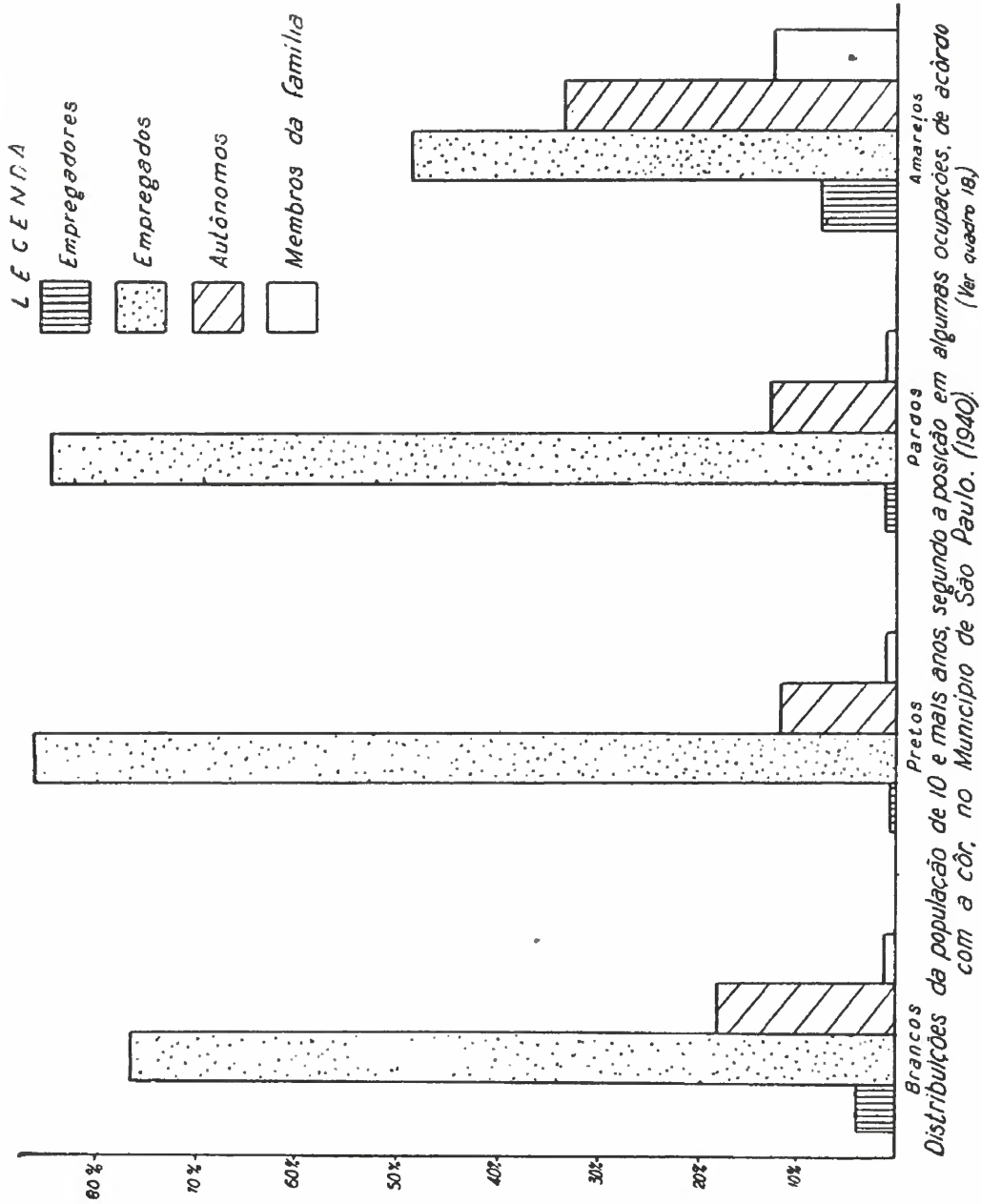
* Fonte: I. B. G. E. (Recenseamento de 1940).



LEGENDA



(Quadros 17 e 21)



notoriamente menor. Essas duas orientações parecem continuar presentes, embora as oportunidades crescentes de incorporação ao regime de trabalho livre venham aumentando incessantemente, por sua vez, as oportunidades de classificação real do negro e do mulato no sistema de classes. Chegamos a tais conjecturas combinando os dados fornecidos pela situação ocupacional da “população de côr” em 1940 com outros dados, que recolhemos através de questionários e de entrevistas. O Quadro 22 reúne as profissões declaradas por homens e mulheres, na aplicação dos questionários. Ele ajuda a compreender os quadros anteriores, na medida em que mostra que uma parte da distribuição pelos vários ramos das atividades econômicas não traduz variações reais na profissionalização. Com frequência, muitos ainda se ocupam em serviços brutos e indiferenciados, entendidos no consenso geral sob a noção de “trabalho de negro”. Doutro lado, convém ressaltar que se deve lidar com os dados dêsse quadro com certa cautela. Especialmente quando a ocupação ou a posição na ocupação são concebidas como “inferiores” ou “degradantes”, o negro e o mulato se identificam com a categoria profissional em que operam, às vezes em serviços de limpeza e auxiliares, outras vezes como meros aprendizes.

Apesar dessas ressalvas, seria útil enunciar as pistas abertas pelo quadro 22. Tomando-se em conta o total de 381 indivíduos (8), estariam distribuídos: no artesanato — 29,39%; nos serviços domésticos — 20,76%; no funcionalismo público — 9,18%; na indústria (como operários qualificados ou semi-qualificados) — 8,13%; nos serviços de escritório — 7,08%; no comércio (como balconistas, praticistas, etc.) — 4,46%; em serviços oscilantes ou ocasionais — 3,93%; em atividades de horticultura e jardinagem — 2,33%; em outras ocupações — 14,69%. Essas indicações fortalecem as conjecturas que formulamos. Ao que parece, o aproveitamento regular do negro e do mulato está sendo mais intenso na área dos serviços mais afetados pelo rápido crescimento urbano, onde há relativa escassez de trabalhadores qualificados, semi-qualificados ou sem qualificação. Isso explica porque é na esfera artesanal que se concentram as maiores oportunidades de

(8) — A amostra é notoriamente pequena e não se deve, portanto, atribuir às pistas enunciadas mais que uma significação precária. Contudo, deve-se notar que nela contam como empregados domésticos 20,76% e que, pelos dados do censo de 1940, essa porcentagem seria de 18,49%. Com relação a outras atividades, as variações mais ou menos consideráveis se explicam pelo fato de termos considerado as profissões exercidas pelos informantes (e não sua posição em certo ramo de atividades econômicas). Por fim, há uma diferença apreciável entre a porcentagem aqui apresentada para as atividades hortícolas e de jardinagem (2,33%) e a fornecida pelo censo de 1940 (4,35%). Essa diferença se explica facilmente: os pesquisadores aplicaram os questionários no centro e em bairros em que essas atividades são menos freqüentes.

engajamento profissional. Parece óbvio que, em duas direções pelo menos, continuamos presos a tendências tradicionais, como revelam as indicações concernentes ao aproveitamento do negro e do mulato nos serviços domésticos e no funcionalismo público. Quanto às tendências à profissionalização, abertas pela industrialização, pela expansão dos serviços administrativos e pelo crescimento do comércio, parece patente que as oportunidades ainda são limitadas. Por fim, a situação do biscateiro e das pessoas que “vivem de expediente” não corresponde às expectativas (nem mesmo às fornecidas por informantes “negros” esclarecidos e conhecedores do “ambiente”). Ela se traduz através de uma porcentagem aparentemente demasiado baixa (9).

Quadro 22

Distribuição das Profissões entre Homens e Mulheres Negros e Mulatos — Capital (1951).

Profissões	Homens	Mulheres	Total
Açougueiro	1	—	1
Ajudante de Costureira	—	1	1
Ajudante de Enfermeira	3	—	3
Ajudante de Ferreiro	1	—	1
Ajudante de Mecânico	1	—	1
Ajudante de Pintor	2	—	2
Alfaite	9	—	9
Arrumadeira	—	4	4
Ascensorista	1	—	1
Auxiliar de Escritório	4	—	4
Balconista	2	—	2
Barbeiro	1	—	1
Bibliotecário	—	1	1
“Biscates”	6	—	6
Bordadeira	—	2	2
Carpinteiro	2	—	2
Carteiro	1	—	1
Carvoeiro	1	—	1
Caseiro	1	—	1
Cerealista (técnico)	1	—	1

(9) — O que talvez se explique pelo critério de aplicação dos questionários. Os pesquisadores eram alunos e deram preferência a “sujeitos de côr” que pertenciam a seus círculos de relações ou eram “conhecidos”. Em uma amostra sistemática é bem provável que a referida porcentagem fôsse bem maior.

Profissões	Homens	Mulheres	Total
Chofer	19	—	19
Comerciário	3	3	6
Contador	5	2	7
Contínuo	4	—	4
Copeiro	2	—	2
Correntista	1	—	1
Costureira	—	9	9
Cozinhador (Usina)	1	—	1
Coveiro	1	—	1
Cozinheiro	1	13	14
Datilógrafo	2	1	3
Economista	1	—	1
Eletricista	1	—	1
Empregada Doméstica (1)	—	39	39
Encanador	2	—	2
Encadernador	1	—	1
Enfermeira	—	1	1
Engomador	1	—	1
Engraxate	1	—	1
Entregador	3	—	3
Ensacador	1	—	1
Estafeta	1	—	1
Faturista	—	1	1
Faxineiro	4	—	4
Florista	1	—	1
Funcionário Público (serventes, bedéis, etc.)	11	9	20
Fundidor	1	—	1
Gráfico	1	1	2
Guarda-Civil	1	—	1
Guarda-Livros	—	1	1
Horticultor	4	1	5
Jardineiro	4	—	4
Jornaleiro	1	—	1
Jornalista	2	—	2
Lavadeira	—	9	9
Limpador de Carros	8	—	8
Limpadora	—	2	2

(1) Pedimos para discriminar o tipo de atividade na categoria profissional. Muitos não o fizeram, o que explica a dualidade de critérios.

Profissões	Homens	Mulheres	Total
Linotipista	1	—	1
Lixeiro	1	—	1
Manobrista	1	—	1
Maquinista	1	—	1
Marceneiro	3	—	3
Mecânico	20	—	20
Músico	1	—	1
Oficial de Justiça	1	—	1
Operário (1)	2	5	7
Ourives	1	—	1
Pagem	—	1	1
Parquetista	1	—	1
Pedreiro	31	—	31
Pintor	7	—	7
Porteiro	3	—	3
Pracista	1	—	1
Prático de Laboratório	1	—	1
Prensista	1	—	1
Professor (2)	1	4	5
Publicitário	1	—	1
Radiotécnico	1	—	1
Radiotelegrafista	1	—	1
Sapateiro	5	—	5
Servente Escolar	11	—	11
Servente de Pedreiro	8	—	8
Serviços Doméstico por dia	—	2	2
Serviços Domést. por Tarefa (3)	—	5	5
Serviços de Escritório	8	—	8
Supervisor	1	—	1
Tecelã	—	6	6
Técnico de Anatomia	1	—	1
Telegrafista	1	—	1
Tintureiro	2	—	2
Tipógrafo	1	—	1
Torneiro-Mecânico	2	—	2

(2) Professôres de ensino primário, com exceção de uma mulher, que ensinava danças.

(3) Donas de casa que aceitam serviços para fazer na própria residência ou na dos agenciadores (geralmente, lavar e passar roupa, pequenas costuras, serviços de limpeza, etc.).

Profissões	Homens	Mulheres	Total
Vendedor-Ambulante	5	1	6
Viajante	1	—	1
Vigia	1	—	1
Vulcanizador de Pneus	1	—	1
Zelador	2	—	2
Total	257	124	381

No conjunto, portanto, a diferença decisiva, que se estabelece em relação ao passado recente, diz respeito à aquisição de uma fonte estável de ganho. Em outras palavras, o negro e o mulato conquistaram “meios de vida” que lhes proporcionam posições regulares (e por vêzes permanentes) no seio do sistema de trabalho livre. No entanto, essas posições nem sempre asseguram classificação no sistema capitalista de relações de produção. Por isso, associam-se, variavelmente, com ocupações que proporcionam baixos níveis de remuneração e condicionam formas mais ou menos precárias da participação da estrutura de poder da sociedade inclusiva. Sob êsses aspectos, há uma distância considerável com referência ao passado, especialmente quando se toma em conta as situações descritas nos capítulos 1 e 2. Mas, essa diferença é meramente de grau. A “população de côr” ainda está confusamente empenhada na luta por converter o trabalho livre em fonte de classificação sócio-econômica e de mobilidade social vertical.

Em vista disso, não é de estranhar-se que, subjetivamente, o “homem de côr” continue insatisfeito com sua situação ocupacional e com os proventos sociais dela resultantes. Os resultados do nosso questionário demonstram que o peneiramento ocupacional do negro e do mulato ainda representa, em larga margem, um produto do azar. Assim, à pergunta “Possui alguma profissão?”, obtivemos às seguintes respostas:

	Homens	Mulheres	Total
Sim	250	119	369
Não	11	11	22

Ora, combinando-se êsses dados, com outros fornecidos por perguntas subsequêntes, chega-se a conclusões interessantes. Assim, à questão “Como a aprendeu?”, responderam:

	Homens	Mulheres	Total
Em casa	2	20	22
Na escola	37	19	56
Praticando	217	82	299

À outra questão, “pode dedicar-se a outros serviços?”, indicaram:

	Homens	Mulheres	Total
Sim	231	112	343
Não	30	14	44

Esses dados não só evidenciam o papel desempenhado pelo acaso na conquista de empregos e profissões. Também ressaltam que as escolhas são decididas em termos oportunistas, regulando-se pelas ofertas ou oportunidades espontâneas do meio. Até que ponto isso tudo cria uma forte insatisfação nos agentes transparece, abertamente, nas respostas à pergunta “A que profissão gostaria de dedicar-se?”:

	Homens	Mulheres	Total
À mesma	60	18	78
A outras	184	101	285

Note-se que essa flutuação não se prende a uma consciência deformada ou pervertida da realidade. À pergunta “Acha que se deve tem uma profissão?”, só um homem e uma mulher responderam “não”; os demais (252 homens e 125 mulheres) responderam “sim”. Doutro lado, duas perguntas permitem controlar, indiretamente, a qualidade da percepção alcançada pelo negro e pelo mulato a respeito da competição ocupacional:

1) “Acha que se deve freqüentar escola para conhecer melhor a própria especialidade?”

	Homens	Mulheres	Total
Sim	206	101	317
Não	9	5	14
“E” melhor” (10) ...	16	16	32
“Nem sempre”	16	8	24

2) “Acha que um bom especialista sempre encontra serviço no seu ramo?”

	Homens	Mulheres	Total
Sim	206	105	311
Não	11	3	14
Às vezes	39	22	61

(10) — As duas últimas alternativas foram introduzidas pelos sujeitos. Como elas são relevantes, foram mantidas.

As respostas sublinham que o negro e o mulato possuem clara consciência racional das qualificações requeridas pela competição ocupacional. A oscilação, da ordem de 19,5% entre os homens e de 19,2% entre as mulheres (ligada às alternativas negativas, pressupostas pela última questão), sequer traduz o grau de consenso existente a respeito das interferências do “preconceito de côr”. Na verdade, à pergunta “Pensa que a côr: a) limita as oportunidades dos pretos? b) não limita as oportunidades dos pretos? c) às vezes limita as oportunidades dos pretos? d) limita em parte as oportunidades dos pretos?”, apuramos:

	Homens	Mulheres	Total
a) limita, etc	149	77	226
b) não limita, etc.	86	40	126
c) às vezes limita, etc. ..	8	8	16
d) limita em parte, etc ..	10	3	13

Portanto, 66% dos homens e 68% das mulheres, no grupo considerado, aderem definidamente ao ponto de vista de que o “preconceito de côr” interfere de modo negativo na competição ocupacional (sendo que 59% dos homens e 60% das mulheres perfilham êsse ponto de vista de maneira categórica, como o sugerem as respostas à primeira alternativa). Apesar de semelhante convicção, são capazes de discernir, objetivamente, a importância primordial dos requisitos intelectuais e técnicos da competição ocupacional (11). Tal circunstância evidencia, em nosso entender, que a insatisfação em causa se vincula, diretamente, à frustração repetida e generalizada dos anseios de ajustamento ocupacional da “população de côr”.

Para entender-se essa frustração, é preciso levar claramente em conta o que o trabalho representa para o “negro” na ordem social competitiva. Dadas as suas origens, êle não possui outro meio para redimir-se do passado e impor-se socialmente. Em outras palavras, o trabalho surge como o único elo que pode ligar, por enquanto, o seu destino à fórmula que mobilizou e deu sentido à nossa **revolução burguesa** — “trabalho livre na Pátria livre”. Em suma, êle de-

(11) — Essas conclusões sugerem, doutro lado, que a proporção de alfabetizados e de analfabetos vem a ser irrelevante na formação das experiências que determinam a consciência da situação. Os dados relativos ao Estado de São Paulo (tomando-se como referência o recenseamento de 1940), mostram que as menores proporções de alfabetizados e as maiores proporções de analfabetos se concentram na “população de côr” (declararam que sabiam ler: entre os brancos, 55%; entre os pretos, 34%; entre os pardos, 38%; entre os amarelos, 61%; que não sabiam ler: entre os brancos 45%; entre os pretos, 66%; entre os pardos, 62%; entre os amarelos, 39%). Não obstante, o negro e o mulato, independentemente dessa limitação, tomam consciência dos requisitos da competição ocupacional e dos efeitos do “preconceito de côr” em dois níveis distintos.

pende do trabalho para montar uma situação sócio-econômica e nela erigir as bases materiais ou morais da condição de pessoa. Por isso o **que se faz** e o **quanto se ganha** acabam sendo pouco importantes nas cogitações imediatistas. Estas giram, literalmente, em torno de objetivos sócio-culturais, que conjugam a aquisição de uma fonte estável de renda à participação regular em um padrão e em um estilo de vida. Em consequência, o “negro” recusa-se a competir pela simples sobrevivência. Ele deseja as formas de trabalho que qualificam o homem, tanto econômica, quanto social e politicamente. Ou seja, ele quer competir por formas de trabalho que produzam proventos sociais, classificando socialmente as pessoas e projetando-as nas espirais da mobilidade social vertical. Tais razões interessam-no, realmente, nas alternativas de profissionalização e nos caminhos que elas abrem no seio da ordem social competitiva.

Dessa perspectiva social, seria difícil conciliar as ambições mais realistas e modestas com as potencialidades da situação existente. A análise das profissões ideais, indicadas por homens e mulheres, mostra três constantes. Primeiro, com algumas variações, são em regra as profissões reais, evidenciadas pelos “trabalhadores negros” que lograram classificar-se profissionalmente. Segundo, também são, com algumas exceções (que sequer subsistem à luz das possibilidades pessoais) profissões altamente acessíveis numa sociedade urbana em expansão, como São Paulo. Terceiro, concentram-se, intensamente, na faixa de idade entre 16 e 35 anos (quanto aos homens), com acentuado pronunciamento entre os 21 e os 30 anos; e, de maneira oscilante, na faixa de idade entre 16 a 40 anos (quanto às mulheres). Portanto, tudo leva a crer que os pontos nevralgicos consistem no nível de emprego, no grau de estabilidade da renda e na soma de prestígio social — elementos que se aglutinam, objetivamente, nas representações sociais sobre as profissões. Daí resulta que, ao equacionar seus projetos de carreira, o “negro” conjuga, inevitavelmente, determinadas profissões com intentos bem definidos de classificação ou de ascensão sociais (12). Vendo-se através de semelhante estado de espírito, com freqüência tem motivos de sobra para ser pessimista e sentir-se frustrado diante das **chances** que lhe oferecem as oportunidades ocupacionais correntes.

Em vista disso, demos cuidadosa atenção, na coleta de dados pessoais, aos ajustamentos às oportunidades de trabalho existentes. Partindo do pressuposto de que a alteração da situação econômica e da posição social do negro e do mulato constitui uma função das mudanças estruturais em sua localização no sistema de trabalho, ten-

(12) — Coisas, aliás, freqüentemente confundidas na situação histórico-social do negro e do mulato, como se verá na segunda parte deste capítulo.

tamos focalizar, tão intensamente quanto nos foi possível, os aspectos negativos e positivos das tendências em curso.

No que concerne aos aspectos negativos, uma coisa é patente: ainda persistem dificuldades estruturais ao ajustamento construtivo do “negro” ao trabalho livre e, o que é mais importante, à sua passagem da área marginal para o núcleo do sistema de relações de produção capitalista. Limitando-nos ao essencial, podemos distinguir cinco fontes dinâmicas de dificuldades estruturais: as interferências da estereotipação negativa na definição social do “trabalhador negro” e na limitação de suas oportunidades de trabalho; as inconsistências da socialização prévia do “trabalhador negro”; os efeitos reativos de sua situação social de existência; os efeitos compulsivos do “complexo”; e o conformismo. Em regra, vários fatores obstrutivos operam em conjunto, convertendo em verdadeiras façanhas os êxitos profissionais mais modestos. A condensação, feita a seguir, apenas pretende dar uma idéia geral das influências que concorrem para fazer do “trabalhador negro” um caso à parte.

Não há dúvida de que a estereotipação negativa interfere em dois pontos centrais: 1.º) ela dá o contôrno da definição social do “negro” e, portanto, traça as características desejáveis ou indesejáveis do “trabalhador preto”; 2.º) ela regula a maneira pela qual o “branco” põe em prática um código de avaliações e de reconhecimento de valor amplamente desfavorável ao “negro” e, por conseguinte, às suas aspirações ocupacionais. Na verdade, o regime de trabalho livre formou-se e consolidou-se, em São Paulo, sob o monopólio de tôdas as posições básicas pelo “branco”. Isso excluiu, praticamente, o “negro” do seu horizonte cultural não digamos como **competidor válido**, mas mesmo como **alguém com quem se deveria contar** em fins mais ou menos sérios. Daí resultou uma situação paradoxal. Desde o início (e ainda hoje) o “trabalhador negro” precisa de compreensão atilada e de amparo constante, seja para encetar uma carreira, seja para persistir nela, seja para tirar o máximo proveito de sua capacidade de trabalho, para si, para os patrões e para a coletividade. A estereotipação negativa não só impediu que o “branco” descobrisse êsse aspecto da realidade. Mas, produziu algo pior: suscitou uma barreira invisível universal, que tolhia qualquer redefinição rápida da imagem do “negro”, que facilitasse a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e acelerasse pelo menos a proletarianização do “homem de côr”. Assim, gerou-se e manteve-se um clima de avaliações morais do “negro” que instila no ânimo dos patrões, dos chefes, dos colegas, dos subordinados ou dos clientes uma perversão residual inevitável. Em lugar de compreensão atilada e de amparo constante, o “negro” defronta-se com um mecanismo

de avaliação que contribui, severamente, para desajustá-lo e para eliminá-lo da arena competitiva. Pondo de lado aquêles que julgam que “o negro é inferior mesmo” e barram-no sistemática e totalmente em suas firmas e organizações (18), vamos apontar aqui avaliações restritivas, observadas de modo consciente em firmas que aceitam ou toleram a admissão de “empregados de côr”. No geral, tais avaliações são coerentes com estereótipos que convertem o “negro” na negação do “branco” ou na própria imagem do “anti-branco”. Avaliações do tipo que já foram enumeradas nos capítulos 2 e 3, que representam o “prêto” como “vagabundo”, “irresponsável”, “confiado”, de “caráter menos firme”, “ineficiente”, “largado”, de “moral duvidosa”, etc., e que às vêzes se atenua, com relação ao “mulato”, embora êste seja repellido com mais tenacidade quando é exposto na categoria do “tipo de mulato carioca”, “boa vida, folgado”. De acôrdo com essas premissas, os “brancos” caem nas armadilhas forjadas por suas representações. Os chefes de secção de pessoal de grandes firmas mostram-nos como isso é freqüente e quase segundo um padrão médio, do qual é característica a afirmação seguinte. “De fato, o nível mental do prêto é inferior ao do branco. Parece que êles não têm nem a mesma inteligência, nem a mesma capacidade de trabalho e de organização”. Êsse contexto de avaliação dá origem a uma política de **ânimo frio** diante do “trabalhador negro”. Êle não é discriminado sistematicamente; mas, também não é peneirado com isenção. Passa, aqui e ali, ao sabor de injunções ocasionais, que dificultam deveras as suas ilusões e as suas esperanças de “arranjar bons empregos”. Eis uma pequena coletânea de testemunhos, que evidenciam o teor e a generalidade das avaliações restritivas e etnocêntricas do “trabalhador negro” (14): 1) no setor de construções — “São muito brutos. Só trabalham quando precisam de dinheiro. Depois param. Com o tempo aprendem. Mas, não gostam de se submeter ao horário e ao trabalho diário” [...]. “São muitos esquentados. A gente não pode gritar com êles nem falar nada”. 2) Numa grande firma comercial: “Êles não têm capacidade para o trabalho organizado. Gostam mais da liberdade que os brancos. Por isso, não se pode contar com êles para o trabalho” [...]. “Trabalham um dia ou dois. Mas, tendo o dinheiro que precisam, deixam de ir trabalhar outros dois dias. Isso não serve para uma casa comercial, em que tudo é regulado. Os brancos já não são assim. Não pretendem ser tão in-

(13) — Fato mais ou menos raro, mas que registramos com certa intensidade tanto entre firmas nacionais, quanto entre firmas estrangeiras, grandes, médias ou pequenas.

(14) — Colhidos entre patrões e chefes de secção de pessoal de grandes, médias e pequenas emprêsas, todos brancos, alguns de ascendência brasileira, outros estrangeiros.

dependentes". 3) Numa organização comercial que possui várias filiais: O chefe da secção de pessoal informou, francamente que não admitia "empregados de côr", mesmo que fôsem bem recomendados. Perguntamos: "Por que não aceita empregados de côr? Por causa do público?". Resposta: "Não é tanto por causa do público. No nosso ramo isso teria pouca importância. É por causa do próprio serviço. Eu preciso de gente que tenha certas qualidades. Primeiro que tudo, precisa ser uma pessoa honesta e em quem se possa confiar. A maioria dos negros não têm noção de responsabilidade e são capazes de avançar no que não é deles. Depois, uma casa que trabalha com peças [de automóveis], as pessoas precisam ser cuidadosas. As peças não podem ser tiradas do lugar e depois encostadas em qualquer parte. Elas precisam voltar para o seu lugar. A ordem é essencial numa casa dessas. Isso é uma coisa impossível de obter com os pretos, que são muito relaxados. Outra coisa muito importante é a limpeza. A pessoa precisa ser muito asseada. Não só por causa dos fregueses, mas por causa do serviço. É preciso muito cuidado no trabalho com as peças. Os pretos quase sempre são muito sujos. A quarta qualidade é a instrução. Para trabalhar no meu serviço, a pessoa precisa saber ler, escrever e fazer contas. Sem isso, não pode fazer as notas. E' difícil encontrar pretos com instrução suficiente". 4) Numa pequena casa comercial: o gerente alegou que não aceitava "moças de côr na loja" em virtude de experiências negativas. "São mal educadas e irritadiças. Criam atritos com os chefes". 5) Num estabelecimento bancário: "Todos os nossos serviços têm contacto com o público e dentro de uma política de agradar e de impressionar favoravelmente o cliente, nos mínimos detalhes, exigimos que os empregados sejam pessoas intelectualmente capazes e de boa apresentação. Só o fato de ter côr perde a boa apresentação". 6) Num grande escritório (15): "É sabido que não se deve criar um negro e por isso não costumo dar a mão a êles. Têm condição de vida precária, vêm da miséria e não sabem se comportar. Um candidato a **office-boy** vem, naquele jeito malandro, gingando, encosta na mesa e diz: "Eu vou trabalhar aqui", "tem serviço pra mim?". São muito confiados e obrigam a gente a estar sempre tomando cuidado para que não tomem conta da gente". A outros respeitos, o mesmo chefe de pessoal informou: "Os pretos não demonstram agilidade mental. São empregados de rotina. Não se adaptam a novos serviços. Temos um desenhista, cuja secção foi suprimida, que nos tem dado muito trabalho, pois não consegue adaptar-se a nôvo serviço" [...] "Parece-

(15) — Nêle trabalham mais de 1800 funcionários; pela estimativa do chefe de pessoal, não contava com mais de 30 "pretos" ou "mulatos".

me que não se preocupam em fazer carreira. Chegam a escriturários e nisso ficam. Ainda não apareceu nenhum caso de prêto de capacidade para ocupar posições mais elevadas”. O início de carreira, para o grosso dos funcionários da firma, passa pelo cargo de **office-boy**. No entanto, explicou cândidamente: “Para êstes cargos não aceito negros e não tenho dificuldades de rejeitá-los, pois são ainda crianças e não atinam com as razões da rejeição”. 7) Numa grande fábrica: o chefe da secção de pessoal disse que “o prêto não é bom trabalhador”; por isso evitava-o. Eis como resume suas justificações: “Para o homem, falta de moralidade sexual, grave nas fábricas onde a quase totalidade de trabalhadores é do sexo feminino” [...] “Para as mulheres, a razão é sua extrema mobilidade. Não param no emprêgo”. O encarregado da secção de colocações de uma grande organização patronal explicou que as restrições são tão severas, em algumas fábricas, que até para a colocação de “negros” em cargos simples, como chofer, ensacador, faxineiro, etc., surgiam objeções intransponíveis. “Para vigia, então, é muito difícil colocar negros, pois acham que não dão conta do serviço. Dormem, bebem, coisas assim”: 8) Em uma grande empresa privada, que explora um serviço público: “Temos em todos os serviços brancos e pretos, entretanto, êstes são em pequeno número. A admissão é feita através de seleção racional. Não opomos nenhum embaraço à colocação de negros pois, se o fizéssemos, estaríamos negando o nosso passado. Evitamos, para não criar problema para os negros, colocá-los em funções que tenham contacto com o público. A situação da companhia, de dizer não a todo o mundo, pode levar alguém a reagir contra o funcionário, e, sendo um negro, ofendê-lo por causa da côr. Numa situação dessas [há margens para conhecidos desagравos] — “Sou capaz de ir lá fora e quebrar a cara dessa pessoa”. Aliás, parece que os próprios negros compreendem essa situação e não se candiditam para funções que tenham contacto com o público”.

Êsses exemplos são suficientes para caracterizar o aspecto mais dramático da situação ocupacional do “negro”. Êle é projetado num sistema de referência que deforma a sua pessoa e a sua capacidade de realização humana. Por isso, nem sempre pode comprovar, pela experiência concreta, o que é capaz de fazer e até onde pode ir. Se alimenta ou não certas aspirações profissionais, isso acaba sendo irrelevante, pois elas esbarram com resistências tão multiformes e pertinazes, que se estiolam ou arrefecem antes de poder dar frutos. Não há dúvidas de que estamos diante de atitudes e avaliações que revelam “o passado no presente”, condenadas ao desaparecimento gradual. Mas, elas persistem com tenacidade, remodelando continuamente o presente e o futuro do “negro” pelo seu passado. Por-

tanto, temos de atentar para as funções sociais que tais atitudes e avaliações preenchem, enquanto se perpetuam na cena histórica.

Parece claro que a estereotipação descrita seria normal numa sociedade de castas. Doutro lado, também é evidente que a recebemos como uma herança inevitável da ordem senhorial e escravocrata. Na medida em que ela se prolonga e se reproduz em nossos dias, isso significa que existem condições e necessidades sociais que a mantêm e a revitalizam. Na esfera especificamente profissional, ela satisfaz a função de preservar a vigência de critérios diferenciais de avaliação, incentivação e reconhecimento sociais do trabalho. Ela confere ao “branco” o **direito**, o **poder** e até o **dever** de resistir à redefinição dos papéis ocupacionais do “negro” e, portanto, de tolher os efeitos igualitários, acarretados pela democratização das profissões. Em suma, se não legitima a dualidade do código ético de avaliação ocupacional, pelo menos a justifica como uma fatalidade. Assim, o “branco” não visa, propriamente, resguardar-se e proteger-se da competição profissional com o “negro”. Torna-a, apenas, impossível. Em consequência, o caminho fica aberto para manter o “negro em seu lugar”, no caso os “serviços de pretos”, e o próprio “branco” preserva todo um rico arsenal de racionalizações, destinado a dar sentido e a fundamentar suas atitudes ou comportamentos exclusivistas. Graças a estas racionalizações, manipula uma perigosa arma de dois gumes, cujos principais efeitos são bem conhecidos. Ela permite pôr em prática um franco favoritismo pelo “trabalhador branco” e suas aspirações ou realizações profissionais. Ao mesmo tempo, fomenta uma espécie de realismo enviesado diante do “trabalhador negro” e de suas aspirações ou realizações profissionais. São quatro as aplicações negativas mais frequentes desse realismo. Primeiro, ele alimenta intensa rejeição do “trabalhador negro” em geral, através de justificações impessoais. O agente “branco” culpa, nesses casos, o sistema rústico de onde aquele provém, apontando-o como causador de sua inexperiência e incapacidade profissionais. Segundo, ele estimula uma resistência, relativamente forte e generalizada, contra o aproveitamento do negro e do mulato em “postos importantes” ou em cargos de chefia, direção e liderança. Terceiro, ele alimenta, de várias formas, a política de “deixar o negro ir até certo ponto”. Em consequência, os que conseguem impor e concretizar suas aspirações profissionais, esbarram com limitações de outra ordem, que restringem, inapelavelmente, sua área de competição ocupacional. Essa política é tão conhecida que o próprio “negro” sabe, de antemão, “até onde poderá ir”. Um escriturário negro, que estava em vias de ser promovido a chefe de almoxarifado, por exemplo, declarou ao entrevistador: “Sei entretanto que acima dessa posição não vou. Pa-

ra melhorar, precisarei mudar de empregador". Quarto, êle faculta em situações que a competição entre o "negro" e o "branco" tende a favorecer os desígnios do primeiro, o recurso tácito a procedimentos localizados fora das regras do jogo. Comumente, as práticas utilizadas consistem em "fazer onda", "em difamar" a pessoa visada e "em abrir o jogo", deixando emergir as hostilidades latentes. Êsses procedimentos não são considerados desleais, pelos "brancos", só sendo taxados de "sujeira" e desaprovados quando os agentes não sabem dosá-los, mantendo-os num terreno aparentemente impessoal. Dê-se modo, o "branco" recusa-se a compartilhar com o "negro" as garantias sócio-econômicas, conferidas pela profissionalização e pela livre competição ocupacional, sem arriscar-se a envolver-se, de maneira inevitável e devastadora, em conflitos econômicos de fundo racial.

As outras três fontes dinâmicas de dificuldades estruturais colocam o próprio "negro" no centro do palco, levando-o a fornecer munícias ao "branco", mais ou menos predisposto a tirar partido das evidências que justificam seus estereótipos negativos e as racionalizações correspondentes. O "negro" não escolheu a escravidão nem submergiu na economia de subsistência ou nas esferas marginais do trabalho livre por sua vontade. No entanto, êle tem de pagar um alto preço por essas origens, na medida em que o sistema de trabalho livre funciona de forma inexorável, expondo a todos, "negros" e "brancos", aos mecanismos econômicos e aos processos competitivos da organização capitalista das relações de produção. Como a "população de côr" é incessantemente ampliada e renovada por migrações internas, seus dilemas, a êste respeito, são como a cabeça da medusa. Mal certos segmentos de uma geração começam a ajustar-se aos mecanismos adaptativos e integrativos da economia capitalista numa sociedade urbana, outros segmentos da mesma geração ou de outras gerações surgem à tona, com as mesmas inconsistências e insuficiências sócio-culturais. Os dilemas se refazem, em círculos concêntricos, voltando-se, constantemente, ao ponto de partida inicial. Isso não impede que parcelas crescentes da "população de côr" criem seu nicho na grande metrópole. Mas, suscita o problema do desajustamento ao trabalho como uma realidade permanente.

As conseqüências das limitações introduzidas pela socialização prévia insuficiente são notórias e têm sido focalizadas pelos mecanismos de reação societária do "meio negro" (16). Elas reduzem, indistintamente, as oportunidades do grosso dos "trabalhadores negros", confinando-os ao teto dos "serviços de pretos" e alinhando-os em torno de ajustamento impróprios à economia capitalista e à so-

(16) — Veja-se, acima, o capítulo sôbre os movimentos sociais no "meio negro".

cidade urbana. Está claro que sentimentos de segurança e disposições competitivas estáveis requerem envolvimento na estrutura ocupacional e socialização pela experiência, ou seja, pelo trabalho. O “negro” só teve acesso tardio e precário a essa oportunidade. Por isso, nem sempre domina (e raramente domina com perícia) as técnicas sociais do trabalho livre e da empresa moderna, sendo variavelmente incapaz de ajustar-se, plenamente, aos papéis sociais do operário, do empresário, do profissional liberal, do comprador e do vendedor, do administrador, etc.. Doutro lado, falta-lhe, de modo acentuado, adestramento para desempenhar ocupações que foram ou ainda são monopolizadas pelos “brancos”. Essas circunstâncias são responsáveis por uma tendência, muito generalizada, à elaboração de um horizonte cultural artificial e a uma visão deformada da aprendizagem. Aqui, é o indivíduo que se apresenta como apto para o serviço de carpinteiro ou de pedreiro, porque pensa que é simples manejar o serrote, o martelo e os pregos, a pá, a picareta, a colher e a desempenadeira; ali, é o indivíduo que, após curta aprendizagem, já se acredita oficial, “especialista competente” e “apto para qualquer serviço no ramo”; acolá, é o indivíduo que se lança, com preparo precário e limitada experiência, a cargos que “estejam à altura de sua situação”; etc.. Essa falsificação da consciência do trabalhador livre e essa simplificação dos mecanismos da competição econômica não afetam somente o “negro”. Elas atingem, mais ou menos, todas as levas de trabalhadores que arcam com o ônus de uma herança sócio-cultural rústica. Mas, o negro e o mulato constituem uma vítima especial. Na medida em que a cor os compele a explorar com ansiedade as evidências externas e as compensações materiais ou morais da posição social, eles são mais propensos a teimar nessa corrida de obstáculos, cuja regra consiste em “pôr o carro adiante dos bois”. Daí advém desajustamentos ocupacionais sistemáticos e desilusões persistentes que corroem e laceram, com o tempo, suas disposições construtivas para o trabalho e a competição profissional. Além dessa propensão de caráter geral, existem outras manifestações negativas freqüentes, mas circunscritas, da falta de socialização prévia. A mais flagrante diz respeito à disparidade ocupacional e competitiva face ao “branco”. A chamada “falta de qualificações mínimas para o emprêgo” opera nesse nível, ceifando em massa os que tentam passar dos “serviços de pretos” para “um trabalho melhor”. Assim, o gerente de uma loja declarou ao entrevistador: “Para admissão, fazemos exame de aritmética e êste fato as elimina [as “candidatas de cor”]. O grande número de pessoas que nos procuram são empregadas domésticas, que não sabem somar” (17). Outra ma-

(17) — Omitimos outros exemplos, por nos parecerem desnecessários.

nifestação freqüente relaciona-se com o apêgo a ajustamentos inadequados à organização do trabalho assalariado. A seguinte ilustração é típica. Um mestre (de carpintaria) foi procurado por um jovem negro. Ele precisava de um ajudante e tentou aproveitá-lo. “Perguntei para ele se sabia pegar num martelo e pregar pregos. Ele disse que sim. Começou a trabalhar no mesmo dia. Já no dia seguinte, de manhã, chegou às sete e meia [com meia hora de atraso], e foi subindo as escadas no mole. No dia seguinte atrasou mais. Eu chamei a atenção dêle: “Ei, rapaz! Se você quer aprender e trabalhar, assim você não vai longe!” Ele logo me respondeu: “Se quiser, é assim! Eu não sou escravo de ninguém! Se não tá satisfeito, passe as conta”. O informante despediu-o imediatamente (18). Por fim, deve-se levar em conta tôda uma série de manifestações que se vinculam aos conteúdos do horizonte cultural rústico ou ao padrão tradicionalista de relações com o “branco”. Quanto aos conteúdos do horizonte cultural rústico, três efeitos merecem ser considerados. Primeiro, a inexistência parcial ou total de habilidade para perceber e aproveitar as oportunidades de trabalho, existentes em um meio urbano em crescimento. Segundo, o apêgo a níveis de aspiração profissional demasiado estreitos e pouco compensadores, os quais restringem seriamente as potencialidades competitivas do “trabalhador negro”. Terceiro, a propensão dos pais a estimular os filhos a terem “pretensões modestas” e a fazerem escolhas ocupacionais “de acôrdo com a situação da gente”. Atitudes e comportamento dessa natureza concorrem para manter o negro e o mulato presos ao universo rústico, de que foram extraídos. Elas não constituem uma peculiaridade, pois o mesmo sucede com os “trabalhadores brancos” vinculados ao mundo rural. Acontece, porém, que essas manifestações, quando se objetivam, não vêm sòzinhas. Elas emergem em conexão com uma imagem do “branco” construída na era senhorial. O que quer dizer que elas trazem à tona, aqui e ali, a idéia de que “certos empregos não são para o nosso bico”, como se ainda prevalecesse o monopólio das ocupações estratégicas pelo “branco”.

Os efeitos reativos da situação social de existência prejudicam, variavelmente, tanto os “negros” que ainda vivem em condições anômicas, quanto os que contam com a proteção da vida social organizada. Ainda assim, os que se acham na primeira situação sofrem, de maneira destrutiva, a desvantagem de não contarem com os suportes sociais indispensáveis para a escolarização, a aquisição de uma profissão, a conquista de um emprêgo “com perspectivas” e a competição profissional ulterior. Os que se encontram na segunda situação des-

(18) — Outras ilustrações foram omitidas, por parecerem dispensáveis.

frutam, em regra, dessas garantias sociais, como os “brancos”. Apenas, o temor de perda de estatus ou o medo de que os filhos não saibam enfrentar as manifestações do “preconceito de côr” conduzem, de modo freqüente, a estímulos que circunscrevem, demasiadamente, os níveis de aspiração ocupacional ao terreno conquistado. Acima dessas tendências, três pontos exigem referência. Primeiro, o “meio negro” ainda não absorveu, compactamente, as técnicas sociais da sociedade inclusiva. Por isso, não domina (ou domina precariamente) os meios disponíveis para corrigir os efeitos e as causas do desajustamento profissional, da deformação ou da simplificação dos níveis de aspiração ocupacional, etc.. Segundo, êle não é suficientemente diferenciado e integrado para oferecer alternativas aos desajustamentos ou limitações, impostos pelas “barreiras de côr”. Do outro lado, também não comporta estatus, papéis e mecanismos sociais que organizem melhor e em bases mais equitativas a participação das diferentes gerações nas oportunidades ocupacionais oferecidas pela sociedade inclusiva. Terceiro, o nível médio de renda dos diversos estratos da “população de côr” é demasiado baixo para assegurar um aproveitamento estratégico ótimo das oportunidades ocupacionais, mesmo entre aqueles que se revelam capazes de discerní-los. O nosso levantamento mostrou que, até em profissões modestas, pessoas plenamente ajustadas às ocupações, vêm-se na contingência de trocá-las. De um lado, o empenho de persistir em certo ramo, porque “gosto da profissão”; de outro, o fatal “não dá pra viver”. O drama é ainda pior nos estratos mais altos. Na medida em que a “classe média de côr” não desfruta de uma situação sócio-econômica real de classe média, ela não tem elementos para garantir continuidade de posição social através da sucessão das gerações. Por conseguinte, dispõe de recursos pouco apropriados para assegurar aos filhos condições iniciais vantajosas de participação das oportunidades ocupacionais existentes.

Os efeitos compulsivos do “complexo” (19) interferem nos ajustamentos ocupacionais do negro e do mulato em três direções distintas. Primeiro, êle suscita um temor intenso de rejeição por causa da côr. Os resultados das entrevistas sugeriram que êsse temor pode ser vencido, com relativa facilidade, nas etapas iniciais da carreira e não prejudica, de forma alguma, o aproveitamento de oportunidades ocupacionais em que a aceitação do “trabalhador negro” é tradicionalmente segura. Êle provoca medo de frustração a partir do momento em que se difine, dinamicamente, um estado de concorrência com o

(19) — Conforme já mencionamos, o “complexo” é descrito, no “meio negro”, como a totalidade de reações perceptivas, cognitivas e de defesa do ego diante de manifestações reais ou presumidas do “preconceito de côr”.

“branco” por posições ocupacionais mais ou menos vantajosas. Aí, a tendência dominante consiste em encarar os êxitos porventura obtidos como uma compensação satisfatória. Sentindo-se numa “posição segura” (como profissional ou como sub-chefe de secção ou de divisão de uma empresa, por exemplo), as pessoas preferem contentar-se “com o que têm” e desistem de lutar por novas promoções. A natureza dêste efeito psico-social parece bem clara. Ela restringe, espontaneamente, o nível de competição econômica e profissional com o “branco”. Doutro lado, o mesmo “complexo” estimula atitudes e comportamentos “retraídos”, pelos quais os indivíduos se isolam voluntária ou involuntariamente, do convívio freqüente com “brancos” de maior prestígio social. Esta conexão também interfere no padrão de carreira do negro e do mulato. Em regra, em níveis mais ou menos altos de competição econômica e profissional, eles deixam de contar com círculos de relações sociais que sirvam de suporte para a concretização de suas aspirações ocupacionais. Segundo, há uma espécie de folclore das manifestações do “preconceito de côr”. As notícias de rejeições, suposta ou realmente provocadas pela côr, circulam e se propagam com relativa rapidez. Se se acumulam evidências de que determinadas firmas rejeitam os “candidatos de côr” de forma sistemática, elas “criam fama”. Aos poucos, elas deixam de ser procuradas por êstes candidatos. O chefe da secção de pessoal de uma fábrica, que restringia a aceitação de “trabalhadores de côr” aos “serviços de pretos”, por determinações da direção, confirmou essa tendência. “Assim, disse-nos, já não é mais muito freqüente pessoas de côr aparecerem à procura de emprego”. Além disso, as experiências negativas das pessoas rejeitadas pela côr encontram ampla divulgação no “meio negro”, pelos “falatórios” que se propagam como se tivessem um multiplicador. Os parentes, amigos, “vizinhos chegados” e conhecidos ficam sabendo das experiências dolorosas “em primeira mão”; eles contam às ocorrências, por sua vez, a seus parentes, amigos, “vizinhos mais chegados” e conhecidos; e assim por diante. O resultado disso tudo é que os jovens, em início de carreira ou em luta por auto-afirmação em “posições melhores”, são colhidos por uma “onda” contraditória de boatos. Muitas vezes, êste ou aquele jovem sequer “acredita na existência do preconceito”. Sabe por “ouvir falar”, mas pensa que são “histórias dos outros”. Se sobrevém algum contratempo em sua própria vida, e se se repetem algumas “decepções”, termina por aderir ao clima de opinião existente. Em regra, sob esta pressão desmoralizadora, os jovens “desanimam” e, com freqüência, contentam-se com posições subaltermas, que ficam “abaixo de sua capacidade profissional” ou refluem para a área segura dos empregos em que o “prêto” não sofre restrições. As duas conexões apontadas con-

tribuem para tornar as ambições ocupacionais do negro e do mulato muito vulneráveis, limitando seriamente tanto seus níveis de aspiração profissional, quanto seus padrões de carreira. Terceiro, as rejeições “por causa da côr”, reais ou imaginárias, provocam auto-comiseração e reações compensatórias que alimentam auto-complacência e avaliações irrealistas, como técnicas de defesa do equilíbrio do ego. Esses mecanismos psicológicos reativos são úteis ao negro e ao mulato, porque permitem manipular explicações exteriores como “causas” dos malogros nas tentativas de “obter emprêgo” ou de “alcançar promoções merecidas”. Atribuindo os insucessos ao “preconceito de côr”, os indivíduos seguem avante. No entanto, em prejuízo real de sua capacidade de auto-aperfeiçoamento e, portanto, de competição profissional. Uma boa parcela da “população de côr” já descobriu esse fato, insistindo que, independentemente dos motivos aparentes das rejeições, o “negro” precisa indagar se é competente ou não e tem de cuidar do seu aprimoramento constante no campo de atividades em que estiver. A maioria ainda não compartilha dessa corrente de opinião e utiliza os mecanismos de defesa do ego como um pára-raios. É evidente que esse mecanismo opera como uma fonte invisível e não-neutralizável de degradação permanente da capacidade de competição ocupacional e profissional do negro e do mulato.

O conformismo, por fim, apresenta-se sob várias formas. Como parte da herança cultural do passado rústico, êle ainda afeta uma parcela importante da “população de côr”. Nesses círculos, êle incentiva ajustamentos ocupacionais pouco vantajosos, delimitando o teto médio de aspirações em torno do que, no consenso dos “brancos”, se definem os “serviços de pretos” ou os empregos “até onde êles podem chegar”. Existe uma segunda espécie de conformismo, que nasce de “ser judiado”, de fazer-se na “escola das decepções”. Nesse rol se inclui, a julgar pelos resultados de nossos questionários (20), a quase totalidade dos trabalhadores negros e mulatos. São pessoas que repetem, desanimadamente, variantes destas respostas típicas: “Trabalho porque preciso. Mas que o sujeito é humilhado aqui é”; “Tenho de ficar neste emprêgo. Não tenho outro remédio. Mas detesto o meu trabalho”. Há outra manifestação de conformismo, bem mais complexa. Ela afeta os que logram êxitos relativos em seus projetos de carreira. Com freqüência, atingidas as posições ocupacionais visadas, em vez de se afirmarem em termos dos padrões competitivos vigentes, os indivíduos tentam acumular prestígio pelo caráter exemplar de sua capacidade de realização profissional. Daí resulta uma grande admiração dos patrões, dos chefes, dos subordinados e dos colegas;

(20) — Especialmente, através das pistas abertas pelas contradições entre as profissões exercidas e as profissões ideais, indicadas acima.

e, em consequência, o tipo de “prestígio” pretendido. Analisando-se êsses casos, todavia, descobre-se algo fundamental: os critérios de auto-realização empregados possuem teor artesanal e colidem, variavelmente, com as exigências da situação numa sociedade competitiva. Os indivíduos alcançam os objetivos imediatos mas prejudicam, irremediavelmente, a carreira a longo termo. Logo se implanta a convicção de que “fulano é excelente para o trabalho que está fazendo. Infelizmente, não serve para outra coisa” ou, a avaliação, alternativamente mais cruel e generalizada, de que “o negro só serve para o trabalho de rotina”. Essas constatações, confinadas ao essencial, insinuam como o conformismo, em quaisquer de suas facetas, implanta-se como uma fonte de limitações tanto na definição dos níveis de aspiração ocupacional, quanto na manipulação prática dos padrões de ajustamento ocupacional e de auto-realização profissional. O conformismo, nascido de diferentes motivações psico-sociais e sócio-culturais, impede a mobilização conveniente, pelo negro e pelo mulato, das técnicas sociais de competição ocupacional e profissional requeridas pela sociedade inclusiva.

Contudo, ao lado dêsses fatores e efeitos adversos, subsistem outras influências, que concorrem para ajustar o “trabalhador negro” aos requisitos estruturais e dinâmicos da ordem social competitiva. A rápida expansão econômica, iniciada em fins de 1939, afetou profundamente a composição e a organização do nosso sistema de trabalho. Ainda que as oportunidades emergentes não beneficiassem “negros” e “brancos” nas mesmas proporções, vastos setores da “população de côr” conseguiram alterar profundamente sua posição no mercado de trabalho. Sob êste aspecto, interessam-nos, principalmente, três alterações básicas. A escassez generalizada de mão-de-obra produziu forte pressão quantitativa, particularmente importante para os estratos da população que se achavam na periferia do sistema de trabalho capitalista. Não só surgiram oportunidades de emprêgo em massa e perspectivas de trabalho permanente; como ocorreu uma revalorização econômica e social dos serviços que antigamente caíam na categoria de “empregos de negros”. Graças a estas circunstâncias, modificaram-se as avaliações imperantes sôbre o trabalho manual e sua significação para a dignidade da pessoa. Por fim, atingira-se um ponto de partida que permitia ao “negro” ajustar-se às ocupações que estava em condições de preencher, sem ferir suscetibilidades respeitáveis — antes, valorizando-se econômica e socialmente. Essa explosão quantitativa teve importância marcante em várias direções. Ela propiciou uma reabsorção rápida do negro e do mulato em serviços de que foram expulsos, no sistema de trabalho artesanal, em virtude da concorrência dos imigrantes. Assim, multiplicaram-se as

oportunidades de trabalho que se ofereciam nas construções (como pedreiros e serventes de pedreiro, mais intensamente; mas, também como empreiteiros, pintores, carpinteiros, encanadores, eletricitas, etc.), nas oficinas mecânicas, nas carpintarias e marcenarias, nas tapeçarias, nos açougues, etc.. Ao mesmo tempo, ao lado dos “serviços brutos”, apareceram oportunidades de trabalho que abriam as portas das fábricas e dos escritórios para o “trabalhador negro”. Vários chefes de secção de pessoal informaram que essa iniciativa tem sido regulada pelas relações entre a oferta e a procura de trabalho. Onde “não têm outro remédio”, apelam para ela, de boa ou má vontade. No conjunto, os efeitos da pressão quantitativa foram de especial significação para a “mulher negra”. Na crise do antigo sistema de trabalho ela foi mais protegida que o homem. Em compensação, ficou praticamente encravada nos serviços domésticos. A escassez de mão-de-obra favoreceu o início de sua liberação dêsse jugo invisível. Aos poucos, ela ganhou novas oportunidades no setor artesanal (como costureira, bordadeira, na encadernação de livros, etc.) e galgou novos postos, nas fábricas, nas lojas e nos escritórios.

Entretanto, à expansão quantitativa correspondeu uma pressão qualitativa de importância excepcional. A grande barreira, onde os critérios de peneiramento sofriam interferências irracionais, nascia da côr. O crescimento econômico compeliu muitas empresas, em todas as categorias econômicas, a aplicar com maior rigor técnicas racionais de seleção, de supervisão e de promoção do pessoal. As entrevistas com administradores brancos e com empregados negros ou mulatos, de diversas qualificações, mostraram que essa alteração equivale, para os interesses econômicos e ocupacionais da “população de côr”, a uma autêntica revolução. Muitas empresas só admitem à seleção “candidatos brancos”; outras possuem meios para solapar ou neutralizar os resultados favoráveis aos “candidatos de côr”. Não obstante, é considerável o avanço que se deu. Nas grandes organizações, privadas ou oficiais, as técnicas racionais de seleção, de supervisão e de promoção do pessoal põem ênfase nas qualificações dos candidatos e na produtividade do trabalho. A côr fica em segundo plano ou passa, para muitos efeitos, a ser pura e simplesmente ignorada. Graças aos efeitos dessa pressão qualitativa, o negro e o mulato encontraram oportunidades específicas em serviços nos quais antes eram sistematicamente evitados ou repudiados, nos escritórios, nas fábricas, nos bancos, em grandes empresas comerciais, etc..

Êsses dois tipos de efeitos se combinam. O “trabalhador negro”, engajado na estrutura ocupacional do sistema de produção, adquire novas possibilidades e incentivos de se reeducar para o trabalho li-

vre. No começo, a aceitação pode ser precária, sendo admitido “apesar de não conhecer bem a arte” (21). Aos poucos, vencem as dificuldades iniciais. A partir de certo momento, surge o oficial competente e respeitado. As transformações não abrangem apenas as técnicas do corpo — o modo de usar as energias e de disciplinar os movimentos motores; elas atingem a mentalidade, o modo pelo qual o “negro” compreende a sua posição na sociedade, os seus direitos ou deveres como trabalhador e o futuro dos filhos. Formam-se novas aspirações ocupacionais, novos padrões de carreira e um horizonte cultural de quem está se profissionalizando. Não se trata, apenas, de “querer um ofício”, como no passado. Trata-se de “querer chegar ao tope”. de disputar empregos que eram parcial ou totalmente inacessíveis e de definir-se, profissionalmente, em termos de igualdade diante do “branco”.

Penetramos, aqui, na área de incentivos e motivações sociais. Ao se reeducar para o sistema de trabalho livre, o “negro” repudia sua herança cultural rústica e o ônus que ela envolvia. Vence hábitos, avaliações e comportamentos pré ou anti-capitalistas. E descobre uma posição que o nivela, material e socialmente, ao “branco” — a que é oferecida por sua ocupação. Não só surge, assim, um novo tipo de folclore do negro — o folclore do êxito. Mas, este folclore produz dividendos. Os que logram realizar suas ambições ocupacionais, servem de exemplo. Outros procuram imitá-lo. Difunde-se uma consciência de que o “negro” pode igualar o “branco” no trabalho e nos “serviços de responsabilidade”. Os que compartilham dessa consciência ganham condições para desvencilhar-se da perigosa proteção conferida pela manipulação do “preconceito de côr” como bode expiatório. Deixam de explicar suas decepções e malogros de uma forma simples e procuram preparar-se, técnica e moralmente, para a competição integral com os “colegas brancos”. Ao mesmo tempo, a conquista de uma situação de classe real insere o “negro” nas reivindicações de classe e nas pugnas ideológicas que dividem a sociedade. Embora ele ainda resista à proletarização e valorize símbolos estamentais como armas de auto-afirmação social, essa experiência alarga a compreensão da igualdade diante do “branco” e fortalece suas impulsões competitivas na esfera do trabalho. Por fim, começa a possuir um terreno firme sob os próprios pés. A ocupação estável não garante só uma posição na sociedade e uma concepção do mundo. Ela desenvolve os pontos de apoio estruturais e dinâmicos que impediam o “negro” de participar, normalmente, da ordem social competitiva. Já pode pensar em educar o filho. No futuro da família. Em ter uma

(21) — Como nos declarou um empreiteiro, com referência ao contrato de “trabalhadores de côr” como serventes de pedreiro, como pedreiros, etc.

casa. Em ostentar melhor padrão de vida. E por aí afora. Eis toda uma cadeia de conexões e de motivações, que criam e generalizam ideais mais ou menos sólidos de ascensão social. O homem que descobre que “não é escravo do trabalho”, mas que pelo trabalho se liberta e se afirma socialmente. Quando esta visão da realidade se configura, o “trabalhador negro” deixa de ser uma vítima do seu passado e passa a usar o trabalho como a única arma de que dispõe para realizar seus anseios de ascensão social e para impor-se ao “branco” de igual para igual. Aos poucos, já não divisa as fronteiras que separam os “serviços de negros” dos “serviços de brancos”. Ao contrário, esforça-se para atingir êstes últimos e para vencer dentro dêles.

Poucos chegaram a participar dêsse estado de espírito. A rigor, as entrevistas revelaram tal segurança somente num pugilo de intelectuais, de profissionais liberais, de técnicos e de líderes operários. O essencial, por enquanto, não é o número. Mas, as tendências que o pequeno número deixa entrever. Neste momento, fechamos o circuito histórico, que abrimos nos dois primeiros capítulos. A figura do “negro” como trabalhador livre se prefigura como uma realidade histórica. Sem deformações, como êle será, em massa, provavelmente no futuro próximo. Semelhantes conclusões põem-nos diante de uma constatação fundamental. O sistema capitalista foi pouco favorável ao “negro” em seus primórdios. Isso aconteceu, porém, não por causa das limitações insuperáveis do “trabalhador negro”. Mas, porque foi convertido, de escravo e de liberto, numa sorte de pária. À medida que o próprio sistema capitalista se expande e se diferencia e que o “trabalhador negro” encontra, dentro dêle, oportunidades realmente promissoras de trabalho, êle não só sabe aproveitá-las, como o faz de forma notoriamente construtiva. Com isso, desmente os que apregoavam, no fim do século XIX e nos princípios do século XX, sua “inferioridade inata” e sua “incapacidade de adaptar-se à tecnologia moderna”. E prova que a **Segunda Abolição** está em curso. Esta se iniciou, de fato, quando o “negro” começou a converter-se, sistematicamente, em trabalhador livre; e terminará quando êle tiver suprimido, pelo esforço e pelos frutos do seu próprio trabalho, as fronteiras que separam os homens livres na sociedade de classes.

Entrosando-se no núcleo do sistema de ocupações da sociedade inclusiva, o negro e o mulato classificam-se socialmente. Passam a pertencer à ordem social competitiva. Todavia, não possuímos elementos que permitam discernir as proporções segundo as quais isso ocorreu ou está ocorrendo com a “população de côr (22). Em es-

(22) — Não obstante, é possível descrever o processo em questão, o que faremos na parte subsequente dêste capítulo.

tudo publicado em 1938, Lowrie dividiu a sociedade paulistana em três camadas: a classe superior; a classe trabalhadora; e a classe semi-dependente. Essa estratificação é arbitrária, embora ressalte a dificuldade que existe para caracterizar a **situação de classe** no setor que ficou mais ou menos à margem da ordem social competitiva. As descobertas de Lowrie sugerem que a “classe baixa” ou “semi-dependente” (23) abrangia, na época, parte considerável da “população de côr”. Ainda não se sabe, porém, como as recentes alterações da composição e organização do sistema de trabalho repercutiram na estratificação sócio-econômica da cidade. É claro que elas ampliaram o número de negros e de mulatos que possuem uma **situação de classe**. Doutro lado, as nossas observações evidenciaram duas tendências globais. Primeiro, uma que se associa à proletarização. As parcelas da “população de côr” que lograram classificar-se socialmente, em sua quase totalidade, cabem nessa categoria (24). Segundo, outra que se vincula à ascensão do negro e do mulato a ocupações ou profissões cujo nível de renda asseguram um padrão de vida e prestígio social mais ou menos característicos das classes médias da sociedade inclusiva. A nossa experiência demonstrou que esta tendência afeta um número muito reduzido de pessoas. Além disso, existem casos esporádicos de “indivíduos de côr” e de “famílias negras” de fato pertencentes aos estratos superiores do sistema.

Interessam-nos, de perto, as duas tendências globais. Elas indicam que o “negro” está sendo absorvido pela sociedade de classes, **paripassu** à sua conversão em trabalhador livre. Por enquanto, é impossível traçar limites precisos, que permitam caracterizar morfológicamente o processo. O próprio “negro” mascara as diferenças entre os dois estratos. A importância da classificação social, em si mesma, é tão grande, que todos os sacrifícios são justificados, desde que eles rendam em prestígio social, efetivo ou aparente. Por isso, uma boa cozinheira, com alta remuneração, pode ostentar um padrão de vida equivalente ao de um jornalista ou de um advogado “negros”. No consenso da “população de côr”, as evidências externas de status contam como expressões reais. Os indivíduos são considerados “ricos” e em “situação de prestígio”, o que cria elites heterogêneas e uma “classe média” de feições indecisas. Ela se caracteriza muito menos pela renda real e pela posição na estrutura de poder da sociedade

(23) — Samuel H. Lowrie “Origem da População da Cidade de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais”, Revista do Arquivo Municipal, Ano IV — Vol. XLIII, Janeiro de 1938, pp. 195-212.

(24) — Está claro que a classificação no estrato inferior da sociedade de classes constitui um fenômeno de mobilidade social vertical. O sistema de referência empregado por Lowrie sublinha esse fato; pois estaríamos diante da passagem da “classe semi-dependente” para a “classe trabalhadora”.

inclusiva, que pelo estilo de vida. Este é marcado por uma etiqueta elaborada e por refinamentos que propendem, intencionalmente, para modelos aristocráticos, de cunho estamental (25).

Como a “posição social” constitui o verdadeiro pesadelo das “classes médias de cor”, aos fenômenos de estratificação social apontados correspondem alterações patentes na convivência com os “brancos” ou com os demais componentes do “meio negro”. Esboçam-se, pela primeira vez, tendências a concentrar a interação racial nos estratos da “população branca” do mesmo nível social. Se essas tendências tivessem vingado e se fortalecido, poder-se-ia admitir que a revolução ocupacional, em curso, estaria contribuindo, de fato, para modificar a própria estrutura do nosso sistema de relações raciais. No entanto, não parece evidente que isso esteja ocorrendo em escala significativa. Os dados sobre o intercasamento, relativos a 1961, por exemplo, indicam que ainda prevalecem os velhos padrões de escolha dos cônjuges (veja-se Quadro 23). Os casamentos mais frequentes realizam-se dentro do mesmo grupo de cor (97,74% entre “brancos” e “brancas”; 68,28% entre “pardos” e “pardas”; 64,28% entre “pretos” e “pretas”); são reduzidos os casamentos de “brancos” com “pardos” e “pretos” (1,75% e 0,27%, respectivamente); e os casamentos de “pardos” e “pretos” obedecem as conhecidas linhas de valorização e de resistência das cores (“pardos”: com “brancas” — 25,79% e com “pretas” — 5,85%; “pretos”: com “brancas” — 10,82% e com “pardas” — 24,76%). Os dados colhidos pelas entrevistas e pela observação direta completam esse quadro. Apenas esporadicamente surpreendemos situações de convivência inter-racial, de caráter permanente, entre famílias dos mesmos níveis sociais pertencentes a grupos de cor diversos. Aliás, no consenso da “população de cor”, só o “branco” de posição social inferior revela alguma propensão para aceitar formas mais ou menos estreitas de convivência com os componentes da “classe média de cor”. Estes, por sua vez, refreiam tais relações, principalmente quando possuem **situação de classe média** real. Então, não valorizam o “branco” em si mesmo. Mas, o nível social em que se encontre. Tudo isso sugere que entramos numa fase incipiente de transição, na qual estão se desorganizando, intensamente, as antigas formas de convivência inter-racial. Contudo, as ambigüidades e a falta de vitalidade sócio-econômica dos estratos mais elevados, que estão emergindo na “população de cor”, não favorecem as expectativas de classificação social, no seio de outros estratos da sociedade inclusiva, dos segmentos em ascensão social dessa população. Em particular, no consenso dos “brancos” (principalmente dos pertencentes aos níveis mais elevados da “classe baixa” e às classes “média” ou

(25) — Os aspectos dinâmicos da situação apontada serão caracterizados adiante.

Quadro 23
Distribuição dos Casamentos, Segundo a cor dos Cônjuges, Ocorridos no Município de São Paulo em 1961*.

	M u l h e r e s					Total
	Homens	Branças	Pardas	Pretas	Amarelas	Côr não declarada
Branços		30.167	541	85	71	—
Pardos		723	1.914	164	2	—
Pretos		94	215	538	1	—
Amarelos		87	2	—	877	—
Côr não declarada		—	—	—	—	—
Total		31.071	2.672	807	951	35.501

* Fonte: Situação Demográfica, op. cit., p. 2.

“alta”), os êxitos sócio-econômicos do negro e do mulato são encaixados e definidos como simples índices de que o “prêto está melhorando de vida”. O que quer dizer que ainda existe forte relutância, nesses círculos, em aceitar os referidos estratos da “população de côr” como parte integrante dos seus próprios níveis sociais.

Por conseguinte, os critérios subjetivos de auto-avaliação social, perfilhados pelos negros e mulatos em ascensão, só recebem franco reconhecimento na “população de côr” e, ainda assim, como algo legítimo e indiscutível, apenas por aqueles que se identificam como a **elite** ou a **alta sociedade** dessa população. Graças ao isolamento relativo dessas pessoas, à sua propensão para extrair dividendos de seu prestígio social real ou aparente e à sociabilidade própria do “homem de côr”, os diversos grupos que compõem tal elite desenvolvem um estilo de vida peculiar, em comparação com os outros estratos da sociedade inclusiva. As diversas associações, recreativas ou culturais, realizam uma atividade relativamente intensa, que põe as famílias desses círculos em contacto freqüente e propicia às gerações ascendentes amplas oportunidades de interação dentro do seu “nível social”. Nas conclusões de um estudo de caso, o pesquisador ressaltou êsses aspectos: “O setor onde pode ser sentida mais intensamente uma **vida social** entre os negros é nos bailes. A classe média tem seus clubes de dança (26), onde a preocupação máxima é oferecer aos associados um ambiente “decente”, que as moças de famílias possam freqüentar. Fora disso, a classe média realiza um intenso movimento de visitas, gostando de dar almoços e jantares aos parentes e amigos. No grupo intelectual, êste fato é bastante notável” (27). Em algumas ocasiões, certas associações fazem programações mais ambiciosas (de exibição artística ou com fins recreativos e culturais). Raramente, porém, essas programações congregam todos os círculos da **alta sociedade negra** e quase nunca repercutem nos demais segmentos da sociedade inclusiva. Em consequência, a visibilidade do seu estilo requintado, conspícuo e “aristocrático” de vida é praticamente nula, ultra-muros. Isso faz com que os proventos da classificação social, tão ricos de dividendos no **in group**, contribuam muito pouco (e de maneira fragmentária), para modificar a definição predominante do negro e do mulato, a qual associa a côr a uma condição social duvidosa: em regra, “baixa” e “dependente”.

2) A Ascensão Social do Negro e do Mulato:

A análise precedente leva-nos a uma conclusão básica. A aquisição e a melhoria paulatinas de meios estáveis de ganho tendem a

(26) — Suprimimos a enumeração dos clubes por motivos óbvios.

(27) — Trecho de um estudo de caso elaborado por Renato Jardim Moreira.

criar condições favoráveis à absorção do negro e do mulato na ordem social competitiva. Aos poucos, ambos deixam de ficar à margem da vida social organizada e logram classificar-se no sistema vigente de classes sociais. Esse fenômeno seria destituído de maior interesse sociológico, pois não se traduz, pelas aparências, em alterações radicais na posição social do “negro”. Este continua ser “pobre”, a concentrar-se em ocupações mal remuneradas e de pouco ou nenhum prestígio e a fornecer ralas elites, mais ou menos isoladas e fechadas, como no passado. No entanto, o referido fenômeno constitui uma manifestação pura de mobilidade social vertical e possui enorme importância sociológica. Ele evidencia não só como estão se transformando as reações da “população de côr” à ordem social competitiva; demonstra, também, como se manifestam as propensões desta em tornar-se aberta às impulsões de ascensão social de uma categoria racial que ficara à margem de nossa “revolução burguesa”. Ao que parece, tendem a diluir-se ou a desaparecer, pelo menos no nível da proletarianização, certas barreiras que impediam ou dificultavam a classificação social do negro e do mulato. Eles podem, por fim, lançar-se no mercado de trabalho e escolher entre algumas alternativas compensadoras de profissionalização. Por pouco que isso pareça, em termos sociológicos estamos diante de uma tendência bem definida. À medida que ela se concretiza, o “negro” supera, graças ao seu esforço, a antiga situação de pauperismo e de anomia social, deixando de ser um marginal (em relação ao regime de trabalho) e um dependente (em face do sistema de classificação social). Como acontece com outros segmentos demográficos do nosso país, que estão sendo arrancados da desocupação disfarçada ou sistemática, sob a pressão do crescimento econômico, começa a inserir-se, com certa regularidade, no padrão de vida dos grupos urbano-industriais da sociedade brasileira. As únicas diferenças relevantes, a respeito, procedem da côr (com suas polarizações sócio-econômicas e psico-sociais) e do fato de pertencer a contingentes desocupados ou semi-ocupados que se aninhavam, com frequência, dentro dos núcleos urbanos.

Diante do contexto histórico-social já caracterizado, parece óbvio que o estudo do fenômeno nos interessa, estreitamente, por causa de duas razões. De um lado, para saber-se como o “negro” está se comportando diante das oportunidades crescentes de participação econômica e cultural da vida social ativa; ele precisava vencer a adversidade, a si próprio e a resistência do “branco” para lançar-se na torrente social. De outro, para determinar-se, indiretamente, o grau de intensidade com que os efeitos espontâneos da expansão da ordem social competitiva tendem a contribuir para a democratiza-

ção das relações raciais no Brasil (28). É preciso que se tenha em mente que a mobilidade social não constitui, em si mesma, índice da inexistência de preconceito e de discriminação raciais. Além disso, na situação que nos compete investigar, surpreendemos as condições e os efeitos dos mecanismos sociais de ascensão de uma categoria racial no momento mesmo em que entra em crise final todo um sistema de dominação racial. Portanto, será normal que o lodo suba à tona. O que antes podia ser dissimulado ou encoberto, precisa vir à luz, para elevar-se à esfera da consciência, da discussão e da crítica. Nenhuma coletividade deve envergonhar-se desses fatos. Os homens não possuem outros meios para expungir-se dos erros do passado e aperfeiçoar a própria organização da sociedade. Lamentável seria esconder e ignorar fatos dessa natureza, a pretexto de resguardar-se a “inviolabilidade dos costumes”, os “valores centrais da cultura” ou “a inteireza moral dos antepassados”. Daí não resultaria outra coisa senão a perpetuação farisaica de iniquidades sociais, plenamente reconhecíveis e retificáveis.

Na presente exposição, iremos utilizar, predominantemente, dados coligidos pela pesquisa de campo realizada em 1951. Aqui e ali, êles foram, excepcionalmente, suplementados por informações levantadas anteriormente, entre 1940 e 1949, seja por antigos alunos do professor Roger Bastide ou por êste mesmo, seja pelo próprio autor e por seus alunos, sempre a pedido ou por indicação do ilustre mestre francês (29). Nesta parte do trabalho, concentramos a análise nos seguintes aspectos dos fenômenos considerados: 1.º incentivos e requisitos psico-sociais da ascensão social do negro e do mulato; 2.º barreiras à ascensão social ou ao reconhecimento de estatuto do negro e do mulato; 3.º técnicas de ascensão social ou de consolidação do estatuto, exploradas pelo negro e pelo mulato; 4.º)

(28) — Na literatura sociológica brasileira (ou concernente ao Brasil) o leitor encontrará outros tipos de abordagem do fenômeno. Consulte-se, especialmente, Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, op. cit., vol. 3.º, cap. XI; Donald Pierson, *Branços e Pretos na Bahia*, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1945, parte IV; e Charles Wagley (org.) *Races et Classes dans le Brésil Rural*, UNESCO, Paris, s. d. (que pretende estender a validade das interpretações de Pierson); Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, 2a. edição, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1944 (Parte I, Cap. 1); Thales de Azevedo, *Les Élités de Couleur dans une Ville Brésilienne*, UNESCO, Paris, 1953, passim; L. A. da Costa Pinto, *O Negro no Rio de Janeiro*, op. cit., Parte Segunda; Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, *Côr e Mobilidade Social em Florianópolis*, op. cit., passim; com referência a São Paulo: as análises de Roger Bastide sobre os efeitos da ascensão do negro e do mulato na atualização e fortalecimento do preconceito de côr (cf. R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, op. cit., caps. III e IV e, especialmente, *Sociologie du Brésil*, op. cit., em que antecipa a divulgação de alguns resultados de nossa pesquisa).

(29) — A mesma ponderação deverá ser tida em mente em relação à procedência dos dados do capítulo seguinte.

efeitos psico-sociais e sócio-culturais da ascensão social do negro e do mulato.

Quanto ao primeiro tópico, devemos considerar antes os incentivos e, depois, os requisitos psico-sociais da ascensão social do negro e do mulato. Os dados coligidos demonstram que certos incentivos, que operavam no passado, ainda estão presentes. Assim, os dois incentivos que regulavam os mecanismos de ascensão social do negro e do mulato da ordem social tradicionalista — a influência socializadora da família branca e o paternalismo do branco — continuam a ter eficácia. A inclusão transitória ou prolongada no seio de famílias brancas esclarece porque alguns “indivíduos de côr” apegaram-se, tenazmente, a ideais de personalidade-estatus e a aspirações sociais que entravam em choque quer com suas possibilidades sócio-econômicas, quer com as tendências de ajustamento predominantes em seu meio social imediato. Em virtude de acidentes ligados às condições de nascimento, à dependência econômica da mãe ou da avó (empregadas de famílias importantes), à simpatia nascida da prestação de pequenos serviços, etc., um menor podia ser incluído na periferia daquelas famílias e ficar exposto, de modo mais ou menos demorado, aos influxos socializadores de seu estilo de vida. Em consequência, passava a lutar, denodadamente, por formas de auto-realização atípicas em seu meio social imediato. Propendia a avaliar a importância da instrução de modo realista e a associá-la, definitivamente, a formas compensadoras de profissionalização. Os casos observados sugerem que, ao contrário do que se pensa comumente, a referida tendência não favorece apenas o “mulato” ou o “negro menos escuro”. Tanto o “mulato claro”, quanto o “preto retinto” foram e têm sido beneficiados por ela, seja na condição de “filho de criação”, de “cria da casa”, de “moleque” ou “dependente da família”, etc.. O essencial, nesses casos, não era a gradação da côr da pele do menor mas a ligação de sua mãe ou responsável com a família adotiva. Doutro lado, a influência exercida pela família adotiva ia muito além dos encargos que ela assumia, diretamente, na colocação do menor. Em alguns casos, tudo dependia do que ela fizesse, patrocinando sua educação e encarecimento inicial. No entanto, em outros, ela se omitia no terreno prático, limitando-se a auxílios simbólicos, ocasionais e meramente estimulantes. Nem por isso os menores deixaram de lançar-se, com afinho, à luta por uma “posição condigna”, inspirando-se nas experiências ou nos conselhos dos “brancos” que vieram a conhecer. Em todos os casos, os alvos perseguidos foram as profissões liberais e os cargos que elas abrem aos contadores, aos guarda-livros, aos dentistas, aos advogados, aos professores, etc. No conjunto, portanto, o que sobreleva notar é a qualidade da influência socializadora e os com-

portamentos espontâneos, que ela tendia a engendrar com certa persistência. O jovem passava a “querer ser alguém” segundo uma escala de avaliações tomada do próprio “branco”; e seguia essa inspiração com tenacidade, a ponto de lográ-la mesmo sem o auxílio e às vezes apesar da indiferença ou contra a resistência das pessoas cujo estilo de vida era imitado. Algumas famílias adotivas correspondiam às expectativas de proteção ativa do menor. Nesses casos, transmitiam-lhe seu nível de vida e, algumas vezes, também sua posição social. Ainda aqui, o paternalismo não aparecia como algo que dependesse da cor do menor. Contudo, raramente êle ia tão longe. A maior parte dos beneficiados colhia resultados mais magros: um emprêgo que permitisse estudar, conselhos e estímulos indiretos, auxílios esporádicos mais ou menos ralos, etc. O encarecimento dos estudos e as dificuldades em usar as influências ao velho estilo reduziam as possibilidades de dar ao “filho de criação”, ao “cria da casa”, ao “moleque da família” ou ao simples “protegido” um amparo mais eficaz. Todavia, o que importava mais na “proteção” recebida não era o volume do auxílio material. O “branco” acabava, sem o saber, suplementando e corrigindo as deficiências estruturais ou funcionais da “família negra”. Orientando os menores, oferecendo-lhes um ponto de partida razoável, interessando-se por seus problemas, incitava-os a perseguir aspirações que escapavam à órbita dos ajustamentos normais do “negro” e, mesmo, do “branco pobre”. Aproveitando bem a parca “proteção” recebida, algumas vezes chegava onde ninguém esperava vê-lo. A surpresa dos “protetores” transparencia, então, nas avaliações com que recebiam os fatos: “êta negrinho danado!” “nem parece negro”, “mulato filho da mãe!”, “prêto de alma branca”, etc.; e predispunha o “branco” a exercer um mecenato mais largo, generoso e decisivo para os desígnios do “afilhado” ou “apadrinhado” bem sucedido.

Não obstante, na época em que realizamos o levantamento principal, êsses dois tipos de incentivo tinham escassa importância prática. A própria estrutura da família branca “rica” modificara-se em sentido que torna inviável a absorção regular de estranhos e de dependentes. Doutro lado, o paternalismo já não era bem visto nem pelos “brancos” nem pelos “negros”. Aquêles viam no paternalismo para com o “negro” uma carga onerosa e inútil; ou, então, nos círculos dos “brancos pobres”, encaravam-no como uma “injustiça”. A seguinte afirmação, feita espontaneamente por um entrevistado nestas condições, indica o que se pensa a respeito: “Os pretos que se saíentam tornam-se pernósticos, porque nesta sociedade quando se ocupa postos melhores não é por valor real mas pela proteção e pela política suja”. Os “negros”, por sua vez, percebiam que o mecanismo

só poderia favorecer um número demasiado pequeno de pessoas, além disso de maneira insatisfatória e precária. Já vimos, no capítulo precedente, como ambos os incentivos foram apanhados pelos movimentos reivindicatórios e totalmente condenados. Formara-se a consciência de que o “negro” tem de resolver por si mesmo os seus problemas e que não deve contentar-se com “as migalhas”, largadas aqui ou ali por uma generosidade que foi largamente identificada com a falta de empenho em “ajudar o negro”. Em suma, o favoritismo paternalista suscita, no “meio negro”, condenações ainda mais severas que entre os “brancos pobres”. O ônus que êle acarreta, no plano da dependência moral, parece não receber compensação adequada através das vantagens materiais que êle proporciona a tão reduzido número de pessoas.

Por conseguinte, aquêles dois incentivos correspondem, de modo bem definido, à persistência de velhos padrões de comportamento nas relações raciais. Isso faz com que êles ocorram de forma esporádica e deixem de responder às exigências do presente. Quatro tipos de incentivos psico-sociais fluem livremente das condições atuais de vida do negro e do mulato. Primeiro, os que resultam, como condição ou como efeito, da modernização do horizonte cultural do “negro”. Segundo, os que defluem, estrutural ou dinamicamente, da própria mecânica da sociedade de massas: a partir de certo momento, a economia de mercado, com sua complexa rede de fatores e de efeitos, começou a abarcar a totalidade da população existente na cidade. Portanto, independentemente de qualquer esforço deliberado, procedente dos estoques raciais “branco” ou “negro”, ocorreu uma tendência marcante de nivelação do estilo de vida, de comportamentos e de aspirações sociais, de consequências específicas quanto à situação social da “população de côr”. A êsses dois tipos de incentivos básicos seria preciso agregar dois incentivos psico-sociais reflexos. A classificação e a ascensão sociais criam novos pontos de referência para a auto-avaliação dos “homens de côr”. Já não é indispensável procurar emulação nos exemplos dos “brancos”. Os negros e os mulatos em ascensão fornecem melhores alvos: não só mais fáceis de imitar e de reproduzir mas, ainda, mais adequados e estimulantes. Além disso, ambas fazem com que o “negro” tenha acesso a papéis sociais que impõem outra dimensão à dignidade da pessoa. O “negro” fica mais exigente, consigo mesmo, nas relações com os “brancos” ou no convívio com outros “negros” — e tudo isso irá transparecer em sua concepção do mundo, de si próprio e de sua posição na sociedade.

A modernização do horizonte cultural do “negro” prende-se aos efeitos psico-sociais da absorção gradativa dos modelos de organi-

zação do comportamento, da personalidade e das instituições sociais, tomadas da sociedade inclusiva. É preciso que se entenda, desde logo, que êsse processo não pressupõe os benefícios puros e simples do “viver na cidade”. Ele retrata, acima de tudo, os êxitos que o “negro” alcançou no intercâmbio com as condições materiais e morais do meio social circundante. Em outras palavras, êle indica o quanto o “negro” progrediu, como e enquanto tal, em suas tentativas de converter-se em homem de sua sociedade e de sua época. Trata-se de uma mudança qualitativa de enorme significação dinâmica. Enquanto a tragédia do “negro”, entre 1890 e 1930, se explica por sua incapacidade de ajustar-se ao estilo urbano de vida, as perspectivas atuais de superação daquele estado e de integração definitiva na sociedade de classes parecem explicar-se por sua capacidade crescente de pensar e de agir como um urbanita. Malgrado os desníveis que ainda persistem entre suas atitudes, comportamentos e avaliações e as exigências da situação, já são bem maiores os círculos da “população de côr” aptos para viver na cidade e para transformar essa circunstância em uma condição estratégica altamente vantajosa.

Em termos dinâmicos, a modernização do horizonte cultural do “negro” apresenta-se como um processo de substituição de atitudes, comportamentos e avaliações tipicamente tradicionalistas. Tais atitudes, comportamentos e avaliações eram responsáveis quer pela apatia do “negro” e por seu imobilismo, quer por sua predisposição a aceitar, passivamente, o padrão de relação assimétrica e heteronômica com o “branco”. A substituição tende a realizar-se através de atitudes, comportamentos e avaliações alternativos, que envolvem, de uma maneira ou de outra, a compulsão a eliminar ou a restringir o papel da situação racial como fator condicionante da participação da cultura. Por isso, ela se manifesta em todos os níveis da interação das “pessoas de côr” com as forças psico-sociais e sócio-culturais do ambiente. No plano mais elementar, entra em jôgo a disposição de “ser gente”, com tôdas as suas implicações e conseqüências sócio-dinâmicas. Note-se que não estamos mais diante de um incentivo para tornar a “vida do negro” mais circunspecta, ordenada e respeitável, como sucedia no passado com o confronto entre o “negro desordeiro” ou “malandro” e o “negro ordeiro” ou “de elite”. Está claro que a condenação de idéias como “nós somos negros mesmo!”, “O que se vai fazer, vida de negro é assim!”, etc., continua presente. Mas, ela entra em um contexto psico-social caracteristicamente diverso. A seguinte explanação textual evidencia a natureza dêsse contexto: “Negro é gente e não tem que andar diferente dos outros”. Essa orientação compreende três compulsões básicas dis-

tintas e, portanto, discerníveis (embora se manifestem conjuntamente). Primeiro, a repulsa em receber “tratamentos indignos”. Como nos disse o sujeito de uma das entrevistas, “hoje os negros estão agindo com maior liberdade. Já não aceitam tudo com passividade e muitos lutam por seu direito de serem tratados como **homens** e não como **pretos**” (30). Segundo, a ânsia incontida de “melhorar de vida”, obtendo fontes estáveis de ganho e melhorando-as progressivamente. “Ser gente” só pode significar “ser igual ao branco” e para isso é preciso “proceder como o branco”, lançando-se ativamente na competição ocupacional. Ótima ilustração dessa tendência encontra-se no caso de uma jovem, que trabalhava como doméstica de dia para estudar à noite. Em seu entender, “as moças devem-se preparar para a vida, pondo de lado a idéia de que o preto nunca poderá ser nada”. Suas amiguinhas dizem-lhe que “seu esforço é inútil” e que “é bobagem fazer esforços como ela quer”. Ao que ela responde: “a gente precisa ser alguma coisa na vida”. Pensa que “enquanto é moça é que pode fazer seu futuro. Os sacrifícios serão recompensados, porque poderei obter novos empregos e educar os filhos melhor”. Quando “enjoar de trabalhar para os outros nos serviços domésticos estarei apta para trocar de profissão”. Na data da entrevista, já havia concluído o ginásio, um curso de economia doméstica e outro de datilografia (sem contar um anterior, de corte e costura), e estava iniciando o curso de contabilidade. Essa capacidade de fazer uma coisa com os olhos noutra, aguardando ao mesmo tempo a ocasião oportuna para a transferência a atividades mais conceituadas e melhor remuneradas, com firme decisão e grandes esperanças, marca especificamente a qualidade da impulsão psico-social que anima o “negro que quer subir”. Terceiro, não seria possível reproduzir o êxito do “branco” através da conquista pura e simples de um emprego melhor. O “negro” mostrará que aprendeu muito bem essa lição. Ele atenta para a realidade ambiente e procura compreendê-la a partir da “ambição de subir”. Parece-lhe vã a pretensão de modificar a situação coletiva do “negro” de alto a baixo e de um momento para outro. Aceita friamente o mundo em que vivemos, como ele é, procurando afirmar-se pelo aproveitamento estratégico das oportunidades existentes, e deixando para o futuro remoto a transformação da mentalidade dos “brancos” ou da ordem social. Eis como dois sujeitos entrevistados, em seguida a uma reunião devotada à análise da “lei contra o preconceito de cor”, emitiram tais opiniões. Eles apoiaram com entusiasmo a posição de um estudante de direito do “meio negro” que

(30) — O grifo das duas palavras-chaves é nosso.

defendia o projeto de lei. “Até agora, se pretendia que o Governo tomasse uma providência em favor do negro e contra a atual situação. A primeira providência tomada, vêm eles e dizem que a lei não presta! Vamos jogá-la fora!” Para eles, essa atitude seria errada: “Isso de pensar em transformar a estrutura é muito bonito. Mas, enquanto a situação é esta, o negro vai apanhando direitinho” (...). “A lei foi feita para a estrutura que existe, não para aquela que o Geraldo e o Lobato (31) idealizam. Se a sociedade do futuro fôr o que eles pretendem, então a lei será desnecessária. No momento, ela é importante. Sem dúvida, está cheia de defeitos, é vaga, incompleta. Em particular, não obriga os industriais, os banqueiros e os comerciantes a aceitar um empregado competente quando ele fôr negro. Com tudo isso, é alguma coisa. O Governo deu uma grande vitória aos negros, forçando o reconhecimento da existência do preconceito, que era falsamente negado por muitos brancos que o praticavam” (...). Supunham que a lei teria ampla influência educativa. “O negro não é aceito em muitos lugares porque tem medo de não ser atendido ou de ser desfeitoado. Com isso, os brancos ficam fazendo uma idéia errada dos pretos e de suas capacidades. Não têm experiências sôbre eles, suas pessoas, seu caráter”. Pode-se ver que está em processo uma rotação de perspectivas. Entre 1927 e 1937, os movimentos sociais exigem uma alteração da realidade como condição para o ajustamento do “negro”. À luz das impulsões assinaladas, vê-se que estão surgindo outras alternativas. Certos estratos da “população de côr” pretendem projetar-se nas “estruturas existentes”, mesmo antes e independentemente delas se transformarem. Isso equivale a admitir que existem oportunidades sociais desejáveis, apesar das manifestações do preconceito e da discriminação, e que muitos “negros” estão dispostos a tentar conquistá-las tão rapidamente quanto lhes fôr possível.

Dentro de semelhante contexto psico-social, formaram-se impulsões de ascensão social por assim dizer específicas à “população de côr”. Tornou-se, naturalmente, muito importante impedir que reações irracionais às manifestações do “preconceito de côr” prejudicassem as probabilidades de classificação ou de ascensão sociais. Alguns exemplos permitem situar êsse complexo aspecto do ajustamento do “negro” ao estilo urbano de vida. Uma das entrevistadas dedicou grande atenção às “queixas” de amigos e conhecidos contra o “precoisa lhes sucede por causa do preconceito ou por causa de outras razão”. “Eles meteram isso na cabeça e não procuram saber se uma coisa lhe sucede por causa do preconceito ou por causa de outras razões”. Deu dois exemplos: “um amigo se submeteu a um concurso.

(31) — Geraldo Campos de Oliveira e Luís Lobato.

Foi reprovado. Aí começou a dizer que estava sendo vítima do preconceito. Eu contestei. Ele não tinha se preparado direito e eu mesma havia pedido que não fizesse o concurso, pois não estava em condições para ser aprovado. Ele nunca me deu ouvidos, misturando duas coisas distintas”. O outro exemplo referia-se à própria informante: “submeti-me a um concurso de datilógrafa, no Palácio da Justiça. Fui rejeitada. O chefe do serviço explicou-me que não podia ser aceita, pois ainda não tinha a idade exigida pela lei. Eu concordei. De fato, tinha 16 anos e não podia pretender um lugar para o qual exigiam um limite mínimo de 18 anos de idade. Se eu pusesse na cabeça que foi por causa do preconceito seria pior para mim e teria sofrido choques mais graves por causa disso”. Como “medida higiênica”, pensa que “os pretos deviam preocupar-se menos com a existência ou não existência do preconceito, para procurá-lo em tudo que os brancos fazem e para explicar por seu intermédio tudo o que sofrem. É uma doença. Quanto mais a pessoa liga para isso, tanto pior para ela”. Não obstante, tem sensibilidade para as manifestações do “preconceito de côr”, sabendo identificá-las objetivamente onde e como elas emergem, quais os setores da “população de côr” que são mais afetados, etc. Outro entrevistado insistiu também na importância de discernir as manifestações específicas do “preconceito de côr” de aspirações ou avaliações mais ou menos confusas. Para ele, “o preconceito só se manifesta quando uma pessoa é barrada em condições em que o branco da mesma posição não é”. Deu vários exemplos para ilustrar onde e como tais ocorrências se dão concretamente. À luz desse critério, distingue entre “preconceito” e “seleção”. Onde corre o risco de ser recusado ou sofrer “alguma desfeita” por causa da côr, não se apresenta; onde a repulsa contra o “negro” nasce da mera falta de familiaridade e de experiências do “branco” ou do próprio “temor do negro”, tenta forçar a situação, com tato, prudência e através de comportamentos adequados. “Em certos lugares não me apresento. Sei que algumas pessoas me tratariam bem. Não obstante, estaria deslocado entre eles. O meu meio não é entre engenheiros e professores”. Com esse domínio da percepção da realidade e do comportamento consciente, abrem-se novas perspectivas de ação racional com relação a fins. Não só a pessoa pode escolher melhor entre oportunidades alternativas de emprego ou de promoção no serviço. É também capaz de enfrentar os vários dilemas que convertem a “vida do negro” em verdadeiro drama. Assim, quanto às preferências matrimoniais, uma jovem mulata escura declarou que excluía definitivamente o “branco” de suas expectativas de casamento. “Não é por razões afetivas que repilo os brancos. Poderia sentir por eles os mesmos afetos que pelos negros”. Mas, pretende

evitar a “tragédia que surge depois do casamento. Os conflitos começam com os parentes e amigos do marido. Se intensificam por causa das diferenças de educação e de mentalidade. E se agravam com o nascimento dos filhos. Cada um fica torcendo para que êle [o filho] tenha a própria côr ou querendo que êle [idem] seja da côr branca. As decepções podem amargurar a vida do casal”. Ou, então, quanto à capacidade de corresponder a seus papéis sociais. Uma senhora entrevistada abordou longamente o assunto. Como “está em posição boa”, acha que entende melhor “o que é” e “o que não é” preconceito. “A minha gente é muito sensível. Tôdas as decepções, todos os fracassos, todos os conflitos são atribuídos ao preconceito de côr. O branco fica sendo culpado de tudo. Mas o fato é que entre os brancos se encontram os mesmos acontecimentos. Uma pessoa que não consegue melhorar de posição. Outra, que não consegue um emprego. Outra, que não vê atendido um pedido de transferência, de elevação de salário, etc.. Muitas vêzes a questão é muito mais de cartucho, de proteção pessoal, tanto para o negro quanto para o branco. Um consegue o que outro pretendia porque é mais protegido e não por causa de ser preto ou de ser branco”. Com essas idéias, procura esclarecer o marido e orientar os filhos. O primeiro possuía um amigo bacharel, que não passava de contínuo, coisa que êle atribuía, naturalmente, ao preconceito. A mulher dizia-lhe: “Fulano se fôsse branco também não passaria disso. Êle é burro. Não importa que seja bacharel ou não”. Os filhos (em número de três, uma moça e dois rapazes) tinham os seus problemas. O mais velho era “revoltado” e ela tinha muito trabalho para convencê-lo a suportar os embates que sofria, em virtude da côr; acomodava-o como podia, ajudando-o a superar aquelas barreiras, bem conhecidas e contornáveis. A filha chegou a abalar-se com o comportamento de uma colega de serviço, por demais acintoso e humilhante. Contudo, graças à assistência da mãe, aceitou com sobrançeria as dificuldades e ainda procurou “dourar a pílula”, para que a mãe não sofresse por sua causa. Dizia-lhe: “Eu não me importo. Eu sei que tenho capacidade. Êles não gostam de mim porque sou negra. Mas não podem fazer nada, porque eu sou superior a êles no serviço. Eu tenho capacidade e não estou ligando para o que êles fazem ou para o que êles pensam”. Em suma, para tirar proveito estratégico das posições sociais mais ou menos acessíveis, o “negro” teve de mudar sua maneira de reagir ao “preconceito de côr”. Separa-o de rejeições que possuem outra origem. Faz escolhas e procede a opções em que as diferentes alternativas de comportamento são claramente antecipadas. Doutro lado, não fica nem se lamentando em um canto nem se congrega aos protestos coletivos. No conjunto, está mais senhor do seu destino.

Alcança maior domínio consciente das condições e dos efeitos de suas relações com os “brancos”, o que lhe permite proteger, cuidadosamente, os seus interesses vitais, resguardando-se de amarguras previsíveis e evitando decepções ou conflitos prejudiciais. Em vez de lutar de frente contra o “branco”, toma a sua medida e ajusta-se a ela, preparando-se para converter em vantagem o que poderia ser ruinoso ou, mesmo, fatal.

No mesmo contexto psico-social, adquire suma importância discernir a própria ascensão social como objetivo puro, claro e supremo. A quebra de continuidade em face das concepções tradicionalistas transparece nitidamente em formulações como a seguinte, de uma mulher que lutava laboriosamente para educar suas cinco filhas: “os pretos não podem fazer tudo que o branco faz, porque o preto é pobre faz. Subir? Nem sempre adianta subir para ser feliz! Mas os pretos, se fôssem ricos, poderiam fazer qualquer coisa que o branco faz. Subir? Nem sempre adianta subir para ser feliz! Mas os pretos procuram subir, como não... Eu quero que meus filhos sejam gente”. Em regra, o anseio de ascensão social comporta duas polarizações conscientes: 1.º) a disposição em superar a situação de dependência e de isolamento predominante no “meio negro”; 2.º) a disposição correlata de igualar o “branco” em determinado campo de atividades. Ambas as disposições se objetivam vigorosamente numa entrevista, concedida a **O Novo Horizonte** (32), pelo atleta Adhemar Ferreira da Silva: “o branco não cria a diferença social. Ela nasce de maneira automática, isto é, da segregação a que o negro se submete, criando ambientes dos piores, demonstrando não ter desejo de ascensão, caso contrário acharia meios de consegui-los”; doutro lado, sublinha que o esporte “tem a especial finalidade de não só eliminar fronteiras mas também, faz com que os homens esqueçam suas possíveis mazelas sociais, sendo que cada indivíduo vê em seu semelhante um esportista, nunca fazendo discriminação de qualquer espécie. No esporte somos iguais” (33). Tais motivações projetam o comportamento e a mentalidade do “negro que sobe” num clima moral exclusivo. Ele se empenha em uma cruzada, cujo elo central consiste na própria ascensão social. Tudo converge para esse fim ou tem de subordinar-se a ele. Tome-se como referência a campanha pela aquisição de terrenos e pela construção da casa própria encetada por **O Clarim da Alvorada** e expandida pela Frente Negra Brasileira. Os mentores dessa campanha não tinham em mira apenas o conforto, a segurança

(32) — Número de Abril e Maio de 1951, sob o título “Cultura, Base Essencial para o Progresso”; citações extraídas do estudo sobre a imprensa negra em São Paulo, elaborado por Fernando Henrique Cardoso, Ms., fls. 8-9.

(33) — Ibidem.

econômica ou a maior estabilidade da família. O que ganhava relevo era o fato do “negro” tornar-se proprietário, desempenhar com maior plenitude os papéis sociais do chefe de família e impor, dessa forma, uma redefinição social da “pessoa do negro”. As ações inseriam-se, pois, no âmbito de um processo mais amplo, de secularização da cultura. Estudos de caso, feitos por Roger Bastide e nossos antigos alunos, na Casa Verde, comprovaram plenamente essa conexão. O “negro” encadeia de tal maneira a classificação profissional, a elevação do nível de renda e a ostentação puritana do padrão de vida correspondente, que fica patente que ele está concorrendo seja para livrar-se da “condição de negro” (como ela se definia no consenso tradicionalista), seja para afirmar-se socialmente como “gente” e como “igual ao branco”. A ascensão social não se dirige, assim, para a acumulação de riqueza ou de poder. Ela converge para a conquista dos mínimos materiais e morais que ela própria contém, os quais podem assegurar aos agentes humanos, empenhados no processo, prestígio social suficiente para serem realmente absorvidos pela ordem social vigente. Em outras palavras, o “negro” não chega a fazer um trampolim da ascensão social, pescando através dela proventos ou compensações sociais excedentes. Deseja-a e usufrui-a sôfrega e ardentemente, como um fim absoluto, que confere, por si mesma — no próprio ato de realizar-se — dignidade social aos que dela participem. Nisso ele se distingue tanto do “branco” de extração nacional, quanto do de origem estrangeira. Porfia, por meio dela, em encontrar, finalmente, o caminho da redenção econômica, social e política. Por isso, empenha-se em concretizá-la com ardor análogo ao que devotou às esperanças suscitadas pelos movimentos reivindicatórios. Ela surge como uma realização imensa, absorvente, digna de todos os sacrifícios, que cega as pessoas e leva-as a ignorar que o homem não é uma entidade isolada no mundo em que ele vive.

As duas impulsões de ascensão social, específicas da “população de côr”, descritas tão sumariamente, no contexto psico-social em que operam, envolvem duas orientações elementares: 1.º) o elan de absorver os padrões de vida social organizada, que podem servir como condição ou como canal da própria ascensão; 2.º) a preocupação de explorar as condições de ascensão social acessíveis, em todos os sentidos. Adiante, teremos de retomar essas duas conexões à luz de outros fatores psico-sociais ou sócio-culturais. Por isso, aqui só nos interessa mostrar como elas se relacionam com as tendências de modernização do horizonte cultural do “negro”.

Enquanto prevaleceu a desorganização do “meio negro”, o “homem de côr” envergonhava-se de sua condição, retraía-se e procu-

rava formas de compensação psicológica que agravavam a desorganização social e seus efeitos sociopáticos. Ao conseguir penetrar na ordem social vigente, conquistou uma nova perspectiva das coisas, que o levou a tentar absorver os padrões que favoreciam, simultaneamente, o estabelecimento de uma vida social estável e a participação de certas tendências de mobilidade social vertical. O importante, a assinalar, não é tanto a quebra da apatia, inerente ao horizonte cultural tradicionalista; mas, a própria impulsão psico-social, que engendrou um puritanismo peculiar: a associação entre a dignidade da pessoa e a maneira mais ou menos íntegra de pôr em prática os valores sociais da ordem social estabelecida. Um informante mulato, de grande lucidez intelectual, situou muito bem a questão, sob êsses vários aspectos. “Em primeiro lugar, a promiscuidade em que vivem nos cortiços é responsável pela falta de dignidade e de moralidade do comportamento, especialmente no campo sexual. Nas próprias condições de vida encontram motivos e facilidades para encontrar no sexo um derivativo ou uma fonte livre de prazer. Mas, qualquer um que se eleve um pouco, que melhore de vida, logo adquire uma nova concepção de vida e passa a ter uma noção da própria dignidade ainda mais elevada que a do comum dos brancos. Nessas famílias, os filhos, as moças se comportam com muito zêlo e todos são ciosos de suas obrigações. Andar direito, em todos os aspectos e em tôdas as coisas, passa a ser uma preocupação rígida. Nessas famílias não há por onde que aconteça o que falamos. Até no funcionalismo se vê que entre essas pessoas saem os funcionários mais direitos e mais afáveis no trato do público...” (34). Portanto, os valores e instituições absorvidos socialmente, por constituírem um mecanismo de redenção social, são compartilhados com fidelidade e com integridade morais à tôda prova. Não aparecem como meios para atingir fins suplementares; porém, como mecanismos legítimos de auto-afirmação. Esse efeito deve ser retido com cuidado. Ao contrário da fase de desorganização social avassaladora, já não existe negligência nem ambivalência diante dos padrões de comportamento e dos valores sociais assimilados. Há um lado “certo” e outro “errado”. Quem quiser “andar direito”, “ter dignidade pessoal” ou “vida familiar irrepreensível”, e assim “impor-se socialmente”, precisa “esmerar-se” no cumprimento de seus direitos e deveres. A modernização do horizonte cultural alcança, pois, uma nesga da realidade: aquela na qual os agentes humanos lidam com os proventos imediatos da socialização. As controvérsias, por ventura cabíveis, quanto às origens e ao destino da ordem social são ignoradas ou encaradas com reservas.

(34) — As informações do entrevistado foram condensadas livremente na ocasião, mantendo-se literais, não obstante, algumas frases centrais.

Doutro lado, as “vantagens” da socialização são vistas num plano limitado. O que interessa é “sair do atoleiro”, da “condição de inferioridade deprimente”, etc.. Por isso, a percepção social da realidade não se concentra na crítica dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e das instituições sociais. Mas, em sua utilidade imediata: o que êsses modelos permitem conquistar socialmente, no momento, dentro da ordem social constituída, tal com ela se apresenta. Mesmo nas situações extremas, evita-se enfrentar as ocorrências com ânimo beligerante. Tomem-se, como exemplo, manifestações entendidas como de “preconceito de côr”, com que se defrontam as crianças na escola. O pai de um menino, que chegou em casa chorando, porque fôra “xingado de negrinho pelo colega”, convenceu-o de que aquilo não tinha importância. “Em casa, todos nós somos negros (35). Você, eu, sua mãe, seus tios. Portanto, não há nenhuma xingação, nenhuma ofensa. Xingo seria se êle tivesse te chamado de branco”. “O menino sossegou mas se eu não tivesse essa orientação para educar meus filhos, como muitos não têm, pois mandam reagir, brigando, atirando pedra, eu estaria criando um desajustado”. Num plano mais amplo, essa diretriz, de criar pessoas “ajustadas”, põe em primeiro lugar a absorção de padrões de comportamento que permitiriam ao “negro” operar vantajosamente (nos limites possíveis) com as forças psico-sociais e sócio-culturais do ambiente. Pouco interesse se dá ao reconhecimento do caráter dessas forças ou ao grau de iniquidade inerente aos efeitos de suas manifestações. Sem ignorar a posição do “negro” diante de tais questões, pois elas envolvem barreiras a serem vencidas, põe-se ênfase nos aspectos utilitaristas da situação. O menino precisa ir para a escola, “para ser alguém”; êle pode, de fato, “ir à escola” e “tirar seu curso”. Existem atritos? Surgem dificuldades nas relações com funcionários, professores e colegas? Paciência. Essas coisas não podem ser modificadas pela criança nem pelo pai da criança. Contudo, ela precisa da escolarização e o pai pode ajudá-la a suportar o pêso das interferências, auxiliá-la a vencer a provação em que se transforma seu desejo de estudar, etc.. A intervenção vai dar-se nessa direção. Mais tarde, ninguém perguntará como o conhecimento foi obtido. O essencial está nas habilidades e aptidões adquiridas. Isso contará na competição com o “branco”. Essa condição essencial é que precisa ser assegurada, para evitar-se um prejuízo fatal para a criança. Vê-se, por aí, como se equaciona a inteligência da situação de contacto pelo “negro” em ascensão social. Não se perde tempo com o que é “justo” ou “injusto” na ordem racial existente. Procura-se tirar o proveito possível das oportunidades

(35) — Na verdade, mulatos; uns escuros, outros claros.

que são acessíveis, tentando-se responder, tão eficazmente quanto fôr possível, às exigências que regulam a distribuição social das oportunidades. Elas “rendem”. E é êsse rendimento que tem de ser canalizado e aproveitado socialmente.

O negro e o mulato ficaram quase totalmente à margem das primeiras manifestações da expansão urbana da cidade. Na década de 1890 a 1900, as distinções, que se faziam sentir na “população de côr”, relacionavam-se diretamente com as ligações mantidas, no passado recente, com as famílias senhoriais. Assim, era possível separar, pelo estilo de vida, pela mentalidade e pelas aspirações sociais o “negro do eito” do “negro do sobrado”. Essas determinações continuaram a valer entre 1900 e 1930, pois a inclusão na ordem social dependia, largamente, das relações com os “brancos” e dos benefícios diretos ou indiretos que delas advinham. A separação válida seria, então, entre o “negro de brim” e o “negro de elite”. O crescimento econômico vinculado à I Grande Guerra aumentou as oportunidades de emprêgo; porém, em níveis de retribuição muito baixos e sem colocar um paradeiro na política de salários ínfimos aplicada aos “trabalhadores de côr”. As revoluções de 24, 30 e 32 não modificaram, por si mesmas, a situação imperante. Ainda assim, a década de 30 introduz alterações gerais na política trabalhista nacional. Foi particularmente importante, para o “trabalhador negro”, a medida que estabeleceu a vigência do salário mínimo. Tal medida garantiu, ao negro e ao mulato, certa equidade na competição salarial com os “brancos” envolvidos nos mesmos níveis ocupacionais. Acresce que, entre 1939 e 1945, as oportunidades de emprêgo das “populações nacionais” aumentaram rapidamente, em conexão com os influxos da II Grande Guerra na intensificação e na diferenciação de nossa produção industrial. Pela primeira vez, em nossa história econômica recente, o “negro” adquire possibilidades reais de fazer parte permanente do mercado de trabalho livre. Nessas condições, abriram-se as vias que iriam inseri-lo na vida economicamente ativa da cidade. Aos poucos, vastos segmentos da “população de côr” começam a compartilhar, de fato, do **estilo urbano de vida**. Com isso, inaugura-se uma era de superação do estado anterior dessa população, que vivia dentro dos muros da cidade, sem pertencer a ela. Na esfera do emprêgo, que nos interessa especialmente, ocorrem dois fenômenos simultâneos. Primeiro, surgiram muitas oportunidades de trabalho assalariado do gênero “qualquer um pode fazer”. Nos serviços de construção, de transportes ou nas fábricas, nas lojas e nos escritórios, o aumento quantitativo do número de vagas, coincidente com a ausência de correntes imigratórias volumosas, forçou os empregadores a recorrerem aos candidatos “negros” a trabalhos sem qualificação ou semi-qualificados,

independentemente das restrições que por ventura lhes fizessem. Segundo, a escassez de mão-de-obra qualitativa, em todos os níveis da produção e no setor dos serviços, também redundou em criação de oportunidades aos “trabalhadores de côr”. Aqui, as barreiras mantiveram-se mais fortes; elas não impediram, no entanto, que candidatos com as aptidões requeridas varassem os critérios de peneiramento. Isso tudo fez com que parcelas crescentemente maiores da “população de côr” lograssem a aquisição: 1.º) de meios de ganho estáveis; 2.º) das possibilidades de remuneração, asseguradas pelas flutuações do salário mínimo; 3.º) de certas probabilidades de elevação da renda média, garantidas pela mobilidade ocupacional. Êsses processos repercutiram profundamente, em conjunto, na situação dos segmentos mais favorecidos da “população de côr”. Muitas posições e papéis sociais, inacessíveis ao “negro” no passado, passaram a ser fruídos com certa regularidade e segundo tendências uniformes. Uma vasta porção daquela população, em aumento crescente, conseguiu vir a desempenhar, normalmente, os papéis de comprador, beneficiando-se tanto dos efeitos do incremento da renda real quanto da ampliação do crédito na melhoria do seu nível de vida. Mais que quaisquer outros, êsses círculos da população negra e mulata ficaram pertencendo à cidade, usufruindo seja alguns proventos do “progresso econômico”, seja as exterioridades mais características do estilo urbano de vida.

Dois efeitos gerais da inclusão do “negro” na sociedade de massas merecem ser retidos com maior atenção. De um lado, as tendências de assimilação dos padrões de carreira, vigentes na economia urbana. Mau grado as insatisfações e as frustrações persistentes (pois as coisas não se deram nas proporções desejadas pela “população de côr”), o negro e o mulato conseguem assimilar as concepções e os comportamentos que conferem eficácia ao agente do trabalho livre. Ao contrário do que sucedia no passado, ambos deixam de pensar que vender a força de trabalho equivale a vender a pessoa, disfarçadamente, e que o contrato de trabalho seria um sucedâneo velado da escravidão. Ao mesmo tempo, aceitam a disciplinação requerida pelo trabalho assalariado, tanto na realização de tarefas rotineiras, quanto na regulamentação e supervisão das condições de prestação de serviços. Em consequência, superam as limitações herdadas do mundo pré-capitalista, imiscuindo-se no limiar econômico em que o trabalho assalariado concorre para a formação da poupança ou como mecanismo de ascensão social (pela mobilidade ocupacional vertical). Seria impraticável reproduzir a documentação coligida (36). Baste-

(36) — Certas indicações gerais indispensáveis já foram arroladas, acima, na primeira parte dêste capítulo.

nos acentuar que a aquisição de terrenos, a construção da casa própria, a participação de níveis de vida mais elevados e, em alguns casos isolados, a posse do carro particular e a ostentação de gastos sibaríticos das classes “médias” ou “altas” lançam aí os seus alicerces. O mesmo sucede com as aspirações de carreira. Não só as entrevistas, mas os questionários que aplicamos desvendam uma realidade nova em elaboração. A escolha e a aceitação realistas de ocupações acessíveis impõem-se, crescentemente, como tendência normal. O corolário dessa tendência exprime-se na propensão para “dar saltos”, que redundam em mobilidade ocupacional vertical e em participações mais vantajosas nos fluxos de distribuição da renda. No torvelinho provocado pelo “afã de subir” vemos: a cozinheira que se prepara para ser datilógrafa; a datilógrafa que se prepara para ser contadora; a dona de casa que se prepara para ser costureira; a costureira que se prepara para ser modista; ou, em outra direção, a empregada doméstica que passa a aceitar o trabalho por dia, “para ganhar mais” e poder, assim, instruir os filhos e “ter vida decente”; o servente que se prepara para ser pedreiro; o pedreiro que se prepara para ser carpinteiro, encanador eletricitista ou empreiteiro; o limpador de carros que se prepara para ser motorista; o motorista que se prepara para ser mecânico; o mecânico que se prepara para ter oficina própria; o auxiliar de escritório que se prepara para ser escriturário; o escriturário que se prepara para ser guarda-livros, contador, professor, dentista, etc.; ou, então, os exemplos tocantes: dos pais que vão a pé para o serviço, sofrem privações alimentares e vestem-se mal, “para fazer dos filhos alguém”. O resultado convergente de todos êsses processos de classificação e de mobilidade ocupacionais cifram-se na expectativa de elevação ou na consolidação de certas probabilidades de melhorar a própria posição no modo pelo qual a “população de côr” participa da renda na comunidade.

Doutro lado, em consonância com êsses processos, emergem e fortalecem-se certas tendências de assimilação permanente dos padrões de vida da “população branca”. Não só a inserção na estrutura ocupacional garante a participação regular dos mínimos que definem “o padrão decente de vida” do morador da cidade. Como, ainda, usando estrategicamente o seu **ganho** e o seu **crédito**, o “negro” diferencia e amplia, progressivamente, os seus papéis de consumidor, projetando-se numa arena que lhe era quase inacessível no passado. Com isso, tanto pode dar vazão a certas impulsões de gasto sibarítico, que nasce de longas privações e do anseio incontido de ostentar o status adquirido (e, com êle, a “condição de gente”), quanto pode partilhar (embora em escala muito variável e incerta), dos refinamentos que caracterizam o padrão médio de vida urbano. Possuir rádio,

rádio-vitrola, geladeira, máquina de lavar roupa, televisor, uma e mesmo duas ou três casas, automóvel, uma conta bancária, empregada, já não é algo privativo das “classe altas” e, muito menos, “privilégio dos brancos”. Algumas famílias da “classe média de côr” chegam a participar plenamente dêsse padrão; outras, alcançam-no de forma parcial. Apenas uma constante particulariza essas tendências no “meio negro”. Ainda persistem a ansiedade pela mesa farta, a aspiração de afimar-se pela aparência brilhante da roupa ou do calçado e, principalmente, o ideal de imitar o estilo de vida da elite senhorial da transição do século. Esta preocupação é tão absorvente, que uma das principais associações da “gente negra” em ascensão social recebeu o nome sintomático de **Aristocrata Clube**. Muitos não entendem essa propensão para o consumo sibarítico, a vida social refinada e um exclusivismo que melindra o “negro pobre”. Suas manifestações são recebidas como uma sorte de granfinagem postiça e de esnobismo vazio, sem sentido, merecendo críticas ferinas e contundentes. O seguinte comentário, escolhido por seu teor amplo, ilustra claramente o caráter de semelhantes críticas: sob um título, que era uma pergunta — “Há Negro “Snob”?” — Arnaldo de Camargo afirma: “Sim, meus senhores. Se os há. E aos montes. Para conhecê-los não será necessário procurá-los. Quando menos se espera tropeçasse-lhes. E note-se que a impressão é pior do que teríamos se déssemos um passeiosinho pela famigerada rua Direita. Aos que frequentam esta rua, falta-lhes, porém, a educação e a instrução, que responderiam pela sua atitude em qualquer parte. Aos “snobs”, entretanto, que é que lhes falta? Não sabem? Pois falta-lhes uma grande dose de boa vontade para querer bem aos outros negros. Evitam dirigir-se a um negro mal vestido porque “alguém poderá surpreender-lhe e reprovar-lhe êsse gesto de magnanimidade”. Entretanto êsse “snob” esquece-se de que, até o momento, nada fêz que o recomende à sua raça. Isto até cheira à axioma, pois, se o tivesse feito, o orgulho não o dominaria. E sob qualquer pretexto, estão a exclamar: “Esta raça não vai adiante”. Pois é claro, senhores “snobs”. Assim não vai mesmo. Se todos os negros que têm a ventura de enxergar um pouco além do nariz evitassem essa doença, que só é bonita na raça branca (ou em qualquer outra, menos na nossa), a Raça Negra estaria hoje em nível mais levado. Quando não, evitaríamos conhecer as pechas de malandros, vagabundos, preguiçosos e outros mi-mos mais preciosos com que somos freqüentemente agraciados. E a estas horas estaríamos indecisos, sem saber se iríamos assistir à conferência do sábio negro “Dr. N”... ou se preferiríamos ir ao concerto de piano da “senhorita Z”..., na residência da “família X...”. Tudo isto é muito bonito, não é exato? Mas nunca acontecerá enquanto

houver “snobs” entre os negros. E ainda dizem que a Raça Negra não é completa! Pois, se tem todos os vícios!” (37). No entanto, os resultados globais de semelhantes tendências de acomodação são construtivos. Embora o “negro de elite” se afaste dos seus “irmãos de côr” e negue sua solidariedade ao “idealismo” dos movimentos reivindicatórios, êle impõe ao branco, por seu modo de ser, por sua maneira de afirmar-se socialmente e por seu estilo de vida, uma nova imagem do “prêto”. Em particular, êle contribui para reduzir e, por vêzes, até para anular a distância cultural existente entre os padrões de vida dos dois estoques raciais. O “branco” não se choca menos — ao contrário, sente um furor particular — quando vê o seu “vizinho de côr” ostentar, de modo notório e considerado acintoso, o padrão de vida inerente ao nível social a que pertence. Não encontra razões para explicar certas “ostentações” e jamais consegue entender porque o “negro” precisa de empregada, dando preferência às empregadas brancas... Portanto, o “grãfino negro” desempenha a sua tarefa histórica, apesar de seu esnobismo e de sua cruel indiferença diante dos dilemas do “negro pobre”, a qual consiste em matizar a composição racial dos diferentes estratos sociais da sociedade inclusiva.

Em suma, ao conceder-lhe certas oportunidades de absorção de novas posições e papéis sociais, a cidade conferiu ao “negro” diversas possibilidades de assimilar os padrões e o estilo de vida dos “brancos”. Isso não significa que se tenha posto um paradeiro às velhas distinções raciais, nem que a ordem racial tradicionalista entrasse em colapso definitivo de um momento para outro. Representa, apenas, certo avanço das tendências da democratização das garantias sociais, asseguradas pela ordem social competitiva. O peneiramento continua rígido e insatisfatório, como se verá em seguida. Todavia, vários sintomas indicam que se está inaugurando uma orientação mais compatível com os fundamentos econômicos, sociais e jurídico-políticos da sociedade de classes. Os incentivos psico-sociais, daí resultantes, repercutiram de forma construtiva no “meio negro”. De um lado, porque as tendências assinaladas permitiram uma imitação mais eficaz e benéfica dos exemplos fornecidos pelos “brancos. A ansiedade provocada pela “injustiça” imanente à ascensão rápida do “italiano” e do “turco” foi sendo substituída, paulatinamente, por compulsões psico-sociais que compeliavam o negro e o mulato a procederem de maneira análoga àqueles imigrantes e seus descendentes. Embora a “época de ouro” dos cavaleiros da fortuna pertencesse ao passado,

(37) — Arnaldo de Camargo, “Há Negro “Snob”?”, *O Novo Horizonte*, Ano II — N.º 19, São Paulo, Março de 1948.

ainda seria possível pôr em prática alguns dos seus feitos — como o trabalho árduo, o espírito de responsabilidade do chefe de família, a cooperação doméstica, a disposição a aceitar qualquer espécie de trabalho economicamente compensador, o afã de associar a poupança e a mobilidade ocupacional à ascensão social, etc.. Doutro lado, o que é deveras mais importante, os mecanismos descritos de nivelção progressiva dos padrões e estilo de vida, imperantes na cidade, revitalizaram e deram viabilidade histórica a uma velha compulsão psico-social do “homem de côr”. O “negro” sempre aspirou a alcançar os padrões de vida, os tipos de personalidade-estatus e os modelos de prestígio social característicos dos brancos das camadas dominantes. A impossibilidade de concretizar essa aspiração como uma consequência pura e simples da Abolição suscitou um estado de desilusão coletiva e fundas cicatrizes na “população de côr”. Ao emergir como assalariado e ao classificar-se para competir com o “branco”, o “negro” adquiriu condições para superar aqueles ressentimentos e ter um ponto de partida em suas lutas diárias pela ascensão social. O que importa ressaltar é que, na conjuntura considerada, a coincidência entre predisposições de mobilidade social vertical e certas oportunidades de engajamento à vida socialmente ativa despertou e fortaleceu, no “negro”, uma compulsão específica de ascensão social. Ele concentra-se, empenhadamente, em absorver os padrões de vida, os tipos de personalidade-estatus e os modelos de prestígio social antes monopolizados, praticamente, pela “população branca”. Assim, a combinação de certas tendências espontâneas de nivelção dos padrões de vida, inexoráveis em uma sociedade de massas, e os comportamentos reativos de alguns círculos sociais da “população de côr” forjam incentivos psico-sociais de grande alcance dinâmico. O pouco que se avançou, nos últimos anos, na democratização do sistema de relações raciais herdado do passado, é fruto das mudanças sociais progressivas provocadas no comportamento e na mentalidade do “negro” pela referida compulsão psico-social.

Parece claro que os incentivos à ascensão social, ligados à modernização do horizonte cultural e aos efeitos estruturais ou dinâmicos da expansão da sociedade de massas, provocaram alterações de monta no comportamento, na mentalidade e nas concepções de personalidade-estatus do “negro”. Graças a tais alterações, ocorreram dois desenvolvimentos capitais para a compreensão sociológica das formas de ego-envolvimento dos indivíduos em ascensão, seja no “meio negro”, seja na sociedade inclusiva.

Primeiro, no passado só o branco fornecia um ponto de referência à compreensão do funcionamento da sociedade aberta às “pessoas de côr” mais ou menos ávidas de “melhorar de vida”. Na me-

dida em que negros e mulatos conseguiam classificar-se na ordem social competitiva, formavam-se e consolidavam-se, no “meio negro”, novas possibilidades de auto-referência. O juízo anterior, calcado nos êxitos fascinantes do “italiano” e do “turco”, conduzia à crença de que “o pobre também tem a sua vez”. Com o aparecimento das “classes médias de côr”, entretanto, criaram-se outras convicções alternativas. Os jovens já preferem dizer que “está chegando” ou que “já chegou a vez do negro”. Um vizinho, um conhecido, um amigo ou um parente, que se inclua no rol daqueles que “venceram apesar da côr”, converte-se num estímulo formidável. “O que um negro pode fazer, outro negro também pode”. O jovem ávido de “sucesso” não subestima os exemplos dos “irmãos de côr”; não se sente diminuído nem humilhado porque outro “teve sorte” ou “soube construir o seu lugar na vida”. Ao contrário do que ocorria predominantemente no passado, em que se comentava de modo azêdo: “fulano diz que é doutor”, “êle é doutor pras negras dêle” ou “sicrano diz que é professor de inglês, mas eu não sei, porque nunca assisti aula dêle”, tende a prevalecer uma reação mais construtiva, que faz com que a diferenciação social do “meio negro” se torne útil às gerações ascendentes. Imbuídos da convicção de que “não são menos que os outros”, os jovens, principalmente, dispõem-se a palmilhar os duros caminhos que parecem favorecer a ascensão social. Limitando-nos ao essencial, três são as orientações do comportamento social consciente correlacionadas à semelhante reação. A disposição por assim dizer elementar nasce da própria imitação. O “desejo de vencer” propaga-se de um a outro, difundindo-se em círculos concêntricos no “meio negro”. Tome-se a seguinte ilustração. Um rapaz, que no consenso dos “brancos” seria “prêto retinto”, trabalhava como entregador em uma editôra, fazendo à noite, com muito sacrifício, curso comercial. Êle próprio declarava que “encontrou estímulo no exemplo do tio e dos primos”. O tio conseguiu obter o diploma de normalista e tornar-se professor em condições difficilimas. Empenhou-se, em seguida, em fazer com que o filho mais velho seguisse o mesmo caminho; depois, foi mais fácil repetir a proeza com a filha. Após sucessivas remoções, todos acabaram como professores primários na Capital. O rapaz em questão achou que deveria fazer a mesma coisa. Sem auxílio material nem amparo moral de ninguém, arranjou um emprêgo que não o agrada, mas que lhe fornece recursos para sustentar-se e freqüentar uma escola de comércio. Está de ôlho em um emprêgo melhor e já tem promessas de colocação, assim que obtenha o diploma. Exemplos desta ordem poderiam ser multiplicados. Êles sugerem, de modo constante, que a imitação do “negro” pelo “negro” tende a difundir novos níveis de

aspiração e os mecanismos apropriados para concretizá-los. Doutro lado, a emulação daí resultante possui implicações dinâmicas que merecem ser mencionadas. Ao que parece, ela concorre seja para aumentar a consciência da igualdade racial, seja para generalizar e fortalecer certas disposições conscientes de competição com o “branco”. Dois exemplos permitirão ilustrar essa asserção. Um rapaz, que trabalhava como entregador de marmitas, tinha em mente aprender uma “boa profissão”. As suas aspirações ocupacionais gravitavam em torno da experiência de três “pretos” conhecidos, que haviam conseguido “bons empregos”: um tecelão, um motorista e um foguista. Em suas explanações sobre a situação de contacto racial, afirmou que “os pretos são iguais aos brancos pobres, mas inferiores aos brancos ricos porque não podem subir porque têm que trabalhar e dar duro na vida, desde cedo”. Não tinha dúvidas de que “se os pretos fôssem ricos poderiam ser iguais aos brancos”. O outro caso diz respeito a um homem maduro, porteiro de uma fábrica. Eis como o entrevistador resume os resultados dêsse ponto da entrevista: “É importante, disse-me êle, que os pretos procurem subir, isto é, melhorar de condições de vida. Isso talvez menos no sentido de melhorar internamente a raça negra pela sua valorização consciente, do que no sentido de se imporem aos brancos como raça em condições de estabelecer e de manter com êles relações de tipo competitivo”.

Segundo, a melhoria de estatus e as expectativas de que certas tendências de ascensão social terão continuidade refletem-se nas concepções sobre a dignidade da pessoa, vigente no “meio negro”. O êxito suscita motivações demasiado complexas para serem descritas minuciosamente. Contudo, alguns traços essenciais podem ser retidos. Já não se pensa, como no passado, que a dignidade da pessoa depende da observância de certos padrões rígidos de “vida ordeira”. Ao lado dessa predisposição, ganhou relêvo a preocupação absorvente pelas probabilidades normais de atuação social, garantidas pela posição social conquistada; e surgiu uma espécie de exigência íntima, que torna os indivíduos em ascensão bastante ciosos dessas probabilidades, tanto nas relações com os “brancos”, quanto nas relações com os “negros”. As limitações ou interferências na fruição normal de tais probabilidades de atuação social são recebidas com insatisfação extrema, como se elas pusessem em jôgo a própria condição humana das pessoas “prejudicadas”. Graças a isso, quaisquer que sejam as técnicas de ajustamento exploradas, prevalece o intento de resguardar-se, ativamente, quer de intimidades que não se justifiquem, quer de formas de tratamento que não sejam “condignas”, quer dos prejuízos materiais ou morais resultantes das manifestações do “preconceito de côr”. O que importa acentuar não é o repúdio puro

e simples seja à capitulação passiva do “negro”, seja ao mandonismo do “branco”. Mas, o fulcro mesmo de uma nova concepção, que leva o negro e o mulato a se representaram conscientemente seus direitos e deveres, como e enquanto *socii*, em termos estritos da categoria social a que pertençam, Essa identificação é que gera, psico-dinamicamente, o repúdio aos ajustamentos de cunho tradicionalista e às manifestações persistentes do “preconceito de côr”. Por isso, ela merece especial atenção. A dignidade da pessoa converte-se no eixo em torno do qual giram as atitudes, os comportamentos e as avaliações sociais dos indivíduos em ascensão, como se eles fossem verdadeiros guardiães das prerrogativas conferidas por sua “situação social”. Por essa razão, em sua maioria sentem desprezo pela passividade do “negro ignorante”, tanto quanto um surdo rancor contra as expectativas de comportamento aviltantes dos “brancos preconceituosos”. Contudo, não encontram meios para equacionar socialmente os seus dilemas morais, arrastando consigo suas frustrações, seus sonhos de igualdade racial perfeita e o zêlo puritano pelo respeito às suas “regalias pessoais”. Isso não obsta que suas predisposições atuem naturalmente, apesar do individualismo, como um fermento sical e como uma impulsão igualitária insopitável. Elas animam formas de ser, de pensar e de agir visceralmente contrárias à desigualdade racial e às conseqüências dela decorrentes na distribuição das oportunidades sociais.

Os incentivos psico-sociais de ascensão puderam operar dinamicamente porque encontraram campo apropriado. Mudanças ocorridas na organização da personalidade e, em proporções quase irrisórias, na situação exterior do “negro” na sociedade inclusiva concorreram, de várias maneiras, para impulsionar ou para facilitar a mobilidade social vertical no seio da “população de côr”. Essas transformações psico-sociais ou sócio-culturais condicionantes desempenharam a função de pré-requisitos à ascensão social do negro e do mulato. Atendo-nos ao essencial, devemos considerar aqui: 1.º) o repúdio ao estilo de vida e ao tipo de personalidade associados ao padrão tradicionalista de acomodação racial; 2.º) a objetivação e o aproveitamento ocasional de compulsões “para subir”; 3.º) a formação de sentimentos e de concepções de igualdade racial; 4.º) a formação de atitudes de repúdio às manifestações do “preconceito de côr”; 5.º) o aparecimento e a universalização de técnicas racionais de peneiramento e de competição no meio social inclusivo.

No fundo, todos os requisitos psico-sociais e sócio-culturais da mobilidade social vertical do “homem de côr” estão relacionados com a quebra da ordem social tradicionalista e com o solapamento, a neutralização ou o desaparecimento dos influxos que ela exercia na or-

ganização do comportamento e da personalidade do “negro”. Dêsse ângulo, os indivíduos em ascensão social permitem selecionar e analisar, em escala psico-social, o que acontecerá a longo termo com toda a “população de côr”, se as tendências assinaladas da modernização do sistema brasileiro de relações raciais persistirem e se não surgirem fatores histórico-sociais que perturbem ou impeçam a integração progressiva do “negro” à ordem social competitiva.

O componente estrutural e dinâmico elementar das transformações operadas consiste no repúdio ao estilo de vida e ao tipo de personalidade associado ao padrão tradicionalista de acomodação racial. O negro e o mulato não podem livrar-se de sua côr nem das avaliações que pesam sobre seus caracteres raciais no “meio branco”. No entanto, podem modificar, dentro de certos limites, o modo de integrar-se com suas próprias pessoas, com os “brancos” e com as condições de existência oferecidas pela sociedade inclusiva. Com notável rapidez, assim que lograram um ponto de partida para a classificação na ordem social vigente, fizeram todos os esforços possíveis para preencher e desempenhar posições e papéis sociais análogos aos desfrutados normalmente pelos “brancos”. Isso evidencia duas coisas, sumamente importantes. Primeiro, a condenação e a rejeição das condições anteriores de vida não resultam, como e enquanto processos psico-sociais *in flux*, da assimilação pura e simples de padrões de reação societária da “raça dominante”. A pinga, com o seu consumo em público, serve como contra-prova dessa interpretação. Ao introjetar as avaliações dos “brancos”, o negro e o mulato inclinaram-se a abandonar o hábito de “beber pinga” nos bares e, mesmo, em outros recintos públicos. O próprio consumo da pinga, inclusive no lar e moderadamente, assumiu a aparência de algo intolerável, como se envolvesse uma espécie de degradação social. O essencial, porém, não se liga a tais conexões. O homem que temia “ser tratado como negro”, por causa do consumo ostensivo ou conhecido da pinga, já havia trocado o seu modo de ver as coisas e de encarar a “sua posição” na sociedade (o mesmo acontecendo, inversamente, com o “negro em ascensão” que tomasse aquela bebida acintosamente). Isso quer dizer que os padrões de reação societária, imitados dos “branco”, são antes **símbolos de estatus**, de limitada importância estrutural e dinâmica nos processos psico-sociais *in flux* (ou seja, na fase compreendida entre o abandono da posição herdada e a posição social adquirida). Portanto, a condenação e a rejeição das condições anteriores de vida explicam-se, antes, por outras razões. Ao analisarmos as motivações dos movimentos reivindicatórios, pusemos em relêvo quais são essas razões: o caráter iníquo e degradante que aquelas condições de existência assumem aos olhos dos agentes.

A situação social herdada era vista e avaliada como o produto de uma espoliação racial, com a qual o “negro” se comprometia por sua inércia, passividade ou conformismo. Aquela situação social expunha o “homem de côr” a perder ou a não possuir, em tôda a plenitude, a sua condição de pessoa; ela lhe negava, pois, o “estado de gente”. Segundo, a repulsa contém um elemento de decisão e de escolha, mas êsse se volta para as alternativas desejadas de auto-afirmação social. “Ser gente”, conquistar uma posição no seio da sociedade consolidada e respeitável, eis o que entra, realmente, em linha de conta. Entre “o que setem” e “o que se quer”, é da segunda polarização que saem as avaliações que orientam as atitudes e o comportamento. O importante, é que na fase de transição o “negro” criou para si um *estatus* fictício, identificando-se com êle e agindo em função de suas determinações ideais. Êsse mecanismo permitia a construção de avaliações sociais de teor ilusório e pressupunha larga margem de simulação (tanto perante a própria consciência, quanto com relação aos “outros”, brancos, negros ou mulatos). “Ser apumado”, “parecer alinhado”, “agir direito”, “caprichar no que fizer”, “deixar os outros de olhos arregalados”, “infundir respeito”, e outras aspirações do mesmo teor iluminavam o horizonte intelectual dos agentes, levando-os a proceder e afirmar-se como se já tivessem adquirido o *estatus* real desejado. Os meios confundiam-se com os fins; mas, isso tinha sentido construtivo para os que estivessem, de fato, ascendendo socialmente. As exigências morais do *estatus* fictício, por ingênuas e precárias que elas pareçam, conferiam aos indivíduos a possibilidade de se tornarem aquilo que êles ainda não eram — e que jamais seriam, sem atravessar com grande audácia o rubicão.

Êsses dois pontos precisam ser retidos cuidadosamente. Êles delimitam o próprio sistema de referência, que deflui dos modos de ser, de pensar e de agir do “negro em ascensão”, tal como êle se comporta no aproveitamento das oportunidades de classificação na ordem social competitiva, oferecidas pela situação de contacto existente. Nem a “vergonha da côr”, “nem a vontade de passar por branco” chegaram a ser importantes nesse contexto. O estilo de vida e o tipo de organização da personalidade, associados ao padrão tradicionalista de dominação racial, não são imputados à natureza do “negro”. Por conseguinte, não são considerados “peculiares ao negro” e, ainda menos, inelutáveis. Ao contrário, como frutos da violência e da espoliação, são representados como acidentes histórico-sociais, cruéis e infamantes, mas perfeitamente superáveis através de comportamentos lúcidos, inflexíveis e persistentes. Além disso, o estilo de vida e os tipos de personalidade alternativos, característicos do “outro lado da sociedade”, não são concebidos como inaces-

síveis (como se não “fôsem para o bico do prêto”). “O negro não é gente” porque o impediram que se afirmasse como tal; contudo, nas avaliações correntes, admitia-se que êle poderia sair-se tão bem ou melhor que os “brancos”. Nesse sentido, a ascensão social equivalia a pôr um paradeiro num estado de iniquidade e assumir o estilo de vida, os modelos de organização da personalidade e o prestígio social do “branco”. “Ser gente” e “sentir-se, comportar-se e viver como os brancos” eram uma e a mesma coisa. Todavia, aí não está, de modo nenhum, o ideal de um branqueamento postigo, de “varar a linha” ou de “passar por branco”. Se apelássemos para uma linguagem figurada, diríamos que se pretendia apenas uma sorte de “branqueamento social”, entendido como democratização perfeita das “prerrogativas sociais” a que o “negro” tem direito na sociedade de classes. Semelhante “branqueamento” apenas diz respeito a posições e papéis sociais, dissociando-se qualquer disposição de ser ou de parecer “branco” em termos raciais. Enquanto o “mulato claro”, na ordem tradicionalista, procura disfarçar sua côr, na situação emergente nota-se certo orgulho (provavelmente de origem e de natureza compensatória), de “ser negro”. De qualquer forma, é assim que o negro e o mulato tendem a identificar-se, aspirando a “subir”, mas como e enquanto “negros”.

Essas ponderações esclarecem qual é a natureza do requisito psico-social que regula os ajustamentos básicos dos indivíduos que querem “deixar de viver como prêto” e pretendem “ser gente”. Querem “o seu lugar na sociedade”, vendo na ascensão social o remédio para todos os males; mas, rejeitam as avaliações tradicionalistas, pois repudiam, juntamente com a “vida largada dos negros vagabundos” ou “sem vontade”, a associação entre “côr” e “posição social inferior”. O “negro é gente”, e como tal “tem os mesmos direitos que os brancos”. Aqui, convém lembrar dados já citados acima: a convicção de que “negro é gente e não tem que andar diferente dos outros” e a gradual perda de passividade, que tende a fazer com que muitos lutem “por seu direito de serem tratados como homens, não como pretos”. Essas reações elementares manifestam-se em níveis distintos. No da relação com os “brancos” envolvem a exigência do “tratamento condigno”, em moldes igualitários. Como declarou uma senhora mulata-escura, que criticava os “pretos” pela situação existente: “Mas, isso não quer dizer que o preconceito de côr não existe e nem que o prêto seja igual ao branco. Primeiro, os pretos não são iguais aos brancos e é difícil que venham a conseguir isso. O senhor sabe que em Roma existiu escravidão. Uma raça escravizou outra, como aconteceu no Brasil. Mas a escravidão desapareceu e todos se tornaram iguais. Ninguém se lembra mais disso, que uns descendem de

senhores e outros de escravos. Mas no Brasil aconteceu o contrário. Ninguém quer se esquecer que o negro foi escravo e os brancos têm repulsa pelo negro por causa disso. Não querem admitir que o negro, que foi escravo dêles, suba, torne-se igual a êles. A vida dos pretos é não só diferente da dos brancos, como ainda êles são mantidos numa posição baixa pelos brancos, que não querem saber que os negros consigam por sua capacidade ou inteligência certos empregos ou ocupações de projeção. O negro é aceito em muitos serviços mas em posição inferior. Só por exceção podem êles conseguir um lugar de destaque. O branco tem medo da inteligência do negro. Sabendo que o negro é inteligente e é capaz para os serviços intelectuais, sabe falar e é capaz de escrever bem, o branco evita como pode que êle suba". Contra essa disposição, ela se insurge de forma consciente e tenaz. As reações em questão também produzem efeitos nas relações dos "negros" entre si e com o meio ambiente. A acomodação passiva, em particular, é combatida animosamente. A mesma informante adiantou: "por sua vez, os pretos contribuem para manter essa desigualdade. Êles aceitam servilmente essas manobras do branco. E' verdade que elas são feitas à traição, deslealmente. Com um sorriso no lábio e muita amabilidade uma pessoa branca pode lamentar o fato de não ter dado uma oportunidade a um prêto que a merecia. Mas o prêto é culpado, porque não procura educar-se para subir, porque não luta para melhorar de vida. A solução do problema do negro não pode vir do branco, nem do govêrno. Êste pode ajudar. Mas quem tem de resolver o problema do negro é o próprio negro. Êle deve educar-se e deve agir de modo diferente nas relações com o branco. Deve disputar o que é seu! Não deve de maneira nenhuma sucumbir antes do desfêcho da luta, nem esmorecer porque não consegue tudo de uma vez. As coisas irão devagar mas se modificarão se os pretos derem melhor educação aos filhos e tomarem uma atitude ativa diante do branco. Nada de aceitar humilhações, nada de aceitar as recusas. Devemos fazer como diz o Dr. Arlindo (38). Fazer de conta que o preconceito não existe. Eu sei que êle existe. Mas passo por cima dêle! Que me importa!".

O contexto moral de semelhante avaliação do "negro conformado" tende a difundir-se, sendo compartilhado por todos os que aspiram a "subir", de um ou de outro jeito. Apenas para completar o quadro de referência, julgamos oportuno transcrever as opiniões de um jovem estudante negro. "O branco não prejudica os pretos. Êles é que gostam da vagabundagem e de fazer farra. Em vez de trabalhar para subir, preferem levar vida folgada. Não querem estudar e não se

(38) — Dr. Arlindo Veiga dos Santos.

aplicam na escola como os brancos. Eu tenho amigos que preferem pegar uma caixa de engraxate, em vez de procurar um emprego melhor. Quando a gente fala isso com eles, eles acham que é besteira. Que o que eles têm está muito bom”. Por fim, existe o problema de-veras complexo da separação do “meio negro”. Nas condições focalizadas, o “negro em ascensão” tem de preparar-se para retrair-se e, até, para isolar-se de conhecidos, amigos e parentes. Esse afastamento aparece como algo natural e inelutável — não como o preço que se deva pagar à “vergonha de ser negro”. Na medida que se empenha “em vencer como e enquanto negro”, o homem de cor de nossos dias não foge do convívio com os seus por causa de motivos dessa ordem. Alguns casos permitiram-nos estudar objetivamente tal comportamento. A necessidade do pôr em prática o novo nível de vida, de encontrar pessoas com interesses sociais análogos e aspirações idênticas é que estão na raiz das motivações evitativas. Então, ao repudiar o “negro pobre”, não é ao “negro” propriamente dito que está evitando. Mas, certo estado social, do qual pretende afastar-se a todo custo. A prova disso, é que prefere buscar a companhia de outros “negros” de posição social comparável, em vez de tentar a convivência exclusiva com “brancos” de nível social idêntico ou inferior. Numa das entrevistas, um dos antigos líderes dos movimentos reivindicativos, muito sensível à lealdade aos interesses fundamentais da “coletividade negra”, afirmou taxativamente: “meus interesses não estão no meio negro ignorante”; “agora só quero saber de tratar da minha vida e educar meus filhos”. Outro sujeito evidenciou que não era por desamor que se afastava dos antigos amigos e companheiros. É que não concordava com seu estilo de vida, achando que não era a “cor” mas por causa dos comportamentos “debochados” ou “largados” que “envergonham a gente” e “desmoralizam os negros”, que se separava e isolava deles. O fato é que o candidato à ascensão social precisa estar potencialmente apto a desligar-se do seu ambiente, devendo estar material e moralmente preparado para enfrentar os dramas humanos daí resultantes.

Outro requisito psico-social importante consiste na atualização de compulsões “para subir” na escala social. Por duas vias o “negro” muda sua mentalidade com referência à concepção do seu “destino social” e do seu “lugar na sociedade”. Primeiro, pela aquisição de um meio de ganho e pela inclusão conseqüente na estrutura ocupacional da comunidade; segundo, graças aos efeitos psico-sociais da modernização do seu horizonte cultural médio. Ambos os aspectos já foram descritos e analisados acima. Conviria retomar o assunto de uma perspectiva que permita salientar a influência dinâmica dos fatores psico-sociais envolvidos. Está claro que as três

condições mencionadas — obtenção de um meio de ganho; classificação na ordem social competitiva; e certo grau de secularização dos modos de ser, de pensar e de agir — podiam se dar, psicológica e sociologicamente, tanto de formas muito variáveis, quanto sem modificar, na substância, as probabilidades exteriores de ascensão social. A verdade é que não estamos diante de um sistema de forças do tipo que existe no jogo de bilhar. Malgrado certas condições favoráveis e a própria propensão subjetiva “para subir”, o indivíduo podia não ter êxito ou lograr, apenas, êxitos fortuitos na direção almejada. Tudo isso nos coloca diante de uma questão deveras complexa. Trata-se daquilo que se poderia chamar de **fator pessoal** e de sua maneira de operar em diferentes situações concretas. A objetivação social da compulsão “para subir” compreende um componente psico-sociológico bem conhecido: onde ela surge, ela se conjuga a certas atitudes, avaliações ou aspirações que separam determinados indivíduos do contexto emocional e moral da concepção tradicionalista. Isso se torna patente, de modo perfeito, nos casos em que os agentes explicitaram que “nem sempre adianta subir para ser feliz”, mas que “os pretos procuram [ou devem procurar] subir”. Nessas situações, parece claro que estão sob a influência simultânea dos dois padrões de reação societária exclusivos — o fornecido pelo horizonte cultural tradicionalista e o produzido pelo horizonte cultural da sociedade de massas. O indivíduo não busca a felicidade na ascensão social; porém, age como os outros, correspondendo às tendências atuantes, ao mesmo tempo que se assegura os benefícios da melhoria do nível de vida.

Doutro lado, é preciso que se tenha em mente o poder restritivo e neutralizador das condições externas de existência. As barreiras a serem vencidas, seja no “meio negro” seja em relação às atitudes dos “brancos” são tão variadas e fortes, que a compulsão “para subir” só se torna operativa em certos casos. Os negros e os mulatos perceberam e explicaram semelhante processo, ao dizerem que só “os pretos de raça” conseguem vencer as dificuldades e realizar os seus desígnios de ascensão social. O problema, em termos psico-sociológicos, não se reduz às técnicas postas em práticas para controlar as adversidades do ambiente ou para explorar suas condições vantajosas. Há algo fundamental, que é a própria qualidade da compulsão psico-social “para subir”. Se as disposições individuais de ascensão social forem tênues ou se nascerem da mera imitação, podemos nos defrontar com as alternativas vistas com desaprêzo no “meio negro”. Indivíduos que são apontados como “desanimados”, “capacho dos brancos”, que “não têm coragem para se impor”, que “desistem na primeira decepção” etc.. Através dos resultados de

algumas entrevistas, descobrimos que a compulsão “para subir” se torna operativa quando adquire consistência para resistir aos efeitos de desapontamentos freqüentes, intensos e perturbadores. Esta conclusão justifica o recurso popular à imagem do “negro de raça”. Realmente, tanto a sociedade inclusiva, quanto o ambiente social restrito selecionam de forma preponderantemente negativa e adversa as compulsões de ascensão social do negro e do mulato. Isso ocorre de tal maneira, que a efetivação das aspirações dos agentes aparece como imprevisível e ocasional. Pelas aparências, os que obtêm apôio de “brancos influentes”, a “simpatia dos chefes” ou, ainda, a compreensão e o amparo de parentes, de amigos e de conhecidos, etc., é que entram no rol dos que “conseguem vencer”. No entanto, atrás dos esforços e das habilidades demonstrados pelos agentes e como fator dinâmico de seus ajustamentos psico-sociais, está uma “vontade inquebrantável”, uma “ambição insaciável” ou um “ânimo de ferro”, como se exprimiram os próprios informantes. Então, nessas situações deparamos com um tipo de compulsão “para subir” que não cede facilmente às pressões negativas do meio, bastante forte para suportar, sem alterar-se estrutural e dinamicamente, as condições externas que poderiam solapá-la, neutralizá-la ou destruí-la.

Os dois extremos desta descrição mostram o quanto o “fator pessoal” depende da maneira pela qual a personalidade do “negro” interage com as forças psico-sociais do ambiente. Na medida em que a “sociedade aberta” fecha a maioria de seus mecanismos de mobilidade social vertical ao negro e ao mulato, estes precisam estruturar seu comportamento para “conseguir êxito” nas oportunidades acessíveis segundo condições penosas. Em regra, uma forte compulsão “para subir” acaba sendo o único ponto de apoio com que os indivíduos podem contar, em quaisquer circunstâncias. Os que não possuem essa armadura, têm de conformar-se com o malôgro mais ou menos completo; e mesmo aqueles que dela disponham por vezes sucumbem aos “entrechoques da vida”, culpando a sociedade pelo desfêcho final. O que nos interessa pôr em evidência é a importância única dêsse requisito psico-social. Ele se torna decisivo na determinação das probabilidades de ascensão social dos indivíduos, considerados singularmente, embora não corrija (nem possa corrigir) os fatores histórico-sociais da desigualdade racial.

Assim como classificação social e inclusão na ordem social competitiva significam alteração nas relações com os “brancos”, também a formação de sentimentos e de concepções de igualdade racial se converte num requisito psico-social deveras importante. Vários documentos, transcritos acima, atestam que o “negro” tende a opor-se e a repelir o padrão de dominação racial tradicionalista. Impõe-se,

agora, relacionar tais atitudes e comportamentos com os requisitos psico-sociais da competição com o “branco” (39). Para lançar-se no mercado de trabalho e para pretender posições sociais que constituem autênticas “prerrogativas da raça branca”, o negro e o mulato precisam adquirir, previamente, consciência de que são iguais aos brancos e de que as diferenças porventura existentes não nascem de fatores inatos, mas da herança social. Os dados de fato demonstram cabalmente que semelhante estado de consciência está se constituindo e, ao mesmo tempo, se universalizando com notável rapidez no “meio negro”. As seguintes ilustrações atestam as reações típicas com que nos defrontamos: “os pretos são iguais ou mesmo melhor que os brancos”; “qualquer preto, ou melhor, a maior parte dos pretos, se tivessem a mesma educação poderia fazer qualquer serviço de branco”; “os negros devem procurar subir para mostrar aos brancos que podem ser iguais a eles”; “os negros deveriam mostrar aos brancos que são iguais em tudo, só na cor que não”; “os negros são tão inteligentes e capazes quanto os brancos. O que lhes falta é oportunidade”; e por aí afora. Esse sentimento de igualdade leva os indivíduos a conceberem suas posições sociais e suas personalidades-estatus em termos de equivalência social com o “branco”. Além disso, como verificamos por alguns exemplos, desperta avaliações que permitem censurar tanto a “submissão”, quanto a “violência” como saídas para a acomodação racial. Com isso, ficam igualmente condenados os modelos do “negro dócil” ou “medroso” e do “negro revoltado” ou “insubmisso”. Em seu lugar, cresce uma disposição madura e vigilante, que confere ao “negro” a possibilidade de tirar proveito da “confusão” ou das “manobras” do “branco”.

O “negro” modifica, portanto suas auto-concepções de status e de papéis sociais. Liberta-se das pressões morais do mundo tradicionalista e adere conscientemente ao clima moral da ordem social competitiva. O repúdio às manifestações e aos efeitos do “preconceito de cor” ganha outra tonalidade. O “protesto negro” ou foi mudo ou foi dramático no passado. Tivemos o retraimento, como um primeiro mecanismo de reação inconformista; e, em seguida, as explosões coletivas inerentes aos movimentos reivindicativos, dos quais a Frente Negra Brasileira constituiu uma manifestação típica. As duas formas de protesto foram ignoradas pela sociedade inclusiva. Ao equiparar-se psicológica, social e moralmente ao “branco”, o “negro” será forçado a enfrentar seus dilemas raciais no plano individual e concreto. Em primeiro lugar, ele terá de encarar as manifestações e os efei-

(39) — Pois é claro que integração na ordem social competitiva significa, inevitavelmente, envolvimento progressivo em situações de competição com os “brancos”.

tos do “preconceito de côr” como um desafio — algo aviltante, que põe em cheque a própria condição moral de sua pessoa. Então, tentará enfrentá-lo, resguardando seus interesses materiais e morais. O “branco” não cria o conflito racial aberto; êle fará o mesmo, sem recorrer às técnicas tradicionais da submissão ou da rebeldia. Reitera as tentativas para conseguir determinados empregos; aproveita o conhecimento acumulado sobre as “manobras” e os “truques” dos “brancos”; e só aceita, em última instância, um isolamento sob muitos aspectos mitigado e dourado, porque se desenrola em um nível social mais alto que o de muitos “brancos pobres”. O essencial, em tudo isso, é o tipo de repúdio ao “preconceito de côr”. Êle envolve um combate corpo a corpo, em que a última concessão é deliberadamente posta fora de jôgo. Admitir, direta ou indiretamente, sua **inferioridade** e aceitar complacentemente, em consequência, o antigo código de relações raciais, eis o que o “negro” se proíbe. Por isso, êle rejeita a acomodação passiva, com o isolamento coletivo, e o protesto ativo, com grandes promessas para um futuro remoto. Êle quer viver no presente e ter acesso “a tudo a que tem direito”. No limiar mesmo de sua afirmação social estão atitudes de repulsa militante, embora dissimuladas e “sabidas”, do “preconceito de côr” e dos seus efeitos sócio-econômicos ou morais. Em segundo lugar, o que ameaça as aspirações sociais do “negro em ascensão” também arrisca suas representações de estatus e de papéis sociais. As manifestações do “preconceito de côr” repercutem, dolorosamente, tanto nos anseios de viver e de ser tratado dignamente, quando nas disposições de igualdade social do negro e do mulato. Ainda que o condicionamento secular pesasse mais que as aspirações recentes, seria difícil sufocar, no “homem de côr”, as exigências do mundo em que êle vive e para o qual está sendo socializado. Por conseguinte, é impossível conciliar a mentalidade do “negro em ascensão social” com as pressões tradicionalistas do meio ambiente. Há um abismo psicológico entre as duas coisas. Os resultados de nossas entrevistas comprovaram conclusivamente essa afirmação. Mesmo as pessoas que achavam que “o negro é que tem mania de perseguição”, que sustentavam que “o complexo seria responsável por essas idéias” [de que o preconceito existe] ou que assoalhavam que “o negro é culpado de sua situação” repelem de várias maneiras qualquer acomodação passiva e os pressupostos materiais ou morais do padrão tradicionalista de relação racial assimétrica.

Dêsse ângulo, portanto, a integração à ordem social competitiva depende de certos pré-requisitos. O negro e o mulato precisam deixar de conceber-se, psicológica e socialmente, à luz da imagem do “negro” construída no passado recente. Ou fazem isso e disputam as

oportunidades de classificação e de ascensão existentes, ou continuam à margem do fluxo da vida social organizada e de seus proventos econômicos, políticos e morais. Os que debatem, com tamanha paixão, o problema de saber se existe ou não o “preconceito de cor” no Brasil deveriam partir dêsse limiar. O “negro” tem de decidir entre a exclusão consentida e a participação imposta. Ao tomar o segundo caminho, não pode ter condescendências para com uma imagem de si mesmo que é uma aberração de qualquer ideal da pessoa humana e colide, irreparavelmente, com os tipos de personalidade-estados requeridos pela ordem social competitiva.

Por fim, é preciso considerar-se que esta ordem social impõe certos padrões de racionalização que tornam, eventualmente, a competição aberta acima das diferenças raciais. Isso se evidencia, especialmente, no seio de grandes organizações, estatais, para-estatais ou privadas. A seleção dos candidatos aos postos iniciais de várias carreiras e às vezes também a sua promoção se fazem mediante concurso. Nessas condições, o negro e o mulato chegam a ter acesso a oportunidades que lhes eram vedadas no passado recente. Ao que parece, êsses efeitos são recebidos com certa relutância, havendo organizações (particularmente privadas) que usam subterfúgios que facilitam a identificação racial dos pretendentes e sua exclusão automática. Não obstante, a racionalização das técnicas de seleção e de promoção favorece, definidamente, os segmentos da “população de cor” que estão em condições de se lançarem na competição por empregos qualificados e de melhor remuneração. Os influxos tradicionalistas ainda se fazem sentir em dois pontos. De um lado, às vezes é preciso combinar o paternalismo com as novas práticas. O seguinte exemplo ilustra essa alternativa. “Tendo sido criada a repartição onde até vir para cá trabalhei, foi publicado um edital de concurso para preenchimento de vinte vagas de escriturário. Apresentaram-se 518 candidatos, entre os quais eu. Prestei o concurso, mas o resultado não foi publicado. Todavia, fiquei sabendo posteriormente que havia passado em segundo lugar. Logicamente, tinha o direito do preenchimento da segunda vaga. Fui chamado, mas fiquei sabendo depois que era para não o ser, pois, eis que, em reunião da diretoria da repartição, não quiseram que eu ingressasse, em virtude de julgarem que iria haver certa dificuldade no meu contacto com algumas senhoritas [...] que iriam também trabalhar. Julgavam alguns diretores que tais senhoritas iriam se sentir mal em trabalhando em uma mesma sala, com um negro. Nesse ínterim, um dos diretores, de quem sou irmão de criação, levantou-se e disse que eu havia sido criado na casa de seu pai e que por isso eu havia recebido uma educação igual à que recebera, sabendo eu comportar-me em qualquer meio, fôsse

que meio fôsse. Assim, não desejoso de truncar a opinião da maioria, deixava de manifestar-se, lavrando porém o seu protesto, retirando-se da sala. Ante isso, resolveram admitir-me”. Doutro lado, a tolerância é maior para os empregos de início de carreira, apertando-se os cordões posteriormente. Assim, o candidato aceito com restrições “fica marcando passo”. Para evitar êsse desfêcho, mais ou menos percebido, há quem apele para a influência dos cartuchos. Um branco, um dos diretores de grande organização estatal, relatou-nos, a respeito: “os concursos são públicos e ninguém pode impedir que êles (40) entrem para o banco. Alguns têm pistolões, como os dois gerentes, e conseguem alcançar os altos postos”. Há evidente e fundado consenso, na “população de côr”, sôbre as limitações inerentes às oportunidades nascidas de frutos desta natureza. No entanto, elas não são desprezíveis e, como se inscrevem numa tendência geral, deviam ser mencionadas. É preciso não ignorar que a disposição a aceitar “clientes de côr” entra no mesmo contexto (41). Coisa análoga sucede com a aceitação crescente de serviços prestados por “profissionais de côr” (como professores, dentistas, médicos, advogados, etc.). A idéia de que “o que conta é a competência” parece ser responsável por essas atitudes. Consideradas globalmente, as manifestações aparentemente discretas e isoladas da mesma tendência adquirem significação especial. Elas sugerem que, em vários pontos, a substituição de técnicas sociais tradicionais por técnicas sociais racionais contribui para difundir, gradualmente, critérios que reduzem ou anulam a importância da “côr” nas ações e nas relações humanas.

Os dados expostos já entremostam as dificuldades com que se defrontam o negro e o mulato para conseguirem se classificar socialmente e competir por riqueza, poder e prestígio com os “brancos”. Têm de varar vários tipos de resistência e de barreiras (42) para conquistar uma situação que, em condições análogas, pode ser obtida com a maior facilidade e rapidez pelo “branco” que conte com o mesmo ponto de partida. Na medida em que a compulsão “para subir” encontra menos apoio no mundo exterior que nas predisposições subjetivas, em todos os níveis da organização do comportamento, da personalidade e da sociedade, surgem obstáculos mais ou menos ativos à ascensão social do negro e do mulato ou ao reconhecimento explícito

(40) — Referia-se aos “lourinhos”, termo com que designava, pejorativamente, os negros e os mulatos.

(41) — Note-se que o dono de uma importante casa de modas vendeu uma fantasia caríssima “para uma negra”. As empregadas resistiram à operação e êle próprio justificou-se diante dos amigos, dizendo que não podia determinar a côr dos clientes. Como ela podia pagar, teve de vender.

(42) — Passamos a tratar o segundo tópico, a ser analisado nesta parte do presente trabalho (cf. acima, p. 440).

das alterações de estatus e de papéis sociais porventura alcançados. Restringindo-nos ao essencial, vamos examinar aqui: 1.º) os efeitos diretos ou indiretos da desigualdade racial; 2.º) a função estabilizadora do “preconceito de côr”; 3.º) os efeitos dos mecanismos reativos ao “preconceito de côr”; 4.º) as compulsões psico-sociais negativas do “meio negro”; 5.º) a interferência de fatores diferenciais; 6.º) o caráter neutro ou negativo dos estímulos governamentais; 7.º) barreiras ao reconhecimento do estatus adquirido pelo negro e pelo mulato; 8.º) os mecanismos de aceitação do “homem de côr”.

A principal barreira à ascensão social do negro e do mulato é de natureza estrutural. Se a passagem para a ordem social competitiva se desse de forma rápida e homogênea, do ponto de vista da absorção dos estoques raciais em presença, teria desaparecido o paralelismo entre “raça negra” e “posição social inferior”, com o monopólio da dominação racial pelos estratos sociais superiores da “raça branca”. Como isso não ocorreu, a diferença entre a situação de contacto racial imperante na década de 50 e a que existia no período de 1900-1930 é meramente de grau. Em outras palavras, a expansão da ordem social competitiva adquiriu densidade e intensidade suficientes para se refletir no plano das relações raciais. O padrão tradicionalista de relação racial assimétrica começou a entrar em crise irreversível e, com êle, o mencionado paralelismo entre a estratificação racial e a hierarquia social da sociedade paulistana. Note-se, porém: **apenas começou a entrar em crise**. O que quer dizer que estamos, ainda, mais próximos do passado, que da imagem de uma democracia racial incipiente e imperfeita. Doutro lado, o que irá acontecer no futuro depende de condições e de fatores histórico-sociais incertos e, a julgar pelo presente, de continuidade ou de alcance imprevisíveis.

Em contraste com a situação de contacto de 1900-1930, diríamos que entramos, com referência às perspectivas da “população de côr”, numa **era de esperanças reais**. Parece que chegou, mesmo, “a vez do negro” — para reutilizarmos uma expressão tomada aos sujeitos da investigação. Ela chegou timidamente, pois o “negro” vem a reboque dos segmentos das “populações nacionais”, do campo e das cidades, arrancadas à desocupação sistemática ou esporádica. Mas, permite-nos fazer algo que teria pouco sentido no período de 1900-1930: analisar os mecanismos de mobilização do “negro” para a vida social organizada da sociedade inclusiva e o que isso representa, sociologicamente, como fenômeno de mobilidade social vertical. Contudo, é preciso que fique claro que não podemos endossar as opiniões “otimistas”. O caminho percorrido foi quase insignificante, não correspondendo nem aos imperativos da normalização da ordem social competitiva, nem às aspirações coletivas da “população de côr”, expres-

sas através dos movimentos sociais reivindicativos. Superamos, em alguns aspectos, uma parte da demora cultural que separava nossa ordem racial de nossa ordem social. Mas, subsiste o equilíbrio que havia entre ambas. É verdade que o negro e o mulato avançaram, “progredindo” com a cidade. Mas, fizeram-no às cegas e em ziguezagues, como se verá a seguir, sem despertar solidariedade de qualquer espécie em outros círculos humanos. Todos tinham tanta coisa a vencer, para modificar atitudes e comportamentos tão arraigados, que os espinhosos e comoventes esforços “para ser gente”, empreendidos obsecadamente pelo “negro”, permaneceram ignorados, não tocando nem no coração ou na razão nem na imaginação dos outros homens. O “negro” continua a debater-se, sozinho e desamparado, num mundo socialmente insensível a seus dilemas materiais e morais, no qual as pessoas de outra côr sentem vergonha de agir como agem mas não possuem fôrças para proceder de modo diferente. Ora, enquanto isso suceder, estaremos umbilicalmente presos ao padrão tradicionalista de dominação racial, condenando os negros e os mulatos a uma desigualdade social inexorável.

É preciso que se entenda que a desigualdade racial, em têrmos da “situação da raça negra”, não representa apenas uma condição desvantajosa. Ela se ergue como uma verdadeira muralha, contra a qual se esbatem e anulam as esperanças mais fortes, ambiciosas e sadias da “população de côr”. Por isso, ela opera como um fator de inércia. Como procurou explicar-nos um grupo de jovens intelectuais negros, a ela se prende a renovação incessante do círculo vicioso, que encadeia entre si a pobreza, a ignorância e a doença, ocupações incertas, econômicamente degradadas e socialmente indesejáveis, níveis ínfimos de renda, os mais baixos padrões de vida reconhecíveis e posição social inferior. Doutro lado, ela alimenta e dá fundamento a um estado de espírito derrotista e frustrado, que conduz o “negro”, de tôdas as gerações, à convicção de que “não adianta nada fazer fôrça”, “vida de negro é assim mesmo”, “negro nasceu pra sofrer”, “negro nunca poderá ser nada”, “é melhor levar a vida na folga”, “eu levo a vida à minha maneira”, “é melhor aproveitar a vida enquanto se pode”, “só trouxa se mata pra guardar dinheiro”, “eu não recebi nenhuma educação mas vou me virando”, “o que adianta é ser esperto”, “a gente só leva da vida o que aproveita” e por aí afora. Conversando-se com as pessoas que sustentam essas idéias, descobre-se logo que ditos dessa natureza são meras verbalizações, que racionalizam e escondem frustrações pessoais ou ambições legítimas, porém irrealizáveis socialmente.

Por ser um fator de inércia sócio-cultural, os efeitos da desigualdade racial possuem certa generalidade e, num plano mais amplo, as-

sociam-se à perpetuação do padrão de organização societário que engendra e mantém a própria desigualdade racial. Portanto, nela é que se deve procurar as causas da limitada capacidade de competição, que restringem drasticamente ou anulam os anseios de integração social da “população de côr”. A êsse respeito, seria preciso considerar os mencionados efeitos sob dois aspectos distintos: os que resultam, pura e simplesmente, da situação material do negro e do mulato; e os que promanam da configuração assumida por seu mundo moral.

Sob o primeiro aspecto, os efeitos estabilizadores da desigualdade racial aparecem através do baixo nível de emprego e do baixo nível de renda correspondente. Os dados coligidos revelam, abundantemente, que o negro e o mulato ainda empenham o grosso de seus esforços na luta pela superação do estado de pauperismo e de anomia, descrito no capítulo 2. Um médico branco, dotado de vasta experiência com a clientela pobre de populoso bairro da Capital, adiantou-nos a opinião de que “o grande problema do negro é a miséria e a doença”. “São desanimados para o trabalho mas isto não é mais do que a consequência da má alimentação e esta, consequência do baixo nível de vida que levam. Onde não há dinheiro não há alimento e onde êste não entra há as doenças. Se o negro tem fome e doença não pode tratar de sua cultura e por isso não pode competir com o branco. O branco tem a sociedade a seu favor ao passo que ao negro tudo lhe é desfavorável”. Outras informações e principalmente o impressionante relato de Carolina Maria de Jesus, corroboram êsse lado sombrio da existência do “negro” na década de 50. As cenas descritas no “diário de uma favelada” (43) sugerem, dramaticamente, que a fome, a miséria, a doença e a desorganização social, com suas variadas consequências sociopáticas, continuam a ter plena vigência para uma vasta parcela da “população de côr”. Os porões e os cortiços são substituídos pelas favelas, “o quarto de despêjo mais imundo que há no mundo” — “sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno” (44). Se a proporção de “negros” sobre a população socialmente desamparada e desorganizada diminui, em compensação aumenta a gravidade dos problemas sociais com que essa parcela da “população de côr” tem de defrontar-se inelutavelmente. “Temos só um jeito de nascer e muitos de morrer” (45). Com essa fra-

(43) — Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despêjo*, Diário de uma Favelada, apresentação de Audálio Dantas, 4a. edição, Livraria Francisco Alves (Editôra Paulo de Azevedo Ltda.), São Paulo, s. d. (o diário se inicia com anotações de 15 de Julho de 1955 e termina com uma inscrição data-da de 1 de Janeiro de 1960).

(44) — Carolina Maria de Jesus, op. cit., citações extraídas das pp. 133 e 158, respectivamente.

(45) — Idem, p. 174.

se sóbria, Carolina Maria de Jesus leva-nos ao âmago de uma realidade sombria e revoltante. É certo que também existem os “negros de alvenaria” e que eles são, felizmente, mais numerosos em nossos dias que os “negros favelados”. Contudo, o nosso quadro geral é mais complicado que o do comêço do século. Até na miséria aparecem gradações — e gradações sociològicamente relevantes, porque tornam a “pobreza remediada” um estado ideal para muitas “famílias de côr”.

Tomando-se em conta êsse pano de fundo, parece evidente o que significa a desigualdade racial como concentração social da riqueza, do poder e do prestígio social. Sem dúvida, o “branco miserável” compartilha por igual da miséria, da degradação e da corrupção dêsse segmento da “população de côr”. No entanto, a partir do mesmo patamar, a “população branca” consegue diferenciar-se por todos os níveis da estratificação econômica e da hierarquia social, o que não sucede com os negros e os mulatos. Êstes nem sempre desfrutam de uma “situação de classe”; ou logram, apenas, classificar-se nas posições mais precárias da “classe baixa” e das “classes médias (46)”. Mesmo evitando-se as ambiguidades que seriam introduzidas pela noção de “situação de raça”, com referência ao presente, podemos reconhecer que é inerente à desigualdade racial (como ela se manifesta em nossos dias), uma condição econômica que tende a excluir o “negro” das oportunidades garantidas pela ordem social competitiva. Tome-se, como exemplo, as oportunidades de instrução. “O problema está residindo na precariedade da situação econômica em que se encontra o negro. [...] Eu presumo que a maior dificuldade para o negro ir para a escola está única e exclusivamente dentro do fator econômico que impera sob todos os pontos. Eu não creio que um pai nunca não deseje que seus filhos vão à escola. Mas acontece que um pai nunca poderá dar uma educação elevada aos seus filhos, porque êle é obrigado a recorrer a seu serviço para poder sustentar o lar e isto faz com que o filho fique abandonado” (47). Entre “querer se educar” e “poder ir à escola” existe um abismo quase intransponível (48). Outro informante foi ainda mais enfático: “Como é que nós podemos mandar nossos filhos ao colégio, se não temos dinheiro para sustentar-nos? Nós temos que mandar nossos filhos para as fábricas, ou onde quer que seja. A educação gratuita é uma ficção. Não existe” (49). Mesmo aquêles que vêem na instru-

(46) — Conforme acima, os resultados da análise do censo de 1940 (pp. 410 e sets.).

(47) — Declaração feita em público pelo Sr. Jorge Prado Teixeira.

(48) — Idem.

(49) — Declaração feita em público pelo Sr. Luiz Lobato.

ção um canal de ascensão social raramente conseguem aproveitá-la segundo tais fins. Eis o que nos adiantou um jovem operário negro: “O prêto em geral tem pouco estímulo e desejo de subir. Mas mesmo para os que desejam subir, a pobreza da família os faz deixar os estudos e trabalhar, ainda quando não se acham habilitados para uma função superior”. Duas ilustrações permitirão exemplificar essa tendência. Uma senhora, que trabalhava como cozinheira, indicou que “estava disposta a fazer todos os sacrifícios para que os filhos freqüentassem escolas e fôssem alguém”. Todavia, na realidade não podia concretizar essa aspiração. O filho desejava ser aprendiz de mecânico, “não sendo problema”; a menina, porém, “queria ser professora”; “Leva muitos anos de estudo, a gente é pobre, não pode perder o ganho da menina, com tanta escola”. Um rapaz de 18 anos, que entregava marmitas, pretendia estudar para obter “melhores empregos” e “melhorar de vida”. Como precisava trabalhar para sustentar-se e “ajudar em casa”, os seus esforços foram baldados. Indicações da mesma natureza poderiam ser arroladas quanto a outras oportunidades, garantidas pela ordem social competitiva. Isso é, porém, desnecessário. Parece evidente que uma coisa é a perístase da sociedade inclusiva (50); outra, bem diversa, vem a ser a porção dessa perístase, que pode ser realmente mobilizada pela participação sócio-cultural da “população de côr”. Os elementos teoricamente possíveis do ambiente diminuem drasticamente, quando passamos do estoque racial “branco” para o estoque racial “negro”. Em consequência, a situação material da “população de côr” restringe de modo severo suas possibilidades de explorar construtivamente o talento e outros dotes maduros da pessoa humana.

Sob o segundo aspecto, bastaria ressaltar que as desvantagens de um ponto de partida quase nulo se refletem tanto na qualidade das pretensões dos indivíduos, quanto no grau de exequibilidade que elas encontram. Questões que não chegam a erigir-se em “problema”, para a maioria dos “brancos”, só poderiam ser enfrentadas e resolvidas por um número bem reduzido de “negros”. Os exemplos ventilados acima revelam que o pai ou a mãe podem “não assumir suas responsabilidades”, malgrado tenham consciência e se empenhem em “dar educação aos filhos”. Mostram, igualmente, que o jovem pode abandonar precocemente os estudos, apesar de pretender o contrário. Mas, as gradações da adversidade vão mais longe. Às vezes, os adultos debatem-se com o que pensam ser “a falta de boa vontade nos patrões, brancos”. Como não conseguem resolver questões mínimas, projetam na esfera racial os frutos das dificuldades. Todavia, é no grau

(50) — Sobre a noção de perístase, ver H. Baldus e E. Willems, *Dicionário de Etnologia e Sociologia*, op. cit.

de prestígio social e na soma de poder a êle inerente que se acha a explicação real. O que parece “desaprêço”, “desprêzo”, “desconfiança”, “rancor contra o negro”, etc. resulta da incapacidade de mobilizar, através da posição social ocupada, influências favoráveis à consecução dos objetivos visados. Em regra, os círculos de relações sociais das pessoas são demasiado estreitos para conferir-lhes o prestígio social desejado ou, então, faltam-lhe as condições requeridas para a mobilização efetiva do prestígio social imanente ao estatus ocupado. No fundo, o monopólio social pelos “brancos” não só persiste em pleno vigor, como repercute de forma desastrosa no ânimo do “negro”. Êste sente e propaga a inutilidade de “alimentar certas ilusões”. Achando que “o branco tem mais estudo” e que também “tem mais proteção”, ou “desanima”, ou “entrega os pontos”, ou “desiste antes do tempo”. O resultado de tudo isso reflete-se numa filosofia derrotista, de que “não adianta lutar”, pois “os melhores empregos são mesmo para os brancos” — “o negro só fica com os restos”, com o que “ninguém quer”. Por aí se vê como a desigualdade racial opera, dinamicamente, como fator de inércia no plano moral. O tipo de ego-envolvimento do negro e do mulato na ordem social competitiva não os protege contra mecanismos de auto-identificação herdados do passado. Não só não chega a estabelecer-se qualquer equilíbrio entre as potencialidades do meio social inclusivo e os níveis de aspiração dos indivíduos. Como as imagens pelas quais os indivíduos se julgam a si próprios e constroem seus projetos de carreira acabam se confinando a uma área muito estreita, que surge como uma esfera de “êxito comprovado” ou “indiscutível”. A seguinte explanação, extraída de uma auto-biografia escrita para os propósitos desta investigação, suscita um bom sistema de referência para apreciarmos ambas as coisas. “Como raça e como povo, a situação do negro em São Paulo é das piores possíveis. A razão é simples: O elemento negro faz parte de uma comunidade pertencente a um país democrático. Nessa comunidade existem os grandes e pequenos industriais; os grandes e pequenos comerciantes; os médicos, advogados, engenheiros e outros pertencentes a tôdas as profissões liberais; os governantes, secretários de Estado, altos funcionários, representantes do povo; banqueiros e financistas; funcionários de categoria e pequenos servidores públicos; os gerentes das indústrias e de grandes estabelecimentos comerciais; o proletariado especialista; o proletariado sem especialidade, etc.. Entretanto, não se vê um grande industrial, um grande comerciante, governantes, secretários de Estado, altos funcionários, representantes do povo nas Câmaras legislativas, banqueiros, financistas, etc., pertencentes à raça negra. Vê-se apenas pequenos industriais e comerciantes, alguns elementos pertencentes às classes liberais; al-

guns chefes de escritórios, alguns escriturários, algum gerente [de] indústria pequena, etc. e, mesmo assim, não na devida proporção. Completamente isolado, está à margem de toda atividade produtora. Não se especializando como operário, procura as “cômodas” colocações de servente em repartições públicas, em que, assim, com seus parcos vencimentos, alimenta o baixo nível de vida de suas famílias. Em estado quase parasitário, vive como marginal, sem futuro, sem objetivo, sem poder compartilhar dos objetivos que impulsionam toda a comunidade na marcha para o progresso, passando celeremente pela história, a longos passos a caminho da morte inglória”. [...] “E’ mais que péssima a situação da massa negra. Inadaptados sociais, procuram os negros as últimas atividades que um homem vencido procuraria: investigador de polícia, soldado de Fôrça Pública, lavador de automóveis. Como soldado ou investigador o negro dá satisfação aos complexos, valendo-se da Lei e da autoridade, para fazer-se impor. Como lavador de automóveis, dá satisfação ao seu espírito conformista, com um leve resquício de independência, procurando ganhar o suficiente para uma bem modesta subsistência e trabalhar quando bem entender”. Em suma, é no plano moral que a desigualdade racial produz os piores efeitos. De um lado, parece patente que ela concorre para preservar auto-projeções de caráter desmoralizador. De outro, ela contribui, definidamente, para criar e difundir tipos de ego-envolvimento que não favorecem a formação nem o fortalecimento de níveis de aspiração adequados ao presente e aos anseios de ascensão social da “população de côr”.

De acôrdo com os resultados do nosso levantamento, três influências concomitantes explicam as debilidades adaptativas e integrativas apontadas (51). Primeiro, certas deficiências institucionais do “meio negro”. O grau de absorção e de domínio efetivo das técnicas sociais do ambiente ainda continua a ser a principal fonte das desvantagens do “negro” na competição com o “branco”. Na medida em que a perístase do “meio negro” não coincide com a perístase da sociedade inclusiva, aquêle não conta, de modo irremediável, com as possibilidades adaptativas e integrativas fornecidas pela cultura. O melhor foco de referência para situar-se êsse problema consiste no funcionamento da “família negra”. A “família negra integrada” consegue proteger o menor, tanto material quanto moralmente. Mesmo sob as condições desvantajosas de um nível de renda baixo e instável, o afã de “dar ao filho tudo o que não tive” permite encontrar, através de sacrifícios penosos, meios para reter “o filho na escola” até o fim da escolarização (de nível primário; às vezes, médio; rara-

(51) — Note-se que a enumeração adotada não obedece a nenhum critério valorativo. Por conseguinte, a ordem de apresentação exclui qualquer propósito de graduar a importância relativa de cada influência.

mente, superior). Doutro lado, seria ilusório pensar-se que as dificuldades significativas procedem unicamente da situação econômica. É claro que onde “o dinheiro não dá nem para comer”, tornam-se impraticáveis as aspirações de instruir os filhos. Mas, a capacidade de fazer face a desajustamentos associados, aparentemente ou realmente, às manifestações do “preconceito de cor” possui importância análoga e não raro maior que as limitações do nível de renda. Os pais precisam manter-se atentos aos ajustamentos dos filhos — quer eles se voltem para “a conquista de uma carreira”, quer eles apenas pretendam “melhorar de posição no emprego”. Dependendo do temperamento e do caráter dos jovens, em alguns casos têm de “acalmar suas revoltas”; em outros, “quebrar sua submissão”. As anomalias tão freqüentes na organização da “família negra” fazem com que as dificuldades nascidas do baixo nível de renda se agravem, cristalizando-se um clima propício à neutralização parcial ou total das influências socializadoras construtivas das gerações adultas. Daí não só resulta que o menor se veja privado de “ir à escola”. O que é pior: ele não recebe amparo e orientação para ajustar-se ao estilo de vida que se impõe socialmente. “Cresce largado”, sujeito às influências perniciosas do ambiente imediato e aos inseguros critérios pessoais de discernimento ou de auto-afirmação. Acresce que outras instituições sociais, do próprio “meio negro” ou da sociedade inclusiva, não suplementam as funções da família. A “escola brasileira” não está preparada para corrigir as deficiências funcionais da família e, muito menos, para lidar com os desajustamentos reais ou potenciais das minorias nacionais, étnicas e raciais. E o “meio negro” não dispõe de vitalidade econômica, social e cultural para desenvolver mecanismos reativos compensadores. Como no passado, as associações negras, **verbigratia**, inscrevem entre os seus objetivos o amparo à educação e a orientação dos menores e dos jovens. Contudo, tais objetivos continuam a ser meramente ideais. Em consequência, as gerações ascendentes ficam, em regra, mal amparadas ou totalmente desamparadas, em virtude de deficiências institucionais crônicas. A mesma realidade paira sobre as tentativas de ajustamento dos adultos, que não contam, igualmente, com pontos de apoio adequados à realização de seus projetos pessoais de classificação profissional e de ascensão sócio-econômica. As motivações e os mecanismos de controle continuam a ser largamente inadequados às exigências da situação histórico-social. Nem mesmo certas formas elementares de sociabilidade e de solidariedade domésticas operam, continuamente, de modo eficiente e produtivo.

Essa disparidade entre a perístase da sociedade inclusiva e a perístase do “meio negro” coloca-nos diante de algo que poderíamos

designar como carência institucional. Sem dúvida, semelhante carência nada tem que ver com as aptidões inatas do negro e do mulato. As tendências de classificação e de ascensão sociais, observadas no seio da “população de côr”, oferecem uma resposta cabal a essa questão. A êsse respeito, parece óbvio que ambos possuem, pelo menos, as mesmas aptidões adaptativas e integrativas que os “brancos”. Como tentamos sugerir acima, tal disparidade provém da desigualdade racial persistente. Qualquer que seja sua origem ou explicação, porém, o fato é que ela interfere negativamente nas potencialidades de adaptação ao ambiente e de integração social da “população de côr”. A carência institucional fomenta, de maneira contínua e irremediável, ajustamentos que excluem o negro e o mulato de virtualidades do estilo de vida urbano que são freqüentemente acessíveis mesmo aos círculos “pobres” da classe social inferior. Os dados coligidos demonstram que o complexo cultural mais focalizado ou como inacessível ou como acessível a duras penas vem a ser o complexo escolar. Contudo, a mesma realidade reaparece com referência a outras esferas da cultura. Ela é tão verdadeira quando observamos o funcionamento e o rendimento da família ou quando consideramos o funcionamento e o rendimento de outras instituições, de natureza econômica, política ou recreativa. Como não existe um isolamento sistemático do negro e do mulato, êles têm de conquistar o nivelamento com os “brancos” em têrmos de sua capacidade sócio-cultural de livre competição. Para êles, seria insuficiente reproduzir, em miniatura, aquilo que poderíamos chamar de **sociedade dos brancos** no “meio negro”. As exigências da situação, mantidas as condições históricas atuais, impõem-lhes a conquista da equiparação institucional através da integração gradativa à ordem social vigente. Com isso, as coisas tornam-se sumamente difíceis. Outras minorias nacionais ou étnicas simplificaram o seu caminho, graças a padrões de sociabilidade, de solidariedade e de cooperação institucionalizados que faziam parte de sua herança sócio-cultural. A “população de côr” não contou, como vimos, com possibilidades dessa espécie e paga um preço demasiado alto às perspectivas de integração igualitária que se abrem diante dela. Vários informantes focalizaram espontaneamente o assunto. A maioria, para salientar as vantagens iniciais da segregação sistemática. Embora não a desejem e a condenem moralmente, vêem nela a verdadeira causa do progresso do negro nos Estados Unidos. Outros, em depoimentos repetidos, mas em menor número, para explicar o malôgro do “negro” em confronto com o italiano, o “turco” e, especialmente, o japonês. O significado do auxílio mútuo e do cooperativismo é posto em relêvo, como fonte da vitalidade econômica, social e cultural dessas minorias nacionais.

e étnicas. O fato é que o próprio “negro” percebe o drama em que está envolvido. Premido pela própria **situação de concorrência** e pelas debilidades de sua herança social, não logra condições satisfatórias para mobilizar os recursos institucionais do ambiente, em escala que permita atender às necessidades materiais e morais decorrentes do estilo de vida social imperante. Por conseguinte, deixa de explorar, ainda que possa pretender o contrário, as potencialidades da cultura na solução de seus problemas humanos.

A segunda influência que contribui para explicar as debilidades adaptativas e integrativas da “população de côr” consiste na falta de socialização prévia. O quadro descrito define o contexto geral da situação do negro e do mulato. Tôdas as gerações, em tôdas as situações de vida, defrontam-se com a mesma dificuldade básica: uma preparação variavelmente deficiente para ajustar os indivíduos às exigências psico e sócio-dinâmicas de seus papéis sociais. Os dados coligidos indicam que as oportunidades de aprendizagem são limitadas em dois níveis concomitantes. Primeiro, a ausência da escolarização ou o abandono prematuro da escolarização constituem uma contingência quase universal. Segundo, o trabalho prematuro, por sua vez, não é de molde a corrigir essa tendência. Em regra, as ocupações acessíveis não contribuem nem para a aquisição de habilidades específicas de alguma importância para outros tipos de profissionalização, nem para a aprendizagem espontânea das técnicas de ler, de contar e de escrever. Ao contrário, aprisiona os menores ou os jovens no círculo de ferro das atividades econômica e socialmente degradadas. A conjugação dessas duas tendências cria uma terceira polarização ultra-pestifera: a fixação em hábitos e predisposições de trabalho mais ou menos incompatíveis com os critérios de racionalidade do sistema capitalista de produção. Em consequência, mesmo quando o indivíduo consegue, por causa de sua inteligência, tenacidade ou aptidões de caráter vocacional, romper as barreiras à profissionalização normal, raramente reúne todos os predicados para atingir o tope das carreiras realizadas. Na maioria dos casos, os indivíduos esbarram com as limitações inerentes ao baixo ponto de partida (as experiências acumuladas previamente ou são inoperantes ou dificultam a capacidade de aprendizagem ulterior, escolarizada e espontânea); e, com freqüência, sucumbem às injunções da falta de socialização no uso de certas técnicas sociais universais (capacidade de comunicação, por meio escrito ou oral; aptidão para lidar com os outros, exercer liderança e dirigir equipes organizadas grupalmente; discernimento para reconhecer as oportunidades e habilidade para aproveitá-las no momento propício; etc.).

Essas três tendências prendem-se às deficiências institucionais do “meio negro” e aos efeitos crônicos que elas produzem na esfera da socialização. Elas permitem falar tanto numa redução drástica da capacidade adaptativa e integrativa do “negro” — constantemente removido para as ocupações irrelevantes ou periféricas do sistema de trabalho; quanto na existência de um problema de socialização específico no seio da “população de côr”. Os elementos inconformistas lançam a culpa no próprio “negro”, como se o pai “não soubesse educar os filhos”, se “o jovem só pensasse em cair na gandaia” ou se “a escola da rua” fôsse fatalmente perigosa. Mas, os fatos são mais complicados. O tipo de adaptação e de integração conquistado pelo “negro” na ordem social vigente não lhe assegura outras possibilidades de participação da cultura. Ele não tem acesso pleno e regular à “educação de maneiras”, à “capacidade de agir” e às técnicas sociais que tornam o homem “dono de sua vontade” ou “senhor do seu destino” (nos limites em que isto é possível e necessário para a elaboração e a consecução dos planos pessoais de carreira). Por conseguinte, mesmo os que percebem que a educação constitui um canal de ascensão social e pretendem explorá-la como tal, para si ou para os filhos, vêm-se inapelavelmente frustrados em seus intentos. Semelhante efeito, em se tratando da “população de côr”, apresenta repercussões ultra-negativas. Pela instrução, o “negro” não adquire apenas uma via de classificação na ordem social competitiva. Ele passa a dominar uma perspectiva que lhe confere a própria capacidade de competir. Os resultados dos estudos de casos e das entrevistas patenteiam que a educação formal representa um verdadeiro patamar no desenvolvimento da consciência social no negro e no mulato. Ela fornece um nôvo ponto de partida, que se caracteriza pelo conhecimento gradual das fôrças sociais do ambiente e pela percepção realista dos ajustamentos sociais mais ou menos frutíferos na situação de contacto racial existente. De um lado, ela “pode compelir o negro a ter mais coragem” e “a viver entre os brancos”. De outro, ela “abre os olhos do negro”, estimulando-o a refrear os ressentimentos, a “vencer seus recalques”, a “compreender que o mundo não se fêz num dia” etc.. Em suma, oferece-lhe um maior domínio sôbre si mesmo, condição essencial para não se colocar nem ser posto à margem na competição com o “branco”. Tudo isso evidencia, no conjunto, as dimensões do problema da socialização no “meio negro”. A falta de socialização prévia associa-se, visivelmente, à distribuição desigual das oportunidades ocupacionais. Porém, num plano mais amplo e pouco visível, ela provoca determinações mais profundas e prejudiciais, que retiram do “negro” a faculdade de agir

segundo as linhas de seus interesses e, portanto, de modificar sua própria relação com a sociedade de classes.

A terceira influência, que interfere limitativamente na graduação das potencialidades adaptativas e integrativas da “população de côr”, diz respeito a uma sorte de especialização não declarada, que confina severamente as probabilidades de classificação profissional e de competição econômica do negro e do mulato. Não existe mais um consenso claro sobre “os serviços que devem ser atribuídos aos negros”. Em compensação, duas forças contribuem, espontaneamente, para renovar o *status quo ante*: 1.º) a propensão do “negro” a acomodar-se aos níveis de emprego nos quais encontra aproveitamento ou aceitação fáceis; 2.º) a propensão do “branco” a excluir normalmente o “negro” das ocupações que “exigem responsabilidade”, “espírito de organização” e “capacidade de iniciativa”. O nosso levantamento revelou-nos que os progressos ocupacionais do negro e do mulato se deram numa área neutra. A abundância de empregos, que requeriam mão-de-obra barata e desqualificada ou semi-qualificada, contribuiu para incluir considerável parcela da “população de côr” no seio da população economicamente ativa. Contudo, as alterações concernentes ao nível de emprego foram quase insignificantes. Em consequência, os inconvenientes das tendências de peneiramento ocupacional que misturavam “aptidões profissionais” com “qualidades raciais” continuam a persistir com notável clareza. De um lado, temos o “negro” que pensa que do “seu estôfo” não sai senão o trabalhador braçal, apto para os serviços rudes. Aí se acham as cozinheiras que batem no peito e dizem: “ninguém me vence no fogão”; e os que ainda creem na existência de “serviços de brancos”, restringindo suas aspirações aos trabalhos menos qualificados. Doutro lado, há o “branco” que acredita que “o preto, por força das circunstâncias, é melhor futebolista, é melhor cozinheiro, e a mulher preta supera a branca assalariada para as funções de mucama”. Tais crenças possuem os seus fundamentos: a convicção de que “os pretos porque mais humildes e embora sempre mais humilhados são mais dóceis”, têm “mais força física”, “maior resistência aos trabalhos brutos”, etc.. Essas formas de percepção da realidade levam o “negro” a representar-se, com ressentimento, que “os brancos os fizeram inferiores”; ou a confidenciar, em tom deveras pungente: “por causa da côr nunca me deram uma oportunidade e nem mesmo qualquer esperança” (52). Ou conduzem o “branco” a admitir, francamente, que “não foi o negro que especializou nos serviços subalternos, de copa e cozinha, no futebol, no box, na polícia e no exército as suas

(52) — Trecho da autobiografia de um mulato claro, de caracteres negróides muito atenuados.

vocações. Mas foi o branco que especializou o negro nessas atividades, porque ao lhe recusar acesso a outras, constrangeu o negro a procurar uma posição na vida”. O que nos interessa é o que significam essas linhas não expressas de especialização racial. Na autobiografia de um sujeito negro deparamos com a seguinte análise da situação do lavador de automóveis: “Nessa atividade, verifica-se a inexistência do espírito de previdência do negro. Os pontos de estacionamento de automóveis não são, na sua maioria, fixos. São concessões especiais dos proprietários de terrenos baldios, em troca da limpeza e guarda dos mesmos, ou de pequenos aluguéis. Tais terrenos estão apenas aguardando as construções que surgem de maneira espantosa na Capital. Com as construções desaparecem os pontos de estacionamento. Nas praças públicas e em certas ruas os pontos são sempre concedidos a título precário. Existem pontos bem rendosos, mas, na proporção que ganham, gastam. E quando chega a época das chuvas são obrigados a recorrerem a outros trabalhos, para se manterem. Os lavadores de automóveis, em sua maioria absoluta, não têm profissão definida. Grande parte faz dessa ocupação um meio de manter contacto com chefes políticos e altos dignatários, para conseguir um modesto lugar de servente em qualquer repartição pública. Noventa por cento dos lavadores de automóveis de São Paulo, são negros” (53). Esse exemplo serve para focalizar o ângulo que nos interessa. Boa parte da “população de côr” ainda precisa “viver de expedientes”, à cata de serviços marginais, mal remunerados e instáveis. Com isso, a absorção das gerações ascendentes se faz de modo a manter a concentração dos “trabalhadores negros” em ocupações insignificantes e, o que é pior, sem perspectivas do ponto de vista da competição profissional. Ora, as potencialidades adaptativas e integrativas de qualquer categoria étnica ou racial giram, em regime competitivo, em torno de suas possibilidades de preservar e de alargar, continuamente, determinadas oportunidades de classificação profissional. A existência e a persistência de certas linhas de especialização invisível não só não correspondem a esse requisito sócio-dinâmico, como representam o avesso do que deveria ocorrer, normalmente, em condições de assimilação constante do negro e do mulato à ordem social competitiva. Portanto, aí se acha o principal fator da perpetuação indefinida do padrão brasileiro de desigualdade racial. As tendências de distribuição racial dos níveis de emprego, reguladas pela organização da sociedade inclusiva, reproduzem, quanto ao “negro”, o passado no presente e estão longe de alimentar esperanças de modificações radicais no futuro

(53) — Transcrição literal.

próximo. Assim se equacionam, objetivamente, as dificuldades coletivas da “população de côr” em lograr uma **situação de classe** no seio da população economicamente ativa. Tal situação não envolve, apenas, a conquista de uma ocupação assalariada. Ela requer, também, participação efetiva das garantias sociais do estilo de vida, das concepções do mundo e das oportunidades de mobilidade sociais. Ao participar restritiva e marginalmente das oportunidades de trabalho e das perspectivas de carreira asseguradas pela ordem social competitiva, a “população de côr” vê-se **condenada** a participar da mesma maneira das demais esferas da cultura. Uma coisa determina a outra, pois na sociedade de classes são os níveis de emprêgo que condicionam a forma de participação dos fluxos da renda e dos padrões de vida. Isso explica em larga parte, naturalmente, porque o “negro” não teve acesso mais amplo às imensas oportunidades criadas pela expansão da ordem social competitiva durante e em seguida a II Guerra Mundial. Faltavam-lhe as bases materiais para ocupar as posições estratégicas em termos do aproveitamento vantajoso daquelas oportunidades. Como sucedeu com os proventos da comercialização do café e do primeiro surto urbano, coube a imigrantes ou a seus descendentes e a componentes do estoque racial “branco” nativo a monopolização das vantagens verdadeiramente compensadoras do intenso crescimento econômico recente.

Os resultados da discussão desenvolvida nas páginas precedentes indicam, sem margem de dúvidas, que a desigualdade racial aparece como o polo dinâmico básico da situação de contacto imperante na cidade. Por isso, os fatores psico-sociais e sócio-culturais que possuem alguma importância definida para a liberação, a canalização e a graduação dos processos de reintegração do sistema de relações raciais ligam-se a ela, de uma ou de outra maneira. Não são só os “brancos” que resistem, consciente ou inconscientemente, às tendências de democratização dos padrões de tratamento do “prêto”, que ajudam a resguardá-la. O próprio “negro”, em suas atitudes ou comportamentos reativos, também acaba contribuindo para êsse fim. No fundo, tudo se liga a processos histórico-sociais que promovem seja a perpetuação dos modelos herdados de desigualdade racial, seja a sua alteração. Nesta parte da exposição, entretanto, precisamos abstrair alguns fatores cruciais dêsse contexto geral, para considerar em separado as condições e os efeitos de sua manifestação. Assim se justifica a enumeração, feita acima (54), dos temas a serem discutidos na presente análise das barreiras que se opõem à ascensão social do negro e do mulato. O “preconceito de côr” possui significa-

(54) — Cf. p. 473.

ção especial naquele conjunto. Embora ele se manifeste de forma caracteristicamente labial (55), onde ele se apresenta, conta como uma força estabilizadora, que reduz o impacto da ordem social competitiva sobre os padrões tradicionalistas de relações raciais e preserva, em limites máximos, a capacidade do “branco” de perpetuar, indefinidamente, sua monolítica hegemonia racial.

Já assinalamos, acima, que o preconceito e a discriminação não engendram distância social entre os socii na cidade de São Paulo. Parece claro que eles operam como mecanismos de estabilização dos padrões vigentes de relações raciais, o que significa que ambos contribuem, dinamicamente, para manter as posições relativas dos estoques raciais em presença na estrutura de poder da sociedade global. Os resultados de levantamento feitos em 1949 e, principalmente, da pesquisa realizada em 1951 demonstram, cabalmente, que ainda estamos, a esse respeito, literalmente presos a representações e a avaliações de cunho tradicionalista. Em um estudo de caso sobre uma família grande mista, com um segmento de “400 anos” e outros de “imigrantes italianos”, a pesquisadora focalizou as reações dos brancos de “classe alta” às inovações potenciais da “lei contra o preconceito de cor”. No primeiro segmento, prevalecia a opinião de que a lei iria reforçar “a arrogância e a agressividade naturais do preto”. Então, impunha-se a necessidade de fortalecer, diligentemente, as medidas que antes permitiam “colocá-los em seu lugar”. No segundo segmento, o “preto” aparecia “como se fosse um objeto estranho a cuja presença fatalmente acabamos por nos acostumar mas que nunca admitimos como realmente nosso, participando de nossa vida, de nossa casa”. Para esses, “o preto não deve ser apenas “posto em seu lugar” mas não há para ele lugar em seu mundo”. Os flagrantes tomados aqui e ali, nos diversos níveis do convívio racial, mostraram que em alguns círculos havia, de fato, uma intransigência aberta e ostensiva. Um informante branco, pessoalmente contrário à situação dominante, relatou-nos: — pesquisador: “Quer dizer que eles [os negros e os mulatos] podem pretender qualquer serviço? No banco em que trabalha, por exemplo, eles seriam aceitos sem oposição?” Resposta — “Ah! Isso é outra coisa! É claro que eles são prejudicados. No banco nós só temos dois empregados de

(55) — Sobre essa labilidade nas manifestações do “preconceito de cor” em São Paulo, ver a formulação da principal hipótese que orientou a interpretação da situação de contacto racial existente em São Paulo, em R. Bastide e F. Fernandes, *Brancos e Negros em São Paulo*, op. cit., pp. 335-336 (essa parte foi redigida pelo segundo autor); quanto à natureza e aos efeitos do “preconceito de cor”, nessa situação de contacto, vejam-se, nessa obra, os resultados da análise de Roger Bastide (caps. III e IV, pp. 163-267).

côr. São contínuos. E estão lá porque são empregados antigos. Também, nunca passarão disso”. No mesmo sentido, os resultados de um estudo de caso, sobre uma fábrica de produtos alimentícios, demonstrou que não se tentava disfarçar as coisas. A pesquisadora condensou os resultados de sua observação, corroborados pelos questionários aplicados, da seguinte forma: “Lá existe o preconceito e ninguém procura escondê-lo. Empregados de côr só são admitidos em serviços de faxina ou de elevação de sacos. Serviços pesados, portanto. Assim mesmo, existe uma secção na fábrica [a maior, de massas, que absorvia 200 operários num total de 300] em que pretos não são acçitos de modo algum. Nem para tais serviços”. Os “pretos” não chegavam a 2% do total de operários e não existia, entre êles, nenhuma mulher. “Como não podia deixar de ser, todos os pretos que lá trabalham (e que são em número de 5) sabem perfeitamente que têm diante de si um quadro de possibilidades rigidamente limitado. Fora das funções que exercem não há muito o que escolher. E sabem principalmente porque não há muito o que escolher, isto é, sabem do preconceito. Sabem que há uma ordem superior estabelecendo que êles fiquem onde estão” e excluindo-os da secção mencionada. “De modo que formal ou informalmente, conscientemente ou não, lá existe preconceito impondo uma série de limitações à ascensão social do prêto e à conseqüente mudança de nível de vida” (56). Raramente, porém, semelhante realidade é transparente. Em regra, continua a ter vigência a recusa dissimulada. Em uma grande organização, que recrutava o grosso do pessoal mediante técnicas racionais, punha-se em prática um estratagema muito simples. Só se admitiam à inscrição candidatos com apresentações especiais. No ato de apresentar as credenciais, “êles dão um jeito, e impedem a entrada de pretos. Podem dizer que não há vagas ou que quando precisarem mandam chamar. Eu sei é que não deixam os pretos entrar” (57). Em outra organização, igualmente grande e de escala “nacional”, que praticava seleção racional, exigia-se fotografias e dados pessoais do candidato. Embora não se pedissem dados sobre atributos raciais, isso permitia separar, entre os aprovados, os que não servissem “por causa da côr” (58). Por fim, muitas informações, fartamente corroboradas, deixaram evidente: 1.º) que as entrevistas

(56) — Note-se: a pesquisadora é branca; na ocasião, era acionista da referida fábrica e estava bem familiarizada com a composição e o funcionamento de sua administração.

(57) — Note-se: informações prestadas pelo contador-chefe da aludida organização, branco e descendente de italianos.

(58) — No caso, o informante, branco e encarregado da secção de pessoal, exibiu-nos as fichas em questão, em que as fotografias pareciam parte dos dados pessoais, exigidos de cada candidato.

com chefes de secção de pessoal preenchiam, quase indiscriminadamente, função análoga; 2.º) que o recrutamento para “cargos de importância” ou “de projeção” igualmente fica confinado ao estoque racial branco (59).

Não existem razões explícitas para semelhantes atitudes e comportamentos. Opiniões de senso comum fornecem racionalizações, cuja eficácia depende do grau de intolerância dos agentes ou dos responsáveis pelas práticas discriminatórias. O nosso levantamento patenteou que entram em jôgo, com freqüência, dois tipos de avaliações. Primeiro, avaliações de natureza especificamente preconceituosa. Há brancos que aderem francamente a opiniões intolerantes, como se pode inferir pelas duas transcrições seguintes. “Há preconceito e está certo. Salvo raras excepções, quando é que se vê negro ocupando posições elevadas? Êles são de raça inferior”. Faltalhes “capacidade, porque em 1.000 negros há um que se destaca”. Segundo, avaliações que introduzem certas gradações: o “negro seria igual ao branco se...”. Procura-se, então, na situação económica, cultural ou social do negro “explicações para a sua inferioridade”. A “inferioridade cultural”, a “inferioridade moral” e “a falta de oportunidade” são, em regra, elevadas a primeiro plano. Eis como tais racionalizações são concatenadas em duas ilustrações típicas: 1) “Se o prêto tem um nível de vida menos elevado do que o branco êle o deve a várias causas. O negro veio para o Brasil como escravo e até hoje apesar das leis que o libertaram da escravidão êle é vítima do desprezo do branco. Apesar de todo o progresso, o branco nunca deixou ao prêto a necessária liberdade de ação. Sempre existem amarras para tolher os seus movimentos em prol de sua cultura”. “A lei Aurea lhes deu a liberdade, mas os brancos continuam a espezinhá-los com seu preconceito, fazendo sempre o possível para encontrar barreiras que impeçam o negro de ser “gente”. Se os pretos são atrasados ainda nos dias de hoje, não é somente porque alguns são preguiçosos, desordeiros, etc.. Êles nunca tiveram as mesmas oportunidades dos brancos. Primeiro escravos, depois empregados nas fazendas, criados dos brancos, fazendo os piores serviços sem quaisquer direitos apesar da liberdade. Essa liberdade quase não lhes serviu, porque não podiam usá-la. O preconceito de côr, a falta de meio, a ignorância, tudo isso contribuiu para estacioná-los na sociedade. Enquanto os brancos tiveram tudo, os pretos serviram de escada para ajudar os brancos a galgar suas melhores posi-

(59) — Acresce que algumas firmas não possuem algo parecido com uma “política racial”. Chefes de secção de pessoal, gerentes ou outros funcionários seguem tais critérios por inspiração própria.

ções...” (60). 2) “Não existe uma maior inteligência do branco em relação ao mulato e dêste em relação ao prêto [...]. O que existe são melhores condições do branco. O meio e as condições são os principais fatores pelo atraso do negro. Vieram como escravos da África, onde já levavam uma vida miserável, quase como animais trazidos à força para a nossa lavoura, nela não encontraram melhores condições”. “Nunca tiveram oportunidades de aprender, de usar sua inteligência porque sempre foram tratados como animais de carga”. “Como poderiam igualar-se ao branco seus inimigos e senhores? Isso justifica a sua indolência diante de seus problemas mais importantes porque não tiveram nem têm conhecimento da própria causa pela ignorância geral” [...]. “O preconceito de cor existente entre os brancos vem dos tempos coloniais e nós já nos acostumamos a ver no prêto um homem indolente sem coragem para enfrentar a vida e suas lutas submetendo-se aos brancos e suas imposições: Eles já se conformaram com êsse estado de coisas, mas devido à falta de conhecimentos que os faça reconhecer que são iguais aos brancos. Os pretos se têm um nível de vida inferior é porque não têm as mesmas oportunidades, não por não serem trabalhadores” [...] (61). Entre os dois extremos, ocorrem reações discrepantes ou peculiares, de pessoas que acreditam em “repulsa natural da raça” ou que “é melhor a gente não se misturar”, etc. O interessante é que os dois tipos de avaliação mais freqüentes conduzem, praticamente, aos mesmos efeitos. Teòricamente, poderíamos separar os que discriminam por motivos raciais e os que discriminam por motivos sociais ou culturais. Do ponto de vista do “negro”, entretanto, essa gradação carece de sentido, pois se vêem, de fato, repelidos ou aceitos com relutância. Se se trata de um emprêgo, duvida-se, antes de qualquer demonstração em contrário, que possua “experiência” ou “competência” para exercê-lo; se se trata de um cargo de chefia, põe-se em dúvida, do mesmo modo, sua capacidade de lidar com os outros, de “saber tratar os subordinados”, de “saber comportar-se com as mulheres”, etc.; se se trata de um cargo que envolve contacto intenso com o público ou de certo prestígio, pensa-se que “não fica bem ter um prêto em tal lugar”, etc. Até na convivência íntima surgem restrições. O seguinte depoimento é elucidativo. “Brancos e pretos são iguais. Mas êstes últimos sempre têm um complexo que influi nas suas atitudes. Por exemplo, na minha roda de pif apareceu um mulato casado com uma moça de família muito conhecida. Jogou várias

(60) — Documento escrito de próprio punho pelo informante; a seguir, enumera como suas tentativas de auto-afirmação são frustradas na vida prática.

(61) — Documento escrito de próprio punho pelo informante; transcrição literal de algumas passagens.

vêzes muito direito, mas um dia, em que estava perdendo, acusou os companheiros de não estarem procedendo corretamente. É aquele negócio, que está certo: “negro quando não caga na entrada, caga na saída”. De modo que, por fás ou por nefas, o “negro” vê-se descrito como sendo “bom mesmo” para os trabalhos braçais, para os serviços subalternos, para o trabalho de copa e cozinha, para o samba, para a dança, para o futebol, o box, etc.; e é apanhado, de uma maneira ou de outra, por avaliações que o representam como preguiçoso, indolente, desordeiro, trapaceiro, esbanjador, farrista, desleixado, imprevidente, traiçoeiro, etc. Mesmo onde é aceito, a aceitação pára, com frequência, nos limites dos contactos formais e categóricos. Em numerosas entrevistas, brancos que toleravam bem a competição com colegas “mulatos” ou “pretos” declararam que não os convidavam para visitar suas casas, para saírem juntos, para irem ao cinema, etc.. Esse conjunto de restrições castiga severamente os “negros” mais sensíveis. Alguns acreditam firmemente, até, que “é uma mentira afirmar que o negro pode subir só pela educação e pela profissão”. “Depois de educado e de ter competência como profissional é que começa o drama do negro”. Aí, “encontra tôdas as portas fechadas pelo branco”.

Êsses dados sugerem, claramente, como as manifestações do “preconceito de côr” interferem nos mecanismos de integração do “negro” à vida social normal. Como se ainda tivesse pleno vigor o padrão tradicionalista de relação racial assimétrico, “côr” e “posição social inferior” associam-se num verdadeiro círculo de ferro. Os brancos intolerantes apegam-se à “côr” e fundamentam suas avaliações em atributos herdados racialmente; os brancos tolerantes repelem êstes critérios, mas sucumbem, de uma forma ou de outra, às avaliações tradicionalistas. No fundo, pois, qualquer que seja o ângulo de que o encaremos, como polarização “racial” ou como polarização “social”, o “preconceito de côr” preenche as mesmas funções. Ele concorre seja para manter a distância social entre os dois estoques raciais em presença; seja para dificultar a classificação e a ascensão sociais do negro e do mulato; seja, por fim, para diminuir o impacto das influências modernizadoras da ordem social competitiva sôbre o sistema tradicional de relações raciais. Tudo isso corrobora as conclusões de Roger Bastide. O ilustre sociólogo, estudando êsses aspectos da situação de contacto racial em São Paulo, estabeleceu algumas evidências de caráter geral, que nos interessam de perto. Primeiro, “que o preconceito se apresenta como uma auto-defesa do branco, quando se sente ameaçado pela ascensão do homem de côr. Trata-se de manter a pirâmide atual das ocupações, com o branco nos postos de comando e o negro nos postos subalternos”. Segundo, “os brancos

não querem ver o esforço dos homens de cor para se integrar na sociedade de classes como proletários: mantêm a imagem do “antigo negro”, a fim de isolá-lo em certos setores da sociedade e deixar os empregos mais bem remunerados ou mais “decentes”. Terceiro, larga o “negro” a um destino ingrato, abandonando a massa de cor “à sua própria sorte, que se defenda como puder”. “O controle, aqui, é uma ausência de controle”. “Não há barreiras legais: a escola, a aprendizagem, a usina, estão, de direito, abertas a todos. Não é pois culpa do branco se o preto não aproveita as suas oportunidades. Não se pode obrigá-lo a procurar uma “felicidade” que não corresponde à sua própria concepção de vida, ao seu ideal” (62). Embora o “branco” não tema nem tenha, por enquanto, razões profissionais ou econômicas para temer a competição do “negro”, ele resguarda como pode o antigo sistema de relações raciais. Daí a perpetuação de representações de personalidade-estatus que excluem o “negro”, parcial ou totalmente, de papéis sociais que o colocariam em pé de igualdade racial diante do “branco”.

Contudo, além dessa função estabilizadora de caráter latente, o preconceito de cor produz outros efeitos específicos, onde ele se manifesta de modo mais ou menos ostensivo. Em primeiro lugar, cumpre assinalar que as pessoas racialmente intolerantes reagem com má vontade, avaliam deformadamente e repelem francamente o “negro que sobe”. Assim, nossa abordagem mostrou-nos, com muita frequência, reações do tipo: “ninguém aguenta essa gente quando eles sobem. Ficam que não se atura”, “o comportamento do negro que sobe é, em geral, intragável: por se sentir superior começa a se prevalecer da situação e a perseguir os antigos colegas, como se fossem inferiores”, “os negros que sobem ficam insuportáveis”, “eles ficam muito confiados”, “às vezes são um pouco metidos”, “tornam-se excessivamente orgulhosos, convencidos e arrogantes”, “não respeitam ninguém”, “pensam que têm o rei na barriga”, etc.. As coisas vão tão longe, que o diretor geral de uma repartição apresentou-se com um escrivão negro, que se classificara em segundo lugar no concurso, a um chefe de seção para indagar dele “se aceitava este pretinho para trabalhar com ele”. Uma designação sem consulta prévia poderia parecer ofensiva... Outro informante mencionou suas experiências escolares: os colegas humilhavam os professores tidos como “pretos”. “Acham que um preto não pode ocupar um lugar importante isso devido ao preconceito já existente na família” (63). Dou-

(62) — In R. Bastide e F. Fernandes, *Branco e Negros em São Paulo*, op. cit., trechos extraídos das pp. 232, 234 e 238.

(63) — Transcrição literal de trecho de documento escrito de próprio punho por informante branco.

tro lado, os dados sugerem que a resistência à aceitação do colega ou do chefe “de côr” nunca vem sôzinha. Nesses casos, as pessoas reagem como se estivessem sendo degradadas socialmente pelo simples fato de ocuparem uma posição igual ou inferior ao “negro”. Ficam furiosas; resistem pelos meios possíveis para impedir ou solapar o êxito do antagonista. E não o poupam, nem nos falatórios nem mesmo no convívio pessoal. Parece-lhes “uma pouca vergonha” tal situação. Os descendentes de famílias tradicionais são mais sensíveis, a êsse respeito. Mas, os resultados das entrevistas revelam que os descendentes de imigrantes não ficam atrás. Sentem-se “humilhados”, principalmente quando os “colegas de côr” se salientam ou são promovidos. Então, passam a falar em “pistolões”, em “golpes baixos”, etc., como fonte de explicação dos êxitos daqueles colegas. Em segundo lugar, é preciso não perder de vista o que significa o repúdio à aceitação do “negro como um igual”. O descendente de uma família tradicional que detrata um colega por causa da “côr”, e estranha que “um negro possa ser isto ou aquilo”, e o descendente de imigrantes que “se sente roer por dentro” quando “promovem por proteção suja um negrinho incompetente” — sucumbem a sentimentos e a frustrações incompatíveis com a ordem social competitiva. Dêsse ângulo, a ascensão social do negro e do mulato adquire o caráter de **experimentum crucis**. De um lado, porque contribui para desmascarar a realidade racial existente. Põe a nu, inevitavelmente, o que fica por trás de acomodações raciais aparentemente “tolerantes”, “abertas” e “igualitárias”. De outro, porque delimita a esfera potencial de tensões e conflitos raciais nas relações entre “negros” e “brancos”. Por enquanto, o reduzido número de “prêtos em ascensão” coincide com uma plétora de oportunidades sócio-econômicas. Se essas condições conjunturais se alterarem, é provável que a situação de contacto racial se modifique em direções imprevisíveis. Dois fatos são patentes. A capacidade-limite de tolerância dos “brancos” a uma forte concorrência da “população de côr” ainda não foi posta à prova. E, o que é pior, as resistências à “aceitação do negro em pé de igualdade” contêm um elemento sociopático indisfarçável e irredutível. Êsse elemento poderá operar destrutivamente se as atuais condições evoluírem para uma conjuntura que ameace (ou pareça ameaçar) o monopólio do poder pelos “brancos”.

A reação do “negro” à situação de contacto e ao que êle próprio caracteriza como “preconceito de côr” ergue, por sua vez, uma barreira considerável aos seus anseios pessoais ou coletivos de mobilidade social vertical. Aqui, temos de distinguir duas manifestações psicossociais distintas. Há uma reação tósca e indiferenciada, que nasce da assimilação e da observância passiva da imagem do “negro” cons-

truída pelo “branco”, a qual alimenta ajustamentos espontâneos de alto teor apático. Há, também, uma reação psicologicamente mais elaborada e que é descrita no “meio negro” pelo termo **complexo**. De acôrdo com as formas de percepção e de explicação desenvolvidas culturalmente, êle se configura como uma realidade substantiva e o verdadeiro motor da dualidade psicológica do negro ou do mulato. O “complexo” como que faria o Dr. Jekyll converter-se em Mr. Hyde nas relações do “negro” com o “branco”. Na ânsia de furtar-se ao clima moral penoso, projetado em tórno de expectativas reais ou imaginárias dêste último, o “negro” antecipa atitudes, comportamentos e avaliações que solapam ou destroem suas melhores possibilidades de integração normal à ordem social competitiva.

Portanto, devemos reconhecer certas gradações nos mecanismos reativos à situação de contacto. No primeiro nível, o indivíduo aceita e reconhece tácitamente sua “inferioridade”. Não a discute nem a encara como uma afronta moral. Por isso, não vai procurar saber se “existe” ou “não existe preconceito de côr”. Como no mundo moral do escravo ou nos escombros dêle, em que a desorganização social permanente se erigiu em estilo normal de vida, ceder confundia-se com resistir e sobreviver. No segundo nível, estabelece-se como norma a configuração moral da pessoa. O negro e o mulato sentem que “não são menos” que o branco. O temor das afrontas, das humilhações e da degradação social engendra caminhos tortuosos e ingênuos, de defesa do equilíbrio do ego e da dignidade da pessoa. Os dois tipos de reação foram desmascarados e severamente condenados através da contra-ideologia racial elaborada pelos movimentos reivindicatórios. Contudo, êles persistiram e se manifestam com intensidade variável no “meio negro” do presente. Quanto mais o indivíduo esteja prêso ou identificado com a ordem social tradicionalista, mais êle apela para a capitulação passiva. Doutro lado, quanto mais o indivíduo se apegue aos “ideais de vida ordeira”, sem contar com condições materiais e morais para pôr em prática o estilo de vida dos “brancos”, mais êle se torna vítima do “complexo”. O número dos que suportam equilibradamente o impacto da presença e das exigências do “branco” acaba, assim, bastante reduzido. Segundo estimativas grosseiras e meramente conjecturais, baseadas em experiências restritas (64), por ocasião da pesquisa estabelecemos as seguintes proporções: 3/10 das pessoas tendiam para ajustamentos parcial ou puramente tradicionalistas; 5/10 sucumbiam, de uma forma ou de outra, às injunções do “complexo”; 2/10 propendiam para modelos mais complexos, equilibrados e autônomos de organização da personalidade.

(64) — Conversas com pessoas que iam às reuniões em massa ou que serviram de sujeitos nas entrevistas formais e informais.

afirmando-se, psicológica e moralmente, de acôrdo com as disposições competitivas e as concepções igualitárias do “nôvo negro”. Essas proporções insinuam quão poderosas vêm a ser as barreiras subjetivas e dentro de que escala elas operam como fôrças devastadoras, que comprometem ou arruinam, pela base, os melhores anseios e os maiores esforços de ascensão social da “população de côr”.

Já analisamos, no capítulo 2, os fatores e os efeitos sociais da passividade e do conformismo do “negro”. Há pouco interêsse em retomar o assunto neste nível da análise. Apenas, convém ressaltar que ambos estimulam ajustamentos pouco congruentes com a natureza da ordem social competitiva, fomentando a persistência de disposições e de avaliações favoráveis à exclusão do “negro” de posições, papéis e garantias sociais desfrutados regularmente pelo “branco”. Este percebe o fato. Assim, em nossas entrevistas com brancos colhemos dados expressivos. Houve quem afirmasse que “os negros são em parte culpados do preconceito. Eles tratam a gente como se ainda fôssem escravos”. Outros, observaram que expressões como “Deus que lhe pague” não saem de sua bôca e que “êles agem servilmente, diante do branco”. Muitos tentaram, mesmo, explicar o “comportamento servil” ou “subserviente” através da “tara oriunda da escravidão” ou do “complexo de inferioridade”. Porém, às vêzes o “branco” se equivoca em seu diagnóstico, atribuindo a passividade do “prêto” às influências reativas do preconceito. A seguinte resposta, selecionada para apresentação, sugere como aquêle se representa essa questão: “O pior é que o prêto aceita que o tratem assim. Eles ficam muito desmoralizados e se conformam com tudo. Por isso, em vez de procurarem melhorar, dão escândalo e se exibem na rua, embriagados. Acham que assim fazem bonito e que ninguém se importa com isso, pois eles são uma classe desgraçada. Eles dão razão para os que dizem que prêto não presta. Tudo, porém, é consequência de se sentirem inferiorizados e desmoralizados”. O próprio “negro”, como teve necessidade de combater os efeitos do conformismo, inerente aos ajustamentos tradicionalistas, percebeu melhor a realidade. Como ponto de partida, muitos asseveram que, nesse nível, o indivíduo não toma consciência do preconceito, sendo ao mesmo tempo ou submisso a certos “brancos” ou independente em relação a êles, não os procurando “para bajular” nem se valorizando através de sua amizade. Também indicam que a superação dêsse tipo de ajustamento vincula-se ao grau de socialização para viver na sociedade inclusiva, fazendo distorções bem conhecidas entre o “negro do eito” e o “negro do sobrado”, o “negro de brim” e o “negro de elite”, o “negro bronco” e o “negro preparado”, etc.. Outros acreditam que “o negro ja traz isso [o servilismo] na massa do sangue”

“Nasceu para ser escravo. Para ser dominado pelo branco. Não sabe agir com independência. E nem pode. Porque se tentar a raça dominante não deixa o prêto subir”. “O prêto nasceu para capacho dêles. Não pode passar disso”. Há, todavia, os que atribuem o “servilismo” às possibilidades limitadas do “meio negro”: “O negro não se esforça para aprender. Desde criança, é criado naquele servilismo, pensando que não adianta nada estudar, porque a côr corta todas as possibilidades de aproveitamento dos estudos. A mãe e o pai, geralmente, cuidam da criança durante certo tempo, largando-a depois a si mesma, na rua. Crescem sem amparo e sem orientação. Um ou outro, que pretende estudar, esbarra com a oposição dos pais. Para que? Negro nasceu pra trabalhar! Nunca há de passar disso! Essa falta de estímulo faz com que os rapazes, que tentam estudar à noite, por sua conta, não cheguem até o fim. Logo no começo, um ou dois meses, desistem. Não têm coragem para insistir, pois aponta as dificuldades e considera os esforços necessários pouco compensadores”. Como relatou um dos entrevistados, torna-se difícil identificar e vencer a fonte do imobilismo, oculta atrás da concepção generalizada de que “negro nasceu pra isso mesmo”: “Os brancos dominam a sociedade e deixam de proteger [de conferir reconhecimento de valor] os negros e por isso os prejudicam. Claro: e não poucos. Não, o que acontece é que eles têm no sangue êsse passado e não acreditam que possam fazer as coisas tão bem quanto os brancos. Eu mesmo demorei para descobrir que podia fazer e melhor, muitas vezes” (65). Em tôrno de especulações dêsse gênero cristalizaram-se duas convicções. Uma, o “negro é culpado” da situação em que se encontra. Conformam-se com o “servilismo” e “não procura subir”, condenando-se a um isolamento improdutivo. Outra, que o “preconceito do branco” nasce, em parte, por “culpa do negro”. “E” que antes o prêto não freqüentava êsses lugares [bares, restaurantes, jardins, clubes, lojas, barbearias, hotéis, etc.]. Agora, pensa que é proibido entrar nêles. Isso fêz com que o branco se acostumasse a excluir o negro e os levou a se acostumarem com o preconceito do negro [pensar que é proibido freqüentar os mencionados lugares]. Assim, são levados a pensar que não devem receber os negros em seus negócios”. As duas convicções são pouco realistas. Mas, elas comprovam que o “negro” sabe representar-se os efeitos perniciosos da acomodação passiva. Ela afasta-o tanto da competição com o “branco”, quanto da ascensão social e das formas de participação da cultura que ela possa garantir socialmente.

O “complexo” produz efeitos análogos, com a diferença que entram em jôgo “pessoas esclarecidas”, ou seja, beneficiadas de um

(65) — Grifamos essa parte da transcrição, para colocá-la em evidência.

modo ou de outro pela mobilidade vertical e pelo alargamento resultante do horizonte cultural (66). Em nossas sondagens, descobrimos que o próprio “branco” possui alguma sensibilidade para com “o complexo do prêto”. Além disso, seus procedimentos diante do “negro humilde”, cujos ajustamentos são regulados pelas concepções tradicionalistas, revela nítida simpatia pelo comportamento “educado”, “polido” e “respeitoso” a que o “complexo” dá origem. Encanta-o o tratamento cerimonioso e a capacidade de “colocar-se em seu lugar”, espontâneamente, que separa o “negro complexado” do “negro boçal” ou “inculto”, sem prejuízos graves para a “tradição de hierarquia”. Contudo, atento às gradações, o “branco” não atribui essa modalidade de conformismo nem à “massa do sangue” nem à “tara da escravidão”. Entende-a, objetivamente, como efeito dos padrões vigentes de relações raciais. Assim, numa das entrevistas, um branco, descendente de italianos, explicou-nos que “existem pretos inteligentes”, que “merecem confiança” e “conseguem posições de realce”. Salientou, todavia, que “os próprios pretos sentem a inferioridade da côr diante dos brancos. Êles sabem que não são iguais e se conformam com a situação em que vivem”. Semelhante explicação parece ser generalizada, pois reapareceu em outras entrevistas de modo mais ou menos elaborada. Uma jovem, descendente de família tradicional mas pertencente à classe média, declarou ao entrevistador: “Considero pretos e brancos como iguais. Como seres humanos estão sujeitos às mesmas reações, face às diversas situações em que estão colocados. Assim, tanto um como o outro, se tiverem oportunidades dentro da sociedade, poderão vencer ou fracassar. Entretanto, o preconceito de côr, bastante atenuado atualmente, ainda é um obstáculo muito grande a ser vencido, eis que os próprios pretos, quase em sua maioria, aceitam-no como uma condição inevitável, limitando as suas pretensões e colocando-se, a si próprios, numa situação de inferioridade”. Outro sujeito, descendente de italianos e de paulistas de “cepa velha”, formulou avaliações dignas de nota. Perguntamos por que o preconceito se mantinha tão forte. “É por causa do complexo dos negros”. “Então, os negros têm um complexo?” “Não é isso. Os brancos é que criam o complexo nêles. Só acham que o prêto serve para o samba e para roubar. O prêto perde a confiança em si. Mas veja o que está acontecendo. Os ladrões e assassinos que a polícia está prendendo agora não são pretos. São húngareses, alemães, americanos, todos gente de raça superior, como êles falam. Os pretos não andam metidos nisso”. O

(66) — Não nos é possível analisar a fundo, aqui, o vasto material que coligimos sobre as manifestações e os efeitos psico-sociais do “complexo” nas atitudes e comportamentos do negro e do mulato.

“negro” desenvolveu, naturalmente, percepções e explicações mais profundas. De um lado, representa o “complexo” como “uma doença”. Ela se manifesta sempre que os indivíduos “metem na cabeça que tudo que os brancos fazem é produto do preconceito” e que “sofrem muito por causa disso”. Portanto, êle é percebido e explicado como uma espécie de preconceito reativo — como um “preconceito do negro”, que responde ao “preconceito do branco”, impulsionando o primeiro ou a assumir os comportamentos esperados pelo segundo ou a privar-se de certos “direitos”, apesar de sua posição social. Por essa razão, os que superam o “complexo” apontam-no como uma reação ultrajante, que “só eleva o branco”, expondo o “negro” mesmo nos seus dramas íntimos, a temê-lo e a engrandecê-lo. Com notável objetividade, insinuam que dêsse modo o próprio “negro” se põe “à margem da sociedade”, apegando-se a atitudes e a comportamentos que já podem ser superados, com ou sem a anuência dos “brancos”. De outro, interpretam-no como uma técnica de ajustamento. Sabem que, para a maioria, êle constitui uma “desculpa” ou uma “justificação” para os “fracassos” ou os “desapontamentos”. É mais fácil dizer que o preconceito é responsável por isto ou por aquilo, que admitir uma realidade chocante, que envolve as aptidões do indivíduo para ajustar-se às exigências da situação. Sabem, também que, em alguns, êle não passa de “esperteza”: um meio malicioso de “tirar o corpo” de experiências desagradáveis. É o que acontece com os que logram varar certas resistências e conquistar empregos vantajosos, bem remunerados e com algumas perspectivas futuras. Aí se separam duas formas de objetivação do “complexo”. Há os que se atormentam e sofrem terrivelmente, com as manifestações reais ou imaginárias do preconceito de côr; e os que se identificam com o “branco”, negando no nível da verbalização a sua existência mas procedendo, na prática, de maneira a evitar as suas conseqüências e, até, a tirar proveito lucrativo dêle. Nas avaliações correntes no “meio negro” surgem, por isso, certas gradações. Ao mesmo tempo que se exterioriza certa simpatia pelos “torturados”, que são suas “vítimas lamurientas”, ataca-se com virulência os que usam o “complexo” com sagacidade, como “expediente indigno” para forçar acomodações vantajosas. As tonalidades da desaprovação variam muito. O “negro” ligado ao mundo tradicionalista formula-as ingênuamente; reprova o “orgulho” dos antigos companheiros, amigos ou parentes, que deixaram a “riqueza virar sua cabeça”. O “nôvo negro”, que se afirma através de concepções competitivas e igualitárias, equaciona-a em termos de “traição à raça”; reprova tanto “a bajulação dos brancos”, quanto o “snobismo” e a “falta de caráter” que enxerga por trás dos ajustamentos evasivos e ostentatórios.

O que nos interessa mais, entretanto, são os modos de ser, de pensar e de agir dos “negros complexados”. Em sua maioria, reagem às manifestações reais ou imaginárias do preconceito de forma autopunitiva. Como temem que sua presença seja desagradável aos “brancos” e que suas ambições sejam repelidas, evitam como podem as situações de contacto, especialmente com pessoas tidas como “estranhas” e de “posição mais elevada”. Em regra, também evitam a discussão aberta do preconceito e de seus fundamentos, com medo de que a rejeição não se dê apenas por causa da cor, mas por “algo pior”. Em consequência, não se dispõem a competir irrestritamente com o “branco”, restringindo seriamente suas oportunidades de profissionalização e de ascensão social. Pelo mesmo motivo, raramente acumulam os conhecimentos e as habilidades requeridas pelas carreiras desejadas (ou escolhidas sob a pressão das circunstâncias). A sucessão de “fracassos” e o êxito ocasional muito raro convertem-se numa constante, em seus perfis de carreira. No entanto, os “fracassos” provocam reações características de auto-defesa; eles não “destroem as esperanças”. São explicados, em termos categóricos, pelo “preconceito”, pela “má vontade” ou pelo “medo” dos “brancos”. Num plano, este monopolizaria os “melhores empregos”; em outro, anularia as oportunidades de promoção do “negro”, negando-lhe reconhecimento social de seu “valor” e de sua “competência”. Em centenas de casos pudemos verificar até que ponto essa tendência constitui um padrão reativo. Ao sofrer a “recusa”, a pessoa se considera “desfeiteada”, “humilhada” e “prejudicada”. Retrai-se. Depois, as explicações que elabora encontram acolhida no círculo de amigos e de parentes, operando a indignação resultante como uma sorte de conforto moral (67). A pessoa “tenta de novo”, até lograr um ajustamento favorável ou até perder “todas as esperanças”. No decorrer desse processo, por vezes prolongado, adquire ou aperfeiçoa a competência mínima, para fazer face aos requisitos intelectuais ou técnicos dos empregos almejados, e com frequência “faz relações” com pessoas da mesma cor ou com “brancos” em condições de ajudá-la. De qualquer maneira, o êxito surge num tal contexto de ansiedade, de decepções e de frustrações, que no fim os beneficiados já se acham “amargurados pelo resto da vida” e “com medo de tentar a sorte”. Poucos são os que possuem reservas morais suficientes para enfrentar novos embates, seja para conseguir “um emprego melhor”, seja para “obter promoção no emprego”. Em vez de concentrar os esforços no sentido

(67) — Note-se que essas manifestações de compreensão e de solidariedade não impedem o livre curso de “comentários malévolos”, feitos “pelas costas” dos indivíduos em questão. Nesses comentários, muitas vezes são apontadas as causas reais dos “fracassos”, nos casos em que estes não resultam apenas do “preconceito de cor”.

de alargar seus papéis sociais e de galgar “posições mais importantes”, a maioria dedica-se, penosamente, à tarefa de defender a situação conquistada. Uns dizem que “as cicatrizes não deixam”; outros falam que “o negro deve se contentar com o que tem”. O fato é que se tornam “recalcados” (68), encarando o mundo em que vivem através de um desalento mudo, pessimista e inibitório. O pior é que essa orientação, alimentada pelo desejo de evitar a todo custo “novas humilhações”, conduz a acomodações passivas, que reduzem extremamente os níveis de aspiração da “população de côr”. Em não poucos casos, deparamos com negros e mulatos que exerciam, de fato, obrigações e tarefas pertinentes a cargos mais complexos e melhor retribuídos. Todavia, sem que se dispusessem a forçar a atribuição formal do estatuto correspondente, contentando-se com a remuneração e o prestígio de empregos ínfimos. No íntimo, “remoem suas desilusões”, “torturam-se” e “vivem amargurados”. Raramente reconhecem que deixam de tomar as iniciativas apropriadas (isso exigiria a superação dos “recalques”) e contentam-se em projetar nos “brancos”, em suas reflexões ou em confabulações com os amigos e parentes, as causas diretas de suas frustrações. O seguinte depoimento é ilustrativo: “Montei o escritório porque, cansado de ser preterido numa firma, depois de recorrer à Justiça do Trabalho e perder a causa, pedi demissão. Colegas da mesma época tinham ordenados quatro vêzes maiores que o meu, de mil e duzentos cruzeiros”. Sôbre a explicação do comportamento dos empregadores, afirma: “Seria melhor dizer por falta de proteção (69) minha. Isso é sempre assim. Quando o negro precisa de proteção ninguém a dá”. Na verdade, porém, poucos conseguem dominar a “inibição” e os “ressentimentos pessoais”, o que os força a “vegetar nos maus empregos”. Como se consideram “postos de lado”, colocam-se voluntariamente à margem da competição com os “brancos” e com os raros “negros” que “vencem na vida”. Tal modalidade de acomodação não impede, entretanto, que sejam variavelmente manipulados pelos “recalques” repressados. Isso transparece de duas maneiras. Primeiro, na preocupação ansiosa de evitar atritos ou queixas nas relações com os “brancos”. Daí a aparente “docilidade” e o “servilismo”, imputados ao “negro” pelo “branco”, e que não passam de mecanismos reativos de auto-defesa. Segundo, no temor de “encher as medidas” e de “explodir”. Cada um teme êsse instante imprevisível de ajuste de

(68) — Note-se, os termos “recalque” e “recalcado” são empregados pelo próprio “negro” na explicação que descobriu para a formação do “complexo”.

(69) — O entrevistador consigna que o termo proteção foi empregado pelo sujeito como equivalente de reconhecimento do valor da pessoa; não como uma alternativa esperada de paternalismo. Ele era contador e o escritório que montou era de contabilidade.

contas com o “branco”. Há, no consenso geral, uma clara compreensão de que a “violência do negro” possui raízes psicológicas. “Ele tôda hora é espezinhado e humilhado pelos brancos”. Chega um momento em que acha que já não pode mais “engulir os desaforos feitos aos filhos, as dificuldades que tem na vida profissional, etc.” Os próprios “negros” acham que as “explosões de violência” mostram “os seus recalques”. Como sabem que “a corda rebenta do lado mais fraco” e conhecem as conseqüências irreparáveis de semelhantes “explosões de violência”, fazem esforços desesperados para se conterem e se isolam o mais possível do “branco”. Esse “pavor” de “perder a paciência” e “de explodir” é ainda mais importante, na regulamentação do imobilismo e da acomodação voluntariamente passiva do “negro”, que a “vontade de agradar os brancos”. O fato é que êle fecha o círculo vicioso que faz com que o “negro” não aproveite ou, então, aproveite mal as oportunidades de ascensão social, que conquista a duras penas.

No outro extremo, situa-se o reduzido número de “negros complexados”, que fêz do desajustamento psico-social uma modalidade compensadora de acomodação racial. Em regra, são “pessoas instruídas”, que “sabem se defender”. Por essas razões, possuem recursos intelectuais suficientes para pôr em prática mecanismos reativos de defesa dotados de alguma eficiência. Não só por levarem em conta os fatores, os efeitos e as possibilidades de neutralização do “preconceito de côr”; mas, ainda, por responderem, dinamicamente, às perspectivas concretas de fortalecimento ou de melhoria do estatuto adquirido. Seu afã também se concentra na luta pela preservação das posições conquistadas, tanto em termos dos ajustamentos aos deveres ocupacionais, quanto no das relações com os “brancos”. Contudo, a ânsia de consolidar “um nível alto de vida” desencadeia atitudes, comportamentos e avaliações que favorecem certas disposições à elevação crescente da renda, ao aumento do prestígio e à competição confinada com o próprio “branco”. Algumas passagens de uma entrevista, que realizamos com um sujeito característico, permitirão esboçar melhor o quadro de ajustamentos, a mentalidade e as disposições psico-sociais desse tipo de personalidade. Como sucede freqüentemente, negou que tivesse se defrontado, alguma vez, com obstáculos nascidos do “preconceito de côr”. “Não tem acontecido comigo. Tenho ouvido falar muito em que êle existe. Mas comigo não. Até me esqueço que sou negro”. Não obstante, fêz relatos que contrariam essa afirmação (o que também é típico). Depois de ser reformado como sargento do Exército, tentou “fazer carreira” como marceneiro; mais tarde, porque aquêle projeto falhara, aceitou um emprêgo, como servente, num instituto universitário de química.

Vira-se forçado a abandonar as pretensões de ser marceneiro porque os mestres, em sua maioria italianos e alemães, preferiam os candidatos da mesma nacionalidade, preterindo-o sistematicamente. Disse que se sujeitou ao emprêgo como servente, que estava muito abaixo de sua cultura e possibilidades, porque não tinha alternativa. Descobriu, porém, que “encontrara ambiente para subir”. Esforçou-se por aprender a lidar com os aparelhos do laboratório de química-biológica, de cuja limpeza devia cuidar. No início, o técnico, de ascendência italiana, apoiou o seu esforço e procurou auxiliá-lo. “Quando viu que eu era mais culto e que poderia prejudicá-lo, deixou de ajudar-me e inclusive intrigou-me com o chefe”. Contou, minuciosamente, como foi perseguido por aquêle técnico. “Êle não podia impedir-me que observasse as manipulações. Encostei-me também nos alunos. Aprendi assim o que foi possível”. Com o tempo, conseguiu tornar-se prático, primeiro com uma suplementação de 1/3 do salário de servente; mais tarde, com a remuneração integral e as vantagens do cargo. Quanto ao seu estilo de vida, esclareceu que procura desfrutar o padrão de vida que lhe é assegurado por sua renda e posição social. Suas explicações mostram, no entanto, como operam os mecanismos reativos de defesa associados à côr. “Quando sei que num lugar qualquer existe preconceito ou desconfio que não recebem o negro, não vou. Tomo muito cuidado. Quando saio com a esposa, só entro em firmas seguras quanto à aceitação”. Deixou claro que procede assim para evitar atritos com os brancos. “Sei que se não for atendido e reclamar, chamando a atenção dos responsáveis, logo dizem — “é negro mesmo!”, “logo se vê que é negro!”, etc.. Para evitar isso, não vou”. Só se apresenta cuidadosamente vestido com sapatos bem engraxados e a camisa engomada. Contudo, ao mesmo tempo que se afasta dos “lugares onde há seleção”, também se afasta dos botequins, “onde há rodas habituais de patrícios bebendo” (70). Procura ser afável, atencioso e refinado, enfim, o protótipo do “homem de boas maneiras”. Insiste em freqüentar, sozinho ou em companhia da esposa, restaurantes, salões de chá e teatros; evidenciou que habitualmente dá boas gorgetas, “para que os garçons saibam que sou uma pessoa que pode ir àqueles lugares” e “para que me tratem bem nas outras vêzes”. Delicia-se com o interêsse que desperta entre os freqüentadores do teatro e com o espanto que êles revelam. “Não por causa do preconceito. Mas porque é raro ver-se um negro de poltrona e bem vestido no teatro. Logo pensam que sou alguém importante, de certo um deputado”. “Nas vendas, procedo com dignidade para cativar a confiança dos vendeiros. Êstes em geral

(70) — Em sua entrevista, sempre descreveu outras pessoas da mesma côr, negros ou mulatos, com o termo “patrício”.

são imigrantes e trazem idéias diferentes de sua terra. Têm preconceito, embora lá fôssem uns pés rapados. Aqui se julgam superiores e tomam ares contra os negros, com base em experiências negativas". "Procedendo como procedo, logo mostro que não sou como os outros negros. Mas que possuo educação e tenho uma noção exata dos meus deveres". Quanto às relações no "meio negro", frizou: "evito o contacto freqüente com os antigos amigos, que ficam em rodas nos botequins, se embriagam ou são mal vistos. Não pretendo magoá-los nem chocá-los. Cumprimento-os, troco algumas palavras com êles e trato de dar o fora. Alguns me criticam, dizendo que eu sou cheio de histórias. Mas nunca fui de muita conversa" [...]. "Êles não compreendem que com o tempo a pessoa sobe e não pode mais manter as mesmas relações, mesmo que gostasse de fazê-lo". Eis porque se afasta dos botequins e das rodas de bebedores inveterados: "Quando me encosto em um balcão, para fazer uma compra ou tomar um drinque, é sempre em estabelecimentos nos quais posso ser visto. Ninguém dirá: "Ora, sim senhor! O P. na porta de um botequim!" Ou "quem diria que o P. andava metido com gente dessa laia". Também são dignas de nota as indicações que forneceu a respeito do "negro que sobe". "Ele não sabe se cai para cá ou se cai para lá". Em seu entender, seria ao mesmo tempo atraído e repellido tanto pelos "patrícios", quanto pelos "brancos". "Os patrícios ficam quase sempre melindrados com as conseqüências da ascensão do amigo. Inevitavelmente, precisa mudar de hábitos. Começam a considerá-lo com hostilidade, embora velada, como estando cheio de histórias. Designam-me, por ridículo, como negro metido a branco. Com os brancos, o choque nasce da competição. O negro que quer subir sabe que precisa fazer fôrça. Encontra colegas brancos que atingem uma certa posição e ficam satisfeitos. Não estudam mais. Em conseqüência, vêm sua posição ameaçada pelo colega negro. Daí os choques e os mal entendidos. Trata logo de prejudicar o negro e de impedir, por todos os meios, que tenha sucesso na sua carreira". Êsses excertos são suficientes para sugerir como as coisas se desenrolam. O indivíduo sente-se atraído para o mundo social dos "brancos", mas não encontra nêles um nicho para si e sua família. Quer afastar-se do "meio negro", como condição da afirmação material e moral de sua ascensão social. Como se limita a colhêr as vantagens ou os proventos imediatos dos êxitos obtidos, cai nas malhas de suas concepções oportunistas. Em conseqüência, o "complexo" acaba ferindo-o e prejudicando-o, talvez ainda mais profundamente que aos outros, que não conseguem manipular os "recalques" de forma vantajosa. De qualquer maneira, também fica bloqueado, gastando suas energias e imaginação no esforço estéril de equilibrar as aparências do status

quo estabelecido, perdendo oportunidades verdadeiramente frutíferas para “continuar a subir”.

Em seus projetos de ascensão social, o negro e o mulato também se defrontam com compulsões psico-sociais negativas, herdadas pela participação da própria sub-cultura do “meio negro”. Para os propósitos desta análise, bastaria ressaltar algumas conexões mais importantes. Primeiro, certas compulsões que gravitam em torno de uma avaliação básica, segundo a qual “não adianta muito ao prêto querer subir, porque fica sempre prêto”. Essa avaliação possui vários significados. Ela tanto quer dizer que o “prêto” não se livra de seus “complexos”, “recalques” ou limitações pessoais, quanto será sempre encarado e tratado como “prêto” pelos “brancos”. Os entrevistados negros e mulatos evidenciaram um rol de atributos, que justificaria aquela avaliação: “falta de vontade firme”, “inconstância”, “não ter coragem para se fazer valer”, “incapacidade de mando”, “não saber dirigir”, “falta de iniciativa”, “ser vítima do medo”, “incapacidade de convencer os outros”, “incapacidade de obter confiança”, dos “brancos” e do próprio “negro”, etc.. No fundo, êsses atributos, representados como qualidades negativas, inerentes ao caráter do “negro”, constituem produtos dinâmicos dos tipos de personalidade-estatus atribuídos ao negro e ao mulato socialmente. Êles não envolvem ou restringem seriamente a aquisição de certas atitudes comportamentos e aptidões, que são essenciais para o desempenho de certos papéis sociais na sociedade inclusiva. O negro e o mulato retêm o problema no nível dos efeitos diretamente visíveis, como se as dificuldades de ajustamentos, herdados socialmente, fizessem parte da própria estrutura psico-biológica de sua personalidade. Do outro lado, enfatizam a variável que não podem controlar: as atitudes, os comportamentos e as avaliações dos “brancos”. Na medida em que muitos ajustamentos à ordem social competitiva dependem das disposições, da compreensão e da solidariedade do “branco”, a ascensão social poderá ser inócua para diversos fins. Nesse sentido, o “negro”, de fato, “sempre fica sendo prêto”. Enquanto o “branco” não alterar suas imagens do “negro” êste será encarado e tratado, fatalmente, em termos de representações de personalidades-estatus que nunca levarão em conta a situação concreta das “pessoas de côr”. Essa maneira de perceber a realidade opera, pois, de forma destrutiva. Seja porque fortalece convicções desalentadoras, de teor irracional; seja porque predispõe o “negro” a ver-se através de uma imagem de si próprio que foi construída pelo “branco”, sob a égide do regime servil.

Segundo, o ego-envolvimento nas expectativas de comportamento e das perspectivas de carreira criados por semelhante imagem

conduz, por sua vez, a ajustamentos variavelmente irracionais. Formam-se certas convicções elementares, que impelem os indivíduos a crer que “o negro não tem cabeça” ou, pelo menos, que “os pretos, em geral, são inferiores aos brancos”. Aí, penetramos na própria base psico-sociológica do “complexo”, que consiste em admitir como inata ou insuperável certa inferioridade do “negro” em relação ao “branco”. Pouco importa o fundamento dessa convicção. Tanto faz que os indivíduos pensem que “o negro nunca dará para essas coisas”; ou que êle acredite, com gradações: “A gente vê que os pretos são inferiores ao branco. Não por serem pretos. Isso é da côr, que a gente tem ao nascer. Mas prêto não consegue subir como branco. Não sei se não tem cabeça, ou porque precisam trabalhar cêdo”. O essencial é que tal convicção alimenta ajustamentos contraproducentes e anacrônicos. Nela reside a fonte dinâmica de decisões ou de ações irreparavelmente funestas à integração do negro e do mulato à ordem social competitiva. Assim, nela achamos explicação para certas proibições drásticas, que tolhem as aspirações de carreira dos jovens. Já mencionamos um caso antigo. Um pai que, em 1926 ou 1927, impediu o filho de estudar contabilidade. “Porque vai se formar para contador? Negro tem que ser mecânico, bom carpinteiro”. Vale a pena lembrar êsse fato, pois êle se reproduz diàriamente. Em diversas entrevistas topamos com exemplos dramáticos, em que os pais aparecem em conflito com os filhos, porque não aprovam escolhas de ocupações que excedem os limites dos “trabalhos de negros”. Um dos casos merece ser citado. Em documento pessoal, uma informante branca afirma: “Uma moça de côr, filha da lavadeira de minha casa, tem como maior ambição de sua vida aprender datilografia e empregar-se na cidade. A família tem um nível de vida muito modesto e essa é a única das filhas que evidenciou tal inclinação (isto é, uma inclinação para profissão situada completamente fora da profissão geral do resto da família: lavadeira, cozinheira etc.). A mãe apesar de sua resistência não a permite matricular-se numa escola pois conforme me disse já conhece diversos casos de moças de côr que foram empregar-se em escritórios e que não foram aceitas por causa da côr. E o que ela (mãe) quer é simplesmente poupar à filha uma desilusão tão grande ainda que isso custe um aborrecimento. Procurei convencê-la do significado de tal desilusão para a moça, procurei mostrar-lhe os inconvenientes de sua atitude, mas não o fiz com muita insistência e com menos convicção pois perguntava a mim mesma se teria eu o direito de estimular essa moça para oferecer-lhe o que? Para apresentar-lhe que perspectivas? Tal estímulo teria sido, a meu ver, um ato desumano. Mas quando penso nele fico também a pensar se mais desumano não seria deixar essa

jovem sem nenhuma oportunidade de ascensão, sem nenhum horizonte de progresso” (71). Acresce que, além dos pais, pela mesma razão, outros parentes, amigos e conhecidos do “meio negro” fazem pressão no mesmo sentido, visando dissuadir os jovens a “deixar de besteira”, quando intentam estudar ou obter melhores empregos. Logo lhe dizem: “deixe disso”, “é bobagem”, “não adianta nada”, “vê lá se isso é para seu bico”, “você está perdendo seu tempo. Os brancos não dão empregos importantes para nós”, etc...

Terceiro, o deslanche pessoal para a ascensão torna-se muito difícil. Depois que o indivíduo consegue vencer as barreiras psicológicas, que se erguem dentro dêle e no ambiente, resta-lhe travar uma luta amarga e sem fim com os que estão conformados ou satisfeitos com a “vida de negro”. Como as oportunidades de ascensão são limitadas, o grosso encara com ressentimento ostensivo as tentativas do companheiro, avaliando-as, literalmente, como um esforço para “deixar de ser prêto”. Há clara consciência de que o êxito implicará na perda do companheiro, que êle acabará tendo “vergonha” dos seus parentes e amigos e, o que lhes parece intolerável, ficará “metido a branco”. Por isso, além de sabotar seus projetos, negam-lhe qualquer apoio material ou moral, por mínimo que seja. Tudo se passa como se existisse um rancor surdo e invisível contra o que “quer subir” e pretende, portanto, “deixar de ser negro” socialmente falando. Nas entrevistas com negros e mulatos, que estavam empenhados em “mudar de vida” e em “ficar gente”, ouvimos confidências tristes, que soavam como uma condenação do “negro” pelo “negro”: “preferem apoiar um branco a um homem da mesma côr”; “têm despeito de ver outro prêto subir”; “um prêto não ajuda o outro”; “é mais fácil que se combatam que se auxiliem mutuamente”; “não agem cooperativamente nem se estimulam uns aos outros”; “nem sempre o prêto é amigo de sua raça”; “o mal com os pretos é que êles são em geral inimigos de sua raça”; etc. Como não existe solidariedade, sequer para fins mais simples, não sabem enfrentar as situações que se criam quando alguém tenta furtar-se à “sina do negro”. Não abominam nem hostilizam a pessoa; mas, aos seus projetos e às suas ambições, que ameaçam a integridade e a continuidade da “raça”. Portanto, indo-se ao fundo das avaliações e das reações, descobre-se um rude apêgo amoroso, que enlaça os homens em sua desdita. O ressentimento, a incompreensão e o rancor não deixam, porém, de produzir os seus efeitos. O indivíduo que “quer subir” vê-se embaraçosamente isolado, sem ter onde se apoiar ou para quem se voltar, em seus tateios “por um futuro melhor”. Acaba pensando que “os outros têm inveja dêle” e que “entre

(71) — Transcrição literal do documento escrito de próprio punho.

os negros é assim mesmo — cada um por si e Deus por todos”. No conjunto, graças a êsse entrechoque de avaliações contraditórias, torna-se mais fácil “desistir de lutar”, que “ter vontade firme”. O que constitui uma consequência paradoxal, pois aparentemente as influências psico-sociais do ambiente deveriam ir na direção oposta.

Quarto, é preciso considerar, também, o reverso da medalha. Em regra, o “negro que sobe” capitaliza somente para si. Não só as avaliações favoráveis do “branco” ficam confinadas, deixando de beneficiar a “raça negra” ou “o negro em geral”. Os indivíduos, de acordo com os proventos reais de seu êxito, separam-se de fato do “meio negro”. Isolam-se e escudam-se nesse isolamento para defender o estatus-adquirido. Quando muito, reintegram-se em círculos sociais exclusivistas, de “negros de elite”, que abominam a “massa negra” sua situação sócio-econômica e seu estilo de vida. As razões desse comportamento já foram mencionadas. O “negro rico” precisa defender-se dos “chupins”, que o arruinariam fatalmente; e tem pela frente um duro combate, para impor-se moralmente ao “branco” e ao próprio “negro”, em sua nova condição social. O afastamento chega tão longe que, numa entrevista, o sujeito negro declarou que conhecia casos de “pretos que subiram muito”. Mas, recusou-se a nomeá-los: “porque eles poderiam não gostar da gente andar dizendo que eles são pretos e mulatos”. O que importa assinalar, aqui, não é tanto a ruptura moral acarretada pela ascensão social, nos dois polos do indivíduo em ascensão e do meio social a que pertencia, mas, a repercussão dessas consequências na sub-cultura do “meio negro”. Deixa de estabelecer-se e de consolidar-se, assim, uma tradição característica de grupos sociais em mobilidade vertical, com tudo o que isso significa em termos de identificação das pessoas com certos alvos ideais, compartilhados coletivamente, acima das diferenças de realização pessoal e dos níveis sociais. A ausência dessa tradição favorece o extremo isolamento da “elite negra”, que se alheia cada vez mais dos dramas humanos do seu “antigo ambiente”. Doutro lado, contribui para consolidar a propensão geral a avaliar-se a própria ascensão como uma espécie de traição, que ameaça a integridade e a continuidade do “meio negro”.

Quinto, nesse contexto moral, de ressentimento e avaliações contraditórias, surgem tendências à retaliação ultra-desmoralizadora. O “negro de elite” apegase a uma visão exclusivista do mundo, que lhe confere o direito de ignorar o seu passado e de representar-se o problema do negro como um “caso de polícia”. Os “negros desclassificados e vagabundos” são descritos sem nenhuma comiseração. A “pouca vergonha” que impera no “meio negro” representa um fardo difícil de carregar — ao mesmo tempo, uma afronta pública e uma ameaça ao

estatus adquirido do “negro de elite”. Por isso, êste acha que “a polícia devia fazer uma limpeza na sociedade negra. Devia livrá-la dos maus elementos. Prender todos êles e mandá-los para trabalhar no interior”. Em compensação, o “negro dependente” ou “pobre” não se mostra mais cordato. Ridiculariza o companheiro que pretende expungir-se do “pretume” pela via do prestígio social. Não aceita seu código ético de novo rico; repele suas manias de sobriedade e de decência, desmoralizando-as: “deixa de histórias”, “já não te conheço”, “prêto metido a branco”, etc. E dá-lhe cruelmente o trôco nas avaliações deformadas. Uma das pesquisadoras surpreendeu uma ocorrência característica: o sujeito da entrevista, uma mulata, chegou “revoltadíssima”. “Ví agora mesmo uma negra tôda de capote de peles e com anéis! Parecia uma macaca! Que absurdo, deviam proibir estas coisas. Isto não é para negro!” Como a pesquisadora tivesse retrucado, provocativamente, que nada havia de mal nisso, ao contrário, ela explodiu: “Ah! A senhora é pela democracia, não? Na democracia até negro é gente, não? Pois para mim não pega, eu odeio essa gente suja e fedida!” Outro investigador registrou o desabafo de um entrevistado, que se ressentia do “exibicionismo” das frequentadoras de certa sociedade. “Não se pode mais ir a tal lugar. Anda cheio de negrinhas pernósticas!” Os exemplos poderiam ser multiplicados. O que já vimos é suficiente para insinuar que se esboça um preconceito recíproco do “negro contra o negro” e que semelhante preconceito repercute, sociopáticamente, no equilíbrio do “meio negro”. Ergue impecilhos à diferenciação interna da “população de côr” e converte, decididamente, a ascensão social numa empresa individual, tão arriscada, quão desprotegida.

Essas conclusões permitem retomar um tema que perturbou seriamente os líderes mais responsáveis dos movimentos reivindicatórios. Em face das resistências dissimuladas ou ostensivas que o “negros” opunham aos propósitos altruísticos daqueles movimentos, êles se viram diante de um dilema: “seria o próprio negro o inimigo do negro?” A análise das compulsões que ora nos preocupam mostra que (embora o “negro” não seja, conscientemente, o seu próprio algoz) é quase inevitável que êle contribua, de uma forma ou de outra, para dificultar o seu próprio caminho, no processo de integração à ordem social competitiva. Ainda aqui, o que há de sociopático nas condições e efeitos psico-sociais apontados precisa ser atribuído a uma herança social inadequada. Parece fora de dúvida que o “negro” continua a ser vítima do ponto de partida que lhe deram na sociedade brasileira. Os mesmos fatores que explicam a apatia social e a desorganização social permanente, na fase formativa e de consolidação da sociedade de classes em São Paulo, também explicam certas barreiras

psico-sociais que impedem ou solapam, no presente, o aproveitamento construtivo das oportunidades de ascensão social, criadas pela ordem social competitiva. Faltam-lhe experiências elementares no uso de técnicas sociais que conferem aos “brancos”, de origem nacional, estrangeira ou mista, aptidões para competir cooperativamente e para cooperar competitivamente. Em vista disso, não só não se forma uma tradição de mobilidade vertical no “meio negro”. Acontece algo pior. Os projetos individuais de ascensão social colidem fragorosamente, como se o êxito de alguns agigantasse o malôgro de todos. Uns sentem-se **traídos**; outros **renegam** a sua “raça”. Todavia, o significado histórico dêsse drama é bem mais amplo, como foi posto em relevo pela contra-ideologia dos movimentos reivindicatórios. A curto prazo, parece que o “negro” apenas compromete o seu destino na ordem social competitiva. A longo termo, porém, êle perde muito mais, condenando-se à condição de vítima muda, passiva e indefesa do “preconceito de côr”, cuja existência êle é o primeiro a verberar. Em suma, as compulsões psico-sociais consideradas impelem o “negro” a ajustamentos de cunho nuclearmente irracional, como se êle tivesse fortes interêsses em identificar-se com o padrão brasileiro de desigualdade racial e como se a ordem social competitiva fôsse irrelevante para a modificação do sistema de relações raciais, construído ao longo do passado escravista.

Ao lado dos quatro tipos de barreiras, descritos acima, e que interferem de modo decisivo na limitação e no solapamento da ascensão social do negro e do mulato, cumpre assinalar também a influência de fatores diferenciais e a qualidade dos efeitos dos mecanismos oficiais de intervenção e de contrôlo. Quanto ao primeiro ponto, bastaria mencionar o fato de que, dadas as condições econômicas, sociais e culturais do “meio negro”, diferenças mínimas no grau de integração da família, da situação econômica e do nível educacional acabam associando-se a diferenças desproporcionalmente consideráveis de aproveitamento efetivo das oportunidades existentes. Duas constantes se evidenciaram nitidamente. De um lado, as gradações da côr da pele possuem alguma importância na graduação da tolerância e das disposições cooperativas dos “brancos”. Embora alguns “brancos” resistam de forma hostil aos mulatos, a maioria prefere “dar uma oportunidade” aos “pretos mais claros”. Em consequência, o mulato consegue assimilar mais depressa e com maior facilidade as experiências requeridas para os ajustamentos à vida prática, nos planos em que êles devem se desenvolver. De outro lado, independentemente das gradações da côr, as dificuldades mais intensas afetam aos homens. Embora a mulher encontre barreiras sérias, quando tenta se ajustar a ocupações que não são entendidas

como “serviços de preta” (trabalhos de copa e cozinha, lavadeira, arrumadeira, etc.), o homem tem de enfrentar de maneira mais dura e aberta as conseqüências da competição com os operários e profissionais “brancos”. Por isso, as avaliações e os estereótipos negativos prejudicam-no de forma severa, em escala bem mais destrutiva do que sucede com a mulher. Fora disso, três tendências parecem características. Primeiro, muito mais importante que a “proteção paternalista do branco”, vem a ser a participação prévia em sua herança sócio-cultural e em seu estilo de vida. Como no passado, em que o “negro do sobrado” levava vantagens sôbre o “negro do eito”, nas tentativas de adaptação à “vida livre”, no presente, o “filho de criação”, o “cria da casa” ou o simples “filho da empregada” pode alargar consideravelmente suas perspectivas de carreira se a “família branca” lhe der assistência material e moral. As histórias de vida e as entrevistas, feitas para caracterizar os perfis de carreira, demonstraram fartamente essa conexão. O envolvimento na “vida do branco” abre possibilidades de socialização que conferem aos beneficiados um discernimento mais seguro do que “pretendem fazer”, meios adequados para atingir os fins colimados e, especialmente, maior maturidade no conhecimento e no uso das técnicas sociais requeridas pelos ajustamentos a serem praticados. Segundo, a “família negra integrada” representa uma alternativa para essa influência diferencial. Quanto mais a “família negra” se aproxima dos modelos de organização da “família branca”, maior vem a ser sua eficácia na socialização do menor e no amparo às ambições dos jovens. Esse processo não se reflete, apenas, no grau de estabilidade das relações entre pais e filhos ou de segurança da mulher e dos imaturos. Ele tende a repercutir, também, na estabilidade e na elevação da renda e nas aptidões das gerações adultas em preencher normalmente seus papéis sociais. Por conseguinte, a própria “família negra” adquire possibilidades de desempenhar suas funções sociais e de oferecer a seus membros um mínimo de apôio material e moral nas suas relações competitivas com os “brancos”. Essa situação suscita, naturalmente, um fator diferencial específico no “meio negro”. Os menores e os jovens pertencentes a famílias desorganizadas levam flagrantes desvantagens (muitas de caráter insuperável) em confronto com os menores e os jovens pertencentes a famílias integradas. Isso evidencia, indiretamente, que a ascensão social do negro e do mulato aumenta sua capacidade de desenvolver os comportamentos e os ajustamento exigidos pela ordem social competitiva. Terceiro, a “proteção do branco”, sob modalidade paternalista ou dentro de um espírito moderno, continua a ser um elemento decisivo, principalmente para os indivíduos que “querem subir”. Os

dados mostram que há uma desproporção entre as bases materiais ou morais da assistência fornecida pelo “branco” e os resultados colhidos pelos “protegidos”. É que a relação desperta, quando se desenrola acima do horizonte tradicionalista, compreensões altamente construtivas. O indivíduo que “se sente protegido” impõe-se o “dever de corresponder à confiança do protetor”. Essa obsessão impele-o, com frequência, a empenhar-se com afinco em suas realizações — trate-se do estudo, do trabalho ou do modo de ser — na esperança de que o protetor “se orgulhe dêle”. Está claro que existem casos inversos, que põem em cheque “protegidos ingratos”, que “agem como chupins” e limitam-se a “desfrutar o branco”. Mas, êstes casos são menos freqüentes e nascem, em regra, da inexistência de uma verdadeira comunicação afetiva entre o que “protege” e o que “recebe a proteção”. O fato é que, com despesas esporádicas ou modestas e demonstrações de interesse real e persistente, o “branco” pode despertar no menor negro ou mulato uma gratidão que o obriga a “ser gente”, a “agir direito” ou de “não dar o prego no meio do caminho”, de enorme importância dinâmica para as realizações dos próprios interessados. Por aí se vê, é claro, a significação da família integrada. Onde ela se desenvolve no “meio negro”, os pais acabam assumindo tais papéis e polarizando os anseios correspondentes de auto-realização, como forma de reconhecimento e manifestação de sentimentos afetivos. Se fizéssemos uma rotação de perspectivas e comparássemos o “branco” com o “negro”, os fatores diferenciais operariam, simultaneamente, em todos os níveis de organização do comportamento, da personalidade e da vida social. Dispensamo-nos de fazer semelhante comparação porque o assunto já foi discutido acima, na parte referente à desigualdade racial como fonte de barreiras sociais específicas. Ainda assim, é bom não esquecer o que êles representam — com o menor “negro” tendo de interromper prematuramente os estudos para “ajudar a família” ou não recebendo, sistematicamente, os benefícios resultantes das garantias sociais que não podem ser compartilhadas por suas famílias. Êsses elementos aparecem até nas carreiras dos “negros em ascensão”, que estão se integrando às classes médias. Uma das histórias de vida patenteou, por exemplo, quão difícil foi para um dentista “negro” estabelecer seu consultório, formar clientela e ganhar reputação. Teve de apelar para a colaboração de um médico branco e convencê-lo a “ter ambição”, para realizar a primeira etapa. Depois, lutou arduamente com os preconceitos de clientes e de colegas, bem como com a incapacidade relativa do “meio negro” de oferecer ao “profissional de côr” uma clientela segura. As tendências de ascensão social do negro e do mulato, com suas repercussões na

diferenciação social do “meio negro”, terão de corrigir essa situação. Alguns efeitos já são patentes. Contudo, os avanços ainda são insuficientes para eliminar os fatores que criam e mantêm a distância sócio-econômica entre os dois estoques raciais.

Quanto ao segundo ponto, são notórias as inconsistências dos mecanismos oficiais de intervenção e de controle. As lacunas que se faziam sentir nos serviços assistenciais e policiais no período de 1900 a 1930, examinadas no capítulo 2, em vez de serem corrigidas, tornaram-se mais graves. O desamparo do menor, os abusos contra as jovens ou contra as mulheres “pretas”, a indiferença em face dos efeitos sociopáticos da desorganização da “família negra” ou do “meio negro” representam uma constante que revolta os elementos politizados da “população de côr”. Nas entrevistas, êsses elementos revelaram uma repulsa violenta, demonstrando um ressentimento incomum diante do “desprêzo do governo pelo negro”. Acham não só que “o negro está abandonado” e se ressentem da “falta de uma política de aproveitamento da prata da casa”. Mas, ainda salientam que seria preciso instituir-se uma espécie de **Serviço Nacional de Proteção ao Negro**, suscetível de coordenar medidas de assistência e amparo efetivos aos setores rurais e urbanos da “população de côr” no Brasil. Percebem com clareza que nada podem esperar da iniciativa privada, seja do “branco”, seja do “negro”. Nos Estados Unidos, surgiram fundações dessa origem que são reputadas eficientes. Entre nós, porém, os “tubarões brancos só cuidam de seus interesses” e “não existem negros milionários”. Compreendem, também, que não é suficiente criar instituições gratuitas, como escolas, serviços de proteção à criança, ao doente ou ao velho, etc.. Em regra, o “negro” não tem condições econômicas e sociais para usar essas instituições. Seja porque não suporta os custos indiretos de tais serviços; seja porque não tem acesso a êles, por falta de relações sociais e de traquejo nos mecanismos de sua utilização. Um dos entrevistados ponderou, seguindo a inspiração da maioria: “As oportunidades cedidas nas escolas e em outros lugares, seja oficialmente ou por particulares, não aproveita ao negro senão por acaso. Aí está uma das dificuldades. As pessoas que ocupam cargos de direção dispõem dessas oportunidades para seus parentes, conhecidos ou protegidos dos brancos. Seria preciso obrigá-las a dar tais oportunidades aos negros. Como os brancos dominam a legislação e a administração, êles agem *pro domo sua*. Os negros aproveitam as migalhas”. Outros, preocupam-se menos com a acusação aos “brancos” e insistem mais na viabilidade do uso dos serviços. Assim frisou um dos entrevistados: “Não adianta obrigar as escolas a dar x vagas para pretos ou filhos de pretos. Êles só excepcionalmente podem aproveitar as oportu-

tunidades. O que é preciso é dar-lhes uma situação econômica melhor. A mãe preta não toma conta dos filhos. Ela não pode. Se ela for casada, ela precisa trabalhar, para ajudar no sustento do lar. Se ela não for casada, ela precisa arranjar dinheiro para manter-se e para sustentar os filhos. Daí o fato de que, quando a criança preta tem mãe, isto é, quando ela não é enjeitada ou dada a quem a queira, elas ficam largadas a maior parte do tempo. Ninguém as educa. Ficam na rua, na molecagem. Não aprendem o que é a escola. Não têm ninguém que olhe por elas, que as ancaminhe na vida. A escola nada significa para elas. Se o filho for do sexo feminino, com 13, 14 ou 15 anos já vai trabalhar. Vai tomar conta das crianças brancas. É isso que acontece com os negros. Se melhorássemos a situação econômica dos negros; se lhe dêssemos oportunidades de viver melhor, então poderiam educar seus filhos". À luz de semelhantes reflexões, segue-se que se pretende "do governo" intervenções de alcance radical. Além das escolas, bolsas de estudo para o sustento e a manutenção das crianças; serviços de assistência social que orientem os pais e os menores, que os convençam das vantagens da escolarização, do trabalho regular, da vida social organizada; medidas de amparo que se traduzam em melhoria das oportunidades de trabalho e do nível de renda do "trabalhador negro", de ambos os sexos; etc.. É curioso que o "branco" compartilha, de certa maneira, dessa visão da realidade. Ele não chega a conceber a necessidade de um **Serviço Nacional de Proteção ao Negro**. Mas condena a orientação das intervenções oficiais e sua ineficácia. Tome-se, como exemplo, a seguinte focalização. Ao rematar uma descrição pessimista da "situação dos pretos", o informante salientou: "O principal culpado é o governo que não estimula os pretos. Em vez de dar dinheiro para escolas de samba e de incentivar o prêto no futebol, o governo devia ajudar o prêto a subir. O que o governo está fazendo é fazer o prêto achar que ele só serve mesmo para dançar e jogar". O que importa, por trás do complexo pano de fundo suscitado por essas acusações, é um fato incontestável. A situação econômica, social e cultural tolhe, em média, o aproveitamento real das oportunidades inerentes aos serviços oficiais de assistência e controle pela "população de côr". Acresce que, como êsses serviços não levam em conta tal fato, êles acabam sendo aproveitados predominantemente pelos "brancos" e às vezes, de modo claro, de círculos sociais que poderiam prescindir de qualquer amparo direto ou indireto dos poderes públicos. Êsses dados nos interessam, porque permitem insinuar que alguns mecanismos mais acessíveis de integração à ordem social competitiva não beneficiam ou só beneficiam por acaso a grande massa da "população de côr".

Vencidas as barreiras à ascensão social, nem sempre o caminho fica totalmente desobstruído. Surgem outras barreiras, que dificultam a fruição plena de papéis e garantias sociais, inerentes à posição social, seja do ângulo das carreiras individuais, seja da perspectiva da sucessão das gerações. Nos limites da presente discussão, vamos considerar, apenas, os aspectos centrais da situação: 1.º) as resistências do “branco” ao reconhecimento da ascensão social do “negro”; 2.º) as resistências do negro e do mulato ao reconhecimento da ascensão social do próprio “negro”; 3.º) as dificuldades de imposição do estatus social adquirido, com que se defrontam os “homens de côr” em ascensão social.

Cumpre assinalar, desde logo, que há uma vasta gama de atitudes, comportamentos e avaliações raciais evitativos ou restritivos. Onde e na medida em que prevalece o código de relações raciais tradicionalista, tanto pode se manifestar certo exclusivismo irredutível, quanto pode ocorrer a rejeição velada. De qualquer forma, procura-se “colocar o prêto no seu lugar”, ou seja, mantém-se estreita associação entre côr e **posição social ínfima**. Em consequência, a côr neutraliza, parcial ou totalmente, para os efeitos da convivência com os “brancos” do mesmo nível social ou de níveis sociais mais altos, os benefícios da ascensão social. Onde e na medida em que prevalece o convencionalismo, nascido da sociedade de classes e da correspondente **civilização urbana**, definem-se tanto áreas de aceitação tolerante do “prêto competente”, do “prêto culto”, do “prêto importante”, do “prêto de posses”, etc. (através de contactos categóricos e impessoais), quanto zonas de verdadeira reclusão das “elites” (em que os “brancos” encaram a “mistura social” como algo em si mesmo indesejável e reputam a “mistura racial” como um agravante, que a torna indissociável e intolerável). Em nossa abordagem, não tentamos focalizar todos os ajustamentos possíveis, ao longo dessa ampla flutuação de atitudes, comportamentos e avaliações raciais evitativos ou restritivos. Limitamo-nos aos casos mais freqüentes e que caíram, por isso mesmo, de maneira espontânea sob o nosso campo de observação (72).

Na resistência do “branco” ao reconhecimento do estatus social adquirido do “negro” aparece, em primeiro plano, como uma espécie de reação linear, uma representação herdada do horizonte cultural tradicionalista. Como se a escravidão e a vida social desorganizada

(72) — No próximo capítulo tentaremos focalizar os aspectos aqui negligenciados, por motivos empíricos. Se os efeitos da expansão da ordem social competitiva tivessem eliminado as fontes histórico-sociais da demora cultural, na esfera das relações raciais, o convencionalismo associado ao prestígio especificamente social assumiria maior importância e teríamos de devotar-lhe atenção sistemática.

tivessem degradado a natureza humana do “negro”, a côr não é apenas associada a uma posição social ínfima. Ocorre algo mais grave: presume-se que “o prêto não pode ser outra coisa”. Essa conexão transparece de forma nítida na seguinte formulação, selecionada por seu caráter típico: “No Brasil, o branco e o negro não se separaram. Mas o negro está numa situação muito inferiorizada. Forma a classe mais baixa [...]. O negro vive no cortiço, em companhia de gente que não presta. Por isso, são relegados ao crime. Quase todos os roubos e crimes são praticados por negros” [...]. “Se os brancos saíssem do meio dêles, também não seriam coisa melhor. Por essa razão é que os brancos evitam ter relações com os pretos. E’ que êles não são bem vistos em nossa sociedade, por causa disso. Aham que prêto não presta, é desordeiro e não é honesto” (73). Essa conexão é digna de nota. Os dados recolhidos mostram que, mesmo nos níveis sociais inferiores da sociedade paulistana, a mencionada representação opera irrefreadamente. Há pessoas que “sentem vergonha” de “andar em companhia de pretos” ou de “aparentar intimidade” com êles por essa razão. Daí a necessidade de explicações penosas: “eu me dou com fulano, mas êle é um prêto direito”. Mesmo nas relações de vizinhança, onde tôdas as famílias podem se conhecer mais ou menos, surge êsse espantinho. Tudo se passa como se a “relação com pretos” envolvesse alguma degradação social. A ascensão social contribui para expurgar o “negro” dessa condição infamante. Êle começa a contar como “um prêto diferente”, que “nem parece prêto” ou que “tem alma de branco”. Todavia, em círculos geralmente muito estreitos: colegas, vizinhos e conhecidos que se tornam “amigos” ou “amigos íntimos”. Fora dêsses círculos, porém, êle continua a ser visto, primordialmente, como alguém que “não passa de prêto”. Há, pois, uma inconsistência fundamental nas atitudes e comportamentos dos “brancos” que se apegam à referida representação. Êles recusam-se, obstinadamente, a transferir sua experiência no convívio com determinados “negros” a todos os “negros” em geral. Muitos exemplos poderiam ilustrar essa tendência persistente. Numa entrevista com um barbeiro ítalo-brasileiro, êle descreveu como, ao tomar aperitivo em certo bar, um “prêto apurmadado” tentou “puxar conversa” para “beberem juntos”. Tomou depressa o seu aperitivo e saiu. “Vê lá que me misturo com gente dessa laia”. Até nos veículos de transporte coletivo repetem-se continuamente ações dêsse tipo. Doutro lado, convicções arraigadas, nascidas do apêgo a essa representação, conduzem a quiproquós dolorosos. É o chefe de família, que “fica ofendido” por “ter de aguentar

(73) — Note-se: o entrevistado discorda da opinião sustentada “por muita gente” (segundo suas palavras), de que “o prêto é inferior ao branco”.

a presença dessa gente”, com mulher e filhos, numa festa na casa de um amigo; é o dono de uma loja, que “tem medo de ofender a freguezia”, se contratar balconistas “pretos” ou “mulatos”; é o chefe de repartição, que pensa que “ofende os funcionários”, colocando na mesma secção um escriptorário “negro”; e por aí a fora. Aqui, estamos ainda na fímbria com o passado. A resistência ao “negro que sobe” procede do temor surdo de uma “nivelção por baixo” — de se ser tomado e confundido com o homem degradado pela escravidão e pela desorganização social. Alguém que ficava ainda abaixo da ralé. O próprio “negro em ascensão” percebe como opera essa imagem do “homem de côr”, verberando sem contemplanções as atitudes ou comportamentos que podem revigorá-la. “O negro é culpado pela situação existente. O branco pensa mal d’ele. Mas é ele próprio que dá origem aos desentendimentos. Ficam nos botequins, bebendo sem parar, mesmo que não seja pinga, falam em voz alta, tratam-se com palavrões, andam desalinhados ou arrealhados. O negociante não pode firmar uma boa idéia de elementos dessa categoria. E por uns, pagam todos”. O mesmo informante procurou demonstrar que as experiências “degradantes” serviam de fio condutor na avaliação do “caráter do negro” pelos “brancos”.

Em um segundo nível, contam certas expectativas e certos comportamentos firmemente estabelecidos entre os “brancos. Independentemente de comungar daquela representação, um grande número de pessoas tende a associar, espontânea e inconscientemente, a côr a posições sociais ínfimas, sem nenhum intuito discriminativo ou preconceituoso. Trata-se de um efeito da inércia; acostumadas a lidar com “os pretos de posição inferior”, constroem uma imagem social do “negro” que resiste a redefinições perturbadoras. Essas ambigüidades repetem-se com frequência na esfera dos contactos entre estranhos. Situando o “negro”, de imediato, numa categoria social “inferior”, o “branco” tanto pode dispensar-lhe um tratamento inadequado, como pode alimentar expectativas de comportamento inviáveis. Se fôsse maior a proporção de “negros em alta posição” e se fôsem mais intensas suas relações com os “brancos” dos diversos níveis sociais, é provável que semelhantes “confusões” já tivessem desaparecido ou se atenuado. No entanto, elas fornecem o tom da interação do “negro que sobe” com a parcela da “população branca” com que tem de entrar em contacto. Esse tipo de resistência, ingênua, passiva e desavisada, não teria maior importância se não repercutisse de maneira profunda nos mecanismos adaptativos e integrativos do próprio “negro”. Sentindo-se, por sua vez, “desacatados”, “ofendidos” e “humilhados”, ou se retraem, para evitar experiências desagradáveis, ou fazem valer à força as suas prerrogativas. Alguns compre-

endem as raízes dessas ambigüidades, tirando vantagens delas e desenvolvendo atitudes compensatórias, de “gozação do branco”. Em sua maioria, porém, reagem negativamente. Ao retraírem-se, condenam-se a fruir parcialmente os papéis e garantias sociais, assegurados por sua posição social. Ao “se queimarem”, ostentam atitudes e comportamentos que correspondem a estereótipos negativos do “branco” sobre o “prêto”. Embora seus lapsos possam ser inadvertidos e corrigíveis, os “brancos” que são surpreendidos em semelhantes cadeias de recriminações “malcriadas” e “violentas”, tendem a aderir fatalmente, às avaliações etnocêntricas, passando, de maneira consciente, “a tratar o prêto como êle merece”.

Os próprios brancos dão-se conta dos motivos do “não fica bem”, nas suas relações com o “prêto”. Assim, para explicar porque procura impedir a aceitação e a promoção de “candidatos pretos”, em um banco de grande importância, declarou-nos o informante: “Você sabe, os altos funcionários do banco são convidados para tôdas as cerimônias importantes. Principalmente nas cidades do interior, êles são muito considerados, por causa dos cargos que ocupam. Em qualquer cerimônia, são convidados, como o padre, o prefeito, o juiz, o inspetor de rendas, etc. Ora, um prêto não pode ser recebido como um branco, nessas ocasiões. O pessoal fica espantado, quando vê aparecer um prêto como representante do banco. Isso destoa muito, que diabo!” (74). Outro exemplo permitirá ilustrar como a mesma orientação interfere em situações mais íntimas. Uma pintora e professora de pintura, branca, sentiu-se atraída por “uma ex-aluna de côr”, pois “é uma artista de grande sensibilidade”. Não tinha dúvidas em recebê-la em sua casa, apesar da oposição da família. “O pensamento de meus parentes, mãe e irmãos, com relação ao prêto, não é igual ao meu. Êles não gostam que receba em casa aquela ex-aluna, achando que me misturo, que dou excesso de confiança, que essa moça deveria ser cozinheira e não professora de pintura, porque é preta. O prêto nasceu para servir o branco”. Para evitar contacto com “pretos” do mesmo nível social, os “brancos” forjaram uma racionalização, muito generalizada. Como se evidencia em uma resposta típica, acreditam que, “em geral as pessoas de côr, que conseguem subir econômica e socialmente, ficam um tanto pernósticas e snobs. Talvez seja uma reação à antiga situação de inferioridade”. Contudo, os “negros”, conhecem melhor a natureza do **tratamento diferencial**, a que se vêem submetidos nas relações com “brancos” de nível social idêntico ou superior. Em muitos depoimentos, ressaltaram de várias maneiras que êstes últimos tendem a tratá-los “sem

(74) — Por motivos óbvios, omitimos o nome do banco.

nenhum respeito” e que “logo acham que devem dar ordens”. Alguns exemplos característicos talvez ilustrem melhor o que sucede com frequência. O “modo de vestir” servia para distinguir o “branco” do “prêto” no passado. Certas roupas só eram usadas pelo “negro” quando as herdava de protetores brancos, já velhas e puídas. O “negro em ascensão” consegue maior fonte de renda e, em regra, procura “esmerar-se no vestuário”. Não são poucos os comentários malévolos, feitos pelos “brancos” e pelos próprios “negros” contra essa tendência. Escolhemos, no entanto, uma ilustração quase singular, já que a “impertinência do branco” focalizava uma peça do vestuário de uma criança: “Ou era por isto, ou era por aquilo, [a professôra] estava sempre implicando com êle [o filho da entrevistada]. Até com o pulôver dêle implicava. Mandava tirar o pulôver mas não fazia as mesmas exigências com as outras crianças. Êle se queixava em casa. Mas eu dava mão forte para a professôra. Dizia: você tem razão, mas quem manda é ela. Ela quer que você tire o pulôver. Então tire. Ela é que manda na classe e você tem que obedecer”. “Mas se eu tenho frio?” “Não faz mal, meu filho, obedeça à professôra”. Outra evidência notória de estatus consiste “em ter posses para contratar empregada”. A “mulher de côr”, no passado e ainda hoje, sempre forneceu forte contingente das domésticas da Capital. Ao “subir”, ela pode, por sua vez, ter uma ou duas empregadas. Os vizinhos “brancos” não só “implicam” — levam suas opiniões aos ouvidos da interessada. Eis um dos relatos: “Não sei porque você quer empregada”. “Porque tenho empregada? Ora, pela mesma razão que você também tem”. “Mas na minha casa tem mais serviços que na sua. Vocês não têm crianças e a fulana [filha do casal] já pode ajudar”. “Eu quero empregada porque gosto. Porque eu não quero fazer o serviço da casa. Também posso descansar. Além disso, eu posso pagar empregada. Cada um age como pode”. Segundo a entrevistada, até a filhinha da vizinha, “dando azas ao que ouve em casa, também já perguntou: porque a senhora quer empregada? A senhora não tem nenezinho para tomar conta!” (75). A expectativa de que a “preta” seja sempre “empregada doméstica” faz com que a “mulher de côr” de classe média se defronte com certos “aborrecimentos” freqüentes. Eis como o marido descreve os dissabores da espôsa, daí resultantes: “ela sofre muito com os desaforos de gente que vai bater na porta, para oferecer verduras, artigos domésticos, etc.. Quando ela sai na janela ou chega à porta, logo recebe uma pergunta como esta: “A patroa está? Eu quero falar com ela!” “Vá chamar sua patroa, que tenho um assunto para tratar com ela”. Alguns são ainda mais atrevidos e malcria-

(75) — O diálogo foi reproduzido da forma exposta pela própria entrevistada.

dos. Quando ela diz: “A patroa sou eu”, êles respondem: “Deixe de brincadeira. Eu não tenho tempo a perder. Vá chamar sua patroa!” Êles pensam que o prêto não pode ter uma casinha melhor e viver com mais decência”. O seguinte caso sugere como se manifesta a “mania de dar ordens” do “branco”. A diretora de um grupo escolar foi, pela primeira vez, a uma reunião pedagógica de diretores. “Não conhecia ninguém ali. Estava esperando, na entrada, uma colega que me apresentaria aos demais. Nisso chegou uma senhora, idosa e muito simpática, que me disse: “Vá chamar o delegado fulano de tal, que eu quero falar com êle”. Fiquei perplexa com a atitude dela. Tive a sorte de ver chegar a minha amiga, que me apresentou a outra. Ela sofreu um leve choque e disse-me “Você me desculpe. Eu tomei você por uma servente da escola. Se soubesse que é minha colega não a mandaria chamar o delegado de ensino”. As mesmas suposições criam situações embaraçosas no tratamento de profissionais liberais. Registramos numerosos casos. Os seguintes, são suficientes para dar uma idéia do que costuma ocorrer. Uma senhora branca foi ao consultório de uma instituição assistencial. O médico de plantão era “prêto”. Quando êste abriu a porta, ela “foi diretamente a êle, tomando-o por enfermeiro. Mandou grosseiramente que fôsse chamar o médico, que ela queria falar com êle. Tremeu que nem vara verde quando êle lhe respondeu que êle mesmo era o médico”. Um fazendeiro foi a um laboratório, para falar com certo professor de química, que era mulato. “Tocou a campainha e quando foi atendido disse que queria falar com o professor fulano de tal. Êste, que o atendera pessoalmente, disse-lhe: pois não, pode entrar. Êle mandou-o, então, avisar o professor. Ao que êste respondeu: o professor sou eu mesmo”. Até nas relações com os propagandistas aparecem tais confusões. Um dentista mulato relatou-nos que, às vêzes, está esperando um cliente ou lendo um jornal, na sala de espera. “Chega um propagandista e me vê ali. Alguns nem dão confiança. Vão diretamente espiar dentro do consultório, para ver se o dentista está! Só então perguntam: “o dentista saiu?” Aí, eu digo: “o dentista sou eu!” Os rapazes se encabulam, mas eu me divirto”. “Outros, logo que chegam e me vêm ali, de avental branco, perguntam: “O dentista está?” “Posso falar com o doutor?” Eu me vingo da mesma forma, dizendo que o dentista ou o doutor sou eu”.

Êsse conjunto de ilustrações demonstra claramente, segundo cremos, que certas formas de tratamento se perpetuam porque ainda não se alteraram, de modo extenso e profundo, as posições recíprocas das duas “raças” na estrutura social da sociedade inclusiva. Todavia, existe um terceiro patamar, no qual a resistência ao reconhecimento do estatus do “negro que sobe” nasce, especificamente, de

atitudes discriminativas e preconceituosas ou da defesa do próprio estatus, por parte dos “brancos”. Como sucedia no passado, remoto ou recente, muitas famílias “brancas”, em todos os níveis sociais, continuam a peneirar, de forma rigorosa, seus amigos e parentes por casamento. Esse exclusivismo raramente é disfarçado, quando o tratamento diferencial resulta do preconceito propriamente dito. Um advogado, membro de uma família tradicional, afirmou sem reboços ao entrevistador: “Há preconceito e está certo. Salvo raras exceções, quando é que se vê negro ocupando posições elevadas? Eles são de raça inferior” (76). Essa pessoa, não obstante, asseverou que possuía “umas tias mulatas”. “São, sim, no duro, irmãs de meu pai. Meu avô, o barão de..., quando morreu a mulher, amasiou-se com a mulata que estava criando seus filhos. Nós não temos relações com esses parentes. Só o irmão mais novo de meu pai, grande boêmio, é que mantinha relações com elas. Tirava mesmo dinheiro delas. Meu pai, quando ia ao Rio, visitava-as. Todas elas estão casadas com brancos... portugueses”. Admitia a possibilidade de aventuras sexuais, restringindo-as ao plano erótico: “Negra é só para fazer o serviço e cair fora. Umas duas horas é o muito que tenho estado com uma. E veja bem que mulata”. Seria inútil reproduzir outros dados, para comprovar a persistência e a generalidade de atitudes e comportamentos que já foram caracterizados acima, no terceiro capítulo. A esse respeito, as diferenças entre os “brancos de família tradicional” e os “descendentes de imigrantes ricos” são quase insignificantes. Aliás, um lúcido documento pessoal, transcrito neste capítulo, deixa patente que os primeiros procuram “colocar o preto no seu lugar” e que, quanto aos últimos, “não há para o preto lugar em seu mundo”. Uma sondagem, feita sobre 2.076 universitários paulistas, através da escala de distância social de Emory Bogardus, adaptada ao meio brasileiro (77), pôs em evidência resultados dignos de nota. O mulato e o negro foram identificados como os grupos “raciais” que atraíam a mais baixa aceitação como parentes — para o casamento (14,8% e 9,9% das respostas, respectivamente) e como amigos (59,7% e 55,5% das respostas, respectivamente); nas demais perguntas, a porcentagem de atitudes positivas é mais alta, mas ainda assim o mulato e o negro aparecem entre os grupos “raciais” menos preferidos (ou mais rejeitados): como vizinho, 75,8% e 71,9%, respectivamente; como membro da mesma categoria profissional, 74,9% e 73,3%, respectivamente; como

(76) — Esse depoimento já foi utilizado acima; no entanto, julgamos recomendável reproduzi-lo, por causa do contexto da análise.

(77) — Carolina Martuscelli, “Uma Pesquisa Sobre Aceitação de Grupos Nacionais, Grupos “Raciais” e Grupos Regionais, em São Paulo”, in *Boletim n.º 3 da Cadeira de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 1950, pp. 53-73.

cidadão, 77,4% e 74,4%; em estreita correspondência, aparecem entre os grupos fortemente repelidos, pois na pergunta sobre se “excluiria do país”, 5,2% manifestaram essa opinião contra o mulato e 7%, contra o negro (78). As conclusões de Bastide e Van den Bergue são igualmente relevantes. Analisando os resultados de uma sondagem de 580 estudantes, de cinco escolas normais diferentes de São Paulo (79), puderam confrontar estereótipos, normas, comportamentos e relações hipotéticas. “As normas ideais de comportamento contrastam em sua tolerância relativa com a larga aceitação de estereótipos. Uma igualdade teórica para brancos e negros é aceita por 92%, o que está de acordo com o ethos democrático brasileiro. Acima de 60% aceitam relações casuais entre brancos e negros. A linha de côr é encontrada no nível das mais estreitas relações emocionais. 62% opõem-se a um grau de intimidade com negros que ultrapasse aquele da simples camaradagem. 77% opõem-se à miscegenação com negros, e 55% à miscegenação com mulatos”. “No comportamento efetivo, de acordo com as informações, e nas relações hipotéticas, a amostra inclina-se para o lado da segregação (muito embora a falta de contacto real não signifique necessariamente preconceito). 104 indivíduos relataram ausência de contactos com negros ou com mulatos. 95% da amostra não se casariam com um negro; 87% não se casariam com um mulato claro”. “Surge um paradoxo na comparação dessas quatro variáveis ou dimensões de preconceito. Por um lado, encontramos uma larga aderência a normas democráticas, e por outro, um alto grau de estereotipagem, uma grande segregação no nível da intimidade pessoal, e uma endogamia praticamente absoluta. Esta ambivalência estabelece um verdadeiro **Dilema brasileiro**, muito embora talvez diferente do **Dilema americano**” (80). Ambas as contribuições mostram algo que nos parece inegável. Apesar das pressões contra as manifestações abertas e sistemáticas do “preconceito de côr”, uma parcela considerável da “população branca” faz escolhas ou aceita estereótipos e comportamentos que colidem com as normas professadas, de tolerância e de igualdade raciais.

Ainda não se sabe como esse núcleo de pessoas, mais propensas à discriminação e ao preconceito, tem reagido às tendências recentes de classificação e de ascensão do negro e do mulato na ordem social

(78) — Idem, tabela III, p. 61.

(79) — Essa sondagem foi feita em 1951 por Lucilla Herrmann. A análise dos resultados foi feita por Roger Bastide e Pierre Van den Bergue: “Estereótipos, Normas e Comportamento Inter-racial em São Paulo” (in R. Bastide e F. Fernandes, *Brancos e Negros em São Paulo*, op. cit., pp. 359-371).

(80) — R. Bastide e P. Van den Bergue, op. cit., pp. 365-367 (omitimos outras referências, porque nos limitamos ao essencial).

competitiva. Por isso, é impossível determinar duas coisas, que seriam extremamente importantes para os nossos fins descritivos. Primeiro, se esse fenômeno contribuiu para exacerbar predisposições latentes. Segundo, até que ponto a competição sócio-econômica vincula-se a certos subterfúgios, que convertem a discriminação e o preconceito em mecanismos de defesa de status. A nossa suposição consiste em que o “negro” ainda não chegou a ameaçar coletivamente, de nenhum modo definido, a situação econômica, social e cultural do “branco”. Onde a discriminação e o preconceito, nas formas que ambos assumem na sociedade brasileira, se manifestam de maneira mais intensa, não estamos propriamente na orla da ordem social competitiva, mas nos limites do empenho em preservar o nosso antigo sistema de relações raciais. Isso não impede que o “branco” misture as coisas, aqui e ali, em situações concretas e confinadas de competição com o “negro”. E tão pouco invalida a “queixa” fundamental dos negros e dos mulatos, que condenam o “preconceito de cor” como um mecanismo de defesa social dos “brancos”. Quanto ao primeiro aspecto, é inevitável que o “negro que sobe” crie riscos para os “brancos” da mesma categoria profissional e que estes se apeguem às armas mais acessíveis para combatê-lo. Apenas, tais ocorrências estão longe de assumir as proporções e o caráter de um processo social. É presumível, mesmo (se se preservarem certas condições do desenvolvimento sócio-econômico da cidade) que tal coisa não venha a suceder nem no futuro. Quanto ao segundo aspecto, o “negro” tem razão, mas o que se lhe nega é muito mais do que ele pensa. Na medida em que a discriminação e o preconceito produzem o efeito apontado, eles não favorecem, apenas, as vantagens competitivas do “branco”. Acima e antes disso, impedem ou dificultam o próprio acesso do “negro” na ordem social competitiva. O que está em jogo, portanto, é a estrutura do nosso sistema de relações raciais. Os círculos que se apegam, de maneira mais ou menos intolerante, às prerrogativas da “raça branca”, opõem-se medularmente a que essa estrutura seja adaptada à ordem social democrática. Já os elementos que simplesmente resistem ao “negro que sobe” por temor da perda de status, nem sempre vão tão longe.

É curioso como essa complexa situação histórico-social desorienta o negro e o mulato. Confundindo os três níveis de resistência à sua classificação e ascensão sociais, eles deixam de discernir o fator tópico de maior importância dinâmica. Alguns casos são flagrantes. Não é difícil, com relação a eles, indigitar a discriminação e o preconceito tal como operam em sua intensidade extrema. Um exemplo pungente foi apresentado em um debate público. Em certa cidade do interior de São Paulo, o médico de plantão do órgão assisten-

cial de um sindicato foi atender a um chamado de urgência. Ao deparar com um “médico preto”, o marido da paciente não permitiu o exame, dizendo: “calcula se eu vou deixar um negro examinar minha mulher!” — Em consequência, a mulher faleceu e o médico não pôde sequer fornecer o atestado de óbito, assinalando as razões em sua fôlha de trabalho, para resguardar-se (81). Duas outras coisas são percebidas, mas projetadas num contexto limitado. De um lado, a “má vontade do branco” diante de candidatos “pretos”. Êstes raramente conseguem oportunidade para pôr à prova sua competência profissional; e, quando isso se dá, muitas vêzes são relegados por “motivo da côr”. E’ impressionante o número de entrevistados que repete esta explicação. Uns, acreditam que “o branco quer proteger seus parentes e amigos” ou que “os patrões gostam de dar os melhores empregos para os de sua raça”; outros, supõem que “o branco tem medo do negro” (da sua inteligência, da sua dedicação ao trabalho, da sua “vontade de subir”, etc.); alguns, finalmente, acham que “o branco tem medo de se arriscar, por causa do mau nome do negro como trabalhador”. No entanto, não relacionam êsse comportamento com seu resultado global: a exclusão do “negro” da ordem social competitiva e suas repercussões diretas na persistência do antigo padrão de dominação racial. De outro lado, apontam “as intrigas” dos “brancos”, especialmente quando êstes estão em vias de ser suplantados pelo “colega de côr”, e “a falta de proteção”, que impede ou restringe o reconhecimento do valor do profissional “negro” e, por conseguinte, limita suas possibilidades de promoção. Poucos chegaram a descrever tais “intrigas” de forma congruente, de modo a demonstrar que, de fato, atrás delas se ocultava uma resistência residual em aceitar o “negro” seja como “igual”, seja como “superior”. E poucos, também, ligaram de maneira convincente a solidariedade dos “brancos” entre si ao monopólio “racial” que êles exercem, praticamente, na distribuição das melhores oportunidades de trabalho. Êsse pequeno número, entretanto, sugere que, em certas esferas, a ascensão social do “negro” repercute no equilíbrio racial da ordem social competitiva. Na medida em que esta tende a absorver “negros” e “brancos” em condições de igualdade, o caráter das tensões raciais se modifica. O “branco”, que antes sòmente se empenhava numa defesa indireta e invisível de sua posição de supremacia, precisa descer ao corpo a corpo indisfarçável. Êsse aspecto ficou bem visível em algumas entrevistas. A melhor ilustração é fornecida, porém, pelas experiências de um dentista. Êle deixou claro que os “colegas brancos” do bairro atacam-no “sem dó nem piedade”. Se um de seus clientes

(81) — Ocorrência descrita em público pelo Sr. Luiz Lobato. Os dados pessoais e particulares foram omitidos, para evitar identificações penosas.

“cai na mão de um dêles”, logo dizem: “Que trabalho bem feito! Muito bom!” “Os clientes gostam de ouvir isso, de saber que seus dentistas são bons. Mas, quando lhes dizem que o dentista sou eu, logo começam a pôr defeitos”. “Bem, esta ponte assim não está boa. Aqui está muito larga, etc.”. “No dia seguinte os clientes me contam: “Ontem eu precisei do senhor. O senhor não estava. Eu fui no dr. fulano ou sicrano. Êle me disse que o trabalho não está bom. Por isto, por isso e por aquilo”. “E vá eu convencer o cliente! Preciso ter um trabalho do diabo para mostrar que está certo”. Contudo, nas relações pessoais os mesmos colegas mostram-se cordiais e “fingem que se dão muito bem comigo”. Dados dessa natureza evidenciam que a resistência ao “negro” se torna, então, muito mais severa e drástica. Como afeta um número reduzido de pessoas, numa conjuntura de pleno emprêgo e de aumento médio da renda real, ela não produz dividendos mais dramáticos.

Na medida em que o “negro” não está plenamente socializado para a ordem social competitiva, poucos são os que reagem de forma compensadora e inteligente a semelhantes tipos de resistência específica. O desalento diante das “injustiças” ou das “traições” dá lugar a um retraimento do esforço competitivo. A noção de que “quanto mais elevada é a categoria social a que o negro quer chegar, maior é a probabilidade de resistência oposta pelo elemento branco dessa categoria social” (82), claramente configurada em seu horizonte cultural, ganha corpo e leva-o “a desistir de suas ambições”. Doutro lado, como sua participação do estatus social adquirido é confinada, não dispõe, como o “branco”, de estímulos concorrentes para “continuar a carreira”. O sujeito consegue tornar-se dentista, médico, advogado ou engenheiro e depois verifica que “ter dinheiro não é tudo” ou que “a côr fecha-lhe tôdas as portas sociais”. Isola-se, desanima e passa a participar, eventualmente, dos “clubes negros” de classe média. Os seus incentivos “para subir” sofrem uma crise, pois a sua carreira deixa de ter sentido em face das exigências sociais de um estilo de vida. Na autobiografia de um elemento dêsses, que tentou ajustar-se a “brancos” de seu nível econômico, social e moral, depa-ramos com a seguinte passagem: “o negro, nas sociedades de elite, quando lhe é permitido o acesso, é obrigado a ficar isolado, não podendo assim, ali se manter. Quando não sofre diretamente êsse isolamento porque pode ter amigos que acomodam sua situação no ambiente, não encontra o mesmo fator para colocar à vontade sua esposa ou filhos. A mulher branca tem muito mais preconceito que o homem. As mulheres de elite, acostumadas a ver as mulheres negras

(82) — Segundo formulação feita em público pelo sr. Luiz Lobato.

em suas cozinhas e copas, não se acostumam a vê-las nos salões. Julgo ser esta uma das razões que levam os homens cultos e ricos da raça negra, a casarem-se com mulheres brancas, mesmo que estas não estejam em idêntica situação intelectual e econômica. Em todos os lugares onde a elite brasileira tem o seu “habitat” para atividades sociais ou esportivas, aos negros é inconcesso o ambiente”. Portanto, mesmo quando pareça que a resistência devida ao preconceito e a formas conscientes de antagonismo sócio-econômico são inócuas ou secundárias, é necessário atentar para as suas conseqüências. Ela no mínimo solapa ou derroca as bases morais de segurança da pessoa, dificultando de várias maneiras o ego-envolvimento em compulsões que dão sentido à vida e animam o indivíduo a aceitar as duras alternativas de uma sociedade competitiva. Como o “meio negro” não possui condições para absorver e neutralizar êsse impacto, o “prêto que sobe” é forçado a sofrê-lo sob enorme tensão, como se êle fôsse o comêço e o fim do mundo.

As barreiras ao reconhecimento da ascensão social do “negro” pelo “negro” são menos elaboradas e destrutivas. Elas nascem do sentimento de perda, do temor que o amigo, companheiro ou parente venha “a ter vergonha” dos seus, separando-se dêles. Doutro lado, elas respondem, psicologicamente, à imagem do “prêto” construída pelo “branco”. Assim como êste não distingue “côr” e “posição social”, quando se trata do “prêto”, os “negros” também tendem a supor que sua condição racial os iguala socialmente. Há, em primeiro lugar, uma reação elementar, que desvirtua e põe em dúvida a condição sócio-econômica alcançada pelo “negro que sobe”. Se o conhecido, o amigo ou o parente, depois de longos esforços, obtém o seu diploma de dentista ou de advogado, ao falar dêle dizem: “êle diz que é doutor”, “êle é doutor de araque”, etc.. Numa história de vida, o pesquisador, ao confrontar os dados do sujeito com as informações de pessoas de seu círculo de convivência, registrou: “metido a doutor, não sei de onde tirou êsse diploma”. Já numa entrevista deparamos com uma confidência: o sujeito conhecia o caso de um “negro que subira”. “Êle se dizia professor de inglês” [...] “e gostava de vestir-se bem e falar difícil. Mas eu nunca assisti nenhuma aula do tal professor, de modo que não sei comprovar se êle dizia a verdade ou não”. Em segundo lugar, existe no “meio negro”, naturalmente, um consenso secular de que certas ocupações “pertencem naturalmente ao branco”. Em igualdade de condições, dificilmente um cliente “negro” favorece um comerciante ou um profissional da mesma côr. Êle “sente mais confiança” ou “tem mais prazer” em “servir-se do branco”. Um dentista mulato explicou-nos: “Os pretos, em geral, são pouco inclinados a procurar profissionais da sua côr. Êles pen-

sam que todos são iguais a êles. Como não têm cultura e não sabem nada, julgam que todos os pretos são assim. Para êles, o prêto não dá para nada. Doutor, só branco. Se o profissional não vive no meio prêto, êle não arranja cliente prêto de nenhum modo. Eu nunca me separei do nosso meio. Vivo nas associações negras e participo dos movimentos com os pretos. Por isso, conto com boa parte da clientela de côr”. Por fim, existe uma espécie de tendência cega a resistir ao reconhecimento de estar numa “relação de inferioridade” para com “outro negro”. Em depoimento público, ouvimos a seguinte informação: “Aliás, falando em barreira, eu queria apartear, para dizer que também o próprio negro, às vêzes, quando os seus elementos sobem numa determinada profissão, numa profissão diferente, o próprio negro não admite que êste seu elemento tenha chegado àquele lugar” (83). O sentido dessa explicação pode ser esclarecido através de um exemplo característico. Realizou-se, na casa de uma família francesa, uma reunião de intelectuais negros e mulatos. A empregada não gostou do acontecimento, comentando com azedume: “o que êles pensam que são? Êles não são mais do que eu! Êles são, mesmo, menos do que eu. Eu não sou mais clara do que êles?” Em suma, vendo-se através de uma perspectiva social construída e orientada pelo “branco”, mal preparado para ajustar-se coletivamente à ordem social competitiva e por vêzes ciumento diante de êxitos que ainda estão ao alcance de poucos, o próprio “negro” chega a levantar impecilhos variados ao reconhecimento da ascensão social dos homens de sua “raça”.

Êsses resultados sugerem que a ascensão social cria um drama para o “negro”. Pelo confronto com o “branco”, êle sabe muito bem quais são os seus “direitos” e como deveria usufruí-los. Na prática, porém, assiste à diluição irremediável de vários papéis sociais, que gostaria de desempenhar, muitas vêzes por causa das disposições psico-sociais das pessoas com as quais interage socialmente. Ora é a “empregada branca”, que irrompe na sala de visitas e intromete-se nas conversações. Um funcionário público, mulato claro, queixou-se, a respeito: “Não demora dois dias para a empregada se meter na sala e até conversar com as visitas, ao nosso lado. Não conseguimos impedir isso”. Ora são os “fornecedores brancos”, que se mostram “muito orgulhosos” e “arrogantes”. O dono de um restaurante, negro, referiu-se a um entregador de carnes nestes têrmos: “Entrava aqui que só vendo. Parecia que me estava fazendo um favor. Sabe, eu pago na ficha. Quando me aborreci de uma vez com a arrogância do rapaz, fui ao açougue e cortei a conta. O pai dêle era muito

(83) — Depoimento feito em público pelo sr. José Pelegrini.

educado. Me perguntou porque eu cortava a conta. Eu disse: para ser franco, estou desgostoso com seu rapaz. Ele entra lá como se tivesse o rei na barriga, com uma arrogância que ofende a gente". Ora é o próprio "negro", que "azucrina os ouvidos da gente, dizendo: "não te conheço mais", "que pareço cheio de histórias", "para guardar o orgulho" e "me difamando pelas costas". Esse quadro revela uma coisa. O "negro" enfrenta sérias dificuldades na imposição do estatuto adquirido. De um lado, falta-lhe traquéjo no uso das técnicas sociais que tenta explorar. Ele vence uma batalha interior ao entrar no "restaurante fino", ao ir a um "bom teatro" ou ao contratar uma "empregada branca". Mas, os outros não facilitam o seu caminho, forçando-o a apelar para comportamentos inusitados e mais ou menos estranhos. De outro, os "brancos" também não possuem traquéjo na aceitação e tratamento do "negro" como "um igual" ou "um superior". Por vezes forçam a nota, ultrapassando os limites da equidade e do respeito mútuo. Através do "policial negro" é possível assinalar-se como isso ocorre. Um guarda-civil contou-nos que uma mulher "espancara baramente dois menores". Ele foi mandado ao lugar, com ordem de prendê-la. "Eu obedeci. Disse: "Vamos para a delegacia". A mulher ficou furiosa. "Você não se enxerga?... Onde já se viu um preto prender branco? Vocês ainda ontem estavam na senzala! A mim é que preto não prende!" Outro caso, ocorreu há mais tempo. Foi relatado por um soldado negro. No carnaval, acabara de largar o serviço, totalmente fardado e equipado, e dispunha-se "a cair na farra". Vi uma pretinha muito bonita. Tirei linha com ela. Ia segui-la, quando senti uma cusparada na cara e depois outra. Enxuguei e passei a mão na mulher que me fizera aquilo. Era uma branca, que estava no bonde. Perdi a cabeça e levei-a à Central, batendo nela com o sabre pelo caminho. Subimos a ladeira do Carmo e não deixei de bater nela. Estava no plantão um sub-delegado italiano. Ouviu o caso. Disse-me: "está bem. Pode ir". Eu sai e nem bem tinha passado uns vinte minutos, levei uma cusparada. Voltei-me. Era a tal mulher. Tornei a agarrá-la e a levei de novo à Central batendo nela com o sabre. O delegado já tinha chegado. Eu contei tudo de novo. O delegado mandou descer a mulher para o xadrez. Voltei para onde estava. De repente, vejo a mulher descendo a ladeira, com dois companheiros fortes. Pensei comigo: é agora! Vai ter! A mulher se chegou perto de mim, mas não cuspiu. Eu estava prevenido. Fui botando a mão e dando-lhe com o sabre. Os companheiros dela quiseram intervir. Eu puxei do revólver. Foram todos de novo para a Central. Levei comigo duas testemunhas. Na Central, soube que assim que o delegado fôra dormir, o subdelegado soltou a mulher. Eu mandei chamar o delegado. Este veio e ouviu todo o caso. As testemunhas intervieram,

dizendo que isso era um desrespeito pela autoridade. O delegado mandou prender a mulher e os dois companheiros dela. E suspendeu o subdelegado". Situações dêsse tipo são, naturalmente, extremas e raras. Porém, elas insinuam até onde podem chegar as dificuldades do "negro" para "impor sua personalidade". A côr serve como um ponto de referência, que confere ao "branco" e, de outras formas, ao próprio "negro" a faculdade de "rebaixar" a pessoa com quem estiver tratando. Em consequência, o "indivíduo de côr" precisa apelar para artifícios ou para a violência não só para "defender sua dignidade", mas para corresponder normalmente aos papéis sociais, que é obrigado a desempenhar socialmente.

Por fim, podemos tratar, à luz dessa ampla descrição das barreiras que interferem nas condições e nos efeitos psico-sociais à aceitação do "homem de côr". Há uma velha querela no Brasil, segundo a qual a "côr" não interfere no processo de avaliação do negro e do mulato. Chegou-se, mesmo, a afirmar que riqueza e posição social de prestígio asseguram "brancura ao prêto". A nossa discussão mostra, ao contrário, que existe uma interferência resistente, sinuosa e complexa. Embora ela não impeça a mobilidade social vertical, é patente que ela a torna muito difícil e problemática. Aliás, a opinião predominante, tanto no "meio negro", quanto nos diversos círculos da "população branca" da cidade, admite francamente êsse fato. Reconhece-se que a riqueza e a posição social não corrigem, por si mesmas e para todos os efeitos, limitações resultantes da condição "racial". E, o que é mais importante, sabe-se que as linhas de resistência se acentuam fatalmente, na medida em que o "homem de côr" pretenda desfrutar, sem restrições, tôdas as prerrogativas inerentes a seu nível social. Atendo-nos à documentação coligida a respeito da situação descrita, pretendemos completar a nossa análise, focalizando os aspectos que são cruciais para entender-se como se processa e se explica a aceitação do "negro que sobe".

É evidente que a aceitação do "prêto" ou do "mulato" é regulada por representações e avaliações contruídas pelo "branco". Embora exista uma séria discordância entre as representações e as avaliações, de um lado, e as probalidades de comportamento real de outro — as primeiras exteriorizam-se como se fôsem abertas; enquanto as segundas tendem a ser altamente restritivas (84) — elas definem, em conjunto, alternativas de atuação pessoal e grupal que se concretizam socialmente. Os resultados de nossa investigação mostram que o "branco" admite certas potencialidades intelectuais criadoras no "negro". Mesmo pessoas que se apegam a um preconceito extrema-

(84) — Veja-se, a respeito, R. Bastide e P. Van den Bergue, "Estereótipos, Normas e Comportamento Inter-racial em São Paulo", op. cit., pp. 365-367.

do e irreduzível ou aquêles que acreditam “que há qualquer coisa com a raça negra” freqüentemente compartilham dêsse julgamento. Assim, indivíduos que ressaltavam que “prêto é prêto”, “cada um para o seu lado”, etc., por vêzes frisavam, também, que os “pretos poderiam reerguer-se”, já que “a inferioridade do prêto não tem causas biológicas, constitucionais”. Do mesmo modo, os que se revelaram convictos de que “os negros são uma raça decaída” em muitos casos indicaram que êles poderiam corrigir sua inferioridade. Alguns, como sugere o exemplo seguinte, chegaram a salientar que êles “ainda podem, no futuro, se reerguer e tornar-se mais fortes que os próprios brancos”. As conclusões de Bastide e Van den Bergue esclarecem êsse aspecto da nossa intrincada situação de contacto racial. “Em contraste com os estereótipos reinantes nos Estados Unidos, 55% da amostra julgam que os negros são intelectualmente iguais aos brancos (apenas 43% consideram os negros menos inteligentes que os brancos)” (85). Como estas conclusões se referem a indivíduos pertencentes à classe média, é provável que um contingente mais elevado da “população branca” total participe de convicções que permitem imputar ou reconhecer nos negros e nos mulatos qualidades potenciais para “subir na escala social”. Contudo, nas explicações dos “êxitos” reais ou aparentes do “negro”, o “branco” enfrenta certa perplexidade. A maioria apega-se a uma valorização de cunho etnocêntrico, segundo a qual “a melhoria do prêto” resulta do seu “lado bom”. Graças à miscigenação, o “prêto” teria herdado, em grau que varia com as proporções do mestiçamento, qualidades “intelectuais” e “morais” derivadas, no fundo, da própria “raça branca”. Os que não colocam o dilema dessa maneira gravitam em tórno de duas orientações básicas. Ou ficam indecisos, atribuindo os “êxitos” reconhecidos a influências construtivas do branco. É o que se infere das opiniões externadas, de forma típica, por uma pessoa de família tradicional. Ela crê, inabalavelmente, que “os pretos são inferiores aos brancos”. Mas, sabe pela experiência que “alguns pretos” escapam dessa inferioridade. “Isso não tem explicação [...]. É como uma espécie biológica que, de repente, dá uma flôr mais vermelha”. Ilustrou suas afirmações espontaneamente: “Tive um prêto retinto, em minha repartição, que pode ser considerado uma excepção. Aliás, considero-o o único prêto irrepreensível que conheci em tôda a minha vida: correctíssimo moralmente, perfeito no serviço, alinhadíssimo nas roupas limpas e cuidadas), de trato finíssimo, melhor educado que muito branco [...]. Sua família era igualmente alinhada”. Tudo isso intrigava a pessoa em questão. “A única explicação que encontro é

(85) — R. Bastide e P. Van den Bergue, loc. cit.

que devem ter sido educados num meio [branco] muito fino. Nunca toquei no assunto, mas o sobrenome, B. L., leva também a essa suposição, pois só pode ter sido tirado de gente boa. Aliás, era uso, antigamente, os escravos adotarem o nome de seus donos”. Ou, então, apelam para uma construção ambígua, que converge, de uma maneira ou de outra, para a imagem do “negro de alma branca”. Em um documento pessoal, deparamos com uma formulação característica: “Tenho uns tios maternos que odeiam negros (devo explicar que minha mãe é de família de 400 anos). Absolutamente êstes meus tios não se dão com negros. Quando por acaso um ou outro vai à sua casa (mesmo sendo prêto de posição social) são tratados com reserva, e procuram evitar de qualquer modo a amizade com êles. Uma vez, somente, eu lembro-me de ter visto um dêsses meus tios “elogiar” um prêto. “Que prêto inteligente! Nem parece negro!” (86). Um dos pesquisadores, ao elaborar uma súmula das conclusões a que conduziavam as entrevistas que realizou, pôs em evidência essa manifestação de etnocentrismo do branco: “uma vez colocada a questão de qual o fundamento da afirmação relativa ao complexo do negro e à tara oriunda da escravidão, visto que houve (ou há) negros “grandes homens”, nenhum dos meus interlocutores foi capaz de tentar uma explicação, contentando-se quase sempre em dizer que se tratava (ou se trata) de indivíduos excepcionais, algo como “são negros só na côr, no resto são brancos”.

O fato é que as três alternativas apontadas oferecem uma brecha para representar o “negro” em têrmos favoráveis e, mesmo, para aceitá-la socialmente ou reconhecer o seu talento e a sua posição social em casos concretos. Onde elas não se equacionam socialmente (87), os estereótipos negativos operam livremente, em prejuízo fatal da avaliação e da aceitação do “negro”. Assim, uma senhora de idade, identificada com a fórmula: “Prêto é prêto. Pode haver amizade, mas cada um de seu lado”, fazia-lhes restrições mesmo para os “serviços de pretos”. Adiantou que “não gosta de empregadas de côr preta, porque não inspira confiança. Só aceitaria se fôsse uma já conhecida de sua família”. Os próprios informantes negros e mulatos enfatizavam essa conexão negativa. Na autobiografia de um funcionário público negro encontramos uma alusão explícita: “As minhas relações com o chefe geral da repartição sempre foram das mais inamistosas possíveis. Uma antipatia mútua pairava sôbre nós, de modo

(86) — Por ser documento redigido pela informante, foi reproduzido literalmente. Seria conveniente ressaltar que outros documentos corroboram, amplamente, o depoimento transcrito.

(87) — Lembramos que segundo Bastide e Van den Bergue, 43% dos brancos de uma amostra de classe média reputavam “os negros menos inteligentes que os brancos”.

a não ser possível qualquer entrelaçamento, tão necessário no trabalho quotidiano. Creio que a razão dessa antipatia era advinda de êle não querer minha permanência na repartição. Corrobora a assertiva o fato dêle não me conceder possibilidades de acesso a outros cargos de maior remuneração e de maior responsabilidade, alegando para tanto que eu vivia no meio de negros, bebendo cachaça em botequins, atitudes que se contrapunham à dignidade funcional”.

A documentação coligida permite estabelecer, ainda, duas conclusões deveras importantes. Em situações concretas, de competição com o “negro que sobe”, o “branco” abertamente identificado com o preconceito de côr não compartilha de nenhuma dessas avaliações alternativas. Considera “o prêto inferior”, “não quer nada com êle” e protege-se de seu convívio mediante um exclusivismo hostil. Esse procedimento redundava em prejuízos insuperáveis para o “negro em ascensão social”. De um lado, porque reduz a viabilidade de sua aceitação nos círculos de maior prestígio social. De outro, porque lhe barra as vias mais compensadoras de intercâmbio social com os “brancos influentes” e revigora, entre êstes, a propensão de respeitar a velha norma, segundo a qual a exclusão sistemática ou a aceitação excepcional do “negro que sobe” (mesmo do “grande homem de côr”) constitui matéria de arbítrio pessoal. Além disso, deve-se levar em conta a qualidade da reação do próprio “negro” às avaliações que o reduzem à condição de exemplo que confirma a regra. No passado, a integração na periferia ou no núcleo das famílias tradicionais envolvia processos de socialização e de identificação com os interesses: ou os valores sociais da “raça dominante”, que faziam da avaliação “prêto de alma branca” um símbolo nobilitante e desejável. No presente, como se trata de um processo de ascensão predominantemente autônoma de homens ou de famílias “de côr”, avaliações desse tipo são antes reputadas como “traíçoeiras”, “deprimentes” e “intoleráveis”. Só os “negros metidos a branco” (ou “trânsfugas”) e os “mulatos safados” se comprazem em ser discriminados, dessa maneira, da “massa de homens de côr”. Em sua autobiografia, um negro de classe média descreve francamente a sua irritação: “Quase que diariamente tenho tido experiências desagradáveis por causa da côr. Não sei se a constância dessas situações é advinda da prevenção imposta por meu espírito, traduzindo-se, talvez, já em recalque, que fazem com que eu tenha um pré-julgamento das atitudes dos brancos; mas, mesmo assim, tenho a dizer que as experiências desagradáveis, ou seja, as manifestações diretas ou indiretas de preconceito são bem constantemente percebidas em meus contactos. Uma das manifestações de preconceito bastante comum é aquela em que, num grupo de pessoas, onde se encontra apenas uma negra, sendo os demais bran-

cos, tem-se, por costume, em qualquer comentário desairoso sobre o comportamento de um negro ou dos negros em geral, que surge na conversa, excluir-se o componente do grupo atacado que ali se encontra, em dizendo-se: “Você não é negro”, ou então, “Você é negro com alma branca”. Já me encontrei muitas vezes em situações como a citada, sendo bem veementes os meus protestos, porque nunca admiti ataques à minha raça em minha presença. Também não admito elogios, porque não creio que ela os mereça, após a Abolição. Sòmente me curvo ante uma análise conscienciosa e criteriosa da real situação em que se encontra o negro brasileiro” (88). Nesse contexto emocional, social e moral, o “negro” passa a receber o “tratamento excepcional”, com sua norma simbólica, como verdadeira ofensa, encarando-os, algumas vezes, como injúria irretratável. Um informante negro indicou, espontâneamente: “Relativamente àquela exclusão do negro presente em uma roda que comenta qualquer conduta de negros, em dizendo: “Você não é negro. É sòmente na còr mas tem a alma branca”, tenho a dizer que conheço vários negros que romperam com suas amizades por causa dessa representação. Outros, aceitam-na passivamente. Outros, principalmente mulatos, sentem satisfação em se verem excluídos da massa ignara a que pretendem”. O que ficou bem claro, na sondagem que efetuamos, é que a aceitação discriminativa, com base em ser avaliado como “prêto de alma branca”, deixou de ser algo universalmente compensatório. Como afirmou um dos nossos colaboradores: “O negro precisa ter seu automóvel, precisa ter seu telefone e seu palacete” (89). A identificação com o “branco” no plano verbal perdeu seu atrativo. O “negro” aspira por uma ascensão social afetiva e propende a esperar ou a exigir o “tratamento condigno” correspondente. Se êle lhe for negado, prefere a evitação franca e as relações formais, reguladas por contactos impessoais e categóricos.

À luz de avaliações raciais dessa natureza, é compreensível que o “branco” tenda, consciente ou inconscientemente, para comportamentos de teor discriminativo muito especial. A aceitação do “negro que sobe”, dadas as condições materiais e as exterioridades requeridas pela situação de classe correspondente, flutua em função de três variáveis psico-sociais independentes. Primeiro, a aptidão demonstrada pelo próprio sujeito (a personalidade “negra” em ascensão social), nos diferentes níveis da vida em sociedade, em identificar-se com as normas e os valores sociais, bem como com os padrões ideais de organização da personalidade da “raça dominante”. Graças a esta

(88) — Tratando-se de documento pessoal, escrito pelo informante, reproduzimo-lo na íntegra.

(89) — Parte de um depoimento, feito em público, pelo sr. Afonso Dias.

variável, a aceitação do “negro que sobe” é condicionada pelo reconhecimento explícito de algo equivalente a uma espécie de **branqueamento social**. Segundo, o sentido das polarizações das atitudes e expectativas de comportamento raciais do “branco”. As contradições entre estereótipos, normas e comportamentos reais, mencionadas acima, não são causas, mas **produtos** de uma situação de transição e de verdadeira ambivalência cultural. Nesse plano, elas traduzem a existência de formas sociais de acomodação racial, que são largamente divergentes, inconciliáveis e, até, exclusivas. Em nossa reconstrução, interessam, especialmente, as polarizações extremas, em termos de afastamento ou de aproximação. Quando o comportamento do “branco” evidencia forte estereotipação, acompanhada da frustração simultânea (dissimulada ou ostensiva) das normas ideais de tratamento recíproco (do “negro”, no caso), tendemos para manifestações mais ou menos intensas de intolerância racial. Ao inverso, quando o comportamento real do “branco” propende para certa coerência em face das normas ideais de tratamento recíproco (do “negro”, no caso), tanto pode ocorrer uma suavização dos efeitos negativos da estereotipação, quanto uma neutralização dêste processo (90), e tendemos para manifestações mais ou menos límpidas de tolerância racial. O fato básico é que a interação com o “negro” não determina, por si mesma, o sentido das polarizações de atitudes e de expectativas de comportamento raciais dos “brancos”. Tal sentido é elaborado, em inerentes ao caráter, às peculiaridades da tradição étnica ou nacional dos grupos domésticos e às implicações da situação de classe dos agentes “brancos”. Por isso, a aceitação do “negro que sobe” é condicionada pela qualidade e orientação das disposições subjetivas dos “brancos”. Terceiro, a influência labial de fatores particulares, suscetíveis de interferir, em escala social, nos ajustamentos concretos. Certos encargos ou “obrigações de família”; laços sentimentais ou morais, explicados através de simpatia ou antipatia, admiração ou aversão, etc.; interesses cruamente materiais e racionais — podem transformar atitudes e expectativas de comportamento raciais do “branco” e converter a interação com o “negro” em fator dinâmico de aproximação ou de afastamento inter-racial. Explicam-se, assim: 1.º) a tolerância, por vezes extrema e completa, de “brancos preconceituosos” diante de “certos pretos”, concebidos como “figuras à parte”; 2.º) a intolerância, por vezes virulenta e desconcertante, de “brancos legais” (91) contra certos negros ou mulatos, encarados como “ti-

(90) — Naturalmente, em situações limites e, portanto, em casos mais ou menos raros. Não obstante, a nossa pesquisa demonstrou que alguns brancos são neutros ao “preconceito de cor”.

(91) — Na terminologia do negro e do mulato, o “branco” destituído de “preconceito de cor”.

pos que dão razão aos que falam mal dos pretos". O que importa ressaltar, aqui, são os efeitos dos fatores contingentes e labiais nas relações raciais. As normas ideais, acentuando modelos democráticos de avaliação e de comportamento, facilitam de certa forma a operação efetiva desses fatores. Por conseguinte, eles tanto podem contribuir para tornar menos rígidos os critérios de avaliação intolerante (dos indivíduos ou nos círculos sociais onde eles são mais frequentes), quanto podem introduzir gradações negativas nos critérios de avaliação tolerante (dos indivíduos e nos círculos sociais onde eles são mais frequentes). Portanto, a aceitação do "negro que sobe" também é condicionada por fatores circunstanciais, que particularizam ou personalizam as relações dos "brancos" com "certas pessoas de côr", aproximando-os ou afastando-os fora e acima dos padrões fornecidos pelos ajustamentos convencionais. As três variáveis, consideradas em conjunto, atuam na mesma direção. Embora o comportamento manifesto dos "negros" seja apontado como o sistema de referência aparente, que determinaria as atitudes e expectativas de comportamento racial dos "brancos", na realidade: os conteúdos e a latitude das avaliações e dos comportamentos destes últimos conformam-se a crivos que lhes conferem, independentemente do seu nível social, a situação de "raça dominante". Não só o "negro" tem de esforçar-se para demonstrar que é capaz de atingir determinados níveis de realização psico-social. O "branco" reserva-se o direito do julgamento final e de decidir os limites dentro dos quais irá reconhecer, aceitar e sancionar as "situações de fato", criadas pela ascensão social do "homem de côr".

Está claro que os comportamentos psico-sociais descritos reduzem o ímpeto e o impacto da mobilidade social vertical do negro e do mulato. De um lado, eles instigam a perpetuação de formas de seleção rígidas, incompatíveis com os fundamentos igualitários de uma sociedade competitiva, graças às quais o "branco" pode resistir e, em última análise, manipular as probabilidades de equiparação social com o "negro". De outro, eles dão continuidade, atualidade e universalidade ao conhecido mecanismo da "exceção que confirma a regra", amoldando-o às condições de integração e de funcionamento da sociedade de classes.

Quanto ao primeiro ponto, as nossas entrevistas mostraram que os "brancos" — especialmente aqueles que acham que "há muito prêmio bom" — tendem a reconhecer que o "negro" tem de enfrentar um sistema unilateral de barreiras. Eis como essa opinião foi equacionada de forma típica: "Quando eles [os pretos] sobem é por seu próprio valor. E' que para o preto subir ele precisa ser o tal. O branco faz qualquer coisinha e passa. Mas o negro precisa ser o tal mesmo.

Senão, não consegue nada". Mesmo um informante que contraditou semelhante opinião deixou patente êsse mecanismo: "O problema é antes de educação. O preto é aceito mesmo sem ser o tal. Os patrões têm medo de aceitar empregados pretos porque sabem que eles não têm educação e têm receio que eles respondam mal, como fazem os pretos com palavras daquelas, aos fregueses". Por aí se vê que a expectativa mínima, no plano da seleção, é fornecida pelo nível de comportamento do "branco". Ainda que não se exija que êste seja suplantado pelo "negro", espera-se dêste uma realização que o equipare ao primeiro. Os resultados patentearam que a indiferença ou uma exigência negligente só aparecem no plano do "serviço de negro". Um dos entrevistados, que se empenhava em provar que "não existe preconceito de côr em São Paulo", respondeu da seguinte maneira à pergunta "se os empregados pretos faziam os mesmos serviços que os brancos": "Bem, nisso você tem razão. A maioria se dedica a trabalhos braçais. Mas, se algum tiver valor, poderá ser melhor aproveitado. É que fazem maiores exigências para os pretos do que para os brancos". Um dos pesquisadores focalizou um caso ilustrativo. A diretora de uma escola particular religiosa disse-lhe: "Exigimos mais de uma preta que de uma branca, para que a aceitemos. A situação é muito delicada e uma moça de côr, para ser respeitada, deve ser superior a uma branca nas mesmas condições". Os documentos pessoais coligidos revelaram, abundantemente, que a aceitação do "chefe", do "dentista", do "advogado", do "médico", etc., negro ou mulato ocorre sob critérios idênticos. As peneiras que regulam a seleção do "negro" e do "branco" são diferentes a tal ponto, que o fato caiu em pleno domínio da percepção de senso comum. Ao deparar com "um negro em cargo importante", o "branco" logo pensa que "êle é o tal", "deve ser uma sumidade" ou "é ultra-competente". Resumindo os resultados de uma sondagem, feita através de entrevistas informais nesse sentido, declara o pesquisador: "Fui sempre informado sôbre negros que ocupam posições subalternas. Quando eram conhecidos casos em que haviam chegado a posições sociais elevadas, seu nome e situação eram referidos como se tratasse de coisa excepcional, capaz de causar surpresa. Como a justificar o fato, eram afirmadas as qualidades "positivas" da pessoa". É curioso como se estabelecem centros de percepção espontânea da realidade. À posição de professor catedrático da Faculdade de Direito é inerente grande prestígio social. Vários entrevistados brancos trouxeram à baila o caso de um mulato claro, especialista ilustre, que logrou vencer o concurso de cátedra nesse instituto de ensino superior. Um dos entrevistados chegou a indicar que no primeiro concurso "êle não entrou por causa do preconceito de côr"; e que

“sòmente no segundo concurso êle entrou, porque não havia jeito mesmo”. Outro informante, referindo-se à mesma pessoa, ressaltou que ela “concorreu com vários brancos de família de projeção e prestígio” e que “isso me leva a crer que êle era muito superior aos outros senão numa sociedade em que o prêto é sempre o mais fraco dariam a vitória a um outro branco”. Vários exemplos e informações, fornecidos diretamente por negros e mulatos, evidenciam que êles compartilham dêsse estado de opinião. Um dos entrevistados chegou a frizar: “Há uma vantagem em ser negro. É mais fácil da pessoa tornar-se conhecida. Uma pessoa de que eu tratei, falando do serviço a outra, pode esquecer o meu nome. Mas diz, “foi aquêlê dentista negro lá, de tal lugar assim, assim”. Agora, tem uma coisa. Do mesmo modo que um serviço bem feito de um negro repercute mais que o de um branco, quando acontece de um negro fazer um serviço porco, então, está liquidadado. E’ isso, um negro, concorrendo em igualdade de condições com um branco, tem que ser melhor para vencer”. Êsse é o credo do negro e do mulato, que se lançam decididamente na competição com os “brancos”. Êles sabem que existe uma disparidade incontornável no peneiramento inter-racial e que só adquirem algumas chances “esmerando-se” para atingir seus objetivos.

Não obstante, a seleção rígida vincula-se a fatôres materiais ou morais persistentes, que prolongam o passado no presente. De um lado, a especialização indireta e invisível, resultante dos “serviços de negros”, contribui marcadamente tanto para preservá-la, quanto para justificá-la. A interferência dêsse fator é tão generalizada, que cabe ao acaso a descoberta e a utilização do talento do “negro” pelo “branco”. As histórias de vida e as entrevistas de negros e mulatos de “classe média” fixam certos instantâneos, que comprovam duas coisas. Primeiro, que o “branco” relega, inadvertidamente, “pretos preparados” a serviços subalternos. Segundo, que às vêzes, quando alguém com autoridade ou ânimo humanitário descobre a situação real, aos poucos êles são guindados a empregos e a posições melhores, ainda que seja mais ou menos raro uma reparação equitativa e total. De outro lado, a especialização rígida favorece a persistência de padrões de dependência pessoal do “negro” em face do “branco”. Não só estimula aquêlê a procurar a “proteção” dêste; como anima o último a ater-se a critérios discricionários no reconhecimento e no aproveitamento das aptidões potenciais do primeiro, como se um resíduo de paternalismo fôsse essencial ao equilíbrio das relações entre as duas categorias raciais. Quanto ao “negro”, sentindo-se prejudicado pela seleção rígida, procura solapá-la e removê-la pelos meios ao seu alcance, nos diferentes níveis em que ela se manifesta. Seja no modo de vestir-se, de tratar o “branco” e de “sustentar a no-

ta”; seja na maneira de atrair a simpatia dos colegas e chefes, para “completar seus conhecimentos” ou para conseguir determinadas “promoções no serviço”. O fato é que desenvolve grande sensibilidade às formas assumidas pela seleção rígida, mesmo as mais dissimuladas. O seguinte exemplo, relativo à situação enfrentada por um dentista mulato, que se associou a um médico branco, é deveras esclarecedor. Algum tempo depois de terem instalado a clínica, o médico disse-lhe: “não esperava que você fizesse a clientela que fêz”. Ao que o outro respondeu: “Você achava que um negro teria dificuldade de fazer clientela e, nós somos amigos, quando você ficou indeciso para montar consultório comigo foi porque seus amigos disseram e você também achou que não dava certo trabalhar junto com um negro”. “Como é que você sabe disso?” “Eu estou acostumado. Se não soubesse disso, não poderia vencer”. Alguns casos mostram que, postos em situações extremas, recorrem conscientemente, com obstinação implacável, aos mais variados estratagemas para se protegerem contra os efeitos prejudiciais do uso social que os “brancos” imprimem à seleção rígida.

Quanto ao segundo ponto, deparamos com diversas modalidades de preservação do mecanismo da “exceção que confirma a regra”. Em termos ideais, êsse mecanismo não deveria perpetuar-se na ordem social competitiva. Êle deveria ter desaparecido com a ordem senhorial e escravocrata, na qual êle vinha a ser um ingrediente indispensável. Dado o fundamento pecuniário da escravidão, as várias possibilidades de alforria, a necessidade de dispor do liberto para diversas ocupações essenciais no sistema de trabalho escravista e as proporções da miscigenação mesmo nos níveis sociais altos, o referido mecanismo permitia separar determinadas “pessoas de côr” da categoria racial a que pertenciam, sem alterar a posição desta, como um todo, na ordem social vigente. No regime de trabalho livre e na sociedade aberta êle perdeu essa função reguladora do equilíbrio racial. Não obstante, como a modernização do sistema de relações sociais não afetou de pronto e de modo profundo os padrões tradicionais de convivência racial, aquêle mecanismo acabou impregnando e, mesmo, pervertendo a integração e o funcionamento da ordem social competitiva. Como se ainda tivesse de resguardar privilégios senhoriais e de impedir a degradação de prerrogativas estamentais inalienáveis, o “branco aplica aos efeitos da competição com o “negro” fórmulas análogas às empregadas no passado. Separa, assim, o “prêto de caráter”, o “negro inteligente”, o “mulato fino”, etc., do “prêto” considerado como uma categoria racial. Em consequência, pode não só atribuir-se certa liberdade no tratamento dos “negros” que são representados como uma espécie de equivalente social do

“branco”. Como, também, manter intocáveis e com um máximo de eficácia social avaliações raciais obsoletas, que abrem caminho para uma forte estereotipação negativa do “negro” e para comportamentos reais de teor variavelmente etnocêntrico. Enfim, acomoda-se racialmente à ordem social competitiva sem predispor-se, material e moralmente, a redefinir a imagem do “negro” e as avaliações concernentes à “raça negra” em função dos êxitos do “homem de côr” na livre competição. Os êxitos verdadeiramente marcantes ou são ignorados ou contam como contra-pêso negativo, para acentuar o caráter irrisório da exceção e a intangibilidade da regra geral.

A perpetuação do mecanismo em aprêço não resulta, apenas, dos fatores de demora cultural. Parece que as proporções da miscigenação excluíram, na cidade de São Paulo, o negro e o mulato de certos níveis sociais realmente beneficiados pela implantação do estilo competitivo de vida. Doutro lado, a proletarização do “negro” e a formação de “classes médias de côr” constituem fenômenos incipientes. Ambos não contribuem nem para aumentar a visibilidade do negro e do mulato naqueles níveis sociais, nem para pôr em crise avaliações raciais anacrônicas. É impossível presumir-se até onde essas condições, somadas aos efeitos da demora cultural, irão corromper os fundamentos ideais da ordem social competitiva e, principalmente, se eles poderão conformar essa ordem social a desvios de cunho racial discriminativo. Contudo, é evidente que a baixa porcentagem da “população de côr”, seu relativo isolamento sócio-cultural e sua fraca mobilidade social vertical impedem qualquer correção rápida ou a curto prazo das deformações introduzidas na integração e no funcionamento da ordem social competitiva pelas formas tradicionais de acomodação racial.

A sondagem efetuada demonstrou que o mecanismo opera, sensivelmente, como no passado. A condição *sine qua non* para a “pessoa de côr” contar como exceção ainda é a identificação ostensiva com os interesses, os valores e os modelos de organização da personalidade do “branco”. Mesmo o negro e o mulato que não queiram “passar por branco” precisam corresponder, aparentemente, a êsse requisito, onde e quando aspirem a ser aceitos e a serem tratados de acôrdo com as prerrogativas de sua posição social. Dêsse ângulo, em que se tomam “negros” e “brancos” em autêntica convivência e em relações raciais simpáticas, a ascensão social do “prêto” continua a ser um processo de infiltração no “mundo dos brancos” e de “acefalização do meio negro”. Tal condição, porém, não garante, por si mesma, plena equiparação social com o “branco”. Esta só tende a efetivar-se quando a “pessoa de côr”, além disso, pertence ao núcleo legal de uma parentela considerada de “projeção” e de “importância”. Nessa alter-

nativa, o indivíduo não é somente uma exceção, mas um caso isolado. Alguém poderá rir-se dêle pelas costas, dizer que “coça atrás da orelha” ou que “tem um pé na senzala” e, até evitá-lo cuidadosamente. Contudo, êle sempre será fulano de tal para um grande número de brancos da mesma situação sócio-econômica, embora para os “brancos estranhos” e para alguns conhecidos ou parentes mais intolerantes êle possa confundir-se ou ser tratado como “prêto”. O fato básico, todavia, diz respeito ao grau de aceitação extrema, alcançado por êsse tipo de “pessoa de côr”. Um advogado de família branca tradicional e muito intransigente em matéria de relações raciais, oferece uma ilustração típica. Êle citou, espontaneamente, os P. (92) como exemplo de “gente boa”, com a qual mantinha estreita convivência, apesar de representar alguns dêles como “pretos” (na realidade, são mulatos claros). Salientou que êles testemunham que “no Brasil tolo mundo tem oportunidades”, pois “são sócios do Jôquei e isto não é coisa para qualquer um”. Indicou, outrossim, que aceitaria de bom grado ser mandado por êles: “Aí tem os P., o J. e o F.; são gente de bem, podem ser meus chefes”. “Mas, sublinhou, por essa negrada que anda por aí, não”. Os resultados da nossa pesquisa comprovaram, abundantemente, que só nesta última circunstância o “prêto” (ou o “mulato”, freqüentemente descrito como “prêto”) encontra possibilidades de mesclar-se nas rodas dos “brancos”, vivendo como se fôsse um dêles e sofrendo um mínimo de dissabores ou de discriminações associados à côr.

Como exceção, o indivíduo deixa de ser “prêto” ou “mulato” para muitos efeitos sociais, sendo encarado como “uma figura importante” ou “um grande homem”. Um dos pesquisadores concluiu, em seu documento pessoal: “hoje, é Cesarino Júnior o padrão; no passado era-o Machado de Assis”. O branco descarta a côr da situação pessoal, e opera com esta para justificar seus sentimentos, atitudes e comportamentos, tanto em contactos categóricos, quanto em contactos simpáticos. O convívio no lar, onde o exclusivismo é mais forte, permite situar bem a questão. Êle não recebe, apenas, um intelectual, um amigo ou um parente “de côr”. Mas, um Rebouças, um Teodoro Sampaio ou “um sujeito formidável”, do qual poderá gabar-se: “marido bom como êle é que desejo a vocês, minhas netas, mesmo sendo prêto!”. Doutro lado, nas ocasiões em que o exclusivismo pode sofrer manipulações, sem arranhar-se, a situação pessoal serve de fundamento à tolerância ocasional. Em um estudo de caso sôbre a convivência inter-racial nos bailes (93), o pesquisador chegou às seguintes

(92) — Trata-se de uma família tida como de “quatrocentos anos” e muito conceituada.

(93) — Elaborado por Renato Jardim Moreira.

conclusões: “Nos bailes de clubes, “grã-finos” ou de classe média, a entrada de negros é vedada. É fato que se pode encontrar um ou outro mulato claro que, por assim dizer, “atravessou a linha”. Mesmo assim, não se tratando de nome conhecido e facilmente identificável por todos os presentes, de pessoa, portanto, com prestígio social indiscutível, os brancos acham sua presença incômoda: ela é índice de que estão num lugar de “pouca classe”. Sob êste aspecto é bastante esclarecedora a entrevista que me foi dada por um diretor do clube X (94), na qual narrou-me o tipo de protestos causados pela presença de mulatos claros. Um Leônidas, um Cesarino Jr., um Prado, são identificáveis a qualquer momento e, aparecendo uma pessoa que os desconheça e estranhe sua presença, poderá ela receber, de qualquer um, imediatamente, a explicação de quem é o personagem”. Essa técnica de lidar com o negro e com o mulato como exceção, nas situações de convivência mais íntima ou exclusivista, produz três conseqüências bem conhecidas. Primeiro, as qualidades atribuídas a tais pessoas, que dão fundamento ostensivo à aceitação e ao tratamento diferencial que lhes são dispensados, raramente deixam de ter o caráter de uma exceção, feita de modo consciente e mais ou menos explícito. Segundo, a tolerância daí resultante não se transfere a outras pessoas da “mesma côr” nem se aplica ao “prêto em geral”. Portanto, ela é neutra com referência às avaliações e aos comportamentos raciais vigentes. Terceiro, as “pessoas de côr”, que caem na categoria da exceção, enfrentam uma situação social ambígua. Nem todos os “brancos” se dispõem a representá-las como “negros de alma branca”, “autênticas sumidades”, “verdadeiros personagens”, “gente de bem”, etc.; e muitos o fazem de forma desastrada ou contrafeita, dando origem a quiproquós chocantes e, por vêzes, deprimentes. Na realidade, é claro à análise sociológica que êsse tipo de aceitação preenche uma função latente: êle visa a manter e a preservar a distância social existente entre os dois estoques raciais. Reduzindo o reconhecimento dos efeitos econômicos, psico-sociais e sócio-culturais da ascensão social de uma parcela mínima da “população de côr”, dá validade, continuidade e plena eficácia às avaliações e tratamentos discriminativos, aplicados aos “pretos” em geral. Por isso, a aceitação do “negro” em termos de exceção anima o “branco” a definir-se, ininterrupta e fatalmente, como o agente ativo e dominante das relações raciais. E introduz, na perspectiva social do segundo, uma deformação ótica inevitável: os poucos “pretos”, que são aceitos e tratados com eqüidade relativa, servem de símbolo e de evidência perenes para a subestimação e a rejeição da grande massa dos “homens de côr”. Em contrapartida, o

(94) — Julgamos melhor omitir a identificação. Mas, trata-se de um dos clubes mais importantes da “classe alta” da cidade.

“negro que sobe”, desejoso de desfrutar ao máximo as facilidades e as garantias de sua posição social, pode empenhar-se, árduamente, na luta por converter-se no “prêto que é uma exceção”. Vê-se, assim, compelido a desfigurar-se material e moralmente. Tem de submeter-se, previamente, ao “figurino do branco”. E, se isso não bastasse, precisa conformar-se aos papéis sociais ambíguos do “cavalheiro por exceção”, em tôdas as circunstâncias sujeito a dar provas ultra-convincentes de sua capacidade de ser, de pensar e de agir como equivalente moral do “branco”. Em suma, condena-se a negar-se duplamente, como indivíduo e como parte de um estoque racial, para poder afirmar-se socialmente (95).

Visto isso, podemos passar, finalmente, à questão crucial: como a cor e a posição social refletem-se na determinação do prestígio social do negro e do mulato. A sondagem efetuada sugere que reina aparente confusão a respeito das conseqüências sociais de ambas, tanto entre os “brancos”, quanto entre os “negros”. Primeiro, certas racionalizações difundem a opinião de que o prestígio social do “homem de cor” constitui uma função de sua situação sócio-econômica. Assim, “brancos” e “negros” compartilham, em larga medida, do seguinte princípio tradicionalista: “quanto tens, quanto vales; nada tens, nada vales”. Os “brancos” mais identificados com a ideologia da democracia racial chegam a afirmar, como o fez um sujeito que trouxe à baila o referido provérbio: “Tôda vez que o prêto consegue vencer êle ganha brancura, como diz Gilberto Freyre” (96). Na análise dessa percepção verificamos que ela não pressupõe nem a crença nem a existência de qualquer equiparação entre as duas “raças”. Eis um exemplo típico: trata-se de uma pessoa que se distinguia pelo ardor com que se insurgia contra “a opinião de muita gente”, de acôrdo com a qual “o prêto é inferior ao branco”. Pensava que “tôdas as raças são iguais” e apontava os Estados Unidos como uma espécie de *experimentum crucis*, pois lá “o negro pode ser doutor, médico, engenheiro, até capitalista”, o que “mostra que o prêto é tão capaz quanto o branco. A separação do prêto e do branco foi favorável ao prêto. Êle teve estímulo para progredir na vida”. Manifesta-

(95) — Em conjunto, os resultados desta discussão comprovam, literalmente, as conclusões de Fernando Góes (“Nota sobre Brancos e Pretos na Bahia”, artigo publicado em 6-8-1945). De acôrdo com seu ponto de vista, não ocorre verdadeira aceitação do negro culto e rico pelas classes altas. Êle antes suscita um sentimento de admiração e vê-se tratado com os cuidados requeridos pelas exceções. A presente referência foi extraída de um estudo de caso sobre o negro na imprensa paulistana, elaborado por Maria Izaura Pereira de Queiroz.

(96) — Note-se, a pessoa em questão não é intelectual, mas praticista de importante firma, produtora de papel e papelão; descende de antiga família luso-brasileira e pertence ao nível mais elevado da classe média.

va-se convicto de que “dentro de um século, a igualdade será instaurada no mundo. Não é coisa para nós vermos. Mas ela vem. É inevitável. Então, ninguém irá separar o preto do branco”. Quanto ao Brasil, entendia que “o preto forma a classe mais baixa”. A partir da posição social, explicava todo o drama do “negro”: “o preto está numa situação muito inferiorizada”; “não pode progredir” e “são relegados ao crime”. “Quase todos os roubos e crimes são praticados por negros. Se os brancos saíssem do meio deles, também não seriam coisa melhor. Por essa razão é que os brancos evitam ter relações com os pretos. É que eles não são bem vistos em nossa sociedade, por causa disso. Acham que preto não presta, é desordeiro e não é honesto” (97). Malgrado essa percepção da realidade e das perspectivas futuras das relações raciais, asseverou, espontaneamente: “é justo que se considere o preto inferior ao branco. É uma coisa que vem de séculos. Da África, o que poderia sair? Nada podia sair de bom de lá. Eles não têm médicos, nem engenheiro, nem advogados. São todos uns bárbaros”. “O povo sabe disso e acha que o preto não é capaz de fazer coisas que o branco sabe fazer”. Portanto, mesmo quando reduz as diferenças aos efeitos da posição social, o “branco” de orientação mais “democrática” ainda permanece prêso a um resíduo de etnocentrismo insuperável. A posição social serve, no fundo, para explicar a inferioridade do “negro”, como se ela funcionasse como uma ratoeira: prende-o inexoravelmente à “situação inferior”. num círculo vicioso perene, já que de um “meio” como o seu “não pode sair outra coisa” e a herança cultural originária só produziria “bárbaros”. O “negro que sobe”, por sua vez, possui interesses que o levam a reduzir as diferenças diante do “branco” às implicações da posição social. Contudo, ele enfrenta dificuldades em “sair da própria pele”. Ao forçar a participação das “prerrogativas de direito”, inerentes à sua posição social, descobre que esta não é tudo e que a côr se impõe como um fantasma real. Partindo de expectativas de comportamento que imputa aos “brancos” ou que deles assimila de fato, ele próprio julga “estranha” a sua presença em certas situações sociais e coloca-se na condição do “homem de côr” que não quer ser confundido nem tratado como “preto”. Os que são melhor sucedidos nessas tentativas, apegam-se com fidelidade extrema às percepções e explicações dominantes entre os “brancos”. Apregoam que as diferenças de tratamento ou de oportunidades são resultantes das diferenças de posição social e que o “preto”, em última análise, “é culpado pela situação existente”. Especialmente os que, por uma razão

(97) — Parte desse documento já foi utilizada acima.

ou por outra, varam com êxito as barreiras forjadas pela aceitação seletiva ou são assimilados por parentelas brancas conceituadas — “mulatos”, que caem, com freqüência, na categoria de “mulatos claros” mas são designados como “pretos” — sustentam onde e como podem que, “no Brasil, quem escapa de prêto é branco”. Nossa investigação revelou que êsse princípio não é compartilhado, normalmente, nem pelos “brancos”, nem pelos “negros”. Apenas uma minoria, de um e de outro lado, admitem sua legitimidade. Êle é usado, porém, como técnica de ego-envolvimento e auto-identificação com a situação de interesses e com as valores sociais da “raça” dominante. Segundo, outras racionalizações objetivam, simetricamente, a opinião oposta. Uma parcela da “população branca” acha que “existe preconceito” e que “está certo”. Essa percepção, por vêzes, envolve, indiretamente, conseqüências sociais da estratificação racial. Ela se objetiva nas reações do tipo — “salvo raras exceções, quando é que se vê negro ocupando posições elevadas? Êles são de raça inferior”. Quanto ao negro e ao mulato, é elevado o número dos que propendem para essa opinião. No plano do homem rústico, que ainda não possui elementos para tomar consciência da situação racial, a adesão assume tons singelos. Sirva-nos de exemplo a resposta de um empreiteiro mulato: “Não adianta muito ao prêto querer subir, porque fica sempre prêto”. Na chamada “classe média de côr”, porém, as apreciações são realistas e, ao mesmo tempo, ambivalentes e amargas. Como a inclusão no “mundo dos brancos” representa um ideal supremo, estabelecem-se compromissos tácitos com a ordem racial existente. Chega-se a culpar o próprio “negro” — ou por não saber ajustar-se às expectativas de comportamento consagradas socialmente (o que significa, em vários sentidos, pelos “brancos”, como “raça dominante”); ou porque êle seria “demasiado sensível”, “choramingas” e “revoltado demais”. Mas, experiências concretas provocam cicatrizes indissolúveis e incuráveis. As mesmas pessoas, que advogam semelhantes pontos de vista, admitem contraditoriamente que “a côr é uma barreira” e que ela “exclui o negro de prerrogativas a que tem direito por sua situação econômica e social”. Dêsse modo, o “negro culto”, “educado” e “rico” torna-se porta-voz de explicações que retomam a temática desmascaradora dos movimentos reivindicatórios. Sentindo-se repellido e humilhado, em suas tentativas de aproximação, condena “o preconceito do branco”, identificando-o como “manobras de bastidores” e vendo nêle “mêdo da inteligência do negro”. As contradições inerentes a semelhante ambivalência de atitudes e de avaliações não impedem a dolorosa certeza de que “o negro fica de lado por causa da côr” ou de que “nada lhe adianta ser inteligente, ter caráter e possuir posição social”.

Essa variedade de percepções e de avaliações deflui, naturalmente, da extrema variedade das situações de contacto racial. De fato, em dadas circunstâncias, a posição neutraliza a *côr* em muitos efeitos sociais. É o que se dá nos casos em que os “indivíduos de *côr*” são assimilados por parentelas brancas importantes; ou em que são aceitos em caráter excepcional; ou em que contam, em primeiro lugar, formalidades convencionais (98). Em determinadas circunstâncias, doutro lado, a posição social é solapada e até neutralizada pela *côr*. O advogado “prêto” pode ser tomado por um contínuo ou, mesmo, barrado na porta de uma boate, apesar de ter dinheiro, de apresentar-se bem vestido e de estar em companhia de “brancos respeitáveis”. No entanto, o que importa são as gradações. Enquanto as correções introduzidas por via da posição social apenas beneficiam indivíduos isolados e, com freqüência, em esferas circunscritas de interação social, as limitações decorrentes da *côr* possuem vigência universal. Na verdade, o negro e o mulato estão expostos, normalmente, a uma perda real de prestígio social, como se os níveis de classificação da sociedade global não tivessem plena eficácia para eles. A *côr* aparece, a um tempo, como marca racial e como símbolo de estatus. Por isso, ela serve, inextricavelmente, para identificar o negro e o mulato como categoria racial (como “prêto”) e como categoria social (como “a classe mais baixa”). Contudo, as coisas se passam de tal maneira, que a primeira categoria pode obliterar ou não a segunda, de acordo com as disposições psico-sociais e morais do agente “branco”. O “negro que sobe” põe em cheque essa equivalência de categorias e os subterfúgios em que ela se sustenta. Todavia, como os diferentes níveis sociais não estão saturados nas mesmas proporções por negros e mulatos, o “branco” pode ignorar esse fato e agir segundo práticas convencionais, que lhe facultam uma arbitrariedade elástica no tratamento do “prêto”. Ele tanto pode deixar de “tratar como prêto” um “indivíduo de *côr*” pertencente a uma categoria social inferior à sua, quanto pode “tratar como prêto” um “indivíduo de *côr*” do mesmo nível social ou de nível social superior ao seu. As mudanças estruturais, que põem em jogo a estratificação racial da sociedade inclusiva, ainda não foram tão longe a ponto de suprimirem o paralelismo entre “raça” e “posição social ínfima”, que se estabeleceu, no passado, com referência ao “homem de *côr*”. Esse paralelismo não só persiste, atenuado, na sociedade de classes. Continua a ser manipulado, arbitrariamente, pelo “branco”, em função

(98) — E' o que sucede em situações reguladas através de contactos categóricos. Mesmo o branco que “procura evitar relações com pessoas de *côr*”, nessas situações sente-se obrigado a tratá-las “com respeito devido à sua posição”, aceitando tais “contrariedades” com a filosofia “são ossos do ofício”.

de seus sentimentos e de suas conveniências pessoais, bem como de seus interesses e valores sociais.

À luz dessas conclusões é inevitável que se tenha de reconhecer duas realidades palpáveis. Em primeiro lugar, a *côr* interfere negativamente no processo de ascensão social do negro e do mulato. É-lhes difícil usufruir, em condições de equidade para com o “branco”, a soma de prestígio social inerente às posições sociais que logram conquistar na ordem social competitiva. Em segundo lugar, o “branco” continua a defender, em regra inconscientemente mas por vezes conscientemente, certa disparidade social entre os dois estoques raciais. Portanto, o velho paralelismo entre “raça” e “posição social ínfima”, em se tratando do negro e do mulato, ainda possui significação para uma parte da “população branca”. Como veículo para a preservação da distância social entre os dois estoques “raciais”, perpetua-se porque é valorizado socialmente. O “branco” reluta em encarar e em receber o “negro” como um **parceiro** e como um **igual** na ordem social competitiva, mesmo quando êle atinge seu nível social. Sem que se manifeste qualquer temor generalizado diante dos riscos reais ou potenciais da competição com o “prêto” (99), há uma resistência bem definida à sua incorporação em bloco e **ex-abrupto** a essa ordem social. Ao solapar ou ao aluir o prestígio social a que façam jus os “indivíduos de *côr*” em ascensão, não se impede a absorção gradativa e necessariamente lenta dos “mais capazes” dentre êles; retarda-se indefinidamente, porém, a instauração de uma equidade perfeita nas relações dos dois estoques “raciais”.

Se essas conclusões forem válidas, poderemos estabelecer dois pontos essenciais. De um lado, em vista da situação de interesses e dos valores sociais do estoque “racial” branco — os quais definem, por sua vez, a própria configuração e a legitimidade da ordem social vigente — a *côr* (e não a posição social) adquire significação especial nos ajustamentos raciais. Se ela fôsse neutralizada (ou se se tornasse socialmente inoperante, por qualquer motivo), o paralelismo entre “prêto” e “condição social inferior” estaria fatalmente condenado e, com êle, a forma existente de dominação “racial”. De outro lado, em termos da perspectiva do estoque racial “negro”, inversamente, a posição social possui significação especial: 1.º) como critério para ampliar os graus de participação dos interesses e valores sociais consagrados pela sociedade competitiva; 2.º) como fonte de correção progressiva e de provável supressão final das injunções limitativas, decorrentes da *côr* e de sua utilização como “marca racial” e como “índice de classificação social”. A fixação desses dois pontos é ver-

(99) — Ao contrário, pois, do que supõem, em regra, os próprios “negros que sobem”.

dadeiramente crucial. Através dêles, percebe-se claramente que o “branco” não luta contra o “negro” de modo direto, pessoal e consciente; que êle não consegue aceitar plenamente o princípio segundo o qual a **sociedade aberta** pressupõe igualdade social entre estoques “raciais” distintos; e que se orienta, em sentido amplo, como agente de conservantismo sócio-cultural. O “negro” (100), por sua vez, também não luta de forma direta, pessoal e consciente contra o “branco”; encara a **sociedade aberta** como sendo igualitária tanto social, quanto racialmente; e orienta-se, em sentido amplo, como agente de inovação sócio-cultural, propenso a aceitar a dominação do “branco”, mas de acôrdo com os modelos ideais de relações sociais da sociedade competitiva. Em suma, voltamos de nôvo aos problemas sociológicos de dinâmica social numa sociedade multi-racial. Ao negar ao “negro que sobe” pela eqüidade na fruição do seu prestígio social, o “branco” empenha-se, de fato, na preservação da distância social existente entre os dois estoques “raciais”. Sem desejar êsse papel histórico, converte-se em fator humano da demora cultural na esfera das relações raciais, estimulando a corrupção da ordem social competitiva no que tange às relações raciais. Ao lutar pela fruição máxima do prestígio social adquirido, o “negro que sobe” envolve-se, de fato, no solapamento e na neutralização da distância social existente entre os dois estoques “raciais”. Sem ter consciência e sem dispor de condições objetivas para desempenhar êsse papel histórico, transforma-se em fator humano da modernização da ordem social competitiva (na esfera das relações raciais) e da eliminação progressiva de inconsistências sócio-culturais que ameaçam o seu padrão normal de integração e de desenvolvimento.

Essas razões evidenciam quão importantes são, para o negro e o mulato, as técnicas sociais que lhes permitem desfrutar, conservar ou melhorar as posições sociais conquistadas (101). Tais técnicas equivalem a verdadeiras armas de defesa e de ataque, nas batalhas ingratas e obscuras em que “o negro que sobe” joga, diuturnamente, sua auto-afirmação social. Nos limites desta exposição, pensamos que seria suficiente considerar, apenas, os aspectos mais relevantes dessas técnicas, nos diferentes planos em que elas podem ser mobilizadas para “subir de estatus”, para “impor o estatus” e para “ostentar o estatus”.

As técnicas sociais, empregadas pelo negro e pelo mulato para “melhorar de posição” (portanto, para ascender de estatus), são, em regra, tomadas por imitação nas relações com os “brancos”. Elas

(100) — O “negro” em ascensão social, naturalmente.

(101) — Passamos a discutir, naturalmente, o terceiro tópico a ser analisado nesta exposição (cf. acima, p. 440).

traduzem, psicológica, cultural e socialmente, os progressos realizados pelo “negro” na participação da ordem social competitiva. Os resultados de nossa investigação indicam que êsses progressos gravitam em torno de certos focos centrais. Levando-se em conta a concentração das respostas ou a convergência de atitudes manifestas, reveladas nos documentos pessoais obtidos através de entrevistas, histórias de vida e reuniões em grupo, a seguinte sistematização oferece-nos uma idéia de como se ordenavam êsses focos por ocasião do levantamento básico (em 1951). Primeiro, a valorização (poder-se-ia falar, mesmo, em super-valorização) da “instrução” como fator de integração sócio-econômica e de competição com os “brancos”. Embora extensa parcela da “população de côr” permaneça neutra ou confusa com referência à importância prática da “instrução”, os grupos em mobilidade vertical (ou com anseios de mobilidade vertical) caracterizam-se pela propensão a valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um “bem supremo” e uma espécie de “abre-te sésamo” da sociedade moderna. Nesses círculos, há impressionante acôrdo quanto ao fato de que “a instrução é o verdadeiro problema para os negros”. Condena-se a evitação ou o abandono prematuro das escolas; atribui-se à “falta de instrução” o malôgro do “negro” na luta pelos “melhores empregos” e a persistência das avaliações restritivas dos “brancos”; e há forte tendência a encarar-se “o nível extremamente baixo de instrução” como “a verdadeira causa” da deterioração dos padrões materiais e morais de existência, imperantes no “meio negro”. Alguns, chegam ao extremo de explicar a frustração dos movimentos reivindicatórios através dêsse fator: “A Frente Negra começou bem. Mas êles fracassaram, porque não deram a devida atenção ao problema da instrução, que é o mais importante de todos, para o negro”. Doutro lado, estabeleceu-se a convicção, bastante generalizada, de que a instrução é a única via que pode dar ao “negro” a consciência exata do seu “valor”. Sòmente ela poderia oferecer-lhe, pois, os recursos para combater “o complexo de inferioridade” e para agir de acôrdo com suas conveniências ou interêsses mais profundos. Por fim, os êxitos na esfera da instrução (especialmente no nível do ensino superior) são representados e avaliados como índices de igualdade racial. Êles serviriam tanto para “mostrar aos brancos que [os pretos] são iguais em tudo, só na côr que não”, quanto para impelir o “negro a ter orgulho da sua côr” (ou da “raça”). A escola é definida socialmente, portanto, como veículo de ascensão social: o meio por excelência para abolir as diferenças sociais entre os dois estoques “raciais” — para “o negro aprender a fazer tudo o que o branco faz” e para que êle “se torne gente”. Nesse sentido, o seguinte diálogo, entre um negro idoso e uma jovem mulata, é deveras ilustrativo:

— “O que está fazendo?

— “Estou estudando datilografia”.

— “Que datilografia, nada! Vá para um ginásio e se forme. Depois, faça um curso superior. Isso sim é estudar com proveito. Como você pode ser datilógrafa sem saber nada?”

— “Eu gostaria. Mas leva muito tempo”.

— “Que leve! Isso que você está fazendo é que não leva a nada. Os nossos irmãos brancos não fazem assim. Dêsse modo nós nunca chegaremos onde eles estão!” (102). Segundo, à super-valorização da instrução corresponde, nos mesmos círculos, um empenho obstinado em estudar. Está claro que êsse empenho é mais intenso nas gerações ascendentes; porém, mesmo entre os adultos há quem combine, com relativa freqüência, o trabalho com o estudo noturno. Os que “têm mais sorte” na competição ocupacional, ao “trocarem de emprêgo” passam, por vêzes, para cursos de níveis mais elevados. Alguns, “colecionam diplomas”, formando-se em vários cursos técnicos ou em dois e até em três cursos superiores (103). Ao aumentar a taxa e a variedade da escolariação no seio da “população de côr”, criam-se novas “tradições”. Os pais se acostumam com a idéia de “mandar os filhos para a escola”, chegando a achar que “têm obrigação” de garantir-lhes “pelo menos o primário”; os menores às vêzes resistem a “ir à escola”, apontando os atritos com os colegas e a “má vontade da professora” como razões suficientes, mas também acabam cedendo à pressão dos pais e “se acostumando com a escola”; os jovens, ainda que julguem “muito aborrecido estudar” e avaliem os cursos com certo desânimo, por serem “muito demorados” ou “muito puxados”, inculcam-se a “obrigação de ir até o fim”, sustentando que disso “depende o seu futuro”. Prevalece a ilusão, ingênua mas construtiva, de que só assim se “vence na vida”. Por isso, o número dos que fazem sacrifícios penosos para “aprender um ofício”, para “tirar um diploma” ou para “ser doutor” eleva-se crescentemente, dia a dia. Terceiro, a consolidação da “família negra” faz com que certos mecanismos de solidariedade doméstica produzam efeitos positivos sôbre as possibilidades de mobilidade social vertical das ge-

(102) — Note-se que o diálogo focalizado abrangia um interlocutor velho e outro jovem. Nas gerações ascendentes da “população de côr” não se atribui valor unilateral ao ensino superior, como nas gerações velhas. Os componentes das primeiras dão preferência às escolas profissionais e ao ensino técnico. Depois, se forem bem sucedidos, arranjando empregos que permitam estudar, “tentam os cursos superiores”, sustentando-se pelo trabalho.

(103) — Isto é mais comum entre os mulatos, que entre os negros. Essa propensão pode ser explicada tanto pela ânsia de “acumular prestígio”, quanto pela relativa falta de oportunidades satisfatórias, a qual estimula, naturalmente, a “tentar a sorte” em outros campos.

rações ascendentes. O pai que “tem uma profissão” e “uma renda garantida” volta-se com nôvo espírito para “os problemas dos filhos”. Dêsse ângulo, o aumento da escolarização associa-se às alterações na organização da família e às conseqüências que elas produzem nas relações das gerações. Embora tais processos não ofereçam à “população de côr” um teto competitivo equivalente ao das famílias imigrantes no comêço do século, é evidente que a parcela dessa população que “está subindo” já consegue oferecer aos menores e aos jovens um ponto de partida quase análogo ao dos menores e jovens “brancos” da mesma categoria social. Alguns, além da instrução, contam com pequeno pecúlio para “começar a vida” e chegam a ganhar moradia própria na época do casamento. Essa situação reflete-se também na “família incompleta”. À luz de semelhantes exemplos, algumas “mães solteiras” fazem sacrifícios inconcebíveis para “manter o filho nos estudos” (104). As “famílias negras integradas”, mas extremamente pobres, procuram compartilhar, como podem, dessa tendência. Ou “todos se sacrificam” para que determinado irmão estude; ou “o pai se vira”, para atingir êsse objetivo (105). Em suma, as tendências de integração da “família negra” modificam aos poucos o cenário descrito no capítulo 2, difundindo a consciência de que a solidariedade doméstica constitui um fator essencial na luta para “melhorar de vida”. Quarto, essas evidências demonstram, ainda, que a consolidação da “família negra” tende a suscitar e a tornar rotineiros comportamentos cooperativos altamente favoráveis à mobilidade social vertical. O que importa não é que o “pai” e a “mãe” ou o “irmão” e a “irmã” se sacrifiquem para que determinado membro da família estude. Mas, que o sacrifício seja feito de forma intencional e concebido como uma “obrigação” mínima. Assim, a cooperação entre as gerações, através do grupo doméstico, é mobilizada efetivamente como técnica de ascensão social. O beneficiado (quando a situação impede que todos aproveitem por igual das oportunidades), em regra, pertence ao sexo masculino, pois se considera que “é importante ter um homem de influência na família”. Quinto, nesse quadro, o individualismo predatório, que animava a tósca filosofia do “cada um por si e Deus por todos” e do “com tanto que eu esteja bem, os outros

(104) — Note-se que, temendo os riscos de “não poder educar os filhos”, muitas refreiam, deliberadamente, as aventuras fora do casamento ou adotam práticas anti-concepcionais.

(105) — Chegamos a registrar um caso impressionante. O chefe da família mantinha três empregos (um pela manhã, como entregador de jornais; outro à tarde, como servente de serviço público; e outro à noite, como faxineiro de banco). Com êsse ganho, e fazendo extrema economia nos demais gastos, conseguiu formar o filho mais velho em medicina e duas filhas como professoras. Na ocasião da pesquisa, a última filha frequentava o ginásio.

que se danem”, cede progressivamente lugar ao complexo padrão de individualismo inerente à ordem social competitiva. O indivíduo passa a compreender-se como uma parte do todo e, ao mesmo tempo, como uma unidade autônoma. Essa compulsão torna-se uma técnica social importante por dois motivos. De um lado, porque libera o “negro” da propensão a “esperar a sua vez” como uma dádiva do “branco”. De outro, porque demonstra que os fins egoísticos exigem um suporte e uma relação de natureza material e moral, entre o indivíduo e a família. Daí a importância dinâmica dessa compulsão para ajustar o “negro” ao clima associativo imperante numa sociedade de massas e à compreensão tanto dos aspectos negativos, quanto dos aspectos positivos do individualismo. Em consequência, propaga-se uma visão da realidade que leva o “homem de côr” em ascensão a procurar, racionalmente, pontos de apoio e de auto-proteção na árdua competição por posição e por prestígio sociais. Sexto, a mobilidade ocupacional aparece, nesse contexto, como um expediente construtivo e de rotina. O objetivo final vem a ser, invariavelmente, a conquista de uma posição mais vantajosa no fluxo da renda e, portanto, “mais segura”. No entanto, nas opções concretas o ganho imediato às vezes conta em segundo lugar. Adquirem maior significação “as oportunidades oferecidas pelo emprêgo”, a longo termo, na realização das ambições de carreira dos indivíduos. A estabilidade, os direitos adquiridos, as “obrigações” ou a “amizade” para com os patrões são negligenciados ou postos numa prudente posição secundária. O “negro que sobe” adere, assim, à mentalidade típica do agente de trabalho numa economia competitiva. Ele “desafia a sorte” para “encontrar a sua vez”, pois sabe que a única fonte de poupança que possui consiste em sua capacidade de trabalho. Ele só deixa de acalentar inquietações, voltadas para a “melhoria de emprêgo”, ou quando “se desilude” ou quando alcança “o lugar que pretendia”. De qualquer modo, a mobilidade ocupacional entra em linha de conta, conscientemente, como técnica de ascensão social.

A êsse rol, seria preciso agregar outras técnicas, exploradas socialmente de forma mais ou menos intencional. A tendência à escolha realista das profissões é uma delas. A compreensão de que o trabalho dignifica o homem, independentemente da renda ou do prestígio que proporcione, e de que o “homem capaz melhora de profissão” difundiram a propensão a aceitar sem amargura oportunidades iniciais bem modestas. As histórias de vida e as entrevistas mostraram-nos como indivíduos “bem preparados” (alguns com cursos especiais) não titubearam em “começar da vassoura” ou como serventes. Sabiam que “não adiantava esbravejar contra o preconceito”. Depois, nas situações de trabalho, procuraram evidenciar suas “pos-

sibilidades”, alcançando mais tarde ocupações melhores ou os postos a que faziam jus. Além disso, o primeiro emprêgo tende a ser representado como o primeiro patamar de uma escada. Aquêles que irá permitir galgar outros degraus, dependendo da “capacidade” (inclusive para aprender novas aptidões), da “sorte” e da “proteção” do indivíduo. É curioso como essas disposições se generalizam. Os resultados de um questionário mostraram que as escolhas de profissões ideais (malgrado a grande dispersão das preferências), encaminham-se na direção de ocupações acessíveis. Pela intensidade das respostas, as profissões ideais preferidas pelos homens são a de motorista e de mecânico, vindo em seguida, segundo proporções três vezes inferiores, a de médico, comerciante e advogado; e, pelas mulheres, a de escriturária e a de costureira, vindo em seguida, segundo proporções quatro vezes inferiores, a de enfermeira, professora e artista. Nas entrevistas, notamos a mesma constante. Os pais e as mães que podiam assegurar instrução aos filhos, preocupavam-se em animá-los a fazer escolhas ocupacionais realistas; quanto aos primeiros empregos, estimulavam escolhas que pareciam combinar oportunidades iniciais fáceis a perspectivas promissoras. Outras técnicas, que também merecem ser mencionadas: 1.º) a valorização positiva do trabalho — o “negro que sobe” assimila rapidamente as representações e avaliações do trabalho inerente ao sistema de produção capitalista, o que lhe dá novas possibilidades de competir com o “branco” e de tomar decisões que lhe permitem “melhorar de vida”; 2.º) a formação e a difusão de hábitos árduos de poupança — a preocupação de “formar um pé de meia” ou de “constituir um pecúlio” e de aplicá-los judiciosamente não só ganha alento, mas passa a ser estimada e utilizada como uma técnica de ascensão sócio-econômica (grosso modo, de maneira comparável à dos imigrantes no início do século, embora em condições mais precárias e difíceis); 3.º) a propensão a identificar-se, material e moralmente, como “pessoa” e como “cidadão”, com o “branco” — ao assimilar as técnicas sociais mencionadas, com as atitudes, os comportamentos e os valores sociais correspondentes, o negro e o mulato projetam-se emocional e logicamente, no seio da ordem social competitiva; por isso, essa propensão reflete-se, em escala maior ou menor, em todas as tentativas deliberadas de aproveitamento concreto das oportunidades acessíveis de ascensão social; 4.º) a cooperação com o “branco” — em certos fins, seria impraticável ou sumamente difícil lograr êxito sem apoio em representantes da “raça dominante”; a assimilação prévia de modos de ser, de pensar e de agir, consagrados pela civilização urbana, permite estabelecer a associação com o “branco” em bases eqüitativas,

o que faz com que a cooperação inter-racial (e não a “proteção do branco”) assuma o caráter de expediente de ascensão social (106).

Essas técnicas sociais traduzem a feição moderna do estilo de vida emergente no “meio negro”. Ainda há, no entanto, pontos de contacto mais ou menos estreitos com o passado. Por isso, também deparamos com “pessoas de côr” que exploram expedientes obsoletos para “melhorar de vida”. Em tais casos, predomina a preocupação de conseguir a “proteção do branco” ao sabor do velho estilo paternalista. Ao que parece, nesta conexão conta uma espécie de **temor racial**, bem compreensível na situação econômica, social e cultural do “negro”. Representando-se os “brancos” como “raça dominante”, o negro e o mulato são compelidos a crer que as decisões capitais (mesmo em se tratando do destino de suas pessoas) não estão em suas mãos. Graças a essa convicção, imputam ao “branco” a tarefa de reconhecer e o poder de decidir, socialmente, como aproveitar o “valor do prêto”. Formou-se, assim, uma conexão de sentido para a “relação de proteção”, que é altamente dúbia e coloca o “negro” em estado de heteronomia social permanente em face do “branco”. Entre os “negros que sobem”, sempre se encontra um ou outro que se beneficia dessa vinculação com “brancos importantes”. Como se ainda estivéssemos no passado, êles funcionam como “cartuchos”, como “quebra-galhos” e como “padrinhos”, sendo úteis para reforçar a consecução de objetivos seguramente concretizáveis por outros meios. Não obstante, o expediente ao “protetor branco” pode possuir grande importância em dois extremos. O “negro” mais ou menos rústico, que não possui condições para “tomar pé” na vida da cidade, com frequência depende dêle para conquistar um “emprego certo”, relativamente vantajosa. O “prêto culto”, cuja carreira subsista mais ou menos atípica em face dos requisitos da ordem social competitiva, também é dependente dêsse tráfico de influências, quer se empregue na burocracia pública, quer trabalhe em escritórios ou firmas particulares. Ambos tendem a valorizar as oportunidades de trabalho oferecidas pelo funcionalismo e projetam suas lealdades na direção do “protetor branco”. Os que se identificam mais com a situação de interesses da “raça” dominante chegam a afirmar-se, socialmente, através de um estatuto simbólico e fictício. Não traçam a sua importância pela situação sócio-econômica real, mas pelo número e qualidade das ligações com “brancos de projeção social”. Esse expediente de

(106) — As alternativas nesse sentido são tão raras, que só registramos um caso dessa espécie (já mencionado acima: o do dentista mulato, que montou uma clínica de parceria com um médico branco). No entanto, temos conhecimento de alguns casos análogos, principalmente no comércio a varejo e em escritório de serviços de contabilidade.

ascensão social possui vários inconvenientes. Aqui, interessa-nos especialmente, suas interferências na continuidade do processo de ascensão social. O indivíduo fica, material e moralmente, prêso à pessoa, aos interesses e aos valores do “protetor”. Perde, em outras palavras, parcial ou totalmente, a liberdade para agir e tomar decisões de acôrdo com os requisitos da ordem social competitiva. O que faz com que o expediente seja útil na fase inicial da carreira ou sob a condição do “protegido” poder libertar-se, no momento oportuno, de uma tutela inibidora. Três casos diversos, de um funcionário público, de um contador e de um advogado, evidenciaram que se aquêle “não souber se defender”, o expediente se converte em autêntica ratoeira, condenando-o, fatalmente, a “ficar marcando passo”

Por último, seria preciso focalizar outros aspectos das técnicas para “melhorar de vida”, que não cabem nas alternativas arroladas. Como a côr é um símbolo indefectível de posição social, o casamento inter-racial (107) contém uma válvula de suplementação de prestígio relativamente explorada. Na verdade, a “melhoria de estatus” processa-se, anteriormente, por outros meios. Contudo, pelo consenso dos dois estoques “raciais”, o casamento do homem “negro” com mulher “branca” e, vice-versa, da mulher “negra” com o homem “branco” constitui uma evidência irretorquível da referida “melhoria”. O cônjuge “beneficiado” seria o “prêto” e êle próprio acha que está contribuindo para “depurar a raça” e participando de vantagens morais (aparentemente de natureza estamental), advindas da condição social da “raça” branca. Além disso, é preciso que se considere certas concepções peculiares ao próprio “negro” do que significa “melhorar de vida”. Primeiro, para um grande número de “pessoas de côr”, “subir” equivale a afastar-se, física, psicológica, social e moralmente do “meio negro”. Como a diferenciação social da “população de côr” é recente, o “meio negro” ainda se confunde com dependência econômica, desorganização social e desmoralização. A evitação do contacto com o “negro” — principalmente com aquêle que se identifica pela imagem exterior que o “branco” criou do “prêto” — vem a ser uma técnica tortuosa mas indispensável para firmar e resguardar uma “posição” em vias de consolidação. O medo de “perder prestígio” pela identificação real ou suposta com o “prêto” forja, assim, um isolamento suigêneris, que impele o “homem de côr” em ascensão a agregar-se, socialmente, segundo concepções estamentais, que não tem mais vigência na sociedade inclusiva. Êle se torna mais exclusivista que o “branco” de categoria social equivalente e defende, com unhas e dentes, as polaridades “aristo-

(107) — Como também o namôro, o noivado e o amasiamento inter-raciais.

cráticas” de sua posição social. Por singular que seja êsse comportamento, de teor nitidamente compensatório, êle possui compreensível importância subjetiva. Graças a êle, uma congêrie de pessoas, que mal se conhecem e estão moralmente desunidas entre si, que se sentem, além disso, “desprestigiadas por causa da côr”, identificam-se exteriormente como parte de uma elite seleta, rigorosa e relativamente fechada. Isso quer dizer que, da perspectiva do “negro que sobe”, a evitação do “negro pé rapado”, a separação do “antigo ambiente” e o exclusivismo “aristocrático” servem para tornar nítidas certas distinções incipientes, características de uma “classe que nasce” (108). A técnica em questão põe em jôgo novos símbolos sociais, de auto-afirmação do “negro”, dando ânimo e segurança a pessoas ansiosas por prestígio e frustradas. Segundo, para “subir” o “homem de côr” também precisa ser aceito, de uma forma ou de outra, pelos “brancos” com os quais interage socialmente (como “colega”, “empregado”, “subordinado”, “chefe”, “amigo”, “conhecido”, “vizinho”, etc.). Nessa esfera, ganham realidade certos procedimentos, invisíveis para os “brancos”, mas que constituem a dimensão mais amarga e deprimente do “negro que sobe” aos olhos dos antigos líderes e seguidores dos movimentos reivindicatórios. As tarefas sem fim, concentradas em tôrno do objetivo de neutralizar, com relação à própria pessoa ou à sua família, as marcas e os efeitos da estereotipação negativa. São tarefas penosas, que satisfazem a necessidade de mostrar que se trata de “prêto só na côr” ou de “prêto em boa situação econômica e de posição social”. Ao atender essa necessidade, os sujeitos das ações encaram seus propósitos e os ajustamentos dêles decorrentes como naturais. O “negro rústico” e o “negro consciente” ou “independente” verberam-nos, porém, com indignação. Um, por julgá-los “metidos a branco”; outro, porque vê em tudo isso “uma vergonha (ou uma desmoralização) para a raça”. No entanto, semelhantes técnicas sociais criam uma ilusão e abrem novas vias de auto-afirmação para o “negro”. Sem dúvida, elas são alimentadas por uma filosofia especial de “parvenu”. Mas, quem é culpado dessa situação? O “negro que sobe” não a criou e, se dependesse de seus anseios pessoais, ela não existiria. Por isso, para “melhorar de vida” não tem outro remédio senão amparar-se em simetrias sociais ambíguas, dolorosas e humilhantes, mas que rendem juro. Elas lhe dão a sensação de que está escapando a um destino que parecia inelutável, enfim, que o “prêto” pode fugir, socialmente, ao “rebaixamento” provocado por sua côr.

(108) — Sobre o assunto, veja-se R. Bastide, *Sociologie du Brésil*. I — Naissance d'une Classe Sociale, la classe moyenne; II — De la Caste à la classe, Centre de Documentation Universitaire da Université de Paris, s. d., passim, onde vêm descritos os resultados das descobertas de nossa investigação.

A essas técnicas, que são o produto de um mundo social que não reconhece senão parcialmente o sentido da equidade e da piedade nas relações humanas, correspondem técnicas peculiares de imposição do estatus adquirido. A ambigüidade e a insegurança, que nascem do duplo sistema de referência e de avaliação (o da côr e o da posição social, mesclados inextricavelmente em muitos efeitos societários), fazem com que a imposição do estatus seja algo sumamente difícil, penoso e incerto para o negro e o mulato. A documentação coligida demonstrou que ainda persistem e prevalecem duas orientações de ajustamento típicas, construídas no passado longínquo. Uma, que se conformava pelas expectativas de tratamento recíproco do “branco”, como e enquanto “raça” dominante; outra, que respondia ao ressentimento produzido pela escravidão e, ainda mais, pelas frustrações de uma liberdade que não transmutava o liberto em **homem livre**. Os entre-choques dessas duas orientações com a ordem social competitiva, com as quais ambas são incompatíveis em termos de pré-requisitos normais, conferiram-lhes certa vigência radical. Assim, deparamos com o “negro” de comportamento maneiroso, suave e afável; e com o seu antípoda, de comportamento duro, acintoso e chocante. Seria inútil apelar, aqui, para explicações sociológicas unilaterais. As duas orientações prendem-se a ressentimentos e a frustrações insanáveis. Apenas, reagem ao mesmo pano de fundo através de exteriorizações diferentes. Parece fora de dúvida que um amadurecimento psico-social maior e um ego-envolvimento mais profundo nas formas estabelecidas de vida social oferecem ao “negro” certa habilidade para explorar as ambigüidades da situação racial brasileira e, em particular, para desfrutar as perplexidades dos “brancos” no tocante às suas relações com os “pretos”. Entretanto, as diferenças dos dois tipos de reação parecem ser meramente de grau, o mesmo ocorrendo com a espécie de proteção ou de segurança que cada um deles confere.

Os dados que permitem focalizar as duas orientações no presente sugerem que elas se manifestam em proporções comparáveis. Dada a intolerância tradicional do “branco” a atitudes e comportamentos ostensivamente rígidos e afrontosos do “negro”, é de presumir-se que a ordem social competitiva seja responsável pela quase equiparação dos dois mecanismos reativos. Doutro lado, há razões para supor-se que a maior rigidez relativa do comportamento ostensivo do “negro” constitua um fenômeno de transição. Sua classificação na ordem social competitiva processou-se de forma tardia e precipitada. Ela se deu com grande atraso e, ao mesmo tempo, em condições que não lhe asseguraram uma socialização adequada às situações de convivência social a serem enfrentadas. Algo análogo sucedeu entre os

“brancos”, tanto nas relações dêles entre si, quanto em suas relações com o negro e o mulato. Contudo, a barreira da côr só se aplicou a êstes últimos. Por isso, êles tiveram de suportar, em tensão extrema, o impacto das inconsistências e das contradições dos padrões sócio-culturais de relações raciais. Os que não sabiam tirar partido dessas inconsistências e contradições, precisaram apelar para formas de auto-afirmação mais ou menos tôscas, que não escondem a imaturidade social dos seus agentes na manipulação das fôrças sociais do ambiente, inevitavelmente desencadeadas em sua interação com os “brancos”.

O comportamento maneiroso e afável é característico do negro e do mulato que aprenderam a tirar proveito das oportunidades reais de ascensão social e que sabem, por isso mesmo, lidar construtivamente com as inconsistências dos padrões de relações raciais e com as debilidades emocionais ou morais das pessoas “brancas”. No passado, êles engrossavam os grupos seletos de “mulatos de talento”, de “negros de alma branca”, enfim, dos “homens de côr” que cabiam na categoria ambígua da exceção que confirma a regra. O próprio “branco” conhecia e utilizava suas “manhas” e suas “habilidades diabólicas” em influenciar os outros, em “tirar leite de pedra” e de dirigir as coisas segundo a ética de uma “diplomacia pessoal perfeita”. Êsse tato e inteligência especiais eram explicados como produto da mestiçagem, da convivência com famílias brancas da aristocracia e da ânsia de pertencer à “nata da sociedade”. Os que repeliam qualquer intimidade com o “negro”, independentemente de sua posição social, sentiam enorme repulsa diante dêsse tipo de “prêto interesseiro”, “artificial” e “pernóstico”. Preferiam o negro “rústico”, “ingênuo” e “puro”, com os quais punham em prática a tolerância de cunho paternalista. O próprio “negro” sentia, por sua vez, uma desconfiança incoercível e indisfarçável diante de tal espécime de “prêto de salão” e “metido a branco”. Por mais que se iludissem, psicológica e socialmente, êles não possuíam condições de autonomia moral. Tinham de identificar-se, econômica, social e politicamente, com os interesses e os valores dos círculos dirigentes da “raça” dominante. Em consequência, o deslumbramento que êles poderiam causar era neutralizado pela convicção amarga de que “vendiam a raça” ou “atraçoavam o negro”, com o fito de “viver melhor”. As histórias de vida esclareceram bem essa facêta, mostrando como o “negro consciente e radical”, envolvido nos movimentos reivindicatórios, hostilizavam aquêles personagens; e como êstes reagem, culpando a “ignorância”, a “incompreensão” e a “falta de solidariedade entre os negros” pelas invectivas que recebiam. Na situação observada, as condições de integração da ordem social competitiva já haviam abalado boa parte da eficácia das antigas técnicas de auto-afir-

mação do “mulato fino” e do “negro genial”. Em contraste com o que ocorria no passado, a proteção e o apoio do “branco” dependem, em maior escala, de outros requisitos, que colocam o “prêto que sobe” sob o crivo de um peneiramento largamente impessoal. Por isso, os maneirismos, as exterioridades e as práticas de “sedução” ou de “enredamento” haviam perdido ampla parte de sua utilidade. O negro e o mulato, que se viram com perspectivas para explorar semelhantes mecanismos de ajustamento racial, tiveram de modificar a velha estratégia. A questão já não era, pura e simplesmente, de “encantar” e de “satisfazer” os “brancos de elite”. Mas, muito mais, de procurar meios para impedir que os “brancos”, em geral, se ressentissem da competição aberta “com um prêto” e, em virtude de interesses e sentimentos melindrados ou feridos, o pusessem à margem do seu convívio ou o prejudicassem. Em suma, das velhas técnicas ficaram certos comportamentos calculistas e o afã de seduzir o “branco” para contar com sua amizade ou, no mínimo, com uma neutralidade simpática. Nessas circunstâncias, a “lábria” e as “adulações humilhantes” puderam ser substituídas por uma cordialidade ostensivamente respeitosa e dignificadora, posta a serviço de uma consciência atenta às ocasiões e de uma vontade decidida a aproveitá-las.

No plano mais geral e exterior, essa consciência compele os agentes a exibir sua posição social, com os atributos e peculiaridades que permitem defini-los como “pretos, mas só na côr”. No plano da interação com o “branco”, ela impõe um esforço permanente e infatigável de vigilância. Trata-se de uma vigilância que não visa, apenas, a surpreender os motivos dos “outros”. Pois procura apanhar, também, as suas conexões de sentido com a situação de interesses do “negro”. Em conseqüência, ao contrário do seu espécime no passado, “não se ofende” com as referências à côr. Dilui, como pode, as implicações “degradantes” que esta possa ter, “pondo o branco à vontade” e, até, “sendo atrevido”, se necessário, colocando em cheque as marcas raciais que poderiam afetar o “branco” (“branquinho”, “branca de neve”, etc). No fundo, todo o esforço concentra-se em abrir um fôssco entre a côr e a posição social, com o objetivo de neutralizar as implicações negativas da primeira e de fortalecer as implicações positivas ou a elasticidade da segunda. Esse ponto é deveras relevante, porque aí está o que é verdadeiramente substancial e dinamizador no comportamento do “negro” maneiroso e afável. O seu código, sob este aspecto, compreende duas normas gerais: 1.º) “nunca explodir” — ficar imperturbável, “sem se precipitar”, “sem perder as estribeiras” e, principalmente, “sem pagar o pato” por um deslize momentâneo ou imprevistos inevitáveis; 2.º) “tirar o máximo de proveito da boa vontade e da má vontade dos brancos”, pois ambas pro-

duzem dividendos — a tática, aí, consiste em relacionar os motivos das ações dos “brancos” com as manifestações previsíveis do “preconceito de côr”, para “conhecer o terreno em que se pisa” e para “tirar partido”, se preciso aproveitando a própria “inferioridade”, no desenrolar das ações e relações sociais. Se a diretora de um estabelecimento educacional toma o dentista por um contínuo, êste não se ofende; aproveita o incidente para estabelecer camaradagem com ela e conquistar a sua simpatia, ganhando nesse jôgo respeito e ascendência. Se o filho vem chorando da escola, protestando que não voltará mais para lá, pois os colegas o “xingam” de negrinho e a professôra o “persegue”, aproveita o ensêjo para “suscetibilizar” o filho, incitando-o a obedecer à professôra, a não ligar ou a revidar as xingações dos colegas e a concentrar-se nos estudos, para impor-se à estima geral. Se um profissional branco vacila em associar-se ao “colega de côr”, temeroso das conseqüências de tal associação, êste não hesita em apontar as causas das vacilações, forçando-o “a pôr as cartas na mesa” e a submeter-se ao trato comum. E por aí a fora. No plano da autonomia moral da pessoa, é inevitável que sofram “um arranhão aqui, outro lá”. Ou seja, precisam estar predispostos para a composição e para os seus efeitos, bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis. No entanto, a análise positivou que, em sua maioria, aceitam a política do risco calculado. Se os “brancos” ultrapassarem certos limites, encontram por trás da amabilidade e da flexibilidade aparentes uma armadura de aço. Nem covardia moral, nem pusilanimidade sistemática. Os maneirismos e a afabilidade são meios para atingir certos fins. As situações extremas são evitadas cuidadosamente. Mas, desde que se tornem inexoráveis, passa a entrar nas regras do jôgo a estratégia de retirar delas o proveito possível. Se isso for impraticável, “a pessoa dá o braço a torcer” ou “finge de morto”, e “toca o bonde”. Assim que pode, recompõe o estado anterior e, se necessário, “tira a sua forra”. Um dos mestres na exploração criteriosa e calculista do comportamento brando e afável adiantou-nos a sua receita: “O prêto não deve ser submisso ao branco. Êle tem sua personalidade e seus direitos. Também, não adianta pretender que o branco se modifique de uma hora para outra. Se o branco está errado, o prêto não deve sujeitar-se à situação que se cria. Se não o tratam bem numa casa, deve retirar-se; se querem obrigá-lo a fazer uma coisa humilhante à sua dignidade, deve recusar-se, pura e simplesmente. Quanto aos pequenos atritos da vida cotidiana, êle deve tirar partido para si próprio. E’ difícil à pessoa encontrar divertimento melhor que desfrutar o branco, com seus preconceitos tolos. O prêto deve responder (109) com ironia. Rir-se por dentro,

(109) — Isto é, reagir.

aproveitar o preconceito como uma armadilha. Todo o branco que cair nela deve ser ostensivamente explorado ou gozado”.

É óbvio que tais técnicas de ajustamento racial presumem elevado domínio sobre as próprias emoções, consciência racional de forças psico-sociais que interferem com os interesses egoísticos do agente e verdadeiro talento de ator. Portanto, trata-se de uma modalidade de comportamento inteligente demasiado complexa e desgastadora. Isso explica porque só um reduzido número sabe aproveitá-la de forma constante e eficiente. A grande massa dos “negros que sobem” escolhe entre duas alternativas mais simples de auto-afirmação social. A mais freqüente consiste no alheamento do “problema do negro” e do isolamento do “mundo dos brancos”. Uma das histórias de vida, levantada em 1949, situa caracteristicamente essa alternativa. O sujeito, então primeiro-tenente da Fôrça Pública, relatou que teve de enfrentar sérias resistências para conseguir o seu intento; “fazem tudo para impedir que haja um prêto oficial, em qualquer corporação militar”. Logo no primeiro ano do curso, sentira-se “achincalhado” e “mal visto por todos”. A sua turma evitava-o e “não se dava com êle”. Só “tinha amizade com dois ou três colegas [...] com outros mantinha apenas relações formais pelas necessidades de serviço e disciplina”. Estudava freneticamente, pois “se outros podiam passar sem saber muito, êle, por ser prêto, dificilmente passaria se não soubesse tudo, **tudo** (110), se tivesse um único êrro”. Como também se dedicava intensamente aos esportes, “por gostar” e “ser importante” para seus fins, sofreu esgotamento físico e nervoso. Depois que foi incorporado, julgando-se em “posição garantida”, afastou-se voluntariamente da convivência com os colegas. Cuidava que já “não precisava mais submeter-se às relações formais e forçadas com colegas que o hostilizavam friamente”. Não obstante, tratava os que convivessem com êle com “extrema cortesia, esperando que com o tempo desaparecesse aquela hostilidade que o cercava”. A outra alternativa transparece nos casos em que o “negro que sobe” não só quer desfrutar o seu estatus, mas, ainda, pretende utilizá-lo como degrau para a obtenção de novas vantagens, embora se defronte com dificuldades provocadas pela falta de socialização suficiente para lidar com os eventos nascidos da interação com os “brancos”. Já vimos como êstes resistem, consciente ou inconscientemente, a tratar “um negro” como igual ou superior; e como o próprio “negro” também resiste à aceitação de “outro negro” como superior. Daí defluem atritos, fricções e tensões intermináveis, que solapam o equilíbrio, a segurança e a serenidade da “pessoa de côr” afetada. Para contornar tais obstáculos

(110) — Termo grifado pelo entrevistador.

e vencer o temor correlato de “perder autoridade”, de “ser desmoralizado publicamente” ou de “perder a devida consideração” (ou seja, a própria posição social adquirida), mostram-se “duros”, “intransigentes”, “pessoas de poucas palavras”, impondo-se o dever de “mandar sem dó nem piedade”. Na verdade, os resultados das entrevistas sugerem que os sujeitos, nessa situação, foram colhidos de surpresa por vasta teia de complicações que ignoravam. Enlevados pelo próprio êxito, esperavam dos outros reconhecimento ou admiração pelo “valor pessoal” demonstrado. Logo nas primeiras explosões, ficaram perplexos, descobrindo então que deviam se haver, permanentemente, com atitudes e comportamentos hostis. Sem possuírem recursos para se ajustarem de outra forma às situações criadas, o desejo de “não ceder terreno” (às vezes falam: “um milímetro de terreno”) e o pânico impulsionam-nos, bem depressa, a se escudarem no prestígio e no poder inerentes à posição social obtida. Em um caso típico, o sujeito descreveu perfeitamente o mecanismo de ajustamento: “Êles [os colegas brancos] que se danem. Eu sou o chefe mesmo”. Assim, a fórmula “quem manda sou eu” (ou algo equivalente) define o rumo a seguir, prendendo os seus seguidores a uma filosofia tensa de ajustamento racial. Os “brancos” se exasperam; como vimos, comentam com amargor ou com irritação ocorrências desta natureza, afirmando que “ninguém agüenta essa gegnte quando sobe”, “parece que têm o rei na barriga”, “ficam insolentes” (ou “atrevidos”, “intoleráveis”, “pedantes”, “ressentidos”, etc.). Alguns chegam a diagnósticos mais complexos, como o demonstram os dois exemplos seguintes: “Êles [os pretos] estão cheios de complexos e não podem estar por cima. Quando estão por baixo são muito humildes. Mas quando estão por cima, ninguém os atura. Ficam impossíveis”; “êsses como outros que conheci, inclusive um que era mestre geral de uma companhia em que trabalhava e que tinha sob sua ordens mais de 70 homens, se tornavam autoritários e criavam péssimas condições de trabalho. Creio que isto acontece porque êles se sentem em situação de inferioridade e, para serem respeitados, tornam-se exigentes e tirânicos”. O próprio “negro”, porém, quando se conforma com o “superior da mesma côr” ou atua como espectador fica muito satisfeito quando vê “um prêto colocar a canga no branco”. Descobrimos, pela análise das entrevistas, que uns sentem satisfação, outros orgulho ao deparar com personalidades dêsse tipo, apontando-os como “negros de raça”. Um funcionário público e intelectual negro chegou a declarar, espontaneamente, que ia a certa repartição só para espiar, pelo guichê, o comportamento do chefe da secção. “Ele é tremendo. Chega e se senta com grande majestade. Para assinar um papel, toma um ar muito importante e assina com acintosa autoridade” [...]. “Eu pen-

so, aí bichão! Vai ver que êle mal sabe assinar o nome. No trato com os subordinados, é autoritário. Porque não faz isto?! Faça aquilo! O pessoal deve ficar amargado com êle, que manda de verdade”. A observação dessas cenas divertia-o de veras. E’ fácil perceber porque A inversão da assimetria nos padrões de relações raciais adquire o sabor de uma vingança. Contudo, a segurança superficial e as satisfações produzidas pelo ajustamento racial autoritário custam um preço enorme. Êle funciona como uma espécie de alcapão: traz consigo desencanto, uma condição de beligerância permanente nas relações humanas e o solapamento contínuo das melhores perspectivas de utilização social do talento do “negro que sobe”.

Independentemente de propender para o comportamento maneirado ou para o comportamento duro, faz parte da imposição do estatus o apêgo ostensivo a um estilo puritano de vida. Parece que êsse puritanismo responde a necessidades, reais ou imaginárias, que levam o negro e o mulato a se expurgarem de atributos, atitudes e comportamentos que estigmatizam o “prêto” na sociedade inclusiva (como “dependente”, “ignorante”, “malandro”, “pingueiro”, “vagabundo”, “desordeiro”, “ladrão”, “desonesto”, “desleal”, “criminoso”, “sexualmente desregrado”, etc.). Por isso, sob muitos aspectos, êle constitui um mecanismo de auto-defesa e de auto-afirmação sociais, cuja função manifesta consiste em evidenciar que se está diante de pessoas ou de grupos de pessoas que pertencem à categoria de “pretos só na côr”. O fato é que êle impõe um auto-policiamento severo: do modo de vestir-se, de calçar e de apresentar-se em público; do modo de falar, de gesticular e de intervir numa conversa; das maneiras, no trato com colegas, subordinados ou superiores, tanto quanto nas relações com conhecidos, amigos e parentes; na correção dos hábitos, das ações e na lealdade aos ideais de vida; etc.. Em algumas circunstâncias, o que entra em jôgo são apenas as aparências. Por exemplo, um grupo de negros e de mulatos se reúne; há grande mistério em tôrno de um embrulho, que contém “certa coisa”; guardam a “coisa”, num recanto escondido da casa, e de vez em quando, um e outro vão para lá e depois voltam, dando risadas. Apertando-se um pouco, descobre-se que a “coisa” é um litro de “pinga da boa”. Em outras circunstâncias, êle aparece como algo meramente convencional. Por exemplo, após uma reunião, um dos pesquisadores convidou os convivas para sairmos, acentuando: “podemos continuar a conversa na rua, talvez em um botequim qualquer”. Recebeu, de um dos membros do grupo, uma repreensão amistosa: “Por quem nos toma?!... Nós não somos negros de pinga!” Contudo, ultrapassando-se essa superfície, descobre-se que muitas das manifestações do puritanismo do “negro que sobe” são puras e íntegras. Elas traduzem

um anseio muito forte de “ser gente”, de “igualar” ou de “superar o branco”, de participar intensa e lealmente das esferas conspícuas da cultura e da vida em sociedade. Nesse nível, as normas, os padrões de comportamento e os ideais de vida contam como valores supremos e intocáveis. É claro que são discerníveis motivações associadas à ansiedade de proteger a posição social contra os efeitos negativos da estigmatização; e que a pureza e a integridade, postas no culto dos valores consagrados socialmente, visam **provar** que o “negro” não é menos capaz que o “branco” de converter-se em guardião da ordem social ou da moralidade dela decorrente. Mas isso é secundário neste plano da análise. O que importa é que a identificação íntegra e leal com a esfera axiológica da cultura traduz um empenho exaltado de participar da ordem social e de fundir-se nela, fazendo desaparecer os traços que separam os homens, socialmente, através da *côr* e da condição racial. Dêsse ângulo, é evidente que o puritanismo preenche uma função latente de grande importância dinâmica. Ele define, de forma altamente ambiciosa e por assim dizer “perfeita”, o nível de realização que deve nortear o modo pelo qual o “negro que sobe” deve corresponder às normas, padrões de comportamento e valores sociais da sociedade inclusiva. Portanto, ele responde, de fato, à pressão moral da sociedade inclusiva. Esta propõe o “mundo dos brancos” como a única alternativa de assimilação e de integração à ordem social vigente. O puritanismo do “negro que sobe” atende a êsse requisito, como se ele nascesse de uma decisão e de uma imposição autônomas do próprio “negro”. Se as coisas não vão mais longe, na realidade, não é por culpa dêste e das compulsões psico-sociais que modelam sua personalidade ou suas volições sociais, mas por causa dos mecanismos “raciais” ultra-seletivos da sociedade inclusiva, que reduzem, severa e continuamente, o número de negros e de mulatos assimiláveis, impondo-lhes critérios de aceitação que colidem com suas disposições igualitárias de integração social.

Além dessas três técnicas sociais de imposição de estatuto, exploradas com maior ou menor intensidade pelo “negro que sobe”, seria preciso levar em conta certos procedimentos de alcance secundários, embora igualmente característicos da presente situação de contacto racial. Em primeiro lugar, deve-se mencionar a importância dos gastos sibaríticos, que auxiliam o “negro” a alterar, radicalmente, o seu padrão de vida. Eles prejudicam, direta ou indiretamente, a capacidade de poupança e, portanto, de manipulação do estatuto real por parte do “negro que sobe”. Mas, permitem um tipo de controle que é deveras importante: definir o plano de visibilidade, senão do “negro” em geral, pelo menos das pessoas em ascensão, fora e acima das estigmatizações correntes. Com isso, os agentes forçam, direta

ou indiretamente, os “brancos” a reavaliá-los em termos de atributos inerentes à sua posição social. De outro lado, conferem maior segurança subjetiva aos indivíduos, dando-lhes certa liberdade elástica no aproveitamento das oportunidades mais ou menos viáveis de integração à ordem social. Como os gastos sibaríticos contrariam representações arraigadas sôbre os “pretos”, mantidas pelos “brancos”, e chocam a modéstia dos “negros antigos”, êles são amplamente incompreendidos e recriminados nos dois estoques “raciais”. Em segundo lugar, temos de levar em conta o modo pelo qual o “negro que sobe” se localiza perante o negro e o mulato. A absorção de representações e de avaliações sôbre o “prêto”, construídas pelos “brancos”, não se explica, apenas, pela ansiedade que êle tenha de identificar-se com a “raça” dominante. O isolamento difuso cria, por si mesmo, necessidades sociais específicas. Por causa delas, o “negro que sobe” procura, na categoria “racial” a que pertence, perspectivas de auto-afirmação compatíveis com suas possibilidades concretas de participação da cultura e do estilo de vida social. Por pouco diferenciada que seja a “população de côr”, torna-se notório que alguns “negros” vivem de “modo diferente”, “como se fôsem brancos”. Esses desenvolvimentos possuem inegável importância dinâmica. Favorecem a percepção de que “algo está se alterando na vida do negro”, pois existem “negros ricos”, “cultos”, “de prestígio”, etc. Ora, essa percepção contraria, frontalmente, os estereótipos raciais correntes e as estigmatizações que solapam, impiedosamente, o prestígio social dos “homens de côr”. Isso explica porque o “negro que sobe” valoriza tanto a estratificação social no próprio “meio negro”. Êle acredita que “se defende”, ao mesmo tempo que trabalha no sentido de modificar a imagem social do “prêto”. Em terceiro lugar, estão certos comportamentos que parecem mesquinhos (como cortar a conta de fornecedor, intimidar um propagandista, deixar um cliente desorientado ou perplexo, etc.). Tanto o “branco”, quanto o “negro rústico” focalizam desfavoravelmente ações dêsse teor. No entanto, elas não devem ser vistas sômente através de avaliações dêsse tipo. Seria conveniente situá-las, também, nos núcleos de motivações sociais a que se inserem. Parece evidente que, por meio delas, o “negro que sobe” tenta pôr a serviço da defesa do seu estatuto a soma de poder que lhe é conferida pela posição social conquistada. Assim, não só se impõe socialmente, como contribui para liberalizar o comportamento do “branco”, forçando-o a rever suas avaliações “raciais” e, principalmente, a tomar mais cuidado no modo de tratar o “prêto”. Em quarto lugar, por fim, aparece a preocupação de “selecionar os amigos brancos”. Por mais que semelhante comportamento seja apontado como manifestação de “ingratidão”

e de “orgulho descabido”, pelos antigos amigos brancos, êle possui real sentido construtivo para o “negro que sobe”. De um lado, algumas vêzes aquelas são autênticas relações perigosas, que entram em choque com a adesão a uma concepção puritana do mundo. De outro lado, a pressão em confinar os contactos aos “brancos” de categoria social inferior é nitidamente desmoralizadora (independentemente das qualidades humanas e morais das pessoas envolvidas). Ao insurgir-se contra ela, o “negro” está lutando, também, para livrar-se das restrições acarretadas pela côr e para pôr têrmo “a uma situação que o inferioriza moralmente”. E’ óbvio que êle tenta equacionar, nos limites de suas fôrças, o seu próprio jôgo. Força o “branco” a aceitá-lo sem restrições (pelo menos ostensivamente prejudiciais e humilhantes); e, o que é mais importante, a reconhecer que a diferenciação social do “meio negro” afeta a estratificação da sociedade global.

As descrições precedentes, sôbre as técnicas sociais “para subir” e “para impor” o estatus, devem ter deixado patente o quanto importa, para o “negro que sobe”, exhibir da maneira mais visível e notória possível os êxitos conquistados socialmente. A discricção é uma virtude de elites consagradas. Lutando para afirmar-se socialmente, como “pessoa” e como categoria “racial”, o “negro que sobe” precisa apelar para técnicas de ostentação do prestígio social que o ajudem a quebrar as barreiras existentes, a romper com este-reótipos injustos e a usufruir as “prerrogativas de sua posição”. Essas técnicas confundem-se, em vários pontos, com as técnicas sociais usadas para “subir” e para “impor-se” socialmente. Todavia, ainda assim é possível discernir, no plano intencional ou no nível da natureza dos efeitos colhidos, uma coisa das outras. Vamos expor, em seguida, os resultados a que chegamos, observando a seriação que nos foi fornecida pela intensidade das respostas obtidas mediante documentos pessoais.

O que se poderia chamar de “uma linha irrepreensível” conta, em primeiro lugar, como técnica de ostentação do estatus adquirido. De modo geral, essa técnica abrange todo o estilo de vida da categoria social a que o “negro” passa a pertencer. Ela responde ao intento de equiparar-se ao “branco” do mesmo nível social: no modo de vestir-se, no padrão de moradia, nos gastos sibaríticos, no refinamento das maneiras, no exclusivismo das relações sociais, etc. Apesar disso, uma longa tradição de privações, associada a certa experiência amarga na exibição de estatus fictícios, contribuíram para valorizar ainda mais as exterioridades marcantes do padrão de vida. Por isso, o vestuário e as maneiras ganharam notável relêvo. Mesmo que o indivíduo goste de “caprichar no trabalho” e de “ter

uma conduta moral irrepreensível”, as ostentações feitas com enlêvo e amor gravitam em torno daqueles dois focos de auto-realização. “Vestindo-se bem” e “agindo como pessoa educada” (ou “fina”), parece que coloca os outros, de imediato, a par de que “é gente”, “pessoa distinta” ou “de consideração”. Outra exterioridade importante é o casamento inter-racial (bem como o namôro, o noivado e o amasiamento inter-raciais). Se o casamento com “branco” não confere, por si mesmo, prestígio social, êle é reputado como uma evidência cabal do êxito obtido. Assim, nas entrevistas houve quem dissesse que as mulheres, “tendo um postinho”, julgam-se em situação melhor e “não pensam mais em casar com prêto”. “Para tudo elas procuram o branco. Nem que seja para sustentá-lo, para ser explorada ou para ser maltratada por êle”. O mesmo se aplicaria aos homens: “é só melhorar um pouco, já querem brancas. Se puderem, uma loira. Não querem as mulheres da raça. Acham que isso não pode corresponder à sua situação”. Essa tendência, que raramente se concretiza na prática, suscita, não obstante, forte ressentimento na “mulher negra”. Eis uma avaliação típica: “o homem patricio não presta mesmo. [...] Não valorizam a mulher negra, não se casam com ela. Quando êles deviam procurar a mulher negra e valorizá-la.” Durante uma das reuniões em grupo, após a intervenção de um dos debatedores, ouvimos de uma das participantes: “Êle falou tudo aquilo contra o preconceito e sôbre os brancos. Vai ver na casa dêle. Com tôda aquela pôse, êle deve ser casado com branca”. Não obstante, o homem ou a mulher “de côr”, que “possa se dar ao luxo de casar com branco”, suplementa e consolida o prestígio social obtido anteriormente, por outros meios. A mudança de atitudes em face das identificações raciais também surge como uma técnica importante de ostentação de status. Parece que o “negro que sobe” tende a fortalecer a consciência de que a conquista de uma posição social **deve** neutralizar os riscos de ser tratado, pelo interlocutor “branco”, como “mulato”, “prêto”, etc. Por isso, com freqüência desenvolve uma reação compensatória, que o leva a exhibir completa indiferença (na verdade irreal) no tocante à côr, como se “não tivesse mêdo” nem “sentisse ressentimento” ao ser identificado como “prêto”, “mulato”, “negro”, etc. Semelhante predisposição, entretanto, possui utilidade e sentido efetivos. Os que conseguem reagir dêsse modo, compelem os “brancos” de seu círculo de convivência a dar maior importância à sua posição social que à sua côr. Além disso, estimulam os filhos, os parentes, os amigos e os conhecidos a libertarem-se de ajustamentos contra-producentes, nas suas relações com os “brancos”. Por fim, as aventuras sexuais com “brancos” possuem um significado equivalente ao do casamento. O êxito neste campo é reputa-

do como índice de inclusão numa esfera íntima e fechada de competição com o “branco”. Por isso, qualquer que seja o apêgo a um estilo puritano de vida, são muitos os “negros que sobem”, de ambos os sexos, que se mostram sensíveis a êsse encanto. Como a discrição anularia as vantagens presumíveis, sempre se descobrem meios reservados para “deixar a coisa transparecer” onde elas devem frutificar socialmente. A essas técnicas, somam-se algumas derivações especiais. Assim, a mudança dos padrões de residência acentua-se, cada vez mais, como índice de ostentação de poder econômico e de prestígio social. “Sair do cortiço” ou “livrar-se do porão” equivalem a isentar-se de um estigma degradante. Contratar uma empregada e, especialmente, uma empregada branca, corresponde, por sua vez, a um toque definitivo de requinte. Por fim, como muitos “negros que sobem” continuam umbelicalmente presos às concepções tradicionalistas do mundo, a identificação exacerbada à ideologia racial oficial também se converte em técnica de ostentação de estatus. Nesse caso, tal identificação como que exclui os seus heróis da condição social do “prêto”, preparando-os para usufruir os proventos materiais da exceção que confirma a regra.

Esta breve sondagem das técnicas sociais empregadas pelo “negro que sobe” para lograr e consolidar sua ascensão social, insinua quão emaranhada e complexa ainda é a situação de contacto entre “negros” e “brancos” na cidade de São Paulo. O sistema de relações raciais desmente, na prática (mesmo quando é considerado do ângulo das “elites de côr”), os princípios de integração da ordem social vigente. Em consequência, a estratificação racial aparece como variavelmente aberrante, quando confrontada com a organização da sociedade inclusiva. São evidentes a persistência e a vigência de critérios obsoletos de determinação do prestígio social em conexão com a côr. Além disso, também são evidentes as fortes e variadas dificuldades encontradas pelo “negro” em suas tentativas mais legítimas de ego-envolvimento e de auto-afirmação em uma ordem social que só é aberta racialmente pelas aparências. De um lado, aquelas técnicas deixam bem claro que a ordem social vigente ainda se define, literalmente, como “o mundo dos brancos”. De outro, elas indicam, de forma cabal, que o “negro” precisa impor-se, consciente e voluntariamente, uma **segunda natureza humana** para ter acesso a êsse mundo e poder compartilhar dêle. Malgrado os sucessivos despojamentos que pratica em sua pessoa, a conquista dessa segunda natureza não representa o fim do seu drama nem promove sua equiparação material e moral com o “branco”. Precisa desdobrar-se, depois disso, e em várias direções, para defender e usufruir as parcelas de prestígio social de que deveria participar automaticamente.

Apesar dêsses aspectos sombrios, as mesmas técnicas entremostram que uma realidade nova está desabrochando. O “negro” absorve, progressivamente, as normas, os comportamentos e os valores da sociedade inclusiva. Por conseguinte, começam a desaparecer as principais fronteiras que convertiam essa sociedade num mundo à parte, desfrutado com plenitude apenas pelos “brancos”. Se essas tendências persistirem e se continuar a aumentar, continuamente, a massa de negros e de mulatos que se incorpora, efetivamente, ao sistema de classes sociais, com o tempo aquelas técnicas sociais poderão ser proscritas. Então, para integrar-se à sociedade, o “negro” não precisará mais comprovar, socialmente, que é “prêto só na côr”.

Podemos passar, agora, ao último tópico a ser abordado na presente parte dêste capítulo (111): os efeitos psico-sociais e sócio-culturais da ascensão social do negro e do mulato. Na exposição, vamos considerar, apenas, dois grupos de questões: 1.º) os efeitos da ascensão social que repercutem, diretamente, nas orientações do comportamento do negro e do mulato, no grau de integração do “meio negro” e na ordenação das relações raciais na sociedade inclusiva; 2.º) as repercussões secundárias de tais efeitos na situação de contacto racial.

Está claro que seria impraticável descrever e analisar todos os efeitos primários, de significação dinâmica, da ascensão social do negro e do mulato. Por isso, no material levantado, selecionamos os aspectos que elucidam melhor como êsse processo tende a reconfigurar as próprias bases dos ajustamentos raciais e a reordenar as relações entre “negros” e “brancos”. Na medida em que operamos com documentos pessoais pertinentes a “indivíduos de côr em ascensão”, os dados coligidos não comportam uma análise estruturalista nem permitem dizer “como” e “dentro de que limites” êsses efeitos estão contribuindo para modificar o próprio sistema de relações raciais da sociedade inclusiva, adaptando-o aos requisitos psico-sociais e sócio-culturais da ordem social competitiva. Ainda assim, êles lançam alguma luz sôbre os processos de mudança, que estão afetando (e tenderão a afetar com intensidade previsivelmente maior no futuro) o referido sistema. Não fôra êsses processos (vistos nesta parte da discussão no nível de seus principais produtos dinâmicos), não teríamos a registrar nenhuma transformação na situação material e moral do “negro”, bem como em sua capacidade de interagir com as forças psico-sociais e sócio-culturais que a organizam objetivamente. Na apresentação dos resultados, seguiremos o seguinte esquema: I) efeitos da ascensão social que repercutem, diretamente, nas orientações do comportamento do negro e do mulato: 1.º) crise nas relações sociais;

(111) — Conforme acima, pp. 440-441.

2.º) a mobilidade vertical como “ideal primordial”; 3.º) a identificação com interesses e valores da posição social obtida ou pretendida; 4.º) repúdio ao padrão de vida tradicional do “prêto”; 5.º) consciência do “preconceito de côr”; 6.º) inconformismo e repulsa à ordem tradicionalista; 7.º) ambiguidade e ambivalência na definição de lealdades; 8.º) emergência e generalização de disposições a competir e a entrar em relações de conflito com o “branco”; 9.º) intensificação da competição e do conflito nas relações dos “negros” entre si; 10.º) satisfação pelo êxito de outros “negros” em seus projetos de ascensão social; II) efeitos da ascensão social que repercutem, diretamente, no grau de integração do “meio negro”: as tendências emergentes de diferenciação e de estratificação sociais na “população de côr”; III) efeitos da ascensão social que repercutem, diretamente, na ordenação das relações raciais na sociedade inclusiva: 1.º) formas de aceitação do “negro que sobe”; 2.º) o recrudescimento de atitudes e de comportamentos preconceituosos e discriminativos.

No estado atual de mudança da situação de contacto, os efeitos dinâmicos mais significativos, do ponto de vista sociológico, transparecem no nível da organização da personalidade e do comportamento do negro e do mulato. Por isso, êsses aspectos ganharam natural relêvo na exposição. A ordenação adotada não reflete, porém, o grau de importância dinâmica atribuído pelos próprios agentes a cada tópico. Preferimos apelar para um arranjo artificial, que gradua as conexões dos temas, em conjunto, de uma perspectiva genética.

A crise nas antigas relações de amizade constitui um evento corriqueiro, embora não seja fatal. A princípio, enquanto o indivíduo em ascensão está, por assim dizer, ensaiando o vôo, as aparências de cordialidade mantêm-se inalteráveis. Aqui e ali, surgem pequenas rugas, causadas por desinteligências superficiais. São amigos e parentes que não se entendem, porque “fulano deu de ficar orgulhoso” e “de parecer que estranha a gente” ou porque, de “uma hora para outra”, “deu de chamar a gente de chupin”, “de bater com a porta na cara da gente”, etc. (112). Em regra, é dentro de um clima dêsses que se processa a mudança do indivíduo com sua família para “uma casa melhor”. A separação física do “antigo ambiente” é cercada de manifestações de ternura. Os parentes, os amigos e os “vizinhos mais chegados” prestam as últimas homenagens. Há exibição da nova casa aos mais íntimos, antes e logo depois da mudança. Mas, em seguida, principalmente se ocorre mudança real e substancial de estatuto, a deterioração das relações entra na fase final. A pessoa “some da circulação” e “faz de morto”, quando vê ou é procurado pelos an-

(112) — Esta última expressão também envolve, como a anterior, repúdio às obrigações pessoais de entreatajuda familiar ou vicinal.

tigos camaradas. Teme que os novos vizinhos o confundam com eles e o considerem como “prêto de baixa extração”. Se fôr inevitável e para “evitar cenas”, há uma rápida troca de apêto de mãos ou um cumprimento de longe. Evita-se, porém, que a intimidade anterior se restabeleça. As atenções da pessoa voltam-se para o “nôvo ambiente”. Conforme o bairro e o nível social dos vizinhos, as relações são frias, esquivas e por vêzes forçadas. Isto agrava ainda mais o temor de sofrer prejuízos pelo passado recente e fortalece sobremaneira as tentativas de “esquivar-se” dos parentes e amigos de “situação duvidosa”. Aí, entram em cena as “desculpas esfarrapadas”, que são feitas e recebidas, a sangue frio, como “ofensas inesquecíveis” e irreparáveis. E’ nesse contexto, já mencionado acima, que surgem recriminações características. Os antigos vizinhos, amigos e parentes, se forem “negros”, comentam que “fulano anda metido a branco”; e, se forem “brancos”, dizem que “fulano pensa que tem o rei na barriga”. Os ressentimentos calam fundo, porque os interessados “ficam firmes”. Mantêm-se inflexíveis e proclamam que “não gostam de intrigas”, que “não têm medo de calúnias” ou que “é melhor que cada um cuide de sua vida”. Por fim, alcançam o seu intento. Os amigos e parentes compreendem que “estão sobrando”; passam a evitar os contactos, desabafando: “êle que fique com o seu orgulho”, “deixa estar que êle ainda vai se arrepender”, “tomara que êle nunca precise de mim”, etc.. O aspecto mais dramático emerge, naturalmente, nas relações entre parentes. Para ocultar a origem modesta, tôdas as diligências são feitas para evitar suas visitas. Embora não se processe rutura total, preferem visitá-los em suas moradias. Levam consigo as pessoas que “êles gostariam de ver” e, eventualmente, um ou outro auxílio, se fôr o caso. Os parentes entendem êsses ardis. Procuram desculpar os seus agentes, diante de amigos, vizinhos ou outros parentes: “Sabe como é, fulano agora é figura importante. Anda muito ocupado. Quase nunca está em casa”, etc. Aos íntimos, confidenciam suas amarguras: “tenho vergonha de ir à casa de fulano, por causa da gente com que êle se dá”, “isso me deixa envenenado”, “estou desapontado com fulano”, etc. Algumas cenas, focalizadas através das informações, chegam a ser tocantes. Alguns parentes provocam **encontros casuais**, só “para matar saudades” e “saber as boas novas”. Outros, lançam mão de artimanhas, para obter notícias (vão ao encontro de um ou outro membro da família, no trajeto para a feira, a escola ou o trabalho; “cercam conhecidos” mais ou menos informados; etc.). As coisas pioram muito e tornam-se mais dramáticas quando existem parentes idosos dependentes, que são “mais escuros”. Eles são, muitas vêzes, condenados a uma espécie de ostracismo social e sofrem vários “vexames”

(113). Com o tempo, o furor pela conquista de prestígio social se atenua ou acaba sendo substituído por sentimentos de segurança. Doutro lado, “as saudades apertam”. Uma ou outra ligação se refaz, principalmente com parentes e amigos íntimos. Contudo, isso não restabelece o equilíbrio em termos das velhas relações sociais. Ao contrário, as coisas se passam como se elas fôsem enxertadas nos quadros sociais a que os indivíduos em ascensão pertencem (ou julgavam pertencer). A melancolia da rutura pode ser esquecida ou sublimada. Raramente ela é reparada.

As disposições difusas para “melhorar de vida” criam e difundem anseios “para subir”. Formam a convicção de que “o problema do negro é econômico” e que, para resolvê-lo, “o negro precisa ter tudo o que o branco tem” (bom padrão de vida, casa própria, empregada, automóvel, etc.). Mas só o êxito de muitos na concretização de tais objetivos pode converter a mobilidade social vertical num “valor supremo” e numa “tradição”. A diferença entre as duas perspectivas é sensível: enquanto está na primeira posição, o “negro” concebe a ascensão social como um fim em si mesmo (algo que lhe permitirá “ser gente” e ter acesso a coisas que sempre lhe foram inacessíveis); quando se encontra na segunda posição, o “negro” define a ascensão social como um meio para lograr outros fins. Sem dúvida, em termos de drama humano e como problema social, o “negro” atrai maior simpatia na fase incipiente do processo, na qual seus anseios soam como clamor por justiça social. Contudo, é no último nível que êle começa a reproduzir a história social de outros grupos humanos da cidade, que também “partiram do nada” (em particular, a dos imigrantes). De acôrdo com nossas observações ainda é bem reduzido o número dos que propendem para as últimas avaliações. Mesmo nas reuniões dos “clubes negros” mais refinados e nos “grandes espetáculos” por êles promovidos, nos quais se pode ver a “nata da elite negra”, êsse número não passa de duas ou três dezenas. No entanto, no terreno prático, êsse pequeno número possui enorme importância dinâmica. A razão é simples. Estamos diante de novos tipos de personalidade e de concepção do mundo. Pessoas que já superaram o afã de “ser gente” e que não lutam, cândidamente, pelos “interesses da raça”; projetam-se no âmago dos valores de uma sociedade competitiva e querem, realmente, poder em tôdas as suas formas. É inegável que padecem de uma miopia incurável, pois não

(113) — Nem sempre saem com a família; ao sair, podem “ficar para trás”; não devem “aparecer” para certas visitas; para outras “não são apresentados”; nem sempre se sentam à mesa, quando há “visita de cerimônia”, etc. Um dos documentos, pertinentes a um mulato claro, que era advogado, mostra que a pessoa pode chegar a extremos cruéis, mesmo em se tratando de sua mãe.

enxergam os problemas coletivos dos “negros” nem a função construtiva que os movimentos reivindicatórios poderiam produzir se orientados em estilo conveniente. Mas também é inegável que estão preenchendo papéis pioneiros de grande alcance. No seio de uma “elite de côr” tão heterogênea e discutível (114), êsse pequeno grupo põe em evidência o que é ascensão social “para valer”. Revela, ostensivamente, que na competição com os “brancos”, por riqueza, cultura e poder, o verdadeiro dilema se coloca **depois** (e não antes) de se ter atingido os mínimos econômicos e sócio-culturais, com que todos deveriam contar numa sociedade democrática. E, principalmente, forjam novos símbolos e novos mitos, que exprimem o clima moral da ordem social competitiva: o esforço que “vale a pena” não deve visar as magras compensações da “boa colocação”, quase sempre de natureza compensatória (e que, por isso, fomenta manias de auto-afirmação que envolvem estatus fictícios), mas a eliminação progressiva da distância sócio-econômica e política, que separa o “negro” do “branco” na competição pelo poder e pelo prestígio social. Em suma, esboçam-se novas linhas de ação e de pensamento, que deixam o campo livre para as personalidades fortes e as grandes ambições. Em consequência, para um pequeno núcleo inicial, “subir” deixa de ser equivalente de “redenção social”, assumindo a mesma significação que possui para o resto da comunidade. Forma-se, assim, em uma parcela da “população de côr”, um estado de espírito que converte a acumulação de riquezas, de prestígio social e de poder no “pathos” e no “logos” da vida humana em sociedade. A influência dinâmica desse estado de espírito, em plena constituição, ainda é restrita. Além do mais, êle esbarra com as limitações de uma herança social que expõe o maior número (dessa população), ao império das compensações sôfregas e imediatas, e com as barreiras que restringem, econômica e socialmente, o aproveitamento das aptidões competitivas do negro e do mulato. Pode-se presumir, no entanto, que a longo têrmo êsse estado de espírito provocará efeitos construtivos de grande alcance. Êle abre ao “negro” um nôvo patamar histórico, que entrosa alguns segmentos das “classes médias de côr”, material e moralmente, com os “ideais burgueses de vida” e com os meios para atingi-los socialmente.

Êsses resultados precisam ser postos em sua devida perspectiva sociológica. Até agora, lidamos com a grande massa da “população de côr” e com as implicações de seus anseios de ascensão social. Invertendo a maneira de olhar as coisas e isolando o pequeno número dos que obtiveram maior êxito e estão, efetivamente, caminhando mais

(114) — A luz dos critérios econômicos, sociais e culturais da sociedade inclusiva, pois seus componentes nem sempre pertencem, sequer, às classes médias.

depressa na assimilação dos valores sociais da sociedade inclusiva e na própria ascensão social contínua, observamos uma realidade diferente. A luta pela ascensão não se trava mais em torno de mínimos sócio-culturais e as compensações introduzidas pelos estatutos fictícios ou aparentes perdem toda a significação. Isso não acarreta, todavia, contradições chocantes e dramáticas no seio da “população de côr”. Como veremos a seguir, a mobilização puramente burguesa de pequeno setor da “elite negra” suscita tendências sociais dignas de nota, tanto na diferenciação do “meio negro” quanto nas relações dos “negros” entre si. No presente, todavia, essa mobilização representa um fenômeno incipiente; e o mencionado pequeno número retira sua seiva das ligações que estabelece com o grosso da “elite de côr”, dentro da qual se projeta e se distingue através das funções de liderança.

Qualquer que seja o polarizador (a ascensão social como “rendição social” ou como uma escada em espiral), os êxitos na ascensão social produzem efeitos ressocializadores, que promovem o ajustamento dos indivíduos à posição social adquirida. Graças a essa ressocialização, que varia em função dos dotes pessoais, da situação sócio-econômica das famílias e das oportunidades reais de participação dos papéis sociais inerentes à posição adquirida, a ascensão social canaliza e regula a identificação dos indivíduos com as personalidades-estatutos dos níveis sociais a que passam a pertencer ou a que pretendam pertencer. Aqui, é preciso separar dois planos distintos de interação do indivíduo com as forças sociais do ambiente. No plano mais amplo, de adaptação e ajustamento à ordem social da sociedade inclusiva, essa identificação assume a forma de uma tendência inofensiva de assimilação e de exteriorização das normas, padrões de comportamento e valores da “raça” dominante. O “negro” procura “dar tudo que tem” para abolir as diferenças de exterioridades ou de traços sócio-psíquicos, que o separam socialmente do “branco”, como e enquanto categoria “racial”. Essa tendência não impede a lenta emergência, a percepção e a identificação progressiva com os interesses específicos do “negro que sobe”. Mas cria uma ponte entre as ambições dessa parcela da “população de côr” e as expectativas de comportamento alimentadas pelo “branco”, nos diferentes níveis sociais. No plano mais restrito, da comercialização dos proventos da ascensão social no “meio negro”, essa identificação aparece como algo convencional e, ao mesmo tempo, contrabalançado pelo apêgo emocional aos valores morais da “elite negra”. Tudo se passa como se o “negro” possuísse duas faces: uma, para interagir, como indivíduo, com as pessoas e os valores da sociedade inclusiva; outra, para compartilhar dos refinamentos, da segurança e dos prazeres do seu próprio “ambiente íntimo”. Essa dualidade não se alicerça em nenhuma

duplicidade. Ela é fruto do isolamento difuso e da necessidade inofreável de forjar centros autônomos de vida social. O importante, do ponto de vista sócio-dinâmico, vem a ser a qualidade das influências que entram em jogo. O convívio nos centros próprios de vida social não neutraliza nem deturpa as impulsões de auto-identificação e de envolvimento na ordem social inclusiva, mas reorienta essas impulsões, subordinando-as aos imperativos das “tradições” da “elite negra” e ao puritanismo delas decorrente. Mesmo a pequena parcela que parece estar caminhando mais depressa no sentido do “aburguesamento” não conseguiu livrar-se dessas influências. Ao contrário, apega-se a elas e às suas fontes culturais, para facilitar a imposição de sua liderança ao grosso da “elite negra”. Isso cria dois níveis históricos coetâneos de adaptação e de ajustamento do “negro que sobe”. Num, êle é variavelmente “moderno”, esforçando-se por ser homem de seu tempo e da sociedade em que vive; no outro, êle responde a alternativas que selecionam suas propensões inovadoras e fixam, de maneira universal, o modelo de exteriorização e de fruição sociais do êxito conquistado. Ora, a análise revela que êste resultado não traduz uma propensão conservantista ou alguma incapacidade de modernização homogênea da pessoa, comportamentos e estilo de vida do “negro”. Êle é produto de vários fatores de instabilidade e de insegurança sócio-econômicas, que agravam os efeitos arcaizadores do isolamento difuso. Não tendo logrado condições uniformes e completas para instituir em seu meio as formas sociais de vida organizada da sociedade inclusiva, o “negro” procura proteger-se através do puritanismo e da revitalização constante de “tradições aristocráticas”, que possuem funções simétricas à do comportamento duro e autoritário. Conjuram-se, assim, ajustamentos individuais que poderiam “rebaixar” o nível material, cultural ou moral das associações e os riscos a que se exporiam os jovens, as mulheres ou os adultos em geral sem uma “polícia adequada” dos costumes. Por enquanto, convém ressaltar uma conclusão fundamental. Como a ascensão social beneficia, de forma heterogênea e seletiva, pequenos segmentos da “população de côr”, a identificação com os valores da ordem social dominante na sociedade inclusiva não encontra suportes sociais uniformes em todos os níveis da vida social organizada do “negro”. Em alguns níveis, de organização do comportamento, da personalidade e da família, êste pode lançar-se à plena imitação do “branco” e do seu estilo de vida. Em outros, como no da organização da própria família e, especialmente, das cliques ou das associações recreativas mais ou menos requintadas, essa imitação está sujeita a contingências, nascidas de modelos obsoletos de auto-proteção social, de determinação do prestígio e de auto-avaliação “racial”.

Até o presente, o traço mais homogêneo do “negro que sobe” consiste no repúdio do padrão de vida tradicional do “prêto”. A ascensão social não cria, somente, um mecanismo de passagem de uma posição social para outra. Ela desperta a consciência de que a posição social do “negro” é contínua e subrepticiamente ameaçada pela “côr” e que a representação do “prêto”, construída pelo “branco”, constitui a principal ameaça à fruição dos papéis ou direitos sociais conferidos pela posição adquirida. A “pinga”, a “vagabundagem”, a “negligência no trajar-se”, a “instabilidade no trabalho”, o “desregramento de linguagem ou de maneiras”, etc. repontam como proibições que levam o grosso dos “negros que sobem” a comportar-se, literalmente, como o “anti-prêto”, de uma perspectiva social imputada pelo próprio “negro” ao “branco”. Contudo, o que interessa enfatizar é que a ascensão social constrói essa reação em termos construtivos. Engana-se quem pense que entra em jôgo, apenas, uma imitação superficial e inconseqüente do “estilo de vida do branco”. O repúdio ao padrão de vida típico do “negro” responde a essa associação. Mas, o que lhe dá sentido profundo, permanente e criador são as disposições judicativas que o alimentam. O fato é que “o negro que sobe” adere a um diagnóstico severo da situação da “raça negra”. Segundo êsse diagnóstico, o alcoolismo, a desorganização da família, a irresponsabilidade, etc. são apontados como as causas da “dependência econômica” e de “desmoralização social” do negro e do mulato. Portanto, há uma coincidência entre o esforço de auto-liberação do “negro” e o esvaziamento de uma imagem negativa, com a qual êle se defronta socialmente. Em certas fases do processo de ascensão social, o “negro” luta pelo segundo objetivo. Em outras — que são as de-
veras importantes para a sua assimilação à ordem social da sociedade inclusiva — êle se empenha em obter a margem de direitos, de garantias sociais, de respeitabilidade e de segurança que certas formas sociais de vida organizada conferem ao “branco”. Ora, os êxitos na ascensão social incentivam uma espécie de amadurecimento social do horizonte cultural do “negro”. Depois de várias experiências contraditórias (e por vêzes amargas e dramáticas), êle descobre duas coisas. Primeiro, que “não adianta fugir da côr da pele”. Segundo, que a imagem existente do “prêto” só se alterará mediante a absorção do estilo de vida do “branco” em todos os níveis de organização da personalidade, do comportamento e das formas de convivência. A partir dêsse momento, o empenho central, no fluxo das ações e das relações sociais, já não se volta para o afã de escapar de ser identificado como “prêto”; mas, para algo bem diverso: a reconstrução das bases materiais e morais do estilo de vida imperante no “meio negro”. Tome-se, como exemplo, a preocupação de manter um cli-

ma “rigorosamente moral” nas reuniões recreativas das “associações negras”. Em um estudo de caso, o pesquisador recolheu farto material, que comprova estas interpretações. Assim, num dos clubes mais seletos, encontrou o seguinte lembrete, distribuído em forma tipográfica aos participantes:

“AVISO IMPORTANTE!

CAVALHEIROS E DAMAS

O CLUBE DOS EVOLUÍDOS se presa de ser uma sociedade familiar e, como tal, julgamos desnecessário chamar a atenção dos presentes, para que se portem neste recinto, com a máxima ordem, respeito, educação e compostura, que devem reinar obrigatoriamente, num ambiente freqüentado por famílias. Portanto, muita atenção! Pois a Diretoria dêste Clube está observando atentamente todos aquêles que faltarem com o respeito ou abusarem do uso de bebidas alcoólicas afim de tomar enérgicas providências, nas futuras festas dos **Evoluídos**, ou seja: Veda, terminantemente, a entrada aos cavalheiros e damas, que forem julgados inconvenientes dentro desta sociedade.

MUITO CUIDADO! ORDEM E RESPEITO!”

Portanto, pretendia-se proteger os associados e suas famílias, oferecendo-lhes um ambiente de “padrão familiar”, no qual as jovens, especialmente, não estivessem sujeitas aos riscos das “relações perigosas”. Os não-sócios só podiam receber convites quando apresentados por um sócio; vários indivíduos que não souberam comportar-se tornaram-se “pessoas não gratas”; e sócios que deixaram de corresponder às expectativas, foram excluídos. A supervisão ia tão longe, que até o uso de meias, por parte das jovens, era prescrito como obrigação mínima; não se contando prescrições mais graves, que proibiam dançar o quadradinho (115) e versavam a conduta dos pares no trato recíproco. Em um clube dessa categoria, o pesquisador ouviu de um dos diretores: “Quando vemos um branco entrando, já ficamos meio cismados”. É que, dadas certas expectativas de comportamento, o “branco” pode pretender furtar-se a êsses mecanismos de contrôle e aproveitar a oportunidade para “desencaminhar as moças”. Eis como o pesquisador resumiu suas conclusões: “Realmente, numa gafieira, o branco pode sèr encarado, pelos negros, como um concorrente a mais

(115) — Modo de dançar característico das gafieiras.

na conquista das mulheres, mas aqui, onde as moças são irmãs, filhas e noivas, o branco aparece-lhes como um indivíduo que vai conquistar mulheres “honestas”, com as quais estão ligados afetivamente. Evidentemente, em correspondência a esta expectativa de comportamento em relação ao branco, as mulheres não dão oportunidade para serem convidadas a dançar” (116). Dados dessa ordem evidenciam que o “negro” não é motivado, nessas situações, pela ambição de cair na categoria de “prêto só na côr”. Ele busca as garantias de formas de vida social que antes (ou ainda hoje) são privilégios da “raça” dominante. Ao proceder dêsse modo, não obstante, trabalha no sentido de compelir o “branco” a rever e a abandonar suas representações sobre o “prêto”. Isso mostra até que ponto a ascensão social concorre para modificar os conteúdos do horizonte cultural do “negro”, levando-o a situar o repúdio a certas maneiras de ser, de pensar e de agir “características” em um plano altamente construtivo.

As alterações simultâneas da posição social e do horizonte cultural, também oferecem ao “negro que sobe” outras possibilidades de percepção e de avaliação do “preconceito de côr”. Na medida em que realiza as condições materiais e morais para determinados ajustamentos, pode discernir, concretamente, onde a “côr” se erige em barreira à aceitação pelos “brancos”. Ao mesmo tempo, aprende a apoiar-se nas garantias fornecidas pela posição social para atingir fins contrariados pela condição “racial” dos agentes. Em limites extremos, chega a compreender que a aceitação pelos “brancos” é secundária, em confronto com as vantagens derivadas da fruição plena ou normal de certas prerrogativas sociais, que podem ser compartilhadas independentemente da modificação do “caráter dos brancos”. No conjunto, o “negro que sobe” torna-se mais apto a tomar consciência e a defender seus interesses sociais no contexto existente de relações raciais. É claro que muitas formas tortuosas de ajustamento são por vezes franqueadas e repetidas. Mas, o que importa aqui não é esse aspecto. A ascensão social amadurece o “negro” para um jogo de paciência secular. Ele aprende, por experiência própria, que não está ao seu alcance modificar “a natureza do branco” e, o que tem maior significação prática, que isso não é indispensável para atingir seus fins de forma egoística e imediatista. Doutro lado, constrói um mecanismo adaptativo de longo alcance: passa a atribuir à ascensão social da “gente negra” e aos seus efeitos visíveis a função manifesta de “reeducar os brancos” e de levar de cambulhada seus “preconceitos tolos”. Com isso, conquista uma liberdade moral surpreendente. A acumulação de percepções objetivas sobre as manifestações e as

(116) — Dado extraído de um estudo de caso sobre “Branco em Bailes de Negros”, elaborado por Renato Jardim Moreira.

consequências desastrosas do “preconceito de côr” é separada de qualquer intuito de desfôrço “racial”. Em vez de multiplicar reações e frustrações, que poderiam conduzir a um “beco sem saída”, prefere “forçar as portas abertas”. Não há dúvida que essa orientação de comportamento se explica pela ambiguidade e pela dualidade da situação “racial” brasileira. Se tôdas as portas “estivessem fechadas”, não haveria margem para semelhante alternativa. Além disso, a pletora de “oportunidades médias”, que caracteriza a presente fase de expansão sócio-econômica da cidade, também concorre para suscitar êsse tipo de ajustamento “racial”. No entanto, êle encerra duas lições, que não devem ser subestimadas. Primeiro, que as potencialidades adaptativas e integrativas do “negro” foram subestimadas pelo “branco”. Ao surgirem as oportunidades de ascensão social, êle está se revelando um mestre consumado na arte da sociabilidade, esquecendo e perdendo as amarguras do passado pelas conveniências do presente ou do futuro. Segundo, que as virtudes de uma sociedade competitiva possuem enorme poder de sedução e de corrupção. Ao assimilar o “pathos” e o “logos” da sociedade competitiva, o “negro” esquece e perdoa seu antigo algoz. Porém, também passa a ignorar o seu passado e o próprio drama da “gente negra”. Preocupa-se com as manifestações do “preconceito de côr” segundo objetivos individualistas e interesseiros: para contorná-las, neutralizá-las ou, se possível, tirar proveito delas. É indubitável que as técnicas que emprega podem ser difundidas e que tal difusão garantiria, sem sombras de dúvida, melhores mecanismos de defesa coletiva do “negro” e de alteração da ordem “racial” existente. No entanto, há algo mais a considerar. Enquanto não se alcançar semelhante equilíbrio, a grande massa da “população de côr” ficará condenada a prejuízos iníquos. A ética individualista ainda não ensinou ao “negro que sobe” os riscos que êle corre, enquanto perdurar essa situação, nem as vantagens que poderia colhêr, se se dispusesse socialmente a condená-la e a conjurá-la.

A ascensão social do negro e do mulato processa-se num clima que favorece a fermentação de atitudes inconformistas e de repulsa à ordem “racial” tradicionalista. De um lado, as disparidades sociais existentes entre os dois estoques “raciais” fomentam um estado permanente de frustração potencial nos “indivíduos de côr”. Mesmo os que se identificam com a ideologia “racial” oficial tendem a admitir, freqüentemente, quer a vigência de um “favoritismo desenfreado” nas relações dos “brancos” entre si, quer a observância de uma política de “proteção escandalosa” aos estrangeiros e de “aproveitamento unilateral da prata da casa” (117). De outro, a própria ascensão so-

(117) — Ou seja, do nacional “branco” de origem modesta.

cial expõe o negro e o mulato a **situações críticas**. Ainda hoje, o “negro rústico” pensa que “se os pretos fôsem ricos poderiam ser iguais aos brancos”. Ora, ao conquistar condições para separar, em seus ajustamentos, a côr e a posição social, “o negro que sobe” logo aprende que a riqueza, a adulação e as maneiras distintas não impedem que em várias circunstâncias e para diversos efeitos sociais ele seja considerado e tratado como “prêto”. Essa descoberta geralmente se associa a experiências perturbadoras e chocantes, como vimos acima. No entanto, nenhuma das duas polarizações gera um inconformismo sistemático e praticante. Várias razões explicam esse fato. Primeiro, o “negro” não é menos produto da situação que o “branco”. Ele age de forma tão ambígua e dissimulada quanto este, dando o “sim” quando preferiria proferir o “não” e vice-versa. Segundo, o isolamento sócio-cultural difuso cria um palco demasiado estreito para a auto-realização social do “negro”. Ao “enriquecer” e “melhorar de posição” não tem outra saída senão apegar-se aos modelos de competição por prestígio social já firmados nas “elites de côr”. Esses modelos não deixam margem a uma liberdade elástica. Ao contrário, prendem os indivíduos num cipoal sem fim de obrigações rigorosas e proscrevem o uso da violência nas relações humanas (118). Terceiro, as situações de interesses, que se definem em termos de classes sociais, equacionam-se inevitavelmente, no plano “racial”, em nome da ordem social estabelecida (portanto, em nome de uma ordem social criada **pelos brancos e para os brancos**). Daí decorre que a canalização positiva das frustrações só possui uma direção possível: a da ordem social estabelecida. Isso faz com que os “negros que sobem” fiquem à mercê dos “brancos”, em suas tentativas de auto-realização, ou tenham de contentar-se com as compensações morais fornecidas, normalmente, pelas formas de associação desenvolvidas pelas “elites de côr”. Esse quadro revela quão difícil se torna, para o “negro”, o emprêgo construtivo das insatisfações, ressentimentos e frustrações sociais. Em regra, o “branco”, qualquer que seja a sua origem, pode manipular e corrigir suas insatisfações, ressentimentos e frustrações de maneira unívoca — ou seja, no próprio processo de acumulação de riquezas, de prestígio social e de poder. O “negro”, ao contrário, vê-se normalmente sujeito a uma dualidade destrutiva: realiza em um plano os requisitos de sua posição social; e, em outro, o reconhecimento da validade e da legitimidade dos efei-

(118) — Note-se: proscrevem o uso da violência fora e acima das situações em que ele é justificado pelo código moral vigente na sociedade inclusiva, ou seja, em todos os fins que poderiam interessar diretamente ao “negro” como e enquanto tal. O fundamento da proscrição encontra-se nos modos de ser, de falar e de agir do “negro malandro” e “desordeiro”.

tos sociais daqueles requisitos. É provável que essa dualidade desapareça no futuro, se se consumir uma integração equitativa e completa dos “homens de côr” nos diferentes níveis sociais da sociedade inclusiva. No momento, ela nos põe diante de dois problemas de capital importância sociológica. Em primeiro lugar, parece evidente que ela demonstra que o impacto da ascensão social, na forma em que ela está se dando através da expansão da ordem social competitiva, contribui mitigadamente para mudar a estrutura e a dinâmica do padrão de acomodação “racial”. Aderindo às perspectivas abertas pelo peneiramento “racial” ultra-seletivo, o “negro que sobe” conforma-se, psicológica e moralmente, com o tipo de inconformismo dissimulado e latente, que sempre impregnou as relações raciais no Brasil. Esse tipo de inconformismo “racial”, diga-se de passagem, pode ser extremamente útil à consecução de alvos sociais na escala da ação pessoal ou na da atuação de pequenos grupos. Em segundo lugar, ela sugere como tende a processar-se, no presente, a neutralização político-social das “elites de côr”. Na medida em que a “nata” destas elites se prende a um código ético-social obsoleto, ela realiza as condições para o auto-provimento constante do prestígio compensatório, conferido pela participação de formas conspícuas de vida social e pelo exercício correlato das oportunidades de liderança, que elas facultam. Mas, divorcia-se, crescentemente, da “grande massa de côr” e, o que é pior, do próprio fluxo dos processos histórico-sociais. Surge, assim, um risco muito grave. Como sucedeu nos Estados Unidos (119), ela poderá entregar-se a auto-avaliações complacentes, a formas mistificadas de consciência da realidade e a compensações morais traiçoeiras. Semelhante desfêcho manteria a “tradição” de paz social nas relações raciais no Brasil. Porém, sob alto custo social: a exclusão de parcela numerosa da “massa de côr” dos direitos e garantias sociais usufruídos pelos “brancos” e pelos segmentos mais ou menos favorecidos das “elites negras”.

Esses resultados indicam, também, que enquanto existir alguma sorte de paralelismo entre côr e posição social, o negro e o mulato terão de conformar-se com formas ambíguas e ambivalentes de definição social de suas lealdades. Numa entrevista altamente expressiva topamos com uma afirmação típica, segundo a qual o “negro que sobe” não sabe se cai para cá, ou se cai para lá. Realmente, como cidadão e brasileiro, êle se identifica com a ordem social vigente; em termos dos valores e princípios desta ordem social, êle se identifica com os interesses e os valores da “raça” dominante. Contudo, na vida prática vê-se forçado a opções, que o levam ora a identificar-se como

(119) — Conforme F. Frazier, *Bourgeoisie Noir*, op. cit.

“prêto”, ora a repudiar esta identificação. Tais ambiguidades e ambivalências correspondem a inconsistências do sistema de ordenação das relações “raciais”. Por isso, ela não suscita os mecanismos característicos de comportamento marginal nem as formas correlatas de manipulação societária das técnicas de inconformismo racial. A sociedade brasileira sempre foi parcialmente aberta, tanto sob a égide do regime de castas, quanto sob a do regime de classes. Por conseguinte, os mecanismos de dominação racial sempre comportaram a prática sistemática da acefalização da “população de côr”. Os resultados de nossa investigação comprovam que o impacto da mudança social ainda não foi suficientemente longe para alterar êsse modelo funesto de relação “racial”. Por enquanto, a ascensão social do negro e do mulato assume proporções que não afetam senão as posições inferiores e algumas posições intermediárias da estrutura da sociedade de classes. Doutro lado, as relações “raciais”, em termos da organização do poder e do seu monopólio pela “raça” dominante, não sofreu nenhuma alteração significativa. Ao contrário, a circulação das elites compreendeu uma rotação altamente negativa para a autonomia da “população de côr”. As “elites negras”, no período das agitações raciais, foram conduzidas por intelectuais mais ou menos conscientes da tutela da “raça branca” e extremamente independentes às suas pressões diretas ou indiretas. Por isso, apesar das grandes divergências internas, êles conseguiram fomentar e difundir uma contra-ideologia racial dotada de certa unidade e de notável autonomia moral. Nos últimos tempos, a liderança dos intelectuais foi solapada ou eliminada. Em seu lugar, surgiram “homens de ação”, formados sob o tirocínio da luta pela vida e extraídos das diferentes profissões, do pequeno comércio e da pequena indústria. Enfim, por homens que subestimavam a utilidade do “projeto coletivo” e davam precedência às formas de acomodação “racial” que pareciam favorecer a fruição mais rápida possível do prestígio social inerente à posição adquirida. Por isso, ao mesmo tempo que davam seu beneplácito aos canais mais acessíveis de aburguesamento do “negro” em ascensão social, aderiam a um estilo de vida social que afastava as elites da massa na “população de côr”. Êles não deixam de ter razão, em dois pontos. Primeiro, o caminho percorrido favorecia mais que qualquer outro seus desígnios de auto-afirmação social. Segundo, suas técnicas de atuação social são estritamente compatíveis com a estrutura e o funcionamento de um **sistema social aberto**. Nada impediria, portanto, que a longo termo, mantidas as condições de mudança do sistema de relações “raciais”, todos fôssem hipoteticamente beneficiados, de modo equitativo, pelas mudanças em curso. Não

obstante, êles negligenciaram ou esqueceram as identificações histórico-sociais, econômicas e sócio-culturais que permitem justificar os clamores igualitários de minorias raciais integracionistas numa **sociedade aberta**. Vendo-se as coisas dêste ângulo, parece patente que as influências dinâmicas, desencadeadas diretamente pela ascensão social de algumas parcelas da “população de côr”, estão contidas dentro dos limites da política assimilacionista consagrada pela ideologia “racial” dos círculos sociais dominantes da “população branca”. Nestas condições, era fatal que a satisfação dos interesses egoísticos do “negro que sobe” pouco contribuiria, de imediato, para a eliminação das ambiguidades e das ambivalências que tornam tão oneroso, à grande massa da “população de côr”, o padrão vigente de acomodação “racial”.

Os últimos três tópicos referem-se a repercussões indiscutivelmente construtivas da ascensão social. Êles dizem respeito à qualidade dos processos adaptativos e integrativos, postos em prática pelas elites em emergência na “população de côr”. Na medida em que pretende uma “posição mais vantajosa” na estrutura econômica, de prestígio social e de poder da sociedade inclusiva, o “negro que sobe” altera, simultaneamente, sua visão do mundo e sua relação com o “branco”. Êle “quer algo socialmente”, embora isso ocorra no plano restrito de interesses sociais particulares e egoísticos. Em consequência, luta arduamente para não ser posto à margem da vida e, principalmente, identifica o “branco” como uma espécie de “concorrente privilegiado”, que tem de superar para atingir seus objetivos pessoais. Daí resulta que abandona e substitui, progressivamente, as atitudes de medo e os comportamentos de capitulação espontânea diante do “branco” em tudo que se relacione, direta ou indiretamente, com sua “ânsia de subir e de vencer”. Os dados recolhidos mostram, de modo concludente, que essas mudanças de perspectiva conduzem à emergência e à difusão de padrões competitivos e de conflito nas relações com o “branco”. O êxito na ascensão social depende, largamente, da capacidade de pôr em prática tais padrões de relações “raciais”. Embora propenda a evitar “os extremos”, o “negro que sobe” tende a aceitar naturalmente e a valorizar socialmente a competição “racial” no nível da renda e do emprêgo; e, se fôr conveniente ou necessário, não recua diante de certas situações de conflito, que ponham em jogo as vantagens conquistadas ou uma posição estratégica para obter, sucessivamente, novas vantagens. Predisposições dessa natureza, que são índices de transformação do caráter do negro e do mulato em ascensão social, propagaram-se de tal forma, que se tornaram facilmente perceptíveis. Numa sondagem feita através de questionários, por exemplo, à pergunta: “Acha que existem cargos em nossa sociedade

que só são concedidos aos brancos?”, 74 mulheres e 238 homens responderam sim; e 49 mulheres e 123 homens responderam não; doutro lado, à pergunta: “Acha que os pretos devem pretender os referidos cargos?” (120), 103 mulheres e 328 homens responderam sim e apenas 7 mulheres e 19 homens responderam não. As mesmas razões modificaram, insensivelmente, as relações dos “negros” em ascensão social entre si. Não só as avaliações recíprocas se tornaram mais realistas; desapareceram as disposições predatórias, características da fase em que as relações humanas se associavam a formas bem definidas de parasitismo social, e em seu lugar surgiram disposições alternativas, que instigam o indivíduo a contar consigo próprio. “Quem confia nos outros está roubado”, “O meu amigo sou eu mesmo”, “Amigo é dinheiro no bolso” entram no rol de fórmulas com alta circulação, ao lado de outras mais universais, como: “Se Deus quiser, hei de vencer”, “Deus ajuda a quem trabalha”, “Hei de vencer”, etc. Dada a situação existente no “meio negro”, em que o êxito de conhecidos, amigos e colegas suscitava avaliações depreciativas e por vezes hostis, constitui um problema saber porque puderam ocorrer semelhantes alterações nos padrões de relação social sem conseqüências mais graves (121). As explicações parecem evidentes. As oportunidades de classificação, vinculadas à proletarização, abriram-se a uma parcela relativamente grande da “população de côr”. As oportunidades melhores, que permitiam uma classificação fictícia ou real nas “classes médias”, por sua vez, distribuíram-se de acôrdo com o mecanismo de peneiramento “racial” ultra-seletivo. Isso significa que os beneficiados foram diluídos no “meio branco”, através de uma massa muito variada e diversificada de situações de trabalho e de convivência social. Acrescentando-se a essas duas razões o fato, bem conhecido, da ascensão do “negro” conformar-se a um ritmo lento e balanceado, que favorece a ressocialização e a mobilidade de indivíduos isolados ou de pequenos grupos de indivíduos, obtém-se um quadro de referência completo. A “população de côr” não está se ajustando, em bloco, aos requisitos da competição regulada e do conflito construtivo nas relações pessoais. Os novos padrões de interação social tendem a implantar-se no “meio negro” de forma descontínua e ao azar, segundo as linhas da integração do “negro que sobe” à ordem social da sociedade inclusiva. Em nosso entender, tais modificações também caem na categoria das mudanças que estão afetando o caráter do ne-

(120) — E’ preciso notar que essa pergunta foi entendida ou redefinida, por grande parte dos sujeitos, como se tivesse sido formulada do seguinte modo: “Acha que os pretos devem pretender os cargos que habitualmente são ocupados pelos brancos em nossa sociedade?”

(121) — Ou seja, através de conflitos virulentos com os “brancos” e a ordem social estabelecida.

gro é do mulato. E as condições em que elas se atualizam socialmente sugerem porque as potencialidades negativas, de rancores, hostilidades e ressentimentos cegos, não explodiram repentinamente, no momento em que algumas oportunidades sonhadas como um mito coletivo só se concretizaram para muito poucos. Como restai sempre, a esperança de contar nesse número, os êxitos unilaterais dos “outros” são recebidos, pela grande massa, como pequenos golpes, suavizados ou neutralizados pela ilusão maior, que paira sobre cada indivíduo, segundo a qual “a minha vez também chegará”. Já no seio das “classes médias de côr”, em particular no que poderíamos chamar de suas elites, prevalece outro estado de espírito. O “negro que sobe” deposita suas esperanças mais amplas nos efeitos reativos da ascensão social. Ele espera que tais efeitos irão reeducar os “brancos”, patenteando as qualidades reais do “negro” e eliminando as bases objetivas ou subjetivas dos estereótipos raciais negativos. Por isso, embora raramente ele possa cooperar no processo (a não ser através das obrigações de parentesco e das relações entre gerações), ele fica atento aos êxitos do negro e do mulato, identifica-os, divulga-os e “sente-se orgulhoso”. Além disso, em alguns círculos já se compreende melhor as vantagens inerentes à infiltração de “negros importantes” na estrutura de poder da sociedade e muitos se dispõem, generosamente, a cooperar na consecução dêsse fim. Aí estão, provavelmente, os sedimentos para um nôvo tipo de integração do “meio negro”, com a objetivação e a difusão de atitudes e de comportamentos ativos de solidariedade “racial”. Por enquanto, é totalmente impossível prever se tais manifestações ficarão presas às diferenças de nível social. As orientações exclusivistas, demonstradas pelas “elites de côr”, sugerem que sim. Todavia, a longo têrmo essas orientações também poderão se alterar, sob a consciência das vantagens inerentes à integração rápida e em larga escala da grande massa da “população de côr” na ordem social competitiva. Então, as “elites de côr” poderão exercer funções de liderança suscetíveis de contribuir para o aparecimento de formas de solidariedade “racial” mais amplas.

Quanto às repercussões diretas da ascensão social do negro e do mulato na diferenciação e na estratificação sociais do “meio negro”, algumas tendências são óbvias. A melhoria na participação do nível de emprêgo e do nível de renda fez com que as antigas “elites de côr” sofressem uma alteração quantitativa e qualitativa. As descrições válidas para o período de 1910-1930, revelam que essas elites se compunham de pessoas com estatuto real de “classe baixa”, mas que possuíam profissões estáveis, podiam reproduzir certas feições da vida do “branco de salão” e, por vêzes, herdavam o guarda-roupa dos patrões. Observações feitas por nossos pesquisadores, em cerimônias

especiais como casamentos e festas no lar (122) ou nas reuniões e festas dos “clubes importantes” (123), puseram em evidência que essas elites ainda são heterogêneas, mas possuem numerosos participantes de classe média real. O critério básico, para o reconhecimento e a avaliação do estatus adquirido, usado pelo “negro”, diz respeito ao padrão de vida. Se êste fôr considerado “elevado”, mesmo que o nível ocupacional da pessoa possa ser “baixo”, à luz dos critérios alternativos da sociedade inclusiva, ela pode ser tida como “rica” e de “elite”. Assim, num documento, elaborado por pesquisador negro, êste sublinhou: “Urge também observar que o fato da noiva ser cozinheira por profissão, não quer dizer que sua condição seja inferior, eis que, a consciência de classe é manifestada em tais meios, com muito mais rigor que em outros. Uma cozinheira que, pela sua capacidade profissional está em condições de ser chefe em qualquer hotel de luxo, pertence à alta classe negra, porque a arte culinária é considerada de fato uma arte no meio negro. A mulher negra sente verdadeiro orgulho, quando lhe é possibilitada a oportunidade de exibir os seus conhecimentos na cozinha. Assim, percebem altos proventos e vivem em situação folgada”. O mesmo se poderia dizer de outras profissões, masculinas ou femininas. O essencial vem a ser o nível de renda e, principalmente, as possibilidades que êste abre, de exteriorização de um “padrão de vida elevado”. Por isso, essa elite abrange desde a cozinheira e do mecânico, até o dentista, o contador, o médico e o advogado, passando pelo chofer, pelo escrivão, pelo comerciário, pelo corretor, pelo pequeno comerciante e, eventualmente, o pequeno industrial. A sua seleção e afirmação se processa, assim, em termos estamentais: pela capacidade de exibir um estilo conspícuo de vida e de mantê-lo mais ou menos fechado tanto ao “negro sem eira nem beira”, quanto ao branco de “intenções dúbias” ou de “baixo padrão moral”. Contudo, após a realização da pesquisa, as coisas se alteraram ainda mais. A propensão a formas de diferenciação interna é bem nítida, havendo hoje associações “negras” que praticam uma seleção ultra-rigorosa de seus membros, levando em conta a situação econômico-ocupacional, o prestígio social e a “padrão moral” dos candidatos. Em consequência, as diferenças de níveis sociais começam a refletir-se na diferenciação do “meio negro”, embora certas evidências de estatus compensatório (ligadas a intenções mais ou menos conscientes de “embasbacar” por um estilo “aristocrático” de vida) ainda sejam francamente universais.

Três consequências possuem grande significação para a nossa análise. Primeiro, a ligação ou a associação com o “branco” está per-

(122) — Realizadas por Jorge Prado Teixeira.

(123) — Realizadas por Renato Jardim Moreira.

dendo a sua antiga importância como fonte de prestígio social (ou de suplementação de prestígio). O estado de espírito anterior propendia a super-valorizar tais relações. Um exemplo é suficiente para esclarecer esse fato. Um músico negro, que tocava saxofone em uma banda de músicos brancos, ouviu o seguinte comentário de outro negro: “Você ganha 300 mil réis para tocar na banda? Pois a meu ver você não devia ganhar nada. Só o fato de tocar numa orquestra de brancos já paga ordenado”. Ora, o “negro que sobe” continua suscetível de suplementar e até de consolidar o seu prestígio social ostentando suas “ligações de amizade” com os brancos. Com frequência, vê-se forçado a tolerar certo desnível social, aceitando “brancos de posição inferior”. Mas faz uma seleção a seu modo, isolando-se tanto do “branco orgulhoso”, quanto do “branco de má índole” ou de “caráter duvidoso”. E, onde isso se torna possível, evita cuidadosamente o desnível social nas relações com “brancos”, encarado no “meio negro” como “falta de prestígio” e tende a selecionar os “amigos brancos” no mesmo nível social ou em níveis sociais superiores. Segundo, as propensões a fixar e a defender níveis sociais marcantes repercutem de duas formas na diferenciação do “meio negro”. De um lado, em tentativas mais ou menos conscientes de reproduzir no “meio negro” as formas de sociabilidade e de organização social da “população branca”. Tais tentativas envolvem, naturalmente, o fortalecimento de atitudes e de comportamentos voltados na direção de converter a “população de côr” numa miniatura do “mundo dos brancos”, o que significa que elas contribuem, sensivelmente, para acentuar as posições e os papéis sociais na linha do regime de classes. De outro, estabelece-se com nitidez a idéia de que o “negro” deve “ser gente” sem deixar de ser “prêto”. Portanto, as distinções sociais terão de operar-se e de ter vigência através e apesar da côr. As implicações dessa convicção são severas. Ela intensifica até o paroxismo certas propensões exclusivistas e “aristocráticas” das velhas elites, fazendo com que o “negro rico” despreze, evite e revele insopitável acrimônia em relação ao “negro pobre” e, especialmente, ao “negro desordeiro”. Na verdade, extensa parcela do negro que sobe” assimila as avaliações e os estereótipos contra o “negro”, construídos pelo “branco”, e os aplica com enorme severidade a todos os negros e mulatos que correspondem à imagem tradicional do “prêto”. Terceiro, os segmentos mais altos (e portanto realmente pertencentes à classe média, no consenso da sociedade inclusiva), apegam-se a uma “política integracionista” dúplice. Quanto à participação do nível de emprêgo e do nível de renda na sociedade inclusiva, forçam uma linha de interação com o “branco” e de integração igualitária. Quanto ao que se convencionou chamar, no Brasil, de “aspectos ínti-

mos” da vida social (as formas de sociabilidade ligadas ao lar, aos grupos de amizade e às associações recreativas ou culturais), demonstram uma grande timidez, submetendo-se passivamente às avaliações etnocêntricas e aos critérios supra-rígidos de seleção impostos pelos “brancos”. Daí decorre que o incremento do prestígio social e das oportunidades de atuação social, que êle abre, só podem ser mobilizados socialmente no “meio negro”. A ascensão social aumenta a área de participação das “elites de côr” na esfera ocupacional e econômica, mas, ao mesmo tempo, cria novas vias de persistência e de ampliação do isolamento social difuso do negro e do mulato. Não dispondo de outro palco social para a sua auto-realização, o “negro que sobe” fecha-se dentro dos muros mais ou menos seguros daquelas elites, equilibrando suas compensações pelo fortalecimento do exclusivismo “aristocrático” que as caracterizam e pela acentuação das linhas de classe dentro do “meio negro” e nas suas relações com os “brancos”.

Quanto às repercussões diretas da ascensão social do negro e do mulato nas relações com os “brancos”, duas tendências globais podem ser assinaladas. Primeiro, na medida em que o “negro que sobe” possui requisitos especiais para identificar-se ou corresponder às expectativas de comportamento do “branco”, êle pode beneficiar-se ao máximo quer das oportunidades reais ou potenciais de aceitação igualitária, quer das disposições abertamente tolerantes de pessoas “simpáticas ao negro” ou “infensas ao preconceito de côr”. Em função dos mecanismos tradicionais de ajustamento “racial”, a ascensão social confere ao “indivíduo de côr” as probabilidades de ser qualificado e tratado como exceção que confirma a regra. Em função dos mecanismos de integração e de funcionamento da ordem social competitiva, a ascensão social faculta ao “indivíduo de côr” as probabilidades de ser aceito em contactos formais e categóricos, regulados por papéis sociais identificados através de sua personalidade-estatus. Na prática, as duas probabilidades de aceitação misturam-se largamente, mas de tal modo que os mecanismos tradicionais absorvem e solapam os mecanismos competitivos de ajustamento “racial”. Além disso, a ascensão social do “indivíduo de côr” favorece, singularmente, a manifestação e o aproveitamento efetivos das disposições de tolerância “racial” dos “brancos” que são neutros ou contrários ao “preconceito de côr”. Os resultados das entrevistas revelaram que pessoas dispostas “a levar o amigo prêto para casa”, “a dar oportunidade a um prêto de talento” e, mesmo, a casar com uma mulata pela qual “se apaixonara perdidamente”, esbarram com a resistência de parentes, amigos, colegas ou superiores. Os efeitos da ascensão social, na organização da personalidade-estatus do “negro” e no seu reconhecimento social pe-

lo “branco”, criam condições mais ou menos favoráveis à emergência de um dos dois mecanismos de ajustamento “racial” mencionados (ou a uma mistura de ambos). O que importa é que, nessas situações, “o próprio preto ajuda a si mesmo”, como se diz vulgarmente, facilitando as iniciativas ou disposições do “branco” a seu favor. Segundo, a outra tendência alternativa e exclusiva, caracteriza-se pelo recrudescimento de atitudes, comportamentos e avaliações de caráter intolerante e discriminativo. Do mesmo modo que no esquema tradicionalista há quem se recuse a contemporizar com a filosofia da exceção que confirma a regra, na órbita da sociedade competitiva existem os que se recusam “a se colocar em pé de igualdade com um preto” através de contactos formais e categóricos. Aí, a resistência ao “negro que sobe” é específica, pois muitas vezes os mesmos sujeitos se mostram complacentes diante de “pretos humildes” ou que podem ser descritos como “pobres diabos”. Doutro lado, assim como as manifestações do “preconceito de côr” atravessam os diferentes níveis sociais — embora com variações relevantes na intensidade — essas atitudes e comportamentos puderam ser focalizados em todas as classes sociais e grupos étnicos ou nacionais. As interpretações aventadas pelo próprio “negro que sobe”, as quais giram em torno de motivações como “o orgulho inveterado das famílias tradicionais”, “o ódio do branco (uns apontam o brasileiro; outros, o estrangeiro) contra o negro”, “o medo da concorrência do negro”, etc. são insuficientes para explicar as ocorrências em questão. Embora em certos casos concretos motivações dessa espécie possam entrar em jogo, parece que semelhantes manifestações extremas de intolerância “racial” se explicam, do ponto de vista sociológico, pela resistência com que essas pessoas se opõem, consciente e inconscientemente, à diminuição da distância social entre os dois estoques “raciais”. Ao que parece, temem que a equiparação com o “preto” redunde em degradação social e em perda irreparável de segurança, de prestígio social e de poder por parte do “branco”.

O segundo grupo de questões diz respeito às repercussões indiretas da ascensão social do negro e do mulato na situação de contacto racial. Como se trata de um processo recente, torna-se difícil discernir efeitos dessa ordem, que requerem certa duração no tempo para se fazerem sentir objetivamente. Ainda assim, é possível perceber algumas facetas dessa realidade *in flux*. Para os fins do presente capítulo, interessaria focalizar algumas delas: as raízes do comportamento calculista no “negro que sobe”; as funções do isolamento nas “classes médias de côr”; em que medida a ascensão do negro e do mulato está contribuindo: a) para a revisão da imagem do “negro”

pelo “branco”; b) para a revisão da imagem do “negro” pelo “negro”; c) para a revisão da imagem do “branco” pelo “negro”.

Sem dúvida, o comportamento calculista faz parte da dinâmica do ajustamento humano a uma sociedade competitiva. Dêsse ângulo, êle conta como requisito psico-social da própria ascensão social do “negro”. No entanto, há aspectos peculiares na situação do “negro que sobe”, que introduzem o comportamento calculista com produto de uma constelação de efeitos, relacionada com a mobilidade social vertical. No fundo, o mecanismo é simples: o “negro” pode tentar assumir os papéis sociais inerentes ao estatus adquirido. Então, descobre as “manobras” ou as “maquinações” de pessoas (“brancas” ou “negras”), empenhadas em “deturpar as suas intenções” ou em “sabotar os seus interesses”. Leva os primeiros choques. Mas aprende que “tem de possuir a sua política”. Nesse ponto, não só descobriu que precisa “agir com a cabeça”; já sabe, por experiências amargas, que “quem não cuida de si se dana todo”. Êsse tipo de comportamento calculista é curioso. Êle não teria sentido na ordem social tradicionalista, que exigia uma modalidade de cálculo especial: a manipulação das emoções e da vontade do “branco” como meio para atingir outros fins. Também não tem sentido na ordem social competitiva, que requer o cálculo como uma etapa da consciência da situação e do contrôle voluntário das forças que nela produzem efeitos socialmente previsíveis. Todavia, na interpenetração entre mecanismos tradicionalistas e competitivos de ajustamento “racial”, êle se concertou numa técnica social necessária, usada especificamente como instrumento de auto-defesa. Por isso, apesar das incompreensões da velha geração, que acha que o “negro moderno trocou a inteligência pela esperteza”, e da irritação ou perplexidade do “branco”, que vê seus motivos antecipados e anulados pelo “colega negro”, essa técnica encontra largo uso social construtivo. Na verdade, é inegável que ela põe o “ego” adiante do “outro” e do “nós”. Contudo, ela desempenha a função de “amaciar”. psicológica e moralmente, as decisões do “agente negro”. Vendo-se como se estivesse num palco, êle se torna capaz de prever, com relativa precisão, as atitudes e os comportamentos dos demais atores. Mesmo quando êle não tem possibilidade de tirar proveito prático dêsse conhecimento, êste lhe dá maior maturidade e maior plasticidade de ajustamento. Por isso, deixa de “explodir à-toa” e inventa os mais variados expedientes para evitar que certos atritos e tensões, inevitavelmente desencadeados pela competição “racial”, degenerem em conflitos. Às vêzes, reponta o amargor e o ressentimento que a necessidade dessas técnicas de ajustamento provocam. Fala-se que não “há melhor diversão” que “surpreender o branco na armadilha do preconceito”, em “gozação do branco”, etc.. Por aí se ve-

rifica que o “negro” não aprecia tais técnicas e se desmoraliza, em parte, por precisar utilizá-las. Porém, elas o auxiliam a construir a sua carreira e contribuem, visivelmente, para desencadear atitudes e comportamentos egoísticos que são, ao mesmo tempo, firmes e conciliadores.

Da mesma maneira, o isolamento das “classes médias de côr” (124) surge como uma técnica de auto-proteção social. O padrão e o ritmo da ascensão social, com referência à “população de côr”, apresenta enormes debilidades. As bases materiais e morais de sustentação do fluxo de mobilidade social vertical são inseguras e movediças; o volume de indivíduos abrangidos pelo processo é diminuto e poucos se elevam ao longo de tôdas as posições compreendidas pela espiral; a intensidade do próprio processo ameaça continuamente tanto os progressos das gerações, quanto os êxitos dos indivíduos. Tudo isso obriga o “negro” a concentrar-se, unilateralmente, na exploração das potencialidades adaptativas e integrativas de determinados papéis sociais a que poderia ter acesso. Em outras palavras, êle não pode mobilizar todos os papéis sociais inerentes à posição social adquirida. Alguns, por causa das resistências abertas ou veladas dos “brancos”; outros por falta de condições econômicas, sociais e políticas apropriadas. O isolamento deliberado permite-lhe contornar algumas das dificuldades que advêm dêstes últimos fatores, estimulando uma espécie de utilização marginal dos recursos econômicos, sociais e políticos que são exigidos para o aproveitamento-limite dos papéis sociais mobilizáveis. Portanto, o isolamento não só resguarda a ambição de um nível de vida alto e puritano. Êle instiga ajustamentos que “fazem render”, que transformam as debilidades em força real. Sem apelar para êle, nas atuais circunstâncias muitos efeitos construtivos da ascensão social seriam fatalmente inúteis ou perdidos pelo “negro que sobe”. A outros respeito, não há dúvida de que se trata de uma arma tática, destinada a ser posta de lado assim que seja dispensável. Pois, a sua perpetuação indefinida poria em risco as próprias disposições integrativas da “população de côr”.

Por fim, o “negro que sobe” deposita grande confiança nos efeitos indiretos de sua ascensão social, como meio para modificar as avaliações e as representações “raciais” vigentes. Os resultados da investigação, porém, não dão margem a conclusões promissoras. Por enquanto, o “branco” tende a resistir à revisão da imagem do “prêto”, construída no regime escravista e no passado recente. A persistência

(124) — É óbvio que não temos em vista o padrão de isolamento difuso, que decorre das pressões da sociedade inclusiva para “manter o negro em seu lugar”. Mas, o mecanismo reativo que êste próprio teve de desenvolver para “tirar partido” das oportunidades recentes de ascensão social.

da aceitação do “negro que sobe” com base na filosofia da exceção que confirma a regra parece ser responsável por isso. Ela permite imputar os êxitos aos talentos singulares de indivíduos isolados; e as falhas ou malogros às características negativas universais do “prêto”. Ainda assim, percebe-se que a influência de modelos formais e categóricos de relações “raciais” está produzindo resultados positivos. Aumenta, paulatinamente, o número dos que ajustam as avaliações e os comportamentos reais às normas ideais de julgamento do “negro”. Reconhece-se, mais amiúde, que o “negro de hoje” está se transformando. “Faz força para estudar”; “procura aproveitar sua inteligência”; ou “pode ser chefe, porque tem competência”. Doutro lado, os efeitos indiretos da elevação do padrão de vida são visíveis. Fala-se, com freqüência, de “negros alinhados” ou de “pretos que se vestem melhor que certos brancos” e que “sabem agir com decência e distinção”. Portanto, as representações e as imagens gerais perduram. Mas, elas perdem, crescentemente, a sua eficácia. Se a ascensão social do negro e do mulato tiver continuidade e ganhar proporções adequadas, elas passarão para o folclore das relações raciais. O mesmo não se pode dizer das representações e imagens contruídas ou mantidas pelo próprio “negro”, quer digam respeito a si mesmo, quer se refiram ao “branco”. Nessa esfera, as alterações são substanciais. Não há dúvida de que o “negro” ainda é prisioneiro da ideologia “racial” forjada pelos “brancos”. Mas, no processo de ascensão, êle teve condições para variar as posições e as perspectivas de que êle participa e, por vêzes, critica e refunde essa ideologia. Com isso, libertou-se de muitas implicações ou determinações negativas da imagem do “prêto”, que antigamente o humilhavam e o paralisavam, tanto no plano dos mitos, quanto no plano da ação. O fato mais importante, aqui, é que o “negro que sobe” repudia a imagem de “prêto” que confunde “condição racial” e “situação social”. Êle pretende identificar-se, socialmente, através dos mesmos modelos de personalidade-estatus que têm valor para o “branco” e são consagrados pela ordem social competitiva. Embora as interferências do “complexo” e de suspeitas irrefreáveis prejudiquem êsse processo, êle faz parte da “situação normal” criada pela absorção gradual do “negro” na sociedade de classes. Afirmção análoga pode-se fazer com referência às representações e imagens do “branco”, feitas ou mantidas pelo “negro”. O “branco-senhor”, “superior” e “ente-supremo” desapareceu até nos círculos da “população de côr” que ainda lutam por atingir as fronteiras da proletarização. Prevalece uma consciência geral de que todos são “cidadãos” e, portanto, “um não é mais do que o outro”. Nos níveis sociais mais altos dessa população, as impulsões competitivas e igualitárias trabalham ainda mais fundo, o que contribui para alimentar a propensão de

ver o “branco” através dos mesmos modelos de personalidade-estatus que o “negro que sobe” projeta como “seu figurino”. Estamos, naturalmente, longe de um “produto acabado”. Em situações concretas, essas reelaborações são esquecidas ou desmentidas, imperando os velhos recalques e condicionamentos. Contudo, por limitada ou discutível que seja a sua eficácia prática, elas estão presentes e prefiguram uma realidade nova. O “negro” concebendo-se como “gente”, no mesmo nível, nas mesmas dimensões e com a mesma plenitude com que representa o “branco” como tal.

Terminada a apresentação dos problemas, que constituíam o objeto desta parte do presente capítulo, podemos voltar nossa atenção para as conclusões gerais que a análise comporta. Algo é evidente à primeira vista. As oportunidades de integração do negro e do mulato à ordem social competitiva aumentaram consideravelmente nos últimos tempos. Vários segmentos da “população de côr” incorporaram-se, assim, ao sistema de posições sociais dessa ordem, nos níveis da “classe baixa” e, em proporções ínfimas, no das “classes intermediárias”. No entanto, a democratização das oportunidades não obedeceu a um ritmo de crescimento contínuo e acelerado. Ao inverso, ela se deu de maneira tal que permitiu vasta e confusa mistura de critérios de atribuição de posições e de papéis sociais. Assim, as técnicas tradicionais de seleção social, que manipulavam a côr de forma restritiva e discriminativa, segundo os interesses da monopolização do poder pelos “brancos”, são empregadas conjuntamente com técnicas de peneiramento social racionais, típicas da sociedade de classes. Esse ponto merece séria reflexão. Porque está acontecendo isso? Se partíssemos da suposição de que a ordem social competitiva corresponderá, normalmente, na situação histórico-social investigada, a todos os requisitos de uma sociedade aberta (dentro dos limites da organização capitalista das relações de produção e da ordenação liberal-democrática das relações de poder), teríamos de admitir que a equiparação das “raças”, “agrupamentos étnicos” e “grupos nacionais” em presença seria o produto fatal dos processos de mudança social evolutiva. Todavia, a história moderna está repleta de exemplos que demonstram que a ordem social competitiva pode ser ajustada, econômica, cultural e politicamente, ao monopólio do poder por determinado estoque “racial” (nos exemplos em questão: a “raça branca”). Isso nos obriga a pensar se está ou não sucedendo a mesma coisa no Brasil. As evidências discutidas comprovam que, pelo menos na fase histórico-social aqui considerada, essa não só é uma tendência real, como, de fato, não se manifestaram alterações significativas no padrão de dominação “racial”. Infelizmente, aquelas evidências não suportam uma discussão socio-

lógica mais ampla do problema, aconselhando-nos apenas a situá-lo em termos de probabilidades históricas. Essa formulação, porém, é em si mesma relevante, pois levanta uma hipótese de importância heurística fundamental. Se a ordem social competitiva se associa a um padrão inalterável de dominação “racial”, a equiparação entre “negros” e “brancos” poderá desenvolver-se em diversos níveis da integração do sistema de posições sociais e de organização do poder. Nunca, porém, em termos de igualdade econômica, social e política, “perfeita” ou simplesmente “balanceada”, dos estoques “raciais” em interação.

Doutro lado, também parece patente que as disposições psico-sociais integracionistas da “população de côr” constituem o verdadeiro motor dos processos de ascensão social descritos. Em outras palavras, a sociedade inclusiva tem se limitado a fazer pressão para compelir aquela população a identificar-se com o sistema de normas, interesses e valores da ordem social competitiva, resguardadas as atribuições e as funções da “raça branca” como “raça dominante”. Por isso, por sua própria natureza, essa pressão é assimilacionista. Ela não tem por objetivo direto e imediato nivelar, econômica, social e politicamente, os dois estoques “raciais”. Mas, pura e simplesmente, visa a colocar a “raça negra” em condições de responder socialmente, à situação de dominação “racial” que se criou com a consolidação da sociedade de classes. Dessa perspectiva, o ímpeto, o alcance e a regularidade dos processos de ascensão social do negro e do mulato dependeram da própria vitalidade econômica, social e política lograda pela “população de côr”. Em face da sociedade inclusiva, os proventos que esta população colheu na esfera da mobilidade social vertical são meros efeitos indiretos e não visados dos êxitos da pressão assimilacionista. Segundo nos parece, esta hipótese permite explicar, sociologicamente, as debilidades reveladas pelo padrão e pelo ritmo de ascensão social do “homem de côr”. Este está lutando, ainda, por conquistar uma situação de classe (ou seja: está lutando pela integração à ordem social competitiva). Não só não possui condições satisfatórias para corresponder, material e moralmente, aos critérios de peneiramento numa sociedade de classes. Como não conta com nenhum apoio dinâmico exterior, que teria de ser fornecido por pressões diretas da sociedade inclusiva para inseri-lo no sistema vigente de posições sociais e de organização do poder. Está claro que a presente situação histórico-social não impedirá desenvolvimentos em outras direções, mais ou menos igualitárias, no futuro. No entanto, ela esclarece o que nos importa saber: porque o “negro” possui fracas possibilidades de utilização social construtiva das oportunidades de ascensão social e, ainda, porque

êle não desfruta de condições para desencadear **efeitos multiplicadores** na comercialização societária dos proventos materiais e morais, conquistados pela ascensão social.

Por fim, podemos agora dar uma resposta provisória (125) à controvertida questão de saber se a ascensão social do negro e do mulato constitui ou não um indicador da inexistência (ou pelo menos da neutralidade social) do “preconceito de côr” (126). As evidências acumuladas, bem como as duas conclusões gerais anteriores, sugerem, positivamente, que a ascensão social do negro e do mulato se processou, está se processando e se processará no futuro apesar da existência e dos efeitos inibidores do “preconceito de côr”. Êste se reflete tanto na avaliação restritiva do “negro”, quanto na limitação de suas oportunidades econômicas, sociais e políticas. Parece fora de dúvida que as tendências assumidas e os efeitos produzidos pela pressão assimilacionista da sociedade inclusiva repercutiram variada e intensamente na democratização das relações “raciais”. Comparando-se a situação histórico-social coetânea com o passado recente ou remoto, constata-se que hoje estamos muito mais próximos de realizar o padrão de **democracia racial**, possível em uma ordem social competitiva regulava pelo monopólio do poder pela “raça dominante”. Não só as avaliações raciais construídas no regime de castas começam a entrar em colapso definitivo, como as medidas discriminativas, emanadas ou legitimadas pelo código senhorial de relações raciais, estão desaparecendo com intensidade crescente. Tudo isso, todavia, não significa que as avaliações etnocêntricas e os procedimentos discriminativos tenham sido eliminados. Êles persistem, às vezes de forma atenuada ou redefinidos socialmente; e interferem nas relações entre “negros” e “brancos”. Em consequência da monopolização do poder pela “raça” branca, ela controla as situações de classe plenamente configuradas pelo grau de desenvolvimento alcançado pela ordem social competitiva em São Paulo. O que quer dizer que as interferências de teor etnocêntrico e discriminativo dos “brancos” prejudicam, irremediavelmente, a “população de côr”. Em suma, os dados apresentados não validam a hipótese de que a ascensão social do negro e do mulato, nos últimos anos, encontra explicação na ausência ou na quebra do “preconceito de côr”. Ao contrário, êles mostram que a ascensão social dos “homens de côr” está se processando apesar da presença sintomática do “preconceito de côr”. Além disso, indicam, complementarmente, que algumas das manifes-

(125) — No sentido de ser válida somente para a situação histórico-social descrita.

(126) — A questão da neutralidade social do “preconceito de côr” é levantada até pelos agentes humanos, em formulações que o situam como “uma questão de gosto” ou de “natureza estética”.

tações dêste último se associam, definidamente, ao solapamento das tendências de mobilidade social vertical operantes no “meio negro”.

3) **Natureza e Função das Impulsões Igualitárias:**

Os dados reunidos nas duas partes anteriores dêste capítulo evidenciam claramente o que significam, do ponto de vista sociológico, os processos de classificação e de ascensão sociais do negro e do mulato. Ambos os processos requerem, produzem e intensificam a absorção regular de padrões de comportamento, de valores sociais e de modelos de organização da personalidade da ordem social competitiva. Por isso, êsses processos respondem, a um tempo: 1.º) a pressões assimilacionistas da sociedade inclusiva; 2.º) a aspirações integracionistas da “população de côr”. As primeiras nascem principalmente de necessidades imperiosas de incorporar o “negro” ao trabalho livre, ao sistema de relações de produção capitalista e à ordem legal vigente; as segundas emergem dos anseios materiais e morais do “negro” de corresponder a essas pressões e de identificar-se com os padrões de comportamento, com os valores sociais e com os modelos de organização da personalidade impostos e regulados pelos mecanismos de diferenciação e de integração da ordem social competitiva. Portanto, por sua natureza, ambos os processos se realizam através de mudanças psico-sociais e sócio-culturais que provocam, exigem e reativam a redução constante da distância psicológica, cultural e social existente entre os diversos estratos da “população de côr” e a ordem econômica, social e política da sociedade inclusiva. Em termos das relações dos estoques “raciais em presença” e de sua posição estratégica na estrutura de poder dessa sociedade, isso quer dizer que os referidos processos sociais se associam tanto a efeitos assimiladores, quanto a um processo característico de desnivelamento sócio-cultural, pelo qual o “branco” perde, continuamente, antigos privilégios ou regalias sócio-econômicas, e o “negro” passa a compartilhar, crescentemente, das garantias econômicas, sociais e políticas institucionalizadas pela ordem social competitiva. Como todo o sistema axiológico desta ordem social se assenta, estrutural e dinamicamente, em interesses e valores sociais consagrados pela “raça branca”, êsses fenômenos conduzem, inevitavelmente, a mecanismos que introduzem os “negros” no mundo dos brancos e os convertem às suas avaliações sociais. Doutro lado, os dois processos preenchem as mesmas funções sociais. Êles engendram atitudes, comportamentos e aspirações sociais que compelem o “negro” a desejar ser “como o branco”, em tôdas as circunstâncias e para todos os fins em que tal coisa se revele socialmente possível, e a exigir para si as garantias sociais de que aquêle se beneficie normalmente, de acôrdo com

as gradações inerentes à estratificação da ordem social competitiva. Assim, a identificação com o “branco” (através da identificação com o sistema axiológico da sociedade inclusiva), não se alicerça numa pura vontade de ser “parecido”, de ser a “mesma coisa” ou de reproduzir a “imagem do branco”. Ela nasce e é dirigida por motivações e aspirações materiais ou morais, que animam o “negro”, primordialmente, a pretender acesso regular às posições e papéis sociais, configurados em torno das diferentes situações de classe da comunidade. Estas é que dão forma e sentido aos processos de imitação, desencadeados pela marcha da assimilação e da integração do negro e do mulato à ordem social competitiva.

Essas considerações indicam que as referidas tendências de classificação e de ascensão sociais repousam em impulsões de teor igualitário. Na medida em que o “branco” exige ou espera do “negro”, impessoalmente, ajustamentos econômicos, políticos e sociais apropriados às regras do jogo, êle modifica, inconscientemente, as conexões de sentido das relações “raciais”, adequando-as às situações de classe existentes ou emergentes. Na medida em que o “negro” exige ou espera, do “branco”, de si próprio ou de ambos, observância estrita dos critérios normais de peneiramento e de atribuição de prestígio social, êle modifica consciente ou inconscientemente, por sua vez, as conexões de sentido das relações “raciais”, adequando-as (do mesmo modo) às situações de classe, existentes ou emergentes. Por aí se vê como os dois estoques “raciais” se vinculam de maneiras peculiares aos processos histórico-sociais em curso. As tendências dinâmicas, polarizadas em interesses, valores ou comportamentos sociais dos “brancos” prendem-se ao que poderíamos chamar de “funcionamento normal do sistema”, numa etapa em que se impõe a absorção coletiva, embora gradual, do negro e do mulato em múltiplas posições diferenciadas do regime de trabalho livre. As tendências dinâmicas, polarizadas nos interesses, avaliações e comportamentos do “negro”, são largamente pessoais e intencionais, explicando-se pelo que se poderia designar como “afã de pertencer ao sistema”. Essa diferença é essencial. De um lado, ela permite situar o contraste das orientações psico-sociais dos dois estoques “raciais” em presença. O empenho e o ego-envolvimento do “branco” não o levam a tomar plena consciência da situação global nem a interessar-se, vitalmente, pela eliminação de inconsistências persistentes no sistema de relações “raciais”. De sua perspectiva, o “negro” aparece como o causador aparente das inconsistências, que só se equacionam como realidade indesejável em planos muito restritos (quanto à atualização normal dos ajustamentos em que passam a ser essenciais a assimilação e a integração do “negro”). O empenho e o ego-envolvimento

do “negro” conduzem-no a tomar consciência da situação global, pelo menos quanto às repercussões dela no solapamento ou na neutralização de seus anseios de igualdade sócio-econômica. Isso o leva, naturalmente, a interessar-se pelo desaparecimento puro e simples de distinções “raciais”, que interferem na estrutura e no funcionamento da ordem social competitiva. De sua perspectiva, o “branco” aparece como o verdadeiro culpado pela demora cultural, como se êle a fomentasse e a explorasse conscientemente. De outro lado, a diferença apontada permite discernir que a impulsão igualitária, como mecanismo de defesa do ego e de reação societária, objetivado “racialmente”, constitui uma peculiaridade da “população de côr”. E’ sabido que essa impulsão se manifesta entre os “brancos”. Mas, livre de conexões “raciais”, pois êles não precisam eliminar barreiras que condicionem ou limitem sua participação da economia, da sociedade e da cultura. Por isso, as impulsões igualitárias identificáveis no “negro que sobe” não são, apenas, as impulsões que organizam a competição por riqueza, por prestígio social e por poder numa sociedade de classes. Estas entram em cena como requisitos e produtos dos processos de assimilação e de integração à ordem social competitiva. Porém, com uma calibração sócio-econômica, psico-social e sócio-cultural específica, determinada pela ansiedade e pelos interesses da “população de côr” de entrosar-se na estrutura e no funcionamento daquela ordem social.

Se estas conclusões são válidas, as impulsões igualitárias, que procuramos descrever e analisar operativamente através do “negro que sobe”, atuam — a curto e a longo prazo, mas sempre no nível organizatório — contra o paralelismo entre “côr” e “posição social ínfima” (ou seja, entre “inferioridade racial” e “dependência social”). Elas compelem o negro e o mulato a aderirem, consciente e inconscientemente, a identificações e a avaliações sociais que visam a solapar ou a suprimir a importância da “côr” como ponto de referência e como critério de classificação nas relações sociais. Concomitantemente, elas provocam expectativas e aspirações ideais de fortalecimento-limite da “posição social” e de suas implicações sócio-dinâmicas, tanto na ordenação, quanto na regulamentação das ações e das relações humanas (portanto, inclusive das ações e das relações que envolvem pessoas pertencentes a “raças” distintas). Ambas as evidências demonstram que aquelas impulsões são portadoras de um impacto inovador de caráter revolucionário, no que tange às conexões “raciais” do sistema social. Até que ponto elas se concretizam socialmente e conseguem impor mudanças efetivas nos padrões de acomodação “racial” é assunto secundário, no momento (127). Elas não só existem e in-

(127) — No próximo capítulo, debateremos a questão dêsse ângulo.

tervêm ativamente na organização do comportamento social do “negro”; elas também repontam nas relações entre “negros” e “brancos”, como parte dos dinamismos que configuram e orientam os processos de assimilação e de integração sócio-culturais dos primeiros. Na verdade, êstes dois processos ganham uma latitude inconformista e reivindicativa no seio da “população de côr”. Por mais que essa condição seja dissimulada, se equacione de forma latente e apareça sob o manto de **ambições pessoais**, tal latitude é essencial e faz com que a mobilidade vertical do “negro” tenha um **pathos** e um **logos** próprios. **Ele não só quer algo socialmente, como quer livrar-se (ou redimir-se) de algo socialmente.** As impulsões igualitárias canalizam e calibram os dois tipos de motivações e de aspirações sociais. Por isso, conferem ao “negro” a possibilidade de conceber e de delinear o seu destino, em termos das oportunidades potenciais de uma **sociedade aberta**.

À luz dessas conclusões gerais, óbvias sob vários aspectos, duas questões merecem atenção especial. Primeiro, o grau de tenacidade das impulsões igualitárias. Segundo, as funções que elas preenchem nas relações do negro e do mulato com a sociedade global.

As descrições feitas acima (principalmente ao longo da segunda parte dêste capítulo), comprovam que as mencionadas impulsões emergem, com freqüência, num clima social materialmente instável e moralmente ambíguo. A necessidade de fazer face às polarizações e às implicações negativas da “côr” forçou o negro e o mulato a apelaram para técnicas de ajustamento que provocam, normalmente, dois efeitos de natureza sociopática: 1.º) uma espécie de hipertrofia da “posição social”; 2.º) e uma inflação característica do “prestígio social”. As coisas se passam, na “população de côr”, como se se desenrolassem num jôgo cênico. As exterioridades do estatus contam, subjetiva e objetivamente, tanto para a auto-avaliação e a auto-afirmação sociais dos indivíduos, quanto para a formação de consenso social a respeito de sua “situação”. Assim, uma cozinheira que seja “uma artista consumada” pode, se tiver um bom emprêgo, alcançar um nível de renda relativamente alto no “meio negro”. Isso lhe faculta a possibilidade de ostentar, pelo menos em certos fins, um padrão de vida que se parece, exteriormente, com o da classe média da sociedade inclusiva. Os seus parentes, amigos e conhecidos acham que “ela está muito bem”; e ela própria se representa como parte da “elite” (ou da “classe média de côr”). Note-se que semelhante obliteração do estatus-real não surge como uma ficção, como acontece com o brilho estonteante mas fugaz das fantasias ricas no Carnaval. É algo constante e que define, pela continuidade de certas aparências, a “situação” da pessoa (e, por vêzes, de sua família). Por-

tanto, não se trata de um estatus totalmente fictício (128) e existe, atrás de mecanismos compensatórios típicos, um lastro mínimo e estável, que suporta e dá realidade à montagem cênica. No conjunto, porém, as ambigüidades de semelhante condição humana suscitam uma interrogação. Impulsões igualitárias embricadas numa tal situação de existência social possuem alguma consistência? Elas não se diluem nos artifícios e nas miragens, que alimentam perpétuamente o complexo jogo cênico em que se converte a vida social na “alta sociedade de côr”?

Os resultados de nossa investigação comprovam, de modo irretorquível, que os elementos fictícios e os mecanismos compensatórios interferem negativamente nos processos de assimilação e de integração do “negro” na ordem social competitiva. Contudo, êles também patenteiam que as aparências desnorteantes da montagem cênica são menos perigosas do que parecem e, o que é mais importante, a partir da aquisição efetiva de uma situação de classe suas interferências negativas acabam sendo neutralizadas. Os que conseguem obter segurança e afirmar-se socialmente através de certos artifícios, em regra empenham-se fortemente no sentido de preservar, melhorar ou ampliar o suporte real da montagem cênica. Duas tendências são bem conhecidas. A mais simples e geral revela-se no apêgo ao nível de renda, que obriga o indivíduo a aceitar a estabilidade ocupacional, com tôdas as suas implicações. A tendência alternativa, observada pelos que ocupam posições estratégicas mais vantajosas, conduz à mobilidade ocupacional, como recurso para elevar, concomitantemente, o nível de renda e o padrão de vida. Por conseguinte, as impulsões igualitárias não se confundem nem se diluem no emaranhado de ambigüidades que cercam a vida associativa do “negro de elite” ou da “classe média de côr”. Ao contrário, desde que o jogo cênico não seja meramente ilusório, elas constituem a espinha dorsal das manifestações de auto-afirmação social.

Isso não impede certas gradações. O grau de tenacidade das impulsões igualitárias depende da aquisição de uma posição na estrutura da sociedade global e da consciência que os indivíduos alcançam dessa condição social. Em consequência, êle varia segundo uma escala elástica, na qual podemos compreender as diversas “situações pessoais” socialmente possíveis. Assim, no limite negativo extremo, deparamos com o indivíduo que lança mão do estatus-fictício para afirmar-se socialmente. Aí, não estamos diante de um processo de simulação, pròpriamente dito; mas, de um processo sociopático, orientado pela manipulação sistemática de meios e fins deformados. Lem-

(128) — Como descrevemos acima, ao tratar da diferenciação sociopática da personalidade do sedutor profissional.

bramos, a respeito, a carreira do sedutor profissional (em particular o momento em que o indivíduo julga que “uma pessoa com sua aparência” e “na sua situação” deve ter “emprêgo à altura” e decide transformar-se em rufião). Num ponto intermediário, temos a cozinheira que logra, por seus méritos, um padrão de vida aparentemente “rico”. Ai, o indivíduo maneja certos mecanismos compensatórios, mas estes podem ter uma aplicação construtiva (mormente quando eles não comprometem o estatus-real e engendram comportamentos voltados para a consolidação ou a melhoria deste último). Por fim, no limite positivo extremo encontramos o operário, o técnico ou o profissional liberal, por exemplo, que se esforçam por elevar as impulsões igualitárias ao plano do comportamento social inteligente. Trata-se de indivíduos com plena capacidade de ajustar as expectativas de um padrão “elevado” (ou “aristocrático”) de vida ao seu nível de renda. Encaram a montagem cênica como uma elaboração convencional, atribuindo-lhe apenas importância relativa no conjunto das “responsabilidades morais” de cada um. Há, pois, uma correlação entre o grau de afastamento ou de ego-envolvimento em uma situação de classe e o grau de tenacidade das impulsões igualitárias. Elas emergem como requisitos da luta por uma situação de classe. Mas, à medida em que esta se consolida, elas se diferenciam e se fortalecem, a tal ponto que os indivíduos acabam ficando conscientes de sua existência e de sua utilidade social (129). Embora estas ponderações possam parecer tautológicas, julgamos indispensável explicitá-las. A razão é simples. Pretendíamos deixar bem claro que certos elementos peculiares do estilo de vida do “negro que sobe” não neutralizam seus anseios de identificação com a ordem social estabelecida e de mobilidade social vertical. As impulsões igualitárias encerram uma vitalidade que deriva do tipo de interação do indivíduo com o sistema organizatório da sociedade global. Qualquer que seja a expressão que elas assumam, em suas objetivações culturais no “meio negro”, elas sempre contêm um mínimo de consistência interna. Isso explica, segundo supomos, porque certas tendências de integração social estão se universalizando e se intensificando no seio da “população de côr”, ao mesmo tempo que indica ser este processo irreversível.

Nas relações do negro e do mulato com a sociedade global as impulsões igualitárias preenchem duas funções básicas. Primeiro, elas concorrem para integrá-los em escala social (130), às posições localizadas no núcleo da ordem social competitiva. Segundo, elas

(129) — O que fica evidente na discussão, feita no quarto capítulo, da contra-ideologia “racial” elaborada pelos movimentos reivindicativos no “meio negro”.

(130) — Poder-se-ia falar em massa, desde que se entendesse que o processo ainda não abrange a totalidade da “população de côr”, mas uma parte dela.

concorrem para equipará-los aos “brancos”, em todos os níveis de diferenciação dessa ordem social.

Quanto à primeira função, é preciso que se considere que as impulsões igualitárias motivam e regulam socialmente dois tipos de ajustamentos, com frequência complexamente entrosados na prática. De um lado, elas por assim dizer põem o “negro” em condições de perceber e de aproveitar oportunidades de classificação e de ascensão sociais ligadas às pressões quantitativas e qualitativas, produzidas pela expansão do sistema de relações de produção. De outro lado, elas dão ao “negro” condições para suportar a unilateralidade dos critérios de peneiramento social e de atribuição de prestígio social, bem como disposições para tentar corrigi-la. Quanto à segunda função, elas reativam, reorganizam e reorientam, continuamente, ajustamentos que permitem participações progressivamente mais intensas e maduras dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e do horizonte cultural do negro e do mulato. A equiparação com o “branco” depende de êxitos prévios nas relações competitivas. Por isso, essa função vincula-se, especificamente, aos processos que determinam os conteúdos e conformam a estrutura da pessoa humana na ordem social competitiva. Secularização de atitudes e de avaliações sociais; racionalização dos modos de agir e de conceber o mundo; individualização dos interesses, dos valores sociais e da localização da pessoa na organização da sociedade global, êsses são os principais aspectos dos fenômenos que se desenrolam graças a estas conexões funcionais das impulsões igualitárias.

Seria preciso, agora, fazer uma rotação de perspectivas, para projetar os efeitos dessas duas funções das impulsões igualitárias na cena histórica. Parece evidente o que tudo isso significa sociologicamente. Não é só a superação da herança sócio-cultural rústica e de complexos inibidores que conta essencialmente. Mas, também, a modernização do “homem de côr” — sua mobilização para a vida social ativa, como ela se organiza na sociedade de classes. Vê-se, pois, que essas impulsões assinalam um evento deveras importante, para o negro e o mulato. A sua afirmação na sociedade global através de garantias e papéis sociais coordenados pela posição social adquirida, em termos da estrutura e dos dinamismos da ordem social competitiva. Enfim, vemos o “negro” colocar-se em face da adversidade como alguém que já poderá dominá-la e conduzi-la. Aos poucos, do seu estôfo nasce o cidadão, eliminando-se o circuito que isolava e proscovia o “negro” do destino comum.

Capítulo 6

O PROBLEMA DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES

INTRODUÇÃO:

Os resultados dos dois capítulos anteriores põem-nos diante de uma problemática sociológica clara. Existe uma pressão integracionista, que opera no sentido de compelir o negro e o mulato a absorverem as normas, os padrões de comportamento e os valores sociais da ordem social competitiva. Mas, essa pressão não mobiliza todas as influências socializadoras da sociedade inclusiva. No fundo, ela corresponde, positivamente, à necessidade de neutralizar a distância histórico-cultural que se estabeleceu entre a herança sócio-cultural da “população de côr” e a civilização da era industrial. O que significa, sociologicamente, que ela é calibrada pela necessidade de identificar o “negro” com a ordem social competitiva e, por conseguinte, de desenvolver nêle lealdade para com os fundamentos econômicos, jurídico-políticos e sociais dessa ordem societária. Ela não abrange outras áreas da socialização e da participação de interesses econômicos, de garantias sociais e de bens culturais. Em consequência, trata-se de uma pressão integracionista que não afeta, propriamente falando, os padrões predominantes de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Tais conclusões indicam que a sociedade de classes está se convertendo em um sistema social aberto, em termos da organização das relações raciais, mas sem modernizar, a curto prazo pelo menos, os padrões de dominação racial herdados do passado, os quais conferem o monopólio do poder aos círculos dirigentes da “raça branca” e dão a esta a condição quase monolítica de “raça dominante”. Dentro desse quadro global, o que se poderia entender como democratização das relações raciais aparece como um processo histórico-social extremamente heterogêneo, lento e descontínuo.

Essas inferências são corroboradas, empírica e interpretativamente, pelas conclusões que se podem extrair dos dados concernentes ao protesto coletivo do “negro” e aos mecanismos de mobilidade social vertical inerentes às tendências de classificação do “homem de côr” no núcleo da ordem social competitiva. O protesto coletivo desencadeava, no seio da “população de côr”, compulsões psico-sociais que respondiam, por seus conteúdos e por seu sentido, à pressão integracionista da sociedade inclusiva. Contudo, êle punha em cheque os pa-

drões estabelecidos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, pois pretendia a universalização, **ex-abrupto**, dos interesses econômicos, das garantias sociais e dos valores culturais em que se fundam a legitimidade e o equilíbrio da ordem social competitiva. Assim, o “problema do negro” se equacionava no próprio plano dos requisitos ideais da integração e do funcionamento do regime de classes, imprimindo às agitações raciais o caráter de luta organizada e consciente pela igualdade entre as “raças”. Em outras palavras, ao mesmo tempo que reagia à pressão integracionista da sociedade inclusiva, o protesto coletivo do “negro”, através dos movimentos reivindicatórios, levava-a demasiado longe. Isso explica porque êle não encontrou eco entre os “brancos” e só contagiou pequenas parcelas da “população de côr”, condenando-se a um malôgro indiscutivelmente funesto. Os mecanismos de ascensão social do negro e do mulato, por sua vez, podiam ser e foram calibrados pela qualidade e pela intensidade da pressão integracionista da sociedade inclusiva. Êles testemunham onde e como esta se abria, de imediato e em escala social, ao negro e ao mulato: na esfera do trabalho livre e nas posições heteronômicas da pirâmide ocupacional, associada ao sistema capitalista de relações de produção. O que quer dizer que aquela pressão sòmente produziu efeitos estruturais e dinâmicos diretos em um único nível: o da diferenciação das posições e dos papéis ocupacionais e profissionais do “homem de côr”. Quebrou-se, no entanto, o hiato histórico, provocado pelas condições em que se consumaram, na cidade, a revolução burguesa e a consolidação da ordem social competitiva. O “negro” encontra, finalmente, vias normais e permanentes de engajamento à sociedade de classes. Todavia, as demais posições do sistema organizatório, com seus papéis sociais correspondentes, não foram afetadas senão de forma indireta, na rêde de efeitos e em proporção à vitalidade sócio-econômica adquirida pelos estratos em formação da “população de côr”. Nem mesmo os papéis eleitorais, ligados ao sistema nacional de poder, sofreram qualquer focalização direta e imediata. Onde o “negro” se preocupa com as obrigações decorrentes da condição de cidadão numa comunidade nacional republicana, êle o faz na linha estrita de seus interesses materiais ou morais e ao azar. Se a pressão integracionista da sociedade inclusiva se voltasse nesta direção, teríamos um indicador objetivo e relevante do aparecimento de forças histórico-sociais tendentes a implantar, com a rapidez possível, uma equiparação sócio-econômica e político-social dos estoques “raciais” em presença. Dadas essas condições externas, que iriam ordenar, canalizar e graduar o modo pelo qual a ordem social competitiva iria se tornar aberta à “população de côr”, as impulsões igualitárias operantes nesta população ficaram sujeitas: 1.º) a um condiciona-

mento histórico-social prévio de teor altamente restritivo; 2.º) a uma seleção confinada, rígida e inevitável. Não é de admirar-se, portanto, que o “negro” em ascensão tenha optado por uma vida tão realista quão oportunista, voltando as costas seja para os movimentos reivindicatórios, seja para os interesses comuns da “coletividade negra”. Como dizem alguns de seus expoentes, “pensar em movimentos coletivos dá azar”; ou, “as agitações raciais dão muito trabalho e não adiantam nada. É a mesma coisa que bater com a cabeça na parede”. Aderiram, insensivelmente, à lógica de que “pessoas expertas não dão murros em ponta de faca”, contando com sérias razões para realizar e fundamentar semelhante opção. Proceder em sentido contrário equivaleria a arriscar a segurança e os encantos de “pertencer ao sistema” em troca de miragens. A sociedade inclusiva já delineou o caminho a ser percorrido e, com êle, traçou a solução final para o “problema do negro”.

Êsses resultados colocam-nos na contingência de examinar o nosso tema de uma perspectiva mais ampla. Primeiro, seria necessário tentar discernir se as tensões raciais repercutem de alguma maneira no padrão de integração da ordem social competitiva. Não nos interessa o quadro geral de manifestações do “preconceito de côr” (1).

(1) — Êsse quadro, como já indicamos, acha-se descrito por Roger Bastide (cf. R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, op. cit., Cap. III — “Manifestações do Preconceito de Côr”; cap. IV — “Efeitos do Preconceito de Côr”, pp. 163-267). Como parte do programa geral de pesquisas, desenvolvido sob o patrocínio da UNESCO em 1951, deve-se considerar os seguintes trabalhos: Virgínia Leoni Bicudo, “Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em Relação com a Côr de seus Colegas” (in *Relações Entre Negros e Brancos em São Paulo*, Editôra Anhembi Ltda., São Paulo, 1955, pp. 227-310); Anieli Meyer Ginsberg, “Pesquisas sôbre as Atitudes de um Grupo de Escolares de São Paulo em Relação com as Crianças de Côr” (idem, pp. 311-361); Oracy Nogueira, “Relações Raciais no Município de Itapetininga” (idem, pp. 362-554); Edgard T. Santana, *Relações entre Pretos e Brancos em São Paulo. “Preconceito de côr”, edição do Autor*, São Paulo, 1951. Também merecem consulta especial os seguintes trabalhos: Haddock Lobo e Irene Aloisi, *O Negro na Vida Social Brasileira*, S. E. Panorama Ltda., São Paulo, 1941; Oracy Nogueira, “Atitude Desfavorável de Alguns Anunciantes de São Paulo em Relação aos Empregados de Côr”, *Sociologia*, Vol. IV — N.º 4, São Paulo, 1942, pp. 328-358; Virgínia Bicudo, “Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”, *Sociologia*, Vol. IX — N.º 3, São Paulo, 1947, pp. 195-219; Emílio Willems, “Race Attitudes in Brazil”, *The American Journal of Sociology*, Vol. LIV — N.º 5, Março de 1949, pp. 402-408; Dante Moreira Leite, “Preconceito Racial e Patriotismo em Seis Livros Didáticos Primários Brasileiros”, in *Boletim de Psicologia*, N.º 3, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1950, pp. 206-231; Carolina Martuscelli, “Uma Pesquisa sôbre Aceitação de Grupos Nacionais, Grupos “Raciais” e Grupos Regionais, em São Paulo”, op. cit.; Oracy Nogueira, “Preconceito de Marca e Preconceito Racial de Origem. Sugestão de um Quadro de Referência para a Interpretação do Material sôbre Relações Raciais no Brasil”, *Anais do XXXI Congresso de Americanistas*, 23 a 28 de Agosto de 1954 — São Paulo — organizados e publicados por Herbert Baldus, Editôra Anhembi,

Mas, apenas, determinar como as tensões raciais são percebidas e controladas socialmente. Segundo, conviria estabelecer os contornos reais do que se configura, na atualidade e tendo em vista a situação de contacto focalizada, como o **dilema racial brasileiro**. Aceitando tal debate, penetramos na problemática central da investigação, ao mesmo tempo que ganhamos uma perspectiva estimulante para propor as conclusões mais gerais a que chegamos.

1) **A Reação Societária às Tensões Raciais:**

A análise desenvolvida no capítulo precedente indica que a classificação no núcleo da ordem social competitiva constitui um requisito estrutural e dinâmico para qualquer alteração dos padrões vigentes de relações raciais. A razão disso é palpável. O paralelismo entre “côr” e “condição social dependente” só pode ser rompido a partir do momento em que o negro e o mulato alcancem condições de equiparação econômica, social e política diante do branco. Na verdade, a referida análise também sugere, conclusivamente, que essas condições não são, em si mesmas, suficientes para modificar o **status quo** racial imperante. Os “brancos” ignoram, neutralizam ou solapam, consciente e inconscientemente, os efeitos sociais da classificação do “negro” nos níveis sociais a que pertencem. Contudo, eles não podem impedir que os “homens de côr” em ascensão social mudem suas concepções de personalidade-estatus, seu modo de interagir com a sociedade inclusiva e suas atitudes em face das formas de acomodação racial, herdadas do passado. Aos poucos, insensivelmente, **pari passu** à classificação do negro e do mulato na ordem social competitiva, os padrões de relações raciais sofrem transformações sociologicamente significativas. A longo termo, tais transformações alimentam (mantidas as tendências descritas) a adaptação paulatina mas progressiva do sistema de relações raciais aos requisitos econômicos, jurídico-políticos e sociais daquela ordem social. Não se pode dizer o que aconteceria, se o processo ganhasse intensa aceleração constante, de modo a ajustar-se ao padrão de integração da sociedade de classes e ao ritmo com que ela está se desenvolvendo, historicamente, em São Paulo. Na conjuntura de pleno emprêgo e de elevação constante da renda média real, que prevalecem no momento, seria provável que as contradições existentes entre normas, estereótipos e comportamento manifesto exerceriam influências inovadoras construtivas. Em resposta a uma massa crescentemente mais numerosa de “homens de côr” em condições de disputar e de fazer valer os pa-

São Paulo, 1955, Vol. I, pp. 409-434. Veja-se, também, a série de reportagens escritas por Elias Raide sobre o assunto (Diário da Noite, São Paulo, entre 21-1-1958 e 9-4-1958).

péis sociais inerentes às posições adquiridas, as normas ideais encontrariam possibilidades plásticas de dinamizar o comportamento efetivo dos "brancos", canalizando-o no sentido da democratização acelerada dos padrões de relações raciais. Por enquanto, porém, as coisas estão longe de se equacionarem, sociologicamente, dêsse modo. A absorção de negros e de mulatos na estrutura do sistema de classes assume proporções tão limitadas e continuidade tão vacilante, que se mantém, com relativa inflexibilidade, o velho círculo vicioso. A "côr" continua a operar como marca racial e como símbolo de posição social, indicando simultaneamente "raça dependente" e "condição social inferior". Além disso, a "população de côr", em sua quase totalidade, não possui elementos para livrar-se dessa confusão, vexatória e nociva ao mesmo tempo. O próprio "negro que sobe" — entidade privilegiada dessa população — tem de travar uma luta heróica, ininterrupta e inglória para desfrutar, pessoalmente, parcelas mínimas das prerrogativas polarizadas em torno de suas posições sociais. Essa compulsão igualitária, por si mesma comprometida e oscilante, é diluída e anulada pelo contexto social. Como vimos, a categoria de empregador compreendia, em 1940, somente 123 negros e mulatos para 15.261 brancos — ou seja 0,78% para 97,04%. Ora, tomando-se como referência o padrão de composição demográfica da população segundo a côr, essa proporção deveria ser, conjecturalmente, muito diversa em um regime de equiparação sócio-econômica de "negros" e "brancos". O número de empregadores "negros" deveria ser aproximadamente 13,5 vezes maior (da ordem de 1.609 indivíduos); e o número de empregadores "brancos" deveria ser, aproximadamente 1/10 menor (da ordem de 13.804 indivíduos) — deixando-se de lado os "amarelos", que ultrapassam em mais de 1/6 a proporção equiparativa conjectural.

Portanto, temos de partir de uma realidade que não corresponde às racionalizações convencionais, defendidas pelos "brancos" que se identificam com a ideologia racial brasileira. Eles mistificam a realidade racial, ao se representarem a "situação do negro" através das normas ideais de comportamento e das potencialidades igualitárias da ordem social competitiva. Doutro lado, falseiam irremediavelmente a sua perspectiva social, ao se apegarem à opinião de que nas "camadas baixas" não existem distinções raciais. Isto ocorre, mas nas situações de convivência peculiares ao mundo social modelado pela **cultura de folk**. Aí, o "negro" equipara-se ao "branco", para quase todos os efeitos sociais, por meio de uma "nivelção por baixo". Trata-se de uma consequência sócio-dinâmica da absorção na rede de relações humanas, criadas pela economia de subsistência. Na sociedade metropolitana, no entanto, a "nivelção por baixo" implica

em pertencer à “classe operária”, pelo menos, o que exigiria proletarização sistemática dos segmentos da “população de côr” envolvidos no sistema de trabalho livre fora das ocupações pertencentes às classes “média” e “alta”. Essa condição não se realiza senão parcialmente e de maneira tão fragmentária quão indecisa. O que resulta, na prática, numa séria limitação da integração do “negro” ao regime de classes. Apenas alguns segmentos daquela população chegam a desfrutar, organicamente, de **situações de classe típicas**. Outras parcelas da mesma população — presumivelmente mais da metade, ainda hoje — encontram-se à margem ou na periferia do sistema de trabalho livre e do regime de classes, flageladas por condições anômicas de existência social ou pela agregação esporádica ao mundo do sub-proletário da grande metrópole. Em suma, na situação de contacto descrita, “niveação por baixo” não quer dizer o mesmo que equiparação com o “branco”. Ao contrário, ela significa perpetuação indefinida das duas polaridades que sustentam, tradicionalmente, o paralelismo entre “côr” e “posição social ínfima” na sociedade brasileira: anomia social e dependência sócio-econômica. Embora isso não explique tudo (pois deve-se tomar em conta, também, as formas residuais de intolerância; determinadas pelas tradições culturais dos vários grupos étnicos ou nacionais da sociedade paulistana), oferece-nos um pano de fundo geral para estabelecer-se, sociologicamente, **como e porque** o paralelismo entre “côr” e “posição social ínfima” acha viabilidade histórica no presente e condições externas de persistência sócio-cultural. Parece que, vendo-se as coisas dêsse ângulo, fica patente que o “negro” só terá elementos para modificar, em escala coletiva, seus padrões de reação societária às expectativas e aos comportamentos do “branco”: 1.º) quando conseguir integrar-se plenamente à sociedade de classes; e 2.º) quando essa integração se der, no mínimo, de modo equitativo, em confronto com outros estoques “raciais”. Ainda que as duas condições não sejam suficientes para alterar a situação geral — já que os comportamentos “raciais” dos “brancos” são motivados e controlados por fatores culturais estranhos à ordenação do regime de classes — elas seriam decisivas em dois pontos. Primeiro, como suporte material e moral para a alteração das representações de personalidade-estatus do negro e do mulato, bem como dos mecanismos de reação societária da “população de côr” às manifestações características do preconceito ou da discriminação raciais. Segundo, como requisito sócio-dinâmico da organização, em escala coletiva, do comportamento inteligente do negro e do mulato, adequando-o às exigências típicas das situações de classe, incorporadas ao nosso mundo histórico-social. À luz dêstes dois pontos, parece claro que o “negro” necessita de bases materiais e morais para manipular em outro estilo e em benefício próprio as garantias conferidas pela “posição so-

cial". Enquanto os agentes do "preconceito de côr" (2) operam, predominantemente, protegidos por situações de classe bem configuradas, as suas vítimas debatem-se, normalmente, com dificuldades insuperáveis, sendo-lhes com freqüência impossível defender seus interesses sociais através de técnicas, comportamentos e contrôles sociais consagrados ou garantidos pela ordem social competitiva.

Esta colocação do problema sugere, de imediato, que as tensões "raciais" emergem, no contexto da sociedade inclusiva, fora e acima dos interesses e valores sociais imanentes às situações de classe, na forma em que estas se atualizam socialmente em São Paulo. O motor do comportamento inconformista do "negro que sobe" (pois o desejo de ascensão já é, em si mesmo, uma opção de teor e de orientação reivindicativos, como vimos acima), está no anseio de "ser gente", de "subir", de "pertencer ao sistema" ou à "ordem estabelecida". O que entra em jogo, em regra visa a "conquista de uma posição" (ou seja, de uma "situação de classe"). Todavia, raramente o referido anseio pode objetivar-se "de dentro" de uma situação de classe, quando se trata do negro e do mulato; e, mais raramente ainda, pode êle contar com os suportes estruturais e dinâmicos que situações deste tipo oferecem à manipulação de meios ou fins estratégicos, de interesse específico e imediato para os "homens de côr" em ascensão social. Do lado do "branco", por sua vez, a freqüência de competição real com o "negro" é quase nula. Ela só se concretiza esporadicamente, ao sabor de casos isolados, que não repercutem nos padrões vigentes de relações raciais. Nenhuma das situações de classe, configuradas historicamente na atualidade, chegou a ser ameaçada pela presença ou pela concorrência do negro e do mulato. Por conseguinte, não são **interesses de classe** que interferem nas manifestações do "preconceito de côr". A contra-prova dessa interpretação pode ser obtida facilmente: o desenvolvimento da ordem social competitiva não contribuiu, de nenhum modo, nem para intensificar as manifestações do "preconceito de côr", nem para modificar o seu padrão sócio-cultural. Na verdade, o "negro" não cai, como e enquanto tal, na esfera de percepção e de consciência social sistemáticas do "branco". Ao que parece, em grande parte porque êle não é concebido e representado, socialmente, como concorrente real ou potencial na fruição de garantias ultra-desejadas e limitadas do regime de classes. Por isso, a importância da côr na visibilidade social das pessoas é secundária. O que possui significação sistemática são os símbolos externos de riqueza, de prestígio social e de poder, os quais definem os níveis

(2) — Reiteramos, aqui, que estamos usando o conceito como categoria histórico-sociológica, ou seja, na acepção em que ela aparece na consciência social do "negro" e no consenso dos "brancos" mais ou menos tolerantes.

sócio-econômicos da pirâmide social, ou as qualidades e aptidões pessoais dos indivíduos, destacados de sua posição social. Contudo, essa condição geral da percepção e da consciência do homem pelo homem não constitui um fator de neutralidade nos ajustamentos do “branco” em face do “negro” e, tão pouco, deve ser encarada como uma prova da ausência do “preconceito de côr”. Este se desencadeia, unilateral e confinadamente, onde e quando o “negro” emerge à tona, convertendo sua presença em algo incontornável ou inevitável. Então, independentemente de motivações e controles sociais ligados à organização da sociedade de classes, entram automaticamente em jogo mecanismos específicos, que colocam sua pessoa ou seus interesses e comportamentos no foco de percepção, consciência e reação das pessoas “brancas” envolvidas. Nesse contexto, dependendo das tradições culturais dos grupos étnicos ou nacionais a que estas pertençam, do nível social em que elas se situem e de suas peculiaridades psicológicas quanto à tolerância ou à intolerância raciais, os estereótipos, as avaliações e as representações desfavoráveis ao negro e ao mulato podem desempenhar ou não influência decisiva no condicionamento e na orientação das atitudes e dos comportamentos dos “brancos”. Em conjunto, isso delineia uma realidade contraditória e caótica. Só há uma ponte com o passado e com seu legado cultural — a que se objetiva, socialmente, através da estereotipação, das avaliações e das representações “raciais”, as quais não se ligam, por seus conteúdos ou por suas funções, à estrutura e à dinâmica do sistema de classes. Doutro lado, esse fator constante e universal não contém nenhum poder regulador próprio. Ele tanto pode ser neutralizado, quanto pode ser intensificado ou, mesmo, exacerbado por outras influências concomitantes (associadas às tradições culturais dos grupos étnicos ou nacionais, às convenções imperantes em cada classe social e às polarizações dos tipos de personalidade). Não nos cabe aprofundar a análise nessa direção. Mas, esses dados são suficientes para evidenciar como se estabelece, dinamicamente, a vinculação entre o passado, seu legado cultural e o presente. Os estereótipos, as avaliações e as representações desfavoráveis ao “negro” encontram vias de atualização sócio-cultural graças a complexos de traços culturais, sociais ou psicológicos cuja existência e continuidade independem, na situação histórico-cultural descrita, da organização da sociedade de classes (3). Portanto, a aceitação e a atra-

(3) — É óbvio que, em outras circunstâncias, poderia suceder o inverso. As influências mencionadas, sob forte competição racial e numa situação de conflito, poderiam vincular-se a interesses e a valores do regime de classes, associando o passado ao presente de forma mais dinâmica e, provavelmente, mais dramática. Conviria atentar para o exemplo norte-americano à luz desta perspectiva.

ção, bem como a rejeição e a aversão diante do “negro” são reguladas através de influências psico-sociais e sócio-culturais que não se prendem geralmente (ou só se prendem esporadicamente) à estratificação produzida pelo desenvolvimento do regime de classes em São Paulo e às tensões que ela poderia suscitar na esfera das acomodações raciais. Em outras palavras, elas nada têm a ver, estrutural e dinamicamente: 1.º) com os interesses materiais e morais da “população de côr” na presente conjuntura; 2.º) com os interesses e os valores que conformam, idealmente, os padrões normais de integração da ordem social competitiva. Chega-se, dêsse modo, a um resultado aparentemente paradoxal. Ambas as conclusões sublinham que o “negro” não se converteu (pelo menos até os nossos dias) em uma realidade fatal, a que o “branco” não pudesse fugir e a que devesse, por isso, fazer face inexoravelmente. Ao inverso, êste pode colocá-lo em segundo plano, ignorá-lo e projetar seu destino como se a sociedade inclusiva fôsse racialmente homogênea ou nela só contasse o poder de decisão da “raça” branca. Ora, o que importa salientar, sociologicamente, é que êsse elemento, em vez de aparecer como uma condição positiva da integração “racial” em moldes democráticos, surge como um fator de inércia, de efeitos profundamente negativos. Êle equaciona, socialmente, o desinteresse geral do “branco” pelo “negro”, o qual concorre para perpetuar, indefinidamente, certos modelos arcaicos de acomodação racial. Espera-se que o “negro” se ajuste aos padrões da civilização vigente. Mas, ignora-se o que isso significa, material e moralmente, para a sociedade inclusiva; e como isso possa ou deva repercutir na equiparação de “negros” e “brancos” quanto à fruição das garantias sociais, asseguradas pelo regime de classes. E, o que é indisfarçavelmente sociopático, onde o “negro” irrompe, por si mesmo, em níveis relativamente “altos”, as ocorrências são percebidas e explicadas: 1.º) como se ainda tivesse plena vigência o critério tradicionalista de dominação racial, que excluía a exceção da regra geral e a manipulava para reforçá-la; 2.º) como se o paralelismo entre “côr” e “posição social ínfima” fôsse um ingrediente normal nas relações entre “negros” e “brancos”.

Essa realidade é funesta para os interesses e as aspirações sociais da “população de côr”. Além disso, ela traduz as graves dificuldades que pesam sobre a evolução progressiva dos padrões de relações raciais herdados do passado. Formou-se uma espécie de vazio histórico, que impede o entrosamento normal entre êstes padrões e as tendências assumidas pelo desenvolvimento da sociedade de classes em São Paulo. Estamos, em suma, diante de uma realidade sociopática, de conseqüências graves. Na medida em que a “população de côr” fica mais ou menos à margem, a sociedade inclusiva deixa de mo-

dernizar-se em bloco e de realizar certas condições essenciais para o seu equilíbrio dinâmico. Não é só a continuidade e a intensidade do crescimento que são ameaçadas; são, também, sua homogeneidade e os próprios fundamentos materiais ou morais de uma ordem social competitiva, democrática e aberta. Em vista disso, tornam-se de importância central os temas que permitem focalizar êsses aspectos da assintonia existente entre os padrões de relações raciais e a ordem social estabelecida. Limitando-nos ao essencial, vamos tratar, nesta parte do presente capítulo, dos seguintes tópicos: as formas de exteriorização do “preconceito de côr”; as bases perceptivas e cognitivas do padrão brasileiro de “preconceito de côr”, tal como êle pode ser caracterizado através da situação histórico-social investigada; as funções manifestas e latentes do “preconceito de côr” na sociedade paulistana; os mecanismos de reação societária às manifestações veladas e ostensivas do “preconceito de côr”. O debate dêsses temas, com materiais empíricos selecionados, permitirá completar o círculo de nossa abordagem, contribuindo para demarcar melhor o grau de defasagem que ainda subsiste entre os padrões de relações raciais e as formas sociais de organização da vida, imperantes em São Paulo na era da civilização industrial.

O “preconceito de côr” (4) aparece à análise histórico-sociológica como uma formação psico-social e sócio-cultural típica da civilização

-
- (4) — Já indicamos, reiteradamente, que operamos com o termo “preconceito de côr” como uma categoria histórico-sociológica, construída pelos “negros” e, em larga medida, compartilhada pelos “brancos”. O que caracteriza essa categoria, como mencionamos, é seu caráter compreensivo. Ela funde as duas noções técnicas, de preconceito racial e de discriminação racial.

Tendo em vista os propósitos dêste capítulo, conviria ressaltar como se estabelece a distinção entre os dois conceitos e como os utilizamos em nossa investigação. O preconceito racial pode ser definido como “uma atitude social propagada no público por uma classe exploradora, com o fito de estigmatizar determinado grupo como inferior, de tal modo que a exploração do próprio grupo ou de seus recursos possa ser justificada” (O. C. Cox, *Caste, Class & Race. A Study in Social Dynamics*, op. cit., p. 393); por sua vez, “a discriminação racial sômente aparece quando negamos a indivíduos ou grupo de pessoas a igualdade de tratamento que êles possam desejar” (G. W. Allport, *The Nature of Prejudice*, op. cit., p. 51). Além da bibliografia fornecida nessas duas obras, seria importante considerar-se, em particular, as seguintes tentativas de focalização do tema: G. A. Allport, “Prejudice: A Problem in Psychological and Social Causation”, *The Journal of Social Issues*, suplement series N.º 4 (Kurt Lewin Memorial Award Issues), November, 1950; C. S. Johnson, *Patterns of Negro Segregation*, op. cit.; G. Myrdal, com a colaboração de R. Sterner e A. Rose, *An American Dilemma. The Negro Problem and Modern Democracy*, op. cit.; A. Kardiner e L. Ovesey, *The Mark of Oppression. The American Negro*, W. W. Norton & Co. Inc. New York, 1951; T. D. Adorno, E. Frenkel-Brunswik, D. J. Levinson, R. Nevitt Sanford e outros, *The Authoritarian Personality*, Harper & Brothers, New York, 1950; B. Bettelheim e M. Janowitz, *Dynamics of Prejudice. A Psy-*

luso-brasileira. Ele conjuga avaliações e atitudes preconceituosas, de cunho etnocêntrico e utilitário, a compulsões e contrôles sociais discriminativos, oferecendo a necessária base eidológica e etológica pa-

chological and Sociological Study of Veterans, Harper & Brothers, New York, 1950; A. M. Rose, *L'Origine des Prejugés*, UNESCO, Paris, 1951; G. Saenger, *The Social Psychology of Prejudice, Achieving Intercultural Understanding and Cooperation in a Democracy*, Harper & Brothers Publishers, New York, 1953; H. Powdermaker, *Probing Our Prejudices*, Harper & Brothers, New York, 1944; A. M. Rose, *Race Prejudice and Discrimination: Readings in Intergroups Relations in the United States*, Alfred A. Knopf, New York, 1951; D. Krech e R. S. Crutchfield, *Theory and Problems of Social Psychology*, op. cit., caps. XII e XIII; J. Harding e B. Kutner, "Prejudice and Ethnic Relations", in *Handbook of Social Psychology*, organizado por G. Lindzey, Addison-Wesley Publishing Co., Cambridge, Mass., 1954 (Vol. II, cap. 27).

As controvérsias sobre a conceituação e a abordagem de ambos os fenômenos não podem ser apreciadas aqui. No entanto, julgamos essencial esclarecer que não concebemos o preconceito racial como cabendo no domínio específico da personalidade e a discriminação racial como exclusivamente pertinente à estrutura social, como é corrente entre muitos sociólogos e psicólogos sociais norte-americanos. Ambos podem ser considerados nos diversos níveis da análise sociológica (da ação e da relação sociais; do comportamento coletivo; da socialização e organização da personalidade; das normas, representações e valores sociais; ou da diferenciação e integração dos sistemas sociais). Em nossa investigação, sem negligenciar os demais aspectos, concentramos a análise nos aspectos estruturais e dinâmicos das conexões entre o preconceito racial, a discriminação racial e os padrões de integração da ordem social. Assim, o preconceito racial foi explicitamente referido à natureza de suas funções, como fonte de legitimação de opiniões, avaliações e representações sociais, que motivam, calibram e orientam atitudes e comportamentos sociais; e a discriminação racial foi explicitamente referida como parte do conjunto de processos que configuram, graduam e regulam as disparidades resultantes da superposição existente entre estratificação social e estratificação racial no sistema social total.

Essa focalização permitiu compreender a complementariedade dos dois conceitos e das análises correlatas. Doutro lado, favoreceu uma orientação descritiva que procura combinar a análise de regularidades de coexistência com a análise de regularidades de seqüência, consideradas em termos da variação dos padrões de integração da ordem social.

Por fim, cumpre pôr em relêvo que não consideramos o preconceito racial e a discriminação racial como produtos peculiares do regime de classes. Grande número de especialistas propende para o ponto de vista geral de que ambos os fenômenos não ocorrem em sociedades tribais, de castas e estamentais. Pensamos, ao contrário, que uma análise estrutural-funcional, projetada numa perspectiva histórica, evidencia que o preconceito e a discriminação raciais preenchem certas funções primárias universais e invariáveis. Onde ocorram interferências entre estratificação social e estratificação racial, eles tanto servem como fonte de legitimação das formas estabelecidas de ordenação social das relações raciais, quanto para dinamizar, fortalecer e perpetuar os mecanismos sociais de dominação racial vigentes. A diferença entre a sociedade tribal, a sociedade de castas, a sociedade estamental e a sociedade de classes, a respeito, consiste em que, nesta última, surgem condições e processos sociais que configuram ambas as manifestações como "injustas", "indesejáveis" e "perigosas" para o equilíbrio do sistema de poder da sociedade global. Contudo, isto não é suficiente para prefigurar um limite do humano. O preconceito racial e a discriminação racial consti-

ra aquelas avaliações e atitudes (5), bem como articulando-as a comportamentos estandardizados, que lhe conferem um mínimo de efetividade, de coercitividade e de continuidade. Nesse sentido, tanto as avaliações e atitudes preconceituosas, quanto os comportamentos discriminativos, possuem o caráter de **universais** (6), sendo dotados de certa homogeneidade e generalidade. Parece evidente (embora isso não seja abertamente reconhecido), que as contradições e inconsistências inconciliáveis, nascidas do conflito dessas avaliações e atitudes com os padrões ideais da civilização luso-brasileira, não foram propriamente eliminadas. Ao contrário, foram absorvidas numa composição *sui generis*, que dissimula êsse conflito e concilia os indivíduos com suas repercussões nos planos afetivos e cognitivos do comportamento social. Atendo-nos ao essencial, são dois os principais resultados dinâmicos dessa composição conciliadora de elementos psico-sociais e sócio-culturais incongruentes e idealmente exclusivos. Primeiro, o “preconceito de côr” não eclode na cena social de maneira sistemática, atualizando-se socialmente como uma realidade subreptícia, ambígua e difusa. Segundo, a côr opera como uma referência dúplce: associa, inseparavelmente, “raça” e “condição social”, estigmatizando socialmente tôda uma categoria “racial”. Êste aspecto pode parecer secundário. No entanto, êle é crucial. Na verdade, é graças a êle que a categoria “racial” estigmatizada vê-se compelida a aceitar as formas de acomodação racial impostas. Desenvolvendo atitudes, avaliações e comportamentos ambivalentes, confusos e incongruentes (alimentados pela duplicidade da referência diferenciadora), seus componentes ficam incapacitados de discernir a estigmatização racial da dependência sócio-econômica e do isolamento sócio-cultural, não sabendo, portanto, por onde e como impugná-los. Em consequência, as vítimas do “preconceito de côr” são reduzidas à contingência de enfrentá-lo sob grande confusão moral e sem meios para se congregarem em minorias raciais integradas. Representando-se como parte ativa, de direito e de fato, da ordem social estabelecida, só aprendem a lidar com os efeitos nocivos da situação de contacto racial, quando o conseguem, no âmbito puramente individual. Também, está-lhes vedado o recurso coletivo e organizado a técnicas radicais de desmascaramento e de protesto, porque as tensões raciais foram

tuem uma realidade multiforme. E o sociólogo precisa estar preparado para surpreendê-la através de suas várias roupagens e das possíveis combinações entre etnocentrismo e diferentes tipos de dominação do homem pelo homem.

(5) — Sôbre ambos os conceitos, de *eidos* e de *ethos* na análise psico-sociológica e etno-sociológica, conforme G. Bateson, *Naven*, op. cit., pp. 29-30.

(6) — Sôbre êste conceito, conforme R. Linton, *O Homem*, trad. de L. Vilela, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1943, p. 299 e sets.

confinadas ao fluxo subterrâneo das relações raciais e são definidas, socialmente, como ameaça incontornável à “paz social”. No conjunto, pois, tudo concorre para disciplinar, encobrir e conter as manifestações do “preconceito”, submetendo-as às exigências estruturais e dinâmicas de uma civilização que converteu a acomodação social em alvo ideal da integração societária dos estoques “raciais” em interação (7). Elas não podem ir tão longe, que ponham em risco a convergência de interesses, ideais de vida e valores sociais, requerida pelo padrão histórico-cultural desenvolvido de acomodação racial. Doutro lado, porém, elas não podem ser abolidas sem que esta convergência se transforme, automaticamente, em equiparação social pura e simples dos estoques “raciais” em presença. Penetramos, assim, no âmago da estrutura e dinâmica da situação contacto racial predominante em São Paulo. Elas impedem a diferenciação (e por conseguinte o agravamento) do “preconceito de côr” encoberto em formas sistemáticas de preconceito e de discriminação raciais. Ao mesmo tempo, não obstante, amortecem ou anulam as repercussões das tendências de democratização da riqueza, do prestígio social e do poder na esfera das relações raciais. Descobre-se, assim, uma faceta de-veras instrutiva de nossa realidade racial. Ela sugere que assiste razão aos que apontam o Brasil como um caso extremo de tolerância racial. Entretanto, também evidencia o reverso da medalha, infelizmente negligenciado: a tolerância racial não está a serviço da igualdade racial e, por conseguinte, é uma condição neutra em face dos problemas humanos do “negro”, relacionados com a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Ela se vincula claramente, de fato, à defesa e à perpetuação indefinida do **status quo** racial, através de efeitos que promovem a preservação indireta das disparidades sociais, que condicionam a subalternização permanente do negro e do mulato (8). As vítimas do preconceito e da discriminação são encaradas e tratadas com relativo decôro e civilidade, como pessoas; contudo, como se fôsem pessoas pela metade. Os seus interesses materiais ou morais não entram em linha de conta. O que importa, imediata e realmente, é a “paz social”, com tudo o que ela representa como fator de estabilidade dos padrões vigentes de dominação racial.

Esse complexo contexto histórico-social faz com que o “preconceito de côr” apareça na consciência social do “branco”, tanto sob os aspectos etológicos, quanto sob os aspectos eidológicos, como se cons-

(7) — Sobre este aspecto, cf. o prefácio do autor em F. Henrique Cardoso e O. Ianni, *Côr e Mobilidade Social em Florianópolis* (op. cit., pp. XI-XXIII).

(8) — Tomamos o conceito de subalternização da análise de L. A. Costa Pinto (cf. *O Negro no Rio de Janeiro*, op. cit., passim).

tituisse uma **necessidade maldita**. O negro prolonga, assim, o destino do escravo, pois a escravidão suscitou a mesma sorte de reações estandardizadas. Temos de chamar a atenção para êsse fato, porque êle é fundamental. Os que apreciam as relações raciais na superfície e não se preocupam nem com o padrão histórico-cultural de acomodação social que elas envolvam, nem com as implicações dêste em termos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, bem como do modelo correspondente de dominação racial, não atinam com a existência, as ramificações profundas e as influências persistentes do fenômeno. Nas entrevistas e nas situações experimentais que elas provocam, na interação do pesquisador com os sujeitos da investigação, a negação obstinada e escandalizada consistia quase um procedimento sistemático. Ninguém quer aceitar a pecha de ter “preconceito de côr”. Só os que caem na categoria de personalidades intolerantes e os que são, tipicamente, neutros ao “preconceito de côr” admitem, francamente, a sua existência e a sua legitimidade ou ilegitimidade. A realidade é descoberta aos poucos, pela acumulação de contradições que não afetam o equilíbrio nem as orientações de comportamento das pessoas. Perguntas como — levaria um “prêto” à sua casa; aceitaria um “prêto” como chefe; deixaria sua filha (ou irmã) casar-se com um “prêto”, etc. — conduzem à explicitação das inconsistências, em regra percebidas rapidamente pelos entrevistados e recebidas com bom humor. “E”. Dêsse lado está certo. Nós temos preconceito mesmo. Mas, o que se vai fazer?” Arranjos dessa ordem traduzem certa organização da personalidade, do comportamento e da concepção do mundo. Não se trata de leviandade nem de irresponsabilidade, mas de um padrão sócio-cultural, que confere aos indivíduos certo relativismo e segurança para suportar conflitos insolúveis entre os padrões ideais da cultura e os procedimentos sancionados convencionalmente pela prática. A negação obstinada e escandalizada representa um mecanismo fácil de defesa, pelo qual se contorna a contingência de reconhecer verdades embaraçosas — seja para a integridade do Nós coletivo; seja para as lealdades das pessoas em face dêste. Ao mesmo tempo, entram em jôgo quatro influências concomitantes, que reforçam êsse tipo de ajustamento. A mais forte e ativa liga-se à herança do nosso mundo senhorial. As tensões provocavam resultados funestos, quer no âmbito da organização ou das relações das famílias, quer no âmbito da distribuição do poder e do exercício da autoridade. A nossa cultura sempre foi pobre de técnicas sociais para manipular as tensões. A via, aparentemente mais eficaz e seguida, sempre foi a de contornar as causas das tensões e de intimidar a “parte fraca” (a mulher, o menor, o escravo, o dependente, o colono, o subordinado,

o empregado, etc.). Essas técnicas impregnaram os procedimentos correntes na discussão e controle das manifestações do “preconceito de côr”. Não só se difundiu a opinião de que este “não existe no Brasil” como ela foi imposta aos divergentes, “brancos” ou “negros”. Os mores cristãos, por sua vez, contribuíram para alimentar essa tendência. A esfera da civilização luso-brasileira que mais sofre, em virtude das inconsistências sócio-culturais assinaladas, é a religiosa. Embora a religião católica não tenha impedido nem a escravidão, nem o “preconceito de côr”, ela difundiu certa repugnância em admitir, francamente, as facetas sombrias do caráter humano e da organização da sociedade. As outras duas influências são secundárias, mas nem por isso irrelevantes. Por influência do catolicismo e, em larga parte, pelo anseio de identificação com a **Civilização** (européia), o “preconceito” e a “discriminação” são tidos como degradantes, como se ornassem com a incivilidade e a barbárie. A República, por seu lado, consolidou um estado de espírito — que vinha de longe — de valorização da pessoa e de seus atributos. Mas, de tal modo que, por assim dizer, generalizou “o direito de ser gente”, materializando na condição de cidadão os direitos universais do Homem. Por curioso que pareça, essa influência reforçou os influxos do catolicismo, sublinhando o teor do “preconceito de côr” como fonte de desrespeito à pessoa e de envilecimento dos próprios agentes. No conjunto, portanto, essas influências são convergentes, excluindo o “preconceito de côr” do rol das coisas abertamente desejáveis, respeitáveis e dignificantes. Elas não tiveram força suficiente para modificar o caráter dos homens e a organização da sociedade — nem no passado, nem no presente. Por isso, não puderam alterar a situação de contacto racial. Antes, aderiram às suas exigências imperativas, como uma fonte inesgotável de artifícios e de racionalizações, graças aos quais a realidade parece menos feia e o abominável, mais ou menos sofrível. Não obstante, além da preocupação de “dourar a pílula”, fortaleceram a propensão a amenizar o modo de dosá-la. A fórmula seria: “Bem, o preto não é igual à gente. Mas, ele também tem sentimentos humanos e precisa ser respeitado” (9).

À luz de tais contornos, o “preconceito de côr” não só se atualiza discreta e brandamente, como se fôsse “outra coisa”. Mas, ainda, assume expressões que iludem os seus agentes ou as suas vítimas e, o que é mais importante, não fanatiza ninguém — qualquer um, mesmo entre os que “sentem desprezo” ou “odeiam os pretos”, está potencialmente propenso a desenvolver o jogo da exceção que confirma a regra e a aceitar, em circunstâncias especiais, relações do tipo

(9) — Transcrição literal de afirmação de um jovem de família luso-brasileira tradicional.

formal, confinado e categórico com “pessoas de côr”. Atitudes e comportamentos divergentes podem ser assinalados, com relativa frequência, na fímbria das personalidades intolerantes. Em primeiro lugar, aparecem os “brancos” que foram deformados pelo exercício do mandonismo ao velho estilo. Êsses não respeitam as convenções e geralmente revelam, de modo claro e ostensivo, suas atitudes e avaliações raciais. Deve-se notar que, se o paternalismo converteu a tolerância afetada e a bondade simples (nas relações com o “negro”), em uma espécie de símbolo da “posição superior”, o mesmo aconteceu com os rompantes de quem sabe “qual é o seu lugar” e “qual é o lugar dos outros”. Em vista disso, nesse estrato da população encontram-se as pessoas que não temem em exhibir e até em cultivar atitudes “chocantes” e francamente divergentes no trato humano com o “negro”. Talvez por essa razão, êste focaliza as “famílias tradicionais” e os descendentes dos “barões” ou dos “grandes fazendeiros” como se fôsem “os responsáveis pelo preconceito de côr”. Em segundo plano, vêm os componentes das classes médias urbanas, principalmente os de extração luso-brasileira. Êstes conformam-se, predominantemente, às convenções vigentes. Mas, chegam a tais extremos na evitação do “negro”, devido provavelmente ao medo de comprometer seu prestígio social, que acabam caindo na própria armadilha. Convertem o lar numa fortaleza inviolável, tendem a ser racialmente exclusivistas nas relações sociais e, com frequência, externam avaliações penosas (de teor francamente compensatório) sobre o negro e o mulato. Por fim, em terceiro lugar estão os estrangeiros ou descendentes de estrangeiros que compartilham de tradições culturais próprias. Nesse caso, as divergências nas avaliações e comportamentos raciais explicam-se pelo condicionamento cultural. A intolerância chega a ser acentuada, objetivando-se em torno de avaliações e representações raciais variavelmente depreciativas, intransigentes e hostis. Contudo, suas opiniões e atitudes raramente sobem à tona, quase sempre na forma de confiança ou quando as pessoas “explodem”. Prevalece, nesses estratos da população, certo temor de transgredir “os costumes dos brasileiros” e, principalmente, de ofender os próprios “brancos” nativos, destratando ou maltratando “outros brasileiros” (as “pessoas de côr”). A extrema sensibilidade destas pessoas às manifestações do “preconceito de côr” levava-as a perceber o que se passa. Em consequência, a explicação de que o “preconceito de côr” é um produto da imigração e da imitação dos estrangeiros (às vezes indireta, ajunta-se: pretende-se instaurar aqui os modelos norte-americanos de relações raciais), ganha extraordinário vigor. Ela não chega a ser tão freqüente quanto à explicação alternativa, que focaliza, negativamente, a influência dos descen-

dentes das “famílias tradicionais”. Todavia, apresenta maior contundência. Os “negros” que advogam essa opinião, fazem-no com virulência que não transparece em se tratando daqueles últimos. Aparentemente, porém, não são as atitudes e os comportamentos divergentes dos estrangeiros e seus descendentes, no trato convencional do “negro”, que causam semelhante reação. Ao que parece, o que conta são os ressentimentos provocados pelos processos de substituição populacional e pela idéia de que os imigrantes brancos tomaram o lugar da “prata da casa”. A importância heurística dos três focos de divergência, em matéria de avaliações, atitudes e comportamentos raciais, é evidente. A análise sociológica da diferenciação das avaliações, atitudes e comportamentos divergentes em questão patenteia que êles são conformados, contidos e calibrados pela matriz convencional envolvente. Em outras palavras, êles surgem antes como polaridades extremas do “tratamento duro” do negro e do mulato, admitidos pelo padrão assistemático e difuso do preconceito e da discriminação raciais, do que como base potencial para o aparecimento e a elaboração sócio-cultural do padrão sistemático e aberto do preconceito e da discriminação raciais. Isso significa que a tolerância social diante das avaliações, atitudes e comportamentos raciais divergentes não é flexível e ilimitada. Ao contrário, ela desapareceria a partir de um ponto crítico, que ameaçasse a coletividade de formas puras de racismo. Esta conclusão é animadora, na medida em que sugere ser difícil ultrapassar os limites convencionais, impostos pela tradição cultural, no modo de conceber e de tratar o “negro”. Não obstante, ela contém um contrapêso sombrio. Pois constitui a evidência sociológica mais conclusiva de que as manifestações do “preconceito de côr” são reguladas por um padrão histórico-cultural. Para eliminá-las, não bastaria atuar na superfície, policiando o comportamento isolado dos indivíduos. Seria preciso atingir êsse padrão, que nos protege contra as ameaças do racismo, mas também nos afasta da verdadeira trilha da democracia racial.

Além dessas considerações, de caráter geral, conviria tentar estabelecer as relações existentes entre avaliações, atitudes e comportamentos raciais de teor variavelmente preconceituoso e discriminativo, e os tipos de contacto envolvidos pelas situações possíveis de convivência racial. O conhecimento dessas relações possui notória importância. De um lado, porque sugere, de imediato, quais são os limites dentro dos quais avaliações, atitudes e comportamentos dêsse gênero são aprovados ou tolerados socialmente. De outro, porque indica, indiretamente, até que ponto tais avaliações, atitudes e comportamentos são orientados, standardizados e regulados socialmente, ou seja, através de um padrão histórico-cultural comum.

Os dados coligidos evidenciam que existem quatro modalidades típicas de contacto por trás da imensa variedade de relações possíveis entre “negros” e “brancos”. Em primeiro lugar, uma espécie de contacto por agregação. A mera coexistência de categorias raciais distintas cria uma rede de interdependência que converte os componentes dessas categorias em membros do “nosso grupo”. Embora o ponto de referência global venha a ser a **comunidade nacional** — todos aparecem como “brasileiros” — a base das interações é fornecida pelo que se poderia chamar de sociabilidade de massa (10). Por conseguinte, “negros” e “brancos” aparecem como entidades puras, como se o contacto fôsse estritamente categórico e se definisse em termos da identificação dos indivíduos com as categorias raciais pertencentes ao “nosso grupo”. Neste plano, o “preconceito de côr” se exterioriza de maneira impessoal e suave, mas ao mesmo tempo insidiosa e corrosiva. A côr se afirma, em tôda a sua plenitude, como marca social, que liga o negro e o mulato, inelutavelmente, a uma **raça inferior** e a uma **posição social degradante**. O melhor exemplo, a respeito, pode ser extraído de certos ditos, já arrolados acima: “negro não é gente”, “fazer papel de negro”, “prêto bom já nasce morto”, “coisa de negro”, “não passa de negro”, “logo vi que era negro”, “negro quando não suja na entrada, suja na saída”, “se eu gostasse de negro trazia um saco de carvão nas costas”, etc. A êles, poderíamos acrescentar os ditos alternativos, usados pelos próprios “negros” — “branco não presta”, “branco que não tem onde cair morto”, “branco fingido”, “falso que só branco!”, “Se eu gostasse de branco carregava um saco de cal nas costas”, “alma de branco”, “branco pão duro” (ou “unha de fome”), “eu sou negro mas sou meu dono”, etc.; e os ditos ainda mais expressivos, que salientam, aparentemente, atitudes ou avaliações positivas: “coitado, êle não tem culpa de ser negro”, “nem parece negro”, “é prêto só por fora”, “negro quando dá de ser bom, é bom de verdade”, “negro de alma branca”, etc., ou “branco bom”, “êta branco legal”, “nem parece branco”, “branco bão, que nem miolo de pão”, etc. (11). A maior parte dos estereótipos negativos, que estigmatizam o negro e o mulato racial e socialmente, projeta-se em verbalizações dêsse tipo, amplamente difundidas em nossos sistemas projetivos. Por isso, elas não só são inoculadas inadvertidamente, como condicionam a formação de imagens persisitentes (do “branco” sôbre o “negro” e vice-versa) e chegam a converter avaliações etno-

(10) — Para se usar conhecido conceito sociológico, cunhado por G. Gurvitch.

(11) — Arrolamos rica documentação folclórica e fizemos amplo levantamento dos estereótipos raciais vigentes. Infelizmente, não podemos expor a documentação coligida neste trabalho.

cêntricas em sucedâneos de juízos de realidade (12). Portanto, é no plano elementar da situação de contacto, onde a interdependência das categorias raciais parece amorfa, indiferenciada e neutra, que a estereotipação negativa do “negro” lança suas raízes. Assim se explica porque os efeitos sociais da estereotipação escapam à consciência dos agentes; e, o que é mais importante, porque a própria estereotipação é tão tenaz e envolvente. Ela faz parte dos sistemas projetivos, herdados com o patrimônio sócio-cultural luso-brasileiro, e insere-se entre as influências psico e sócio-dinâmicas formativas.

Em segundo lugar, vem o contacto regulado convencionalmente, de acôrdo com as premissas do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. A máscara da civilidade põe uma cunha entre os sentimentos íntimos, as convicções profundas e as conveniências ou o decôro da vida em sociedade. Em consonância com a dualidade ética reinante em sociedades de castas, o “branco” impôs-se — e com isso também impôs ao “negro” — o princípio geral de que cada um deve saber qual é “o seu lugar” e comportar-se de acôrdo com as suas exigências exteriores. O contexto afetivo, lógico e moral dêsse tipo de interação faz com que o paralelismo entre estratificação racial e estratificação social seja encarado como um fato natural, necessário e inevitável. Por isso, apesar de empregar todos os meios disponíveis para fortalecer ou resguardar o padrão de dominação racial que engendra e mantém tal paralelismo, o “branco” cultiva, explicitamente, o preconceito de não ter preconceito (13). Como só é essencial preservar certo padrão de dominação racial, acaba sendo fácil mascarar êste objetivo por trás de propósitos de defesa da ordem social (ou, simplesmente, de defesa da “paz social”). A côr só entra em jôgo, como marca racial, na medida em que ela também funciona como símbolo de estatuto social. Dispomos de duas vias para descobrir essa forma dissimulada de preconceito e de discriminação raciais. De um lado, a que se oferece quando as convenções que regulam a acomodação racial são rompidas, unilateralmente, na polaridade “inferior”. Ou seja, quando o negro ou o mulato se negam “a ser tra-

(12) — A melhor ilustração, a respeito, consiste nas descobertas de Dante Moreira Leite (“Preconceito Racial e Patriotismo em Seis Livros Didáticos Primários Brasileiros”, op. cit.), que evidenciam, como a nossa literatura pedagógica difunde e mantém avaliações etnocêntricas desfavoráveis ao “prêto”. Os autores dos livros didáticos analisados, provavelmente, enfileiram-se entre os adeptos da democracia racial. Contudo, inadvertidamente projetam imagens do “prêto” que produzem o efeito inverso.

(13) — Erige, inclusive, essa modalidade peculiar de preconceito em mores, subtraindo as inconsistências psico-sociais ou sócio-culturais que êle pressupõe à percepção sistemática, ao conhecimento objetivo e à discussão crítica.

tados como prêto” (mesmo nas condições de “pretos de alma branca”). Nesse caso, o “branco” procura, brandamente, “colocar o prêto no seu lugar” (lembramos um exemplo já analisado: pode mandar servir o almôço da visita na cozinha, independentemente de ser mulato, de possuir um curso superior e de ter uma profissão liberal). De outro, a que se descortina quando os “brancos” são forçados a exhibir “o que se passa por dentro”. Um pequeno incidente no tráfego, uma provocação ingênua dos melindres do entrevistado ou uma rixa podem contribuir poderosamente para “soltar a língua”. Enumeremos alguns exemplos mais sugestivos: 1) Por ocasião do levantamento básico, surpreendemos, em um bar da Vila Nova Conceição, um chofer de praça bebendo pinga em companhia de um negro. As aparências eram de camaradagem. Ao instalar-se no carro, foi logo dizendo: “Ês-ses pretos quando a gente dá a mão querem tomar a perna”. “Por que?” “Aquêlê prêto queria que eu lhe emprestasse cem mil réis, até amanhã. Disse que era para êle passar a noite”. “Não lhe deu?”. “Eu não! Êle é muito atrevido”. “Mas, não é seu amigo?” “Não é nada. Eu nem o conheço. Estava tomando um aperitivo e êle pediu para convidá-lo. Eu deixei. Êle pediu logo um copo de três mil réis de caninha”. Então, entrou em outras confidências. Em suma, disse que não gostava de “prêto”, porque os achava confiados, atrevidos e falsos. “Ninguém pode confiar nêles”. Perguntamos se os considerava inferiores aos brancos. “Isso não sei dizer. Meus conhecimentos não dão para isso. Só sei que nunca vejo pretos em lugares importantes. Só ocupam lugares baixos”. Depois, lembrou-se que conhecia um “advogado de côr”, mas acrescentou: “Ê um em mil. Todos os outros são analfabetos. Não sabem nada. Não se pode aproveitar essa gente”. Insistimos nas contradições de seu comportamento. Êle estava em companhia de um “prêto”, tratava-o cordialmente e no entanto, expunha-nos aquelas opiniões. Ao que retrucou: “Eu não gosto dêles. A gente precisa aceitá-los. Senão dizem que a gente é orgulhoso. Mas não gosto dêles. O que se vai fazer? A gente precisa viver de acôrdo com os costumes do país. Aqui, o nosso costume é êsse. Eu não posso destoar dos outros. Acham que a gente deve aceitar os pretos; eu aceito. Mas sei que êles não valem nada”. 2) Numa conversa em grupo, entre pessoas de classe média e de estirpe luso-brasileira antiga: pusemos em causa a opinião de um dos participantes, segundo a qual “o negro é inferior ao branco”. A pessoa em questão, que aceita em sua pequena indústria “empregados de côr”; leva-os para comer em sua casa; joga futebol com êles; e faz camaradagem com os que parecem merecer a sua confiança — não teve dúvidas em afirmar prontamente: “o negro é mesmo inferior ao branco. As pessoas que dizem que não têm preconceito fazem isso por hipocrisia.

Ainda não vi um branco, desde os meus tempos de colégio, que não tivesse preconceito. Mas, escondem isso". Questionado, acrescentou: "Quanto ao tratamento amável concedido ao negro por certas pessoas, principalmente nas camadas ricas, acho que se pode comparar o fato com o tratamento que as mesmas pessoas dispensam aos animaizinhos da casa. Eles tratam os negros como se fôsem um cachorrinho ou um gatinho de estimação. Dão até o nome da família a eles. Por causa disso, é claro que não tratam o negro como um igual. Também, não pensamos em confundir o negro com o branco" [...]. "O negro sabe que é inferior e reconhece que o branco é mais inteligente e deve mandar neles. Por isso, se comporta com o branco com timidez e com respeito, aceitando o seu lugar. Ele nunca poderá alcançar a mesma posição que o branco, por mais que faça". Ao esclarecer suas opiniões, sublinhou, espontaneamente: "o preconceito não existe por causa da côr. Mas por causa da própria circunstância do negro ser inferior ao branco e sempre ter servido aos brancos, como escravo, como criado e como operário. A côr serve para situar as pessoas e como uma espécie de ponto de referência. Ela simplifica as coisas, condensando em tôrno dela as idéias que o branco tem do negro". 3) Um barbeiro, de descendência ítalo-brasileira, relatou-nos uma briga em que se vira envolvido e na qual se machucara (as evidências exteriores levaram-no "a explicar-se" por conta própria). "Eu ia para casa e o Dito (negro que era servente na escola em que ambos trabalhavam) me convidou para tomar um aperitivo. Entramos no **Tabuleiro da Baiana** e pedimos uma pinga cada um. Nisso chegou um amigo do Dito, prêto como ele. Só que era um sujeito alto, parecia um monstro. Tinha uma mão que era isto, sem mentira nenhuma [e indicou por gestos, um tamanho desproporcional]. Ele cumprimentou o Dito e lhe disse: "Como é? !... Você não convida os amigo p'ra um aperitivo? Então, lhe oferecemos uma pinga. Ele aceitou e conversou um pouco com o Benedito. Depois, voltou-se para mim e disse: "Olhe, me dê cinco mil réis. Eu quero cinco mil réis de você". Eu respondi: "Cinco mil réis eu não tenho. Se você quiser beber conosco pode. Mas dinheiro eu não posso dar. Estou com a conta certa". Ele me respondeu: "Eu já disse que quero cinco mil réis de você!". Ele implicou comigo. Queria que eu desse o dinheiro para ele. O Dito interveio. Tentou acalmar o amigo. Ele não atendeu e lhe disse: "Que é isso? Você agora deu prá desprezar sua raça?" Aí eu disse: "eu não dou dinheiro pra ninguém. Se quiser beber, bebe. Se não, dê o fora! Se quiser cinco mil réis vá trabalhar!" O tal homem não me disse nada. Virou-me um forte tapa na nuca, que me fêz bater com o rosto no balcão e cair. Se tivesse um copo, eu morria. O Dito, em vez de segurar o amigo, se afastou. Eu a princípio fiquei tonto. Depois me

recobrei de nôvo. Aí, fiquei como um louco. Não vi mais ninguém. Me joguei de cabeça na barriga dêle. Com a cabeçada, êle foi cair do outro lado do balcão e bateu com a cabeça numa saliência de mármore. Eu fiquei com mêdo dêle, e dei um pontapé bem no meio da perna, pra acertar nos culhões dêle. Era prá matar aquêle filho da puta. Depois dei dois pontapés na cara dêle e me abaixei e ainda dei alguns socos. Me tiraram de cima dêle, se não eu não sei onde ia parar. Êle punha sangue pela bôca, pelos ouvidos e pelo nariz” (14). “Fomos parar na polícia. Mas o delegado me conhecia e me soltou. Eu não ia ficar prêso por causa de um prêto bêbado. Eu tinha machucado êle, mas não o provoquei” [...]. “Depois, o Benedito me criticou, por ter batido no amigo, que estava bêbado. Respondi-lhe: “Você é que fêz um bonito papel. A sua obrigação era ter segurado o seu amigo. Agora você está me criticando porque eu não apanhei. Você está com dor de corno por causa disso. Queria que êle me batesse porque é de sua raça. Pois fique sabendo que pra mim você não existe mais. Não quero saber de mais nada com você. Pra mim, chegou essa!” Movido pelo assunto, teceu vários comentários sôbre os “prêtos”. Asseverou: “não tenho amizade por pretos. Não gosto dessa gente. Falo isso na cara dêles. Mas êles levam em brincadeira”. [...] “Não levo pessoas pretas pra casa. Você acha que vou levar macaco pra minha casa?” Por julgá-los “falsos” e “sem moral”, não os queria como amigos. “Eu tenho ido à Vila Matilde porque minha mulher está doente e está na casa da mãe dela. Tenho observado essa gente lá. Êles são tarados. Não são como os outros. Tanto faz ser casado como solteiro, não tem nenhuma moral. Se tem filhos, não liga para os filhos. Se é casado, é a mesma coisa que não tivesse mulher. Vivem como se fôssem sòzinhos. Não têm noção de responsabilidade e de decência, como os brancos. As mulheres pretas e mulatas vão com quem mostrar dinheiro. Por qualquer dinheiro elas vão com qualquer um. Tanto faz que seja casado ou solteiro. Eu não sei, se é porque são muito quentes. É uma raça muito diferente e parece que as mulheres são mais quentes que as outras. Até as mulheres pretas casadas aceitam aventuras com quem as quiserem. A lavadeira que vai buscar roupa lá em casa não pode me ver. Parece que me quer comer com os olhos. E não se importa que tenha mais gente vendo” (15). Quanto às diferenças raciais, afirmou reiteradamente que “o prêto é tarado”, e que os considerava “inferiores ao branco”: “Não têm inteligência nem ligam para a vida. Eu não sei, mas parece que êles não são humanos. Êles não são como as outras gentes. Quando eu olho para êles tenho a impressão de que ainda são bichos. Só são uns em-

(14) — Esta descrição foi confirmada pelo outro protagonista, o sr. Benedito.

(15) — A lavadeira em questão era mulata clara.

briagões, que querem beber pinga e que envergonham o Brasil com a ignorância que têm”. Pressionado, admitiu que “existem exceções”: “isso não quer dizer que todos os pretos são assim”. Contudo, salientou, “não confio muito. Eles podem ser direitos. Mas quem vai adivinhar?” Até com referência ao futebol fazia restrições ao “prêto”, dizendo que “os clubes em que existem negros são diferentes dos clubes só de brancos”. Em seu entender, “os jogadores pretos são desonestos e atingem propositadamente os adversários, da coxa para baixo”. [...] “Clube bom não tem negro. Os torcedores negros não sabem perder”. [...] “Os clubes pretos quase sempre são fechados pela polícia. Nêles sai sempre briga, pois eles [jogadores] vão para o campo de navalha”. 4) Dois incidentes corriqueiros comprovam a mesma realidade. O pesquisador viajava num auto-lotação, de Santo Amaro para o centro. Ia ao lado do chofer; atrás, estava outro passageiro, mulato. Em Vila Nova Conceição o trânsito estava interrompido, porque dois caminhões, que deveriam seguir em direção contrária, estavam bloqueando a passagem (16). Os motoristas conversavam animadamente, alheios ao congestionamento do tráfego. Por fim, eles resolveram partir. Aí, o chofer do lotação descobriu que o chofer do caminhão, que ia na direção contrária, era mulato. Então, falou em voz alta, sem se importar com o “passageiro de côr”: “Logo vi que era negro! Raça filha da puta!” Outro incidente ocorreu com um chofer de taxi, estando o pesquisador a seu lado. Ele queria ultrapassar uma camioneta, que ia na frente. Mas, o outro não dava passagem, apesar das buzinas. Graças a um farol, conseguiu ultrapassá-lo, contra à mão. Aí, percebeu que o chofer era negro: “Ah! É um prêto. Logo vi!” “Mas, prêto é bom chofer, geralmente, não?” “Sim! Quando bebe! Prêto bêbado é bom chofer”. “Por que diz isso?” “E’ que prêto bom já nasce morto. O senhor já viu prêto que presta? Existem alguns como os brancos. Eu conheci um, lá no ponto. Esse roubava pouco!” 5) Todavia, mesmo em situações que exigem circunspeção, uma quebra do bom tom pode fazer o branco perder as estribeiras. Uma das pesquisadoras registrou um caso desses. Um médico, de renome, dirigia uma divisão de certo instituto oficial. Certa ocasião, organizaram uma festa informal em sua homenagem. A assistente social teve a idéia de encarregar uma escriturária, descrita como mulata clara e a funcionária mais antiga, de fazer a saudação. “Via-se pela fisionomia do dr. M. a sua contrariedade e em meio ao discurso êle interrompeu os elogios da oradora, dizendo secamente: “Isso são coisas da cabeça da dona V.” (a assistente social). A moça ficou com a cara dêste tamanho! No fim da festa, o dr. M.

(16) — Na ocasião da pesquisa, a estrada de Santo Amaro só possuía uma via pavimentada, muito estreita.

disse à dona V.: “Então, foi só essa funcionária que a senhora encontrou para fazer o discurso? Uma mulata?!...” (17). Em resumo, as duas vias permitem levantar um véu que nem é muito denso, nem muito pesado. Há uma “maneira correta” de fazer as coisas, nas relações entre “negros” e “brancos”. Ela é marcadamente convencional. Não afeta os níveis profundos da sociabilidade nem o caráter das pessoas envolvidas. Que o “branco” se apegue a semelhantes convenções, parece fácil de compreender-se. Mesmo depois que o padrão tradicionalista de dominação racial entrou em crise, para êle está em jôgo a hegemonia da “raça” branca. Contudo, grande número de negros e mulatos — muitos parcial ou totalmente desvinculados da concepção tradicionalista do mundo — também prefere êsse modelo de acomodação racial. Escolhemos, para exemplificar, as opiniões de uma jovem mulata, que discernia hàbilmente o “preconceito de côr” de outros mecanismos de avaliação, seleção ou rejeição (18). Ela viveu, antes de vir para São Paulo, em Angra dos Reis e no Rio de Janeiro. Aqui, foi residir em Santo André. Sentiu-se “chocada” com as atitudes dos vizinhos, em sua maioria imigrantes estrangeiros de primeira geração. Percebeu que “êles se retraíam, de maneira que poderia ser até considerada afrontosa, para evitar relações com os pretos. Não querem de jeito nenhum estabelecer convivência com pessoas de côr”. A sua “decepção foi tão grande”, que “ficou com ódio da cidade”, achando que “São Paulo é o pior lugar para os negros” [...]. “No Rio há maior tolerância que aqui. Notei que algumas pessoas não gostam de negros e evitam relações. Mas vi mais contactos e casamentos entre negros e brancos”. Pedimos a um intelectual negro que analisasse essa propensão. De acôrdo com suas conclusões, ao “preconceito do branco” corresponde “um preconceito simétrico do negro”. Portanto, não é só aquêle que pretende “pôr o negro em seu lugar”; êste também procura “colocar-se em seu lugar”. Se tudo se fizer com discreção e respeito aparente, êle não se sente “melindrado” e “ofendido”. Mas, se o “branco não fôr suficientemente educado”, tornando ostensivo o que deveria ser dissimulado, “então êle sê julga ferido em seu pundonor”. Os “brios de gente” e os “direitos de cidadão e de brasileiro” levam-no a ter ódio dos “brancos” que agem dessa forma, e até, a maltratá-los ou a agredi-los. São interessantes suas conclusões. Ponderou que não aprova, pessoalmente, essa tendência. Mas, em sua opinião ela é inevitável. Enquanto o “negro” não melhorar sua situação econômica e sua educação, a “con-

(17) — Omittimos outros casos análogos, por nos parecerem desnecessários.

(18) — Por ocasião das entrevistas, já tinha concluído o ginásio, um curso de datilografia e estava prestes a diplomar-se como contadora, sustentando seus estudos com a renda do próprio trabalho.

sideração fingida”, seria o melhor que êle poderia esperar em sua convivência com os “brancos”. Doutro lado, acentuou que é difícil combater e extirpar essa tendência. Mesmo depois de melhorar sua situação econômica e sua educação, o “negro” vacila antes de tentar um novo estilo de vida e de relações com os “brancos”. Vence as hesitações e afronta o medo de ser repudiado. Nesse momento, descobre que “a côr é uma barreira”. O temor de humilhações e, principalmente, de praticar violências aconselha-o a retrair-se voluntariamente. Em consequência, “não se livra do seu complexo” e, o que é pior, “não reeduca o branco, que continua a ver o negro de um prisma deformado e a vitimá-lo com seus tolos preconceitos”.

Em terceiro lugar, deparamos com o contacto que é tipicamente divergente do padrão tradicionalista de relação racial, seja na polaridade do “branco”, seja na polaridade do “negro”, seja em ambas. Mesmo sob a plena vigência da concepção tradicionalista do mundo, os brancos racialmente intransigentes recusavam-se, obstinadamente, a obedecer os preceitos das convenções que regiam as relações raciais. Já indicamos, de várias maneiras, como essas pessoas “agiam de forma desabrida”, externando seus sentimentos profundos e recusando-se a tratar o negro como se “êle fôsse gente”. Sua regra de ouro consistia no conhecido “lé com lé, cré com cré”. Ora, as nossas investigações mostraram que o número de “brancos”, de estirpe brasileira, que perfilhavam tais orientações era bem maior do que se poderia presumir. Ao que parece, isso se prende às peculiaridades da formação da cidade. Os fazendeiros que aqui se instalavam tinham suas fazendas no Oeste Paulista. Permaneciam pouco tempo à testa delas, gerindo-as de longe e através de um preposto. Simultaneamente, envolviam-se em várias atividades econômicas e políticas, que os distanciavam do mundo da fazenda e do escravo. Em certas épocas, toda a família se deslocava para a casa da fazenda e lá passava uma temporada. Nessas condições, o seu código era mais “burguês” que “aristocrata”. Viam o “negro” friamente, como instrumento de trabalho, e não entretinham refinamentos psicológicos que poderiam exigir complicadas racionalizações compensatórias. Por isso, exteriorizavam claramente atitudes e avaliações sobre o “negro” que se chocavam com os padrões senhoriais de decôro na matéria (19). A contraprova dessa interpretação é fornecida por um estudo de caso de Maria Izaura Pereira de Queiroz (20). Êle evidencia que as famílias

(19) — Isso parece explicar as opiniões correntes nos fins do século XIX e no primeiro quartel do século XX, segundo as quais os brancos das famílias senhoriais de São Paulo abominavam o negro ((Dunshee de Abranches, *O Cativoiro*, op. cit., p. 228) ou sentiam aversão por êle (Alfredo Ellis Jr., *Populações Paulistas*, op. cit., pp. 98-99).

(20) — Elaborado a pedido do prof. Roger Bastide.

brancas importantes, cuja organização se aproximasse mais do padrão tradicionalista, desenvolviam maior tolerância e compreensão diante dos dramas humanos do “negro”. Nessas famílias, só um ou outro ranzinza, obnubilado com a “pureza de sangue” ou premido por um casamento indesejável, insurgia-se contra o costume de “dourar as pílulas” nas questões pertinentes ao “negro”. Pelo que se pode julgar, tais famílias é que se situavam, integralmente, na “tradição brasileira” (naturalmente, como ela se manifestava nas camadas senhoriais). Quer a explicação aventada seja verdadeira, ou não, três coisas podem ser estabelecidas, através das evidências conhecidas: 1.º) além dos casos esporádicos de personalidades racialmente intolerantes, certas condições concorriam para que os **rompantes de franqueza** dos “paulistas de quatro costados” não poupassem os tabus vigentes nas relações raciais; 2.º) semelhantes tendências eram francamente divergentes, o que significa que singularizavam as atitudes, as avaliações e os comportamentos “raciais” de uma minoria; 3.º) embora seja impossível determinar, mesmo conjectural e grosseiramente, a expressão quantitativa desta minoria, as nossas experiências e os resultados de sondagens que efetuamos comprovam que ela abrangia um número apreciável de pessoas. A importância sociológica dessas ilações é clara. Elas indicam que o “código racial” tradicionalista também prevaleceu integralmente em São Paulo (o que já comprovamos, por outras vias, na primeira parte deste trabalho); e, o que é mais significativo, que certas modalidades divergentes de manifestação da intolerância racial são anteriores e independentes do fluxo imigratório (21). Não obstante, a imigração exerceu influências específicas e concomitantes no mesmo sentido (22). Não só os imigrantes eram portadores de tradições culturais próprias, que não resolviam de modo brasileiro os problemas provocados pela “mistura com os pretos”. Ao se abrasileirarem e ao absorverem os “costumes do país”, êles reinterpretaram a tradição cultural brasileira. No que concerne ao “negro”, o aspecto verdadeiramente crucial está aqui. Os resultados de nossas investigações (tanto da observação de situa-

(21) — Esta afirmação não pressupõe a idéia de que tal coisa não ocorresse, nos círculos sociais considerados, fora de São Paulo. Acima, já apontamos como o mandonismo podia condicionar a formação de personalidades autoritárias e divergentes, mesmo em questões raciais. O que pretendíamos sugerir é que, presumivelmente, o fenômeno apresenta maior intensidade em São Paulo.

(22) — Coube a Sérgio Milliet, na crítica das interpretações sociológicas de Gilberto Freyre, evidenciar alguns dos aspectos mais notórios das peculiaridades histórico-culturais do Brasil meridional e em que medida elas se prendem aos processos de transplantação dos imigrantes e de suas culturas (cf. “A Fórmula de Martius”, in *Roteiro do Café*, op. cit., pp. 145-160).

ções concretas de convivência racial, quanto das entrevistas) patenteram que os italianos, os alemães, os austríacos, os espanhóis, os sírios e libaneses, os japoneses, etc., praticamente redefiniram as convenções que regulavam as acomodações raciais. Eles jamais conseguiram compreender o jôgo dúplice de uma aceitação que era, ao mesmo tempo, uma rejeição, ou de uma cordialidade que era mais aparente que substancial. Em consequência, na imitação do branco de estirpe brasileira, cometeram lapsos que comprometiam o padrão tradicionalista de relação racial. Tomavam as formas pelos conteúdos, subvertendo por completo as bases da convivência racial. Assim, acabavam atribuindo ao “negro” uma consideração que estava longe de ser protocolar e convencional, perdendo o contrôlo da interação e, principalmente, a possibilidade de combinar a preservação da distância social a um respeito mútuo decoroso. Por conseguinte, caíam em armadilhas ingênuas. Aceitavam a amizade de vizinhos ou colegas de côr, vendo-se, depois, em palpos de aranha com as “liberdades” e os “atrevimentos”, que resultavam de uma camaradagem mal concebida e engendrada, à luz da “tradição brasileira”. Portanto, para “colocar o negro em seu lugar”, viam-se na contingência de romper as relações ou de evitá-los de maneira ultrajante. Como descobriu uma das pesquisadoras, forjaram um mundo no qual “não havia lugar para o negro”. Ao mesmo tempo, dadas as suas condições de vida, estavam expostos a uma contaminação que não afetava os “brancos das camadas dominantes”. Estes podiam entreter relações com negros e mulatos sem prejudicar o seu prestígio social. Às vèzes, elas serviam, mesmo, como um meio de exibição e de incremento do prestígio social. Ora, as polaridades que associavam a côr a uma posição social dependente ou degradante suscitavam entre os imigrantes e seus descendentes, precoce ou tardiamente (23), o temor de serem socialmente confundidos com “aquela espécie de gente”. À inexperiência no trato com o “negro” somava-se, pois, uma influência convergente e deterioradora, que fortalecia, sèriamente, a propensão para moderar ou suprimir o convívio social com os “pretos”. As arestas perigosas do padrão tradicionalista de relação racial ganhavam, dêsse modo, outra contundência. Em particular, a esteriotipação negativa, absorvida da tradição cultural ambiente, convertia-se num fator incontrolável e funesto. Ela iria refletir-se em atitudes manifestas e em comportamentos reais numa escala e segundo um estilo verdadeiramente chocantes para a “tradição brasileira”. A êsse quadro, devemos acrescentar outros dois elementos: a formação de classes médias

(23) — Ou seja, desde a instalação na cidade, quando viviam com os “negros” nos cortiços; ou a partir do momento em que começavam a “ficar ricos” e mudavam de residência, de padrão de vida e de posição social.

e os efeitos reativos do comportamento do “negro que sobe”. Independentemente de sua composição racial, étnica ou nacional, as classes médias em formação também são fortemente sensíveis às ameaças potenciais ou reais ao seu prestígio social. O contacto freqüente e íntimo com o “negro” é visto não só como algo embaraçoso e indesejável, mas como um risco. Não se proscvem nem a “empregada de côr” nem as relações de teor esporádico, informal ou categórico, notório. O que se teme, acentuadamente, é a intimidade com o colega, o amigo ou o vizinho “de côr” e, em especial, que “êles apareçam em casa”. Mas, a própria visibilidade superficial e ocasional de tais relações aparece como “embaraçosa”. Eis um depoimento característico. Uma química, de meia idade, que trabalhava como pesquisadora em um instituto oficial, mencionou espontaneamente à entrevistadora: “Quando eu encontro na rua um prêto ou mulato conhecido, porque eu tenho vários conhecidos de côr, e começam a conversar, eu fico preocupada, com receio que passe uma pessoa conhecida. Eu me sentiria mal, se fôsse vista na rua, ou à porta de um cinema, conversando com pessoa de côr”. A solução mais simples e generalizada consiste em “atalhar o mal pela raiz”, com a evitação, ostensiva e acintosa, se fôr necessário, de relações que se “prestem a confusões” com “pessoas de côr”. Aos poucos, quase insensivelmente, a evitação deixa de ser cuidadosa e dissimulada, assumindo a expressão de um procedimento calculado e sistemático. O “negro que sobe” por sua vez, converte-se numa fonte de problemas. Ele quer ser aceito pelo “branco” de nível social equivalente e exige o mesmo tratamento que aquele dispensa aos outros colegas ou amigos. Eis um exemplo, extraído da entrevista de uma jovem jornalista e funcionária pública (24): “Na repartição havia um colega prêto, instruído, culto, educado, de boas maneiras, com certa posição funcional. Saía conosco, ia a bailes do clube profissional e tirava as moças brancas. Tínhamos de aguentar ali, firmes! Muitas vêzes, eu e êle saímos juntos e fazíamos um trecho do meu percurso a pé. Eu ia conversando, aguentando firme. Mas, por dentro, imaginando: quem nos vê não irá pensar que somos colegas de serviço. Certa vez, um grupo da repartição foi a Pôrto Alegre, onde fomos a algumas boates. Êle achava-se no direito de nos tirar para dançar, e não podíamos recusar e depois ir dançar com outros. Agora, você imagine que situação!” O “branco”, principalmente dos segmentos mais altos da “classe baixa” e da “classe média” para cima, fica perplexo nessas situações. As ambiguidades entre côr e posição social subalterna desaparecem. Ou aceita e trata o “negro” como um igual ou não pode ter relações com êle. Ainda aqui, a evitação deliberada e sistemática impõe-se como a solução mais simples.

(24) — Esta entrevista foi realizada em meados de fevereiro de 1956.

Eis aí como se está formando, sob o pano de fundo da crise do padrão tradicionalista de relações raciais, um contexto afetivo, lógico e moral que confere aos “brancos” “o direito de ter preconceito” e de manifestá-lo públicamente. As atitudes de intolerância projetam-se nesse contexto, reelaborando e fortalecendo velhas avaliações etnocêntricas. Alguns exemplos permitirão acompanhar tais desdobramentos, nos diferentes níveis mencionados. Em documento, redigido para a nossa pesquisa, por um paulista pertencente a uma das mais ilustres “famílias de quatrocentos anos” da cidade, deparamos com a seguinte opinião: “Colocando de lado todo sentimentalismo de simpatia e piedade que o negro sempre despertou, no nosso país, veremos que a essa raça se conferiram sentimentos que ela nunca possuiu. É importante no entanto não confundir o valor cultural de uma raça com virtudes de determinadas pessoas. A história indica, em vários países, pretos que exerceram em variadas épocas, com pleno sucesso, as mais diferentes atividades profissionais, tais como a de jornalista, advogado, engenheiro, médico, etc., mas, por outro lado, a ciência que observa os fatos friamente, livre de qualquer paixão, provou que, até hoje, os negros não puderam se constituir em povos civilizados. Para a ciência essa inferioridade é um fenômeno de ordem perfeitamente natural” [...]. “Donde posso concluir afirmando que alguns negros são capazes de exercer qualquer atividade profissional, mas que a maioria da raça é, como mostram os fatos cotidianos, totalmente incapaz”. Em uma conversa, de que participavam várias pessoas, outro paulista, descendente de estirpe ilustre, explicava “o progresso da Argentina” pela baixa proporção de negros e mulatos na população. Terminou, afirmando: “É uma sorte para eles não terem muitos pretos lá. Isso é uma porcaria, que não presta para nada!” Quanto aos imigrantes ou seus descendentes, selecionamos duas ilustrações. Uma, colhida ao acaso. O pesquisador viajava em um ônibus, ao lado de um senhor que, depois, soube ser filho de italianos. O veículo ia pela Av. 9 de Julho, do centro para os bairros. Na altura do tunel, um caminhão, carregado de sacos de cal, ultrapassou-o. Sentados sobre os sacos iam dois negros e um mulato, sendo que um deles lançava punhados de cal para o ar, gritando: “Pó de arroz! Pó de arroz!” O pó, espalhado pelo vento, atingia os passageiros do ônibus, que ficaram revoltados. O mencionado desconhecido não se conteve, dizendo ao pesquisador: “Olhe a côr! Deus me livre, não é à-toa que eu não gosto dessa gente. O senhor já viu branco fazer isso?” Em seguida, teceu vários comentários sobre “a mistura existente no Brasil”. Em seu entender, “em nenhum outro país o negro é aceito como aqui. Isso se explica. É que há muita mistura entre nós. Não

existem brasileiros. São todos filhos de italianos, de alemães, de japoneses, de suíços, etc. Cada um acha que a terra do pai é melhor e vive com êsse sentimento. Eu não. Eu gosto desta terra e educo meus filhos para gostar dela" [...]. "No Brasil não pode haver unidade. Porque são muitas gentes, de raças diferentes. Na Europa não é assim. Pelo menos o meu pai diz que os italianos pensam todos de um modo. Não têm essa mistura, como aqui". Insistiu, reiteradamente, em que "os pretos são falsos e não prestam. Em 100 se encontra um que presta. E assim mesmo não se pode confiar nêles" [...]. "É um absurdo que o prêto viva com tanta liberdade entre os brancos". A outra ilustração foi extraída da autobiografia de uma jovem, cujo pai era filho de alemães e cuja mãe pertencia a tradicional família brasileira: "Meu pai que, frente à minha mãe, possui o privilégio de ter sangue ariano, desde pequena me revoltou com suas opiniões: "Negro não presta. O Brasil não vai para a frente por causa dessa negrada. Na Europa, sim, dá gosto de se viver. Lá não se vê nenhum negro nas ruas. Que vergonha, quando um estrangeiro vem pra cá e vê essa pretada e tem até de se sentar ao lado dêles, no bonde!" [...] "Há cêrca de um mês ainda o ouvi dizer: "A turma do futebol hospedou-se no Excelsior. Essa negrada não tem vergonha. Eu, se estivesse hospedado lá, pedia imediatamente a minha conta". Assim pensa meu pai dos negros" (25). Para exemplificar o que ocorre nas classes médias, selecionamos as opiniões de um contador branco, que nos pareceram bem características. Num roda de amigos, discutia-se o "preconceito de côr". Ele discordou dos que sustentavam que "o prêto fôsse culpado pela situação em que vive e pelo preconceito de côr" [...]. "O preconceito de côr foi criado pelo branco. Não foram os negros que criaram o preconceito. Mas um homem não tem culpa por ter sido escravo. Os brancos é que os arrancaram da África e os trouxeram para o Brasil.

(25) — Para que se tenha uma idéia de como estamos diante de atitudes, avaliações e comportamentos que se repetem, vamos reproduzir um trecho da autobiografia de outra informante: "Todavia, observei em camadas cultas, também, grande preconceito em relação ao prêto. Na minha família, onde não há incultos, sendo meu pai advogado, minha mãe normalista e estando todos os meus irmãos estudando, há uma antipatia bárbara pelo prêto". "Meu pai mormente odeia os pretos. Para êle prêto não é gente e acabou-se. Êle é neto de alemão, diz que tem raça pura, que negro é de raça inferior, de raça de escravos. Caço sempre de minha mãe por ela ter traços grossos (sic!) e ser morena, dizendo que ela deve ter negros na família. Ela sempre zanga-se, pois também não tolera negros, ao escutar tal coisa. Meus irmãos, por seu lado, repetem como papagaios o que meus pais dizem. Muitas vêzes eu briguei com êles, pedindo que me dessem uma razão decente para tal antipatia. Nunca me deram uma explicação racional, até reconhecem ser irracional o seu pensamento, mas continuam a dizer que não gostam mesmo de negro, que negro não presta, que são canalhas, que são sujos, etc."

Mas um indivíduo não deixa de ser homem por ser escravo. Eu não acho justo que se culpe o prêto por causa disso" [...]. "O problema do negro é de educação. Se os pretos fôsem educados, êles poderiam revelar suas capacidades. Sociològicamente falando (sic!) não há diferenças entre as raças. Todos são iguais. O que o branco pode fazer, o prêto é capaz de fazer!" Premido por perguntas diretas, admitiu francamente: "particularmente, não quero relações com pretos. Não gosto de conviver com êles" [...]. "Em minha família, ninguém gosta de pretos. Mas isso não tem nada que ver com as minhas idéias". Essas ilustrações comportam uma conclusão evidente. Em alguns setores da "população branca", a crise dos padrões tradicionalistas de relações raciais não põe um paradeiro ao "preconceito de côr". Ao contrário, deixa margem a que êle se manifeste de maneira mais vigorosa, ostensiva e contundente.

Em quarto lugar, é preciso considerar-se como a expansão e a diferenciação da ordem social competitiva estão se refletindo na organização das relações raciais. Nos níveis em que ela atingiu seu padrão de integração normal, "negros" e "brancos" defrontam-se como se fôsem potencialmente iguais. Já assinalamos as interferências que solapam, contêm ou neutralizam êsse processo histórico-social. No entanto, onde o "negro" irrompe, de fato, como "competidor do branco", êle dispõe de algumas condições mínimas para participar de forma diferente da distribuição da renda, do prestígio social e do poder. Como apontamos, as proporções em que isso se dá não convertem o "negro" em ameaça coletiva à segurança do "branco". Ao sabor das debilidades que afligem a êste último, suas reações tanto podem ser indiretas e impessoais, quanto individualizadas e diretas. Na primeira categoria, cabem as reações provocadas pelo êxito recente do "negro" em certos ramos ocupacionais como nas profissões artesanais, por exemplo). As opiniões sustentadas por um mestre de pintura, já idoso, possuem caráter típico: "Não se pode confiar nêles [nos pretos]. São muito falsos e perversos. Eu tenho sofrido muito com essa gente. Êles não têm palavra. Só pensam no dinheiro. Querem receber no sábado e ganhar muito. No trabalho, não pensam" [...]. "São maus empregados. Faltam no serviço, não são caprichosos e não possuem consciência dos deveres profissionais. Perceberam muito bem que podem ganhar dinheiro com a pintura, mas não fazem o esforço necessário" [...]. "Os mestres pretos não têm palavra e não fazem serviço que preste. Combinam uma coisa com o freguês e fazem outra. Assim, desmoralizam a profissão. Não entregam o serviço no dia e matam a pintura. Quem trabalha para êles está bem arrumado! Também não cumprem direito os outros compromissos. Quem se fia nêles, está perdido! É preciso brigar mui-

to para obrigá-los a fazer o que devem". A sua indignação concentrava-se no que chamava de "invasão da profissão pelas pessoas de côr". Os que se preocupam com isso recebem a novidade como algo "aborrecido" e desconcertante, como se os "negros" degradassem suas profissões. Na segunda categoria, situam-se os inevitáveis atritos desencadeados pela competição inter-racial. No capítulo anterior já descrevemos um caso típico. Em regra, o "branco" recebe o "colega de côr" como se fôsse um "subalterno" e "dependente". Inculca-se o dever de "protegê-lo" e de "orientá-lo". Quando descobre que "êle pinta" e, mais, que pode ser sobrepujado numa concorrência leal, lança mão de vários subterfúgios para assegurar-se vantagens permanentes. Se êles falham, não tem outro remédio senão "aceitar as coisas como elas são". Sem dúvida, ao "trançar os seus pauzinhos" nem sempre o "branco" pode evitar que o "preconceito de côr" se exteriorize de maneira ostensiva e (algumas vêzes) virulenta. O importante, porém, não está nisso, mas no fato de que, até agora, atritos e fricções dêsse tipo ficam confinados, sem contribuírem, de modo definido, para a diferenciação do "preconceito de côr" em algo socialmente consciente, aprovado e sistemático. Doutro lado, também merece atenção o reverso da medalha. A expansão da ordem social competitiva ainda é insuficiente para eliminar ou neutralizar as interferências irracionais dos fatores raciais em diversas esferas das relações humanas. Bem ponderados os dois aspectos, parece evidente que a ordem social competitiva tende a absorver tanto as manifestações veladas, quanto as manifestações acintosas do "preconceito de côr", no melhor sentido da tradição cultural brasileira, dissociando-as de padrões histórico-sociais típicos de conflito racial.

Essas quatro situações possíveis de contacto racial, que circundam, condicionam e delimitam socialmente a exteriorização do "preconceito de côr", oferecem um bom quadro de referência para a compreensão do contexto afetivo, lógico e moral em que êste se manifesta. Enquanto a concepção tradicionalista do mundo teve plena vigência, as duas situações de contacto, mencionadas em primeiro lugar, faziam com que as relações raciais fôsem estritamente reguladas pelos costumes. Daí decorria: 1.º) o horizonte cultural dos agentes e das vítimas do "preconceito de côr" era parcial ou totalmente bloqueado à percepção e à consciência da realidade racial circundante; 2.º) as atitudes e comportamentos raciais divergentes, que podiam ser tolerados, eram entendidos como peculiaridades pessoais — segundo fórmulas variáveis: entre os "brancos", "sabe como é, fulano sempre foi assim, franco de mais", "êle age assim, mas no fundo é muito bom", "êle nunca soube o que é ter pena dos outros", etc.; entre os "negros", "aquêlo cara é duro de roer", "o orgulho chegou ali,

parou!”, “êlé pensa que o negro nasceu pra canga”, etc. — como se não se enquadrassem no padrão dominante de tratamento do negro e do mulato, do qual constituíam uma diferenciação de teor explícito e radical. Sem que isso envolvesse qualquer espécie de tortuosidade, estabeleciam-se, espontâneamente: a) uma predisposição geral desfavorável à análise e a discussão das questões relacionadas com a “côr” e com a “situação do negro”, o que convertia o “preconceito de côr” numa espécie de área proibida e de tabu; b) a tendência a identificá-lo através de manifestações atípicas à sociedade brasileira (especialmente, através de experiências dos “grupos dos outros”, como os Estados Unidos, nos quais o preconceito e a discriminação raciais assumem, normalmente, caráter aberto e sistemático), o que facultava negar a sua existência “entre nós”; c) a propensão a diluir os elementos centrais nas manifestações do “preconceito de côr” entre as questões que seriam “matéria íntima”, de “consciência” ou “puramente pessoal”, dando-se uma cobertura intocável aos aspectos por assim dizer ferrenhos e residuais às atitudes e aos comportamentos preconceituosos ou discriminativos (o que permitia, naturalmente, um desdobramento dos planos de tratamento e de consideração do “negro”: o decôro exterior combinado à sua exclusão parcial ou total dos círculos permanentes de convivência do “branco”). Ao entrar em crise a concepção tradicionalista do mundo, duas liberdades fundamentais tornaram-se possíveis. Uma, de divergir, sem outros cuidados, das atitudes e comportamentos raciais estereotipados convencionalmente. Outra, de criticar a “hipocrisia” inerente a tais atitudes e comportamentos. Aí, é preciso distinguir, historicamente, as duas orientações que separam, nitidamente, a objetivação das opiniões dos “negros” da objetivação das opiniões dos “brancos”. A nossa análise demonstrou, particularmente ao longo do capítulo quatro, que o “negro” foi pioneiro nesse processo de reelaboração de uma ideologia racial. Ele atacou, certamente e de forma radical, tanto o padrão assimétrico de relação racial, quanto os seus dividendos, expressos nas avaliações etnocêntricas e nas atitudes discriminativas, correlacionadas em torno do “preconceito de côr”. No entanto, a sociedade inclusiva ficou surda e muda a qualquer tentativa de diálogo, o que circunscreveu todo o processo aos círculos mais ou menos conscientes e inquietos da “população de côr”. O mesmo não sucedeu com o lento desabrochar de novas atitudes e avaliações raciais no seio da “população branca”. À medida em que a crise da concepção tradicionalista do mundo se acentuava e em que a ordem social competitiva se consolidava, as duas últimas situações de contacto se configuravam histórico-socialmente e passavam a orientar as percepções e as explicações do “branco” sôbre a realidade racial am-

biente. Por estranho que pareça, foram os que tendiam para a explicitação e o endurecimento do “preconceito de côr” que avançaram mais na crítica destrutiva do “preconceito de côr” ao velho estilo — difuso, encoberto e assistemático. O que importa é que, entre os efeitos circulares acumulativos dessa nova percepção e explicação da realidade racial ambiente, nota-se: 1.º) uma desorientação crescente dos que se protegiam sob o escudo dos costumes, negavam a existência do “preconceito de côr” mas aplicavam ao “negro” uma fórmula de congelamento; 2.º) uma convergência bem definida entre o diagnóstico da situação racial reinante, feito desde a década de 20 pelos “negros”, e as verberações à dissimulação, realizadas com intensidade cada vez maior pelos próprios “brancos” que preferem livrar-se de constrangimentos exteriores à manifestação ostensiva do “preconceito de côr”. Doutro lado, os “brancos” que aderiram de forma íntegra e racional aos requisitos materiais e morais da ordem social competitiva tendem a apegar-se a atitudes, avaliações e comportamentos que expõem o padrão tradicionalista de “preconceito de côr” à dura prova. Alguns ainda fazem distinções, como se estivessem divididos entre o passado e o presente. É o caso, muito freqüente, dos que admitem igualdade racial perfeita nas esferas econômicas, educacional e política, mas acham que as relações de amizade e o convívio íntimo (nos bares, nos clubes ou no lar) devem ser regulados pelos sentimentos de atração ou repulsão raciais profundos. Outros, porém, vencem lentamente as barreiras anteriores, primeiro com “vergonha” e indecisão, em seguida de modo resolutivo, propagando opiniões que defendem a integração completa, sem restrições ou reservas, do negro e do mulato a tôdas as situações de vida do “branco”. No conjunto, resulta outro tipo de convergência, agora não só com os objetivos ideais dos movimentos reivindicatórios do “negro”, mas também com os seus propósitos de classificação e de ascensão sociais. Os “brancos” que caem nesta categoria percebem e explicam, parcial ou totalmente, com grande objetividade e isenção, a realidade racial existente em São Paulo. Ao mesmo tempo, impugnam tanto as manifestações veladas, quanto as manifestações acintosas do “preconceito de côr”, retomando a problemática integracionista dos movimentos reivindicatórios do negro e do mulato, embora o façam com relativa vacilação e sem empenho consciente, ardoroso e denodado. Como é muito grande a labilidade da situação de contacto global, a sua influência construtiva poderá aumentar continuamente, se a ordem social competitiva continuar a expandir-se sem a interferência de conflitos raciais.

Esse complexo e heterogêneo quadro de referência tem uma importância heurística especial. Ele nos ensina que estamos diante de

uma realidade multiforme e caótica, na qual se entrecrocavam as contradições de atitudes, avaliações e comportamentos raciais variavelmente típicos do passado, do período de transição ou das exigências do presente e do futuro. Se tomássemos, isoladamente, as manifestações discretas do “preconceito de côr”, que se atualizam aos nossos olhos, tanto poderíamos caracterizar o padrão histórico-cultural que está em crise, como poderíamos evidenciar que existem analogias impressionantes com outras sociedades, nas quais se praticam o preconceito e a discriminação raciais de maneira deliberada, ostensiva e sistemática, quanto poderíamos descrever, por fim, um estado de tolerância mais ou menos completa, inerente à convivência racial igualitária. A expressão numérica dessas tendências nunca foi determinada. Através de um grupo de entrevistas em que a polarização das atitudes dos “brancos” parecia inconfundível e homogênea (e, portanto, em número bem reduzido), chegamos a estimativas que permitem estabelecer as seguintes proporções: 60%, para o primeiro grupo; 25%, para o segundo; e 15%, para o último (26). Isso sugere que o *eidos*, o *logos* e o *ethos* da percepção e da explicação da realidade racial ambiente, no que diz respeito ao “branco”, ainda se definem através de influências diretas ou indiretas do horizonte cultural tradicionalista. E, o que é deveras mais significativo, que nessa esfera de nossa vida social, onde as coisas não parecem confusas e contraditórias aos agentes, elas se impõem como alternativas. Na medida em que a pressão exterior para compelir a determinadas escolhas é nula (ou quase nula), tais alternativas não são nem imperiosas nem urgentes. Mas, elas existem, confundem os indivíduos e, principalmente, colocam-nos diante de um emaranhado de percepções, de explicações e de racionalizações mutuamente exclusivas e em conflito insolúvel (27).

Estabelecidas essas proposições enquadrativas, que situam as totalidades que dão sentido à nossa interpretação da presente conjuntura, devemos passar à análise das bases afetivas, lógicas e éticas do “preconceito de côr”, como êle se manifesta em São Paulo. Limitando-nos ao essencial, vamos tratar, apenas, de três aspectos: a consciência alcançada socialmente sobre as manifestações do “preconceito de côr” pelo “negro” e pelo “branco”; as explicações que ambos fornecem a tais manifestações; os componentes éticos do comporta-

(26) — Essas porcentagens seriam bem diferentes se considerássemos atitudes, avaliações e comportamentos em bloco, independentemente de sua integração homogênea no nível da organização da personalidade. Nesse caso, seria bom ver as indicações de conjunto, fornecidas por R. Bastide e P. Van den Bergue, “Estereótipos, Normas e Comportamento Inter-racial em São Paulo” (em R. Bastide e F. Fernandes, *Brancos e Negros em São Paulo*, loc. cit.).

(27) — Por hipótese, podemos admitir que a solução de tal conflito resultará da própria evolução e da integração normal da ordem social competitiva.

mento estandarizado do “branco” e do “negro” nas situações sociais em que o “preconceito de côr” se manifesta.

Quanto ao primeiro tópico, é notória a diferença entre o “negro” e o “branco” com referência à capacidade de tomar consciência do “preconceito de côr”. Essa diferença pode ser estimada, grosseiramente, pelo volume desigual das respostas obtidas em cada estoque “racial” através de documentos pessoais. O material levantado entre os “brancos” — sem que houvesse qualquer intenção deliberada nesse sentido (28) — corresponde a pouco menos de 1/4 de todo o material coligido. É curioso que essa desproporção quase se repete no número de temas ou de itens focalizados espontaneamente pelos entrevistados, pois os “brancos” entram, apenas, com precisamente 1/4 dos dados expurgados. Em termos qualitativos a diferença é ainda mais flagrante. O “branco” não discerne claramente as diferentes manifestações do “preconceito de côr” e comete lapsos insanáveis no reconhecimento dos efeitos psico-sociais ou sócio-econômicos que elas desencadeiam. Entre os próprios “brancos” e “negros” circulam explanações que pretendem explicar essas diferenças de percepção e de consciência da realidade racial ambiente. Tudo resultaria de uma espécie de “preconceito do negro”, antes vitimado por suas “manias de perseguição” e por suas fantasias compensatórias ou auto-punitivas, que pelo “preconceito real dos brancos”. Explanações dessa ordem possuem patente teor etnocêntrico; são mais um sintoma da influência bloqueadora da tradição cultural, compartilhada por “negros” e “brancos”, que uma fonte de esclarecimentos positivos sobre a situação existente. Não há dúvida de que o estado emocional do negro e do mulato interfere em sua capacidade perceptiva e cognitiva. Mas, êsse estado nem é uma condição primária da percepção e da consciência da realidade racial nem opera como uma geratriz fatal de êrros e deformações. Em nosso entender, o grau de bloqueamento da capacidade de percepção e de consciência não é o mesmo nas duas categorias “raciais”. Na verdade, o grosso da população total — portanto, de “negros” e de “brancos” — tem o seu horizonte cultural obstruído pelos costumes que regulam, convencionalmente, as relações raciais. Todavia, enquanto o “branco” pode ignorar ou permanecer indiferente às conseqüências negativas diretas e indiretas do “preconceito de côr”, com o “negro” acontece o inverso. Elas forçam-no a romper a obnubilação condicionada pelo horizonte cultural e a fazer indagações que entram em choque

(28) — Entenda-se, portanto, que os “brancos” revelaram uma predisposição bem definida a resistir à discussão do assunto ou, então, que não estão interessados nos problemas criados pelos padrões vigentes de acomodação racial. Infelizmente, é impossível determinar qual destas duas razões seria mais importante ou como elas se combinam na prática.

com as imagens correntes da nossa realidade racial. É preciso atentar para duas coisas. Primeiro, tais indagações respondem a experiências que se repetem continuamente. Segundo, os conhecimentos que elas engendram podem ser testados e selecionados através das mesmas experiências, e incorporados à herança sócio-cultural da “população de côr”. Isso quer dizer, em outras palavras, que existem alternativas configuradas culturalmente, no que respeita à percepção e à consciência da realidade racial; e que essas alternativas são compartilhadas, unilateralmente, pelos negros e mulatos, que alcançam, assim, certas possibilidades de atenuar ou de anular as influências bloqueadoras da tradição cultural. As discrepâncias observáveis no seio da “população de côr” não invalidam essa hipótese geral. Ao contrário, fortalecem-na, pois indicam que ocorrem flutuações intensas no modo pelo qual diferentes estratos da “população de côr” participam, simultaneamente, dos elementos universais da tradição cultural e das alternativas oferecidas por sua própria subcultura.

Nas formas de percepção e de consciência do “preconceito de côr”, desenvolvidas pelo “branco”, existem certos elementos gerais. Entre êsses elementos, o mais importante e decisivo diz respeito às confusões insanáveis, provocadas pelo horizonte cultural tradicionalista. Tais confusões objetivam-se de várias maneiras. Primeiro, numa tendência muito acentuada a ignorar a existência de um “problema negro”. Em documento típico, redigido por uma informante branca de família tradicional, esta afirma categòricamente: “suponho que o negro não tem problema. Êle não se sente mal no meio dos brancos e êstes sentem-se mal no meio de pretos. Os brancos têm o problema da côr (embora se trate da côr dos pretos)”. Em seguida, vem a controvérsia relacionada com a existência ou a inexistência do “preconceito de côr”. Uma das pesquisadoras focalizou uma discussão, entre senhoras pertencentes a famílias tradicionais paulistanas, e conseguiu, assim, um bom exemplo. Uma das senhoras defendeu com convicção a idéia de que “não existe preconceito de côr em São Paulo”, dando como exemplo um médico “prêto”. de Santos, que é casado com mulher branca, de ótima família e possui boa clientela branca. Outra senhora, opôs-se às suas afirmações, dizendo que “o preconceito existe, manifestando-se mais ou menos fortemente, de acôrdo com a situação, as pessoas envolvidas, etc.” Deu dois exemplos, por sua vez: o de um engenheiro, descrito como “negro retinto” que respondeu, por carta, a um anúncio de uma firma da Capital, ajuntando ótimas credenciais, fornecidas pela escola em que se formou. A resposta foi favorável. “Quando se apresentou para tomar posse do emprêgo, disseram-lhe cruamente que não podia tomá-lo por ser prêto, que nem teriam cogitado em aceitá-lo, caso soubessem de

sua côr” (29). O outro exemplo referia-se às experiências de uma delegação de médicos de São Paulo, que foi a um congresso de medicina, realizado na Bahia. Na comitiva que os recebeu estava uma médica negra. Isso causou péssima impressão, pois os componentes da delegação paulista consideravam que estariam sendo “tratados com pouco caso”. Devido ao valor daquela médica, porém acabaram modificando sua atitude. Por fim, tais confusões associam-se a inconsistências características. A pessoa afirma que “não tem preconceito” e que é partidária da democracia racial, mas, ao mesmo tempo, expressa atitudes e avaliações que contradizem semelhantes opiniões. Eis como um estudante universitário, descendente de família tradicional e militante socialista, exprime-se sobre o assunto: “Sou de opinião que afinal numa democracia todos são iguais e a gente deve tratar o negro bem. E’ claro que cada um tem o seu lugar e a gente não vai estar a tôda hora se metendo com êles; mesmo porque não se deve dar muita confiança, pois o prêto sempre desilude a gente um dia; bem diz o ditado que “prêto quando não suja na entrada, suja na saída”. Mas êles têm o direito de progredir na vida se se esforçarem e a gente não pode fazer como nos Estados Unidos onde até lincham o prêto e onde existe tudo separado para pretos e para brancos. Afinal, isso já é desumanidade; de qualquer forma êles não têm culpa de serem pretos. Acho que a gente não deve fazer sentir que há diferenças entre nós e êles”. “Quanto a haver preconceito de côr, entre nós, acho que não há. Não há nenhuma daquelas restrições pesadas que há por exemplo nos Estados Unidos. Ninguém proíbe o prêto de andar por onde quiser, onde estudar e fazer uma boa carreira na vida. Talvez haja algumas pessoas que tenham preconceito, e considerem que o negro devia ser tratado como no tempo da escravidão. Mas, em geral, nas minhas relações mais chegadas, todos reconhecem que afinal a diferença de côr não é razão para a gente fazer restrições aos pretos, pois ninguém escolhe como vai nascer e êles não têm culpa de nascerem pretos”. Outro elemento dotado de certa generalidade consiste em reduzir o “preconceito de côr” a uma peculiaridade individual e, portanto, negligenciável. Em depoimento, feito em público, o informante declarou: “Sou branco e creio que o preconceito de raça existe no Brasil, como existe em tôda parte. Tenho amigos escuros e brancos e sei que o preconceito é uma condição pessoal de cada indivíduo. Há indivíduos que sentem aversão por pessoas, se são negras. E vice-versa. E há indivíduos que procuram estudar cientificamente, para encontrar a possibilidade que os pretos e os brancos possam entender-se mais ou menos”

(29) — Na discussão, também acrescentou que a pessoa em questão suicidou-se, em virtude do desgosto que teve.

(30). Mesmo em auto-análises essa tendência se faz sentir. Uma das entrevistadoras registrou que uma senhora, de família tradicional: "... disse-me que não tem nenhum preconceito de côr; para ela, pretos e brancos são inteiramente iguais. Não acredita que à côr estejam presos atributos morais ou intelectuais. Todavia, sente-se fisicamente repelida pela pele preta; não sabe dizer porque, pois em criança teve ama de côr e lhe queria muito bem. A repugnância é muito forte e ela se envergonha de tal sentimento, de modo que, se entra num bonde, vendo lugar vazio ao lado de prêto ou preta, vai resolutamente sentar ali, para ver se consegue se dominar. Mas até hoje o nojo perdura". Um terceiro elemento, que merece atenção especial por causa de sua generalidade, é a propensão a reduzir o "preconceito de côr" a um "preconceito de classe". A própria lei Afonso Arinos, que incluiu entre "as contravenções penais as práticas resultantes de preconceitos de raça ou de côr", salienta que se tinha em mira a "transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas do país" (31). Ora, as manifestações do "preconceito de côr" constituem uma ameaça "para a paz social futura" — como rezava o projeto de lei — porque não se confinam às "altas esferas sociais". Mesmo no lúcido parecer, elaborado pelo Deputado Plínio Barreto, êsse aspecto foi realçado, como se estivesse em jôgo, apenas, a desigualdade sócio-econômica dos dois estoques "raciais": "Se está franqueado a todos o acesso às funções públicas, nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda é, para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar, na sociedade, a consideração de seus semelhantes" [...]. "Enquanto o branco mantiver a supremacia econômica que lhe veio dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, pela falta de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão. Não haverá leis que os destruam. Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo" (32). Mau grado o que há de verdade nessa descrição verdadeiramente íntegra da situação, pelo que vimos no capítulo anterior não basta reduzir a distância social e econômica entre o "negro" e o "branco" para refundir o padrão das relações raciais. A obstinação em confundir os aspectos visíveis do "preconceito de côr" com algo que às vêzes se subestima como "um simples preconceito de classe" (33), fomenta, pois, um verdadeiro impasse. Existe, ainda, um quar-

(30) — Trecho de depoimento feito em público pelo sr. Hamilton de Oliveira.

(31) — *Diário do Congresso*, Rio de Janeiro, 18-VII-1950 (p. 5513).

(32) — Transcrito por *O Estado de São Paulo*, 8-VIII-1950.

(33) — Está claro que não imputamos esta tendência nem a Afonso Arinos de Melo Franco nem a Plínio Barreto; a exemplificação, no que lhes diz

to elemento de caráter geral, que se evidencia nos casos extremos e dramáticos, em que as ocorrências contradizem, clamorosamente, os dogmas da ideologia racial dominante. Tome-se, como exemplo, os episódios vinculados com a rejeição de Katherine Durham e seus acompanhantes pelo Hotel Esplanada (34). Ao tratar do assunto, o **Correio Paulistano** salientou que é sabido que “em nossa terra não vingava preconceito de côr. Aliás essa é uma verdade sentida e reconhecida por todos os brasileiros e também pelos que visitam nossa terra. **Muito dificilmente se tem conhecimento da atuação de qualquer brasileiro que viesse a criar condições capazes de permitir uma conclusão naquele sentido**” (35). Outro jornal foi mais explícito, como se poderá verificar pelo seguinte excerto: “Parece que afinal o detestável problema, também quer surgir entre nós. Seria um crime que surgisse, e é indispensável por isso mesmo avolumar o protesto que merece. **Certamente é estrangeira a mão que ousou fechar aquela porta**” (36). Semelhante focalização converte o estrangeiro em “bode expiatório”, ao mesmo tempo que projeta a tradição racial brasileira como genuinamente democrática. Os próprios “negros” sucumbiram, em parte, a essa deformação, que difundiu uma imagem superficial e unilateral da realidade, como se as avaliações etnocêntricas e os comportamentos raciais discriminativos lançassem suas raízes na influência exclusiva dos imigrantes e seus descendentes.

Contudo, êsses elementos que restringem e perturbam a percepção e a consciência dos padrões vigentes de acomodação racial são compensados e neutralizados por outras tendências, que instauram uma compreensão alternativa relativamente franca e objetiva. Em regra, o “branco” ganha esta compreensão com limitações insanáveis. Mas, quanto maior venha a ser a variedade e a intensidade dos seus contactos com os “negros”, maior acaba sendo a sua familiaridade com o assunto e, por conseguinte, sua objetividade. A importância dos contactos não deriva, porém, de uma sorte de infecção dos pontos de vista dos “brancos” pelas “queixas dos negros”. É que êles nos obrigam a desdobrar e a medir, através de experiências concretas (que às vêzes se transformam em dramas de consciência), os

respeito, tentava apenas mostrar como a influência da tradição cultural chega a afetar até o comportamento inteligente, crítico e racional com relação a fins.

(34) — A ocorrência se deu em julho de 1950 e provocou um escândalo de grandes proporções. Renato Jardim Moreira fez um estudo de caso a respeito, aproveitando dados extraídos de 55 notícias de diferentes jornais de São Paulo e de outras regiões do país. Usamos só alguns dos resultados desse estudo em manuscrito.

(35) — **Correio Paulistano**, São Paulo, 13-VII-1950. O grifo é nosso.

(36) — O grifo é nosso. Dada a utilização que fazemos desse excerto, julgamos melhor omitir o nome do jornal em questão.

diversos refolhos que disfarçam a duplicidade imperante nas relações raciais. Ao que parece, se o grau de desenvolvimento alcançado pela ordem social competitiva em São Paulo é insuficiente para forjar a elaboração de padrões igualitários de relações raciais, êle já é bastante forte para reduzir e em alguns aspectos eliminar a obnubilação intelectual resultante do acatamento estrito de racionalizações convencionais. Em consequência, a experiência direta, se não muda o comportamento e o caráter das pessoas, altera suas opiniões e leva-as a representar a realidade racial com maior realismo. Além disso, onde as exigências específicas do próprio padrão de equilíbrio da sociedade de classes entra em conflito com os costumes estabelecidos, êstes sofrem ataques frontais. A diretora da Secção de Colocação dos Trabalhadores da Delegacia Regional do Trabalho, por exemplo, levou a público fatos que, no passado, somente os líderes dos movimentos “negros” debatiam francamente: “A nossa Secção não conseguiu, até hoje, colocar sequer um dos trabalhadores de côr que se candidataram a empregos em escritórios. Como consequência, algumas vêzes indivíduos com ótimas qualificações são inaproveitados. É o caso de pessoas que nos procuraram recentemente e que tinham curso científico completo, havendo, outrossim, um contador nas mesmas condições” (37). As entrevistas com chefes de secção de pessoal de algumas grandes organizações privadas revelaram, do mesmo modo, que algumas emprêsas foram forçadas a optar entre a supressão de certas restrições raciais sistemáticas e a insuficiência permanente de mão-de-obra. Embora essas pressões não afetassem por igual tôdas as emprêsas e todos os níveis de emprêgo, elas sugerem quão difícil vem a ser a defesa de certos costumes e dos véus que os encobriam.

Como o “negro” não participa proporcionalmente -de tôdas as situações de classe, configuradas historicamente, sua presença na vida ou na visibilidade do “branco” é extremamente variável. Isso faz com que a capacidade de percepção e de consciência do “problema do negro”, por parte do “branco”, seja amplamente condicionada pelas perspectivas de interação racial, abertas ou reguladas pelas situações de classe. Em dois pontos, apenas, a qualidade da percepção ou das informações adquire importância especial. De um lado, os indivíduos pertencentes às “classes médias” algumas vêzes ocupam posições estratégicas na estrutura de determinadas instituições. Se estas contam com algo como uma “política racial”, formal ou informal, cabe-lhes colocá-la em prática e zelar para que as coisas se passem de

(37) — Entrevista de Anita Pietrangelo Talamo, publicada sob o título “A Discriminação Racial Dificulta a Colocação de Empregados em São Paulo” (A Fôlha da Manhã, São Paulo, 22-V-1959).

acôrdo com as prescrições dela resultantes. Assim se explica porque pessoas com convívio superficial, esporádico ou nulo com o negro e o mulato alcançam conhecimento penetrante de aspectos da realidade que nem êstes últimos surpreendem com certeza. De outro lado, os intelectuais constituem uma categoria à parte. Os resultados das entrevistas demonstraram que, independentemente da situação de classe (38), o intelectual tende para um padrão de objetividade e de franqueza quase similar ao revelado pelo próprio “negro” conscientemente inconformista. Ao que parece, o intelectual toma, com freqüência, uma atitude radicalista, que estimula o equacionamento da “situação do negro” como um **problema moral**. Nesse caso, a qualidade da percepção põe-se em primeiro plano, entrando em jôgo alguma intenção desmascaradora (em regra, voltada contra o próprio “branco”). O seguinte documento, escrito por ilustre jornalista, de estirpe brasileira tradicional, indica a amplitude de visão e a extrema independência que regulam a apreensão da realidade: “sim [existe preconceito de côr em São Paulo], e o aprofundamento da “linha de côr”, à qual o benevolente feudalismo entre os nossos avós foi mais ou menos indiferente, é mesmo um dos traços característicos do desenvolvimento monstruoso (emprego o adjetivo sem conotação moral) de São Paulo (capital e Estado). Por sabidos motivos de ordem econômica e estatística, os restos da população escrava do Brasil tendiam a ser cordialmente reabsorvidos numa sociedade mais ou menos mestiça na qual mesmo os “puros” não deviam mexer muito no problema das próprias origens. O institucionalismo da solução empírica em que muitos observadores estrangeiros e nacionais viram precipitadamente a inauguração de uma “democracia racial”, vai cedendo lugar a um confuso campo de batalha onde opera de modo larvado, é verdade, porém cada vez mais, o preconceito de côr. Algumas razões de ordem geral podem ser sugeridas para explicar a sua sobrevivência, ou melhor, a tendência atual a constituir-se como fato normal e exteriormente à divisão de classes, uma “linha de côr”: 1.º) o conflito de interesses entre o trabalhador nacional, e o imigrante estrangeiro, conflito que, sempre latente, é agora patente nas novas condições de industrialização do país; 2.º) a incapacidade geral do Estado, a resolver certos problemas gerais (educação popular e fixação do homem ao solo); 3.º) a demagogia dos mentores do Estado e dos partidos políticos (por exemplo, a chamada lei Afonso Arinos que, longe de estancar, sanciona o preconceito); 4.º- a própria atividade gregária e associativa dos negros multipli-

(38) — Pois foram entrevistados intelectuais brancos de tôdas as categorias sociais.

cando a possibilidade de surtos ocasionais do preconceito inverso (defesa contra o branco)".

Tentaremos explicitar, por meio de alguns exemplos, como as manifestações do "preconceito de côr" são retidas no campo de percepção e de consciência nos diferentes níveis sociais. Na "classe baixa" nota-se certa flutuação nos conteúdos e formas de percepção que se prendem, provavelmente, a diferenças de socialização. Quanto mais próximo o indivíduo esteja do mundo rústico brasileiro, mais dificuldades encontra em estabelecer distinções essenciais; quanto mais ego-envolvido esteja o indivíduo no mundo urbano, mais claras são suas noções sobre a situação do negro e do mulato. Assim, segundo um pedreiro, recém-vindo do interior, e cujo avô era "prêto", (descrito como "do tipo cabloco moreno-branco"), "no Brasil não há preconceito por causa da côr. As barreiras são por questões de família. As intrigas é que fazem as pessoas brigar. Trazem separação". Não obstante, observou que na Capital, como no interior, "há muitas pessoas que não deixam de jeito nenhum a filha ou a irmã casar-se com prêto. Achrom indecente que uma branca ande na rua com um saco de carvão. Isso não se explica senão pela côr. Não é que achem o prêto inferior ao branco, nem que tenham ódio ao negro. A questão está na diferença da côr". Em seu entender, "os austríacos, os alemães, os polacos, os checoslovacos, etc., não querem saber de pretos. Só aceitam empregados morenos quando não podem arranjar outros" [...]. "Não querem saber de prêto de jeito nenhum. Os italianos também, mas agora menos". Essa mania está terminando, entre eles". Um comerciante, também vindo do interior mas com longa permanência em São Paulo, descendente de italianos e brasileiros, patenteou maior penetração. Segundo suas observações, na firma onde trabalhava "jamais aceitariam um prêto para qualquer serviço. O patrão não só não gosta de pretos, mas tem medo deles". Na cidade onde vivia, faziam uma separação estrita entre "negros" e "brancos" no jardim. Por isso, ficou atento ao que acontecia em São Paulo. que prêto não presta, é desordeiro e não é honesto; [...] "acham que prêto não presta, é desordeiro e não é honesto". "É fácil obter bons empregos em São Paulo, com tanto que não se seja prêto" [...]; "principalmente os estrangeiros, que têm tudo nas mãos deles, não dão lugar nenhum para os pretos. Eles acham que o negro é ladrão, que não merece confiança". Confessou que antes de casar, possuía amigos pretos, embora nenhum fosse "amigo íntimo". Depois de casar-se, não visitou nem foi visitado por esses amigos. "Isso é frequente com todos. Quando somos solteiros, nos reunimos muito, para muitos fins. O casamento e a vida de família corta a vida de solteiro. Se um prêto me visitasse em casa, eu o receberia bem. Mas, não to-

mo a iniciativa de reatar as relações com os ex-amigos pretos”. Quanto ao inter-casamento, adiantou: “Ninguém gosta de casar filhas, irmãs e parentes com pretos. Eu mesmo não acho boa a idéia. Em geral, em São Paulo as pessoas que conheço fazem tudo que podem para impedir isso. Só no interior ocorrem tais casamentos, de medo dos pretos macumbeiros. Aham que é macumba e que é perigoso não deixar casar com o macumbeiro”. A situação reinante nos Estados Unidos atraía sua atenção. Pensava que ela prova que pretos e brancos são iguais e que a separação foi um estímulo para os primeiros. Por sua vez, um carpinteiro, descendente de franceses e brasileiros, que nasceu e se criou na Bela Vista, mostrou amplo conhecimento dos dilemas enfrentados pelo “negro”. “Êles [os pretos] têm razão de ter consciência do preconceito e de reagir contra êle. Não é brincadeira o que acontece”. Exemplificou com a firma na qual trabalhava (um laboratório): “... tinham a mania de não aceitar pretos. Há pouco tempo é que começaram a aceitá-los em trabalhos manuais. Não havia outros”. Também, relatou vários casos de rejeição de candidatos a empregos mais ou menos modestos, por causa da côr. “O preconceito contra o negro é muito forte, embora se pretenda dizer que o brasileiro não tem preconceito. Mesmo entre pessoas pobres êle existe. Mas é muito menor que o revelado pelas pessoas ricas. Os pobres têm menos preconceito por causa da convivência obrigatória com os pretos, no trabalho e como vizinhos”. A convivência seria maior no trabalho, pois muitos evitariam “levar para casa os colegas pretos” [...]. “Os brancos tratam os colegas pretos como se não tivessem preconceito”. Todavia, êste se revelaria, indiretamente, de três maneiras: 1) “nas brincadeiras de mau gosto, a que expõem os colegas pretos, tratando-os pejorativamente e maldosamente. Como se estivessem brincando, mas com a intenção de humilhá-los”; 2) “nas tentativas de evitar o estreitamento das relações com os colegas pretos. Êsses são os que têm maior preconceito. Evitam tôda intimidade, circunscrevendo as relações às exigências do serviço”; 3) “nos comentários. Mesmo os que parecem não ter nenhum preconceito e dão margem a que se pense que a côr não conta para êles, patenteiam o preconceito que têm contra os negros pelos comentários que fazem por detrás. Essa é a regra. Comentam tudo que os colegas pretos fazem, com a intenção desfavorável. Menosprezam o seu caráter e as suas ações. São sempre comentários maldosos e depreciativos”. No conjunto, pois, a experiência concreta não só orienta mas circunscreve a percepção da realidade racial. Dois pontos merecem, não obstante, ser ressaltados nesta exposição. Primeiro, os sujeitos separam o “preconceito de côr” de outras influências. Aliás, a respeito seria inte-

ressante mencionar os resultados da entrevista de um tapeceiro. Ele reconhecia que “a maior parte das pessoas evitam ter relações ou negócios com êles” e sabia que na firma, para a qual trabalhava, “os patrões não gostam de pretos”. No entanto, salientou que os “pretos” perdiam bons empregos não se candidatando às colocações oferecidas por aquela firma. Segundo, é preciso notar que os “brancos” de diferentes grupos nacionais, étnicos ou raciais procedem a retaliações recíprocas. Uns procuram lançar nas costas dos outros a parte por assim dizer mais odiosa ou vexatória. O seguinte trecho da entrevista de um contínuo permite apreciar claramente essa influência: “Minha família tem, e muito, preconceito de côr. Meus pais são portugueses e meus irmãos brasileiros, mas todos têm preconceito” (39). [...] “Moramos no Brás, na parte central do comércio. Não sei se foi por terem sempre morado ali, no meio de italianos, que êles adquiriram êsse preconceito. Talvez tenha havido influência, porque o italiano é o povo com mais preconceito que conheço. Êles não só tem preconceito como não procuram esconder. Por exemplo, no Rio o povo é bom. Trata todo o mundo bem. Não sei se têm preconceito, mas pelo menos não mostram. Tanto tratam bem um branco, como um de côr. Em São Paulo a educação do povo é muito diferente e eu acho que é influência dos italianos. O italiano é um povo que considera todos os outros povos inferiores. Quando tratam bem ou elogiam uma pessoa de outro povo ou côr, é pura hipocrisia e, em geral, é por interêsse. Sentem desprezo não só para com os negros como para tôdas as outras raças e povos. Apresentam nas discussões uma falta total de educação. Exaltam-se e quando discutem sobre qualquer coisa, e principalmente quando querem demonstrar superioridade pessoal, fazem de um modo que a gente chega a ficar com complexo de inferioridade”.

Não dispomos de espaço para mencionar os vários tipos de documentos pessoais, coligidos entre pessoas de “classes médias” (40). Em regra, essas pessoas só deixam de perceber a realidade racial de acôrdo com o prisma moldado pela tradição cultural quando se defrontam com casos sintomáticos. Ou é a dona de casa que precisa dar assistência a uma empregada “preta”, que está com dor de dentes. Vai a vários consultórios, na Vila Mariana, alguns dêles vazios, e não consegue ser atendida; insiste, mas dizem-lhe que é

(39) — O temor que os pais e os irmãos maltratassem ou suscetibilizassem amigos e namoradas de côr (mesmo mulatas claras), fazia com que êle se abstinhasse de levá-los para casa.

(40) — O leitor poderá suplementar o material que iremos expor com as informações arroladas no capítulo anterior, fornecidas por chefes de secção de pessoal, gerentes ou empresários a respeito da rejeição e do peneiramento dos “empregados de côr”.

impossível atender pois não haviam marcado hora. “Eu disse que então marcávamos uma hora. Respondeu que não podia. Estava com tôdas as horas tomadas”. Por fim, a espôsa de um dentista, que estava ausente do consultório, dispõe-se a fazer um curativo e depois arranja com o marido o tratamento da paciente. “Ela foi tratada porque tivemos a sorte de encontrar a mulher do dentista. As mulheres têm melhor coração”. Ou é o funcionário que observa o procedimento do chefe de secção, do gerente ou do patrão, vendo como êles evitam a admissão ou a promoção de “empregados de côr”. Ou é o chefe de secção de pessoal ou o gerente que recebe ordens expressas de “não admitir negros no serviço”, às vêzes “sem nenhuma exceção” ou “com tais e quais exceções”. Em consequência, seus focos de percepção da realidade são muitos estreitos. Mas fornecem-lhes convicções firmes e um conhecimento mais ou menos matizado. O gerente de um banco se espantou que alguém pudesse duvidar da existência do preconceito de côr em São Paulo. Parecia-lhe que êle é forte e evidente. O chefe da divisão de pessoal de uma grande organização industrial, cuja matriz está em São Paulo, adiantou que o preconceito de côr flutuava do norte ao sul do país (de um mínimo para um máximo de intensidade). Segundo suas observações, êle é mais moderado em São Paulo que no extremo sul. Os que não dispõem de um sistema de referência exterior, por vêzes, contam com recursos intelectuais mais refinados. Partem, então, da auto-análise e chegam a conclusões igualmente interessantes. Uma advogada e funcionária pública, de estirpe luso-brasileira, por exemplo, aponta o seu “horror físico à empregada negra” e adianta que o marido compartilha da mesma disposição. “Eu não suporto passar pela rua Direita à noite de sábado ou domingo por causa da quantidade de pessoas de côr. É tudo negro!” [...] “Os pretos e brancos não são iguais. Eu sei, porque estudei sociologia e psicologia, que as diferenças de comportamento provêm muito mais das condições sociais que da côr. Mas são diferentes. Nunca aceitaria namorado e muito menos marido negro”. Outro exemplo nos é fornecido por uma senhora que possuía curso superior e era professôra de línguas: “Veja, você, agora que falamos em preconceito nesse sentido íntimo, eu me recordo. Sôbre aquêle casal que mora em Vila Nova Conceição (médico negro casado com uma alemã)... Uma vez, conversando com uma amiga, ela disse-me — “como essa moça aceitou um marido prêto?! Mesmo que seja educado, fino, enfim com tudo que um homem possa ter para agradar... não sei! Eu acho que não teria coragem de ser mulher... de dormir com um negro!” Eu lembro. Nesse momento também pensei nas intimidades da noite e senti um arrepio passar pelos meus nervos. É engraçado!... A

gente pensa que não têm nenhum preconceito e, num certo ponto, a gente sempre tem!" Até um pequeno incidente pode abrir uma fresta para a apreciação da realidade, como nos sugere um documento, escrito por uma professora licenciada em pedagogia: "Não deve haver preconceito contra o preto. Eu não tenho preconceito senão para casar. Mas é muito difícil uma "isenção" perfeita. Outro dia eu mesma, (reconheço que fiz mal) fiquei com raiva da proprietária e disse — "Está fazendo um papel de negro!" Eu me surpreendi com isso, mas o que eu queria era ofender bastante". A documentação coligida evidencia a ocorrência freqüente de três tipos de viés. Primeiro, a combinação do reconhecimento franco com uma indiferença complacente diante do "problema racial". Assim, um educador revelou que o preconceito de côr é muito forte, não só em São Paulo mas no resto do Brasil. Contudo, êle está condenado ao desaparecimento, graças à diluição progressiva dos "pretos" na população branca. "Essa é a tendência. É claro que demorará séculos. Mas, no futuro, não existirão mais preconceito entre nós" (41). Segundo, embora o estrangeiro também seja muito focalizado, o "paulista antigo" tende a ser o bode expiatório predileto nesses níveis sociais. Assim, uma funcionária pública e estudante de direito declarou à entrevistadora: "Eu acho que o fato de poucos pretos ocuparem cargos superiores é devido ao preconceito dos brancos. Você sabe. Embora não haja nas leis qualquer referência ou impedimento à subida de pretos — e olhe que para um estudo examinei tôda a legislação da República! — os cargos aqui no Brasil são "dados" às pessoas amigas de quem os dava e por isso os pretos foram sempre excluídos na distribuição dos mesmos. Ficavam para os amigos, os afilhados, os filhinhos de papai de quem os dava, e como os mandões eram de família "dos quatrocentos anos" e brancos, só davam para pessoas do seu grupo. E' por isso que as pessoas de côr, mesmo quando têm capacidade, não conseguem subir". Outro documento, de um contador-bancário, ítalo-brasileiro, é ainda mais expressivo: "É claro que existe [preconceito de côr em São Paulo]. Eu já observei que os paulistas é que têm maior preconceito contra êles [os pretos]. Especialmente os antigos. Eu vejo lá no banco e aqui no bairro [Brooklin Paulista]. São êles que falam mal dos pretos e vivem atacando os pretos por causa de qualquer coisa. O preto é ladrão, o preto é malandro, etc. Das outras raças, os italianos são os que têm menos preconceito contra os pretos. No interior, muitas italianas se casam com pretos. Agora os judeus são uma raça filho da puta. Êles não valem

(41) — Note-se que êsse entrevistado deu impressionantes exemplos de manifestação de "preconceito de côr" nas escolas, nas relações dos professores, dos alunos e de ambos entre si.

nada. São os que têm mais preconceito. Mas não é só contra os pretos. É contra todos os brasileiros. Depois dêles vêm essas raças de alemães, de húngaros, de suecos. Agora, os portugueses são os que odeiam mais os pretos. Eu tenho observado. Não sei se você também já observou isso. Porque dizem que os portugueses andam atrás das pretas, eles não gostam disso. De fato, quase todo português tem algum parente preto. É só procurar, a gente acha. Então eles metem o pau no negro. Não gostam de ouvir essas coisas". Terceiro, nos segmentos das classes médias mais afetadas pelos efeitos da modernização e da secularização da cultura, o "preconceito de côr" tende a ser focalizado com severidade inconformista. Uma professora de meia idade forneceu uma resposta característica: "Creio que o preconceito é um sinal de ignorância. A côr não é responsável pelo nível social, pelo comportamento do indivíduo. São as condições sociais que atuam sobre êle, determinando tal posição ou tal comportamento". Nas parcelas das gerações ascendentes, incluídas nessa rede de efeitos, a condenação assume forma veemente. Uma jovem estudante universitária escreveu, em seu documento: "pessoalmente considero o preconceito como uma nódoa imunda, que existe entre nós" [...]. "Acho êsse preconceito uma coisa estúpida, despida de qualquer lógica. Acho uma coisa descabida, mormente entre gente civilizada, que nos gabamos de ser" [...]. "Sabemos que cientificamente nada foi provado quanto à superioridade do branco em relação ao negro, sabemos tudo isso e mais, mas ainda continuamos a olhar o preto como um leproso. Quando é que um verdadeiro 13 de Maio raiará em nossa terra?" Êsse viés exerce limitada influência na situação de contacto, porque são pouco numerosos os círculos das classes médias afetados profundamente pela revolução intelectual provocada graças à modernização e à secularização da cultura. A grande massa, nessas classes sociais, continua a temer as conseqüências degradantes ou desabonadoras das "relações com pretos". Por isso não é de admirar-se que, no seio dela, seja cultivado o ponto de vista inverso, expresso na seguinte resposta de um jornalista e cronista parlamentar ao entrevistador: "Tudo o que eu disser sobre preconceito fica prejudicado, porque eu o tenho. Acho mais: devíamos organizar associações para acabar com os negros. Não sei se a razão desta minha atitude tem origem no fato de que, para ir à estação de rádio, tenho de passar pela rua Direita tôdas as noites e ver aqueles pretos por ali, vagabundos, malandros... Essa presença me faz mal". Os documentos colhidos através dos questionários de observação em massa demonstram, por outro lado, que as pessoas de classe média mais ou menos intelectualizadas alcançam uma inteligência global consistente da situação do negro e do mulato na cidade. Dada a ex-

tensão dêsses documentos, é impossível transcrevê-los, mesmo seletivamente. A título de exemplo, vamos citar, apenas, alguns trechos de um dêles, escrito por uma jovem de estirpe brasileira. “De um modo geral, pode-se dizer que o negro está em contacto permanente com os brancos. Basta que saíamos de casa, (se não temos um empregado prêto) para que entremos em contacto com a gente de côr” [...]. “A relação vulgar, dos bondes ou ônibus, das ruas ou mesmo dos bares, é uma coisa banal, e quase nem nos apercebemos se andamos ao lado de um prêto ou de um branco. Já nas salas de aula e nos locais de trabalho a coisa se complica um pouco. “Não é que eu não concorde em que os pretos trabalhem na firma. O que não admito é que ocupem lugares bons, onde poderia estar um branco”. Esta é a mentalidade da maioria dos funcionários públicos, empregados comerciais e da indústria, em São Paulo. E que mentalidade!” “Uma amiga minha diz que isso “são reminiscências do tempo em que os parentes dessas pessoas tinham escravos. Eles herdaram êsse preconceito racial”. E eu fico pensando que as histórias do Brasil estão muito erradas, pois tôdas dão um número bastante reduzido de famílias que podiam ter escravos” [...]. “Aqui, na Aclimação, é bastante reduzido o número de pretos. Na minha rua existem umas 15 empregadas de côr, distribuídas pelas diversas casas, existe o moço que trabalha no açougue, e que está estudando piano comigo, há o farmacêutico prático, e o servidor de café, no bar. Os cobradores de ônibus, são poucos os de côr. E de um modo geral há um ambiente carregado quando uma pessoa de côr entra no ônibus. Porque a Aclimação é um bairro de grãfinos, e os grãfinos não admitem a igualdade de classes porque lêem revistas americanas, e têm um notável espírito de momice. Então, se o prêto estiver bem vestido, há uma hostilidade latente, um chispar de olhos, que não se sabe bem se é preconceito ou se é inveja”. “As empregadas, geralmente, habitam os porões das casas residenciais, quando os há; ou êsses comuníssimos quartos construídos sôbre as garagens. Poucos os pretos que aparecem na igreja, e não há clubes no bairro. Na Liberdade, meio caminho da cidade, há um “Salão Progressista”, do P.S.P., freqüentado exclusivamente por pretos, e que tem no andar térreo um cabeleireiro alizador. As famílias finas do bairro se recusam a admitir empregadas pretas, o que provoca de um modo geral hostilidade e rancor das mulatinhas e negras da minha rua” [...]. “Com raras exceções, os pretos se comportam da mesma forma que os brancos, relativamente à classe social que ocupam. Exceto uma certa timidez e retraimento, e quase sempre um complexo de inferioridade, trabalham e vivem normalmente, sem procurar se desentender com os brancos” [...]. “Não é que exista nêles, prôpriamente, uma preferência pelos clubes

dos homens de côr. O que acontece é que os clubes de brancos geralmente opõem objeção, e barram mesmo de maneira escandalosa a entrada dos pretos. De maneira que a segregação racial vai se tornando de hora a hora um problema de mais difícil solução e de maiores proporções. Ligue-se a isso o fato de que “bar onde entra prêto é lugar de cafageste”, e teremos porque se estabelece de maneira tão sensível êsse complexo de côr”. “No seu círculo de relações contam com maior número de pretos que de brancos, porque os brancos não querem ter relações com os pretos. Não temos no Brasil o problema racial dos Estados Unidos. Os negros não se tornam uma classe fechada, que se recuse a manter relações com os brancos. Êstes é que têm feito muitas e boas para segregar o negro, que não conseguem, até hoje, conceber como homem livre, como um igual. Se o problema do negro chegar a assumir no Brasil as proporções que adquiriu nos Estados Unidos só haverá um grupo culpado: o dos brancos. O problema se agrava nas cidades” [...]. “Os casos de preconceito de côr surgem diante dos olhos a todo momento. Ora é o cavalheiro ou a senhorita que prefere viajar em pé nos ônibus ou bondes para não se sentar ao lado de pretos. A barragem dos pretos em bailes e festas é também uma coisa freqüente e inegável. O caso do Hotel Excelsior, recusando-se a hospedar a notável bailarina americana Catharina Dunham, revela bem o espírito que vai se desenvolvendo pouco a pouco entre a alta burguesia, que eu considero, como já disse, antes de momismo que de preconceito” [...]. “É comum a existência de fábricas que recusam serviços a moços de côr. E os jornais registram diariamente anúncios de pessoas que procuram empregada branca. Êsses anúncios são geralmente dos bairros finos da cidade (Jardim Paulista, Jardim América, Aclimação, Jardim Europa, Higienópolis). O preconceito aumenta com o dinheiro” (42).

Os componentes da “classe alta” encontram maior dificuldade em tomar consciência da realidade racial. A área de contacto informal e simpático com o “negro” é tão reduzida e tão regulada, que os casos dramáticos ou chocantes raramente se tornam conhecidos. Ainda assim, êles abrem algumas frestas, que permitem ver certos aspectos da situação independentemente dos estereótipos raciais e das avaliações etnocêntricas. Com freqüência, os casos mais debatidos dizem respeito ao inter-casamento. Experiências dolorosas são retidas e amplamente utilizadas como fonte de comprovação de que “o preconceito existe” ou de que êle “é muito forte”, como se pode ver através de exemplos descritos acima (43). Portanto, ao contrário dos mem-

(42) — A autora dêsse documento se refere a diversos casos de discriminação e a outros aspectos das relações entre brancos e negros. O documento possui 10 páginas datilografadas. Os trechos transcritos dão uma idéia geral do modo de focalizar o “problema do negro”.

(43) — Conforme pp. 637-638.

bro da “classe baixa”, que elaboram experiências cotidianas, e das “classes médias”, que lidam com experiências-chaves, os membros das “classes altas” dependem de experiências por assim dizer limites, que põem em cheque as próprias bases morais da concepção tradicionalista do mundo. Um ilustre professor universitário, de família rica e altamente conceituada, *verbi gratia*, disse ao entrevistador: “Sem dúvida existe [preconceito de côr] em São Paulo. Pode ser que em outros estados haja maior harmonia. Em São Paulo, porém, êle existe e é muito forte. Só que se manifesta sem violência. Para conhecer isso não é preciso fazer uma pesquisa. Todos nós o sabemos. Há até muitos casos tristes, nas relações entre brancos e pretos. Embora não seja violento, como nos Estados Unidos, e de ter uma forma especial, que leva à permissão do convívio com o preto, em determinadas esferas, êle aparece quando uma pessoa toca em coisas íntimas. Mesmo na Bahia um homem branco se revoltaria diante da idéia de ceder sua filha em casamento a um preto” (44). A perspectiva social de extensa parcela da “alta sociedade” é claramente dominada pela aceitação do padrão de relação racial tradicionalista como algo socialmente “normal” e “necessário”. Daí decorre, em alguns círculos, não só a reação típica, já discutida acima, de que “há preconceito e está certo”, mas uma tendência insopitável a perverter os dados da experiência concreta. Tal coisa transparece claramente em três níveis distintos. Primeiro, na propensão a inverter as baterias. As “queixas” ou as “insolências” do negro e do mulato são voltadas contra êles próprios, como se o “problema negro” não consistisse na prevenção do branco contra o negro, mas na prevenção do negro contra o branco. Assim, aquêle é que estaria se segregando e criando o “problema negro entre nós”. Segundo, na incapacidade relativa de aceitar com bom humor ou com equidade os efeitos da democratização da riqueza, do prestígio social e do poder, que chegaram a refletir-se no comportamento do “negro”. Tome-se como exemplo a “empregada negra moderna”. Sua maneira de vestir-se, sua independência no falar ou no agir, e, especialmente, sua autonomia em face da família empregadora excitam uma obnubilação quase completa da razão. É como se tudo estivesse apodrecendo e o “negro” fôsse o barômetro da subversão da ordem moral. Terceiro, na incapacidade de receber com sangue frio e com objetividade a reação crítica do “negro” às manifestações reais do “preconceito de côr”. Por ocasião da pesquisa, contamos numa das reuniões com a presença de um intelectual pertencente a uma tradicional famí-

(44) — O entrevistado arrolou dois exemplos, um dêles altamente dramático, de tensões definitivas provocadas pelo inter-casamento racial. Omitimos, no entanto, por nos parecer desnecessário insistir em assunto tão ventilado neste trabalho.

lia de fazendeiros. Êle ouviu atentamente os depoimentos dos colaboradores negros e mulatos; no fim, pediu a palavra para contestar as suas afirmações. No dia em que se realizava outra reunião, êle foi convidado a comparecer. Negou-se terminantemente, dizendo: “Eu não vou lá. Aquêles ligas têm mais preconceito que nós. Êles enchem o saco da gente com as idéias dêles”. Trata-se, na verdade, de uma versão atenuada da antiga intolerância que condenava o “negro”, no passado, ao sofrimento mudo e passivo. Ainda assim, ela é sintomática, pois evidencia que se opõe uma resistência concentrada aos fatos ou ocorrências que poderiam abalar formas de compreensão mistificadas da realidade racial brasileira. Doutro lado, deve-se levar em conta influências de sentido contrário, que contribuem para desarmar os espíritos. Primeiro, a liberalização crescente das esferas de autonomia do indivíduo torna impraticável manter certos controles exteriores. Isso redundaria, na esfera da acomodação racial, num abrandamento indireto das relações entre “negro” e “branco”. Assim, seria impraticável impedir, atualmente, o casamento da filha ou da irmã com um “negro”. Podemos focalizar essa possibilidade através dos resultados da entrevista com um médico. Êle indicou que “a sociedade os vê [aos pretos] como elementos pouco dignos de pertencerem a ela”. Mas, acrescentou: “não me sentiria com força moral para intervir no casamento de uma irmã ou filha [com um preto], se se dispuserem a enfrentar a reação da sociedade. Isso é lá com elas”. Por aí se vê que a tolerância que se está configurando não elimina as compulsões proibitivas, mas as transfere da sociedade para o indivíduo (o controle social deixa de ser exterior, para tornar-se subjetivo). Ao mesmo tempo, constata-se que ela prescinde (ou é alheia) a qualquer reciprocidade de perspectivas, nas relações do “branco” com o “negro”, compadecendo-se antes com a justiça do “eu lavo as mãos”, do que com os princípios de uma equidade democrática. A moral da história é fácil de deduzir. Nem sempre (para não dizer raramente), a aceitação de comportamentos aparentemente mais tolerantes contém uma mudança qualitativa da mentalidade dos agentes. O “preconceito de côr” pode ficar mais sufocado e escondido. Nem por isso êle cede lugar à simpatia e à comunhão. O que significa que um certo tipo de cegueira incurável continua a tapar a visão do “problema negro” por parte dos componentes da “alta sociedade”. Segundo, esta também se expõe aos influxos da modernização e da secularização da cultura. Em consequência, em seus círculos mais ou menos intelectualizados, em que não prevalece a adesão manifesta ao “preconceito de côr”, esboçam-se tentativas de superação de um estado de espírito considerado obsoleto e degradante. Eis como êsse esforço é descrito por uma jovem universitária:

“Quanto à minha atitude geral frente ao problema do preconceito devo dizer sinceramente que procuro evitar senti-lo tôdas as vêzes que posso. Isto é, que procuro racionalizá-lo cada vez mais. Em certas ocasiões, contudo, não posso deixar de sentir certas manifestações que só depois de consciente conseguem ser racionalizadas. Frequentando eu, em certa ocasião, uma piscina de estação de água aconteceu-me o seguinte. Ao dirigir-me para o vestiário vi um indivíduo de côr parda bem escura mergulhar na piscina. Meu primeiro pensamento foi: mas como permitiram a entrada dêsse indivíduo aqui? Depois, entretanto, reagi não dando mais importância ao caso e mais tarde vim a saber que o indivíduo em questão era o guarda ou por assim dizer o homem que tomava conta da piscina. Atendia quase diàriamente aos banhos, creio que por uma obrigação de sua profissão e também, talvez, para resolver casos de acidentes. Ao saber disso não pensei mais no assunto e sempre que podia conversava ou gracejava com êle. Todavia, essa primeira reação minha permaneceu tão viva em meu pensamento que até hoje me é um pouco desagradável lembrar-me dela e escrever sôbre ela. E’, para mim, uma prova evidente de certa falta de contrôle racional sôbre certas situações. E também mais uma prova de que se tais reações se verificam em pessoas “atentas” e de certa formação, que diria daquelas que não têm, diante de si, nenhum problema relativo a uma atitude científica da questão racial”.

Como já acentuamos, o “negro” não é menos produto da situação sócio-cultural que o “branco”. No entanto, êle possui elementos suplementares para romper e, até, insurgir-se contra as limitações das formas existentes de percepção e de consciência da realidade racial. As experiências concretas nem sempre são elaboradas de modo radicalmente construtivo. Mas elas têm a seu favor uma influência excitante: os interêsses e as aspirações sociais, condicionados ou alimentados pela situação de “raça” do negro e do mulato, alargam e aprofundam sua capacidade de perceber e de conhecer aquela realidade. O sofrimento, a vergonha e a revolta, isoladamente ou em conjunto, levam-nos ao fundo do abismo. Em consêquência, suas cogitações não param no limiar das exterioridades. Elas voltam-se em tôdas as direções e apanham, por igual, tanto o agente, quanto a vítima do “preconceito de côr”. O “branco” descobriu algumas facetas da “culpa do negro” pela situação imperante e chegou a vislumbrar vários aspectos do “preconceito do negro contra o negro”. Contudo, êle nunca foi mordido pela tortura que dilacera o equilíbrio psicológico e moral do “homem de côr”. Não precisou, sequer, ver-se diante do espêlho, quanto mais descer aos subterrâneos das intenções ou dos comportamentos humanos e da vida social organizada! Sem

dispor de técnicas psicológicas, sociais e culturais adequadas — por vêzes ainda na penumbra de uma herança sócio-cultural rústica — o “negro” realizou essa proeza, superando-se a si próprio e às limitações da tradição cultural na compreensão das dimensões generosas ou sombrias do padrão brasileiro de “democracia racial”. Contra a pressão moral, vinda dos “costumes” e da resistência passiva ou ativa dos “brancos”, destroçou um a um os vários véus que adulteravam a percepção e mistificavam a consciência da realidade racial brasileira (45).

Não obstante, a percepção e a consciência das manifestações e efeitos do “preconceito de côr”, por parte do negro e do mulato, apresentam certas debilidades características. Primeiro, como sucede entre os “brancos”, existem várias fontes crônicas de bloqueamento parcial ou total do horizonte cultural do “negro”. Assim como o “branco”, mostra-se contraditório, perplexo e desorientado em proporções consideráveis. Há o “negro” que compartilha da opinião geral, consagrada oficialmente, e que escreve, na resposta aos formulários de observação em massa: “Sim, com orgulho, de fato no Brasil não existe o preconceito de côr” (46). Há, ao mesmo tempo, o “negro” de opinião vacilante. As entrevistas de um contador oferecem-nos uma ilustração típica. “Não tenho certeza se o que existe em São Paulo é preconceito ou alguma coisa que tem outro nome”. [...] “O branco não tem confiança no negro. Isso sim. O negro não sabe fazer as coisas. Não teve tempo de preparar-se como os brancos. Daí surgirem as atitudes dos brancos contra os negros. Mas se os negros se preparassem e se igualassem aos brancos, seriam aceitos por eles e tratados de outra maneira”. [...] “Não sei se existe mesmo preconceito ou se é outra coisa, devida à desconfiança do branco e à incapacidade do negro de comportar-se como o branco espera”. Por fim, há o “negro” que perfilha opiniões contraditórias. Na análise das convergências, reduzimos as variantes contraditórias a três fórmulas básicas. a) Os sujeitos negam, com veemência oscilante, a existência do “preconceito de côr”. Mas admitem, francamente, que “não adianta lutar contra o preconceito” (em entrevista com uma bailarina mulata escura, por exemplo, colhemos as seguintes opiniões típicas, logo após uma reunião para debater o assunto: “só disseram mentiras. Não sei como alguém pode mentir desse jeito, tão descaradamente”. [...] “Não existe preconceito em São Paulo. O negro é recebido em tôda a parte e é bem tratado pe-

(45) — Sobre êsse tópico, ver acima, a análise desenvolvida no capítulo quatro, especialmente a parte concernente à elaboração de uma ideologia de mascaramento racial.

(46) — Nos documentos pessoais, em média, 3 “pessoas de côr” sobre 10 demonstravam atitudes e avaliações desse tipo ou vacilantes.

los brancos" [...]. "Entrei em todos os lugares. Como bailarina, fui fazer minhas danças folclóricas onde muito branco bom não chega. Nessas famílias da elite e nessas famílias francesas" [...]. Adiante, porém, asseverou com naturalidade: "Não adianta nada a gente querer lutar contra o preconceito de cor e para melhorar a situação do negro. Não há união entre os negros", etc.) (47). b) Os sujeitos negam, também com veemência oscilante, a existência do "preconceito de cor". Mas pregam, simultaneamente, as vantagens da segregação aberta e sistemática (ao entrevistar um jovem foguista negro, por exemplo, a pesquisadora coligiu as seguintes opiniões típicas: "Não acho que haja distinções, desde que o indivíduo possua habilitações" [...]. "Não acho que os pretos sejam prejudicados pelos brancos, em particular, mas sim pela situação econômica em que geralmente se encontram" [...]. "Sei alguma coisa da situação nos Estados Unidos, das lutas e dos preconceitos. Mas acho que essa situação é melhor do que a daqui, porque estimula os pretos a se unirem e a lutar por uma situação melhor") (48). c) Os sujeitos não negam que exista "preconceito de cor", mas revelam temor de "mexer no assunto" e forçar o "branco" a ter consciência da realidade racial (na entrevista com um contador mulato, funcionário de um serviço público autárquico, por exemplo, registramos as seguintes opiniões típicas: "A lei [Afonso Arinos] tem aspectos bons, porque dá ao negro e ao mulato um instrumento para lutar contra o preconceito. Mas seu principal defeito consiste em pôr em evidência o mesmo. Ele era como cinza no borralho. Ninguém tinha consciência nítida da sua existência, principalmente entre os brancos. Agora, a lei chamou a atenção para o fenômeno. E muito branco não vai gostar de ser compelido a aceitar o negro") (49). Inconsistências e incongruências dessas espécies são, todavia, facilmente compreensíveis e explicáveis. O "negro" absorve, de várias maneiras, a ideologia "racial" dominante e vê a si próprio, ao "branco" e ao mundo em que vive, através das perspectivas que ela oferece. Já logra uma vitória quando consegue abstrair as experiências concretas desse contexto moral e examiná-las com maior ou menor acuidade, independentemente de suas pressões diretas e indiretas. Aliás, o peso da socialização e do condicionamento cultural é empiricamente discernível. O bloqueamento da percepção e da consciência da situação obedece a uma escala descendente. Ele é muito intenso onde o "negro" ainda está integradamente preso ao horizonte cultural tradicio-

(47) — Possuímos outros depoimentos da mesma natureza, de homens e mulheres de idades diferentes. Julgamos desnecessário reproduzi-los.

(48) — Conforme nota anterior.

(49) — Conforme nota 47.

nalista. Ai, a identificação com as normas e os valores da ideologia “racial” oficial é máxima. Recapitulando o que já escrevemos em outras partes dêste trabalho, lembramos que seria necessário considerar dois tipos humanos simultâneamente: o “negro” rústico, que se recolhe desconfiada e reservadamente do convívio com o “branco”; e o “negro” refinado, plenamente identificado com os interesses, o valor e o mundo dos “brancos”. Ambos tendem a negar a existência do “preconceito de côr”. Um, por inexperiência; outro, por ver-se aceito como cavalheiro de exceção. Porém, enquanto o primeiro obedece ao padrão assimétrico de relação racial inadvertidamente, por ter sido modelado para agir segundo os costumes da cultura rústica, o último pratica um tráfico, visando deliberadamente os efeitos do branqueamento social. Como observamos, os dois tipos humanos eram mais freqüentes no passado. Doutro lado, os mecanismos de reação societária ao “preconceito de côr” também interferem com alguma intensidade no bloqueamento do horizonte cultural do “negro”. Como assinalamos reiteradamente nos três capítulos precedentes, o “complexo” se associa, abertamente, ao uso sociopático do “preconceito de côr” como uma espécie de bode expiatório. Os exemplos transcritos evidenciam que o próprio “negro” tomou consciência de como o preconceito é explorado como fonte de racionalização das frustrações e de defesa do ego. Graças a tal uso, convinha confundir as coisas, bastando para os fins práticos visados trazer à baila verbalizações inconsistentes (e, por vêzes, contraditórias). Além disso, deve-se considerar os casos das “pessoas de côr” que superam as barreiras reais ou imaginárias do “preconceito de côr” pelos caminhos tortuosos da marginalidade. É o que sucedia, em grande escala, com o “negro malandro”, no passado; e ainda ocorre, com relativa freqüência, em face do mesmo tipo humano, no presente. Ao transgredir as regras do jôgo da sociedade inclusiva, êle se libera de seus controles e protege-se contra os efeitos destrutivos do “complexo”. “Negros” e “brancos” focalizam esta modalidade de reação societária como sendo “inconsciente” e “prejudicial”. De fato, o “negro malandro” diferencia uma porção do ambiente social e age dentro dela com grande insensibilidade moral. Mas êle está longe de ser indiferente à pressão exterior, pois os mecanismos adaptativos e integrativos que êle põe em prática respondem, isolada e globalmente, àquela pressão. O que seria certo dizer é que êle não tem necessidade de defrontar-se com os dilemas morais que torturam, consciente e inconscientemente, os “negros” que se impõem as regras do jôgo da sociedade inclusiva e ficam “complexados”. No mesmo nível, seria preciso tomar em conta o “negro ordeiro”, que consegue absorver as regras em questão com um mínimo de equilíbrio e de sobriedade. Êle não sofre a tortura da

mente, mas vive no inferno da ordem. Como se procurasse o branqueamento pela purificação, aprisiona-se voluntariamente às expectativas de comportamento do “branco” e converte-as em valores absolutos. Malgrado o excesso de sensibilidade moral, só através de ocorrências indisfarçáveis ou dramáticas (50) êsse tipo humano se livra da obnubilação inerente ao apêgo fanático às normas, valores e modelos ideais de organização da personalidade. As suas sondas estão voltadas normalmente para o próprio “negro irresponsável”, que fornece as comprovações vivas dos estereótipos negativos dos “brancos”. Por isso, não é de admirar que descubra muito mal e de forma incongruente as contradições que pontilham as relações raciais. No documento pessoal de uma das pesquisadoras encontramos uma límpida descrição de um desses tipos: “Êsse indivíduo é, entre aqueles que encontrei, o que sente mais agudamente os problemas de sua raça. Êle é completamente inculto mas bastante inteligente e sensível para perceber a importância dessas situações que embora parecendo inconseqüentes geram graves desajustamentos. Não só comentou comigo a existência do preconceito na fábrica como também procurou esclarecer-me alguns problemas dos pretos. Atribui a culpa do atual estado de coisas em grande parte ao prêto que se estereotipa como irresponsável e malandro. Uns, então, sofrem em razão das atitudes dos outros. Mas acha também que o branco deveria olhar mais no fundo da alma do prêto, procurando ressaltar o que é bom e não apenas o que êle tem de ruim. Disse-me que o prêto ama o branco. Fato êsse que êle explica como uma sobrevivência da época escravocrata”. Enfim, não podemos ignorar as ilusões das “classes médias de côr”. O “negro” que se volta, obstinadamente, para os efeitos da ascensão social e que se afirma, através de mecanismos compensatórios ou reais, pelas exterioridades de sua “situação social”. Como apontamos no capítulo precedente, êle sabe — por duro tirocínio pessoal — o que é e o que não é “preconceito de côr”, bem como conhece tôdas as suas ramificações. Mas não pretende corrigi-los nem envolver-se numa cruzada. Os seus objetivos são imediatistas, divorciando-o consciente e inconscientemente dos “problemas da raça”. O fato é que êle chega, por mero cálculo social, a uma nova modalidade de capitulação passiva. Cede para vencer e impor-se, socialmente, como e enquan-

(50) — Como em exemplos transcritos acima: a recusa sistemática de “empregados de côr” na firma em que a pessoa trabalhe; a resistência aberta ao “freguês de côr”; a preterição da própria pessoa em promoções justas; ou casos mais dramáticos, em que a “honra da família” se vê envolvida (aventuras da filha menor com jovens “brancos” que não pretendem casar; indiferença da polícia; e desacato às “pessoas de côr” pelos agentes da lei, etc.).

to indivíduo. Neste plano, a negação, a atenuação e mesmo a deformação de ocorrências claramente percebidas e conhecidas fazem parte de um destino social. Como proceder de outro modo, sem desmascarar-se e servir de alvo aos que exigem das “elites negras” comportamentos racialmente responsáveis? Contradições flagrantes, expressas por meio de racionalizações amáveis — “a coisa existe, mas nunca aconteceu comigo”, “eu sei onde piso. Não me meto onde os negros não são bem recebidos”, “é preciso distinguir entre preconceito e seleção”, “nossa gente é muito sensível, vê perseguição por tôda a parte”, etc. — e que não impedem a exposição simultânea de exemplos ou de confidências dolorosas, servem como simples expediente de fuga. Neste extremo, estamos bem longe do bloqueamento suscitado pela concepção tradicionalista do mundo. As pessoas “enxergam o que se passa”. Entretanto, a percepção e a consciência da realidade são filtradas por ilusões e esperanças sociais que, se não cegam os homens, fecham as suas bocas e os desarmam.

Segundo, há uma ambiguidade fundamental na focalização do “branco” como e enquanto gerador do “preconceito de côr”. Sem dúvida, nas diversas fórmulas de equacionamento do “preconceito de côr”, que o “negro” se propõe, o “branco” nunca deixa de ser agente das avaliações etnocêntricas e dos comportamentos discriminativos (qualquer que seja a responsabilidade direta ou indireta do próprio “negro” em sua motivação, condicionamento ou causação). Algumas gradações insinuem o caráter universal do “preconceito de côr” (existe tanto entre os “ricos”, quanto entre os “pobres”); e marcam sua intensidade variável (é maior entre os primeiros, que entre os segundos). Em conseqüência, chega-se a um dilema final. Dadas essas condições, o que faz com que o “negro” possa unificar suas percepções e conhecimentos através de uma imagem do “branco”? Nos limites das bases perceptivas e cognitivas do comportamento social inteligente do negro e do mulato, essa unificação se processa segundo duas linhas divergentes. Ou entram em cena as antigas famílias dominantes e seus descendentes; ou se apela para o imigrante e seus descendentes. No fundo, a unidade da projeção nasce de uma confusa inteligência do mecanismo global de dominação racial. O “branco” vem a ser uma polaridade que representa a categoria racial dominante, embora ele possa ser visto à luz das “velhas elites” ou dos “novos ricos”. Dai decorre a ambiguidade que apontamos. Embora alguns ponham em realce que o “preconceito de côr” emana dos “ricos e poderosos”, trazendo à baila “a imitação servil dos Estados Unidos pelas falsas elites brasileiras”, a grande maioria permanece indecisa, dividindo quase que proporcionalmente suas acusações aos “brancos”. A importância do tema levou-nos a suscitar um debate público, de que participaram

os principais colaboradores negros e mulatos de nossa pesquisa (51). O Dr. Ângelo Abataiguara defendeu o ponto de vista de que o “preconceito de côr”, existente em São Paulo, constitui um fenômeno peculiar e artificial. “Estive em tôda a parte [no Brasil] e nunca vi o preconceito de côr, a não ser aqui em São Paulo, trazido por elementos estrangeiros, por pessoas que querem imitar não sei o quê. Desconhecem o assunto e têm um orgulho tolo”. [...] “O que eu noto aqui é um preconceito artificial. Qualquer um dos presentes pode notar que êste preconceito de côr é todo artificial” [...]. “Assim, eu cheguei à conclusão de que existe um preconceito artificial, trazido pelos estrangeiros (...) que não é da índole do povo (brasileiro)”

O prof. Arlindo Veiga dos Santos discordou, dizendo que não “foram os estrangeiros que trouxeram o preconceito. O estrangeiro que chega ao Brasil não tem preconceito. O preconceito êle o encontra aqui”. Nos debates, o Dr. Raul Amaral introduziu o artifício de comparar a situação existente em São Paulo com outros núcleos do interior do estado. Em suas conclusões salientou: “o preconceito de côr, no meu entender, é muito mais forte na sociedade brasileira, em virtude do desequilíbrio econômico provocado pela debandada do negro, em virtude da Abolição. Explica-se perfeitamente. Em Ribeirão Preto o preconceito é muito mais intenso que em São Paulo (...); em Tietê, Pôrto Feliz, Piracicaba, Campinas e outras tantas cidades paulistas em que menor foi a ingerência de estrangeiros, (...) o preconceito não é artificial”. [...] “Eu digo isto porque sou filho de Campinas e conheço perfeitamente a situação do negro ali” (...). “Ê o negro de Campinas que mais sofre dentro do Estado de São Paulo, isto porque Campinas foi e é, nos tempos atuais, o centro da sociedade escravocrata de São Paulo. Foi o centro econômico e intelectual do Estado no século passado, como ninguém ignora”. O procedimento foi repetido pelo Dr. Francisco Lucrécio, em sua intervenção em reunião posterior, que salientou (tendo em mente São Paulo, Campinas, Sorocaba e outras cidades): “A meu ver, quem faz êsse preconceito são as famílias tradicionais brasileiras, e não o estrangeiro. O estrangeiro que pratica o preconceito contra os negros, aprende com os brasileiros. Haja visto que os filhos de estrangeiros não ouviram de seus avós ou de seus pais o modo com que tratavam os negros na escravidão. Ao passo que aquelas famílias

(51) — O debate girou em tórno de afirmações iniciais, feitas pelo Dr. Ângelo Abataiguara, numa das reuniões em que aplicamos a técnica de observação em massa em situação de grupo. E' evidentemente impossível reproduzir os debates, no qual foi pequeno o número de oradores (a inscrição era espontânea, mas relativamente grande o público que intervinha por meio de aplausos ou vaías. Em regra, em cada reunião dêsse tipo participavam de 80 a 120 ou 140 pessoas).

tradicionais de Campinas, mesmo já pela sua tradição, pela sua influência nos filhos, já contaram o modo por que tratavam os negros e desta maneira êles trazem na sua mentalidade, os netos dos escravocratas, o mesmo conceito que aprenderam de seus avós”. (52). Os documentos pessoais iriam revelar-nos que essas duas apreciações se repetem com grande intensidade, nos diferentes círculos da “população de côr”, surgindo como bode expiatório ora o “estrangeiro”, ora as “famílias tradicionais”. De pouco nos adiantaria reproduzir os dados coligidos, que reiteram, na verdade, as evidências contidas nas opiniões transcritas. Três documentos, porém, possuem significação especial. Um dos pesquisadores, em documento pessoal sôbre seus contactos com um grupo de entrevistados, escreveu: “é interessante notar a importância da representação das atitudes dos estrangeiros para com o negro. Asseveram que o estrangeiro não tem preconceito; que fora do Brasil o prêto é tratado com consideração; etc. Os estrangeiros adquiririam o preconceito aqui, em contacto com pessoas da antiga aristocracia rural. Trata-se de uma idéia compensatória, que constitui uma fonte de auto-dignificação do prêto diante do branco”. Na verdade, como salientamos acima, a realidade é bem mais complexa e matizada do que sugerem os conteúdos da percepção e da consciência da situação, exteriorizados pelo negro e pelo mulato. Se é certo que o “preconceito de côr” estava contido no padrão de dominação racial elaborado na sociedade escravista, também não é menos certo que os imigrantes transportavam consigo opiniões e avaliações raciais que permitiam uma fácil absorção daquele padrão. Isso não se deu rapidamente e de forma equilibrada porque êle se viu reduzido, no início, à condição de substituto do escravo ou foi projetado na esfera da plebe urbana e dos vacilantes grupos intersticiais autônomos da cidade. Todavia, a própria maneira deformada, segundo a qual entendeu os “costumes raciais do país”, contribuiu para fomentar tendências evitativas e discriminativas nas relações com os “negros” (53). Além disso, à medida em que a ascensão sócio-econômica facultava maior liberdade na seleção e observância dos “costumes do país”, muitos elementos da herança cultural transplantada vieram à tona. Dêsse modo, atitudes, avaliações e comportamentos etnocêntricos e discriminativos, estranhos ao padrão tradicionalista de relação racial assimétrica, foram paulatinamente enxertados no “preconceito de côr” nativo. O volume de informações, coligidas através de várias técnicas diferentes e aplicadas igualmente a “brancos” e “negros”, demonstra que aí se acha um dos fatores inegáveis do in-

(52) — Como já fizemos, em outras passagens dêste trabalho, identificamos os informantes porque as reuniões e os debates possuíam caráter público.

(53) — Conforme acima, pp. 626-631.

cremento de práticas discriminativas e da formação de atitudes ou comportamentos ostensivamente preconceituosos (54). Dois documentos característicos mostram que o “negro” não se deu perfeita conta da complicada situação global que se forjou historicamente. Numa das entrevistas, realizadas como parte de um estudo de caso sobre o Cortiço Jacareí, o pesquisador anotou as seguintes opiniões de um negro de idade, que vivia da venda de perfumes que ele mesmo fabricava: “Não existe preconceito no cortiço (55). Todos se tratam como iguais, como brasileiros. Só os brasileiros antigos têm preconceito por ignorância. Eles é que criaram isso, procurando desprezar o negro. Os estrangeiros, principalmente os italianos que predominaram em São Paulo, não têm preconceito. São Paulo era uma cidade pequena. Em poucos anos, passou de 500 mil habitantes para 2 milhões. Isso quer dizer que entraram muitos estrangeiros novos. Por isso, o imigrante antigo pode conduzir-se de modo diferente do imigrante novo. Aquêlê viveu no período de necessidade ao lado do negro. Conheceu o negro e fez amizade com êle. Por isso é que não tem preconceito. Os imigrantes novos vêm para cá com os recursos de parentes que já estão bem aqui. Entram como técnicos. Não são mais imigrantes. Depois que chegam, vão vender frutas e bugigangas na rua. Assim é que são técnicos”. Em sua exposição, frizou que havia maior “preconceito de côr” entre êsses imigrantes mais recentes, sendo que êle seria mais intenso “da parte dos judeus, húngaros, austriacos, alemães, etc. Essa gente não aprecia o negro”. O outro documento condensa as opiniões de um grupo de intelectuais negros e mulatos, de classe média, que participaram de uma discussão reservada do assunto: “A idéia dominante consiste em que o preconceito de côr varia muito em São Paulo, de grupo social para grupo social, de grupo étnico para grupo étnico. Assim, êle aumenta entre os brasileiros ao chegar-se nas camadas mais ricas, sendo mais intenso nos descendentes dos antigos fazendeiros escravocratas. Parece-lhes que os “brancos de quatrocentos anos” são os que têm atitudes mais negativas e que prejudicam mais os negros. Esperam do negro um comportamento servil e não pretendem tratá-los como iguais [insistiram: “humanamente falando”]. Depois vem o grupo mais amorfo dos grã-finos. Êstes podem abranger estrangeiros. Neles os negros não são aceitos e o preconceito é intenso. Por fim, os estrangeiros em geral têm preconceito e com maior intensidade os mais ricos. Êles não

(54) — Boa parte dessa documentação foi analisada por Roger Bastide e suas principais conclusões divulgadas (conforme R. Bastide e F. Fernandes, *Branco e Negro em São Paulo*, loc. cit.).

(55) — Note-se que outras entrevistas, feitas com brancos, negros e mulatos no mesmo cortiço, não comprovaram plenamente essa afirmação.

trazem o preconceito, mas o adquirem aqui, com os brancos brasileiros. E chegam a ser “mais realistas do que o rei”, pensando que é de bom tom ostentar atitudes de preconceito contra o negro”. Portanto, verifica-se, no conjunto, que o “negro” não consegue formar uma imagem integrada da situação global nem difundir-la de forma relativamente homogênea. As flutuações das percepções e tomadas de consciência pressupõem significativos elementos em comum, os quais comportam, por sua vez, inegáveis parcelas de verdade. Mas patenteiam que, como o “branco” (ainda que em menor escala e de modo bem diverso), alcança uma inteligência globalmente inconsistente e parcialmente confusa do “preconceito de cor”. Em consequência, ele não consegue apreender o padrão assumido pelas práticas discriminativas e pelas avaliações etnocêntricas, localizando com notória incongruência ou apenas pela rama os papéis preenchidos pelos “brancos” na dinamização do “preconceito de cor”.

Terceiro, isso se explica, em grande parte, por outra debilidade, que deriva da ausência de condições histórico-sociais que comportassem a emergência de uma “minoridade negra” integrada. Não há dúvida de que existe uma **situação de raça**. Tanto no passado, remoto ou recente, quanto ao presente, essa situação se definiu, econômica, social e culturalmente, pela posição das “raças” em presença na estrutura de poder da sociedade inclusiva. Contudo, o “branco” sempre montou sua dominação racial em um aparato histórico-social que, a par de reduzir a “raça negra” à anomia e à impotência, diluía e disfarçava sua extrema condição heteronômica. Durante a vigência do regime de castas, na forma que ele assumiu na era da escravidão, sempre foi impossível (e teria fatalmente de ser), congregar os escravos ou os libertos em formações sociais dotadas de um mínimo de integração e de autonomia. Isso não impedia tensões raciais mais ou menos graves e ostensivas, que eclodiam sob diversas modalidades (fugas dos escravos, aparecimento de quilombos, etc.). Mas não se ia nem se poderia ir além, como nos demonstram as penetrantes interpretações histórico-sociológicas de Perdigão Malheiros. No período de desagregação da sociedade de castas, o “negro” foi automaticamente projetado na plebe rural e urbana. Assim, ou se incorporou ao mundo rústico do campo, ou ficou predominantemente ligado ao destino das camadas marginais do mundo urbano. O que importa ressaltar é que não dispunha, como categoria racial, de suportes sócio-econômicos e morais para diferenciar-se como um grupo “racial” identificável, integrado e autônomo. Sob novas aparências, persistiram todas as condições materiais e morais que permitiam montar (e esconder) a dominação racial sobre irreduzível aparato sócio-econômico e cultural. As descrições e conclusões arroladas nos

capítulos 3 e 4 mostram as duas facetas dessa realidade — do ângulo da estabilidade do padrão tradicionalista de relação racial assimétrica; e da perspectiva do malôgro da rebelião do “negro” contra tais vicissitudes. Ao ser mobilizado pela expansão da ordem social competitiva nas duas últimas décadas, o negro e o mulato viram-se diante de pressões concorrentes, que introduziram no “meio negro” os princípios de estratificação social da sociedade inclusiva sem eliminar as tendências ao isolamento sócio-cultural da “população de côr”. Por conseguinte, as alterações mais profundas abalaram as formas de classificação social do negro e do mulato, mas não romperam as chamadas “linhas de côr” propriamente ditas. Esse é o retrato da situação atual, extensamente descrita no capítulo precedente. Parece claro que o padrão de dominação racial, elaborado no passado, entrou em crise. Porém, ao mesmo tempo é evidente que ele está (pelo menos nas condições histórico-sociais focalizadas) se ajustando a uma **ordem social aberta** em que se mantém a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder em pontos e em níveis estratégicos. De imediato, o principal efeito dessas transformações refletiu-se de modo negativo no “meio negro”. De um lado, porque a classificação e a ascensão sociais do negro e do mulato se dissociaram da formação gradual de uma minoria “negra”, racialmente identificável, integrada e autônoma. De outro, porque as elites se divorciaram das massas, o que fomentou uma insensibilidade sem paralelos, na história cultural da cidade, nas atitudes dos “negros” diante do próprio **problema negro**. Em síntese, isso quer dizer que a conquista de situações de classe típicas não conferiu à “população de côr” (pelo menos por enquanto), qualquer possibilidade de moldar uma situação social de raça compatível com a estrutura econômica, social e de poder da sociedade de classes. O “negro” continua desarticulado e impotente diante do “branco”, sem meios específicos para exercer influências diretas na reelaboração em curso do padrão de dominação racial. Atendo-nos ao essencial, daí decorrem: 1.º) a inexistência de uma situação de raça, configurada historicamente pela ordem social competitiva, priva o negro, em escala coletiva, de fontes psico-sociais de diferenciação, reorganização e unificação das bases perceptivas e cognitivas do comportamento social inteligente; 2.º) o “negro” tenta corrigir o vazio resultante dessa condição de fato através dos recursos perceptivos e cognitivos acumulados no decorrer das lutas contra o escravismo e contra o padrão de dominação racial imanente à ordem social tradicionalista, como se ainda estivessemos no primeiro quartel do século XX; 3.º) tais recursos perceptivos e cognitivos mostraram-se suficientes para uma compreensão da realidade racial bem mais profunda, realista e independente que a desenvol-

vida pelos “brancos”, mas não comportavam uma visão daquela realidade como um todo *in flux*. No fundo, portanto, o empenho de “pertencer ao sistema” confinou o horizonte cultural do negro e do mulato, concentrando suas ambições e aspirações sociais — e com elas a sua capacidade de tomar consciência da realidade racial ambiente — na derrocada do antigo padrão de dominação racial. Segundo supomos, isso explica tanto a ambiguidade de sua focalização consciente dos papéis ativos dos “brancos” na dinamização do “preconceito de côr”, quanto a sua alienação diante do que êste representaria para o destino comum da “raça negra” na sociedade inclusiva. Por paradoxal que pareça, o “negro” desmascara o “branco”, pondo em cheque as racionalizações que dissimulam os fundamentos e os efeitos visíveis do “preconceito de côr”. Não obstante, submete-se espontaneamente ao seu jôgo, contendo o seu próprio conhecimento da realidade racial num limiar ahistórico. Está claro que teríamos outro panorama, se a perspectiva social do negro e do mulato fôsse diferente. Se o ponto de partida de seu comportamento social inteligente atribuisse importância central às conseqüências sociopáticas da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder na ordenação das relações sociais, o afã de “pertencer ao sistema” se objetivaria, socialmente, em conexão com o ideal de “alterar o sistema” (56). Essa simples rotação da perspectiva social conferiria ao “negro” a possibilidade de superar o tipo especial de alienação que pesa sobre seu conhecimento do “preconceito de côr”. Por enquanto, êsse conhecimento serve para compensar as inconsistências das opiniões e avaliações raciais correntes, elaboradas pelos “brancos”, bem como para dar ao “negro” uma imagem realista e pragmática do mundo, que atenda às suas necessidades de auto-afirmação social (57). Se ocorresse aquela rotação de perspectiva, porém, o “negro” ganharia condições subjetivas para pensar o seu presente e o seu futuro como uma minoria “racial” identificável, integrada e autônoma, ou seja, conquistaria a capacidade intelectual de alargar sua imagem do mundo até o ponto requerido por uma intervenção socialmente construtiva no vacilante desenvolvimento da democracia racial no Brasil.

(56) — Note-se que “alterar o sistema”, no nível das relações raciais e nos termos aqui considerados, equivale a estender os princípios da integração da ordem social competitiva à esfera da convivência racial. Trata-se, pois, literalmente de uma “revolução dentro da ordem”. Se a expansão do regime de classes ocorresse com maior homogeneidade e celeridade, mantendo-se constante a absorção da “população de côr”, êsse processo se realizaria espontaneamente — é claro, sob a pressão dos interesses e aspirações dos componentes daquela população.

(57) — Tendo em vista o volume de evidências, já expostas neste trabalho, que suportam estas conclusões, dispensamo-nos da obrigação de fornecer exemplos escolhidos.

É preciso que se entenda o espírito da presente discussão. Não pretendemos impugnar o alcance prático, o teor lógico ou o valor moral do conhecimento sobre o “preconceito de côr”, alcançado pelo negro e pelo mulato. Tão somente procuramos situar algumas de suas debilidades crônicas, que nascem de uma correlação entre o “querer algo socialmente” e o “ver algo socialmente”. Como sucede com outros segmentos da população brasileira, deslocados da economia de subsistência para a produção capitalista (embora de forma mais acentuada e grave), os alvos visados socialmente acabam obscurecendo, de alguma forma, a completa consciência racional de interesses e fins, que poderiam (ou deveriam, idealmente) orientar a ação e as relações sociais (e, portanto, a percepção e a consciência da realidade). No caso do “negro”, essa interferência é particularmente importante. O afã impaciente de “ser alguém”, de “subir”, de “ser respeitável” — enfim: de “pertencer ao sistema” — obseca as pessoas, levando-as a agir em conformidade com a parábola do **prato de lentilhas**. Não é que isso seja um mal em si mesmo, que o “negro” possua alguma culpa pelo que está sucedendo ou que as coisas deveriam se passar de outro modo. O fato é que o “negro” age assim e êsse tipo de ação possui um sentido típico. Ele mostra como a ordem social competitiva funciona como uma espécie de aranha gigante. Atrai, prende, imobiliza e suga a sua presa. Se em vez de presa, o “negro” se apresentasse, por sua vez, como outra aranha gigante, a moral da história seria outra... Dêsse ângulo, as deformações do homem rústico e desamparado, que cai nas malhas do sistema de trabalho livre e assim encontra um destino econômico que equivale a uma ascensão social, surgem à análise como se fôssem vistas através da lente de aumento de um microscópio. Durante a laboriosa fase de adaptação e de assimilação, só conta vitalmente, para êle, a transição do estado de miséria e de dependência para a posição social adquirida, com seus proventos (ou “regalias”). As peculiaridades da situação econômica e sócio-cultural do “negro” fazem com que essas interferências sejam bem mais ruinosas para êle, que para o “branco” que se proletariza. É que êle enfrenta, simultaneamente, dois tipos de barreiras: as que nascem das classes e as que se polarizam em torno da côr. Quanto maior fôr a limitação do seu “querer algo socialmente” e quanto maior fôr a limitação do seu “ver algo socialmente”, tanto pior para êle. Uma coisa não corrigirá a outra automaticamente, como acontece entre os “brancos”, quase que como uma **questão de tempo**. Se vence umas barreiras, tomba nas outras, como nos ensinam os dilemas das “classes médias de côr”. Por isso, tínhamos de insistir nesses aspectos. Êles são essenciais. Embora reconhecendo o que houve de grandioso e de ousado

no avanço do “negro”, além do teto perceptivo e cognitivo imposto pelo horizonte cultural dominante, cabia-nos ressaltar porque não foi mais longe e o que significa — para a situação de interesses da “população de côr” na sociedade de classes e para a formação de uma democracia racial dentro desta — a retração que o tipo de “querer algo socialmente” introduziu no “ver algo socialmente”. Ao descobrir como o “preconceito de côr” se manifesta e quais os efeitos que êle produz, o “negro” logrou, simultâneamente, dois objetivos. De um lado, a capacidade de não ser obnubilado pelas inconsistências das opiniões, avaliações e racionalizações raciais correntes, construídas e consagradas pelo “branco”. De outro, a faculdade de agir racionalmente com referência a fins, ou seja, de resguardar os seus interesses nas relações com o “branco”. As incongruências de seu comportamento social inteligente vão aparecer, daí em diante, em três níveis distintos. Primeiro, ao se contentar com tais resultados — o desmascaramento daquelas inconsistências e as formas de auto-proteção social puramente individualizadas. Esse limite, diga-se de passagem, não foi imposto coercitivamente pelos “brancos”. Êle nasceu, espontâneamente, dos objetivos valorizados socialmente pelos negros e mulatos em ascensão. Ê característico dêsse limite o universo de discussão em que é debatido o “problema do negro”. Numa reunião com intelectuais e membros racialmente inconformistas das “classes médias de côr” ouvimos uma longa e variada exposição sôbre casos concretos de manifestações do “preconceito de côr”. A conclusão final de um dos líderes do debate foi a seguinte: “São êsses casos que nos mostram qual é a situação entre nós. Quando dizem que não há preconceito, estão mentindo. Exemplos como êsses são muitos. A pessoa fica isolada por causa da côr”. Eis aí o que adquire importância. Como se ainda se defrontasse com o monolítico padrão tradicionalista de relação racial assimétrica, interrompe-se o processo de conhecimento da situação no âmbito do desmascaramento do “branco” (quando os interesses da “população de côr” exigem que êle seja conduzido até o nível da transformação da realidade). Segundo, independentemente dêsse saber realista e de desmascaramento, ainda na orla da concepção rústica do mundo, o “negro” já estava convicto de que o “branco divide para reinar”, como tentou demonstrar, com exemplos concretos, um idoso e denodado membro da Irmandade do Rosário (58), em suas entrevistas. O próprio “negro” devia atentar para a insegurança dos mecanismos de auto-defesa de que lança mão e, principalmente, para os riscos flagrantes dos canais de ascensão social pelos quais luta tão sôfre-

(58) — Sôbre essa irmandade, veja-se R. Joviano Amaral, *Os Pretos do Rosário de São Paulo*, Edições Alarico, São Paulo, 1953.

gamente, os quais combinam mobilidade social vertical com persistência indefinida da desigualdade racial. Por êsse caminho, não estão optando, conscientemente, pela implantação de democracia racial no Brasil. Mas, ao contrário, admitindo uma convivência tácita com a adulteração progressiva da ordem social competitiva na esfera das relações raciais. Terceiro, parece claro que os limites do conhecimento da realidade racial, elaborado pelo “negro”, procedem de um lapso histórico. O sujeito não parte da configuração do presente, vista através de uma situação de classe, mas de ações isoladas de personalidades discretas, ambas inculcadas como evidências indiscutíveis do “preconceito de côr” e esbatidas, projetivamente, no padrão tradicionalista de dominação racial. Em um contexto histórico-social em que o próprio padrão tradicionalista de dominação racial entrou em crise e no qual o perigo coletivo, em termos da situação de interesses da “raça negra”, consiste no solapamento e na deformação das tendências de democratização das relações raciais, êsse tipo de conhecimento é pelo menos insuficiente. Na época da eclosão dos movimentos reivindicatórios no “meio negro” essa tática podia produzir frutos. Tratava-se de demolir a bastilha, de pôr abaixo as muralhas da intolerância e do temor, que inibiam e manieta-vam o “negro”. Em nossos dias, as exigências da situação histórica são mais complicadas. É preciso acrescentar outros componentes ao desmascaramento. Numa fase de transição, não importa apenas apontar e combater, no plano dos ajustamentos sociais dos indivíduos, as manifestações e os efeitos concretos do “preconceito de côr”. Impõe-se estabelecer como isso tende a repercutir no próprio padrão de dominação racial, que gradua a distância social existente entre as “raças” e determina a soma de poder que umas possam possuir sobre outras. Sem êste tipo de conhecimento, o “negro” não tem como perceber e dar-se conta de combinações possíveis entre formas espoliativas de dominação racial e o funcionamento do regime de classes. Em nosso levantamento, por exemplo, demos extensa atenção ao modo pelo qual os diversos círculos da “população de côr” reagiram, intelectualmente, à promulgação da “lei contra o preconceito de raça de côr”. É sintomática a convergência de opiniões e avaliações. Deu-se realce quase exclusivo ao significado daquela lei como desmascaramento da “hipocrisia do branco”. Mesmo antigos líderes dos movimentos reivindicativos no “meio negro” insistiram entusiasticamente nesse aspecto, negligenciando por completo as questões de autêntica política racial numa sociedade democrática. Só uma ou outra voz isolada apontou a inocuidade da lei e o quanto ela deixava a desejar à luz de uma legislação que visasse implantar no Brasil um padrão equitativo de relações raciais. Estas reflexões sugerem, em

conjunto, que o “querer social” mesmo do “negro que sobe” é insuficiente para ampliar o horizonte cultural do “homem de côr” até os limites das exigências da situação. No entanto, neste ponto pretendíamos ir mais longe: levantar o problema da qualidade do conhecimento da realidade racial que o “negro” precisa desenvolver, para intervir na construção do seu destino na comunidade e na democratização do nosso sistema de relações raciais.

Os resultados dessa análise das debilidades das formas de percepção e de consciência do “preconceito de côr”, por parte do “negro”, põem-nos diante de uma pergunta simples mas crucial. A que se deve a sua repetição crônica? Seriam elas produtos do nível intelectual médio da “população de côr”? Estas perguntas levam-nos, diretamente, ao âmago dos debates, que se travam na sociedade paulistana, entre “brancos” e “negros” que aceitam ou recusam a idéia de que “existe preconceito de côr em São Paulo”. É preciso que se diga que os “brancos” infensos à aceitação da fórmula positiva propendem a defender duas afirmações convictas: 1.º) trata-se de “balelas” ou de “fantasias do prêto”; 2.º) que são frutos de sua “profunda ignorância” e do seu “surdo rancor contra o branco”. Ora, estas premissas situariam o horizonte cultural do “negro” em primeiro plano. No entanto, os resultados da análise, expostos acima, não comprovam esta contra-percepção, racionalizadora e auto-defensiva. Os dados expostos no capítulo 4 mostram, abundante e conclusivamente, que as técnicas de percepção e de consciência da realidade, exploradas pelo negro e pelo mulato, foram elaboradas num ambiente de agitação intelectual, social e moral, contando com a colaboração persistente de uma elite letrada. Houve, também, uma doutrinação organizada e o recurso a formas de comunicação sistemática que envolveram as parcelas variavelmente incultas, semi-cultas ou cultas da “população de côr” no clima intelectual e moral requerido pelo emprego daquelas técnicas. Em suma, a partir de certo momento, o que importava, na participação dos setores de qualificações intelectuais “baixas”, era o arsenal de experiências concretas de cada indivíduo. À luz dessas experiências, êle aprendia como libertar-se da ideologia racial dominante, como identificar as manifestações e os prejuízos causados pelo “preconceito de côr” e, enfim, como desmascarar o “branco” e sustentar com êle um diálogo de “pessoa consciente do que está dizendo”. Se atentarmos para a natureza das debilidades apontadas, veremos que, de fato, o horizonte cultural da “população de côr” entra em linha de conta, mas exatamente numa esfera que transcendia aos ajustamentos rotineiros do “negro” à sociedade paulistana. Como vimos, as deficiências das formas de percepção e de consciência, que podem ser associadas à falta de técnicas

sócio-culturais apropriadas de manipulação da experiência, surgem no nível histórico, em que o conhecimento da realidade racial teria de conjugar-se à projeção coletiva em um desenvolvimento sócio-cultural *in flux* e, portanto, à transformação da mesma realidade racial. A nossa própria discussão, nos cinco capítulos anteriores e nas páginas precedentes, insinua que a situação histórico-social de existência do “negro” tolhia essa possibilidade. Ao orientarmos a análise nessa direção, pretendíamos apenas aproveitar as perspectivas abertas por um tipo de interpretação que permitia ir mais longe e compreender melhor o comportamento social inteligente do “negro”, com base em raciocínios conjecturais. Isso posto, torna-se patente quais são as fontes daquelas debilidades. Elas residem na situação de existência social do negro e do mulato, que tiveram de se confrontar com os “brancos” num terreno em que a história já estava feita e no qual não se jogava o futuro da sociedade inclusiva, mas a gradual equiparação da categoria “racial” dominada à categoria “racial” dominante. Aí parece estar o fator tópico, pelo qual se descobre que as formas de percepção e de consciência da realidade racial, elaboradas socialmente pelo “negro”, foram direta e indiretamente re-freadas e corrompidas pelo padrão vigente do “preconceito de côr” e pela reação do próprio “branco” ao processo de desmascaramento, a que se viu submetido. Numa sociedade em que o “preconceito de côr” se manifesta de modo assistemático, dissimulado e confluyente (combinando critérios raciais e sociais de maneira ambígua mas inflexível), na qual a desigualdade racial confere hegemonia total à “raça” dominante e em que os mores suscitam, cultivam e mantêm uma consciência mistificada da realidade racial, remar contra a corrente constituía uma tarefa ingrata, difícil e incerta. Antes de poder dialogar com o “branco”, o “negro” tinha de convencer-se a si próprio e de vencer as resistências ao desmascaramento aninhadas no “meio negro”. Converteu-se em “ponto de honra” aquilo que deveria ser um meio e um estratagema para conhecer a realidade e depois transformá-la socialmente. O “negro” obstinou-se em mostrar que “estava certo”, desviando a sua rota de um pragmatismo construtivo, para empenhar-se, de corpo e alma, numa cruzada que nunca encontraria fim. Daí a insistência crônica — ao mesmo tempo lógica, ética e emocional — no tema central (“o preconceito existe”) e a renitente tendência em converter essa percepção em verdade socialmente consagrada. No vasto material coligido a respeito, nota-se como o “negro” responde ao “branco” e às pressões diretas e indiretas da sociedade inclusiva, em todos os tons da serenidade ou da veemência. Eis um pequeno rol de exemplos: 1) “a afirmação de que no Brasil não existe preconceito contra o negro é uma balela. O preconceito

existe. O que não existe, claramente, é uma discriminação racial, de resto existem as restrições e uma acentuada intolerância contra o negro” (59); 2) “A esperteza, a safadeza ou o sadismo nacional, porém, não conseguem impingir aos negros — que sofrem nas próprias carnes o orgulho, o ferrete, o carimbo identificador do “seu lugar” — a fantasia composta de imensidades pueris que os fatos da vida cotidiana desmentem a todo momento. Diante da triste realidade em que vive, o homem negro procura avançar em consciência, colimando aquêlo estado de aperfeiçoamento, de elevação, de dignificação da pessoa humana e tôdas as vêzes que assim procede, tentando fugir da sonolência, tentando libertar-se de nocivos atavismos, herança mórbida do cativoiro, os sonoros sinos da demagogia cabocla sufocam o seu grito lancinante, bimbando solenemente: negro não tem problemas; não temos barreiras baseadas na côr; somos um povo sem preconceito” (60); 3) “Existe, sim, o preconceito no Brasil. Só não o vê, aquêlo que não o quer. Aquêlo negro que não sabe avaliar o próprio Eu” (61). Registramos, mesmo, num debate público, a seguinte contestação: “Antes de mais nada, eu quero dizer a Va. Excia. que negar o preconceito de côr no Brasil é negar as côres da bandeira nacional”. Em resumo, o “negro” se viu comprimido, numa situação histórico-social de existência sufocante, por um padrão de manifestação do “preconceito de côr” que operava, por si mesmo, como uma espécie de areia movediça, e por mecanismos tortuosos de reação societária ao desmascaramento da ideologia racial dominante. Não se configuraram saídas fáceis e construtivas para o uso produtivo das formas de percepção e de consciência do “preconceito de côr”, com as quais uma minoria “racial” impotente e desarticulada pôs em cheque os fundamentos da “democracia racial brasileira”.

Tudo isso corrobora algo que é fundamental: o “negro” debateu-se com as manifestações e com os efeitos do “preconceito de côr” no plano de sua luta pela sobrevivência na grande cidade da era capitalista. Graças à desagregação da ordem escravocrata e senhorial, à formação, expansão e consolidação da ordem social competitiva, êle podia modificar gradualmente o seu destino social. No entanto, o “preconceito de côr” barrava o seu caminho, solapando, diluindo ou impedindo sua passagem da área periférica e marginal para o núcleo do regime de classes. O contexto da situação de existência social impulsionava-o, portanto, a saber porque era repellido, como condição para lograr êxito em suas tentativas de “pertencer ao sistema”. Aqui,

(59) — Trecho de um documento escrito à mão, por um funcionário público, mulato claro.

(60) — Trecho de extenso depoimento de um advogado e político negro.

(61) — Resposta suplementar, aposta à mão no formulário, por informante negro.

delineiam-se os influxos positivos da situação de existência social, que forçou o “negro” a despertar de sua letargia, a irromper no “mundo dos brancos” e a destruir os seus **ídola**. Restringindo-nos ao essencial, vamos debater os três pontos mais importantes, do ângulo do tópico analisado: o “preconceito de côr” como construção conceitual reativa; como se processa o ego-envolvimento e a auto-identificação com os usos normais dessa construção; os conteúdos que ela apresenta na consciência social do negro e do mulato.

Nos dois capítulos precedentes, esboçamos como a noção de “preconceito de côr” se firmou como categoria histórico-social. Seria inútil retomar, agora, a problemática que se imporia da perspectiva de uma análise diacrônica. Contudo, há um elemento que precisa ficar bem esclarecido, pois, de outro modo, não se poderá formar uma inteligência global do sentido da atividade inconformista, socialmente organizada, consciente e orientada do “negro”. Porque a noção de “preconceito de côr” foi construída como uma categoria conceptual inclusiva, que abrange, por igual, tanto atitudes e avaliações preconceituosas, quanto práticas e comportamentos discriminativos? Nos dados expostos acima, neste capítulo e no precedente, observar-se-á facilmente como o “negro” opera nos dois planos, simultaneamente, embora algumas vezes os confunda entre si. Mesmo os eruditos, com treino histórico-sociológico, incidem nessa confusão. Assim, um funcionário público negro, relativamente versado na nossa literatura histórico-sociológica e com outras leituras teóricas, apontou como o “prêto” é **barrado** em diferentes instituições e grupos sociais, de tal forma que “a discriminação racial se mistura com a discriminação de classe”. Em seguida, aduziu: “Não há, de fato, discriminação, creio eu, mas há preconceito. Há preconceito de côr em tôdas essas instituições públicas. O preconceito se manifesta e para isto basta somente dar uma olhada que se constatará da verdade do que afirmo”. Ainda mais ilustrativo é o exemplo seguinte, extraído da contribuição pessoal de um dos estudiosos negros mais esclarecidos e lúcidos: “É longa, erudita e renovada sempre a controvérsia em tôrno da questão do preconceito no Brasil. Nós nos filiamos à corrente que admite a existência de um preconceito não pròpriamente racial, não com a sinistra agudeza das discriminações vigentes nos Estados Unidos” [...]. “Somos dos que não estão inteiramente convencidos de que a discriminação entre nós é apenas um fator de preconceito de classe, pois o elemento negro, pela precariedade de recursos econômicos ou educacionais, pertence, na sua maioria, às camadas ditas inferiores da sociedade. Porém, a discriminação não o atinge pelo fato de ser integrante desta ou daquela classe social e econômica — pelo menos no sul do país — mas exclusivamente pela coloração da sua epiderme.

O tratamento é tanto mais brando e atenuado quanto menos visíveis forem os caracteres externos que o possam identificar — não como classe — mas com o grupo racial de que procede”. À vista de tais exemplos e das conclusões que êles proporcionam, procuramos esclarecer o problema através de indicações fornecidas por uma análise sincrônica. A confusão (se fôr legítimo falar de confusão, aqui) não procede do “negro”, mas das ambiguidades do nosso sistema de relações raciais e do próprio padrão assistemático, dissimulado e confluyente, assumido pelo preconceito e pela discriminação raciais na sociedade brasileira. Na verdade, o “negro” revelou ampla versatilidade na percepção e na consciência dos elementos que compõem, estrutural e dinamicamente, o nosso padrão de “preconceito de côr”. Há uma forte estereotipação negativa dirigida contra o “negro”, de teor intensamente etnocêntrico e intolerante, portanto preconceituoso; existem duas polaridades, expressas em termos de *raça* (côr) e de *classe* (condição social ‘inferior’ ou subalternas); e objetivam-se várias prescrições que regulam a exclusão do negro e do mulato, no convívio com os brancos, segundo diretrizes calibradas pela estereotipação negativa, ora em função da côr, ora em função da classe, ora em função de ambas. Na medida em que a eficácia do comportamento social consciente do “negro” dependia, naturalmente, de sua capacidade de apreender, perceptiva e cognitivamente, essa complexa formação psico-social como um todo operativo, êle tinha de construir a noção de “preconceito de côr” como um amálgama de elementos díspares. Nesse sentido, a confusão emana de outra fonte: das contradições existentes entre a ordem racial e a ordem social de nosso sistema societário global. Revelando-se capaz de discerní-la, de reproduzi-la e de dominá-la, por meio de uma construção conceptual tão plástica quão operativa, o “negro” deu o primeiro passo para atacar aquelas contradições e para diminuir a distância histórico-cultural e sócio-econômica, que o separava do “branco”.

Não se pense, porém, que o ego-envolvimento e a auto-identificação do “negro” com o estado de espírito requerido para o pleno domínio e o uso eficaz dessa construção conceptual constituam algo simples. Como minoria “racial” impotente e desarticulada, a “população de côr” recebe com tôda a fôrça o impacto das pressões diretas ou indiretas da sociedade inclusiva, intensamente adversas ao gênero de inconformismo inerente à exploração sistemática daquela construção conceptual. Enquanto os movimentos reivindicatórios fermentaram no “meio negro”, êles ofereciam um suporte adequado de doutrinação e de propaganda. Por assim dizer, processava-se uma socialização autônoma do “negro” pelo “negro”, como se êle pertencesse a uma minoria racial integrada e independente. O malôgro da-

queles movimentos, com o desaparecimento concomitante da **imprensa negra**, fêz com que o esforço de doutrinação e de propaganda sofresse um sério golpe, diluindo-se nas atividades inconstantes de algumas associações culturais. Em consequência, como ocorre com os “brancos”, é através das experiências concretas e do intercâmbio da vida cotidiana que o “negro” forma o seu tirocínio, convencendo-se ou não da legitimidade e da importância prática da mencionada construção conceptual. O nosso levantamento patenteou que várias influências concomitantes trabalham a personalidade do “negro”, desde a mais tenra infância, estimulando-o a desenvolver suspeitas e a canalizar as ansiedades ou as frustrações na direção do “preconceito de côr”. Pequenos incidentes, despercebidos como tais pelos “brancos” (62), causam as primeiras perturbações e desconfianças. Por volta da puberdade, da adolescência e da mocidade, sólidas e aparentemente indestrutíveis relações de camaradagem entram em crise, por vezes definitiva. Aí, o desapontamento é maior. O desalento do menor e do jovem precisa encontrar amparo na compreensão dos mais velhos — e uma “explicação” (63). Nas tentativas de escolarização,

(62) — Parece-nos dispensável reproduzir informações reunidas, esparsamente, nos capítulos precedentes. Além disso, o leitor encontrará no trabalho já citado de Roger Bastide, dados referentes às diferentes modalidades de manifestação do “preconceito de côr”. No caso, lembramos as experiências desagradáveis das “crianças de côr” no convívio com outras crianças da vizinhança e nas relações com a professora ou colegas “brancos” na escola. O dr. Francisco Lucrécio elaborou um interessante estudo de caso, a respeito, que infelizmente não podemos aproveitar, e que demonstram que é precoce a deformação da personalidade da “criança negra” sob diferentes e intensas manifestações do “preconceito de côr” em seus círculos de convivência com o “branco”.

(63) — Aparentemente, essas crises causam apreensões aos pais e constituem uma das fontes de tortura moral dos adultos. Vários entrevistados trataram largamente do assunto. Um deles, traçou um gráfico, como uma espécie de ípsilon, com a haste do lado esquerdo mais comprida (representando os brancos) que a do lado direito (representando os negros). Até aos dez anos não surgiriam, freqüentemente, novidades dramáticas (brancos e negros continuariam juntos, representados no tronco comum); na puberdade, as duas hastes começariam a separar-se: Aos vinte anos, a separação atingiria a extremidade das hastes. O gráfico demonstraria, ao mesmo tempo, que já nessa idade o branco estaria proporcionalmente três ou quatro vezes adiante do companheiro negro, num processo de distanciamento contínuo e irreversível, correspondente à graduação da distância social que se estabeleceria entre eles. O engenhoso e sensível informante declarou, compungido: “A gente vê a filha quietinha e aborrecida sem companhia. As outras se afastam dela. Ela olha com uma tristeza nos olhos e com uma aflição muda. Elas não sabem porque isso acontece. Ainda não estão preparadas para isso. E’ duro para um pai ver-se nessa situação. A gente não pode nem explicar porque isso acontece. E’ obrigado a fingir que está tudo muito bem e procurar distrair a atenção da menina” [...]. “O pai negro devia morrer mais cedo que o branco, para não ver essas coisas”. A documentação sugere, não obstante, que a estratégia dos pais varia. Uns revoltam-se e “atíçam os filhos”; outros, agem calmamente, ajudando-os a atravessar a crise com os menores danos psicológicos possíveis.

de profissionalização ou de participação em atividades sociais institucionalizadas da comunidade, surgem outras tantas decepções. Agora elas despertam “revoltas” e desencadeiam todo um circuito de relações cooperativas, entre pais e filhos, entre irmãos, entre as gerações, entre amigos e conhecidos — enfim, entre as “vítimas do preconceito”, que se protegem na sua fraqueza, ensinando aos jovens os “mistérios da vida”. A partir da mocidade, poucos mantêm intactas “suas ilusões”. Os que “só ouviram falar” ou “não sofreram ainda” compartilham de confidências, das “queixas” e do rico folclore dos falatórios, apreensivos diante da perspectiva de passar pela mesma provação. Entre jovens e adultos, o tema entra nas conversas e discussões sérias. Aqui e ali, aumenta dia a dia o número dos que adotam o estado de espírito de quem “não tem mais dúvida”: “Existe mesmo! É inútil negar!” Embora o próprio “negro” também cultive as suas racionalizações raciais, quase sempre como mecanismo compensatório ou de auto-defesa (“comigo não acontece”; “fulano tem mania de perseguição”; “é preciso distinguir entre seleção e preconceito”; “a nossa gente tem muito complexo”; etc.), poucos deixam de inquietar-se ou sentem-se realmente seguros. Refletindo-se sobre a natureza desse tirocínio, constata-se facilmente que ele afeta a própria estrutura do comportamento, da personalidade e da concepção do mundo do negro e do mulato. Não se trata, como acontece com o “branco”, de perceber e interpretar exteriormente experiências de “outros”. Mas, de ser contagiado por essas experiências e de vivê-las. Graças a essas circunstâncias, os componentes lógicos da percepção e da consciência da realidade racial repousam num lastro emocional e moral que, comumente, compele o “negro” a manejar irracionalmente o seu “conhecimento objetivo” do meio ambiente. Ele não só tende a converter tal conhecimento numa verdade em si e para si, indubitável e sacrossanta. Também projeta o seu destino humano através dela, como se “a redenção do negro” dependesse, especificamente, de um consenso geral a respeito da malignidade intrínseca do “preconceito de côr”. Por isso, caminha insensivelmente para um equacionamento recolhido, estático e sob muitos aspectos contemplativo do seu “dilema moral”, como se fôsse humilhante pleitear a condição de pessoa e indecoroso fazê-lo, ainda por cima, fomentando discórdias inevitáveis. Em consequência, o desmascaramento só encontra plena aplicação racional como fonte de esclarecimento subjetivo do indivíduo e de compreensão de sua posição nas relações com os outros.

A análise dos diferentes tipos de documentos (64) demonstrou que é surpreendentemente rica a penetração alcançada pelo “negro”

(64) — Esses documentos foram coligidos de várias maneiras. O grosso das informações resulta da aplicação de entrevistas, da técnica de observação

na percepção e na tomada de consciência do “preconceito de côr” como realidade psico-social e histórico-cultural. Embora a intensidade das experiências concretas, o amadurecimento da perspectiva social e a firmeza das convicções centrais sejam flutuantes — indo da neutralidade franca (numa proporção baixa, mas expressiva) até um pronunciado fanatismo racista (em casos isolados e raros) — consideradas em conjunto, as manifestações coligidas abrangem, praticamente, todos os aspectos relevantes (como **motivo**, **condição** ou **conseqüência**) da objetivação do “preconceito de côr” nas relações entre “negros” e “brancos”. Ao que parece, no plano em que responde dinamicamente às exigências da situação, que é o da luta pela sobrevivência no seio da comunidade e, portanto, pela classificação nas posições sociais institucionalizadas que lhe são imediatamente acessíveis, o “negro” possui uma imagem clara, diferenciada e consistente da realidade racial. Em particular, merece ser pôsto em relêvo o que isso representa sociològicamente. O conhecimento de senso comum, acumulado pelo “negro” nos últimos anos, num lapso de tempo menor que o da duração de duas gerações (65), comporta uma caracterização bastante razoável do padrão existente de “preconceito de côr” e permite atentar para os seus principais efeitos, seja no nível da organização das relações raciais, seja da perspectiva dos contrôles voluntários, que poderiam contribuir para alterá-los em certas direções socialmente desejáveis.

Quanto ao primeiro ponto, aquêle conhecimento de senso comum envolve: a) critérios de reconhecimento do “preconceito de côr”; b) discernimento das conexões estruturais e dinâmicas que associam o “preconceito de côr” à forma de acomodação racial imperante na sociedade brasileira; c) certas condições exteriores ao “preconceito de côr” que exercem sôbre êle, não obstante, uma pressão agravante. No que concerne aos critérios de reconhecimento do “preconceito de côr” o “negro” elaborou uma técnica simplista mas sutil: o divisor de águas passa pelas diferenças notórias (e por isso irrefutáveis) que

em massa (sob a forma de depoimento redigido pelo informante ou exposto verbalmente, em situação grupal) e de reuniões ou seminários com diferentes tipos de personalidades do “meio negro”, para debate do “preconceito de côr” como problema social. Essas informações foram amplamente suplementadas por materiais de outra procedência (questionários; histórias de vida; estudos de caso sôbre formas dramáticas, ostensivas e irrefutáveis de discriminação; e alguns documentos escritos, extraídos principalmente da imprensa diária). Dados o volume e a variedade da documentação coligida, bem como o objetivo dêste capítulo, desde logo ficou fora de cogitações sequer uma utilização resumida e parcial dos dados de fato.

(65) — Isso indica, segundo supomos, a influência altamente construtiva que foi exercida pelos movimentos reivindicatórios, pela imprensa negra e pelas associações culturais negras em todo o processo.

se estabelecem entre o tratamento dado ao “homem de côr” e o que se dispensa ao “branco” em situações e em condições análogas. Dêsse ângulo, o elemento manipulado primordialmente diz respeito à posição social e às **prerrogativas** (direitos e deveres sociais), que esta confere às pessoas em interação. Portanto, no nível mais profundo de sua consciência social, o “negro” se representa o “preconceito de côr” como um sistema de práticas discriminativas, aplicadas pelos “brancos” em seu intercâmbio social com o “homem de côr”. A sutileza de sua percepção da realidade não está aí, porém na maneira como resolve, concretamente, a questão de saber “o que é” e “o que não é” “preconceito de côr”. O principal foco de referência, então, deixa de ser o “branco”. Toma-se em conta a “vítima” — e não o “algoz” — e procura-se, nela, os requisitos para se determinar se, de fato, ela poderia invocar a equidade pleiteada em face do “branco”. Já existe um verdadeiro folclore em torno do “preconceito simulado”, que aconselha extrema prudência e moderação (“nem tudo que o negro entende por preconceito tem êsse caráter”, “a nossa gente é muito sensível”, “é preciso saber se havia preconceito ou falta de capacidade”, “devemos distinguir entre seleção e preconceito”, etc.). O “negro” não proscree o uso do “preconceito de côr” como mecanismo de auto-proteção, como mecanismo compensatório ou, mesmo, como **bode expiatório** explícito. Contudo, ao tolerar e (por vezes) ao incentivar tais manipulações, separa intencionalmente uma coisa da outra (embora as distinções, por conveniência ou por solidariedade, nem sempre sejam exteriorizadas). O “algoz” é tomado em consideração suplementarmente. Primeiro, para decidir algo que, em termos sociológicos, chamaríamos de conexão de sentido das ações. Ou seja, em termos do próprio “negro”, “se se trata de preconceito, mesmo, ou de falta de educação”. Segundo, para situar-se como **socii** diante do outro agente. A melhor ilustração, sobre êste aspecto, é-nos fornecida pela entrevista de um jovem “negro” que defendia o ponto de vista de que o japonês não teria “preconceito contra o negro”. Êle fundava o juízo emitido na experiência que tinha no convívio com outros rapazes japoneses, que não faziam restrições à sua presença e o levavam às suas casas. Indicou, espontaneamente, que o japonês não namorava, não noivava e não se casava com negros; no caso, disse, “é preciso separar o isolamento do preconceito”. Êsse exemplo e outros mais simples demonstram que o “negro” admite uma ampla flutuação do tratamento diferencial, sabendo atribuí-la à distância sócio-cultural existente entre as pessoas em contacto. Êsse complexo de atitudes, de expectativas de comportamento e de técnicas sociais não impede que êle fundamente o “preconceito de côr” em elementos invariáveis. Ainda que aqui reine alguma confusão, a tendência domi-

nante consiste: a) em tomar a *côr* em sentido amplificado, como se ela fôsse um símbolo, ao mesmo tempo, da extração racial e da condição social do negro e do mulato; b) em imputar ao “branco” uma definição categórica dêsse símbolo, que o converte em índice de inferioridade total (ou seja, racial, econômica, social, cultural, moral, política, etc.). Por aí se pode aquilatar o quanto o “negro” se adiantou ao “branco” na compreensão da realidade racial ambiente. O último fica furioso com o primeiro e nem quer ouvir falar em “preconceito de *côr*”, porque teme estar sendo acusado de praticar alguma modalidade degradante de racismo. No entanto, êle não só não tem essa intenção, como vai adiante, fundindo os diferentes elementos que sempre articularam as relações entre “negros” e “brancos” à equivalência entre estratificação racial e estratificação social. Com uma precisão penetrante e pungente, constrói a *côr* como uma categoria histórico-social, ligando o que os “brancos” separam no pensamento, mas unificam no comportamento efetivo (66). Por essa razão, o “branco” pretende que ao conquistar uma *situação de classe*, pelo prestígio social adquirido o “prêto” anula as limitações ou as restrições associadas à *côr*; o “negro” advoga, exatamente, o contrário: depois de educado, de ter uma competência e uma posição é que depara com o “branco” pela frente e “encontra tôdas as portas fechadas”. Por fim, é preciso testar o “preconceito de *côr*”. O teste é de realização fácil — basta submeter a personalidade branca visada a contactos por assim dizer experimentais. Todavia, o sistema moral de referência é complicado. Vejamos um exemplo. Um jovem negro disse para um seu amigo mulato que “as moças da Faculdade [de Filosofia] não devem ter preconceitos”. Tencionava convidá-las para

(66) — Pensamos que os dados transcritos no capítulo precedente e neste dispensa-nos de transcrever os dados em que fundamos êsse importante ponto da imagem do “preconceito de *côr*” construído pelo negro. Gostaríamos de lembrar, não obstante, os excertos transcritos acima (esp. pp. 671-672) e umas referências suplementares. Um dos entrevistados negros declarou que via certas preferências exclusivistas do branco como matéria de “gosto pessoal”. Mas frisou: “o que não aceito é ser tratado nas relações pessoais como um ser inferior, de modo distinto que os brancos se tratam entre si”. Enfatizou que “a dignidade de toda pessoa humana é igual” e que “o preconceito deve ser procurado exclusivamente neste domínio”. Não são menos importantes, para a fundamentação da análise desenvolvida, os dois trechos seguintes, extraídos de depoimentos de dois ilustres intelectuais negros: 1) “O preconceito de *côr* no Brasil — prefiro dizer preconceito de *côr* porque não existe um antagonismo racial e individual — é fruto dessa diferenciação econômica, dessa disparidade social e intelectual, que faz com que o branco esteja numa situação mais privilegiada que o negro. Daí concluímos que o preconceito é manifestado simplesmente em função dessa situação”. 2) “O certo é que o preconceito existe e se somos recebidos na sociedade dominante, não menos certo é que somos vistos como pessoas de *côr*, respeitadas, mas mantidas a uma certa distância”.

ir a uma gafeira, para ver o resultado. O amigo ponderou: “Elas não irão e isso não tem nada a ver com preconceito. Elas também não vão a gafeiras de branco. Não é o meio em que vivem”. O que mostra que onde o teste é feito, o “negro” se preocupa em estabelecer um sistema de referência adequado às provas.

No que se refere à compreensão das bases estruturais e dinâmicas do “preconceito de côr”, graças à qual o negro projeta as suas relações com os “brancos” na organização da própria sociedade global, nove itens atraem atenção especial (67). . . Primeiro, o “negro” tem plena consciência da importância que a dissimulação possui nas orientações do comportamento do “branco”. A fórmula pela qual descreve essa tendência envolve duas palavras muito cruas: “fingimento” ou “falsidade dos brancos”. No entanto, ela se expressa com maior neutralidade e cortesia nos círculos cultos da “população de côr”, onde se fala que a cordialidade do “branco” é aparente — “uma questão de verniz”. Como já indicamos, porém, não se liga uma repulsa definida a êsse estado de coisas. Ao contrário, como declarou em sua entrevista uma jovem mulata, ao descrever suas relações com seus professores: “eu não sei se as atenções e delicadezas dos professores são naturais ou são fingidas. Pode ser que não sejam naturais. Isso pouco me importa. O essencial é que me tratem bem e eu me sinta considerada pelos professores”. Segundo, a estereotipação negativa, em tôdas as suas modalidades — desde as objetivações de teor folclórico e popularesco (aqui através do samba), até as avaliações que deformam o caráter do “negro” nas representações do “branco” (“negro é vagabundo”, “sujo”, “beberão”, “não merece confiança”, etc., ou “a negra é porca”, “mulher à-toa”, “só serve pr’aquilo”, etc.) e restringem a sua aceitação — é percebida tanto formal e materialmente, quanto funcionalmente. Embora o conhecimento da dissimulação crie vacilações, mas sem interferir, via de regra, no curso exterior das relações sociais, os conhecimentos pertinentes à estereotipação formam a própria base das manifestações de auto-defesa do “negro” e do que se poderia chamar de seu “preconceito reativo” (68). Em algumas circunstân-

(67) — Foi-nos impossível descobrir alguma forma de seriação dos itens na compreensão da realidade racial pelo “negro”. Por isso, a sistematização adotada é arbitrária.

(68) — Eis uma ilustração típica, tomada das entrevistas com uma professora mulata: “Um dia, após o trabalho, saí com uma colega branca. No dia seguinte, ela disse-me: Meu noivo achou você simpática. Respondi-lhe: Não se preocupe, eu posso pensar o mesmo, com relação a êle, mas não me interessa” “Mas, êle não disse para ofender-lhe!” [...] “Sempre que êle chegava eu dizia: Olhe, seu noivo está aí. Ela sempre dizia: Êle já disse que acha você muito simpática”. É fácil perceber todo o mundo de avaliações subterrâneas, que animava as reações da professora mulata, e como essa condição afetava suas relações normais com a colega e seu noivo.

cias, mesmo, êles suscitam desconfiânças irredutíveis, que “envenenam” e deterioram todo o clima de convivência com os “brancos”. Terceiro, há uma clara percepção da dualidade do código ético do “branco”, à qual se associa uma tendência reativa insopitável de entender a ideologia racial dominante como uma consciência falsa e mistificadora da realidade. Ainda que os dados expostos a partir do quarto capítulo prescindam de qualquer reforço empírico, a importância dêsse ítem nas orientações das atitudes e comportamentos do negro e do mulato aconselha-nos a reproduzir parte de um dos documentos típicos, que recolhemos. Num debate público, através da intervenção de um advogado negro com larga participação na liderança dos movimentos reivindicativos, ouvimos as seguintes ponderações: “Não podia, como ainda não pode, o branco habituar-se à idéia de considerar sua propriedade perdida como um cidadão em pé de igualdade. Havia de, por todos os meios, conservar a sua antiga mentalidade de senhor e manter o negro no seu lugar, na cozinha das novas casas grandes, nas senzalas do analfatismo, nas gargalheiras da inferioridade, sem lhes propiciar sequer uma oportunidade” [...]. “Há uma técnica perfeita, talvez fruto de um acôrdo tácito, para esconder e atenuar as culpas coletivas do grupo dominante (...) uma técnica verdadeiramente negativa que ainda agora, nos dias que passam, é adotada com êxito nas relações públicas internacionais do Brasil. É o emprêgo de um chavão surrado e desmoralizado aqui dentro das nossas lindes territoriais. Com efeito, êsse método de divulgação, de se fazer história, com base unilateral, destina-se a fazer uma espécie de **pressão**, uma certa dose de preparação psicológica dos menos avisados e dos mais crentes dos visitantes estrangeiros e os leva a enxergar o problema das relações raciais por um prisma deformado propositadamente. Por êsse prisma, tudo aqui é um mar de rosas. O branco é branco, o prêto é branco, o amarelo é branco, tudo constitui um clima de branquitude imaculada, onde os vários contactos dos vários grupos étnicos participantes da nacionalidade — já adaptados ou em vias de adaptação — êsses contactos se fizeram e se fazem røseamente, sem choques, branda, mansa e plàcidamente”. “A questão era e ainda o é camuflada de modo que aquela pressão se exercita até em certos setores culturais, impingindo-nos ao mundo como a mais perfeita expressão de democracia racial. E aqui (...) é a apresentação para inglês ver. O clima preparado, a história, a notícia, o relatório afirmam que não temos problemas ou preconceitos de côr. Essa assertiva, partilhada até ingênuamente por cidadãos e personalidades de muito bom quilate, é a fatiota bonita para “inglês ver”; é a bela viola do brocardo popular. Em verdade, porém, o negro é um

marginado e, como tal, um insatisfeito”. Quarto, em consequência desse conjunto de percepções, ao contrário do “branco”, o “negro” tende a discernir com objetividade a emergência e a perpetuação de práticas discriminativas. Vê-se inclinado, assim, a retê-las como “um dado natural da situação”. Eis um bom exemplo. Em sua entrevista, um escriturário negro focalizou as manifestações do “preconceito de côr” no comércio, dizendo — “os donos de lojas, de bar (não há garçons de côr) não são culpados por essas barreiras. São os freguêses que os obrigam a agir assim, quando não colocam um negro. É claro que um negro atrapalha os negócios: chega um freguês, há dois balconistas — um branco e um negro, por exemplo — se o branco estiver ocupado, êle fica embromando até que o branco esteja livre. Isto, além de atrapalhar o serviço traz prejuízos para o empregador”. Quinto, o “negro” também apreende objetivamente as fontes de diferenciação das atitudes, avaliações e comportamentos raciais dos “brancos”. Êle não só sabe como as diferenças de níveis sociais e de tradição cultural (relacionadas com as origens raciais, étnicas ou nacionais dos diversos grupos da população) se refletem na graduação da intensidade do “preconceito de côr”, como já assinalamos acima; lida, ainda, com duas outras variáveis: as conexões entre a tolerância ou a intolerância e o tipo de personalidade dos “brancos”; e as oscilações devidas à própria gradação da côr da pele, ao sexo, à idade, etc., do agente negro ou mulato (69). Sexto, semelhante compreensão da situação global desenvolve no “negro” uma forte propensão a discernir as pessoas, os valores e as oportunidades de suas próprias opiniões ou avaliações gerais do “branco”, do seu “preconceito” e de suas consequências (o isolamento disfarçado das “pessoas de côr”). Isso não só estimula a acumulação de percepções úteis numa sociedade onde a aceitação seletiva do “negro” depende dos “caprichos”, da “simpatia” ou da “tolerância” dos “brancos” e na qual o “negro” pode converter-se, com relativa facilidade, em exceção que confirma a regra. Gera, outrossim, certa maturidade de julgamento, graças à qual homens e mulheres, adultos e jovens tentam “separar o joio do trigo” — ou seja, selecionar em seus círculos de relações com “brancos” aqueles que podem ser “amigos certos e verdadeiros” ou “com os quais se pode contar”. Aliás, em diversas entrevistas ouvimos a mesma afirmação de que, apesar do “preconceito de côr”, pode haver “ami-

(69) — Não seria possível transcrever documentação comprobatória. No entanto, dados expostos neste capítulo ou no precedente oferecem, por si mesmos, pistas conclusivas. Lembramos que até o tratamento de senhor ou de senhora e a propensão autoritária dos “brancos” mereceram focalização intensa.

zade profunda, desinteressada e verdadeira” do “branco” para com o “negro”. Essa convicção, que é ao mesmo tempo uma esperança, não confunde o “negro”. Neste ponto, êle revela um conhecimento atilado das potencialidades de convivência inter-racial de uma sociedade em que o “preconceito de côr” é difuso e assistemático. Sétimo, o “negro” não consegue captar, plenamente, todos os meandros das atitudes, vacilações e comportamentos dissimulados dos “brancos”. A convivência com êstes ainda não foi tão longe que permitisse tal coisa. No entanto, êle distingue com penetração cabal as duas modalidades mais freqüentes de exteriorização do “preconceito de côr”: a dissimulada e a ostensiva; e revela que sabe algo mais: que a última escapa à tradição brasileira e a contraria (70). Por isso, sempre que pode, prefere aproveitar as evidências fornecidas pela última manifestação, para criticar e combater o “preconceito de côr” em geral. Oitavo, como não podia deixar de suceder, o “negro” é muito sensível aos matizes da situação interna em suas repercussões nas formas de acomodação e de consciência do próprio “homem de côr”. O importante, em tudo isso, é a compreensão objetiva, inculcada pelo sofrimento e por fortes decepções comuns, de que condições externas, de participação da cultura ou de êxito unilateral, regulam o grau de consciência, de autonomia moral e de lealdade para com o **nosso grupo**. Em consequência, divergências substanciais — mesmo quanto à existência ou à não existência do “preconceito de côr” e aos meios para combatê-lo — ganham um foco de referência supra-pessoal, podendo ser situadas em “níveis de explicação” que reduzem os perigos potenciais de desentendimentos e de conflitos. Os dados coligidos mostram que essa condição tem sido neutra para a superação das divergências. Mas introduz um mínimo de respeito e de compreensão pelo “outro” — senão das suas razões — nas fricções intermináveis. Em suma, o “negro” volta sôbre si mesmo a fórmula que aplicou ao conhecimento do “branco” e da situação global, descobrindo e ajustando-se intelectualmente às diferentes formas de diferenciação sócio-cultural do comportamento, da personalidade e das orientações de sua contra-ideologia racial (71). No-

(70) — Dados a respeito já foram examinados neste capítulo e no precedente.

(71) — Aliás, em uma, das histórias de vida, encontramos a seguinte enumeração dos tipos de “negro” em face do “preconceito de côr”: “Existem quatro tipos de negros: 1) Os que vivem no mundo dos brancos e dizem aos negros que o preconceito é uma coisa terrível, que precisa acabar. No entanto, não fazem nada para isso. O que dizem a propósito do preconceito é apenas para evitar que outros negros se aproximem dos brancos e consigam a mesma posição. Usam o preconceito como um trampolim. 2) Os que fazem do preconceito negócio, organizam associações e obtêm vantagens dos brancos, quer vendendo votos, quer recebendo auxílios. 3) Os que arrumam a vida e não querem mais saber dos negros.

no, há um item que não é universal, mas se associa, com muita frequência, às objetivações mais radicais e intransigentes da “situação do negro”. Trata-se do papel explícito que a espoliação desempenha na formação e na manutenção do “preconceito de côr”. As percepções operam em três níveis distintos: a) de explicação do processo abolicionista como um esbulho histórico e a expulsão irremediável do “negro” para a periferia da sociedade organizada; b) de explicação das bases materiais e morais da perpetuação da desigualdade racial e, portanto, da associação entre o “preconceito de côr” e a defesa dos privilégios da “raça dominante”; c) de explicação dos níveis diferenciais de aproveitamento, retribuição e promoção do “negro” no sistema de trabalho livre, o que situa a espoliação em termos de manter uma reserva de candidatos para os trabalhos indesejáveis e da deterioração dos níveis de remuneração do “trabalhador negro” (72). Esse item, embora apareça de maneira assistemática e só em contextos especificamente inconformistas, possui importância quase única. É que ele constitui o único componente do desmascaramento racial que não gravita em torno de argumentos morais e que apela, francamente, para uma aparente vinculação do “preconceito de côr” com os interesses materiais da “raça dominante”.

No que diz respeito às condições exteriores ao “preconceito de côr”, de natureza agravante, três pontos merecem consideração especial. Ao que parece, o “negro” tende a colocar em realce a própria capacidade de “lidar com o branco”. Os que não têm tirocínio sobre a convivência com os “brancos” e, principalmente, os que se entregam de forma obstinada a certas convicções funestas, criadas pelo “complexo”, ajudariam a agravar as manifestações do “preconceito de côr” e a convencer os “brancos” de que “a melhor política” (para não dizer “a única política certa”), seria a da exclusão ou a da aceitação ultra-exclusiva. Outro ponto que é focalizado com relativa penetração relaciona-se com as migrações internas. Muitos dos entrevistados abordaram o assunto espontaneamente, procurando sugerir as dificuldades inerentes à renovação contínua da “população de côr”. Aos poucos, o “negro” aprende a viver na cidade, a usar os seus recursos e a resguardar-se das manifestações veladas ou ostensivas do “preconceito de côr”. No entanto, “os pretos que vêm da zona rural sem

4) Os que se aproximam dos brancos e procuram educá-los, mostrar-lhes o que é o negro, seu papel na formação da nacionalidade brasileira. Por outro lado, são auxiliados pelos brancos e conseguem se elevar acima de seu meio”.

(72) — Coligimos dados especiais a respeito de tais manifestações, principalmente através de depoimentos, obtidos pela técnica de observação em massa, em debates públicos. Alguns dados já foram utilizados em outras partes deste trabalho. Além disso, a discussão desenvolvida sobre o tema, no capítulo 4, é suficientemente ampla e bem documentada.

qualificações técnicas, sem recursos e sem conhecimentos" (...) "não podem se ajustar na cidade como grupo". Em suma, em cada geração os mesmos problemas se recolocariam continuamente como se a experiência acumulada coletivamente fôsse inútil. Por fim, o "negro" também percebe que a comunidade metropolitana possui inconvenientes imprevisíveis. Os grupos raciais, étnicos e nacionais, bem como as classes sociais, adquirem novas formas de autonomia e de auto-afirmação. Ganham, por conseguinte, liberdade de desobedecer a normas consagradas socialmente e de impor suas concepções particulares do mundo. Assim, o "negro" deu-se conta de que o "preconceito dissimulado", por ruim que seja, é preferível ao "preconceito ostensivo" e tentou compreender este último como parte da "situação nova", em gestação.

Quanto ao segundo ponto, os efeitos do "preconceito de côr" são retidos, como assinalamos, em dois níveis distintos. Vejamos, primeiramente, os que se elevaram à esfera de consciência social à luz da organização das relações raciais na sociedade paulistana. Aí ele é representado como "o grande problema do negro". Embora haja clara consciência de que o "preconceito" não opera isoladamente e de que a barreira principal vem do "problema econômico" (73), difundiu-se, graças aos movimentos reivindicatórios, a firme convicção de que o "preconceito de côr" impede a correção das dificuldades econômicas que degradam o nível de renda e o padrão de vida da "população de côr". Doutro lado, acentua-se que a mistificação da consciência racial, fomentada pela raça dominante, colhe os próprios "negros" em suas malhas, desarmando-os e impelindo-os à passividade. Eis como essa percepção se faz sentir, com acento típico: "... existe preconceito de côr (...) e de maneira bem perniciosa, pois, além de ser um preconceito, é hipóclita. Nos Estados Unidos onde êsse preconceito é declarado, beneficiou o negro, levou-o a voltar as vistas para si e resolver os seus próprios problemas. No Brasil, aconteceu justamente o contrário. A negação do preconceito de côr, fez com que o negro caísse cada vez mais. O aspecto que nós verificamos disto aí está para que todos vejamos. O negro não tem possibilidade de nada. Não tem possibilidade de ascensão. Essa é uma situação que, se continuar, estará fadada a raça negra a um desaparecimento inglório no concerto racial". Dêsse contexto lógico, emocional e moral tinha de sair, naturalmente, uma visão implacável dos efeitos do "preconceito de côr". Quaisquer que sejam as limitações de sua herança sócio-cultural e de seu ponto de partida intelectual, nes-

(73) — Ao tratar do assunto, o secretário de uma das grandes associações culturais negras em São Paulo afirmou: "Em toda a parte existe miséria. Mas parece que o preto no Brasil sofre miséria e mais".

se terreno o desmascaramento dos velhos mitos raciais atingiu seus verdadeiros fins. Se as coisas não se modificaram, a culpa não cabe ao “negro”, mas à ausência de comunicação efetiva e de solidariedade orgânica entre os estoques “raciais” em coexistência social.

Nesse plano, pelo menos cinco percepções básicas requerem menção obrigatória. Primeiro, uma que é cultural e delinea, vigorosamente, o modo pelo qual o “negro” se representa a função manifesta do “preconceito de côr”. Por seu intermédio, o “branco” “visaria **manter o negro no seu lugar**, ou seja, preservar a distância social existente entre os estoques raciais e manter a desigualdade racial tanto nas relações entre os indivíduos, quanto na sucessão das gerações. Seria inútil acrescentar outras transcrições à ampla documentação já apresentada. Não obstante, julgamos que o seguinte trecho de um dos depoimentos merece exceção: “O que há, pois, é a oposição racial velada, um meio termo entre os extremos de classe e de raça, sob a forma de representações coletivas, estereotipadas, que pintam o negro como preguiçoso, bêbado, imoral, abúlico, estereótipos que são uma tremenda barreira aos seus esforços de ascensão; e quando êsses esforços se concretizam — a conceptualização do problema é plástica — **o preconceito de côr atua como arma de defesa do branco**, provocando na alma do negro um estado de tensão que pode favorecer o ressentimento ou um complexo qualquer” (74). Segundo, a compreensão de que mesmo a aceitação seletiva envolve certo grau de isolamento, que não nasce da inibição da “pessoa de côr” mas das disposições de seus “amigos brancos”. Em sua entrevista, uma professora negra salientou “Mas numa reunião [sente-se] falta de ambiente mais elevado. Sente-se isolamento. Se eu chegasse a uma festa, ficaria sem poder conversar, porque só dão atenção às outras [às brancas]. Entre os homens, também. Numa festa, num baile, nota-se quando um cavalheiro branco dança com preta. Salvo quando a moça preta tem duas dúzias de conhecidos brancos” (75). Portanto, a imagem de que a aceitação é ambígua, precária e insatisfatória, impondo penosa indulgência para com as atitudes, os comportamentos ou as preferências do “amigo branco”, e implicando isolamento residual em plena interação, possui ampla consistência. No espírito do “negro” ela aparece como uma aproximação que é, ao mesmo tempo, um afastamento. Além disso, há grande interesse pelos efeitos que transformam o “preconceito de côr” em drama psicológico e moral. Duas percepções específicas voltam-se nessa direção. Uma, que apanha o “complexo de inferioridade” como formação psico-social reativa. Nessa percepção, três elementos ganham realce: a) como ela se forma, di-

(74) — O grifo é nosso.

(75) — Outros testemunhos a respeito já foram transcritos no capítulo anterior.

nâmicamente, sob a pressão de avaliações etnocêntricas e de práticas discriminativas dos “brancos”; b) as experiências por assim dizer formativas das crianças e dos jovens em suas relações com os “brancos” da mesma geração ou das gerações mais velhas; c) a comprovação de que ele não é um “atavismo ou alguma coisa que possa vir de pai para filho” (...) “mas é adquirido dos diversos comportamentos de brancos para com o preto” (76). Assim, este responde ao argumento, bastante generalizado entre os “brancos”, de que “traz uma mentalidade servil na massa do sangue”. A outra percepção relaciona-se com a apatia e com o que se poderia chamar de capitulação passiva do “negro” diante do “branco”. Sem animosidade, ambas as coisas são projetadas na matriz das relações de subserviência — a vinculação do senhor e do escravo — e nas situações posteriores, que frustraram a ressocialização da pessoa do “negro” para o regime de liberdade e de igualdade. Em consequência, procura-se um fator explicativo de natureza histórica, que não teria vigência em constelações nas quais o “negro” pudesse afirmar-se socialmente. A apatia e a capitulação passiva são focalizadas, portanto, como anomalias que não refletem a vontade do “negro”; porém, um destino inelutável, contra o qual ele pretende (e espera) lutar, segundo uma filosofia inconformista: “quem tem de resolver o problema do negro é o próprio negro” (77). Quinto, ainda que de modo parcialmente confuso, o “negro” estabelece uma ligação entre as manifestações do “preconceito de côr” e o monopólio do poder pelo “branco”. Não só aponta com argúcia que as pressões morais, nascidas indiretamente das suas manifestações, desunem as “pessoas de côr” e aumentam sua propensão “a valorizar o branco”. Mas compreende que a norma de “dividir para reinar” faz parte de um código não expresso, que faz do “preconceito de côr” uma arma funesta de dominação racial.

Em outro plano, o “negro” passa para juízos de valor de eficácia prática. A questão não era simples. Como categoria “racial” que herdou uma situação de raça extremamente heteronômica e que não dispunha dos mecanismos de solidariedade dos outros grupos étnicos ou raciais, até o caminho do seu auto-esclarecimento se deparava como muito problemático. Por isso, não é de admirar-se que as grandes fórmulas práticas sobre “a segunda Abolição” e “a redenção do negro” tenham surgido no clima das agitações raciais, provocado pelos movimentos reivindicatórios. Na verdade, não se foi muito além,

(76) — Trecho extraído do depoimento de um intelectual e funcionário público negro.

(77) — Norma veiculada pelos primeiros jornais da “imprensa negra” e pelos movimentos reivindicatórios. Aparecem em grande número de documentos pessoais.

posteriormente. Só ocorreu uma mudança de estado de espírito, dig-
na de menção. Como parte de uma orientação autoritária, pensou-se
em alguns círculos da “população de côr” que o melhor seria fazer
“o branco engolir o preconceito de côr”. Foi a primeira objetivação
de uma réplica simplista à própria filosofia “racial” do “branco”: o
que importa não é o que êste pensa ou faz, mas o que é acessível ao
“negro”, independentemente das preferências íntimas da “raça domi-
nante”. Nos últimos tempos, tôda essa filosofia foi adocicada; porém,
ao mesmo tempo, adquiriu maior vitalidade e eficácia prática. O
“negro” prefere solapar a capacidade de resistência do “branco”, rou-
bando-lhe os argumentos que dariam sentido às práticas discrimina-
tivas. Portanto, continua a lidar com o mesmo arsenal de fórmulas
práticas (integração da família negra; valorização da mulher, da ins-
trução e do lar estável; absorção de contrôles sociais que coajam o pai,
a mãe, o jovem, o profissional, etc., aos padrões mínimos de responsa-
bilidade e de solidariedade, vigentes entre os brancos; instigação ao
incremento do nível de renda e do padrão de vida; reeducação indireta
do “branco” pela difusão dos tipos de personalidade ideal da socieda-
de inclusiva no “meio negro”; valorização da ação conjunta do “negro”
para resolver os seus problemas e da “união da raça negra”; etc.)
Contudo, o grau de amadurecimento revelado no uso dessas técnicas
sociais, principalmente daquelas que podem ser exploradas em esca-
la pessoal, aumentou consideravelmente. Embora não se empenhe ou
só participe moderadamente de agitações ou grandes debates coletivos,
o “negro” começa a enfrentar melhor certos desafios cruciais e ine-
vitáveis. Discerne com maior objetividade a relação que existe entre a
qualidade do comportamento e o tipo de ajustamento que é preciso
desenvolver. Propõe-se com integridade (e às vêzes também com
argúcia) o problema de como ajustar a sua personalidade às exi-
gências materiais e morais de uma sociedade de classes. Tenta apren-
der a competir sem criar uma área de desgastes pessoais e sem indu-
zir o “branco” a formas abertas de resistência, afastando hábilmente
o perigo dos conflitos raciais. Tudo isso significa um alargamento
do horizonte cultural médio, se não de tôda a “população de côr”,
pelo menos dos que estão capitalizando os proventos da ascensão
social. Contudo, está cada vez mais perplexo (e, fica talvez por is-
so, desinteressado) diante da colocação dêsses problemas em termos
da situação coletiva do “negro”. Na época da intensificação dos mo-
vimentos reivindicatórios, já se sabia claramente que o **problema**
negro tem duas faces. Uma, diz respeito ao que o próprio “negro”
tem que fazer e deve fazer para enfrentá-lo e resolvê-lo. Outra,
coloca o “branco” dentro da arena. O **problema negro**, em termos
das manifestações e dos efeitos do “preconceito de côr”, é um pro-

blema reflexo. Os depoimentos coligidos indicam, vigoramente, como isso se tornou consciente (eis três excertos ilustrativos: "... dar oportunidade ao negro. Como dar essa oportunidade? Instruindo o patrão branco, porque é ele precisamente quem não vai dar emprego ao negro"; "É preciso que o operário branco entenda que ele é tão pobre, tão miserável quanto o operário negro. É preciso que ele entenda que ele é igual ao preto e não há diferença"; "Interessa resolver este problema [o do "preconceito de côr] pela educação, mais do branco que do negro. Porque o branco que é mal educado, não é o negro"). Todavia, como modificar o comportamento do "branco" antes de eliminar o "preconceito de côr"? Nesse ponto, o horizonte cultural do "negro" fica obnubilado. Como e aonde conduzir uma influência, através de um diálogo entre surdos e mudos inativos? As perplexidades que vitimaram os movimentos reivindicatórios continuam a operar com todo o seu peso funesto. O "negro" percebe as soluções e pressente o que se deveria fazer para conduzi-las à ação. No entanto, não tem meios para ir mais longe, porque não é senhor do seu destino nem das condições que dão acesso às técnicas sociais de controle, a serem manipuladas. Daí ficar, mesmo no terreno prático, como mero formulador de diagnósticos.

Feita essa ampla (mas necessária) excursão pelos meandros dos mecanismos de percepção e de consciência sociais do "preconceito de côr", podemos voltar a nossa atenção para os outros dois aspectos a serem considerados (78). Está claro que, em vista dos dados reunidos através da análise desenvolvida, é suficiente concatenar, aqui, as conclusões a que chegamos na interpretação seja das explicações fornecidas às manifestações do "preconceito de côr" pelo "branco" e pelo "negro", seja dos componentes éticos que regulam a orientação do comportamento do "branco" e do "negro" nas situações sociais em que aquelas se desencadeiam (79).

Conseguimos caracterizar dezesseis explicações do "preconceito de côr", manipuladas logicamente pelo "branco", sendo que quinze típicas e uma atípica. Entre as explicações típicas, sete abstraem os itens e os temas explicativos de caracteres imputados diretamente ao "negro" (80): 1) "os negros são culpados, pois agem servilmente, co-

(78) — Conforme acima, pp. 635-636.

(79) — Embora pudéssemos estender a análise em maior profundidade, considerando, em relação ao primeiro tema, os fundamentos explicitamente formulados como "causa" do preconceito de côr; e, quanto ao segundo, as consequências da frustração sistemática (consciente ou inconsciente), das expectativas de comportamento e das aspirações sociais do negro e do mulato, tivemos de nos contentar com uma discussão limitada do assunto.

(80) — As explicações serão arroladas segundo a ordem de frequência. Esta foi omitida, porque não dispúnhamos de condições para discutir suas implicações. Doutro lado, as explicações foram esquematizadas mediante a eliminação de itens ou temas não essenciais.

mo se ainda fôsem escravos”; 2) “êles não são aceitos por causa da côr” (81); 3) “é uma raça degenerada” (82); 4) “o preconceito nasce da falta de educação do prêto”; 5) “os pretos não são inferiores, mas sentem que a côr os torna inferiores”; 6) “êles são tratados assim por causa das condições em que vivem” (83); 7) “o que chamam de preconceito é uma prevenção do negro contra o branco”. As oito explicações típicas restantes isolam itens e temas explicativos de caracteres imputados diretamente ao próprio “branco”: 1) “os brancos desprezam os pretos e não gostam dêles” (84); 2) “os pretos são mal vistos pelos brancos. Por isso, são evitados”; 3) “os brancos não dão oportunidades aos pretos”; 4) “é falta de educação do branco”; 5) “é coisa de branco rico, imitada pelo branco pobre”; 6) “o que vale é o dinheiro”; 7) “isso veio de fora. É coisa dos imigrantes”; 8) “é imitação dos norte-americanos”. Nenhuma das explicações elabora caracteres imputáveis ao “negro” e ao “branco”, simultâneamente, em termos de interdependência e de ação recíproca. A explicação atípica, por sua vez, foi formulada por um intelectual. Retém o “preconceito de côr” como uma consequência, independentemente de condicionamento social e cultural, de sentimentos profundos: “o preconceito de côr nasce de atitudes de simpatia e de antipatia, que fazem com que os indivíduos da mesma raça se unam e os indivíduos de raças diferentes se repilam”.

Pudemos caracterizar quinze explicações do “preconceito de côr”, manipuladas lógicamente pelo “negro”, sendo que catorze típicas e uma atípica. Entre as explicações típicas, seis extraem os itens e temas explicativos de caracteres diretamente imputados ao “branco” (85): 1) “o preconceito de côr é uma arma de defesa do branco”; 2) “o preconceito explica-se pelo orgulho dos antigos senhores e pelo ódio que êles devotavam ao negro”; 3) “é um preconceito artificial nascido de prevenções trazidas com os imigrantes”; 4) “imita-

(81) — Note-se que entre os itens ou temas eliminados, numa das variáveis dessa explicação típica ocorria: “êles não são aceitos por causa da côr e da inferioridade social”. Na explicação número 5 consignamos a explicação que correlaciona “côr” e “inferioridade social”.

(82) — Note-se: a “degeneração” não é representada como atributo racial, mas sócio-cultural (“vida largada”, “mau caráter”, “não presta”, “não merece confiança”, “espírito revoltado”, etc.). Como acontece nas outras construções, não introduzimos arbitrariamente a qualificação “raça degenerada”. Ela se repetiu explicitamente, como o item central da explicação em jôgo.

(83) — Note-se: esta explicação é, lógicamente, equivalente à de número 3, porque as “condições em que vivem” são representadas como provocando crime, corrupção, prostituição, etc. No entanto, os sujeitos não a ligaram, explicitamente, à condição racial.

(84) — Note-se: esta explicação ocorre com intensidade três vezes superior às demais, arroladas a seguir.

(85) — Note-se: as explicações de números 1 a 4 apresentam a mesma freqüência.

ção dos Estados Unidos, favorecida pelo ódio existente contra os negros entre os brancos” (86); 5) “nasce da hipocrisia do branco”; 6) “é produto do atraso e da falta de educação dos brancos”. Três explicações típicas retiram os itens e temas explicativos de caracteres diretamente imputados ao “negro (87): 1) “a culpa é do negro, que não sabe fazer as coisas e comportar-se direito”; 2) “o negro é responsável como vítima, porque não se insurge contra as manobras dos brancos”; 3) “o preconceito de côr se explica pelos recalques [ou pelo complexo] do negro”. Seis explicações típicas apanham os itens e temas explicativos de caracteres imputados, simultaneamente, ao “branco” e ao “negro” ou às suas formas de interação social (88): 1) “é um preconceito de classe, pois a côr indica a inferioridade econômica e social do negro diante do branco”; 2) “o negro foi escravo do branco e nunca teve recursos comparáveis aos dos imigrantes. A Abolição deu-lhe liberdade, mas não independência econômica e social. Continuou, como antes, uma vítima inerme dos estereótipos que o degradavam como indivíduo, como pessoa e como raça”; 3) “A raça branca criou para si o conceito de superioridade e para a raça negra o conceito de inferioridade. Ao aceitar os dois conceitos, o negro sancionou a côr como marca da superioridade da raça branca e da inferioridade da raça negra”; 4) “O preconceito existe porque o branco nunca deixou o negro conquistar verdadeira igualdade de direitos”; 5) “É um preconceito misto, de raça e de classe. Não é só de raça, porque há brancos que aceitam o negro. Não é só de classe, porque certas restrições atingem todos os negros, mesmo os ricos. Como preconceito misto, é um preconceito de côr”; 6) “Os brancos eliminaram os negros de sua vida e se acostumaram a viver isolados deles. Agora, os negros pensam que estão proibidos de comparecer a certos lugares”. A explicação atípica elabora uma representação ultra-pessimista, apontando o “preconceito de côr como uma miséria da natureza humana”. Ressalta que mesmo depois de ficar rico e de integrar-se às camadas respeitáveis da sociedade, o negro poderá debater-se nas malhas das evitações e das restrições vigentes. O que convém res-

(86) — Note-se: as variáveis explicitam ora o “branco” nativo, pertencente à “antiga aristocracia rural”, ora o “branco” estrangeiro, ora ambos. Como isso não era essencial, suprimimos tais distinções.

(87) — Estas explicações ocorrem com uma intensidade maior que as anteriores (segundo uma escala que oscila de uma vez e meia a três vezes mais). Foram ordenadas segundo a ordem decrescente da frequência.

(88) — Note-se: as explicações foram arroladas segundo a ordem de frequência decrescente; as três primeiras ocorrem com o triplo ou mais que o dobro da frequência alcançada pelas demais.

saltar, nesse conjunto de indicações, é mais ou menos óbvio. Há um contraste fundamental na manipulação lógica das percepções e conhecimentos de senso comum sobre o “preconceito de cor”, que distingue, nitidamente, o “negro” do “branco”. Ambos operam conceitualmente com os mesmos itens e temas explicativos. A inteligência da situação por parte do “negro”, porém, é sensivelmente orientada pela presunção, direta ou indireta, de que o “preconceito de cor” envolve uma espécie de esbulho social praticado por uma raça contra outra. Por isso, as suas construções explicativas projetam-se numa perspectiva social em que contam, conjuntamente, a intenção de determiná-lo e a disposição de corrigi-lo. Em nosso entender, é graças a essa perspectiva social que o “negro” logra conferir teor específico, sentido genético e alguma penetração histórica às suas construções explicativas, preparando-as para ser, ao mesmo tempo: uma fonte de esclarecimento da razão; e um instrumento da ação, individual ou coletiva.

A análise dos componentes éticos, envolvidos direta ou indiretamente pelas manifestações do “preconceito de cor”, leva-nos a resultados fundamentais para a caracterização da dinâmica do comportamento racial do “branco” e do “negro”. No fundo, as orientações do comportamento racial do primeiro ainda são, extensa embora confusamente, governadas por uma **ética mascarada**. Isso se evidencia de três maneiras. Primeiro, pela própria natureza das objetivações, socialmente persistentes, da dualidade do código ético do “branco”. Enumeramos oito aspectos típicos dessas objetivações, que traduzem o **back-ground** moral das ações e das relações raciais, a partir do contexto psico-social predominante entre os “brancos”: 1) continua a ser flagrantemente característico o contraste entre o **overt** e o **covert** (o manifesto e o subjetivo), nas atitudes, avaliações e comportamentos do “branco” em face do “negro”, o que faz com que a cordialidade exterior aparente coincida com tendências profundas de aversão ou de evitação; 2) a principal consequência da dualidade do código ético consiste na obnubilação (com frequência parcial, embora às vezes seja total) do horizonte moral do agente “branco”, o que deixa o campo aberto para o livre curso das avaliações etnocêntricas e das práticas discriminativas; 3) a essa consequência, soma-se a deformação tácita (mas de tendências universais entre “os que possuem preconceito”) dos critérios de avaliação da pessoa, em suas aplicações ao “negro”, o que facilita o influxo incontrolado da estereotipação negativa, orientada contra o “prêto” ou contra a “raça negra”; 4) do mesmo modo, as prescrições usuais ou costumeiras, de equanimidade, ponderação e “espírito de justiça”, deixam de ter valor (em regra de maneira parcial e variável),

quando o “negro” entra em cena; 5) é quase automática, entre os “brancos”, a combinação de três propensões concomitantes: aplicar critérios exclusivos ou unilateralmente exigentes de controle das realizações da “pessoa de cor”, reter as evidências concernentes aos casos negativos (ou aos aspectos negativos de determinados casos) e generalizá-las a todas as “pessoas de cor”, como se as conclusões resultantes fossem “comprovadas”, “verdadeiras” e “indiscutíveis”; 6) nos confrontos entre as realizações, o caráter, etc., de “brancos” e “pretos”, são tomados como critérios de julgamento os padrões do próprio “branco”, sem levar-se em conta que os “pretos” não desfrutam das mesmas possibilidades materiais, intelectuais e morais, ou seja, omite-se, com frequência por completo, a necessidade de relativizar a perspectiva de avaliação); 7) mesmo nos casos positivos de aceitação, nas relações com os “negros” que caem na categoria da exceção que confirma a regra, subsiste a propensão a estabelecer, como ideal, limites de controle que não são impostos universalmente aos “brancos”, em condições análogas; 8) a predisposição acentuada a admitir-se que influxos irracionais (“uma antipatia profunda”, “uma ojeriza incontrolável”, “uma repulsa incontida”, etc.) operem livremente (ou sob um esforço limitado de auto-controle) nos contactos e nas relações com “pretos que não sabem o seu lugar”. Segundo, pela natureza das influências que modelam, moralmente, a perspectiva social dos “brancos” nas relações raciais. Na verdade, os “brancos” aderem a uma **ética mascarada**, em grande parte, porque ainda estão sob o domínio do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Não há outra explicação para os fatos registrados, que revelam: 1.º) sua extrema insensibilidade — diante dos dramas humanos provocados pelas práticas discriminativas; em face das contradições indisfarçáveis entre a estereotipação negativa e os conflitos de padrões ideais da cultura; e ante as inconsistências visíveis das atitudes, avaliações e comportamentos raciais, herdados do passado, e os fundamentos axiológicos, compartilhados conscientemente, da ordem social competitiva. 2.º) sua extrema tenacidade — na defesa e na perpetuação, no plano etnológico, do padrão tradicionalista de relação racial, pela qual incrementam, pelas formas possíveis, a alienação moral do “negro” (o que está por trás de disposições do tipo — “prêto não é gente”, “é preciso pôr o prêto no seu lugar”, “o negro não tem cabeça para se governar”, etc. — senão a autonomia moral do “branco” e a mais completa heteronomia moral do “negro”? 3.º) Sua extrema auto-complacência — patente no empenho de “salvar-se as aparências” (o que canaliza a crítica ou a fúria não contra o preconceito ou a discriminação, mas contra a sua manifestação ostensiva) e alimenta uma espécie de

farisaísmo exemplar (89), francamente tolerante ao comércio com o “preconceito de côr”. Terceiro, pelo campo confinado da revolução do horizonte moral. Esta tende a operar-se com intensidade crescente. Mas, encontra uma barreira na ausência de entusiasmo com que os critérios da ordem social competitiva são aplicados ou impostos às relações raciais. Há os que perfilham desaprovações virulentas — e que representam o “preconceito de côr” como “nódoa imunda”, “coisa estúpida”, “comportamento indigno de gente civilizada”, etc. Contudo, tais verbalizações não impedem, em situações concretas, que seus agentes tomem decisões morais ambíguas e por vêzes chocantemente contraditórias. Doutro lado, os que sentem alguma responsabilidade pelo “destino dos outros” nem sempre se julgam seguros. Já nos reportamos a um caso concreto. Uma das pesquisadoras viu-se diante de um dilema — apoiar a “mãe preta”, que proibia a filha de estudar ou apoiar esta última? E mais tarde, o que poderia oferecer-lhe? Portanto, muitas vacilações nascem da essência das coisas. Mesmo quando pretende livrar-se dos antigos padrões de moralidade, o “branco” carrega-os consigo e é forçado a levá-los em conta. A sociedade ainda não os converteu em fôrças superadas, pois ela própria, nessa esfera, entretém muitas estruturas arcaicas. O ponto de equilíbrio da dinâmica do comportamento racial do “branco” não nasce, em síntese, totalmente do presente. Há um compromisso com o passado recente (e mesmo com o passado remoto) que faz com que o universo moral do “branco”, a êsse respeito, seja amplamente conformado (e, em vista das exigências da situação, claramente deformado) pelo padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial.

Apesar do “negro” não escapar totalmente a essa fatalidade, desvendamos um panorama bem diverso na análise do seu mundo moral,

(89) — Nesta altura do trabalho poderia parecer desnecessário qualquer intento de ilustração empírica. Não obstante, gostaria de dar dois exemplos, para que as coisas fiquem bem marcadas: 1) Uma jovem, altamente identificada com o “espírito democrático” na aceitação e tratamento do “negro”, asseverou, em documento pessoal escrito de próprio punho: “Quanto ao namôro e casamento, acho que não deva ser permitido, não por serem pretos ou inferiores, mas para que os descendentes não venham a culpar os pais pela côr que têm. Se a pessoa porém não se importar com isso, namore e case. O que muitas vêzes acontece é o prêto não querer casar com o branco com mêdo que o despreze”. 2) Em conversa com um informante mulato, o padre-reitor de um educandário católico admitiu que existia “preconceito de côr” e que nem êle nem a Igreja Católica eram culpados disso. “Contou-me o caso de um irmão, que fôra professor na escola, e foi classificado como prêto. Os alunos não gostaram de receber aulas dêle. Muitos escreveram para as famílias, sôbre o caso, contando que possuíam um padre-mestre prêto. Alguns pais foram à escola, para conhecer o professor prêto. Depois, alguns começaram a retirar os filhos”. [...] “O padre-reitor terminou: “Êle era nosso irmão. Mas nós o afastamos daqui, para o bem dêle”.

naquilo em que êle se relaciona com as manifestações do “preconceito de côr”. Seria impossível (e também inútil) negar que as orientações do comportamento racial do “negro” são dirigidas e reguladas por uma **ética reflexa**. Na medida em que êle assimilou os padrões da vida moral do “branco”, o “negro” enxerga-se, pensa e age através de uma moralidade que reflete os centros de interêsses e os valores da “outra raça”, que é a “raça dominante”. Todavia, especialmente a partir da segunda década dêste século, êle não usa essa moralidade como uma máscara. Não se esconde por detrás dela; nem possui razões para proceder dêsse modo. Ao contrário, seus interêsses e suas aspirações sociais animam-no a uma rotação copernicana. Quebrada a estrutura sócio-econômica que o submergia em completo e irremediável estado de alienação moral, êle pretende praticar, íntegra, inequívoca e substancialmente, aquêles padrões de moralidade. Por essa razão, êle expõe o “branco” a um impasse insustentável. Êle não ataca seus padrões de moralidade — nem os coloca em dúvida. Mas pretende, para si, como indivíduo e como coletividade, o direito de usufruí-los sem limitações. Em consequência, além de reflexa, a sua é também, e por excelência, uma **ética igualitária**, na qual está em causa, como objetivo supremo, o propósito de igualar o “branco”, socialmente, como e enquanto categoria “racial” (90). Os diversos aspectos dêsse vasto quadro, com algumas das suas implicações mais significativas, delineiam-se limpidamente através dos resultados da nossa análise. Como o “branco”, o “negro” também está prêso à concepção tradicional do mundo e ao que ela faz das relações raciais. No entanto, a dinâmica do seu comportamento racial não se determina por impulsões **pro statu quo** e, portanto, de estabilidade do sistema de relações raciais. Ela emaranha-se e infiltra-se pelos meandros do presente (e daí entrosar-se variavelmente com o passado), até um ponto em que a responsabilidade moral se volta para uma realidade em emergência e, em certo sentido, para o futuro. Como não entra em jôgo a criação de uma ética própria, mas a conquista de uma posição autônoma para a fruição total de uma ética estabelecida, legitimada e aberta — da qual se vê afastado pelas contingências da desigualdade racial — os anseios igualitários, inconformistas e inovadores do “negro” irão transparecer em dois planos: na pluralidade ética e na revolução do horizonte ético. Sem dúvida, o “homem de côr” também suporta as inconsistências oriundas da tenacidade com que a relação racial heteronômica resiste a ser despejada no sótão das inquietudes históricas. Aqui, vemos o indivíduo que sabe (ou pensa que sabe) que “o negro nunca passa de negro”; ali, está “o negro que

(90) — Sobre a natureza das influências dinâmicas que se desencadeiam, assim, funcionalmente, conforme a última parte do capítulo anterior.

sabe (ou pensa que sabe) qual é o seu lugar”; acolá, deparamos com os que se mortificam porque sabem (ou pensam que sabem) quais são as causas do “complexo”, cultivam um puritanismo saudosista, etc. Em situações dêsse tipo, o “negro” vive no presente, mas sem lutar por êle. Não é o que acontece quando se focaliza a cena através do que se acha em ebulição nas relações do “negro” com a ordem social da sociedade de classes. Então, a ética alimentada pela concepção tradicionalista do mundo aparece em plena crise. Nem mesmo os mais rústicos e ingênuos a respeitam integralmente, pois dá-se de ombros a muitas de suas regras e todos repelem o espezinhamento extremo — “em mim, nenhum branco bota canga”... Ao seu lado, como no passado recente, vicejam os que não têm meios para conquistar independência econômica e autonomia social. Sem bases materiais para pleitear uma ética da responsabilidade, constroem a sua antípoda: o relaxamento de todos os laços ou obrigações morais. Ainda estamos nos limites da ética, pois o código do “negro malandro” e do “negro largado” cultiva a irresponsabilidade sistemática. É o seu caminho rude, para impor a liberdade da pessoa e uma esfera tangível de auto-determinação. Por fim, contam aquêles que conseguiram “pertencer ao sistema” e podem desfrutar os padrões de moralidade consagrados pela ordem social competitiva, em consonância com as regras morais que prevalecem no próprio “mundo dos brancos”. Êstes estão diminuindo, lenta mas tenazmente, a distância social que separava o “negro” do “branco” e subvertendo as fontes da alienação moral do “homem de côr”. Essa pluralidade de éticas é, em si mesma um episódio sintomático. Ela indica que houve uma alteração radical na cena histórica; e que, em alguns pontos, o “negro” tem êxito na aventura de libertar-se de outra **ética reflexa**, que o aprisionava à moralidade do escravo. Apanhando-o nesta última fimbria em que êle porfia, diretamente, pela condição moral da pessoa no presente (e, através dêle, no futuro), apreciamos, em segundo lugar, como êle refunde a sua própria natureza humana e os limites dentro dos quais trabalha por uma autonomia moral que permite combinar liberdade e responsabilidade. Então, quase podemos medir o caminho percorrido. As formas e os conteúdos do horizonte ético deixam, crescentemente, de distanciar e separar o “negro” do “branco”. Torna-se “uma peça do sistema”. Mas para êle, isso é importante, porque é uma façanha na luta pela auto-liberação. Ao lado dos atributos, que definem o homem como parte do cosmos moral da sociedade capitalista (91), erige-se todo um código ético que prevê, condiciona ou proíbe a rendição diante do “branco”: 1)

(91) — Analisados em superfície e em profundidade na segunda parte do capítulo anterior.

A capitulação passiva, com os ingredientes que a determinavam e disciplinavam segundo as normas do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial, é proscrita como “indigna”, “degrandante” e “repulsiva”; 2) Com isto, não se condena, apenas, uma moral do senhor e do escravo: prescreve-se que a concomitância entre o indivíduo e a pessoa, válida para o “branco”, possui plena vigência para o “negro” (92); 3) A valorização do padrão e do estilo de vida do “branco”, com seus interesses e valores sociais — e não a valorização do “branco” em si mesmo; 4) Por conseguinte, ao identificar-se com a ordem social vigente da sociedade inclusiva (que é, ao mesmo tempo, “o mundo dos brancos”), o “negro” divorcia-se de uma estratificação racial que não foi forjada nem por ela nem para ela. Pode proclamar-se, com todo o vigor, arauto e campeão da igualdade racial; 5) Ao dissociar o comportamento e a pessoa do “branco”, o “negro” escolhe para combater não o agente humano do “preconceito de côr”, mas o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial, com o tipo de dominação do homem pelo homem dêle decorrente; 6) Tudo isso pressupõe um afã característico em quase tôdas as éticas igualitárias (pelo menos no período de sua imposição e consolidação): o “negro” procura assegurar-se uma combinação estrategicamente vantajosa da objetividade à responsabilidade, tanto para desarmar moralmente o adversário, quanto para infundir à crítica dos costumes todo o pêso irresistível da indignação de cunho propriamente moral (93). Pelo que se pode inferir, a revolução do horizonte ético do “negro” foi muito mais longe do que as aparências deixam suspeitar. Há, verdadeiramente, um clima potencial moralmente ativo seja para o desmascaramento do oponente (ou do simples defensor da ordem, no caso dos que ainda se identificam com o padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial), seja para a exposição das avaliações etnocêntricas ou das práticas discriminativas à execração pública (como fontes de prejuízos substanciais e irreparáveis à dignidade da pessoa e à intangibilidade de sua autonomia moral). Por mais que se possa objetar que essas tendências serão inócuas (94),

(92) — Lembramos uma formulação, já mencionada, feita por lúcido informante negro: “No presente, porém, os pretos já estão agindo com maior liberdade. Já não aceitam tudo com passividade e muitos lutam por seu direito de serem tratados como Homens, não como Pretos”.

(93) — O que se pode apreciar tendo-se em mente o poder coativo de semelhante crítica, quando ela é apropriadamente voltada para as inconsistências do comportamento racial, que põem em jogo os padrões ideais da cultura e o equilíbrio dinâmico da ordem social estabelecida.

(94) — Note-se: deixamos de discutir as implicações da dualidade do código ético e da auto-complacência nos juízos éticos, com referência ao “negro”, porque os resultados da análise conduzem às mesmas inferências gerais, já estabelecidas.

enquanto persistir a falta de sincronia entre as orientações morais do comportamento racial do “branco e do “negro”, algo é evidente e indiscutível. As pressões morais, procedentes das vítimas do “preconceito de côr”, emergem como forças dinâmicas, que operam no sentido de solapar ou destruir as funções das distinções raciais na organização do sistema societário global.

Encerramos, assim, a discussão do segundo dos quatro temas, que constituem objeto desta parte do presente capítulo (95). Em nosso entender, logramos fixar um quadro nítido da situação de contacto racial existente, a partir da consciência social e do comportamento social inteligente dos próprios atores do drama. O “preconceito de côr” se manifesta de forma discreta, velada e morna. Contudo, isso não impede que êle corresponda a um padrão histórico-cultural e que, em conformidade com êsse padrão, êle opere de modo constante, geral e segundo variações coordenadas socialmente. Longe de apresentar-se como fenômeno isolado, esporádico ou episódico — que afetasse, exclusivamente, certas personalidades atípicas ou deformadas — êle apanha em suas malhas, de uma maneira ou de outra, todo um conjunto de ações ou de relações sociais, em que os homens se defrontam, primordialmente, como **brancos e negros**. Se as coisas não são tão evidentes, isso decorre da própria natureza do padrão histórico-cultural em questão, que impõe ao preconceito e à discriminação raciais uma feição *assistemática*, dissimulada e confluyente. Sendo o que é, êle parece **outra coisa** (96). Os cultores do “preconceito de côr” podem colhêr suas magras e funestas vantagens, sem incorrer no ônus que outros têm pago ao reconhecimento inconfundível e leal de suas práticas preconceituosas e discriminatórias. Doutro lado, e isso é bem mais importante para os fins da análise, fica à nu algo essencial: o comportamento racial ainda é largamente modelado por influências arcaicas. Graças ao “preconceito de côr”, essas influências não só sobem à tona, como se projetam no presente, concorrendo com outras forças sócio-econômicas ou sócio-culturais, que estão reelaborando as bases raciais da vida social organizada. Isso significa, naturalmente, que as influências arcaicas, mantendo-se ativas, também atuam como influências arcaizantes. Não nos interessa, no momento, conduzir a análise empírica para o esclarecimento dos problemas sociológicos que aí se levantam. No entanto, nos limites da indagação que nos propusemos

(95) — Conforme acima, p. 610.

(96) — Portanto, por aí se vê que o caráter de suas manifestações ambíguas não deriva nem da malícia nem da tibieza dos agentes. Mas, primordialmente, de influências dinâmicas externas, que modelam o seu caráter para agir e pensar assim.

fazer, temos de completar o nosso quadro, sugerindo como efeitos dessa ordem se fazem sentir na atualidade. Passamos, pois, ao debate dos outros dois temas: as funções manifestas ou latentes do “preconceito de côr” e os mecanismos de reação societária às suas manifestações veladas ou ostensivas. Só que, agora, já dispomos de um sistema de referência empírico, bastando-nos enunciar as conclusões teóricas mais relevantes, a que chegamos.

Muitas questões fundamentais se colocariam diante de uma análise funcional do “preconceito de côr”. Na verdade, pelo menos se poderia fazer uma pergunta crucial: porque certas funções sociais do “preconceito de côr” foram mantidas? O padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial entra em crise com a desagregação da ordem social escravocrata e senhorial; e essa crise ganhou intensidade, nos desenvolvimentos históricos recentes da cidade, a partir do segundo decênio deste século. Então, graças a um processo lento mas contínuo, os remanescentes do **antigo regime** entram na fase final de desintegração e de colapso. A concentração da riqueza, do prestígio social e do poder se altera de tal maneira que, no quarto de século subsequente, quase se completa o primeiro ciclo da revolução econômica, social e política que fez de São Paulo a comunidade burguesa mais representativa do capitalismo e da civilização industrial no Brasil. No entanto, como já apontamos, esse processo teve limitada repercussão na esfera das relações raciais. Somente quando entramos no quarto decênio deste século os efeitos do crescimento econômico e do progresso sócio-cultural começariam a repercutir definidamente na situação sócio-econômica do negro e do mulato — e, como vimos, de forma vacilante e mitigada, através da absorção, em maiores proporções, da “população de côr” no proletariado urbano e em alguns níveis das classes médias. A **revolução burguesa**, iniciada sob a égide dos grandes fazendeiros e dos imigrantes, desencadeia-se e chega ao término do seu primeiro ciclo histórico-sociológico, portanto, como um fenômeno típico do **mundo dos brancos**. Quase durante meio século, o “negro” contou apenas simbolicamente nesse processo, do qual ficou à margem em termos das posições estratégicas da estrutura de poder da sociedade global. O que nos interessa ressaltar, neste amplo quadro histórico, é que nessas condições o regime de classes não funcionou como um sistema social aberto, competitivo e democrático senão para a “população branca” (e, no primeiro quartel do século, apenas para os segmentos dessa população que tinham grande vitalidade econômica, forte autoridade política ou algum prestígio social). Em tais condições, apesar das contradições entre o padrão tradicionalista de dominação racial e os fundamentos materiais ou morais da ordem social competitiva, a desigualdade racial manteve-se

quase intata e segundo moldes típicos do antigo regime. Só no início do século é que se evidenciariam algumas tendências de solapamento estrutural e funcional daquele padrão de dominação racial, mas sem repercussões profundas, como sugerimos pela análise das agitações racias no “meio negro”. No conjunto, porém, foi no segundo ciclo daquela revolução histórico-social que se delinearão alguns sintomas de transformação do sistema de relações raciais herdado do passado. A absorção crescente do negro e do mulato em posições localizadas no núcleo da ordem social competitiva tende a oferecer as bases econômicas, psico-sociais e sócio-culturais de um novo tipo de vinculação do “homem de cor” com as forças que organizam, estrutural e funcionalmente, as relações humanas na comunidade metropolitana. Todavia, o caráter incipiente desta transformação (realmente profunda) e, principalmente, a distância sócio-econômica e cultural que continua a separar os diferentes estratos da “população branca” da “população de cor” fazem com que ainda seja marcante o isolamento do “negro”, com tudo o que ele representa como sintoma, efeito e condição (simultaneamente) da desigualdade racial ao velho estilo. Aqui se acham as razões que permitem explicar, sociologicamente, não só porque o “preconceito de cor” se perpetuou com tamanha tenacidade. Mas, o que tem maior importância interpretativa, porque ele se infiltrou na teia de relações de classes e alcançou elementos sócio-econômicos, psico-sociais e sócio-culturais para se atualizar através delas. A persistência de modelos de distância econômica, social e cultural intransponíveis pela “coletividade negra” como um todo ou transponíveis, a duras penas, por pequenos grupos dessa coletividade, produziu dois efeitos histórico-sociais de grande magnitude: 1.º) manteve as acomodações da “população de cor” à ordem social da sociedade global em níveis de isolamento econômico e sócio-cultural que são atípicos (para não dizer anormais) no regime de classes sociais; 2.º) associou às diferenças econômicas, sociais e culturais, inerentes ao regime de classes (e que se refletiram direta ou indiretamente nas acomodações raciais em São Paulo), a significação adicional de barreiras estruturais e dinâmicas às tendências viáveis de mobilidade social vertical no seio da “população de cor”. Essas consequências, descritas em outras palavras, querem dizer duas coisas. Primeiro, a equiparação sócio-econômica e cultural do “negro” ao “branco” não assumiu, como processo histórico-social, caráter universal homogêneo e contínuo. Segundo, o bloqueamento do mundo dos brancos aos “negros” — mesmo àquelas que se achassem em ascensão social real — iria mostrar-se considerável, como se a organização da sociedade de classes se regesse, nesse domínio das relações humanas, pelos princípios da dominação racial tradicionalista.

Pode bem ser que tudo isso não passe de um fenômeno de transição. Nesse caso, as dificuldades de equiparação sócio-econômica e cultural do “negro” ao “branco”, bem como a desintegração do padrão de isolamento econômico e sócio-cultural difuso, seriam fenômenos de ocorrência previsível em futuro próximo. Esta não é, porém, a realidade que focalizamos através de nossas investigações. Elas evidenciam, claramente, que a modernização do nosso sistema de relações raciais não foi nem tão longe nem tão fundo a ponto de forjar-se um padrão de acomodação racial que fôsse típico do regime de classes e que pudesse exercer influências construtivas seja na equiparação dos “negros” aos “brancos”, seja, por conseguinte, na superação de modelos obsoletos de desigualdade social, que separam e isolam, inevitavelmente, as categorias “raciais” afetadas. Atendo-nos à perspectiva sociológica aberta por estas conclusões, precisamos convir que o paralelismo entre **condição racial** e **posição sócio-econômica** continua a possuir grande vitalidade, embora êle tenha se atenuado e existam probabilidades de que êle venha a desaparecer no futuro. Êle não desapareceu nem na fase de formação, nem na fase de consolidação e de expansão acelerada do regime de classes. E é dêste ângulo histórico-sociológico que se poderia responder à pergunta formulada. No conjunto das grandes transformações econômicas, sociais e culturais **in flux**, surgiram condições psico-sociais altamente favoráveis a fenômenos de inércia cultural, nessa esfera do nosso sistema civilizatório. O “preconceito de côr” perdeu as bases materiais e morais que o suportavam no **antigo regime**, seja no período áureo dêste (em que a ordem escravocrata e senhorial manteve-se intacta), seja no seu período de vigência parcial (na história cultural da cidade, aproximadamente durante os três decênios iniciais dêste século). Ganhou outras bases materiais e morais, porém, que permitiram a persistência e por vêzes o recrudescimento (quem sabe se ocasional e provisório?) das convenções costumeiras, que ordenavam as relações sociais entre “brancos” e “negros”, no passado longínquo ou recente. O que importa salientar, é que o “preconceito de côr” por assim dizer passou de um mundo sócio-cultural a outro; e não passou como uma relíquia destituída de significações e de funções sociais. Ao contrário, se as análises desenvolvidas até aqui, com os dados empíricos comprobatórios, foram bem entendidas: êle **passou**, sensivelmente, com as mesmas significações e funções que sempre possuiu. É claro que houve algumas perdas. Em um mundo no qual o “branco” e o “negro” não se defrontam como **senhor** e **escravo**, já não se precisa do preconceito para fundamentar e legitimar moralmente a propriedade do homem pelo homem; e tão pouco é necessário codificar a discriminação, de modo a regular a convivência das raças, sem misturá-las

socialmente. Mas também ocorreram acréscimos compensadores. Novas atitudes e avaliações raciais foram incorporadas, através da absorção de correntes imigratórias e de sua herança cultural. E, o que é relevante e precisa ser retido com objetividade, em nosso foco de análise, em vista da composição “racial” dos estratos da população beneficiados pela consolidação da ordem social competitiva, as condições de diferenciação das classes sociais e de estabilização de seus níveis sociais de vida não só favoreceram a perpetuação, em bloco, dos principais componentes do “preconceito de côr” como complexo cultural. Ofereceram-lhe novos suportes estruturais e dinâmicos, pelos quais a função subalternizadora da “posição social ínfima” — a polarização simétrica inseparável da “condição racial” — foi projetada no contexto da sociedade de classes.

Sem dúvida, isso explica duas coisas. Primeiro, porque as manifestações do “preconceito de côr” não sofreram solução de continuidade, embora passassem a referir-se às condições da convivência inter-humana na sociedade de classes. Segundo, porque o seu próprio padrão histórico-cultural permaneceu quase intacto. Pondo de lado a questão de saber se é normal ou não a equivalência registrada entre desigualdade racial e desigualdade social em uma sociedade de classes, o fato é que essa equivalência fez com que o “preconceito de côr” continuasse a se manifestar de forma assistemática, dissimulada e confluyente. Contudo, em um ponto as coisas tiveram de modificar-se de maneira radical. No passado, o preconceito e a discriminação raciais diluíam-se e disfarçavam-se por trás do padrão tradicionalista de dominação racial. Com o desaparecimento das estruturas que o suportavam, o “preconceito de côr” veio à tona por si mesmo, ou seja, sem diluir-se e disfarçar-se em outros componentes do comportamento social dos “brancos”, em suas relações com os “negros”. Trata-se, naturalmente, de uma consequência fácil de prever e inevitável. O padrão de equilíbrio da sociedade de classes impõe que o grau de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder seja regulado pela capacidade de competição espontânea dos estoques raciais em presença. Embora as próprias condições de formação e de funcionamento da sociedade de classes introduzam vantagens que acabam beneficiando, unilateralmente, um dos estoques raciais e de maneira que dificilmente possa ser corrigida pelo simples automatismo da competição espontânea (97), daí decorre que a estra-

(97) — O que é fácil de entender-se. O estoque racial cujos membros ocupem maior número de posições estratégicas na fase de transição acaba monopolizando as oportunidades iniciais mais promissoras. Doutro lado, é típico do funcionamento normal da sociedade de classes que o domínio de posições estratégicas pelos membros de determinado estoque racial aumenta, incessantemente, suas vantagens iniciais sobre os membros de ou-

tificação do sistema tende a ignorar (senão a anular) as diferenças raciais. Como a transição não se processa de maneira automática, na realidade as estruturas arcaicas, vinculadas às influências diferenciadoras das diferenças raciais, são condenadas ao desaparecimento. Mas o mesmo não ocorre, pelo menos com igual rapidez, com os seus conteúdos culturais. Estes podem resistir à mudança, incrustando-se em novos suportes estruturais. Está claro que, quanto maiores forem as dificuldades à transição de um tipo de organização a outro, ou quanto maiores forem os resíduos inassimiláveis legados por um regime a outro, maior será a tenacidade dos conteúdos culturais. Nos Estados Unidos, o fenômeno manifestou-se, historicamente, segundo a primeira alternativa. Em São Paulo, chegamos à conclusão de que prevaleceu a segunda alternativa. Em toda a fase de formação da ordem social competitiva a composição racial dos estratos localizados nas posições estratégicas da estrutura da renda, do prestígio social e do poder foi tão unilateral, que durante pouco mais de quatro decênios a própria relação tradicionalista se manteve, total ou parcialmente, como suporte estrutural do “preconceito de cor”. À medida que este suporte se decompõe e se esfacela, porém, os seus componentes não desaparecem pura e simplesmente. A nossa análise demonstrou que eles se reaglutinam. E, o que é curioso, essa reaglutinação se processa em torno dos comportamentos que possuem maior vitalidade. Assim, o “preconceito de cor” correspondia a funções específicas no passado; no sistema total de acomodações raciais, outras funções eram preenchidas pelo padrão de relação como o negro como “escravo” ou como “liberto” (98). O mesmo sucedeu, em seguida, depois da Abolição, onde o padrão tradicionalista de relação racial continuou a ter vigência. Ora, à medida que este padrão se desagrega, muitas de suas funções são absorvidas pelo “preconceito de cor”. Por conseguinte, independentemente de outras flutuações, percebe-se uma tendência bem clara de congestionamento funcional do “preconceito de cor”, como se lhe coubesse atender a necessidade sociais que eram satisfeitas através de outras fontes de controle social. Isso explicaria uma terceira coisa, que precisa ser considerada sob cuidadosa atenção. Nas situações de convivência em que o “preconceito de cor” se manifesta, ele como que inflexiona as relações sociais normais, deformando-as em tal direção, que elas

tros estoques raciais. A correção gradual de ambos os efeitos só poderia ser obtida por mecanismos de mobilidade social vertical e em condições de elevação acelerada dos níveis de participação da renda, do prestígio social e do poder por todos os estoques raciais. Não se possui conhecimento de nenhuma sociedade contemporânea em que isso tenha ocorrido.

(98) — Ver, a respeito, F. Fernandes e R. Bastide, *Branços e Negros em São Paulo*, capítulo II.

acabam tendendo, parcial ou totalmente, para o modelo fornecido pelo padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Graças a esta influência, caracteristicamente dinâmica mas sociopática, qualquer estrutura da sociedade de classes pode servir como suporte eventual do “preconceito de côr”. Doutro lado, ao ser assim inflexionada, a estrutura absorvente sofre uma diferenciação sociopática momentânea, passando a preencher as funções que, no passado, eram normalmente exercidas pelo padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial. Enquanto certas porções do passado se reproduzem vividamente na atualidade, segundo tempo mais ou menos recuados e em lapsos variáveis de duração, o “preconceito de côr” absorve significações e funções sociais que antes recaíam nos suportes estruturais em que êle se inseria.

Essas explanações de ordem geral mostram quão complexa vem a ser uma análise funcional do “preconceito de côr” em São Paulo. Em compensação, ela lança enorme luz sôbre o teor arcaico e o caráter arcaizante do “preconceito de côr”. A relutância em aceitar as alternativas atuais, inerentes ao regime de classes, compele os homens a voltar sôbre as suas origens e a agir sob a ficção de que os processos histórico-sociais são reversíveis. Vê-se, assim, em tôda a sua extensão, a gravidade do “preconceito de côr” como problema social específico. Êle não constitui a única causa do desinteresse geral pela integração do “negro” à sociedade de classes. Mas desencadeia, entre os que o cultivam, intensa ou fracamente, atitudes, avaliações e comportamentos sociais que impedem a aproximação total e a plena normalização das relações entre “negros” e “brancos”. Doutro lado, impossibilita a diluição homogênea e rápida de distinções raciais que perderam, completamente, sua razão de ser. Três quartos de século após a Abolição, êle lança uma nódoa indelével em nosso clima de relações humanas, como se não soubéssemos perdoar os pecados que foram comentidos por outros brancos.

Como lidamos com dados pessoais e com situações de convivência que abrangem pequenos números de pessoas, podemos focalizar as funções sociais preenchidas nas manifestações do “preconceito de côr” em termos das situações de interesses de cada categoria “racial” e das orientações recíprocas que as caracterizam. Para facilitar a exposição, vamos proceder à enumeração dos resultados da análise segundo a natureza das conexões funcionais e a categoria “racial” em que elas se evidenciam dinamicamente. Eis o rol de funções que conseguimos discernir sociològicamente:

I — Funções Manifestas do “Preconceito de Côr”:

A) Entre os “brancos”: 1) “manter o negro em seu lugar” (99) — ou seja, combinar distância social e desigualdade racial de modo a impedir o acesso do “negro” a posições e papéis sociais concebidos como “apanágio do branco”. Isso exclui o “negro” do horizonte cultural do “branco” como um igual (condição em que só aparece, parcial ou totalmente, como exceção que confirma a regra); alternativamente, projeta-o nesse horizonte cultural como subordinado e dependente; 2) “Manter o negro na linha” (100), ou seja, agindo em consonância com as normas, expectativas de comportamento e valores sociais decorrentes da disposição do “branco” em “manter o negro em seu lugar”. Em consequência, trata-se da aplicação de técnicas de controle social direto ou indireto que visam a manter o comportamento manifesto dos “negros”, nas relações com os “brancos” ou em situações de que estes participam, dentro de limites tolerados e pré-fixados convencionalmente; 3) confinar racialmente a área do **nosso grupo** — esta função possui duas polaridades: uma, que diz respeito aos padrões de sociabilidade e de solidariedade; outra, que se refere à “pureza de sangue”. Por meio da primeira, processa-se ampla exclusão do “negro” dos círculos sociais do “branco”, principalmente no nível da “convivência íntima”; por meio da segunda, estabelece-se forte desaprovação ao casamento inter-racial, como se ainda estivesse em jogo o conhecido mecanismo de nobilitação social do “negro” pela sua inclusão no núcleo legal da “família branca”. Mais que qualquer outra, esta função associa-se ao desinteresse pelo drama do “negro” no período de formação da sociedade de classes e pelo seu destino social no presente. Formou-se, graças a ela, no consenso do “branco”, uma propensão a admitir que a perístase do sistema sócio-cultural é tão acessível ao “negro” quanto a ele próprio. As ocorrências lamentáveis não suscitam simpatia e solidariedade, mas fortalecimento da estereotipação negativa e desaprovação frontal, como se a sua integração à ordem social vigente não fôsse matéria de interesse coletivo; 4) concentrar a responsabilidade e a autoridade, com seus reflexos na representação da capacidade de organização, de decisão e de mando, nas mãos do “branco” — função derivada do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial e que estimula o “branco” a atribuir a si mesmo o “direito de mandar” e de esperar do “negro”, correlatamente, o “dever de obedecer”; 5) preparar o “branco”, emocional e logicamente, para o clima de relações humanas resultante da dualidade do código ético, predominante no convívio inter-racial — também constitui uma função derivada do pa-

(99) — Expressão empregada correntemente, tanto pelos “brancos”, quanto pelos “negros”.

(100) — Conforme nota precedente.

drão tradicionalista e assimétrico de relação racial; alimentando a “política de dois pesos e duas medidas”, que compele o “branco” a agir de uma forma diante dos interesses ou das pessoas de sua “raça” e de outra forma diante dos interesses ou das pessoas do “negro”; 6) fomentar critérios divergentes na aplicação das técnicas de avaliação e de controle sociais nas relações dos “brancos” entre si e com os “negros” — esta função também deriva do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial; ela representa uma condição fundamental para “manter o negro em seu lugar” e para “manter o negro na linha”; seus efeitos solapam tanto os interesses puramente individuais e egoísticos do “negro” (como eles transparecem, por exemplo, nos mecanismos de mobilidade social vertical), quanto os interesses altruísticos (expressos na tendência a converter a “população de côr” numa minoria racial integrada); 7) projetar o “preconceito de côr” na área proibida e inconveniente da cultura — esta é uma função derivada do próprio “preconceito de côr”; não se associa, apenas, à defesa do padrão existente de desigualdade racial, mas, também, ao temor de que o reconhecimento franco incite os “negros” à união e à insubordinação coletiva.

B) Entre os “negros”: 1) desenvolver tolerância e passividade diante da desigualdade racial e suas fontes ou conseqüências sociais — trata-se de uma polarização recíproca das duas funções mencionadas anteriormente: o próprio negro “coloca-se no seu lugar” e “age como deve” ou põe em prática mecanismos reativos que não incorrem em desaprovação sistemática por parte do “branco” (como os ajustamentos evitativos do “negro rústico”; a irresponsabilidade do “negro malandro”; o “complexo” ou o puritanismo do “negro ordeiro”; etc.). O importante não é o desajustamento ou o preço que o “negro” paga ao ajustamento. Mas o acatamento tácito e explícito de um código social e moral ajustado à condição heteronômica da “raça negra”; 2) incentivar a identificação do “negro” com a ideologia racial dominante — dado o caráter assistemático e dissimulado das manifestações do “preconceito de côr”, o seu terceiro componente (a confluência entre “côr” e “condição social”) possui enorme importância dinâmica. Não é o agente, mas a vítima do preconceito que acaba determinando o sentido das ações que a “prejudicam”. Como os “brancos” despiram a dominação que exercem de qualquer significação racial ostensiva e como suas opiniões, avaliações ou representações raciais são impostas como os mores raciais da sociedade brasileira, estabelecem-se condições extremamente propícias para uma espécie de efeito de inércia. A vítima do preconceito não só é presa numa complexa armadilha, que cria enorme confusão moral. Mas propende, automaticamente, a lidar com suas experiências amargas segundo os critérios dos pró-

prios agentes do preconceito, omitindo ou negligenciando um dos elementos em que repousa a objetivação e a eficácia sociais da confluência entre “côr” e “condição social” (101). Daí se segue que as manifestações do “preconceito de côr”, enquanto suas vítimas não logram, socialmente, um mínimo de autonomia moral, em vez de afastá-las da ideologia racial dominante, produzem o efeito inverso, levando-as, ingênuamente, a absorvê-la, a observá-la e a defendê-la (102); 3) ajustar o “negro”, psicológica, social e moralmente, às situações de convivência e de interação com o “branco” associadas ao padrão histórico-cultural vigente de desigualdade e de dominação raciais — esta é uma função derivada do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial; seu principal efeito psico e sócio-dinâmico consiste na formação de imagens em que o “branco” aparece como entidade dominante, quer entrem em jôgo atributos psicológicos, sociais ou morais de indivíduos isolados, quer se trate dêsses atributos vistos através do conceito de “raça”. Tais imagens não só fomentam disposições à passividade e à subserviência; como fomentam um estado característico de alienação, graças ao qual a vítima do preconceito espera do “branco” as decisões para “resolver o problema” e vê na mestiçagem o caminho miraculoso para “melhorar a raça”; 4) preservar, difundir e fortalecer formações reativas de natureza desmoralizadora — tôdas as formas de preconceito e de discriminação raciais vinculam-se, funcionalmente, à defesa da ordem racial em que emergem socialmente; em nossa situação de contacto isso se evidencia através dessa conexão funcional. As vítimas do preconceito desenvolvem opiniões, avaliações e representações raciais que as levam a consumir, pelas próprias mãos e, aparentemente, por decisões próprias, os atos irracionais de sacrifício extremo. Dêsse ângulo, o “complexo”, em seus diversos níveis de manifestações, atua como uma força destrutiva incontrolável, instigando crianças, jovens e adultos a abandonarem-se a reações auto-punitivas e derrotistas — o que converte o desinteresse sistemático, o desalento e a desilusão em mecanismos normais de ajustamento psico-social. Essas formações reativas constituem o único recurso que os extremamente fracos possuem seja para

(101) — Os aspectos emocionais, lógicos e morais dessa situação já foram analisados acima. Doutro lado, ao reagir conscientemente ao “preconceito de côr”, o “negro” supera a condição descrita de vítima passiva e indefesa. A conexão funcional apontada tinha de ser construída, não obstante, no estado em que ela possuía o máximo de poder coativo, ou seja, com referência a um estado hipotético no qual a vítima do preconceito atua segundo as expectativas dos próprios agentes.

(102) — Na formalização das conexões funcionais evitamos digressões teóricas e análises de cunho empírico. Neste ponto, precisamos fazer uma exceção, por temermos que a discussão anterior não fornecesse, por si mesma, elementos esclarecedores suficientes.

proteger seu equilíbrio psicológico seja para resguardar sua “dignidade moral”. Contudo, custam um preço exorbitante, pois animam uma redução drástica voluntária da área de participação da sociedade e da cultura, ao mesmo tempo que comprometem as vítimas do preconceito com atitudes e comportamentos que redundam na perpetuação ou no fortalecimento do *status quo* racial com tôdas as suas iniquidades materiais e morais; 5) reprimir a agressividade até um ponto de tensão — as ambigüidades que cercam as manifestações do “preconceito de côr” deixam suas vítimas sem alvos concentrados para projetar a agressividade “para fora”; por conseguinte, a manipulação construtiva das tensões emocionais e morais, assim acumuladas, passa a depender, paradoxalmente, do auto-domínio do “negro” no uso de técnicas sociais dos próprios agentes do “preconceito de côr” (o que pode resultar da ascensão social e dos reflexos desta na ampliação da área de participação da cultura). Daí resulta uma incapacidade constante: a vítima do “preconceito de côr” raramente sabe manipular, construtivamente, a agressividade acumulada, voltando-a contra si, com freqüência, por meios indiretos. A vergonha ou o furor conduzem seja ao retraimento e à inércia (o que pode condicionar a desorganização progressiva da personalidade e da família), seja à violência mais ou menos cega (nas relações com o próprio “negro” ou com os “brancos”, o que é mais comum). Em qualquer das hipóteses, elas desencadeiam atitudes e ações que dão ao “branco” a convicção de que a estereotipação negativa é “verdadeira” e traduz a realidade. De outro lado, tais atitudes e ações engendram maior falta de segurança e maior desorientação moral, forçando a vítima do preconceito a acreditar que, “no fundo”, os seus algozes têm razão; 6) provocar consenso e simpatia entre as vítimas do próprio preconceito — essa função consolida-se em conexão com os efeitos econômicos e psicossociais da classificação do negro na ordem social competitiva. Ao mudar de estatus social, o “negro” adquire novas técnicas sociais de auto-ajustamento e de auto-contrôle. Em consequência, aos poucos desprende-se do universo tradicionalista e liberta-se da apatia que o submetia à condição de vítima cega, muda e indefesa do “preconceito de côr”. Assim, a mudança do contexto social contribui para alterar a personalidade do “negro” e seu modo de lidar com os problemas resultantes da manifestação do “preconceito de côr”; 7) canalizar a formação de mecanismos conscientes de reação construtiva a seus efeitos prejudiciais — conforme a posição social adquirida e o grau de habilidade em aproveitar suas vantagens (principalmente na esfera da utilização das garantias e dos direitos sociais acessíveis), o “negro” pode tirar proveitos diretos no processo mencionado. Inclusive, pode colocar-se em situação vantajosa para ex-

plorar a indignação moral, que as manifestações do “preconceito de côr” suscitem em seu espírito, no ânimo dos “brancos” ou no “meio negro”. Por enquanto, êsse fator só sofreu manipulação efetiva no âmbito dos ajustamento pessoais de personalidades em condições de comercializar essa indignação em fins próprios (relacionados, em regra, com a competição com os “brancos” e a mobilidade social vertical); 8) gerar uma área espúria de barganha entre os agentes do preconceito e suas vítimas — esta conexão funcional é inevitável; e, na medida em que o próprio padrão do “preconceito de côr” o exclui da categoria dos “grandes problemas sociais da sociedade”, essa área de barganha é insignificante. Mas esta aparece no plano dos ajustamentos pessoais, tornando visível o “negro trânsfuga”, que se acovarda moralmente e fica “capacho dos brancos”, em troca de compensações ínfimas ou discutíveis; e no funcionamento de certas associações, construídas com fins ilícitos, de “explorar a boa fé” dos incautos, em regra, naturalmente, os “brancos poderosos”.

II — Funções Latentes:

A) Entre os “brancos”: 1) eliminar a insubordinação, a violência e o conflito sistemático, da área de reações toleradas das vítimas do preconceito; 2) inculcar a côr da “raça dominante” como símbolo e fonte de posição social, de prestígio e de poder; 3) suscitar e fortalecer atitudes de lealdade do “branco” para com a hegemonia da “raça branca” e os meios pelos quais ela pode ser alcançada psicológica, social e culturalmente. Isso coloca, naturalmente, o “preconceito de côr” dentro da rede dos **interesses disfarçados**; 4) quebrar, reduzir ou anular a capacidade de resistência e os anseios virulentos de autonomia moral das “pessoas de côr”, como processo de afirmação niveladora em face do “branco” ou contra êle; 5) manter o contacto racial no plano das relações categóricas ou de simpatia regulada, como condição da estabilidade da desigualdade racial e para impedir que aceitação seletiva solape, de alguma maneira, a dominação da “raça branca”.

B) Entre os “negros”: 1) inculcar a “posição social” como símbolo de autonomia, de prestígio social e de poder; 2) converter a ascensão social num processo de desligamento da condição de “prêto” e, em sentido muito amplo, de branqueamento social, anulando pela base a importância que ela poderia ter tanto para a formação de uma minoria “negra” integrada, quanto para a equiparação entre “negros” e “brancos” na estrutura social; 3) desenvolver e generalizar formas de auto-proteção inócuas para a alteração dos padrões vigentes de relações raciais, seja por causa do seu teor irracional (como sucede com

os indivíduos que defendem o equilíbrio do ego atribuindo as rejeições a razões improcedentes), seja por causa de seu teor egoístico e escapista (como acontece com os indivíduos que aprendem a lidar racionalmente com os efeitos socialmente previsíveis do “preconceito de côr”); no fundo, ambas as reações acomodam as vítimas do preconceito à situação racial existente; 4) restringir o universo reivindicatório do “negro”, concentrando sua atenção, sua insatisfação e sua ambição em torno de aspirações de igualdade social que não põem em cheque a concentração “racial” da renda, do prestígio social e do poder — e, portanto, que não afetam, diretamente, a situação de interesses dos brancos como e enquanto “raça dominante”; 5) fomentar, em um contexto de consciência crítica e insatisfeita da situação racial, a diferenciação de atitudes, avaliações e comportamentos divergentes que definem os interesses específicos no “negro” como e enquanto categoria “racial”. Esta conexão funcional aparece como consequência da expansão da ordem social competitiva e responde aos requisitos dinâmicos de uma sociedade aberta multi-racial. Ela condiciona a emergência das impulsões igualitárias e das manifestações de inquietação “racial” que lançam o “negro”, individual ou coletivamente, à luta pela equiparação plena em face do “branco”.

Essa enumeração revela-nos, sob novo ângulo, quão profunda é a influência de fatores arcaicos na organização do horizonte cultural e das atividades sociais dos agentes do “preconceito de côr”. Na verdade, a questão de preparar o “negro” para a igualdade social, a livre-competição e a solidariedade nacional não entra em linha de conta. O que prevale, intencional ou inconscientemente, é a orientação inversa, que visa assegurar continuidade e eficácia a um modelo de dominação racial que alicerça a hegemonia da “raça branca” na **incapacidade civil** da “raça negra”. Graças ao padrão que assume, o “preconceito de côr” não cria alvos explícitos de defesa ou de ataque. A vítima sofre as suas consequências negativas em extrema impotência, acabando ela própria por forjar ou por agravar o seu isolamento sócio-cultural, aumentando ainda mais a distância econômica e sócio-cultural que a separa da “raça dominante”. Ela não dispõe, assim, de condições para construir qualquer solidariedade de tipo racial e para erguer-se, paulatinamente, como minoria racial integrada. Doutro lado, as pressões da sociedade inclusiva mantêm um ritmo desigual de participação do progresso econômico, social ou cultural. Enquanto a quase totalidade da “raça dominante” projeta-se na arena histórica e lidera os desenvolvimentos da mudança cultural progressiva, nem mesmo os segmentos favorecidos da “população de côr” têm acesso às formas de socialização e de sociabilidade, às técnicas de controle social e às posições ou papéis sociais ins-

titucionalizados de significação estratégica na organização de poder da coletividade. Nesse sentido, delinea-se uma linha de côr invisível, que estabelece um teto tácito à equiparação econômica e sócio-cultural do “negro” ao “branco”. Esse teto pode ser furado por indivíduos isolados, sob a anuência ou a complacência do “branco”. Mas não existe nenhuma disposição a compreendê-lo (e, por conseguinte, a combatê-lo) como barreira à integração nacional. Por fim, parece claro que, sob a pressão de seus interesses específicos, o “negro” projeta as manifestações do “preconceito de côr” em novas conexões de sentido e, portanto, em conexões funcionais que articulam melhor as relações raciais às possibilidades ou às exigências do presente. No entanto, não possui elementos para intervir construtivamente na reconstrução do sistema existente de relações raciais. Primeiro, porque não é responsável nem pode corrigir a falta de um sistema de solidariedade supra-racial, suscetível de identificar o “branco” com o “negro” e de irmaná-lo a seus anseios igualitários. Segundo, porque não dispõe de meios para melhorar a consistência, difundir e concretizar estes anseios dentro da “população de côr”. O contrôlo desses meios depende da abolição das fontes econômicas, sociais e culturais do padrão vigente de desigualdade racial e, a julgar pelo que vimos, só a longo termo e lentamente é de esperar-se alguma alteração de caráter estrutural. Terceiro, as funções de efeitos sociais construtivos atualizam-se através das mudanças que afetam a situação econômica ou sócio-cultural do “negro” na sociedade inclusiva. Onde este passa a pertencer ao “sistema” (principalmente onde isso se dá em posições dotadas de alguma vitalidade sócio-econômica), o “homem de côr” adquire uma situação de classe, e com ela, certas facilidades para proteger seus interesses pessoais, mesmo contra as manifestações mais arraigadas, encobertas e corrosivas do “preconceito de côr”. Não obstante, por enquanto as alterações dessa ordem só alcançam a área de ajustamentos pessoais que pode ser controlada pelas intenções do *socius*. O que significa que elas ainda não atingem, vitalmente, a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, sendo quase irrelevantes, portanto, como suporte para a modificação dos padrões vigentes de relações raciais. Na verdade, nem mesmo na esfera da competição puramente pessoal o “negro” encontra condições para resguardar seus interesses, continuando fora de questão o uso construtivo do conflito nas relações raciais. Em suma, ao mudar sua situação social o “negro” transforma sua capacidade de interação com o “branco”, o que dá origem a novas conexões funcionais nas manifestações do “preconceito de côr” definitivamente vinculadas à transformação da ordem racial existente. Mas essas conexões não se desenvolvem plenamente, porque são su-

focadas por padrões de comportamento racial obsoletos e por estruturas raciais arcaicas.

A análise dos mecanismos de reação societária às manifestações ostensivas ou veladas do “preconceito de côr” conduz a conclusões análogas. O sistema societário não possui nenhum mecanismo de repressão de tais manifestações. O padrão de dominação racial, herdado com a relação racial tradicionalista e assimétrica, pressupõe o “preconceito de côr” como requisito número um. Doutro lado, a formação e o desenvolvimento da ordem social competitiva ainda não se refletiram, estrutural e dinamicamente, na diferenciação desse padrão de dominação racial. Como acentuamos, apesar das anomalias conseqüentes, as diferenças sócio-econômicas e culturais da sociedade de classes serviram como suporte morfológico e dinâmico para a perpetuação do antigo padrão de dominação racial. Isso determinou certa exacerbação do “preconceito de côr”. Na verdade, onde este não exerceu influência bem definida na adaptação da relação racial tradicionalista e assimétrica ao regime de classes, ele próprio absorveu alguns de seus significados e funções, condenados ao desaparecimento pelo novo clima de convivência humana. Portanto, ainda aqui a situação histórico-social de transição, com que nos deparamos, coloca-nos diante da mesma realidade. A mudança social progressiva afetou o antigo sistema de relações raciais, sem contudo abalá-lo profundamente ou substituí-lo por algo mais ajustado aos requisitos materiais e morais da ordem social competitiva. Em consequência, as técnicas de controle social, que canalizam, disciplinam e orientam os mecanismos de reação societária ao “preconceito de côr”, ou são obsoletas e anacrônicas (como expressão direta de um estado extremo de demora cultural), ou são inconsistentes e débeis, estando longe de responder às exigências de uma ordem social competitiva (e, por isso mesmo, aberta e democrática pelo menos em alguns níveis da organização social). Daí resulta: 1.º) as tensões raciais, que emergem, como vimos, largamente dissociadas dos padrões normais das relações competitivas e de conflito numa sociedade de classes, são também enfrentadas, em grande escala, através de mecanismos de reação societária anacrônicos; 2.º) a diferenciação destes mecanismos, em termos dos interesses e dos valores inerentes à ordem social competitiva, é quase neutra no plano dos controles societários globais; 3.º) as tendências predominantes nos ajustamentos raciais analisados demonstram que a “população de côr” é mais sensível àqueles interesses e valores sociais, o que faz com que exiba, com maior intensidade e tenacidade, expectativas de comportamento mais ou menos adequados às exigências da situação.

O que caracteriza, fortemente, a reação do “branco” às manifestações do “preconceito de côr” não é o desejo de reconhecê-lo como **problema social** e de extirpá-lo. Mas, ao contrário, o empenho de “salvar as aparências”, agora combinado ao temor de que a exacerbação do “preconceito de côr” acarrete novas ameaças à **paz social**. Enquanto a concepção tradicionalista do mundo se mantinha com equilíbrio era fácil conjurar êsses riscos descarregando nas costas do “negro” os ônus pelo equilíbrio do sistema de relações raciais. Assim, recorria-se a um expediente consagrado pela prática. Onde o “preconceito de côr” se manifestasse de forma típica, exigindo reajustamento da situação, esta se processava às custas do próprio “negro”. O procedimento tácito consistia em removê-lo de determinados papéis sociais “para o bem dêle” (103). Não se cogitava dêsse “bem” à luz da mudança da estrutura da situação, da organização do comportamento ou do caráter dos “brancos”. Havia uma variável humanitária: ela transparecia onde o “branco” se impunha uma rotação de perspectivas sociais, que o envolvia na situação humana do “prêto”. Esta conduzia, diretamente, às manipulações pressupostas pela fórmula de tratar a pessoa ou os interesses do “negro” como exceção. Assim, “apertava-se” na educação dêste e nas exigências que êle tinha de suportar com êxito para ser acolhido “como se fôsse branco” ou como “negro de alma branca”. Ora, essa fórmula era, por sua própria essência, acomodatória. Ela não pressupunha nenhum intento de pôr termo ao “preconceito de côr” e às suas conseqüências nefastas, seja para as suas vítimas diretas, seja para a coletividade. Permitia retirar uma ou outra “personalidade” do destino comum da “raça negra”, servindo os episódios para demonstrar o teor “democrático” do comportamento racial dos “brancos” e, simultaneamente, que o “negro” forjava a sua própria degradação. Mesmo na fase em que a concepção tradicionalista do mundo começa a entrar em crise irreversível (muito tardia, na esfera das relações raciais), êsse padrão de humanitarismo farisaico dominava completamente os espiritos. Já mencionamos, por duas vêzes, um caso típico: da mãe que proibira sua filha de estudar, para evitar futuras desilusões. A jovem branca, que discutiu o caso com a velha, colocou-se o dilema existente. De um lado, a desilusão da moça; de outro, as perspectivas que ela teria. Viu-se tolhida e desempenhou o papel de Pilatos, que vem a ser o gesto de solidariedade racial que o “branco” julga ao seu alcance. Convém lembrar as melancólicas reflexões da informante, uma jovem de sensibilidade e magnífico caráter: “Tal

(103) — Os dados expostos acima, no capítulo anterior e neste capítulo, dispensam-nos de uma digressão empírica. No material exposto, um dos melhores exemplos é mencionado na nota 89 (p. 692).

estímulo [de incitar a mãe a corresponder aos desejos da filha] teria sido, a meu ver, um ato desumano. Mas quando penso nêles fico também a pensar se mais desumano não seria deixar essa jovem sem nenhuma oportunidade de ascensão, sem nenhum horizonte de progresso". Eis aí o drama ético do "branco", em tôda a sua pureza. A crise da concepção tradicionalista do mundo liberta-o das garras da acomodação farisaica, mas não tanto que o incite à verdadeira indignação moral. Incentivar o "negro" a igualar-se ao "branco" seria um "ato desumano"; não fazê-lo, porém, vem a ser um "ato mais desumano". Com isso, fecha-se o círculo vicioso, onde deveriam começar ações de solidariedade social para com o "negro". Nada se alterará profundamente, enquanto o "branco" fechar-se, abstratamente, nesse dilema. A "paz de consciência" pode ser obtida. O "branco" reage, individualmente, de modo a superar aquilo que êle combate na concepção tradicionalista do mundo. Mas não vai além, para impedir que os anseios igualitários do negro e do mulato suscitem "atos desumanos". É claro que as situações de convivência forçam as portas em outras direções. Às vezes, o "branco" pode pôr em prática um nôvo padrão de humanitarismo. Em nossas observações, surpreendemos diversos e reiterados flagrantes dessa espécie. Um bom exemplo nos é fornecido pelo chefe do serviço de colocações de uma organização patronal. Êle acabou aprendendo, pela própria experiência, o que significa "preconceito de côr" na competição do "negro" por melhores níveis de ocupação e de renda. Aos poucos, envolveu-se emocional e moralmente na situação. Procurava ajudar os "candidatos de côr", com todo o empenho. "Outro dia me pediram um porteiro branco. Tinha sòmente a ficha de um negro e não o mandei. Depois apareceu um nordestino. Achei que era branco mas pedi a umas colegas que o observassem e me confirmassem ou não. Acharam que era branco. Entretanto a firma não o contratou". Quando conseguia colocar um protegido, ficava entusiasmado, como o demonstrou, com exuberância, ao tratar do caso de um contador negro, que colocara em um emprêgo difícil e que "estava dando conta do recado". Êsse avanço-limite, que caracteriza o desdobramento positivo das disposições igualitárias do "branco", pára no limiar do respeito pela ordem racial existente. Se as firmas aceitarem as sugestões, elas dão frutos. Caso contrário, receberão os candidatos de acôrdo com as preferências raciais expressas. A pressão da procura favorece o sentido do processo. No entanto, não se esboça a disposição de acelerá-lo, de forçar as coisas e, inclusive, de "colocar contra a parede" os que persistem na orientação contrária. Onde esta bandeira se ergue, ela é conduzida pelo "negro", que se vê mal compreendido e amargamente desamparado.

Dois estudos de caso permitiram avaliar a consistência dessa reação espontânea, que desaprova particularmente as manifestações ostensivas do “preconceito de côr”, sob a capa do “preconceito de não ter preconceito”. Um dêles, focalizava as repercussões da hospedagem a Katherine Dunham e seu grupo pelo Hotel Esplanada. Em tôda a imprensa, de São Paulo e de outras capitais dos estados, surgiram censuras violentas (104). Porém, nem mesmo os jornais que demonstraram maior acuidade e objetividade foram ao fundo da questão e suscitaram a necessidade de atalhar o mal pela raiz. Sòmente numa manifestação deparamos com algo que abria esta perspectiva, malgrado as confusões explícitas: “somos sinceros quando afirmamos que não existem preconceitos raciais entre nós” [...]. “Todavia devemos trabalhar muito para que o conceito de igualdade humana penetre profundamente entre nós”. A conclusão que se pode extrair é que havia mais empenho em ignorar-se a realidade racial, que em descobri-la, corajosa e objetivamente. Doutro lado, a desaprovação atingia menos o “preconceito de côr”, em si mesmo, que os riscos do seu agravamento e de sua transformação em preconceito e discriminação raciais sistemáticos, descritos como “tifo racista”. O outro estudo de caso tomou por objeto as repercussões da promulgação da lei Afonso Arinos, contra as manifestações da discriminação e do preconceito de raça ou de côr. Como se tratava de uma medida legislativa, que pretendia preceituar tais manifestações como contravenções puníveis legalmente, essa lei dava margem a que se considerasse como o “branco” se propõe o problema do contrôle do “preconceito de côr” (105). Três coisas se patentearam claramente. Primeiro, independentemente de reconhecerem ou não a existência ou a gravidade do problema, prevalecia entre os “brancos” a tendência a considerar tais atitudes e comportamentos como de “fôro íntimo”. Em conseqüência, não se colocava a questão de extirpá-lo mas de restringir a sua evidência ou os prejuízos que êle poderia acarretar às suas vítimas. Segundo, percebiam o interêsse do “negro” em revoltar-se contra certas manifestações irretorquíveis do “preconceito de côr”, inclusive em têrmos dos direitos fundamentais, garantidos pela Constituição. Contudo, não se atentava para o interêsse maior, relacionado com o equilíbrio da ordem social competi-

(104) — Nas notícias coligidas, aparecem condenações veementes, através de palavras-chaves como “impressão de revolta”, “verdadeira surpresa”, “o detestável problema”, “insulto às tradições brasileiras”, “repugna a todos nós, como cristãos e como latinos”, “ser negro já se vai tornando crime entre nós”, “caso triste”, “envergonha as nossas tradições”, “tifo racista”, etc.

(105) — Sôbre as repercussões mencionadas, conforme a análise do autor em R. Bastide e F. Fernandes, *Branco e Negro em São Paulo* (op. cit., cap. V, esp. pp. 301-318).

tiva numa sociedade multi-racial. Por isso, o contróle mesmo do “preconceito de côr” aparecia como um dilema humanitário, com fundamentos jurídicos, e não como uma imperiosa necessidade de caráter nacional. Terceiro, só opiniões isoladas atinavam com as razões mais profundas da existência e da exacerbação do “preconceito de côr”. Ignorou-se, assim, a inocuidade da lei e o que ela representava como evidência substancial do “preconceito de não ter preconceito”. As medidas que poderiam ter alcance construtivo, relacionadas com a participação anômala do “negro” do fluxo de renda, do prestígio social e do poder, foram simplesmente ignoradas. Como sucedeu no espírito do legislador, elas não se fizeram presentes, pois se isto acontecesse o **problema do negro** assumiria outra feição no quadro de cogitações pragmáticas dos “brancos”.

Bem diversa é a posição do “negro” diante das manifestações veladas ou ostensivas do “preconceito de côr”. Ao contrário do “branco”, que por mais longe que vá, no plano verbal, permanece apático à necessidade de intervir na concentração racial da renda, do prestígio social e do poder, o “negro” parte dessa necessidade e em torno dela constrói suas reações coletivas contra o “preconceito de côr”. Na verdade, qualquer que seja sua situação sócio-econômica e cultural, êle jamais é indiferente ao dilema moral decorrente do “preconceito de côr” e, também jamais se descarta da convicção, expressa ou meramente subentendida, de que o preconceito representa uma injustiça social. Nós já apontamos, acima, como o “negro” associa um teor reivindicativo aos seus anseios de ascensão sócio-econômica. Ora, o **pathos** e o **logos** dessa reação encontra-se no modo pelo qual êle se define, praticamente, diante do contróle das manifestações e dos efeitos do “preconceito de côr”. Se reduzíssemos a cinco as posições esquemáticamente puras, que o “negro” poderia tomar nessa esfera de sua relação com a estrutura racial da sociedade brasileira, poderíamos constatar como êle nunca chega a ser, verdadeiramente, neutro em face dos interesses que se associam à **situação de raça** em que se acha inserido. O limite extremo pode ser tomado na atitude de retraimento do “negro rústico”. Êle por assim dizer se isola irracionalmente, mas ao isolar-se emite um protesto mudo, que é o único ao seu alcance, rejeitando um mundo no qual êle aparece como uma entidade sub-humana. Em seguida, devemos considerar a situação do “negro desordeiro” e “malandro”. Indo-se à substância das coisas, a sua reação possui o mesmo significado que a do “negro rústico”. Só que êle procura alcançar o mesmo fim por outros meios. Julgando-se menos “ingênuo”, recusa-se a ser “trouxa”, recorrendo à irresponsabilidade declarada e sistemática como um expediente de evasão e de protesto. A essas duas reações toscas, precisaríamos agre-

gar as alternativas do “negro consciente” e socialmente “respeitável”. Aqui, temos três situações características. A do “negro trânsito-fuga” (106), que independentemente de sua posição sócio-econômica, aceita a condição da exceção que confirma a regra em toda a plenitude, inclusive no plano das lealdades raciais. Este tipo, de fato, age como “super branco”. Quase sempre mestiço e com frequência mulato claro (107), o seu pecado consiste em tomar ao pé da letra os mitos raciais elaborados pelo “branco”. Ele não é, propriamente falando, um **traidor**, embora seja representado dessa maneira no “meio negro”. O seu mal — se há algum mal nisso — está no grau com que se envolve com o **súper ego ideal**, construído pelos “negros” como uma resposta à imagem estereotipada do “prêto”. De passagem, já indicamos como esse **súper ego** se forma e como ele é compartilhado tanto no nível do “negro ordeiro”, quanto na carreira do “negro que sobe”. Os indivíduos não se tornam “trânsfugas” senão quando, ao participarem desse **súper ego**, exageram nas medidas e acabam se convertendo em “lacaíes” ou “escarradeiras dos brancos”. No entanto, até tais personagens dinamizam suas atitudes e comportamentos por uma incoercível incompatibilidade ao “preconceito de cor”. Sob certos aspectos, embora eles não se dêem conta disso, eles também reagem irracionalmente ao “preconceito de cor”, entendendo suprimi-lo pela rendição incondicional ao “branco”. Por isso é que eles repelem tão acintosa, violenta e ressentidamente os traços da imagem estereotipada do “prêto” e entregam-se por completo à ilusão de que pertencem ao **mundo dos brancos**. O antípoda do “negro trânsito-fuga” é, naturalmente, o “negro consciente” e “radical”. O protótipo do **agitador racial**, que nasceu e prosperou com os movimentos reivindicatórios no “meio negro”. Esse, não só repele o “preconceito de cor” — mas faz a teoria que permite ligá-lo à concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Por fim, temos o laborioso **self-made-man** do “meio negro”, que descrevemos no capítulo precedente. Este pode acomodar-se ao “preconceito de cor” e amoldar-se, até, às suas manifestações mais chocantes. Mas, é seu adversário intransigente, embora fuja da luta racial organizada. No conjunto, pois, apesar de todas as suas ambigüidades e contradições, a **situação de raça** confere aos diferentes estratos da “população de cor”, uma espécie de sexto sentido, que polariza radicalmente a reação social do “negro” ao “preconceito de cor” e o anima, consciente ou inconscientemente, a representá-lo como um esbulho social e algo indigno em si mesmo.

(106) — Expressão tomada da gíria dos próprios “negros”.

(107) — Às vezes designado como “mulato do tipo carioca”.

Essa disposição transparece de várias formas nos diferentes níveis do comportamento do “negro” e já eclodiu, de maneira sistemática, nas inquietações que agitaram o “meio negro” (108). O que nos interessa, aqui, diz respeito às razões que anulam essa disposição. Por que ela não se faz sentir como uma força socialmente construtiva e inovadora? Uma parte de resposta é mais ou menos óbvia. A própria desigualdade racial fomenta uma condição de dependência que reduz o “negro” à extrema impotência. Este não tem condições para proteger-se senão através dos mecanismos de reação societária da sociedade global, vale dizer, senão indiretamente, através do “branco”. Dadas as inconsistências do nosso sistema de solidariedade nacional e as conseqüências do isolamento sócio-cultural difuso, mesmo quando demonstra a maior dose de “boa vontade”, o “branco” não possui condições para ser um porta-voz autêntico dos anseios de autonomia econômica, social e cultural do “negro”. Tal coisa exigiria: 1.º) que ele se transformasse em crítico da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder; e 2.º) que ele se dispusesse a reagir socialmente contra as manifestações do “preconceito de côr” mediante medidas que visassem, pelo menos, a curto e a longo prazo, à equiparação progressiva das duas “raças” na estrutura de poder da sociedade. Doutro lado, como nos ensina o capítulo anterior, o próprio envolvimento da “população de côr” nessa estrutura de poder opera como uma fonte incontrollável de solapamento e de neutralização da capacidade de reação societária do negro e do mulato às manifestações do “preconceito de côr”. Faltam-lhes autonomia econômica, sócio-cultural e política para engendrar mecanismos específicos de solidariedade racial e para desencadear ou fortalecer certas tendências básicas para a consolidação de uma democracia multi-racial. Por essa razão, provavelmente, o “negro que sobe” prefere voltar as costas às inquietações e às agitações raciais. Tenta submeter a controle apenas os efeitos do “preconceito de côr” que podem ser corrigidos no plano do comportamento social inteligente dos indivíduos isolados. Quanto ao **problema negro**, que constituía o alfa e ômega dos movimentos reivindicatórios, ele se omite, como se fôsse impotente para tomar em suas mãos as decisões que afetam o seu próprio futuro e o destino de uma política racial baseada no pluralismo democrático.

Ainda aqui, portanto, descobrimos o quanto os mecanismos de reação societária ao “preconceito de côr” estão divorciados da estrutura e da dinâmica de uma sociedade de classes. As fricções pro-

(108) — Dispensamo-nos de discutir o assunto, sob os dois ângulos, neste capítulo. Quanto à parte que mais poderia interessar, ver a descrição e a interpretação das inquietações raciais no capítulo 4.

vocadas pelas manifestações do “preconceito de côr” só parcialmente se fundem ou se mesclam com a estratificação e o funcionamento da ordem social competitiva, tal como ela se apresenta na maior comunidade industrial do Brasil. Elas originam tensões que são, por isso, representativas de outros estádios de nosso desenvolvimento histórico-social. Como não poderia deixar de suceder, tais tensões são submetidas a contrôles ou largadas a si mesmas segundo técnicas sociais variavelmente características do passado remoto ou recente. Sob êsse aspecto, somente o “negro” procura inserir-se, material e moralmente, no mundo criado pelo regime de classes — mas como se fôsse um intruso, que não desperta nem entusiasmo nem solidariedade no coração dos outros homens.

Encerramos, assim, a discussão dos temas que deviam ser examinados nesta parte do presente capítulo. Em nosso entender, as conclusões orientam-se, homogêneamente, na mesma direção. Elas indicam que se estabeleceu um hiato considerável entre o nosso sistema de relações raciais e o padrão de integração social da ordem social competitiva, tal como ela chegou a consolidar-se, historicamente, em São Paulo. As tensões raciais eclodem em um mundo em rápida mudança econômica, social e cultural. Contudo, tal como elas se manifestam e são enfrentadas socialmente, elas não contribuem nem para precipitar a desintegração dos antigos padrões de relações raciais, nem para acelerar a formação de novos padrões de relações raciais, ajustados à estrutura e à dinâmica da sociedade de classes. Por enquanto, ambos os efeitos resultam da própria diferenciação da ordem social competitiva e das repercussões dêste processo na reorganização do sistema herdado de acomodação racial. Graças ao estilo de sua manifestação e ao tipo de reação societária que estimulam na sociedade global, as tensões raciais antes atuam no sentido de dar continuidade e de fortalecer a desigualdade racial, que na direção oposta, de incrementar a equiparação sócio-econômica e cultural do “negro” em face do “branco”. Dadas essas condições sócio-dinâmicas, são naturalmente limitadas as oportunidades do “homem de côr” de transformar-se em agente histórico da modernização dos padrões vigentes de relações raciais. Ele fica, quase literalmente, à mercê das tendências da mudança sócio-cultural espontânea. Realiza verdadeira proeza, sob todos os aspectos, quando consegue perceber o significado, as tendências ou as conseqüências das mudanças em curso, ajustando-se a elas ou esforçando-se para atender às suas exigências psíquicas e sócio-dinâmicas. Todavia, raramente ele logra condições exteriores e subjetivas propícias. Isso não só o impede de intervir regularmente na elaboração social construtiva das tensões raciais. Também dilui ou anula a maioria das influências inovadoras que o “negro” po-

deria exercer socialmente, no sentido de eliminar ou de reduzir a desigualdade racial.

2 — O Dilema Racial Brasileiro:

Os resultados da análise precedente completam o nosso quadro de referência da situação de contacto racial investigada. Ele evidencia, com vigorosa comprovação empírica, que a **situação de raça** da “população de côr” ainda não corresponde, estrutural e funcionalmente, às possíveis **situações de classe** segundo as quais se configura, morfológica e dinamicamente, a ordem social competitiva, tal como ela se manifesta em São Paulo. A explicação desse fenômeno de demora cultural foi fornecida ao longo de minucioso esforço de descrição e de interpretação, que combina a análise sincrônica com a análise diacrônica da realidade racial. De um lado, a desagregação do regime de castas e estamental, associado à escravidão, não repercutiu diretamente nas formas de acomodação racial desenvolvidas no passado. Não só os mecanismos de dominação racial tradicionais ficaram intactos. Mas a reorganização da sociedade não afetou, de maneira significativa, os padrões pré-estabelecidos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Em consequência, a liberdade conquistada pelo “negro” não produziu dividendos econômicos, sociais e culturais. Ao contrário, dadas certas condições especificamente históricas, do desenvolvimento econômico da cidade, ela esbarrou com as pressões diretas e indiretas da substituição populacional. As limitadas formas de sociabilidade e de vida social integrada, herdadas pela “população de côr” do regime escravocrata e senhorial, sofreram um impacto destrutivo e essa população enfrentou uma longa e intensa fase de desorganização social. Esses fenômenos contribuíram, decisivamente, para agravar os efeitos dinâmicos desfavoráveis da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Por anômalo que isso possa parecer, manteve-se inalterada uma **situação de raça** típica da ordem social desaparecida, formando aquela população, em sua quase totalidade, um sucedâneo da antiga plebe rural e urbana. De outro lado, a formação e a consolidação do regime de classes não seguiram um caminho que beneficiasse a reabsorção gradual do ex-agente do trabalho escravo. A ordem social competitiva emergiu e expandiu-se, compactamente, como um autêntico e fechado **mundo dos brancos**. Na primeira fase da **revolução burguesa** — que vai, aproximadamente, da desagregação do regime escravista ao início da II Grande Guerra (109) — ela responde aos interesses econômicos, sociais e políticos dos grandes fa-

(109) — Pontos de referência escolhidos por motivos especificamente econômicos.

zendeiros e dos imigrantes. Na segunda fase dessa revolução, inaugurada sob os auspícios de um novo estilo de industrialização e de absorção de padrões financeiros, tecnológicos e organizatórios característicos de um sistema capitalista integrado, ela subordinou-se aos interesses econômicos, sociais e políticos da burguesia que se havia constituído na fase anterior — ou seja, em larga escala, aos interesses econômicos, sociais e políticos das classes altas e médias da “população branca”. Em vez de ajustar-se à ordem social competitiva, a situação de raça da “população de cor” teria permanecido inalterável, não fossem as transformações sofridas pelo fluxo da substituição populacional. O declínio progressivo mas drástico das correntes imigratórias e a intensificação das migrações internas acarretaram certas alterações no mercado de trabalho e nas técnicas de peneiramento ocupacional. Esse fenômeno é recente, porém, e ainda não se refletiu de maneira relevante nos padrões de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Mas ele possui enorme importância heurística, porque indica que, nos últimos vinte e cinco anos, a situação de raça da “população de cor” passou a sofrer uma modificação definida, graças à aquisição de situações de classe típicas por alguns segmentos daquela população (a maior parte, mediante a proletarianização; uma minoria, rala e heterogênea, pela incorporação nas classes médias; alguns, como casos individuais e esporádicos, pela inserção na classe alta). A importância dinâmica deste processo deriva das conexões psico-sociais do comportamento coletivo do negro e do mulato. Enquanto a ordem social competitiva parecia totalmente bloqueada aos seus anseios de classificação e de ascensão sociais, o “negro” ou se retraía e se isolava, agravando os efeitos anômicos da desorganização social, imperante no “meio negro”; ou congregava-se em associações e movimentos raciais, que davam vazão às suas inquietações e canalizavam, coletivamente, o clamor do “protesto negro”. À medida em que as pressões do mercado de trabalho foram abrindo a ordem social competitiva ao negro e ao mulato e em que se concretizaram certas oportunidades de classificação e de ascensão sociais, o negro e o mulato vão concentrar-se na luta absorvente para “pertencer ao sistema”. Abandonam as “agitações raciais” e lançam-se, ardorosamente, pela senda da competição egoística e individualista. Ambos os processos tiveram, até agora, escassos reflexos na desigualdade racial. Contudo, eles assinalam certas transformações radicais na organização do horizonte cultural, do comportamento e da personalidade do “negro”. O primeiro, porque o preparou para conhecer e reagir ao mundo em que vivia. Forneceu-lhe uma contra-ideologia racial, que o preparou para desmascarar a existência e os efeitos do “preconceito de cor” e auxiliou-o, eficazmente, a diminuir

a distância cultural que separava seus anseios sociais das exigências da situação. O segundo, porque deu continuidade e eficácia ao processo de reeducação, desencadeado pelos movimentos reivindicatórios, e porque reorientou suas insatisfações coletivas, concentrando-as em alvos viáveis e de efeitos profundos. Ofereceu ao “negro” a probabilidade de irromper na cena histórica como “gente”, com novos pontos de apoio societário para competir individualmente com o “branco” e, quem sabe, para propugnar coletivamente o advento da **Segunda Abolição**. Se tudo isso é considerável, no conjunto a “população de côr” apenas está no limiar de uma nova era. Antes, por simples inércia, a concentração racial compacta da renda, do prestígio social e do poder era suficiente para resguardar um padrão absoluto de desigualdade racial. Agora, que essa concentração começa a apresentar indícios de que está deixando de ser compacta, outros mecanismos entram em jogo, para resguardar e fortalecer a distância econômica, social e cultural que sempre separou o “branco” do “negro” em São Paulo. O pior é que este não dispõe nem de autonomia econômica, social e cultural nem de vitalidade política para arrostar, em segurança, as repercussões desastrosas desses mecanismos em suas tentativas de “pertencer ao sistema”. Impotente e desorientado, vê o “preconceito de côr” insinuar-se pelos meandros das relações de classes, solapando ou diluindo suas aspirações mais construtivas de integração social e corrompendo o clima moral dos ajustamentos raciais. Em suma, descobre que “pertencer ao sistema”, “tornar-se gente” e “ser igual ao branco” são coisas distintas e que possuem muitas graduações. Como se fôsse uma hidra, a desigualdade racial recupera-se a cada golpe que sofre. Onde os interesses e os liames das classes sociais poderiam unir as pessoas ou os grupos de pessoas, fora e acima das diferenças de “raça”, ela divide e opõe, condenando o “negro” a um ostracismo invisível e destruindo, pela base, a consolidação da ordem social competitiva como **democracia racial**.

Delineia-se claramente, assim, o **dilema racial brasileiro**. Visto em termos de uma das comunidades industriais em que o regime de classes sociais se desenvolveu de modo mais intenso e homogêneo no Brasil, ele se caracteriza pela forma fragmentária, unilateral e incompleta com que esse regime consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais. Estas não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes. Mas sobrepõe-se a elas, mesmo onde e quando as contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorvê-las e regulá-las socialmente.

Caracterizando-se o dilema racial brasileiro deste ângulo, ele aparece como um fenômeno estrutural de natureza dinâmica. Ele

se objetiva nos diferentes níveis das relações raciais. Por isso, seria fácil reconhecê-lo nos lapsos das ações dos indivíduos que acreditam “não ter preconceito de côr”; nas inconsistências das atitudes, normas e padrões de comportamento inter-racial; nos contrastes entre a estereotipação negativa, as normas ideais de comportamento e os comportamentos efetivos nos ajustamentos raciais; nos conflitos entre os padrões ideais da cultura, que fazem parte do sistema axiológico da civilização brasileira; nas contradições entre os tipos ideais de personalidade e os tipos de personalidade básica modelados através desta civilização; etc. Mas, êle se originou de uma causa geral e comum: os requisitos estruturais e funcionais da sociedade de classes só se aplicam fragmentária, unilateral e incompletamente às situações de convivência social em que os *socii* se apresentam, se consideram e se tratam como **brancos e negros**. Em outras palavras, as estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas pré-existentes na esfera das relações raciais, fazendo com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no contrôlo de tais relações.

As descrições feitas acima permitem compreender e explicar geneticamente êsse fenômeno de demora cultural. Êle se produz, de forma recorrente, porque o “negro” sofre persistentes e profundas pressões assimilacionistas e, apesar de responder a elas através de aspirações integracionistas ainda mais profundas e persistentes, não encontra vias adequadas de acesso às posições e aos papéis sociais do sistema societário global. Para que sucedesse o contrário, seria preciso que ambas as pressões se combinassem, pelo menos, a uma equiparação social progressiva entre “negros” e “brancos”. Isso nos ensina, pois, algo muito importante. O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido através de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial.

Esta explicação permite situar o **problema do negro** de uma perspectiva realmente sociológica. Êle não constitui um “problema social” apenas porque evidencia contradições insanáveis no comportamento racial dos “brancos”, porque traduz a persistência indefinida de padrões iníquos de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder ou porque, enfim, atesta que uma parcela considerável da “população de côr” sofre prejuízos materiais e morais incompatíveis com os fundamentos legais da própria ordem social estabelecida. Êsses sintomas conduzem à superfície o mal crônico, que é mais grave e pernicioso. Trata-se das condições mínimas de diferenciação e de integração normais de um sistema social. A plasticidade do

comportamento social humano e do funcionamento das instituições sociais permite que uma sociedade opere satisfatoriamente mesmo sob condições de equilíbrio social instável, mantidas cronicamente. Todavia, enquanto condições dessa espécie ficam inalteráveis, tal sociedade é condenada a formas anormais ou subnormais de desenvolvimento interno. Ela jamais pode expandir-se até os limites de diferenciação e de integração normais, a que poderia atingir idealmente. Em terminologia durkheimiana, diríamos que ela não concretizaria as potencialidades de desenvolvimento, asseguradas pelo tipo de civilização correspondente. Ora, o dilema racial brasileiro coloca-nos diante de uma realidade dessa espécie. O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais. Dê-se ponto de vista, a correção de semelhante anomalia não interessa, primária e exclusivamente, aos agentes do drama, inclusive o que é prejudicado de modo direto e irremediável. Ela constitui algo de interesse primordial para o próprio equilíbrio do sistema, ou seja, para a normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo.

Como se sabe, onde as coletividades humanas enfrentam problemas sociais dessa magnitude elas revelam, ao mesmo tempo, especial dificuldade em descobrir e usar técnicas de controle social apropriadas. São Paulo não constitui, naturalmente, uma exceção a esta regra. A própria situação existente nasce, em larga parte, do fato da desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como **algo natural, justo e inevitável**, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o “negro” e o “branco”. A única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável vem a ser, portanto, a própria expansão da ordem social competitiva. Mas isso faz com que a homogeneização do sistema social dependa de influxos espontâneos que são, por sua própria natureza, demasiado lentos e instáveis. Acresce que há um risco evidente e, por isso, previsível. As tendências descobertas não excluem a possibilidade de uma conciliação entre as formas de desigualdade inerente à sociedade de classes e os padrões herdados de desigualdade racial.

Por aí se infere quão importante se torna o lado prático do problema. Os mecanismos de reação societária são variavelmente inócuos ou insuficientes. Ou eles não captam a realidade racial no sentido de transformação da ordem social competitiva; ou eles fazem isso — como acontece com algumas das técnicas sociais manipuladas pelo “negro” — mas não encontram repercussão no fluxo da história. Ainda assim, duas coisas são evidentes. Primeiro, a única força de sentido realmente inovador e inconformista, que opera em conso-

nância com os requisitos de integração e de desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos “homens de côr”. Dêsse lado, a reorganização dos movimentos reivindicatórios e sua calibração ao presente parece algo fundamental. Hoje, o “meio negro” está mais diferenciado. Êsses movimentos deveriam atender à variedade de interêsses sociais, econômicos e culturais que emergiram no seio da “população de côr”. Contudo, desde que se desse maior atenção à necessidade de envolver os “brancos” em tais movimentos, essa variedade de centros de interêsses seria um fator positivo, pois facilitaria uma compreensão mais rápida do pluralismo democrático em uma sociedade de classes multi-racial. Segundo, grande parte da perplexidade que paira sobre o ânimo dos “brancos” e dos “negros” provém da inexistência de uma **filosofia democrática** das relações raciais, compartilhável e aplicável socialmente. No clima moral predominante nos ajustamentos raciais em curso, é duvidoso que se chegue a algo dessa espécie. O “branco” se apegua, consciente ou inconscientemente, a uma percepção deformada da situação de contacto racial. O “negro”, por sua vez, quando rompe essa barreira, não só não é ouvido, como suscita incompreensões irracionais. Além disso, pelo próprio teor reivindicativo de suas aspirações igualitárias, êle luta por corrigir as inconsistências e as contradições das relações raciais dentro de uma área imediatista, que se delimita por seus interêsses econômicos, sociais e culturais prejudicados ou insatisfeitos. Por isso, qualquer inovação construtiva, de sentido mais amplo, teria de resultar de técnicas racionais de contrôlê. Muitos países já enfrentaram problemas análogos, demonstrando-nos o caminho a seguir. Seria preciso introduzir serviços especiais, de âmbito nacional, regional e local, para lidar com os problemas práticos de absorção de contingentes populacionais diversos a uma sociedade democrática. Infelizmente, a questão tem sido subestimada no Brasil, prevalecendo a orientação irracional de abandonar-se tais contingentes a destinos ingratos e quase sempre improdutivos para a coletividade como um todo. À luz do que pudemos desvendar, a respeito da situação do negro e do mulato em São Paulo, parece óbvio que se deve pensar numa mudança radical de tal orientação e de modo a levar-se em conta, também, contingentes populacionais localizados nas **grandes cidades**. No estabelecimento de uma política de integração racial assim orientada, os diversos segmentos da “população de côr” merecem atenção especial e decidida prioridade. De um lado, porque de outra maneira seria difícil reaproveitar-se, totalmente, essa importante parcela da população nacional no regime de trabalho livre. De outro, porque não se pode continuar a manter, sem grave injustiça, o “negro” à margem do desenvolvimento de uma ci-

vilização que êle ajudou a levantar. Como escreveu Nabuco, “**temos de reconstruir o Brasil sôbre o trabalho livre e a união das raças na liberdade**”. Enquanto não alcançarmos êsse objetivo, não teremos uma **democracia racial** e, tão pouco, uma **democracia**. Por um paradoxo da história, o “negro” converteu-se, em nossa era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos êste suporte da civilização moderna.

Aquisição por _____

/ / / \$ _____

N. _____

Í N D I C E

Nota Explicativa	I-V
------------------------	-----

PRIMEIRA PARTE

O LEGADO DA “RAÇA BRANCA”

Capítulo 1 — O Negro na Emergência da Sociedade de Classes	3-80
Introdução	3-9
1) Trabalho Livre e Europeização	9-30
2) O Negro e a Revolução Burguesa	30-46
3) Expansão Urbana e Desajustamento Estrutural do Negro	46-80
Capítulo 2 — Pauperização e Anomia Social	81-220
Introdução	81-82
1) O “Déficit Negro”	82-118
2) Os Diferentes Níveis da Desorganização Social	118-198
3) Os Efeitos Sociopáticos da Desorganização Social	198-220
Capítulo 3 — Heteronomia Racial na Sociedade de Classes	221-301
Introdução	221-224
1) O Mito da “Democracia Racial”	224-242
2) Os Padrões Tradicionalistas de Relação Racial	243-301

SEGUNDA PARTE

NO LIMIAR DE UMA NOVA ERA

Capítulo 4 — Os Movimentos Sociais no Meio Negro	305-407
Introdução	305-307
1) Manifestação e Objetivos dos Movimentos Sociais	307-380
2) Uma Ideologia de Desmascaramento Racial ..	380-407
Capítulo 5 — Impulsões Igualitárias de Integração Social ..	409-614
Introdução	409-415
1) Côr e Estratificação Sócioeconômica	415-452
2) A Ascensão Social do Negro e do Mulato	452-608
3) Natureza e Função das Impulsões Igualitárias ..	608-614
Capítulo 6 — O Problema do Negro na Sociedade de Classes ..	615-738
Introdução	615-618
1) A Reação Societária às Tensões Raciais	618-732
2) O Dilema Racial Brasileiro	732-738

ERRATA

- 1) As referências constantes em notas de rodapé precisam ser retificadas, de acôrdo com as seguintes indicações:
 - Pág. 20, nota 21 — em lugar de: (cf. nota 63, p. 37), leia-se: (cf. nota 63, p. 35).
 - Pág. 38, nota 67 — em lugar de: ver p. 24, leia-se: ver p. 22.
 - Pág. 119, nota 80 — em lugar de: quadro 12 (página 112) e, com referência a período mais recuado, páginas 15 a 17, leia-se: (página 111) [...] e páginas 13 a 15.
 - Pág. 249, nota 21 — em lugar de: Conforme acima, p. 123, leia-se: Conforme acima, p. 124.
 - Pág. 337, nota 33 — Em lugar de: ...veja-se transcrição feita acima, nas pp. 316-317, leia-se: nas pp. 317-318.
 - Pág. 340, nota 35 — Em lugar de: Conforme acima, p. 307, leia-se: p. 309.
 - Pág. 355, nota 50 — Em lugar de: ver transcrição acima, p. 341, leia-se: p. 343.
 - Pág. 357, nota 51 — Em lugar de: Conforme acima, p. 307, leia-se: p. 309.
 - Pág. 363, nota 56 — Em lugar de: (ver acima, nota às pp. 340-341), leia-se: pp. 342-343.
 - Pág. 372, nota 62 — Em lugar de: Conforme acima, p. 307, leia-se: p. 309.
 - Pág. 486, nota 42 — Em lugar de: (cf. acima, p. 440), leia-se: p. 454.
 - Pág. 490, nota 46 — Em lugar de: (pp. 410 e sets.), leia-se: pp. 418 e sets.
 - Pág. 560, nota 101 — Em lugar de: (Cf. acima, p. 440), leia-se: p. 454.
 - Pág. 581, nota 111 — Em lugar de: Conforme acima, pp. 440-441, leia-se: pp. 454-455.
 - Pág. 664, nota 43 — Em lugar de: Conforme pp. 637-638, leia-se: pp. 651-652.
 - Pág. 674, nota 53 — Em lugar de: Conforme acima, pp. 626-631, leia-se: pp. 640-645.
 - Pág. 691, nota 66 — Em lugar de: (esp. pp. 671-672), leia-se: pp. 685-686.
 - Pág. 701, nota 78 — Em lugar de: Conforme acima, pp. 635-636, leia-se: pp. 649-650.
 - Pág. 710, nota 95 — Em lugar de: Conforme acima, p. 610, leia-se: p. 624.
 - Pág. 725, nota 89 — Em lugar de... é mencionada na nota 89 (p. 692), leia-se: (p. 706).
- 2) Por lapso, a palavra **status** aparece, em todo o livro, como **estatus**.
- 3) Deixamos de assinalar outros senões, de menor importância, certos de que se evidenciarão à sagacidade do leitor atento. Eles se explicam pela falta de uma revisão unificada e pela limitação do tempo dedicado à leitura tanto da primeira, quanto da segunda provas-dêste trabalho.

O autor.